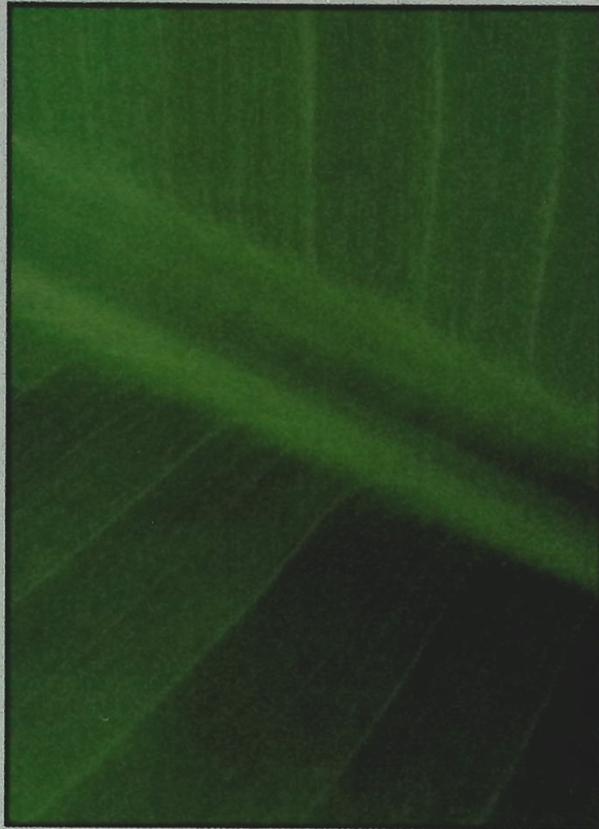


*Samuel Benchimol*



---

# AMAZÔNIA

um pouco-antes e além-depois

---

*2ª edição revisada*



EDITORA DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO AMAZONAS

## A Memória De Um Livro

A marca de um grande livro é que não se pode mais, depois de tê-lo lido, pensar e talvez, viver como antes. É demarcar o antes e o depois na forma de interpretação de um tema. É demarcar o antes e o depois na forma de interpretação de um tema. O que não dizer de **AMAZÔNIA: UM POUCO-ANTES E ALÉM-DEPOIS?** Com certeza, um grande livro, mais do que isso, uma obra fundamental para se compreender a Amazônia, seus lugares e a sua gente.

Ao lê-lo tem-se a impressão de não ser necessário acrescentar mais nada, pois qualquer coisa que se escrever parecerá inócuo diante da clareza e da objetividade do texto, sobretudo pela possibilidade de ver todos os lugares da Amazônia nos mesmos lugares, não na natureza, mas naquilo que se poderia identificar como a geografia do cotidiano, neste livro, Samuel Benchimol amplia e diversifica o quadro de análise sobre a Amazônia, recorrendo à memória que não se atém apenas aos fatos marcantes de sua vida, mas funciona como fio condutor, contextualizando-os para analisar a cidade de Manaus dos anos quarenta, a decadência econômica dos seringais um Pouco-Antes e a problemática do desenvolvimento e integração da Amazônia Além-Depois.

O livro é uma topografia sentimental em que aparece o mundo das idéias num crescente balanço intelectual, passando pela análise da dura e carente realidade do seringueiro no tópico romanceiro da borracha, em que se adensa, à saca dos nordestinos na Amazônia, um inquérito antropogeográfico em todos os sentidos, desde a saída da Região Nordeste, a passagem pelas cidades, o cotidiano nas hospedarias e a dura vida nos seringais. Numa escrita em que mistura a prosa literária, anotações de campo e documentos aparece a marca inovadora do professor Samuel, que não aponta apenas as causas naturais ligadas ao clima e às distâncias, mas os fatores econômicos considerados pelo autor como "*decisivos, às vezes até muito mais importantes*".

O texto amplia-se numa forma sofisticada e bem elaborada de conhecimento quando o autor propõe a divisão geoeconômica da Amazônia em Oito Regiões e 24 territórios.



Samuel Benchimol

---

# AMAZÔNIA

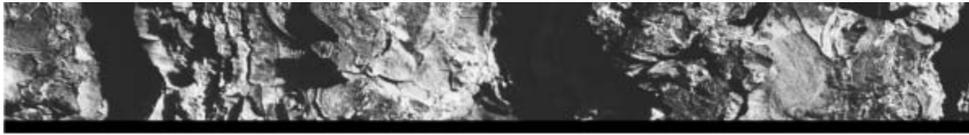
um pouco-antes e além-depois

---

2.ª edição revisada



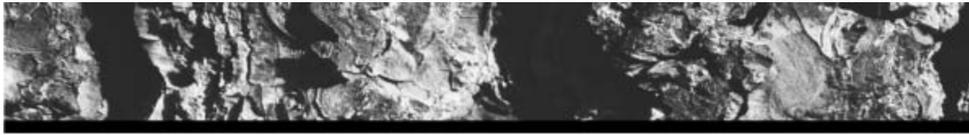
Manaus  
2010



# AMAZÔNIA

um pouco-antes e além-depois





Samuel Benchimol



**Presidente da Fieam**

Antonio Carlos da Silva

**Presidente do Banco da Amazônia**

Abdias de José de Sousa Júnior

**Reitora da Ufam**

Márcia Perales Mendes Silva

**Editora da Ufam**

Iraildes Caldas Torres

**Coordenação Editorial**

José Rincon Ferreira

Glauber Gomes

Lillian Maria Resende Alves

Cinara Cardoso

**Capa**

Glauber Gomes

**Editoração**

Marcela Costa de Souza

**Revisão de Português**

Benayas Inácio Pereira

**Ficha catalográfica**

Leila Soares

---

Benchimol, Samuel.

Amazônia: um pouco-antes e além-depois. 2.a ed. revisada. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2010.

1.048 p. II

ISBN: 978-85-7401-537-8

1. Amazônia – Estrutura e conjuntura econômica 2. Estrutura e conjuntura social. 3. Amazônia – Ecologia 4. Amazônia–geopolítica 5. Amazônia – História

CDD 330.9811

CDU 338 (811)

---

**Edua – Editora da Universidade Federal do Amazonas**

Endereço: Av. Gal. Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 3.000

e-mail: edua\_ufam@yahoo.com.br

**Fieam – Federação das Indústrias do Estado do Amazonas**

Endereço: Av. Joaquim Nabuco, 1.919

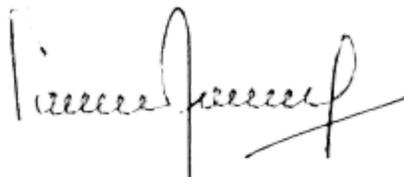
www.fieam.org.br

Em memória de meu pai Israel Benchimol, um pioneiro na fronteira do sudoeste amazônico e um patriarca.

Homenagem à minha mãe Nina Siqueira Benchimol, sua companheira de lutas nos seringais do rio Abunã e autora de nossa educação e formação.

Homenagem à minha esposa Mery, a meus filhos Jaime e Nora, ao Ilko e a meu netinho Dênis, pela dedicação, estímulo, compreensão e carinho.

A meus "alumni" e estudantes da Universidade do Amazonas, pelo convívio fraterno e acolhedor nestes últimos vinte e cinco anos, durante os quais, quotidianamente, venho exercendo o magistério, na ânsia de transmitir um pouco do que sei e de me realizar, através deles, nas gerações amazônicas de amanhã.

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Nina Siqueira Benchimol', written in a cursive style.

## Prefácio 1

### **Amazônia: Um Pouco-antes e Além-depois**

Samuel Benchimol

Ao ser distinguido com a apresentação do livro “Amazônia: Um Pouco-antes e Além-depois”, começo relatando um episódio, singelo, porém simbólico do pensamento e do ideal de Samuel Benchimol. No tempo da guerra fria, quando a conquista da Lua era o desejo maior dos estadunidenses, um general americano disse a um general brasileiro: “você representam um País de indicadores sociais sofríveis. Muita pobreza, muita fome, muita miséria, prostituição infantil, violência... Por que é que os senhores estão preocupados com a Amazônia?” E o general brasileiro, respondeu: “A Amazônia é a nossa lua”.

A Amazônia é nosso maior desafio e o nosso mais complexo e urgente problema. As estratégias associadas à solução dos históricos problemas econômicos e de desenvolvimento humano na região precisam incluir toda a inteligência brasileira no aporte de ideais e inovações pertinentes. E aqui acabo por citar a importância dos projetos advindos do estímulo decorrentes dos Prêmios Prof.Samuel Benchimol e Banco da Amazônia de Empreendedorismo Consciente.

Dentre os vários legados de professor, do homem correto, de pai de família exemplar, do empresário inovador está o célebre postulado que o mundo amazônico não poderá ficar isolado ou alheio ao desenvolvimento brasileiro e internacional, ele terá que se autossustentar em quatro parâmetros e paradigmas fundamentais: deve ser economicamente viável, ecologicamente adequado, politicamente equilibrado e socialmente justo. Graças a ele e às suas obras, a Amazônia e a sua biodiversidade é cada vez mais, parte das políticas públicas de pesquisa e de programações das agências de desenvolvimento. Mas há muito ainda por fazer, como o crescimento de competências que sustentem a sua soberania e corrijam os desequilíbrios de desenvolvimento interregional e em cada Estado Amazônico.

Soma-se aí a necessidade de também fomentar na Amazônia a indústria sustentada no conhecimento, na inovação e na integração nacional e inserção internacional. Cruzando a fronteira de

nove países, a Amazônia Continental precisa encontrar formas que garantam o seu patrimônio ecológico ao mesmo tempo que este não seja utilizado apenas como muralha ao seu desenvolvimento.

Da produção desse pensador da Amazônia e sobre a Amazônia, pode-se ver citações em inglês, francês, alemão e russo. Os mestrados e doutorados em desenvolvimento regional, formação econômica e territorial da Amazônia por todo o País, trazem mais da metade das referências de Benchimol. Gilberto Freire o reverenciava como intelectual superior e o tratava como o mais *amazonófilo* dentre os brasileiros, ao mesmo tempo que era o mais objetivo, o mais científico, o mais idôneo, no seu conjunto de saberes sobre a Amazônia e o mais lucidamente didático, na irradiação dos seu conhecimento.

Avesso a homenagens e condecorações, se rendia às mesmas quando estas proviam do ambiente acadêmico. Não se furtava a colaborar com planos de governos e legislações quando o tema fosse a Amazônia e seu futuro. Editou seus livros na Amazônia quando poderia ter optado pelas regiões Centro-Sul, com melhor canal de distribuição de livrarias. Identificador de talentos, valorizava os artistas locais nas ilustrações de suas obras.

Outras obras reeditadas no marco dos “Prêmios Samuel Benchimol e Banco da Amazônia de Empreendedorismo Consciente” foram **“Amazônia: formação social e cultural”**, quando o autor traça um extraordinário estudo antropológico sobre a formação da sociedade amazônica. A publicação de 1999 foi reeditada em 2007 e é tão atual quanto histórica.

**“Zênite ecológico e nadir econômico-social”** mostra, a partir dos problemas e da singularidade amazônica, a metáfora geoastronômica para mostrar a situação do apogeu ecológico e perigeu econômico da região. O zênite ecológico, seria então a parte mais alta da esfera celeste, livre de poluição e degradação. Na esteira desse conceito, as mudanças que deveriam haver na sociedade e na economia para que a vida no planeta alcançasse condições ambientais cujo legado à gerações futuras não estivesse comprometido. O nadir econômico-social é, em contraposição, o resultado negativo da combinação de fatores climáticos, meteorológicos, elementos de ordem espiritual e religiosa, fator racial e de gênero, baixa produtividade das empresas, distância e isolamento, criações animais sem reconhecimento de qualidade, manejo florestal inadequado, uso indiscriminado do fogo, desmatamento, dificuldade em sair da pobreza, analfabetismo formal e informal e políticas inadequadas.

Sua bibliografia é incomparável “Amazônia: Um Pouco-antes e Além-depois” faz parte dessa constelação. A obra, que ora reeditamos, traz toda a extensão amazônica, tanto da perspectiva humana, como cultural, geográfica, política, econômica, antropológica e social. É a Amazônia impressa em toda sua grandeza, que o autor dedicou aos seus queridos familiares, e com igual ênfase, aos seus alumni. Certamente nos incluímos nesse último grupo, por sermos sempre aprendizes de seus livros e de suas sabedorias amazônicas.

Comemorar os “50 anos da Fieam” e os “200 anos da presença judaica” com a edição desse excepcional escrito sobre a Amazônia dignifica a nossa festa e contribui para a Amazônia que sonhou o professor Benchimol, o brasileiro que emocionou a Rio 92.

*Antônio Silva*

*Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas*

## Prefácio 2

### **Amazônia: Um Pouco-antes e Além-depois**

Samuel Benchimol

A obra de Samuel Benchimol é infinita. É única. É completa. Ao ler *Amazônia: Um Pouco-antes e Além-depois* o leitor é surpreendido pela poesia contida na narração do autor, pelo conhecimento exponencial deslindado a cada página, e pela qualidade e relevo de suas reflexões e exposições, tanto do cientista-economista quanto do humanista-ambientalista.

Editado pela primeira vez em 1977, e agora reeditada pelo Banco da Amazônia em parceria com a Federação das Indústrias do Estado do Amazonas, esse livro é leitura obrigatória a todos os brasileiros e posso arriscar dizendo ser esta, a maior obra de Benchimol. Sem ela, o conhecimento sobre a Amazônia - pior do que ficar incompleto – fica desprovido de sentido, de sentimento, de brasilidade.

A obra se inicia pela descoberta do próprio autor e de sua Amazônia. A narrativa sobre sua infância, adolescência, juventude, de sua formação no Brasil e nos Estados Unidos e os primeiros anos profissionais arrebatam o leitor definitivamente para a aventura logo à frente. Após deslumbrar-se por esse capítulo, não se ignora mais a grandeza do homem que viveu pela Amazônia, que dedicou sua inteligência e intelectualidade a estudar a realidade da região mais rica em biodiversidade do mundo numa ampla perspectiva de formação, estrutura geossocial, ecologia, história, antropologia, representatividade nacional e internacional ou como diria o autor, compreender profundamente *sua querência*.

Os densos capítulos que se seguem, formando uma obra de mais de mil páginas são constituídos de uma coletânea dos principais trabalhos produzidos pelo autor no período compreendido entre 1946 e 1977, com destaque para: “O bacharel no Brasil” (1946);<sup>[i]</sup> “O cearense na Amazônia” (1946);<sup>[ii]</sup> “Diário de um estudante da Miami University” (1946);<sup>[iii]</sup> “Manaus: The growth of a city in the Amazon Valley” (1947);<sup>[iv]</sup> “Planejamento do crédito para a valorização da Amazônia” (1954);<sup>[v]</sup> “Problemas de desenvolvimento econômico” (1957);<sup>[vi]</sup> “O Banco do Brasil na Economia do Amazonas” (1958);<sup>[vii]</sup> “Polos de Crescimento da Economia Amazônica” (1965);<sup>[viii]</sup>

“Estrutura geossocial e econômica da Amazônia” (1966);[ix] “Política e estratégia na grande Amazônia brasileira” (1968);[x] “Variáveis e opções estratégicas para o desafio amazônico” (1969);[xi] “Projeto ETA-54 da heveicultura do pós-guerra” (1970);[xii] “A planetarização da Amazônia” (1972); [xiii] “Amazônia: mensagem a um desafio” (1972);[xiv] “Polarização e integração” (1972);[xv] “A pecuniarização da Amazônia” (1974);[xvi] e, “Uma oikopolítica para a Amazônia” (1976).[xvii]

O capítulo “Nossa Gente” se inicia com a análise do cearense na Amazônia, com uma composição poética sobre os extremos deserto e dilúvio, caatinga cinzenta e hileia verde, sertão e o rio, “da sede para o afogamento”. Dois paralelos humanos tão diferentes que só o destino poderia colocá-los frente a frente. Exatamente disso trata o capítulo, a migração do nordestino, em especial o cearense para a Amazônia, quando e em que condições isso ocorreu. À continuidade do capítulo, a bela surpresa do “Romanceiro da Batalha da Borracha”, tendo como fio condutor, breves trechos do Velho Testamento, quase como a recordação estimulada sobre a composição tríade do homem da Amazônia: atavismo, preservação e desenvolvimento.

O destaque do capítulo é a apresentação do “Regulamento dos Seringais”, de Octávio Reis (ou Seringaes). Perdido no tempo, nunca alcançou a magnitude devida. Aqui reproduzo uma pequena parte: *“É de máxima importância considerarmos a nossa emoção de prazer ao findarmos um trabalho honesto, e feito com vontade, ainda que afanoso. Concluída a obra da qual sabemos o resultado certo em dias não mui remotos, e que desse trabalho irão auferir proventos os entes que nos são caros, sentimos naquele momento o nosso coração transbordar”*.<sup>1</sup>

O capítulo ainda contém, delicadamente, depoimentos ou cânticos dos soldados da borracha, na maior diáspora vista a partir do Ceará para o exílio amazônico, referindo-se ao Ciclo da Borracha I e II. São personagens e expressões de grande valor sociológico e humano que Benchimol conseguiu captar.

No segundo movimento migratório (1941, 1942 e início de 1943), o capítulo assinala os dois perfis distintos de migrantes daquele período. O que ele apelidou de “chegar-ver-e-voltar-logo-que-possível”, eram aqueles que provinham de centros urbanos, geralmente compostos de homens solteiros (isso é, sem a presença da mulher, o elemento fixador por excelência, dando sentido à estabilização e permanência), desgarrados de família, sem profissão definida e muito diferente do outro tipo. Esse, tangido pelo flagelo da seca, apelidado de “chegar-enricar-e-voltar-se-Deus-permitir”. O primeiro grupo foi a gênese do processo de favelização das grandes cidades amazônicas. O segundo grupo já havia estado na Amazônia no primeiro Ciclo da Borracha.

Chegamos ao capítulo três. A Amazônia e toda a sua geografia e ecologia social. O problema das enchentes e vazantes, tratando destacadamente a geografia física e humana do rio Amazonas e suas extensões várzea e terra firme, cujas características anuais de repiquetes, enchentes, alagações e vazantes influem e transforma todas as atividades econômicas dos roceiros, mariscadores, seringueiros, castanheiros, madeireiros e vaqueiros. E também atravessadores e regatões.

E ele apresenta a região em “8 amazônias” e 24 territórios, cada qual com suas características próprias que exigem soluções específicas de desenvolvimento: Oriental, Central, Setentrional, Meridional, do Planalto, Ocidental, Guiano-Orinocense e Pré-Andina.

Nesse capítulo, Samuel Benchimol apresenta as variáveis e opções estratégicas para o desafio do desenvolvimento regional. São ao todo 12 variáveis independentes e 49 opções estratégicas. Ao verificar a atualidade dos dados, constata-se que pouquíssima coisa precisaria ser alterada para corresponder à realidade de 30 anos depois, prova de que a Amazônia, após quatro séculos, *continua em busca de sua vocação e continuará ainda por muito tempo na tentativa de descobrir o seu destino no coração escondido de suas terras, dos seus rios e de suas florestas, porém agora com o auxílio de uma abrangente consciência político-nacional, o que a tem ajudado na integração com o País brasileiro, como parte que é, inalienável de sua grandeza.*

O último capítulo, “Nosso Tempo”, inicia apresentando o conceito de Amazônia e conclui: um universo em si, que para compreendê-lo foi necessário elaborar o novo conceito de macroamazônia, nele incluindo a região geográfica, a província botânica, a bacia hidrográfica, o conjunto geopolítico, o espaço socioeconômico e a área legal, a formação cultural e o processo de integração brasileira. E aí se toma quase a metade do livro...

De histórico, Benchimol apresenta os principais projetos geopolíticos de organização do espaço brasileiro, desde o Projeto Antônio Carlos, de 1823, finalizando com o Projeto Samuel Benchimol, de 1966. São 15 propostas ao todo, que contribui enormemente para o entendimento do Brasil e da Amazônia tal como são hoje.

O conceito de Oikopolítica Amazônica finaliza a publicação. O neologismo tenta caracterizar uma nova ciência política interdisciplinar nascendo entre a fronteira da economia e ecologia, a fim de motivar o exaustivo trabalho de mensuração e modulação realizado pelo autor, sobretudo para o entendimento, desenvolvimento estratégico e modelamento econômico da região.

Não é possível sintetizar o volume Amazônia: um Pouco-antes e Além-depois. A abundância amazônica foi somente plenamente reconhecida no Brasil e no mundo com a publicação dos trabalhos amadurecidos de Samuel Benchimol, nem um pouco-antes e nem além-depois, somente no momento-durante. A vastidão impressa e a perspectiva humana, ecológica e desenvolvimentista fazem de Amazônia: um Pouco-antes e Além-depois um esforço intelectual infinito, único, completo.

Registro minha satisfação e honra em assinar, como presidente do Banco da Amazônia e brasileiro, este terceiro volume reeditado da rica bibliografia do professor Samuel Benchimol. Ao fazê-lo, regozijo-me também pelo segundo ano de união dos Prêmios Professor Samuel Benchimol e Banco da Amazônia de Empreendedorismo Consciente. E, neste ano de 2010, inserido no marco comemorativo de 50 anos da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas, da qual parabenizo seu presidente Antônio Silva e de 200 anos da Presença Judaica na Amazônia, da qual o professor Samuel Benchimol foi um dos seus mais expressivos expoentes.

*Abdias de Souza Junior*

*Presidente do Banco da Amazônia*

---

[i] **O bacharel no Brasil:** aspectos de sua influência em nossa história social e política. Manaus, Livraria Clássica, 1946. 33p.

[ii] **O cearense na Amazônia:** inquérito antropogeográfico sobre um tipo de imigrante. Prêmio José Boiteux do X Congresso Brasileiro de Geografia (1944). 1.<sup>a</sup> Edição, Conselho Nacional de Imigração e Colonização, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1946, 89 p. 2.<sup>a</sup> Edição, Spvea, Coleção Araújo Lima, Rio de Janeiro, 1965, 87p. 3.<sup>a</sup> Edição, Imprensa Oficial, Manaus, 1992, 304p.

[iii] **Diário de um estudante da Miami University** e de um viajante pelos Estados Unidos (1946/7), 174p.

[iv] **Manaus:** The growth of a city in the Amazon Valley. Miami University, Oxford, Ohio, USA, 1947, 165p. (Dissertação de mestrado em Economia e Sociologia)

- [v] **Planejamento do crédito para a valorização da Amazônia:** situação histórica e atual do crédito no Amazonas, política de crédito necessária à mobilização, e medidas complementares e colaterais. Relatório apresentado pela Sub Comissão de Crédito e Comércio, da Comissão Coordenadora dos Subsídios do Estado do Amazonas para o Plano Quinquenal da Valorização da Amazônia, da qual foi Presidente e Relator. Manaus, 1954, 25p.
- [vi] **Problemas de desenvolvimento econômico:** com especial referência ao caso amazônico. Manaus: Sérgio Cardoso, 1957. 83p.
- [vii] **O Banco do Brasil na economia do Amazonas.** Edição Spvea, Coleção Araújo Lima, Rio de Janeiro, 1958, 16p.
- [viii] **Pólos de Crescimento da Economia Amazônica: Aspectos Espaciais, Temporais e Institucionais.** In Cadernos Codeama, n.º 2, Manaus, 1965, 42p.
- [ix] **Estrutura geossocial e econômica da Amazônia.** Dois volumes, edições do Governo do Estado do Amazonas, Série Euclides da Cunha, Editora Sérgio Cardoso, Manaus, 1966, 1.º vol. 186p; 2.º vol. 500p.
- [x] **Política e estratégia na grande Amazônia brasileira.** Edições Faculdade de Direito do Amazonas, 1968, 16p.
- [xi] **Variáveis e opções estratégicas para o desafio amazônico.** Manaus, 1969. Conferência proferida a bordo do Navio Lauro Sodré aos alunos da Escola Naval de Guerra.
- [xii] **Projeto ETA54 da heveicultura do pós-guerra.** Brasília, Congresso Nacional, 1970. Depoimento prestado à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI49/67) da Câmara dos Deputados. Diário do Congresso Nacional, Suplemento (Resolução n.º 114, de 1.º/maio/1970), 7p.
- [xiii] **A planetarização da Amazônia.** Jornal "A Notícia", Manaus, 1972.
- [xiv] **Amazônia: mensagem a um desafio.** Congresso das Classes Produtoras (Conclap), Rio de Janeiro. Revista da Associação Comercial do Amazonas, 1972.
- [xv] **Polarização e integração:** dois processos no desenvolvimento regional. Manaus, 1972. Conferência proferida aos estagiários da Escola Superior de Guerra, na sede do Comando Militar da Amazônia.
- [xvi] **A pecuniarização da Amazônia:** a ameaça e o desafio do mega\_boi no processo de ocupação da Amazônia. Jornal A Crítica, Manaus, 11/08/1974, e Jornal Estado de São Paulo de 08/09/1974. Conferência proferida na Comissão de Valorização da Amazônia, da Câmara dos Deputados.
- [xvii] **Uma oikopolítica para a Amazônia.** Simpósio Nacional da Amazônia, Câmara dos Deputados, 1976, 106p.

[voltar](#)

<sup>1</sup> de satisfação com a grafia original.

## Prefácio 3

T rinta e três anos após o lançamento da obra *Amazônia: um pouco-antes e além-depois*, de Samuel Isaac Benchimol, somos brindados com o seu relançamento. Prefaciar este clássico da literatura amazônica é razão de grande orgulho, não somente pela magnitude da obra, mas pela genialidade de seu autor, duas dimensões inseparáveis.

O amazonense Samuel Benchimol, cidadão incondicionalmente apaixonado pela Amazônia, fez-se reconhecer mundialmente como estudioso e profícuo pesquisador. Encantado pelas potencialidades amazônicas, preocupado com os seus problemas e sempre a postos para corroborar com respostas aos seus desafios presentes e futuros, Benchimol destacou em suas obras reflexões densas e consequentes sobre os possíveis descaminhos relativos à região amazônica, garantindo espaço nobre para detalhar as nuances daqueles que chegam e que vão, que chegam e ficam, que vivem e sobrevivem de forma inexorável neste *locus*: o povo amazônida.

Benchimol é reconhecido como educador: dedicou décadas de sua vida à busca minuciosa de metodologias aplicadas eficientes com o intuito precípua de incentivar seus alunos a indagar, refletir, conhecer e agir com ética; como historiador: construiu e reconstruiu a trajetória de sua vida, sem receio ou soberba, imbricada na construção da própria história do Estado do Amazonas e da região Amazônica, a partir de uma simbiose competentemente orquestrada; como pesquisador: estudou, investigou, analisou, socializou preocupações e apresentou propostas consistentes frente aos inúmeros desafios identificados; como amazonólogo: reiterou sempre no cerne de suas reflexões e produções, a exemplo deste *canto de cisne*, a sociobiodiversidade amazônica: sua economia, cultura, geografia, história, processo migratório e, principalmente, a sua gente, ainda que estivesse distante fisicamente, como durante o seu aprimoramento profissional no exterior, em nível *stricto sensu*, onde se rendeu, sem quaisquer resistências, aos temas amazônicos.

De 1955 a 1982, o professor doutor Samuel Benchimol dedicou-se vigorosamente à Universidade Federal do Amazonas (Ufam), sem nunca ter tido uma única falta em seus registros funcionais. Inicialmente atuou como professor catedrático da cadeira de Economia Política, da Faculdade de Direito (sua *Alma-Mater*), e assumiu, em 1971, a chefia do Departamento de Economia e Análise, da Faculdade de Ciências Econômicas, dividindo a sua carga horária entre as duas Unidades Acadêmicas. Foi professor substituto (de setembro a dezembro de 1986 e professor visitante da Ufam (de 1987 a 1989), mas a sua relação com aquela centenária instituição antecede a cronologia exposta,

tendo sua gênese em julho de 1946 quando fora contratado para reger a cadeira vaga de Introdução a Ciências do Direito do Curso de Graduação da Faculdade de Direito do Amazonas. Em 17 de janeiro de 1998 Benchimol foi condecorado como Professor Emérito da Universidade Federal do Amazonas, reconhecimento público a uma vida dedicada ao estudo, à pesquisa e à educação na Amazônia.

Professor exigente e instigante, pesquisador rigoroso e produtivo, Benchimol sempre manifestou uma inegável preocupação com o aprendizado de seus alunos. A criação de uma metodologia própria que articulasse os fundamentos teóricos e a vida prática assinalou o reconhecimento do autor no pressuposto de que a relação ensino-aprendizagem deveria resguardar contornos rigorosos e estimulantes em relação ao potencial de cada discente. Neste sentido, instituiu *Ordens de Mérito* destinadas aos seus alunos, implementadas por meio do *Bacharel de 10, Ordem dos Cobras e Ordem dos Buiúços* \_ uma forma culturalmente criativa de reconhecimento, a exemplo do *kudos*, para os amazônidas. Adotou, ainda, a *técnica expositiva híbrida* e a realização de *seminários* ao longo de sua carreira no magistério superior, os quais, integrados, ratificam o perfil de um educador que acreditava no aprimoramento qualitativo, na melhoria dos pactos de ensino/aprendizagem e na potencialidade de cada indivíduo, sobretudo de seus *alumni*, aos quais homenageia nominalmente nesta obra. Sua convicção na pujança histórica, como

Sua convicção na pujança histórica, como força motriz inovadora e transformadora, a exemplo de sua vida e obra, marca, de forma inequívoca, *Amazônia: um pouco-antes e além-depois (1977): O passado não morre. Cada um traz dentro de si a memória do que foi e, através dela, se projeta na passagem do tempo. Na medida em que decorrem os anos, adquire-se, pela vivência e experiência, maturidade, consciência cívica e profissional. Essa transição implica, necessariamente, em mudança e adaptação a situações novas, criadas pela evolução da história e pelas exigências de um mundo em rápidas transformações sociais, econômicas e tecnológicas*

Na presente obra, extraordinariamente, Benchimol antecipa questões, ainda atuais e inerentes à complexidade da região amazônica, a exemplo da polêmica planetarização e internacionalização da Amazônia, demarcando, de forma clara e objetiva, mas não menos apaixonada, sua posição sobre a defesa da manutenção da virgindade da selva amazônica como garantia à sobrevivência do planeta. Para o autor tal proposição converteria a Amazônia em espaço *melancólico* e, por analogia, a *uma fábrica de oxigênio, chuvas e trovoadas para o resto da humanidade*.

A ousadia competente para detalhar o *status quo* amazônico e pontuar os seus inúmeros desafios configura uma verdadeira impressão digital de Benchimol e sua obra, por meio de uma narrativa crítica, criativa e propositiva. Ao destacar o papel da Amazônia para a sobrevivência do planeta, apresenta uma lição de otimismo que entrelaça realismo, utopia, perspectivas, superações e convicção de estarmos à altura dos desafios postos: *A esse desafio planetário vamos responder, com a vontade política e com as armas da ciência e da tecnologia, vamos ocupar e desenvolver a Amazônia, sem poluir e sem alçar o deserto, mas não nos deixemos intimidar pelo medo do desconhecido. Somos, afinal, um País de bandeiras e pioneiros que aprendeu desde cedo a enfrentar distâncias, a vencer dificuldades, a resistir ao sofrimento e a seguir generosos na vitória.*

A crença inarredável no conhecimento científico, no potencial do ser humano e na sua infinita capacidade renovadora, ancorada numa tessitura cuidadosamente construída, exorta em *Amazônia: um pouco-antes e além-depois* a presença de uma postura determinante, sem teor determinista;

rigorosa, mas sem rigidez; metódica, sem apelo metodologista; detalhada, sem cair na armadilha do preciosismo; simples, sem jamais ser simplista. Da obra também emanam um arguto raciocínio e uma extraordinária convicção humanista: *Se existe um chão para a miséria, abaixo do qual ninguém pode cair sem perecer, para a mente humana somente o céu é o limite... O maior desperdício é o ato do talento a quem se negou a oportunidade de afirmar-se.* Sem dúvida, um convite à viagem criadora e um estímulo à concretização do idealizado. Com certeza, uma convocatória em direção à busca de um tesouro chamado conhecimento.

Ao descortinar as suas origens, história de vida, atuação profissional e produção acadêmica, o professor Benchimol faz emergir, por meio de uma cronologia cadenciada, as características, complexidades, fragilidades, riscos e desafios inerentes à grandiosidade amazônica, responsabilidade que nos envolve a todos, sempre em prol da Amazônia que temos, mas, sobretudo, em defesa da Amazônia que queremos, resguardando com respeito ímpar as contribuições dos diferentes olhares e vozes: *É indispensável pôr o ouvido no chão da terra, como fazem os índios, e aproveitar as experiências já existentes ao longo dos rios e na calha principal, ou ouvir os órgãos de pesquisa e desenvolvimento regionais, sentir os problemas nas universidades e nas lideranças políticas e empresariais.*

Mesmo diante da sensação de orfandade, tão bem registrada em 1977, em função de contingências que dificultavam a apreensão e o registro precisos e fidedignos dos dados econômicos e sociais na Amazônia que fundamentam as análises quanti-qualitativas da obra, Samuel Benchimol supera muitos obstáculos e, concomitantemente, apresenta-nos mais um alerta metodológico e um chamamento ético, com a maestria que lhe é inerente: *Qualquer incursão nesse campo terá que partir dos pressupostos de que o **sim** não afirma e o **não** jamais nega, que os números escondem mais do que revelam, e que a nossa ignorância do desconhecido aumenta na medida em que se amplia o nosso contato com o conhecimento novo.*

A forte crença do autor na *gente amazônica*, marca indelével desta obra-prima, expressa, acima de tudo, um instrumento agregador de rara grandeza que possibilita, para além do reconhecimento da heterogeneidade inerente aos povos e sociedades, a busca complexa e desafiante, de uma unidade na diversidade em torno da Amazônia. Mais que um convite racional, científico e emocional, Samuel Benchimol nos estimula e nos intima a todos, indiscriminadamente, a *Encontrar as trilhas do passado e os caminhos do futuro... Com os ouvidos no chão, o coração na terra e os olhos no horizonte.* Apresentemos, então, todos, o nosso passaporte para a viagem complexa, necessária e desafiante proposta pelo autor, ancorados na postura competente, consistente, coerente, consequente, responsável e ágil que a nossa *alma-mater* amazônica e seu povo tanto merecem!

Márcia Perales Mendes Silva  
Reitora da Universidade Federal do Amazonas

## Apresentação

**E**ste livro pode parecer, à primeira vista, de difícil classificação, tal a variedade de aspectos que possui, desde o discurso em ato solene à síntese de uma empresa geopolítica, como se fosse a presença humana na ação povoadora e construtiva de uma sociedade, de uma economia e de uma cultura, passando pela memória acerca de tipos e paisagens humanas. Há, nele, no entanto, a assegurar-lhe a unidade, o pensamento contínuo, que se encontra, página a página, de propor a Amazônia, examinar-lhe a significação, interpretá-la advogando a grande causa cívica de sua definitiva integração ao complexo do Brasil continente e arquipélago. Seu autor não o descreveu porque se tivesse deixado tentar pela ambição ou o prazer de ser mais um autor amazônico, mas porque, como homem de inteligência e homem de empresa, destruindo o mito de que essas duas personalidades não podem existir num único exemplar humano, vivendo a problemática regional do passado que estudou aos dias atuais, em que se situa porque nela atua intensamente, entendeu que devia trazer também a sua contribuição, fruto da experiência e do saber que acumulou como professor universitário, visando à revelação realística do que é o mundo gigantesco onde viveu e onde realiza operação de inteligência criadora e econômica.

Há, aqui, o histórico da formação da Amazônia, nos seus lances políticos, sociais e econômicos. Nossa participação nos destinos nacionais e nossa significação na elaboração do continente-arquipélago figuram no que é fundamental a fim de que se compreenda o que representamos, no passado e no presente, para que ele existisse. Se é certo que nos livros sobre a formação econômica e social do País não se vem atribuindo importância ao fato, por isso mesmo o que Samuel Benchimol expõe serve de um alerta, bem proposto, na correção do esquecimento ou da ignorância de muitos que pretendem escrever a história daquela formação. Porque a verdade é que a Amazônia, representando cerca de 2/3 do espaço brasileiro, existe como área sob nossa soberania porque desde o século XVII os que a descobriram para Portugal e nele compuseram uma página da expansão territorial, realizam a façanha, conquistando-a e fazendo-a integrar-se no processo político e econômico que se vinha elaborando em outros pontos do império ultramarino de Portugal. E tanto assim que as preocupações da metrópole ibérica para com ela eram constantes e em profundidade. Confiando-a a homens da maior experiência e envergadura e nela praticando numa política efetiva de utilização de seus recursos e de ocupação material muito bem programada e executada, foram aquelas preocupações de uma evidência incontestável e de resultados os mais precisos. Uma geopolítica da Amazônia, em que pesem os que a contestam, compreendendo não apenas o espaço que nos pertence, mas os das outras cinco nações sul-americanas que o possuem também, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, compreendendo, portanto, todo o gigantesco mundo não apenas físico, mas étnico-cultural e econômico, era e é necessária. Pelo volume e multiplicidade de aspectos de que se reveste e no exame do qual a presença humana, tentando a modificação do quadro natural, fazia-se necessário compor seus

fundamentos, suas primeiras linhas de fixação na parte brasileira como parte de uma geopolítica brasileira, que se começa a escrever. O que se pode encontrar nos capítulos desta obra de tamanha envergadura, embora seu ator não se tenha proposto a tão amplo objetivo, já o revela como um autêntico geopolítico da linha dos Backheuser, dos Golbery, dos Meira Matos, dos Mário Travassos, dos Lisias Rodrigues, dos Delgado de Carvalho, dos Jayme Ribeiro, dos Cassiano Ricardo, dos Rocha Correia, dos Teixeira Soares.

Partindo da notícia pormenorizada do papel desempenhado pelo nordestino, o cearense em particular, a atividade no seringal, nos altos e baixos que a definam, a geografia das calamidades, a estrutura geoeconômica regional, o problema do desenvolvimento, os polos de crescimento, a planetarização da região, a reorganização do espaço, a Zona Franca de Manaus, a estratégia nacional para a integração da Amazônia, Samuel Benchimol propõe, discute, analisa, inventaria, recusa, aceita, conclui sem que, observe-se, faça afirmações que não sejam o resultado de sua experiência, de seus conhecimentos, de sua consciência muito segura acerca dos temas sobre que incidiu sua atenção.

Seu trabalho anterior, resumido no final da obra de agora, já no-lo revelara nitidamente, um integrante do pensamento geopolítico na interpretação da Amazônia. Cabe-lhe, por isso mesmo, o título de pioneiro, nesse particular, entre os que procuram saber a Amazônia e indicá-la ao Brasil em sua paisagem natural e sua estrutura criada pela ação do homem.

Em dois capítulos que desejo ressaltar, aquele do testamento de Plácido de Castro, que descobriu em Rio Branco, Acre, e o do regulamento de um seringal, são pontos preciosos para o conhecimento da vida do grande soldado-caudilho com que o Rio Grande do Sul esteve presente ao episódio do crescimento territorial do Brasil, e para que se possa melhor compreender o que ocorria nas áreas de extração da seringa, desse modo podendo passar-se a uma interpretação realística, sem as fantasias do romance, acerca do sistema que disciplinava ali a ordem social.

No que diz respeito a uma reorganização do espaço político, como a estrutura geossocial e política, enfrentamos a grande temática regional. Lembremos, indo às nossas raízes mais distantes, que nos primeiros tempos, a Amazônia, que ia sendo descoberta e possuída, foi dividida, para sua melhor ocupação e uso material, em Capitânicas Hereditárias para, depois, reduzir-se a duas, de direção do Governo de Portugal, entre elas a de São José do Rio Negro, criada com o nome de São José do Javali, pois que ali é que devia ser instalado o governo local, o que importa em desconfiar que Portugal pretendia ampliar a fronteira pelo Marañon acima, alargando o seu império sul-americano. As tentativas posteriores de novas unidades administrativas não produziram resultado, embora os governos militares do Alto Rio Negro, do Rio Branco e do Amapá preluviassem uma nova política na região, com aquele objetivo imperial e institucional.

A ideia de redivisão resultava da imensidade da área, que os governantes paraenses propuseram várias vezes, a Lisboa e ao Rio de Janeiro, sugerindo-a como fundamental para que fosse possível assegurar o progresso em termos de administração bem conduzida. Cabe, portanto, a pergunta: – Alterou-se o quadro, a necessidade da redivisão continua de pé? A experiência com os territórios federais é positiva e pode conduzir à criação de outros? O momento para estabelecê-los é este? Lembremos ainda que a ocupação humana era a outra grande face da problemática regional. Os elementos essenciais para sua efetivação não somaram nunca expressivamente. E os grupos indígenas, destruídos pelas endemias trazidas pelo conquistador branco ou nos conflitos armados, ou absorvidos na mestiçagem que se processou continuamente sob incentivo de oficiais, aos poucos iam desaparecendo, deixando assim de valer quantitativamente na empresa. Samuel Benchimol, com sabedoria, versa os assuntos de maneira a provocar o debate que leve à conclusão útil. Porque, na verdade, eles constituem aspectos fundamentais da problemática regional.

Vivemos um mundo atormentado por discórdias que não são apenas entre Estados, mas, agora, entre continentes. As ideologias em choque provocam ou dão mais vigor a esse desentendimento. Os povos pobres,

os subdesenvolvidos, enfrentam, com as armas de que dispõem, os povos ricos ou desenvolvidos que não atentam para a situação e permanecem indiferentes à negra realidade que põe em perigo a vida coletiva da humanidade. Já participei, em delegações do Brasil, de conferências internacionais com o fim divulgado de por fim a essas perigosas desigualdades. Sei, em consequência, do tempo perdido nelas na defesa de princípios e de políticas que possam por termo a esse estado de coisas e reformular o mundo. A simples proclamação da independência das áreas sob colonização europeia não importou na situação desejada. As mudanças verificadas são magras, de pouca significação material e espiritual. E as chamadas nações imperialistas, nem porque tenham consciência do quadro negativo, deixam de atuar como sempre, usando processos sibilinos que lhes têm garantido, até agora, um domínio efetivo, que teimam em manter.

A Amazônia, como deixei bem claro em meus livros e conferências sobre os perigos, todos externos, contra sua existência como parte do conjunto territorial brasileiro, precisa ser ocupada e utilizada em seu desenvolvimento, para que aquela consciência de nação adulta, a que se refere Samuel Benchimol, e que já alcançamos, não seja submetida a uma prova áspera nesse mundo em que os subdesenvolvidos não conseguem libertar-se dessa condição de inferioridade. A literatura que continua a descrever-se sobre o vazio que representamos, o maior vazio do mundo, na atualidade, e sobre o que se denuncia como incapacidade brasileira para transformá-lo da simples natureza tropical em trecho dinâmico de uma nação em busca de potencialidade, é uma literatura que não cessa. Ainda há poucos anos, parlamentar de nação amiga escrevia a respeito, sustentando que se fazia necessário substituir-nos por povo capaz, no caso o de que ele é membro. Como aquela outra, de que aspiramos à hegemonia continental e, se até ontem éramos instrumento válido aos interesses imperiais norte-americanos, hoje já nos teríamos transformado em País de aspirações condenáveis, porque almejaríamos o domínio da Sul-América.

Samuel Benchimol, nos ensaios que reúne aqui, considera os aspectos mais vivos de nossas aspirações e de nossa capacidade, revelada através dos tempos, para que seja impossível aceitasse, como realística, aquela tese de nossa superioridade e de nossos apetites indefensáveis.

Na bibliografia de muitos milhares de títulos que o IBDF e o Inpa levantaram, acerca do mundo amazônico, este livro não fica como mais um, mas como um de alta significação, pelo que propõe, pelo que ensina, pelo que analisa, pela fé que se aspira de suas páginas nos destinos permanentemente brasileiros da terra em que nascemos e à qual sempre servimos.



*Arthur César Ferreira Reis*

## Saudações

**Luiz Fernando Furlan <sup>1</sup>**

O professor Samuel Benchimol foi um brasileiro notável. Pensador original, inovador e inquieto, esteve sempre à frente do seu tempo. Há mais de 50 anos falava da necessidade de uma valorização econômica dos benefícios ambientais gerados pela floresta amazônica ao mundo.

Propôs um tipo de imposto global para custear este pagamento. O mundo hoje discute este tema, sob o conceito de “pagamento por serviços ambientais”. O Amazonas, dando seguimento ao ideário do prof. Benchimol e mantendo seu perfil de centro de inovações, criou o Programa Bolsa Floresta. Este programa, reconhecido no Brasil e no exterior, constitui o eixo central da Fundação Amazonas Sustentável, cujo Conselho de Administração tenho o prazer de presidir. É, portanto, nosso dever prestar um tributo especial a este notável brasileiro, que segue sendo fonte de inspiração para todos nós.

\*\*\*\*\*

**Henrique Villa da Costa Ferreira <sup>2</sup>**

A região que pode oferecer ao mundo “a última oportunidade de que surja no planeta uma civilização harmônica e sustentável”, produziu em diversos momentos da sua história homens e mulheres inspiradoras, que nos brindaram com informação e conhecimento privilegiado sobre a Amazônia.

Nós, gestores da chamada questão regional brasileira, agraciados que fomos com a extensa obra de um desses notáveis amazônidas, Samuel Benchimol, com frequência nos debruçamos sobre seus estudos e relatos para beber do conhecimento produzido e transformá-los em processos de tomada de decisão mais articuladas com a realidade regional.

Seu exemplo nos inspira a construir na região um modelo de desenvolvimento que possa ser inovador, flexível às “várias amazônias” e vetor das transformações que todos desejamos à sociedade

brasileira em geral, e à Amazônia em particular.

---

<sup>1</sup> Luiz Fernando Furlan é presidente do Conselho de Administração da Fundação Amazonas Sustentável e ex ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

<sup>2</sup> Henrique Villa da Costa Ferreira é secretário de Políticas de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional.

## MANIFESTAÇÕES

*Para a 2.ª edição de “Um pouco-antes e além-depois”*

### Abraham Baze <sup>1</sup>

Há quem construa, na trajetória da vida, uma rica história. Introduzindo-se no mundo do saber e do futuro, o amazonólogo Samuel Benchimol pode assim se apresentar, tendo como referência sua caminhada científica, literária e comercial.

A obra *Amazônia: um Pouco-antes e Além-depois*, já na época do seu lançamento, apresentava-se como obra amadurecida, com a releitura da Amazônia integrada ao processo político e econômico de uma área sob nossa soberania desde o século XVII.

O prof. Samuel Benchimol interpretou e advogou uma grande causa cívica, propondo a efetiva integração da Amazônia ao restante do País. Desde a chegada dos portugueses ao Brasil, a prioridade da região amazônica são as questões relacionadas à temática socioeconômica, entendida como fonte natural de riquezas para a solução de problemas internos e externos.

Sua obra é determinante para o desenvolvimento regional e nela está contida sua marca principal: a promoção do homem da Amazônia. É também louvável pelo significado inovador na forma de pensar e conviver com os problemas amazônicos, que por sua vez, rebatem igualmente para as questões nacionais mais relevantes. Sabia ele que a participação e o significado da Amazônia no destino nacional é fundamental para a compreensão do passado, do presente e principalmente, do futuro.

A Amazônia é hoje uma questão global e nacional, pois se relaciona diretamente com os problemas que afetam todo o planeta como, por exemplo, as mudanças climáticas mundiais, o uso da água e a biodiversidade, todos esses, temas que Benchimol defendia com maestria. Foi o pioneiro do debate sobre o mercado de carbono.

Nas raízes e na formação amazônica, ele narra com precisão a velocidade da transformação no período. Também expõe sua vivência e experiência em um período importante de sua vida e de sua família, após o período do látex, com a colagem de fragmentos, visões rápidas e múltiplas do cotidiano urbano que se instalava.

O bacharel da turma Clóvis Bevilácqua, como nenhum outro, soube retratar um período difícil para o mundo, em especial para ele em decorrência da II Guerra Mundial. A Manaus desse período era uma pequena cidade provinciana que deu início a um processo de revitalização, consequência da reativação dos seringais nativos.

Sua “Alma Mater.” É nesse particular que a tenacidade e a vontade de vencer o fez entender que somente por meio do conhecimento era possível conquistar um espaço maior, retratando tudo que via e ao mesmo tempo em que adentrava naquele espaço do saber, documentava o que lhe era possível. Tudo isso resultou na tese Manaus: o “Crescimento de uma Cidade no Vale Amazônico”, escrita entre 1946/1947, parte da coletânea que agora faço o posfácio, que contém as principais obras que ele tinha escrito até então.

Nesse momento, nascia a trajetória da vida de educador, o que lhe permitiu fazer parte do presente com feitos e obras, mas principalmente porque trabalhou na formação de novos discípulos em sala de aula, que fazia com muito prazer. Esse é o personagem da nossa história, sim, pois é parte integrante de nosso ensino. Ele acreditou que somente a busca do conhecimento libertaria o homem de escuridão do saber. E como visionário, reafirmou que tudo isso só é válido quando associado ao trabalho. Talvez aí esteja o grande diferencial do sucesso de seus empreendimentos.

Outra identidade presente na vida do prof. Samuel Benchimol é a afirmação de que em cada instante da vida ele se encontrava pronto a fazer algo - inovador, diferente, construtivo, educativo e de tal magnitude, que outros pudessem compartilhar dessa grandeza. Sempre teve a convicção de que o homem é o mestre do seu próprio destino; que o grande homem olha o mundo e percebe que há nele a presença de algo que o desafia a uma nova missão. Foi assim no leito do hospital, ao receber o diagnóstico da doença que o afligia, destacando imediatamente o título da sua obra Zênite-Ecológico e Nadir Econômico-social. Esse fato marcou aqueles que o rodeavam naquele momento.

Por suas mãos, iniciaram-se quantos desejaram partir em busca do conhecimento e foram muitos aqueles que beberam na fonte da sua sabedoria, alunos dos quais ele sempre se orgulhou. Encantou àqueles que o cercaram por motivos mais variados, que passaram a acompanhá-lo seduzidos por uma força imensa de saber.

A história de Samuel Benchimol é exemplar: sua vida é a convergência do intelectual e do empreendedor. Em ambos os casos, merece o reconhecimento dos homens que se dedicam à ciência e ao desenvolvimento econômico e social.

\*\*\*\*\*

## Roberto Ramos Santos <sup>2</sup>

Na literatura, a Amazônia do Brasil tem sido retratada de formas e maneiras diversas. As preocupações dos estudiosos com o desenvolvimento econômico regional em bases não sustentáveis, com as questões ambientais que ameaçam o planeta, com a ineficiência do Estado na formalização e na implementação de políticas sociais e, do mesmo modo, com o receio à internacionalização que coloque em risco nossa soberania nacional, fazem com que o homem da Amazônia, ao ler a maioria dos livros que abordam esses assuntos, se veja em geral sobre um barril de pólvora, onde tudo a sua volta e ele mesmo estão prontos a serem devastados.

Assim, antes de construírem suas teorias catastróficas sobre nossa região, os especialistas deveriam conhecer melhor a ideologia e o modo de vida simples dos amazônidas. Observar por exemplo suas necessidades, cultura e visões de mundo. Isto talvez nos faça compreender de uma forma mais suave essa realidade complexa e apaixonante. Max Weber dizia que a realidade social é infinita. Construir um novo olhar sobre a Amazônia com base nas experiências regionais pode ser uma saída para o progresso sem a culpa de que estamos destruindo o planeta.

As obras do prof. Samuel Benchimol vão nessa direção. Seu olhar sobre a Amazônia é fruto de sua vivência construtiva. E o livro “Amazônia: um Pouco-antes e Além-depois” é um belo exemplo disso. Sua reedição como marco comemorativo dos 50 anos da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam) é para nós um grande presente, uma forma de manter sempre viva a história e o sonho de harmonia entre natureza e homem. Convido a todos para uma boa leitura.

\*\*\*\*\*

### Isaac Dahan<sup>3</sup>

Ao lado de ter sido um dos maiores expoentes do saber amazônida, o prof. Samuel Benchimol destacou-se também pelo grande amor e empenho na manutenção da tradição e costumes herdados de seus antepassados, judeus marroquinos que vieram para a Amazônia até a metade do século passado, fincando aqui suas raízes e contribuindo sobremaneira para o desenvolvimento socioeconômico e cultural deste magnífico rincão da terra brasileira.

Desfrutei do seu convívio durante trinta anos e até hoje, sem sombra de dúvida, continuo vendo na figura de Samuel Benchimol um dos homens de maior visão comunitária que já conheci, constituindo-se num verdadeiro exemplo para as futuras gerações, pois, conforme ensinam nossos sábios, o bom nome e as boas obras de uma pessoa, o tempo não apagará jamais.

Ele educou, transmitiu e praticou a convivência e o desenvolvimento saudáveis, com amor ao próximo e dedicação incontestemente aos valores de sua querida Amazônia.

\*\*\*\*\*

### Euler Esteves Ribeiro<sup>4</sup>

O prof. Samuel Benchimol, um ícone amazônico desaparecido precocemente. Ficamos órfãos todos nós desta inteligência e de sua capacidade de nos ensinar com clareza a grandiosidade da Amazônia como um todo. Buscava permanentemente nas suas pesquisas mostrar não só a biodiversidade, mas também a interrelação das etnias e a capacidade do homem amazônico.

Despertando em todos e em especial nas autoridades, a necessidade urgente de se construir e colocar em prática, políticas públicas capazes de explorar adequadamente as florestas e o grande manancial das águas doce do planeta, que a nós pertencem. Mostrava os caminhos, lutava pela educação direcionada pra a busca da prosperidade a qual deveria ser compartilhada com todos. De tantas obras publicadas a que será reeditada novamente para comemorar os 50 anos da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas, o livro *Amazônia: Um Pouco-antes e Além-depois* espelha com clareza toda luta para preservação da biodiversidade, nos ensinando com sua habilidade peculiar, como usar adequadamente estas riquezas para o bem de todos. Que saudades deste ilustre patricio!

\*\*\*\*\*

## Jacques Marcovitch <sup>5</sup>

Samuel Benchimol foi um dos mais ativos pioneiros empresariais do Brasil. Atuou principalmente na Amazônia, onde também se distinguiu por uma vasta produção intelectual. Legou à posteridade notável obra escrita sobre a região, na qual se insere o livro “Amazônia: um Pouco-antes e Além-depois”, lançado em 1977 e agora reeditado. Antecipou-se ao conhecido Relatório Brundtland publicado em 1987 *Our Common Future*, que relaciona fatores ambientais e economia. Líder que serviu sua comunidade de forma destacada, o prof. Benchimol defendeu o desenvolvimento sustentável da Amazônia, respeitando-se quatro diretivas: viabilidade econômica, adequação ecológica, equilíbrio político e justiça social. A obra atualíssima desse empresário pensador fez dele também um pioneiro dos estudos amazônicos.

\*\*\*\*\*

>

## Flávia Skrobot Barbosa Grosso <sup>6</sup>

Quem quiser conhecer a Amazônia, essencialmente deverá estudar os ensinamentos transcritos no livro “Amazônia: um Pouco-antes e Além-depois”.

A compreensão da formação social e econômica da Amazônia de hoje passam pelo entendimento do contexto histórico postulados por Benchimol sobre o movimento migratório, essencialmente nordestino-cearenses, e economicamente estabelecidos nas “empresas” seringalistas, aviadores e regatões, plasmando seus efeitos por todo século XX sobre a socioeconomia amazônica.

O olhar para o passado sobre a diáspora cearense nos remete a uma condição ímpar na formação da sociedade amazônica de hoje, base socioeconômica e cultural, na constituição da Zona

Franca de Manaus, daí o cordel de cientificidade entre o pouco-antes e as prospecções para uma Amazônia que se deseja além-depois dos incentivos fiscais.

\*\*\*\*\*

## Ennio Candoti <sup>7</sup>

*“Não importa quem decide mas onde se decide”.*

Este era o mote da revolta de 1966, no navio Rosa da Fonseca. Tramava-se, uma vez mais, excluir Manaus do centro de decisão da política amazônica.

O prof. Samuel, seu líder, não hesitou em chamar de “novos cabanos” aos companheiros de insurreição. A exclusão foi evitada, mas “onde se decide” ainda hoje é incerto.

Havia encontrado as razões que inspiraram o mote ao estudar, com método e “boa lupa” o antes e pensar no depois da Amazônia.

Escreveu uma história de glórias e tragédias que, agora, volta às praças públicas para que decida aqui, “ainda que tarde” os rumos que deverá tomar.

Na Amazônia, em homenagem a Samuel Benchimol.

\*\*\*\*\*

## Alfredo Lopes <sup>8</sup>

É plena de significado e oportunidade a reedição de “Amazônia: um Pouco antes e Além depois”, do prof. Samuel Benchimol, no conjunto de iniciativas que celebram os 50 anos da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas.

A obra percorre – com o rigor do cientista e a devoção apaixonada e militante de nosso grande amazonólogo – o apogeu, a decadência e a retomada da economia de nossa região, destacando a presença dos migrantes na busca da construção da prosperidade social.

O livro, por sua densidade de informações e robustez de análises, se constitui em referência obrigatória para pesquisadores, empreendedores, formadores de opinião e, sobretudo, para as novas gerações de estudantes que precisam entender o papel geopolítico e socioambiental da Amazônia na formulação de um novo modelo de desenvolvimento “... ambientalmente adequado, economicamente justo, politicamente equilibrado e socialmente justo”, como profetizava o prof. Benchimol.

\*\*\*\*\*

## Odenildo Teixeira Sena <sup>9</sup>

Não há um dia sequer em que o tema Amazônia não povoe páginas, discursos e propagandas dos mais variados meios de comunicação deste País e do mundo. Isto porque o tema é, acima de tudo, uma forte marca à custa da qual muitos, mesmo sem efetivo comprometimento com o desenvolvimento da região, querem associar-se em busca de prestígio e lucro.

Entretanto, não é preciso submeter-nos a demoradas análises ou complexos jogos de reflexão para constatar que pouco ou quase nada do que se fala, pensa e escreve sobre a Amazônia diariamente vai além da estrita e tautológica compreensão acerca da necessidade de preservação de sua rica biodiversidade, seja pela perversa apresentação de dados ambientais catastróficos da região, seja pelo nada casual desinteresse sobre a vida do homem amazônida.

Na contramão dessa limitada concepção, o prof. Samuel Benchimol, em seu livro “Amazônia: um Pouco-antes e Além-depois”, traz à luz uma abordagem – fruto de observação, vivência e reflexão aguçadas de quem conhece e vive intensamente a Amazônia – em que o amazônida é fundamental para o desenvolvimento socioeconômico da região. O resultado é, portanto, um olhar mais integral e verossímil sobre a Amazônia e o homem amazônico.

A Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), ao reeditar esta valiosa obra, como forma de comemorar seus 50 anos de existência, dá mais uma inequívoca demonstração da visão holística de desenvolvimento regional que sempre lhe foi peculiar e notória.

\*\*\*\*\*

## Maurício Loureiro <sup>10</sup>

Possuidor de inteligência multifacetada, Samuel Benchimol, além da obra acadêmica que o eternizou, foi um dos mais criativos empresários da Amazônia, onde deixou negócios que servem de modelo a outras iniciativas. Em momento adverso da economia amazonense, das promessas de riquezas miraculosas derivadas da exploração da borracha nativa, o ilustre amazonense encontrou estímulos para criar expressiva obra empresarial consolidada no grupo Bemol, hoje dirigido por seus descendentes.

O empresário atuou principalmente na Amazônia, região que inspirou sua vasta e fecunda produção intelectual. Legou posteridade notável de sua obra sobre os aspectos socioeconômicos da região, na qual se insere o livro “Amazônia: Um Pouco-antes e Além-depois”, lançado em 1977 e ora reeditado.

Com perspicácia, antecipou-se aos relatórios mundiais que trouxeram a nova conexão da economia com o ambiente. A grande preocupação que o mundo hoje devota em relação a importância da Amazônia para a economia planetária encontra base na obra pioneira e premonitória do ilustre empresário e intelectual.

Líder que serviu sua comunidade de forma exemplar, o prof. Benchimol defendeu o desenvolvimento sustentável da Amazônia sob quatro condições: viabilidade econômica, adequação ecológica, equilíbrio político e justiça social. Diante das pressões que as preocupações ambientais impõem à humanidade, a obra desse pensador brasileiro permanece de grande atualidade.

\*\*\*\*\*

## Virgílio Viana [11](#)

Reconhecendo a importância da Amazônia para o clima e o equilíbrio do planeta, o professor Benchimol defendeu a ideia de um imposto global para remunerar os serviços ambientais providos pela Hileia. Cinquenta anos depois, a ONU debate o tema, sob a denominação de REDD+ (redução de emissões por desmatamento e degradação, mais manejo, conservação e aumento de estoques de carbono florestal). É a maior esperança para valorizar economicamente a floresta em pé.

O pensamento do prof. Benchimol foi importante para a definição do conceito do Projeto Juma, primeiro projeto REDD+ do Brasil a receber uma certificação internacional de nível máximo (ouro, pelo CCB). Esta experiência do Amazonas tem sido importante para o debate liderado pela ONU.

Podemos dizer que o pensamento do prof. Benchimol tem tido um papel importante, servindo para orientar o debate e a construção de caminhos a valorização econômica da floresta amazônica: um dos maiores desafios do Brasil, com grande importância para o futuro do planeta.

\*\*\*\*\*

## Belisário Arce [12](#)

Tive o privilégio de conhecer o prof. Samuel Benchimol no início dos anos de 1980. Nessa época, como aluno no Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL), muitas vezes assisti a suas palestras. O conteúdo era sempre magnífico, criativo e inspirador. Seu modo simples mas instigador conseguia a completa adesão da platéia. Prof. Benchimol era o modelo em quem se espelhar.

Seu pensamento é o farol que indica o caminho lúcido da conciliação do desenvolvimento da Amazônia com a conservação da floresta. Sua obra é o nascedouro do qual todos os trabalhos sobre o aproveitamento racional das riquezas amazônicas são caudatários.

\*\*\*\*\*

## Moses Israel <sup>13</sup>

### Lembranças de “um pouco-antes e além-depois”

Nosso querido amigo José Rincon Ferreira pediu-me para dizer um pouco sobre Samuel Benchimol, o que atendo buscando na memória dados sobre nossas vidas próximas, emprestando o título de um dos seus livros, pois nosso convívio e amizade vem de “um pouco antes” e se prolongou “além depois”, até agora, na divulgação de sua obra e seu exemplo.

Fomos amigos desde a infância e brincávamos nos apresentando na adolescência como “irmãos de leite moça da Nestlé”. Fomos conterrâneos no Ginásio Pedro II, ele um ano além. Era um jovem estudioso e respeitador da disciplina, que se aproximava frequentemente dos mestres e por eles era tratado com carinho, tal como a professora de francês que o atendia, pousando-lhe a mão ao ombro e dizendo “oui, mon petit Benchimol”.

Na adolescência mais avançada, formamos um grupo de amigos, do qual, apesar de não ser o mais velho, nem ter a altura do Agnelo Bittencourt, logo se tornou o líder, dirigindo nosso clube e escrevendo os seus estatutos. Neles, criou regras de comportamento do grupo e outras lições de ética e amor aos estudos as quais nos orientaram por muito tempo.

Samuel Benchimol, embora a ideia original partindo de Agnelo, foi organizador e dirigente da Primeira Caravana Estudantil do Amazonas – que foi além fronteiras, até Iquitos – Capital da Selva no Peru. Ao visitar casas comerciais, fábricas e autoridades, enquanto permanecia no porto o navio da Amazon River, era sempre Benchimol, o interlocutor que, com sua fala mansa, conquistava admiração. Era início do “além fronteiras” que marcaria sua vida desde a conquista da bolsa para estudar no exterior e divulgar a Amazônia, para tal, tornara-se exímio no idioma inglês, que havíamos iniciado juntos, em aulas particulares com a prof. Elsie Brigs e, de francês, com o prof. Paulo Rezende.

Um capítulo desse “trota mundos” se realizou na Europa, para onde viajamos, no que seria a sua “despedida de solteiro” e como meu futuro cunhado estaria “liberado” para o circuito. Era excelente companheiro de viagem, quando se sentia mais leve e tinha tiradas de “bom humor criativo”.

E não poderíamos esquecer do seu exame vitorioso na Faculdade de Direito de Manaus e na verdadeira torcida dos amigos quando disputou a cadeira de professor catedrático, com memorável vitória sobre o outro concorrente.

No fundo, sempre fora um educador: com os colegas, amigos, na família e na orientação dos filhos e netos.

Confidenciou-me, uma vez, que na noite anterior tivera uma grande emoção, enquanto dava aulas na Faculdade de Direito e, naquele tempo, a falta de luz era frequente em Manaus. A sala pronta, iniciava-se a aula e passados poucos minutos apagaram-se as luzes. “Bom, disse Benchimol, como são demoradas essas falhas, vamos transferir a aula”. – “Não, professor, queremos que dê sua aula, nós continuaremos ouvindo, mesmo no escuro!”

E foram assim, as lembranças que nos deixou: dedicação aos estudos, à família, à comunidade acadêmica, à comunidade judaica da qual foi dirigente em sucessão ao seu pai, enfim, à sociedade na

qual vivera dando de si, deixando a todos um exemplo e suas obras que, no fundo, são revelação de quanto o preocupavam nossa Amazônia e seus problemas.

---

<sup>1</sup> Abraham Baze é historiador, jornalista e membro da Academia Amazonense de Letras - [voltar](#)

<sup>2</sup> Roberto Ramos Santos é Reitor da Universidade Federal de Roraima. - [voltar](#)

<sup>3</sup> Isaac Dahan é professor e oficiante religioso da Sinagoga de Manaus. - [voltar](#)

<sup>4</sup> Euler Esteves Ribeiro é Membro da Academia Amazonense de Letras e da Academia Amazonense de Medicina. - [voltar](#)

<sup>5</sup> Jacques Marcovitch é membro do Conselho da Agenda Global para o Futuro da América Latina no Fórum Econômico Mundial em Genebra. - [voltar](#)

<sup>6</sup> Flávia Skrobot Barbosa Grosso é superintendente da Suframa. - [voltar](#)

<sup>7</sup> Ennio Candoti é professor da Universidade do Estado do Amazonas e diretor geral do Museu da Amazônia. - [voltar](#)

<sup>8</sup> Alfredo Lopes é jornalista. - [voltar](#)

<sup>9</sup> Odenildo Teixeira Sena é secretário de Ciência e Tecnologia e presidente da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas. - [voltar](#)

<sup>10</sup> Maurício Loureiro é presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas. - [voltar](#)

<sup>11</sup> Virgílio Viana é superintendente geral da Fundação Amazonas Sustentável. - [voltar](#)

<sup>12</sup> Belisário Arce é presidente da Associação Panamazônia. - [voltar](#)

<sup>13</sup> Moyses Israel é fundador, diretor e conselheiro Fiscal da Fieam. - [voltar](#)

## MANIFESTAÇÕES

*Familiares de Samuel Benchimol*

### Benjamim Saul Benchimol Saul

Como descrever nosso Tio Samuel? É fácil dizer que era uma pessoa culta, inteligente, um professor, pesquisador de extensa publicação. Ajudou a fundar cursos e, como professor emérito, tocou a vida de dezenas, talvez centenas de milhares de pessoas. Também é preciso dizer que gostava de uma discussão intelectual e sempre discutia questões gerais e da Amazônia com pessoas do mundo inteiro. No lado pessoal, sempre foi um judeu orgulhoso, que traçava a história da família e ajudava sua comunidade. Como tio, dava conselhos, e deixou em suas lembranças lições de vida que sempre ajudaram a mim e a toda família.

\*\*\*\*\*

### Salomão Benchimol

*Vivência e Aprendizado com Samuel Benchimol*

Retornei em outubro de 1968 para Manaus. Com 20 anos então, iniciei meu trabalho na Bemol. Nessa época existiam apenas as lojas Matriz e Avenida. O próprio Samuel era o comprador dos produtos que revendíamos nas lojas. Ele me chamava para participar do processo das compras junto com os gerentes das lojas. Além de empresário visionário, exercia com maestria o papel de professor respeitado por seus alunos e pares além de líder na comunidade judaica.

Aprendi no dia a dia com ele o respeito que devemos ter com nossos colaboradores e clientes. Lembro-me de pessoas estimadas e comprometidas com a empresa como o senhor Rodrigo na tesouraria, a senhora Ediméa na administração e tantos outros que muito contribuíram. Guardo na lembrança a conduta ética, a simplicidade, o humor, as frases e os fatos desse convívio. Esse é o meu relato: de admiração e de aprendizado que me norteiam até hoje.

Boas saudades!

## Fam lia Mery e Samuel Isaac Benchimol

Samuel Issac Benchimol

Mery Israel

Jaime Sanuel Benchimol

Ane Gimol Benzecry

Jos Benzecry Benchimol

Rebeca Benzecry Benchimol

Nora Benchimol

Ilko Minev

Denis Benchimol Minev

Anne Lareco Jezini

Ilana Minev

David Benzecry

Samuel Minev Benzecry

Eli Minev Benzecry

## DEPOIMENTOS

*Família Mery Israel Benchimol e  
Samuel Isaac Benchimol*

### Mery Israel Benchimol

*“A vida nunca envelhece, a idade não é a fuga  
dos anos e sim a aurora da Sabedoria”.*

Dentro deste preceito, Samuel Benchimol começou e terminou uma trajetória de 78 anos, iniciados como excelente aluno premiado desde os quatro anos de idade, que o levou a uma vida admirável e elogiável. Quando criança e na juventude já lutava para chegar ao grande homem, grande professor, grande economista e grande escritor que foi. Completou uma biblioteca de mais de cem livros sobre esta imensa e complexa Amazônia. Que os jovens se espelhem em sua vida e sucesso terão.

Numa convivência de mais de 60 anos, nossa amizade foi se fortalecendo paulatinamente, pelo grande interesse das atividades que ambos amavam e apreciavam. O amor, o respeito e a admiração mútua foram a força motriz de nosso amor e na criação de nossos filhos. Samuca dedicou-se totalmente ao dia a dia das crianças, orientando-os e estimulando-os. Pai fantástico, marido atencioso, homem bondoso e profissional respeitador que eu tanto admirava... amamo-nos do princípio ao fim.

\*\*\*\*\*

### Jaime Samuel Benchimol

O que mais me surpreende no trabalho do meu pai é que suas ideias se mantêm cada vez mais atuais: o imposto internacional ambiental; os paradigmas para um desenvolvimento sustentável na Amazônia; o imperativo de considerar o homem na equação do desenvolvimento amazônico; o reconhecimento de que não existe uma, mas várias amazônias cada qual a exigir políticas distintas são exemplos de conceitos que só agora estão sendo aceitos e estudados.

A rara combinação de pensador e empresário permitiu a Samuel Benchimol elaborar visões duradouras para a região. A sua formação humanista, sociológica e econômica se uniu ao seu talento empresarial na concepção de ideias universais que valorizam o homem e a natureza, que unem teorias a aplicações práticas, que identifica o papel da Amazônia no Brasil e na Terra.

\*\*\*\*\*

## Nora Benchimol Minev

Ainda penso no meu pai com grande frequência e carinho e sinto falta da sua mente privilegiada. Dentre as várias atividades que ele desenvolvia tão bem, as que ele mais gostava eram os ofícios de professor e escritor. Ouvi ele comentar várias vezes que se pudesse sobreviver condignamente como intelectual, não teria tentado a carreira de empresário.

A principal inspiração dele era a Amazônia e, antes de tudo, os seres humanos que a habitam: os caboclos, os índios, os migrantes nordestinos, os imigrantes europeus, asiáticos, judeus e árabes que aqui se fixaram e formaram a rica miscigenação amazônica.

Ele foi o meu principal mentor e as suas ideias continuam a influenciar fortemente as gerações mais novas da nossa família.

\*\*\*\*\*

## Anne Gimol Benzecry Benchimol

Durante todo o tempo de convívio que tive com o prof. Samuel, sempre me senti privilegiada por estar tão perto, na forma de aluna e nora, de uma pessoa tão grande. Grande de forma moral, cultural, motivacional e familiar... Seus atos econômicos e sociais foram marcantes, em seus livros muitas vezes foi visionário, em família uma inspiração...

Apesar de estarmos sem sua presença física, sua influência afetiva e moral é sentida por todos. Quando tenho que tomar uma decisão importante procuro me orientar com seus ensinamentos. Sendo uma pessoa que exerce essa força em seus entes queridos, nunca será esquecido, seu exemplo estará presente em muitas gerações que ainda estão por vir.

Eu só tenho a agradecer tudo o que recebi do professor Samuel, pessoa tão importante para mim e que continua me inspirando a ser uma pessoa cada vez melhor.

\*\*\*\*\*

## José Benzecry Benchimol

Meu avô Samuel é constante fonte de inspiração e orgulho. Sinto-me inspirado pela sua simplicidade, obras acadêmicas, conquistas como empresário, líder comunitário e patriarca.

Como neto, vejo o respeito que as pessoas têm por mim pelo fato de ser seu descendente. Esse orgulho também está presente na Bemol e na Fogás onde nossos colaboradores se sentem felizes em trabalhar em empresas que o tiveram como um dos seus fundadores.

Seus ensinamentos, paixão e visão de futuro da região Amazônica me permitem acreditar que os melhores dias da nossa floresta e do nosso caboclo ainda estão por vir.

\*\*\*\*\*

## Rebeca Benzecry Benchimol

É impressionante e gratificante ver o legado que o meu avô Samuel deixou, seja ele pelos seus estudos e paixão pela Amazônia, conquistas empresariais, ou mesmo pelos seus valores familiares.

Sinto-me privilegiada de ter tido a oportunidade de aprender com ele alguns de seus princípios. Dentre deles o que mais me impressionava era o seu jeito humilde com que ele lidava com as pessoas ou situação. Certamente, muitos desses valores continuarão a ser mantidos e passados para as próximas gerações.

\*\*\*\*\*

## Ilko Minev

Dono de uma capacidade extraordinária de analisar, avaliar, catalogar e descrever dados e acontecimentos da história da Amazônia, Samuel era um visionário ousado que enxergava muito além do nosso tempo. Foi um narrador brilhante, professor dedicado e apaixonado, homem de negócios dos melhores que esta terra produziu. É assim que muitos de nós se lembram do notável amazônida, Samuel Benchimol.

Durante mais de 30 anos tive o privilégio de conviver todos os dias com esta excepcional figura humana, tanto na rotina de trabalho na Bemol quanto no seio da família. Assim, sempre aprendendo muito, tive o privilégio de conhecer um outro lado de Samuel – interlocutor bem-humorado, pai carinhoso, avô incansável, sempre disponível para os netos, sogro amigo e excelente companheiro de viagem.

Orgulho-me de ter discutido com ele vários dos assuntos que abordava nos seus livros, e desta maneira contribuído com algumas de suas obras na qualidade de “advogado do diabo”.

Que saudade!

\*\*\*\*\*

## Denis Benchimol Minev

O vô serve de constante inspiração e fonte de sabedoria a respeito da Amazônia para muitos na região, mas em especial para membros da família. O seu estudo e dedicação honram uma Amazônia encantadora e desafiadora. Seu trabalho continua a provocar debate e aprofundar conhecimento, indicando direção. Cabe-nos, para honrar sua memória, comprovar que seu esforço não foi em vão e que a Amazônia pode um dia se destacar no mundo não só pela sua beleza biológica, mas também por seus altos níveis de desenvolvimento humano, econômico e ambiental, como um dia ele sonhou.

\*\*\*\*\*

## Anne Laredo Jezini Minev

*“Imortalidade é a habilidade de movimentar os outros mesmo após ter parado de se mover”*

Em quase oitenta anos de vida, meu avô dedicou todo o seu tempo, inteligência, energia e paixão à região amazônica, onde nasceu, viveu, e deixou inúmeros amigos e admiradores. Como empreendedor e pesquisador fora um visionário, sonhava com o desenvolvimento da Amazônia de forma economicamente viável, ecologicamente adequada, politicamente equilibrada, e socialmente justa. Muito mais do que descrever um plano de desenvolvimento, essas palavras descrevem o homem que ele era.

Como professor, alimentou o interesse pela Amazônia que tanto amava, com pesquisas e transmitindo seus conhecimentos em suas inesquecíveis aulas a seus alunos e em especial aos cobra-grandes e buiúças. Educador apaixonado, somente deixou de lecionar quando suas forças não mais lhe permitiram tal ofício.

Como avô, um exemplo de justiça, integridade e simplicidade, sendo sempre motivo de inspiração e orgulho, um verdadeiro exemplo na formação acadêmica e social dos seus filhos, netos e agora bisnetos.

\*\*\*\*\*

## David Benzecry

Felizes são as pessoas que tem a sorte de conviver e aprender com alguém tão iluminado quanto foi nosso saudoso Samuel Benchimol.

Administrador de seu tempo e sempre à frente do mesmo, capaz de exercer acumuladas funções, que para contarmos um pouco de sua história, fica a impressão de ter vivido 300 anos.

Dentre as atividades que exerceu, foi um grande líder comunitário, sempre preocupado em transmitir as tradições de um judaísmo que sobreviveu anos em isolamento na Amazônia. Este judaísmo que perpetua até hoje pelos seus filhos, netos e bisnetos.

\*\*\*\*\*

## Samuel Minev Benzecry

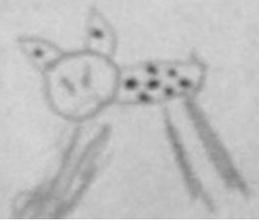
Ganhei meu nome do meu Bisavô Samuel. Já vi muitos livros na minha casa que tem o nome dele e as pessoas sempre falam dele. Não tive a chance de conhecê-lo pessoalmente, mas pelas histórias que escuto, me acho parecido com ele.

Minha mãe me diz que ele gostava muito de conhecer e estudar sobre a Amazônia; eu também. Gosto dos bichos da Amazônia e de visitar a floresta. Espero um dia também ser um cientista e um grande amazônida como ele.

\*\*\*\*\*

## Eli Minev Benzecry

ELI (3 AÑOS)



## INTRODUÇÃO

*Antes que se escureçam o sol e a luz, a lua e as estrelas, e tornem a vir as nuvens depois da chuva... Antes que se quebre a cadeia de prata e se despedace o copo d'oiro, e se parta o cântaro junto à fonte e se desfaça a roda junto ao poço...*

Eclesiastes 12:2.6

O passado não morre. Cada um traz dentro de si mesmo a memória do que foi, e através dela se profeta na passagem do tempo. Na medida em que decorrem os anos, adquire-se, pela vidência e experiência, maturidade, consciência cívica e profissional. Essa transição implica, necessariamente, em mudança e adaptação a situações novas, criadas pela evolução da história e pelas exigências de um mundo em rápidas transformações sociais, econômicas e tecnológicas.

Pertencendo a uma geração de intelectuais amazônidas forjada durante e após a II Grande Guerra, desde jovem me conscientizei da necessidade de se criar na área uma liderança voltada para a pesquisa e o estudo dos problemas regionais. Nestas três décadas temos participado de seu destino como pesquisadores, professores e profissionais em diferentes setores, assumindo posições críticas e construtivas na formulação de uma estratégia amazônica, e contribuindo, muitas vezes, para tomadas de decisões.

Essa minha geração, formada de figuras ilustres como Agnelo Bittencourt Filho, Mário Ypiranga Monteiro, Geraldo Pinheiro, Moacir Paixão e Silva, Djalma Batista, Armando Mendes, Adriano Menezes, Leandro Tocantins, Clóvis Ferro Costa, e tantos outros intérpretes da Amazônia, recebeu inspiração e apoio de venerandos mestres como Agnelo Bittencourt, Vivaldo Lima, Araújo Lima, Alfredo da Mata, Artur Reis, Sócrates Bomfim, Augusto Rocha, Leopoldo Péres, André Araújo, Nunes Pereira, e outros mais de escol. Quase ao mesmo tempo, ou um pouco depois, formou-se outra geração de intelectuais, artistas, poetas, romancistas engajados na mesma consciência amazônica, projetada pelo Clube da Madrugada e por outros grupos informais, porém, atuantes, tanto em Manaus quanto em Belém. Igualmente formou-se um grupo de situação política de suporte de idéias no Parlamento Nacional e nas Assembleias Legislativas dos Estados amazônicos, e ainda outro de empresários e inovadores do porte de Danilo Areosa, Nataniel de Albuquerque, Jacques Alves, Umberto Calderaro, Elias Benzecry, Carlos Souza, Fernando e Aureliano Monteiro, Vasco Vasques, Roberto e Philipe Daou, Douglas Souza Lima, David Tadros, Phelipe Abraham, Antônio Simões, José Castro, Mário Guerreiro, Moisés Israel, Edgar Monteiro de Paula, Manoel Lapa, João Braga, Moisés Sabbá, Jaime Araújo, José Soares, Israel e Saul Benchimol, Zanoni Magaldi, Ambrósia Assayag, e

tantos empreendedores outros (as citações são sempre perigosas, pois, por esquecimento ou descuido, comete-se grave pecado, venial ou capital de omissão).

Antes destes, os pioneiros do nosso desenvolvimento industrial na década dos 50, entre eles Isaac e Jacob Sabbá, Cosme Ferreira, Isaac Benzecry e Adalberto Vale, que sucederam as elites empresariais do século passado e da “belle époque”, daquele período que já chamei de Era dos Jotas: J. G. Araújo, J. A. Leite, J. S. Amorim, J. Soares, muitos dos quais ainda continuam a luta de seus predecessores.

Como ao longo de três séculos, a Amazônia continua em busca de sua vocação, e continuará ainda por muito tempo nessa tentativa de descobrir o seu destino no coração escondido de suas terras, dos seus rios e de suas florestas, porém, agora com o auxílio de uma abrangente consciência político-nacional, o que a tem ajudado na integração ao País brasileiro, como parte que é, inalienável, de sua grandeza.

As novas gerações amazônicas estão surgindo nas Universidades do Pará, Amazonas, Acre, Mato Grosso, Goiás, Maranhão, nos centros de investigação e pesquisa, no Museu Goeldi, no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), na Sudam, na Codeama, no Idesp, no Centro de Altos Estudos Amazônicos, e demais instituições culturais do Grande Vale.

Sinto-me, pois, na obrigação de transmitir aos que estão surgindo e aos que estão nos sucedendo no comando e nas posições que outrora ocupamos, um pouco de nossa vivência, de nossa formação, de nossa luta, de nosso sofrimento, frustrações e sucessos. O objetivo, assim, desta antologia, memória e reflexões é a de reunir amostras dessa participação e dessa luta na qual me engajei desde rapaz.

Ao longo de minha vida, no exercício de funções públicas ou privadas, como resultado de pesquisas e reflexões, venho procurando transmitir um pouco de minha experiência e atuação constante através de livros, cujas edições estão esgotadas, de pronunciamentos, palestras, entrevistas esparsas e depoimentos, muitos dos quais já não se encontram disponíveis. Talvez não sejam de grande valia, ou busquem apenas externar, por amostragem, orgulho e vaidade, mas, de qualquer modo, a minha missão não estaria cumprida sem que buscasse, através desta memória e de meus arquivos, lembrar, com humildade, episódios e eventos que pertencem, não singularmente a mim, mas, sobretudo, à geração da qual faço parte. É mais um depoimento cuja validade entrego ao julgamento daqueles que ainda me buscam, e muitas vezes estranham a minha ausência nos debates que se suscitam no interesse público, talvez esquecendo que o ser humano, no plano existencial, não pode estar onipresente, mesmo porque a vida nos impõe compromissos que nos surpreendem pelas exigências de novas atividades e absorvem nossa capacidade de ação e resposta.

Se mais não fiz para esta AMAZÔNIA: UM POUCO-ANTES E ALÉM-DEPOIS, terá sido por falta de suficiente “engenho e arte”, devido às minhas limitações acadêmicas e profissionais.

O passado não morre. O tempo não volta atrás. Águas passadas não movem moinhos, porém, a força da História fica perene na mente e no coração dos homens. Nestas reflexões as mensagens que procuro transmitir aos mais jovens, como representante da geração dos anos 20, podem ainda servir e ser úteis para ajudar a decifrar o código genético da vocação da Amazônia, e, através dela, montar um modelo e formular uma estratégia de ação para o futuro.

O leitor notará, por certo, muitas vezes, confrontos, contrastes e contradições nos textos. Também os vejo, e os deixo, porque é inerente ao homem que amadurece repensar problemas, reciclar enfoques, na medida em que os eventos e mudanças exigem novas angulações e posicionamentos. Afinal, a inteligência nada mais é do que adaptação contínua a situações novas.

Há um pouco de profecia e premonição em muitos dos meus depoimentos, muitos erros entre acertos. O estilo e a linguagem se modificam, as ênfases se deslocam no tempo e no espaço, porém, a fidelidade à minha gente e à minha terra permanece a mesma desde a juventude. Sempre fui fiel à nossa Amazônia e sempre procurei servi-la.

Ao final, um agradecimento a cada um e a todos que me incentivaram a publicar esta obra, talvez o meu “canto de cisne”: a meus familiares, amigos, exalunos e alunos; ao Governo do Estado e à Secretaria de Planejamento do Amazonas, e Universidade do Amazonas, pelo copatrocínio editorial; a Tei lhara, que tratou dos manuscritos; a Maria das Graças Xavier de Souza, que os datilografou; a Bernardino de Carvalho, que fez com dedicação e entusiasmo o trabalho paciente artesanal de revisão, diagramação e edição final.

O prefácio do professor Arthur Reis, profundo e telúrico amazonólogo, é por demais gratificantes. Para os políticos: Rei Arthur, o homem da revolução. Para nós, seus discípulos e Cavaleiros da Távola Redonda: O Vice-Rei, Governador-General do primevo Estado do Maranhão, o Capitão-Mor e donatário das antigas Capitanias do Grão-Pará, Cabo Norte e São José do Rio Negro; a reencarnação do bandeirante Pedro Teixeira, do próprio Marquês de Pombal e de seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que no-lo enviaram do além para defender a terra, contar a sua história e redescobri-la através dos arquivos do tempo histórico. Para, do alto de sua cátedra – e por que não dizer do seu púlpito? – transmitir a sua mensagem aos fiéis, pregar a sua catequese aos gentios. Para nós, fiéis e gentios, o título que ele merece: O Defensor Perpétuo da Amazônia.

Samuel Benchimol  
Manaus, janeiro/77

**1**  
**MEUS PASSOS: ECOS E**  
**EVOS**



## 1 As minhas raízes e a minha formação

Nasci no dia 13 de julho de 1923, sob o signo de Câncer, em Manaus, na rua Quintino Bocaiúva. Meu pai nasceu no beiradão do Tapajós, na vila de Aveiros, criado pela avó por ter ficado órfão ainda na primeira infância, porém, como dizia com orgulho, educado em Itaituba, onde se achavam enterrados os ossos de meu avô, bem na confluência da Transamazônica com a Cuiabá-Santarém. Bem próximo, em Santarém, repousam os restos mortais de outros dois avós. Pelo lado materno dos Siqueira, minha mãe nasceu nos barrancos de Tefé, no rio Solimões; seu pai, o velho Rafael Siqueira, durante longos e sofridos anos foi prático e piloto fluvial na grande calha central do Rio-Mar. Recordo-me bem de sua esposa, minha avó materna Alice Cagy Siqueira, nascida em Lisboa, e de seu orgulho português de “alfacinha”, como fazia questão de nos dizer. Uma velha portuguesa com certeza. Pela parte de minha esposa, os seus bisavós e avós viveram o ciclo da borracha em Cametá, no Baixo Amazonas, tendo o velho Primo Sabbá, empresário de recursos, se transferido, após a débâcle, para Belém onde durante longos anos foi um pobre e humilde servidor da Estrada de Ferro Bragança.

Tudo isso decorreu no cenário amazônico do século passado, entre os idos de 1820 e 1900, muitos anos antes e durante o princípio do “boom” da borracha, na fase do I e II Império e da I República, quando a Amazônia ainda sobrevivia no rescaldo do longínquo ciclo das drogas do sertão. Porque vieram para cá, quais os fatores precipitantes do processo de expulsão, escolha e/ou opção que os levaram a eleger os ermos do beiradão e da floresta amazônica para a reconstrução de suas vidas e criação de um novo lar, constitui uma incógnita, pois a memória se apagou e a chama da vela se extinguiu no anonimato da selva.

Sabemos, porém, pela tradição oral que foi sendo passada de uma geração para outra, seguindo, aliás, os ensinamentos Talmúricos, que o nosso epicentro ancestral se localizou na cidade livre de Tanger, em Marrocos, onde pontificou, desde 1700, um dos meus tataravós, Abraham Benchimol, que, segundo alguns, era filho do Grão-Rabino de Fez, em Marrakesh. Neste particular, a Grande Enciclopédia Judaica, de 16 volumes, recém-publicada, traz no seu volume 4, página 474, o seguinte verbete, abaixo traduzido:

*BENCHIMOL: Uma família marroquina. Os descendentes de Abraham Benchimol, um dos líderes da comunidade de Fez (1700), que estabeleceu empresas de reputação internacional em Tanger, nos fins do século 18. Durante quatro gerações a família desempenhou um importante papel na vida econômica e política de Marrocos. Como diplomatas, lhes foram confiadas importantes missões pelos franceses e pelos sultões. Hayyim, que viveu também em Tanger, foi um dos fundadores da Maçonaria em Marrocos e organizou a Aliança Israelita Universal (uma instituição de caráter educativo e universitário, nascida em Paris para desenvolver o espírito cívico e patriótico francês, difundir a língua francesa e preservar valores morais e culturais da religião judaica). Hayyim fundou o primeiro jornal de Tanger para defender os direitos humanos e foi um filantropo e criador de instituições de caridade.*

Quando nasci, meu pai era um homem de posses, como se dizia então. Empresário, aviador de estivas e seringalista, com interesses ligados a seringais na fronteira do sudoeste amazônico, no rio Abunã, lá para as bandas lindeiras de Rondônia e Acre. Quando tinha apenas três anos de idade, o ano

de 1926 prenunciava a derrocada final do ciclo da borracha, cujo pico atingira os anos de 1910 e 1913 e seguira a sua curva declinante, mais acentuada durante os anos 20.

Nessa altura, as dificuldades financeiras do colapso iminente da economia regional levaram meu pai a se radicar nos altos rios Madeira e Guaporé, e muito mais além, nos inúmeros subafluentes do rio Abunã, Rapiran e Xapiran. Levou toda a família, inclusive minha irmã Robine, recém-nascida, na tentativa de soerguer, com a sua presença e ação, a sua ameaçada atividade na empresa seringueira.

Foram anos de luta, de pobreza, de miséria e de doença, anos que trouxeram para ele e para todos nós as marcas indeléveis da penúria. Em Fortaleza do Abunã e nos seringais São Luís e Guarapari, adquiridos e ou arrendados em sociedade com o coronel de barranco Otávio Reis, um outro herói desse ciclo, a tragédia econômica, gerada no sudeste asiático para revolução da tecnologia agrícola da heveicultura, desabou sobre todos nós. Dois irmãos meus, o Rafael e a Alice, nasceram nesses seringais, e eu próprio, na minha infância, conheci a penúria e a doença. Atacado de malária, fui transferido para Porto Velho. Recordo-me ainda, e talvez seja esta a primeira imagem de minha memória de menino, sofri a humilhação de ser carregado no colo por um homem humilde nosso vizinho; ele me levava, todos os dias, para tomar injeção de quinino no Hospital da Candelária, da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.

Foi minha mãe quem nos salvou da morte, a mim e a meus irmãos. Numa velha máquina de costura ela confeccionava blusões e calças de brim azulão para seringueiros, e conseguiu assim reunir algumas economias, mandando-nos para Belém do Pará. Seríamos criados e educados pela avó portuguesa Alice. Tinha eu quase sete anos, e ainda não sabia ler nem escrever. A doença não me permitia frequentar a escola. Uma humilde professora de nome Madalena vinha à nossa casa, na rua Batista Campos, n.º 165, ensinar-me a ler e a decorar a taboada, todos os dias de manhã. Minha avó, exímia conhecedora de medicina caseira, fazia-me tomar, todos os meses, um purgante de mamona com calomelano; ela mesma me ajudava a engolir com o auxílio de uma chave de porta, que eu apertava nas mãos. Usava ela, desse modo, de uma rara intuição psicológica, para que eu pudesse suportar o gosto intragável da droga. O certo é que, com a sua ajuda e do farmacêutico Josias, nosso vizinho, acabei vencendo o impaludismo.

Quando melhorei, e com a mesada que recebíamos de nossos pais, que ficaram lutando nos seringais, fui matriculado no Colégio Progresso Paraense, do professor e desembargador Artur Porto, onde minha tia Anita Siqueira ensinava. Ali comecei o meu aprendizado e ali fiz o curso primário em companhia de colegas paraenses, a maioria de humildes e pobres como eu. Recordo-me de alguns entre eles: Aloísio Chaves, atual governador do Pará, José Augusto Borborema, que mais tarde seria meu colega de magistério como professor da Faculdade de Direito e desembargador do Tribunal de Justiça, cuja morte prematura tanto me comoveu, Isaac e Mário Assayag, hoje empresários e lutadores na Amazônia Ocidental, e Isaac Farache, um executivo de alto nível.

Evoco do fundo de minha memória a imagem do venerando desembargador Artur Porto, diretor do nosso colégio, e parece que ainda ouço os sons cavos de seus passos arrastados. Tinha ele um defeito na perna, e isso e a sua idade anunciavam de longe a sua presença trôpega nos corredores, fazendo cessar as nossas travessuras na sala de aula. Tínhamos por ele o máximo respeito.

O regime escolar era duro, como, aliás, em todas as escolas primárias do Brasil na década dos anos 30. A palmatória, a sabatina e o boato de que nos colocavam uma famosa máscara de “orelha de

burro”, na porta do colégio, para que os pedestres da rua Mundurucus testemunhassem o nosso desamor ao estudo, serviam de instrumentos de pressão para que estudássemos as lições e exercitássemos a nossa inteligência e memória. Não guardo testemunho de que algum colega tenha ficado frustrado, criado complexos ou sofrido neuroses devido ao rigor do ensino de então, face aos novos e modernos métodos pedagógicos de liberdade e permissividade da educação atual. A disciplina era rígida, inflexível, o asseio corporal exigido de cada aluno. Tínhamos revista diária nos sapatos, verificavam se estavam engraxados; como não tínhamos dinheiro para graxa, lembro-me que defronte do colégio, na praça Batista Campos, havia papoulas no jardim; então, eu e outros, íamos colhê-las para passar nas nossas botas, torná-las negras, luzidas, tirando assim as marcas dos chutes nas pedras soltas das calçadas. À tarde íamos caçar borboletas com puça, ao término das aulas. Foi o nosso primeiro “hobby” de colecionador, e muitas vezes nos serviu para ganhar algum dinheiro, vendendo-as a um antiquário amigo. Para poupar as nossas botas usávamos ferradura na ponta e no calcanhar, e depois de gastas tínhamos ainda o recurso da meia-sola e da sola inteira.

Corria o ano de 1932, o mais negro da história da Amazônia. Os preços da borracha baixaram a tal nível que as cotações na praça de Manaus não davam nem para pagar o frete do produto. A grande depressão americana, iniciada em 1929, com repercussões universais, e que levaria o Brasil a queimar quase 40 milhões de sacas de café, chegou à Amazônia de forma exponencial, pois era uma nova crise superposta ao débacle estrutural da nossa economia.

Nesse ano negro de 32 o preço da tonelada da borracha caiu para 34 libras, a exportação baixando para 6.224 t, no valor de 10.626.000\$. Comparando-se com o auge do “boom” em 1910, quando o valor da tonelada foi de 655 libras, a quantidade produzida de 38.547 t e o valor em mil-réis foi de 376.972.000\$, chega-se facilmente à evidência da dimensão da catástrofe. Entre 1910 e 1932 a Amazônia havia perdido acima de 97% do seu produto interno bruto em termos de borracha, isto é, os 10.926.000\$ de 1932 representavam, nessa altura, menos de 3% do valor global de 376.972.000\$ de 1910.

Ainda cursava, nessa época, o Colégio Progresso Paraense, e fiquei muito feliz quando o meu desesperado pai chegou a Belém para tentar sobreviver de alguma forma. Reuniu-se à família e sofreu como desempregado durante quase um ano. Pouca gente na Amazônia deu-se conta da gravidade conjuntural e estrutural de nossa problemática.

Esta foi a situação que levou meu pai a retornar a Manaus em 1933, com toda a família, para aqui reiniciar a sua vida, cheio de dívidas, como humilde guarda-livros de muitas empresas comerciais e aviadoras da cidade, entre as quais cito Philipe Daou, José Tadros & Cia., M. E. Serfaty e Sólon Benemond. Esse episódio marcaria uma nova etapa no caminho de minha formação. Após o êxodo para a fronteira do sudoeste amazônico, seguido do novo êxodo para o delta da planície, finalmente regressava à terra prometida de Manaus, minha cidade natal, onde pude completar a minha formação e passar a construir e executar o meu projeto de vida, atuando nos diferentes campos de minha atividade profissional, pública e privada, na pesquisa, no magistério e na empresa.

Estas reminiscências de homem maduro fui buscar no fundo de minha memória. Anotando-as, surpreendi-me com uma dessas coincidências inexplicáveis: achei um velho diário no meu arquivo pessoal. Um garoto de 16 anos o escrevera e datara, 27 de dezembro de 1939, numa linguagem em estilo piegas e um pouco pedante, mas autêntica. É o que se segue:

*E de lembrar que desde pequeno habituei-me a conquistar um certo grau de relevo e consideração entre meus colegas, embora a minha pouca idade de 9 anos. Passando para o quarto ano primário no Colégio Progresso Paraense, mais ainda se afirmou a minha predileção pelo estudo. Como prova disso é que no meio do ano – como era costume fazer aos alunos que mais se distinguiram – fui promovido ao 5º ano, e no meio da consideração de meus colegas e da estima dos mestres terminei brilhantemente meus estudos primários em 1933. Meu pai, nesse tempo, ainda não havia se desprendido do Abunã, pois lá ficara meu tio Moisés Benoliel, irmão de papai por parte de mãe. Foi quando, influenciado pelo meu tio José – irmão de mamãe – resolveu cavar a vida em Manaus, pois em Belém estava a um ano desempregado. Poucos meses depois singrava, docemente, as águas do majestoso Amazonas o “Júpiter”, gaiola que levou 12 dias de viagem de Belém a Manaus. Dentro, uma multidão se acotovelava numa balbúrdia nunca vista. Lá também se encontravam minha mãe e seus filhos, agora a prole acrescida de mais um, o Alberto, que nasceu no dia 26 de abril de 1932 em Belém, como recordação de nossa estada na capital guajarina; só meu irmão Rafael ficara em Belém, devido aos seus exames no Ginásio Paes de Carvalho não terem terminado. Habituei-me, desde logo, a entrar em contato com a “selva selvagem” e “admirá-la, e quem assim não o faria diante de paisagens que se apresentam repentinamente e logo desaparecem! Também aprendi a amar a natureza, o habitante das vilas e lugarejos onde vegetam famílias sem ar, sem educação, sem saúde e sem... vida.*

*E o nosso gaiola, indiferente, rasgava a massa líquida, apitando vivamente, dando como que os últimos extertores daquela verdadeira odisséia, digna de ser escrita e cantada pelos nossos vates.*

*Eis que surge, envolta em bruma densa, um ponto que os passageiros afirmavam ser Manaus. Eu, de minha parte, continuava extasiado, tal foi a impressão que me causou a união das águas do Amazonas e do rio Negro. A baía do rio Negro era, sem favor, um dos mais lindos panoramas que a natureza fez colocar nas portas da “Princesa das Selvas”. Manaus é como uma pérola perdida no meio da floresta. O passageiro que está acostumado ao fastidioso e cansativo panorama verde sente-se emocionado ao encontrar uma cidade tão lindamente traçada, com as suas avenidas e praças bem iluminadas, com seus edifícios públicos e particulares tão harmoniosos. Não tinha razão Raul de Polilo no seu Retrato Vertical do Brasil, quando afirmava ser Manaus uma “cidade narciso”. Errou também quando afirma que ela se esqueceu de crescer, o que é um contra-senso, pois o seu desenvolvimento adquirido de 1933 para cá não é de relegar. Além disso, a mocidade é entusiasta e idealista; pensa e estuda, eis o principal.*

*Aportamos, depois de preenchidas as formalidades legais da Saúde do Porto. O término da viagem foi um alívio para minha mãe, pois foi bastante maçante, e além disso as preocupações que enchiam o seu cérebro, pensando na futura educação de seus filhos, agora em número de seis, e nos meios para a subsistência. Mas Deus ajuda àqueles que têm vontade de trabalhar, e o nosso pai começou novamente a erguer a sua vida, depois das esperanças do “ouro negro” lhe terem desvanecido. As dificuldades tendiam a aumentar, pois em Manaus nasceram mais dois irmãos: o Saul e o Benjamin. Éramos oito bocas. Foi uma luta, em que só os fortes resistem: só com um ideal superior, elevado, é que se consegue transpor essa situação. Como guarda-livros da praça ele trabalhava o dia todo, e como este fosse pouco entrava pela noite. Que belo exemplar de um pai de família, consciente de suas responsabilidades! Que abnegação para dar dias mais felizes ao lar que soube tão inteligentemente criar!*

*Aportamos em Manaus no dia 11 de novembro de 1933. Uma das primeiras preocupações de minha mãe foi matricular-me no Curso de Admissão, juntamente com meu irmão Israel – este para a Escola de Comércio, e eu para o Ginásio. Fiz curso de administração com o professor José Chevalier, na Rua Dr. Moreira, canto com a Quintino Bocaiúva, rua em que nasci. Era grande a minha ansiedade para o ingresso no Ginásio Amazonense Pedro II. Felizmente fui aprovado com a média de 55.*

*Novas perspectivas, novos horizontes se abriram aos meus olhos, novas responsabilidades teria que alçar, mas isso nada significava para quem tem vontade de lutar. Sempre fiel ao dilema de Shakespeare quando afirmava “To be or not to be”, lancei-me de corpo e alma ao estudo, ao contacto cotidiano dos livros, meus eternos companheiros, os “amicus magis necessarius quam igni et acqua”. Depois de um ano de estudo aprofundado consegui lograr a primeira*

*colocação entre meus colegas, mas também pude observar o desleixo que a mocidade tem pelo estudo, gastando inutilmente, o esforço de seus pais. Assim pensei, pois de uma turma de 47 somente passaram 10 a 12, e todos nós, inclusive eu, tivemos que fazer exame de 2ª época, de matemática, com o Prof. Monteiro de Souza.*

*Alguns colegas que guardo eterna recordação: Arthur César Meireles Pucu, José Yvan de Hugo e Silva, Raimundo Said, Lígia Bivar, Lígia Montenegro, José Glicério de Souza Salignac e Milton Montenegro. Estes colegas me acompanharam no tirocínio que durante um lustro me fizeram percorrer os bancos ginasianos. Depois, outros colegas vieram engrossar as nossas fileiras: os irmãos Simpson (Pedro e Paulo), Erika Zarmanduch Kramer Rumian, Dorval Melo, Caio Góis, Maurício Araújo, Miguel Ferrante (o acreano), Eduardo Bulcão, Salomão Assayag e Plínio Coelho. Eram nossos professores: Carlos Mesquita (Inglês), Ricardo Amorim (História, o Buda), Agnelo Bittencourt (Geografia), Coriolano Durand (Francês), Vivaldo Lima (Química), Paulo Rezende (Francês), Conte Teles de Souza (Física), Manoel Bastos Lira (Química), Monteiro de Souza (Matemática), Pedro Silvestre da Silva (Desenho), Fuet Paulo Mourão (Matemática), Ney Rayol (Química), Martins Santana (Português), Pe. Manoel Monteiro (Latim), Maria Luíza Sabóia (Francês), Maria Augusta de Alcântara Bacelar (Música), D. Aurora Moraes Rego (História Natural).*

*Guardo, ainda, suaves recordações de meus mestres e de meus colegas, os quais, na maioria, foram estudar no Sul, e outros abandonaram e, ainda, uma parte reduzida me acompanhou no tirocínio acadêmico. Não posso deixar de mencionar também a influência do nosso Grêmio Estudantil Humberto de Campos, onde nos exercitamos na oratória e nas discussões com os colegas, tendo ocupado a Cadeira de José do Patrocínio, pregando a união dos moços estudiosos, porque deles é que depende o futuro do Amazonas e do Brasil.*

*Reatando a exposição sobre o término de minha carreira ginasiana, digo que foi com profunda saudade que deixei os bancos do meu querido Ginásio para abrigar-me no Curso Complementar Pré-Jurídico, criado no Colégio D. Bosco, porque, com a reforma do ensino, o Governo do Estado descontinuou o curso complementar pré-médico e pré-jurídico. Foram dois anos de profunda transformação, pois estava acostumado à liberdade do Ginásio, e no meu novo Colégio sofria constrangimento. Pensei em abandonar a carreira jurídica e entrar na carreira de Marinha de Guerra; a farda sempre atraía os moços. No entanto, os meus professores eram excelentes: Arthur Reis, Leopoldo Péres, Mário Jorge Couto Lopes, Augusto Rocha, André Araújo. Os meus colegas do curso pré-jurídico constituíam uma turma muito unidade: Agnelo Uchôa Bittencourt, Wilson Zuany, Alexandre Pimenta, Francisco Alves dos Santos (o filósofo), Silvério José Nery e Artur Pucu.*

*Agora vamos partir para o Vestibular na Faculdade de Direito, no ano que vem, mas estamos estudando dia e noite, pois a parada vai ser dura; teremos exames escritos e provas orais de Português, Latim, Geografia, Sociologia, Filosofia, História, Literatura, Francês, Inglês, e até Biologia e Higiene.*

*E assim, tendo encerrado o compromisso que tomei comigo mesmo de deixar escrito os principais acontecimentos de minha vida, que talvez servirão para o futuro, pois a reminiscência é a mais soberba fonte onde vamos buscar motivos estéticos. Manaus, 27 de dezembro de 1939.*

Tempos duros e difíceis. Se hoje os evoco é apenas para demonstrar que este foi o panorama de vicissitudes que viveu toda a minha geração de amazônidas na época trágica da Grande Depressão, nas décadas dos anos 20 e 30, em Belém, em Manaus, e em qualquer vila, povoado, seringal, castanhal do beiradão ou nos altos rios. Muitos não resistiram e emigraram para o Rio e São Paulo, principalmente o Rio, que constitui a segunda cidade dos Estados do Pará e do Amazonas, através das colônias paraense e amazonense lá radicadas. Foi uma geração que viveu durante e após a II Grande Guerra Mundial de 1939/1945, daí o caráter “agônico” de sua formação, na exata conotação de Miguel de Unamuno. Forjada na luta, sob o impacto das ideologias conflitantes de um mundo econômica e politicamente perturbado, cujos reflexos sentíamos em todo o País na fase de nossa juventude.

A mobilidade no espaço interamazônico constitui outra característica do nosso tempo, assistindo-se ao deslocamento de famílias inteiras das cidades para o interior, e do interior para as

idades, na última fase, dentro do quadro de regressão demográfica da frente pioneira da periferia da fronteira para a calha central do rio e para as cidades às suas margens, dando início a um intenso processo de urbanização que até hoje sentimos, cuja dimensão modifica, em grande parte, os termos de referência e os vetores da problemática regional. Se, de um lado, houve intensa mobilidade horizontal no espaço, de outro iríamos também assistir, nesse período, ao fenômeno da mobilidade vertical, pela reciclagem das elites, transferências e mudanças no “status” social, econômico e político das pessoas e famílias, grupos e classes sociais. Neste particular, a Amazônia precisa que algum analista se volte para uma pesquisa do tipo sorokiniano acima apontado.

Os tempos foram difíceis, mas muitos sobreviveram e aqui ficaram. Os que ficaram, a despeito das poucas opções e oportunidades, constituem parte da liderança que ainda hoje atua nos diversos setores sociais, econômicos e políticos, muitos deles havendo participado ou contribuído para a montagem de um modelo e de uma estratégia na década dos anos 60 e 70. Os que foram, muitos deles tangidos ou expulsos pela ausência de oportunidades, ainda trazem na memória sentimentos frustrantes de solidão, remorsos e saudades, e muitos de seus filhos, alimentados pela fidelidade paterna do destino amazônico, estão voltando, repetindo o episódio bíblico da diáspora e do êxodo. São os nossos **exilarcas**, como certa vez os denominei.

A busca de minhas raízes não tem, por sua vez, outro objetivo senão o de gravar na memória dos amazônidas de hoje e de amanhã que todos nós somos filhos, netos e bisnetos de imigrantes, quer vindos do exterior, quer vindos do Nordeste e de outras áreas brasileiras; vieram para **fazer a Amazônia** e nela viver integrados aos amazônidas quatrocentões que conheciam os segredos da terra e conosco partilharam da ocupação brasileira no grande vale amazônico. E, através desta história, rememorar o difícil caminho dos que aqui chegaram.

Este é o objetivo do meu testemunho e depoimento. Um pouco mais além, talvez: o de levar a mensagem de estímulo para todos aqueles que, ainda hoje, vivendo na pobreza, procuram os caminhos da esperança que as oportunidades de estudo e trabalho oferecem, agora, às novas gerações.

## 2 O bacharel da turma Clóvis Bevilacqua

A década dos anos 40 foi extremamente perturbada, tanto no campo internacional, em virtude da II Grande Guerra Mundial, de 1939/1945, quanto no campo interno, eis que do ponto de vista institucional, o Brasil atravessou-a buscando encontrar um modelo político viável para obviar os problemas e os conflitos sociais e econômicos gerados no bojo da crise universal. O Estado Novo, sob a liderança do presidente Vargas, mantinha o poder mediante a hipertrofia do Executivo, após haver eliminado o Congresso e sobrepujado a ação do Judiciário. Aproveitou essa situação para implantar algumas reformas estruturais e institucionais no país e criar condições para superar o subdesenvolvimento e o atraso, muito embora à custa das liberdades e direitos individuais, que seriam finalmente restaurados em 1946 com a promulgação de uma nova Constituição.

A minha turma entrou na Faculdade de Direito do Amazonas em 1941, sob o impacto desse quadro político ideológico conflitante. Não poderíamos, assim, ficar omissos e ausentes, e fomos atraídos para a luta e para os debates que nos deixaram perplexos e divididos pelas diferentes correntes ideológicas de opinião, ação e reflexão.

Manaus, no início dessa década, era uma pequena cidade provinciana que começava a sofrer um processo de revitalização consequente à reativação dos seringais silvestres e a retomada do movimento imigrante do cearense, improvisado e caótico. Nessa altura, o município de Manaus possuía, segundo o censo de 1940, apenas 106.399 habitantes, dos quais 75.765 moravam no Distrito de Manaus, 27.949 no Distrito do Careiro e 2.685 no Distrito de Airão. A população do Estado do Amazonas era de 517.776 habitantes; portanto, o Distrito de Manaus representava menos de 15% de sua população total.

As opções abertas aos jovens eram praticamente inexistentes. A grande maioria dos estudantes, ao concluir o ginásio, buscava encontrar emprego nas repartições públicas, no Banco do Brasil ou no comércio; os que tinham mais recursos emigravam para o Sul, para outros Estados e cidades como Belém, Recife, Salvador e Rio, onde iam tentar a sorte, à procura de empregos ou de faculdades que lhes propiciassem ingresso numa profissão liberal. A faculdade de Medicina da Bahia era mais procurada. Os estudantes amazonenses que a frequentavam, ao voltarem no fim do ano para o gozo das férias na cidade, possuíam um tão elevado “status” social que despertavam em todos nós um sentimento de admiração e inveja. O mesmo ocorria com referência àqueles amazonenses que exibiam uniforme de cadete da Escola Militar do Realengo ou da Escola Naval.

O estudante secundário que ficasse em Manaus e quisesse continuar os seus estudos superiores só tinha uma opção: a velha Faculdade de Direito do Amazonas, da praça dos Remédios, que substituíra a antiga Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, única escola superior sobrevivente da antiga Escola Universitária Livre de Manaus, inaugurada a 22 de novembro de 1909, no apogeu do “boom” da borracha. As diversas faculdades dessa universidade, uma das primeiras fundadas no país, foram sendo fechadas e extintas, e essa década iria assistir ao encerramento das Escolas de Agronomia

e da Faculdade de Farmácia e Odontologia. Esse era o quadro desolador que defrontava o jovem estudante da minha geração.

As turmas da nossa faculdade eram pequenas, o que reforçava os laços de amizade e coleguismo, e desfrutávamos um alto “status” na comunidade. Ser acadêmico da Faculdade de Direito era ter uma perspectiva e um futuro promissor, pelo menos assim era a impressão geral que se tinha, pois pelo menos assegurava ao detentor do diploma de bacharel o exercício de uma alta função pública, no magistério, na magistratura e na política.

A nossa faculdade estava em período de transição e mudança de corpo docente. Os velhos mestres como Simplício de Rezende, Antônio de Sá Peixoto, Gaspar Guimarães, Waldemar Pedrosa, Feliciano de Sousa Lima, Bernardino de Paiva, Araújo Filho, Vivaldo Lima, Caio Valadares, Rafael Benayon, Armando Barbuda, ou já tinham falecido, estavam se aposentando ou cuidavam de renunciar, compelidos pela famosa lei das acumulações. Da velha guarda restavam apenas as grandes figuras dos juristas Análio de Rezende, Aristides Rocha e José Alves de Souza Brasil. Um novo grupo de juristas ingressava na escola e se compunha de eminentes mestres de nossa geração: Lúcio Fonte de Rezende, Sócrates Bonfim, Adriano de Queiroz, Paulo Jobim, Abdul Sá Peixoto, Augusto Rocha, Moacir Paixão e Silva, Ariosto Rocha, David Alves de Melo, João Ricardo de Araújo e Lima, Domingos Queiroz, Oyama Ituassú, Benjamin Brandão, Olavo das Neves, Paulo Nery, Raimundo Nonato de Castro, Guataçara Barbuda Thuryz, Manoel Barbuda, Henoch Reis, Ernesto Roessing e Viriato Oliveira.

Não somava nem cem estudantes a nossa Faculdade. As turmas eram pequenas, como a minha que começou com doze colegas e terminou com apenas oito bacharéis: Agnelo Uchôa Bittencourt, Artur César Pucu, Osvaldo Dias Sobral, Silvério José Nery, Ofir de Castro, Wilson Zuany de Figueiredo, Cláudio Rodrigues do Nascimento e este memorialista. Como ocorre ainda hoje, todos nós trabalhávamos para sobreviver, saindo do expediente da repartição pública ou dos empregos para assistir aulas.

Relembro com saudade e emoção que nesse tempo eu era humilde despachante de bagagens da Panair do Brasil, exercendo funções no flutuante ao lado do “roadway” da “Manaos Harbour”, onde atendia aos passageiros dos hidroaviões da Panair e da Pan-American que transportavam a borracha dos seringais para o suprimento das Forças Aliadas na Guerra. Trabalhava no expediente da madrugada, das 3h às 6h. Às 7 já estava na faculdade assistindo aulas. Era meu companheiro de trabalho Francisco Xavier de Albuquerque, hoje ministro do Supremo Tribunal Federal. À noite lecionava Economia Política na Escola de Comércio Solon de Lucena.

Esse começo de aprendizado nos caminhos da vida iria me propiciar uma magnífica oportunidade, pois o contato que tinha com os imigrantes cearenses que aportavam no “roadway” todos os dias, para engajamento na Batalha da Borracha, suscitou o meu interesse e despertou a minha vocação escondida de pesquisador. Fui muito feliz em surpreender o momento histórico que esse drama representou para a Amazônia, e consegui fixá-lo naquele trabalho que mais tarde apresentaria ao X Congresso Brasileiro de Geografia, **O Cearense na Amazônia**. Posteriormente, quando o flutuante da Panair foi transferido para a Colônia Oliveira Machado, no bairro de Educandos, lancei-me à nova empreitada, inconclusa, da **Geografia e Ecologia Social da Calamidade**

A participação dos estudantes na vida da Faculdade e da cidade era muito intensa, tanto de minha turma como de colegas contemporâneos. Fazíamos política no Diretório Acadêmico, editávamos a “Folha Acadêmica”, participávamos de concursos literários, escrevíamos para os jornais da cidade e éramos presença obrigatória em todas as reuniões culturais. Organizávamos embaixadas de estudantes para outros Estados e até para o exterior, pois esse era o único meio de fugir à clausura da província, à custa do Estado, da prefeitura e das contribuições do comércio. Recordo-me de duas delas de que participei: uma embaixada ao Recife, em 1941, em companhia de Aldemir de Miranda, Milton Cantanhede, Agnelo Bittencourt e Manary Vasconcelos Mendes, e a Embaixada Brasileira “Pedro Teixeira” em 1942, organizada e integrada pelos acadêmicos do Pará e Amazonas: Clóvis Ferro Costa, Raimundo Chaves, Joaquim Lino, Otávio Carneiro, Francisco Alves dos Santos e Agnelo Uchôa Bittencourt. Fomos a Iquitos, Peru, participar dos festejos do IV Centenário do Descobrimento do Rio Amazonas, por Francisco de Orellana.

Foi um período sem dúvida difícil e árduo para toda a minha geração. Ao mesmo tempo em que cumpríamos as nossas obrigações acadêmicas e aprendíamos com os nossos mestres de faculdade, trabalhávamos para nosso sustento, uns como professores, outros como jornalistas, empregados públicos ou na empresa privada, e ainda participávamos intensamente da vida cultural da cidade. Em virtude da guerra ingressamos nas fileiras do Exército, como convocados ou voluntários. Pertencendo a um grupo de estudantes antinazistas, em companhia deles apresentei-me, sem consulta aos nossos pais, por ocasião da declaração de guerra do Brasil às potências do Eixo, como voluntários da Força Expedicionária Brasileira que se organizava para combater na Itália. O Boletim da 29.ª Circunscrição de Recrutamento, divulgado pela “A Tarde”, edição de 31.8.1942, assim registrou o fato:

*Apresentaram-se voluntariamente nesta repartição, para o serviço da Pátria, os jovens Agnelo Uchôa Bittencourt, residente à Rua Dr. Moreira, 88; Samuel Isaac Benchimol, residente à Rua Henrique Martins, 414; e Raimundo Otávio Carneiro, residente à Rua Marçílio Dias, 320. Esta Chefia, tomando em consideração a apresentação dos aludidos jovens, determinou que fossem devidamente relacionados, formando em seguida o pessoal da C. R. para notificá-lo da atitude patriótica dos jovens citados.*

Em consequência, fomos incorporados e destacados, em virtude de nossa condição de universitários, para cursar o Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR), em companhia de muitos colegas da faculdade.

Recordo-me que eram nossos comandantes e oficiais instrutores o capitão França e os tenentes José da Costa Cavalcanti e Danilo Montenegro, hoje, todos generais reformados do Exército. Declarado Aspirante a Oficial, servi no glorioso 27.º B. C., 3.ª Cia. de Metralhadoras, comandando a Seção de Morteiros. Terminado o tempo recebi a patente de 2.º tenente, assinada pelo então presidente Eurico Gaspar Dutra, exatamente quando terminava a II Guerra Mundial.

Chegamos, assim, ao fim de nossa jornada acadêmica, que faz parte da saga de minha geração, ao lado de companheiro e contemporâneos como Aderson de Menezes, José Lindoso, Aderson Dutra, Francisco Xavier de Albuquerque, José Augusto Borborema, Áureo Melo, Plínio Coelho, e tantos outros cujas personalidades foram forjadas nas lutas e nos ideais sob as arcadas de nossa velha faculdade.

Escolhemos Clóvis Bevilacqua para patrono de nossa turma e recebemos o nosso grau de bacharel em 21.12.1945, tendo eu, na qualidade de orador da turma, apresentado, como era de

costume naquela época, uma tese sobre “O Bacharel no Brasil – Aspectos de Sua Influência em Nossa História Social e Política”, a seguir transcrita.

### **O bacharel no Brasil: aspectos de sua influência em nossa história social e política**

Acabamos de receber o grau de bacharéis em Direito, numa ocasião excepcional para o destino do Amazonas, para o destino do Brasil e das Américas.

Somos a primeira turma de bacharéis formados já no pós-guerra, que viveram, que lutaram nesse período de inquietação universal, folheando os livros e assistindo as aulas nas folgas da agitação das ruas, das memoráveis campanhas cívicas, dos comícios, da caserna, cumprindo os deveres militares para com a Pátria. Fomos, em verdade, uma turma de acadêmicos sem uma vida cômoda de estudante cinzento, sem perturbação nem trabalho. Ao contrário de tudo isso, durante o nosso tempo, o nosso “bom tempo”, fomos acadêmicos-aspirantes, acadêmicos-soldados, estudantes do meio da rua, voluntários de todas as campanhas patrióticas, dos comícios, voluntários da preparação psicológica do povo na frente interna, voluntários da caserna na preparação dos nossos soldados para as incertezas do futuro e para as lutas do “front”, preparando a massa para a luta das urnas, preparando nós mesmos para as lutas de hoje, para as lutas de amanhã, para as lutas do presente e do futuro.

Somos assim, uma turma de bacharéis credenciada por um passado de luta – um passado que hoje por si só vale uma história – credenciada para as utas de hoje também por um passado de estudos, de investigação e de leitura, construído debaixo destas arcadas e nas salas de aula deste tradicional templo: a nossa querida faculdade.

Bacharéis agora, acadêmicos até há pouco, somos representantes de uma geração que venceu a guerra e está ganhando a paz, geração forjada nos campos de batalha e no cimento da reconstrução, no aço das baionetas e nas folhas dos livros, na explosão das granadas e nas ideias de um mundo melhor, pela Democracia, pelo Direito e pela Paz.

Somos, também, a primeira turma de bacharéis formada já para assistir e tomar parte nesta vitoriosa campanha de Democracia e de eleições. Tivemos de fato, a rara felicidade, meus colegas, de sair desta Escola para atuar num Brasil prestigiado pela Justiça dos magistrados, prestigiado pela imponência da lei e pelos valores eternos da ciência jurídica. As oportunidades, portanto, estão abertas para todos nós, e temos certeza de que saberemos aproveitá-las.

Meus colegas:

Pertencemos, de agora em diante, como Bacharéis, a uma classe ligada secularmente, através de gerações e gerações de moços, à vida pública do país. Herdeiros que somos dos bacharéis do passado cabe a nós conservar e desenvolver essa influência já tradicional na história social e política do País. Precisamos, portanto, conhecer essa influência, analisar os fundamentos e raízes desse prestígio.

Dada a atualidade desse tema, nada mais justo do que, no dia de hoje, no dia de nossa formatura, estudar alguns aspectos da influência do Bacharel na história social e política do Brasil. Influência que se veio notando desde os tempos do Brasil- Colônia, nos episódios do desbravamento e da conquista da terra, desde o tempo daquele legendário quase-mítico Bacharel-de-Cananéa, contemporâneo de João Ramalho, e que se transmitiu com maior força à paisagem do Brasil-Império,

sobretudo do Segundo Império, na fase do patriarcado rural e da monocultura da cana, do latifúndio das fazendas, através do senhor de engenho, do escravo e do mestiço, e, finalmente, no Brasil-República, no ciclo da decadência rural e agrária, do desprestígio daquelas figuras tradicionais da economia do Império, com a ascensão de novas classes e o aparecimento de novas condições de vida e de cultura.

A história dessa influência do Bacharel vincula-se remotamente aos anais da tradicional e vetusta universidade de Coimbra. Coimbra constituiu, de fato, para todas as colônias portuguesas d'almém-mar, sobretudo para o Brasil daquelas eras, a ponte espiritual entre a Europa e a América, entre o novo mundo inexplorado e rebelde e aquela civilização milenarmente formada naquela estrutura feudal e monárquica. A manutenção desse vínculo espiritual foi um dos pontos fortes da política dos reis portugueses e a maior garantia para a conservação da influência lusa no seu Império de ultramar. Ponto forte da influência européia, do sistema de vida e de cultura, dentro daquelas velhas formas que progressivamente foram se esboroando ao contacto do nosso mundo, onde estava se processando, como num laboratório, uma nova civilização. Para que o Brasil se mantivesse, pois, ligado eternamente a Portugal, havia a necessidade da manutenção desse vínculo e desse eixo: Coimbra-Brasil. Monopolizando dessa forma a educação das nossas elites, Coimbra deformava, à européia, os nossos mestiços e os filhos dos nossos colonos. Deformava no sentido regional e cultural da expressão, isto é, sem atender às necessidades de uma educação regional para a nossa gente, o que era impossível, mas que era e sempre foi preciso para a construção de uma nova forma de política, de cultura e de trabalho.

Constituiu-se assim aquela célebre universidade em uma réplica intelectual da velha civilização européia ao trabalho material dos colonos, desejosos de fundar uma colônia sem preconceitos nem orgulhos. Daí o interesse que Portugal sempre teve em não deixar fundar, durante a época da colônia, uma Faculdade ou um curso superior onde os descendentes dos imigrantes, os filhos dos colonos e os mestiços pudessem se bacharelizar sem sair do país.

Somente depois de proclamada a Independência, já no tempo do Brasil-Império, foram criadas, em 1827, em Olinda e São Paulo, as duas primeiras Faculdades de Direito do Brasil, atos esses que completaram a nossa independência política com uma certa autonomia cultural de grande influência para o futuro do país.

O bacharel, formado aqui, teve por fim uma oportunidade para se nacionalizar, para adquirir a cidadania cultural do país. O bacharel, assim nacionalizado, libertava-se da influência daquelas universidades européias em geral e de Coimbra em particular, influência que se refletia no gosto das idéias em voga naqueles países, na moda francesa e no estilo inglês, nas maneiras de Lisboa, na gramática e no latim de Coimbra, que concorreram mais do que tudo para dar cunho europeu e português, cunho de regionalismo europeu-luso à nossa cultura. Um cunho português que ainda hoje se nota através das querelas gramaticais, nas lutas entre os filólogos indígenas sobre a colocação dos pronomes, influência que se nota também nas polêmicas literárias e artísticas, nos estéreis debates sobre a pureza da língua, a “majestade do idioma português” contra as nossas expressões e regionalismos legítimos, contra a nossa tendência de criar, dentro da língua, novas formas de expressão com os nossos modismos e regionalismos. Influência que se nota também no exagero do estudo do Latim, do martírio que submetem os nossos pobres alunos do Ginásio aos sete anos dessa

disciplina. Influência essa que vai de encontro chocante com os nossos modos de vida e os meios de expressão da arte e da cultura popular, contra o desenvolvimento da nossa língua, contra as características próprias da nossa formação. Essa deformação, que foi inicialmente operada em Coimbra e continuada depois por uma série de circunstâncias e fatores, foi a principal responsável pela separação que sempre se notou entre a nossa elite e o nosso povo; a primeira voltada para a literatura, a arte e a política dos outros países, com menosprezo pelas necessidades da nossa gente, sem recorrer às fecundas e inexploradas fontes do nosso meio, só recentemente abertas.

Daí as soluções sem nexos para os problemas prementes de ordem política e econômica, soluções sem êxito e que concorrem ainda mais para deformar e torcer a nossa formação e o nosso caminho. Daí as reformas de educação que se fazem quase todo santo-dia, sem atender às necessidades e peculiaridades da nossa gente e da nossa cultura. Daí as reformas políticas sem uma prévia equação tomada no meio do povo. Influência toda essa que foi decisiva no Brasil-Colônia e no Brasil-Império e que se transmitiu à República, por intermédio dessa elite de pensadores, políticos e educadores sem raízes na terra, com amor mais ao latim, à literatura e à política de outros povos.

Os estudos regionais sobre as condições de vida do nosso povo e a solução dos nossos maiores problemas foram dessa forma retardados, e somente agora, com as últimas gerações mais esclarecidas, é que vêm sendo atacados, com um reflexo de novas influências que estão surgindo.

Hoje, homem culto não é apenas o homem que pode recitar Virgílio e Horácio, que tem de cor Camões inteiro, que conhece na exata a colocação dos pronomes e discute assuntos gramaticais. Homem culto também, além do que conhece tudo isso, é aquele que se dedica ao estudo, investigação e interpretação dos nossos complexos de economia e de cultura, dos nossos problemas de raça e de sexo, de saúde, de alimentação e de técnica.

A grande força do bacharel no Brasil tem sido motivada pelo fato de que o título de Bacharel nunca foi, a bem dizer, um diploma profissional, antes de cultura, antes uma carta que dá acesso a todas as funções públicas e administrativas, que dá pronto ingresso aos debates políticos, econômicos e diplomáticos. A carreira de Bacharel não é somente a carreira do jurista emérito, do magistrado consciente, do advogado honesto. O bacharel-jurista, o bacharel-magistrado, o bacharel-advogado representam apenas um lado profissional da vida do bacharel. Quem sai de uma faculdade de Direito não tem profissão nenhuma determinada. Tem um título que lhe dará acesso a uma porção de carreiras, ao passo que aquele que sai de uma faculdade de Medicina, de Engenharia ou de Odontologia é um homem amarrado a uma técnica profissional. Por isso é muito raro ver um médico, um dentista ou um químico fora de sua profissão, exercendo outros misteres diferentes daqueles que aprendeu na sua Faculdade.

Compreende-se assim perfeitamente que as esferas de ação do Bacharel são inúmeras e em todas elas forçosamente a sua influência será um fato. Daí a sua grande força e o seu enorme prestígio em todas as camadas e em todos os círculos onde dedica a sua atividade. Ao lado do bacharel-jurista, do bacharel-magistrado, do bacharel-advogado está também o outro seu irmão de Faculdade, o bacharelpolítico e o bacharel-poeta, o bacharel-funcionário público e o bacharel-jornalista, o bacharel-filósofo e o bacharel-romancista, o bacharel-comerciante e o bacharel-industrial, levando para as Assembleias Legislativas e para a poesia, para a repartição pública e para a imprensa, para a especulação filosófica e para a literatura, para o comércio e para a indústria a semente das nossas

faculdades de Direito, das nossas universidades. Levando para a vida prática o ambiente de luta e de trabalho das nossas escolas, a lembrança das memoráveis campanhas cívicas, das estudantadas, dos professores e dos livros.

Daí a participação ativa dos nossos bacharéis na vida do país, em quase todos os seus círculos políticos, econômicos e administrativos, participação também nos movimentos históricos da nacionalidade, movimentos que ainda agora acabamos de assistir como uma prova real do valor e da influência do bacharel.

Se de um lado essa influência tem sido grandemente vantajosa e salutar para o país, de outro lado, em virtude de uma formação errada e de uma educação desorientada, em parte eles têm sido responsáveis por uma porção de erros que se podem apontar e analisar. O mais recente deles, ainda há pouco, foi a exclusão nos cursos secundários de um estudo indispensável como o de Sociologia, exclusão feita em benefício de mais 3 anos, além dos 4, do célebre estudo do Latim, um verdadeiro golpe de morte dado um político e bacharel-Ministro malvado, contra a educação da nossa mocidade, agora escrava da declinação e do verbo. Nós que ainda recebemos o honroso título de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, conforme o texto do nosso diploma, não teremos mais uma formação sociológica para amparar e fortalecer a nossa formação jurídica. Prova de que, ainda hoje, existe um propósito de tirar da mocidade que estuda uma oportunidade de aprender a encarar as soluções dos nossos problemas sociais com os modernos recursos da técnica de investigação, da pesquisa, do inquérito sociológico e dos modernos métodos de interpretação das ciências sociais.

Malgrado, no entanto, todos esses atentados de que temos sido vítimas e os defeitos de nossa formação universitária, os bacharéis têm conseguido, a maioria por esforço próprio, penetrar e alcançar os prementes problemas da nossa civilização. Esta minoria, no entanto, teve que fugir aos métodos clássicos e às influências nem sempre saudáveis que atuam na política da educação. De qualquer forma, os bacharéis têm participado sempre num ou noutro aspecto, neste ou naquele setor, de todos os movimentos revolucionários ou pacíficos da nossa história. Na Inconfidência Mineira, na Independência, na Campanha da Maioridade e da Libertação dos Escravos, na Proclamação da República. Movimentos esses que somente agora estão sendo bem compreendidos e interpretados à luz dos novos recursos. Em todos eles destaca-se a figura inconfundível e indispensável do bacharel, como agitador; como líder, como professor, como político, como chefe-de-ideias, como chefe-de-escola.

Com a criação das duas primeiras escolas de Direito, em Olinda e São Paulo, todos tiveram uma oportunidade para se bacharelizarem dentro do país. Essas escolas criaram assim uma chance de classificação social e cultural para o povo em geral e para os estudantes em particular. Nesse e noutros pontos, as nossas Escolas de Direito agiram como uma escola de legítima democracia social e cultural, oferecendo possibilidades de ascensão sem levar em conta a condição social, a cor ou a riqueza do indivíduo. Ascensão francamente vertical, de baixo para cima, de plena e intensa mobilidade social para todos aqueles que na ausência de condições de família e de tradições favoráveis, que sempre possibilitaram em toda parte um acesso imediato a todas as posições, procurassem uma classificação social e econômica e uma oportunidade inédita e desconhecida em outras sociedades. Oportunidade que de agora em diante se oferece a todos os brasileiros de subirem no conceito da sociedade local, de melhorarem o seu "status" através da aquisição do seu anel de doutor e do diploma de bacharel,

verdadeiro título de nobreza intelectual para todo aquele que deseje aumentar o seu prestígio ou, em caso negativo, anular pelo menos os preconceitos de raça e de família, para namorar as filhas disputadas dos senhores de engenho ou ocupar um lugar público.

Escolas de democracia, portanto, sem dúvida alguma, foram todas as nossas Faculdades de Direito, e esse fato bastaria para consagrar à administração de todos nós pela missão histórica e política das nossas Escolas. Phaelante da Câmara, na sua **Memória histórica da Faculdade de Direito de Recife**, publicada em 1903, assinala que o “predomínio intelectual desse centro conseguiu humanizar os costumes, estabelecer a corrente de simpatia e a permuta civilizadora das idéias; o próprio caráter pernambucano modificou-se profundamente. Os filhos de famílias poderosas que viviam em luta acesa, os de sangue azul e os plebeus, os descendentes da fidalguia do Cabo e os representantes dos antigos mascates, daqui saíam harmonizados, levando à casa paterna a notícia de que o código dos direitos individuais é igual para todos”.

A posse do título de bacharel, portanto, desde cedo, constituiu-se numa insígnia e num brasão que substituíam perfeitamente os títulos de nobreza de sangue azul. Insígnia e brasão que todos faziam questão de mostrar pelo anel de doutor, um rubi oriental rodeado de um chuveiro de brilhantes, que constituiu durante tantos anos, no tempo da monarquia, a grande aspiração e foi causa de muito suspiro de tantas moças românticas e casadouras dos engenhos de açúcar, das filhas dos burgueses moradores dos sobrados e sobradões de estilo colonial do Recife e da Bahia. Anel de doutor que muitos bacharéis traziam ostensivamente no dedo indicador, que bem mostrava o orgulho de uma classe, prova de prestígio e, sobretudo, prova de um título de nobreza intelectual.

Com o fulgor e o brilho dos títulos doutorais nessa época, cada vez mais se acentuou a paixão do brasileiro pelo diploma de bacharel, o mais acessível de todos eles. Foram criadas, assim, faculdades de Direito em quase todas as sedes da Província, causando desta maneira, com a emissão exagerada de diplomas, uma verdadeira inflação de bacharéis. Inflação de bacharéis, se assim me permitirem expressar, que em muitos casos, mais tarde, viria a ser responsável pelo desprestígio da classe.

Mas, enquanto isso não se deu, e que tão cedo ainda não se dará, as nossas Faculdades continuaram lançando anualmente numerosas turmas de bacharéis que estavam naturalmente talhados para líderes e dirigentes da política, da administração e da economia do país em todos os setores. Malgrado tudo isso, nunca faltaram lugares para eles; por isso é comum se ouvir dizer que o “bacharel não se perde” sempre haverá uma oportunidade para ele. A política, a literatura, a poesia, a oratória, o jornalismo sempre consumiram maior número de bacharéis que mesmo a advocacia ou a magistratura.

O bacharel-magistrado ou o bacharel-advogado precisa sempre de uma sólida formação jurídica que as Faculdades praticamente não davam. Além do mais o ambiente das nossas Escolas era mais favorável à poesia, à literatura e à imprensa, pela maior facilidade que estas ofereciam para os seus talentos mais em acordo com o temperamento e o estilo da época. Estávamos vivendo no período do romantismo, movimento que partiu, na maior parte, de poetas-bacharéis ou de acadêmicos das nossas Faculdades. Era justo e humano, portanto, que as moças preferissem um poeta romântico e sentimental que um juiz sereno e sisudo. Era moda da época: ser doente, padecer de amor, recitar versos, fazer serenatas e por fim morrer aos vinte e poucos anos. O padre Gama, transcrito por

Gilberto Freire, se alarmava com os acadêmicos do seu tempo que, aos dezesseis anos já tinham suíças e faziam medo de tão pálidos e doentes que eram. As próprias moças, do outro lado, acompanhando a moda romântica, diz o mesmo autor, viviam “sustentando-se de caldos de pintainhos e papinhas de sagú”.

Nesse movimento romântico, acadêmicos e bacharéis pagaram a sua quota de sacrifício. Romantismo que teve, por esse e outros aspectos, o seu ponto de apoio mais forte e mais entusiasta entre as mocidades das faculdades de Direito de Recife e São Paulo, as mais tradicionais da época, cujos nomes ganharam fama em todo o Brasil e eram ardentemente desejadas por todos os outros pobres estudantes das outras províncias. Mocidade que preferia morrer aos vinte e um e vinte e dois anos a morrer velho, como burgueses cansados, como “fazendeiros ricos, vigários gordos e negros de engenho”, na expressão pitoresca do mesmo autor. Assim é que foram vítimas desse movimento romântico, Álvares de Azevedo, Casemiro de Abreu, Junqueira Freire e tantos outros acadêmicos de Direito, que morreram muito cedo, alguns deles, sem chegar a serem bacharéis, cujos versos ainda hoje, impregnados de um suave e doce sentimentalismo, ainda andam na boca de todos nós e de nossas namoradas.

Afirmamos de início que o diploma de bacharel servia de brasão e título de nobreza intelectual para todo aquele que desejasse se classificar, se não economicamente, pelo menos cultural e socialmente. Essa oportunidade de ascensão vertical constituiu uma verdadeira promoção de classes e de “status” para uns e para outros. Os filhos dos senhores de engenho, classificados economicamente pela fortuna dos seus latifúndios, aspiravam uma posição política e uma função pública que os destacasse socialmente aos olhos de todos.

Para as famílias pobres o título de bacharel era a grande esperança para o seu filho sem recurso. Para as famílias sem tradição, sem sangue azul, um brasão que serviria para dar posição aos seus membros, por intermédio do filho doutor formado em Recife e São Paulo. Para o mestiço, vítima do preconceito de classe, não disse raça, o título de bacharel era uma válvula aberta para desabafar os seus complexos, anular os prejuízos de cor e vencer as barreiras sociais que a sociedade lhe cercava. Foi o mulato, mais do que todos, que aproveitou essa oportunidade inédita e original na nossa história. Em outros países, como nos Estados Unidos, o negro teve que fundar a sua Universidade para se doutorar, se quisesse.

Entre nós, pela ausência desse preconceito, estabeleceu-se uma corrente de simpatia e de compreensão entre os classificados socialmente e os que aspiravam uma posição social que o título fatalmente lhe daria. Os mestiços tiveram dessa forma os seus complexos de inferioridade sublimados psicológica e culturalmente, através de uma projeção intelectual enorme entre os seus colegas, fazendo-se líderes intelectuais dos movimentos políticos e filosóficos. Tobias Barreto, o mestiço de gênio, criou uma plêiade de discípulos em derredor da sua escola de filosofia e de cultura, “A Escola do Recife”, escola cuja influência ainda hoje se nota em muitos círculos intelectuais do País. Gonçalves Dias, o genial poeta, foi a vida inteira um desadaptado tristonho que encontrou no título de doutor e na fama de poeta, diz Gilberto, uma oportunidade de ser admirado e querido por todos. José do Patrocínio venceu os preconceitos e anulou os seus complexos através da oratória, do jornalismo e das campanhas cívicas de libertação do escravo. Machado de Assis, através do romance, oratória, jornalismo e campanhas cívicas, alimentadas umas, desenvolvidas outras, no fulgor dos seus dias de

acadêmico ou definitivamente amadurecidas e lançadas no tempo de bacharel. Rebouças, engenheiro, da mesma forma vence e conquista a sociedade e a princesa Isabel. Aluísio de Azevedo, no seu romance **“O Mulato”**, conta a história de um bacharel mestiço, educado na Europa, que conseguiu que uma moça de família tradicional se apaixonasse por ele. O título de bacharel era mais forte do que a cor. O anel de doutor mais importante que o preconceito. Essa foi uma das principais funções democratizadoras das nossas Faculdades de Direito. Mais um aspecto da influência do bacharel na formação de uma sociedade sem preconceitos de raça ou de cor, dando oportunidade a todos para que, de acordo com as suas possibilidades e os seus recursos intelectuais subissem e conquistassem os cargos mais elevados e as posições-chaves da administração pública.

Sobre este último aspecto vale a observação de Sérgio Buarque de Holanda: “Uma carta de bacharel vale tanto como uma carta de recomendação das pretensões aos altos cargos públicos”. Liberta o indivíduo da “caça aos bens materiais e assegura-lhe na vida uma discreta compostura”. Observação que ainda hoje vale mesmo quando o prestígio do bacharel já está algo comprometido ou antes já está perdendo aquele fulgor excepcional da segunda metade do século passado, com a ascensão das novas classes profissionais cujo prestígio e cuja importância ultimamente têm aumentado consideravelmente. Classes novas cuja força ainda há bem pouco tempo eram desconhecidas na nossa vida política, como as classes empresariais, industriais e comerciais, cujo prestígio vem sendo notado através das Associações Comerciais, dos Congressos e Cartas econômicas de profunda significação para o destino do país e da sua administração. Classes novas como a dos engenheiros e técnicos, de pesquisadores e geógrafos, de sociólogos e economistas, que estão fadadas a se transformarem em verdadeiras profissões auxiliares da administração pública. Estas novas correntes não serão desde logo, no entanto, suficientemente fortes para derrubar a influência e o prestígio tradicional do bacharel no Brasil.

A força do bacharel, que vinha desde longos anos aumentando consideravelmente em quase todas as esferas sociais e círculos políticos da nação, teve a sua mais alta expansão no Segundo Império. Essa força e esse prestígio concorreram grandemente, diz Gilberto Freire, para avivar, nas cidades, um intelectualismo revolucionário que agiria contra a civilização agrária e escravocrata.

De fato, os filhos dos senhores de engenho, representantes dessa civilização profundamente rural e agrícola, sustentáculos do Império, com alicerces e raízes econômicas no braço do escravo, no massapê da cana, na Casa-Grande e na Senzala, os filhos dos senhores de engenho desenraizados do seu meio, desenraizados pela cultura acadêmica, os filhos dos senhores de engenho bacharelizados contribuíram para a decadência dessa civilização do açúcar, dos engenhos e fazendas de Pernambuco e da Bahia, centros da cultura tradicional do Império.

A desintegração do latifúndio da cana principiou quando o intelectualismo revolucionário ficou em moda, quando os bacharéis, filhos dos senhores de engenho, abandonaram as suas fazendas atraídos, quase todos, pelos centros urbanos do Recife, Salvador, São Paulo e Rio, bacharéis “que já não tomavam a bênção dos velhos, porque tal usança cheirava a tempos góticos”. Novos hábitos foram assim adquiridos nesses centros de cultura jurídica. Raros eram aqueles que voltavam depois de formados para as fazendas e engenhos dos seus pais. Deixavam-se ficar na Corte, ocupando algum cargo público, onde vantajosas oportunidades lhes eram oferecidas. Quando voltavam aos engenhos não estavam mais em condições de continuar a tradição escravocrata, latifundiária e patriarcal dessa

civilização. Um exemplo frisante e poético temos na formação do bacharel Joaquim Nabuco, ao descrever “**Massangana**” depois de tantos anos de ausência. Os hábitos românticos, o amor à literatura e ao conforto das cidades, o intelectualismo revolucionário, antiescravocrata, as campanhas cívicas pela libertação do negro impediam que o bacharel nascido na Casa-Grande se apresentasse como herdeiro e continuador dessa civilização tradicional. Por outro lado, o bacharel nascido na Senzala chamava a si mesmo a defesa dos escravos, dos seus antepassados, por um impulso de solidariedade social quase incoercível.

Assim, bacharéis da Casa-Grande e bacharéis da Senzala, João Alfredo e José do Patrocínio, concorreram para a decadência desse ciclo histórico e tradicional. Esta é a opinião quase unânime de todos os que têm estudado essa civilização. Luiz Martins assinala e explica a decadência de “inúmeras famílias que perderam toda a sua antiga grandeza, toda aquela sua tradição, quando passaram para as mãos inexperientes dos bacharéis românticos e liberais”.

A idade patriarcal entrou em declínio, portanto, quando se deu a ascensão definitiva do bacharel revolucionário e romântico, recrutado entre os melhores engenhos, entre as mais ricas e talentosas famílias. Bacharéis que eram assim arrancados de um mundo tradicional, que não poderia sobreviver sem a continuação desse patrimônio, e jogados nas cidades, onde se deixavam ficar, enfeitando as Cortes, sem ouvir o apelo dos seus antepassados enriquecidos no latifúndio, no negro e no açúcar. A decadência, o declínio e o desprestígio dessa civilização patriarcal acentuaram-se ainda mais com a campanha da libertação do escravo, promovida quase toda ela por bacharéis da Casa-Grande ao lado de bacharéis da Senzala, por acadêmicos de Direito das Faculdades de Recife e São Paulo.

A influência do bacharel nessa campanha foi decisiva e vitoriosa. Pela imprensa e pela tribuna, pela poesia e pelos comícios, apareceram todos os tipos de bacharéis feitos líderes do movimento libertador. Um bacharel-jornalista: José do Patrocínio; um bacharel-poeta: Castro Alves; um bacharel-ministro: João Alfredo; um bacharel-parlamentar: José Bonifácio; um bacharel-diplomata: Joaquim Nabuco. Quase todos filhos de importantes famílias tradicionais ligadas à idade patriarcal e agrária, todos eles bacharéis que foram levados pelo seu intelectualismo revolucionário a trabalhar contra os interesses dos seus antepassados, dos seus pais e avós, contra uma civilização construída com tanto trabalho sobre bases que não podiam mais subsistir.

A libertação dos escravos, a queda da monarquia e, posteriormente, o surto da República, como bem assinala Donald Pierson, profundo conhecedor da nossa história social com referência ao mestiço, marcaram um rompimento definitivo com a aristocracia rural e aceleraram a ascensão de uma nova classe que já se vinha firmando desde longa data: a dos bacharéis e dos doutores.

Ascensão de bacharéis e doutores que já se vinha notando com tendência a aumentar desde o primeiro império e que se expandiu no reinado de D. Pedro II e que, por fim, tomou conta da República. Desertores de uma aristocracia rural, acentua o sociólogo de **Sobrados & Mocambos**, “cujos gêneros de vida, cujo estilo de política, cuja moral já não se conciliavam com os seus gostos e estilos, os bacharéis, médicos e doutores europeizados, afrancesados e urbanizados” conquistaram as posições chaves da administração pública e da política do país. O velho Moraes reclamava, já no seu tempo, que as “crianças saídas das Escolas de Direito estavam galgando todas as posições”.

A infiltração do bacharel-moço foi feita com o consentimento do próprio Imperador. A verdade era que os postos mais destacados e as funções de maiores responsabilidades e influência na administração do Império foram confiadas quase todas aos bacharéis-novos saídos do Recife e de São Paulo, havendo, como consequência disso, a repentina valorização do moço de vinte anos bacharelizado por essas escolas. Valorização súbita que um estudioso da nossa história regional observou, pelo fato de irem aparecendo na Câmara, na Presidência das Províncias, nos Ministérios, bacharéis de vinte e poucos anos, quando antes esses cargos só eram de acesso aos velhos conselheiros e bacharéis encanecidos. Diz ele: “Aos trinta anos, Carneiro Leão, depois Marquês de Paraná, já estava Ministro da Justiça; aos trinta e um anos, Manoel Francisco Corrêa, governador de Pernambuco; João Alfredo, aos trinta e cinco, já era Ministro do Império; Afonso Celso, futuro Visconde de Ouro Preto, Ministro da Marinha aos vinte e sete”. Era sem dúvida o apogeu do bacharel, do bacharel-novo e rebelde, investido nas funções mais importantes da vida do país. Funções políticas e administrativas que mesmo com a queda da Monarquia continuaram a ser entregues a Bacharéis, no tempo da República, onde a sua influência tem sido profunda e decisiva, a ponto de um escritor, com ironia, ter definido o Brasil como o paraíso e a república dos Bacharéis...

De fato, basta um rápido relance pelas figuras mais importantes da nossa história para reconhecermos essa influência. Nas Assembleias e Câmaras Legislativas, na Política e na Administração, nos tratados e nas convenções internacionais, na literatura e na filosofia, na tribuna e no jornalismo, na poesia e no romance, houve sempre um bacharel proeminente. Um bacharel-parlamentar: Antônio Carlos; um bacharel-jurista: Clóvis Bevilacqua, o nosso querido patrono; um bacharel-diplomata: Barão do Rio Branco; um bacharel-ministro: Joaquim Nabuco; um bacharel-poeta: Castro Alves; um bacharel-filósofo: Tobias Barreto; um bacharel-crítico: Silvio Romero; um bacharel-romancista: Machado de Assis; um bacharel de gênio: Rui Barbosa, glória nossa, glória de todos os bacharéis do Brasil.

O Bacharel, portanto, atravessou todas essas fases da nossa história com uma influência decisiva e profunda em nossa paisagem social e política. Na República, da mesma forma. Bacharéis foram quase todos os Presidentes. Bacharéis quase todos os Ministros. Até os Ministérios da Marinha, da Guerra e da Aeronáutica já têm sido entregues a Bacharéis. Bacharéis os deputados e senadores. Bacharéis os governadores dos Estados e seus auxiliares.

Em cada Estado uma Faculdade de Direito zelando por essa tradição, alimentando essa influência, formando gerações novas de Bacharéis que se destinam sempre aos postos de comando da administração. Interessante é notar que toda essa inflação de Bacharéis, se assim poderei dizer, com todo esse inflacionismo de doutores, não chegou a desvalorizar o nosso título nem derrubar o nosso prestígio. Se esse fato se desse em qualquer outra Faculdade, como de Medicina, Engenharia ou Odontologia, por exemplo, há muito as profissões dos médicos, engenheiros e dentistas estariam completamente desvalorizadas.

É forçoso, no entanto, que se confesse que se o futuro do Bacharel no Brasil não está comprometido, como alguns pessimistas e desiludidos da vida querem crer, é forçoso reconhecer, por outro lado, que com o advento das novas escolas técnicas e profissionais, estas virão arrancar das nossas Faculdades um pouco da sua influência. Em muitos Estados do Brasil isso ainda não se deu porque somente as Faculdades de Direito monopolizam o ensino superior. Nos grandes centros

universitários, no entanto, a força e o prestígio dos acadêmicos de Direito se repartem com os estudantes de engenharia, de medicina e das outras escolas. Na maioria dos Estados a única oportunidade do estudante secundário continuar os seus estudos avançados será o ingresso na Faculdade de Direito.

Daí muitos moços sem vocação, sem amor à carreira de Bacharel, sem gosto pelo Direito, verdadeiros desadaptados, serem forçados a ingressar em nossas Faculdades mesmo contra as suas vontades e inclinações. Por isso, ainda hoje o curso de bacharelado, fornecido pelas nossas Faculdades, é o caminho mais indicado para todo aquele que tenha uma inclinação pela literatura, pela arte, pela poesia, pela sociologia, pela política ou pela economia. As nossas Faculdades são, assim, além de centro de cultura jurídica, centro de verdadeiro humanismo. A criação das Faculdades de Ciências Econômicas, das Escolas Técnicas de Comércio, das Faculdades de Ciências Políticas, dos Cursos de Administração e Finanças, das Escolas de Sociologia em muitos pontos do país irão absorver das nossas Faculdades de Direito todas essas vocações desgarradas, adaptando esses estudantes na sua legítima inclinação. Quando todas essas escolas forem criadas e largamente difundidas em todo o país, aí, então, o título de Bacharel perderá muito da sua influência e do seu prestígio. As esferas de sua ação e o círculo de seu prestígio ficarão consideravelmente diminuídos. Essa possibilidade, no entanto, é muito remota, ainda para nós, de vez que, a não ser por diletantismo, raro é aquele que se aventura a cursar uma dessas escolas, pois ainda é e será muito difícil, entre nós, fazer, por exemplo, uma profissão da política, da sociologia, da economia, da administração.

O preconceito da nossa sociedade ainda é muito grande nesse aspecto e todo mundo acha que tudo isso deve fazer parte da cultura do bacharel sabe-tudo. O pai de Gilberto Freire nunca pode compreender como seu filho, depois de tantos anos de estudo nos Estados Unidos, tenha voltado com um título extravagante de “graduado em ciências sociais” pela Universidade de Colúmbia em vez do pomposo título de Bacharel em Direito. Entre nós, aquele que fizer da política uma profissão será fatalmente chamado, pela oratória dos comícios, de politiqueiro profissional... Por todos esses fatores e muitos outros o império do Bacharel no Brasil será grande por muito tempo ainda. E não será, colegas meus, no nosso tempo, nem talvez no tempo dos nossos filhos, que nós veremos o desprestígio da classe em que agora ingressamos, com muita honra e entusiasmo. Não será no nosso tempo, nem no tempo dos nossos filhos, sobretudo, se nós nos compenetrarmos da nossa missão, estudando com carinho os nossos problemas, dedicando-nos profundamente às diferentes carreiras que o título de Bacharel nos vai abrir, praticando sempre, como juizes, advogados, magistrados, professores ou políticos, aqueles preceitos eternos do Direito e da Justiça.

A nossa turma – Agnelo, Pucu, Silvério, Zuani, Ofir, Cláudio e Sobral, a trigésima que sai desta nossa muito querida faculdade, tem uma história que está toda ela dentro de cada um de nós, do nosso passado, das nossas lutas, das nossas conquistas. É uma história que ficará gravada para sempre na nossa memória e nunca se apagará enquanto um de nós viver. Princípios nos primeiros bancos das nossas escolas, com as nossas primeiras aulas das professoras, aulas que continuaram durante estes longos dezessete anos. Quase duas décadas de estudo e de trabalho. Uma mocidade inteira dedicada ao nosso aperfeiçoamento intelectual, aprendendo com os nossos mestres e os nossos livros, numa atividade que nunca cessou durante este longo tirocínio.

Quando uma turma se forma traz consigo uma tradição de lutas, de trabalho, de esforço que não foi só nosso. Foi também o esforço dos nossos pais e das nossas mães, das nossas professoras e dos nossos mestres em diferentes fases da nossa vida. A eles, portanto, no dia da nossa grande alegria, e muitos deles não estarão aqui para comemorar conosco esta vitória, nada mais justo do que um preito de gratidão e reconhecimento.

Sempre fomos uma turma pequena, talvez por isso muito unida. Dentro dela sempre houve, ligando todos nós, um poderoso vínculo fraterno de solidariedade e confiança, de camaradagem e alegria, e, no entanto, há dez ou quinze anos não nos conhecíamos. O destino nos ligou para sempre. Daqui para frente, onde quer que estejamos nos lembraremos uns dos outros neste dia 21. Lembrar-nos-emos também dos nossos colegas que morreram, dos nossos colegas que desertaram, e também daqueles que por falta de recursos não puderam continuar seus estudos, dos que pelas surpresas da vida não puderam realizar os seus sonhos de menino ou de rapaz. Nós estamos também aqui para representá-los.

De agora por diante recordaremos sempre, por toda a nossa vida, com emoção, esses dias felizes que vivemos aqui, lembrar-nos-emos da camaradagem dos nossos colegas que ficam, das nossas festas, das nossas brincadeiras, das nossas estudantadas e do nosso tempo de calouros. Agora que já terminamos o curso, o tempo parece que passou depressa. Parece que foi ontem, mas já são decorridos cinco anos quando olhamos para esta escola com medo e respeito. Aqui moravam os nossos sonhos.

Quando subimos estas escadas, pela primeira vez, como acadêmicos, foi para ganhar o batismo dos veteranos. Depois éramos nós que batizávamos. Agora somos nós que iremos descer estas escadas com saudade. Assistimos esta mesma solenidade, durante anos seguidos, nas turmas que nos precederam. E como nós achávamos aborrecidos e infundáveis o discurso do orador da turma! Juramos que o nosso discurso, como orador da turma, homenagem dos meus colegas que muito me desvanece, deveria ser breve. Infelizmente, quando chegou a hora, tivemos que quebrar o juramento. Vocês me perdoarão, meus colegas.

Elegemos, para paraninfo, o nosso professor de Direito Penal, dr. Manoel Barbuda, até há pouco tempo Diretor da nossa faculdade, num período de incertezas e intranquilidades para todos nós e para a vida da nossa Escola. Durante esse período, por diversas vezes, esta casa esteve ameaçada de fechamento, e em todos os momentos, como Diretor, bateu-se pelos nossos direitos e pela vida da nossa Escola. Como professor, ainda recordamos as suas eruditas preleções; como paraninfo, eleito num ato de justiça, muito nos honra tê-lo em nosso quadro e ao nosso lado, pois sempre esteve conosco.

Antes mesmo de ser nomeado para diretor desta Escola, o professor catedrático dr. José Alves de Souza Brasil já era nosso homenageado especial. Em toda a faculdade de Direito onde existe uma tradição a zelar, há sempre um professor que encarna o seu passado e o seu presente, que representa a história, a tradição e a vida da própria escola. Mestre Souza como nós o chamamos na nossa intimidade acadêmica, está nesse caso. Ele teve a suprema felicidade de atravessar todas as fases da vida atormentada da nossa faculdade com uma confiança inabalável no seu futuro. Foi sempre um idealista. Professor desta casa, durante mais de trinta anos, com uma assiduidade absoluta, muitas vezes ensinou de graça, por amor à Escola, esquecendo vantagens materiais para se dedicar

inteiramente ao ensino da nossa mocidade. Façamos justiça a ele assim como o Sr. Desembargador Interventor Federal já o fez nomeando-o para Diretor da nossa Escola. Esta Faculdade foi sempre, para ele, o seu sonho dourado, o seu sonho de moço e de velho. Nunca vacilou. Nunca recuou quando estava em jogo o nosso futuro. Há pouco tempo, ainda, quando todos já tinham perdido as esperanças de realizarem os concursos para catedráticos, Mestre Souza conseguiu realizá-los. Portanto, o ato do Sr. Desembargador Stanislau Afonso, nomeando-o para o cargo de Diretor da nossa Faculdade foi um prêmio ao seu trabalho e um ato de justiça que se presta já na sua velhice de lutador. Cabe aos que ficam prestigiá-lo para que ele possa realizar os seus objetivos.

Homenageamos também o nosso professor Sócrates Bonfim, erudito e fidalgo, jurista e professor emérito; homenageamos o professor Augusto Rocha, que durante os bons tempos do curso pré-jurídico e no primeiro ano da Faculdade, como professor de Economia Política, nos catequizou, com as suas memoráveis aulas, para o estudo e a investigação. São nossos homenageados, também, o dr. Ormando Sobreira, professor de Direito Comercial, e o dr. Lúcio Rezende, professor de Direito Civil.

Como homenagem póstuma, recordamos o nome do nosso saudoso professor Guataçara Barbuda Thury, cuja morte foi uma lamentável perda para a vida desta Escola.

Aos outros professores desejamos expressar a nossa gratidão pela maneira como fomos tratados, e aos colegas que ficam o nosso abraço de despedida e a nossa saudade.

Meus colegas Agnelo, Pucu, Silvério, Zuani, Ofir, Cláudio e Sobral: hoje, chegamos ao fim da nossa jornada acadêmica. Desta hora em diante, cada um de nós tomará um rumo na vida. Chegou o momento pelo qual tanto aspirávamos. Agora vamos nos separar, mas ficaremos unidos, para sempre, nesta pequena turma de oito Bacharéis, a menor destes últimos dez anos, a trigésima que sai desta Escola, agora com um nome e um patrimônio a zelar, o nome e a eterna inspiração do nosso mestre e do nosso patrono: Clóvis Bevilacqua.

### 3 A descoberta da América: crônicas e reminiscências

Bacharel em Direito de 1945, da Turma Clóvis Bevilacqua, também chamada a Turma da Vitória, em todas as faculdades do País, pelo fato de sermos a primeira turma formada depois da II Guerra Mundial (1939/1945), lancei-me à luta profissional no campo da advocacia juntamente com o meu colega e amigo Manary Vasconcelos Mendes. Despreparado profissionalmente, não tinha condições para competir num campo onde pontificavam juristas do quilate de Análio e Lúcio Rezende, Aristides Rocha, Bernardino de Paiva, Leopoldo Péres, Waldonar Pedrosa, Huascar de Figueiredo, Raymundo Nonato de Castro e muitos outros. Em nosso escritório de advocacia, instalado em minha casa, na rua Henrique Martins, surgiram os primeiros clientes e as primeiras causas: advogado de porta-de-xadrez, advogado-dativo para defesa de réus humildes no Tribunal de Júri, cobrador de duplicatas incobráveis e de clientes falidos.

Faltavam-me a persistência, a coragem e a vocação para enfrentar a luta. Mantinha-me com o pequeno salário que recebia como professor de Economia Política na Escola Sólon de Lucena, onde ensinava há mais de quatro anos, com os parcos honorários advocatícios e umas poucas economias que mensalmente depositava no Banco Ultramarino, ajudando ainda o meu irmão Israel como correspondente, na firma de representações que meu pai havia fundado em 1942. Na Escola Sólon de Lucena, o prefeito me demitia, invariavelmente, no mês das férias juninas e me admitia em julho, o mesmo ocorrendo no período de dezembro a março de cada ano letivo, por motivos de economia orçamentária, para que a prefeitura não tivesse o ônus do pagamento das férias escolares, o que, aliás, ocorria com todos os professores interinos àquela época. Era uma vida dura, difícil e injusta que todo recém-formado enfrentava após a saída das faculdades.

Embora já tivesse adquirido, nessa altura, uma reputação nacional de pesquisador que **“O Cearense na Amazônia”** me havia conferido, a perspectiva de viver, profissionalmente, como intelectual e escritor era difícilíssima, pois ontem, como ainda hoje, o destino para o qual estava vocacionado era a indigência e a penúria provinciana. Geralmente, a fama e a glória chegavam sempre tarde demais, após se haver extinto a chama da vida.

No entanto, e apesar disso, permaneci fiel à minha missão de pesquisador e continuei trabalhando à noite, na conclusão da minha segunda tese **“A Geografia e Ecologia Social da Calamidade na Amazônia”**, que pretendia apresentar ao Congresso Internacional de Geografia a reunir-se em Lisboa, e cujos manuscritos inéditos consegui, parcialmente, encontrar nos meus arquivos, trazendo-os à luz da publicidade, na forma original e incompleta.

Nesse ínterim, fui informado pelos noticiários dos jornais que o Consulado Americano, na época o cônsul George Zentz, iria realizar um concurso público para a concessão de bolsas de estudos de pós-graduação em universidades americanas. Surgia a grande oportunidade de minha vida. Inscrevi-me no primeiro dia, com mais de trinta candidatos aspirantes. Fomos submetidos a testes e exames, *curriculum vitae* e toda aquela agonia que bem conhecem os vestibulandos de hoje. Depois, a

longa espera, os meses de impaciência, o sentimento de frustração mesclado com os raios de luz da esperança, de cujo resultado dependia a grande jogada do meu destino.

E assim, fui surpreendido, no dia 30 de agosto de 1946, pela chegada do telegrama do dr. Dean Acheson, Secretário de Estado dos Estados Unidos, o Kissinger daquela época. Um telegrama frio, objetivo, pragmático, cuja tradução vai abaixo:

*O Instituto Internacional de Educação aprovou o candidato Samuel Benchimol, concedendo-lhe uma bolsa de estudos cobrindo a matrícula e mais quinhentos dólares, por ano acadêmico, como contrapartida de pagamento servirá como instrutor de português, em tempo parcial, na Universidade de Miami, em Oxford, Estado de Ohio pt Muito embora o estudante indique a necessidade de manutenção integral, não existem fundos disponíveis nessa Universidade aprovados pelo seu Procurador Geral pt O estudante deverá receber o visa consular Seção 4 (e) pt Telegrafe se pode chegar no dia 1º. de outubro, data fatal absoluta pt Em caso de aceitação telegrafe urgente este Departamento a data de sua chegada – Dean Acheson, Secretário de Estado.*

Recebi a notícia sob violento impacto emocional que me deixou ao mesmo tempo perplexo, intranquilo e deslumbrado. Reuni as minhas economias, que nessa época eram de dezoito contos, acumulados através de uma austeridade de vida e de uma poupança de mais de quatro anos e, em fins de setembro, despedi-me dos meus pais e tomei o primeiro “clipper” da Pan-American, com destino a Miami. Eu era, então, um jovem angustiado e medroso, pois apesar de conhecer bem a Amazônia tinha feito apenas uma viagem até Recife, integrando embaixada acadêmica; não conhecia o Sul do País e tinha pavor, pânico, da cidade grande.

A minha vivência e experiência, adquiridas durante dezoito meses de minha estada nos Estados Unidos e na minha universidade, fazendo o curso post-graduado de mestrado em Ciências Sociais, erradicou do meu projeto existencial o senso paroquial de provinciano, abriu-me a janela de um horizonte desconhecido e me deu uma nova dimensão do mundo e da ciência. Lá eu amadureci e completei a minha formação humanística. Mas permaneci fiel às minhas raízes e à minha terra.

Essa fidelidade e esse amadurecimento tive o cuidado de documentar. O meu arquivo pessoal, que havia perdido, e que agora o recuperei por milagre, serve para dar um cunho de autenticidade a esta memória. São crônicas e reminiscências, que fui buscar nos velhos jornais de Manaus que as publicaram, e documentos que atestam o duro labor acadêmico, como trechos de minha tese de mestrado, “Manaus – Crescimento de uma Cidade no Vale Amazônico”, escritos no período de 1946 a 1947, que jaziam sepultadas na poeira do tempo e que agora as sopro, remexendo as cinzas do passado morto e distante, na tentativa de encontrar, ainda, um pouco do fogo que crepitou na pira, para reacender, com elas, a tocha de minha geração e passadas adiante, aos mais novos, como depoimento, ressurreição e memória.

**I – Expresso Miami-Chicago:** Uma viagem de trem pelo interior dos Estados Unidos (publicada no jornal A Tarde, do saudoso Aristóphano Antony, edição de 16/10/1946).

“Miami ficou atrás, com as suas praias, as suas avenidas largas e os seus hotéis de luxo, onde os milionários e turistas vêm passar as suas férias de verão. Dentro da noite, o nosso Pulman SW4 corre velozmente sobre os campos da Flórida em direção ao doce país da Geórgia.

Geórgia. Um nome lírico que nos faz lembrar a velha luta do Sul, dos confederados e dos yankees, de Scarlet O’Hara, de “...E o Vento Levou”. País dos algodoais e dos negros escravos, do

Mississippi, das velhas mansões coloniais, dos aristocratas e dos colonizadores do sul. Uma paisagem uniforme bem trabalhada pelo homem desfila perante os nossos olhos encantados: brancos algodoais, plantações de milho a perder de vista, fazendas de gado, pequenas vilas que os mapas não mostram, e em todo o percurso os trilhos da estrada de ferro unindo distâncias enormes e abraçando as terras férteis do Sul, agrícola e romântico, com as terras férteis do norte industrial e áspero.

Assim atravessamos a Geórgia, o Alabama, o Tennessee e o Kentucky, nomes queridos das canções sulinas. De um lado e outro da estrada de ferro sucedem-se as mesmas plantações de milho e de algodão, que abastecem mais da metade do mercado mundial, enquanto o nosso Pulman dirige-se velozmente em direção do Norte.

Ao lado dos trilhos, a estrada de rodagem asfaltada, ampla e enorme, e o telégrafo de vinte fios assistem o homem no seu trabalho, aproximando fazendeiros e lavradores dos campos e industriais e usineiros das grandes cidades. Aqui e ali, pequenos povoados, burgos, cidadezinhas pequenas, vilas, que merecem um poema e dão uma cor típica à civilização rural dos Estados Unidos: Titusville, Smyrna, Tomasville, Montgomery, Birmingham em Alabama, Nashville em Tennessee, Louisville em Kentucky, algumas com expressão industrial e demográfica.

Kentucky marca a fronteira do Sul com o Norte, que nos velhos tempos dividiu os Dixies dos Yankees. Aqui passa a linha imaginária que os velhos americanos denominaram “Mason an Dixie line”, a que a rivalidade de outrora deu foros de fronteira. A colonização em Kentucky é maior do que em Tennessee, Alabama e Geórgia. As fazendas e as plantações são mais contínuas, as habitações mais chegadas, o trabalho mais intenso. No entanto, a paisagem continua mais ou menos uniforme, sem grandes obstáculos, sem grandes rios, a não ser o Mississippi, que fica mais a Oeste, sem grandes afluentes, a não ser pequenos riachos que não merecem o nome de rios, o Sul todo é acessível e fácil ao homem. Um contraste violento com a paisagem rebelde do Vale Amazônico. Desenvolveu-se, assim, uma intensiva e admirável civilização, cujos valores são mais rurais e agrícolas do que urbanos e industriais.

Ao deixarmos Kentucky entramos no Estado de Indiana, onde começa o domínio do norte industrial e progressista. Indianópolis é o primeiro aviso de que a paisagem mudou, mas mesmo assim, por horas e horas de trem persistem as modernas fazendas e plantações que os arados mecânicos cortam de um lado e de outro da estrada. Durante três horas, a grande velocidade, o nosso trem percorreu o Estado de Illinois. Três horas de expectativa e ansiedade para ver a maior cidade do Meio-Oeste.

Eram quase duas horas da madrugada quando chegamos a Chicago. Um vento frio, gelado, de inverno, lá das bandas do Lago Michigan, veio nos receber na Illinois Central Station.

1.º de outubro de 1946

Chicago – Illinois

Endereço: - Miami University, Ogden Hall, 334 – P.O. Box 524

Oxford – Ohio – U. S. A.

**II – O meu encontro com Chicago** (publicada no “Jornal do Comércio”, edição de 16/10/1946).

“O meu encontro com Chicago foi numa madrugada fria e escura de inverno. Talvez por isso guarde, desse primeiro encontro, uma impressão de terror e de mistério que ficará para sempre retida na minha memória.

Chicago, nessa madrugada, pareceu-me pesada, grande, alta e suja. O seus arranha-céus maciços pareciam vir abaixo, as suas ruas escuras pareciam esconder, em cada esquina, uma emboscada de “gangsters” e de malfeitores, reminiscências e impressões falsas que o cinema nos transmite e das quais não podemos nos libertar.

No dia seguinte, no entanto, Chicago nos pareceu mais humana e menos misteriosa, mas, de qualquer maneira, nos decepcionou, com os seus arranha-céus tismados de cinza e fuligem, os seus prédios sujos de carvão e fumaça das chaminés das fábricas.

Chicago vale pela expressão, pelo esforço e pelo trabalho dos seus habitantes. Uma cidade de quatro milhões de habitantes, que há menos de um século era menor que Manaus, Chicago hoje é o maior centro industrial e ferroviário do “midwest”. Atualmente já é a maior cidade em área territorial nos Estados Unidos, e no futuro disputará a supremacia demográfica com New York e Londres. Um verdadeiro labirinto para o turista e para o próprio americano que aqui reside.

Se a encararmos sob o ponto de vista brasileiro ela nos decepciona. O que faz um brasileiro gostar de uma cidade são os seus parques, as suas praças, os seus arranha-céus e edifícios públicos limpos e em belo estilo, as suas ruas centrais e as suas avenidas, nas quais, à tarde, as moças fazem o habitual “footing”.

Em lugar disso tudo, Chicago nos oferece uma multidão de homens e mulheres apressados, se comprimindo pelas ruas no meio de um barulho infernal de trens, automóveis, bondes e “sub-ways”, que passam por cima das nossas cabeças, debaixo dos nossos pés e nos cortam o passo a todo minuto. Ao lado disso tudo a indefectível fuligem, poeira e fumaça que invadem tudo e tismam os arranha-céus e as nossas camisas, as ruas e as nossas mãos.

Sob o ponto de vista americano, no entanto, ou melhor, de civilização industrial, Chicago é uma cidade típica, padrão da era da máquina e da grande indústria. O maior bloco de edifícios no mundo inteiro em área: o Merchandise Mart; a maior organização de vendas ao público no mundo inteiro: o Marshall Field, um arranha-céu de 12 andares cobrindo quase dois quarteirões, completamente ocupado com artigos de toda a natureza. Um verdadeiro mundo onde o freguês pode entrar pela manhã e só sair à noite, pois não sentirá falta de nada para suprir as suas necessidades. A maior fonte luminosa do mundo: o Buckingham Fountam. A maior estação e tronco ferroviário sobre a terra: Illinois Central Station.

Falando, no entanto, sob o aspecto estético, de beleza, a maioria das cidades brasileiras vale mais do que qualquer cidade americana, guardadas as devidas proporções. Porque nos Estados Unidos as cidades vivem mais em função das suas indústrias do que das suas paisagens; mais em função dos seus transportes do que de seus edifícios públicos; mais em função dos seus negócios do que das suas diversões.

Chicago impressiona, de qualquer maneira, pelo esforço e pelo trabalho dos seus homens. Esforço e trabalho dos seus homens e mulheres que construíram a maior cidade do mundo em menor espaço de tempo, dentro da moderna civilização industrial americana.

Outubro 2, 1946

Chicago, Illinois

**III – NATAL EM CAMPO DE NEVE** (publicada no vespertino “A Tarde”, edição de 17/1/1947).

Uma semana antes de Natal, Miami University parecia outra. Os estudantes pareciam mais alegres, os professores mais amigos, as lojas de Oxford nos diziam “Merry Christmas”. O Natal anunciava o começo das férias, a voltar ao lar, o princípio do inverno...

Deixei Oxford em companhia de Mike, na véspera de Natal. Sobre as estradas de asfalto, de Ohio e de Indiana, a neve anunciou o início oficial do inverno. Uma alegria contagiante rompeu em nosso coração. Saltamos do carro e, na beira da estrada, pela primeira vez, festejei a neve com as minhas próprias mãos tropicais. Tive vontade de dizer: o equador tocou o pólo...

O termômetro marcava 10° graus Fahrenheit quando chegamos a Chicago. Atrás ficaram 300 milhas de neve, doze acidentes e uma noite inteira de frio, de fome e de sono. Na residência de Mike, em Oak-Park, o mais lindo bairro de Chicago, fomos recebidos hospitaleiramente com um sanduíche, um fogão elétrico e um cobertor. Olho atrás da janela embaciada para a rua e para os telhados brancos de neve e me lembro da canção romântica de Bing Crosby: “White Christmas”...

Maxim foi o meu “date” de Natal. Uma garota alegre, inteligente e simpática. Nos seus olhos havia cor de mar, havia cor de ouro nos seus cabelos. Quando senti os lábios rubros de Maxim lembrei-me dos trópicos e me deu uma saudade infinita do meu Brasil tão longe...

Chicago, Natal, 1946

**IV – MANAUS: AKRON** (publicada no “Jornal do Comércio”, edição de 17/1/1946.)

Quando pisei Akron, Manaus instantaneamente veio-me à memória. Duas cidades típicas criadas pela indústria da borracha. Uma, construída pela exploração extrativo-destrutiva da borracha silvestre, Manaus; outra, erguida pelo esforço e pela eficiência da máquina e da grande indústria, Akron. Dois exemplos bem significativos para estudo do economista-sociólogo. O paralelo pressupõe apenas a matéria-prima, porque o desenvolvimento econômico-industrial das duas cidades corre em direções opostas. Enquanto Manaus, nos últimos cinquenta anos, limitava-se à exploração da borracha crua, ganhando ou perdendo dinheiro, de acordo com os preços ditados por Londres e New York, Akron ergueu o maior centro industrial da goma elástica em todo o mundo. 50% da produção mundial da borracha são consumidos aqui. A metade dos pneus que rolam em todas as estradas da terra traz a marca Goodyear, Firestone, Goodrich, Seiberling...

Akron e Manaus deveriam ter em uma das suas praças um monumento ao nosso seringueiro. Graças ao “cearense” foi possível construir Manaus. Graças a ele, Akron ergueu-se. No entanto, o esforço e o sacrifício desses homens jazem no anonimato e no esquecimento dos homens de governo e de indústria. Ele foi vencido por Ceilão e por Java, pela química e pela borracha sintética.

A borracha nos deu dias de grandeza e dias de miséria. Talvez mais dias de miséria do que de grandeza. Visitando Akron, mais do que nunca acredito que o nosso futuro e o futuro de Manaus dependerão ainda da borracha, porque cada vez mais o mundo precisa dela. O espírito de Akron

deverá orientar a Manaus do futuro, um espírito industrial e manufatureiro, construído com ordem, eficiência, capital e técnica. Quando evoluirmos do estágio borracha-crua para a borracha-pneu, Manaus estará marchando ao lado de Akron. Aí então teremos realizado o paralelo Manaus-Akron.

Akron, 6/1/47.

**V – FORD: IMPRESSÕES DE UMA VISITA A ROUGE PLANT DETROIT** (publicada no “O Jornal”, edição de 19/1/1947).

Na mensagem de Ano Novo dirigida aos operários de River Rouge Plant, em Detroit, Henry Ford II, neto, declara que a despeito do tremendo prejuízo de 51 milhões de dólares, sofrido pela organização Ford, em 1946, devido às greves, altos salários e preço-teto, ele estaria pronto para pagar cinquenta dólares diários por um operário que realmente valesse cinquenta dólares. “Nós estamos construindo um futuro de grandes possibilidades”, disse ele, e acrescentou: “Nós queremos homens e mulheres jovens com ideias jovens”. Depois da visita que fiz a Rouge Plant, a maior organização mundial da indústria de automóveis, compreendo o alcance e o sentido da mensagem de Henry Ford II.

Visitei Rouge Plant na véspera de Ano Novo e confesso que não pude ter uma ideia de conjunto de edifícios, fábricas, usinas, estradas de ferro, docas, museus e residências que se espalham pelos treze milhões de pés quadrados de Rouge Plant. Penetrei no labirinto industrial de Ford pela manhã, quando a neve me obrigou a calçar as luvas e a fechar o sobretudo. Já era noite – a noite aqui começa às 4h30 da tarde – e eu ainda me encontrava perdido entre as fornalhas, máquinas e operários.

Quando o meu guia se despediu com o gentil “Happy New Year”, senti, em toda a sua plenitude, a grandeza da América através da inteligência, do trabalho e da eficiência das mãos e dos cérebros que construíram Ford e constróem, noite e dia, a maior civilização industrial da terra neste país.

Alguns dados acerca de River Rouge Plant parecem, à primeira vista, inverossímeis, fantásticos, sobre-humanos: noventa mil operários, homens e mulheres, cem milhas de estrada de ferro ao longo da planta, duas milhas de docas para a descarga de dois bilhões de toneladas de carvão de ferro, fornalhas com capacidade para quatrocentas toneladas de aço, 538 milhões de galões de água por dia, abastecendo todo o conjunto. Um inferno de máquinas e dínamos, mãos e cérebros transformam o ferro bruto das docas no V-8 dos parques, em 28 horas de trabalho.

Uma visita a Rouge Plant faz acreditar no futuro da civilização industrial, no futuro da espécie humana. Um futuro sem pés, sobre rodas feitas para correr, não mais nos campos de guerra, mas nas estradas da paz.

**VI – DETROIT: A CAPITAL DO AUTOMÓVEL** (publicada na Revista “Amazônida”, edição de fevereiro de 1947).

Detroit me recebeu com um abraço de vinte graus abaixo de zero. Um tapete branco de neve sobre as ruas escondia o asfalto e sob o céu um nevoeiro espesso afagava as torres dos arranha-céus. Mesmo assim, comemorei o Ano Novo. Um ano novo com serpentina, confete, whisky, swing e muita

alegria. A zero-hora do ano-velho-ano-novo, no tradicional apagar das luzes, recebi um “happy new year” de uma garota que não cheguei a conhecer...

Situada nos estreitos, de onde tomou o nome, entre os Grandes Lagos Huron e Erie, Detroit é a cidade de maior futuro industrial nos Estados Unidos. A sua posição geográfica é francamente estratégica: ao Norte, as grandes minas de ferro da área do Lago Superior; a Leste, o carvão da Pensilvânia e de Virgínia, Niágara Falls bem perto é um convite para a hidroeletrificação das suas indústrias. Desta maneira, sob a iniciativa, o capital e a coragem dos pioneiros da indústria automobilística, Detroit desenvolveu o mais impressionante parque industrial sobre a terra. Os seus automóveis transformaram e revolucionaram a superfície da terra e a mentalidade dos homens.

Todo o mundo hoje tem os seus olhos postos em Detroit. Milhões esperam ansiosamente pelos seus automóveis e caminhões. Detroit responde com as greves. John Lewis lhe negou carvão na última primavera, tentou no inverno e ameaça em março. Contudo, Detroit trabalha e promete um dia substituir o pé pelo automóvel, o pedestre pelo “chauffeur”...

Detroit, hoje em dia, é uma cidade do mundo. Quem não conhece, por acaso, os cidadãos de Detroit? Andam sobre rodas, bebem gasolina e expellem fumaça: Ford, Chevrolet, Buick, Packard, Dodge, Hudson, Kaiser...

**VII – NOVA YORK: CAPITAL DO MUNDO** (publicada no “Jornal do Comércio”, edição de 4/4/1947).

Nenhuma cidade sobre a terra poderia ter sido melhor escolhida para ser a capital permanente das Nações Unidas do que Nova York. Porque não é uma cidade nascida e crescida de uma herança cultural homogênea como a maioria das cidades em quase todos os países. Ao contrário, ela é uma cidade do mundo, mescla de culturas e de povos que se encontram nesta ilha de Manhattan e construíram a maior cidade sob o sol em menor área sobre a terra.

Aqui estão representadas quase todas as raças e línguas, guardando na maioria das vezes as suas tradições e os seus santos, os seus estilos de vida e a sua cozinha, com os seus jornais e os seus bairros típicos. “Chinatown”, ruas estreitas, fantasiadas de caracteres chineses, com os seus velhos ídolos e seus templos pagãos. “Little Italy”, que relembra uma rua de Roma, com os seus restaurantes pitorescos anunciando spaghetti e macarroni. “Latin Quarter”, povoada de mexicanos, cubanos e sul-americanos falando espanhol como numa rua de Havana ou de México City. “East Side” com os seus cortiços e estâncias dando a New York um ar europeu trazido pelos imigrantes da Bohemia, da Polónia e da Rússia. “Harlem”, ao norte, para além do Central Park, representa o bairro do ódio e do ressentimento dos homens de cor, vítimas do preconceito e da intolerância humana.

Assim vi Nova York, cosmopolita, colorida por quase todas as raças e línguas. Como capital do mundo aliado, as Nações Unidas têm os seus olhos postos nas suas decisões. Olhos que lutaram para ver dias melhores nesse amanhã que está custando a chegar

Nova York

Abril 4, 1947

**VIII – BROADWAY: UMA RUA E UM DESTINO** (publicada no jornal “A Tarde”, edição de 19/5/1947).

Senti que estava andando na “Broadway” quando a multidão me comprimiu o passo e as luzes me ofuscaram os olhos. Estava finalmente em Times Square, na esquina do mundo. Daí em diante perdi a noção do tempo e da distância. Os meus passos acompanharam a vaga humana em desfile e os meus olhos respondiam automaticamente ao chamado magnético dos anúncios luminosos dos teatros e cabarés.

“Broadway” é conhecida como a rua dos teatros e dos cinemas. Talvez seja um pouco mais do que isso. É uma rua que o destino traçou para ser o sonho dourado de muita moça de província; para ser também o desapontamento e a desilusão de muita carreira sem glória. De qualquer maneira, “Broadway” fascina. Ofusca. Oprime. Liberta.

Começo a pensar no destino das ruas. Como os homens, as ruas têm o seu destino traçado. Ruas pequenas, estreitas, obscuras. Ruas da gente perdida e desesperançada que povoa as cidades do mundo. Ruas largas, enormes, cheias de luz. Ruas que relembram dias vividos entre o esplendor e glória. Cada cidade tem parte de sua história escrita nas calçadas e nas pistas das ruas. Motins, revoluções, amores, fama, negócios. “Broadway” é a rua da glória, do esplendor, da fama e do sucesso.

Esqueci a “Broadway” e fui matar as saudades da pátria distante ouvindo os sambas tristes e os choros alegres de Carmen Costa, a Carmen da “Feira”, num cabaré perdido para além da rua 100. Era bem tarde da noite quando olhei o meu velho Tissot. Rua-abaxo, rua-acima, incorporei-me de novo à multidão. De quarteirão em quarteirão aguardava atento o sinal verde-vermelho do tráfego nervoso de New York.

New York, abril 5, 1947.

**IX – EMPIRE STATE BUILDING: 1.250 PÉS ACIMA DO NÍVEL DA RUA** (publicada no “O Jornal”, edição de 22/5/1947).

O nosso elevador subiu com uma velocidade de 1.000 pés por minuto e nos deixou no 86º andar do arranha-céu mais alto do mundo. Um pouco mais acima, no 102º andar, na torre-observatório, aguardamos impacientes o acender das luzes de New York. Não eram bem seis horas quando a nossa vertigem das alturas foi despertada por um banho espetacular de luz. Milhares de janelas se acenderam em todas as direções.

Aquilo era Nova York à noite. Bem perto estava a Broadway e a Quinta Avenida. Além, Wall Street. Mais ao longe, no Hudson River, a Estátua da Liberdade; no extremo norte, Harlem.

Mais alto que o monumento a Washington, maior que as torres de Pisa ou de Eiffel, o Empire State Building é uma audácia em pedra a desafiar a descrença e o desânimo dos que não acreditam nas possibilidades do engenho humano. A 1.250 pés acima do nível da rua o transeunte é um ponto perdido, insignificante, quase irreconhecível. Tive a sensação de estar mais perto das estrelas do que dos homens.

Fiquei pensando nos números que o Empire State nos sugere: nas suas 6.400 janelas, nos seus 60 elevadores, nos milhões de dólares de sua estrutura de aço. Não quis acreditar quando o nosso guia me informou que o edifício comportaria mais de 80 mil pessoas porque, por certas razões

sentimentais, refuguei a ideia que me veio à mente, de por toda a população de Manaus dentro de um só arranha-céu em Nova York...

Nova York, abril 6, 1947

**X - CARTA AO PROFESSOR JÚLIO UCHÔA** - Diretor do Departamento de Estatística, (publicada no "Jornal do Comércio", edição de 22/1/1947)

O professor Júlio Benevides Uchôa, diretor do Departamento Estadual de Estatística, recebeu ontem, dos Estados Unidos, a seguinte carta:

Oxford, Ohio, 7/1/1947

Meu caro Prof. Júlio Uchôa

Recebi com grande satisfação as cartas, diagramas, dados estatísticos e as sinopses que o senhor teve a bondade de me remeter, em atenção ao meu pedido.

Agradeço bastante a sua preciosa colaboração e do seu Departamento de Estatística. Mostrei as referidas cartas ao Diretor do Departamento de Sociologia e Economia. Ele ficou encantado pela ótima apresentação dos referidos trabalhos, chegando mesmo a afirmar que nada ficava a dever aos trabalhos norte-americanos dessa espécie.

O material que o senhor me remeteu figurará em meu trabalho sobre "Manaos" e farei na tese um registro especial agradecendo a sua colaboração e o serviço prestado pelo Departamento de Estatística.

Peço também que transmita os meus sinceros agradecimentos aos funcionários que, com habilidade e boa vontade, confeccionaram os referidos trabalhos.

Cada vez mais sinto que o D.E.E. é uma honra para o nosso Estado. Graças a ele já podemos realizar os estudos regionais com suficientes dados e informações.

Aqui ficarei ao seu inteiro dispor para o que precisar.

Mais uma vez, com os meus sinceros agradecimentos, firmo-me

Cordialmente

a) Samuel Benchimol

## 4 O mestrado da minha segunda “alma-mater”s

### 4.1 “Manaos – o crescimento de uma cidade no vale amazônico”

Cheguei a “Miami University” – que muitos americanos confundem com a “University of Miami”, de Coral Gables, na Flórida – nos princípios de outubro de 1946, tendo feito a viagem de trem, a partir de Chicago, com transbordo em Cincinnati, Dayton e Hamilton, atravessando assim parte do chamado Meio-Oeste, dominado pelos grandes centros industriais e entroncamentos ferroviários do país, à beira dos Grandes Lagos e um pouco mais ao Sul. A cada parada uma nova mudança de trem, pois me dirigia a Oxford, uma pequena cidade universitária, no Estado de Ohio, situada às margens do rio Miami, subafluente do Ohio, por sua vez afluente do rio Mississipi.

Típica cidade do interior americano, com a sua rua principal – a “Main Street” – e algumas ruas adjacentes, onde residiam os nossos professores e a população local de fazendeiros, agricultores e comerciantes. Na “Main Street”: uma estação de trem, um cinema, um banco de fazendeiros – o “Farmers State Bank” – duas igrejas, algumas livrarias, um restaurante e um famoso bar de estudantes: o “Mac & Joes”, onde aos sábados íamos bebericar a nossa cerveja de 3% de graduação alcoólica, o máximo permitido para os estudantes, cantar as velhas canções do folclore americano regional, discutir as partidas de futebol e beisebol, rememorar os episódios da II Grande Guerra que havia terminado em 1945, fazer novos amigos, discutir assuntos acadêmicos e dançar em companhia de garotas que já usavam calças tipo “blue jeans” e camisas do lado de fora, cujos “dates” eram disputados pela rapaziada alegre e ruidosa. Cada um pagava a sua conta, antes que o sino da universidade, o famoso **Beta Bells**, badalasse a meia-noite. É que, sendo a universidade coeducacional, porém meio puritana na aparência, as moças tinham que se recolher aos seus dormitórios antes da hora fatal, sob pena de ficarem prisioneiras no “**campus**”, na outra semana. No fim de “Main-Street”: o “Campus” de “Miami University”, que era o orgulho e a fama de Oxford, a nossa residência, o nosso lar, o nosso futuro e a nossa Alma-Mater, como os americanos chamam as suas universidades.

O primeiro contato com Oxford e a sua universidade tive o cuidado de documentar numa crônica publicada no “Diário da Tarde”, de Manaus, edição de 22/10/1946. Transcrevo-a como testemunho e memória do meu “choque” cultural de provinciano:

#### **OXFORD – Uma Cidade Universitária**

“Oxford é uma pequena cidade de 8.000 habitantes, situada no Estado de Ohio, quase na fronteira do Estado de Indiana. Os mapas não a revelam e as geografias a esquecem. Mas Oxford tem uma história e uma tradição para os americanos do Meio-Oeste: a sua universidade, “Miami University” talvez a mais velha e mais tradicional universidade do Meio-Oeste.

Fundada em 1809, “Miami University” com seus 137 anos de existência, é a mais bela, a mais bonita e a mais histórica Universidade de toda esta região. Cinco mil moças e rapazes, joviais e alegres, assistindo a perto de mil cursos especializadíssimos. Quarenta e sete edifícios de linhas

sóbrias e imponentes, a maioria dos quais data do século passado, laboratórios, museus, bibliotecas, hospitais, refeitórios, dormitórios, campos de futebol e de aviação enchem o campo da universidade.

“Miami University” é uma verdadeira potência econômica. O seu patrimônio está avaliado em mais de sete milhões de dólares. Para termos uma ideia de sua organização e de seus recursos financeiros, bastaria dizer que os subsídios federais e do Estado de Ohio, somados com os donativos particulares, montam a dois milhões e meio de dólares anuais para fazer face à sua manutenção, ou seja, mais do que a receita do Estado do Amazonas.

É difícil explicar o que seja universidade norte-americana, especialmente “Miami University”, que é sem dúvida, um padrão clássico de universidade nos Estados Unidos. Precisamos esquecer, de início, a noção brasileira de escola, colégio, institutos e faculdades, onde os estudantes apenas assistem aulas no intervalo e nas folgas dos seus trabalhos nos escritórios e repartições públicas. Uma universidade aqui é um conjunto vivo e harmonioso de estudantes e professores residentes no campo universitário, assistindo aos seus cursos diários numa aprendizagem constante e prática nos gabinetes e ao ar livre.

Nada perturba o estudante nas suas atividades universitárias, porque o estudante aqui é somente estudante e nada mais. De manhã, de tarde e de noite. Tudo aqui é calmo, sereno e tranquilo, pois a nossa universidade acha-se completamente afastada do ruído das cidades e das diversões mundanas.

A consciência de classe aqui é absoluta, as organizações universitárias perfeitas, a disciplina instintiva, a camaradagem sem restrições. Moças e rapazes, sem convencionalismo nem preconceitos, divertem-se alegre e ruidosamente nos jardins, e bosques, em fraternidade e irmandade, nas festas e parques.

Vivemos em comum, preocupados com os nossos estudos e as nossas classes, dia e noite, livres e conscientes, sem diretores de disciplina, sem regulamentos pesados, sem fiscais nem bedéis. Mas cada um de nós sente a necessidade de manter um padrão e um nível de conduta consciente com a tradição e a história da universidade. Como por instinto nos integramos na vida desta universidade e sentimos sobre nós a responsabilidade de continuar a tradição de quase um século e meio de existência dedicada ao preparo de gerações e gerações.

Sou o único estudante brasileiro em “Miami University”. Em virtude disso, sinto mais o peso da responsabilidade sobre os meus ombros. O meu fracasso ou o meu êxito refletirão sobre o conceito que meus colegas, alunos e professores, farão de 45 milhões de brasileiros. Diariamente frequento aulas de Sociologia e Economia, matérias em que pretendo obter o meu “Master Degree”, que me habilitará a ensinar em qualquer universidade americana. Subsidiariamente frequento cursos de Antropologia Cultural, Ecologia e Geografia Humana Regional. Ao lado disso tudo, ensino um curso de Português, frequentado por velhos mestres, moças e rapazes ansiosos em conhecer a nossa língua, a nossa história, os nossos costumes.

Assim é a vida no “campus” de “Miami University”. Rodeada de jardins e bosques sombrios, com os seus edifícios austeros e imponentes e uma mocidade sã e alegre, “Miami University” é um paraíso perdido dentro do turbilhão da vida americana.

“Mais do que as suas cidades, as suas tremendas cidades que conhecemos através do cinema, o que os Estados Unidos têm de realmente admirável na sua civilização são as suas universidades: Harvard, Yale, Colúmbia, Ohio State, Miami University. Mundos em miniatura onde o americano forma a sua mentalidade – a nova mentalidade do mundo de amanhã”.

Passada a fase inicial do deslumbramento, atravessei um período de difícil adaptação ao sistema escolar de créditos. O meu professor conselheiro concedeu-me uma longa entrevista para verificar os meus planos de estudo, pesquisa e ensino. Disse-lhe que estava me encaminhando para o campo da Antropogeografia e mostrei-lhe os trabalhos já realizados. Infelizmente o Departamento de Geografia não atendia às minhas exigências, pois a minha área de Geografia e Ecologia Social e Regional não recebia bastante ênfase, limitando-se à oferta de cursos no campo mais geral da Geofísica das grandes unidades continentais. Sugeriu-me que, em vista de minha predileção por assuntos regionais amazônicos, o mais aconselhável seria frequentar os cursos nos Departamentos de Sociologia, Antropologia e Economia, que eram considerados os melhores da universidade e, dada a interdependência das ciências sociais, um bom embasamento teórico no campo sociológico e econômico me ajudariam muito nos estudos regionais. Entregou-me catálogos, fez a indicação dos melhores cursos e professores existentes e solicitou-me que passasse o dia pensando nas opções oferecidas, para que no dia seguinte voltasse a discutir a matrícula.

E assim foi que, depois de um dia aflito e tenso, organizei o meu horário e um programa ambicioso e superintensivo para obter o Grau de Mestre em dois semestres. O professor Müller, com a sua grande experiência, aconselhou moderação, poderia haver fracasso logo no início, pois como estudante post-graduado eu teria de obter, nas provas e exames, a média B; do contrário haveria o risco de cair no estado de “**probation**” (uma penalidade de advertência com chance de recuperação, que antecede punições mais severas até atingir a jubilação, após decorridos dois semestres de fracasso). Senti o peso da responsabilidade e segui o seu conselho, modificando o plano inicial do mestrado para dois semestres e um verão. Achou-o ainda de difícil execução, explicando que eu tinha de trabalhar na minha tese de mestrado e prover a minha manutenção ensinando Português no Departamento de Línguas Românicas. Aceitei, porém, o desafio, e disse-lhe que apesar dos meus 23 anos tinha pressa e, sobretudo, energia para enfrentar o projeto. Acertamos os horários e registrei-me nos cursos de Sociologia, do prof. Read Bain; Antropologia Cultural, do prof. Asael Hansen; História do Pensamento Econômico, do prof. Peterson; Princípios do Comércio Exterior, do prof. Salera, no Departamento de Economia; no Seminário de Integração socioeconômico, do prof. Read Bain. Para o segundo semestre entreguei o pedido de matrícula nas cadeiras de Cultura e Personalidade, do prof. Hansen, no Departamento de Antropologia; Sociologia Industrial, do prof. Cotrell, no Departamento de Política; Conflitos Correntes, do prof. Bain, no Departamento de Sociologia; e Problemas Econômicos Atuais e Internacionais, dos professores Peterson e Salera, no Departamento de Economia. Precisava, ainda, conseguir um professor sênior para supervisionar e acompanhar a minha tese, mas o meu conselheiro pediu-me que aguardasse pelo menos quatro semanas a fim de conhecer os professores, verificar o resultado do meu desempenho e poder, assim, decidir acertadamente.

Deste modo comecei a minha vida na universidade com uma carga horária semanal de 19 horas. Apesar de a minha extrema dedicação de estudante de tempo integral, o meu inglês ainda claudicava e sentia dificuldade de acompanhar as aulas de alguns professores. Isso me deixava um certo sentimento de frustração; ao contrário do que pensava, o estudante universitário americano é

extremamente competitivo e exigente em termos de diálogo com os professores, fazendo frequentes interrogações para solicitar maiores esclarecimentos e contestar suas afirmações. Aquilo eu não esperava, pois na universidade Brasileira, de um modo geral, o estudante é dócil e passivo, enquanto que o professor, do alto de sua cátedra, era uma figura inatingível, qualquer convite ao diálogo ou contra-argumentação podia dar origem a uma marcação contra o aluno, muitas vezes até reprovação. Notava que os meus colegas do dormitório Ogden Hall ficavam acordados até meia-noite, todos os dias, estudando e preparando os seus “papers”, e que a biblioteca do “Campus” vivia cheia de alunos que a frequentavam assiduamente no intervalo das aulas e à noite. Adquiri os mesmos hábitos e passei como eles “to burn the midnight oil lamp” (literalmente: queimar a lâmpada de óleo à meia-noite, o que equivale, na tradição universitária brasileira do Recife, ao C.D.F. ou C.D.A. ...).

Os professores eram muito exigentes, e logo no início do curso, além do livro de texto, entregavam uma lista de livros, de leitura obrigatória, sobre os quais devíamos fazer uma apreciação crítica através de um “paper”. Cada professor tinha o seu próprio sistema de verificação de aprendizagem. Uns faziam provas de livro aberto, admitindo a consulta aos textos, mas faziam um número tão grande de quesitos e testes que ninguém tinha tempo de consultar nada. A cola, naquele tempo, era considerada uma desonra, a própria palavra que a designa em inglês, to cheat (trapaça), era uma advertência. Alguns professores tinham critérios especiais de notas. O prof. Read Bain, por exemplo, avisava que a pior prova de classe recebia invariavelmente o grau F (**Flunk** = reprovação) e a melhor o grau A **plus** (distinção), independente do número de questões acertadas. Com isto, ele estimulava o espírito de competição e evitava as tentativas de cola, pois o estudante que tentasse ajudar um colega em dificuldade poderia ser reprovado. Além disso, esse sistema tinha o grande mérito de avaliar o desempenho do professor na sala de aula: o professor que reprova muito dá um atestado de sua própria incapacidade, dizia ele. O prof. Cottrell não avisava o dia da prova; segundo ele, “todo dia é dia de prova”, o que incentivava o estudo sistemático e contínuo e evitava a famosa “virada” do estudante brasileiro, que geralmente só pega nos livros e apostilas nas vésperas dos exames.

O prof. Bain era o mais fértil em imaginação criadora. Fazia algumas provas solicitando que o estudante as respondesse usando **pregnant – words, key – word** ou **telegraphic composition** (palavras – prenhas, conceitos-chaves, estilo telegráfico), e em outras ocasiões, na semana seguinte, repetia a mesma prova para comparar as nossas respostas com aquelas dadas na primeira prova. Este mestre exerceu uma grande influência na minha formação universitária e mesmo posteriormente, pois passados muitos anos, muito contribuiu para o desenvolvimento do meu estilo e método próprio de ensino, quando passei a exercer o magistério universitário. Dizia o prof. Bain que a profissão mais difícil do mundo era a do mestre, porque obrigava o professor a ter uma personalidade múltipla, que incluía a motivação dramática do artista, o convencimento e comunicação do político, o conhecimento do sábio, a fé do sacerdote, a dinâmica do empresário, a imaginação criadora do poeta, o sentimento de justiça do magistrado, a humildade do cientista, a bondade e a dureza do pai, o amor e a paixão pelo ensino, e, finalmente, acrescentava ele: a pobreza do franciscano para se contentar com dez mil dólares por ano, menos do que o salário de um mineiro de carvão... Advertia, no entanto, esse mestre: ocorre que esse superprofessor não existe. Imediatamente lhe retorqui: também não existe o superaluno para aguentá-lo... Ficamos muito amigos, e durante muitos anos trocamos correspondência e fizemos intenso intercâmbio de teses universitárias.

Venci os dois semestres obtendo sete notas de excelência, quatro boas e somente uma regular, ultrapassando deste modo as exigências acadêmicas do curso. Faltava vencer a última prova: a tese.

Já havia escolhido o tema logo no início do curso: versar sobre os aspectos sociológicos e ecológicos da cidade de Manaus e o seu crescimento. O prof. Hansen, do Departamento de Antropologia, ofereceu-se para supervisionar a minha pesquisa, pois tinha experiência adquirida na cidade de Mérida, província de Yucatan, no México. Semanalmente reunia-me a ele e seus assistentes para discutir o plano da pesquisa, a bibliografia, os temas principais, o estágio do meu trabalho, as dificuldades encontradas, etc. Decorrido o primeiro semestre, e após tantas entrevistas, observei que o prof. Hansen, embora não falasse português e espanhol, conhecia a minha cidade melhor do que eu; os seus conhecimentos de sociologia urbana e de antropologia social, a sua vivência e a sua dedicação fizeram dele um legítimo manauense, como ele próprio me confessaria numa carta: “Cheguei a sentir, em primeira mão, o contato íntimo com a cidade e a região”.

Conforme havia planejado, fiquei em Oxford durante o verão para dar os últimos retoques e a forma definitiva da tese, finalmente aprovada. Completava, assim, as exigências acadêmicas do curso de mestrado.

Se hoje relembro essa fase de minha vida é com o único objetivo de contribuir, com a minha vivência e experiência de 30 anos atrás, para melhorar a qualidade da universidade brasileira que, a despeito de tantas reformas, continua ainda atrasada no tempo e no espaço.

A tese sobre “MANAOS – O Crescimento de uma Cidade no Vale Amazônico”, escrita no período de 1946/1947, ficou inédita até hoje, estando ao alcance apenas de alguns “brazilianists” que vasculham nos arquivos das universidades americanas as teses sobre temas brasileiros para as suas dissertações doutorais. No entanto, ela constitui um testemunho de uma época que a cidade viveu nos primeiros anos após a II Grande Guerra Mundial e, por isso, talvez, possa ainda despertar o interesse dos jovens pesquisadores brasileiros e amazônicos.

Muitos estudos e pesquisas sobre a história de Manaus precederam o meu trabalho. Registro com satisfação a contribuição notável de Bertino de Miranda, em sua **Cidade Manaus, sua História e seus Motins Políticos**, publicada em 1908; do dr. Alfredo da Mata, com a sua **Geographia e Topographia Médica de Manaus**, de 1916; do prof. Agnello Bittencourt, com a sua **Chorographia do Amazonas**, de 1925; do prof. Althur Reis, com a **História do Amazonas**, de 1931, e **Manaus e Outras Vilas**, de 1935; Earl Hansen com a “**Journey to Manaus**”, de 1938; prof. Mário Ypiranga Monteiro, com a sua “**Formação de Manaus**”, publicada na Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, e sua “**História das Ruas de Manaus**”, publicada no “Jornal do Comércio”, em 1946.

Todos eles, e muitos outros, foram consultados e serviram de roteiro e de ajuda na preparação da minha tese. Muitos deles versam sobre a formação e a história da cidade, nos séculos XVIII e XIX; outros deram ênfase ao período do seu “boom”, na fase áurea da borracha na primeira década deste século. Na atualidade, a Comissão de Desenvolvimento do Amazonas (Codeama) retomou os estudos da cidade, realizando notável pesquisa sistemática no campo econométrico, estatístico e da distribuição da renda, a partir de 1960. E temos, finalmente, o Plano de Desenvolvimento Local Integrado, preparado pela Serete em 1975, agora em execução, constituindo notável contribuição em termos de planejamento urbano para o desenvolvimento futuro da cidade.

Por isso, achei que a publicação dessa tese, escrita originalmente em inglês, retratando a vida da cidade no período de pós-guerra, pode suprir um hiato existente na sua história, sobretudo porque a analisei sob a angulação ecológica e sociológica de seu desenvolvimento. Não podendo divulgá-la na sua inteireza, dada a sua extensão (130 páginas), traduzi apenas parte dela, incluindo o índice, o prefácio e os capítulos; Perfil Topográfico, A Ordem Ecológica, “Status” e Classes, O Fluxo da Vida, Tendências e Perspectivas.

## **ÍNDICE**

### **I – FUNDAMENTOS**

- a. O Ambiente Natural
- b. Forças Políticas
- c. O Fator Humano

### **II – A EVOLUÇÃO URBANA DE MANAOS**

- a. Razões para a Fundação do Forte de São José do Rio Negro
- b. Os Primórdios do Crescimento Colonial
- c. A Paisagem de Manaus Cem Anos Atrás
- d. A Cidade de Manaus
- e. O Primeiro ímpeto: A introdução da navegação a vapor
- f. O Segundo ímpeto: O Porto
- g. O Terceiro ímpeto: O imigrante cearense e os estrangeiros
- h. O “Boom” da Borracha

### **III – O PANORAMA DE MANAOS NOS DIAS DE HOJE**

- a. A Análise Populacional
- b. O Perfil Topográfico
- c. A Ordem Ecológica
- d. “Status” e Classes

### **IV – O FLUXO DA VIDA**

### **V – TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS**

### **BIBLIOGRAFIA**

#### **Prefácio**

“Encontrei Manaus uma grande aldeia e dela fiz uma cidade moderna”. Isto foi dito, com muita ufania, cinquenta anos atrás, pelo Governador do Estado do Amazonas, Eduardo Ribeiro, ao terminar o seu mandato. Muito embora exista muito de verdade nesta afirmação, os fatos decerto indicam que Manaus é um produto de quase trezentos anos de história. Uma complexa história, sem dúvida. Lento

progresso, estagnação e prosperidade têm sido as diferentes fases de seu desenvolvimento. Não. A cidade não é um produto de um homem só, porém, o resultado de uma interação de fatores geográficos, econômicos e humanos operando ao longo de várias gerações.

Esta Tese, assim, objetiva analisar o crescimento de Manaus dentro de um quadro geográfico e econômico da Amazônia, com ênfase nas suas condições sociais e ecológicas, e interpretá-las à luz do seu desenvolvimento urbano.

O autor é filho nativo de Manaus e com ela está associado através de toda a sua vida. Ele tentará mostrar, nesta Tese, os múltiplos aspectos da cidade ao longo dos diferentes períodos de sua história – como uma pequena aldeia estabelecida em volta do Forte de São José do Rio Negro, como uma cidade decadente no princípio do século XVIII e como uma cidade próspera ao final do século passado.

O capítulo II é dedicado à evolução urbana da cidade. Porém, o crescimento da comunidade e suas características atuais não podem ser entendidas sem um esboço preliminar dos fundamentos da Região Amazônica. Daí o primeiro capítulo ser devotado à análise de sua ambiência natural, das forças políticas e econômicas e dos fatores humanos que desempenharam importantes papéis na conquista e povoamento da Amazônia. O terceiro capítulo é um estudo da contemporânea Manaus, de um ponto de vista sociológico, ecológico e demográfico. O quarto capítulo procura retratá-la nos seus diferentes modos de ser e descrevê-la através dos diferentes tipos de vida de sua gente. O capítulo final refere-se às tendências e perspectivas futuras. Na base de seu passado e nas aparentes potencialidades do presente, ele chama a atenção para o desenvolvimento futuro da cidade como uma comunidade-chave do Vale do Alto Amazonas.

Na preparação desta Tese foi necessário contactar com muitas pessoas para obtenção de dados e informações. Assim, devo agradecer a cooperação do Professor Carneiro Felipe, Presidente do Serviço Nacional de Recenseamento, pela sua cooperação enviando-me dados do censo de 1940, ainda não publicados; ao Professor Cristóvão Leite de Castro, pelo seu bondoso interesse e assistência; ao Professor Júlio Uchôa, do Departamento de Estatística do Amazonas, pela sua ajuda na preparação de mapas e diagramas; ao Professor Agnelo Bittencourt, pela permissão para usar os livros de sua biblioteca particular; ao Sr. Júlio Lima, administrador do Mercado Público de Manaus, pelas suas informações sobre o Mercado Municipal; ao Dr. Nunes Pereira, Técnico de Caça e Pesca do Ministério da Agricultura, pela sua grande confiança e fé no meu trabalho; à Srta. Maria Adelaide Meninéia, pelo excelente trabalho na preparação de cartas e gráficos; ao Sr. Francisco Alves dos Santos, pelo suprimento de material referente ao Porto de Manaus; ao Dr. Agnelo Uchôa Bittencourt, pelo encorajamento e úteis sugestões bibliográficas; ao Sr. Moysés Israel, pelas fotografias e informações das indústrias de Manaus.

Um especial agradecimento é devido ao meu pai, Sr. Isaac Israel Benchimol, pela sua grande cooperação na remessa de livros e fotografias, aos bibliotecários da “Miami University Library” e àqueles da Biblioteca Pública de Manaus, que acolheram prazerosamente os meus pedidos e me ajudaram sem qualquer limitação. Vittham Nitvatvongs, Jorge Trelles e Kenneth Wilson, meus colegas nesta Universidade, encorajaram-me e demonstraram uma grande paciência como companheiros de um escritor de tese. O crédito pelo serviço datilográfico, e também pelo trabalho de edição final, vai para Miss Joan Reynolds, Mrs. S. A. Switzer e Mrs. Rodger Hill.

Finalmente, ao Professor Asael T. Hansen, do Departamento de Sociologia, sob cuja direção e supervisão preparei esta Tese, desejo reconhecer a minha dívida, pela sua refletida ajuda, construtivo criticismo e pronta cooperação através do tempo desta pesquisa.

Samuel Benchimol

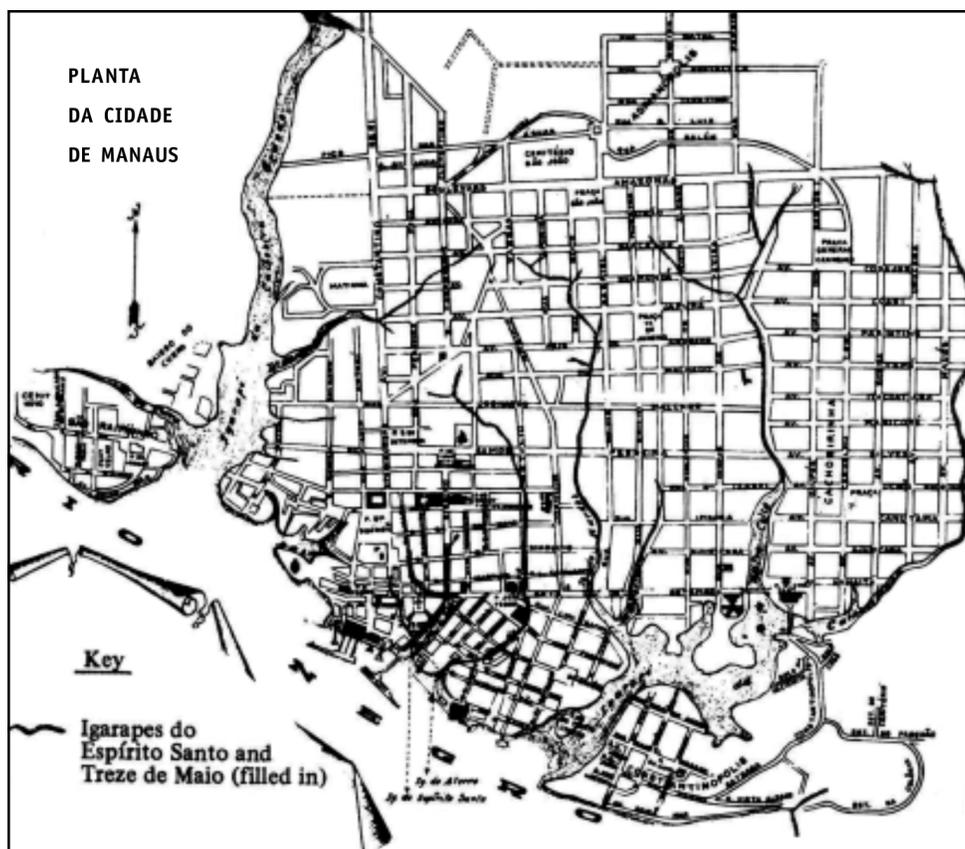


Figura 1 – The layout of the streets of Manaus follows roughly the course of the igarapes.  
Fonte: (Courtesy of prof. Júlio Uchoa, D. E. E.).

## O panorama de Manaus nos dias de hoje

### O perfil topográfico

Manaus forma e se enquadra dentro de um padrão geral topográfico retangular, dividido em setores resultantes da existência de cinco pequenos igarapés: Igarapé da Cachoeira Grande, Igarapé de Manaus, Igarapé Bittencourt, Igarapé do Mestre Chico e Igarapé da Cachoeirinha. O Igarapé da Cachoeira Grande e o Igarapé da Cachoeirinha limitam a principal área urbana pelas partes oeste e leste, respectivamente, separando a cidade dos subúrbios das classes trabalhadoras de São Raimundo e de Educandos, ou Constantinópolis. Os igarapés de Manaus, Bittencourt e do Mestre Chico são cortados por pontes nos pontos de interseção da avenida Sete de Setembro, a principal rua do eixo

oeste-leste da cidade. Esses igarapés são profundamente afetados pelas flutuações das águas do Rio Negro. Durante os meses da enchente, i.e., de janeiro a junho, o rio Negro levanta o nível de suas águas e inunda as suas margens. Nessa época, as alvarengas, balsas e pequenos motores podem navegar em suas correntes. A direção principal desses igarapés desenvolve-se no sentido norte-sul, desembocando no rio Negro.

Como se pode ver no mapa da Figura 8, a cidade pode ser compreendida pela formação de três blocos retângulo-irregulares. O primeiro bloco, onde a parte central está localizada, é mais largo do que os demais. De um lado ele se desenvolve ao longo da margem frontal do rio Negro, numa extensão de perto de dois quilômetros. De outro lado ele se estende por, aproximadamente, dois e meio quilômetros às margens do igarapé da Cachoeira Grande e do igarapé de Manaus. O segundo bloco está limitado pelo talhão entre o igarapé de Manaus e o Igarapé do Mestre Chico, cortado na metade por um pequeno riacho, o igarapé Bittencourt. Ele mede, aproximadamente, quinhentos metros às margens do igarapé do Mestre Chico. O terceiro bloco retangular está limitado, de um lado, pelo igarapé da Cachoeirinha, onde possui uma testada de mil metros. Daqui ele se estende na direção norte, entre os igarapés do Mestre Chico e igarapé da Cachoeirinha. Esses três blocos estão interligados por três pontes situadas na avenida Sete de Setembro. Essa avenida é a via de acesso de praticamente todo o transporte entre o centro e os subúrbios. Se alguém tomar o bonde “Circular-Cachoeirinha”, pode conhecer o perímetro de toda a cidade em menos de uma hora. A área total, incluindo a área urbana, cobre 5.449.250 metros quadrados.

O mapa anexo (Figura 9) tem a intenção de mostrar o crescimento histórico da cidade. A primeira área ocupada foi a adjacente à beirada do rio Negro, de São Vicente até a boca do igarapé do Espírito Santo. Nela esteve localizado o velho Forte de São José do Rio Negro, próximo à atual praça 9 de Novembro e praça D. Pedro II. Deve ser lembrado que a antiga Vila da Barra nasceu em torno desse Forte nos séculos XVII e XVIII. Naqueles tempos, o igarapé do Espírito Santo, que depois foi aterrado, limitava o pequeno povoado pelo lado oeste.

O próximo passo de expansão foi em direção ao antigo Igarapé do Aterro, onde hoje está situada a avenida Treze de Maio. A cidade, assim, atingiu o Igarapé de Manaus, que limitou a área até 1898. Nos dias atuais, esta segunda área de crescimento constitui o centro da cidade. Ela é o foco principal de localização dos negócios, do lazer e recreação, e de administração pública. O padrão viário deste centro reflete o crescimento tipo grupo-vizinhança do núcleo do povoado colonial e, também, mais tarde, da Cidade da Barra, quando este núcleo evoluiu politicamente, de antiga Vila para o “status” cidadão. Os blocos não são uniformes, muito embora possamos identificar alguns fragmentos espalhados de simétrico padrão viário. Parece-nos que este padrão das ruas centrais foram fixados e irradiados a partir de uma praça central triangular, ou praça da Matriz. Aqui, a catedral foi construída no topo central de uma elevação, que comanda, topograficamente, as ruas adjacentes, talvez para simbolizar a liderança espiritual-religiosa sobre a alma popular. Quatro ruas se irradiam de cada lado dessa praça.

Do sul para o norte, as ruas ganham altitude, começando com 99 pés acima do nível do mar, no cais do porto (“Roadway” da “Manaos Harbour”), para elevar-se a 165 pés no alto da avenida Eduardo Ribeiro, perto do Teatro Amazonas. E continua essa ascensão até atingir, aproximadamente, 330 pés na Vila Municipal ou Adrianópolis (Vide MATA, Alfredo da: Geografia e Topografia Médica

de Manaus). Esta topografia irregular não somente afetou a forma e a direção do crescimento, mas haveria também de criar sérias dificuldades para o transporte e o tráfego interurbano.

### **A ordem ecológica**

**A PRINCIPAL ÁREA URBANA** – As formas da distribuição espacial da população e das instituições não são acidentais. Elas são o resultado de bem definidas forças sociais, econômicas, geográficas e psicológicas. Essas forças operaram em Manaus, como o fizeram em muitas cidades, criando uma ordenação essencial de ocupação. Porém os fatores específicos que funcionaram na criação e crescimento de Manaus têm sido relativamente peculiares e, daí, devem ter dado origem a certos padrões distintos e característicos.

O sistema ecológico nos dias coloniais era simples. Mesmo dentro desta simplicidade, contudo, podemos discernir um importante padrão distributivo que somente em anos recentes está começando a ser modificado. Alexandre Rodrigues Ferreira, que visitou a Barra em 1786, dá-nos esta descrição (citada por Arthur Reis em **Manaos e Outras Vilas**, p. 46-47):

“O Forte está construído em frente de uma pequena aldeia de índios e de alguns residentes brancos. Ele está dividido em dois bairros ao longo da margem boreal. No primeiro bairro existem mais habitantes, e está dividido em três ruas de casas. Na primeira rua eu contei dez casas; na segunda, eu contei onze; e na terceira, quatorze. A igreja está situada no meio da primeira rua, entre as residências do Vigário e a do Comandante. Aos brancos pertencem oito casas, das quais quatro na primeira rua e quatro na segunda. As melhores casas são de propriedade dos brancos residentes – Manoel Thomé Gomes, Manoel Pinto Catalão, Ignácio Lindoza e Magdalena Vasconcelos. Os índios vivem em trinta e seis casas de palha, das quais apenas dezenove estão bem conservadas”.

Os brancos tinham as melhores casas e um superior “status” social. Eles ocupavam duas ruas, mais próximas do Forte e da igreja – as maiores instituições. Os índios, com casas pobres e baixo “status”, viviam mais distantes do núcleo onde a comunidade foi construída.

À medida que o povoado crescia, este relacionamento persistiu. A miscigenação tendeu a apagar a linha entre os conquistadores brancos e os índios conquistados, porém, em termos de classes, o padrão continuou. Os residentes da classe alta, aqueles com prestígio, residiam em torno do centro de Manaus. Pessoas de “status” mais baixo moravam distantes dele. Esta foi uma situação não somente de Manaus, porém de muitas cidades latino-americanas até um tempo bem recente. (Vide HANSEN, A.T. – “Ecology of a Latin American City – Merida, Yucatan”. In: **Race and Culture Contacts**, New York, 1944).

Porém, antes de levantar o problema dos diferentes tipos de vida do povo, devemos examinar alguns aspectos ecológicos – sobretudo a distribuição espacial das instituições de negócios que são, de modo crescente, as instituições dominantes neste processo.

O primitivo distrito comercial estava localizado perto do Forte; a casa do governador e a primeira igreja, na antiga praça da República (hoje Pedro II). Quando a comunidade começou a expandir-se, a topografia, que tinha delimitado a área original do povoado, modificou-se em largas avenidas. O distrito comercial, lentamente, foi crescendo em direção a essas novas ruas,

principalmente na rua Marechal Deodoro, Guilherme Moreira e Avenida Eduardo Ribeiro. Aqui, hoje, está concentrado o alto comércio de Manaus.

A necessidade de mais espaço e a proximidade do porto, armazéns, linhas de bondes e outras facilidades estimularam esta gradual mudança. O valor dos imóveis nessa área tornou-se mais e mais alto. Algumas residências na localidade foram convertidas em escritórios comerciais e os antigos habitantes se mudaram para lugares mais aprazíveis e atrativos.

Nesse ínterim, um distrito comercial secundário começou a desempenhar uma função distintiva e especial, crescendo rapidamente em torno do mercado público que estava situado na frente do rio Negro. Esse mercado foi sempre um lugar de reunião para nativos e caboclos, que vinham de suas vilas para vender as suas colheitas de legumes, frutas, farinha de mandioca, carvão, lenha, etc., e para comprar roupas, remédios, alimentos, etc. Esse subcentro foi dominado inicialmente pelos comerciantes sírio-libaneses, na rua da Calábria. Não muito distante desse mercado eles estabeleceram as suas residências.

Na vizinhança do setor comercial principal, fica o distrito de lojas. Ele converge, como se pode acompanhar no mapa que a Figura 13 mostra, para a interseção da avenida Eduardo Ribeiro com a avenida Sete de Setembro. Este é o ponto focal do sistema de transporte infraurbano, que mais recebe o impacto das horas do “rush” do tráfego, às onze horas da manhã e às seis horas da tarde. Aqui vamos encontrar as lojas varejistas, os estabelecimentos supridores de serviços pessoais, artigos de alimentação e vestuário, farmácias, livrarias, alfaiatarias, joalherias, restaurantes, salões de beleza e barbearias. Este é também o ponto principal para a recreação e o lazer: cinemas, teatro, casas de bilhar, bares e restaurantes. Os escritórios de médicos e advogados, hotéis, oficinas de imprensa e de jornais e pontos de táxi são encontrados nas redondezas. É o centro nervoso, o lugar onde os “melhores elementos” da sociedade local se reúnem para conversar e passear. Aqui também é o lugar dos mexericos e bisbilhotices, para falar mal da vida alheia e para as intermináveis confabulações dos políticos, que o povo já cognominou de “muro das lamentações\*” ou “o canto do fuxico”.

Recentemente o distrito central do comércio vem se expandindo devido à falta de espaço, valorização imobiliária e congestionamento zonal. Pode-se observar, agora, um processo de invasão de áreas residenciais adjacentes por lojas e escritórios comerciais.

Num quarteirão distante do centro comercial principal encontra-se a zona do meretrício, localizada nas ruas Lobo D’Almada, Joaquim Sarmento, Itamaracá e Frei José dos Inocentes. Esse distrito pode ser dividido, ecologicamente, em duas áreas: a da alta prostituição situada nas duas primeiras ruas, que se desenvolveu no período do “boom” da borracha, e cujas casas de pensão de “mulheres da vida”, hoje existentes, são meros fantasmas residuais de uma época de fastígio das “donas de pensão” e madames francesas e polacas; e a zona do baixo meretrício, o “basfond” manaoara, nas duas últimas, frequentadas por marinheiros, embarcadiços e caboclos, produto já da depressão econômica. Estes dois distritos substituíram antigos estabelecimentos comerciais e residenciais, cujos habitantes deles foram expulsos pelo processo de invasão e competição ecológica. Como na maioria das cidades brasileiras e latino-americanas, a prostituição floresce como um “mal necessário”, de acordo com as atitudes gerais da comunidade. Recentemente a polícia tentou fechar essas “pensões”, tentando, assim, forçar a sua mudança para a área suburbana. Todos os jornais da cidade combateram o projeto e, em consequência, o enclave continuou existindo no centro da cidade.

Muito embora a zona central do comércio carregue as atividades preponderantes do comércio atacadista e varejista, outros centros satélites são encontrados praticamente em cada esquina da cidade. Estes cantos de ruas constituem exemplos típicos de dominação de estabelecimentos e mercearias de propriedade de imigrantes portugueses, na sua maioria, sobre o grupo de vizinhança que dele depende para as suas compras. De fato, existe um considerável grau de dependência recíproca entre os residentes de uma rua e os botecos, quitandas e mercearias das esquinas. Isto se deve ao fato de que as compras são feitas para pagamento semanal ou mensal e muitas vezes a própria classe média fica muito vinculada a esses subcentros comerciais-satélites.

No período colonial de Manaus havia pouca especialização no uso do solo, entre residências e casas de comércio. As pessoas viviam perto de seus negócios. Somente quando a população aumentou e uma grande proporção passou a ter vínculos de assalariados é que a separação especial começou a ocorrer.

Mesmo assim, ainda existe uma preferência tradicional para residir perto do centro da cidade. As pessoas entram em competição com as casas de negócios para obter o privilégio de nele residir. Isto pode parecer estranho para aqueles que estão acostumados a assistir a atual fuga residencial para os subúrbios, que se observa nas cidades norte-americanas de hoje. Porém, uma investigação mais profunda dos fatores em exame ajuda a compreender essa preferência locacional e, assim, a melhor entender o comportamento tradicional de seus moradores.

A riqueza, concentrada nas mãos do governo e de pessoas ricas, estrangeiras ou nativas, serve para traçar a linha divisória entre a área central da cidade e os subúrbios. Quando os melhoramentos públicos são feitos, é natural que eles se encaminhem para a área ocupada pela classe dominante. As ruas são pavimentadas, os trilhos dos bondes são assentados e as linhas telefônicas são estendidas. Assim, a área central ficou equipada com as conveniências urbanas, as quais não existem na periferia suburbana. Quem possui recursos para escolher, opta por residir no centro. Além disso, ela é uma área de tradição.

Durante o “boom” da borracha, na medida em que as receitas públicas ficavam mais disponíveis, os equipamentos urbanos foram sendo ampliados. O igarapé do Espírito Santo e o igarapé da rua Treze de Maio, que antigamente corriam no atual centro da cidade, foram aterrados e deram origem às grandes avenidas. Assim, as melhorias levaram à concentração e depois à expansão até o igarapé de Manaus.

No ano de 1900, aproximadamente, um novo passo foi dado. A avenida Sete de Setembro foi alargada e bem pavimentada, o que permitiu a ligação do Centro com os subúrbios através de suas três pontes ainda existentes.

Essas pontes se tomaram muito importantes para o povo suburbano e para o povo do centro da cidade, antes isolados pelos referidos igarapés, que passou a circular mais amplamente, a ponto de perder a memória toponímica desses igarapés, que na linguagem popular passaram a ser conhecidos pela denominação ordinal numérica de suas pontes: Igarapés da Primeira, da Segunda e da Terceira Ponte. Vale também registrar que as canoas e catraias perderam a sua importância no transporte entre a cidade e os bairros. O acidente geográfico da vivência, além dos igarapés, passou a impor menos isolamento. A organização política dos limites urbanos da comunidade passou também a se expandir em função da referida avenida e de suas pontes. Em 1911 e 1913, os limites corporativos citadinos

foram estendidos para além da segunda e terceira pontes, como mostra o mapa da Figura 9, páginas atrás.

Nos períodos subsequentes, outras ruas foram melhoradas, especialmente em direção ao norte. Esse novo posicionamento deu base à descentralização. Vinte ou trinta anos atrás, o governo do Estado começou a deslocar seus edifícios administrativos ao longo da avenida e para fora dela. A residência do governador foi mudada da velha seção colonial do Centro para um suntuoso palácio, localizado depois do Igarapé de Manaus. Outros edifícios têm seguido a mesma tendência, mais recentemente, espalhando-se para as áreas residenciais do norte e do leste.

Algumas residências das classes de alta renda foram construídas nessas novas áreas. Não muito tempo atrás o Cemitério da Saudade, que estava localizado na periferia urbana, foi transferido para além dos limites citadinos. Em seu lugar surgiu um clube, agora cercado por modernos “bangalows” e casas residenciais da classe média e alta. A praça da Saudade, hoje é considerada por muitos como o mais desejado e elegante lugar para residir.

Contudo, ainda existe um número muito grande de famílias que habitam o centro da cidade, que cultivam o preconceito e o sentimento de que viver muito longe as exclui de seu “status” citadino.

A despeito disso, o padrão tradicional de que o lugar mais apropriado para fixar residência para uma pessoa da classe alta é ainda perto do centro comercial, está sendo atualmente quebrado. O Centro tende a se tomar, cada vez mais, um lugar especializado para negócios, compras e recreação.

**A ÁREA SUBURBANA** – Nestes últimos quarenta anos a população de Manaus dobrou, passando de 50.300 pessoas em 1900 para 106.399 habitantes em 1940, segundo o Censo Demográfico, enquanto que a população do Estado do Amazonas e Acre subiu nesse tempo de 249.756 almas para 517.776. A percentagem da população que vivia em Manaus, durante esse período, em relação à população global, continuou a mesma: em torno de 20%.

A depressão após 1914 e durante os anos das décadas de 1920 e 1930 trouxe para Manaus um considerável contingente de pessoas dos seringais e de outros pontos do interior. Essa população, regra geral, era composta de pessoas de baixo nível de renda, caboclos empobrecidos e cearenses que desciam para Manaus à procura de qualquer emprego que pudessem conseguir. Como não tinham condições de pagar aluguel pelas habitações do Centro, foram se estabelecendo nos bairros distantes e construindo as suas favelas e casas de palha, com a sua própria mão de obra. Os subúrbios, que antes desse fluxo migratório constituíam uma área semirural, tenderam a se tomar áreas urbanas residenciais. Em 1940, eles já agrupavam 38% da população total de Manaus.

Quatro principais subúrbios, ou bairros, existem atualmente em Manaus: Educandos, São Raimundo, Cachoeirinha e Adrianópolis. O primeiro é o mais importante e populoso. Está localizado além do Igarapé da Cachoeirinha. Durante muito tempo, uma serraria lá localizada provia os empregos. Recentemente seu crescimento foi estimulado por outros desenvolvimentos.

Em 1941, a Panair do Brasil, uma subsidiária da empresa Pan-American, localizou bem perto o seu aeroporto. Uma fábrica de beneficiamento de borracha e uma fábrica de descascamento de castanhas, ambas de propriedade do sr. I. B. Sabbá, um jovem e progressista industrial, foram construídas. Uma nova ponte passou a ligar esse subúrbio à cidade. Três anos atrás, a Panair do Brasil, em cooperação com a “**Rubber Development Corporation**”, uma agência do Governo dos Estados

Unidos, durante a guerra, construiu uma boa estrada. Os americanos também estabeleceram, não muito distante desse bairro, uma base aérea que é hoje usada pela aviação comercial.

Todos esses melhoramentos resultaram em mudança da paisagem cultural do bairro e de seus aspectos ecológicos. Ele está se tornando, rapidamente, em um subúrbio industrial. Os residentes desse bairro podem agora trabalhar dentro de sua própria comunidade. O resultado imediato será provavelmente uma taxa menor de circulação diária de e para a cidade, do que nos casos dos residentes em outros subúrbios.

Uma nova igreja foi construída, um cinema e escolas elementares promovem facilidades religiosas, recreativas e educacionais. Assim, Educandos está se tornando uma comunidade bem integrada.

Outro desenvolvimento interessante em Educandos está ocorrendo nestes dias correntes. Os cearenses imigrantes que vieram durante a guerra e que preferiram ficar na cidade, ao invés de irem para os seringais, elegeram esse subúrbio para fixar as suas residências. Muitos deles fugiam da Hospedaria dos Imigrantes, localizada perto de Ponta Pelada, a fim de trabalhar nessas novas indústrias ou no Aeroporto da Panair. Ao fazerem isso passaram a competir com as antigas famílias tradicionais do bairro e muitas vezes as deslocaram. Isso criou uma situação de antagonismo e muitos conflitos. As famílias antigas, que se estabeleceram nessa vizinhança há mais de 20 ou 30 anos sentiram-se ameaçadas por essa invasão de “gente de fora”. Turmas desse bairro entraram em luta com turmas dos novos moradores e alguns episódios sangrentos ocorreram. A polícia do bairro passou a ser solicitada com muita frequência. Como resultado desse processo de invasão, a comunidade de Educandos, que sempre foi orgulhosa e fechada, ficou dividida em duas facções, porém alguma forma de acomodação espacial também se observa. Os novos imigrantes do bairro erigiram as suas casas de palha perto da estrada construída pela Panair, e agora controlam praticamente as lojas e estabelecimentos comerciais às margens da referida estrada. Mercarias, cafés, botequins e um pequeno mercado estão em suas mãos. O pessoal antigo do bairro ficou no seu próprio setor, no topo de uma elevação, setor que eles se referem, orgulhosamente, como Educandos. Muito embora a estrada seja vital para o bairro, eles não a chamam de estrada de Educandos, como deveria ser, mas estrada de Constantinópolis e, algumas vezes, pejorativamente, de Estrada dos “Arigós” – “arigó” significando um termo depreciativo de gíria para marcar o imigrante cearense. Muito significativo é que os nomes dos estabelecimentos situados nessa estrada sejam topônimos cearenses: Bar Fortaleza, Barbearia Paraíba, Café Ceará, etc., sugestivo dos lugares de origem de seus proprietários.

Alguma forma de interação social está surgindo entre os residentes desses dois setores. A igreja, a escola, a fábrica, o cinema, funcionam como pontos de contato e aproximação. O resultado dessa experiência com um grupo de fora da comunidade, que antes vivia apartado do povo da cidade e dos residentes do outro setor, a ponto de não permitir que um rapaz do grupo-de-fora namorasse uma garota do bairro tradicional, está pouco a pouco diminuindo e fazendo desaparecer o estreito espírito de exclusivismo bairrista.

Em contraste com Educandos, que está se tornando um subúrbio industrial, São Raimundo e Cachoeirinha funcionam mais como “subúrbios de consumo ou dormitório”. Seus habitantes comutam diariamente de e para a cidade, onde estão empregados, para fazer as suas compras ou divertir-se.

São Raimundo é o mais antigo subúrbio da cidade e tem um distintivo peculiar. Ele funciona como um grupo comunitário bem integrado, com o seu cemitério, igreja e centro comercial satélite, porém não é um bairro próspero como Educandos. Ao contrário, parece ser uma área decadente e estacionária, com suas velhas casas de taipa e barro e suas ruas estreitas irregulares e não pavimentadas. Esse bairro, nos dias antigos, sofreu grande influência da cidade, uma vez que está localizado do outro lado do Igarapé da Cachoeira Grande, não muito distante do Sítio Vicente, onde Manaus teve origem.

A proximidade do bairro da Cachoeirinha com a área urbana e o centro comercial dominante, as facilidades asseguradas pelo transporte de bondes e o traçado de suas ruas, obedecendo já a um plano urbanístico, operam como fatores poderosos no processo de descentralização. Talvez, em futuro próximo, venha a se tornar em um distrito residencial de classe média. Até agora, porém, ele é um bairro típico da classe trabalhadora, com um grau acentuado de homogeneidade de “status” e padrão habitacional. Porém, recentemente, um grande número de famílias da cidade o elegeram para a sua residência, especialmente perto do fim da avenida Sete de Setembro. A alta dos aluguéis e a falta de casas estão expulsando as famílias da classe média do centro urbano, a despeito de ainda existir um sentimento de fixação, pois muitas famílias ainda pensam que morar perto de uma avenida principal do Centro é uma forma de manutenção do seu “status”.

O bairro de Adrianópolis, na parte nordeste da cidade, parece atrair mais as famílias de classe média superior e classe alta do que qualquer outro subúrbio. Alguns anos atrás, um médico humanitário, dr. Adriano Jorge, e uns poucos ingleses, estabeleceram lá as suas residências. Recentemente, esses pioneiros têm sido seguidos por outros na tentativa de abrir uma área residencial de classe na periferia. As casas suburbanas estão se tornando muito elegantes. As famílias mais ricas e conservadoras costumam manter duas residências – uma no Centro, onde moram com as suas famílias durante a semana, e um sítio em algum subúrbio como Adrianópolis, Cachoeirinha e Flores (um bairro de recreação cheio de igarapés, onde as famílias se divertem nos fins de semana e feriados). Desta maneira está se criando um ajustamento e acomodação entre a tradição que persiste em reconhecer o Centro como o melhor lugar para viver e a nova tendência para residir em um subúrbio quieto e tranquilo.

Se mais ruas desses bairros forem pavimentadas e os subúrbios receberem facilidades de transporte adequado, um número crescente de pessoas provavelmente irá se mudar do Centro. Este processo poderá ser acelerado se Manaus continuar a crescer, pela expansão do distrito comercial além dos seus atuais limites. A especulação imobiliária no Centro levantará os preços dos imóveis a um ponto tal que o seu uso para fins residenciais não possa mais competir com os negócios.

Esta mudança servirá, no futuro, para diminuir a distância social e espacial entre o Centro e os bairros, que vem se alargando desde os dias do “boom” da borracha. A projeção suburbana fará dispersar as classes ricas e a classe média que sempre viveram dentro da área nuclear da cidade.

Diferentes resultados poderão ocorrer nos bairros atuais. Educandos e São Raimundo deverão permanecer como áreas operárias. A gente da cidade ainda tem muito preconceito contra esses subúrbios que estão congestionados com casas de taipa e de palha. Ainda mais, a crescente industrialização de Educandos freará qualquer tentativa de invasão pelas classes de melhor situação econômica. Cachoeirinha, mais e mais se tornará uma área residencial de classe média. Adrianópolis

parece que será destinada a tornar-se o lugar preferido pelas famílias de alta-renda. Flores, que agora é um lugar aprazível para se passar um fim de semana, nadando nos seus igarapés ou na piscina municipal, localizada não muito longe, eventualmente, poderá se transformar em bairro de classe alta.

Esta recente inclinação direcionada para a descentralização urbana de Manaus continuará na dependência das pressões que o centro da cidade e ruas adjacentes passarem a receber. O aumento dos valores dos terrenos e casas levará a população para a periferia da cidade. Quanto maior a pressão, mais significativa será a migração para os subúrbios. Este processo, aqui previsto para a futura Manaus, é muito comum e reconhecido em outros centros urbanos. Parece ser uma característica constante de todas as cidades comerciais e industriais.

### **“Status” e classes**

O primitivo sistema ordenador do “status” era bem simples na velha aldeia da Vila da Barra. Os portugueses conquistavam os índios e estabeleciam controle sobre eles. Os dois, nesse estágio, não constituíam verdadeiras classes sociais. Eles eram povos diferentes, em cultura e raça, um dos quais havia adquirido uma posição de domínio pela força.

Esta separação inicial não durou muito, pois, vivendo juntos, passaram a estabelecer um processo de interação e cruzamento. A maior parte das uniões entre portugueses e índios deveria ter sido informal, de início. Contudo, a falta de mulheres portuguesas contribuiu para a aceitação do casamento legal. Guilherme Valente deu o primeiro passo, quando tomou uma índia para sua esposa, o que resultou em uma aliança que trouxe paz para a comunidade. Mais tarde, o Decreto de 4 de abril de 1758 legalizou e encorajou o casamento de brancos com índias. Em consequência, por via do casamento com um português, a mulher índia adquiria “status” social, enquanto que, ao mesmo tempo, o seu marido branco aumentava o seu “status” político.

Para os homens nativos, a conversão ao cristianismo deveria ser também um instrumento de reconhecimento social na comunidade. Isto significava que, tendo adotado a nova fé, ele deveria ser tratado, pelo menos aparentemente, da mesma maneira e receber as mesmas bênçãos dos brancos. O batismo abria a oportunidade para servir ao homem branco e ter os seus filhos batizados com nomes portugueses. Se ele tivesse o sucesso de ter um português como padrinho de seu filho, aí a melhoria do “status” da criança estava mais assegurada. Este sistema imperial de conquista e destruição dos valores culturais indígenas funcionou em quase todas as Américas, pois havia uma contrapartida de vantagens para o servo, o escravo, o colono ou o simples peão ou serviçal doméstico.

Herdon , visitando a Vila da Barra no ano de 1850 (In: **Exploration of the Valley of the Amazon, made under direction of the Navy Department**, Washington D.C., 1853) escreveu:

“Os índios da vizinhança vinham oferecer os seus serviços aos brancos; e quase todos traziam suas crianças para serem batizadas. A razão para isso não se deve ao fato de eles efetivamente ligarem para a cerimônia, mas ao fato de geralmente poderem persuadir alguns brancos a se tornarem padrinhos de seus filhos, assegurava-lhes algum dinheiro para a Igreja, uma garrafa de bebida para o pai e uma jarda ou duas de tecido de algodão para a mãe. Antonii disse-me que ele era compadre da metade de uma tribo”.

Esta citação talvez subestime a importância social do batismo, porém, de outro lado, ter um padrinho português ajudava o afilhado a ganhar a vida, obter um emprego, como serviçal ou remador, até mesmo a conseguir uma mulher para casar quando se tornasse adulto. Algumas vezes o afilhado poderia morar na mesma casa, ou em um lugar vizinho, obter um bom emprego como artesão ou empregado de balcão. Porém, na maioria dos casos, os índios devem ter permanecido no estrato mais baixo da estrutura da classe, como serventes, soldados, remadores, caçadores ou agricultores.

Este processo de relacionamento de “status” entre brancos, índios e mestiços deve ter ajudado a pacificação, porém em determinados momentos isto não ocorria. No início, por exemplo, a tribo dos Mura se opusera violentamente, enquanto pôde, a qualquer forma de catequese ou submissão ao padre ou ao sertanista. A rebelião da tribo dos Manaos e seus aliados, sob a liderança de Ajuricaba, ameaçou a liderança portuguesa por algum tempo. Esta resistência era então subjugada por vigorosa ação militar e os índios aceitavam uma paz de submissão.

Mais tarde, em 1836, o sistema de classes que se desenvolvia foi ameaçado pela Guerra dos Cabanos. Os cabanos chegaram, inclusive, a tomar Manaos. Esta revolta era chefiada por alguns caboclos e índios turbulentos. Apesar da causa aparente ter sido a insatisfação com o governo provincial, parece que a causa real era o ódio aos dominadores. Daí, ter sido ao mesmo tempo um conflito político e uma guerra de classe e raça. Durante algum tempo os rebeldes demonstraram ter chegado à beira da conquista do poder. Os europeus e seus descendentes, a classe política e socialmente dominante, chegaram a ser prisioneiros virtuais deles.

Fletcher e Kidder (In: **“Brazil and the Brazilians”**, Boston, 1866), que visitaram Manaos em 1862, quase vinte anos após aqueles dias sangrentos do levante Cabano, disseram que os nativos ocupavam quase todas as posições, como mercadores, comerciantes, embarcações, soldados, padres e escravos. Talvez que esta insurreição tenha aberto o caminho para os caboclos melhorarem o seu “status” na cidade. Contudo, geralmente, o mais alto “status” na comunidade continuava a pertencer aos portugueses e seus descendentes, ou a outros estrangeiros que se estabeleceram como comerciantes, importadores de alimentos para apoiar a produção nativa e exportar o produto regional. Os caboclos e índios, na sua maior parte, continuavam como agricultores, extratores, pescadores e mateiros encerrados e estratificados dentro de um sistema social que possuía alguns aspectos de casta.

Talvez o fator básico nos eventos que modificaram este quadro de instabilidade de ordenamento estrutural de classe deva ser atribuído à exploração da borracha. A primeira fonte de acumulação de capital para o desenvolvimento da empresa seringueira estava nas mãos de estrangeiros, portugueses e ingleses. Os ingleses construíram o porto de Manaos, sua usina elétrica, as suas linhas de bonde, trouxeram a navegação a vapor e outras coisas mais. Os portugueses construíram estabelecimentos comerciais, importavam e exportavam. Os sírios, dentro desse quadro social, se iniciaram como regatões e prestamistas.

Muitos poucos filhos nativos tiveram sucesso no estabelecimento de seus próprios negócios. O seu “status” social e econômico era baixo e sua principal função na comunidade se limitava a funções de menor importância, como empregados domésticos e de escritórios e funcionários públicos. A mulher nativa conseguia emprego como cozinheira e serviçal doméstica nas residências dos brancos ou em algum bar ou restaurante, quando não eram prostituídas, como frequentemente ocorria.

A chegada do imigrante cearense complicou o ordenamento das classes, uma vez que, sendo ambiciosos e trabalhadores, eles enfrentavam a luta para se tornarem, algum dia, independentes. Tiveram também de lutar muito contra a elite de então já estabelecida. Quando conseguiam uma posição econômica, rapidamente subiam para o topo da pirâmide social e política. Como seringalistas, eles se engajavam na política e influenciavam os partidos políticos, na capital, na escolha dos candidatos. O povo e os políticos os chamavam de “Coronéis de Barranco”, pois muitos deles manipulavam as eleições e tinham prestígio nas suas áreas. Eles participaram ativamente na Guerra do Acre, quando os seringueiros dirigidos pelo gaúcho Plácido de Castro derrotaram os bolivianos. Quando estes seringalistas, proprietários de vastas terras no interior, vinham se estabelecer em Manaus, começava a competição com os tradicionais já fixados, e muitas vezes conseguiam quebrar o seu papel dominador no centro comercial da cidade. Muitos deles melhoravam a posição de seus filhos, ainda mais, mandando-os estudar na Europa, em Lisboa, Paris e Londres para serem educados à moda europeia.

Os rapazes, quando voltavam do exterior, ganhavam reconhecimento imediato e prestígio na sociedade, podendo assim competir com as famílias tradicionais que controlavam os altos postos por direito natural. Este processo de europeização valia para equalizar o seu “status” com os das famílias abastadas da época. O grande valor e prestígio da Europa estão simbolizados no estilo dos edifícios públicos que foram construídos nessa época, como o Teatro Amazonas e o Palácio da Justiça, estilizados segundo a moda parisiense e renascentista.

A fundação da universidade de Manaus, em 1910, uma das primeiras do País, trouxe a oportunidade, para a gente da cidade, de adquirir uma educação superior. Isto resultaria, mais tarde, na transferência da educação superior e das principais funções políticas da cidade, das mãos da aristocracia europeia para as mãos daqueles que pudessem obter essa distinção pelo mérito. Ela deu a oportunidade, para o povo da cidade, de melhorar o seu “status”, independente da classe, família ou raça de sua origem, através dos títulos de doutor ou bacharel. (Vide **O bacharel no Brasil**, do autor, Manaus, 1946)

Outra fonte de prestígio era o contacto com as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, em épocas mais recentes. Estas cidades exerceram uma grande influência sobre o povo de Manaus. A sua atração era tão grande para as classes de alta renda, e também para estudantes, empregados e funcionários públicos, que muitos deles passaram a emigrar para lá. Uma viagem ao Rio de Janeiro ou São Paulo constitui, no momento, uma maneira de ganhar reconhecimento e prestígio social e político. Políticos e comerciantes mantêm ou melhoram a sua posição fazendo diversas viagens a essas cidades, todos os anos. O resultado destas mudanças deu à sociedade manauense um caráter de mobilidade e heterogeneidade. A depressão que se seguiu, depois de 1914, que levou à falência muitas empresas, tanto de estrangeiros como de cearenses e nativos, tomaram o ganho de “status” muito competitivo e incerto. A falta de estabilidade econômica fez de Manaus uma sociedade instável e arrivista, fácil-de-chegar e fácil-de-partir. A gente local costuma brincar com as pessoas que chegam de outros lugares e Estados, dizendo que a primeira coisa que faziam, antes de aportar em Manaus, era deixar a sua consciência pendurada na Ilha de Marapatá, situada na boca do rio Negro.

Apesar disso, existem muitas evidências de que velhas formas de estabilidade ainda são observadas. Pertencer a uma família tradicional (geralmente descendente de antigos seringalistas

arruinados ou não) ainda tem algum significado e ajuda a melhorar as oportunidades de sucesso na carreira política. Antes de procurar um emprego de funcionário público, é importante munir-se de um “pistolão” de alguma família ou político importante. Os partidos políticos disputam o apoio dessas famílias como meio de atrair mais votos para as eleições.

Porém, a influência da velha aristocracia, rural e urbana, está sendo ameaçada. O arrivista, o recém-chegado, em muitas situações obtém ganhos eleitorais ou obtém postos governamentais. Isto deu origem a um interessante movimento na política amazônica. Alguns anos atrás, um grupo de famílias, políticos e intelectuais locais lideraram um protesto contra os arrivistas, em favor dos “filhos da terra”. Este movimento teve ampla repercussão política e recebeu o nome “glebarismo”. Recebeu o patrocínio da imprensa da cidade e, de vez em quando, ainda é invocado, toda vez que os interesses locais são ameaçados. Este movimento foi revivido recentemente, quando milhares de cearenses que foram contratados para os seringais, no episódio famoso da **Batalha da Borracha**, durante a Guerra Mundial, se estabeleceram em Manaus. O povo os chamou de “Arigós”, cuja origem semântica muito se discutiu então, muitos atribuindo esse nome a uma ave de rapina migratória, nome esse que passou a cognominar também os estrangeiros que anteriormente recebiam o apelido de “gringos”.

Este hábito de dar apelidos e alcunhas a pessoas e grupos é muito próprio da cidade. Ele ilustra a existência de rivalidades entre o povo-da-cidade e o povo-de-fora. Por exemplo, o povo de Manaus chama o povo de Belém, ou os paraenses de modo geral, pelo apelido de “jacaré”, pois, segundo a opinião folclórica, este animal constitui um prato especial de sua culinária. De outro lado, o povo de Belém, em represália, chama os amazonenses de “jaraqui”, i.e., uma espécie de peixe cheio de espinhas que alimenta a gente pobre da cidade.

A Igreja de Manaus tem um importante papel na determinação do “status”. Ninguém com aspiração política ou que tenha esperança de obter consideração e reconhecimento, pode ignorá-la. O bispo tem uma das mais altas posições na escala social. Seu nome é louvado pela imprensa e pelo rádio. Ameaçar esse prestígio é cometer um suicídio político. Esta influência é típica não apenas em Manaus, mas também em quase todas as outras cidades brasileiras ou latino-americanas. Recentemente, uma liga foi fundada, em todo o País, para apoiar certos candidatos nas eleições para o Congresso. Ela sugeriu nomes e candidatos apontados pelos partidos políticos e parece que o sistema funcionou, pois nenhum comunista chegou a se eleger em Manaus para o Senado ou para a Câmara dos Deputados.

Outra classe social de prestígio está representada pelos militares da Guarnição Federal. Manaus possui um Batalhão, o 27.º B.C., cujo comandante desfruta de alto prestígio, com “status” semelhante ao do bispo, governador e desembargadores do Tribunal de Justiça.

Os homens de negócios, comerciantes, exportadores, importadores e aviadores partilham de um “status” comum intermediário. No entanto, especiais referências são sempre feitas aos “altos comerciantes” que, de modo geral, têm os seus escritórios localizados na rua Marechal Deodoro e na rua Guilherme Moreira, ponto principal do distrito comercial e financeiro. A Associação Comercial tem a sua posição própria e defende os interesses dos empresários, produtores e da região dentro de sua perspectiva. O seu presidente possui grande prestígio e é sempre consultado pelo governo e tem voz na discussão dos problemas ligados à situação econômica do Estado.

Uma nova classe de empresários tem surgido mais recentemente. Ela está constituída de jovens industriais que passaram a introduzir novas indústrias na cidade – usinas de lavagem de borracha, de descascamento de castanhas-do-Pará, serrarias, curtumes, olarias e destilarias de pau-rosa. Muitas dessas novas empresas são de propriedades de gente-de-fora. Eles são olhados com desconfiança, pelos tradicionais, quando iniciam os seus projetos, isto porque ainda se pensa que a única coisa que pode florescer em Manaus é o comércio; porém, na medida em que essas novas empresas vão obtendo sucesso, eles rapidamente sobem na escala social. Existem, também, certos grupos de pessoas – profissionais conservadores e membros da **intelligentsia** que possuem muito preconceito contra os empresários e não lhes dão nenhum valor. Porém, através das atividades filantrópicas e obras de caridade, essa classe vai obtendo simpatia e melhorando a sua posição social.

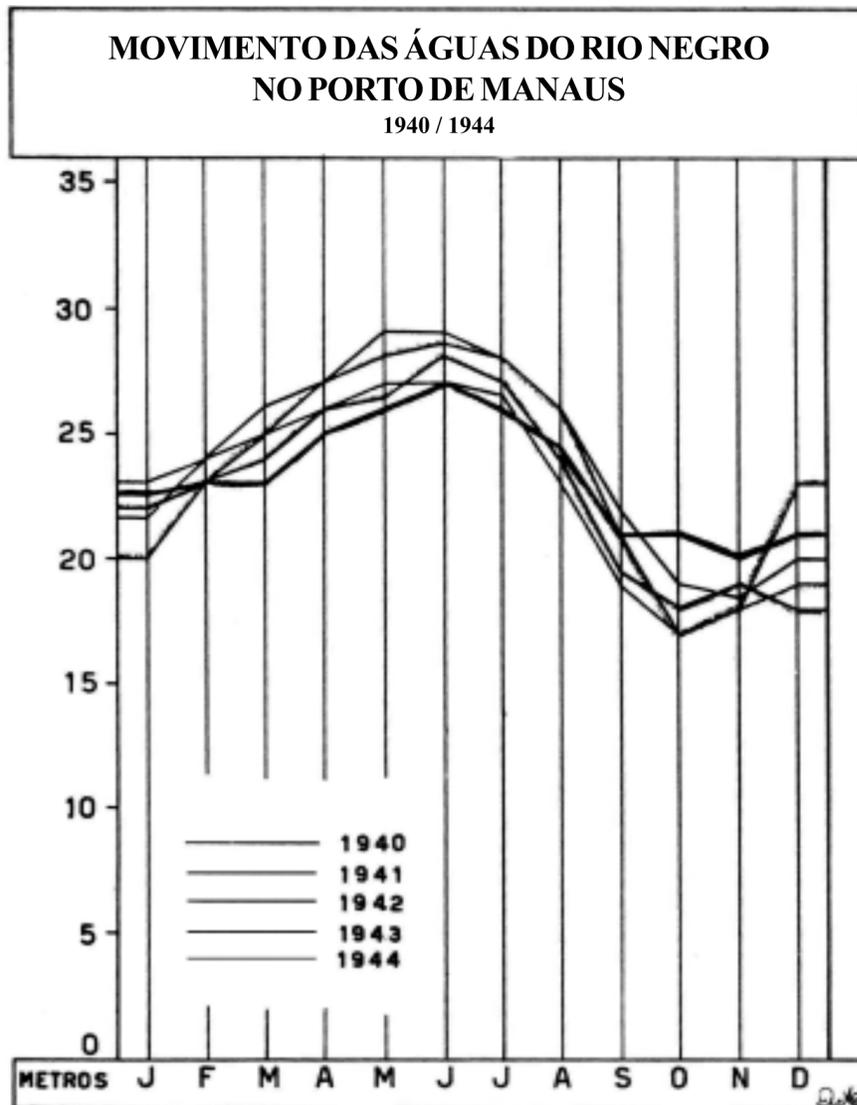
Os estudantes têm o seu lugar dentro desse sistema social. A universidade de Manaus, uma das primeiras fundadas no País, perdeu a maioria de suas faculdades, que foram sendo fechadas. Recentemente, a faculdade de Farmácia e Odontologia e a escola de Agronomia foram fechadas por falta de reconhecimento do Governo Federal. Agora, o único estabelecimento de ensino superior na cidade é a Faculdade de Direito do Amazonas. Quatro escolas secundárias, três escolas técnicas de comércio, uma escola normal e uma escola técnica industrial funcionam na cidade. Os estudantes participam ativamente na política, tanto nos comícios de rua quanto nos movimentos cívicos. Durante a guerra eles foram muito importantes na campanha antinazista e ajudaram o governo a preparar a opinião pública para que o Brasil participasse da guerra, junto aos Aliados. Muitos deles conseguem, inclusive, elegerem-se como deputados para a Assembleia Legislativa do Estado.

vida social de Manaus se realiza dentro de quatro clubes principais: Ideal, Rio Negro, Nacional e Olímpico. Ser admitido como sócio desses clubes reflete a posição social de cada um na comunidade. O Ideal é um clube conservador para as famílias de alta renda e seus principais sócios são juizes, desembargadores, homens de negócios e estrangeiros. O Rio Negro é considerado um clube de políticos, médicos e profissionais liberais. Ele pertence à alta classe média e é muito progressista. O Nacional e o Olímpico são liberais em suas atitudes e decididamente menos exclusivistas, admitindo sócios sem preconceitos de classe, cor ou “status”. Com exceção do Ideal, cada clube tem o seu time de futebol e todos eles dão bailes de Carnaval. Grandes rivalidades e espírito de competição existem entre eles: Rio Negro versus Nacional e Olímpico, Ideal versus Rio Negro, etc. Entrar em um deles é algo que não pode passar sem ser notado na cidade, pois a admissão como sócio de um clube significa que uma pessoa não está apenas procurando se divertir, mas também participar da vida social da comunidade. Sem essa admissão, qualquer pessoa encontra dificuldades para ganhar prestígio e “status”.

Manaus, nos dias atuais, é uma sociedade em que a grande mobilidade social e heterogeneidade, surgida desde os tempos do “boom” da borracha, está passando por um período de transição e sendo ajustada aos novos padrões de ordenamento social e econômico. Assim, o ímpeto dos arrivistas encontra oposição dos bairristas e glebários. Os caboclos e mestiços servem de intermediários para amenizar as diferenças étnicas. A discriminação entre classes sociais é mais possível de ocorrer do que a discriminação de ordem racial. O “cearense” e os “estrangeiros”, depois de alguns anos de residência na cidade, encontram um jeito de convivência com o povo local e logo se tornam “filhos-nativos”.



Figura 2 - Map showing the expansion of the main urban area.



**Nota:** Cota sobre o nível do mar no último dia do mês (Serviço Hidrométrico da Manaus Harbour Ltd.)

Figura 3 - Water - Level chart of the Rio Negro, in the port of Manaus.

### O fluxo da vida

Para bem compreender o povo que vive em Manaus e a fluência de sua vida cotidiana, precisamos conhecer, na intimidade, a sua história e a economia da região. Nem um profundo estudo dos fatores geográficos, nem uma hábil pesquisa sobre os fatores étnicos e psicossociais da gente seriam suficientes para ter uma compreensão do curso da vida e do pensar dos manauenses.

Realmente, para conhecê-los, é preciso ter uma íntima associação com a sua cultura, morar na sua casa, dormir em uma rede, dançar nas suas festas, ver o seu trabalho, respirar o mesmo ar, comer da sua cozinha, e até amar as suas garotas.

Ainda mais, rezar nos seus templos, frequentar as suas escolas, viver aquele clima quente e úmido, que nunca ultrapassa a 96 nem desce abaixo de 65 graus Fahrenheit, pegar um resfriado naqueles meses de janeiro ou fevereiro, quando chove cerca de 25 dias por mês e a umidade relativa do ar atinge a 90%. Um passeio ao longo do centro comercial ou uma visita às lojas da avenida Eduardo Ribeiro e Sete de Setembro; uma olhada no Mercado Público, onde o povo pobre compra e comercia; uma visita aos edifícios públicos; algumas horas para assistir a uma partida de futebol entre o Rio Negro e o Nacional; um mergulho, num fim de semana, nos seus numerosos igarapés de Flores e do Mindu, de águas limpas, cristalinas e frias; passear, aos domingos, nos bondes da linha da Saudade e dos Remédios, onde rapazes e moças aproveitam a oportunidade para o “flirt”; assistir a um filme da “sessão das moças” do Cine Avenida ou tomar um “espumogni” ou um sorvete na Leitaria Amazonas e no Bar Americano – tudo isso poderá ajudar a compreender a vida do manauara e apanhar os diferentes aspectos de seus hábitos. Mesmo assim, depois de um ano de estudo sistemático, não seria fácil escrever uma tese sobre a gente e a sua cidade.

Esta tentativa de descrever a fluência da vida do povo de Manaus, escrita por um manauense, não segue a rotina usual de pesquisa desta espécie. Ao invés de ir lá para ver, o autor está voltando os seus olhos sobre a sua memória. Em certo sentido, isto é vantajoso, porque ele pode “ver” agora melhor, pela recordação e por via retrospectiva, que somente a longa distância o permite. Muitas coisas que estavam tão perto de seus olhos para serem vistas não eram notadas e podem agora ser melhor interpretadas à luz de sua ausência.

Começemos por discutir o que o manauense come. O Mercado Público, em frente ao rio Negro, durante a estação da vazante tem fartura de alimentos, verduras e, sobretudo, peixes: tambaqui, pirarucu, pescada, branquinha, curimatã, sardinha, tucunaré, jaraqui. Existe peixe para matar a fome da gente pobre que vive em Educandos, São Raimundo e Cachoeirinha. Uma enfiada de jaraqui pode ser comprada por alguns réis. Também existe o peixe para a classe alta, peixe-de-gente-rica, para agradar o paladar sofisticado. A distinção entre o peixe-dos-pobres e o peixe-dos-ricos é tão comum na linguagem popular que o “status” na comunidade pode ser reconhecido pelo tipo de peixe que a pessoa come. “Diz-me o peixe que comes e dir-te-ei quem és”, poderia ser aqui aplicado numa transposição de outro provérbio popular. Esta observação serve também para ilustrar o processo muito comum e tentativa de ultrapassagem da barreira de classe ou de “status”, mediante falsa ostentação e aparência. Por exemplo, quando alguém da classe pobre ou média quer “passar” como importante, este comportamento pode dar origem a uma contestação folclórica na qual o peixe vira personagem, através da resposta ferina: “ele comeu jaraqui e agora está arrotando pescada”.

Durante os meses de julho a dezembro, o peixe constitui a base do complexo culinário. Existem diferentes maneiras de prepará-lo: Peixe seco, salgado, cozido, assado, moqueado, frito e “em água grande”. Porém, qualquer que seja o “status” econômico, a farinha de mandioca é um ingrediente obrigatório e favorito em qualquer prato. Beiju, caribé, mingau de farinha, carimã e tapioca são especialidades típicas amazônicas, nas quais a mandioca substitui o trigo.

Esses meses de abundância, na época da vazante dos rios, quando as plantações são feitas sobre as terras férteis da várzea, não duram muito. O caboclo sabe muito bem. Ele olha para o rio Negro ou o Solimões e faz as suas previsões sobre quantos pés eles subirão nos próximos meses. Pode ser vinte, vinte e cinco ou talvez trinta pés, ou mais, sobre o nível das águas de dezembro. Ele

provavelmente deve ter gravado na memória a enchente-grande de 1922, quando as águas invadiram o mercado e as ruas adjacentes ao porto, ou talvez não se preocupe tanto. Contudo, ele procura sobreviver à possível calamidade, e, se mora na avenida Beira Mar de Educandos, a sua casa, fincada sobre espeques ou palafitas, deve ficar acima do nível das enchentes normais; e, se é fazendeiro, no rio ajeita a sua maromba. Algumas vezes o rio o apanha desprevenido. Isto significa desastre. Ele terá de se mudar para o alto do barranco ou levantar o assoalho de sua casa para acompanhar a subida das águas. No que se refere à alimentação, a enchente é sempre adversária. Os peixes fogem e se refugiam nos igapós e ficam escassos, e a farinha, o leite e as verduras encarecem rapidamente, durante, pelo menos, quatro ou cinco meses.

Pode-se medir, praticamente, o nível da enchente pela escalada dos preços no Mercado Público. Quando os vendedores ambulantes e peixeiros aumentam os seus preços é prenúncio de que o rio está subindo. Cada dia que passa, menor número de **poveiras**, motores e canoas chegam à praia do mercado, trazendo os seus produtos. Os ribeirinhos das regiões vizinhas são os mais afetados pela enchente. O gado terá de ser colocado nas marombas e a canarana cortada todos os dias para alimentá-lo. A produção de leite cai verticalmente, pois as vacas passam fome e não têm onde pastar. O custo de vida aumenta, ou, como eles dizem: “os preços estão pela hora-da-morte”.

Para alguns, porém, a enchente traz alegria. A carne fica mais barata, pois a subida das águas permite trazer o gado do Rio Branco, uma vez que é durante essa época que as embarcações podem atravessar as suas corredeiras. Mesmo assim, a carne é cara e somente acessível às camadas da classe média para cima. Para os de renda baixa, é um luxo ocasional. Os quadros 2, 18, 19 e 20 mostram o movimento das águas do rio Negro e como o ciclo das águas afeta a produção do leite, peixe e carne. Por exemplo, em setembro de 1943, entraram no Mercado Público, 80.000 quilos de peixes de 1.<sup>a</sup> classe e em abril somente 5.000 quilos. A produção do leite começa a aumentar a partir de agosto e chega ao pique no mês de abril subsequente. Segundo as estatísticas do Matadouro de Manaus, a menor matança foi de 250 cabeças de gado, em novembro, o mês das águas baixas, e a maior foi de 1.350 cabeças em agosto, quando as águas estão altas.

O ciclo das águas dos rios afeta não somente a produção e oferta de alimentos, como atinge a quase toda a produção regional. Os gráficos das páginas seguintes dão uma ideia de como estas safras e fabricos, que sustentam o comércio de Manaus, sobem e descem acompanhando as enchentes e vazantes. Em 1941, o pico da produção da borracha foi alcançado em janeiro e o ponto mais baixo em junho; a exportação de castanha, nesse ano, atingiu o máximo em junho e o mínimo em dezembro, exatamente o oposto do primeiro produto. Isto é explicado pelo fato de que a borracha é coletada durante a estação seca do verão, das águas baixas, enquanto que as castanhas são colhidas no inverno, na época das chuvas e das enchentes. Estes dois produtos principais da economia amazônica mantêm o nível de emprego em Manaus e no interior. A produção da juta, que foi introduzida recentemente pelos japoneses, no Baixo Amazonas, perto de Parintins, segue também este mesmo padrão sazonal, pois ela é plantada quando as águas começam a descer e tem que ser colhida antes da alagação. Outros produtos também sofrem influência do rio. Os jacarés, uma grande fonte de riqueza, são pescados durante as vazantes, no Solimões, Negro e lagos do interior. A madeira em troncos tem que baixar o rio na época das cheias, em cima das jangadas, para as serrarias poderem trabalhar. Se não houver esse sincronismo, certamente faltará o produto para as construções e para a exportação.

O complexo interrelacionamento de importações, aviamentos para o interior, a montagem das safras, etc. estão na estreita dependência do ciclo das águas, direta ou indiretamente, e precisam funcionar dentro de um delicado equilíbrio, conforme os quadros n.º 21, 22 e 23 bem demonstram.

O planejamento econômico de Manaus deve incorporar estes termos de referência, pois a sua omissão ou falta de ajustamento às peculiaridades regionais dá origem a muitos problemas e dificuldades para o povo e o governo: os trabalhadores das fábricas podem perder os seus empregos; as donas de casa podem ficar sem água nas torneiras, pois se o rio baixa muito, as tomadas d' água do bombeamento não funcionam; a cidade pode ficar sem luz; há falta de lenha; o homem da rua pode ficar sem o bonde elétrico e as usinas de borracha paralisam as suas máquinas.

Estes são problemas crônicos da cidade de Manaus que aparecem nas manchetes dos jornais todos os anos, causados pela violação do princípio econômico, da força das águas e mais outros ainda; doutores e hospitais se preocupam com as epidemias; os engenheiros, com a falta de materiais de construção; os vendedores, com a queda das vendas; os banqueiros, com os empréstimos vencidos e não pagos; os comerciantes, com os seus estoques; os administradores públicos, com a queda dos impostos e da receita; as autoridades municipais, com o abastecimento de carne, peixe e alimentos para a população.

Para agravar as dores de cabeça resultantes desta preocupação, deveremos ainda acrescentar os debates nos jornais da cidade sobre outros problemas crônicos: o medo da queda dos preços da borracha, a oscilação dos preços nos mercados externos compradores de castanha, a falta de navios para a exportação ou importação dos produtos, o congestionamento do Porto de Manaus quando diversos navios chegam ao mesmo tempo e enchem os armazéns portuários, o pânico à enchente grande, o péssimo estado das ruas e estradas que a estação chuvosa destrói, o aumento dos índices de tuberculose, febre tifoide e malária, as péssimas condições de vida do povo dos subúrbios, a falta de casas e os preços dos aluguéis, a escassez de escolas e os resultados das próximas eleições.

Estas constituem as preocupações e os problemas que afetam a cidade e que emergem nas manchetes dos jornais e constituem temas de conversas nas ruas, nos cafés, nos clubes e nos lares, na Assembleia Legislativa, na Associação Comercial e nos sindicatos, nos comícios de ruas e nas palestras acadêmicas.

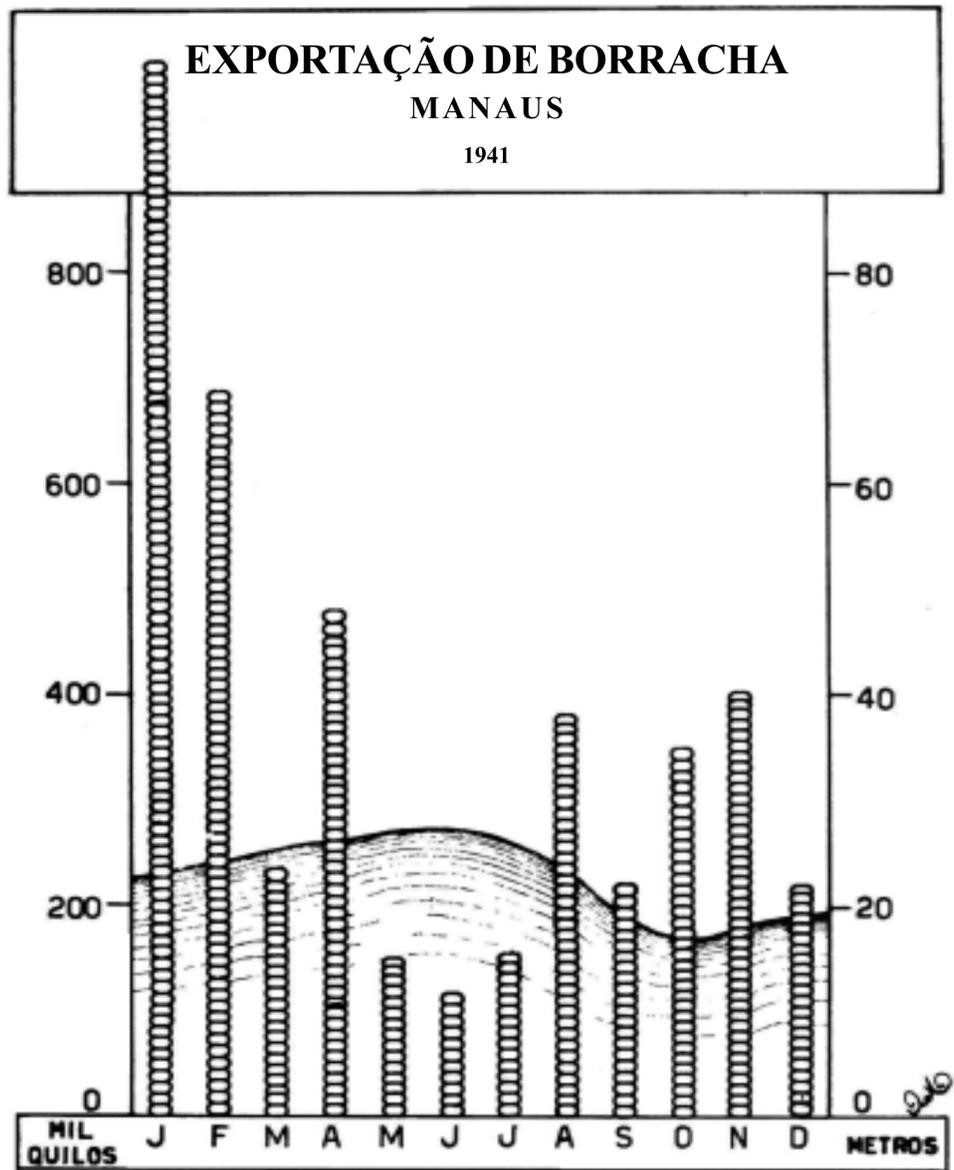
De outro lado, podemos também surpreender a alma do povo nos seus momentos de alegria e otimismo. Se for tempo de Carnaval, provavelmente todos estarão falando sobre festas, cordões carnavalescos, sambas, choros, marchas e os sucessos musicais do momento. Nas classes média e alta, provavelmente a conversa gire sobre as festas do Ideal, Rio Negro, Olímpico e Nacional. Os trabalhadores estarão pensando nas festas dos seus clubes. Todos, ricos e pobres, igualmente estarão, por certo, presentes na avenida Eduardo Ribeiro, andando de baixo para cima ou vice-versa, para ver os carros decorados, o desfile carnavalesco e brincar com confetes, serpentina e lança-perfume, nos últimos dias de carnaval: domingo, segunda e terça-feira gorda. No dia seguinte, as moças estarão se confessando, para purificar as suas almas dos pecados acumulados durante esses dias, na Quarta-Feira de Cinzas.

A religião tem um importante papel na vida do manauense. A padroeira da cidade é venerada com uma grande procissão nas ruas principais. Quermesses, arraiais, depois das novenas, divertem o povo na Vila Municipal, na praça da Matriz e na praça de São Sebastião. Noventa e cinco por cento do

povo é católico, mas existem 2.017 protestantes e 418 judeus, segundo o último censo de 1940. O ateísmo é quase tabu. Nesse censo, somente 130 pessoas se declararam ateias.

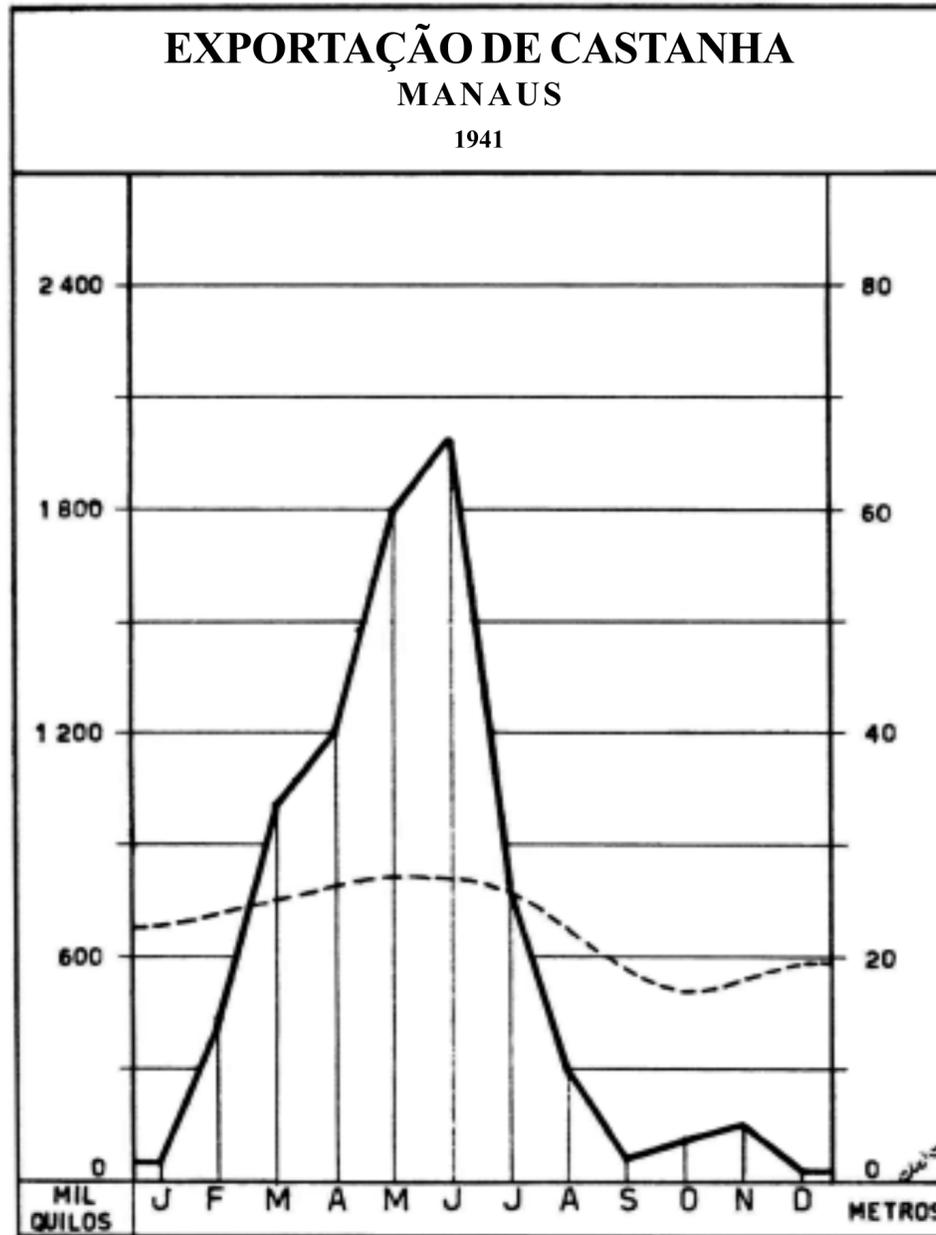
Nas vésperas de São João, dia 24 de junho, o manauense se reúne em torno de suas fogueiras. Casais e amigos se unem através de um parentesco místico: as famílias aumentam de tamanho com novos primos, sobrinhos, padrinhos, madrinhas, afilhados e afilhadas, que se tomam parentes sob a chama das fogueiras. Algumas pessoas leem a sorte, com velas de cera e uma bacia d'água. As crianças soltam foguetes, buscapés e pega-moleques. A tradição antiga dos Boi-Bumbás, um "ballet" folclórico-dramático, vem às ruas para os festejos. Mina-de-Ouro, Tira-Prosa, Mina-de-Prata; "Bois" da Cachoeirinha, Educandos e São Raimundo, em procissão descem dos subúrbios para a cidade. Festas caipiras são celebradas nos clubes com as guloseimas da época: canjica, mungunzá, bolo de milho, pamonha, tapioca e tacacá.

Toda esta alegria é quebrada no dia 2 de novembro. O povo então se dirige ao Cemitério São João Batista para homenagear os seus mortos. É o Dia de Finados.



“EM GERAL O FABRICO DA BORRACHA NESSES SERINGAIS COMEÇA EM ABRIL E TERMINA EM JANEIRO. FORA DESSE TEMPO AS CHUVAS E AS ENCHENTES OS PRIVAM DA FABRICAÇÃO DA BORRACHA: - A INDÚSTRIA DA BORRACHA NA AMAZÔNIA” - R. B. BRITO PEREIRA.

Figura 5 – Monthly jute export, Manaus 1941.



“LIMITA-SE A COLHER NO TEMPO PRÓPRIO. MARÇO, ABRIL, MAIO, O SEU FROCTO, NO QUE CORRE-RISCO DE LEVAR SOBRE A CABEÇA COM ALGUM OURIÇO QUANDO HÁ VENTO”: -  
RELATÓRIO SOBRE OS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO ALTO AMAZONAS - SILVA COUTINHO, 1861 -  
VOL. II - RELATÓRIOS, P. 776.

Figura 5 - Monthly jute export, Manaus 1941.

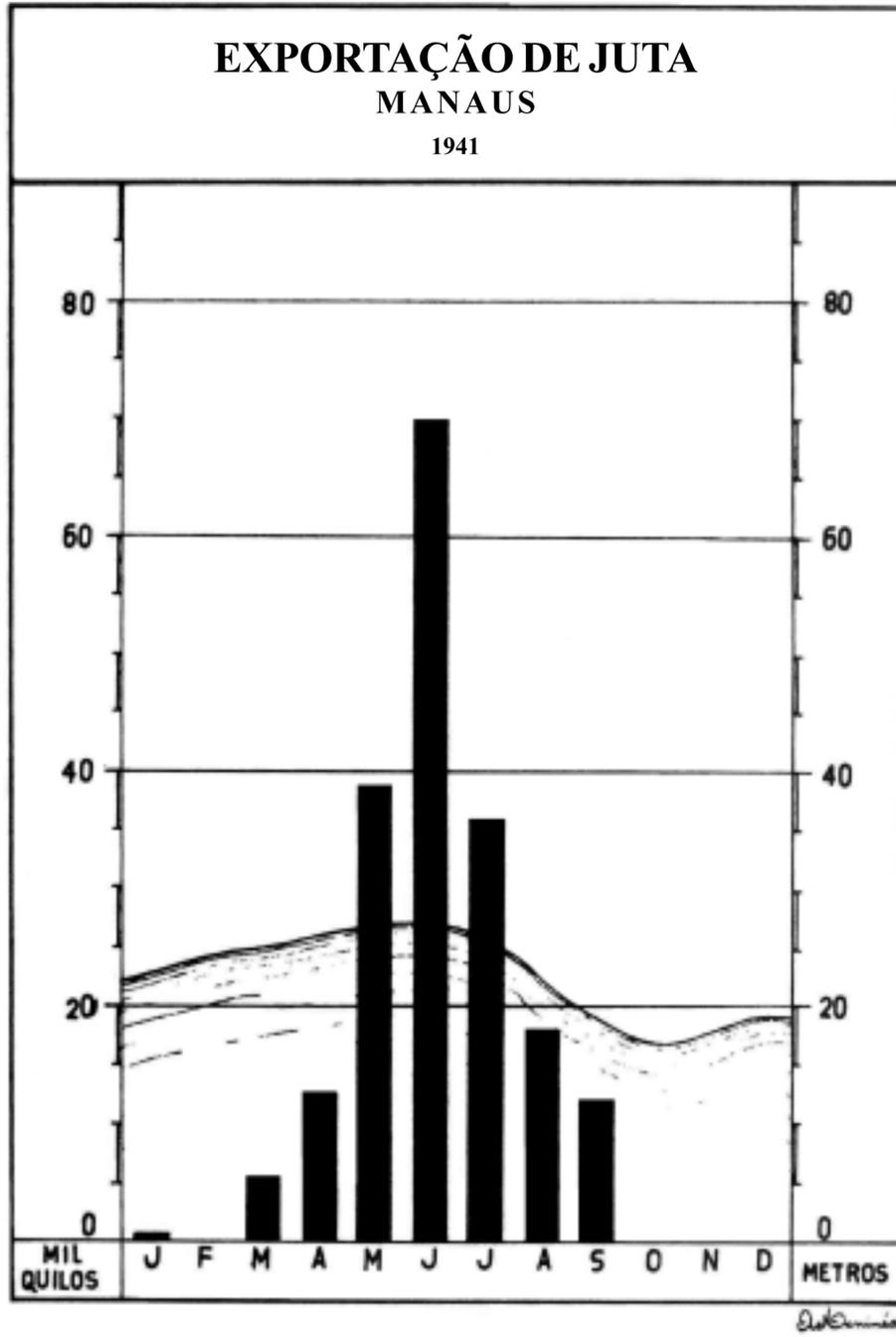


Figura 6 – Monthly Brazil nut export Manaus 1941.

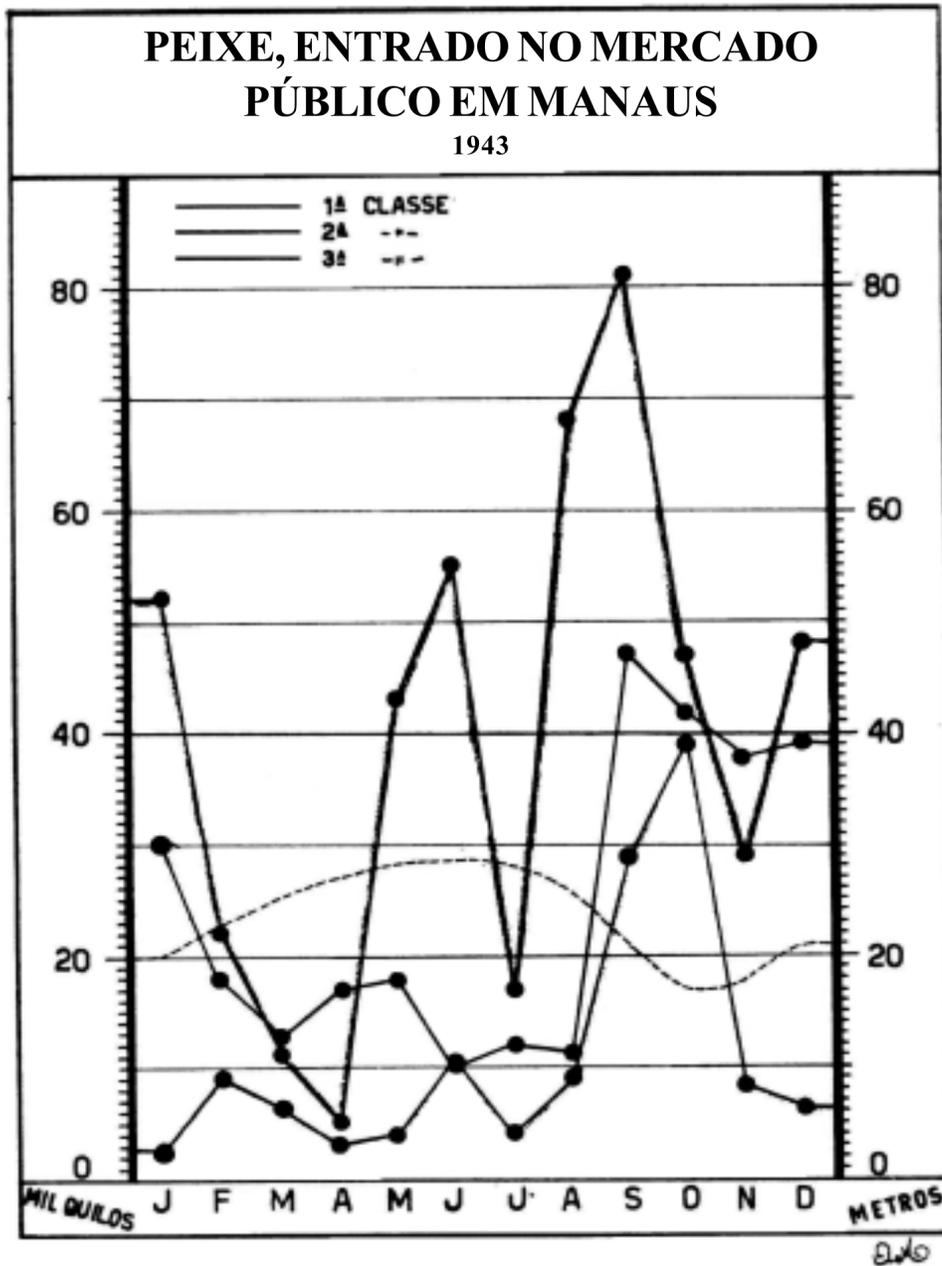
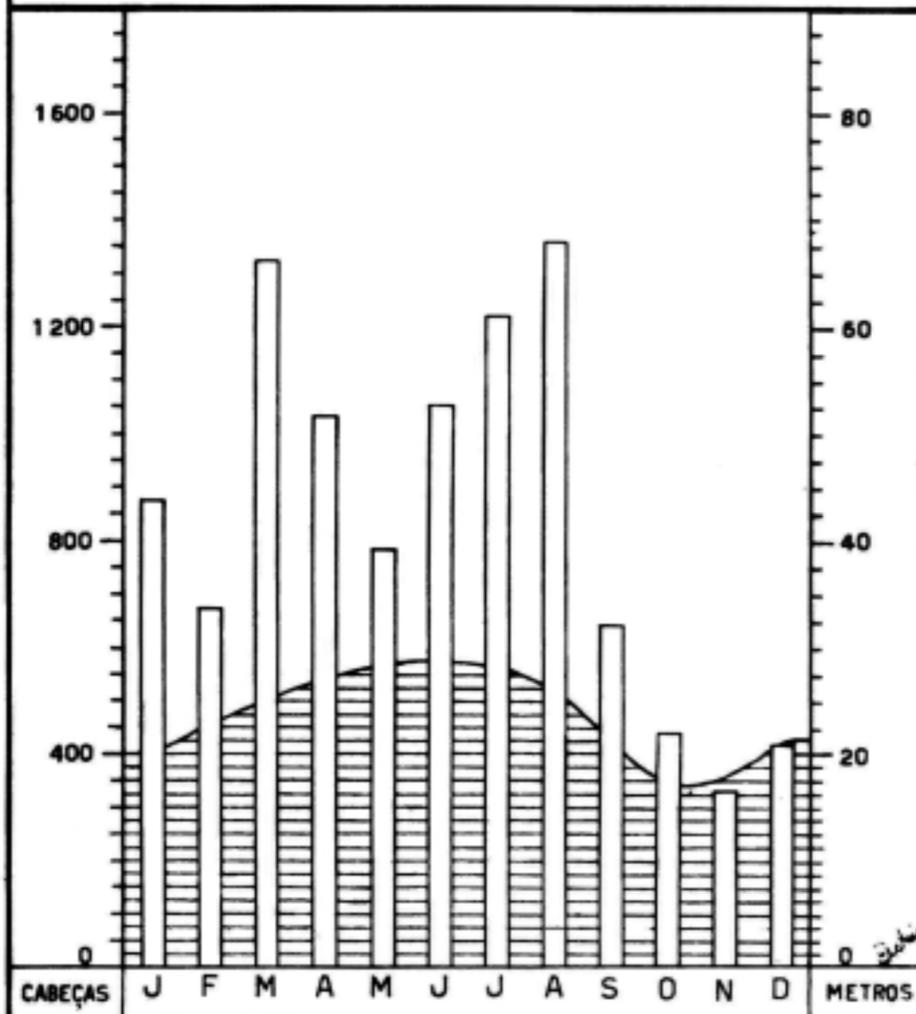


Figura 7 - Monthly fish supplies to Manaus Market, 1943.

# GADO ABATIDO NO MATADOURO MANAUS

1943



“NESTA CAPITAL E SEOS SUBÚRBIOS, COMO EM OUTRAS POVOAÇÕES, CRIÃO-SE ALGUMAS REZES, MAS EM NÚMERO TÃO INSUFICIENTE PARA O CONSUMO QUE PASSÃOSE MUITAS SEMANAS SEM HAVER CARNE VERDE À VENDA”: - FALLA DIRIGIDA À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PROVINCIAL PELO PRESIDENTE FERREIRA PENA - 1853 - VOL. I, P. 206.

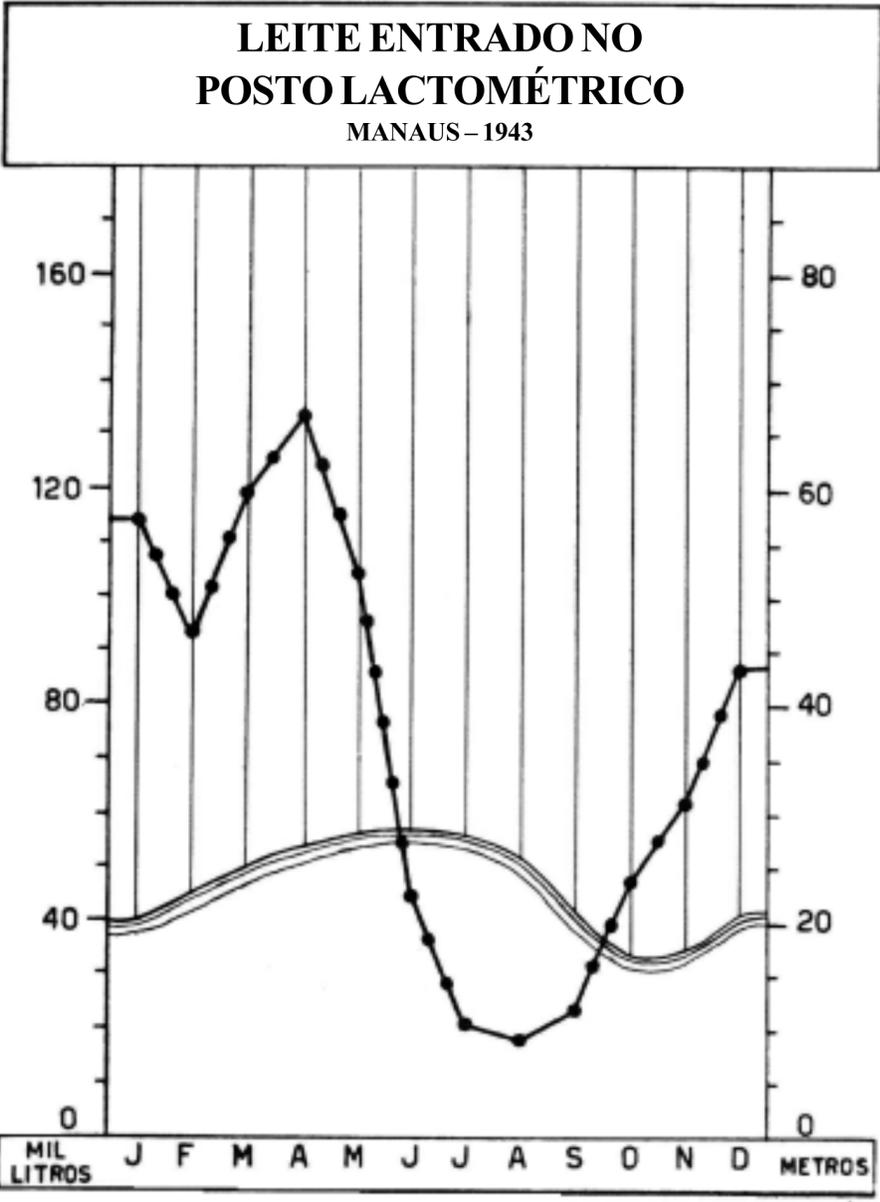


Figura 8 - Monthly milk supplies to Manaus Market, 1943.



gêneros e produtos regionais para os mercados mundiais de New York, Liverpool, Hamburg, Rio de Janeiro e Buenos Aires. Este movimento de carga e descarga trouxe intenso movimento para o porto e para os estabelecimentos comerciais ajudando a fazer de Manaus o mais importante entreposto no Vale Amazônico, somente superado pela cidade de Belém do Pará.

O impacto dos valores da exportação dramatiza a importância e explica o crescimento da cidade. Em 1850, o volume dos gêneros exportados pelo Porto de Manaus era de Cr\$ 22.975,00 (US\$ 1,100.00); em 1883 subiu para Cr\$ 11.277.275,80 (US\$ 563,000.00); em 1903 alcançava o seu pico em Cr\$ 112.889.915,00 (US\$ 5,563.000.00), um aumento de quase 5.000 vezes sobre os dados de 1850.

Em 1914, o crescimento da cidade foi detido pela depressão originada da perda do controle monopolístico do mercado da borracha, cujo eixo produtor deslocou-se para os seringais de plantação da Malásia. Desde então, a cidade passou por um longo período de calma e depressão. Mesmo assim, ela conseguiu sobreviver com a ajuda de outros produtos florestais, como a madeira, a castanha-do-pará, os couros, sementes oleaginosas, essência de pau-rosa, fibras tropicais e outros que ajudaram a prover o reajustamento econômico.

Passada a depressão, a cidade, em anos recentes, está experimentando uma fase de renascimento. Desde 1938, depois da depressão mundial de 1930, está recuperando a sua importância regional e a sua antiga função no Vale Amazônico. As indústrias de pneumáticos brasileiras, localizadas em São Paulo, criaram uma demanda doméstica para a borracha que hoje já consome mais de 50% da produção amazônica. A guerra na Ásia, cortando os suprimentos da Malásia para os Estados Unidos, fez surgir uma nova oportunidade. Por alguns anos ela recuperou o monopólio da borracha natural e os preços subiram bastante para atrair novos imigrantes para os seus seringais.

As importações e exportações trouxeram vida nova para o comércio de Manaus. Em 1943, o valor das mercadorias importadas subiu para Cr\$ 259.892.951,20 (US\$ 13,000.000.00) e as exportações atingiram Cr\$ 166.256.588,70 (US\$ 8,300.000.00). Estes números continuaram a subir desde então. Em consequência, a receita do Estado, que em 1930 era pouco acima de US\$ 350,000.00, disparou para cerca de US\$ 2,000.000.00 em 1946. O porto passou a ser frequentado por muitos navios estrangeiros e nacionais; em 1941, esse movimento registrou uma entrada e saída de cerca de 4.000 embarcações de todos os calados.

A borracha continua a ser importante, porém, outros gêneros passaram a figurar na sua pauta de exportações. Óleo essencial de pau-rosa, couros de jacaré, peles silvestres, madeira e juta adquiriram importância tão grande quanto à borracha e à castanha, que eram os dois gêneros quase exclusivos de exportação.

A navegação, que sempre foi um fator dominante no crescimento da cidade, continua sendo um importante elemento para o seu desenvolvimento nos dias correntes. Em aditamento ao transporte aquático, a recente introdução do avião está desempenhando uma nova função de grande valor. Desde 1933, a Panair do Brasil opera um serviço aéreo entre Belém e Manaus. Mais tarde, esta linha foi estendida até Porto Velho, no Território do Guaporé. Agora, a Panair tem aviões que fazem linha até Iquitos, no Peru, 1.216 milhas distante de Manaus. Outra companhia de aviação, a Cruzeiro do Sul, em 1945 inaugurou uma linha ligando Manaus diretamente com São Paulo e Rio, via Porto Velho e Corumbá. Outra linha foi estendida até Boa Vista, capital do Território do Rio Branco, que está por sua vez conectada, por via aérea, com Caracas, na Venezuela. A Pan American, por sua vez,

está estudando uma ligação aérea entre Manaus e Miami, na Flórida. Esta rota já foi operada durante a guerra. Se este projeto for realizado, a distância entre Miami e Rio de Janeiro será muito encurtada, uma vez que Manaus está localizada dentro de uma rota, em linha direta, entre estas duas cidades.

Manaus, desta maneira, está se tornando, nos tempos atuais, não apenas um centro de transporte fluvial, porém, um tronco aéreo de grande significação para o Brasil em particular e para as vizinhas repúblicas sul-americanas em geral. Uma grande parte do tráfego aéreo da Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia dependerão, no futuro, da rota aérea de Manaus.

O último passo caminhará no sentido da industrialização. Durante longo tempo, fábricas de pequeno porte vêm funcionando, porém, a grande potencialidade do Vale Amazônico constitui uma boa base para prever que a cidade se converterá em um grande centro industrial, especialmente no campo da borracha e da madeira. Talvez isto seja um longo e lento processo, que naturalmente envolve considerações de ordem nacional e internacional, Porém, parece ser, nesta altura, uma perspectiva correta.

### **“Kudos”**

Concluído o curso de pós-graduação, ao nível de mestrado em Sociologia e Economia, o mestre recém-formado, seguindo a tradição acadêmica de muitas universidades, inclusive “Miami University”, recebe o grau e os professores lhe conferem o “Kudos”.

A expressão “kudos” não encontra uma exata sinonímia em português. É uma expressão coloquial da linguagem acadêmica universitária, cuja conotação vernacular talvez possa ser traduzida por crédito, renome, desempenho, recomendação e reconhecimento.

A tradição do “kudos” é ainda hoje usada nos Estados Unidos por ocasião da conferência do título de Doutor “Honoris Causa”, ou no momento ou depois da conclusão do curso de mestrado e doutorado, e serve para ajudar o novo “scholar” na sua carreira universitária ou profissional, através da avaliação do desempenho de pós-graduação feita pelos seus professores.

Apenas por este motivo, e não com objetivo de autopromoção, é que vou trazer a público os “kudos” que recebi, em 1947, de minha universidade e de meus professores, tentando, deste modo, contribuir para o aperfeiçoamento da universidade brasileira, que precisa urgentemente memorar a sua qualificação acadêmica, docente e discente, e introduzir novos incentivos institucionais, à semelhança dos “kudos”, motivar o estudante no processo de aprendizagem e ajudá-lo após a conclusão do curso.

1. “O Presidente e Curadores de Miami University, tendo em vista a recomendação da Congregação, e com a aprovação do Senado da Universidade, resolve conferir a SAMUEL ISAAC BENCHIMOL o Grau de Mestre (“Master of Arts”), pelo que certifica o cumprimento de todas as exigências para o referido grau universitário. Em fé ao quê, subscrevemos abaixo os nossos nomes e fazemos afixar o selo da Universidade, neste Diploma, em Oxford, Ohio, aos 29 de agosto de 1947, A. D.”

*Ernest Hahne*

*Presidente*

*H.F. Vincance*

*Deão*

*Vivian Anderson*

*Presidente da Diretoria dos Curadores*

2. “A presente serve para certificar que o Sr. SAMUEL ISAAC BENCHIMOL apresentou a sua Tese de licenciamento para obtenção do Grau de Mestre – “MANAOS: O Crescimento de uma Cidade no Vale Amazônico” – no ano de 1947, tendo sido a mesma aceita por esta Universidade e aprovada pelos Drs. Joseph C. Seibert, J.M. Peterson e H. T. Hansen, cujas cópias se acham depositadas na Biblioteca desta Universidade.”

a) Edkard W. King, Bibliotecário

3. “Certifico que o Sr. SAMUEL ISAAC BENCHIMOL foi meu estudante graduado na Universidade de Miami, Oxford, Ohio, em diversas classes. Seu trabalho foi consistente e de alto valor. Ele preparou a sua Tese para a obtenção do grau universitário de Mestre, sob minha supervisão. Durante a nossa íntima associação com o mesmo, pude reconhecer qualidades de verdadeiro “scholar” e incluí-lo na lista dos meus amigos. Ele me impressionou bastante como uma pessoa capaz de fazer importantes contribuições ao rápido desenvolvimento da moderna ciência social. E sempre confiei que ele pudesse representar um importante papel de intercâmbio e associação entre os sociólogos do Brasil e dos Estados Unidos, a fim de que possamos colaborar mais efetivamente para a extensão da fronteira do conhecimento sociológico. Lamento que as exigências da vida não me tenham permitido ficar em contacto com o progresso do Sr. Benchimol. A culpa é somente minha, pois por diversas vezes ele tentou manter correspondência comigo. Porém, baseando o meu julgamento no que observei na Universidade de Miami, posso recomendá-lo para uma cátedra universitária, pois acredito ser esse o lugar apropriado para a realização de sua carreira. Lembro-me de que, na sua Tese, ele examinou Manaus e o “hinterland” de uma maneira tão penetrante que cheguei a sentir, em primeira mão, o contacto íntimo com a cidade e a região. A sua mente fértil, sua energia, seu modo sistemático de trabalho e sua fé no desenvolvimento da Sociologia lhe capacita para levar avante um programa de grande benefício para a ciência.”

(a) Asael T. Hansen, Professor do  
Departamento de Sociologia e Antropologia.

4. “Samuel Benchimol foi meu estudante neste “Campus”, logo depois da guerra. Ele é membro da Fraternidade Honorária de Sociologia ALPHA KAPPA DELTA, e sempre foi popular neste “Campus”, junto aos professores e seus colegas estudantes. Para a obtenção de seu Diploma de Mestre em Ciências Sociais, ele apresentou uma excelente Tese tratando de aspectos ecológicos de Manaus. Seu trabalho foi de grande merecimento, em todos os cursos que fez no Departamento de Sociologia e também em outros Departamentos em que trabalhou. Reconhecendo o seu valor, como estudante e amigo, continuei mantendo contacto com ele durante os anos afora, por meio de correspondência e intercâmbio de teses universitárias. Creio que ele será um excelente professor, porque possui habilidade natural e está bem treinado, em ambos os campos. Ele será um elemento de valor, em qualquer desses campos, porque possui também considerável experiência prática. Penso que os estudantes respeitarão os seus títulos universitários e aproveitarão o seu trabalho. Ele é responsável, cooperador, esforçado, e tenho certeza que será respeitado por seus colegas em qualquer universidade da América do Sul ou da América do Norte. Ele certamente foi um excelente “Embaixador do Brasil” neste “Campus”.

(a) Read Bain, Diretor do Departamento de Sociologia, Miami University, Oxford, Ohio.

5. “Samuel Benchimol foi meu estudante nas classes de Sociologia Industrial e Desorganização Social. Seu trabalho foi excelente. Ele possui uma mente analítica muito bem treinada. Verifiquei que ele compreende a ideia central de uma Tese e tem capacidade de testá-la contra a evidência oferecida, sem ser perturbado por elementos não-essenciais. Ele possui um bom conhecimento da Literatura especializada neste campo e, durante o seu tempo de estudante, sempre esteve constantemente à procura de novas fontes e ideias na fronteira da ciência. Ele escreve e fala bem e consegue expor o seu ponto de vista com um mínimo de retórica. Eu o reputo de personalidade agradável sem perder o próprio respeito, bondoso sem ser condescendente, quando discorrendo sobre matéria do seu conhecimento. Ele possui abundante energia e me parece capaz de atingir qualquer objetivo. Tenho confiança de que ele terá sucesso em qualquer campo que se proponha a entrar”.

(a) W. F. Cotrell, Professor de Política e Sociologia, Miami University, Oxford, Ohio.

6. “Durante o ano acadêmico de 1946/1947, Samuel Benchimol frequentou dois dos meus cursos na Universidade de Miami, Oxford, Ohio. Estes cursos foram História do Pensamento Econômico e Problemas Econômicos Atuais. Ele também estava registrado em outro curso denominado Problemas Econômicos Internacionais, sob a direção do Dr. Virgil Salera. Todos estes cursos foram tomados em nível de post-graduação universitária, que deram direito ao Sr. Benchimol a receber, no campo especializado da Economia, o seu título de Mestre.”

(a) J. Marvin Peterson, Vice-Presidente e Diretor de Pesquisa do Banco da Reserva Federal de Mineápolis.

7. “O Sr. Samuel Benchimol, natural da cidade de Manaus, Brasil, serviu como professor graduado no Departamento de Línguas Românicas na Universidade de Miami, durante os anos acadêmicos de 1946/1947. Ele aqui ensinou um curso de Português, três horas por semana, enquanto de outro lado estudava em cursos de post-graduação universitária, tendo recebido, em agosto de 1947, o diploma de Mestre. O Sr. Benchimol sempre foi uma ótima pessoa neste Departamento – afável, cortês e responsável, o que lhe mereceu a estima, tanto de seus alunos como dos seus colegas professores”.

(a) Wm. Marion Miller, Professor de Línguas Românicas e Conselheiro de Estudantes Estrangeiros.

8. “Durante o ano em que o Sr. Samuel Benchimol esteve na Universidade de Miami, deixou uma duradoura impressão em todos aqueles que conviveram com ele, em virtude de sua camaradagem e habilidade, tanto como estudante como professor na sua classe de Português. E assim posso recomendá-lo como capaz, em virtude de sua personalidade, habilidade intelectual e conhecimento”.

(a) Glenn Barr, Professor de  
Espanhol – Departamento de Línguas Românicas.

## 5 O doutorado e o magistério na minha primeira “alma mater”

### 5.1 “Ciclos de negócios e estabilidade econômica”

No verão de 1947, ao terminar o curso de pós-graduação em “Miami University” e receber o título de Mestre em Ciências Econômicas e Sociais, tive de enfrentar um terrível dilema: continuar os meus estudos para obtenção do Ph.D (“Philosophiae Doctor”)<sup>1</sup> ou regressar a Manaus. A primeira hipótese me fascinava do ponto de vista acadêmico, pois, com base nos “kudos” e recomendações dos meus professores Read Bain, J.M. Peterson, W. F. Cotrell, Alvin Hansen, Virgil Salera, e do emérito sociólogo Emory Bogardus, da Universidade de Califórnia, que havia publicado na conceituada revista “Sociology and Social Research” um trabalho de pesquisa de minha autoria, intitulado “Sociology in Brazil and in the United States: A Comparativo Study” – não me fora difícil obter uma bolsa de estudos para o doutorado. Concedeu-me a Universidade de Syracuse, em New York, com a duração de quatro semestres e dois verões, além de minha nomeação para ensinar literatura brasileira, como professor assistente, com uma carga de seis horas semanais. Com isso, simultaneamente obteria os créditos necessários para o Ph.D em Ciências Políticas, na “Maxwell School of Public Affairs”, ou o Ph.D em Ciências Sociais, na mesma “Syracuse University”.

Pensei maduramente nesta alternativa que iria coroar a minha carreira universitária e confesso que me atormenti ao pensar que, após o Ph.D e os quase quatro anos de vivência nos Estados Unidos, poderia vir a perder as minhas raízes e a minha “querência”, como ocorria frequentemente entre os pós-graduados brasileiros de minhas relações, que acabaram definitivamente radicados nos Estados Unidos.

Tive sonhos e pesadelos naquelas noites de verão, mas bati o martelo na decisão após muito pensar; resolvi voltar à casa paterna e construir, com o que já havia aprendido e com a experiência adquirida, o meu projeto de vida em Manaus, no campo da pesquisa e do ensino universitário.

Em aqui chegando, sofri o primeiro choque. Licenciado da cadeira de Economia Política e História Econômica e Administrativa do Brasil, da Escola Solon de Lucena, onde ensinara há mais de três anos e da qual me afastara para fazer o curso de pós-graduação no exterior – com permissão do presidente da República, conforme ato publicado no “Diário Oficial do Amazonas”, edição de 14/9/1946 – apresentei-me na prefeitura para reassumir a minha função. O prefeito simplesmente informou-me que eu havia sido demitido, e no meu lugar já se encontrava um colega meu, “mais necessitado”; e se quisesse poderia recorrer ao Judiciário. Nesse dia tive vergonha de mim mesmo e de minha terra.

Comecei assim a minha “via-crúcis”, andando de Seca a Meca à procura de oportunidades que não surgiam. Na minha velha faculdade de Direito, única escola superior então existente, era impossível entrar, pois os quadros dos professores não se renovavam e o sistema de admissão era feudal e oligárquico. Mesmo assim lá fui bater às portas, para receber, como esperava, o famoso e decepcionante “vamos aguardar uma vaga ou oportunidade”. A única chance futura seria a abertura

dos concursos para professor catedrático, sempre adiados para que se cristalizassem situações já estabelecidas, o que era, aliás, comum em todo o País, nas faculdades de minha geração. Desculpei-me dizendo que não tinha a paciência de Jó para aguardar outros sete anos...

Escrevi, então, a quase todas as universidades brasileiras e faculdades isoladas de quase todos os Estados, oferecendo os meus préstimos e remetendo-lhes o meu “curriculum vitae” e os meus títulos. Nenhuma delas me respondeu. Apenas o diretor de uma delas, através de um amigo meu do Sul, mandou-me perguntar o que era “Master”, pois no seu dicionário de inglês a palavra significava Patrão e Senhor, o que não tinha nenhuma serventia para o ensino...

A profissão de advogado não me seduzia. Já havia tentado antes a iniciação, após o bacharelado, mas sem sucesso, pois não estava vocacionado para ela e as grandes e ilustres figuras de juristas do meu tempo pontificavam pelo saber e experiência. Era preciso ter persistência, paciência e vontade de luta para nela mourejar anos a fio, até a chegada do dia “D” e da hora “H” do sucesso, como muitos de meus contemporâneos o fizeram e tiveram o merecido êxito.

Tentei a política e ingressei nas fileiras do PSD para disputar as eleições como candidato a deputado estadual. Na hora da Convenção do Partido, havia mais candidatos do que vagas, e eu acabei sobrando. O tuxaua Álvaro Maia, que foi durante décadas o líder político do PSD amazonense, tentou resolver o impasse telefonando ao seu compadre e adversário político Manuel Severiano Nunes, outro grande líder político da UDN, para solicitar uma vaga para um pessedista no meio do udenismo baré. “Virei casaca” e me tornei udenista para disputar as eleições. Inexperiente e “brabo”, as velhas raposas do pessedismo e udenismo aconselharam-me à prática da “dobradinha” eleitoral. Aliei-me, então, para a conquista do voto, ao meu amigo Abdul de Sá Peixoto, candidato a deputado federal. Descobri, logo após, que esse tipo de conchavo não funcionava; os candidatos a deputados federal faziam as suas “dobradinhas” com dúzias de aspirantes a deputado estadual e vice-versa.

Passei a receber a visita dos “cabos eleitorais” donos de “currais de eleitores”, que prometiam os “camburões de votos” do interior, porém a troco de muito dinheiro. Eu era um típico candidato sem recursos, por isso adotei uma estratégia escoteira: saí de porta em porta distribuindo o meu “manifesto político”, no qual incluí, é claro, o meu “curriculum vitae”, na vã ilusão acadêmica de que título científico pudesse ganhar eleição. O resultado foi que, com a distribuição do panfleto eleitoral e do endereço do meu escritório, os eleitores começaram a chegar, não para manifestar apoio e adesão, mas para negociar o voto por um par de sapatos, um corte de fazenda, o aviamento de uma receita médica, o emprego de um filho, e tantos outros expedientes que os políticos experimentados bem conheciam de antemão. Confesso que cheguei a atender a alguns pedidos, mas a avalanche de eleitores não parava e a minha capacidade de endividamento se esgotara. Mudei de estratégia, passando a buscar no comício em praça pública o voto do eleitorado, através da oratória universitária, sem demagogia e sem azaques. Porém os candidatos eram muitos e a grande tribuna estava reservada aos figurões do partido no horário nobre, ficando para os outros apenas uma ponta, limitada no tempo e deslocada para locais sem audiência. A minha condição de trânsfuga, de adesista de última hora ao udenismo e o meu estilo, não me credenciavam nem no partido nem às massas e nem junto à claqué organizada dos aplausos pagos e arregimentados pelos cabos eleitorais dos candidatos. De forma que, desiludido, esperei o resultado das umas, certo da derrota que chegou. Obtive uns cem votos e encerrei a carreira política, antes sequer de iniciá-la.

Chegado a esse impasse, a única alternativa de sobrevivência foi-me oferecida por meu pai. Iria trabalhar ativamente na firma de representações que havia fundado e da qual fazia parte apenas nominalmente, ajudando um irmão mais velho. E assim comecei o meu aprendizado na longa carreira de empresário, que haveria de marcar profundamente o meu destino.

Foram anos difíceis de labor comercial. Como propagandista de produtos farmacêuticos visitei hospitais e consultórios tentando impingir drogas aos médicos e às farmácias; fui praticante, vendedor, correspondente, caixa trapicheiro de minha própria organização, até alcançar a gerência e montar uma estrutura empresarial de porte, após muitos anos de cotidiana e persistente atividade.

Rememoro este quadro para traçar o retrato e o perfil da luta de minha geração. Centenas de jovens como eu sofreram as limitações da sociedade amazônica, a ausência de oportunidades e de perspectivas, muitos deles emigrando para o Sul do País definitivamente. São os nossos **exilarcas**, como os denominei certa vez. Fui o único bacharel da turma Clóvis Bevilacqua que ficou na terra para contar a história. Apesar disso, e do trauma inicial por que passei, pela mudança de imagem e pelo desencontro com a minha verdadeira vocação, permaneci fiel no meu subconsciente, à espera da oportunidade para me realizar como pesquisador e docente.

Esta oportunidade surgiria sete anos mais tarde quando a minha primeira Alma-Mater, a velha Faculdade de Direito da praça dos Remédios, abriu o concurso para a cátedra de Economia Política. Durante um ano trabalhei arduamente na minha tese, estudando de noite à luz de um lampião a querosene com a ajuda e compreensão de minha esposa Mery, pois naquele tempo nem o famoso cabo C da “Manaus Tramways Light and Power” conseguia mais espantar a escuridão da cidade. Seria um concurso disputadíssimo, pois tinha pela frente, como concorrente, o meu nobre colega José Lindoso, hoje um dos mais ilustres senadores da República, de rara inteligência e argúcia intelectual, e de cuja amizade sempre desfrutei desde os bancos escolares do velho ginásio e das tertúlias do Grêmio Humberto de Campos.

A Faculdade de Direito, pelo seu corpo docente, discente e administrativo, na expectativa do entrevero acadêmico, dividiu-se logo em dois partidos, cada um exaltando as virtudes e qualidades de seu candidato; atuavam como forças de pressão e persuasão, inclusive junto à própria banca examinadora. Como candidato à cátedra, eu era um homem tranquilo, pois a minha longa-preparação acadêmica, o meu mestrado, os trabalhos de pesquisa publicados, a minha familiarização com a mais moderna bibliografia econômica, e, sobretudo, a minha tese me conferiam uma relativa superioridade. Temia, porém, a ordália da banca inquisidora, os “coimbrões”, a longa prova escrita de seis horas de duração, com ponto sorteado na hora, a defesa e o debate da tese, e, ao final, a prova didática dos 50 minutos “improrrogáveis e irredutíveis”.

A despeito das pressões e contrapressões, da guerra de nervos, e de todo o clima emocional que nos envolvia, a todos nós candidatos, examinadores, professores e alunos, consegui a cátedra, o que, em grande parte, devo à integridade dos professores cearenses Antônio Martins Filho, Magdaleno Girão Barroso e João Perboyre e Silva, da Faculdade de Direito do Ceará, e ao diretor da nossa faculdade, o saudoso professor emérito dr. Análio de Rezende, que bem souberam conduzir o concurso. Ao final, tudo terminou bem, pois o prof. José Lindoso obteve a livre docência e o grau de doutor, passando a lecionar a cátedra de Direito Civil, para o qual estava vocacionado, tendo nela se

realizado como um dos grandes juristas e civilistas de minha geração; dela se licenciaria depois, para o exercício da mais alta função de senador da República, onde atua com a sua indiscutível liderança.

O doutoramento na minha **Alma-Mater** e a cátedra iriam me proporcionar a concretização do grande ideal que acalentava desde jovem, e para o qual tanto me preparara: realizar-me como professor e pesquisador para transmitir aos mais jovens a experiência do meu magistério e contribuir com os meus trabalhos acadêmicos para o estudo e a análise da problemática amazônica, objetos de minha dedicação nestes últimos vinte e cinco anos, tanto no setor público quanto no setor empresarial.

A minha Tese de Doutorado, **Ciclos de Negócios e Estabilidade Econômica – Contribuição ao Estudo da Conjuntura**, escrita em 1953 e publicada em 1954, refletia naquela altura o pensamento e a preocupação dos meios acadêmicos e universitários e sobre os problemas agudos de antes e de pós-guerra mundial, caracterizados pelas variações cíclicas conjunturais que conduziam o processo econômico maniqueísta, através dos binômios prosperidade-depressão, pleno emprego-desemprego, inflação-deflação. O tema era essencialmente polêmico e controverso, porém, fascinante. E não apenas fascinante, sobretudo, atual. Atualidade que ainda se projeta nos dias correntes sob denominações e terminologias diversas do economês moderno: estudos dos problemas de desenvolvimento e subdesenvolvimento, com ou sem inflação; dos problemas de aceleração das taxas de crescimento do produto e da renda nacional; da distribuição da renda; das relações de troca e do confronto entre os países do primeiro mundo desenvolvido e os do quinto mundo **lumpen**-desenvolvido; da estagnaflação e da estabilidade dinâmica; dos desequilíbrios do balanço de pagamentos e do endividamento externo; da “serpente monetária” e das taxas de desvalorização do câmbio; dos modelos e das estratégias de planejamento e das políticas fiscais dos governos, que constituem, hoje, os principais focos da atenção e dos debates entre economistas, sociólogos, ecólogos, políticos e administradores.

A tese, ao seu tempo, foi pioneira no Brasil ao divulgar as principais correntes do pensamento teórico e doutrinário nos centros mundiais de pesquisa econômica. Ainda hoje conserva uma fração de atualidade após o decurso de mais de duas décadas. Por esse motivo, parte dela é transcrita a seguir, limitando-me ao prefácio, à ocorrência do fenômeno, estabilização e planejamento e conclusões finais.

### **Prefácio**

O estudo das variações e flutuações cíclicas da economia de um modo geral, e dos negócios em particular, com suas fases de expansão e contração, desde os meados do século passado tem sido uma constante nas investigações e pesquisas econômicas, sociais e políticas. Economistas, sociólogos, políticos e legisladores vêm procurando conhecer as causas e origens do fenômeno conjuntural e encontrar as soluções para esse complexo problema que tantos transtornos e perturbações acarretam à vida dos povos.

A despeito da pletora dos conhecimentos teóricos acumulados, e das soluções empíricas apontadas, infelizmente, no Brasil, poucos e precários tem sido os estudos sobre a conjuntura, inclusive mesmo traduções dos autores ingleses, franceses e americanos que, abundantemente, versam o problema. Talvez que a falta de maiores estudos do fenômeno conjuntural e de sua ocorrência na economia brasileira se explique, em parte, pelas condições de nossa própria economia, somente agora

evoluindo do sistema quase colonial pré-capitalista para a fase atual do complexo sistema industrial tecnológico urbano, mais característico do fenômeno. Evolução e transição que estamos fazendo sob o peso de mil e um desajustamentos.

Tal escassez de investigações, contudo, vem sendo agora parcialmente corrigida pelos esforços pioneiros da equipe de economistas do Centro de Análise da Conjuntura do Instituto Brasileiro de Economia, através dos seus estudos sobre a marcha e a evolução dos negócios; dos esforços da equipe de estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; do Ministério do Trabalho; e do próprio Serviço de Estatística do Ministério da Fazenda. A despeito da reconhecida insuficiência e precariedade, os dados obtidos já podem servir de base para o desenvolvimento das pesquisas conjunturais em nosso meio. Contudo, prevalece ainda o quase vazio das investigações e especulações teóricas, por parte de economistas e sociólogos, nesse novo campo da ciência econômica e social, de tão larga responsabilidade, repercussão e importância.

Longe de nós a vaidade ou presunção de preencher esse quase vazio dos estudos teóricos da conjuntura em nosso meio. Este trabalho, que apresentamos e submetemos em cumprimento parcial das exigências de habilitação ao concurso da cadeira de Economia Política da Faculdade de Direito do Amazonas, é uma simples e despretensiosa contribuição ao estudo do fenômeno e dos problemas da conjuntura e da estabilidade econômica. Em redor dos mesmos giram inúmeras questões e controvérsias: Onde e como apareceram, e por que se desenvolveram as primeiras variações cíclicas? Quais os padrões de comportamento descidos nas suas diversas fases? Existe alguma relação de periodicidade, recorrência e duração que se possa prever e medir? Quais as causas originárias dos ciclos de negócios e como os teoristas formularam as suas hipóteses? A conjuntura é ou não suscetível de previsão e controle? Na afirmativa, quais os métodos empregados e soluções atualmente praticadas? A estabilidade e o planejamento econômico poderão ser atingidos dentro da realidade conjuntural, ou existe entre eles flagrante contradição?

Tentaremos responder a algumas dessas questões no decurso desta Tese. Assim, na Parte I, dedicada ao ciclo de negócios, buscaremos analisar a ocorrência do fenômeno conjuntural; as origens do seu desenvolvimento e projeção histórica; o comportamento dos padrões cíclicos nas suas fases mais características; sua possível duração e periodicidade; e, por fim, expor e discutir as teorias que se propõem a explicar as suas origens e ocorrências. Na Parte II, dedicada ao problema da estabilidade econômica, nos propomos a estudar os métodos de previsão cíclica como base para a aplicação de medidas estabilizadoras; a percorrer as soluções apontadas pelos diversos autores e os resultados da experiência já obtida através do emprego da política monetária, bancária e fiscal de controle cíclico; a analisar as deficiências atuais e a necessidade de medidas complementares, com ênfase especial nas medidas de caráter social e nos aspectos internacionais, através do planejamento da atividade econômica. A parte final é dedicada à apresentação do resumo das conclusões obtidas e sugestões oferecidas para enfrentar as violentas flutuações cíclicas, objetivando uma economia menos instável e mais satisfatória.

Talvez que o programa que nos propomos a realizar seja por demais amplo e ambicioso, em face das nossas dificuldades e limitações. No entanto, desejamos frisar, repetindo, que este trabalho não passa de uma simples contribuição, e, como tal, é submetido a exame. A amplitude de nosso

esquema foi traçada apenas pela necessidade lógica de abordarmos, embora superficialmente, os pontos e áreas mais indispensáveis para a discussão da matéria.

De outro lado, gostaríamos de acentuar que também não temos a veleidade de apresentar um trabalho original. O tema é por demais conhecido e a literatura monográfica e geral por demais extensa. Esta só pode ser coberta muito parcialmente, como se vê pelas referências bibliográficas, e assim mesmo baseada, na maioria das vezes, em trabalhos de economistas ingleses e norte-americanos, aos quais tivemos direto acesso.

Cumpre-nos referir, nesta oportunidade, que o contacto e a familiarização com este fascinante tema no campo da ciência econômica nos foram inicialmente proporcionados quando ainda éramos estudante de ciências sociais e econômicas em “Miami University”, Oxford, Ohio, U.S.A., durante os anos de 1946/47. Sobretudo nos cursos de História do Pensamento Econômico e de Problemas Econômicos Atuais, de J. M. Peterson; de Comércio Exterior e Problemas Econômicos Internacionais, de Virgil Salera; de Aspectos Sociais da Indústria, de W. F. Cottrell; e nos cursos de Sociologia, de Read Bain. Queremos aqui deixar registrados os nossos agradecimentos a esses professores de “Miami University”, entre os quais devemos incluir o nome do nosso particular amigo Prof. Glenn Barr, pelas facilidades que todos nos proporcionaram naquela altura, e em particular pela cooperação recebida agora, da crítica construtiva aos esboços deste trabalho, sugestões oferecidas sobre a seleção da parte bibliográfica, e remessa de documentos e livros ofertados. Registramos também o nosso reconhecimento ao “Cleveland Trust Company”, de Cleveland, Ohio, pela colaboração e cortesia demonstrada no oferecimento do gráfico da atividade cíclica dos negócios nos Estados Unidos, que ilustra este trabalho.

### **Ocorrência do fenômeno**

O fazendeiro Florentino da Silveira Frade e outros, da Ilha Grande de Joanes (atual Ilha de Marajó), citado por Jorge Hurley, numa longa reclamação ao Capitão-General Magalhães de Meneses, no ano de 1808, retratavam pitorescamente a situação que estavam vivendo, queixando-se de que “anteriormente compravam uma légua de terra por cem mil réis; que nestes últimos tempos os vaqueiros libertos se contentavam com mil réis de salário por mês, e hoje não servem por menos de dois mil réis e dois mil e quatrocentos. Comprava-se um freio por oitocentos réis e hoje nenhum custa menos de mil e duzentos e oitenta para cima”, e o petítório assim termina:

“Mas hoje que não temos esperanças de tornar a volver à barateza das cousas nem à liberdade das carnes, que nos resta para podermos subsistir, senão aumentar com a possível moderação o preço do nosso Gado?”<sup>2</sup>

Anteriormente a esse estado de “última decadência que a V. Ex<sup>a</sup>. não será oculto”, situações idênticas tinham sido observadas, por outros autores, na região amazônica. Em 1751, o Governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado, citado por João Lúcio de Azevedo, informava à Corte que o Grão-Pará “se achava reduzido à extrema miséria. Todos os seus moradores estão na última consternação; são poucos os que ainda cultivam alguns gêneros. A maior parte conserva algum índio escravo, para lhe ir buscar ao rio, ou ao mato, o miserável sustento quotidiano com que passam pobrissimamente”.<sup>3</sup>

No Nordeste, Frei Vicente de Salvador, na sua História do Brasil, de 1627, em citação de Roberto Simonsen, por sua vez retratou bem outra face da conjuntura no ciclo do açúcar:

“Agora já há... na Bahia, cinquenta engenhos, em Pernambuco cento, em Itamaracá dezoito ou vinte, e na Parahiba outros tantos; mas que aproveita fazer-se tanto açúcar **si a copia lhe tira o valor** (o grifo é nosso) e dão tão pouco preço por elle que nem o custo se tira?”<sup>4</sup>

Alguns séculos mais tarde, no Estado do Amazonas, no início do “boom” do ciclo da borracha, o Governador Eduardo Ribeiro, citado por Agnelo Bittencourt, em mensagem do ano de 1895, historia maravilhado a evolução da receita do Estado:

“De uma receita arrecadada de Rs. 2.243:270\$000 em 1890, chegamos em 1895, apenas cinco anos de diferença a uma de Rs. 10.263:579\$955. Vê-se, pois, que, de 1892 até 31 de dezembro último (1895) foi recolhido ao Thezouro, como receita, a importante soma de Rs. 33.873:087\$707”.

E termina com um exagerado otimismo, próprio da psicologia dos “booms”:

“Não exagero em dizer-vos que as fontes de receita deste Estado são inesgotáveis.”<sup>5</sup>

Decorridos 60 anos dessa boa conjuntura, as mesmas fontes de receita inesgotáveis do Estado do Amazonas foram substituídas pelas despesas colossais e “déficits”. O atual orçamento do Estado prevê, para o ano de 1954, uma arrecadação de Cr\$ 126.685.000,00, para uma despesa fixada de Cr\$ 239.226.432,40, refletindo a grave conjuntura que estamos vivendo.<sup>6</sup>

Outro aspecto das variadas formas de ocorrências do fenômeno, entre nós, no momento atual, está bem ilustrado, na recente exposição do atual Ministro da Fazenda perante a Câmara dos Deputados:

“Nesses três meses fui forçado, por circunstâncias independentes de minha vontade, a emitir 500 milhões de cruzeiros, quatro dias após assumir as minhas funções, a fim de atender às requisições urgentes da Superintendência da Moeda e Crédito, e em agosto mais 500 milhões.”<sup>7</sup>

Enquanto esses depoimentos sobre as variações e mutações econômicas, com todo o seu complexo sistema de aparições, combinações e exteriorizações se sucedem no Brasil, outros também foram registrados nas economias de outros povos e nações que talvez tenham experimentado as suas consequências mais largamente e até com mais intensidade e intermitência. Vejamos alguns deles, pelas palavras dos observadores da época, reproduzidas por A. Hansen:

“Em dezembro de 1722, o Governador da Pensilvânia escrevia aos seus superiores na Inglaterra: “Os fazendeiros trazem os seus produtos para o mercado, porém não existe dinheiro para comprá-los. Os construtores navais e carpinteiros estão morrendo de fome por falta de emprego, e sinto que a nossa exportação diminuiu muito. Os juros do dinheiro estão altos... e todos estamos apreensivos de cair em dívidas.”<sup>8</sup>

James Logan, um comerciante de Filadélfia, no mesmo ano de 1722, retratou bem a depressão do mercado local ao escrever:

“Eu recebi cerca de um terço dos pagamentos por desconto, porém nenhum tostão em dinheiro e o resto levará muito tempo, pois o comércio deste lugar está afundado.”<sup>9</sup>

Mais de duzentos anos decorridos, e essa falta de emprego, reclamada por esse Governador da Pensilvânia, foi dramatizada na Grande Depressão de 1929/ 32, nos Estados Unidos, pela revelação das estatísticas:

“O número de desempregados estimado em 5 milhões no verão de 1931, subiu para 10 milhões em 1932... Outras estimativas conservadoras do desemprego, durante a grande depressão, foram até maiores, variando de 10 a 15 milhões”.<sup>10</sup>

Neste ínterim, a renda nacional dos Estados Unidos, que em 1933 foi de 40 bilhões de dólares, subiu para 225 bilhões em 1948 e 285 bilhões no ano de 1953. Essa variação de renda e da conjuntura nos Estados Unidos, em virtude de sua preponderância da economia mundial, resulta não somente em profundas repercussões internas, mas também afeta a conjuntura dos demais povos. Daí a imagem pitoresca do Chanceler Butler, do Erário Britânico, feita numa recente reunião dos Ministros da Fazenda da Comunidade das Nações Britânicas:

“O mercado do dólar é o pai, e quando o pai cai, nós também caímos”.<sup>11</sup>

“Não temos esperanças de volver à barateza das cousas”. “Estado de última decadência”. “Mas que aproveita fazer-se tanto açúcar si a lhe tira o valor?”. “As fontes de receita deste Estado são inesgotáveis”. “Déficit de Cr\$ 113 milhões”. “Fui forçado a emitir Cr\$ 500 milhões independentes de minha vontade”. “Não existe dinheiro para comprar os produtos”. “Os juros estão altos”. “Não recebi nenhum tostão em dinheiro”. “Os carpinteiros estão morrendo de fome”. “O número de desempregados subiu para 10 milhões”. “Renda nacional de 285 bilhões”. “O mercado do dólar é o pai”. “Os preços estão pela hora da morte”.

Todas as expressões e depoimentos acima se referem, consciente ou inconscientemente, a situações econômicas que, periodicamente, afetam a estrutura econômica dos povos. Elas representam e definem, na sua forma mais simples, as variações, mutações e perturbações no ritmo das atividades econômicas, de ocorrência universal. E podem ser consideradas tão antigas quanto à própria história humana.

### **Estabilização e planejamento**

Nenhuma política de estabilização poderá ser efetivamente praticada partindo de medidas ou pontos de vista isolados ou independentes. Medidas anticíclicas de caráter monetário, fiscal, econômico-social ou internacional constituem aspectos e soluções parciais, mas não podem, independentemente, servir de denominador comum, sobre o qual se possa estruturar a estabilidade econômica visada.

Uma política restritiva de crédito, em caso de inflação, terá que ser sincronizada com redução nos gastos e despesas públicas, controle de preços e salários, incidência de impostos, etc., de acordo com a conjuntura interna ou externa. As crises não podem ser superadas somente com uma política de dinheiro barato, mas através de medidas colaterais e complementares de incentivos aos investimentos privados e públicos, diminuição de impostos, aumento do nível de emprego e consumo, seguro social, etc.

A estratégia anticonjuntural estabilizadora exige uma mobilização coordenada dos melhores recursos disponíveis. Se tais recursos, no entanto, tiverem que ser mobilizados durante certa fase

cíclica da prosperidade ou depressão, mais lógico será que os mesmos sejam planejados em base permanente para oportuna aplicação e emprego, ou mesmo ainda suplementando a ação privada naquelas áreas de maior responsabilidade, durante todo o percurso cíclico.

Dáí ter surgido a necessidade dos planejamentos econômicos, cujo emprego vem hoje sendo sugerido e executado pelos países de economia privada, semiprivada, pública ou semipública. Aliás, neste particular, difícil é traçar a fronteira entre os interesses privados e os interesses públicos, pois os mesmos tendem a convergir as suas rotas e seus campos de ação. Tanto nos primeiros, quanto nos últimos, os planejamentos econômicos visam não somente proporcionar uma melhor e mais eficiente utilização e desenvolvimento dos recursos naturais e humanos, mas também assegurar um campo mais seguro e menos instável para a aplicação das iniciativas e investimentos sob a liderança do programa tecnológico.

Mitchell, que desempenhou importante papel no Comitê de Planejamento Nacional criado por Franklin Roosevelt em 1933, analisou a função planejadora e concluiu que na vida de uma nação o planejamento desempenha o mesmo papel que o pensamento representa para o indivíduo. E acrescenta:<sup>12</sup>

“A sabedoria está não em fazer oposição aos planejamentos nacionais, mas sim, em torná-los mais inteligentes. Quanto mais de perto se sente a enormidade desta tarefa e mais agudamente se observa o mal feito por planejamentos inadequados, mais rapidamente se sente a necessidade de promover planejamentos inteligentes: porque planejamentos nacionais de alguma ou diversas maneiras haveremos que ter, seguramente, no futuro”.

Alguns autores, no entanto, temem que tal política estabilizadora, do desenvolvimento econômico ordenado, seja precursora ou conduza à extinção do sistema econômico capitalista privado, através da burocratização e centralização dos organismos executores dos planos. Schumpeter, entre eles, chegou a afirmar que existe uma flagrante contradição entre o capitalismo e estabilidade econômica.<sup>13</sup> Entretanto, o seu raciocínio compreendia a estabilização como uma posição estática de cristalização da atividade econômica, na qual os inovadores não pudessem desempenhar o seu importante papel.

François Simiand, citado por Estey, analisando este problema por outro ângulo, chegou à conclusão de que o fenômeno conjuntural era essencial ao progresso, pois a subida dos preços fazia aumentar a atividade econômica, sob o estímulo dos lucros, e a queda dos preços fazia aumentar o poder inventivo sob o estímulo das perdas.<sup>14</sup>

James Estey também adota, em parte, este ponto ao afirmar que os ciclos de negócios representam o preço que pagamos pelo progresso, e a estabilidade econômica não seria mais do que um conflito de ordem fundamental entre o progresso e a segurança.<sup>15</sup>

Já Hansen encara o problema da estabilização por intermédio dos investimentos públicos bem planejados, sem afetar a estrutura do capitalismo privado. Tais investimentos públicos, de caráter marginal, fariam aumentar as oportunidades dos investimentos privados, pela criação de condições básicas, no campo das obras e serviços públicos que estimulassem o seu florescimento. Na sua opinião, esses investimentos não excluiriam completamente o fenômeno conjuntural, mas o atenuariam grandemente, quando aplicados adequadamente e com oportunidade.<sup>16</sup>

Keynes participa também deste ponto de vista ao concluir com muita propriedade: “O remédio para os ciclos de negócios não pode ser encontrado na abolição da prosperidade, fazendo-nos viver permanentemente em uma quase depressão, mas em abolir a depressão, fazendo-nos viver permanentemente em uma quase prosperidade”.<sup>17</sup>

A opinião desses autores indica, sem dúvida, pontos de vista controversos, porém refletem mais a opinião pessoal, tomada pela análise de um determinado ângulo do problema da conjuntura e de suas soluções, do que propriamente um conflito de natureza ampla e fundamental no complexo conjuntura-estabilidade.

Tal controvérsia torna-se assim, quando reduzida às suas devidas proporções, mais aparente do que real, muito embora tenda a ser fixada e estereotipada, ainda por algum tempo, sob o peso de ideias, preconceitos e imagens cristalizadas no passado.

O complexo estabilizador não pode excluir as forças ativas e dinâmicas que operam no circuito dos negócios, uma vez que continuam fazendo parte integrante do mesmo. O avanço tecnológico, a expansão dos mercados, o aumento de população, as invenções e inovações, em qualquer tipo de economia dinâmica, qualquer que seja a estrutura política adotada, servem de elementos propulsores e de expansão.

De outro lado, o complexo conjuntural, com as suas oscilações e variações, não exclui as forças econômicas estabilizadoras. Os hábitos conservadores, a poupança, os investimentos, os impostos, o crédito bancário e o volume do meio circulante podem exercer uma importante função estabilizadora.

Não há, portanto, porque associar conjuntura com progresso efêmero, ou estabilidade com estagnação secular. Nem a conjuntura exclui a possibilidade de ser alcançada a estabilidade econômica nem o processo de estabilização implica numa economia sem conjuntura.

A posição mais acertada seria assim aquela em que se procurasse conhecer de perto os elementos perturbadores e anormais do processo cíclico, buscando corrigi-los, através de uma inteligente política estabilizadora. Política estabilizadora que necessariamente deverá incluir o hábil planejamento da atividade econômica, visando ao melhor aproveitamento e desenvolvimento dos recursos naturais e humanos, tanto no plano nacional quanto no internacional.

## **Conclusões**

1. O fenômeno das oscilações e variações na atividade econômica é de ordem universal e a sua ocorrência parece ser tão antiga quanto à própria história humana. Contudo, o fenômeno propriamente conjuntural ou cíclico, como o conhecemos na forma atual – operando continuamente no circuito dos negócios, expandindo ou contraindo a atividade econômica, a intervalos mais ou menos regulares – desenvolveu-se a partir dos fins da Idade Média com a expansão do capitalismo, e, sobretudo a partir do surto da chamada Revolução Industrial, no século XVIII.

2. A instabilidade econômica do processo conjuntural foi acelerada pela dilatação dos mercados, formação dos centros comerciais e urbanos, difusão da rede bancária, melhoramento dos meios de transporte e comunicação, alargamento e aprofundamento dos investimentos, a médio e longo prazo, aumento da população, progresso tecnológico, etc., característicos do processo da

evolução capitalista. O fenômeno conjuntural assim alargou-se e alastrou-se à medida que o processo da evolução capitalista se foi estendendo e ampliando.

3. Sem nos colocarmos na posição inflexível daqueles que formulam modelos econométricos ou periodogramas rígidos para interpretar as variações conjunturais, aceitamos o pressuposto de que os ciclos de negócios, numa economia de livre empresa, se desenrolam em períodos mais ou menos regulares, compreendendo, na fase expansionista: a recuperação e a prosperidade; e, na fase de contração: o recesso e a depressão.

4. A duração de cada fase cíclica depende da origem, intensidade e variedade das forças de expansão ou contração, operando na atividade econômica. Muito embora diversos autores tenham tentado dar uma uniformidade e regularidade quase matemática a essas oscilações, através do estudo quantitativo das séries estatísticas, torna-se difícil, senão impossível, precisar com rigor aritmético a ocorrência, duração e periodicidade cíclica. Todavia, e apesar desta limitação, achamos viável a hipótese avançada por Schumpeter sobre a existência de ciclos de longa, média e curta duração, operando concomitantemente, sem, entretanto aceitar qualquer rigidez de prazos e períodos.

5. As teorias do fenômeno conjuntural têm sido constituídas em redor dos fatores exógenos, ou externos, e endógenos, ou internos. Entre os fatores exógenos, procedentes de fora do sistema econômico propriamente dito, as guerras, o clima, as catástrofes, os movimentos migratórios, as inovações são os que mais vêm sendo destacados. Entre os endógenos, que se originam dentro do circuito dos negócios, os investimentos, a poupança, o consumo, a taxa de juros, o crédito e os fatores psicológicos gozam de mais estima. No entanto, qualquer relação causal ou formulação teórica não poderá se basear em fatores isolados, face à complexidade e interdependência das forças em ação, e sim, na análise particular das forças preponderantes sem nenhuma referência à sua procedência ou filiação. Essa análise indica a existência de uma relativa individualidade, variando no tempo e no espaço, de acordo com as circunstâncias peculiares da manifestação conjuntural. A despeito, entretanto, dessa limitação, certo grau de homogeneidade pode ser encontrado; daí aceitarmos a observação de Pigou de que, embora os ciclos não sejam gêmeos, pertencem à mesma família.

Partindo dessa posição, concluímos que o problema teórico da interpretação da conjuntura não pode ser explicado através de ângulos ou aspectos unilaterais. Raízes mais profundas terão que ser buscadas dentro de um esquema institucionalista-sociológico. Essa posição implicaria na abertura de um novo campo teórico pelo estudo do fenômeno conjuntural, não somente como um fenômeno econômico, mas, sobretudo, como um fenômeno de ordem social, de natureza ampla, funcionalmente interdependente e interrelacionado com os demais.

6. Qualquer medida estabilizadora para controlar as oscilações cíclicas depende em grande parte da identificação e conhecimento antecipado dos fatores anormais e perturbadores do processo econômico, a fim de ser perfeitamente sincronizada com a marcha e evolução dos negócios. Tal identificação, hoje em dia, já é relativamente possível face ao desenvolvimento dos métodos de análise e de previsão da conjuntura.

Nenhum dos métodos baseados na simples observação do comportamento de uma ou mais séries estatísticas e de seus índices pode oferecer base segura de previsão. O método do prof. Bratt, da Universidade de Lehigh, reúne maiores possibilidades de êxito, uma vez que procura agrupar o maior número possível de observações, através da análise das séries e dos “indicadores barométricos” para

serem pesados, verificados e comparados face ao desenvolvimento atual da conjuntura e tendo em vista a sua projeção no futuro.

Apesar dos erros e sucessos já obtidos, nenhum método poderá levar a uma absoluta certeza e segurança nas previsões cíclicas, principalmente naquelas economias onde os preços e os investimentos estiverem em função da expectativa dos mercados.

7. Diante das graves consequências sociais e econômicas que a variação súbita da conjuntura pode determinar, através das crises, desemprego, especulação, etc., tornou-se necessária e imperiosa a prática de uma política econômica anticíclica. Tal política tem como objetivo a atenuação das variações conjunturais, prolongando ao máximo os períodos de prosperidade e expansão, e reduzindo ao mínimo possível os intervalos recessivos e depressivos.

As medidas anticonjunturais até hoje ensaiadas, quer no domínio monetário/ bancário, quer no domínio fiscal, por si só são insuficientes e incompletas. Essas medidas terão que ser suplementadas e completadas com outras de caráter social e reforçadas por uma política anticíclica de caráter internacional, através de uma íntima cooperação entre os países, visando a uma estabilização econômica geral.

8. Uma política de estabilização econômica exige a mobilização coordenada e eficiente dos recursos naturais e humanos. Tal mobilização implica na necessidade de ordenação da atividade econômica, mediante planejamentos inteligentes que objetivem assegurar um campo mais seguro e menos instável para a aplicação dos investimentos, bem como proporcionar um melhor padrão de vida e o bem-estar social.

9. A proclamada oposição entre ciclos de negócios e estabilidade econômica é mais aparente do que real. Conjuntura não é sinônimo de progresso, nem estabilidade econômica é sinônimo de estagnação. O complexo conjuntural não exclui o complexo estabilizador, nem este aquele. Tanto um como o outro, numa economia dinâmica, possuem forças estruturais e formas institucionais de expansão e estabilidade.

### **“Kudos”: homenagem aos meus “alumni”<sup>18</sup>**

O exercício do magistério na cátedra de Economia Política na minha Alma-Mater – a Faculdade de Direito do Amazonas – e na Faculdade de Ciências Econômicas, que ajudei a fundar, e onde também exerci a docência durante alguns anos, até 1962, e posteriormente na cadeira de Introdução à Economia, do Instituto de Ciências Humanas da Universidade do Amazonas, sempre me proporcionou uma indescritível satisfação.

Ao longo desses últimos vinte e cinco anos venho exercendo esse mister e esse ofício procurando dar o melhor de mim mesmo aos meus alunos, cuja convivência quotidiana renova as fontes de minha inspiração, criatividade e sentimento de fraternidade e civismo. E, se mais não fiz, foi porque me faltaram ciência, engenho e arte, porém, sempre procurei fazer o magistério com paixão e com elevado senso missionário. Com eles muito aprendi, e por eles procuro me manter atualizado no campo das ciências econômicas e sociais. Daí o caráter interdisciplinar que sempre procurei introduzir nas minhas preleções diárias e nos debates dos seminários, por força de minha formação universitária e acadêmica.

Milhares de jovens, durante esse quarto de século, têm passado pelas minhas salas de aula, e espero ter contribuído para lhes dar melhor formação profissional, através do estímulo, emulação e motivação que procuro imprimir no meu magistério. É que, desde cedo, senti que um dos mais sérios problemas do ensino universitário no Brasil é o relacionamento professor-aluno. O primeiro, exercendo a sua função em tempo parcial, em salas superlotadas, mal-remunerado e empobrecido; o segundo, assistindo às aulas como fugitivo de expedientes de repartições e de escritórios, sem tempo para ler e estudar. A ausência do Campus e do espírito universitário muito concorrem para esse estado de decadência do ensino e da aprendizagem, que nestes últimos anos, a despeito da reforma universitária, vem se agravando através da massificação do ensino, em detrimento do nível de sua qualidade.

Todavia, sempre existiram os bons alunos, aquela faixa de 10 a 20% de discentes de uma classe que se situam na linha ascendente da Curva de Gauss. A estes sempre procurei premiá-los e distingui-los com as melhores notas e com cartas de recomendação para prosseguirem os seus estudos nos cursos pós-graduados. Atento a esse objetivo, sempre fui rigoroso na fiscalização durante as provas, mas generoso, tanto quanto possível, na avaliação do desempenho escolar na época dos exames. Sobretudo procurei ser justo na aferição e correção das provas, porque o jovem, na sua pureza e no seu idealismo, não tem o direito de ser massacrado pelo arbítrio, pela injustiça ou pela neurose de ninguém. De outro lado, o professor precisa criar, na sala de aula, um relacionamento autêntico para ser respeitado e ao mesmo tempo querido pelos discentes, para que a sua autoridade provenha mais de sua ciência, de seu saber e de sua humanidade, do que do seu título e da sua posição. Aliás, neste particular, gostaria de repensar as fontes do poder, consoante a lição do prof. Jone Bensahel, que valem tanto para a função do executivo como para o exercício do magistério. Segundo ele, as bases do poder, em qualquer comunidade, seja fábrica, clube, escola, igreja, repartição ou quartel, provêm das seguintes origens:

1. Poder coercitivo (nomear, demitir, aprovar ou reprovar)
2. Poder compensatório (premiar, promover, corrigir)
3. Poder do “status” (posição, hierarquia, título)
4. Poder de experiência (tradição, vivência, carreira)
5. Poder de liderança (atitude, vanguarda, coragem)
6. Poder do prestígio (fama, desempenho, reconhecimento)
7. Poder de persuasão (convencimento, diálogo, conquista)

A dificuldade da função magisterial reside essencialmente em saber manejar esses instrumentos do poder e dosar a sua aplicação, sem perda de autoridade, respeitando a personalidade do educando de modo a desenvolver a sua capacidade crítica, analítica e dialética. Por isso tinha razão o meu velho e experiente prof. Read Bain, de “Miami University”, quando me disse que tal superprofessor não existe, tendo eu retrucado, na qualidade de estudante, que também inexistia o superaluno capaz de suportá-lo...

Esta perspectiva levou-me, desde cedo quando reconquistei o magistério depois dos longos sete anos de interrupção, frustração e espera, a criar uma metodologia própria, tanto na organização do programa do curso, como no planejamento da aula e na exposição em classe, procurando

combinar os fundamentos teóricos e doutrinários com um mergulho na vida, através do exemplo, da ilustração, da notícia e do senso de humor. Sem esquecer as sessões de seminário, nas quais os alunos lideram como expositores e debatedores sobre temas de sua livre escolha, tipo “Bull Session” (touradas) das universidades americanas, interferindo o professor apenas como moderador, para evitar que a discussão degenere em confusão e conflito.

Através dessas sessões de seminários é que o professor pode bem melhor avaliar o resultado de sua docência, o progresso, o esforço e a potencialidade do aluno. De qualquer modo, a prova escrita ou o exame periódico ainda constituem um imperativo da massificação do ensino, e temos que conviver com eles. Porém, mesmo assim, a experiência me tem ensinado que, infelizmente, o mau aluno acaba levando sempre vantagens sobre o estudante bem-dotado e cumpridor de suas obrigações acadêmicas. A começar pela “frequência”, há uma tendência muito comum para a justificação da falta dos maus alunos, que invocam diversos pretextos e súplicas para obter graciosamente a marca da presença na pagela, explorando a generosidade do mestre, enquanto que o aluno pontual tem acanhamento e inibição, e por isso a sua ausência fica sempre assinalada. Nas provas, o mau aluno inventa os “macetes” para a cola, e não é fora do comum receber do mestre um ponto a mais para alcançar a nota mínima de aprovação; ninguém se lembra, porém, de premiar o estudante excepcional, dedicado e estudioso, conferindo-lhe a nota máxima, mesmo que dela se aproxime.

Confesso que, no início do meu magistério superior, pouquíssimas vezes conferi o grau 10 aos meus estudantes, porque, naquela altura, havia muito preconceito para tanto. Era comum se ouvir dizer, não só na minha escola, mas em quase todas as faculdades do País, que a nota dez pertence ao professor e ao aluno o que sobra; era também tradicional medir a importância do mestre e seu saber pelo número de reprovações que fazia, vitimando e traumatizando os estudantes. Quando amadureci no mister, passei a adotar o conselho do meu velho prof. Bain, no tempo do meu mestrado, de que a reprovação em massa é mais um indício do mau desempenho do mestre que do aluno, e que avaliação escolar só pode ser bem medida através da Curva de Gauss, uma curva “tipo boca de sino”, cuja validade científica já foi demonstrada exaustivamente em milhares de pesquisas feitas no campo pedagógico da aferição escolar. Passei, desde então, a adotá-la, seguindo a tipologia da classificação humana do discente, porque existe sempre em qualquer sala de aula uma faixa de 10 a 20% de alunos excepcionais, que graficamente estão representados pelo início da ascensão da curva; na outra extremidade, no final da curva, descendente, por sua vez, encontra-se uma faixa de 10 a 20% de péssimos alunos, sem condições de permanência nas escolas e que vão engrossar a corrente dos profissionais medíocres e incompetentes pelo resto da vida, desajustados, infelizes, alienados pela falta de vocação, motivação e despreparo. Entre esses extremos situa-se uma grande faixa, dos 30 a 40% de alunos que se classificam como bons passando a sofríveis, e outros 30 ou 40% de sofríveis para medíocres.

Quando me convenci do acerto dessa metodologia de avaliação passei, sistematicamente, a conferir 10 para aqueles 10 a 20% de alunos que faziam as melhores provas; reprovar, ou, pelo menos, dar a nota mínima àqueles que se situavam na parte final descendente da curva; e as notas intermediárias para as provas daquela faixa de estudantes que constituem a maior parcela da classe.

Partindo dessa posição, criei a figura do futuro **Bacharel de 10**, em oposição à do **Bacharel de 5**, que se tornou popular e folclórica entre os meus alunos. Chegado a este ponto, passei a controlar a

vida de cada estudante na minha conhecida caderneta vermelha, na qual sistematicamente registrava as notas dos alunos, e a traçar no quadro-negro a Curva de Gauss do desempenho da turma após cada prova. Ao mesmo tempo, para premiar e estimular os bons alunos, institui duas Ordens de Mérito Escolar: a **Ordem dos Cobras** e a **Ordem dos Buiúços**.

Na **Ordem dos Cobras** ingressam os melhores alunos que alcançaram pelo menos as melhores notas ou uma nota máxima no período escolar, e na **Ordem dos Buiúços**, aqueles que obtiveram a máxima das máximas ou dois 10 consecutivos ou alternados. Estas duas Ordens foram instituídas há cerca de quinze anos; frequentemente recebo de meus ex-alunos radicados no Sul do País pedidos de cartas de recomendação certificando essa qualidade, e algumas universidades brasileiras já me escreveram pedindo para esclarecer o significado e a conotação dessas duas Ordens, para fins de admissão nos cursos de pós-graduação.

Através da instituição dessas Ordens de Mérito, procuro promover e incentivar a qualidade e o nível do aprendizado. A denominação quixotesca e folclórica dada a essas Ordens, a dos Cobras e a dos Buiúços, representa a versão glebáriaamazônica do velho instituto universitário europeu e norte-americano da graduação “**cum laude**”, “**magna cum laude**” e “**summa cum laude**”, que os bacharéis, mestres e doutores recebem de acordo com o seu desempenho, e constituem um galardão e prêmio para os que mais se distinguiram, além do “kudos” a que já me referi, e que significa crédito, renome, desempenho, recomendação e reconhecimento que os professores conferem aos seus melhores alunos, através de cartas de apresentação. Esses títulos, infelizmente, estão desaparecendo da tradição universitária brasileira; no passado, as faculdades laureavam os seus bacharéis. A própria tradição da conferência do “anel simbólico” está desaparecendo. O mesmo ocorre no ensino primário, onde não se ouve mais falar no famoso “dez estrelado”, que constituía a alegria dos curumins dos jardins da infância e dos adolescentes dos cursos ginásiais.

Reagindo contra essa tendência massificante, e numa tentativa de divulgá-la e popularizá-la, é que hoje, lembrando os meus bons alunos de Economia, em homenagem aos seus esforços e para conferir-lhes o “kudos” a que fizeram jus, divulgo os apontamentos de minha caderneta vermelha, completada com a consulta aos arquivos da faculdade, com os nomes daqueles que se classificaram na Ordem dos **Cobras** e dos **Buiúços**, desde o ano de 1955, quando assumi a cátedra na Faculdade de Direito. Infelizmente, o meu curto magistério na faculdade de Ciências Econômicas não me permitiu registrar esse grau a tantos alunos de talento que por lá passaram, porém ainda hoje lembro os nomes de alguns “cobrões”: Francisco Batista, Maria Helena Rocha, Juarez Levy Rabelo, Ronaldo Bonfim, Salomão Benoliel, Raimundo Figueira, Glicério Vieira, Ruy Lins, José Maria Pinto, Wilson Lopes, Osias Monteiro, Moysés Sabbá, Vânia Lustosa, Djalma Melo e tantos outros, cuja omissão nesta lista muito lamento.

<i>Turma</i>	<i>Ordem dos Cobras</i>	<i>Ordem dos Buiúços</i>
1955	<i>Evandro das Neves Carreira Miguel Barrela Aluísio Rodrigues de Oliveira José Roberto de Souza Cavalcante José Batista de Vidal Pessoa</i>	<i>Silvino Lopes Lins Carlos Gomes Bonifácio Ferreira da Mata</i>
1956	<i>Cibele Maria da Cunha Oliveira João dos Santos Pereira Braga</i>	<i>Cleide Ferreira de Souza Mário Gonçalves Pureza</i>

<i>Turma</i>	<i>Ordem dos Cobras</i>	<i>Ordem dos Buiúços</i>
1957	Rafael Siqueira Ruy de Melo Dantas Mário de Andrade Normando José Gilvandro Raposo da Câmara	Manoel do Carmo Neves Randolfo de Souza Bittencourt
1958	Roosevelt Braga dos Santos José Ribamar de Araújo	Aureliano Carminé Raimundo Nonato Leopoldo de Menezes
1959	Nailê Mansour Cheuan Jaime Roberto Índio de Maués Sinval Andrade Gonçalves Olavo Faraco Onesmo Gomes de Souza Gaetano Laertes Pereira Antonaccio Getúlio Magalhães Martins Nissim Benoliel	Antônio Valente Neto Mário José Luiz Gazel Neto Renée Assayag Hanan Joel Ferreira da Silva
1960	Benedito Cruz Lira Arnoldo Bentes Coimbra Celso Washington Melo Walder de Menezes Caldas Jorge Karam Neto	Júlia Antonieta de Magalhães Coelho Waldemar Pedroza Neto Elizabeth Azize
1961	Felismino Francisco Soares Filho Celso Anastácio de Araújo Guimarães Almir Franco de Sá Barbuda	Félix Valois Coelho Geraldo Bezerra de Souza Manoel Bessa Filho
1962	Nice Ypiranga Benevides Adair Rebelo Álvaro Gaia Nina João Wanderley de Carvalho Manoel Neuzimar Pinheiro	Afrânio de Sá José Paiva de Souza Filho
1963	Clínio de Araújo Brandão Domingos Sávio Ramos de Lima José Cardoso Dutra José Belo Ferreira	Francisco Alberto de Lavor Barreto Amazonino Armando Mendes José Rafael Siqueira Filho Francisco Antônio Marques da Cunha João Batista de Andrade Filho Mac Doweld Assis Parente Edgar Ribeiro de Souza
1964	Maria Teresa Marques Marinho Clycia de Souza Brandão Paulo Afonso de Lima Santos Antônio Mendes do Carmo	Mário Jorge Góes Lopes Roberto Gesta de Melo Maria de Fátima Marques Marinho Roberto dos Santos Vieira Ary Brandão de Oliveira
1965	Walter Gonçalves Nogueira Osmar Dias Maria Murita Rabelo Cláudio Albuquerque da Mata Edson de Oliveira	Maria Júlia de Melo Rodrigues Harley de Menezes Veras Fred Benzecry Neomésio Gomes de Souza Edson Batista
1966	Carlos Augusto Carneiro Afirmar Cabo Verde Francisco Auzier Moreira José Arcelino Ribeiro José Roberto Alencar Jansen Pereira Cléa Ferreira de Souza Carlos Antunes Fernandes Berenice Brito da Silva Lima Lourenço dos Santos Pereira Braga Lucimar de Jesus Abensur Luís Antônio Goes Lopes Luís de Souza Júnior	Edson de Aguiar Rosas Aderson dos Santos Frota Apurinã Thury Walinda Rodrigues Mendes de Carvalho João Valério de Oliveira
1967	Wilson Gomes Benayon Wallace de Oliveira Bastos Dione de Sá Peixoto Pereira Maria Tereza Porto Bastos Marlidice Pereira de Souza	Edson Rodrigues de Andrade Alcebíades de Loiros C. de Oliveira

<i>Turma</i>	<i>Ordem dos Cobras</i>	<i>Ordem dos Buiúços</i>
1968	<p>João Bosco Ramos de Lima  Carlos Abener Rodrigues  Cristina da Costa Rodrigues  José Mário Frota Pereira  Florianio Bitar  Leovegildo Soares  Marco Aurélio Espíndola Lima  Maria de Nazareth Oliveira  Nelson Rosseti  Nelson Menezes Teixeira  Nilton Costa Lins</p>	<p>Fábio Pereira de Lucena Bittencourt  Antônio Ferreira Anuniação Neto  José Moacyr de Melo Veiga  Luíza Maria de Pompei Falabela  Moysés Santos</p>
1968	<p>Roberto Kahané  Maria Lúcia Antony  Naiden Melo Coelho</p>	
1969	<p>Hugo de Lima Cauper  Ilmar dos Santos Faria  Itacy Ramos de Oliveira  José Gurgel do Amaral Neto  Luiz Geraldo Demasi  Manoel Roberto Lima de Mendonça  Maria Luiza Gonçalves Dantas  Rafael Faraco  Reynaldo Sales Châ  Humberto Lobato Rodrigues  Waldisa Batista Siqueira  Alfredo dos Santos Cunha  Divaldo Martins Costa</p>	<p>Mercedes Tavares de Melo  Francisco de Assis Viana Filho  Inês Maria Alce dos Santos  Maria Hermengarda de Oliveira Junqueira  José dos Santos Pereira Braga  Raimundo Farias Moreira</p>
1970	<p>Waldemira Farias Thomé</p>	<p>Vera Lúcia Câmara de Sá Peixoto</p>
<i>Diurna</i>	<p>Neide Mercedes Santos Torres  Maria de Nazaré de Souza  Maria Luíza de Souza  Grace Benchimol  Aladyr Antunes Auzier  Alfredo da Silva Santana  Carlos Alberto Pinagé  Rita Augusto do Carmo Dias  Armando Monteiro Maia  Sônia Moura Gomes  Maria Auxiliadora Desideri  Eva da Silva Paes Barreto  Helena da Silva Tuma  Belarmínio Ferreira Lins Filho</p>	<p>Maria Sumiê Hara  Tarcília Prado de Negreiros  Maria Marques de Oliveira  José Alves Pacífico  Edna Freire</p>
<i>Noturna</i>	<p>Xavier de Albuquerque Sá Peixoto  Délio Gonçalves Laranja  Edson dos Santos Graça  Armando Jimenes da Silva  Roberto dos Santos Pereira Braga  Regina Helena Cabral Laranja  Geraldo Hilton Pereira Ribeiro  Elmair dos Santos Faria</p>	<p>Frank Abraham Lima  Atirio Ferreira Neto  Benedito Pereira Tavares  Paulo Roberto da Silva Onety</p>
1971	<p>Ana Maria de Souza Braga  Antônia Alice Gurgel do Amaral</p>	<p>Myrian Moreira de Souza  Liege Amaral Pinto Atala</p>
1971	<p>Fátima Almeida de Souza  Luiz Higino de Souza Neto  Ruth Maria Centeio Gavinho</p>	
1972 (Instituto de Ciências Humanas)	<p>João Ricardo A. Lima Filho  Isa Akel Lima  Ivete Luna F. Soares  Oldeney Valente  Oscar Ribeiro</p>	<p>Wandernailen Caldas  Jody Nogueira  Auta Madeira</p>

<i>Turma</i>	<i>Ordem dos Cobras</i>	<i>Ordem dos Buiuçus</i>
1973 (Instituto de Ciências Humanas)	Sérgio Vieira Cardosos Regina Maria Jansen de Araújo Floripes Souza Albuquerque Filha Nestor Soeiro do Nascimento Lilian Pereira Lopes Maria Angélica Almeida Leite Maria de Nazareth Farias Nascimento	Sônia A. Gorchinsky Maria Lúcia da Silva Frota Ary Carlos Figueira
1974 (1º Semestre Instituto de Ciências Humanas)	Maria Lúcia de Carvalho Diana Wanda de Souza Maria Juscilene Campos Marinete Almeida Marineusa Santana	Waldeana Carvalho Luciana Galvão Monteiro Maria Helena Barroso Sérgio Litaiff Jacob Benzecry Ana Zélia Pinto Eudécia Lins Joyce Santos Martins Rogério Feitosa Correa Dolores Escudero
1974 (2º Semestre Instituto de Ciências Humanas)	Francisco Moss Ione Castro Nilza Barroncas Regina Coeli Barbosa Idiney Lira Áurea Silva Miro José Gusmão	Nora Benchimol Minev Carla Ângela Melo Maria Izanete Liberal Ceres Caetete Maria Fátima Negreiros Cláudia Maria Pereira Therezinha Viana Maria Helena Muani Luiz Augusto Silva Edith Batista
1975	Antônio Ordinal Silva Marina de Paula	Jaime Samuel Benchimol Edinacy Gomes Leite
1975 (1º Semestre Instituto de Ciências Humanas)	Fernando Florêncio da Silva Suely Gomes da Rocha João Pereira Campos Alzira Pires Ariene Couto Ramos Benedito Santos Gonçalves Francisco Oliveira Souza Filho	Roberto Magno de Oliveira
1975 (2º Semestre Instituto de Ciências Humanas)	Maria Lúcia Lira Monique Souza Hélia Regina Crispim Francisco Pinheiro Maria Fátima Braga	Ana Maria Silva Dias Gisele Alfaia
1976 (Curso de Direito)	David Alves de Melo Filho Wauleam Aguiar Pessoa Zila Souza Lima Suzete Maria dos Santos Maria das Graças Marinho Paulo José Carvalho Eriberto Gomes Barroso	Sônia Regina Suga Sônia Maria de Lima Linda Mota de Menezes

Como amazônida e professor, tenho uma grande admiração, respeito e pavor dos Buiuçus.

Como professor, os admiro e incentivo, porque eles merecem um treinamento especial, são exigentes porque superdotados, querem diálogo, esclarecimento, alto nível de exposição acadêmica, buscam formação teórica e informação empírica e profissional. Porém as aulas não podem ser apenas orientadas para os Cobras e Buiuçus, o restante da classe precisa também apreender e elevar-se. Daí ter desenvolvido a técnica expositiva híbrida, na qual procuro combinar a linguagem acadêmica erudita abstrata, o economês pernóstico, o dialeto chão e o terra-aterra do cotidiano. Nas provas,

contudo, deve existir sempre uma **questão buiuçu** para fins de classificação e identificação dos “cobrões”.

Como amazônida, adoro a lenda e me apavoro com o fantástico desse bíchode- fundo: Buiuçu, Boiaçu, Boiuna, Cobra-Grande, Cobra-Maria, Mãe-do-Rio, Senhora-as-Águas, Sucuriju. De todas essas grafias e nomes, prefiro a corruptela de Buiuçu (do Nheengatu mboi = cobra, açu = grande), porque bem perto e um pouco mais acima de Manaus existe a famosa Baía do Buiuçu, de 6 quilômetros de comprimento por 8 quilômetros de largura e uma profundidade que chega a atingir 80 metros. Os caboclos a respeitam e os práticos a temem pela fúria de suas ondas nas tempestades e tormentas do vento, da chuva e do trovão, e pelo pavor de um dia, na escalada da noite, divisar ao longe os dois olhos de fogo e da luz que cega desse bicho-de-fundo.

Por isso não resisto à poética e à lírica desse bicho-boiuna (mboi = cobra, una = preto), descrito pelo maior intérprete e prosador-poético que foi o grande Raimundo de Moraes, em sua **Na Planície Amazônica**. E peço licença para dar passagem ao meu plágio. Copiando as palavras de sua prosa-lírica marinheira e condoreira, dou-lhe a forma-arranjo de poema folclórico e sociológico, composto de versos daqui e dali. Porque **poetizar e velejar é preciso**.

“Nos quartos minguentes: quando a luz recorda um  
batel de prata, logo depois das doze badaladas,  
a Boiuna reponta  
nos moldes bizarros duma galera encantada, guinda  
alta, velas pandas,  
singrando e cruzando silenciosamente as baías.  
Feito de mil despojos fúnebres  
o pano desse navio macabro: a giba, o sobre-proa,  
o sobre-grande,  
a sobregatinha, a bujarrona, o velacho,  
o atraquete, a gávea, o joanete, a cabeça,  
são camisas, véus, lençóis, mortalhas  
sambenitos remendados, costurados, cerzidos  
– sinistro sudário de milhões de covas;  
os mastros, as vergas, as caranguejas são túbias,  
fêmures, costelas de esqueletos fugidos dos campos;  
As borlas dos topes são caveiras amareladas  
de pescadores impenitentes;  
Os estais, as enxárcias, as adriças,  
os brandais são cabelos de defunto...

E sobre tudo: uma linha azulada de fogo santelmo ou fátuo  
que recorta,  
ao calor mortiço de chamas funéreas  
a árvore da embarcação  
levantada para a fuligem escura do céu.  
Veleira deitada na bolina sobre uma das amuras,  
querena ao léu, ninguém a pega.  
Sempre que alguém, temerário, a persegue,  
na insistência curiosa das investidas arriscadas,  
a galera-fantasma colhe as asas da grande ave bravia,  
orça, muda de rumo e, voando com a rapidez do albatroz,  
deixa na esteira alva a espuma lampejante de enxofre luciferiano  
Quem a vê fica cego,  
quem a ouve fica surdo,  
quem a segue fica louco,  
A boiuna  
toma outras formas: mascarada de navio de vela...  
engana a humanidade e também a engana no vulto transatlântico.  
Em noites calmas rompe a solidão  
o ruído de um vapor que vem,  
ao longe se percebe a mancha escura,  
precedida pelo marulho cachoante no pavilhão  
Seguidamente as duas luzes brancas dos mastros se destacam  
A vermelha de bombordo  
e a verde de boreste  
Sobre a chaminé, grossa como uma torre,  
vivo penacho de fumo,  
se enrola na vertigem dos turbilhões moleculares,  
estendendo-se pela popa fora,  
na figura dum cometa negro.  
– Depois já se escuta o barulho nítido das máquinas,  
o bater fofo das palhetas,  
o badalar metálico do sino,

conjunto em suma dos rumores nascidos das usinas flutuantes...

As pessoas que se achavam na margem

resolvem, nesse ínterim ir a bordo:

com certeza é lenha que o vapor precisa.

Embarcam numa das pontarias do porto, e

seguem gracejando, piorando a remada, brincando.

Mal se avizinham do clarão que circunda o paquete,

tudo desaparece engolido,

afundado na voragem.

Fauce gigantesca tragou singularmente

o majestoso transatlântico;

Asas de morcego vibram no ar.

pios de coruja se entrecruzam

e um assobio fino, sinistro,

que entra pela alma,

corta o espaço,

deixando os caboclos aterrados de pavor,

batendo o queixo de frio.

Aflitos, examinam a escuridão em redor,

entreolham-se sem fala,

gelados de medo,

e voltam à beirada,

tiritando de febre, assombrados:

Foi a Boiuna, a Cobra-Grande, a Mãe-D'água”.

---

<sup>1</sup> No meu tempo de estudante nos Estados Unidos, os títulos de B.S. (“Bachelor of Science”), M.S. (“Master of Science”) e Ph.D (Philosophiae Doctor) tinham uma outra conotação no irreverente anedotário folclórico da gíria e do palavrão do “Campus” Universitário: Bull Shit, More the Same e Plus, High and Deep... - [voltar](#)

<sup>2</sup> Códice do Senado da Comarca de Belém, 1807 a 1819, pertencente ao Instituto Histórico e Geográfico do Pará, cit. de Jorge Hurley, em Ilha Grande de Joanes, Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia, p. 277, v. II. - [voltar](#)

<sup>3</sup> João Lúcio de Azevedo, “Os Jesuítas no GrãoPará”, p. 242, Lisboa, 1901. - [voltar](#)

<sup>4</sup> Cit. de Roberto Simonsen, “História Econômica do Brasil”, p. 153, v. I, Rio, 1944. - [voltar](#)

<sup>5</sup> Mensagem de 1.º de março de 1895, do Governador do Amazonas. Eduardo Ribeiro, à Assembleia Legislativa do Estado, cit. de Agnelo Bittencourt, “Chorographia do Amazonas”, p. 290/1, Manaus, 1925.- [voltar](#)

<sup>6</sup> Diário Oficial do Amazonas, edição de 8/1/54, Manaus. - [voltar](#)

<sup>7</sup> Vd. Exposição do ministro da Fazenda do Brasil, dr. Oswaldo Aranha, à Câmara dos Deputados, em data de 1/10/1953, em “O Economista”, edição mensal, outubro de 1953, p. 12. - [voltar](#)

<sup>8</sup> Cit. de Alvin Hansen “Business Cycles and National Income, pp. 212/3, New York, 1951. - [voltar](#)

<sup>9</sup> Idem, idem. - [voltar](#)

- <sup>10</sup> PATTERSON, Howard. *Social Aspects of Industry*, p. 289, New York, 1943. - [voltar](#)
- <sup>11</sup> Discurso pronunciado pelo Chanceler Butler, na reunião dos ministros da Fazenda do Commonwealth Britânico, realizada em Sidney, Austrália, em janeiro de 1954. Vd. "Times", p. 21, edição de janeiro de 1954. - [voltar](#)
- <sup>12</sup> Mitchell, "The Backward Art of Spending Money", p. 127, cit. de Achinstein, op. cit. p. 482. - [voltar](#)
- <sup>13</sup> Schumpeter, op. cit., v. II, p. 1033.- [voltar](#)
- <sup>14</sup> Cit. de R. Marjolin, in "François Simiand's Theory of Economic Progress", cit. de James Estey, op. cit., p. 512. - [voltar](#)
- <sup>15</sup> James Estey, op. cit., p. 512. - [voltar](#)
- <sup>16</sup> Alvin, Hansen. "Stability and Expansion", p. 213. Entre as instituições criadas pelo governo norteamericano, dentro do seu programa anticíclico de investimentos e projetos públicos, Hansen ressalta as seguintes: Tennessee Valley Authority, Rural Electrification, Administration, Farm Security Administration, Public Works Administration, United States Housing Authority, Works Progress Administration e o Federal Housing Administration. - [voltar](#)
- <sup>17</sup> J. M. Keynes, "General Theory of Employment, Interest and Money", p. 322. - [voltar](#)
- <sup>18</sup> Uso a expressão latina Alumnus, Alumna, Alumni (masc. fem. e plural) com a denotação dicionarizada do inglêsamericano que corresponde, em português, exaluno, exaluna, exalunos. - [voltar](#)



## 6 Saudação a Jarbas Passarinho: doutor honoris causa 24.11.1971

Senhor Ministro

Doutor Jarbas Passarinho:

Neste momento em que V. Excia., pela enésima vez, pisa o solo de sua Amazônia, deste País de todos nós, para receber, agora, o doutorado “Honoris Causa” pela universidade do Amazonas, a classe universitária – o reitor, professores, pesquisadores, acadêmicos e vestibulandos – unida pela solidariedade deste gesto, aproveita esta oportunidade para agradecer a V. Excia. a mensagem da revolução da esperança que a sua palavra e a sua presença nos trazem.

V. Excia. chega a Manaus e encontra esta aldeia global de 50.000 famílias unida à sua Universidade, com seus 3.500 estudantes e 400 professores vibrando e lutando sob a liderança lúcida e dinâmica do Reitor Aderson Dutra.

Chega e encontra, no aplauso dos jovens, de quem é tão amigo, e na alegria dos que o recebem, o símbolo de uma luta agônica, que é apenas o anúncio de um novo partir. É que estamos na madrugada do nosso desenvolvimento, saindo do limbo da frustração e da desesperança do já era para abrir a janela e a porta do futuro, visão e ação, horizonte e escalada dos que querem ser e dos que serão.

Todos participam desta luta. Os que estudam, os que ensinam, os que trabalham, os que governam, os que zelam pela segurança e pelo amanhã de todos nós. V. Excia. é uma parte dela, pelo exemplo, pelo incentivo, pelo apoio que sempre deu a esta universidade.

Bem sabemos que o reconhecimento da faculdade de Medicina foi apenas o início, pois estamos certos de que em breve seremos testemunhas de igual procedimento com relação aos cursos de Engenharia, Ciências Econômicas, Filosofia, Farmácia e Odontologia. No entanto, o reconhecimento da República não basta para criar e dar vida à Universidade. Cabe à comunidade a que ela serve, e a nós mesmos, mestres e alunos, soprar a chama do entusiasmo, pelo saber, pela pesquisa, pelo serviço. Cabe a nós levantar a tocha da liderança para que a universidade, integrada ao governo, à empresa e ao povo, se converta na Alma-Mater da renovação e do desenvolvimento individual e da nação.

Vamos partir, assim, para alcançar os objetivos maiores da verticalização cultural, do aprimoramento qualitativo, da melhora nos padrões de ensino, de aprendizagem. Queremos ser função exponencial e logarítmica e não simples dígitos aritméticos. Iremos forjar os instrumentos da criatividade e da inovação, despertando nos jovens o amor à pátria, a dedicação à ciência, o zelo profissional, a paixão pelo trabalho, o espírito de servir.

Queremos uma universidade democrática aberta aos filhos do povo, que dê igualdade de oportunidade a todos, que sirva de ponto, caminho e centelha, para a promoção do desenvolvimento social e cultural. Que seja manancial, nascente e fluxo de idéias, conhecimentos, fatos e técnicas universais, brasileiras e amazônicas.

Por isso estamos conscientes da necessidade de promover a adequação da universidade brasileira e amazônica às necessidades do mercado nacional e regional. Por isso aplaudimos a V. Excia. ao implantar a reforma universitária que esta Universidade passará a adotar já no próximo ano letivo. Com ela esperamos contribuir para forjar a liderança, encontrar os instrumentos e selecionar os objetivos para os tempos novos que estão chegando.

Nem todos os aperceberam ainda que o País brasileiro está mudando de escala. É preciso, pois, aproveitar as oportunidades, em reuniões como esta, para alertar a consciência dos jovens e adultos para o fato de que a nação inteira, sob a inspiração e ação do Governo revolucionário, está saindo do cone da sombra do subdesenvolvimento para adquirir uma nova dimensão de grandeza interna e afirmação exterior.

Para tanto, abandonamos o ufanismo romântico que gerava o falso orgulho, a política do ressentimento que atribuía aos outros a razão dos nossos fracassos, a falácia das promessas vãs que produziam expectativas frustrantes, o medo de ser grandes que nos tirava toda a vontade de ser, ter e crescer. Voltamo-nos para nós mesmos, e fomos buscar nas energias interiores de cada um, e na vontade nacional, a força que já nos conduz aos caminhos da grandeza que nos espera.

O projeto brasileiro procura, deste modo, tirar partido da dimensão continental do País, da enorme massa de sua população, do minério escondido no coração da terra, na energia latente de seus rios, da disponibilidade de suas terras, de suas florestas, de seus mares e, sobretudo, do poder criador das empresas e da inteligência de seus filhos. Em toda parte esse projeto se realiza. Somos hoje um dos países que mais investe em energia elétrica, em siderurgia, em mineração, em petroquímica, em construção naval e rodoviária. Somos hoje, em relação ao Produto Nacional Bruto, o país que mais investe em educação e na formação dos recursos humanos.

Neste particular, Senhor Ministro, devemos a V. Excia. a reformulação do conceito de que o **investimento em educação não é despesa de consumo e sim inversão na produção do futuro**. O projeto brasileiro de erradicação do analfabetismo, sob a responsabilidade do Mobral, a reforma do ensino fundamental e a reformulação do ensino e do currículo universitário, de iniciativa de V. Excia., bastariam para consagrá-lo perante a nação jovem e a nação do futuro. É o maior serviço que revolução brasileira presta, neste instante de reciclagem, renovação e modernização do país. Educar para produzir, para participar, para desenvolver e, sobretudo para melhorar a qualidade da vida.

O País se enche de esperança, está apossado da mística do desenvolvimento, e vibra a cada recorde que assinala o sucesso do desempenho da economia nacional. Na Amazônia, sentimos de perto o esforço da República para integrar a última fronteira da terra ao espaço econômico do País. A Transamazônica vai nos unir, pelos caminhos da selva, ao Nordeste e ao Planalto Central, para acolher, generosamente, os excedentes humanos de outras áreas, para propiciar a expansão dos currais de boi na trilha dos pioneiros que se arrancam do chapadão goiano e do pantanal matogrossense; para abrir o ciclo das grandes inversões na mineração; para dar um lar, uma terra e um teto a tantos brasileiros que estão chegando.

O plano de telecomunicações da Amazônia, idealizado pelo Governador João Walter, quando ainda superintendente da Sudam, está nos tirando da zona do silêncio para a era da comunicação de massa.

O Comando Militar da Amazônia, operando no centro do mediterrâneo amazônico, se constitui na grande força de cobertura estratégica e logística desta arrancada rumo ao sertão e à fronteira.

A SUDAM e a SUFRAMA têm a grande função de motivar, atrair os novos empreendimentos, e de viabilizar e administrar os incentivos fiscais e tributários que a nação inteira abre mão em benefício da região.

As universidades amazônicas, de Belém, São Luiz, Cuiabá e Manaus, e as futuras universidades do Rio Branco e Santarém, e os “campi” avançados das universidades brasileiras que operam no interior amazônico, têm, assim, uma enorme responsabilidade na formação dos líderes e profissionais, cuja demanda vai aumentar com o crescimento do mercado de trabalho e com as novas dimensões que a Amazônia vai ocupar no plano das decisões nacionais. Precisamos, pois, estar preparados para não apenas acolher os jovens egressos da escola fundamental, mas também para participar, através da pesquisa e do assessoramento, na definição dos objetivos, na avaliação dos resultados, na crítica construtiva e na formulação dos conceitos.

A experiência e a vivência dos homens da Amazônia constituem um valioso patrimônio que deve ser utilizado, para que o planejamento regional reflita a sensibilidade e a realidade da própria vida e as aspirações das diferentes comunidades.

Assim é que, definidas as grandes linhas estratégicas do desenvolvimento amazônico, e fixadas as prioridades e os macro-objetivos, o planejamento amazônico, até agora impreciso, aleatório e centralizador até em sua execução, deve ser substituído por programas regionais que alcancem os grandes vales, os grandes rios e as grandes áreas polarizadas do universo amazônico. Não é possível, nesta altura, repetirmos os erros do passado, tentando insistir num conceito de unidade centralizadora, com poderes decisórios alienados dos diferentes interesses regionais, quando as **oito Amazonas** clamam por objetivos específicos e tratamento diferenciado. Por este motivo, urge que os órgãos de planejamento e desenvolvimento estejam presentes e vinculados às diversas circunscrições regionais.

A Amazônia Ocidental deu o primeiro grito de alerta e ganhou a primeira vitória ao obter de Brasília a primeira grande mudança nos rumos da conquista amazônica, forçando uma nova estratégia política de interiorização.

O Governo Federal, ao projetar e executar os dois enlaces terrestres no mediterrâneo amazônico, que vai unir Picos à Serra de Moa, e Macapá à Içana e Benjamin Constant, deu um novo alento a essa política de multiplicação de centros de irradiação e de abertura de novas frentes e caminhos. Daqui para frente, a toponímia do desenvolvimento amazônico vai começar a ouvir novas vozes: Marabá, Altamira, Santarém, Itaituba, Humaitá, Porto Velho, Benjamin Constant, Xapuri, Cruzeiro do Sul, Içana. Vai começar a sentir a necessidade imperiosa de orientar o seu planejamento ao longo dos vales e dos caminhos que se estão abrindo descentralizando e delegando poder de decisão a novos órgãos de comandamento. E dentro desse novo contexto, caberá à SUDAM o grande papel de coordenação desses novos organismos que irão surgir, compatibilizando e articulando os programas e as decisões regionais das oito Amazonas com os macroobjetivos do projeto brasileiro.

Está assim chegando a hora de corajosamente enfrentarmos o problema da redivisão territorial e política da Amazônia clássica, abandonando os bairrismos históricos do Grão-Pará e da Capitania

do Rio Negro, para projetarmos os novos Estados e Territórios que necessitam ser implantados, ao longo dos vales, no baixo, Médio e Alto-Amazonas, ao norte e ao sul da grande calha central.

Dissemos certa vez que o **pior dos vazios** é o **inecúmeno político**. Ele é o gerador da inércia administrativa e da esterilidade social que a distância e o isolamento só fazem multiplicar. É responsável pela paralisação do processo de evolução histórica da área, que começou com o Marquês de Pombal, para renascer em 1850 com a criação da Província do Amazonas, ressurgir em 1903 com o Território do Acre e emergir em 1943 com os Territórios do Amapá, Rondônia e Roraima. As interrupções no tempo desse processo de evolução política foram responsáveis pela defasagem do desenvolvimento regional, e por isso estamos cada vez mais convictos de que a Amazônia dos Nove Estados e Territórios não vai poder resistir ao impacto das duas Transamazônicas e da Nova Doutrina de Brasília que ainda não chegou a ser vocalizada, mas que inconscientemente irá adquirindo força e “momentum”. Novos pólos de poder e de representação popular, novas lideranças haverão de surgir, como consequência lógica desse processo que surgirá antes de expirar a atual década. Quanto mais cedo os amazônidas se conscientizarem de sua necessidade e a nação se aperceber de sua urgência, menor será o tempo histórico a ser vencido.

Estamos numa luta contra o tempo. Ocupar e desenvolver a Amazônia é uma tarefa intransferível e inalienável, e vale todo o sacrifício que o país realiza nos dias que correm. Porque somos a razão histórica, a imagem de grandeza, a fronteira da expansão interna de todo o País.

Precisamos, no entanto, estar alertas e decididos a enfrentar, no mundo hostil ao desenvolvimento amazônico, as tentativas daquilo que chamamos de planetarização da Amazônia. Pior do que as falsas ameaças de internacionalização corre nos grandes centros universitários e de pesquisas a moeda falsa de que o mundo necessita manter a virgindade da selva amazônica para garantir a sobrevivência do planeta. O destino melancólico reservado à Amazônia seria o de se converter em uma fábrica de oxigênio, chuvas e trovoadas para o resto da humanidade.

A esse desafio planetário vamos responder com a vontade política e com as armas da ciência e da tecnologia. Vamos ocupar e desenvolver a Amazônia, sem poluir e sem criar o deserto, mas não nos deixaremos intimidar pelo medo do desconhecido.

Somos, afinal, um País de bandeirantes e pioneiros que aprendeu desde cedo a enfrentar distâncias, a vencer as dificuldades, a resistir ao sofrimento e a ser generosos na vitória.

Senhor Ministro, receba a láurea de Doutor “Honoris Causa” pela Universidade do Amazonas como testemunho de nossa gratidão e de nosso reconhecimento a V. Ex<sup>a</sup>., honra e glória da gente de Xapuri, excepcional figura de soldado, cidadão e estadista, inteligência e patriotismo a serviço da educação do povo brasileiro.

## 7. Visão de um mundo em conflito\*

Esta é a segunda vez que vos saúdo, Bacharéis da Turma de 1973! A primeira ocorreu nos idos de 1969, quando ainda bisonhos calouros, por ocasião da aula inaugural do Curso de Economia Política, na madrugada de vossa iniciação jurídica; e agora, como bacharéis já formados, na qualidade de vosso paraninfo, nesta solenidade de vossa graduação, após a jornada de um lustro de labores, sacrifícios, ansiedades e recompensas, sob o testemunho das velhas arcadas do casarão da Praça dos Remédios.

Neste balanço que a vossa graduação proporciona e induz, agradeço a suprema honra deste patrocínio, nesta hora de saudade e da despedida mestre-aluno a marcar, também, o início de vosso encontro com a vida profissional do quotidiano; e aproveito a oportunidade deste galardão que me conferes, para aqui deixar convosco, a título de Evocação e Adeus às Aulas, em nome dos que ficam, dos que já foram e dos que estão chegando, a mensagem desta derradeira preleção.

Nada mais propício do que uma reflexão sobre as novas formas de convivência e relacionamento, e sobre os eventos que assinalam este mundo em transformação. Relacionamentos e eventos que estão surgindo ao desamparo de uma estruturação social e jurídica adequadas, que reclamam de todos nós um esforço de institucionalização na busca de novas formas de expressão, jurisdição e ordenamento.

As formas clássicas de participação popular, herdadas do direito ateniense, da proteção jurídica à propriedade, oriundas do direito romano, de proteção ávida e à família advinda da tradição judaico-cristã, do direito à liberdade e das garantias individuais, conquista do direito inglês e das revoluções francesa e americana, são ainda necessárias, mas já não são suficientes para abranger o universo das novas relações surgidas no tempo de nossos dias.

O Direito decalou-se no tempo, e, em conseqüência, a sociedade e o indivíduo passaram a sofrer ou a iniquidade das fórmulas jurídicas superadas ou ao extravasamento das suas tensões, ansiedades e neuroses para o campo de desordem, do conflito e da contestação. Vivemos hoje em um mundo altamente sofisticado e tecnológico, porém utilizando artefatos jurídicos e artesanatos sociais primitivos. Pouco evoluímos do ponto de vista político, jurídico e social, enquanto a ciência e a economia, num esforço escatológico, construíram o mundo do amanhã dentro da vida de cada um de nós, porém alienado, porque forâneo na sociedade de todos.

Não faltaram, porém, advertências e profetas. Cada época teve os seus símbolos e sinais de comunicação semiótica, para usar a linguagem dos estruturalistas, na expressão dos seus anseios, das suas realizações e dos seus temores. Sinais proféticos e profanos, mas que serviram de porta-vozes de mensagens, esperanças e promessas. Desde os tempos bíblicos ninguém é profeta em sua terra, e as conseqüências advindas da falta de compreensão e percepção dos sinais que eles encerravam, partidos daqueles que tinham a rara intuição do futuro, geraram ao longo das gerações sentimentos de frustração e abandono, quando não de revolta e rebeldia.

Adequar as instituições aos eventos, adaptar os instrumentos aos seus legítimos fins, superar o anacrônico sem desmerecer o passado, consagrar o novo pela atualização dos valores, e criar novos símbolos e sinais que os representem tem sido a grande tarefa de todos os tempos. Porém, as ciências sociais, entre elas o Direito, têm sido muito lentas e conservadoras para acompanhar o passo e a escala dos fatos e de suas novas relações. Deste modo, nem o Direito, nem a Jurisprudência como meio de renovação, interpretação e adequação da lei, podem prover, na forma e no alcance necessário, a verdadeira justiça, no fato, no processo, na sentença; nem a filosofia bem interpretar o contraste entre o conteúdo e o continente, entre a forma e a substância; nem a sociologia harmonizar as divergências entre o social e o individual; nem a política superar o conflito entre a elite e a massa; nem o Estado estruturar, organizar e coordenar os seus poderes, funções e limites.

A Universidade, como centro de transmissão e renovação cultural, encontra sérias dificuldades para levantar a barreira entre o superado e o relevante, entre o histórico e o contemporâneo. As religiões ficam perplexas frente ao enigma do transcendente face ao imanente, indecisas entre o dogma e o livre exame, entre a graça e a ação. As gerações entram em choque, criando os contrastes entre o velho e o novo, entre o poder estabelecido do passado e o potencial escondido do futuro. As nações se dividiram em desenvolvidas e subdesenvolvidas, as que têm e as destituídas.

Levantaram-se barreiras entre os povos. Barreiras nacionais, alfandegárias, tecnológicas, financeiras, políticas, étnicas. O mundo se dividiu na medida em que a tecnologia o tornou um só.

Os recursos naturais, humanos, patrimoniais e técnicos que deveriam servir de elo de confraternização e interdependência entre os povos, passaram a ser utilizados como meios de dissuasão, pressão e domínio. Por isso, não causa mais surpresa nos dias correntes quando alguns povos utilizam os seus recursos naturais como armas de política beligerante. A mais recente delas, a arma-petróleo, ameaça destruir a base da produção e da própria vida. Outros povos seguirão em breve o mesmo exemplo, e então se falará e se usará a arma-trigo, a arma-kilowatt, a arma-proteína. A nós, da Amazônia, resta o consolo, nessa linha apocalíptica de raciocínio, de saber que quando se atribui à nossa floresta a função de pulmão do mundo, a humanidade, sem saber, estava criando a mais terrível das armas jamais surgidas na face da terra: a arma-oxigênio, que um dia poderá asfixiar a todos e a nós mesmos.

A inclusão desses recursos no arsenal beligerante dos povos constitui a mais recente, porém não a única, ameaça à sobrevivência do ser humano. Aqueles que a usam não se apercebem que não existe povo independente do ponto de vista da autarquia econômica. Todos os povos, na verdade, estão em estreito regime de balanceamento dependente, envoltos na trama dinâmica do intercâmbio e da complementariedade.

Desde modo, os recursos deixaram de ser instrumentos para se converterem em armas. O instrumento pertence ao desenvolvimento e à paz, a arma é do arsenal do ódio e da guerra. Já o profeta Isaías emitira o sinal do seu tempo, na simbologia da espada “versus” arado.

A não percepção e institucionalização dos instrumentos da paz e da justiça permitem que a humanidade desbordasse, coletiva a individualmente, para a violência. Os museus do soldado e das armas são infinitamente mais ricos que os museus do homem e das artes. Sabemos tudo a respeito da longa tradição guerreira dos povos e a própria história ainda é ensinada em função dos conflitos, mas desconhecemos a evolução do pensamento humano, com os seus santos, profetas e artífices;

ignoramos e desperdiçamos o tesouro do talento e do gênio humano. A mitologia bélica é fáustica, enquanto que a hagiografia da paz é franciscana. **Muitos deuses para poucos arcanjos.**

A despeito de todo o avanço tecnológico, não surpreende que o mundo todo continue, subdesenvolvido. Não importa que alguns povos tenham enriquecido e prosperado, mesmo assim o desperdício, o despreparo e o despotismo estão presentes como testemunhos dos tempos que aí estão. Desperdício de recursos renováveis e não renováveis que ameaça de exaustão e esgotamento o patrimônio terrestre; despreparo para alcançar um novo ordenamento institucional com o objetivo de evitar que muitos afundem no poço da miséria, sem destruir a liberdade de cada um; despotismo social, econômico e político, pela incapacidade de exercer, através da arte de transigência e da participação, a missão da liderança democrática e solidária.

A omissão e a comissão dos que nos antecederam e a nossa, no exercício do poder e da liderança, com reflexos na indisciplina e desorientação coletiva, estão a exigir dos que estão surgindo para a vida, sobretudo dos jovens juristas, um redobrado esforço para recuperar o tempo perdido e buscar a luz da esperança na janela que se abre para o futuro.

Espera formulação e ordenamento jurídico todo um universo de relações e eventos. A pesquisa jurídica, teórica e doutrinária, a construção legislativa, a profissão judicante e o patrocínio advocatício têm à sua frente um largo horizonte de novas situações, conflitos e disputas que se tornarão frequentes daqui para o futuro. Precisamos urgentemente de um direito urbano para harmonizar o crescimento e metropolização das cidades com as necessidades humanas de habitação, circulação e massificação dos transportes; de um direito trabalhista e previdenciário mais atuante para proteger o ser humano do vilipêndio, da miséria e do infortúnio; de um direito industrial para criar e produzir novos bens e empregos face à avalanche do processo de automação e para evitar a contaminação e a poluição do ambiente; de um direito florestal para proteger a fauna, a flora, conciliando a ecologia com as necessidades do colono e do meio rural; de um direito empresarial para proteger também as minorias nas sociedades anônimas face à atuação do despotismo oligárquico dos tecnocratas; de um novo direito marítimo que defina o mar territorial, a plataforma submarina e regule o uso do fundo dos oceanos, das correntes marinhas e dos rios multinacionais de curso sucessivo; de um direito aeronáutico para eliminar os sequestros e garantir a inviolabilidade das aeronaves comerciais; de um direito espacial para regular o uso dos satélites e astronaves; de um direito do cidadão, que o proteja contra a invasão do Estado na sua intimidade, através de instrumentos eletrônicos tipo “Watergate”, ou para evitar a destruição da liberdade e da dignidade da pessoa humana; de um direito econômico voltado para o desenvolvimento, para o emprego e para a produtividade; de um direito populacional para amortecer o impacto da explosão demográfica; de um direito econômico internacional voltado para o ordenamento das empresas multinacionais, para a distribuição e intercâmbio de recursos naturais e humanos, para a paz e a cooperação entre os povos.

A tarefa é árdua, porém estimulante e compensadora, porque se traduz em um desafio para as novas gerações de juristas. Um desafio humanista e técnico para vencer o subdesenvolvimento institucional, expandir as fronteiras do conhecimento, descobrir as fontes de renovação e criação, para formular, juridicamente, os novos estatutos da solidariedade, da prosperidade e da paz. Meus prezados colegas, meus paraninfados Bacharéis da Turma de 1973, da Faculdade de Direito da Universidade do Amazonas: eis a vossa missão e a vossa tarefa! Que a láurea de vossa conquista,

premiando o vosso labor e o vosso mérito seja, não o fim de vosso aprendizado, mas o início de vossa carreira de estudo e dedicação profissional. Que o vosso grau hoje obtido com o sacrifício de vossos pais e parentes, seja, não um instrumento de orgulho e ostentação, mas o sinal e símbolo de vossa humildade, gratidão e espírito de servir.

Que vossa colação seja mais convocação que chamada, mais compromisso que adesão, mais participação que presença. Convocação, compromisso, participação no cumprimento de vossa missão de juristas, juízes, advogados e concidadãos.

Sede felizes!

---

\* Conferência pronunciada em 27.12.73, na qualidade de Paraninfo da Turma de Bacharéis da Faculdade de Direito da Universidade do Amazonas. - [voltar](#)

2  
NOSSA GENTE: EX-  
ANTE E EX-POST



## 1. O cearense na Amazônia: um inquérito antropogeográfico

Corria o ano de 1942. Enquanto cursava o 2.º ano da Faculdade de Direito do Amazonas e trabalhava, como despachante de bagagem, no flutuante da Panair do Brasil, no “Roadway” da “Manaus Harbour”, assistia à chegada de numerosas levas de imigrantes nordestinos que ali aportavam diariamente, atraídos pelo fragor publicitário da famosa Batalha da Borracha, em decorrência dos Acordos de Washington, assinados logo após a invasão japonesa dos seringais da Malásia.

Durante dez meses dediquei-me à pesquisa desse movimento migratório, que seria apresentada mais tarde no X CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, realizado em 1944, e obteria o Prêmio José Boiteux. Nesse ensaio antropogeográfico, utilizei, de modo pioneiro, o inquérito como método e a entrevista como processo de investigação. Teve larga repercussão nacional e constitui o único testemunho da época. Por esse motivo, e pelo fato de sua atualidade constante, reproduzo, a seguir, não só o prefácio quanto os capítulos “A Expansão e Mobilidade da População Brasileira”, “O Perfil Antropogeográfico do Cearense Imigrante na Amazônia” e “A Mulher e a Família do Imigrante”.

### **Prefácio**

Está ainda a merecer uma investigação séria e urgente o problema da imigração nordestina na Amazônia, sobretudo neste momento em que o fenômeno está se acentuando com tanta intensidade, por algumas razões vitais de defesa nacional.

Não tanto um trabalho de gabinete, aquilo que os norte-americanos chamam pitorescamente “armchair sociology”, que corresponde, mais ou menos, à nossa “sabedoria de gaveta”, mas uma paciente pesquisa da realidade, um “fieldwork”, um trabalho de campo que pudesse esclarecer e orientar a política imigratória a ser seguida. Longe de nós esta pretensão.

Com este trabalho, quisemos contribuir, dentro de nossas possibilidades, para o estudo desse palpitante problema. Uma tarefa um tanto ousada para um principiante das ciências sociais num meio tão refratário a esses estudos. Nenhuma tentativa anterior havia sido feita. Por ser a primeira, vai bastante falha e cheia de imperfeições, com a agravante de ser um trabalho de estréia. Contudo, não podíamos perder esse magnífico material humano que a guerra está nos proporcionando e que tão cedo não teremos de novo.

Quem quiser compreender a história da Amazônia da metade do século passado para cá, forçosamente terá de entender e estudar profundamente o “cearense” imigrante. Sem esse prévio estudo não se pode ir para frente.

A interpretação que a seringa sugere está em íntima conexão com o problema do imigrante. A Amazônia, em verdade, formou-se à imagem do cearense e da seringa, chaves da nossa formação social e econômica. Neste trabalho, portanto, tentamos trazer uma contribuição resultante do íntimo

contato que mantivemos com o imigrante, apanhando e traduzindo as suas primeiras impressões com a terra, o rio, a paisagem, as coisas, enquanto ele está “novinho em folha”. Sem decalques, nem deformações. Pronto a receber os primeiros efeitos que a experiência vai lhe proporcionando durante os dias de viagem estafante no Amazonas. Infelizmente só podemos nos limitar a Manaus, o que não foi pouco se levarmos em conta que estamos numa área de condensação, polarizadora das correntes imigratórias, à espera da irradiação para os seus lugares de destino.

O imigrante já chega com uma pequena experiência, advinda das primeiras conversas nos “portos de lenha”, nas cidadezinhas da beira do rio; já viu a “montaria” brincar no banheiro que o navio faz. Talvez tenha até falado com algum caboclo. As barracas mergulhadas, a canoa andando de um lado para o outro como se fosse cavalo, o silêncio da atividade humana no meio da mata, a paisagem só, contribuem para a formação de uma atitude especial que vai ser estudada. Daí o terror pânico à água, o medo do rio que se agrava à medida que ele toma contato definitivo com a várzea. O sertão ainda está perto dele, vive em sua memória, faz parte de sua conversa a todo momento; as suas esperanças, quando as traz – “vou ser um homem feliz, se Deus me ajudar”, “vou enricar na seringa” – as suas decepções, “não gosto nada desta terra feia e encharcada”, ou os conflitos provocados pelo choque resultante da passagem brusca para o contraste – “gosto do enxuto, eu não posso me amansar numa água dessas” – aparecem frequentemente. O imigrante está ávido de notícias, procura os filhos da terra, “os mansos”, para fazer a sua iniciação nos segredos da terra. Tiramos bastante partido dessa sua curiosidade. Foi um dos meios que utilizamos para entrevistá-los.

Para darmos certa direção à pesquisa utilizamo-nos do inquérito como método e da entrevista como processo de investigação. Era o único e o mais aconselhável para o nosso caso. Tivemos que fazer obra original, daí o muito de defeito que ela deve conter. Menos por vontade própria de ineditismo, que por escassez desapontante de estudos desta espécie. Não encontramos nada que nos pudesse orientar. Por isso ele se ressentia de uma organização mais sistemática, embora tentássemos a todo custo alcançá-la. Para isso socorremo-nos das bibliotecas particulares.

Deixamos aqui os nossos agradecimentos ao Prof. Agnelo Bittencourt, um dos nossos poucos homens que têm estudado e compreendido profundamente os nossos problemas e que tanto nos auxiliou e incentivou, franqueando a sua excelente biblioteca, fator principal da apresentação deste modesto estudo. Utilizamos também da biblioteca e dos arquivos do Instituto Geográfico e Histórico, sobretudo no que se refere ao noticiário do tempo, através da mais rica coleção de jornais que possui, bem como da Biblioteca Pública do Estado, tão abandonada, mas que nos serviu imensamente, para consultas de obras antigas e raras.

No entanto, foi o meu bondosíssimo pai, com a sua rica experiência, através dos 25 anos de luta nos seringais do Amazonas, que me sugeriu os principais temas. Guardo das conversas que tive com ele a impressão mais grata e duradoura. Iniciei verdadeiramente nos estudos regionais por intermédio de sua experiência prática das nossas coisas. Sem ele seria quase impossível a realização deste trabalho. Eu apenas tinha o trabalho de recolher essa experiência de origem e traduzir para a minha linguagem. Servi-me bastante do velho arquivo de cartas de gerentes, administradores e patrões de seringais, de seringueiros e regatões, de comboieiros e mateiros, de aviadores e comerciantes, que guardo com bastante carinho para um próximo estudo onde irei continuar o trabalho aqui iniciado. O mais foi “trabalho de campo”, de observação, de pesquisa direta, de

experiência advinda com as entrevistas de velhos seringueiros e veteranos da guerra do Acre, De “brabos” e “mansos”. De aventureiros e de trabalhadores. De patriarcas e malandros. De agricultores, vaqueiros e artistas. De mulheres e curumins. De atravessadores, revendedores da beira da praia e carvoeiros.

Todos os tipos cearenses radicados ou transumantes, residentes ou de passagem aos seus destinos, foram por nós entrevistados. Pudemos deste modo ter uma noção, ainda que rápida, das diversas interações resultantes dos contatos e dos conflitos, das acomodações e dos desajustamentos. Futuramente vamos prosseguir esses estudos nos próprios seringais, para acompanhar toda a carreira do imigrante: No barracão e no tapiri, em cima da “montaria” ou no cabo de uma enxada, numa tentativa de interpretação de todo o ciclo imigrantista do cearense: Flagelado. Retirante. Brabo. Manso. E talvez Paroara, a reencarnação sertaneja pela desassimilação do imigrante.

O processo da entrevista que adotamos é espontâneo, prático e fácil de manejo. Deixa o imigrante à vontade, dando-lhe suficiente liberdade para falar. Tem as suas fraquezas e os seus defeitos. Mas são muito menores estes que as suas virtudes. No caso da entrevista oral, como a nossa, os cuidados redobram. Seguimos, a esse respeito, os conselhos da experiência que nos adveio, depois de longo tempo, e inicialmente, de Joseph Bernard Breslaw sobre a formação da atitude conservadora e radical na política norte-americana. Ele traçou vigorosamente os eiros a evitar: “There are possible weaknesses in the method used. Essentially data comes from the subjects and not the experimenter. It is not kind of experimental set-up wherein the subjects does things which the experimenter observes and records”.<sup>1</sup>

Não confundir nunca, portanto, as ideias do entrevistante com as ideias do entrevistado, ficando este à vontade para dizer o que quiser. Apenas encaminhávamos a entrevista para a direção que queríamos, mas jamais tentamos modificar a atitude do imigrante. Provocamos de vez em quando as reações no seu espírito para que tentasse desembaraçar-se, não com o intuito de confundir-lhe, mas para tirar uma prova da verdade do que estava nos dizendo. É preciso ter cuidado em não generalizar a história de uma vida para a de todo o grupo. Às vezes, o que é verdade para o indivíduo não é o que o grupo pensa, assim como o pensamento do grupo não é exatamente a vontade daquele. Somente a síntese das atitudes, obtidas por uma regular frequência de respostas a uma mesma pergunta, é que nos encaminha a um juízo tímido sobre o grupo. Caso contrário, seria cair num erro apressado de generalização sem base. Preferimos, para evitar isso, não generalizar. Expusemos as entrevistas, interpretando-as a nosso modo, como achávamos mais justo, sem, contudo, querer com isso demonstrar a última verdade. Aqui e ali, no entanto, fomos obrigados, pela experiência que nos proporcionou o longo contato que mantivemos com eles, a sugerir ideias e a falar a respeito do espírito do grupo sem querer com isso dizer que expressariam a verdade.

Mais uma vez declaramos que o nosso trabalho é uma tentativa, e não queremos que passe além disso. Se errarmos será a coisa mais fácil do mundo mudar de orientação. Outro possível erro que tivemos cuidado de evitar foi a respeito da relativa facilidade que o cearense tem para inventar fatos e situações que só existem na sua imaginação. A sua forte capacidade de dramatização pode dar lugar a possíveis erros. Não acreditar piamente no que o imigrante diz, só o fazendo depois de tê-lo passado por uma prova qualquer. Por isso tomamos como advertência as palavras desse sociólogo americano: “The subject gives lhe information and, together with the experimenter, interprets his own

life. The subject thus does part of the psychologizing himself. The subject's own reliability, his honesty, his memory and the facets of this own personality, as, for example, his occasional, disposition to dramatize the events of his life, are involved"<sup>2</sup>

A parte mais difícil para nós foi a da reconstituição da entrevista. A memória é aí fator primordial de êxito. Assim mesmo, procuramos reconstituir as entrevistas tal como foram ditas e imediatamente fixá-las logo após recebidas. Não costumávamos fazer anotações na frente do imigrante, porque isto iria dar motivo a uma série de transtornos, como vamos ver. Reconstituindo logo após a entrevista, levávamos a vantagem de poder fixar as próprias expressões do imigrante, que têm um valor inestimável, tal a riqueza de significado que a maioria delas contém.

Ninguém melhor que o cearense poderá definir uma situação. Quando ele diz que está com "apetite de seringa", que é só chover "que volta que nem ovelha à procura dos pastos", que vai "virar pedra no Acre", que quem vive "no inferno se acostuma com os cães", explica de um modo admirável, embora barbaramente, o delírio, a transumância, o sedentarismo, a acomodação. Explica-se como ninguém talvez o poderia fazer. Daí a necessidade que tivemos de guardar as suas próprias expressões, registrando-as fielmente.

A princípio, pela pouca experiência que tínhamos, perdemos muitas entrevistas, porque tentávamos entrevistar mais do que dois imigrantes ao mesmo tempo, e no final confundíamos uma com a outra. A inexperiência foi a responsável, também, pela inutilização de muitas entrevistas, por não terem sido bem orientadas, e, por conseguinte, não reproduzirem exatamente o pensamento do imigrante. Depois que ganhamos experiência, fizemos o nosso inquérito sereno e proveitosamente. Passamos a entrevistar um imigrante de cada vez, e, assim, pudemos apresentar um número satisfatório de entrevistas completas, o que não se dava antes, cheias de falhas em alguns pontos, faltando nomes e respostas indispensáveis. Daí termos um grande número de frases soltas e anônimas que foram colecionadas entre as entrevistas avulsas. Essas não perdem o seu valor, pois, da mesma forma, são testemunhos da mentalidade do imigrante; apenas não podem figurar nas estatísticas tanto quanto exatas. Fizemos também entrevistas que não ofereciam interesse algum, e foram, por isso, juntamente com as viciadas, postas de lado. Somente as entrevistas completas tiveram numeração para efeito de documentação do nosso fichário. Conseguimos reconstituir quase totalmente 56 entrevistas, isto porque foi muito difícil conservar de memória todas as respostas, e mesmo assim levamos bastante tempo. Essas entrevistas não querem dizer que só tenhamos entrevistado 56 imigrantes e que este estudo se baseie numa tão pequena e frágil base. Vai para mais de uma centena de imigrantes, com os quais conversamos, possuindo de muitos, porém dados pessoais incompletos.

O período que realizamos o inquérito foi de mais de dez meses, estendendo-se de junho de 1942 até março de 1943, tempo bastante para uma pesquisa desta natureza. Abrangemos mais de vinte levas diferentes de imigrantes, desde as primeiras, que vinham acoissadas pela seca, obrigadas pela necessidade, a estas últimas, com um espírito quase totalmente diferente, influenciadas pela seringa, exclusivamente, pois o "sertão está já chovido".

Entrevistei-os nos mais diferentes lugares: a bordo dos navios, nos porões, no porto, no mercado, nas ruas, onde quer que encontrássemos o imigrante. Frequentemente visitávamos as hospedarias, mas não gostávamos muito delas; preferíamos apanhar o imigrante "novinho em folha", logo após a sua chegada, no mesmo dia quando possível.

Durante o tempo em que convivemos quase diariamente com eles, ganhamos experiência e aprendemos muito. Não se pense que entrevistar um imigrante seja a coisa mais fácil desse mundo. Requer um jeito especial para captar a sua confiança, dando-se-lhe a impressão de que não está sendo interrogado, antes conversando. Mesmo depois de ganhar a confiança, o que não é muito difícil, é preciso ter cuidado com o cearense. Fala demais, gesticula muito. Não é preciso nem “dar corda” na sua língua. Mente um bocado. Inventa fatos na sua linguagem valente. Por isso é perigoso tomar qualquer nota do que ele está dizendo. Se qualquer um soubesse que iríamos publicar a sua entrevista, seria um “Deus-nos-acuda” de histórias e brigas que venceu e de coisas que “fez-e-aconteceu”. Perderia assim o seu valor, que reside justamente na espontaneidade da prosa. Gostávamos, por isso, de dar a impressão de que éramos um companheiro seu, deixando-o à vontade o máximo possível.

O pouco de conhecimento que tínhamos do Ceará, advindo de uma viagem a Fortaleza e de leitura que fizemos, junto com a nossa experiência pessoal da região, nos dava material bastante para uma conversa animada e para satisfazer a sua curiosidade, que precisava ser esclarecida e estimulada. O imigrante se entusiasmava e nós ganhávamos logo a sua confiança. Só começávamos a entrevista quando isso acontecia. Abordando-o de chofre nunca obteria resultado satisfatório. O traje era o mais simples possível, sem gravata mesmo. Um cigarro, por exemplo, é um notável convite à intimidade. Aprendi a fumar. Uma coisa importante que nos adveio de certo tempo foi entrevistar o imigrante isoladamente de outros, e só depois, bem encaminhado, aproximá-lo dos outros e fazer a “roda”. Aí, então, continuávamos as perguntas e observávamos a influência do grupo sobre a conduta do entrevistado. Assim, podíamos recompor a atitude dele frente aos seus companheiros e a reação que estes faziam às suas ideias, registrando-se uma interação experimental de excelentes resultados.

Muitas vezes acontecia que um mais inteligente tomava a palavra e conseguia que os outros se dissuassem. Gostava de colocar um aventureiro junto de um trabalhador, um agricultor ao lado de um “artista”, para observar as reações provocadas por uma pergunta como esta, por exemplo: “Gosta mais da cidade ou do mato?” “O artista possui uma elevada consciência profissional: “Não sou um homem para seringa. Dou valor à minha profissão. Vivo da minha arte” era a resposta mais comum. O agricultor dizia: “Sou perdido pelo mato. Gosto do mato grosso, do trancado. Só me ajeito com os bichos”. O trabalhador estava doido para arranjar um serviço, queria trabalhar no pesado, estava agoniado por estar sem fazer nada “que nem âncora”, na expressão de um deles. O aventureiro já era diferente. “Desamarrou o pé”, vai “bolar pelo mundo todinho”. Essas suas atitudes originárias frequentemente modificavam-se. Um reconhecia certos traços de influência e o outro tomava gosto pelo trabalho. Acontecia ainda que se o imigrante mentisse, ele se trairia inevitavelmente no meio dos colegas. Essa era a nossa “prova dos nove fora”. Assim conseguíamos obter, por intermédio dessas interações propositais, certos aspectos do espírito do grupo, e passar da “escola do imigrante” para a “escola do grupo”, e desta para a “escola do tipo”. Isso só fazíamos depois de um longo período de observação e análise. Foi, portanto, trabalho mais de experimentação social. Observar o imigrante isolado para depois agrupá-lo com o objetivo de tipificá-lo.

Dissemos, antes, que nunca escreveríamos uma entrevista na frente do imigrante, isso porque daria ensejo a uma desconfiança da parte dele, e viria empanar a espontaneidade do inquirido. Aprendemos isso desde que um imigrante, vendonos a escrever, começou a contar um milhão de coisas que fizera e das quais era sempre vencedor e herói. No fim, mandou-me tomar nota para que fosse publicado no “meu jornal”. Esse imigrante suspeitou que eu fosse um repórter à cata de

entrevistas, e explorou, a seu modo, a publicidade de sua história. Ficou decepcionado quando não lhe confirmei o que esperava ouvir. Por aí se tira o cuidado que se deve ter num inquérito dessa espécie, se não quisermos cair em risco de um fracasso total.

Esse foi o processo que nos conduziu ao objetivo final do presente trabalho. As nossas regras e precauções eram as mais fáceis e simples possíveis: penetrar primeiro a fundo na vida de cada um imigrante entrevistado, tirando dele a sua história e a sua experiência que precisávamos para reconstituir a mentalidade do tipo; somente depois, então, nós o largávamos, após haver conseguido a história de sua vida, de seu trabalho, de suas esperanças, de suas ambições, de seus sofrimentos e de suas queixas.

Fiz o possível para entendê-los. Durante esses dez meses de convívio quase diário, vivi inteiramente dedicado a eles, com uma paixão de obcecado, fazendo do imigrante assunto de todas as minhas horas e todas as minhas conversas, anotando e observando novos detalhes na biblioteca e sobretudo no campo. Durante esse tempo falei a sua gíria. Aprendi e decorei as suas histórias na ponta da língua.

### **Cearensizei-me.**

Esse trabalho, portanto, é mais produto deles do que meu. Se algum mérito problemático houver, devo a eles quase que exclusivamente; e se algum erro houver, e os há, culpo tão somente a mim, que não os soube entender, ou à minha insuficiência que não me permitiu realizar o que de boa fé pretendi fazer.

Mais de um ano decorreu antes que este trabalho fosse levado ao plenário do X CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. A realização desse conclave teve que ser adiada e transferida por diversas circunstâncias. Finalmente, em setembro de 1944, no Rio de Janeiro, foram instalados os trabalhos do Congresso. Representou o Amazonas o meu velho mestre Prof. Agnelo Bittencourt, que me encaminhou desde cedo para os estudos regionais. Durante longos e infundáveis dias esperei ansiosamente o resultado dos pareceres. Quando o Prof. Agnelo telegrafou do Rio, avisando que o meu trabalho obtivera voto de louvor e referências especiais, e o Prof. Cristóvão Leite de Castro, Secretário Geral do Congresso, logo após, confirmava a concessão da medalha de prata, não quis acreditar. Somente depois da alegria e da emoção da primeira hora é que pude analisar os acontecimentos.

Refleti na importância e na atualidade do tema, que por certo levava as comissões técnicas a analisarem com simpatia, carinho e sugestões o que eu havia levantado. Simpatia, carinho e solidariedade para aqueles que estão trabalhando para as árduas e futuras tarefas e esforços comuns para solucionar, dentro dos quadros modernos e atuais, os nossos urgentes problemas e necessidades. Problemas e necessidades brasileiras em geral, nordestina-cearense e amazônica em particular, como esse da imigração e da assimilação de braços e espíritos para o esforço de guerra e paz, de hoje e amanhã.

Por ocasião da homenagem que o Instituto de Etnografia e Sociologia do Amazonas me prestou por intermédio do seu presidente, Nunes Pereira, de cabelos brancos e espírito perenemente novo, através de uma mensagem generosa e amiga, declarei, e repito agora, que os louvores à minha Tese não pertencem exclusivamente a mim, pertencem a essa equipe de jovens pesquisadores da

têmpera de Moacir Paixão, de Geraldo Pinheiro, de Mário Ypiranga, de Agnelo Filho, e tantos outros que tornaram possível esse clima de cordialidade e cooperação nos mais diversos setores de suas atividades especializadas, cada um procurando soluções exatas para os problemas da Amazônia. Soluções regionais urgentes e inadiáveis, como a do imigrante e a do colono para uma gleba e uma economia melhor e mais humana, ainda tão mal compreendida, ou antes, ainda não estudada, a não ser através da literatura e do romance.

O nosso regionalismo vive dentro de formas universais e nacionais tão boas como as demais, é o que Gilberto Freire tem assinalado entre os cariocas, os paulistas, os gaúchos e os cearenses. Um estilo e uma personalidade sem fronteiras- de-marfim, abertas para todas as correntes e contribuições dos outros Estados.

Geograficamente ainda somos uma das “áreas pioneiras” mais novas, com uma “frente” que ainda está bem viva, com ligeiros recuos à medida que o nordestino em geral, e o cearense em particular, avançam e se internam. Uma área não só geográfica, mas, também, e, sobretudo, economicamente “pioneira”, com oportunidades democráticas de classificação para todos, sem imperialismos nem estratificações prejudiciais. Os nossos “focos-de-apelo” não cessam de iluminar novas formas econômicas mais vantajosas. Não só a borracha e a castanha, tradicionais na economia amazônica, representam um estímulo à penetração. O “paurosa”, ainda há pouco, repetiu e percorreu todas as fases dos ciclos econômicos anteriores, da droga, do caucho, da balata, da borracha, etc. A descoberta, o anúncio, o “rush”, o delírio e a débâcle. Não só o “pau-rosa” com os seus usineiros enriquecidos do dia para a noite, também o ciclo do “couro-de-jacaré”, já em vias de extinção, e agora a nova e promissora experiência agrícola da juta. Por isso a imigração entre nós não precisa de muito estímulo e propaganda.

O movimento pioneiro é quase espontâneo, quando um ciclo começa. O que precisamos é de uma política econômica que ajude o imigrante a se fazer colono, a gostar da terra, a ter amor ao seu trabalho. Política que poderia ser conseguida a troco de pouca coisa, porque o imigrante não pede muito. No decorrer deste estudo analisamos os casos dolorosos de desajustamentos e de conflitos por via de doenças, mortes, injustiças, desilusões e fracassos. Não deixemos que o imigrante venha à Amazônia para sofrer e voltar, se escapou ainda em tempo. Já é hora de esquecermos os métodos econômicos predatórios que até hoje estão em vigor e procurar, dentro de nossa peculiaridade regional, uma economia mais justa e mais humana. Não queremos soluções ingênuas e líricas, lutamos por uma economia que alie o interesse econômico do imigrante ao interesse e ao destino da terra que o acolhe.

Se com o presente trabalho conseguirmos contribuir com uma pequena parcela para que o imigrante seja compreendido e tratado de um modo diferente como o tem sido até hoje, será a melhor recompensa aos nossos esforços e aspirações.

Aproveitamos esse íterim de mais de um ano, da apresentação do trabalho (abril de 43) à realização do Congresso, em setembro de 44, para fortalecer e reforçar as nossas conclusões com os novos imigrantes, que continuaram chegando aos milhares. Muita coisa aconteceu durante esse lapso de tempo. O governo chamou a si, por intermédio dos seus órgãos componentes, D.N.I., S.E.M.T.A., mais tarde C.A.E.T.A., S.A.V.A., etc., o controle e a política de recrutamento, hospedagem, distribuição, alimentação e transporte dessas massas humanas em movimentação.

O movimento migratório, que de início tivera características essencialmente nordestino-cearenses, ampliou-se e enriqueceu-se com a participação ativa de outros elementos regionais. Com o carioca, o mineiro e o baiano sobretudo. Esse cruzamento regional tornou-se intenso e deu um cunho nacional ao movimento dessas populações em marcha para a Amazônia. Movimento nacional a repetir aquelas características estudadas dos nossos ciclos econômicos anteriores e que agora se transporta para a Amazônia, por necessidade vital do nosso esforço de guerra. Assim, o regionalismo amazonense está agora acrescido com os representantes de outros regionalismos, como o do cearense, quase nosso irmão pelo destino econômico, pelo parentesco de sangue com que se ligou a nós, pelas afinidades de aspirações comuns que nos fazem todos, amazonenses, cearenses e nordestinos, uma grande família. Acrescido desse outro regionalismo nacional mais amplo, de cariocas, baianos, mineiros e pernambucanos. Não só com esse nacionalismo regional Também desse universalismo que nos trouxe o americano do norte, com os seus campos de aviação, as suas bases, o seu inglês e os seus hábitos. Regionalismo estadual e nacional, universalismo americano e continental, que está procurando uma forma de conciliação com o nosso “bairrismo” local de amazonenses, paraenses e acreanos, “bairrismo” que não chega a provocar briga entre um e outro.

Esse contato do elemento e da gente da terra com o imigrante e o estrangeiro está se processando sem conflitos nem reações violentas. De tudo isso nasceu apenas o apelido “arigó”, com que designamos o imigrante em geral. Um apelido que serve de distinção e de maliciosa ironia, algumas vezes, para algum elemento mais sobressaído e exaltado. A repercussão que o termo “arigó” está tendo em mais de um limite linguístico-regional mostra como o fenômeno da imigração está influenciando em mais de uma área sujeita à sua recente infiltração. Repercussão nacional em várias regiões do Norte do País, da Bahia ao Acre, a ponto de ser incorporado ao nosso linguajar de cada dia, mas também no de outros Estados, como o do cearense, o do baiano, e talvez até o do carioca, que alguns querem que tenha sido o autor da expressão. Uma criação e uma ironia que só a gente da terra compreende e explica. Estrangeiro-arigó, imigrante-arigó, cearense-arigó, carioca e paulista-arigó. Valores extra-regionais atualmente em foco na Amazônia.

Quando realizamos o nosso inquérito, o termo ainda não havia sido divulgado, nem tínhamos ouvido ainda da boca de nenhum imigrante. Somente depois, e em época mais recente, é que o epíteto “arigó” tomou vulto a ponto de levantar uma polêmica linguística entre os filólogos da terra.

Além de uma revisão e refusão geral que fizemos nos originais da nossa monografia, acrescentamos agora um novo capítulo sobre o “Arigó”, resultado das nossas recentes pesquisas, experiências e contatos que continuamos mantendo com o novo imigrante. Esse capítulo sobre o “Arigó” veio reforçar certas observações nossas sobre a tendência aventureira que cada dia vinha aumentando, à medida que o inverno chegava ao sertão e se desenvolvia o “anúncio” nas concentrações e nos postos de recrutamento espalhados por toda a parte, nas zonas de grande densidade demográfica, no Nordeste e nas capitais dos outros Estados. Tendência essa que, efetivamente, naquela época, apenas suspeitávamos e que agora se generalizou em aventureiros quase-nômades, vagabundos de toda a espécie, operários desclassificados, agricultores desenraizados, tipos rurais e urbanos à procura de emoção econômica e psicológica para a sua sede de aventura e viagem. Elementos completamente livres e independentes para todos os movimentos e ações. Uma verdadeira chuva de “arigós” nas ruas, praças, cidades, rios e seringais do nosso interior, cuja repercussão vai ser

decisiva e importante na história das interações humanas, sociais, econômicas e psicológicas na Amazônia do futuro.

Com essa fase achamos que o ciclo dessa nova imigração encerrou-se. As últimas levas de “arigós” estão escasseando, e dentro em pouco cessará o movimento migratório politicamente dirigido pela primeira vez para a Amazônia. Daqui por diante será o teste da experiência e da adaptação do imigrante às novas formas de vida econômica e geográfica, aqui levemente esboçadas, e que ele terá que deparar a cada passo no destino que transitoriamente escolheu, por uma razão ou outra.

Dessa sua experiência e dos contatos e alterações que sofrer ou impor, resultará ou na sua difícil incorporação, outras vezes malogradas, em face do desconcertante e impiedoso regime econômico em que vivemos, ou na sua deserção, que será fatal se o fracasso econômico ou o arrependimento psicológico torná-lo um elemento sempre em expectativa de melhores dias para retornar ao sertão, ao brejo, à cidade, ao ar e à família que ficou lá fora esperando por ele. Poderá mesmo até ficar como alguns cearenses que envelheceram na Amazônia com os olhos voltados para o sertão, sem nunca poder voltar para a terra que ainda, mesmo de longe, lhe dá ânimo e alento para trabalhar e viver.

Daqui para frente iremos desenvolver, consoante o nosso plano, primeiro a tendência geral do fenômeno de expansão e mobilidade da população brasileira e depois o ciclo migratório que acompanhamos, durante mais de dois anos, em Manaus, nas suas fases mais típicas e características:

- A da geografia da calamidade que fez o imigrante-cearense partir “mode” a seca e a fome.
- A da economia da atração que fez o “foco-de-apelo” e deu o “apetite-deseringa” para o “rush”.
- A da psicologia da aventura que criou o seu representante mais típico e talvez o menos duradouro: - o “Arigó”.

Samuel Benchimol

Manaus, janeiro de 1945

### **A expansão e mobilidade da população brasileira**

A arrancada sertaneja para a Amazônia foi a resultante do deslocamento da fronteira econômica pela supremacia da borracha. Inscreve-se naquela tendência de flutuação, de instabilidade, de apelo econômico arrastando a corrente povoadora à procura de um novo produto-rei<sup>3</sup>.

Para compreendê-la faz-se mister enquadrá-la nesse movimento colonizador da costa para o norte, do litoral para o interior, do sul para oeste, como salienta J. F. Normano. É a mesma avalanche migratória do grupo invadindo a mina na fome do ouro, correndo ao massapé na plantação da cana, invadindo a mata na caça ao índio, da droga, do mito, assaltando o sertão ou o pampa na pista do boi, avançando em São Paulo no banzeiro da “onda verde”, amansando a Amazônia no rastro do ouro-negro.

Economia instável, aleatória, fazendo povoamento efêmero. Onde apareça uma perspectiva de fortuna ou uma lenda criando um “foco-de-apelo”, haverá o ímpeto povoador andando atrás do enriquecimento, uma projeção de gente fazendo bandeira. Serra das Esmeraldas, Sabarabuçu, El-

Dorado, Acre, são traduções messiânicas desses gestos econômicos. Açúcar, algodão, gado, ouro, café, borracha. Uma economia mística para uma gente crédula. Não faltará gente para essa investida, porque “há sempre nos sertões a massa dos inquietos que têm nas veias o sangue do índio, nômade e caçador, e a herança portuguesa do imigrante pronto para aventurar, mudar-se, tentar vida nova”, pronto para “seguir atrás de mil léguas, o primeiro camboieiro a lhes anunciar, pintando num rochedo, uma mina de ouro”, um lucro maravilhoso<sup>4</sup>.

Essa é uma constante na sobressaltada vida brasileira. Constante motora, de expansão à custa da economia e da crença. Uma psicologia de aventura dentro de uma geografia livre: terras para “fazer fazendas”, massapê para crescer a cana, caatinga para a expansão do gado, terra roxa para a fome de café, seringa para a aventura da borracha.

O Brasil assim deixou o litoral. Menos por uma predestinação geográfica, que pela chama magnética de fortuna. Quando esta se acende, a geografia é uma aliada. O bandeirante não seria esse terrível imperialista, conquistador de espaços e horizontes sem dono, se uma economia monocultora e latifundiária o empolgasse. “Uma esmeralda valia mais do que um latifúndio”, afirma Cassiano Ricardo, mas é preciso acrescentar, na falta de um latifúndio, excitante como o açúcar, das fazendas e dos seringais. Ele mesmo o reconhece quando diz que “bandeira e propriedade não rimam bem”. Foi a esmeralda, o índio e a lenda que desencadearam o movimento, na falta desse vínculo, dessa raiz agrícola. Sem esse elemento fixador, a geografia abriu-lhe as portas e o empurrou para o sertão. A prova disso é que ela para quando encontra o seu corretivo – “exploradores de ouro ou caçadores de índios acabam ao fim de uma carreira, tornando-se, todos eles, senhores de engenho ou donos de vastos latifúndios criadores”<sup>5</sup>. A economia venceu a mobilidade depois de ter feito a expansão. Dá-se o contrário na Casa-Grande. O chamego do homem ao açúcar gruda no latifúndio. Quando o açúcar decai, o senhor-de-engenho desaparece e vai ressurgir pastor. O gado venceu o açúcar. O sertão é móvel, o litoral é fixo.

Há uma tendência de condicionar a fronteira em razão da geografia móvel, quando se sabe que, sem o interesse econômico ou político, o homem não ia lá. Eles foram levados “não tanto pela novidade de visitar terras desconhecidas, como do desejo de alcançar fama e riqueza”, salienta Contreira Rodrigues<sup>6</sup>. O impulso geográfico foi grande, mas não tanto como o chamado econômico. A verdade é que o rio, na sua função nômade, de nada valia sem o elemento excitante. O caboclo parou à margem do rio, na beira do barranco, malgrado a mobilidade herdada do índio e o avanço do rio. Surge a droga, a seringa, a castanha, o pau-rosa, e lá se vai o homem, indiferente a tudo, no caminho deles. Ou vai com o auxílio do rio, e mesmo contra ele.

Geografia nômade somando-se com riqueza móvel é igual a deslocamento da fronteira econômica e política. Sem isso, Tordesilhas virava **Greenwich**. Um meridiano-fronteira, em vez do paralelo amazônico. O rio canaliza e bitola a conquista em função da “influência”, do “anúncio”, do chamado. “É a cobiça de fazer descimentos que leva a tropa de resgate ao interior do Rio Negro”, diz Joaquim Nabuco<sup>7</sup>. Subir correnteza e afrontar o perigo só se faz com muita ambição ou com muita febre. A cobiça teve função de fronteira. A troca e o passo deram a conquista e o forte, precursores da posse e domínio. Um direito original – “UTI possidetis”, – “Right” em razão do “Rush”

Os personagens de nossa geografia são, sobretudo, criaturas econômicas: o bandeirante, caminhando para o ouro e a esmeralda; o jesuíta, a fé requisitando o braço para a “salvação” da alma

do índio; droguistas, descedores de índios, tropeiros de resgate, vaqueiros, passadores de gado, garimpeiros, regatões e seringueiros. O chamego do homem ao sertão, à casa, à família, mesmo, desaparece em presença do “apelo”. Por isso, os antigos moradores paulistas não podiam viver sem o sertão, declara a Câmara de São Paulo, e modernamente o cearense não resiste à “influência”.

Esse arranco é, no entanto, que explica esse monumental perfil físico. Sem ele, nós teríamos um Brasil superficial e litorâneo em vez de um continente. Com isso, e mais o Tietê-Paraná, o São Francisco e o Amazonas, itinerários desenhados que balizaram a penetração para a conquista, tivemos esse mundo. Um milhão de rios, de índios, de matas, de drogas, de coisas para um tostão de gente. Só mesmo a ambição, a cobiça dos olhos com a mobilidade dos pés, ocupando os horizontes enormes, poderia corrigir a distância. Ribeiro de Couto disse bem: “Ou o Brasil mata a distância ou a distância mata o Brasil”.

O que nos caracteriza nesses instantes é o espírito de aventura, de arrojo. Febre e encilhamento. Inquietação e nervosismo. É o aventureiro, o homem que desconhece fronteiras, o representante mais legítimo dos nossos ciclos econômicos. Formando grupos quase-nômades de ocupação transitória a percorrer uma época. Período áureo de grandeza e esbanjamento. Depois a “débâcle”, o esquecimento e o desânimo. Cada região já teve o seu: “Nos tempos da borracha, naquele tempo em que o Amazonas era o Amazonas...” Começamos quase sempre com o monopólio e a liderança e terminamos no último lugar. Vale, portanto, a observação de Normando, que tão bem compreendeu a evolução econômica do Brasil: “um fornecedor mundial em épocas de emergência, quando uma deficiência de suprimento eleva os preços e permite a competição de produtos de alto custo”<sup>8</sup>.

Formamos assim um grupo sem classificação aristocratizante, quase sem organização, de iniciativa livre, entregue aos azares e à dura sorte. Espírito sem raiz, sem amor à terra que chega, pronto para partir ao primeiro aceno de outro “anúncio”. Mais mameluco, mais arisco, puxando pelo índio, em contraste com o da Casa-Grande pela sua notável tendência estável e conservadora, latifundiária e escravocrata, tão rico não só de valores econômicos como morais e espirituais. Tão avesso ao outro profundamente trabalhado pela “economia de roubo”, destruidor dos recursos naturais, das riquezas, na pressa doida de enriquecer e voltar. Mas que nos deu, faça-se justiça, uma configuração continental. Sérgio Buarque de Holanda caracterizou-o tal e qual: “Esse tipo humano ignora as fronteiras. No mundo tudo se apresenta a ele em generosa amplitude e onde quer que se erija um obstáculo a seus propósitos ambiciosos sabe transformar esse em trampolim. Vive dos espaços ilimitados, dos projetos vastos, dos horizontes distantes”<sup>9</sup>.

Esse espírito de aventura é responsável por muitas de nossas fraquezas, mas teve uma influência decisiva na vida nacional. Numa conjunção de fatores tão diversos, como raças que aqui se chocaram, os costumes que nos trouxeram, as condições mesológicas e climatéricas que exigiam longo processo de adaptação, ele foi o elemento orquestrador por excelência. Favoreceu a mobilidade social e estimulou, além disso, a enfrentar as asperezas e as resistências da natureza, criando para eles as condições adequadas a tal empresa<sup>10</sup>.

Contra esse espírito, que poderíamos chamar de bandeirante, reagiu o outro de trabalho, amigo da comodidade, da rede, dos doces, do latifúndio, do escravo, que tanto contribuiu para a nossa civilização. Formou-se assim um Brasil dividido em dois. Um estável, romântico, quase lírico, dos

ioiôs e iaiás, dos moleques e mucamas, do cafuné e do senhor-de-engenho, do negro monótono e rotineiro, criador incomparável desse tipo de vida agrária e patriarcal, e um outro Brasil “das árvores gordas, das sombras profundas, dos bois pachorrentos, de gente vagarosa e às vezes arredondada quase em sanchos-panças pelo mel de engenho, pelo peixe cozido com pirão, pelo trabalho parado e sempre o mesmo”, tão bem gizado por Gilberto Freire<sup>11</sup>. Ambos com os seus traços inconfundíveis:

- A monocultura da cana e a projeção litorânea – a colonização pela geografia do massapé.
- A nobreza do senhor-de-engenho pela posse do negro e da cana – “o açúcar é a principal coisa com que todo o Brasil se enobrece” (Diálogo das Grandezas do Brasil) – O escravo e o mel aristocratizando o Senhor.
- O sedentarismo do negro mais o patriarcalismo português – a família em função do regime econômico.
- A miscigenação aproximando os extremos – Casa-Grande e Senzala – o mulato na democracia das distâncias.
- A cana dando cobiça – o holandês, a guerra pelas caixas de açúcar.
- O engenho dando nativismo – a guerra pela libertação da cana e do massapé.
- O triângulo rural – engenho, casa e capela – a vida pela interpretação social e econômica da paisagem.

A estabilidade assim teria que vir numa civilização como essa. Para isso concorria:

- a adaptação do africano ao trabalho rotineiro e monótono;
- a tendência fixadora do massapé criando raízes no homem;
- o latifúndio aristocratizando e patriarcalizando o senhor-de-engenho;
- a Casa-Grande: “Pelas e fortes. Paredes grossas. Alicerces profundos” – “brasileirinha da silva” (Gilberto Freire);
- os rios magros, “pequenos sanchos-panças” – o sedentarismo pela pobreza do caminho nômade.

Tudo isso contribuiu assim para sair uma mestiçagem boa no amor, na vida, na cultura. Uma ingenuidade e uma bondade que espanta no modo de falar, nos dengos e nos gestos do negro, tão bem pintado nesse livro profundo de ecologia que é Nordeste – um Brasil poema à Gilberto Freire.

E agora o contraste com esses “calções de couro”, essas “botas-de-sete léguas” que dão até medo na gente. Andando numa carreira desenfreada no meio da mata, por montanhas, rios, selvas e campos. Pegando índio e caçando ouro, virando bicho no meio da mata. Comendo cobra, sapo e raiz, se formos dar crédito ao exagerado cronista da época: “para eles não havia bosques impenetráveis, serras acantiladas, rios caudalosos, precipícios, abismos insondáveis. Se não tinham o que comer, roíam as raízes das árvores; serviam-lhe de alimento os lagartos, os sapos que encontravam pelo caminho, quando não podiam obter alimentação pela caça e pela pesca; se não tinham o que beber, sugavam o sangue dos animais que matavam, mascavam folhas silvestres e as frutas acres do campo...”<sup>12</sup>.

Os bandeirantes foram, em verdade, os autores deste Brasil titânico, quase mitológico, criado à sua imagem e feição. Ásperos, desumanos, atrevidos – “diga a el-rey que venha aonde nós estamos se quiser falar conosco” ou então “pode V. M. perder a esperança de ser rei dos paulistas”. Deram-nos esse “luxo de terras” e uma geografia perdulária. Com desprezo pelas coisas boas da terra, ao conforto e à rede. Solteirão e só. É expressivo, nota Gilberto Freire, que não tenham deixado sequer um tipo de casa “num esforço quase em vão e todo no raso”, se agentes poderosos não intervissem a tempo. Isso se explica, no entanto. A casa é um fato antropogeográfico da ocupação do solo, na classificação de Brunhes. E a bandeira não fez civilização, fez geografia de trânsito. A preocupação dos tesouros escondidos, das cidades de ouro e ruínas, era muito maior que a arquitetura. A diferença é flagrante entre São Paulo e Olinda. Na primeira, as casas foram de palha e de taipa, indicando bem a “inquietação, a infixidez de quem estava partindo e voltando a todo o momento”, enquanto em Olinda, em 1575, havia nada menos de 700 casas de pedra e cal<sup>13</sup>.

Por isso criaram-se inicialmente dois mundos. Só a mobilidade os poderia reunir. Um, baseado na ética do trabalho, no esforço lento, pouco compensador e persistente, “enxergando” primeiro a dificuldade a vencer, não o triunfo a alcançar, sentindo desprezo e tendo por “imorais detestáveis” as qualidades próprias do aventureiro, a audácia, a imprevidência, a irresponsabilidade<sup>14</sup>. Aquele tão bem caracterizado por Gilberto Freire e este tão bem defendido por Cassiano Ricardo – “Qual teria sido a sorte do Brasil se o bandeirismo não houvesse corrigido e triplicado a sua superfície territorial?” Um Brasil que em vez de um poema pede uma epopeia. Dois estilos diferentes traduzindo duas histórias. A expansão bandeirante assim se caracterizou:

- O mito e a lenda na obsessão da bandeira – “os moradores não podem viver sem o sertão” – a função mágica da riqueza magnetizando a expansão.

- A falta de um elemento fixador que prendesse o homem – a “esmeralda valia mais que um latifúndio” – mobilidade que o mito deu na ausência da raiz agrícola excitante.

- Por isso: “O Tietê dando as costas para o mar” oferecia-se para carregá-lo às costas – geografia volante do rio. A Serra do Mar fazia “torre de marfim” para o isolamento paulista. A independência de gestos por altitude e atitude: “acabarei com as Inquisições a flechas”<sup>15</sup>.

- Some-se: o nomadismo do índio e a inquietação mameluca – a bandeira inacreditável:

Os bandeirantes, deixando o Tietê, alcançaram o Paraíba do Sul pela garganta de S. Miguel, desceram-no até Guapararé, atual Lorena, e dali passaram à Mantiqueira, aproximadamente por onde hoje a transpõe a E. F. Rio e Minas. Viajando em rumo do Jundiá e Mogi, deixaram à esquerda o salto de Urubupungá, chegaram pelo Paranaíba a Goiás. De Sorocaba partia a linha de penetração que levava ao trecho superior dos afluentes orientais do Paraná e do Uruguai: Pelos rios que desembocam entre os saltos do Urubupungá e Guaíra, transferiram-se da bacia do Paraná para a do Paraguai, chegaram a Cuiabá e a Mato Grosso. Com o tempo, a linha Paraíba ligou o planalto do Paraná ao do S. Francisco e ao do Parnaíba; as do Ceará e Mato Grosso ligaram o planalto ao rio-mar pelo Madeira, pelo Tapajós e pelo Tocantins<sup>16</sup> – o itinerário da expansão brasileira, na descrição vivíssima de Capistrano de Abreu. Para entender o bandeirante não é preciso mais. Dizem que passaram “ao Peru por terras e isto não é fábula.

Felizmente que para mim a tão grande dispersão veio em tempo o corretivo amortecedor desse arranco inicial, O esforço bandeirante “teria sido em vão e todo no raso”, como diz Gilberto Freire, se não surgisse em tempo uma barreira que freiasse esse transbordamento tão grande de energia e de gente do planalto. Os bandeirantes acabariam por dissolver-se de tal forma que se pulverizariam por fim. Graças que para tal expansão dispersiva houve o reativo da mobilidade extrema, que não deixou perder a ligação, e mais ainda a contribuição notável quase fixadora da descoberta do ouro das Gerais. Esta trouxe gente de toda a parte. Enxertou negro e português no extremismo mameluco, juntou um pouco de Senzala com a Bandeira. Esta, no entanto, não só fez movimento e geografia: plantou muita cidade, deixou muito curral, fez muito roçado de passagem. Mas a função principal foi geográfica. A ela nós devemos a maior parte dos oito milhões de Km<sup>2</sup> que enchem aproximadamente o nosso patrimônio de terras e águas. Quando não pode mais, parou: “economicamente ela começa pela caça do índio e termina pela conquista do ouro”; “eticamente ela começa pelo índio e termina africana”<sup>17</sup>.

Derramou-se em superfície, antes de se desenvolver em profundidade, concordamos com Pedro Dantas, mas só assim ela poderia realizar a expansão, embora sacrificando a densidade e a segurança. Não há porque culpá-la.

O ouro chegou em tempo. A febre da ganância chamou gente de todas as cores e de todas as qualidades: “Das cidades, vilas, recôncavos e sertões do Brasil, são brancos, pardos e pretos e muitos índios de que os paulistas se servem. A mistura é de todas as condições de pessoas, homens e mulheres, moços e velhos; pobres e ricos, nobres e plebeus; seculares, cléricos e religiosos de diversos institutos, muitos dos quais não têm no Brasil convento nem casa”<sup>18</sup>, declara Antonil.

Sobem o S. Francisco e vão bater no Rio das Velhas, ou então saem do Rio de Janeiro e de São Paulo e internam-se nas Gerais onde o ouro é mato... “São 50.000 num ano. Aquilo antecipa de século e meio a Califórnia”<sup>19</sup>. Estamos perante um outro delírio que nos envolveu e quase nos arruína. Apoderou-se de todos os cérebros, “obcecando-nos numa febre continua e insopitável”<sup>20</sup>.

O ouro não teve, no entanto, esse poder solidarizante da Casa-Grande. A mina pôs ódio no coração de todos. Separou. Emboaba x Paulista. Não teve aquela alegria boa e amiga dos engenhos e banguês, doce até na expressão, reunindo escravos e senhores. O emboaba veio arrogante, com ares de dono, petulante mesmo. Dominava os melhores caminhos, negociava, “mascateando” e enriquecendo, enquanto o “mazombo”, natural do Brasil, considerava o comércio inferior e o desprezava<sup>21</sup>. De nada valia então tanto esforço, tanta luta, tanto trabalho. Daqui só poderia sair o episódio do Rio das Mortes. A vitória da ditadura emboaba, ambiciosa, açambarcadora. Contra ela a reação nativista: Felipe dos Santos, mais tarde Tiradentes. O ouro tentou fazer o que o açúcar fez. Tijuco e Casa-Grande. Aventura e Trabalho. Liberdade. Um expulsou o holandês, o outro por um triz não fez a Independência.

A mineração foi o corretivo da Bandeira. O batedor, do bandeirante. O garimpeiro, do caçador de esmeraldas. Deu-lhe uma nova configuração, transformou-se, deturpou-a mesmo. Compensou a sua mobilidade dispersiva com acenos de fixação. Com seus defeitos. Com suas virtudes. Somou aventura com aventura. Febre mais febre. Esmeralda com ouro:

– a bandeira caminha para o mito – descobre o ouro. Diz o poeta: “Minas Gerais, fruta paulista”.

– o ouro corrige a dispersão bandeirante – “a bota das correrias foi substituída pelo alveão do minerador”.

Tudo isso deu;

– o povoamento – “são 50.000 num ano”

– o ódio – Paulista “versus” Emboaba

– a “urbs” – Vila Rica, São João del Rei

– o estilo – Aleijadinho

– os mártires – Felipe dos Santos, Tiradentes

Agora vamos ter o inverso. A mobilidade da Casa-Grande enraizada no litoral. O pastoreio deu-nos uma expansão em profundidade. Deixou o litoral, tomou as margens dos rios, como baliza itinerante, e ganhou por fim o “sertão brabo”. Não há fator de mobilidade e colonização mais importante do que ele. Nem a vista cansada dos horizontes da bandeira, nem a miopia agrícola do massapé. A perfeita visão das suas necessidades – “ao senhor Capitan-maior” os indivíduos que têm “os seus gados vacuns e cavaleiros nesta Capitania não têm terras donde possa acomodar, pedem que seja servido conceder-lhe em nome de sua majestade que Deus Guarde três léguas de terra de comprido e uma de largo”, é o lote habitual do tempo<sup>22</sup>.

Houve também o mundo de terras, o latifúndio da Casa da Torre “ganho com papel e tinta”, com 250 léguas de testada, e o de Antônio Guedes de Brito, com 150 léguas. Mas havia o recurso do distributismo – “como seus gados não davam para encher tamanhas dimensões, arrendava sítios, geralmente de uma légua, à razão de 10\$000 por ano”<sup>23</sup>.

Temos agora povoamento em superfícies e em profundidade. Com raízes pela criação de riquezas na multiplicação dos rebanhos. O boi foi incontestavelmente o pioneiro do sertão, a alavanca povoadora da caatinga. Sem caminhos abertos de penetração, esta não cederia sem aquele. Foi a solução regional da conquista. Traduziu em termos magníficos a mobilidade sertaneja, o ímpeto colonizador. Dilatou o ecúmeno fazendo “espaço ativo”. Criou, a bem dizer, “uma unidade antropogeográfica” (Krebs), uma estrutura, um alicerce, um jeito de vida diferente e novo. Dispensava a proximidade da praia, dava-se bem nas regiões impróprias para o cultivo da cana, pedia pessoal diminuto, quase abolia capitais, fornecia alimentação constante, superior à da marinha, e de tudo pagava-se apenas em sal, tais são as virtudes e excelências da criação de gado, segundo Capistrano de Abreu. Mas se de um lado é cheia de virtudes, por outro não há vida tão apertada, difícil, ele mesmo confessa. Sozinho na luta contra o deserto – “o criador de gado não pode suportar a vizinhança próxima, porque, para pastagem, ele precisa de vastas extensões de terrenos”<sup>24</sup>. Aqui se ajusta o conceito de Vidal de la Blanche “il faut se separer pour vivre”, solto para todas as iniciativas, “vivendo” a situação de suas necessidades, apelando apenas para os seus próprios recursos. Em página que se tornou clássica Capistrano de Abreu apontou todo o “equipamento civilizador” do vaqueiro: a porta da cabana, o rude leito, as cordas, “a borracha”, o mocó, a maca, a mochila, a peia, as bainhas, as brocas e surrões, a roupa, o banguês – a época do ouro<sup>25</sup>.

O gado não criou nem teve função escravizante. Ao contrário, ofereceu grandes possibilidades de mobilidade vertical – agregados, vaqueiros e fazendeiros. “Depois de quatro a cinco anos de serviço começava o vaqueiro a ser pago; de quatro crias cabia-lhe uma; podiam assim fundar fazenda por sua conta”. Ainda hoje o vaqueiro “tira sorte” como recompensa aos seus serviços.

A procura dos pastos e dos brejos, a descoberta dos barreiros e dos lambedouros, a sombra das árvores acolhedora e amiga, puxavam as pontas do gado cada vez mais para o sertão. A mobilidade e a inquietação do mameluco feito vaqueiro encontrava a plena expansão para as suas virtudes ancestrais. O “rush” assim se explica pela multiplicidade e afastamento da boiada, levando em sua pista o vaqueiro. Somam-se e completam-se. O vaqueiro, “bárbaro, impetuoso, abrupto” à imagem da terra e do gado, impede a deserção do rebanho, guiando a novilha tresmalhada; tange, fazendo a disciplina do curral. A boiada, ganhando o pasto, une os espaços sem gente, colorindo o panorama com o elemento civilizador, deixando a “marca geográfica do homem” na sua passagem. Temos assim geografia humana à custa do gado. No linguajar decidido e forte, nas ações bruscas e rápidas, nos estilos de vida, nos sentimentos de honra, e até no crime – matar não, roubar é que é crime, “ladrão de cavalo”. O rastro do boi foi tão forte que balizou os nomes dos povoados e lugarejos, na sua marcha colonizadora: Curral dos Bois, Currais Novos, Curralinhos, Mangas, Capim Grosso, Gado Bravo, Pastos Bons, Campina Grande, Touros, Bezerros, Bebedouro, Rio dos Bois-Rio S. Francisco, Rio dos Currais<sup>26</sup>.

O S. Francisco foi o polarizador desse movimento. Um magnífico exemplo de “um centro de atração”. Daí, o gado, levando gente, partiu, irradiando-se por todo o sertão. Mudou-se então o “pólo” de densidade: de “foco de concentração” passou a “centro de irradiação”, seguindo as “rotas de mobilidade e dispersão” pelas linhas de menor resistência (Brunhes)<sup>27</sup>.

Analisemos de relance essa marcha. Antonil, como sempre, é um precioso auxiliar: “Os currais da parte da Bahia estão postos no bordo do Rio S. Francisco, no do Rio das Velhas, ao do Rio das Rãs, no do Rio Verde, no do Rio Vasabarris, no do Rio Sergipe e de outros rios” – mais de quinhentos currais contendo mais de meio milhão de cabeças de gado, e os de Pernambuco com mais de oitocentas mil. Seguindo a princípio o curso do Rio S. Francisco, o curral povoou as ribeiras, abriu caminhos. Chamou gente de Pernambuco, juntou gado da outra margem. Ligou-se com o pessoal do Maranhão pelo Rio Piauí – “o riacho de Terra Nova e o da Brígida facilitaram a marcha para o Ceará. Pelo do Pontal e pela Serra dos Dois Irmãos passaram os caminhos do Piauí<sup>28</sup>. Minas Gerais consumia gado do Piauí, diz o Conde de Assumar, citado por Pedro Calmon; “Costumam sair do Piauí e Paranaguá em distância de quatrocentas léguas deste governo todos os gados que servem para a sua subsistência”.

O passador de gado é figura tão importante como o vaqueiro. Dá-lhe maior circulação e movimenta a riqueza dos rebanhos. Mais tarde “a aguilhoada fixadora dos passadores de gado” chegaria a Goiás e a Mato Grosso “pelos rios Preto Corrientes. Paracatu e Paranaíba, e, daí, pelo Triângulo Mineiro, até o Rio Paraguai” – explica Hélio Viana<sup>29</sup>. A função pioneira do gado não para aí – o gado do pampa avança dos campos do Rio Grande e Nova Colônia para Sorocaba. Os “entradores” vindos da coxilha e da estância dirigem seus gados, que morrem de fome, para Minas Gerais; vendem-no a 60 e 80 oitavas de ouro cada rês. Minas reuniu o gado do Piauí e do São Francisco ao do Rio

Grande do Norte. A fazenda ligou-se à estância. O sertão ao pampa. O “baiano” ao gaúcho. Depois foi além: Marajó, Rio Branco, Mato Grosso.

Na expansão do gado temos, pois, a considerar:

– A linha de menor resistência, o rio, facilitando a conquista – a geografia aliada no balizamento do rastro.

– A procura dos pastos, dos brejos, dos barreiros e dos lambedouros, internando o gado – a sede e a fome na economia do “rush”.

– O ímpeto do rebanho puxando nas suas pontas o vaqueiro – “por onde passa o boi, passa o vaqueiro com o seu cavalo” (Euclides) – a pista do boi na psicologia do arranco.

– A inquietação mameluca encontrando a vocação pastoril – “a gente dos sertões tem pelo exercício nas fazendas de gado tal inclinação que procura com empenhos ser nela ocupada” (Roteiro do Maranhão a Goiás) – a economia nômade em torno da vocação do vaqueiro móvel.

– A ascensão vertical do vaqueiro a dono da fazenda, estimulando a multiplicação do rebanho – “de quatro cria cabia-lhe uma: podia assim fundar fazenda por sua conta” (Capistrano) – democracia do gado contra aristocracia do engenheiro.

– A adaptação do pastoreiro ao sertão – “a criação de gado é ali, a sorte de trabalho menos imprópria ao homem e a terra” (Euclides); “a solução foi o gado vacum” (Capistrano); “assim todo sertanejo é vaqueiro”...

– O gado na alimentação – o ouro apelando para S. Francisco e Rio Grande – a fome na confraternização dos extremos.

– O homem livre na psicologia do infinito – “o espírito de liberdade foi o propulsor do povoamento dos sertões” (Martius) – deu horizonte de trabalho na geografia da expansão.

No gado, portanto, é onde vamos encontrar o legítimo “habitat” da expansão e da mobilidade brasileira. Nem excesso de expansão, fator de grandeza, nem carência da circulação, fator de unidade.

Outras economias empolgaram a vida nacional. O algodão enlouqueceu muita gente do Nordeste: “De um ano para o outro, o sertão cobriu-se de algodoais, era uma febre que a todos alucinava, a febre da ambição”. Repetiu-se neste ciclo, gerado pela Independência dos Estados Unidos e mais tarde pela guerra de Secessão, as mesmas tendências conhecidas.

O cacau na Bahia continua o nervosismo econômico. Mas nenhum deles teve a expressão e a intensidade do café. São Paulo, depois de nos dar a geografia, esmoreceu. Somente o café seria capaz de tonificar-lhe e sacudir-lhe os nervos. Revitalizou-o, empolgou-o. Não há um ciclo de tão pronunciada atividade. Teve uma missão messiânica, tão cheia de sacrifícios diz Paulo Prado, mas igual às outras. O fazendeiro, seu elemento típico, desempenha dois papéis: é bandeirante, desmatando o sertão; é lavrador, criando a próspera plantação que lhe dá fortuna, honra e autoridade; e, com ele, envelhece o chão... Outras mocidades, mais “terra roxa”, cafeeiros novos, e aquela evolução se repetirá<sup>30</sup>. O pioneiro, a coivara, o cafezal. A onda verde avança.

O café teve a missão inicial de colorir de negro o planalto. São trinta mil negros por ano, em média, que passam para lá entre os anos de 1850 e 1870, O fenômeno cafeeiro compensou os efeitos separatistas que por acaso viessem a surgir. O negro fez no planalto o que já havia feito na mina. O

café, tal como se deu com o açúcar e o ouro, existia em sua função. “O café é o negro”, dizia-se. O fazendeiro fechou-se num círculo vicioso de que falou Saint-Hilaire: comprava escravos para cultivar mais terras e adquiria terras para comprar mais escravos<sup>31</sup>. Quando faltou o escravo, veio o imigrante. O “13 de maio” quase não alterou a sua vida. O café continuou a sua marcha forçada. Da Tijuca e das fraldas do Corcovado avançou para o Rio Paraíba e seguiu-lhe o curso. Penetrou em Minas. Chegou em São Paulo pela Vila de Areias. Encontrando, afinal, a “terra roxa”, perdeu-se no Oeste. Ainda hoje deve estar caminhando.

Com o deslocamento da fronteira econômica pela supremacia do café, São Paulo tornou-se rei. Em povoamento, em fortuna, em nobreza, em progresso e em política. Na civilização do café, deve-se considerar:

- o delírio cafezista e a resposta imediata; o “rush” – “o negro é o café” – na africanização do planalto.

- o avanço para o Oeste: a terra roxa puxando as pontas da onda verde – o “rush” pela geografia da lavoura.

- a nobreza que o café deu competindo com a que o açúcar criou – a supremacia do Sul pela economia e pela política.

- o “13 de maio” e a substituição do negro: o ocaso do Império pela destruição da economia patriarcal.

- novo ciclo: a transformação da vida tradicional – a arianização do planalto pelo imigrante, contribuindo para uma nova interação de cultura.

- a riqueza do café na criação da cidade: o arranha-céu e a máquina na industrialização de São Paulo.

- a renacionalização da paisagem: “Em dez anos são mais de 600.000”. O nordestino, o baiano, o mineiro, na tradição histórica do Piratininga.

Aqui temos os traços principais da expansão brasileira. Expansão feita à custa dos deslocamentos que o entusiasmo, a riqueza e a aventura despertaram. Uma intensa geografia do movimento em derredor de uma excitante e messiânica economia nômade:

- o massapé e a casa – o senhor-de-engenho;

- a mata e o índio – o jesuíta e o colono. A tropa do resgate;

- o rio e a droga – o regatão

- a serra e a esmeralda – o bandeirante

- o ouro e o morro – o garimpeiro

- o sertão e o boi – o vaqueiro

- a terra roxa e o café – o fazendeiro

- a seringueira e a borracha – o “cearense”

A mobilidade impediu a dispersão. Se ela contribuiu poderosamente para o alargamento territorial, nem por isso deixou de realizar uma intensa circulação, o bastante para nos conservar

unidos. Foi o segredo da nossa vitória. Ausência de estratificação, de formas fixas, de hábitos inveterados. Formamos, desde a origem, um mundo democrático sem castas nem exclusivismos ou preconceitos. Com magníficas possibilidades de trânsito, de movimentação e ascensão social. Auxiliado por uma poderosa expansão demográfica graças a um alto coeficiente de reprodução. A população cresce rapidamente e se move vegetativa e socialmente. Fronteira econômica, política e demográfica em plena expansão. Uma capacidade de reprodução vigorosa e um entusiasmo estrepitoso pela riqueza contribuíram para essa mobilidade em todos os sentidos.

Mobilidade regional intensíssima: “paulistas e fluminenses estiveram a combater na Bahia e em Pernambuco, que se defendiam do holandês”. São ainda paulistas que “foram contratados como conquistadores para exterminar indígenas rebeldes no sertão baiano, donde passaram ao Piauí, também acabando com os quilombos de escravos africanos nas Alagoas”<sup>32</sup>. Capistrano de Abreu diz que cearenses concorreram para a fundação de S. Francisco de Paula, mais tarde Pelotas. Cearenses, paraibanos e maranhenses conquistaram o Acre, chefiados por Plácido de Castro, caudilho gaúcho. O Nordeste e o Sul irmanados no oeste. Só São Paulo, de 1934 a 1939, recebeu 332.464 baianos, mineiros, alagoanos, pernambucanos, fluminenses e cearenses<sup>33</sup>. Bulhões de Carvalho traça o quadro da participação dos elementos regionais vivendo nos diferentes Estados: cearenses, paraibanos e paraenses, no Acre; cearenses, paraenses, paraibanos, riograndenses e maranhenses, no Amazonas; amazonenses, cearenses e maranhenses, no Pará; cearenses e maranhenses, no Piauí; paraenses, paraibanos e pernambucanos, no Ceará; pernambucanos, cearenses, baianos e riograndenses, na Paraíba; paraibanos, alagoanos e cearenses, em Pernambuco. “Ao Sul, salientam-se, quanto ao número de emigrados, as colônias mineira e fluminense, no Estado do Espírito Santo; as colônias baiana, carioca, mineira, paulista e espírito-santense, no Estado do Rio de Janeiro; as colônias fluminenses, mineira e paulista, no Distrito Federal; as colônias catarinense e paulista, no Estado do Paraná; as colônias mineira, carioca, fluminense e paranaense, no Estado de São Paulo, onde é também notável o número de baianos; as colônias paranaense e riograndense do sul, no Estado de Santa Catarina; a colônia catarinense, no Estado do Rio Grande do Sul. No centro, são mais numerosos, no Estado de Minas, os paulistas, os fluminenses, os cariocas e os espírito-santenses; no Estado de Goiás, os mineiros; e, finalmente, no Estado de Mato Grosso, os paulistas e os mineiros”<sup>34</sup>.

A mesma mobilidade que nos dispersa, nos mantém em freqüente comunicação. Além disso, uma prodigiosa capacidade de transformação e adaptação faz, do cearense e do paraibano, um amazonense ou um acreano; do baiano ou do mineiro, um paulista; do amazonense ou do paraense, um carioca.

A mobilidade biológica, pelo cruzamento das raças, continua essa tendência. Fez do negro e do português, um mulato; do índio e do português, um mameluco; do índio e do negro (mais raramente), um cafuso. Agora faz do ariano um mestiço. A mobilidade econômica, já estudada para a compreensão total do fenômeno, passa do pau-brasil à cana, da bandeira ao ouro, do açúcar à bandeira de gado, do açúcar ao algodão, do ouro ao café, do gado e da roça à seringa. Esta mobilidade é ponto vital, condição indispensável à geografia da unidade nacional.

Como complemento dela, surge a mobilidade vertical, tão bem caracterizada por Sorokin. De vaqueiro a fazendeiro, de seringueiro a seringalista, de operário a patrão. Faz de um mulato um Capitão-general. Koster perguntou um dia, a um pardo, se certo capitão-mor era mulato. Ele

respondeu-lhe que era, porém já não é; “pois, senhor, capitão-mor pode ser mulato? “ A mobilidade vertical anulou o preconceito de cor. Ficamos, portanto, com este paradoxo; um mulato podia muito bem ser capitão-general, mas um capitão-mor não podia ser mulato. Mobilidade vertical ascendente das mais legítimas, sem rebaixamento funcional do cargo. A mobilidade profissional é alarmante e nos tem causado sérios transtornos: de bandeirante a numerador, de senhor-de-engenho a fazendeiro, de agricultor e vaqueiro a seringueiro e, agora, com o advento do urbanismo, de agricultor a operário.

O mesmo fato se passa nas profissões liberais. Não há, como nos países de cultura já estratificada, uma genealogia profissional, passando de pais a filhos. Sérgio Buarque de Holanda traça-nos um quadro realíssimo: “ainda hoje são raros, no Brasil, os médicos, os advogados, os engenheiros, os professores, os funcionários que se contentem em ser homens de sua profissão”.

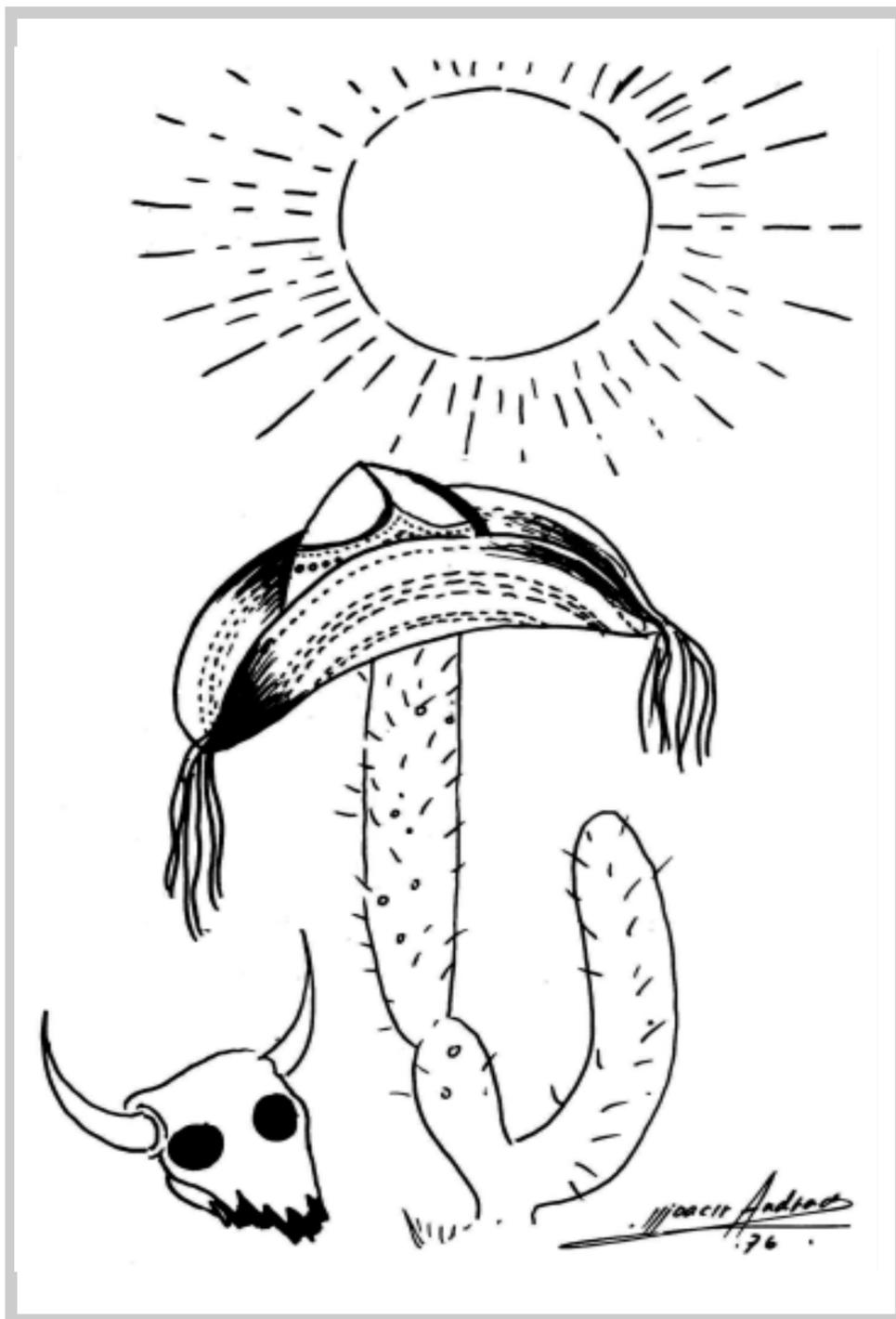
Revemos constantemente o fato observado por Bursmeister nos começos de nossa vida de nação livre: “Ninguém procura seguir o curso natural da carreira iniciada, mas cada qual almeja alcançar, aos saltos, os altos postos e cargos rendosos; e não raro, conseguem. O alferes de linha sobe aos pulos a major e a coronel de milícia, e cogita, depois, em voltar para a tropa de linha com essa graduação. O funcionário público esforça-se por obter colocação de engenheiro, e o mais talentoso engenheiro-militar abandona a sua carreira para ocupar o cargo de arrecadador de direitos da alfândega. O oficial da Marinha aspira ao uniforme de chefe de esquadra. Ocupar cinco ou seis cargos ao mesmo tempo e não exercer nenhum é coisa nada rara”<sup>35</sup>. Esse cronista traçou maravilhosamente e de um modo impressionante o quadro da inquietação nacional. Uma sociedade agitada, inconstante, mobilíssima. Sem tradição nem genealogia, em pleno furor de expansão, a percorrer todos os postos e escalas que a situação das classes ou profissões ofereça. Sorokin traduz sociologicamente o que Bursmeister observou na realidade:

seus membros, nem social nem psicologicamente, possuem essa “psicologia de predestinação”. Procuram subir. São ambiciosos. Temem ser distanciados. De modo que não têm paciência nem alegria com a posição que ocupam. Aquele que está por baixo, quer ficar por cima. Aquele que já está nas camadas superiores, quer subir ainda mais ou teme degradingolar. Daí um arranco (“mad rush”) para derrubar todos os obstáculos<sup>36</sup>.

Daí essa vertigem, essa volubilidade da alma nacional. Em Minas, Saint-Hilaire ouviu: “Pai taberneiro, filho cavalheiro, neto mendicante...” No Norte se diz: “Pai rico, filho nobre, neto pobre...” Mobilidade econômica em todos os sentidos, confraternizando e impedindo as perigosas estratificações antes do tempo. Anulando os preconceitos. Fazendo circulação entre as classes e as profissões. Dando assim unidade econômica e política pela intensa movimentação regional e trânsito da riqueza. Contra os antagonismos contundentes, as condições de fraternidade e mobilidade vertical peculiares ao Brasil, salienta Gilberto Freire: “a miscigenação, a dispersão da herança, a fácil e freqüente mudança de profissão e de residência, a acessibilidade a cargos e a elevadas posições políticas e sociais a mestiços e a filhos naturais, o cristianismo lírico à portuguesa, a tolerância moral, a hospitalidade a estrangeiros, a intercomunicação a diferentes zonas do país”<sup>37</sup>.

Não é preciso mais. Pensamos haver traçado o perfil econômico e psicológico da sociedade brasileira em suas linhas gerais. A Amazônia inscreve-se dentro desse conjunto. Para compreendê-la, faz-se mister enquadrá-la.

Agora, podemos começar.



O Perfil antropogeográfico do “cearense” imigrante na Amazônia.

Há um contraste geográfico e humano a salientar-se entre a Amazônia e o Nordeste. De início salta aos olhos a chocante disparidade entre essas clássicas paisagens. O que uma tem de mais, a outra tem de menos. Não há termos de proporção entre esses extremos. Passamos brutalmente de um deserto para um dilúvio, da caatinga cinzenta e quase-morta para a hiléia verde e sempre-viva. Do sertão para o rio, “da sede para o afogamento”. O paralelo humano é mais expressivo. Cada um tipo conserva as suas fronteiras definidas. Com fisionomias e atitudes diferentes. Com regimes de vida e horizontes de trabalho quase opostos, característicos. Na alimentação, nos gestos, nos costumes, na cultura, na psicologia.

O homem do rio é a antítese do homem da seca. Para conceituá-los, bastaria o regime antropogeográfico do caminho: um em função do pé e da pata; outro em razão do remo e da canoa. Só o destino, com os seus paradoxos, poderia colocar um em face do outro.

Um clima de adversidade e de dolorosas surpresas, uma terra áspera, “os sertões de areia seca rangendo debaixo dos pés”, “paisagens duras doendo nos olhos”. Mandacarus, xique-xiques, cactos. Caatinga. Um sertão “com raiva de chuva”, “descansando na seca”, matando de fome e de sede as pessoas, os animais, os bichos, os legumes. “Sertãozão brabo que não tem pena da gente”, na expressão do imigrante. Com uma gente valente e resignada. Resolvida e bárbara mesmo. Com um “chamego ao chão” e à convivência que não larga mesmo de longe.

Não importa a seca, a desgraça, o sofrimento – “o cearense é bicho danado de patriota”. Esta é a paisagem conhecida. As fazendas e os roçados. Com os seus agregados, vaqueiros e donos de currais. Os bois e os cavalos. A cabra e o queijo. A farinha, a rapadura e a carne de sol. Os desafios e as violas, as vaquejadas e as capoeiras. Fanatismo. Gente dócil junto de um misticismo ingênuo, pueril, beato. Os seus contrastes. O cangaço, terror do sertão com gente “ruim de corte”, “cabras de pé rachado”. Os dois Antônio, Padim Ciço e Lampião. O flagelo da seca vem “cutuca o pessoal todinho e faz a gente deixar o nosso chão”. Mata à míngua todo o mundo. Acaba com os pastos, as roças, os legumes e as reses. Então vêm as rezas. Depois, o inverno bonito de verde ressuscita a vida, os campos, a alegria. A vida sempre em princípio, a recomeçar depois de cada calamidade, “lá é assim, a gente está sempre em começo. Nunca vi se terminar uma coisa. Eu estou cansado de viver pobre e começando sempre”. Infelicidades, misérias, cortejo de famintos e esfarrapados. Retirantes “derrubando 50 léguas mode se salvar”. Tudo isso constitui a vida do sertanejo que, ora obrigados (alguns dizem “tangidos”, “cutucados” – a expressão do imigrante é certíssima) pelo anúncio, vêm de qualquer forma aventurar na Amazônia.

Isso é tão diferente e está em contradição tão clara com a nossa geografia e o nosso homem. Um rio que destrói os roçados, carrega os barrancos, as barracas. Uma paisagem encharcada, submersa a maior parte do ano. Os igapós, as várzeas, os lagos, os paranás, um mundo de água e rios. E um tipo curiosíssimo de gente, ainda por estudar. Caboclos mansos, esquecidos do mundo, sem ambição. Com um notável instinto de defesa e de aproveitamento dos recursos naturais. Vivendo em função do seu meio. Geográfica e vegetalmente. Dos peixes dos rios, do pirarucu e do tambaqui, do jaraqui e do matrinchão; da farinha-d’água e do seu roçado. A mulher, os curumins, os xerimbabos, a rede. A “montaria” – uma esplêndida tradução antropogeográfica do veículo feito pelo caminho. Uma economia doméstica, cerrada, de insatisfação de suas necessidades. Sem estímulos nem reações violentas. Uma adaptação passiva prodigiosa. A barraca sobre o espeque a acompanhar a baixada e a

subida do rio. Uma capacidade de encosto, para vencer o perigo, surpreendente. Sem vexames, pressa ou afobamento. O compasso da enchente e da vazante bancando diapasão na sua vida. O seu trabalho e os seus passos, a sua alimentação e as suas festas vivem em função exclusiva do rio. O jirau olhando a água de cima, a maromba, uma vitoriosa versão do curral. A economia extrativa, de menor esforço, do só-chegar-e-apanhar. O fabrico e a safra. A borracha e a castanha. A pesca do pirarucu e a do peixe-boi. A viração da tartaruga. A piaçava, o cacau, o guaraná. Com um pequeno equipamento de cultura. A cuia, o tipiti, o anzol e o arpão, a tarrafa. A festa socialista do trabalho – o putirum. Conservando do índio a habilidade e os segredos da terra, que só ele sabe; e do civilizado, a sífilis, o alcoolismo, o conceito de inferioridade.

Com esses contrastes só poderiam nascer duas psicologias distintas. Dois destinos diferentes, quase sem comunicação. O “cearense” audacioso, atrevido, falador. O caboclo, frio, suspicaz, discreto. Duas respostas: o cearense vinga-se com a faca; o caboclo, com o sorriso<sup>38</sup>. Só a contingência do acaso poderia colocar um em frente ao outro. Mas, distanciados assim, conservaram o que podiam de si mesmo. O cearense passou a viver na Amazônia, mas só a muito custo deixa de ser cearense. O caboclo continuou igual a si mesmo perante o nordestino, imunizado na várzea. Isolamento geográfico e psicológico em torno deles. Geograficamente o nordestino escolheu para “habitat” os altos rios, cujas condições lhes eram mais vantajosas para a sua febre de ambição. Deixou a margem e buscou o centro. Isolamento espacial de razão econômica e psicológica: seringais virgens, densidade maior de hévea com superior qualidade de “nervo”, a busca de uma terra firme que o acolhesse longe do “terror-pânico à água” dos primeiros dias, como veremos adiante.

O cearense guardou distância na sua formação amazônica, não conseguindo contaminar aventura na paciência do caboclo. Quando este vira seringueiro, trabalha a seu modo. Procura os baixos-rios, perto dos peixes e da montaria. O caboclo Cláudio Ferreira de Lima, de Santarém, que entrevistamos, esclareceu-nos a este respeito. Quando lhe perguntei por que não ia tirar borracha lá no Acre, ele respondeu: “Não sei prá que ir pro alto. Nós não somos ambiciosos como os cearenses. Também nós não temos prá onde ir”. Quando o sertanejo vira seringueiro, procura subir cada vez mais: “Vou pro Juruá, porque me disseram que é um lugar muito parecido com o meu sertão. Gosto do pé enxuto”. Vive sempre acomodado ao ambiente. O seu pensamento vive longe, revendo espiritualmente o sertão. Repare-se este, por exemplo: “Eu não abandono o meu sertão. Quando aqui começa a chover e a trovejar, me dá uma vontade de ir voando para lá”. Nas menores coisas fazem essa associação. O Ceará os chama constantemente por intermédio da família, da convivência, da terra. “Eu não aguento a imaginação. Estou doido para voltar”. Mas mesmo assim deixou marcas fundas na paisagem da terra. Esta conseguiu até uma transformação surpreendente. Acalmou-lhe em parte o ímpeto. Corrigiu-lhe os transbordamentos de energia pela aplicação do trabalho, e, por fim, deu-lhe celebridade merecida. O cearense, em réplica, desviou o nosso destino, torceu o sentido do nosso caminho, afundando a penetração e o desbravamento da terra.

Não podendo rever o sertão, porque está ligado por interesses mais fortes ao Amazonas, o sertanejo trai-se a todo momento. O velho sertão que andava recalcado aparece disfarçado na primeira oportunidade. A sombra afetiva dele projeta-se liricamente nos nomes dos lugares, dos sítios, das fazendas, dos seringais: Seringal Fortaleza, Iracema, Ceará, Sobral, Pajeú, Crato... Ou então numa explosão incontida: “Toma cuidado, olhe que sou cearense”. De qualquer forma, o sertão vive “boiando” na sua vida. É o tributo que ele paga ao remorso. Da mesma forma a terra vinga-se do

homem que a abandona. O “manso” de volta ao Ceará será “paroara” para o resto da vida. Eis o testemunho de um “paroara”: Todos me chamavam “paroara”, não se chegavam perto de mim, me tinham ódio. Achei tudo esquisito. Não me acostumei mais lá. Então arribei de uma vez”.

É forçoso confessar, diz Viana Moog, que entre o homem e a terra não há mais do que um pacto de interesse<sup>39</sup>. Isso se explica pelo próprio regime de vida que levamos. Não pode haver piedade na indústria extrativa. Por isso o nordestino persiste, mesmo de longe, no destino de sua terra, à qual ele se acha profundamente ligado. Ele não veio nem vem, ainda, para ficar. Vem à procura de recursos, escapando da seca ou atrás da fortuna, chamado pela borracha. Em 56 entrevistas realizadas no decorrer deste estudo, vinte e cinco imigrantes pretendiam voltar logo que arranjassem uns recursos, nove já estavam arrependidos de terem vindo, e apenas dezoito pensavam em ficar, não queriam mais saber do Ceará.

Todos esses que responderam desse jeito eram “mansos” que retornavam desiludidos do sertão. Mais para adiante analisaremos o caso detalhadamente.

O Amazonas é assim um vasto acampamento. Homens à procura de fortuna, não à procura de terra, Daí a instabilidade, nervosismo, palpitação. É a borracha na sua função atrativa, fazendo “foco de apelo”, ou antes, dando “apetite de seringa”, na gíria do imigrante. O delírio foi bem compreendido por Abguar Bastos: “Compreende-se que no Acre tudo é febre, além de febre do corpo. Febre nas marchas. Febre no trabalho, febre em todas as paixões, febre torrencial, escarlate, profundamente cósmica”<sup>40</sup>.

O regime de vida, terrivelmente destrutivo, vence o amor e instaura em seu lugar a cobiça e a aventura. Sem base agrícola a fixar o imigrante não se pode falar em colonização. Faltam-nos as raízes estabilizadoras do tamanho da terra, o amor ao trabalho, à criação, o conforto. Por muito tempo seremos ainda assim. O quadro de ontem, com pouca diferença, ainda é o de hoje. Nada pode competir com a borracha em tempo de alta. Abandona-se a agricultura, escasseia o braço, desaparece o roçado. Todo mundo se dirige para os seringais. Ela é, como muito bem disse Cosme Ferreira Filho: “O único sismógrafo de sua vida econômica”<sup>41</sup>.

Os Relatórios da Presidência da Província são preciosos auxiliares para a compreensão desse fenômeno; “Não tenhamos essa esperança, por muitos anos a indústria extrativa será o único incentivo que chamará a população às nossas margens, e em lugar de animar e prosperar, a lavoura será um embaraço, uma força que se oporá ao seu “desenvolvimento”<sup>42</sup>. É a única indústria que empolga todas as forças vivas da província, queixam-se os homens do tempo que souberam compreender o destino que nos esperava. A incipiente agricultura colonial desorganiza-se. A borracha, com sua força monopolizadora esteriliza todas as outras atividades. Queixam-se os Presidentes da Província: “Tudo conspira contra a agricultura. Há povoações nesta província em que não se encontra, senão com extrema dificuldade, uma ave doméstica. Não se vê um pé de milho, nem uma planta de horta, nem uma árvore de fruta”<sup>43</sup>.

Aliás, isso não é peculiar só à Amazônia. Toda vez que um ciclo econômico contagia delírio na população, há fome. Abandona-se a plantação. Corre todo mundo. Nas Minas Gerais morreria-se de fome se não fosse o gado do Rio Grande do Sul e do São Francisco, já vimos. Gilberto Freire diz que a monocultura da cana é esterilizante. No Nordeste, no tempo da loucura do algodão, declara Rodolfo

Teófilo: “Os homens descuidavam-se da mandioca, dos legumes, as próprias mulheres abandonavam os teares pelo plantio do precioso arbusto. Era uma febre que a todos alucinava, a febre da ambição”. Já naquele tempo previam-se as consequências desse ciclo que viria desencadear a maior corrente migratória em tão curto prazo de tempo. Os administradores do tempo do Império reclamavam providências; por fim, acabam blasfemando: “Verdadeiros nômades, quais ciganos, não são esses que hão de levantar povoados, nem concorrer para aumentá-los”<sup>44</sup>. Isso porque o imigrante na Amazônia veio e continua vindo com a intenção de voltar na primeira oportunidade. O regime florestal destrutivo desestimula esse impulso. Chegaria a ser quase um transumante, se o permitissem. Conserva-se fiel ao seu destino sertanejo.

Explica-se: o nosso é o destino da aventura, transitório, efêmero, do fazer dinheiro para voltar depressa; o deles é o destino da terra e do trabalho, com raízes fundas, com laços de sangue e de família amarrando a sua vida. Não há porque acusá-lo. A culpa não é dele. A indústria extrativa, poderosamente destrutiva, não o deixa criar amizade à terra. Por isso tem razão Gilberto Ozório de Andrade: “Essa Amazônia prodigiosa, atordoante, nunca inspirou amor. Só cupidez”<sup>45</sup>.

Nem sempre o imigrante consegue reagir contra a memória. Neste caso teremos, forçosamente, um desadaptado. Só os que conseguem se acomodar, triunfam. A acomodação é um processo de conciliação frente ao conflito<sup>46</sup>. O seringueiro Francisco Prata, que entrevistei, conduziu-me a uma primeira compreensão desse processo: “Eu tive que me domesticar. Para se ganhar dinheiro é preciso sacrifício. Custa muito, porque a vida aqui é muito doída. Tudo que é imaginação ruim persegue a gente nos primeiros tempos”. A sua acomodação foi um imperativo do meio e do seringal. Ele enxergou e caracterizou, melhor que ninguém, na sua linguagem bárbara, o que os sociólogos fazem com os termos técnicos: “Quem vive no inferno se acostuma com os cães”.

Naturalmente que o imigrante experimenta um tremendo choque ao encontrar tão grande desequilíbrio na sua nova vida. Este fato foi também observado por Abguar Bastos no livro de Craveiro Costa. O imigrante “cai” ao passar de um estágio superior de economia agrícola para “uma economia de bugre manso”, ou economia florestal<sup>47</sup>. Por isso, quase nenhum deles pensa em agricultura. Esta seria a vitória da colonização e pressentiria a queda ou a não existência da borracha como “foco-de-apelo”. Temos um precioso Regulamento de Seringal que bem explica a mentalidade que leva o imigrante a esse destino. Diz ele: “Todos os habitantes destes seringais têm por dever: Trabalhar para se manter decentemente, porque sendo os seringais um núcleo de trabalho, para onde se vai com a vontade exclusiva de ganhar dinheiro[...]”<sup>48</sup>.

Ora, vontade exclusiva de ganhar dinheiro só combina com economia destrutiva, e não com agricultura. Não se cuida, como nesta, do bem-estar, do conforto, da felicidade. Agricultura não rima bem com seringa. O Regulamento é típico no gênero, contém revelações interessantíssimas. Mais do que tudo ele é fiel no retratar o regime de vida do seringal. Entre os deveres do seringueiro estatui-se que ele “deve ter em consideração que quando vem para os seringais e se coloca como extrator, é para produzir borracha”.

Nos primeiros tempos havia padrão que proibia a agricultura, porque, naturalmente, desviava a atenção do homem da seringa. Isto era bastante lógico. O padrão queria borracha e não legume. A ganância não deixava mesmo ninguém pensar em roça. Havia um ditado muito interessante, transmitido pelo meu pai que passou a maior parte de sua vida no Rio Abunã, e que me foi um

precioso e incansável auxiliar na orientação prática deste trabalho: “Quem for tatu, que cave; quem for macaco, que se atrepe”. Com isso, eles queriam dizer que tanto o arrôcho como o mutá eram permitidos. O patrão queria borracha de qualquer jeito e a qualquer preço, e o seringueiro não via meios que não usasse para atendê-lo.

O regime florestal destrutivo que sempre se praticou entre nós, como uma decorrência do princípio hedonístico, que em economia se conhece como a lei de menor esforço, cria no homem uma mentalidade toda especial. A mentalidade da seringa invade e influencia todas as outras. Contamina imprudência e destruição em derredor de seu meio. Todas as áreas de trabalho na Amazônia sofrem a sua influência decisiva. Tenho um excelente material de correspondência e cartas, que guardo cuidadosamente, de meu pai, de gerentes e administradores de seringais e regatões, de aviadores e negociantes que bem atestam este fato. Em todo esse material nota-se o poder esterilizante que a seringa traz, mesmo para o homem que a abandona. O que a monocultura fez em outras partes, a monoextração fez entre nós. A seguinte frase que encontramos no citado Regulamento nos conduz diretamente a essa compreensão: “Quem se habitua a viver alimentado de seu leite, não se acostuma mais a outro qualquer serviço<sup>49</sup>”.

Seringa e roça, portanto, não rimam bem. O roçado só existe quando a seringa falece. Na época da crise, até que se vive bem nos seringais. Pelo menos o homem toma interesse para a plantação e volta as suas vistas à terra. Seringa rima bem é com béri-béri, com charque e farinha, com pirarucu seco e feijão. Não combina com batatas, legumes, galinha, ovos, leite. Se ela se juntasse com tudo isso o homem não vinha para voltar. O homem sentiria alguma coisa de seu trabalho e de sua pessoa fíncado na terra. Um seringalista me disse que conhecia quando o seringueiro vinha para ficar. Diz ele: “O meu seringal é uma vida de sacrifício. Não há meio de fazer criar amor à terra. Repare, por exemplo, no tapiri que ele constrói. É apenas para passar um fabrico, no máximo. Ele não quer ficar mais de que um ano ali. Mas quando o senhor vir uma barraca com os caibros bem torneados, o chão assoalhado, a paxiúba bem batidinha e as palhas bem trançadas, pode dizer que ali mora um homem trabalhador que não pensa em voltar tão cedo”.

O espírito do homem do tapiri cria um estilo à imagem de sua vida quase nômade. Tenho uma experiência sobre a intenção que o imigrante traz a respeito de sua permanência. Todos os que entrevistei e que pensavam em ficar mais tempo, traziam o lírico desejo de viverem felizes. Tomemos o caso do imigrante João Medeiros, de Caraúbas, Rio Grande do Norte: “Vim à procura de uma terra onde chova todo o ano, onde possa fazer minha plantação, ter as minhas galinhas e a minha criação”. Por aí se tira que ele veio com a intenção de continuar no seu destino de agricultor, apenas para corrigir a seca com a chuva abundante. Ele quer continuar a ser o que sempre foi. É um caso raríssimo. A maioria, no entanto, segue o rumo da seringa. Esta oferece maiores possibilidades de êxito e de enriquecimento a troco de uma vida enferma e doída. Aqui, além do processo de deslocamento, dá-se a troca de regime. Deixa a economia agrícola, de criação de valores, pela economia florestal de destruição de coisas. Na primeira o homem quase não tem ambição, porque não há motivo para isso; na segunda só se pensa em ganhar dinheiro. Esse imigrante que veio para a agricultura, um dos raros que veio com esse destino, assim se expressou: “Não sou fanático de dinheiro. Não vim enricar nem com o desejo de aventura. Nunca tive ambição de crescer minhas vistas por terras dos outros”.

A aventura não se dá bem com a terra e o trabalho fecundo. O agricultor jamais será um tipo aventureiro. É um elemento estabilizador por excelência. O espírito da Casa-Grande, que estudamos neste ensaio, brigando contra o espírito da bandeira, do ouro, da borracha, essencialmente feito de movimento e arranco. O lirismo intervém nesse notável tipo de imigrante: “Quero o meu cantinho, onde possa trabalhar sossegado e alegre. Quero viver do meu trabalho, dar de comer à minha família, criar os meus filhos, sem pensar que amanhã a seca vem e me deixa na miséria”.

A agricultura é parceira da felicidade. O imigrante não veio para enricar, mas reconstruir um lar e uma casa. “Vim de muda”, disse-me ele. A única coisa que deseja é um pedaço de terra para viver. Esse sentido instintivo da propriedade ainda nos falta. Não possuímos a terra no sentido agrícola e criador. Fiquei enrascado para explicar a esse imigrante a razão por que as roças dos caboclos daqui não tinham cerca. A pergunta valeu por uma definição de atitude. Eu não respondi por que ele não me compreenderia, mas agora o satisfaço. Nem seringa, nem caça e nem pesca, não dá gosto de propriedade a ninguém. Dá comunismo e putirum. Além do mais o homem não vive em função da terra, mas do rio.

João Garcia não quer voltar: “Para que voltar para a terra dos outros? Lá só se vive na sujeição do dono das terras. Quero trabalhar para mim. Não gosto de viver alugado”. Esse espírito de liberdade e independência é geral entre eles. O regime de vida solta que levam no sertão os incita a agir e trabalhar independentes. Não foi à toa que Martius disse que o espírito de liberdade foi propulsor do povoamento dos sertões e que nós traduzimos como o “espírito do homem livre na psicologia do infinito”, que deu horizonte de trabalho na geografia de expansão.

O sistema de trabalho dos seringais deve ter sido criado em virtude dessa influência. O seringueiro é um tipo de trabalhador único, talvez, no gênero. É proprietário e não possui as estradas. É um homem livre e, no entanto vive durante muito tempo escravizado. Araújo Lima explica muito bem: “É o extrator proprietário do seringal, porque lhe compete desbravá-lo, explorá-lo, extrair o leite das héveas, fabricar a borracha e exportá-la afrontando todos os riscos da extração e o gravame de todos os ônus e impostos, inclusive”<sup>50</sup>. Não é, portanto, um assalariado. Embora economicamente seja um homem preso, socialmente é livre. Nas próprias relações entre o seringalista e o seringueiro há, da parte daquele, uma espécie de adulação ao chamar-lhe de “freguês”. Este, quando vem ao barracão, toma intimidade com o patrão. Come na sua mesa. Toma parte nas suas festas. O patrão, nas suas festas, tem como dever dançar com suas mulheres e divertir-se com eles. É compadre nos batizados de seus filhos e padrinho nos seus casamentos. Essas duas expressões, “freguês” e “patrão” têm muito valor. O primeiro fala em termos econômicos, em razão da dependência dos aviamentos. O freguês não vê sociologia, mas economia – “meu patrão”. Este fala em termos sociológicos, num simulacro de liberdade que lisonjeia – “o freguês manda”. Os papéis às vezes se invertem. Quando o seringueiro se revolta, mata, esfola o patrão. Este, então, inventou um meio de suplício – o tronco. O homem torna a reagir: “Coronel, um homem livre não se põe no tronco, mata-se”<sup>51</sup>. Ainda ninguém explicou a origem desse instrumento de tortura para o seringueiro, revoltoso e fujão, utilizado nos primeiros tempos da conquista e exploração dos seringais. Talvez tenhamos aí algum resíduo de influência africana importada com os negros maranhenses e os escravos cearenses que vieram para os seringais nas primeiras levas.

É curiosa a linguagem do homem do barracão quando fala do homem do tapiri. Transcrevemos, a título de ilustração, um trecho do citado Regulamento:

“Um momento de conversa com o meu pessoal:

- a) Todos vocês que habitam os meus seringais sabem que têm em mim um amigo;
- b) Sabem muito bem quanto procuro interessar-me por tudo que está ligado à sorte de vocês;
- c) Sabem que não os abandono na doença, mesmo que não tenham saldo;
- d) Sabem que recebem os saldos quando querem;

e) Sabem que conversam comigo em completa liberdade como se estivessem falando com um seu colega – Não é verdade?

Agora, desejo que todos vocês me imitem e não deixem de pagar-me quando me devem[...] ”

As relações, portanto, entre os patrões e os fregueses são as melhores possíveis. Deixam margem a entendimento e a compreensão. Socialmente, repetimos, o seringueiro sempre foi um homem livre, embora economicamente tenha sido um escravo. A velha economia que andava adormecida no princípio da conversa aparece por fim. Temos, portanto, sociologia do barracão e do tapiri pela interpretação materialista do seringal. Não há como fugir a esse imperativo.

A superioridade do imigrante cearense é flagrante. Quando se fala com ele sente-se estar em presença de algo de estranho e inacreditável em sua personalidade de homem livre. Os seus gestos são uma antecipação de sua atitude. Querem trabalhar independentemente. Um deles me disse: “Trabalho que tem inquisição não presta. Gosto da minha liberdade”. Aqui não há retórica, como se pode pensar. Em alguns andam reminiscências dos velhos tempos. Houve como que uma estratificação do passado por intermédio da tradição paroara. Acreditam piamente nas histórias que lhes contam. Um tem medo de “béri-béri” que anda matando todo mundo por aqui; outro, quando aconselhei que fosse trabalhar na Madeira- Mamoré, respondeu-me, indignado: “O senhor quer me matar de febre? Me contaram que lá na estrada morre gente que é uma coisa nunca vista. Vou lá não”. Outro foi contratado para um seringal do Acre, mas abandonou a ideia; perguntei-lhe a razão: “Estive me informando com uns mansos de lá do Ceará e me contaram esse negócio de amarrar o freguês no tronco só porque a gente pedia o saldo. Eu sou um homem direito. Vou lá não, para uma terra dessas...” Os exemplos são os mais eloquentes possíveis. Os imigrantes ainda trazem um resíduo do passado, daquilo que lhes contaram dos velhos tempos no sertão. O tradutor J. F. Normano compreendeu essa estratificação de tempo e de época. Diz ele: “Viajando pelo interior não só se percorre espaço, caminha-se em tempo. Uma viagem ao interior de Mato Grosso significa uma visita a São Paulo há cem anos atrás”. Nós mesmos encontramos em muitos deles referências ao Presidente do Ceará e a outros Presidentes do Brasil..”

Mais do que ninguém o cearense preza a sua liberdade. O imigrante Alfredo Constantino, quando lhe perguntei se queria empregar-se, caracterizou a mentalidade do seu grupo numa resposta:

“Eu não dou para viver alugado. Quem se freta é navio. Gosto de trabalhar para mim”.

Para melhor compreender o que tenha sido esta imigração e o valor de sua contribuição para o povoamento e a exploração da Amazônia, basta citar dois autores, interpretando duas épocas. 1866: “O Amazonas é uma esperança; deixando as vizinhanças do Pará penetra-se do deserto” – Tavares

Bastos<sup>52</sup> 1900: “Em menos de trinta anos, o Estado que era uma vaga expressão geográfica, um deserto empantanado a estirar-se, sem limites, para sudoeste, definiu-se de chofre, avantajando-se aos primeiros pontos do nosso desenvolvimento econômico” – Euclides da Cunha<sup>53</sup>.

Entre uma data e outra, a transformação surpreendente, pela chegada do imigrante e sua consequente internação ao arrepio da fortuna que a seringa dava.

As estatísticas são falhas, não merecem confiança, mas servem para dar uma ligeira ideia do que tenha sido essa imigração:

<b>1877</b>	.....	4.610
<b>1878</b>	.....	15.300
<b>1892</b>	.....	13.593
<b>1893</b>	.....	7.380
<b>1894</b>	.....	4.443
<b>1895</b>	.....	9.092
<b>1896</b>	.....	7.686
<b>1897</b>	.....	7.312
<b>1898</b>	.....	25.872
<b>1899</b>	.....	17.045
<b>1900</b>	.....	45.792
<b>Total</b>	.....	158.125 <sup>54</sup>

Imigração dolorosa e anárquica, é verdade. Povoamento às cegas, à gandaia, disse Euclides da Cunha, mas que assim mesmo humanizou a geografia do deserto. O nordestino, isto é, o “cearense”, como são conhecidos e apelidados todos eles na Amazônia, veio de improviso, como uma chuva de gafanhotos, na expressão pitoresca de Abguar Bastos “e andou para adiante, mal-entrouxado, barbado, cabeludo, apressado e praguejante”. Fatores de expulsão de um lado e de atração de outro, empurrando e puxando o imigrante, ora valendo um, ora predominando outro, explicam o tema.

Não há como fugir a esses extremos no deslocamento do grupo em questão. Quando a seca vem, temos uma imigração por ruptura de equilíbrio, “imigração por fome” (Brunhes) pesando muito mais que a “imigração por fortuna”. Quando a grande seca soma com a alta da borracha dá-se o êxodo em massa. A imigração atinge seu ponto culminante. A de 1900 é desse tipo. Todos os números citados são mais ou menos produtos da calamidade ou da seringa. Às vezes separam-se esses fatores, mas o comum é vê-los sempre unidos. Há, por isso, uma conjunção íntima entre a borracha e a seca no sertão, mas é possível classificá-los na sua maior ou menor influência e contribuição. Às vezes uma se avanta à outra.

A borracha vira rei, eletriza, excita, chama. É a irradiação do “foco-de-apelo”, o “apetite de seringa” no linguajar do imigrante. Ora é a seca, torturando, expulsando, “cutucando”. A borracha existiu antes da seca e poderia existir sem ela. Teve bastante força, nos seus “bons tempos”, para atrair o cearense. Com seus altos preços bastaria para povoar a Amazônia. A seca, porém, tirou-nos a iniciativa. Perdemos assim o controle, o equilíbrio que poderíamos manter, se não fosse o flagelo. Este,

deu-nos uma multidão de “famintos e variolosos”. Não podemos falar em imigração, mas em desterro. Em colonização, mas em assalto. Em esperança, mas em morte. “Os banidos levavam a missão dolorosíssima e única de desaparecer” <sup>55</sup>. Perdemos com isso um material demográfico valiosíssimo que poderíamos aproveitar se soubéssemos e estivéssemos em condições de recebê-lo.

Foi uma gente que não podia resistir, tão “fisiologicamente falida” se apresentava. Mas que assim mesmo conseguiu dar algum relevo na conquista do Vale, embora fazendo obra de destruição, de desespero, de suicídio.

A história da borracha não começa em 1877. A seca arrasadora desse ano foi que transtornou de súbito a imigração que se vinha fazendo crescentemente. Desde 1850 começaram a entrar no Amazonas os primeiros imigrantes. Os Relatórios da Presidência da Província descrevem o início do movimento: “Das comarcas de Gurupá e Santarém, da Província do Pará, tem entrado para os rios Madeiras e Purus alguns milhares de pessoas que neles se dedicam à indústria extrativa”<sup>56</sup>. Diz Artur Reis que nesse período vieram em “tal quantidade que somados a quantos lá se encontravam, ascendiam, só no Alto-Madeira, em 1858, a cinco mil pessoas”<sup>57</sup>. Só no ano de 1869 entraram em Manaus 1.676 pessoas. Depois vieram maranhenses seduzidos por Rocha Thury. “Em outubro de 1869 chegou a primeira leva de cearenses. Era de cinquenta homens. Dirigiu-a João Gabriel de Carvalho e Melo, pioneiro ousado, heróico, que se fixara no Baixo-Purus, para onde levou os nordestinos trazidos da Serra de Uruburetama”<sup>58</sup>. Nesse tempo não se falava em seca; só se falava em borracha. Ela começava a sua marcha colonizadora.

Daí por diante a Amazônia foi tomando um outro aspecto. Passou a existir e a viver em função exclusiva da borracha. A outra Amazônia ficou à margem, longe da febre e da ganância. Nasceram, assim, duas Amazônias, quase sem comunicações. Uma, das marombas e dos currais do Baixo-Amazonas, dos oleiros e vaqueiros de Marajó, dos castanheiros do Tocantins e Baixo-Madeira, dos cacaeiros de Cametá, dos guaranazeiros de Maués, dos piaçaveiros do Rio Negro, dos mariscadores e “viradores” do Solimões e, recentemente, dos juteiros de Parintins. Chegada à tradição, ao passado, que não é tão morto como se pensa. Com história e com relevo também. Embora esquecida e sem ambição. Ela está em contraste violento com a outra Amazônia precipitada, inquieta, excitante. Dos seringueiros do Acre, dos balateiros do Juruá, dos caucheiros do Abunã, dos comboieiros e mateiros do Xapuri. Uma Amazônia vivendo à custa da exploração mais que destrutiva, sem amor ao mato ou ao rio. Sangrando “madeiras”, decapitando o caucho, arrasando a balata, para acabar e voltar. Dois tipos antropológicos e econômicos distintos; fazendo duas geografias inéditas.

A geografia humana da primeira Amazônia tem como temas principais:

– a lenha e a droga espalhando o convite à salsa, baunilha, cravo, cacau, raízes aromáticas contra Tordesilhas – o paralelo mágico do rio pela riqueza na geografia da fronteira;

– o chamado estratégico na defesa da terra – Presépio, Fortaleza da Barra, São Joaquim, Marabitanas, Tabatinga. Príncipe da Beira – leque da expansão; o forte firmando a posse e consolidando o passo;

– o inimigo na formação da defesa e do limite: o espanhol, o batavo, o inglês – o rival na formação da vanguarda conquistadora;

– o índio e a tropa de resgate – o jesuíta, o carmelita competindo com o colono, requisitante para a fé o braço e a alma do gentio;

– “a expansão portuguesa efetuou-se, destarte, rapidamente, provocada, já vimos, pelas razões econômicas e políticas da caça ao índio, da busca aos produtos naturais e da defesa do território conquistado à Espanha”<sup>59</sup>.

Concorreu para tudo isso:

– a aventura lusa somada com o nomadismo do índio – a psicologia-trampolim na abertura do caminho;

– a geografia humana do rio – canal e bitola da conquista – “les rivières sont des chemins qui marchent” (Pascal);

– o caminho e a marcha na formação da fronteira;

– a psicologia social da canoa – “No Pará todos os caminhos são por água”, “para ir à missa ou a qualquer outra parte é preciso canoas e remeiros” – Antônio Vieira<sup>60</sup>. A corrente e o pedal no caminho que marcha. A geografia em redor do veículo móvel.

A outra Amazônia, mais falada e mais conhecida, tem como raízes:

– geograficamente nasceu na seca e na hévea. A linha de maior sofrimento – o sertão; e a de maior resistência – a floresta;

– historicamente toma origem na industrialização da borracha que despertou o interesse pela seringa (Goodyear). Aqui vão duas datas: 1866, a internacionalidade do rio pela abertura dos portos, uma necessidade seringueira; 1877: a réplica nacional pela cearenização da Amazônia pela seca e pela hévea;

– economicamente seguiu a linha de maior atração – compensação para o foco de, resistência ativa – o mato e a borracha no deslocamento do destino amazônico. Do Rio Negro colonial ao Acre republicano – uma febre na luta contra o deserto.

Seus principais regimes são:

– o regime de vida – o seringal na gênese da exploração – a hévea, a penetração pela baliza itinerante;

– o mateiro, o condutor no itinerário da seringa;

– o seringueiro, o cearense imigrante no roteiro antropogeográfico da exploração e da conquista;

– a machadinha, o instrumento da produção e da afirmação da posse;

– o 44 e o 128, o rifle, o terçado na defesa, na propriedade e no crime;

– o delírio amazônico na palpação sertaneja – a borracha na economia messiânica do imigrante;

– a Amazônia é um “foco periódico de apelo” – “eu vim mode a seringa”;

– a borracha na economia de atração do “rush” com ou sem geografia de inverno;

- o sertão na flagelação do homem - “eu vim mode a seca - geografia da seca fazendo economia forçada;

- o “rush” que o sertão deu e a chamada que a borracha fez - “a seca tava ruim. Eu não aguentei a influência” - a imigração pela economia da seca e da seringa;

- tudo isso culminou no Acre - o “Right” em razão do “Rush” - a economia na geografia do Direito.

O paralelo entre essas duas Amazônias é impressionante. Na primeira, a conquista, o povoamento, a fronteira, a economia, a alimentação, a vida gira em função do rio e da montaria - a geografia nômade e o veículo móvel. Daí nascer o paradoxo. A pátria do homem não é a terra, mas o rio. Quase não se vê ninguém dizer “sou filho de Porto Velho, de Lábrea ou de Santa Isabel”. A terra não tem expressão humana. O homem vive para o rio. Ele diz, portanto: “Sou filho do Madeira”, “nasci no Purus”, “vim do Rio Negro”. A própria borracha é do rio. O seringal não é rico. O rio é que é “bom de leite”. Os acontecimentos sociais de significação na vida regional. São filhos do rio, nunca da terra ou da cidade. O caboclo não a utiliza quase em sua linguagem: “Casei-me no Madeira”, “batizei-me no Solimões”, “ele morreu no Juruá”. Essas é que são as expressões legitimamente amazônicas.

Explica-se: a terra não oferece, para a memória ou para o coração, nenhuma lembrança. Todos os acidentes humanos trazem a marca inconfundível do rio. Ele é que marca o regime de vida, é, a bem dizer, a estação na economia do caboclo. Banca diapasão, por isso, na sua vida. A enchente e a vazante são como a seca e o inverno para o sertão. A safra e o fabrico. A maromba e o curral. O homem adapta-se a esse regime, à maneira de um clima. A lavoura da vazante - a roça, o marisco, as pescarias, as piracemas. A vida muda completamente de uma época para outra. O rio tem, portanto, expressão econômica e sociológica na psicologia da vida amazônica. Ele criou para si seus tipos característicos. O teque-teque turco da cidade, com as suas bugingangas às costas, vira regatão no rio, nas costas da montaria. Aqui, a própria terra tem significação líquida. A várzea e a terra firme. O igarapé e o sertão. “Sou do Baixo-Amazonas”, “vim do Alto-Purus”. Assim vive o homem, em função do rio e do remo, sucedâneo do pé ou da pata.

As interações amazônicas devem sempre ser expressas consultando o homem e o rio. A terra e o homem quase não estabelecem relações econômicas e sociais entre si. Para a terra falta o machado, o fogo e o passo abrindo caminho, criando um acidente humano para a construção de uma paisagem civilizadora. Falta a marca insubstituível da conquista efetiva dada pela exploração sistemática. Enquanto que o rio se acomoda com o panorama destrutivo. Estimula-o até. Traduz vantajosamente a estrada ou o caminho. A montaria fica sendo, na verdade, na expressão de Capistrano de Abreu, o “sucedâneo do cavalo”.

Entre o Nordeste sertanejo e a nossa Amazônia, duas interações contrastantes a que o imigrante terá que se acostumar sob pena de desadaptação perigosa. Por isso achei interessante a crítica de um natural da terra dizendo que a primeira coisa que um paraibano faz para se “amansar” é vender o cabresto. É justamente nesse contraste antropogeográfico que encontrei o maior número de motivos que deram conflitos no limiar da acomodação do imigrante.

O cearense Antônio de Oliveira expressou bem a mudança desse convívio responsável pela ressurreição sertaneja na memória: “São duas coisas que não me deixam esquecer o meu sertão; o meu cavalo e a minha mãe...” Portanto, entre um tipo e outro vai a distância que separa a intimidade

entre a terra e o homem do sertão: a roda e a para na abertura do caminho e na circulação da riqueza e o homem e o rio na Amazônia: a montaria e o remo no aproveitamento da marcha para vencer a distância e para fazer a vida. Geografia humana do gado e da roça, na primeira. Geografia humana do peixe e da caça, na outra. A seca e a enchente. O inverno e a vazante. A carne de sol e o pirarucu. O cearense e o caboclo.

Todos nós que vivemos na Amazônia somos filhos do rio. O nome nos traz a origem – Amazonas, Pará, Acre – a história pela biografia do rio. Compare-se, agora, isso com a terra do sol. Nesta, o homem se sente filho da terra e do sertão. Ela é o principal acidente da paisagem sertaneja. O homem diz, portanto: “Sou legítimo da Serra Uruburetama”, “criei-me no Crato, mas nasci em Juazeiro”, “sou mesmo do brejo da Bananeira, lá da Paraíba”. A terra onde se vive é mais forte que a terra onde se nasce: “Nasci em Pernambuco, mas a minha terra é o Ceará”.

Um amor tão forte como esse do imigrante impede que ele aceite, instantaneamente, as novas formas de vida na Amazônia. Ele tenta reagir, passivamente é verdade, mas nem por isso deixa de ser um grande sacrifício. A intenção dele continua a ser: chegar hoje, enriquecer amanhã, voltar depois. A vida aqui é “flagelada, doída”, como eles próprios dizem. Uma terra para ganhar dinheiro, não para fundar um lar. O imigrante diz: “Eu vim enriquecer”. Não diz, por exemplo; “Eu vim para ficar”. Com centenas de cearenses com quem falei, nenhum deles tinha o pensamento voltado para a Amazônia. Era sempre o Ceará: “Volto quando arranjar uns recursos”. “Vim para ganhar dinheiro na seringa e depois voltar”. Repare-se na ingenuidade lírica deste outro: “Vim para arranjar uns cobres para comprar uma bomba para o meu bananal...” A maioria está entregue ao destino: “Volto quando o destino permitir e a sorte também”.

A pátria do seringueiro não é a Amazônia. Uma terra para ganhar dinheiro e enriquecer não pode inspirar compaixão. O entrevistado nº1, Francisco de Assis Barbosa, quando lhe perguntei de onde era, respondeu-me: “Sou de Jaguaribe-Mirim, mas, quer dizer que nasci em Nova Empresa, no Acre. Mas me considero cearense”.

Quando perguntei a um velho seringueiro, José Ferreira, da Serra de Baturité, se já se considerava amazonense, ele respondeu:

– “O senhor me desculpe, seu moço. Tenho 51 anos de Amazonas. Gosto muito desta terra, criei-me a bem dizer aqui, mas não renego a minha pátria: sou cearense até o infinito”.

### **A mulher e a família do imigrante**

A mulher é o elemento fixador por excelência. Dá o sentido de estabilização e permanência na terra em uma imigração bem dirigida. No entanto, sendo quase sempre sentimental por índole, e mais chegada aos hábitos e costumes, é quem vai sofrer mais a mudança de ambiente. Mormente se encarmos o caso amazônico. A mulher não deve ser, por isso, guia de imigração nenhuma. É, aliás, o que Brunhes aconselha quando diz: “Las mujeres nunca son los guias de las emigraciones nuevas. Siguen las corrientes establecidas y las rutas practicables más o menos antiguas”.<sup>61</sup>

É compreensível, perfeitamente, que assim o seja. O homem sozinho tem liberdade para ir e vir, fazer e desfazer. Acompanhado de sua mulher e filhos isso não acontece. Deixa de ser um elemento solto e independente, como requer a própria psicologia-trampolim do homem pioneiro.

Passa a ter “obrigação” e responsabilidade, de forma que perde com isso muito de sua coragem e de sua audácia face aos azares e imprevistos.

Na Amazônia, o imigrante vem só e vem acompanhado também, dependendo de condições peculiares do fenômeno. À sertaneja, estando profundamente identificada ao seu sertão e à sua “convivência” torna-se difícil e doloroso mesmo fazer a sua transplantação sem conflitos, para a Amazônia, onde, face às condições de vida efêmera e totalmente estranha ao seu meio, são suscetíveis de criar um complexo de desadaptação perigosa. Em todas as mulheres que entrevistei, sentia sempre um desgosto ou um desânimo, quando não uma revolta incontida. “Não haverá mais sossego para mim numa terra em que eu não conheço ninguém”. A falta de aconchego do lar, da paisagem doméstica, dos parentes e amigos, da “convivência” como eles chamam, atua poderosamente para isso.

É significativa a sua expressão: “Eu não esqueço a minha convivência, eu não posso viver sem ela” – traços indelévels e inesquecíveis de tradições e costumes, de trabalhos e de festas, de lendas e de histórias. Todos esses laços que prendem a mulher, enraizando-a sentimental e efetivamente à sua terra, impedem que ela se “amanse” sem sacrifício. Conheço casos tremendos de desadaptação originados por esse conflito entre a paisagem doméstica e a nossa. Não só na mulher. Em todo o caso, mais nela do que no homem. Ambos sofrem, indiscutivelmente, de “transertanismo”, uma doença de saudade que dá em todo o cearense imigrante, assim como o “banzo” no negro escravo, ou o “transoceanismo” encontrado por Capistrano de Abreu em certos tipos europeus transplantados para o Brasil. O imigrante não conhece esse termo técnico. Ele vê apenas a “imaginação”, “uma coisa na cabeça mode voltar”, “um xodó”, “um chamego pelo sertão brabo”. E não se diga que isso seja somente na Amazônia, onde condições precárias fazem a vida enferma e “doída”. Em São Paulo, onde se presta tanta assistência ao imigrante, isso também se dá. Pedro Álvares da Silva já esteve em São Paulo, mas não aguentou: “Eu voltei para o Ceará não sei porque. Me deu uma vontade medonha, uma coisa na cabeça pru mode eu voltar que eu tive que arribar. Por arte do diabo, mal fui chegando foi logo a seca caindo em cima de mim que eu tive que arribar de novo”. O depoimento de Fernando Mibielli de Carvalho, num artigo sobre “População e Imigração”, também confirma esse fato: “Ao chegar em São Paulo ataca-os o tracoma. Os que subsistem e conseguem estabelecer-se, saudosos de sua terra, da caatinga, das paisagens familiares de seu Estado, vivem precariamente.”<sup>62</sup>

A saudade é uma imagem psicológica do passado. O “transertanismo” aproveita-se dela para bater no coração do imigrante fazendo um recuo – psicologia do retrocesso na geografia do homem que avança. Assim podemos compreender este outro imigrante: “A minha família está no Macauzinho querido. Eu estou lá também”. Para o imigrante Severino Barbosa, de Santa Rita, nem a mulher que o acompanha consegue amenizar a sua “imaginação”: “Eu já viajei um bocado. Mas não sei o que tenho”. Toda vez que o imigrante não sabe explicar direito porque veio é que a paixão o está consumindo. “Eu estive no Rio. Quando menos senti, lá veio a imaginação da família, que não me larga. E eu arribei”.

A imaginação é o eufemismo sertanejo da saudade. A mulher não constitui, como à primeira vista possa parecer, a convivência integral. Este imigrante disse, por exemplo: “Família é pai, mãe, irmãos. A gente tendo eles junto não se preocupa com nada”. Patriarcalismo sertanejo mexendo na mente do imigrante. “A mulher acompanha a gente, mas os olhos ficam voltados para lá” – novamente a psicologia dos olhos sedentários contra a geografia dos pés imigrantes. Ele continua: “Quando a família se acaba ou vem todo o pessoal, não tem esse negócio de terra. Onde se estiver, se está bem”.

A paisagem sertaneja é assim um elemento subsidiário, uma moldura do “convívio”. Este é que resolve, em última análise. O desenraizamento vem, não por falta da terra distante, mas por ausência de sangue. Este imigrante não quer ficar: “Vou escrever ao meu pessoal que não venha mais nenhum. Aqui o povo é bom, tem um jeito especial, mas eu não aguento a imaginação”.

Está visto, portanto, que transportar o homem sem a família é fazer imigração efêmera, sem base. Entre nós o esterilizante regime de vida exclusivamente destrutivo e florestal facilita e anima a vinda do imigrante solteiro, e ele, podendo vir só, vem. Só trará a mulher e os filhos em caso de necessidade. Seringa não se dá com mulher. A cupidez repele o amor. Por isso a tragédia dos primeiros tempos, diz meu pai, que assistiu a todo o drama social da conquista e da exploração dos seringais do Abunã, teve sempre dois motivos: questões de seringais e, principalmente, de mulher.

A grande angústia do tapiri era a solidão. E solidão é falta de mulher e amor. Isso até já se tomou tema comum e obrigatório em todo romance sobre a Amazônia. O seringueiro daqueles tempos, e ainda hoje, com intensidade já muito diminuída pela imigração do elemento feminino que passou a acompanhar o homem, ou era um homossexual ou um onanista. Há ainda análise minuciosa a ser feita entre o sexo e a seringa, entre a mulher, o tapiri e a “urbs”. Talvez resida numa bem estudada psicanálise da seringa, as origens daquelas alucinações dos “áureos tempos da borracha”. O Teatro Amazonas seria assim a versão psicanalítica oposta ao tapiri. O coronel ao seringueiro. O champanhe ao “choro”. A taça à tigelinha. O delírio da cidade à solidão do seringal – a borracha da gênese da “urbs” – Manaus – “uma cidade de 10 anos sobre uma tapera de dois séculos...”

Os jornais da época são preciosos a esse respeito. Infelizmente não tivemos tempo de exumá-los para um estudo minucioso como deveria ser feito. Alguns casos, no entanto, elucidam de relance: “José Pedro do Nascimento contou então a sua história de peregrino para a família. Deixara o Ceará em busca de algum recurso e precisava de uma companheira. E solicitou, sem mais delongas, a mão da menor Antônia, contando apenas nove anos. Como o pai da menor lhe dissesse que não podia ser porque era muito pequena, ele replicou, eu quero então é Emília. Tem sete anos mas eu quero é uma mulher<sup>63</sup>. O desfecho já se sabe qual é. O 44 confirma, invariavelmente, o desejo. Para nós isso se afigura uma verdadeira monstruosidade, mas se nos transportarmos para as condições peculiares desse agitado tempo, veremos que isso era resultante do desespero.

O imigrante Antônio Batista de Oliveira contou-me um caso que vale reproduzir, porque partiu de um elemento natural de uma terra onde se leva muito a sério essas questões de família e que, ao contato das surpresas e das necessidades da nossa vida, sofrem uma transformação radical. Diz ele: “A minha mãe conta que um tio meu pediu uma vez as cinco irmãs para trazer ao Amazonas, e quando chegou aqui, na falta de mulher, vendeu cada uma por 5 contos de réis. Foi assim que ele enriqueceu...”

Aqui vai outro caso contado pelo meu pai e que se dava frequentemente no Seringal Guarapari, no Rio Abunã. Os “fregueses” costumavam se embriagar nos dias de festa com uma droga do mato que eles chamavam “uasca”. Parece ser o mesmo “iagê” dos índios, que produz certas visões e delírios que fazem a vítima enxergar o futuro, consoante a tradição da bebida. A princípio, tomei o caso apenas sob o aspecto mais comum, que seria a embriaguês. No entanto, falando mais tarde com o seringueiro Francisco Lopes, já citado, achei a explicação para o fato. Diz ele: “A gente bebia uasca porque diziam que as nossas famílias, lá no Ceará, apareciam quando se estava com aquela droga na

cabeça”. “Aquilo ataca o juízo e deixa a gente quase doido. Houve um lá que enlouqueceu e meteu-se pelo mato, dizendo que ia buscar a família que estava esperando no Ceará. Nunca mais se soube do destino dele”. É a posse alucinante do sertão e da família pela visão do delírio. O desespero da ausência. O último recurso da “imaginação”.

O cearense nesses tempos foi assim um “imigrante de improviso”. E ainda hoje não mudou muito, embora a mulher e os filhos que o acompanham tenham modificado essa situação. É uma tentativa para fixá-los à terra. Se é verdade que as mulheres sofrem um tremendo processo de desajustamento de início, quando se “amansarem” e tomarem gosto pela terra serão, daí por diante, elementos que impedirão a volta do imigrante. Verificamos que em todos os casos dos “mansos” entrevistados e que voltaram ao Ceará, foi sempre em virtude da família que tinham deixado: “Fui atrás dum resto de sangue”, “tava com vontade de ver minha gente”, “ver como andava aquilo por lá”, “quis matar a saudade do meu pessoal”. Ainda hoje o imigrante, ao tomar a decisão de vir para o Amazonas, fica sem saber o que escolher: “Eu não vinha sem os velhos e eles não me deixavam vir. Por isso viemos todos”. Foi uma forma excelente de conciliação que, se reproduzida, nos trará colonos em vez de transumantes. Na maioria dos casos, porém, o cearense só traz a família por necessidade. Isso porque ele não pensa em se radicar na terra. Sua intenção é de povoamento transitório, enquanto arranja uns recursos ou termina o tempo da “mobilização” de 2 anos que o contrato estipula. Nunca vi uma mulher dizer que tinha vindo por gosto. “Vim sofrendo mode acompanhar o marido”. Este sabe os transe e as situações dolorosas por que vai passar a sua família.

Temos assim dois casos a considerar nas relações entre a mulher, a família e o imigrante. Se este veio tentado pela fortuna, com vontade exclusiva de enricar, com um pouco de aventura bolindo na sua cabeça, veio geralmente só. Se, ao contrário, veio banido pela seca à procura de recursos e trabalho para viver, e trouxe sua família, podemos assegurar que a imagem do sofrimento e da necessidade impedirá o seu regresso, pelo menos nos primeiros anos. Às vezes, o ressentimento é tão grande de que ele vem mesmo zangado. “Voltamos mais nunca”. Assim temos dois tipos: o imigrante que “veio de bonito”, influenciado pela seringa, e os que vieram “mode a fome e a seca”. Podemos situar até a questão historicamente. O ano de 1869 é excitante. Chega a primeira leva de 53 imigrantes para o Purus, conduzida por João Gabriel de Carvalho e Melo. José Manuel da Rocha Thury traz seiscentas pessoas de diversos pontos da Província para os distritos de Codajás e Purus<sup>64</sup>.

Vejamos, portanto, o movimento da população neste ano:

Entraram:

<i>Homens</i>	.....	1.348
<i>Mulheres</i>	.....	328
<i>Total</i>	.....	1.676
<i>Com família</i>	.....	59
<i>Sem família</i>	.....	1.617
<i>Total</i>	.....	1.676

Repare-se como o imigrante vem só quando a borracha chama. Nesse ano não se fala em seca. Há apenas o “apetite da seringa”. Nesses momentos de febre e ganância, a mulher não pode acompanhar o homem. Ela fica para puxar o imigrante para trás, fazendo com que este não se esqueça do sertão. Os solteiros e os casados deixam as suas noivas e mulheres em vez de trazê-las. Fato que se tomou célebre, conta Gilberto Osório de Andrade, nos anais da paciência humana, foi o caso das noivas cearenses: “Envelheciam esperando os prometidos que foram para o Amazonas”<sup>65</sup>. Se a família o acompanha, ele custará mais a sair. Estamos novamente em 1869. Os dados que nos servem foram retirados dos Relatórios da Presidência da Província:

Saíram:

<b>Com família</b>	.....	93
<b>Sem família</b>	.....	1.510
<b>Total</b>	.....	1.603

Examinemos agora o inverso. Estamos em 1900, um ano de terrível seca. Vamos ver como a necessidade obriga o imigrante a vir acompanhado de sua mulher e filhos. Os 15.773 imigrantes saídos à custa do governo federal tão somente estavam assim distribuídos:

De Fortaleza:

<b>Maiores</b>	.....	6.063
<b>Menores</b>	.....	3.233
<b>Total</b>	.....	9.296

De Camocim; 1.282 famílias com 6.477 pessoas<sup>66</sup>

Por aí já podemos ter uma ideia da participação do elemento feminino nesse tipo de imigração por fome. Se não fossem as condições precárias dessa gente teríamos, em pouco tempo, um aumento considerável de população. Infelizmente isso não se deu. A maioria era de voluntários da morte, escapando de um flagelo para logo adiante cair noutro. Contudo, veio melhorar sensivelmente a nossa situação demográfica. Deu um cunho de responsabilidade e trabalho à imigração. A aventura não podia repetir as mesmas façanhas de outrora. Brunhes entendeu bem a contribuição da mulher para o esforço civilizador: “Las grandes emigraciones de masa o de infiltración no producen cambio duradora en el mapa de la población y sobre la reparación de las razas, si la parte del elemento femenino es inexistente o insuficiente. Las mujeres son el elemento conservador y estabilizador que fija al nuevo suelo las razas desplazadas, com sus rutinas de existencia y sus costumbres ancestrales”<sup>67</sup>. Esse primeiro caso foi bem o nosso. Se a mulher cearense houvesse acompanhado o imigrante em situações normais, as condições de vida amazônica penderiam, por certo, para um equilíbrio sexual e econômico mais satisfatório, em vez desse panorama de economia destrutiva de valores e riquezas. Teríamos colonização no verdadeiro sentido da palavra e não imigração de improviso.

A crise de mulher foi sempre uma verdade expressa até hoje em cifras conhecidas. Vem de muito longe. Pelo Relatório de Francisco José Furtado, Presidente da Província, sabe-se que em 1859 o Amazonas possuía 43.935 habitantes assim distribuídos: Sexo masculino, 23.935; Sexo feminino, 19.988.

O “déficit” de mulheres importava em 4.947, o que já representava alguma coisa. Não são dados estatísticos exatos, mas por eles podemos avaliar o que tenha sido esta desproporção. O homem, com a seca, passa a vir com a sua mulher e os filhos. Vigora mais a necessidade que a ganância. A família passou a acompanhá-lo, muito embora a Amazônia não estivesse em condições de recebê-la. Condições físicas e psicológicas até contrárias para uma acomodação imediata e até responsáveis pelo seu desajustamento. Uma região enferma e doída. Em 48 respostas à nossa pergunta “se eram casados ou não”, e “se trouxeram mulher”, obtivemos o seguinte resultados: Casados, 34; Solteiros, 14.

Verificamos que todos os casados vieram acompanhados de mulher e filhos. Isso indica que, atualmente, o homem não deixa mais a sua mulher para se aventurar, sozinho, na Amazônia. A mulher passa a acompanhá-lo, seguindo a rota imigratória já aberta e batida por milhares de desbravadores. Os quatorze solteiros pensavam voltar na primeira oportunidade, bastava arranjar uns recursos, enquanto que os outros achavam mais difícil isso. Os primeiros vieram quase todos “de bonito”, enquanto que os segundos foram “cutucados”. Aventureiros e trabalhadores. O imigrante passa assim a ter responsabilidade e obrigação.

Miguel Félix de Melo contou-me as doidices que fazia em Manaus, pagando bebida a todo mundo: “para mim, 50\$000 era a mesma coisa que cinco tostões”. A sua mulher, que agora o acompanha, retrucou: “Agora a coisa é diferente. Eu não deixo ele fazer o que quiser”. A regra geral é que a mulher acompanha contrariada o marido imigrante. O cearense Libório Gonçalves deu uma entrevista muito valiosa a esse respeito: “Eu vivia na capital, mas desde um dia que peguei um fanatismo pelo sertão não quis mais saber da cidade. Não há vida melhor que plantar e criar”. Ele é um tipo autêntico de sertanejo, brabo e valente, embora tenha nascido na cidade, o que pouco importa; casou-se com uma sertaneja e explicou a sua atitude: “Casei-me com uma sertaneja pru mode ela me acompanhar para toda parte. É mulher tanto de pegar no cabo duma enxada como numa agulha. Com dificuldade, consegui embarcá-la. Pôr o pé no navio foi a mesma coisa que pisar no fiel da morte”. Muitas dizem que preferem morrer do que ser embarcada para o Amazonas. Ele tem cara de quem reagiu: “Sou um homem que não me deixo dominar”. Parece mesmo que não “afrouxou” – “minha mulher veio como quem puxa bode pra beira da água...” Essa sua expressão, além de pitoresca, é perfeita, embora a imagem seja um tanto bárbara, o que não perde com isso.

Tenho encontrado muitas mulheres desse tipo: “Eu não queria vir, foi ele que me obrigou”. É uma coisa um pouco difícil entrevistar uma mulher. Vem sempre rodeada dos filhos e a gente se sente acanhado em presença do seu marido. De forma que não se tem a liberdade requerida para estudos dessa natureza. É preciso esperar uma rara oportunidade, quando estiver sozinha, para então poder entrevistá-la. Consegui, deste último tipo, umas oito entrevistas, guardando muitas respostas de outras que não consegui completar nem entrar em detalhes.

Maria Otávia é da Paraíba, da capital mesmo: “Vim mode acompanhar o meu marido que se desencabeçou pata vir. Não houve nada que eu não fizesse para tirar essa ideia da cabeça dele”. Ela só

cede depois de reagir muito. Não consegue nada. O homem é cabeça dura mesmo. A família intervém: “A minha avó zangou-se quando ouviu essa história de vir. Eu me lembro das palavras dela: “Toma cuidado minha filha, que quando a cabeça não pensa o corpo é que padece” – o passado e a tradição da família tentaram impedir a partida. Mas qual! Ele não atendeu a ninguém. A influência o “desencabeçou”, a sua mulher teve razão. “O jeito que teve foi vir com os meus quatro filhos. Quando cheguei aqui, bati o pé para não ir para o interior. Eu já sabia que aquilo era o mesmo que cemitério. Foi quando seduziram o pobre para ir tirar pau-rosa”. Novamente a influência o desencabeçou. “Nunca mais tive notícia dele, desde que partiu. Um companheiro dele me escreveu dizendo que ele tinha morrido. Eu não acredito nessa história, eles mataram o pobrezinho”. Essa mulher agora é uma desesperada. Tem raiva da gente da terra, não quer mais viver aqui. “Eu agora estou braba, sem saber o que fazer. Só não volto porque não posso. Eu não sei o que fazer da minha vida”. A morte do seu marido agravou consideravelmente o seu caso. Ela já não viera de gosto, agora “quer distância dessa terra maldita”. Por aqui se vê a que extremos pode chegar um infortúnio comum como esse. Temos desadaptação por infelicidade. Quem perdeu o marido tem razão para blasfemar.

O imigrante João Martins de Aguiar é um tipo quase romântico. Traçou muito bem a situação do imigrante em face da família. “A gente aqui está arriscado a perder um filho de estimação, a ver morrer a mulher, a gente mesmo se acabar e deixar a família no desamparo. Por isso é que eu gosto da minha terra. Lá ao menos se tem saúde”. Esta é a grande preocupação do imigrante pai de família. É por isso que podendo vir só, vem mesmo. Ternos um outro caso, de Joana Cardoso de Figueiredo, da Paraíba: “Eu não sei o que dá na gente mode vir para cá. Também, contam cada história que acaba endoidecendo os nossos marido”. Ela não se opôs à ida do marido ao interior e até o acompanhou. A desilusão é a mesma. “Foi pro Solimões acompanhar o seu marido que foi tirar leite de maçaranduba”. Voltou doente e fraco. Ele quase morre. Os seus filhos estão com impaludismo. Ela voltou com toda a família para se tratar na capital. Está doente e desanimada. Roga praga: “Eu não me dou bem é com o lugar, não se pode andar de um lugar para outro que não esteja tudo encharcado”. O medo da água se manifesta nítido. O contraste que ela sentiu fez reviver a paisagem familiar. “Na minha terra não é assim, tudo é muito bonito. A gente anda sem medo, sempre no firme”. Ela só não gosta do lugar: “Não suporto os peixes daqui. Toda vez que como farinha-d’água, adoço”. A mudança da dieta concorre também para que o imigrante se torne um inadaptado. Pelo menos, se não chegar a esse extremo, contribui para uma atitude incompatível com a vida regional, à qual teria forçosamente que se acostumar. O que se dá é isso: embora o imigrante não goste de uma coisa, ele terá obrigatoriamente que se acostumar com ela, porque daqui não poderá voltar tão cedo. É por isso que aquele seringueiro achou a vida aqui muito ruim, um inferno, mas teve que se domesticar porque foi o jeito. Adiamos que, com uma boa política imigratória, se poderia amenizar essa situação. Na falta dela, o resultado é este: “Estou arrependido de ter vindo”, “quem me dera que eu pudesse voltar” – o transertanismo agindo na psicologia do arrependimento. Saudade e arrependimento esse que explodiu por fim nessa paraibana valente: “Prefiro morrer de fome na minha terra”.

Este outro exemplo vem confirmar, ainda mais, a reação feminina frente ao novo ambiente. Conta a sua história Antônia Ferreira, da Paraíba: “Ajudava o meu marido na agricultura. Nós não vivíamos na miséria, graças a Deus. Mas desde o dia que meteram na cabeça dele essa história de vir, que esse homem enlouqueceu”. Pelo que ela me disse, ele era acanhado, foram os amigos e os boatos “que fizeram essa malvadeza com o pobre”. Ela conta os boatos: “Lá, nos disseram que a borracha

estava a 20\$000 o quilo, que um homem trabalhador fazia mais de 100\$000 por dia, era só chegar e ajuntar que todo mundo estava nadando em dinheiro. Se ajuntava até com ciscador”. Confessou-me que tinha desconfiado dessas histórias, mas que o seu marido acreditava nelas porque eram os amigos que lhe diziam ter recebido notícias por cartas de conhecidos do Amazonas. Um manso teve razão quando me disse: “Vem tudo no iludimento”.

Nada contagia tão rapidamente como um boato. Foi assim que ouvi essa história repetida dezenas de vezes por quase todos eles. A desilusão é o primeiro passo para o recuo, a volta. Nunca ouvi um imigrante, depois de uns meses de contato com a realidade, que não estivesse desanimado. A cidade está cheia deles, estão voltando do interior. As mulheres, então, são uma lástima! Isso porque é raro não sobreviver logo uma doença, uma febre que vai logo cortando a esperança de uma franca reabilitação econômica. Por isso os entendidos nas coisas da terra dizem que borracha sem saúde de nada adianta. Quando perguntei a um seringueiro o que era melhor, se o inverno na sua terra ou a borracha no Amazonas, ele me respondeu: “A borracha com saúde”.

Conheci uma imigrante intransigente: o seu marido estava paralisado de “uma doença que deu na perna dele, que o pobre pegou no interior”. “Bem que eu não queria vir. Bem feito para ele não ser teimoso. Eu agora não ponho mais o pé numa canoa, nem que me matem! Daqui só para trás”. O destino dessa mulher acabou-se de uma vez. Ela vai percorrer agora a longa estrada dos conflitos e dos choques psicológicos até arranjar um “modus vivendi” para o seu desajustamento: “Se me dessem passagem para voltar, eu voltaria, mesmo que fosse para morrer no mesmo dia que chegasse à minha terra. Quero viver junto dos meus”. Isso vem confirmar o que dissemos a respeito. A mulher sente mais do que ninguém a mudança operada bruscamente em sua vida. Sendo o elemento mais chegado aos “seus”, fazendo dos parentes, amigos, vizinhos, de sua roça e de sua casa, o seu próprio mundo, ela sentirá profundamente a dor de lhe arrancarem tudo isso. Será uma planta exótica, enfermiça, desenraizada numa terra estranha, no caso de não conseguir reagir contra a dolorosa surpresa que a espera. Muitas conseguem isso, admiravelmente, ou porque os maridos já são mansos e não temem mais a Amazônia, o que lhes dá um sentimento de confiança e conforto, ou porque possuem fibra bastante para suportar todos os sofrimentos e asperezas da vida que vão levar. Esta, por exemplo não suportou a mudança brusca: “Não haverá mais sossego para mim numa terra em que não conheço ninguém”. Não se pode, de antemão, fazer um julgamento prematuro. Para isso necessitaria uma longa observação que não podemos realizar. No entanto, as que entrevistamos nos deram a impressão de que não se trata de uma disposição ou tendência para a inadaptação, mas de casos alheios à sua vontade, todos fortuitos, como as circunstâncias que concorreram para isso. Uma doença, um sofrimento, uma desgraça. Porque também existem as esperanças: “Parece que vou me dar bem na terra. Depende do meu marido. O ganho é bom e há muito recurso para viver”. No entanto, a queixa é regra geral: “Não há mulher que tenha sofrido mais do que eu”. Umas são mais resignadas: “Eu não me queixo. Se me der bem, fico”. Outras são intransigentes: “Daqui não dou mais nem um passo para cima”. É claro que a vida que levam aqui gera tanto desequilíbrio. Tudo depende das circunstâncias que determinaram a formação da atitude imigratória: Umas vêm banidas, forçadas, desterradas; outras, confiantes, esperançosas, alegres. “Se eu soubesse como era a viagem de mar, vinha o quê?! Não me aventuro de novo”. Ou então: “Prefiro morrer do que ser embarcada”.

Não somente o nosso rio dá aquela aversão já conhecida. Também o mar exerce a mesma influência sobre o seu espírito. Nem todas as mulheres são assim. Repare-se, por exemplo, nessa

mulata, que, tendo ouvido todas as queixas das companheiras zangadas e arrependidas, respondeu-me: “Eu não sou assim. Desde que tomei o bonde errado, vou até o fim da linha. Vou mesmo para o Acre”.

Se de um lado a mulher e a família no sertão concorrem para que o imigrante não abandone a ideia de voltar, os parentes que estão aqui ou os paroaras incitam os outros com a sua vida e as suas histórias. Isso porque a capacidade de dramatização do cearense intervém obrigatoriamente nas suas histórias, de forma que ele estará sempre na “vantagem”. Está na sua índole contar histórias excitantes, de onças e bichos que esfolou e de riquezas que viu; daí a mentalidade do ganho fácil que o imigrante traz. A maioria deles já tinha parentes no Amazonas, embora não soubesse localizá-los. De qualquer forma exerciam uma vaga influência sobre o seu espírito. Dos treze imigrantes que tinham parentes no Amazonas, nesse nosso inquérito, todos tinham desde muito tempo um vago desejo de conhecer esta terra.

Rodolfo Teófilo, em seu livro **A Seca no Ceará**, declara que “todos conhecem mais ou menos aquelas ubérrimas e insalubres paragens, e não há família no Ceará que não tenha um ou mais membros naquela opulenta região”. Mais adiante, fala da “cegueira” que o cearense tem pelo Amazonas. Essa cegueira está em função da influência e dos boatos quando a borracha sobe, já vimos. Mas também os parentes que moram aqui concorrem para isso. Assim é que alguns dos imigrantes vinham para repetir a façanha de um tio, de um irmão, do próprio pai. José Lino de Araújo veio ocupar o lugar do seu velho, na própria expressão. Joaquim Ferreira de Sales diz que a sua família “tem danoção pelo Amazonas”; o outro não sabe o que dá no seu pessoal “mode vir para cá”.

O problema do imigrante é ainda, sobretudo, o da família. O homem solteiro quase sempre vem em busca de aventura, não para em canto algum, por não ter nada que o prenda. É quase transumante com ideia fixa de voltar na primeira oportunidade, muito embora só fique na ideia, pois é difícil arranjar um saldo que lhe dê possibilidade de regresso. Disse-me um imigrante que estava arrependido de ter trazido mulher porque não tinha intenção de ficar aqui. “Eu vim para arranjar uns recursos e depois voltar. Agora a mulher vai me atrapalhar. Sou um homem preso”. Enquanto que outro, que tinha intenção de ficar, respondeu à minha pergunta dizendo que “ia virar pedra no Acre”. “Onde eu sentar, aí eu fico. Não sou homem de circo para andar bolando de um lado para outro”. Este trouxera mulher e resolvera viver definitivamente entre nós. Depois ele me explicou que era de Macau e não gostava da sua terra. Foi um dos raros casos que se deu. Causas estranhas devem ter contribuído para essa atitude. Hoje se pretende trazer primeiro o imigrante, depois a sua mulher. É uma política bastante aconselhável, que deve ser posta em prática o quanto antes. Mas a instabilidade do homem não vem só da falta da família e da sua mulher. O regime de vida econômica dolorosamente destrutivo é o principal responsável. O postulado da economia regional ainda continua a ser a lei do menor esforço, a exploração aos “trancos e barrancos”. Uma psicologia de saque.

Há quase um século o Presidente da Província, Francisco José Furtado, enxergou o problema: “Tudo conspira contra a agricultura”. Quem abrir os cinco volumes dos Relatórios da Presidência da Província encontrará sempre a mesma história. A queixa contra a indústria extrativa. A recomendação do plantio como forma de fixação do homem. Mas eles compreendem o impossível; “Não tenhamos essa esperança, por muitos anos a indústria extrativa será o único incentivo que chamará a população”<sup>68</sup>.

A seringa não rima com roça, nem tampouco com família. Ela gosta de aventura, da solidão, do saque. Ainda hoje assistimos a corrida louca aos nossos seringais, com a mesma febre de há trinta anos atrás. O imigrante ainda traz a promessa de “mundos e fundos” na cabeça. A inquietação, o frenesi, o “rush”. Ainda vem para voltar. Não deixaram ainda de ser povoadores de improviso, “Chuva de gafanhotos”. Embora com uma relativa proteção oficial. Com uma diferença: a família, a maioria das vezes, passa a acompanhá-lo. Temos o elemento que ajuda a permanência. O imigrante não olha muito o seu sertão. Não queremos fazer juízo adiantado. Júlio de Revoredo entendeu o problema: “A intenção manifestada pelo imigrante quanto à sua permanência em determinado país, mesmo quando verdadeira, está sujeita a mil e uma circunstâncias ulteriores que, em última análise, são as que decidem sobre o caráter de sua estada na terra estranha”<sup>69</sup>.

A mulher, já vimos, pode tanto ser um elemento de fixação como de arribação. O imigrante fala muito melhor que os livros. José da Cruz, de Baturité, sabe mais do que nós. Definiu admiravelmente todo um tema imigrantista: “O brabo pensa sempre em voltar logo que arranja uns recursos. Se for casado e bom tirador de leite, demora mais um bocado. Mas cearense manso, com família, “vira cascalho”.

---

<sup>1</sup> BRESLAW, Joseph Bernard. “The Development of a SocioEconomic Attitude”. New York, 1938. - [voltar](#)

<sup>2</sup> BRESLAW, J. B. Op. cit. - [voltar](#)

<sup>3</sup> NORMANDO, J. F. Evolução Econômica do Brasil. Rio, 1939, p. 18. - [voltar](#)

<sup>4</sup> CALMON, Pedro. História Social do Brasil, v. II. Rio, 1940, p. 189. - [voltar](#)

<sup>5</sup> VIANA, Oliveira. Evolução do Povo Brasileiro. Rio, 1933, p. 83. - [voltar](#)

<sup>6</sup> RODRIGUES, F. Contreiras. Traços da Economia Social e Política do Brasil Colonial. Rio, 1935, p. 28. - [voltar](#)

<sup>7</sup> NABUCO, Joaquim. O Direito do Brasil. Rio, 1941, p. 37. - [voltar](#)

<sup>8</sup> NORMANDO, J.F. Op. cit., p. 45. - [voltar](#)

<sup>9</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. Rio, 1936, p. 21. - [voltar](#)

<sup>10</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. Op. cit. p. 24. - [voltar](#)

<sup>11</sup> FREIRE, Gilberto. Nordeste. Rio 1937, p. 21. - [voltar](#)

<sup>12</sup> SANTOS, Joaquim Nabuco dos. Memória do Distrito Diamantino, apud MAGALHÃES, Basílio, p. 284. Expansão Geográfica do Brasil Colonial. - [voltar](#)

<sup>13</sup> RICARDO, Cassiano. Marcha para o Oeste. Rio, 1940, p. 118. - [voltar](#)

<sup>14</sup> HOLANDA, Sérgio B. de. Op. cit., p. 21. - [voltar](#)

<sup>15</sup> PRADO, Paulo. Paulística. Rio, 1934, p. 23. - [voltar](#)

<sup>16</sup> ABREU, Capistrano de. **Capítulos de História Colonial**. Rio, 1934, p. 113. - [voltar](#)

<sup>17</sup> RICARDO, Cassiano. Op. cit., p. XXI. - [voltar](#)

<sup>18</sup> ANTONIL. **Cultura de Opulência do Brasil**, p. 215. - [voltar](#)

<sup>19</sup> CALMON, Pedro. **História Social do Brasil**, v. I, p. 216. - [voltar](#)

<sup>20</sup> MAGALHÃES, Basílio de. **Expansão Geográfica do Brasil Colônia**, p. 310. - [voltar](#)

<sup>21</sup> CALMON, Pedro. Op. cit., p. 106. - [voltar](#)

<sup>22</sup> MENEZES, Djacir de. O Outro Nordeste. Rio, 1937, p. 68. - [voltar](#)

<sup>23</sup> ABREU, Capistrano de. Op. cit., p. 141. - [voltar](#)

<sup>24</sup> HANDELAMN cit. por CALMON, Pedro. Op. cit., p. 141. - [voltar](#)

<sup>25</sup> ABREU, Capistrano de. Op. cit., p. 143. - [voltar](#)

<sup>26</sup> FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Terras do Brasil**. Rio, 1939, p. 210. - [voltar](#)

<sup>27</sup> BRUNHES, J. y VALLAUX, C. **Geografia de la História**. Madri, 1928, p. 115. - [voltar](#)

<sup>28</sup> ABREU, Capistrano de. Op. cit., p. 141. - [voltar](#)

<sup>29</sup> VIANA, Hélio. **Formação Brasileira**. Rio, 1935, p. 79. - [voltar](#)

<sup>30</sup> CALMON, Pedro. **História Social do Brasil**, v. II, p. 189. - [voltar](#)

<sup>31</sup> PRADO, Paulo. **Paulística**, p. 210. - [voltar](#)

<sup>32</sup> VIANA, Hélio. Op. cit., p. 13. - [voltar](#)

<sup>33</sup> MIBIELLI, Fernando. População e Imigração. **Revista Brasileira de Estatística**, ano III, n. 9, jan./mar. 1942, p. 111. - [voltar](#)

<sup>34</sup> MIBIELLI, Fernando. Op. cit. - [voltar](#)

- <sup>35</sup> CARVALHO, Bulhões de. **Estatística Método de aplicação**. Rio, 1933, p. 45. - [voltar](#)
- <sup>36</sup> HOLANDA, Sérgio B. de. Op. cit., p. 115. - [voltar](#)
- <sup>37</sup> SOROKIN, Pitirín. "Social Mobility" apud ATAÍDE, Tristão de – **Concepção Integral do Direito (Introdução e Materialismo Jurídico)**, p. 141/142. - [voltar](#)
- <sup>38</sup> SOBRINHO, Tomás Pompeu. O Homem do Nordeste. Revista do Instituto do Ceará. Tomo II. For taleza, 1937, p. 381. - [voltar](#)
- <sup>39</sup> MOOG, Viana. **O Ciclo do Ouro Negro**. 1936, p. 32. - [voltar](#)
- <sup>40</sup> BASTOS, Abguar. **Certos Caminhos do Mundo**. Rio, p. 62.- [voltar](#)
- <sup>41</sup> FILHO, Cosme Ferreira. **A Borracha Problema Brasileiro**. Manaus, 1928, p. 3.- [voltar](#)
- <sup>42</sup> Relatórios da Presidência da Província do Amazonas, v. IV, p. 552.- [voltar](#)
- <sup>43</sup> Idem, idem. Relatório Dr. Jacy Monteiro, 1877, v. V, p. 736.- [voltar](#)
- <sup>44</sup> Idem, idem, v V, p. 738.- [voltar](#)
- <sup>45</sup> ANDRADE, Gilber to Osório de. Um Complexo Antropogeográfico. Recife, 1940, p. 14.- [voltar](#)
- <sup>46</sup> BALDUS, Herber t e WILLIAMS, Emílio. Dicionário de Etnografia e Sociologia. São Paulo, 1939, v Acomodação, p. 18.- [voltar](#)
- <sup>47</sup> COSTA, Craveiro. A Conquista do Deser to Ocidental. Rio, 1940, p. 15.- [voltar](#)
- <sup>48</sup> Seringais de Otávio Reis. Regulamento interno, Belém, 1934, p. 10.- [voltar](#)
- <sup>49</sup> Seringais de Otávio Reis. Regulamento interno. Belém, 1934, p. 10.- [voltar](#)
- <sup>50</sup> LIMA, Araújo. A Amazona: A Terra e o Homem. Rio, 1937- [voltar](#)
- <sup>51</sup> Entrevista n. 36, César Barbosa de Lima.- [voltar](#)
- <sup>52</sup> BASTOS, A. C. Tavares. **O Vate do Amazonas**. Rio, 1937, pág. 214.- [voltar](#)
- <sup>53</sup> CUNHA, Euclides da. **À Margem da História**. Por to, 1900, pág. 65.- [voltar](#)
- <sup>54</sup> Êstes dados estatísticos foram recolhidos, a maior parte, do livro de Rodolfo Teófilo – **História da Seca do Ceará**, e do memorial de Dorneles Câmara – **Colocação no Amazonas dos flagelados do Nordeste**, Manaus, 1919. São dados que não merecem muita confiança. No entanto, se aproximam, alguma coisa, da realidade. Em 1900 o total parece exagerado. Foi o que conseguimos obter: 13.730 imigrantes às expensas do governo federal e 32.062 dos governos do Amazonas e do Pará.- [voltar](#)
- <sup>55</sup> CUNHA, Euclides da – Op.c it., p. 65.- [voltar](#)
- <sup>56</sup> Relatório da Presidência da Província do Amazonas. Vol. III – Apresentado pelo TenenteCoronel João Wilkens de Matos. Manaus, 1870, p. 761.- [voltar](#)
- <sup>57</sup> REIS, Ar tur C. F. **História do Amazonas**. Manaus, 1931 – p. 215.- [voltar](#)
- <sup>58</sup> Idem, idem, p. 215.- [voltar](#)
- <sup>59</sup> REIS, Artur. Op. cit., p. 64.- [voltar](#)
- <sup>60</sup> D'AZEVEDO, J. Lúcio. Os Jesuítas do Grão Pará – sua missão e a Colonização. Lisboa, 1901. p. 133 134.- [voltar](#)
- <sup>61</sup> BRUNHES, J,y VALLAUX, C. Geografia de La História. Madri, 1828, p. 212.- [voltar](#)
- <sup>62</sup> CARVALHO, Fernando Mibielli de. População e Imigração. Revista de Estatística, Ano III, n.º 9, p. 111.- [voltar](#)
- <sup>63</sup> Vd. O "Jornal do Comércio", Manaus – 226 1916.- [voltar](#)
- <sup>64</sup> Relatórios de João Wilkens de Matos, vol. III, p. 772.- [voltar](#)
- <sup>65</sup> ANDRADE, Gilber to O. de. Op. cit., p. 149.- [voltar](#)
- <sup>66</sup> TEOFILLO, Rodolfo. Secas do Ceará. For taleza, 1901, p. 206.- [voltar](#)
- <sup>67</sup> BRUNHES, J. Op. cit., p. 21.- [voltar](#)
- <sup>68</sup> PEIXOTO, Domingos Moreira. Relatórios da Presidência da Província, v. IV, p. 552.- [voltar](#)
- <sup>69</sup> REVOREDO, Júlio de. Imigração. São Paulo, 1934, p. 16.- [voltar](#)

---

O ROMANCEIRO DA  
BATALHA DA  
BORRACHA

---

## 2. O romanceiro da batalha da borracha

*“Direi ao Norte: dá; e ao Sul: não os retenhas. Trazei os meus filhos de longe e as minhas filhas das extremidades da terra”.*

(Isaías 43:6)

Este romanceiro sociológico constitui um projeto que levou trinta e cinco anos para se realizar. Desde a sua concepção, em 1942, passou por um longo período de gestação, no burburinho da II Grande Guerra; de coleta de dados, depoimentos, entrevistas e noticiário de jornais durante a II Batalha da Borracha; de formação e desenvolvimento no pós-guerra; para adquirir, afinal, personalidade, maturação e publicidade nos dias correntes de 1977, quando se comemora o centenário simbólico da imigração “cearense” para a Amazônia, intensificada a partir da grande seca de 1877, e o sesquicentenário da exportação da borracha, que começou a se avolumar no ano de 1827.

Nesse longo procedimento criativo, com grandes intervalos e recessos no tempo, diria no decorrer de estafante caminhada, ele foi adquirindo consistência, forma e vida, sendo inúmeras vezes reciclado e recriado. A perspectiva do tempo histórico deu-lhe mais relevância e significado, pois a **II Batalha da Borracha**, travada durante os anos de 1942 a 1945, na Amazônia (a **I Batalha da Borracha** ocorreu no período de 1850 a 1915, no Segundo Império e na Primeira República), iria adquirir uma projeção histórica que bem poucos investigadores se aperceberiam.

É que ela marca o início de uma nova consciência brasileira em relação à Amazônia; o reconhecimento dos erros de um passado de angústia, sofrimento e solidão; o início das tentativas de acerto em busca de soluções menos estocásticas e mais racionais. Mais do que isso: o despertar da nacionalidade para os seus problemas e a criação de uma sensibilidade política brasileira em relação à área. Desde então, não apenas em relação à Amazônia, mas também em relação ao Nordeste, nosso irmão gêmeo: parceiro e meeiro de nosso destino.

Parte do material agora publicado procede de O Cearense na Amazônia, como o capítulo referente à Psicologia Social dos Flagelados e Retirantes, e o último, “O Arigó”, acrescentado do subtítulo “O Adeus às Armas”, para bem caracterizar o final melancólico do movimento migrantista. Os outros capítulos: Gênesis, Êxodo, Levítico, Números, Crônicas, Cânticos, Diáspora e Toponímia, foram montados sobre um extenso documentário dos meus arquivos, reunidos naquele período, inclusive as entrevistas com os flagelados, as quais só agora estão sendo publicadas integralmente, na sua forma original e no próprio linguajar do sertanejo. Todos, inéditos, compõem o quadro e a imagem dessa batalha que não chegou a ser travada, e cujos heróis sucumbiram nos ermos das florestas, no beiradão dos rios e nas favelas das cidades onde se marginalizaram.

Escolhi como metodologia do romanceiro a técnica de investigação e da exposição sociológica, ou parassociológica, a fim de poder melhor exprimir e narrar os eventos desse período lendário e quase heroico, introduzir humanidade no drama telúrico e econômico, descrever situações, movimentos e paixões que assinalaram a presença do homem do Nordeste na paisagem e nos seringais amazônicos.

As citações bíblicas que iluminam o vestibulo de cada quadro foram cuidadosamente escolhidas e selecionadas (utilizamos os textos mistos das versões judaica Massoraita, da grega Septuaginta e da latina Vulgata) para despertar no leitor a importância do Testamento como herança cultural e universal de todos os povos; como exemplo de extraordinário valor didático à vida de cada um e de todos nós, e para introduzir no contexto um valor poético, lírico e profético que bem se adapta à situação regional de nossa vivência. Ainda mais: para dar um sentido de perenidade ao cotidiano e um senso de missão para a grandeza da luta e do desempenho da ação brasileira na região Amazônica.



## 2.1 GÊNESIS: Como a história começou

*Levanta-te, percorre essa terra, no seu comprimento e na sua largura”. (Gênesis, 13:17)*  
*“Eis que a minha terra está diante de tua face: habita onde bom for aos teus olhos. (Gênesis, 20:15)*

Bem longe e atrás: duas décadas de depressão e inércia nos anos 20 e 30. De repente, uma variante trágica: a II Grande Guerra de 1939, uma derrota, uma data – 8 de dezembro de 1941, e um grito: “Remember Pearl Harbour”.

E uma variante política e profética: o histórico “Discurso do Rio Amazonas”, pronunciado em Manaus em 10 de novembro de 1940, pelo Presidente Vargas, que serviu de ideia-força criadora da mística para despertar a consciência brasileira para a Amazônia:

Nada nos deterá nesta arrancada, que é, no século XX, a mais alta tarefa do homem civilizado: conquistar e dominar os vales das grandes torrentes equatoriais, transformando a sua força cega e a sua fertilidade extraordinária em energia disciplinada. O Amazonas, sob o impulso fecundo da nossa vontade e do nosso trabalho, deixará de ser, afinal, um simples capítulo da história da terra, e equiparado aos outros grandes rios tomar-se-á um capítulo da história da civilização

A derrota de “Pearl Harbour” levou o presidente Roosevelt a declarar guerra à Alemanha, Itália e Japão, às chamadas Potências do Eixo Berlim-Roma-Tóquio, alastrando-se o conflito mundial que explodira em 1939, até então sustentado, agonicamente, pela Inglaterra, França e União Soviética, na batalhas da Europa Continental. Estendendo-se do Atlântico ao Pacífico e passando pelo Oceano Índico e pelos mares da China, o conflito envolveu todos os continentes.

A perda dos seringais da Malásia, que supriam de borracha os aliados, constituiu uma derrota sem precedentes. A única fonte alternativa de abastecimento estava situada no mediterrâneo amazônico, cujos seringais nativos continuavam produzindo borracha, de forma residual, eis que no fundo da crise de 1932 a nossa exportação atingiu apenas a 6.244 toneladas, no valor de 217.012. Compara das essas cifras com o pico da prosperidade em 1910, quando o valor da borracha silvestre exportada alcançou 215.254.371, pode-se ter uma exata dimensão da catástrofe que desabou sobre a Amazônia: entre uma data e outra a região havia perdido, em termos de borracha, quase 92% do seu Produto Regional Bruto.

Mal saindo dessa depressão, viu-se a Amazônia, de uma hora para outra, envolvida no conflito mundial, em função do retorno forçado do monopólio da borracha silvestre e, mormente, em virtude dos compromissos assumidos pelo Brasil, com a assinatura dos famosos “Acordos de Washington”.

Esses acordos, resultado da Missão Souza Costa, que na época era ministro das Finanças do Governo do presidente Vargas, foram firmados na capital norteamericana, em março de 1942, tendo sido Valentim Bouças o principal assessor do negociador, Ministro João Alberto, que logo após assumiria o comando da Coordenação da Mobilização Econômica do Brasil na II Grande Guerra, como aliado dos Estados Unidos.

Os “Acordos de Washington” visavam, sobretudo, ativar a produção da borracha amazônica, matéria-prima estratégica e indispensável para a guerra. Segundo o depoimento do próprio Valentim Bouças, publicado no Diário Oficial do Amazonas, edição de 4 de maio de 1942, os referidos acordos clausulavam os seguintes compromissos:

1. Preço fixo de US\$ 0.39 por libra peso, posto a bordo em Belém do Pará, a vigorar pelo prazo de dois anos, com direito a reajustamento durante os três anos subsequentes;

2. Toda a borracha exportada além do limite anual de 5.000 toneladas teria uma bonificação de US\$ 0.025 por libra até 10.000 toneladas, e daí para cima mais cinco “cents” por libra, devendo as importâncias oriundas dessas bonificações serem aplicadas em saúde, pesquisa e fomento;

3. Contribuição de 10 milhões de dólares do Governo norte-americano, sendo 5 milhões de dólares para o saneamento, a ser feito com a assistência da Fundação Rockfeller, e 5 milhões de dólares para serem aplicados, pelo recém-fundado Instituto Agrônomo do Norte, na pesquisa científica, melhoria e fomento de produção.

Os referidos compromissos, sobretudo a clausulação do preço fixo de 39 “cents” por libra peso provocaram violenta oposição das classes empresariais e seringalistas da região, pois a volta da posição monopolística iria permitir, enquanto durasse a guerra, uma alta vertiginosa dos preços da borracha silvestre, e com isso, talvez, permitir uma rápida capitalização da empresa seringalista, dos aviadores e regatões, ativar as receitas orçamentárias dos Estados amazônicos, bem como permitir uma melhor remuneração para os seringueiros. Esta tese foi violentamente combatida, na época por Valentim Bouças, que, na entrevista acima citada, enfaticamente declarou:

Se fôssemos oportunistas e não economistas poderíamos ter obtido preços na base de 50 ou 60 “cents” por libra, circunstância que seria um ótimo negócio de ocasião, mas não uma medida de alcance econômico... A Missão Souza Costa poderia ter obtido preços muito mais altos se o que ela visasse não fosse o desenvolvimento da economia amazônica através da borracha, mas simplesmente o interesse dos açambarcadores e oportunistas que muito já ganharam nos áureos tempos e que adquiriram quintas e vivendas principescas fora do Brasil, deixando a Amazônia no pauperismo em que vive, sem mesmo os traços de sua passagem, a não ser centenas de garrafas de champagne e latas de caviar vazias... (DIÁRIO OFICIAL DO AMAZONAS, pp. 3, 4/5/1942).

A II Batalha da Borracha iniciava-se, assim, sob o signo da discórdia, da acusação e do insulto à gente amazônica que aqui ficou empobrecida, sobrevivendo à catástrofe da I Batalha. Iríamos assistir, no seu desenrolar, à repetição dos mesmos erros e do mesmo drama, sob o comando agora de novas siglas e órgãos que passaram a dirigir as operações de “guerra na selva”, sob a liderança de uma nova tecnocracia que começou a surgir, para depois empolgar o processo decisório do nosso ulterior desenvolvimento.

Os Acordos de Washington, é de justiça salientar, proporcionaram à região a montagem de um esquema logístico-institucional, do qual participou, ativamente, o governo brasileiro, com o apoio americano, abrindo-se muitas frentes operacionais e estratégicas na área. Os objetivos, no entanto, de um e de outro governo, eram até um certo ponto conflitantes. Os americanos tinham o seu interesse marcado pela urgência e pelo prazo curto, enquanto que o governo brasileiro e a região amazônica tinham os seus interesses voltados para o permanente e o duradouro, desejando montar na Amazônia,

seguindo as linhas mestras do “Discurso do Rio Amazonas”, uma política de desenvolvimento: “Conquistar a terra, dominar as águas, sujeitar a floresta... as tarefas da raça, nessa luta, que já se estende por séculos”.

A Batalha da Borracha, a segunda, foi estrategicamente armada nos altos escalões ministeriais dos dois governos, que fixaram a sua política e a sua ação mediante a montagem de um dispositivo logístico-institucional de grande envergadura para a época. Esse quadro desenvolveu-se, simultânea e sucessivamente em diversas etapas e esquemas organizacionais. Entre eles destacamos nesse período:

1. A criação do Banco da Borracha, nos meados de 1942, com um capital inicial de cinquenta milhões de cruzeiros e participação acionária de 40% de uma agência do governo americano, com o objetivo de realizar operações de crédito, fomento à produção e financiamentos à empresa seringueira, bem como exercer o monopólio final da compra e venda da borracha. Mais tarde seria transformado em Banco do Crédito da Amazônia, antecessor do atual Banco da Amazônia S/A.

2. O fortalecimento e expansão do recém-criado Instituto Agrônomo do Norte, com sede em Belém, que receberia inicialmente uma dotação de cinco milhões de dólares do governo americano, para fins de ativar a pesquisa científica para a melhoria da produção da goma elástica.

3. Um plano de saneamento com a assistência da Fundação Rockefeller, que inicialmente deveria receber uma doação de cinco milhões de dólares do governo americano, que resultaria logo depois na criação, pelo governo brasileiro, do Serviço Especial de Saúde Pública (Sesf).

4. Um esquema de transporte e suprimento, a cargo de uma agência norteamericana, a “Rubber Reserve Company”, posteriormente transformada na “Rubber Development Corporation (R.D.C.)”, cuja sede funcionou, na sua fase de implantação, nos camarins dos artistas do Teatro Amazonas, com a finalidade de suprir os seringais amazônicos e as casas aviadoras de bens, utilidades, alimentos, instrumentos de trabalho para o envio aos seringais, e promover o transporte de passageiros de e para o interior, e de borracha para os Estados Unidos; dada a urgência e o bloqueio marítimo da costa brasileira, eram feitos em aviões Catalina e S-42, diretamente de Manaus e Belém para Miami.

5. A construção do aeroporto de Ponta Pelada, em Manaus, e a ampliação do aeroporto de Val-de-Cás, em Belém, para servirem de bases operacionais e de apoio para os aviões americanos e para as linhas comerciais brasileiras.

6. A criação do Serviço de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (Semta), mais tarde substituído pela Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (Caeta), com o objetivo de recrutar, encaminhar e colocar trabalhadores, principalmente nordestinos, nos seringais, sob a supervisão do Departamento Nacional de Imigração; ofereciam-se passagens gratuitas nos navios de Lóide Brasileiro e da Snapp.

7. A instituição da Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (Sava), com a finalidade de promover o racionamento, em face do bloqueio marítimo, e regular os suprimentos nas cidades amazônicas e nos seringais do interior.

8. A criação dos Territórios Federais do Guaporé (hoje Rondônia), Rio Branco (hoje Roraima) e Amapá, em 1943, iniciando-se assim o processo de reorganização do espaço político amazônico, interrompido desde a criação do Acre, em 1903.

Este esquema institucional e de serviços que deveria servir de apoio para a abertura das frentes de trabalho e para a reativação dos seringais silvestres, visando o abastecimento das forças aliadas, teve que enfrentar, em decorrência de sua improvisação, carência organizacional e desordem administrativa, sérias dificuldades no campo operacional. Dessa época, guardo uma entrevista do major Oscar Passos, ex-interventor do Acre e ex-presidente do Banco da Borracha, publicada em um jornal da Bahia, em 1943, na qual faz uma análise crítica do caos gerado pela desarticulação desses órgãos e desvirtuamento dos seus objetivos. Dizia ele:

A Batalha da Borracha é um problema de organização. Organização de seringais, de linhas de suprimento, de transporte, de assistência e, finalmente, de crédito. Qual a causa do insucesso? A resposta é uma só: porque o interesse de certos indivíduos e a incompetência de outros mantêm a desorganização reinante e levam a descrença a todos, porque a “quinta-coluna” aproveita esse estado de coisas e “dirige” seringueiros e seringalistas para os seus objetivos.

As mil e uma organizações, falando línguas diferentes, formam verdadeira Torre de Babel. O Semta, agora substituído pela Caeta, a Sava, o Sesp, o Snapp e o Bancrevea não se entendem. O Semta traz os nordestinos até Belém e os entrega à Sava para alimentá-los e encaminhá-los aos seringais. Não sabe o Semta se a Sava possui alimentos e alojamentos disponíveis, nem estes dois sabem se o Snapp pode transportar os homens, bagagens e materiais rio acima, em tempo oportuno. Nenhum deles leva em conta a época própria para o corte da seringa, nem a viabilidade dos transportes que devem ser realizados em ocasião certa, fatal e própria a cada região, ditada pelas cheias e terríveis vazantes periódicas dos rios.

Em razão dessa ignorância, não raro os novos seringueiros chegam atrasados ou demasiadamente adiantados a certas regiões. É comum não haver suprimentos disponíveis para transportar rio acima quando a navegação é possível, e apodrecerem os gêneros em Belém e Manaus por terem chegado aí quando os altos rios estão secos. Resultado: um ano de privações e nenhuma produção.

Nenhum desses órgãos oficiais sabe a quem o Bancrevea fez empréstimos, nem quais os seringais que já obtiveram ferramentas, utensílios e alimentos.

Da aquisição de utensílios e gêneros encarregavam-se os representantes da “Rubber Reserve”, depois “Rubber Development Corporation”, ao invés de representantes do governo brasileiro ou do Banco da Borracha. Fornecem-se os homens como “coisas”, a quem pedir primeiro, sem saber se os seringais estão preparados para recebê-los, se as ferramentas já chegaram e se há como alimentá-los. É o processo de resolver problemas passando-se adiante[...]

Muitos, à vista das notícias trazidas pelos desertores dos seringais e pelos agentes provocadores da “quinta-coluna”, desanimam e deixam-se ficar nas cidades, desocupados. Outros, mais afoitos, resolvem enfrentar o desconhecido e seguem quando lhes toca a vez. Nos seringais, nova decepção. Nada está preparado para recebê-los. Falta alimentação e ferramentas, não há meios de transportes – mueres ou canoas.

Há, dessa forma, seringalistas que recebem apenas os seringueiros novos sem que nenhum suprimento os preceda; há os que recebem suprimentos e não dispõem de homens; há os que nada recebem e estão localizados em ótimas regiões; há os que recebem tudo, apesar de localizados em péssimas regiões.

O desânimo chega rapidamente. Vencidos, regressam às cidades, não raro a pé, para engrossar a legião dos desocupados e pedintes. Os que ficam, conformam-se com a fatalidade de estarem sempre devendo... Recebem pela borracha quatro ou cinco cruzeiros o quilo, quando ela é cotada a 25 cruzeiros. E a produção, que devia dobrar todos os anos, cresce – se é que cresce, na razão de duas a três mil toneladas por ano. No ano passado, devíamos ter extraído 50.000 toneladas. No entanto, os técnicos nos embalam na esperança de atingirmos 35.000 somente no próximo ano.

Fome. Tristeza. Desilusão.

Este depoimento sincero e corajoso de um homem público com a responsabilidade das altas funções exercidas, à época, na Amazônia, serve para ilustrar o fim melancólico do Gênesis da Batalha da Borracha.

As estatísticas quantitativas de exportação para o exterior, da borracha silvestre, nesse período de 1941 a 1945, levantadas pelo Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda (esses dados não incluem a produção gumífera embarcada para o Sul do País, para atender à indústria nacional) e montadas por nós, na parte referente aos valores, bem atestam o fragor da derrota, face ao ingente esforço despendido e o sacrifício de quase cem mil nordestinos que para aqui se deslocaram, atendendo à convocação e ao apelo do governo brasileiro:

<i>Ano</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Valor em Cr\$</i>	<i>Valor em toneladas</i>	<i>/t</i>
1941	10.734	91.185.000	1.356.515	126
1942	2.204	148.416.000	2.194.853	179
1943	14.575	189.057.000	2.795.874	191
1944	21.192	365.839.000	5.410.218	255
1945	18.887	345.924.000	5.115.705	270

No fundo, esse esforço não foi em vão. Nesse período criaram-se instrumentos institucionais válidos, como o Banco da Amazônia, o Instituto Agrônomo do Norte, o Sesp, os novos territórios federais, que iriam propiciar uma nova tomada de posição para enfrentar o problema amazônico, sob novas dimensões, no pós-guerra. Ele marcou, todavia, a consciência brasileira, criou motivação política para enfrentar os novos desafios e despertar o País para a importância do projeto amazônico.

O ano de 1946 iria assinalar essa nova tentativa, quando os constituintes inscreveram no Art. 199 da Constituição Brasileira, acolhendo proposição de autoria do deputado amazonense Leopoldo Carpinteiro Péres, a obrigação do Governo da União de aplicar, na execução do plano de valorização econômica da Amazônia, durante pelo menos vinte anos consecutivos, quantia não inferior a três por cento de sua renda tributária. Mas isso constitui outra história.

Neste Gênesis quisemos apenas narrar como a história começou e os principais eventos dessa batalha, que na verdade não teve fim, nem monumento, nem sepultura. Sobrou apenas a figura e o drama anônimo do “Seringueiro Desconhecido” e a advertência profética:

Levanta-te, percorre essa terra, no seu comprimento e na sua largura. Eis que a minha terra está diante de tua face [...]



## 2.2 ÊXODO: Psicologia Social dos Flagelados Retirantes

*“Sai da tua terra, e da tua parentela, e da casa do teu pai, e vem para a terra que eu te mostrarei”. (Gênesis, 12:1)*

*“Porque era grande a fome na terra. (Gênesis, 12:10)*

*“Fui peregrino em terra estranha”. (Êxodo, 18:3)*

O Nordeste é uma região de frequente ruptura de equilíbrio a oscilar entre os meses de inverno, fartos e felizes, e os meses de verão, secos e áspers. O homem vive, assim entre esses extremos. A esperança da chuva e a fatalidade da seca – a geografia da estação na psicologia do homem. O fiel do clima a pesar a vida do sertanejo na balança da chuva e do verão. Essa “dificuldade durável” vai dar-lhe uma poderosa estrutura e uma resistência admirável. É um País de ‘luta e de esforço’ constante. Luta pela sobrevivência da raça ou do gado, na conservação dos pastos, da cacimba ou do açude; pela salvação mesma de vida, nos tempos secos – a retirada. Quando acaba a luta começa o êxodo e surge o destino – “Há de ser o que Deus quiser” – “O Ceará não quis mais a gente” – “O meu destino é o Acre”. O sertão, assim faz nascer três reações em resposta ao meio; a violenta – o cangaço; a mística – o fanatismo; e a desertora – a retirada<sup>70</sup>. Os três tipos: o cangaceiro, o beato e o imigrante. Três aspectos diferentes de uma mesma vida.

Há uma correlação muito íntima entre uma larga fecundidade e o horizonte de trabalho no Nordeste. O prof. Pierre Deffontaines analisa muito bem a questão: “on dirait que la difficulté a incité l’homme a une large fecondité. Bien souvent, lês zones des dangers, des risques, et d’efforts sont des zones de peuplement. Travail et fecondité paraissent associés”<sup>71</sup>.

A conhecida fecundidade sertaneja deriva dessa luta constante do homem em prol da economia e da própria vida. Ele tem que se multiplicar para poder sobreviver. Ela é que tem conseguido aguentar um crescimento relativo, malgrado as terras de “importação humana” teimem em sorver-lhe a “fina flor de seus homens”. Sem essa compensação, o despovoamento seria fatal. A demografia vive, assim, à custa da reprodução geométrica. Região produtora de homens para o consumo dos centros de atração da Amazônia e do Sul. Oficina gentium, na expressão de Oliveira Viana. Mesmo assim essa prodigiosa natalidade “não conseguiu vencer o sistema de forças desequilibradoras”. “De vinte em vinte anos o seu volume demográfico diminui de 5% em relação à totalidade da população nacional”<sup>72</sup>

Para compreendermos a política da expansão da gente nordestina é preciso considerá-la em função dessa ruptura de equilíbrio – um clima ingrato junto de uma proliferação ativíssima. “A proliferação humana parece experimentar um estímulo estranho e desconhecido, para preencher os claros demográficos abertos pelas forças naturais de destruição. É realmente espantosa a proliferação depois das grandes calamidades”, diz Pompeu Sobrinho<sup>73</sup>.

O problema da seca anda junto com o problema da imigração. Eles explicam muitos traços psicológicos que pretendemos traçar. A falta de trabalho nesses tempos é assombrosa. A vida encarece estupidamente. “Não há ganho, a carestia está monstra”; ou então; “não se pode mais, o jeito que teve foi vir”. O conceito firmado por Brunhes tem perfeita aplicação para o Noroeste: “La potencia de

expansion de las masas humanas depende de fuerzas mui diversas tanto parece estar desarrollada en razón del poder de trabajo y de la produccion de los pueblos; tanto por el contrario, parece estar en relacion con la ruptura de equilibrio entre una proliferacion activa y un trabajo lánguido o un suelo ingrato”<sup>74</sup>. Não se podia caracterizar melhor o fenômeno em questão.

A par dessa ruptura de equilíbrio proveniente das relações entre o homem e a chuva dando a seca, entre o homem e o trabalho dando o desemprego e a falta de recursos, entre o homem e a mulher dando uma proliferação ativíssima, como que a corrigir os efeitos desastrosos das calamidades, fatores de não menor importância concorrem para a emigração sertaneja. Novas espécies de interação em contraste geram novos desequilíbrios.

– a sedentariedade que a agricultura dá e a “movimentação contínua, uma das características do sertanejo” (Pompeu Sobrinho) – raiz agrícola versus inquietação dos pés;

– o trabalho paciente e difícil junto ao desejo de aventura, “de ver novas terras” – “o chamego ao chão lutando contra o anúncio;

– a resignação do homem – “pobre lá morre pobre”; a vontade de fazer fortuna – “eu vim enriquecer” – classificação econômica dando “cegueira pelo Amazonas” – Rodolfo Teófilo; a emigração pela posse da seringa;

– a contribuição do sangue mameluco dando mobilidade, malgrado a estabilização que a roça faz; o patriarcalismo sertanejo e o espírito de liberdade, dos sertões; a emigração não só é defesa como também é propensão. “Ali não há lugar para o sedentarismo”, diz Álvaro Ferraz<sup>75</sup>.

A verdade é que, além das causas geográficas e climáticas, concorrem poderosamente para o gênese do imigrante fatores econômicos e psicológicos decisivos, às vezes até muito mais importantes. Em cada imigrante entrevistado a gente pode pesar o grau de contribuição de cada um desses fatores na formação de sua atitude migratória. Todos eles têm, quase sempre, um pouco de tudo. É difícil encontrar um imigrante com motivos essencialmente geográficos ou econômicos. A seca, a seringa, o anúncio, são uma sequência que se entrelaça e se amalgama no espírito do sertanejo. A aventura junta-se, aqui, com o trabalho. Não há um tipo essencialmente aventureiro, como veremos mais adiante. Um aventureiro que entrevistei estava exilado de andar. Disse-me ele: “Abandonei o circo para me dedicar à plantação”. De palhaço a agricultor é quase inacreditável que possa acontecer. Um agricultor confessou-me que tinha vindo apenas à procura de uma terra onde chovesse todo o ano, mas na continuação da conversa disse que tinha vindo também porque gostava de uma terra onde pudesse por o rifle nas costas e sumir-se no mato...

É justamente essa capacidade de movimentação e acomodação que faz com que o sertanejo transplantado para a Amazônia, face às divergências de vida e cultura que aqui encontra, não se faça um tipo exótico, ou se torne “um homem marginal”. Acomoda-se para sobreviver. Os antagonismos geográficos são compensados por essa mobilidade surpreendente.

Por isso, o sertanejo, entre nós, fez-se, com relativa facilidade, um seringueiro. Este oferecia condições favoráveis à sua movimentação e não pedia fidelidade à terra ou à seringa. Deu cobiça e ganância, responsáveis pelo crime e pelo ódio. Quem pegar um jornal da época fica até com medo de ler certos crimes que se praticaram nos nossos seringais, no tempo em que “se matava gente como se mata veado”. O 128 e o 44 era os únicos artigos conhecidos do código penal do tempo, como se dizia

então. Não é à toa que, com esse regime de “far-west” muitos dos nossos seringais fossem batizados com o nome de Califórnia, muito embora houvesse muitos com o nome de Paraíso, Canaã e Palestina.

O imigrante, ainda hoje, não sabe bem se isso aqui é Canaã ou Califórnia. A ideia de considerar a Amazônia, ora como inferno, ora como paraíso, que já vai passando e, graças às novas diretrizes de pesquisa e investigação que estão surgindo, parece que contagiou o imigrante também. Ele não entende bem o mundo em que vai viver. Assim é que uns, por exemplo, dizem que o “Amazonas é um cemitério”, quando outros dizem que isto aqui é “uma terra de bondade”. Este diz que não pretende voltar: “Eu me acabo mesmo no Acre”; aquele pensa que “o Amazonas vai ser a nossa salvação”. Essa divergência de opinião deve-se à experiência pessoal dos entrevistados, à história de sua vida ou a alguma conversa com um “paroara” que o encaminhou nos segredos da terra.

É interessante observar, já notamos, como ficam certos resíduos estratificados na memória do imigrante. Nos tempos antigos, vir ao Amazonas equivalia a um suicídio. Libório Gonçalves nos disse: “Vir pro Amazonas é a mesma coisa que por o pé no fiel da morte”. João Pinto de Souza é um velho “paroara”. Ele nos contou certos episódios interessantes da imigração dos outros tempos. É a terceira vez que vem ao Amazonas. Disse-me que assistiu muito retirante receber os últimos sacramentos da hora da morte quando vinha para o Amazonas. Era comum, naquele tempo, isso me foi confirmado por uma meia dúzia de cearenses velhos, o imigrante receber a extrema-unção. “O Amazonas naquele tempo era o inferno”, conta João Pinto de Souza. “O pobre quando vinha não tinha mais esperança de voltar, por isso ia logo encomendando a alma a Deus, se livrando dos pecados. Se escapasse da febre não escapava da bala... O Amazonas hoje está manso e o sertão não está tão atrasado assim...”

Quando nós falamos em “cearense “queremos com isso incluir os nordestinos de um modo geral. Isso porque são assim conhecidos todos eles entre nós. A gente pode notar, no entanto, uma certa rivalidade entre eles, e tanto e, assim, que não gostam quando se chama de cearense a um paraibano. Francisco Pinheiro, do Riacho do Sangue, representa bem a mentalidade do seu grupo a esse respeito: Paraibano é bicho encostado a cigano. A gente diz isso porque quando os ciganos vêm do Egito, o paraibano é que se junta com eles e sai pelo mundo afora, enganando todo mundo. Quando dão fé e deixam o arraial deles, estão que nem ciganos mesmo”.

Assisti, na beira da praia, a um começo de briga em razão dessa história. Os paraibanos se ofendem com isso. Achei interessante esse detalhe e o reproduzi aqui apenas para ver se com isso esclareço alguns traços semitas e ciganos que muitos querem crer que exista entre a população do Nordeste. Koster dá o seu testemunho: “Bandos de ciganos tinham o costume de mostrar-se antigamente, uma vez por ano, na povoação de Pasmado e outras localidades da Província”; “eram bandos de homens, mulheres e crianças trocando, comprando, ou vendendo cavalos e bugigangas de ouro e prata”<sup>76</sup>.

Não se pode atribuir muito essa influência, que alguns querem dar, para a etnogenia sertaneja. Psicologicamente, tanto o cearense quanto o paraibano, para citar apenas dois nordestinos expoentes no povoamento da Amazônia, pela sua vontade de enricar depressa, pela sua desmedida ambição, crescendo “suas vistas pelas terras dos outros” ou pelo desejo de andar “rolando como pipa” e bolar pelo mundo fazendo aventura, devem possuir alguma coisa de semita. Não é à toa que se diz ser o cearense o judeu brasileiro.

A história do imigrante Francisco Silvério nos interessa relatar. Quando da primeira vez lhe perguntei se pretendia voltar, respondeu-me que o faria logo que tivesse arranjado uns recursos. Deixara a sua mulher e seus filhos. “Só vim mesmo para conhecer esse tal de Amazonas tão falado”. Passados uns seis meses, tive a sorte de encontrar um companheiro seu que me informou sobre o seu destino. Silvério já tinha voltado para a sua terra. O modo como conseguiu fazer essa proeza: “trabalhava de dia e de noite na estiva, onde fazia 15\$000 por dia, e só gastava dez tostões por dia para comprar banana e farinha. No fim de seis meses também arribou de volta”. O amor à sua terra foi tão grande que o transformou num usurário. Esse teve motivo, porém, muitos o fazem apenas por espírito econômico puro. Não sei mesmo como uma gente tão econômica como essa possa mais tarde transformar-se na figura de um “coronel” perdulário. Procuraremos, no futuro, apanhar o fio que nos conduza ao entendimento dessa transformação. Por ora apenas fica esvoaçada a tendência.

O cearense não tem razão em acusar o paraibano, portanto, de cigano. Todos dois, pelo menos psicologicamente, devem possuir alguma coisa comum que dê margem a essa suposição. “Os paraibanos surram o Ceará, mas nós nunca prestamos homenagem a eles. Eles é que vem se encostar a nós quando a seca tá ruim por lá”. “Não sei o que é que eles vêm fazer na pátria da gente. Paraibano e cavalo de cubano, de cem, tira-se um por engano...”

O “cearense” tem o seu sertão como se fosse a sua pátria. É a expressão mesma que ele usa quando se refere ao Ceará. “Não renego a minha pátria”, “gosto da minha pátria”, “estou sonhando com o meu território”, são expressões correntes entre eles. De um deles ouvi dizer que o Ceará “é uma nação de gente danada de valente”. Não se queira ver nisso, no entanto, um sentimento separatista, mas um demasiado amor à terra, um extremado regionalismo, “um chamego pelo sertão”, “um xodó pelo chão”, na linguagem do imigrante.

Há alguma coisa de bandeirante no cearense. Pelo menos a sua extrema mobilidade conserva alguns traços fortes desse tipo histórico. Do Ceará se dirigem para o Piauí, vão ao Maranhão e descem para Goiás. Invadem Pernambuco, entram na Bahia e sobem o S. Francisco, e vão bater em Minas e em São Paulo. Fazem, às vezes, a maior parte do percurso a pé, numa resistência assombrosa. “Não presto homenagem a ninguém para derrubar dez léguas por dia”, e o estilo da valentia cearense num arremedo de bandeirante. Não param aí. Engajam-se como soldados e vão para o Rio. Descem para o Sul. Rumam para o Norte. Amazonas, Pará, Acre e Mato Grosso estão cheios deles. Não há um Estado do Brasil que não tenha sentido a sua influência ou a sua presença. Até o Rio Grande, diz Capistrano, “cearenses concorreram para a fundação de S. Francisco de Paula, mais tarde Pelotas”. “O processo da charqueada gaúcha foi levado por um cearense, José Pinto Martins, que emigrara em consequência da seca de 1777”<sup>27</sup>. Diz-se que já foi encontrado cearense até na China, “e isso não é fábula”.

O cearense tem contribuído mais do que qualquer outro elemento regional para dar unidade indispensável ao nosso destino. Nas suas expressões, nos seus gestos, na sua coragem e na incrível capacidade de movimentação notam-se vestígios do espírito bandeirante. “Bolar pelo mundo”, “conhecer terras”, fazer aventura; “crescer as vistas” por horizontes desconhecidos, ter “apetite de seringa” e de vontade de enricar”, tudo isso que mexe tanto com o imigrante nordestino, frente a tantos obstáculos e tantos perigos numa região tão diferente e estranha, só poderia ser feito por uma gente pioneira.

Gilberto Freire, aliás, reconheceu essa identidade: “O perfil psicológico do sertanejo apresenta, talvez, maiores pontos de semelhança com o de certo tipo de paulista andejo, empreendedor, bandeirante”<sup>28</sup>. Também como estes, o cearense “não pode viver sem o sertão”, “não esquece a convivência”, “não aguenta a imaginação”. Abandonam seus pais e vêm fugidos da família, perdendo-se para sempre. Às vezes voltam velhos e cansados. Soube da história de seis irmãos imigrantes, que se desconheciam. Saíram muito jovens com o pai e quando esse morreu cada um tomou o melhor rumo que achou, até que um dia, uma coincidência os reuniu em Belém, depois de mais de vinte anos de ausência. Esta história me foi contada por Francisco Pinheiro, um desses seis irmãos que novamente veio para os nossos seringais. Todos eles á se tinham desiludido do sertão e vinham, cada qual, para o seu destino.

Não se abalançam para o Amazonas e Acre apenas os deserdados, os “que não possuem nada”. Muitos são proprietários, donos de fazenda com mais de 100 reses, como o entrevistado Antônio Ribeiro Mota, criador em Jaguaribe-Mirim. Outros tinham bastante recursos, como Antônio Joaquim de Oliveira, cujo pai tinha mais de cinco léguas de carnaubal, só tinha vindo mesmo para conhecer, para poder contar como era isso por aqui. Quase todos tinham as suas “terrinhas”, o seu roçado, a sua criação. Trabalhavam para si, não eram homens que vivessem “alugados”. Outros eram agregados, davam serviços nas terras dos patrões – “eu vim porque não possuía nada, se possuísse não fazia essa besteira”. “Vontade de emigrar, de conhecer os mundos, de andar por aí” são quase sempre os motivos que os impelem. Encontrei feito flagelado um rapaz que me disse, e eu transcrevo sob reserva, ser acadêmico de medicina do Recife. Viera por questão de dinheiro e de família...

São, assim, imigrantes que largaram as suas terras que lhe davam uma situação na sociedade sertaneja e, obrigados pela influência da seca, do anúncio da seringa ou atrás da aventura, como os bandeirantes nos tempos coloniais, vieram tentar, no desconhecido, a riqueza e a fortuna.

Joaquim Moreira de Souza tem fisionomia bandeirante até na expressão: “Vou aproveitar esta “monção” e partir para o Juruá”.

Dá gosto a gente falar com um cearense. Diz que faz e acontece, não tem medo de ninguém, disposto para o trabalho. Confiante na sua força e na sua inteligência. Elemento resistente, sobretudo. A seca é que o faz “fisiologicamente falido”. Não há um tipo de imigrante mais decidido, mais audaz e mais temível. Quando é trabalhador, é uma coisa nunca vista. Faz dez a 15 quilos de borracha brincando, “tampa dois mil quilos no fabrico”. Também quando dá para “barrigudo” não há mercadoria e patrão que o aguente. A sua linguagem demonstra a disposição para a luta: “Sou um cabra danado para pegar no pesado. Não gosto de trabalhar no carinho”. Possui, geralmente, uma prodigiosa capacidade de aprendizagem e acomodação com a vida da terra. Não há obstáculo que o detenha: “Ninguém esbarra o meu destino”. Valente: “Com uma faca e um rifle não tenho medo de nenhuma simitumba”. Pronto para ceder e imitar quando o conflito pede adaptação por transigência: “Em terra de sapo, de cócoras com ele”. “Se for preciso ser mau, eu sou também. Faço que nem caburé na asa do outro”.

“Com ele não há meias medidas. Ou é, ou deixa de ser. Quase sempre fatalista: “Não tenho do que me queixar, esse foi o meu destino”. Um pouco dramático e espalhafatoso: “Tenho fé em homem que come e que anda armado. Cria talento e coragem. Com gororoba no bucho, pau de fogo nas costas

e faca de ponta na cinta, chamo qualquer boca de fera”. “Só tenho medo é de flecha de índio. Gosto de brigar encostado”. Bravateiro: “Vou tirar muito couro de jacaré”.

Os caboclos amazonenses muitas vezes respondem a essa valentia a seu modo. Um deles, do Juruá, a quem entrevistei, quando perguntei se os cearenses eram mesmo muito valentes, respondeu: “Quer dizer, eles não chegam nem a ser. Ante de se amansarem, a febre dá cabo deles. E eu ainda não vi um brabo valente...”

‘Não conheço gente mais inteligente e perspicaz. Entendem as coisas de longe, aprendem as coisas depressa. Uma capacidade de observação fora do comum, com excepcional senso de humor. Uma linguagem forte, imaginosa, precisa. Às vezes basta uma frase sua para iluminar uma tese. Definem, admiravelmente, o que querem: “O sertão está seco que nem língua de papagaio”; “passei fome que nem cachorro amarrado”; “o meu Ceará está todo emborcado: seu destino é crescer como rabo de cavalo – olhando sempre pro chão”. Parece até anedota, mas um imigrante reproduziu-me igualmente: “A seca estava acabando tudo. Bicho de quatro pés que escapou foi tamborete, e de fôlego, fole... “Quase sempre trazem uma pontinha de ressentimento com a terra, muito embora não pensem em abandoná-la de uma vez para sempre: “O Ceará não quer mais a gente”. Uns até têm cara de quem vêm brigados mesmo: “Eu saí zangado da minha terra. Volto mais não”. Outros pretendem esquecer: “Vou bem pro alto, assim me esqueço daquela tentação de voltar”.

O sertão sempre vem acompanhado do possessivo a indicar carinho, afeição, malgrado a infelicidade e o sofrimento de que foram vítimas por lá. É frequente ouvir-se dizer: “Pobre do meu Cearazinho querido”. “Gostava daquele meu sertãozinho brabo”... Um amor violento, feito de gratidão e coragem. Poucos blasfemam: “Eu não falo mal do Ceará, ele não tem culpa do que me aconteceu”. A imaginação não os larga, acompanha os para toda a parte. Vivem com o pensamento voltado para lá: “Eu não aguento a imaginação. Não é nada, não. É que eu tenho umas terrinhas, a minha casa, o meu chãozinho, a minha criação. Tudo morreu, mas eu ainda hei de voltar para lá”. Vivem a fazer comparações entre uma terra e outra: “Quem me dera que o Ceará tivesse um rio como este. Nós seríamos a gente mais feliz do mundo”.

O sertão os persegue: “Os meus olhos estão voltados para lá. Me dá uma vontade de ir voando para lá”. Tenho notado o medo pânico que eles têm à água. É uma das causas principais da desadaptação do imigrante nos momentos iniciais da chegada. “Não gosto nada disso aqui”. Quando se pergunta se querem viver à beira dum barranco, como um caboclo, a resposta é certa: “Gosto não de viver molhado. Só me dou bem é no pé enxuto”. Aqui nós vamos encontrar uma das origens da preferência pelos altos rios. Este imigrante, por exemplo, esclarece a questão: “Um manso me disse que lá nos altos é tudo terra firme que parece o nosso sertão. Eu vou para lá”. Temos, portanto, na penetração funda, além de motivos econômicos internando o homem à procura das melhores madeiras, no rastro do seu legítimo “habitat”, um avanço em termos de associação psicológica.

Fugiram da seca, do sol quente, da terra ingrata sem chuva. Encontraram aqui uma vida “encharcada”, como eles mesmos dizem, e a reação só podia ser geral. A impressão é, em regra, a de afogamento. E de salientar, por uma observação que fizemos, que é justamente esse medo pânico à água que faz criar graves casos de conflitos psicológicos – “não sei como se possa viver numa terra encharcada dessas”. “Deus me livre de morrer afogado aqui. Quero ser enterrado em cemitério”. O conflito, às vezes, passa do rio para a montaria, esta então leva a culpa de todas as desgraças: “Não

ponho o pé numa canoa dessas nem que me matem. Eu fico brabo mesmo”. Esta expressão de “ficar brabo” é um exemplo típico de inadaptação. “Não há quem se amanse numa água dessas”. Isso dá quase sempre “hidrofobia”, no sentido etimológico do termo. Raiva da chuva que não para, da vida mergulhada no rio: “Quem vive n’água ou é caboco ou é peixe”.

Moacir Paixão contou-me um caso que pedi permissão para transcrever aqui, que vem comprovar de maneira eloquente o que afirmamos. Ele contratou uma leva de 25 cearenses para trabalhar num jutil do Solimões. Como se sabe, não há vida mais penosa que a lavagem e o preparo da juta. O homem é obrigado a ficar com a água pela cintura, trabalhando o dia inteiro. Só o caboco dá-se bem com ela. Pois bem. A lancha quando passou deixou-os num dia; quando desceu, trouxe de volta 24 dos que tinham ido – “não somos lontras...” foi a resposta que deram. Esse caso é o bastante para documentar a inadaptação do cearense sertanejo ao trabalho nos baixos rios, pelo menos nos primeiros momentos de contato com a terra. Pode ser que mais tarde ele venha a se acostumar e vire até um bom pescador. Mas, por enquanto, nessa fase de contato, o imigrante foge dos baixos-rios espantado, repudia o trabalho e o regime da vida encharcada. Vai à procura da terra firme, do pé enxuto, do sertão alto, longe da várzea e do igapó onde impera a montaria e o caboco. “Quanto mais para cima, melhor”, foi o conselho do meu pai – “meu filho, vai para o Acre”. Isso representa um esforço de acomodação perante o seu novo destino. Um destino que ofereça menos choques e mais probabilidade de identificação com a sua vida anterior. O sertão cobra o tributo pelo seu abandono. O homem não pode esquecê-lo. Transporta-o consigo. Vai viver, por isso, num Seringal Fortaleza, no poético Riozinho da Liberdade, num anseio de libertação, lá na terra firme, no sertão alto, no Acre.

Tudo isso que dissemos tem grande importância para apanharmos a influência do novo ambiente na mentalidade do imigrante recém-chegado, pronto a ter o primeiro contato com a vida da terra, os seus costumes, os seus hábitos. Se o sertão persistir na sua ideia, malgrado a influência atordoante do novo “habitat”, eleito ou obrigado, teremos forçosamente um desadaptado. Euclides criou, sem saber, uma imagem literária com uma notável força sociológica – o seringueiro nordestino é um ressuscitado. Isto é, o imigrante tem de abandonar a ideia e o convívio do seu sertão se quiser sobreviver. Quando o sertanejo “morre” para “viver” na Amazônia, “ressuscitou”. A ressurreição valeria, nesse caso, por uma total assimilação. Mas o sertanejo não “vive” na Amazônia; quando muito “mora”. Se acomoda da melhor forma possível, transige com a sua situação, “se acostuma com os cães”, no dizer de um seringueiro. Isso porque ninguém vem para a Amazônia com esperança de ficar.

Ganhar dinheiro não combina com amor à terra. A ambição e a vontade de enricar não deixam o cearense “viver” em definitivo para o meio. Um manso me explicou: “Ganhar depressa para voltar logo é o pensamento do brabo”. Euclides não acertou quando disse que os cearenses “estão amansando a Amazônia”. Pois dá-se justamente o contrário. Se ele amansasse a Amazônia, o sertão o perderia definitivamente, mas é justamente o contrário, ela é que amansa o brabo. Este vem cego, completamente ignorante das coisas da terra, e ela se encarrega de ensiná-lo, de treiná-lo para a vida. Tira as suas asperezas, desbasta um pouco de sua valentia, humaniza-o. Temos então francamente o inverso – em vez de um domador, um domesticado. Francisco Prata nos levou a essa compreensão quando nos falou sobre os primeiros tempos de sua vida no seringal: “Para se ganhar dinheiro é preciso sacrifício. Por isso eu tive que me domesticar”. A vida é flagelada, dizem eles, “é muito doída, mas quem vive no inferno se acostuma com os cães”. Temos, assim um magnífico exemplo de um processo de acomodação, em virtude da necessidade que o homem tem que ganhar dinheiro e se

domesticar. Essa outra entrevista que vai ser reproduzida em seguida esclarece certos tópicos interessantes desse processo. Vale reproduzir alguns trechos:

Francisco Lopes veio para o Amazonas em 1906. Era ainda rapazinho e inexperiente. “Achava tudo esquisito, logo que cheguei. Tudo tão diferente dos costumes da minha terra que me deu vontade de voltar. Isso não adiantava pois não tinha com quê” – desadaptação inicial pelo contraste; “O jeito que teve foi eu me amansar na terra. Sempre fui seringueiro, desde esse tempo” – acomodação por transigência com o meio. Ele ainda não deixou de ser imigrante. E um homem à espera de uma oportunidade para regressar. “Depois andei por quase todos esses rios: no Purus, no Madeira, no Acre, no Abunã. Fui até a Bolívia. Aí, então, aprendi a ser mateiro” – o homem deu um passo para a assimilação, começou o domínio pelo conhecimento da terra.

O mateiro é o condutor da penetração; e a seringueira, a baliza da conquista. “Eu então quis me situar num lugar. Estava cansado de andar bolando. Casei-me com uma amazonense, filha de cearense” – o homem uniu o seu destino com o da terra; a família é o caminho franco para a identificação. “Dei-me bem com a minha mulher e tive três filhos”. Parece assim que esse imigrante “ressuscitou” definitivamente. O sertão perdeu um sertanejo e a Amazônia viu nascer um filho. Ele, no entanto, não se considera assim. A gratidão não o deixa esquecer o seu convívio. Por isso, conciliou admiravelmente os dois destinos, quando perguntei se já se considerava amazonense: “Sou amazonense do Ceará”, foi a sua resposta.

A sua história não para aqui. “Quando menos se espera vem a desgraça. Agora todo o meu pessoal acabou-se. A minha mulher e os meus três filhos foram morrendo, hoje não resta mais nenhum”. “Estou doente, desgostoso, e me sinto cansado”. “A seringa não dava dinheiro. Passei miséria sozinho”. Agora vamos ter o retrocesso: “Me passou pela cabeça voltar para a minha terra” – a infelicidade reagiu contra a assimilação. “Se tivesse dinheiro, ia buscar saúde e divertimento no Ceará, via o meu “sangue”, mas voltava para trabalhar aqui – o Amazonas é terra para se ganhar dinheiro”. O Ceará, para ele, não deixou ainda de ser a terra eleita. “Eu agora estou na derrota, mas não desespero. Não quero mais saber de seringa. Estou cansado de sofrer. Nunca vi vida mais flagelada e tristonha que essa” – a desilusão chega tarde quando o homem está abatido pelo infortúnio.

A vontade de enricar parece que passou. Mas qual: “Se eu tivesse saúde, naturalmente que ia cortar seringa”. O homem com saúde é para a seringa. Ela ainda não deixou de exercer atração em cima dele. Ele, por isso, pretende mudar de vida. “Quero ter uma velhice sossegada”. E agora o desfecho surpreendente: – “Vou criar galinha no Solimões”. O desânimo vindo com a crise e a doença fez ressuscitar no seu espírito o velho amor à terra que há tanto tempo jazia adormecido.

Francisco Lopes está atualmente com 50 anos, bastante abatido, sem saúde e sem família. Vai começar a vida no fim, tal como a iniciara. Pela terra, com a criação e a roça, a casinha, o sossego do campo. Não podendo regressar ao sertão, como era o seu desejo, transporta o seu ambiente eleito para a terra prometida dos seus dias de mocidade e ganância. E esforça-se por adaptá-la à sua memória. O sertanejo prevaleceu, por fim, sobre o seringueiro. Há um recuo no tempo. Uma volta ao passado. Um arrependimento. Uma desilusão à procura do tempo perdido. Hoje quem passa pelo Solimões – observamos isso numa viagem que fizemos subindo o rio – e vê casa mais ajeitadinha, com o terreiro na frente bem batido, algumas até cobertas com telhas de zinco, rebocadas com barro, e tendo o seu roçado e a sua criação, pode dizer que um cearense mora ali. Por aqui finda a história do seu destino.

Francisco Lopes está vivendo, hoje, longe da aventura e da ganância. Bem perto do chão, ressuscitando a sua vida de menino e moço: “Vou criar galinhas no Solimões”.

Há outros casos interessantes. Muitos não sabem por que vieram. No fundo, permanece escondido o velho desejo de aventura e de enricar, que há tanto tempo esteve arquivado no subconsciente, à espera de uma oportunidade. A seca vale por uma válvula de escape dos recalques psicológicos dessa “vontade de andar”, de “ver essas terras todinhas”, “de melhorar de vida”. O estímulo poderosíssimo que os impele para frente repousa quase sempre no que eles chamam de “influência”. Até num tipo pacífico e sedentário desse imigrante que não “fretava a sua liberdade” estranha-se uma resposta como esta: “foi a influência do diabo que me tentou para vir”.

Motivos quase sempre psicológicos como esse são frequentes e encontram-se no fundo de quase todo o imigrante, sobretudo no cearense. Muito mais ainda quando ele começa a sentir o “apetite de seringa”. Sem esse aperitivo excitante seria quase impossível a influência. Quando prevalece a seca, já vimos, temos expulsão, enxotamento. Quando a borracha vira ímã, temos imigração por apelo, por atração. Entre um e outro, ora combinados, ora separados, quase sempre unidos, reside a determinação psicológica de vir. Por isso, se mexemos muito na alma do imigrante, vamos encontrar, até nos mais intransigentes, essa influência. Tomemos o caso de Libório Gonçalves: “Você não vai ao Amazonas? Que é que você está fazendo aqui? Olhe que lá tem gente ajuntando dinheiro com ciscador. A seringa está enricando todo mundo. É só chegar, apanhar e voltar. Vamos embora, rapaz, que o governo garante a passagem, o sustento e ainda dá colocação”. “Eu me animei com essa conversa e me alistei. Todo mundo só falava em Amazonas”. Mais adiante, ele me declarou que se não houvesse essa facilidade ninguém viria: “Se morria de fome por lá mesmo”. Esses são os boatos que andam correndo pelo sertão. O imigrante acredita neles cegamente. O boato faz papel de sereia, encantando o homem com “as bondades da terra”. “Só se fazia exaltar, diziam que o Acre era a nossa salvação”.

Onde o boato não chega, a influência não aparece. José Lino de Araújo veio porque tinha feito uma viagem a Fortaleza e se deixou influenciar. Poderíamos até chamar isso de imigração por contágio. Diz ele: “Há dois anos que faz seca em Campos Sales, lá na extrema do Ceará com o Piauí, mas ainda não veio ninguém de lá. Quando saí, nem se falava em Amazonas. Os boatos ainda não se tinham espalhado. Eu só vim a saber pertinho da capital. Mas quando o meu pessoal souber que aqui tem fartura e governo dá passagem, não fica um”. Tudo isso indica que essa imigração que estamos tendo resulta de uma combinação dos dois elementos fundamentais, segundo o que temos observado: a seca de um lado e de outro a “influência”.

O clima e a psicologia. O sertão e a seringa. A tradução da linguagem do imigrante é muito mais bonita: “A seca faz nascer os boatos. Os boatos fazem nascer a influência. A gente não resiste e acaba vindo. Vem tudo no iludimento, o pessoal está delirando pelo Amazonas”. Ultimamente, essa última tendência tem se acentuado cada vez mais, pois a época invernal já está voltando, de forma que está atuando apenas o elemento excitante.

Nos primeiros tempos dessas entrevistas, era mais difícil encontrar um desses tipos. Era mais uma imigração por fome e por seca do que por fortuna e seringa. Nesse jogo de lances geográficos e psicológicos agita-se o sertanejo em perspectiva de imigrante. Não só o sertanejo. Neste predomina mais fatores de expulsão. Se não fossem obrigados a vir para as “concentrações” da capital, onde se contagiam com os boatos, escapando assim do flagelo, não teríamos uma tamanha afluência de gente

com vontade de vir. São essas concentrações que incutem a ideia de partir, na cabeça do imigrante, com o seu ambiente propício ao movimento migratório.

Observamos, também, que é no nordestino da cidade, que está em contato com as notícias publicadas nos jornais, ouvidas nos rádios, espalhadas nas conversas, que se nota a maior atração exercida pela influência dos boatos, dos anúncios. Por isso, o coeficiente de “malandragem” tem sido grande. Já se tem recebido notícias do interior, dos seringais onde os brabos recém-chegados trataram logo de fugir. Muitos ficam logo pela cidade, no meio do caminho. O homem, no entanto, que veio banido, desterrado, esse tem fé no seu destino e procura trabalhar, embora com o pensamento na volta.

Nada melhor caracteriza a psicologia do imigrante, frente à influência, do que essa expressão que ouvi na boca de um deles: “Eu estava em União. A “moda”, lá, é vir para o Amazonas. É só o que se fala”. É a mesma coisa com outro nome. É o “anúncio”, a “influência”, o “burburinho”, o “zumzum”. Todos esses termos são comumente empregados por todos eles com a mesma significação. Acentos psicológicos excitantes, agindo abertamente ou no escondido, mexendo a vontade, fazendo criar a ideia de emigrar. O mais se explica pelo desejo de enricar, de arranjar uns “ourinhos”, “Diziam que aqui se ajuntava dinheiro com ciscador. Eu vim ciscar também um bocado”. Quase todos eles pensam assim. Altacir Gonzaga nos explica a sua vinda: “Eu sempre imaginei isso aqui. Quando me diziam que eu fosse para o Amazonas que voltava rico, eu dizia comigo: um dia ainda hei de conhecer essa terra”.

O imigrante é um sujeito crédulo. Acredita facilmente e até com ingenuidade. Às vezes nem compreende por que veio – tentação do diabo, vontade de ser ruim, “eu não sei o que me deu na cabeça”. Chegam quase sempre mal-informados. Uns ficaram revoltados quando lhes disse que lá no “toco” o patrão não podia pagar a borracha mais de 7\$000 por quilo. Os boatos que correram por lá era que estavam dando 20 e até 22\$000. Isso facilmente se explica, pela própria psicologia da leva na concentração. Os “abrigos” exercem uma tal influência no seu espírito que é preciso ter muito cuidado. Não é que tenham sido ludibriados, mas sim, que o delírio deu lugar a que inventassem preços fabulosos, adequados à sua febre de fortuna e enriquecimento. O imigrante, por isso, deveria ser melhor informado. Parece que, ultimamente, essas últimas levas, além de trazerem uma melhor assistência, vêm também mais esclarecidas. Ainda assim é urgente que as nossas hospedarias tenham mais uma função educativa que de estalagem, onde se ensinem lições da vida amazônica, encaminhando o imigrante para um contato com a região, expondo o seu regime de vida, as suas asperezas e o segredo que só a experiência completa.

É um erro enviar o homem para o seringal, tal como chega, doentes uns, completamente “cegos” outros. Lucrariam com esse trabalho prévio de adaptação, ele e o pátrio, que o receberia quase manso. A batalha da borracha ganhava logo um soldado, em vez de recruta. Dizíamos que os boatos têm função perigosa. Principalmente entre os cearenses que já têm uma predisposição para se contagiar rapidamente com eles. Aumentam o que viram, espalham depressa o que não viram, inventam fatos, dão um aspecto inteiramente diferente às notícias de origem. Um prolongamento de sua personalidade um pouco dramática e bravateira. Correu um boato, que eu assisti no momento, que no Acre estava morrendo muito cearense. Foi o bastante para muitos desistirem, não quererem ir mais para lá.

Outro caso que ia tomando proporções graves foi o que se registrou numa leva de imigrantes chegados a Manaus. Alguém informou, a bordo, que iam ser hospedados no Leprosário do Aleixo. Nesse lugar, está realmente situado um leprosário-modelo que ainda não tinha sido nem utilizado. Pois isso foi o bastante para dar origem a um início de motim, que, felizmente, com os esclarecimentos necessários, foi acalmado. No Amazonas, é curioso, há um destino em hospedaria virar leprosário e leprosário virar hospedaria de imigrantes. Paricatuba foi construído para hospedaria e virou leprosário. Agora, o Aleixo inverteu os papéis. Felizmente, o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia construiu, em definitivo, a hospedaria de Flores.

Um dos cortes psicológicos predominantes no perfil do sertanejo feito imigrante é o destino. À primeira vista parecerá que esta expressão não possui valor; mas, analisando bem, poderemos apanhar o profundo interesse sociológico que ela contém. Todo imigrante tem um destino. E acredita nele. Existe em função dele e não gosta de contrariá-lo. “Ninguém esbarra o meu destino. Eu vou para o Acre”. A frequência com que eu ouvi dizer – “o meu destino é o Acre” – fez-me pensar até na existência de uma espécie de messianismo sertanejo. Gostam de ver até onde o destino será capaz de conduzi-los. Deixam-se levar por ele: “Eu tomei o bonde errado, agora vou até o fim da linha. Eu sigo para o Acre mesmo”.

A carga psicológica do destino talvez seja uma sobrevivência mística do sertão. Mística e beata. Uma espécie de sebastianismo messiânico, crendo, em vez do rei ou do Messias, no ouro-negro. O Acre tem alguma coisa de Juazeiro e Canudos. De Plácido de Castro fizeram um arremedo de Antônio Conselheiro e Padre Cícero. Repare-se, por exemplo, neste veterano da guerra do Acre, Sérgio Bernardo Pinto: “Eu tenho honra em ser veterano do Acre. Lutei com Plácido de Castro. Aquilo é que era homem de verdade”. Envolveram-lhe em lendas, até deram-lhe uma aparência sobrenatural, quase divina: “A palavra dele era um tiro, parecia que ele tinha um ímã dado pela providência, para cativar a gente”. Ele me disse que Plácido, ao morrer, mandou arrancar o coração para fazer presente à sua noiva... O Conselheiro era a mesma coisa. A sua palavra também era um evangelho, Contagiava delírio na multidão beata. O Acre, assim, tem de Juazeiro a fé no destino.

O misticismo da riqueza, a esperança de enriquecer, é uma tradução material da fé e do fanatismo. A seringa é a versão do milagre. Em vez da reza, o tiro; da promessa, a pontaria. De Canudos ele tem a reação violenta, audaciosa e única. Plácido tinha, para isso, alguma coisa de bárbaro, pelo menos assim esse cearense o interpreta: “Era um homem como poucos, assisti ele mandar um sentinela abrir a sua própria cova porque deixara passar um boliviano pelo seu posto...” O Acre também veio do “tirocinio brutal da fome, da sede, das fadigas, das angústias recalçadas, das misérias fundas”. Por isso ele deve ser estudado em função desse misticismo econômico que até hoje ainda não passou. “O Acre vai ser a nossa salvação” – “eu vou ser feliz no Acre”. “Aquilo é uma terra santa”, disse-me Sérgio Bernardo Pinto. O imigrante, portanto, não largou essa fé no destino, ainda continua, dizendo: “O meu destino é o Acre. Não quero contrariar o meu destino”. Uma modalidade de fatalismo aplicado na Amazônia. Não se pense que o sertanejo tenha entre nós abandonado os seus caracteres conhecidos. Quando surge uma oportunidade, estes aparecem à tona.

O Acre é um desses casos. O destino que o imigrante traz deve ser entendido em função desse acesso messiânico de libertação econômica pela posse doida da seringa. O sertão responde, também, em grande parte por ele. A geografia muçulmânica da caatinga decide, muitas vezes, o destino de

emigrar, enquanto que a paisagem mística que o rodeia dará uma economia messiânica na febre da seringa. O certo é que se a seca vem, o homem apela para ela. É a salvação e pode ser a sua mina.

Podemos encontrar exemplos que nos elucidem a questão. Quando o sertanejo sente a ameaça da seca, busca primeiramente uma profecia. Rodolfo Teófilo nos diz: “A experiência de Sta. Luzia” tem grande influência sobre o espírito do matuto a ponto de, aliando é negativo o resultado, alguns abandonam logo tudo e tratam de emigrar”<sup>79</sup>. Esse fatalismo concorre poderosamente para a imigração se acentuar ainda mais. Ficou célebre, na seca de 1877, a profecia de Frei Vidal: “Em 1877 os homens perderão as cabeças; em 1878 haverá muito pasto e pouco rastro; em 1879 cidade haverá em que se matando uma rês não haverá quem a acabe; em 1880 nem um pingo d’água cairá; em 1881 haverá tanta abundância que os velhos desejarão ser moços, e os moços, meninos”<sup>80</sup>. Diz Rodolfo Teófilo que foi testemunha dessa terrível seca e a respeito da qual escreveu um magnífico documentário que tanto nos tem auxiliado, que essas profecias estavam no espírito do povo e foram largamente divulgadas. Acreditavam piamente nelas, com um incrível efeito sobre a emigração: “Os retirantes, todavia, não admitiam a possibilidade de não se cumprir a profecia do santo quanto aos outros três anos. Convencidos de que o flagelo iria longe, procuravam ultimamente sair da província; e quando se despediam dos amigos e parentes, diziam: “Até 81”<sup>81</sup>.

Encontrei um imigrante, Joaquim Moreira de Souza, que possuía, ainda, um vestígio dessa crença: “Nunca vi um velho dizer que houve seca de dois anos. Ou é um, ou três. Tava no fim do segundo. Escapei mode o outro”.

A seringa, com todas as suas amarguras, é para o imigrante uma promessa de redenção econômica. “Acho que vou ser feliz na seringa”. “Acho que vou me dar bem com ela”. O citado Sérgio Bernardo Pinto é um belo exemplo dessa esperança. Foi uma das poucas vezes que encontrei num cearense um amor filial pelo Amazonas. Condições peculiares contribuíram também para isso. Ele é “um cearense velho de guerra”, como nós chamamos. Criou-se aqui, para onde veio em 1892, enriqueceu e empobreceu, teve seus filhos e viu morrer sua mulher. Pegou em armas para defender a (terra violada. Diz ele: “Faz 13 anos que eu deixei o meu Acre atrás de um rastro de sangue” – aqui a família impede, como vimos, a permanência do homem. Não se deu bem por lá. “Todo este tempo no Ceará vivi sozinho e triste, porque todos os meus já se tinham acabado”. Todos os laços que o prendiam, partiram-se. E instantaneamente surge o remorso e a saudade do Acre que ele tinha abandonado. “Volto, agora, contente para o Acre” – o retorno na psicologia da esperança: “Eu não sei o que é, mas ele não sai da imaginação”. A sua identificação é total. Deixou de ser cearense para transformar-se em acreano. Naturalização por assimilação: “A minha terra é lá pelo Acre, que custou o meu sangue”. Ele agora está velho e cansado. Perdeu um olho. Tal como aquele outro imigrante que ia criar galinhas no Solimões, este volta as suas vistas para a terra. “Agora não posso cortar seringa. Vou pedir ao governo um pedaço de terra para criar galinha e plantar milho e feijão”. Tal e qual. A ressurreição sertaneja acudindo à desunião do cearense cansado. A procura do tempo perdido. O arrependimento de uma vida atribulada. A volta ao campo de onde partira. A roça, o galinheiro, o curral. A sua história termina assim:

– “Minha mulher morreu no Acre. Minha filha casou-se aqui. Eu estou só. Vou ver se o Acre dá jeito. Se não der, não importa. Eu vim para enterrar os meus ossos nos barrancos do Acre”. A terra prometida irrompe, afinal, na psicologia do seu destino:

– “O Acre é uma terra santa”.

- 
- <sup>70</sup> MENEZES, Djacir de – O Outro Nordeste – p. 12.- [voltar](#)
- <sup>71</sup> DEFFONTAINES, Pierre. Prefácio de Geographie et Colonization – George Hardy – Paris, 1933 – p. 21.- [voltar](#)
- <sup>72</sup> VIANA, Oliveira – Raça e Assimilação – p. 240.- [voltar](#)
- <sup>73</sup> SOBRINHO, T Pompeu. O Homem do Nordeste. Rev. do Instituto do Ceará – p. 313.- [voltar](#)
- <sup>74</sup> BRUNHES, I y VALLAUX. C. – Geografia e Historia – Madri, 1928 – p. 115.- [voltar](#)
- <sup>75</sup> FERRAZ, Álvaro; LIMA, Andrade – A Morfologia do Homem do Nordeste – p. 317.- [voltar](#)
- <sup>76</sup> KOSTER, cit. por MENEZES, Djacir de. Op. cit, p. 86.- [voltar](#)
- <sup>77</sup> VIANA, Oliveira – **Raça** e Assimilação – p. 240.- [voltar](#)
- <sup>78</sup> FREIRE, Gilber to – **O Nordeste** – p. 117.- [voltar](#)
- <sup>79</sup> TEÓFILO, Rodolfo. História da Seca do Ceará. For taleza, 1883, p. 82.- [voltar](#)
- <sup>80</sup> TEÓFILO, Rodolfo. História da Seca do Ceará. For taleza, 1883, p. 82.- [voltar](#)
- <sup>81</sup> TEÓFILO, Rodolfo. Op. cit., p. 237.- [voltar](#)



## 2.3 LEVÍTICO: O Regulamento de um Seringal

*Se nos meus estatutos andardes, e guardardes os meus mandamentos, e os praticardes. (26:3) então eu vos darei as vossas chuvas a seu tempo; e a árvore do campo dará o seu fruto (26:4). E continuará a vossa debulha até o tempo da vindima, e a vindima continuará até a sementeira: e comereis o vosso pão a fartar, e habitareis seguros na vossa terra (26:5). Também darei paz na terra[...]” (26:6) “Mas, se não me ouvirdes e não fizerdes todos esses preceitos (26:14) E se os meus estatutos rejeitardes e se a vossa alma se enfadar dos meus Juízos, não fazendo todos os meus mandamentos para violardes a minha aliança (26:15). Então eu também vos farei isto: porei sobre vós o terror, a tísica e a febre ardente que consomam os olhos e atormentem a alma; e semeareis debalde a vossa semente... (26:16)... fugíreis sem que ninguém vos persiga: (26:17)... quebrarei a altivez de vossa força... (26:19) O vosso trabalho será baldado (26:29).*

Levítico 26: 3, 4, 5, 6, 14, 15, 16, 17, 19, 20.

Quando escrevi **O Cearense na Amazônia**, em 1942/1943, meu saudoso pai deu-me de presente uma relíquia histórica do tempo em que lutou em Rondônia e no Acre, como pioneiro, na fronteira do sudoeste amazônico, durante mais de trinta anos, e onde passei uma fase de minha infância: O Regulamento dos Seringais de Octávio Reis.

Octávio Reis era um velho e sábio sertanejo, capixaba de Carataízes, que durante mais de cinquenta anos sofreu e enricou nos seringais dos rios Abunã, Guaporé e Acre, vivendo todo o ciclo da borracha. Imigrante nas últimas décadas do século passado, percorreu todo o caminho da vida, paixão e morte do sertanejo-seringueiro: flagelado, retirante, brabo, barrigudo, manso, comboieiro, mateiro, seringalista, até chegar ao cume de sua carreira: “Coronel de Barranco”.

Meu pai foi seu sócio na casa aviadora que mantinham em Manaus, e depois da “débâcle” foi seu empregado, diarista de campo, fiscal, balconista, encarregado de depósito, guarda-livros, nos seringais do Abunã. E depois regatão, capitão da guarda nacional, Juiz de Paz, percorrendo, assim, a outra carreira burocrática nos seringais, reservada àqueles que sabiam ler e escrever, e que tinham instrução. Por conta própria, aventurou-se a seringalista como arrendatário de seringais, de propriedade de Octávio Reis e outros, os de nome Porto Luiz e Guarapari, dos quais tanto nos falava, terminando novamente como sócio do “Coronel”. Foram

amigos e companheiros durante mais de trinta anos, e sua mulher, D. Hilda, e seus filhos, Sulamita e Octávio Filho, eram muito amigos de minha mãe. Trago ainda, de todos eles, gratas recordações de minha infância. Após a grande crise de 1933, meu pai retirou-se dos ermos da fronteira e veio ao nosso reencontro em Belém, e depois Manaus, para cuidar da família e educar os seus oito filhos.

Esse precioso documento, talvez o único existente nos anais da história dos seringais amazônicos, utilizei-o bastante na iluminura daquela minha tese. Depois, nunca mais o encontrei, perdido ou escondido no meio de milhares de livros de minha biblioteca que ficou em casa de minha mãe. Por um desses golpes de sorte, reencontrei-o agora, depois de um paciente trabalho de

prospecção e garimpo, e hoje o publico sob a sugestiva titulação acima, a relembrar um legítimo mandamento bíblico.

É que esse regulamento, a par de seu extraordinário valor histórico para a compreensão do processo de ocupação e exploração da seringueira, apresenta uma nova angulação e perspectiva para essa análise. Ele traz a contribuição e o ponto de vista do “**Barracão**” (a casa do patrão seringalista) e do **Depósito** (o armazém de compra-e-venda ou de troca de mantimentos e borracha), que constituem os símbolos sociais arquitetônicos da empresa seringalista sediada no Beiradão, o outro lado da visão seringueira, representado pelo signo econômico da arquitetura do tapiri e das veredas das estradas de seringa, com sede no centro da floresta virgem.

Como grande parte deste romanceiro sociológico tem o seu enredo desenvolvido a partir do folclore dos seringueiros, expondo a visão do tapiri, é justo, agora, que se introduza o outro personagem da história, criador e organizador do Seringal, do empresário da borracha, que tanto sofreu e lutou naqueles dias heroicos, o braço armado das casas aviadoras e exportadoras de Belém e Manaus.

Esse regulamento representa a visão do “Barracão” e do “Coronel”, mas de um barracão e de um coronel humanos, isto porque havia também, ao mesmo tempo, em contraste com eles, o “**Barracão-do-Tronco**” e o “**Coronel-do-Trabuco**”. Descreve em seu linguajar típico os **deveres** de todos os que moravam e trabalhavam nos seringais: gerentes de depósito, guarda-livros e encarregados de escrita, empregados de balcão, comboieiros, fiscais, empregados de campo e diaristas,

extratores, fregueses e seringueiros. Como não poderia deixar de ser, mais deveres do que direito. De qualquer modo, traduz um sentimento messiânico de missão e felicidade, a despeito de ter sido escrito e publicado já na época da crise, da depressão e da derrota dos anos 30.

Tem ele o título e subtítulo sugestivos de “Seringaes de Octávio Reis. Regulamento interno para 1934 e annos a seguir, até nova deliberação”, e vai a seguir transcrito, na sua autenticidade e no seu próprio linguajar, na forma e ortografia original da época. O grifo é a nossa única contribuição para destacar a linha e sugerir a entrelinha:

## SERINGAES DE OCTÁVIO REIS

Regulamento interno para 1934 e annos a seguir, até nova deliberação Editora Livraria Escolar de Porto de Oliveira e Cia. Campos Sales, 105 – Pará

“Toda a nação tem as suas leis para por ellas reger-se, e se estas leis não são obedecidas por seus habitantes será uma nação em completa desorganização, onde não poderá haver garantias para os que nella vivem, nem para quem com ella mantiver negócios.

Succede o mesmo com toda a sociedade que tem os seus estatutos para por elles regerem-se os seus sócios, e se não se obedece a elles será uma sociedade desbaratada e sem duração. Até nas casas de famílias, para serem bem organizadas, teem que obedecer a uma ordem, sem a qual virá logo a desorganização, e dahi os resultantes desgostos de família, que infelizmente é o que mais acontece.

Como, pelo que vemos, tudo precisa de organização e ordem. **Um Seringal, por exemplo, onde habitam centenas e centenas de almas, com diversos costumes, sexos diversos, e até nacionalidades**

**diversas, não pode deixar de ter o seu regulamento, pelo qual todos os seus habitantes possam orientar-se de seus deveres de accordo com as posições e trabalho de cada um.**

Tenho convicção de que todos os que vivem em seringas desejam uma vida tranquilla de paz, amor, trabalho e justiça, e estou certo que, **obedecendo fielmente a este regulamento, viverão bem e felizes.** Precisamos notar que no seringal somos uma só família no cumprimento de nossos deveres, sem excepção de raça, crença religiosa, nacionalidade e posição. Somos todos iguaes e devemos trabalhar para um mesmo fim, que é o de vivermos bem, sem prejudicar aos outros, tendo por lema este princípio: respeitar aos outros porque respeita-se a si próprio.

#### **Deveres dos gerentes encarregados dos depósitos:**

a) Tratar a todos, quer extractor, quer empregados subalternos, com delicadeza, não os maltratar com palavras offensivas, nem com outro qualquer meio que venha offendel-os.

b) **Zelar e vigiar tudo que lhe esta entregue, não podendo desviar o seu tempo e actividade em assumptos alheios aos interesses da casa que dirige.**

c) Procurar pela forma **mais sensata diminuir as despesas para o augmento da receita**, tendo em conta que do engrandecimento da casa vem o bem geral para todos que della dependem.

d) Dimittir e admittir empregados, quando preciso for, collocar e descollocar extractores, e para descollocar é preciso que o extractor por treis vezes tenha infringido o regulamento a que está sujeito, fazendo-o com justiça e imparcialidade, e não por qualquer vingança futil, ou para proteger a um terceiro.

e) Avisar aos 30 dias ao escriptório geral as ocorrências dadas em seu departamento.

f) **Não acceitar freguez de outro deposito**, sem autorização do gerente daquelle, e **facilitar tudo que estiver ao seu alcance em beneficio do outro deposito**, facilidades estas que não tragam prejuizo ao seu.

g) Attender com promptidão, na medida do possível, a necessidade do freguez, especialmente em caso de doença.

h) **Trazer sempre em equilibrio a conta do freguez**, quando não seja possível trazel-a com saldo a favor do mesmo, tendo em consideração que o **freguez só é amigo e cumpridor dos seus deveres quando tem saldo.**

(i) Reparar com critério o trabalho de seus empregados e se estes merecem a continuação do emprego. Não collocar ninguém por protecção, nem descollocar por odiosidade.

(j) **Fazer com que todos produzam** e vivam satisfeitos, tanto empregados como extractores.

k) Consultar sempre que seja preciso o escriptório central.

l) Fazer cumprir fielmente o regulamento geral da casa.

#### **Deveres do guarda-livros ou encarregado da escripta:**

a) Trazer em dia a sua escripta.

b) Orientar sempre ao **gerente das condições financeiras de cada freguez**, ou de qualquer outro assumpto que, a seu juízo, julgue necessário, tendo em consideração que é a **segunda pessoa da casa, e como está ao par da conta de todos**, tem capacidade mais que sufficiente para qualquer orientação.

c) **Explicar com calma ao freguez qualquer duvida que porventura este tenha em suas contas**, procurando mesmo não se aborrecer.

d) Fornecer guias com preços todas as vezes que remetter mercadorias para os centros, quer em comboio, quer por embarcação, e mensalmente fornecer os talões ou factura geral das compras, durante o mez, e de dois em dois mezes fornecer contas correntes.

e) Viver sempre em harmonia com o gerente, trocando idéas, e fazer tudo quanto esteja a seu alcance para o engrandecimento da casa.

f) Tratar bem a todos e com o devido respeito, sem excepção de classe.

g) Zelar pelos interesses geraes da casa, porque do seu bem estar vem o bem estar de todos que estão ligados a ella.

h) Cumprir e fazer cumprir fielmente este regulamento.

#### **Deveres dos empregados de balcão:**

a) Trazer sempre limpas e bem asseadas as mercadorias.

b) Vigiar as mercadorias para que não haja falta, e que esta falta venha resultar em seu próprio prejuizo, tendo em conta **que um empregado de balcão, relaxado, não póde satisfazer aos desejos da casa**, muito menos aos seus proprios interesses.

c) Ser fiel nos pesos e medidas, e não impingir por bôa, ao freguez, mercadoria que saiba ser de inferior qualidade, **tendo em conta que a casa não precisa do freguez somente por uma vez**, e que o homem deve ser honesto para merecer a confiança geral. Ter muito cuidado em suas notas ao remettel-as ao escriptorio, para que não haja engano que venha trazer reclamação, tendo em conta **que o productor perde dois ou treis dias para vir do centro reclamar uma caixa de fósforos que lhe saia por engano a mais na sua conta, deixando de produzir muitas vezes, por este pequeno engano, borracha que lhe daria para comprar uma lata**, ficando por este facto mal visto tanto o empregado do balcão como o guardalivros que forneceu a nota, e por muitos são ainda considerados de ladrões. Portanto é preciso a máxima attenção para não se enganar nem a favor **nem contra a casa**.

d) Tratar sempre ao freguez com bom humor e seriedade, como se estivesse num balcão que elle não fosse forçado a comprar e **precizasse atrahil-o com boas maneiras** e attenciosamente, e **não se prevalecer nunca de ser a única casa que tem para servir ao freguez**, e por tal motivo não servil-o bem e com carinho.

e) Ter em conta que o balcão é um **logar de muita responsabilidade e uma escola que tem elevado muitos homens de bem ao auge da grandeza**. Por conseguinte o meu desejo é que imiteis aos que teem sabido se fazer no balcão, e para imital-os basta somente o trato, a seriedade e todo o cuidado naquillo que está a seu cargo.

f) Cumprir e fazer cumprir este regulamento para o seu bem e para o bem geral.

### **Deveres dos comboieiros:**

a) Devem ter em consideração que o **comboieiro é um homem de muita responsabilidade, porque tem a seus cuidados o interesse alheio. É o conductor do meio de transporte nos seringas**, e como tal precisa ser honesto e cuidadoso para que possa entregar o que recebe nas mesmas condições de conservação que recebeu. Muitas das vezes o seu relaxamento pode ocasionar sérios prejuízos a terceiros, em razão do que deve ser **cuidadoso, trabalhador e sobretudo honesto**. Como vive sempre **em contacto com as famílias deve ser também um homem respeitador** para que tenham nelle inteira confiança. Respeitar para poder ser respeitado.

b) **Tratar bem os animaes, não espancal-os, não carregal-os de mais do que possam suportar para viajar folgadamente**. Só leval-os para a viagem os necessários e que estejam em condições de viajar. Quando em viagem não **devem dormir amarrados**, e o comboieiro deve procurar alcançar sempre pontos de dormida, onde possam pernoitarem soltos. Não viajar mais de oito horas por dia, e **viajar devagarinho para que o animal não se maltrate**.

Quando na margem, deve dar ração pela manhã e à tarde. As rações obedecerão aos seguintes horários: **das 5 às 7 horas da manhã**, terminada a ração do costume **laval-os, curar alguma enfermidade** que tenham, **aparar cascós**, quando seja preciso, e soltal-os. Juntal-os novamente **às 4 horas da tarde** para dar-lhes **nova ração**, variada da ração que tiveram pela manhã. (**Costuma-se dar canna à tarde**).

c) Estando em viagem deve dar ração ao animal pela manhã e laval-o à tarde.

d) Tratar com zelo e limpeza os arreios e ter constantemente promptos tantos quantos sejam precisos a cada animal, arreios estes que lhe serão entregues em condições de viajar, recebendo-os contados, e, quando já estragados, trocar-os-á por outros, e não os tendo para a devida permuta, **lhe serão debitados em conta**.

e) Receber na margem as mercadorias conferidas e entregal-as no centro nas mesmas condições que recebeu, **sendo-lhe debitadas as que por falta de cuidado deixar de entregar**.

f) Dar sciencia ao gerente do ocorrido durante a viagem e de qualquer **anormalidade que note nos centros entre freguezes**.

**Não contar histórias infundadas**, que disso venha trazer qualquer desgosto entre freguezes, ou a quem quer que seja.

g) Ter em consideração de que **não póde dispor de animaes a não ser para o serviço usual da casa**. Mesmo em viagem e estando a tropa **viajando descarregada**, não póde fornecer animaes quem quer que seja para montada ou para carga e sobrecarga. Esta falta será punida com a multa de cem mil reis que lhe será debitada em c/c. Não obstante, poderá fornecer animaes a qualquer pessoa que esteja doente e que precise transportar-se, mesmo que para isso seja preciso deixar cargas nos centros.

### **Deveres dos fiscaes:**

a) O fiscal do seringal, que pelo nome bem indica a confiança que merece, vivendo em contínuo contacto com o productur, **é preciso ser um homem sério e de bem, trabalhador e honesto**,

tratando a todos com imparcialidade em todos os seus actos para assim poder merecer a confiança que a casa lhe deposita.

b) Tem o dever de **fiscalizar todas as estradas** e ver se estão trabalhadas de accordo **com o regulamento de corte em vigor**, e quando não estejam, chamar o dono da referida estrada mal trabalhada e ensinar-lhe, se preciso for, a forma de trabalhar bem e de accordo com o regulamento, avisando à casa dessa anormalidade. Fazer o mesmo pela segunda vez e **suspender o productor de seus trabalhos em caso de reincidência pela terceira vez, e neste caso deverá valorizar os prejuisos causados para que sejam cobrados pela casa**. Havendo qualquer dúvida neste seu acto, irá alli o gerente do deposito que verificará a estrada em questão e fará valer ou não a multa aplicada.

c) É dever do fiscal ensinar ao extractor a forma de corte e, quando seja preciso, ajudal-o a melhorar a estrada, **caso esta tenha menos de 150 árvores para que se verifique o augmento do leite**.

d) Avisar ao deposito de qualquer anormalidade que note pelos centros, quer seja com extractores ou com empregados.

e) Cumprir e fazer cumprir fielmente este regulamento, e com. especialidade o regulamento do corte, que deve com calma ensinar aos que não tenham ainda bastante pratica.

#### **Deveres dos empregados de campo e diaristas:**

a) Obedecer o horário.

b) Fazer o serviço que lhe for designado, com vontade e capricho, tendo em consideração que tudo quanto se faz com má vontade não dá bom resultado, quer para quem o faz, quer para quem o manda fazer, e todo o homem bem intencionado deve procurar não prejudicar a quem quer que seja, quanto mais a quem lhe dá serviço, e que deste serviço resulta o seu bem estar.

c) Respeitar a seus companheiros e tratá-los bem para que não haja desgosto entre companheiros de trabalho.

d) **Fazer com a devida prudência qualquer reclamação que se julgue com direito**, quanto este lhe seja negado.

e) Respeitar as ordens recebidas de seus chefes e procurá-las executar, quando no mister de seu serviço.

f) Respeitar e fazer respeitar este regulamento.

#### **Deveres a que está sujeito o extractor:**

Todo o homem de bem tem os seus deveres a cumprir, e para bem geral de todos os que habitam os seringaes e dos que hão de vir, não podia eximir-se o extractor de **uns certos deveres** a que está sujeito.

a) Viver em harmonia com todos, respeitando para ser respeitado.

b) Obedecer estrictamente o regulamento do corte.

c) **Trabalhar em borracha, cortando e colhendo as suas estradas 4 dias na semana**, notando que este trabalho lhe proporciona o seu bem estar e **agrada à casa, que é estabelecida para produzir borracha**, contando tão somente com a sua cooperação que, falhando, falham também todos os cálculos e esperança que se tem numa certa produção, encarecendo desse modo a vida nos seringas, consequência prejudicial para si próprio e para quantos nelle habitam. **Deve ter em consideração que quando vem para os seringas e se colloca como extractor, é para produzir borracha**. Se o seringueiro adoptasse trabalhar quatro dias por semana em borracha, empregando o restante dos dias noutra mister, **seria um homem rico**.

d) **Fazer borracha fina e de boa qualidade**, e quando seja para ser transportada em animas não deve ter mais de **50 latas de leite, nem menos de 45**. É preciso ter em conta que se **regeita a borracha que não for fina e de boa qualidade**, e que só pode sahir dos centros cortada a borracha que, **a juiso do comboieiro, tiver mais de 65 kilos**, e tendo também menos de 50 kg **prejudica a casa na condução**, e o dever do bom extractor é **zelar pelos interesses da casa onde vive**, porque do engrandecimento della depende o seu bem estar.

e) Fazer as suas transacções somente com o deposito onde trabalha para engrandecimento deste, e não o fazer com outro deposito, mesmo que seja da mesma firma, muito menos com pessoas extranhas à casa. Entretanto lhe é permittido, ao ir para os seringas, levar para o seu uso tudo que julgue conveniente, **excepto bebidas alcoólicas que é terminantemente proluhido nos seringas**.

f) Fazer com calma e bom humor qualquer reclamação para que lhe seja attendida, se for justa; esta póde ser dirigida por escripto ou verbal, que tendo de ser attendida, será. Levar ao conhecimento da gerência do deposito, onde trabalhar, qualquer queixa que tenha a fazer de duvidas entre companheiros, ou com qualquer empregado da casa, antes de tomar qualquer resolução, porque se lhe ouvirá com toda a atenção, e procurar-se-á resolver com o maior criterio e desapaixonadamente.

g) Trazer sempre limpas as suas estradas para que viva com prazer em seu trabalho que lhe proporciona o seu bem estar. Ter limpeza em sua casa, trazer sempre tudo bem limpo e asseado, porque sem asseio não póde haver saúde.

**Trabalhar em estradas que não vão além de suas forças**, para que viva sempre com vontade de trabalhar diariamente, tendo sempre em conta que só se póde carregar a carga que não vai além de nossas forças.

**O bom extractor não é aquelle que tira muito leite e sim aquelle que tem o seu trabalho methodisado em condições de ir vel-o sempre, para o que precisa de saúde e vontade.**

h) **Não fazer negocio com a sua collocação**, sem prévio consentimento do deposito onde trabalhar.

i) **Pagar fielmente as suas dividas contrahidas no deposito onde trabalhar**, porque isso não só lhe proporciona credito e mais conceito, como garante a sua estadia no seringal por todo o tempo que lhe convenha nelle permanecer.

j) Dirigir ao escriptorio central as suas reclamações por escripto, quando não forem attendidas no deposito onde trabalha, e que, a seu juiso, tenham deixado de ser por espirito de perseguição ou para proteger a terceiros.

Dou aqui o sistema do corte para a extracção do leite da hevea-ouro (seringueira), árvore-mãe. Mãe devemos chamar-lhe porque é a árvore amiga do homem. Com o seu leite alimentam-se milhares e milhares de famílias que vivem da borracha. Proporciona tantas facilidades a seringueira, **que quem se habitua a viver alimentado do seu leite não se acostuma mais a outro qualquer serviço**, porque encontra-se feliz o seringueiro extrahindo o leite e vivendo em continuo contacto com as fertilidades da natureza. O homem que vive nos seringas não conhece necessidades. Pena é que ainda haja quem não conheça o valor da seringueira; porém pouco valor damos ao ar que aspiramos de onde depende a nossa vida, ao sol que nos mantém, à água que bebemos, e a tudo mais deixado por Deus, para o bem estar do homem, não é de ignorar não **darmos a seringueira o valor que ella merece**. Há até homens ilustres que dizem ser o Amazonas pobre, devido à seringueira. Verdadeira injustiça! Falta de reflexão! Pouco conhecimento para saber dar valor ao que merece, porque a seringueira é uma das maiores riquezas da floresta brasileira. Soubessem os homens do Amazonas explorar methodicamente e com intelligência a seringueira, o Amazonas seria o orgulho do Brasil e pasmaria o mundo inteiro. Portanto, devemos ter carinho para com a seringueira que nos proporciona tantos dias felizes e **não sejaes ingratos, senhores extractores, para com a árvore bemdita que vos proporciona trabalho remunerador que vos livra do chicote do capataz, que faz do extractor senhor de si próprio**, dono de sua casa, sabendo a que horas que come e que dorme, vivendo em contacto diário com a sua familia, tendo o conceito de todos, merecendo a estima do patrão que trata o bom productor como um de seus melhores amigos. Pensem e reflectam que não há **outro mister que favoreça ao homem inculto tantas vantagens – digo inculto porque para cortar seringa não precisa ser formado em cousa alguma, basta somente ter character e vergonha para ser um bom seringueiro**.

As experiências feitas nos seringas do mundo civilizado, onde se explora methodicamente a seringueira, deram como melhor forma de corte o sistema “faca”, tanto por ter mais abundância de leite como pela conservação da árvore.

**O perspicaz governo boliviano, no intuito de conservar as riquezas de seu paiz, votou uma lei salvadora da seringueira, obrigando o corte pela “faca” em todos os seringas bolivianos, punindo os infractores.**

**(Conheço uma firma que foi multada em dez mil bolivianos – quarenta contos de nossa moeda naquelle tempo).**

Como em tudo que se deseja melhorar, afastando-se do sistema rotineiro, ha maldizentes, não podia deixar de haver obstáculos na referida lei. **Houve gritos, protestos, paralização de fabrico, o diabo a quatro**, porém o governo, consciente de sua acção, manteve cada vez mais rigorosa a sua lei, e hoje todos bemdizem esse acto altamente intteligente e de salvação dos seringas, que actualmente se encontram mais abundantes de leite que **nos tempos do assassino machadinho**.

Pena é que o Brasil não tenha lei igual que proteja os seus seringas extensissimos e ferteis, e quasi que abandonados. O Snr. José Cláudio de Mesquita (hoje falecido) inesquecível protector da seringueira, que foi o inventor do corte pelo sistema “faca”, e o próprio confeccionador da “faca” de cortar seringa, **não encontrou lei governamental que o amparasse**, nem auxilio de espécie alguma. **Serviu a sua invenção para os inglezes e hollandezes, e para nós foi um grande mal, porque se elles tivessem continuado a cortar com o machadinho, não haveria no Oriente nem mais uma seringueira viva**, enquanto que as nossas ainda iriam resistindo pela fertilidade da terra.

Mas, seja como for, não podemos deixar de reconhecer na intelligencia lúcida do Snr. Comendador José Cláudio de Mesquita a sua boa intenção de defender as riquezas do Amazonas. Infelizmente, este nome é hoje esquecido como o de muitos inventores de valor. Sendo, como está provado, o corte pela “faca” o único de todas as vantagens, tanto na abundância de leite como sobretudo na conservação da árvore, **não podia eu deixar de adoptá-lo nos meus seringaes** e nos de minha administração, convicto de uma medida de benéficas finalidades.

Assim é que menciono aqui **algumas instruções** que orientarão ao extractor a maneira de trabalhar, e, estou certo que o seringueiro intelligente reconhecerá ser a melhor forma até hoje sem igual. Porém, como todo o trabalho feito com vontade e intelligência traz novos conhecimentos, ao ponto de muitas vezes nos ensinar o meio mais fácil e rendoso de fazel-o, espero receber de meus extractores sugestões a respeito, que, depois de estudadas, poderão ser adoptadas.

Altura da arreação: – 1,60 – 7 palmos mais ou menos

**Largura da arreação e raspagem:** – 17 centímetros de largura e outro tanto de comprimento, notando-se que a raspagem deve ser bem leve, de forma a não maltratar a árvore. Há seringaes em que não se raspa, limpa-se apenas a madeira em vez de raspagem. Recomenda-se não parar de cortar a seringueira estando raspada, perdendo também o extractor o tempo que gastou na raspagem, e a seringueira aquella parte raspada que não produziu. Há extractores que começam raspando uma chave e terminam com dois palmos. Preciza evitar esta anormalidade, tendo o máximo cuidado de não enlarguecer a raspagem na proporção que vai baixando a arreação. Deve procurar trazer sempre a mesma largura com que principiou.

**Comprimento do corte:** – 17 centímetros – uma chave mais ou menos

**Comprimento do corte:** – 17 centímetros – uma chave mais ou menos

**Distância das arreações:** - o espaço de uma arreação a outra, em volta da árvore, deve ser de 60 centímetros ou 3 palmos, mais ou menos.

O productor e obrigado a adoptar este sistema acima explicado, salvo se apresentar sugestões de melhores resultados, sem damnificar a seringueira que, neste caso, serão estudadas e, se aprovadas, acceitas para o regulamento geral.

#### **Deveres da casa com o pessoal extractor:**

- a) **Fornecer 3 estradas e elementos**, quando seja preciso, para que o extractor possa produzir.
- b) Ajudal-o gratuitamente, quando entre a collocar-se, no preparo de sua casa, limpeza de estradas, etc., para que **o freguez não comece atrazado, em condições de não poder pagar com brevidade.**
- c) Tratal-o em caso de doença, ou facilitar-lhe elementos para tal fim, se for necessário.
- d) Entregar em sua casa as mercadorias e trazer os respectivos productos, fazendo isso nos dias marcados de entrada de comboio para linha de cada freguez.
- e) Pagar pontualmente os saldos ao proprio extractor ou á familia deste.
- f) Fornecer-lhe mensalmente as facturas e c/correntes de 2 em 2 mezes.

g) Atender as suas reclamações, quando sejam justas.

h) Dispensar-o dos seus serviços nos seringas, quando por três vezes tenham infringido o regulamento em vigor.

i) Respeitar-o e fazer com que os outros o respeitem.

#### **Um momento de conversa com o meu pessoal:**

a) **Todos vocês que habitam os meus seringas sabem que têm em mim um amigo. Não é verdade? Vou lhes dizer o motivo.**

Para que sejam também meus amigos e da casa onde vivem, tomem em consideração de quem trabalha numa casa onde imperam o respeito e o espírito de justiça, como na minha, só pode viver tranquilo, assim proceda bem.

b) **Sabem muito bem quanto procuro interessar-me, por tudo que está ligado a sorte de vocês. Não é verdade? Vou lhes dar as razões:**

Compreendo que zelar pelo bem estar de todos vocês, vem reflectir directamente em meu próprio beneficio. Dar-lhes-ei um exemplo: Suponhamos que eu tivesse viajando pelos seringas, **sem levar rancho, e fosse dar na casa de um de vocês, onde encontrasse tudo farto, e me fosse proporcionada alimentação boa, estaria eu de certo, feliz.** E de onde provinham estes meus momentos de satisfação? Da sua propria felicidade, do seu trabalho honesto e productivo, do seu esforço para viver bem.

c) Todos vocês sabem que os não abandono na doença, mesmo que não tenham saldo. E sabem porque? Não é por caridade, porque quem vive em seringal não precisa de caridade, quando trabalha com o fim de viver independente. **Faço-o porque o homem doente nada produz, é um inutil, e para que possa produzir os mando tratar.**

d) Sabem que recebem os seus saldos quando querem. Não é verdade? Faço isto com regularidade para manter o meu credito perante vocês, que com essa confiança trabalham com gosto e sem receio. **Agora desejo que todos vocês me imitem e não deixem de pagar-me, quando me devam, porque disso dependem o credito de vocês em minha casa e a confiança que me possam inspirar.**

e) **Todos vocês sabem que conversam connigo em completa liberdade, como se estivessem fallando a um seu colega. Explicar-lhes-ei o motivo:** Considero que todo o homem que trabalha honestamente, seja qual for a sua profissão, é merecedor de meu inteiro acatamento e respeito assim proceda bem.

f) **Sabem vocês que tenho um movimento de transporte organizado,** e que recebem as suas mercadorias em suas proprias casas e em datas certas, seja de verão ou inverno. Não obstante essas mercadorias serem conduzidas **por agua, em lancha, e por terra, em costa de animaes,** vocês a recebem em perfeito estado de conservação, e ainda lhes dou o direito de devolverem-nas se não estiverem em condições. **Sabem quanto isso me custa,** e o prejuizo que me causam se o comboio regressa sem o producto correspondente? Devo dizer-lhes para que vocês façam uma ideia, e procurem evitar que isso aconteça.

**Para trazer a mercadoria de Manaus até a casa de vocês, e em perfeito estado, custa-me muita força de vontade e sobretudo muito dinheiro.** E se ainda o comboio chega em suas casas e não encontra o producto para o devido pagamento, os prejuizos certos são estes: **Percas de tempo e gastos do comboio** que fez a viagem para entrar e sair carregado; igualmente a lancha que **levou a carga e também voltou vazia** fez a mesma despeza como se tivesse vindo carregada. **O meu compromisso na praça também não foi atendido**, porque falhou a quantidade de borracha com que eu contava de meus freguezes, **e este eu considero o maior prejuizo**, tanto para mim como para vocês proprios, que deixam de ser servidos a contento na outra viagem da lancha, simplesmente porque se descuidaram de trabalhar o suficiente para o compromisso de vocês, e depois se queixam que a casa lhes serve mal. **Digam com franqueza de quem é a culpa?**

**Se vocês tivessem o cuidado de nunca faltar com a borracha que podem produzir**, dada a fertilidade de leite nos seringas, podia-se francamente contar com **250 kilos mensaes de cada homem**. Agora, digam-me vocês se produzissem todos, **mesmo 200 kilos mensaes cada um**, em que condições de fartura não viveriam?! E tudo haveria de sobra nos seringas. Eis a razão por que digo que do nosso esforço depende a nossa situação melhor. Portanto, **tenham animo trabalhem com a firme vontade** de nunca sofrer necessidade.

Tenho observado sempre, quando viajo pelos centros dos seringas que há casas de seringueiros que são uma verdadeira riqueza, e **outras que são uma lastimável vergonha**. E por que isso? Porque aquelles são caprichosos e trabalham com cuidado, ao passo que estes são relaxados e pouco trabalham.

## Regulamento Geral

Todos os habitantes destes seringas teem por dever:

- a) Respeitem-se mutuamente
- b) Trabalhar para se manter decentemente, porque, **sendo os seringas nucleo de trabalho, para onde se vai com a vontade exclusiva de ganhar dinheiro e consequentemente melhorar as suas condições de vida**, só se pode adquirir o desejado com um trabalho firme e honroso.
- c) Dirigir ao **escritorio central por escripto** as suas reclamações, quando não tenham sido attendidas pelo deposito onde trabalha, e que, a seu ver, julgue ter razão, e estejam de accordo com o regulamento em vigor.
- d) **Pagar as suas dívidas pontualmente**, quer contrahidas no deposito onde trabalha ou onde quer que seja, porque o **homem que se nega de pagar o que deve** não é um homem de bem.
- e) Ter confiança em si proprio, porque aquelle que perde a confiança de sua pessoa e só espera pela acção dos demais, é um homem perdido e inutil.
- f) Cumprir fielmente todos os seus deveres para poder ser respeitado e benquisto.

### Pagamentos de Saldos

Os saldos são pagos pontualmente, quando o freguês deseja retirar-se, sistema que vem sendo adoptado com regularidade.

### **Retiradas de Pessoal**

Quando sejam gerente, guarda-livros ou comboieiros, aviso antecipado de 90 dias. Outro qualquer empregado, 30 dias. Salvo doença. Quando seja extractor de borracha, nos mezes de Janeiro, Fevereiro, Março e Abril. Salvo doença que o impossibilite de continuar. Quando o **extractor pede estradas para trabalhar, deve occupal-as pelo menos até o termino do fabrico**, razão pela qual as retiradas destes são em datas certas.

### **Compra de borracha e castanha**

A borracha paga-se 70% dos preços de Manaos, com tara de 10%.

**É rejeitada a que não for fina e de boa qualidade**, que então só póde ser aceita mediante convénio especial.

### **Condições**

O seringal é cedido gratuitamente, com as condições do extractor obedecer fielmente o regulamento de corte e trazer sempre bem preparada e limpa a casa onde habita, e limpas as estradas em que trabalha.

Com utensílios alugados ao deposito, é obrigado a entregar na sua casa a mesma quantidade que recebe, juntos, limpos e contados.

**É permitido a colheita de castanha nos mezes de Janeiro, Fevereiro e Março até o dia 15**, tempo em que a casa mandará receber a que ainda não tenha sido recebida, e pagar pelo preço combinado e condições ajustadas, fazendo ver que deve ser bem limpa, reservando-se a casa o direito de recusar a que apresentar mau aspecto de limpeza e conservação.

### **Transferencia ou mudança de collocação**

**As transferencias de collocação só podem ser nos mezes de Janeiro, Fevereiro e Março**, e as mudanças a não serem feitas nesses mezes **só podem ser permnittidas no mez de Setembro**.

O transporte é também feito gratuitamente do deposito á casa do extractor e vice-versa.

### **Crise mundial**

A crise que, com os seus terríficos effeitos, tem avassallado o mundo inteiro, e está universalmente conhecida, **não podia deixar de influir também no preço da borracha**.

**Sendo nós nos seringaes acostumados a trabalhar pouco e ganhar muito**, nos áureos tempos, fomos imprevidentes em não reservarmos um pouco do muito que ganhámos com que pudéssemos **atravessar a phaze aguda da crise**, sem que fossemos forçados a alterar aquelles nossos costumes.

Mas a crise que não attende supplicas, maximé quando estas supplicas são immerecidas, porque muito se esbanjava superfluamente, na enganosa **crença de que o alto preço da borracha seria eterno**, veio, mister seja confessar, **em boa hora corrigir aquelles nossos prejudiciaes costumes**.

**Em vão foram estas tentativas**, e hoje quasi todos voltam aos seringaes, convencidos de que alli é onde se vive mais fartamente.

Felizmente posso dizer, sem nenhum vislumbre de exagero, que nos meus seringaes e nos de minha dependência, graças ao esforço de seus habitantes, foi onde a crise menos atingiu. Nota-se mesmo que todos vivem felizes e sem dificuldades.

Nesta minha ultima viagem, percorrendo os depositos, vi, com agradável surpresa, reuniões de crentes com os seus cultos regulares, catholicos em festa, dansando alegremente, e todos bem decentemente vestidos. Em todas as barracas por onde passei, notei com satisfação abundância em tudo, e em todas ellas me offereciam refeições, e onde acceitei tive ovos, galinha, carne de caça, feijão verde, etc. e tudo mais que se possa desejar para uma boa refeição. Não ouvi sequer a menor reclamação de mal passado.

Já se vê, pois, que não é só com borracha cara que se pode viver nos seringaes com regular conforto e independentemente, realizando-se, desse modo, a profecia dos meus constantes conselhos: NA CASA QUE SE TRABALHA COM ORDEM E VONTADE NÃO HÁ MISÉRIA.

Assim é que a **crise veio nos dar uma proveitosa lição de economia e trabalho**, mostrando que na região em que vivemos, rica de borracha, castanha, caça, terra fertilissima e muito salubre, **só precisamos de saúde e vontade para o trabalho** para vivermos verdadeiramente felizes.

### **Trabalho**

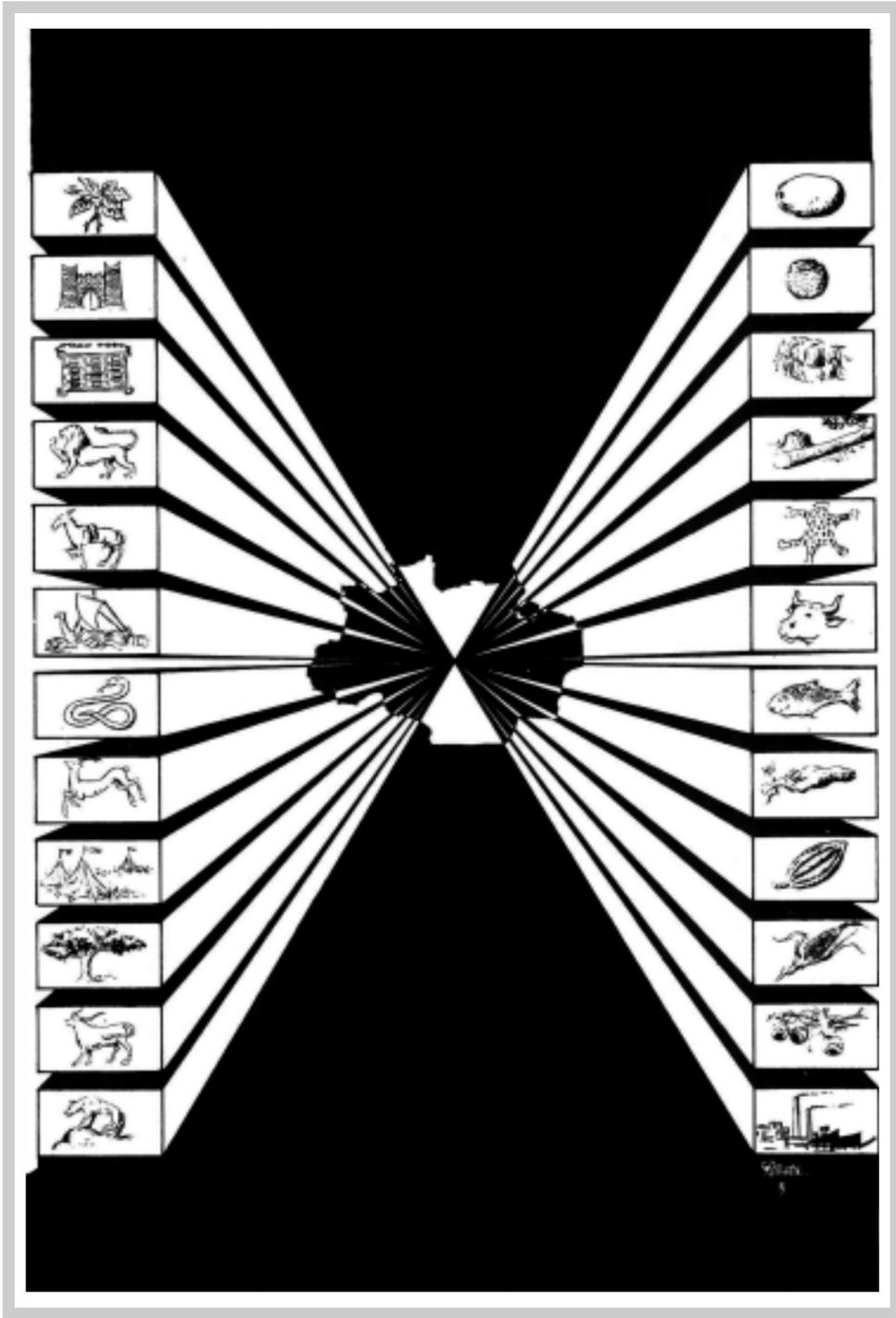
É de máxima importância considerarmos a nossa emoção de prazer ao findarmos um trabalho honesto, e feito com vontade, ainda que afanoso. Concluída a obra da qual sabemos o resultado certo em dias não mui remotos, e que deste resultado irão auferir proventos os entes que nos são caros, sentimos naquelle momento o nosso coração transbordar de satisfação.

Acontece o mesmo com o **seringueiro, que depois da defumação diária, tendo deixado todos os seus utensílios no devido apresto para o labor do dia seguinte**, vê a sua borracha, envaidecido, satisfeito, **como que maior e mais pesada do que a quantidade que ella realmente contém**. Só isso é sufficiente para dar ao seu espirito infatigável nova disposição para o trabalho que se completa com o prazer de terminal-o à tarde, ou mesmo já depois das Ave-Marias.

Não sucede assim com o nosso estado de alma, depois de uma festa. Aborrecidos, pernoitados, tudo nos parece triste e enfadonho, **e dos fugazes momentos de alegria nos ficou apenas o tédio**.

Entre estes dois contrastes devemos preferir o primeiro – o trabalho com o qual a natureza foi generosa nas suas leis, designando-o para o homem que d'elle obterá os melhores triumphos na sua missão sublime.

OCTÁVIO REIS



## 2.4 NÚMEROS: Quantos Eram

*“Tomai a soma de toda a congregação por suas tribos, segundo os seus pais, famílias e casas, o número dos nomes, todo o homem cabeça por cabeça”.*

(Números 1:2)

Quantos eram, ninguém saberá jamais. Nem o número dos nomes, nem o nome dos números, pois nunca existiram estatísticas de emigração no Nordeste, e nem de imigração na Amazônia. As que se encontram foram baseadas nos quadros de pessoas sardas do porto de Fortaleza e de outras cidades do Nordeste, e de pessoas entradas em Belém e Manaus. Mesmo assim, as fontes são extremamente contraditórias e, deste modo, o labor censitário dos números perde grandeza e precisão. Tanto na I Batalha da Borracha, que se desenvolveu de 1850 a 1915, quanto no episódio da II Batalha da Borracha, que assistimos e documentamos, no período de 1941 a 1945.

Tanto no primeiro quanto no segundo ciclo imigrantista, as levas de flagelados e retirantes atropelavam-se nos acampamentos no Nordeste, enchiam os porões dos navios e, nos centros de recepção e nas hospedarias de Belém e Manaus, a confusão e a balbúrdia geravam um verdadeiro pandemônio.

Quantos partiram, quantos chegaram, quantos morreram, a crônica não registrou. Contudo, o que existe pode dar uma ideia dessa massa crítica de homens, mulheres e curumins que largaram os seus lares em busca de salvação no exílio amazônico.

Em 1942, tentei, baseado nas informações de Rodolfo Teófilo, no memorial de Dorneles Câmara e no registro de Artur Dias, fazer um levantamento no período de 1877 a 1900, e encontrei 158.125 nordestinos emigrados para a Amazônia, sendo que, para tanto, muito contribuiu o registro de 1900, que nesse ano acusou 45.792 pessoas, talvez exagerado.

Dorneles Câmara, no seu trabalho **Colocação no Amazonas dos Flagelados do Nordeste**, publicado em 1919, calcula que de 1877 a 1890, a população cearense ficou reduzida a um terço. Talvez cerca de 300.000 pessoas haviam falecido umas e emigrado outras”.

Já Artur Dias, no seu livro **O Brasil Atual**, calcula que somente entre os anos de 1877 a 1889 “o êxodo para o Norte e para o sul do Brasil tomou proporções assombrosas, calculando-se em cerca de 150.000 cearenses que deixaram a terra do berço para rugirem à calamidade”.

Tomaz Pompeu de Souza Brasil, em **O Ceará no Começo do Século XX**, publicado em 1909, registra que somente nos meses de novembro e dezembro de 1877 os retirantes foram 42.931 e 83.000 respectivamente, perfazendo o total de 125.931; em outubro de 1878 foram 108.656, e em abril de 1879 somaram 17.486 retirantes.

Rodolfo Teófilo, em **Secas do Ceará** (1901) e **História da Seca do Ceará**, editado em 1883, diz que o Ceará em 1878 perdeu por mortes 118.927 e pela emigração 54.875.

Pompeu Sobrinho, em **O Ceará – Aspectos Fisiográficos e Antropogeográficos**, estima “que depois do flagelo climático de 1919, o Ceará expulsou 60.000 almas. A seca de 1915 desfalcou a

população de 97.000 pessoas”.

Arthur Reis, em **História do Amazonas**, publicado em 1931, estima que somente na Província do Amazonas, até a Proclamação da República, só do Ceará tinham entrado perto de cem mil indivíduos, dos quais cinquenta por cento não resistiram.

Delgado de Carvalho, em **Colonização e Núcleos em Expansão** (maio de 1941), declara que “atualmente S. Paulo recebe 500 nordestinos, dia sim, dia não”.

Face a este secular drama nordestino, João Duarte Filho, em **O Sertão e o Centro** (1938), afirma: “O Nordeste passou a ser imagem, assim como sinônimo de sede, fome e desgraça. Um sahra sem camelo e sem oásis” (p. 66).

Os números da II Batalha da Borracha, no período de 1941 a 1945, continuam a aparecer com a mesma imprecisão do passado. A reativação dos seringais silvestres, em decorrência dos “Acordos de Washington”, de um lado, e a seca que assolou o Nordeste em 1942/1943, juntamente com a atuação dos órgãos federais que suscitou o novo êxodo nordestino, através do Serviço e da Comissão de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA e CAETA), proporcionando passagem gratuita nos vapores do Lóide Brasileiro e da Snapp, de outro lado, se encarregaram de provocar um novo deslocamento de cearenses e nordestinos para os centros de “recepção” e hospedarias em Belém, Manaus, Porto Velho e Rio Branco, de onde partiam em busca dos seringais.

Somente no período de abril a agosto de 1943, segundo dados que me foram fornecidos pela Superintendência do Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA), naquela altura entraram em Manaus 4.109 nordestinos, conforme discriminação abaixo:

VAPOR	DATA ENTRADA	N.º IMIGRANTES
<i>Rio Mar</i>	10.4.43	101
<i>Siqueira Campos</i>	21.4.43	420
<i>Alm. Alexandrino</i>	23.4.43	426
<i>Pedro II</i>	4.6.43	781
<i>Oiapoque</i>	16.6.43	68
<i>Cel. James Moss</i>	25.6.43	390
<i>Pedro II</i>	7.7.43	494
<i>S. of Delaware</i>	22.7.43	703
<i>Pedro II</i>	1.8.43	335
<i>Cmt. Ripper</i>	23.8.43	391
<b>Total</b>		<b>4.109</b>

Os dados acima servem para dar uma pequena amostragem desse movimento de trabalhadores nordestinos que emigraram para Manaus e, que, daqui, seriam distribuídos para o interior. Infelizmente, não temos os dados relativos a Belém do Pará, pois o Centro de Recepção e as Hospedarias de Belém deveriam também ter os seus registros de recebimentos e encaminhamento de trabalhadores, tomando-se o cuidado apenas de evitar dupla contagem nas duas capitais. Ademais, sabe-se que o Estado do Pará também recebeu inúmeras levadas de nordestinos que foram encaminhados para as Ilhas, Estradas de Bragança, Zona do Salgado, Baixo Amazonas e para os Rios Tocantins, Xingu e Tapajós.

No Amazonas, o Departamento Estadual de Estatística, sob a competente direção do prof. Júlio Uchôa, organizou uma estatística de entrada e saída de passageiros pelo porto de Manaus, no período de 1941/1945, exatamente no período crítico da II Batalha da Borracha.

Os registros de entrada foram os seguintes:

<i>ANOS</i>	<i>HOMENS</i>	<i>MULHERES</i>	<i>TOTAL DAS ENTRADAS</i>
1941	13.910	8.267	22.177
1942	17.928	9.023	26.951
1943	24.339	9.479	33.758
1944	27.139	10.287	37.426
1945	21.807	9.959	31.766
<i>Totais</i>	<i>105.123</i>	<i>46.955</i>	<i>152.078</i>

Desse total de 152.138 pessoas, 74.022 procediam de outros Estados, 76.988 do interior do Estado e 1.128 do estrangeiro. Quanto às condições de conforto, 74.720 viajaram em 1ª classe, 107 em 2ª classe e 77.311 em 3ª classe.

Podemos, pois inferir, que durante o quinquênio da II Batalha da Borracha, no período de 1941/1945, entraram em Manaus, procedente de outros Estados. 74.022 pessoas. Como o Semta e o Caeta somente davam passagem gratuita de terceira classe, e como os passageiros que viajaram nessas condições foram em número de 77.311, é de se presumir que o movimento imigrantista nesse período foi da ordem de cerca de 75.000 nordestinos, somente na Amazônia Ocidental.

Esta nossa estimativa está corroborada pelos registros de saída do Porto de Manaus, fornecidos pelo referido Departamento, para o período em foco, como segue:

<i>ANOS</i>	<i>SAÍDAS PARA O INTERIOR DO ESTADO</i>	<i>SAÍDA PARA OUTROS ESTADOS</i>	<i>SAÍDAS PARA O ESTRANGEIRO</i>	<i>TOTAL DAS SAÍDAS</i>
1941	10.993	6.833	82	17.908
1942	15.745	6.509	96	22.350
1943	19.640	8.296	395	28.331
1944	12.266	9.956	134	22.356
1945	13.634	13.400	89	27.123
<i>Totais</i>	<i>72.278</i>	<i>44.994</i>	<i>796</i>	<i>118.068</i>

Do total acima, das saídas, 78.642 eram homens e 39.426 mulheres, o que confirma o desequilíbrio entre os sexos, típico de toda a corrente imigrantista, tanto do lado dos que chegam, como dos que partem. Verifica-se no quadro acima que partiram para o interior 72.278 pessoas, e como pelas estatísticas de entrada chegaram 74.022 pessoas de outros Estados, provavelmente a maioria do Nordeste, isto vem corroborar, mais uma vez, o nosso prognóstico de que o Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima receberam 75.000 imigrantes durante o período da II Batalha da Borracha. Outro aspecto interessante a salientar, na análise desses dois quadros acima, é que, como entraram em Manaus 152.138 pessoas e dela saíram apenas 118.068, provavelmente 34.070 pessoas ou imigrantes ficaram em Manaus. Data daí o reinício do crescimento demográfico da cidade com o afluxo de novos imigrantes, proveniente do êxodo rural que iria se avolumar nas décadas subsequentes.

Seria interessante conhecer os dados referentes à Amazônia Oriental, sobretudo os imigrantes chegados em Belém nesse período, bem como conhecer a sua dispersão para o Amapá e áreas vizinhas de Bragança, Salgado, Ilhas e Baixo Amazonas, e para os Rios Tocantins, Xingu e Tapajós, que também eram intensamente procurados pelos nordestinos e onde sempre existiu uma razoável produção de borracha silvestre, cujos seringais foram reativados nesse período. Mesmo na ausência de dados, seria possível fazer uma interferência estatística, extrapolando os dados da Amazônia Ocidental para o Estado do Pará e Território do Amapá, eis que, estando os órgãos decisórios do movimento imigrantista, de abastecimento e de crédito centralizados em Belém do Pará, é de prever-se que uma grande parcela de imigrantes nordestinos tenham lá se radicado, dada a sua maior proximidade e condições agrícolas mais favoráveis. Não seria despropositado assim estimar que pelo menos outros 75.000 nordestinos tenham lá se fixado, o que viria dar um total de pelo menos 150.000 “soldados da borracha”, recrutados no Nordeste e encaminhados para a Amazônia nesse período.

Deste modo, podemos estimar que nas duas Batalhas da Borracha, a primeira no período que vai de 1850 a 1915, cerca de 350.000 nordestinos buscaram a Amazônia; e na segunda, no período de 1941 a 1945, os imigrantes se aproximaram de 150.000. Sem muito exagero, mas com a devida cautela, eis que as estatísticas são falhas e contraditórias, seria possível avaliar, a grosso modo, um contingente de 500.000 nordestinos, altamente contributivo para a ocupação e o povoamento da Amazônia.

Pouco faltou, talvez, para chegar aos números proféticos do primeiro censo bíblico:

“Todos os que foram contados dos exércitos pelos seus esquadrões foram seiscentos e três mil e quinhentos e cinquenta”.

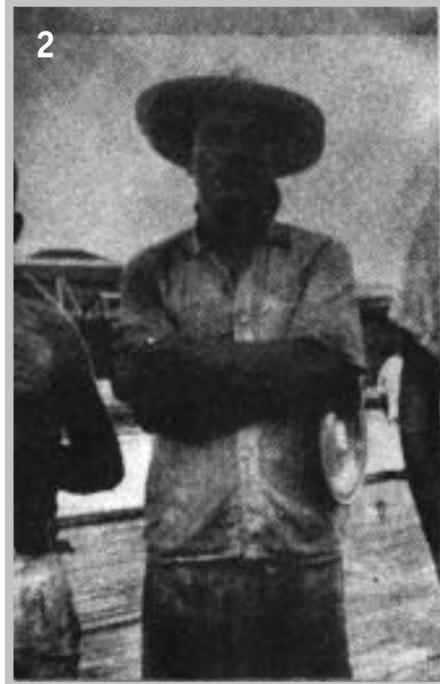
(Números 2:32)

## EXPORTAÇÃO DE BORRACHA SILVESTRE AMAZÔNICA PARA O EXTERIOR – PERÍODO 1821-1947

ANO	QUANT. TON.	VALOR TOTAL MIL-RÉIS/CR\$	TAXA MÉDIA ANUAL DA LIBRA	VALOR TOTAL EM £	£/TON
1821/1830	329	Rs. 156:000\$	no decênio 7\$052	£ 22.121	£ 67
1831/1840	2.314	1.228:000\$	no decênio 7\$378	166.440	72
1841/1850	4.693	1.913:000\$	no decênio 8\$951	213.710	45
1851/1860	19.383	20.140:000\$	no decênio 8\$887	2.266.231	116
1861/1870	37.166	48.943:000\$	no decênio 11\$319	4.323.968	116
1871/1880	60.225	107.904:000	no decênio 9\$765	11.050.076	163
1881/1890	110.048	185.490:000\$	no decênio 11\$080	16.740.974	152
1891/1900	213.755	1.163.334:000\$	no decênio 26\$018	44.712.660	209
1901	30.241	182.566:000\$	no decênio 21\$304	8.569.564	283
1902	28.632	147.719:000\$	no decênio 20\$157	7.328.421	256
1903	31.717	196.217:000\$	20\$078	9.772.736	308
1904	31.866	221.105:000\$	19\$794	11.170.304	350
1905	35.393	226.174:000\$	15\$208	14.872.041	420
1906	34.960	210.285:000\$	14\$971	14.046.155	401
1907	36.490	217.504:000\$	15\$917	13.664.886	374
1908	38.206	188.358:000\$	15\$983	11.784.896	308
1909	39.027	301.940:000\$	15\$983	18.891.322	484
1910	38.547	376.972:000\$	14\$927	25.254.371	655
1911	36.547	226.395:000\$	15\$029	15.063.876	412
1912	42.286	241.425:000\$	15\$000	16.095.000	380
<b>TOTAIS</b>	<b>1.550.215</b>	<b>8.089.993.000</b>	<b>£ 349.691.503</b>		

ANO	QUANT. TON.	VALOR TOTAL MIL-RÉIS/CR\$	TAXA MÉDIA ANUAL DA LIBRA	VALOR TOTAL EM £	£/TON
1913	36.232	155.631:000\$	15\$044	10.345.054	285
1914	33.531	113.598:000\$	16\$375	6.937.282	206
1915	35.165	135.786:000\$	19\$272	7.045.765	200
1916	31.495	152.239:000\$	20\$105	7.572.195	240
1917	33.998	144.080:000\$	18\$893	7.626.104	224
1918	22.662	73.728:000\$	18\$618	9.960.038	174
1919	33.252	105.537:000\$	16\$860	6.259.608	188
1920	23.587	58.350:000\$	23\$167	2.518.668	106
1921	17.493	35.903:000\$	28\$554	1.257.371	72
1922	19.855	48.760:000\$	33\$994	1.434.370	72
1923	17.995	81.177:000\$	44\$971	1.805.096	100
1924	21.568	79.212:000\$	40\$707	1.945.906	90
1925	23.537	191.803:000\$	39\$485	4.857.616	206
1926	23.263	114.877:000\$	33.960	3.382.714	145
1927	26.162	115.008:000\$	41\$095	2.798.588	107
1928	18.826	58.999:000\$	40\$752	1.447.757	76
1929	19.861	61.114:000\$	40\$710	1.501.203	75
1930	14.138	33.584:000\$	43\$992	763.411	54
1931	12.623	25.599:000\$	63\$025	406.172	32
1932	6.224	10.626:000\$	48\$965	217.012	34
1933	9.453	21.687:000\$	52\$965	409.459	43
1934	11.150	33.642:000\$	59\$420	566.173	50
1935	12.370	36.063:000\$	58\$133	620.353	50
1936	13.247	68.016:000\$	57\$802	1.176.706	88
1937	14.792	76.001:000\$	57\$056	1.332.042	90
1938	12.064	46.649:000\$	86\$385	540.012	44
1939	11.805	56.680:000\$	75\$179	753.933	63
1940	11.835	77.467:000\$	67\$220	1.152.439	97
1941	10.734	91.185:000\$	67\$220	1.356.515	126
1942	12.204	Cr\$ 148.416.000	Cr\$ 67.620	2.194.853	179
1943	14.575	189.057.000	67.620	2.795.874	191
1944	21.192	365.839.000	67.620	5.410.218	255
1945	18.887	345.924.000	67.620	5.115.705	270
1946	18.159	267.767.000	77.225	3.467.361	190
1947	14.510	204.221.000	75.409	2.708.178	186
<b>TOTAIS</b>	<b>1.550.215</b>	<b>8.089.993.000</b>		<b>£ 349.691.503</b>	

A Batalha da Borracha, segundo os números e as estatísticas do mil-réis e da libra.



1. Um agricultor de Baturité. 2. Um vaqueiro de Santa Quitéria. 3. Um artista do Recife. 4. Um cearense bravateiro.



1. Um sertanejo desiludido às margens do Solimões.
2. Um cearense “manso” com família e que virou “cascalho”.
3. A companhia dos arigós: um baiano que viveu em Brooklin, um carioca que morou no morro, um pernambucano do Recife, um cearense de Fortaleza.

1



2



3



1. Um grupo de imigrantes na Hospedaria do Aleixo.
2. Imigrantes moleques.
3. Três arigós: um cearense, um paraibano e um riograndense.

## 2.5 CRÔNICAS I e II. Estórias e Folclore de 57 Vidas Humanas

*“Estou em grande angústia; caia eu pois nas mãos do Senhor, porque são muitíssimas as suas misericórdias; mas que eu não caia nas mãos dos homens”.*

(Crônicas, I, 21:13)

O contato íntimo que mantivemos durante quase dois anos com o “cearense” imigrante ao chegar em Manaus, no período de 1942 a 1944, permitiu-nos coletar centenas de entrevistas, realizadas a bordo dos gaiolas, chatas, vaticanos, vapores, nos armazéns do Porto de Manaus, no alojamento do Trapiche Teixeira, na hospedaria de Flores e no Leprosário do Aleixo, documentando, assim, em primeira mão, as histórias de suas vidas, dos seus flagelos e de seus destinos, no momento exato de suas cheganças,

E confesso que, talvez, a história das migrações humanas, nas suas crônicas, jamais tenha registrado um drama de igual proporção, somente comparável com o dos judeus no seu êxodo, diáspora e perseguição milenária; com o aos povos africanos, a bordo dos navios negreiros e na escravidão das senzalas; e o das tribos indígenas, expulsas de suas terras, após a destruição de suas culturas.

Esse extenso documentário serviu de base para a preparação da tese **O Cearense na Amazônia** cujos principais tipos e caracteres, de modo fragmentário, nele foram estudados, através da força de sua expressão e de seu rico linguajar sertanejo, que constitui matéria para uma verdadeira “literatura de cordel”.

O material das entrevistas, inteiramente autêntico, foi recolhido e provém das respostas dadas pelos imigrantes às seguintes perguntas do nosso inquérito: 1) Nome e lugar onde morava; 2) Profissão. Qual era o seu trabalho?; 3) É solteiro? Se casado, trouxe família? Veio sozinho?; 4) Por que veio? Viria sem a seca?; 5) O que é melhor, inverno ou borracha?; 6) Quais os boatos que corriam sobre o Amazonas?; 7) Algum parente seu já esteve no Amazonas?; 8) Algum dia pensou em vir para cá?; 9) Gosta mais da cidade ou do mato?; 10) Qual o seu destino?; 11) Vai trabalhar na seringa?; 12) Quando pretende voltar?

As entrevistas assim obtidas foram registradas na sua forma original e no próprio linguajar folclórico do imigrante, permanecendo inéditas nos meus arquivos. Seleccionamos cinquenta e sete dentre elas, pela importância de que se revestem, do ponto de vista histórico. Agora vão publicadas na íntegra, eis que representam o único documentário existente que retrata, ao vivo, os personagens, os tipos, os caracteres e as estórias desses homens, cujas vidas foram consumidas na voragem do tempo.

Os seus tapiris, nas “colocações” da floresta, há muito não mais existem, invadidos pelos capoeirões da mata, e os seus passos trôpegos e cambaleantes, nas estradas da seringa, constituem hoje meros fantasmas no fundo da memória de todos nós. Talvez ainda alguns dos seus descendentes, ao lerem essas entrevistas, possam reconhecê-los e identificá-los, ou algum sobrevivente possa lembrar o seu próprio martiriológico.

## VIDA 1

Francisco de Assis Barbosa, 41 anos, veio com a mulher e dois filhos. Quando lhe perguntei de que Estado era, respondeu-me:

“Sou cearense de Jaguaribe Mirim, mas nasci em Nova Empresa, no Acre. Meu pai era seringueiro até bem pouco tempo, quando em 1937 voltou ao Ceará para ver a família. Não pretendo voltar tão cedo, pois vim com a família e dois filhos. Já não tenho nada o que ver na minha terra”.

## VIDA 2

José da Cruz, nascido em Baturité, é um seringueiro manso, veterano de picadas do Amazonas. Passou 15 anos no Juruá trabalhando em seringa, chegando a pegar a alta de 1925, quando arranhou alguns cobres. Voltou em 1938 para rever a família que tinha deixado desde rapaz. “Agora trouxe a mulher e os filhos que são brabos”.

“Gosto do mato e pretendo fazer dinheiro. Estou ajeitando minha família que é braba para seguir para o seringal. Quase todos os mansos estão voltando. Ninguém é besta de ficar no sertão sem o verde. Eu, por mim, não volto mais ao Ceará. A terra lá parece que tem raiva de chuva. A gente está sempre no começo. Nunca vi se terminar uma coisa. A seca vem um belo dia e mata tudo. Só se vive na derrota; por isso se vem para aqui”.

Falando sobre o brabo, disse:

“O brabo pensa sempre em voltar logo que arranja um dinheirozinho. Só se for casado e bom tirador de leite que fica mais um bocado. **“Seringueiro manso com família vira cascalho.** Isso quer dizer que não sai mais da terra”.

## VIDA 3

Chico Monte de Almeida, de Sobral, 65 anos. Soube por informações que é de uma família de valentes. Foi casado duas vezes, tem 7 filhos. Veio a primeira vez ao Amazonas em 1899.

“Passei 20 anos trabalhando na seringa, no Juruá. Consegui alguma prosperidade em 1910, mas depois perdi novamente tudo que tinha. O jeito que tive foi voltar. Hoje, apesar de velho, não temo o Amazonas, nem a morte”.

Tem um aspecto nobre, regularmente vestido, olhos azuis e uma certa linha. Espantei-me quando soube que também estava na “concentração” do Trapiche Teixeira, um galpão sórdido e

infecto onde estavam jogados. Quando perguntei por que motivo, já tão velho, tinha voltado, respondeu-me:

“Vim pro Amazonas passar uns quatro anos; se ainda viver até lá, pretendo voltar. **Agora vim para ensinar meus filhos a trabalhar**”.

## VIDA 4

Manuel Ramos, paraibano de Campina Grande, veio para o Amazonas em 1915, ganhou nove contos em dois anos. É um apaixonado pelas nossas riquezas, principalmente pelo Acre.

“**O Acre dá prá tudo**. Cheguei a tirar, nos bons tempos, de 1.500 a 2.000 quilos tampados por safra. Recolhia doze latas de banha de dois quilos por dia. Também eu trabalhava de dia, desde a madrugada e ia até bem dentro da noite defumando o leite. Trabalhava de maio a novembro, sem cessar. A questão é a gente não cair doente, que tudo vai bem. Eu trabalhava em três estradas que o patrão me arrendava, isso para não cansar as árvores. Cada dia eu trabalhava numa. Em todo o Acre é assim que se faz. Também os seringais S. Miguel e S. Jorge, do Sr. Carmelo, eram bons de leite”. “Agora a carestia está monstra, mas o Acre dá prá tudo ainda. Nunca me faltou o que comer. Fazia o meu roçado, a minha casa, caçava e pescava. Era uma fartura como nunca vi benção igual na minha vida. Era veado toda a semana. A macaxeira era tão grande que só tirava um pedaço, deixando a outra parte enterrada para não se estragar”. “Voltei duas vezes à Paraíba porque queria ver meus pais. Voltei só para perder o dinheiro que arranjava aqui. Ultimamente perdi oito contos na agricultura. Tudo o que se põe na terra é dinheiro perdido. Aqui a coisa mais fácil é ganhar 20 contos de réis. Muitos colegas meus se enricaram com mais do que isso”. “O seringueiro bom é muito fácil enricar. Agora, muitos malandros que só vivem pastoreando as mulheres dos outros tem que ficar devendo ao patrão”.

“Eu acordava duas horas da manhã, punha a lamparina no braço e carapuça de pele de preguiça na cabeça, a galocha nos pés e adeus. Era um tal de cortar madeira e recolher o leite que só chegava aí pelas quatro horas da tardinha. Defumava até dez horas da noite quando ia dormir. Isso a gente acostuma depois de um certo tempo. A vida é muito triste, sozinho, dá até vontade de desistir, por isso só o trabalho é que distrai. Eu passava de um a dois meses sem ir ao barracão, pois a minha “colocação” ficava muito distante; fazia de 15 a 20 quilos de borracha por dia. Cada madeira pega de cinco a oito tigelinhas quando a seringueira é boa”.

## VIDA 5

(A vida de um veterano do Acre)

Sérgio Bernardo Pinto é cearense de Fortaleza e nasceu em 1880. Com apenas 16 anos veio para o Amazonas.

“Eu estava no Acre desde 1897. Trabalhava no Seringal Bagaço, de Plácido de Castro, quando arrebitou a revolta. Fui logo me alistando, lutei um ano e três meses sob as ordens do Chefe. Não tem ninguém que ganhe o brasileiro. O boliviano parecia tatu enterrado nas trincheiras; fora era um fracasso. Para o brasileiro, só mesmo Cristo. Eu tenho honra em ser veterano do Acre. Lutei com Plácido de Castro. Aquilo é que era um homem. A palavra dele parecia um tiro, parece que ele tinha um ímã dado pela providência para cativar a gente. Infelizmente ele morreu. Nós sofremos muito e não vimos nada. As terras ficaram para os patrões e nós não tivemos nada e morremos. Se ele vivesse, a coisa seria diferente”.

“Arranjei depois algum dinheiro e fui atrás dum **resto de sangue** que tinha deixado no Ceará. Não encontrei mais ninguém dos meus por lá. Voltei ao Acre novamente, quando

peguei esta catarata no olho. Baixei para Belém e passei oito anos no asilo, até que consegui que me operassem somente dum olho, pois o médico me disse que só faria a operação do outro quando eu voltasse endinheirado do Acre...

Fazem 13 anos que eu não vou por lá. Todas as noites eu imagino o meu Acre. Aquilo é uma terra santa. Eu conheço tudo aquilo como a palma da minha mão. Conheci Empresa quando aquilo era um goiabal. Assisti o episódio de Porto Acre, quando os brasileiros com uma lima serraram a corrente que atravessava o rio. Eu nunca tive medo do caboclo boliviano. Vou para lutar novamente se houver necessidade. Mesmo que seja só com um olho para levar alimento para as trincheiras. Nós conquistamos o Acre. O Acre portanto deveria ser nosso. Se o nosso chefe não fosse assassinado as coisas seriam outras.

Eu era mateiro conhecido no Acre como “Pai do Mato”. Ganhava 600\$000 por mês, com bóia, casa e munição do patrão. Os mateiros são muito bem tratados, pois são poucos e caros. Volto contente para o Acre. Lá é que é a minha terra, pois o defendi com o meu sangue”.

Perguntei-lhe então o que pensava fazer, já com essa idade bastante avançada;

– “Eu já não posso cortar seringa com um olho só. Por isso vou pedir ao governo um pedaço de terra para criar galinha e plantar milho e feijão. Se estivesse bom, ia cortar seringa novamente, pois no Acre não tem esse negócio de **seca e verde**. Tudo e terra firme e se pode tirar borracha o ano inteiro”.

“Minha mulher morreu no Acre. Minha filha casou-se e está aqui. Eu estou só. Vou ver se o Acre dá jeito. Se não der não tem importância, pois **eu vim para enterrar os meus ossos nos barrancos do Acre**”.

## VIDA 6

Elias Ferreira, Francisco Silvério e Dionísio Alexandre de Castro são todos de Mossoró, no Rio Grande do Norte. Exerciam atividades nas salinas e nas barcas de transporte de sal para os navios. Trabalhavam ganhando 8\$000 por tonelada de sal que retirassem das salinas.

– “Aquilo é que era trabalho. De dia e de noite, sem parar. Aqui é só vadiar. Eu não vejo nada que amedronte” – disse-me o primeiro.

Todos são fortes e com boa aparência. Elias Ferreira é um caboclo troncado e musculoso. Francisco tem olhos azuis, uma cor vermelha bronzeada, denota bastante inteligência e é um bocado falador. Não tem medo de nada, diz que faz tudo, sabe de tudo e conta as maiores peripécias e vantagens. Dionísio Castro é alto, magro, moderado, não fala muito e pensa mais. São muito amigos um do outro, resolveram vir juntos e por isso há interesse em realizar uma só entrevista com eles.

Elias Ferreira veio com a família, mãe e irmãos, e não pretende voltar. Falei com a sua mãe; ela está bastante contente e com vontade de buscar o único filho que ficou lá. Diz que já se acostumou. Tudo é fácil e bom. Só voltará se for por passeio, quando os seus filhos fizerem muito dinheiro.

Francisco Silvério, ao contrário, diz que basta arranjar uns cobs para voltar logo. Está aqui por um ano. Sua esposa e filhos ficaram no Rio Grande do Norte. Dionísio não pensa em ficar para sempre, pois não pretende se acostumar aqui. Elias ficou revoltado quando os seus companheiros disseram isso.

– “Eu não tenho dinheiro para passear de um lado para o outro. Isto não é terra para a gente passear e sim para ganhar dinheiro”.

Nenhum deles quer ir para o interior. Não têm vontade nenhuma de cortar seringa. Pretendem se arranjar por aqui mesmo, distando no máximo umas cinco horas da capital. Nada de interior. Já estão trabalhando no pau-rosa, na estiva, e ganham 15\$000. Estão contentes para começar, mas preferem um trabalho fixo, embora ganhem menos. Não querem nem ouvir falar em seringal. Elias tem pavor à muriçoca (denominação que eles dão ao nosso carapanã).

– “Eu tenho o meu sangue é para mim, não para dar para esses bichos comerem”.

Nesta ocasião chegou um cearense de nome José Mota Sá, de Senador Pompeu, declarando que não ia para a seringa, pois quanto mais para dentro mais difícil de voltar. Tinha destino para o Acre, mas preferia ficar na cidade.

Francisco Silvério é pescador e também roceiro.

– “Eu não presto homenagem a ninguém para fazer 700 alqueires de farinha num ano”.

Conhece alguma coisa de gado. Contou-me uma interessante vaquejada em que tomou parte:

– “Os vaqueiros lá não têm esse negócio de salário. Eles ganham é a sorte, isto é, de cada bezerro que criam têm um quarto para si. Portanto, de quatro bezerras o patrão tem três e ele um. Come por sua conta, o leite lhe pertence, salvo se o patrão fizer questão. O gado na seca é alimentado com o “resíduo”, torta de caroço de algodão. Isso é que é vida para mim. Eu só vim para conhecer a terra; eu não posso ficar, a minha família está esperando por mim”.

Diz-se também notável pescador. Gabou-se um bocado de suas qualidades e das riquezas inigualáveis que a sua terra possui em peixe. Aqui, entrei em discussão com ele dizendo que o Amazonas era muito mais rico nisso e que ele não poderia competir conosco. Francamente que me arrependi bastante de tê-lo dito, pois ele propôs-me logo que fizéssemos uma prova para ver quem saía ganhando no fim. Cada vez que ele dissesse um peixe do mar eu diria um que eu conhecesse do Amazonas. Ele começou logo: cavala, eu – jaraqui; ele – camurupim, eu – tambaqui; ele – carabaiana, eu – pirarucu; ele – cioba, eu – matrinchão; ele – enchova, eu – acari. Eu estava me enroscando pois os nomes não me vinham no momento, ao passo que ele sabia na ponta da língua. Vendo essa superioridade, desfiou logo uma lista: cação de escama, xaréu, jarabebeu, garacimbora, gaiajuba, crumai, cirigado, ferrero, parum, dentão, pitambu, sargo, sanhoá, vacora, pampo, bicudo... Eu estaria desmoralizado e teria perdido a aposta, quando um rapaz que estava ao meu lado socorreu-me; desenfiou também uma numerosa lista de peixes regionais: sardinha, pescada, tainha, curimatã, cascudo, matrinchão, pacu, dourado, pirapitinga, surubim, tamuatá, tucunaré, acarú, acará, jatuarana, peixe-agulha... Agradei a intervenção que me veio tirar duma enrascada e salvar o nome da terra. Esse rapaz tinha vindo do Ceará para onde levara o seu cunhado. Ele era amazonense do Javari e fazia

uns dois anos que tinha ido para o Ceará. Disse-me que não se acostumara por lá, achava tudo esquisito e estranho, estava doido para voltar para o seringal, pois lá é que era o seu lugar.

– “Fui em seu auxílio, porque não podia ver a minha terra perder com tanta riqueza...” – justificou.

## VIDA 7

(Biografia de um Seringueiro)

Francisco Lopes veio para o Amazonas ainda menino, em companhia de um tio. Isso em 1906. Nasceu no Arraial, Ceará. Logo que chegou, dirigiu-se ao seringal, ainda brabo, e lá passou mais de um ano para se amansar.

– “Achava tudo esquisito, diferente dos costumes lá da minha terra. Tive muita vontade de voltar, mas de nada adiantava pois não tinha com que. O jeito que tive foi eu me amansar na terra. Desde esse tempo virei seringueiro. Conheço quase todos os rios do Amazonas. No Juruá aprendi a ser mateiro, estive no Purus, conheço o Madeira e o Abunã muito bem. No Acre foi onde cheguei a fazer dinheiro, pois peguei os bons tempos da alta de 1912. Dez anos estive por lá, trabalhando com um e com outro”.

Quando eu lhe perguntei se conheceu meu pai, que tinha sido seringalista em Guarapari, me fez uma festa, de tão contente em me conhecer. Ele estimava muito o meu velho.

Trabalhei no caucho e fiz alguns cobres. O pessoal de lá é todo brasileiro e a gente se sente como se estivesse na nossa terra. Mas eu precisava me situar num lugar. Eu tinha casado e estava cansado de tanto andar de cima para baixo. Minha mulher é amazonense, filha de cearense. Deime bem com ela e tive três filhos. Todo o meu pessoal morreu. Só fiquei eu para contar a história. Passei muita miséria, mas fome não, porque no Amazonas não há razão para gente morrer de fome com tanta fartura. Agora eu estou na derrota, mas não desespero. Esse impaludismo não me deixa e por isso vim do Acre para me tratar aqui. Ainda não pensei em morrer. Agora não quero mais tirar seringa. Ficando melhor vou criar galinha no Solimões, para ter uma velhice descansada”.

Interessante é que se encontra no Solimões muito cearense virado caboclo, com o seu roçado e a sua criação. Isso observei numa viagem que fiz até Iquitos. Quando se encontra uma casa mais ajeitada, um terreiro bem limpo ou umas criações mais numerosas, pode perguntar se é ou não cearense o seu habitante. São os fracassados dos seringais, os desiludidos das crises que abandonaram o centro. O desânimo vem com a crise e a doença é o caso desse nosso entrevistado que está cansado de lutar e quer ter uma velhice sossegada, ao mesmo tempo que representa um tributo pago à sua vida esquecida de sertanejo que agora reaparece com esse desejo de identificação com o modo e o estilo de vida do sertão.

Francisco Lopes continuou:

– “Se eu estivesse bom de saúde naturalmente que ia cortar seringa, embora já esteja com quase 50 anos e bem abatido”.

Um velho seringueiro, ao seu lado, retrucou:

– “Qual velho, que nada. Eu tenho 68 anos e vou direitinho pro fabrico no meu Acre”.

Quando perguntei de que terra de gostava mais, se do Ceará ou daqui; respondeu:

“Eu já sou amazonense mas não posso esquecer o meu Ceará, pois seria ingratidão. Se tivesse dinheiro iria buscar saúde, dar uma volta por lá para ver os meus parentes. Fazem uns 10 anos que não tenho notícias do meu pessoal. Eles pensam que eu já morri. Depois eu voltaria para trabalhar aqui, pois isto é terra para se ganhar dinheiro, Ceará só mesmo para passeio. Eu já me acostumei às coisas daqui, de forma que só sei viver assim. Não posso mais mudar de vida se me dou bem com a que vivo, pois sei me arranjar muito bem. Sou mateiro de verdade. Ainda hoje não me envergonho para por “seringa em pique”. Quando adoeci virei pescador e caçador, e era do que eu vivia. Só o que eu não quero é novamente morar no Centro. A vida lá é muito tristonha. Um silêncio que deixa a gente triste e acabrunhado. Muitos têm medo de aparições e de mal assombrado. Trabalha-se sem gosto e sem vontade. Com um companheiro é bem melhor. Conversa-se, esquece-se a desgraça. Ele está cortando lenha, abrindo uma lata, cantando e tocando, de forma que não se sente tão só. Trabalha-se muito mais. É uma alegria quando se volta para o tapiri depois do trabalho e encontra gente à nossa espera. Uma mulher, um curumin, um animal qualquer. Eu não quero mais morar sozinho. **Nunca vi vida mais flagelada e tristonha**”.

Chegou nesse momento um outro imigrante e perguntei de onde ele era. Respondeu-me que era filho natural de Pernambuco mas se considerava paraibano.

– “Ele é como eu” – disse-me o meu entrevistado. “Eu sou daqui, mas nasci no Ceará. Ele nasceu em Pernambuco, mas viveu na Paraíba”. (Isto é bastante expressivo, podendo se concluir daí que o sentimento regional não é determinado pela terra de nascença tão somente, mas também, e sobretudo, pela terra onde o indivíduo mora e ganha a vida. E o caso daquele cearense que se dizia nascido em Nova Empresa, no Acre).

– “A minha colocação era muito boa de água, de caça e de leite”.

Pedi que me explicasse isso:

– “Boa de água quer dizer que tinha água de vertente, cristalina, boa e saudável. São as águas que mais se procuram ao se instalar uma colocação, pois tem muita água empoçada e doentia que não serve e o seringueiro não vai para lá. As colocações de boas águas são muito disputadas. De caça, porque não é preciso fazer conta para se comer. É só pegar na espingarda e ir para o mato, numa restinga. De bom leite, porque tinha muita seringa virge e boa de verdade”.

“A gente passava 15 dias sem ir ao barracão do patrão. Festa nós só tínhamos três vezes por ano: São João, Sete de Setembro e Ano Novo, quando se matava um boi inteiro e nós dançávamos e bebíamos até o outro dia. Em Guarapari muitos tomavam uasca para ver se viam as suas famílias no Ceará. Aquilo ataca o juízo e deixa a gente doida. Cobija era o centro onde se fazia a **uasca**, com muita gente boa metida no negócio. Houve um lá que bebeu, viu a família, meteu-se pelo mato e nunca mais se soube dele”.

## VIDA 8

Falei com três mulheres imigrantes. Todas elas tinham chorado muito “porque não se acostumavam”. Representam três tipos socialmente distintos. A primeira delas tinha todas as

características da sertaneja braba. Só veio por causa da filha que chorava que não queria morrer de fome e de sede no sertão.

– “Eu não queria vir de forma alguma. Eu venho sofrendo desde que embarquei, a minha filha nunca passou necessidade, por isso não se incomoda. Eu já estou cansada de sofrer. A seca é bem ruim, mas um dia ela passa e a gente torna a ser feliz. Aqui não haverá mais sossego para mim, numa terra estranha que eu não conheço ninguém. Prefiro passar fome na minha terra. Eu não me acostumo aqui. Agora eu quero voltar mas não posso. Há de ser o que Deus quiser”.

A segunda era de União (Jaguaribe, Cariri), tinha seis filhos. Veio por causa da seca. O governo prometia trabalho mas logo os abandonava. Depois foram avisados de que se preparassem pois viriam para o Amazonas. Todo mundo ficou entusiasmado e queria vir. O anúncio correu logo, apregoando as vantagens do governo e a alta da borracha que iria fazer a gente rica depressa.

– “Vim por necessidade, como o senhor viu, e por influência. Tudo depende agora do meu marido. Se ele achar emprego e se arranjar por aqui eu estou contente”.

A terceira tinha sangue mulato. Não a vi chorar, pelo contrário, mostrava até uns ares de satisfação. Tinha um filhinho nos braços. “Foi o meu marido que meteu na cabeça essa história de vir para cá. Parece que vou me dar bem com a terra”.

Destas três, a única que representa o caso típico da sertaneja é a primeira. Não pretende se amansar. Preferia morrer de seca. A sua filha foi a culpada de tudo. Chora muito. A segunda transige mais. A seca lhe enxotou e foi o único recurso vir; além disso, a influência lhe entusiasmou bastante. É tolerante. A terceira está em franco caminho de adaptação. Em breve estará mansa.

## **NO ALEIXO**

Por especial gentileza de Carlos Mendonça, administrador do Leprosário do Aleixo, onde estão alojados os nordestinos, fui num dia 16 de setembro visitar essa concentração de imigrantes. Deparamos com a configuração irregularíssima do terreno, o que estranhei bastante, pois não há razão para tal. O Governo Federal investiu lá mais de três mil contos de réis na construção desse leprosário modelo, que já está pronto e provisoriamente cedido aos imigrantes nordestinos. Para mais de mil imigrantes acham-se ali instalados. Em comparação com o velho Trapiche Teixeira, onde se focalizaram as primeiras levas, aquilo deve ser um paraíso. Cada família tem o seu quarto, com armadores. Existem 14 pavilhões, tendo cada pavilhão 14 quartos, com capacidade para quatro armadores, o que dá uma lotação de 784 pessoas bem agasalhadas. Mas acontece que as famílias são numerosas e se alojam muito mais do que isso. Essa concentração age de modo diverso sobre o espírito ao imigrante do que a do Trapiche Teixeira. Ambientação com o meio é mais fácil, mais decisiva e forte. O imigrante tem ali a própria natureza a oferecer-lhe um convite para o primeiro contacto com a terra e os costumes. O lago do Aleixo lhe oferece magnífica oportunidade para se amansar na pesca regional e no manejo da montaria. As matas circunvizinhas, a caça dos nossos bichos. De vez em quando, vê-se um passar com uma espingarda ou então com um anzol, em direção

ao lago. O Trapiche lhe dava era oportunidade de arranjar uma colocação na cidade e abandonar o objetivo de sua vinda, entortando o destino que havia tomado. Valia, no entanto, para o seu instinto aventureiro de conhecer novas terras, tanto é assim que não queriam ir para o Aleixo, havendo até se revoltado em viagem. No Aleixo a coisa muda de figura. Ele está preso e amarrado, por assim dizer. Se quiser conhecer a cidade terá que fazer um percurso de uns 25 quilômetros a pé, onde gastará umas quatro horas e meia, puxadas e bem feitas. Isso não os amedronta. Quando passava na ida, de caminhão, recolhi muitos deles pela estrada; tinham ido à cidade só para comprar banana...

Falei com muitos imigrantes e recolhi excelente material que vou transcrever, em seguida, os mais interessantes. Bastava chegar e interrogar, ganhando a confiança deles para fazerem a roda e desatarem a língua até cansar. Vou reproduzir algumas entrevistas que então pude apanhar.

## VIDA 9

Severino Barboza veio de Santa Rita, Paraíba do Norte. Por informações que ele me prestou e ouvi de muitos outros, só de Santa Rita vieram mais de 200.

– “Vim por causa dos boatos. Diziam que o Amazonas era a nossa salvação, e eu estava com vontade de conhecer também. Todo o mundo que soube disso também veio. Quase não havia seca. Eu era pedreiro e pintor e ganhava bem, embora o trabalho não fosse constante. Já viajei um bocado. Mas não sei o que eu tenho que não paro em canto nenhum. Estive no Rio, feito soldado, onde passei mais de um ano. Quando menos espero, vem a “imaginação” da família que não me larga mais até eu voltar. Desta vez vim com a minha mulher que me pediu muito para me acompanhar. Mas eu já quero voltar. Estou imaginando a família lá em Santa Rita. Família é pai, mãe e irmãos. A gente tendo eles juntos não se preocupa com nada. Saiu, a gente começa a querer voltar para a casa. A mulher acompanha a gente mas os olhos ficam sempre voltados para lá. Quando a família se acaba ou todo o pessoal nos acompanha não tem esse negócio de terra. Aonde se estiver está bem. Vou escrever dizendo que ninguém venha mais. Aqui é bom, o povo é especial mas eu não aguento a imaginação”.

## VIDA 10

José Lino de Araújo é um imigrante bastante interessante. Esteve no Amazonas quando menino, mas não se lembra nada desse tempo. É de Campos Sales, da extrema do Ceará. Quando eu perguntei se tinha vindo muita gente de lá, respondeu-me:

– “Os boatos ainda não chegaram por lá. Há dois anos que faz seca. Eu vim porque estava em Fortaleza. **Quando o pessoal souber que aqui há fartura e dão passagem de graça todo o mundo quer se mudar de lá. Não fica um.**

“O meu velho veio oito vezes ao Amazonas. Quando em casa faltava dinheiro, ele dizia que ia arranjar dinheiro e batia para cá. Dois, três anos depois voltava com os recursos para a gente viver. Esteve no Juruá, Javari, Acre, Madeira, Xingu. Conhecia bem o Amazonas todo. Ele contava sempre histórias daqui, que nos entusiasmavam. De forma que quando eu cresci sempre desejei conhecer o Amazonas, pois da primeira vez era muito pequeno. Mas o velho, todo o dinheiro que levava daqui era para ser derrotado no Ceará. Eu agora vim ocupar o lugar dele, desde que ele morreu”.

“Mas cearense é um bicho danado de patriota. Ele sai, mas um dia volta. Quando a seca está braba, podendo debandar ele debanda. Mas tendo ouvido falar que está chovendo e o inverno chegou na sua terra, ele **volta que nem ovelha à procura dos pastos**”.

José Lino é um tipo entroncado, resistente e musculoso. Parece um velho conhecedor das nossas coisas. Ninguém diria que ele era imigrante. É um manso por tradição e hereditariedade. O velho o educou e se encarregou de amansar com as histórias e a sua experiência. Isso é um grande fator que concorre para tomar o Amazonas conhecido no sertão, pelo depoimento dos que voltam, levando daqui experiência e a marca da terra que não sai mais. Encontrei José Lino, mais tarde, de espingarda na mão, com vontade de se meter no mato, quando eu lhe entrevistei. Mais tarde fui encontrá-lo novamente, de anzol e caniço, pescando no lago. Mais tarde ainda, deparei com ele fazendo uma caieira para arranjar uns cobres, pois não gostava de andar na pedra. Foi o tipo de imigrante mais identificado com a terra que eu já encontrei. Mais manso, mais assimilável. Ele tinha razão:

– “Eu vim tomar o lugar do meu velho”.

## VIDA 11

Alfredo Constantino, “nascido e criado no Crato, nunca me tinha passado pela cabeça vir para o Amazonas”. Disse-me ele:

“Vim por influência. Eu era agricultor e trabalhava no sítio com a minha família. Parece que o diabo me tentou. Começou a correr os boatos, que os jornais espalhavam que no Amazonas precisava-se de agricultores, que todos nós iríamos ter terras e auxílio do governo para plantar. O governo nos arrendava e depois de um certo tempo nós seríamos donos. Falaram muito numa tal de Colônia, que eu não sei onde fica. Para os que iam para o seringal a conversa era a mesma. O governo nos sustentaria três meses e outros seis meses nos auxiliava na plantação até a colheita, quando nós pagaríamos. Foi por isso que eu vim, seu moço. Os outros também vieram. No Crato, mais de mil queriam vir. A gente estava passando necessidade lá. A seca estava braba. Mas esmola grande o pobre desconfia. Estou aqui há mais de um mês e ainda não vi nada, não. Nada de me levar para a minha terra para que eu plante. Eu pensei que fosse diferente. Eu só vejo esta terra feia e encharcada. Não sei como se possa trabalhar assim. Eu sou agricultor e não quero saber desse negócio de borracha, por isso estou aqui bestando sem fazer nada. Quero voltar para minha terra. Agora o governo não quer mais saber de mim. Dá-me apenas de comer para não morrer de fome e para a minha família. Aqui se passa mal mas ninguém reclama. Eu não sei como o Amazonas, com tanta chuva, é uma terra de miséria. Bastava uma chuva das que cai aqui para fazer o meu Ceará verde e feliz. Todo o mundo enricava. Aqui não vejo nada. Ainda não vi um caboclo rico. Lá na minha terra todo o mundo trabalha. Aqui não vejo caboclo nenhum trabalhar. Os tapuias de lá, muitos acabam ricos. Também plantam e trabalham como nós. Aqui só se vive para pescar e comer”.

Vendo uma montaria passar, disse:

– “Até isso é diferente. Na minha terra só se dá valor a animal, cavalo, burro, jumento; aqui chamam montaria a uma coisa dessas, sem valor, que anda na água... É tudo mesmo ao contrário. Mas eu só estranho porque não estou trabalhando. Poderia até me arranjar e me acostumar por aqui. Estou com vontade de ir plantar no Careiro, pois só me dou bem na agricultura. Assim, vejo se arranjo algum ganho para voltar”. **“Eu não dou para viver alugado. Quem se freta é navio. Gosto de trabalhar para mim”.**

## VIDA 12

Miguel Feliz de Melo veio para o Amazonas ainda rapazinho, em 1907. É de Natal, rio grandense do norte. Voltou para a sua terra em 1931. Agora está novamente de volta. Quantos anos viveu aqui, perguntei:

- “Uns diazinhos, seu moço. Aí por uns vinte e três anos... Conheço todo o Acre, o Yaco e Purus. Ganhei muito dinheiro. Cheguei a fazer uns 50\$000 de borracha por dia, mas gastava tudo na bebida; nunca juntei dinheiro. Também 50\$000 era como se fosse \$500 para mim. Danava-se a beber e pagar quinado de 30\$ para todo mundo”. A sua mulher aí então interveio:
- “Mas agora a coisa é diferente. A família não deixa mais ele fazer o que quiser”.
- “Eu sempre disse à mulher: vamos deixar esta terra, senão nos acabamos como todo mundo, pedindo esmola ou morrendo de fome. É o fim de quase todos que não têm recursos. Eu não quis pedir esmola, nem morrer de fome, por isso vim bater aqui outra vez. Não volto mais, desta vez. Aquela terra sempre desilude a gente, e nós sempre a acreditar nela”.

Esta resposta, com ligeiras alterações, é quase que uma constante no espírito do re-imigrante, que deixou de ser sertanejo para se integrar em definitivo com o destino da terra. Isso só se dá, no entanto, quando ele passa pela dura provação nascida da experiência repetida das misérias e desilusões.

- “A terra lá é ruim, é madrasta, não gosta da gente. Não vale a pena viver nela. Está-se sempre em começo. Vive-se sempre na derrota”.

Quando eles chegam nesse ponto, aí arribam de uma vez para sempre. Levam a família, vendem o que têm, abandonam a terra, carregam os “teréns” e adeus Ceará

## VIDA 13

Falei com um grupo de homens que veio de Macau, Rio Grande do Norte. Eram empregados na Companhia Salineira, mas esta tinha fechado. Estavam sem emprego, sem fazer nada, mais de três meses em Natal, Mossoró e Macau.

- “Aqui tem gente tremendo de fraqueza, com mais de quatro meses de “abrigo”.

Os entrevistados eram: José Faustino, Francisco Miguel do Nascimento, Manoel Rodrigues e Francisco Norões, todos de Macau. Nesta leva quase não veio cearense (Com. Riper). Veio muita gente da Paraíba e do Rio Grande. Nota-se logo uma diferença chocante entre esta gente e aquela outra. Esta quer voltar logo, tem medo de ir para o interior.

- “Eu tenho sangue é para mim, não para dar para muriçoca beber”. “Interior não tem Santa Casa”. Querem arranjar um meio de vida mais fácil e mais cômodo.

Quando perguntei a um deles se queria voltar logo, respondeu-me:

- “A minha família está lá no meu Macauzinho querido. Eu estou lá também”. Esse não era imigrante; era turista...
- “Nunca pensei em vir para o Amazonas. Vim porque não tinha trabalho para mim. Tirei destino para o Acre. Penso em voltar a passeio daqui a uns seis anos”. “Ceará é terra pra gente passear, rever a família, os amigos, mas não presta para viver”.

Interroguei um outro brabo;

- “Tanta mata por aqui e não se pensa em agricultura. Não sei por que isso. Eu vou ensinar essa gente a trabalhar na agricultura. Bastava uns cem cearenses para acabar com essa mata que o senhor está vendo aí em frente. Nós vamos mostrar como é que se planta”. “Nós não temos medo de nada. Nem a seca, nem nada nos mete medo”.

Eu então perguntei se não tiveram medo dos submarinos e de morrer afogados:

- “Seu moço, eu não ia faltar ao meu destino...” “Prefiro a agricultura no inverno. No verão irei para a seringa. A seringa é serviço maneiro”.

Falei novamente com algumas mulheres. Quase todas se queixam do muito que têm sofrido.

- “Não há mulher que tenha sofrido mais do que eu”, é uma frase ouvida a toda hora. Umass são mais resignadas. Outras mais duras e resistentes. Querem voltar, não suportam a terra.

- “Eu estou aqui só por causa do meu velho”.

Uma outra estava danada da vida porque a desencabeçaram para vir:

- “Depois que me desencabeçaram e eu sai” de casa eu não parei de sofrer. Daqui não dou mais nem um passo. Assim é mais fácil voltar”.

Uma mulata que estava ao lado, virou-se e disse, risonha:

- “Eu não sou assim. Desde que eu tomei o bonde errado, vou até o fim da linha. Eu vou mesmo para o Acre.”

## VIDA 14

Altacyr Gonzaga, de Cajazeira do Rio do Peixe, agricultor:

- “A minha família toda é de Cajazeira, da extrema da Paraíba com o Ceará. Vim com toda a família. Sou solteiro, ainda tenho 16 anos. A seca já estava um bocado ruim por lá. Vim porque a família veio. Se o meu pessoal não viesse, vinha não”.

Para ele, o inverno é muito melhor. Diz mais:

- “Eu sempre imaginei isso por aqui. Lá, todo mundo dizia que eu ia gostar muito daqui  
- “Vai, você gostará de Manaus, aquilo é terra muito boa”, é o que me diziam sempre. Até agora não vi nada”...

Altacyr mostra os seus gostos:

- “Gosto mais do mato. Vou dar baixa e seguir para Porto Velho para ver se me dou bem por lá. Não estou gostando nada disso aqui. Eu, quando saí de lá, vim mesmo direto para me alistar na Polícia”.

Ele pretende experimentar, um dia, a seringa, mas por enquanto não pensa nisso.

- “Estou ainda muito novo. Não penso em voltar, não há com quê. Eu sempre imaginei isso aqui. Quando me diziam que eu fosse pro Amazonas, que voltava rico, eu dizia comigo: um dia ainda hei de conhecer essa terra!...”

## VIDA 15

Walter Perdigão.

– “Sou cearense de Russas, a terra da malária... Eu era empregado em farmácia, mas fazia todo outro trabalho que aparecesse. Sou solteiro, vim sozinho. Mais por necessidade, à procura de recurso para viver. O burburinho enche a cabeça da gente de tanta coisa que a gente, mesmo que não queira, acaba vindo mesmo”.

“O inverno é melhor. Tendo inverno, não só é bom pra quem trabalha na agricultura como pra quem trabalha na cidade. Há trabalho para todos. Falavam muita bondade disso aqui, mas havia quem não falasse bem.

“Gosto mais do interior. Estive em Boa Vista agora. Me dei muito bem com o interior, com os mosquitos, com as onças e até com os caboclos. Eu só não gosto é de formiga. Agora quero conhecer o Alto Amazonas pra poder contar como aquilo é...”

Walter diz que muitos que estão aqui vieram fugidos da família, outros por malandragem e há deles que vieram para conhecer o Amazonas.

– “Conheci um que veio comigo, o filho do Antônio Joaquim de Oliveira, que tinha mais de cinco léguas de carnaubal. Veio flagelado conosco, dando dinheiro para todos nós, só mesmo para conhecer o Amazonas. Eu agora só volto pra liquidar uns negócios que ainda tenho e não piso mais lá.

## VIDA 16

João Pinto de Souza, de Canindé, agricultor, casado, tem um filho aqui no Amazonas, no lago do Anumã.

– “Com esta é a terceira vez que venho ao Norte. A primeira em 1898, a segunda em 1932 e agora esta vez, mas só chegava até o Baixo Amazonas. Agora, depois de ver meu filho, vou pro Juruá”.

“A borracha dando dinheiro não há coisa melhor. Fui duas vezes paroara. A gente perde logo a fala e o jeito do sertão. Eles conhecem logo por isso. Fui criado no mato, gosto é do mato. Não pretendo voltar mais. Não quero pegar seca de novo. Vim pra ficar de uma vez”.

Declarou-me que nos tempos antigos, o flagelado se confessava antes de vir para o Amazonas, e muitos até recebiam os sacramentos da hora da morte.

– “Isso era nos tempos antigos, quando se pensava que o Amazonas era o inferno, a ruindade. Hoje o sertão não está tão atrasado assim...”

## VIDA 17

José Gomes da Silva, de Baturité, agricultor.

– “Trouxe toda a família, mulher e quatro filhos. Vim obrigado. O Ceará não quer mais a gente. Não se tinha mais recurso mode a gente viver. Quando tudo se acabou, peguei

minha mulher e meus filhos e trouxe para ver se melhoramos de sorte por aqui. Mas, tendo inverno, o Ceará é a melhor terra que há. Contavam muita coisa boa e também muita maldade do Amazonas.

A primeira vez que José Gomes da Silva pensou em vir, veio mesmo.

– “Gosto do interior. É onde pode viver o pobre. Vou pro Acre. Vou na intenção de trabalhar na seringa com meus filhos. Já estou velho, acho que não poderei mais voltar. Mas se Deus me der vida e recurso, penso que ainda volto pra lá.

## VIDA 18

Joaquim Laurentino, de Cachoeira, Ceará, agricultor:

– “Estou com 58 anos. Trouxe meus 13 filhos, oito homens e cinco meninas, mais a mulher .

É o tipo clássico do patriarca sertanejo:

– “Durante 58 anos da minha vida nunca saí de Cachoeira. Suportei mais minha família, toda a sorte de sofrimento. A seca de 15 eu passei ruim, mas me aguentei. A de 19 esteve braba, mas não perdi a esperança. Na de 32 tive que andar de um lado para outro para arranjar algum ganho mode dar de comer a meus filhos, mas ninguém debandou. Agora fui obrigado a vir. Não houve outro jeito. Os legumes, a criação, tudo se acabou. Vi a hora de perder todo mundo. Viemos à procura de recursos com vontade de trabalhar de verdade, somos homens de trabalho”.

Para ele, o inverno não tem comparação:

– “Não havia um que viesse se o inverno não faltasse. Todo mundo falava no Amazonas como quem fala na salvação. Primeira vez que tive necessidade de vir. Olhe, só me ajeito é no mato. Nasci e me criei em Cachoeira, assim como os meus filhos. Nunca saí de lá mode ir pra canto nenhum. Agora é que vim, vou pro Acre, vou pra seringa, com todos os meus filhos. Só não veio um que tinha medo de sofrimento. Não trouxe porque o senhor sabe, a desgraça do homem é ter medo do sofrimento, falar fino ou brigar com a mulher e ir morar perto dela... Quem tem medo de sofrimento devia não ter nascido ou nascido morto. A gente não sabe o que vai ser no dia de amanhã. Eu não perco a esperança. Por enquanto não penso em voltar, primeiro vou ajeitar minha vida. Pode ser que ainda volte para lá. Vou trabalhar sem descansar, até arranjar um recurso...”

## VIDA 19

.. de União, agricultor, solteiro.

– “Vim mode conhecer isso aqui. Todos me diziam que o Amazonas era uma terra de bondade. Se juntava dinheiro com ciscador. Era só apanhar dinheiro com as mãos e voltar. Então, eu disse comigo, que eu ainda hei de conhecer essa terra. Gosto do inverno, sem comparação. Eu estava em União. A moda lá é vir pro Amazonas. É só o que se fala por lá. A animação no Ceará é grande. Só se fala no Amazonas, nas suas

riquezas, nas suas faculdades. As coisas por lá andam mesmo ruim. A terra anda virando pó. Está tão seca que nem língua de papagaio. Não há ninguém que podendo vir não vem. Sempre tive vontade de conhecer isto aqui. Todo mundo me falava nela. Eu vim antes que fosse tarde demais. Dois anos que faz seca. Estamos entrando no terceiro. Lá é assim: **um ano só há verão, no outro não há inverno**. Não há quem possa viver. Sou perdido pelo mato. O meu destino é o Acre. Vou experimentar a seringa. Não sei quando volto. Mas tenho essa intenção. Agora o Ceará está derrotado. **O destino dele é crescer como rabo de cavalo, olhando pra baixo.**

## VIDA 20

Pedro Alves da Silva, cearense de Baturité, agricultor, casado, trouxe família.

– “Vim pro Amazonas porque a seca estava braba mesmo. Não havia recurso de modo nenhum. Eu queria ir era pra São Paulo. Estive lá em 1928 como imigrante, também, trabalhando numa fazenda de café. Tudo lá é muito bonito. Aqueles cafezais a perder de vista. A gente se sente bem. Conforto, casa bem feita, de madeira e telha. Gostei muito. O clima é excelente. Só que tem é que se vive um pouco na sujeição, na colônia. Na fazenda que eu trabalhei tinha muito mineiro, baiano e cearense, é o que tem de mais por lá. Eu voltei pro Ceará não sei por que. Me deu uma vontade medonha, uma coisa na cabeça pru mode eu voltar, que tive que arribar mesmo. Por arte do diabo que, mal cheguei, fui logo pegando a seca de 1932. Depois eu queria voltar para lá, mas o governo não dá passagem e eu tive que vir mesmo pro Amazonas. Fui para São Paulo com mulher e filhos e estou aqui com os meus três filhos.

Minha mulher morreu...”

“Havendo inverno não há quem queira vir pra cá. Sempre tive vontade de ir para São Paulo, pra cá não. Eu gosto é do mato. A cidade é uma perdição. Só serve para se gastar o que se ganha. É ganhar pra comer. No mato se economiza muito. Não quero que meus filhos se percam. Por isso vou levando para o seringal comigo, assim estão junto a mim que vou guiando.

“Vou pro Acre, mas preferia ir para São Paulo. Eu me dando bem está tudo direito. Vou pra seringa. Nunca tive no Amazonas, mas já sei como se trabalha na seringa, os modos de viver dessa gente “daqui. Tive dois colegas que me contaram tudo, de forma que eu já sei como isso aqui é, mais ou menos. Eles já tinham estado no Amazonas. Pretendo voltar a Manaus daqui a uns meses. Depois retomo ao seringal. A minha vida agora vai ser entre Manaus e o interior. Não quero mais saber do Ceará.

## VIDA 21

Milton Dias de Souza, de Juazeiro. O tipo do imigrante aventureiro. Desde criança sentiu a vocação de andarilho. Não para em nenhum lugar, em nenhum pouso se sente bem.

– “Nasci em Juazeiro. Aos dez anos fugi do meu pai, quando este partiu para o Piauí”. Andei virando os sertões, bolando aqueles mundos da Paraíba e Pernambuco, até que resolvi voltar para casa. O velho quase que me deu uma surra. Morava então com a família em Juazeiro de novo, mas não dava bem não. Tinha vontade de me mexer de um cantopara outro. O meu pai partiu pro Amazonas em 1932. Eu não quis acompanhar. Desde então, nunca mais tive notícias dele. Daí por diante, andei vagando de um lado para outro, sem me agarrar em nenhum ponto. Eu sempre tive vontade de conhecer isso aqui, para poder contar como era, pois cada um contava do seu jeito os que tinham vindo bater aqui. Eu queria me certificar. Já conheço um bocado de mundo. Do Norte só me faltava o Amazonas e o Acre. Agora vou dar um pulo até lá. Eu não sei estar parado em canto nenhum. Sou um espírito esbaçado...”

Soube agora do destino de três imigrantes. Vide vida 6: Francisco Silvério, Elias Ferreira e Dionísio Castro. Quem me deu informação foi Elias Ferreira. Eles tinham chegado em junho do ano

passado, junto com as primeiras levas. Destino: Francisco Silvério, “o paizinho” como lhe chamavam, tal como havia dito, pretendia mesmo voltar. Estava aqui só por uns tempos, para arranjar uns cobres. Sua mulher não tinha vindo, por isso voltou. Trabalhava duro, ganhava 15\$000 por dia e só gastava 1\$000 em farinha e banana, que era o que almoçava e jantava. No fim de seis meses arranjou o dinheiro da passagem e arribou pro Rio Grande.

O fim de Dionísio Castro foi bater, tal como havia dito, em Porto Velho. Elias Ferreira me reconheceu logo. Estava danado da vida, doido pra voltar, “a terra não presta”, só vive aperriado, sem ter o que fazer, nem procura trabalho, está todo “esbagaçado”, conforme sua expressão. Achei isso estranho, pois da primeira vez que o entrevistei era um dos mais esperançosos e valentes.

– “Eu não tenho dinheiro pra passear de um lado para outro. Isto não é terra para passear e sim pra ganhar dinheiro” – foi a sua resposta quando ouviu Francisco Silvério dizer que estava aqui por um ano depois voltaria.

Explicou-me a mudança;

- “Minha mãe e minha irmã tinham ido passar uns tempos no Solimões, num sitio. Voltaram meses depois com bastante febre. Internei-as na Santa Casa, mas não deu jeito. Morreram lá mesmo. **Eu agora sou um espírito esbagaçado.** Perdi a minha mãe e minha irmã. Quero lá ficar numa terra dessas? Não me conformo em ter vindo para aqui. **Agora sou um homem sem cabresto, sem parente nem aderente. Não posso mais ficar aqui.**”

Tinha passado uma semana quando, por casualidade, encontrei Elias Ferreira a bordo de um batelão que ia largar naquele momento pro Rio Machado. Ainda peguei a sua última atitude em relação à nossa entrevista anterior. Esta é, a bem dizer, a terceira entrevista que tenho com ele. Em todas mudou de atitude e mudou de pensamento. Na primeira vez, estava doido para seguir e fazer dinheiro na seringa. Na segunda, acabava de morrer a sua mãe e irmã. Estava desesperado. Era um espírito esbagaçado, sem cabresto, sem parente nem aderente. Queria voltar, amaldiçoava a terra que lhe roubara a mãe e irmã. Estava danado da vida, não sabia o que ia fazer. Agora, a sua última atitude:

– “Já me cansei da vida da cidade. Tudo o que ganhava era pra perdição. Agora que perdi tudo, vou me danar a conhecer essas terras por aí tudo. Vou pro Machado com um patrão que me convidou. Se não me der bem enfio pelo Mato Grosso e vou bolando todas aquelas terras até bater em São Paulo. Quero conhecer o Brasil todinho.

**Depois que tiver andado um bocado por essas terras e conhecido o mundo então vou me aquietar num cantinho do meu Rio Grande...**”

## VIDA 22

José Ferreira, de Lavras, Ceará, agricultor, solteiro, veio sozinho.

– “Em Lavras estava tudo difícil. O meu pai então me aconselhou que eu viesse pro Amazonas, que a borracha estava dando dinheiro. Meu pai já esteve aqui duas vezes. Arranjou até algum recurso, mas agora está velhinho, por isso não quis vir. Sou doido pelo mato. Quando eu saí de lá meu pai me aconselhou a ir pro Acre. Quando mais pra cima, melhor, foi o que ele disse. Vou seguindo o conselho do meu pai, vou mesmo para o Acre. Não tenho tempo marcado para voltar. Só Deus é quem sabe.”

## VIDA 23

José de Holanda Cavalcante, de Quixadá, morando na capital, Fortaleza.

– “Sou artista, trabalho na minha arte de sapateiro. Sou casado, trouxe minha família também. Até não vivia mal da minha arte. Mas me deu vontade de mudar de vida. Tudo o que eu ganhava, gastava. **Nunca tinha dinheiro. Vim pra ver se endireito minha vida**”.

Havendo inverno, o Ceará é uma fartura, diz ele. Ouviu dizer que aqui estava se ganhando dinheiro.

– “Eu já estou inteirado da cidade. Tudo o que se ganha se gasta. Não quero mais saber da vida da cidade, Vou para o Juruá. Quero trabalhar na seringa. Vou ver se faço as minhas economias para ver se volto com algum recurso. Não posso dizer quando, mas não fico velho aqui, fico não...”

## VIDA 24

Antônio Camilo Sobrinho, legítimo de Uruburetama.

– “Morava em Fortaleza, Ceará. Faz uns dez anos que vivo na capital. Sou artista. Trabalho na arte de pedreiro e carpinteiro. Eu ganhava lá 12\$000 mas não era sempre; nem todo dia tinha trabalho. Passavam-se dois, três dias sem ter onde ganhar”.

Casado, trouxe mulher e um filho.

– “Eu vim por isso. A carestia está monstra. Um quilo de carne está a 4\$000 e é só para os ricos porque nós não pode comprar. Pobre não pode mais viver. O Ceará está mesmo todo emborcado. Se tivesse inverno sempre o Ceará seria a terra melhor do Brasil. Todo mundo vivia na fartura. Havendo seca mesmo a gente que está na cidade sente e só tem o jeito de vir mesmo. Mas muitos preferem morrer de seca a vir para cá. Aqui a vida era muito boa, é o que se dizia por lá.

Tive sempre simpatia pelo Amazonas. Em 1915, quando a seca estava braba, eu queria vir, mas meu pai não deixou. Gosto da cidade porque sou artista. Dou valor à minha arte. Desde que começo a trabalhar vou logo ganhando. Se eu fosse para o seringal, no momento em que colocasse a tijelinha estava com um contão no espinhaço.

“Vim mesmo para ficar em Manaus. O Ceará agora está derrotado. Tão cedo não se levanta. Não penso em voltar tão cedo...”

## FRASES SOLTAS, OUVIDAS E REGISTRADAS SEM OBEDECER A UM PLANO OU A UMA SEQUÊNCIA DO INQUÉRITO

– “Eu gosto de trabalhar com liberdade. Trabalho que tem inquisição não presta. Por isso eu vim para aqui”.

– “O ganho lá é muito pouco. Quase não há trabalho. A cidade está cheia de retirante por causa da seca. A gente trabalha um dia e passa um, dois, três, dias sem ter o que fazer. E mesmo assim é gente que engancha, se oferecendo. Quando menos se espera, os patrões despedem porque não se tem o que fazer; as fábricas fecham e a gente fica na rua. Então o Ministério exporta a gente para cá...”

– “O boato que correu por lá é que a borracha estava a 20\$000 e até mais”. – “Estou aqui aperriado deste cativoiro. Faz quatro dias que chegamos e nós aqui passando humilhações dentro desse caduco (navio velho). Raiva aqui é o que não falta”.

– “Ganhar depressa para voltar logo é o pensamento de todos”, disse-me um manso acostumado a lidar com os brabos.

- “Entre o inverno e a borracha, o senhor me desculpe, mas estou com o meu inverno. O diabo é que tem dois verões para um inverno, um ano faz verão, no outro não faz inverno...”
- “Seu moço, a minha família está lá no meu Macauzinho querido. Eu estou lá também”.
- “Agora só volto quando tiver terminado o Cais de Mucuripe... Acho que daqui há uns cinco anos”.
- “Eu vim por vontade, a seca onde eu morava não estava tão ruim assim. Eu soube que o governo estava dando passagem pra vir pro Amazonas e eu tinha uma vontade danada de andar, de conhecer um pouco o mundo...”
- “O meu pai já esteve oito anos no Amazonas, mas não houve jeito de trazer mamãe. Ele pelejou que cansou, mas ela disse que ninguém fazia ela embarcar. Preferia morrer de seca do que vir embarcada”.

## VIDA 25

Joaquim Ferreira Sales. Morava em Fortaleza, natural de Uruburetama.

- “Sou artista. Conheço ofício de pedreiro e carpinteiro. Sou chofer e ultimamente trabalhava como viajante numa casa. Trouxe minha mulher, dois filhos, duas filhas e mais um sobrinho. Todos tinham muita vontade de conhecer os tios que estão aqui. Perdi minha colocação porque a casa para quem eu viajava faliu. Eu não achei mais trabalho. Vim a procura de melhorar minha situação”.
- Para ele, havendo inverno, o Ceará é uma benção.
- “Ninguém queria vir para aqui. Os boatos é que enchem a cabeça de todo mundo. A influência para vir é grande. Só comigo vieram oito rapazes solteiros. Esse que o senhor está vendo, o Camilo (da entrevista 24), só faltou enlouquecer quando soube que vinha pro Amazonas. Nós somos amigos desde meninos. Com passagem de graça, não há quem não tenha vontade de conhecer esta terra tão falada. Lá agora só se diz que o Amazonas está melhor que nos tempos antigos. Eu não sei o que é, mas minha família tem danação pelo Amazonas. Eu tenho mania de construir castelos no ar. Vim experimentar isso aqui também. Tenho duas irmãs em Sena Madureira e aqui em Manaus tenho tios, sobrinhos e primos. Sempre tive vontade de conhecer esta terra. Sou artista. Admiro meu trabalho. A cidade para mim é muito melhor. Dou valor à minha profissão. Tirei o destino para vir mesmo pra Manaus, quando dou fé haviam me colocado com destino pro Acre. Bati o pé e disse que não ia para lá. Eu fico é aqui mesmo. Vou me ajeitar na cidade. Aquilo lá é uma tapeação. Se me der bem não volto tão cedo”.

## VIDA 26

Francisco de Almeida, de Fortaleza, agricultor, solteiro.

- “Vim sozinho, não queria mais viver sempre começando, pois é só o que se faz no Ceará. Quero ver se aprumo a minha vida. De que serve o inverno se a seca vem como agora e leva tudo que a gente possuía? O melhor mesmo é vir para cá. A borracha estando como está, dá para se enricar. Sempre ouvia dizer que a borracha estava dando muito dinheiro. Que o Amazonas estava nadando em dinheiro. Eu vim juntar um bocado. O patrão me disse que o preço da borracha, no toco, era de 12\$000. O rádio e os jornais, todo mundo falava em 20 e 22\$000 o quilo. Gosto do mato, é onde me dou bem. Estou acostumado dentro dele. Vim com destino pro Acre, fui contratado por um patrão que tinha umas fazendas de gado em Sobral e é dono de seringal no Acre. Depois eu tive me informando com uma porção de mansos que já conhecem o Amazonas e que me contavam como era isso. E agora não vou mais pro seringal. Não gosto de opressão. Esse negócio de amarrar o freguês no tronco não é comigo. Me disseram que quem manda é o patrão, o preço do produto é imposto por ele, a mercadoria ele vende pelo preço que quiser. Quem manda é o rifle, por lá, e eu não gosto disso. Gosto de viver às direitas. Agora vou tirar balata pois um manso me disse que é uma benção. Não pretendo voltar tão cedo. **A ferida sara mas a dor fica...**”

## VIDA 27

Luiz Ferreira da Silva,

– “seu criado. Sou de Baturité, era agricultor antes de vir pra cá. Estou no Amazonas desde 1929. Vim com 18 rapazes solteiros, aventurar. Viemos pela animação da borracha que estava dando dinheiro. Quase todos morreram, só resta eu e mais uns dois companheiros. Vim pru mode da animação do dinheiro. O inverno no Ceará é mil vezes melhor que o Amazonas, esteja a borracha pelo preço que estiver. No meu tempo havia muita animação para vir, só se falava em benção. Fui o primeiro a vir. “Me amansei no Acre. De lá passei para o Abunã e depois fui trabalhar na Estrada Madeira-Mamoré. Eu me amansei logo, mas tem muito brabo que não se amansa. Esses têm que morrer ou voltar”. **“No primeiro ano a gente é brabo, no segundo é barrigudo, no terceiro é que chamam de manso”**. Quando um brabo chega todo mundo começa a judiar do pobre. Mas eles chegam brabos mesmo; e quando se dá a montaria para eles remarem, e se manda parar, eles puxam a corda da proa com toda a força para trás, pensando que aquilo é cabresto de cavalo... Aqui não tem esse negócio de perto, de longe mesmo se resolve. **Quem não se alisa, morre**. Não há nada que faça amansar o Amazonas, tem muita água. A gente aqui sofre mais do que no Ceará. Só se vive doente e triste. No Ceará há muita miséria, mas também tem anos felizes. Um bom e dois ruins, mas vai-se vivendo. Não penso em voltar mais pro Ceará. Casei-me com amazonense e todos os meus filhos nasceram aqui. Só mesmo se a providência desse um jeito para fazer sempre inverno por lá. Para voltar e depois ter que vir porque a seca arruinou tudo, ou ter de começar de novo, não vou mais não. Eu fico por aqui mesmo pois já me dou bem com a terra. Agora trabalho na construção de casas na Cachoeirinha. Não penso em voltar mais ao seringal pois teria que fazer despesa para começar de novo”.

Sobre a vida no seringal ele comenta:

– “Muitos seringueiros preferem cortar de noite, às duas horas da manhã, para acabar cedo. Quando bate oito horas da noite já estão dormindo”.

Sobre a seringa e a agricultura:

– “Trabalhar na seringa é muito mais fácil e muito melhor que na agricultura. **Na borracha basta o corte, a colha e a defumação e está tudo pronto num dia**. Na agricultura o senhor tem que passar seis meses comendo e trabalhando para depois se ter alguma coisa. O trabalho é mais pesado. Vai desde a broca à colheita. Aqui no Amazonas não presta para a agricultura. Os patrões não ajudam. No Ceará o patrão dá o lugar, os alimentos e os instrumentos para você trabalhar. Aqui só se serve seringa mesmo. O terreno aqui não vale nada, é tudo solto. **Para ser seringueiro basta ter talento na perna; cabra de mocotó grosso não dá nada**. Com tudo isso eu prefiro a agricultura se por lá houvesse sempre inverno. Aqui mesmo, quase todos os velhos daqueles tempos antigos abandonaram os seringais e estão estabelecidos no Solimões, plantando e criando”.

Sobre o “paroara”:

– “A gente conhece o paroara de longe. Mesmo antes dele chegar todo mundo já sabe, o boato corre logo por toda a vizinhança. Nas vizinhanças, de dez a 12 léguas, todo mundo fala do desembarque dele. Traz um guarda-chuva, um chapéu de palhinha, vem com o jeitão e a fala do Amazonas”.

## VIDA 28

Maria Otávia, de João Pessoa, Paraíba.

– “Ajudava meu marido na plantação. Vim mais meu marido e quatro filhos pelo Comt. Ripper faz seis meses. Vim para acompanhar meu marido que meteu na cabeça em vir para cá, não havia nada que lhe tirasse essa ideia. A minha avó se opôs quando ouviu essa história de vir. Toma cuidado minha filha, que quando a cabeça não pensa o corpo é que padece”. O pessoal de lá está doído pra vir. Todo mundo diz por lá que é só chegar e ir juntando dinheiro com as mãos...”

Maria Otávia diz que não tem ninguém aqui por ela.

– “O meu marido logo que chegou começou a trabalhar de pedreiro, condutor de bonde, mas depois foi seduzido para tirar pau-rosa. Ele sempre me escrevia. Passou uns quatro

meses sem dar notícias. Os companheiros dele me disseram depois que tinha morrido. Para mim, mataram o pobrezinho. Agora eu estou aqui sem saber o que fazer. Quero, agora, voltar e não posso, eu quero é distância desta terra. Ela não é ruim, é boa de se ganhar dinheiro, tem muito trabalho, mas sem meu marido fico não. Já telegrafei para minha família avisando mode não fazer essa asneira de vir. Se meu marido vivesse e se desse bem era capaz de ficar por aqui. Não vou pro interior. Basta o que sofri por aqui. Só não volto porque não posso. Não sei o que vou fazer da minha vida...”

## VIDA 30

Joana Cardoso de Figueiredo, de João Pessoa.

“Ajudava meu marido na plantação. Vim com ele e um filhinho. Tenho que acompanhar pra onde ele for. Gosto do inverno, gosto sim. Não sei o que dá na gente mode vir pra cá. Também contam tantas coisas que acaba desencabeçando o pessoal todo. E olhe o senhor que não falam muito bem daqui. **Dizem que há muito béri-béri.** Diziam que era só chegar e ajuntar dinheiro com as mãos. O interior é muito doentio. Fui pro Solimões com meu marido, que foi tirar leite de maçaranduba. Voltou doente, quase morre por li. Mas mesmo assim ainda esta com a mania do interior. Tenho feito força pra ver se ele não volta mais. Pois acaba morrendo. Se soubessem o que é isso aqui, ninguém viria. Eu não me dou bem é com o lugar. Parece tudo diferente, não se pode andar de um lugar para outro que não se encontre água por todos os lados. Tudo vive encharcado. Na minha terra não. Tudo é bonito. Os habitantes daqui são até bons. Eu não gosto mesmo é do lugar. Prefiro morrer de fome na minha terra... Eu não suporto os peixes daqui. Toda vez que como farinha d’água sempre adoço. Só gosto é do pirarucu que é muito parecido com o bacalhau, que eu gosto muito. Quem me dera se eu pudesse voltar...”

## VIDA 31

... de João Pessoa. Essa imigrante que não quis me dizer o nome é a mesma entrevistada há seis meses no Trapiche Teixeira (a mulata da entrevista n.º 8). Nesse tempo mostrava-se já esperançosa e pensando se amansar em pouco tempo, dependendo tudo do marido.

“Foi meu marido que meteu na cabeça essa história de vir para cá. Parece que vou me dar bem com a terra”.

Agora mudou. Desta vez não tem aquela coragem inicial, mas ainda não perdeu todo o entusiasmo pelas virtudes da terra. Não foi para o interior pois o seu marido é artista e está trabalhando numa oficina.

“Eu não estou me dando muito mal, mas se pudesse voltar, voltaria, se meu marido quisesse... O governo agora não dá passagem de volta, mas ele prometeu que se a gente não se desse bem era só pedir passagem que voltava. O pessoal por lá ainda continua com o fogo de vir para cá. Eles não sabem o que é isto. Pensam que é só chegar e toca a ajuntar dinheiro. Se não fosse tanta doença que dizem ter por aí, isto seria muito bom. Eu nem ninguém de casa caímos doentes graças a Deus. Eu não tenho o que falar, portanto. Na terra da gente há muita miséria, mas pelo menos saúde tem. Aqui há muita facilidade de arranjar dinheiro. O ganho é bom. Se tivesse saúde não havia lugar igual. Mas mesmo assim, quando se fala em Amazonas, o pessoal fica logo doído pra vir. E olhe que os velhos dizem que isso por aqui é assim de béri-béri. Agora não sei quando volto. Depende do meu marido”.

## VIDA 32

João Batista, de Pereiro, Ceará.

“Vim pro Amazonas em 1915. A seca nesse ano estava ruim mesmo. Fui logo direitinho para o Acre, para trabalhar com o meu irmão que estava lá. Ele me amansou logo. Passei de brabo pra manso, não fui nem barrigudo. Ganhei um pouco de dinheiro com a borracha. Mas vinha solteiro e gastava tudo o que juntava. No 1.º ano eu fiz 900 quilos. Quando me acostumei fazia 1.500 quilos brincando, por fabrico. Mas lá se trabalha todo o tempo, de abril a fevereiro do outro ano. Só o mês de março é que se tira pra roçar as estradas. Às vezes as estradas têm até 240 madeiras e mais. Eu mais meu irmão fazíamos por dia, cada um, até 20 quilos, mas isso não era sempre. Aquilo é que é terra pra se ganhar dinheiro. Naqueles tempos a coisa não era brincado. Hoje está tudo mudado. O povo dizia que um tal Daniel Ferreira **tinha muito couro espichado de seringueiro que ia pedir saldo pra voltar**. O tal de José Galdino, quando o seringueiro falava em pedir saldo podia dizer que aquele homem não amanhecia.

Eu, quando passei pelo seringal de Daniel Ferreira, não quis nem saber de parar por lá...”

Voltou ao Ceará em 1924 porque tinha dinheiro pra gastar.

“Arranjei uns seis contos e debandei. Cheguei lá mesmo paroara. Achava tudo esquisito, mas me acostumei logo de novo, mas sempre com a intenção de voltar para cá. Casei-me por lá e já tenho seis filhos. Desta vez trouxe todos comigo. Disse à mulher que vim de muda, de uma vez. Agora só volto ao Ceará se chegar a ter dinheiro, mas para passear. É muito fácil enricar. Lá se trabalha muito e é tudo difícil. Eu conheço todo o Acre, já vou para um lugar conhecido. Até na Bolívia eu estive da vez passada. Os bolivianos têm medo dos cearenses. **Perguntam sempre porque nós usamos facas de ponta. A gente responde que é para tirar espinho do pé...** “Caramba”, é o que eles dizem para nós. Agora desta vez, vim me estabelecer mesmo. Vou pro Acre novamente, a convite do meu antigo patrão. Tão cedo não volto. Quando saí de Pereiro os meus amigos todos diziam caçoando; “o paroara vai embora, vai pro Amazonas de novo...”

## VIDA 33

Antônio Ribeiro Mota, de Jaguaribe-Mirim.

“Eu sou criador. Tinha umas 80 reses. Vivi sempre da criação e do meu negócio. Nunca precisei de ninguém. Às vezes cheguei a ganhar de 300 a 500\$ por dia, vendendo e comprando gado, às vezes tinha dia que não ganhava um tostão. Mas sempre fui um homem independente. Sempre vivi à minha custa. Trouxe meus sete filhos e mais a mulher. O meu gado estava todo se acabando. É um sacrifício a gente sustentar eles na seca. Acaba vendendo por uma miséria se não quiser ver morrer os bichinhos. Eu vendi tudo. Rês que me custou 500\$ vendi por 100\$. O resto a seca matou. Os meus inimigos me perseguiram muito também. Eu não vivia em paz. Me roubavam uma rês de vez em quando. Estavam sempre me ameaçando, me dando prejuízo. Por isso eu resolvi vir. Quando se acabam todos os recursos, o jeito que tem é pedir esmola. **Eu não queria pedir para quem eu já tinha dado**. Estou aqui sem nada mas não pedia na minha terra. Na terra dos outros a gente se sujeita a tudo. Eu, que durante 40 anos de minha vida nunca precisei de ninguém, agora sou obrigado a **viver alugado**, fazendo serviço se quiser viver. Até pra comer a gente tem que estender o prato meia hora esperando o alimento. Tudo isso eu já tenho feito. Eu faço isso é porque é aqui. Nunca seria capaz de fazer isso na minha terra. Morria de fome mas não fazia. Mas com tudo isso não estou arrependido de ter vindo, porque lá seria muito pior. Também não tenho o que falar do Ceará, o pobre não tem culpa do que está nos acontecendo. Nós também desse jeito não podíamos ficar por lá[...]

Para ele o inverno é muito melhor que a borracha, esteja pelo preço que estiver, sem comparação. Já estive no Amazonas um tio seu.

## VIDA 34

Sebastião Constantino, de Flores, Rio Grande do Norte.

A fazenda do meu patrão tinha umas 150 reses. Nem todos os vaqueiros “tiram sorte”, isso depende do patrão. Ele vendeu um bocado das reses. Muitas delas morreram com a seca. Vim sozinho. Sou solteiro, deixei meus pais em Flores, onde nasci e me criei”.

A princípio Bastião me disse que tinha vindo “porque estava seco, vida difícil, falta de ganho, não havia recursos para viver”. No decorrer da entrevista, no entanto, ele se referiu a uma viagem que fez à capital. Contou-me depois a história dum seu amigo, sargento de polícia, que o tinha informado de tudo.

“O alvoroço por toda parte era grande prá vir. Por onde eu passava os meus amigos perguntavam se eu não vinha pro Amazonas. Era só chegar e enricar. Se fazia 500\$ em poucos dias. Com essa influência eu também me dispus a vir. O meu patrão fez tudo, me aumentava o ordenado, pra eu não fazer esta asneira. Mas eu estava doido mesmo. Estava também cansado de viver toda a vida no mesmo lugar. Queria conhecer estas terras por aqui. O governo dava as passagens, eu aproveitei então. A minha família também foi toda contra mim. Mas ninguém deu jeito. Hoje estou arrependido. Faz uns seis meses que cheguei. Fui logo trabalhar na agricultura, no Curari, peguei muita febre, estranhei muito porque só andava em cima d’água, numa canoa, eu que estou acostumado a passar o dia inteiro em cima dum animal. Por isso deixei aquilo e agora estou trabalhando na estiva por aqui. Agora estou com vontade de experimentar o Acre, pra ver como é aquilo e assim poder contar quando voltar... daqui a uns dois ou três anos. **Eu também vim porque não possuía nada, se possuísse não fazia essa besteira.**

Nunca tive minha gente por aqui. Sou o primeiro. É também a primeira vez que meti a cabeça prá vir. Nunca pensei nisso. Não vem mais gente do Rio Grande porque o pessoal desce prá Paraíba que tem muito brejo. Gosto do interior. Aqui não se pode fazer economia. O que se ganha se gasta. Nunca vi coisa igual. Agora vou pro Acre. Se tivesse inverno não viria não. O pessoal conta muito farol do Amazonas e de São Paulo. Vai muita gente prá São Paulo, mesmo sem seca. Eu só ouvia dizer que aqui se fazia até 500\$ em poucos dias. Ainda não vi disso. Só se for mais prá cima ou Nunca tive minha gente por aqui. Sou o primeiro. É também a primeira vez que meti a cabeça prá vir. Nunca pensei nisso. Não vem mais gente do Rio Grande porque o pessoal desce prá Paraíba que tem muito brejo. Gosto do interior. Aqui não se pode fazer economia. O que se ganha se gasta. Nunca vi coisa igual. Agora vou pro Acre. Se tivesse inverno não viria não. O pessoal conta muito farol do Amazonas e de São Paulo. Vai muita gente prá São Paulo, mesmo sem seca. Eu só ouvia dizer que aqui se fazia até 500\$ em poucos dias. Ainda não vi disso. Só se for mais prá cima ou pra quem sabe letras. Pra São Paulo vai muita gente também.. Pra São Paulo vai muita gente também.

De vez em quando voltam de passeio e tornam de novo.

Eu agora estou arrependido. Bem que eu podia voltar, porque o meu patrão me prometeu mandar buscar se eu não me desse bem por aqui. Mas não volto agora. Vou trabalhar até arranjar dinheiro da passagem, senão eles vão dizer por lá que eu estive malandando e que fui o culpado dessa loucura. Eu sou homem sério e gosto do trabalho[...]

## VIDA 35

Manuel Rosas, de Canindé, Ceará.

“Vim pro Amazonas em 1899, ainda rapazinho. Logo quando subi o Juruá os mansos me disseram que daí em diante **o chefe de polícia e o delegado eram o rifle e a bala. Se matava gente como se mata veado.** Mas comigo nada aconteceu. Fui seringueiro todo o tempo. Fiz dinheiro. Voltei em 1905 ao Ceará, a passeio, e desde esse tempo nunca mais voltei pra lá. Casei-me com amazonense e tenho uma porção de filhos. Meus irmãos estão todos espalhados por esse mundo. Meus pais já devem ter morrido, por isso eu não tenho mais nada que **cheirar** por lá, o meu lugar é por aqui mesmo. Faz tempo que abandonei a seringa pra me dedicar à agricultura. A agricultura aqui não dá futuro. Há duas coisas pra mexer em dinheiro: a boiada no sertão e a borracha no Amazonas. Eu me dei muito bem no seringal. O meu patrão era um homem de critério, mas disposto e resolvido prá tudo. Ele sempre dizia: **só quero cabra de pé rachado, nada de homem de mão fina.** Eu era mesmo um cabra de pé de serra. Depois até arranjei dinheiro, mas não quis voltar mais pra lá”.

Ele vinha acompanhado, na ocasião que lhe falei na beira da praia, de um filho que tinha todas as características de caboclo: olhos oblíquos, tez morena e ele mesmo tinha sofrido uma total transformação na aparência e nos gestos: falava pouco e devagar, tinha na verdade se acaboclado.

## VIDA 36

José Matos de Lima, de Souza, Paraíba.

“Vim o ano passado por minha própria conta. As coisas lá não estavam ruins. Mas me deu na cabeça um destino de conhecer o Amazonas, que eu tive de vir. Lá na minha terra eu trabalhava em tudo. Era vaqueiro, agricultor, fazia serviço pesado. Meu pai era dono de 200 tarefas de algodão (uma tarefa tem 25 braças de boca por 50 de fundo). Quem tem por lá dez tarefas ninguém respeita porque é um malandro. Eu roçava, às vezes, duas tarefas por dia. Começava de manhãzinha e ia até a boca da noite. Sou um cabra danado prá pegar no pesado. Não sou homem prá trabalhar no carinho. Aqui não vejo nada disso, quase ninguém trabalha. O caboclo planta a sua roça e fica naquilo, não vai prá adiante. Eu fui criado pelo meu padrinho e desde menino ele me acostumou a montar em cima de animal, cada queda era uma surra... Por isso eu não estranho”.

“Logo que eu cheguei, fui me engajando na Polícia daqui. Vi que aquilo não dava futuro, pedi minha baixa e resolvi trabalhar por mim mesmo. Agora sou atravessador. Comprado aqui e dali, dos caboclos Careiro e Xiborena e do Solimões para vender na praia. Não estou arrependido com tudo isso. Isso é terra prá se ganhar dinheiro. A vida é assim. Hoje estou vendendo jerimum, ontem vendia gado ou plantava algodão. Não tenho do que me queixar. Não trouxe ninguém comigo. Só pretendo voltar daqui a uns dez anos, quando tiver enricado. Na minha terra nunca se pensa em enricar. **Pobre morre pobre. Aqui é uma terra de futuro. Lá só se vive em princípio.** Quando vem a seca é aquela miséria. No tempo do inverno é tanta fartura que não há quem queira o que se planta, pois todo mundo trabalha também”.

“Se o inverno fosse constante não havia terra melhor prá se ganhar dinheiro. Mas mesmo assim não abandono o meu sertão. Quando aqui começa a chover e a trovejar, me dá uma pena da minha terra e uma vontade de ir voando pro meu sertão. Mas eu aguento firme até conseguir enricar”.

“Comprei uma canoa e armei essa barraca prá ficar de olho aceso em cima dos ladrões. Gosto mais da cidade. Eu prefiro ganhar os meus tostões do que ir pro Acre. Um companheiro que veio comigo já morreu por lá”.

## VIDA 37

Cezar Barbosa de Lima.

“Sou mesmo de Fortaleza. Vim pro Amazonas em 1900. Tinha destino para o Acre, aonde ia tirar seringa. Quando cheguei no Centro encontramos uma ordem

requisitando o pessoal para ir lutar contra os bolivianos. No outro dia passou a lancha e todos nós fomos brigar ao lado do Coronel Plácido. Aquilo era um homem distinto. Não tinha negócio de café com pão, era um homem resolvido. Trastejou com ele, mandava passar pelas armas. Até que foi assassinado traiçoeiramente. Eu vim, não porque estivesse ruim por lá, mas porque tinha mesmo esse destino de conhecer o Amazonas. Voltei para o casamento do meu irmão. Passei pouco tempo e arribei de novo pra cá. **Todos me chamavam de paroara, não se chegavam perto de mim, tinham verdadeiro ódio, porque diziam que o paroara estava podre de dinheiro.** Eles conhecem logo a gente quando chega do Amazonas. **Se leva um guarda-chuva é dizer e acertar.** Isso porque antigamente aqui chovia bastante, e só se saía de guarda-chuva. Pegava-se esse costume e quando se chegava lá só faltavam dar vaia. O paroara também gosta de levar **o seu chapéu de palhinha, o sapato de borracha e um relógio com uma corrente de ouro.** No traje, no jeito e no modo de falar é todo diferente. Por isso eles não gostam. Quem vai daqui não há meio de ficar por lá, não se acostuma mais. Muitos ficam porque levam dinheiro e são respeitados. Compram uma fazenda de gado (naquele tempo uma vaca boa de leite custava 30\$000) e no fim de quatro anos estão ricos. Mas a maioria não se acostuma mais. Se não volta porque não pode. Podendo voltar, volta. Por isso eu arribei logo e nunca mais voltei. Mesmo porque não me interessou mais. Casei-me com uma amazonense, filha do Purus. Os meus filhos já estão grandes. Os meus pais já morreram. Só me restam alguns irmãos que eu não sei onde andam. Nada me prende mais por lá. Eu só tenho pena é desse pessoal que vem acochado pela seca e que estão chegando agora. Pensam que vão ter liberdade trabalhando no seringal. Eles mal sabem que o seringueiro é um cativo. Trabalham de dia e de noite como um cachorro, sem descanso. Se pegam uma tempestade, lá se foi o seu trabalho, perdeu o dia. O leite virou cernambi. Eu peguei no meu tempo ainda o tronco. Seringueiro que fugia já sabia. O patrão mandava açoitar sem piedade. Conheci um caso de um rapaz valente. O Coronel Manoel Felício disse pra esse cearense que ia mandar pôr ele no tronco. Eu gostei de ver a resposta do seringueiro: – “Coronel, um homem livre não se põe no tronco, mata-se”. Agora parece que a coisa está diferente, não tem aquela sujeição daqueles tempos. A vida assim mesmo é horrível. Mais tarde ou mais cedo eles se desiludem como eu. Quando se desenganarem, não podendo voltar para o Ceará como eu e todos os outros, vem povoar as beiras dos rios e dos lagos. Se misturam com as caboclas, tem filhos delas e não saem mais daqui. Quem ganha é o Amazonas. Ai dele se não fosse o cearense. Tudo isto aqui seria mato”, disse-me apontando para a cidade.

## VIDA 38

João Garcia de Medeiros, de Caraúba, Rio Grande do Norte. Desde 1939 estava em Fortaleza. Trabalhava em tudo que fosse. Nas salinas, na estiva, em todo serviço.

“Vim mais a mulher e três filhos. Não sou fanático de dinheiro. Não vim por influência. Eu vim porque o Ceara está mesmo arruinado. Só se vive desempregado. Com esta seca, o pessoal do interior desce todo para a capital, procurando colocação. A vida fica pela hora da morte. O ganho diminui. Não há o que comprar, nem há dinheiro para isso. Eu ganhava 6\$000 mas nem todo dia tinha trabalho. Prefiro o inverno. Mas de nada adianta, se faz um inverno e passa dois anos fazendo verão. O que se ganha num ano perde-se no outro e ainda tem um ano para passar fome. Quero uma terra onde chova todo o ano e não viva sobressaltado, olhando pro céu a procura de uma nuvem. Quando se fala em Amazonas, uns dizem que é muito bom, só fazem exaltar, mas outros dizem que tem muita doença e a vida é cara. A gente não sabe o que pensar. Já tive um irmão meu em Santarém. Ele escreveu até 1939, daí em diante não tivemos mais notícias dele”.

A primeira vez que sentiu necessidade de vir para o Amazonas, veio.

“Eu não gosto da cidade. Prefiro a agricultura no interior. Estou destinado para ir a Fonte Boa. Tenho um velho amigo meu que passou 20 anos lá, é manso e já conhece aquilo. Ele me disse que é muito bom, tanto para a seringa como para a agricultura. Vou

experimentar a seringa, mas preferia a agricultura. Não pretendo voltar. **Também não deixei nada de meu por lá.** Eu vim à procura de uma terra onde chova todo ano, onde possa fazer a minha plantação e ter a minha criação. Não vim enricar nem com desejo de aventurar, como muitos aí. Nunca tive ambição de crescer minhas vistas por outras terras. Quero o meu cantinho onde possa trabalhar sossegado e alegre, viver do meu trabalho, dar de comer à minha família, criar os meus filhos, sem pensar que amanhã a seca vem e nos deixa na miséria. Eu não possuo nada. Para que voltar para a terra dos outros? Lá só se vive na sujeição. Se se tira três alqueires de farinha, um é pro dono da terra. Em tudo ele tem um terço. Quero trabalhar para mim mesmo. **Não gosto de viver alugado[...]**”

## VIDA 39

Antônio Batista de Oliveira, de Araçoiaba, Choró, Baturité.

“Eu sou perdido pela agricultura. Sou um homem de trabalho, tenho ainda 25 anos e nunca tive medo do pesado. Ninguém me viu ainda encostado, malandrando. Quero uma terra pru mode eu possa trabalhar descansado, onde eu me vire encontre ganho e o que comer prá da para minha família. Tendo isso eu não me enrasco, pois sei me mexer de um lado pro outro, entrar e sair em qualquer lugar”.

Casado, trouxe mulher e uma filha. Vejo também um irmão seu.

“O outro está morrendo de fome, mas me disse que não abandona a sua terra. A minha mãe também fez tudo pra eu não vir. A mulher também não queria vir. Quando chegamos em Fortaleza, ela não quis ir pro Campo de Concentração e nós acabamos voltando para Araçoiaba de novo. Mas eu já estava resolvido a vir mesmo. Ela pensava que eu não vinha mais. Quando um belo dia, acordei cedinho, levantei a mulher e disse que ela arrumasse as coisas que desta vez eu vinha mesmo. Passei cinco dias na Concentração, passando fome que nem “cachorro amarrado”. Mas não houve nada. Eu estou aqui. **Vim escapando da fome.** O sertão estava descascando.

Para quem trabalha na agricultura não há coisa melhor que um inverno. A minha mãe conta que um tio meu trouxe de uma vez cinco irmãs pro Amazonas, e quando chegou aqui, na falta de mulher, vendeu todinhas e foi com o que enricou. A menor delas vendeu por cinco contos... Tenho irmãos espalhados por todos esses mundos do Pará, do Amazonas e do Acre, mas não conheço e nem sei se existem. O pessoal da minha família sempre teve um fraco pelo Amazonas.

Primeira vez que pensei em vir pro Amazonas. E não volto mais não. Eu disse pro meu irmão que ficou, que queria uma terra onde pudesse ter um rifle nas costas e entrar no mato brabo. Gosto mais do mato. Vou trabalhar no verão com a seringa e planto no inverno. Não há coisa melhor. Tenho destino para o Acre. Não vou com ambição. Não penso em enricar. Quero viver em paz, trabalhando sem pensar que vou perder tudo quando vier a seca e depois ter de começar de novo. Se chegar a ter a sorte de enricar, será Deus quem quis. Também não vou jogar dinheiro no mato. Vou pro seringal. Se me der bem posso ficar nele toda a vida, encontrando um patrão bom. Se não, arribo até encontrar um que me ajete. Acho que vou me dar bem no Acre”.

PENSAMENTO DE UM BRABO: “Lá o pessoal dizia que aqui é muito bom, mas que tinha impaludismo – acho que é pru mode de comer essas frutas do mato e beber essas águas que tem por aí. Tenho medo não de doença. Eu vou pro Acre”.

## VIDA 40

..., de Uruburetama.

“Vim mesmo porque queria conhecer o resto do Brasil. Já conhecia São Paulo. Briguei como soldado do governo em 1932 e em 1935. Voltei para Fortaleza em 1935. Trabalhava agora mesmo na capital. Um dia ouvi falar, tanto nesse tal de Piauí que acabei dando um bordo por lá. Nunca vi terra mais desgraçada que aquela. Toda terra que eu vejo muito falada, embarco logo. Quando fui para São Paulo, foi a mesma coisa. Agora estava em moda o Amazonas, era o que se falava. Tinha mesmo vontade de conhecer o Norte. Quando vi o pessoal embarcando num avião para cá, me veio logo a lembrança de vir também. A saudade de uma viagem apertou mesmo, que eu no outro dia me alistei.

Vim mesmo de surpresa. Não avisei nem a minha família que mora em Arraial. Estou destinado para trabalhar no Acre, na seringa. Mas acho que não paro lá muito tempo. Gosto mais da cidade, mas vou experimentar essa vida.

Vim sozinho, não tenho nada que me prenda. Sou só. Tenho dois irmãos no Acre, pode ser que eles me ajudem”.

## VIDA 41

Francisco Pinheiro, do Riacho do Sangue. Trabalhava na agricultura e veio para o Amazonas ainda menino.

“Isso foi em 1914. Meu pai me trouxe. Desde esse tempo trabalhei na seringa. No Juruá, no Javari e no Acre. Voltei em 1924. Quando cheguei em Belém encontrei seis irmãos, que também voltaram. Eu nem conhecia eles. Assim fomos nós todos juntos. Desde esse tempo que nunca mais levantei a cabeça. Quando tava me ajeitando, vinha uma coisa, outra, que fazia eu cair. Veio a seca de 1932 e agora esta. A sequidão tava monstro. Os três Estados encostados: Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte estão dum jeito só. Muitos dizem que são cearenses, quando são é paraibanos. Paraibano é bicho encostado a cigano. A gente diz isso porque quando chegam os ciganos do Egito o paraibano se junta com eles e sai pelo mundo a fora vendendo, trocando bugigangas e enganando todo mundo. Quando dão fé e deixam o arraial deles, estão mesmo que nem ciganos. Os paraibanos surram o Ceará, mas nós nunca prestamos homenagem a eles. Eles é que vêm se encostar a nós quando a seca tá ruim, não sei porque não ficam na terra deles. Não sei o que vêm fazer na Pátria da gente. Por isso nós costumamos dizer e eles ficam cobras: “Paraibano e cavalo cubano, de cem tira-se um por engano”.

Desta vez veio prá ficar mesmo. Trouxe mulher e filhos. Todos os seus irmãos já estão aqui novamente.

“Não ficou um. Não deixei mais ninguém. Aquilo não é terra prá se viver. Um inverno e dois verões. Isso lá é coisa... Gosto da seringa e da agricultura. Vim desta vez porque a sequidão estava monstra. O Ceará é uma terra inconstante. Eu não quero falar mal do Ceará, mas é assim mesmo. Tá sempre principiando a vida. Volto mais não senhor”.

## VIDA 42

Libório Gonçalves, cearense da capital mesmo, de Fortaleza.

“Fui criado na capital com meus pais. Mas desde o dia que fiz um passeio pelo interior peguei um fanatismo pelo sertão que não sabia mais viver sem ele. Passava dois anos no mato e um na capital com a minha família. Não há melhor vida do que caçar e plantar. Daí eu tirar destino para o Acre.

Casei-me com uma sertaneja pru mode ela me acompanhar prá toda parte. A sertaneja tem uma virtude. É mulher tanto prá pegar numa agulha como no cabo de uma enxada. Não vê trabalho. Trouxe ela e meus filhos todos comigo.

Vim mesmo porque o governo estava facilitando as passagens. E mesmo os meus últimos recursos já estavam acabando. A gente só faltava pedir esmola. **A seca faz nascer os boatos. Os boatos fazem a influência. A gente acaba vindo mesmo. “Você não vai ao Amazonas? Que é que você está fazendo aqui? Lá está se juntando dinheiro com ciscador. A borracha está dando uma fortuna. É só chegar, apanhar e voltar. Vombora, rapaz, que o governo dá passagem, sustento e colocação. Querendo é só se alistar”**, isso é que o pessoal anda dizendo por lá. A animação aumenta e pronto. A gente se alista, embarca e vem bater aqui. Se não houvesse passagem de graça e sem essas facilidades não vinha nenhum. Morria-se de fome mesmo por lá.

Não há nada melhor do que o inverno. Eu não vinha se houvesse inverno, tivesse como tivesse o preço da borracha. Quando há inverno e o preço do algodão é bom aquele pessoal fica delirando. Eu vi nestes tempos de alta se derramar **muita cerveja em rabo de cavalo...**

O pessoal lá pensa que o Amazonas é um cemitério. Quando se fala em Amazonas muitos dizem que preferem morrer de fome a vir prá cá. Só vem pro Amazonas quem tem coragem. O senhor ainda não viu covarde por aqui. Tudo quanto é trabalhador e não gosta de malandrar e pensa no futuro procura a sua melhora. Lá todo mundo está reclamando agora porque vai faltar trabalhador prú mode nós está vindo pro Amazonas. Agora nesse meio vem muita gente safada da capital que só vieram pra conhecer. Vem jornalista, engraxate e tudo quanto é desocupado. As mulheres é que não gostam de embarcar. Pôr o pé no navio é a mesma coisa do que **estar no fiel da morte**. Muitas delas dizem que preferem morrer a vir prá cá. **Vem que nem bode quando se puxa pra beira d’água**. Mas há também muita mulher de coragem **que vem comboiando os maridos medrosos**.

Eu não gosto da cidade, embora tenha sido criado nela. Eu me dou bem é no mato, no sertão, junto dos bichos, das onças, das cobras. Quero é me socar no centro mesmo, lá dentro. Com uma faca e um rifle não tenho medo de nenhuma **simitumba**. Em terra de sapo, de cócoras com eles. Se for necessário ser mau, eu sou também. Faço **que nem caboré na asa do outro**.

Eu vim de Quixeramobim. Quando passei por lá a multidão invadiu os armazéns procurando o que comer. Eu tirei destino pro Acre. Não há nada que esbarre esse meu destino.

Vou experimentar a seringa. Se não me der bem, experimento a agricultura, até achar uma coisa em que eu me ajeite. Eu já sofri um bocado no Ceará. Não sei quando posso voltar. Mas não me esqueço dele. Eu não digo como muitos andaram dizendo a bordo: “Sofri tanto que se eu morrer no Acre, minha alma não terá vergonha se voltar para o Ceará”.

Expressões que ouvi, ditas por ele e que interessam para analisar o peso da tradição e dos costumes antigos na mentalidade sertaneja:

“O Presidente do Ceará... é até um bom homem. O pessoal do Pará esta contente com o Presidente Barata. O Dr. Álvaro Maia, Presidente do Amazonas” – Reminiscências da Província e do Império...

Esse nosso entrevistado, muito embora tenha sido criado na cidade, é um autêntico tipo de sertanejo.

## VIDA 43

Antônio Oliveira, “legítimo de Limoeiro”, Ceará.

“Trabalhava num circo fazendo acrobacias e palhaçadas. Andei nessa companhia quase todo o Nordeste. Todo aquele mundo de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte eu conheço. Eu deixei o circo porque peguei a tomar gosto por uma pequena e não queria casar. O patrão disse que não queria amor só pra gozar. Se gostasse da

pequena eu tinha que casar. Eu me desgostei com os dois e abandonei o circo. Voltei para o meu Limoeiro, onde trabalhava na agricultura. Tinha, quando chegou a seca, seis tarefas de algodão, casa bem cercada e alguma cria cão. Dei tudo por 450\$000. Não adianta ter nada disso quando chega a seca.

Se não fosse a seca não pisaria aqui.

A mulher não queria vir para cá. Só veio, diz ela, prá passar uns quatro anos. Eu não disse nada prá mode ela vir.

É como eu lhe disse. Não adianta ter nada disso se não se tem com o que sustentar. Acaba tudo morrendo de fome. Durante dois meses eu andava três léguas por dia para arranjar água pro meu gado não morrer de sede. Até que um dia cansei e resolvi arribar. Não aguentava mais. Dois anos que fazia seca e já estava entrando no terceiro. Eu não podia mais com tanta miséria. A seca está cutucando o pessoal todinho. A seca dá fome, peste, morte e até a guerra[...]

Havendo inverno sou um homem feliz. Lá se fala bem e se fala mal do Amazonas. O meu pai morreu no Amazonas em viagem já para o Ceará. A minha mãe nunca quis acompanhá-lo. Eu nem cheguei a conhecer ele direito.

Foi a primeira vez que eu tive de vir. Eu gosto do mató. Por isso vou pro Acre. Vou ver se me ajeito na seringa. Eu ainda tenho muita esperança de voltar. A mulher diz que só veio por quatro anos, mas eu não sei quanto tempo tenho que passar. Depende dos recursos. Eu não quero morrer afogado por aqui. Quero ser enterrado no seco, num cemitério do Ceará. Não tenho estranhado muito. Acho até muito bonita a terra. Só tem uma coisa: eu estou acostumado a andar sempre no firme, montar num cavalo e galopar quatro, cinco léguas. Tão cedo não posso fazer isso. Tenho que me ajeitar mesmo na canoa... em cima d'água.

“São duas coisas que fazem me lembrar o meu sertão: o meu cavalo e a minha mãe velhinha[...].”

## VIDA 44

... de Sobral.

“Vim em 1912 para trabalhar num castanhal dum parente meu, no Rio Negro. Não me dei bem não. Voltei em 1915. Quando cheguei lá, fui logo pegando a seca. Tive que voltar. Baixei novamente em 1916. Tive então no Juruá, no Tarauaca, no Purus, trabalhando na seringa. Nunca arranjei dinheiro. Vendi borracha até de \$800. Seringa só dá para o patrão.

**A vida por aqui é uma prisão.** É tudo fechado, não há por onde escapar. A gente parece uns presos. Divertimento no seringal é uma caçada, ou então espiar os macacos pulando nos galhos, ou então as onças esturrando pertinho da barraca. E toca a gente a trabalhar, de noite e de dia, sem parar. Muitas vezes trabalha-se sozinho, sem ninguém nem prá conversar. E o patrão aborrecendo a gente prá fazer borracha prá ele. O contão aumentando. Agora está melhor. Mas no meu tempo... Quem mandava era a machadinha e a escada, o arrocho e o mutá. **Deus fez a machadinha e o diabo inventou a escada.** Carregar essa danada de oito a dez degraus pela estrada, todo o tempo nas costas **fazendo mutá** é um buraco. Também o leite é muito mais. Eles dizem, no tempo da alta, quando a borracha está dando dinheiro e o seringueiro está doido prá enriquecer: “Quem for tatu que cave, quem for macaco que se atrepe”. Nesse tempo, só faltam matar as árvores de tanto golpe.

Aqui mesmo na capital não há divertimento. Não é como no Ceará que você passa andando oito, dez, 15 léguas em cima dum animal, com liberdade de se ir aonde quiser. Aqui tudo é preso. Para se andar tem que se tomar a canoa em risco de se afogar. Não vou nisso, não.

Casei-me em 1919, quando voltei de novo ao Ceará. Estava com quatro meses de casado quando surgiu novamente a seca. Arribei com mulher e tudo novamente. Desde esse tempo que estou aqui. Mas ainda não me esqueci de lá. Lá se passa muita miséria, mas só em tempo de seca. Só se passa fome nesse tempo. Depois a vida é alegre.

Aqui no Amazonas a vida é farta. Tem o veado, o porco prá se caçar, o peixe no rio prá se pescar, mas a vida é sempre triste, a gente está sempre amarrado. É por isso que eu prefiro a minha carnaúba e a minha plantação por tudo isto aqui. **Eu não me esqueço do convívio de lá.** Eu não sou como muitos que vêm prá cá e não mandam mais notícias. Os pais pensam que até ele morreu. Eu não sou assim. Ainda tenho as minhas terras e a minha casa em Sobral. Penso em voltar daqui a uns dois anos mais, com minha mulher

e meus filhos. Eles já nasceram aqui, mas Deus me livre de casarem aqui. Quero eles é lá na minha terra.

O pessoal vem mais devido aos boatos que correm por lá. “Aqui se ajunta dinheiro com ciscador. É só apanhar”. Aquela gente acredita mesmo e acaba vindo. “Quanto você ganha?” – perguntou um patrão prá mim. Eu disse; 3\$000. “Pois olhe, você é tolo! Lá no meu seringal eu posso lhe dar mais de 20\$000, é só você quiser ir...” Então eu vim atrás do prometido. Aqui não vi nada. Nunca arranjei um recurso com que pudesse me aguentar de vez. Nunca tive sorte com a borracha. Nunca ajuntei mais de 1:500\$. Quando arranjei isso, arribei...”

Antes de se trabalhar já se está com um contão de 2:000\$, só de passagens, utensílios, ranchos, no espinhaço. Seringa só dá prá patrão. Eu agora estou na cidade. não pretendo ir mais para o interior, mesmo com esse preço da borracha. **Daqui mesmo só para o Ceará”.**

## VIDA 45

Joaquim Moreira de Souza, de Russas, Ceará.

“Vim mode a fome. Era agricultor e criador, tinha minhas terras e minha casinha. Nunca senti necessidade de me alugar. Sempre fui um homem que gosta de trabalhar para si. Em todas as secas eu me aguentava mais ou menos. Em 1915, 1919 e 1932 até me aguntei com os meus recursos. Começava a vida de novo. Comprava gado, fazia novo roçado. E assim ia me restabelecendo até me ajeitar. Fazia oito anos que eu vivia sossegado, com a minha família, sem pensar em seca, em nada. O ano de 1940 foi escasso. Quando chegou 1941 e não vi as primeiras chuvas comecei a desconfiar. Mas eu tinha muita plantação que me aguentou direitinho. O ano todo passou dando uma chuvinha aqui, outra ali. Em 1942 a seca arreventou mesmo danada. Nunca mais choveu. Os pastos secaram, cavei uma cacimba num chão duro e não encontrei água. Só faltei desesperar de raiva. O meu gado já estava morrendo. Comecei a vender os bichinhos mode comer. Quase todo dia vendia uma rês. Ia tudo prá bodega. Comia dois, três dias. Assim fui me aguentando, gastando o que tinha, vendo até onde parava aquilo. Quis vender o que possuía. Tudo devia valer uns 5:000\$000; pois não encontrei 2:000\$. Acabou-se os legumes. Eu não queria abandonar a minha terra, mas aí então eu desanimei. Eu não tinha mais do que viver. Acabava pedindo esmola. Um dia resolvi abandonar. Todo mundo estava falando no Amazonas, o governo auxiliava a gente, dava passagem, colocação no seringal. A mulher a princípio chorou muito, mas depois viu que não aguentava mais.

**Um dia anoiteci e não amanheci.** Escrevi à minha mãe pedindo a bênção e trouxe minha mulher e mais oito filhos – três machos e o resto fêmeas. Vendi o meu cavalo fiado e entreguei a chave da minha casa pro meu cunhado fazer dela o que quisesse. **Vim aproveitar essa monção e partir pro Juruá.**

Vim desgostoso, zangado com tudo aquilo. Por isso não penso em voltar mais, não quero nem ouvir falar mais em Ceará. Basta o que já sofri nele. Quero subir cada vez mais pro alto, mode não ouvir notícias de tá. Não quero saber mais dessa tentação. Quero esquecer de vez aquilo. Perdi tudo o que tinha, não é a primeira vez. Desta vez arribei.

A gente um dia também se zanga dessa vida. Agora vim a procura de um lugar onde não falte chuva e trabalho. Não vim tanto pela riqueza. Tendo um cantinho onde me ajeite, vivo bem sem ambição. A minha família se dando bem num lugar, aí eu esbarro.

Vou trabalhar na seringa. Parece que ela vai se dá bem comigo. Dizem que ela gosta de um cabra de perna ligeira. Se for assim eu estou bem. Serviço prá mim tem que ser agoniado, sou afogueado em tudo que faço. Gosto do trabalho. Aposto se houver um homem que faça uma empreitada mais depressa que eu. Ou faz igual ou eu passo a perna nele. Eu vim destinado ao Alto Juruá. Me disseram uns mansos que lá é parecido com o sertão. Tudo é terra firme. Eu não gosto desse negócio de viver no molhado. Gosto do pé enxuto. Quem vive dentro d’água é peixe ou caboclo. Não tenho gosto dessas beiras de rios. Parece que vive tudo afogado.

Se não tivesse a seca eu não tinha nada que fazer por aqui. O Amazonas nunca me via. Tenho um tio em Cruzeiro do Sul, mas não gosto dele. A influência que eu tive foi obrigado. Ela só me mexeu quando a seca chegou e disse: – “**ou corre ou morre**”. Não houve outro jeito senão fugir. Mesmo eu nunca vi um velho dizer que houve seca de dois anos. Ou é um, ou três. Tava no fim do segundo. No terceiro eu morria mode a fome. O

jeito que tem, disse à mulher, é arribar antes que chegue o terceiro. Ave-Maria de viver na cidade. Sou do mato e gosto de viver no mato grosso, no trancado, onde possa meter o meu machado e a foice e abrir o roçado. Não penso mais em voltar. Já tenho 46 anos. Estou na metade,daqui agora só para baixo. Vou ensinar meus filhos a trabalhar. pois quando morrer quero que eles saibam fazer tudo o que sei. Sou perdido pela caça. Só tenho pena de não ter trazido o meu cachorro. Eu bem que queria trazer, mas o governo não pagava a passagem. Tenho que me ajeitar sem ele[...]

## VIDA 46

João Martins de Aguiar, de Fortaleza.

“Trabalhava em Soure, pertinho da capital. Era barbeiro. Eu tenho consciência da minha profissão. Fui barbeiro até no Rio e São Paulo. Não me envergonho. Sou casado. Trouxe mulher e filhos. Eu sou manso. Vim para o Acre em 1921. Trabalhei na seringa ses anos, mas não aguentei a saudade. Eu nesse tempo era rapazinho inexperiente, voltei lá só com o dinheiro da passagem que uns amigos me deram. Lá casei-me, tive filhos, trabalhei muito, mas o Ceará é uma terra ingrata. Vim novamente tangido pela crise. Vou para o Rio Branco para ver se me coloco na capital. Quero dar a meus filhos um pouco de educação. Se não fosse isso eu ia pro centro me meter nas matas, para melhorar a situação de minha família e assim poder voltar um dia ainda. O senhor sabe que a gente não pode esquecer aquela terra. Não é nada não. Eu tenho a minha sogra que é como se fosse minha mãe. O meu destino ainda é por aquelas bandas.

Aqui é uma terra muito rica, mas é muito doída. Lá a terra é ingrata, mas se vive contente e se goza saúde. Aqui nós estamos arriscados a perder um filho de estimação, a ver morrer a mulher, a gente mesmo se acabar e a família ficar no desamparo. Tem o carapanã, o pium, as pragas que não deixam a gente sossegado. Lá o senhor arma a sua rede debaixo duma árvore e dorme que se esquece. Nenhum bicho lhe incomoda. Esse carapanã é um parasita. Eu tenho raiva dele. Se a gente prá viver tem que trabalhar, por que ele vive à custa do nosso sangue? Na minha terra o senhor pode andar de uma extrema a outra, a pé ou a cavalo, vendo os conhecidos, visitando os amigos. Aqui, prá se dar um passo tem que se dar uma remada. Tudo é cortado de água.

Mas com todas essas ruindades tem uma gente bondosa. Não há ladrão. O que é de um é de outro. Parecem todos irmãos. A gente chega numa barraca destas e come com eles, toma café como se fosse velhos amigos. Um ajuda o outro. Lá é raro se avizinhar com os vizinhos.

Cada qual o que tem é para si. O pobre passa baixo. Mas aqui já houve muito cabra ruim. Mas vieram de lá. Me contaram que esse tal de Daniel Ferreira, um preto malvado, uma vez porque um seringueiro vendeu borracha para o regatão, tomou a borracha roubada, pôs ele no tronco, rodeou de seringa e tocou fogo. Dizem que ele tinha muito couro de seringueiro espichado. Agora já não é assim. O Amazonas está manso. Mas com tudo isso eu não me esqueço a minha terra.

## VIDA 47

José Florêncio, da Serra de Meruoca.

“Nós somos nove irmãos: seis homens e três mulheres. Morávamos todos juntos. Eram dez barracas com a do velho. Todos casados com princípio de família. Na nossa família havia união de verdade. Foi um conterrâneo nosso que mora aqui que nos convidou para trabalhar com ele. Além disso, a crise por lá estava ruim. Fazia já dois anos que não chovia. Nós nunca tinha pensado em vir pro Amazonas. Quando apareceu isso, o velho não sabia o que fizesse. Ele não queria se separar dos filhos. Nós convidamos ele, mas o velho não ia se separar das filhas prá nos seguir. Ele acabou dando licença. Um de nós se animou mais e convidou os outros. Viemos então três. Os outros não quiseram vir. Quando nós nos despedimos, o meu pai disse que se nós nos déssemos bem aqui era só mandar dizer, que se os outros irmãos se animassem prá vir ele acompanhava o resto. Se a minha mãe tivesse viva, nenhum de nós vinha porque ela não deixava. O velho também deixou a gente vir porque ele sabe que o Ceará é uma terra sem futuro. Pobre

passa a vida toda pobre e morre como nasceu. Gosto do inverno. Somos da agricultura. Temos destino mesmo prá Manaus, vamos trabalhar numa fazenda de gado desse senhor que nos convidou. Se nós nos dermos bem, ficamos; se não; vamos experimentar a seringa. Se ainda não me ajeitar, aí então volto pro meu território. Só Deus é quem sabe”.

## VIDA 48

Antônio Pinheiro, de Jaguaribe-Mirim, Ceará, agricultor.

“Destá vez resolvi trazer família e tudo, não pretendo voltar mais prá lá. Meus irmãos já estão também todos de volta por aqui. Nós somos seis homens espalhados. Cada qual pro seu canto (ele é irmão do entrevistado n.º 41, Francisco Pinheiro).

Eu sou manso. Da primeira vez que vim passei oito anos em Xapuri. Eu só voltei porque tinha de tomar conta das terras do meu pai, que tinha morrido. Agora, eu podendo arrastar o resto do pessoal, eu arrasto. Há muito tempo que queria vir. Mas faltava recurso. Agora o governo facilitou as passagens e viemos todos de novo. Borracha estando por esse preço é de enricar em pouco tempo. O inverno é bom, mas seringa assim é melhor. O meu destino é novamente o Xapuri. Eu já conheço aquilo como é. De forma que é só chegar e trabalhar. Eu já estou aqui impaciente de estar ancorado aqui há mais de vinte dias. Quero seguir depressa prá riba. Isto é uma terra danada prá espertar malandro. Ensina a gente a trabalhar de verdade. O despertador começa acordando a livropmd gente; depois de uns tempos a gente é que vai acordar o relógio... **A seringa é prá todos, mas nem todos é prá seringa. Cabra de mocotó grosso** não dá prá coisa. É preciso um cabra de pé ligeiro, esperto, se não está perdido. Mas não há coisa para enricar melhor a gente.

No mato, quando se mora sozinho, a vida é muito triste. Tem um passarinho engraçado, que chamam de uru, é quem faz alegrar a gente. Ele começa cantando logo de manhã: “Quem vai ao toco” – “ou rabo ou toco” – “sou eu doutor”. Seringueiro barrigudo, quando ouve uru resmungar de manhã cedo, nem se levanta. Ele sabe que vai chover na certa. Mas o seringueiro danado, esse vai assim mesmo, nas carreiras, porque se a chuva pegar ele, perdeu o dia. O Acre agora está manso. O avião está passando todo o dia arriba de nós”.

Falei com a sua mulher:

“Estou com muita saudade de tudo o que deixei por lá. Mas a gente não podia viver mais. Acabava tudo seco também. Não ficou nada que desse prá gente viver. Mas se eu soubesse como era a viagem, tinha vindo não. Ninguém me faz embarcar mais, agora que eu já conheço. Não me aventuro de novo. Não quero mais saber dessa história de mar. Só volto agora de avião. Já sofri bastante. Em 1932 nós se arretiramos pro Piauí, passamos baixo de tanto derrubar léguas. Quando passou a seca, voltamos pro nosso lugar. Agora estamos aqui novamente. Mas nada me faz esquecer a minha terra”.

“Eu estou cansado de andar bolando. Agora vou me aquietar num canto”. Já não sou mais moço pra estar andando de um lado para outro. Vou mandar ensinar os meus filhos aquilo que eu não aprendi e depois punho a trabalhar comigo no pesado, no corte de seringa, pois o homem deve saber e se acostumar a tudo. **Eu sou o baliza da família.** Se Deus me ajudar, penso que vou ser feliz”.

## VIDA 49

José Ferreira, da Serra de Baturité.

“Vim prá cá rapazinho. Nem me lembro mais quando foi. Toda a minha vida passei andando por esses rios, tirando seringa, castanha, balata, nos tempos fabulosos do Amazonas. No tempo que o Amazonas era o Amazonas. Vai fazer 51 anos que eu vivo aqui. Nunca voltei pró Ceará. Deime bem com a terra, me acostumei com esta vida, de forma que não penso em sair mais dela. Morro mesmo por cá”.

Vendo essa disposição, disse-lhe que ele não era mais cearense, pois não se lembrava mais de sua terra. Com surpresa minha, o velhinho virou-se como se eu o tivesse ofendido:

“Gosto muito desta terra. Criei-me aqui, mas não renego a minha pátria. Sou cearense até o infinito”.

## VIDA 50

Marcelino Oliveira, de Cajazeiras, Paraíba.

“O meu pai tem bastante recursos, tem engenho, fazenda e terras prá plantação. Eu trabalhava com ele, mas tinha também o meu negócio. Sou casado. Vim eu mais a mulher e os filhos. Prá dizer a verdade, **vim mais por desgosto**. Perdi, num negócio que eu tinha, dez contos que o meu pai me tinha emprestado. Eu não queria passar vergonha na frente dele e do resto da família. Por isso resolvi vir embora e andar por esses mundos. A seca não nos atingiu muito. Mas eu era capaz de vir mesmo sem ela, me acontecendo uma vergonha dessa.

O inverno é muito melhor, nem se fala. No sertão é só o que falta. Pretendo ficar na cidade. Eu me ajeto melhor por aqui. Fui criado mesmo em Cajazeiras. Não tenho destino ainda certo. Mas acho que daqui é muito mais fácil de voltar. Pretendo voltar logo que arranjar uns recurso prá poder pagar a minha dívida. Tenho uma saudade danada do meu sertão. Às vezes nem como, pensando nele. A imaginação não me deixa”.

## VIDA 51

Cláudio Ferreira de Lima.

“Sou madeirense, quero dizer, meu pai e eu nascemos em Santarém, mas ele me trouxe, em 1910, ainda curumim prá Humaitá. Por isso é que eu digo que sou filho do Madeira. Foi nele que eu me criei. Nunca me mudei dele. Toda a vida trabalhei na seringa e na castanha no Baixo, aí mesmo pertinho de Humaitá. Os seringais já estão todos cansados, nem sei como ainda dão leite. Mas nós já estamos acostumados com ele. Só se tira dois buiões de leite, enquanto lá nos Altos se colhe mais de oito. Por isso os cearenses querem ir bem pros Altos.

São muito ambiciosos de dinheiro. Só querem chegar, juntar e voltar prá terra deles. Nós já estamos acostumados mesmo nos Baixos. Trabalhava agora ia fazer oito anos com um patrão (sr. Guerreiro) de Humaitá. Mas um patrão do Machado me tentou muito prá eu ir pro Machado. Eu não conheço a gente de lá, por isso não queria ir. Agora resolvi subir prá lá prá ver como é aquilo lá.

Eu não gosto da agricultura. Quer dizer, é porque você trabalha o dia inteiro debaixo do sol, com formiga e tudo. Agora tem que esperar muito tempo até ver a sua mandioca, o seu milho, o seu jerimum crescer. Na seringa, não. Você trabalha quando quiser, se não quiser trabalhar, não trabalha. Está na sua vontade. É só tirar o leite e defumar. Já ganhou o dia.

Faz dois, três quilos de borracha a 6\$000.

Não precisa de mais trabalhar. É um serviço rendoso e maneiro. Ainda tem mais. É só terminar a época do fabrico e você pode ir prá onde quiser, e só volta no outro ano. Todo o ano venho a Manaus, quando tenho saldo, mas depois volto quando chega a vazante. Os cearenses que eu conheço não fazem assim. Quando tem um saldo que dá prá uma passagem, volta tudo pró Ceará. São muito ambiciosos. A terra deles também é muito longe. Nós não temos prá onde ir, não tem nada de estar gastando em viagem. Eles não; vão embora e muitas vezes não voltam mais. Um belo dia lá estão eles de volta e levam nisso. Logo quando eles chegam são todos valentes, brigam por qualquer coisa. Mas é só bater a razão neles que acaba logo a valentia. Em viagem, vão logo perdendo essa força. A fraqueza dá neles e eles deixam de brigar.

Quando um brabo chega por Iá, é uma diversão. A gente começa a judiar deles. Leva eles

pro meio do rio e a gente diz: – “José, toca pra beira”. O pobre do brabo senta na popa, pega no remo e começa a remar só de um lado. A montaria dá uma volta no rio e a correnteza acaba levando; a montaria nem liga eles... A gente então põe a canoa pra beira e “Para a montaria, brabo”. O pobre sem saber o que fazer, corre pra proa, segura a corda de amarrar e puxa com toda a força pra trás, pensando que é como cabresto de cavalo. Depois eles se arranjam com um velho seringueiro e depois de uns dois anos estão mansos que até deixam de usar a faca. Eles então vão se vingar fazendo a mesma coisa com os outros. Mas eu sempre me dei bem com eles. Eu tive, faz muito tempo um começo de béri-béri. Os cearenses me aconselharam uma viagem à terra deles que eu ficava bom. Fui pra lá e fiquei bom mesmo. Achei a terra diferente, mas muito bonita também. Só não presta é pra viver. Quiseram me pagar 2\$000 pra eu trabalhar num roçado. Quando fiquei bom, voltei logo.

Gosto mais do mato. A cidade só serve pra se gastar o que se ganhou. No interior a gente come de graça. Chega na casa de um compadre, de um amigo e não é nem preciso pedir pra comer. Vem o tambaqui, o pirarucu e todos comem, e sobra ainda. Se estiver na sua barraca é só ir mariscar e caçar que tem peixe e veado à sua vontade. Aqui na cidade não tem nada disso. Quem quiser comer tem que pagar caro.

Mesmo que se peça, não dão. Cada qual cuida de si. Eu agora não quero mais saber de mulher. Só serve pra dar dor de cabeça na gente. Umas têm gênio bom, mas outras, mal o pobrezinho vem chegando cansado da estrada, ela está logo aperrriando. Eu já tive duas companheiras e já sei o que é isso”.

Filosofia de um caboclo do Juruá:

Pergunta: “Então os cearenses são valentes mesmo com vocês?”

Resposta: “Eles não chegam nem a ser. Antes de se amansarem, a febre dá cabo deles.

E eu ainda não vi brabo valente[...].”

## VIDA 52

... de Camocim.

“Moro a três léguas da cidade de Camocim. Trabalhava na agricultura. Uma família que morava perto da nossa me convidou mode eu vim pro Amazonas. Eles me animaram tanto que eu acabei resolvendo mesmo a vir. Todo o resto da minha família ficou por lá. A crise está fabulosa. Não há esse que não tenha sofrido com ela. Os ricos são os que mais sofrem. Vendem tudo o que tem e então ficam na miséria.

Nós não temos nada o que perder, pois não possuímos nada. Os ricos vendem logo tudo e se retiram com medo que os pobres avancem e roubem tudo. Quando chega a seca, eles vendem o gado e transferem seus bens para a cidade. O pobre então fica sofrendo sem recurso e sem ganho. E o jeito que tem é emigrar. Faz dois anos que não chove por lá. A emigração só tem na capital. Por isso tive que vir com meus recursos que ainda tinha até a capital, pra me alistar mais a mulher e três filhos. Se não fosse a seca, viria ninguém não. Todo o mundo diz que foi a seca mais braba que já se viu. Elas vem sempre se multiplicando: **1915 é filha de 1919, 19 é filha de 32, 32 de 36 e a de 1942 é o pai de todas...**”

Não há quem se agente desse modo. Se o Ceará tivesse sempre Inverno, era a terra mais feliz do Brasil. Não tenho nenhum parente por aqui. Nunca pensei em vir pra cá. Eu gosto do mato, lá é que é o meu lugar. Estranhei os primeiros dias que cheguei em Belém, mas me acostumei logo. Tenho certeza que uns dois meses eu aprendo tudo, me amanso logo. Trabalhei em Belém numa empreitada. Em 30 dias derrubei uma mata danada e pus fogo nela. Não há dificuldade que me amedronta. Estou disposto pra tudo. Vou destinado a Rio Branco, à seringa. Não pretendo passar toda a vida aqui. Pretendo ir ao Ceará, a passeio. Não quero sofrer novamente. Basta o que já passei.

## VIDA 53

... de Fortaleza

“Sou artista, trabalho em máquinas, sei pintar e mexer em motores. Sou casado, trouxe minha mulher comigo. Eu vim porque quase não havia trabalho prá gente. O ganho era muito pouco. A vida estava pela hora da morte. Não há quem queira empregado. Os boatos mesmo não me seduziram. Já sou escolado na vida, mas já me arrependi bastante depois que vim. Não sei mesmo o que me deu na cabeça prá fazer de mim imigrante. Eu até não estava muito mal.

Meu avô enricou na seringa aqui, mas eu não vou nisso não. Eu não deixo a minha profissão. Não quero saber de seringa. Pretendo continuar na minha arte. Não gosto de mudar de ofício. Esse negócio de mato não é comigo. Sempre fui artista, graças a Deus. Nunca tive necessidade de trabalhar no pesado. Dou valor à minha profissão. Não sou operário do grosso. Eu agora não vou me assujeitar a patrão prá ele me tirar os couros e eu nem poder dizer nada a ele. Gosto da minha liberdade. Eu mesmo já estou acostumado a viver na cidade.

Não sei por que hei de me **meter na sujeição do seringal**. Vou me colocar na minha profissão em Rio Branco. Só não fico aqui porque as casas são muito caras. Estou doído por voltar. Foi a pior besteira que já fiz na minha vida...”

## VIDA 54

Francisco de Souza, de Crateús.

“Não é a primeira vez que venho ao Amazonas. Com esta é a quarta vez. Na primeira vez fui para o Purus, na segunda fui para o Juruá, na terceira para o Xingu; na quarta vou para o Acre.

**Nós somos mesmo uma gente teimosa. Nós não viemos de bonito.** Veio tudo obrigado pela necessidade. Lá está tudo sem recursos, sem ganho, sem trabalho, a vida está toda arruinada. O jeito que tem é vir mesmo. E todo mundo acha que as coisas por aqui estão tão boas. Não há esse que podendo vir não vem.

Basta esse pessoal que está vendo arranjar uns cobrezinhos está tudo de trouxa arrumada, pega logo o destino de volta. Parece que nem sofreram o que sofreram. **Se esquecem logo da pisa...** O pessoal é mesmo teimoso. Quando a necessidade aperta de novo lá vem tudo de novo seguindo o destino do Amazonas. Até que um dia se desiludem e não voltam mais. Esse é o meu caso. Nunca me emendei das pisas que a minha terra me dava. Também nunca trouxe ninguém comigo. Havia sempre quem me puxasse pro lado de lá. Agora trouxe todo o mundo comigo. Veio a mulher e os filhos. Quero mais voltar não. Estou quase dizendo como o outro a bordo: “Tenho sofrido tanto que se eu morrer por essas bandas a minha alma não terá vergonha se voltar por Ceará”. Aqui vem muito cabra de pé ruim, mas vem muita gente com vontade de trabalhar”.

## VIDA 55

... de Sobral.

“Eu deixei o meu chão em 1909. Até então nunca tinha faltado inverno no meu sertão velho. Vim a convite de uma família daqui. Aqui fui chofer durante muito tempo. Quando consegui algum dinheirinho voltei pro Ceará prá matar as saudades da minha gente. Passei quatro meses lá passeando e voltei. O pessoal lá ainda vivia muito bem. Não havia diferença nenhuma. Sobral estava naquilo mesmo quando eu saí.

Em 1915 foi que eu vim saber dessa história de seca. O meu pai me escreveu em 1916, dizendo que agora é que eles estavam sentindo necessidades pelas consequências da seca. Mandeí 500\$ prá ele se sustentar e assim escapar da emigração.

Voltei prá lá em 1918, logo depois da guerra. Cada vez eu ia estranhando mais. Passei 4 anos de novo no Amazonas. Quando voltei em 1922 eu já me sentia até estranho na minha terra. A convivência era outra. Muitos amigos tinham morrido, outros emigrado. A cidade tinha outro aspecto. Não se tinha mais a liberdade de se ir pra onde quisesse. E eu que gostava tanto de caçar por aquele sertãozinho doído... Meu pai me pediu que eu não voltasse mais, mas eu não agüentei. Vim mesmo embora de uma vez. Desde esse dia nunca mais vi o meu Ceará.

A minha terra já é o Amazonas. Casei-me aqui, tive filhos amazonenses, fiz amigos, criei outra convivência”.

## VIDA 56

Francisco Honório Sobreira, de Belém-Pernambuco.

“Sou do rio São Francisco. Deixei minha casa vai fazer 15 anos. Deixei as minhas terras e a minha criação entregues a um irmão meu. Nunca mais voltei lá. O mal do homem é começar a andar. Quando se anda nunca mais se desanda. Eu sempre tive vontade de conhecer o mundo, de percorrer essas terras todinhas. Basta eu ter apetite de ver uma terra dou um bordo nela. Basta eu palpitar vou logo disparando para ela. Não me agarro em canto nenhum. De Belém fui ao Piauí, passando lá pela Serra Grande com destino a Teresina. Não gostei nada de lá. Passei pro Maranhão. Fui a Goiás, subi o Tocantins e acabei dobrando pra Bahia e daí pro Ceará, onde me acomodei. Eu já estava até estranhando. Fazia uns seis anos que eu vivia por lá. Cheguei até a gostar da terra. Parecia que eu ia me acomodar de vez. Foi quando chegou a tentação de vir. Abriu o meu apetite de conhecer o Amazonas. Eu nem discuti com ele. A minha gente tem opinião. Quando mete uma coisa na cabeça, acabou-se. Desapreguei do Ceará por isso. Agora retomei o meu destino. Me alistei como imigrante. Viemos de trem para o Piauí e de caminhão para São Luíz. De lá tomamos o Lóide e viemos bater aqui. Não está me agradando muito isso por aqui. Eu vou sem destino, no rumo da venta, vou até onde a “garrota morreu”. Tenho raiva de gente de pés e mãos amarradas. Sou um cabra de pé solto. Não me agarro em canto nenhum. Não sou homem trabalhador mas tenho raiva da preguiça. Trabalho que se vive amassando não é comigo. Tenho talento na perna. Só me dou bem com os meus pés. Não presto homenagem pra derrubar cinco a dez léguas brincando.

Não vim por influência de enricar, isso é iludimento dessa gente. Pego em dinheiro como quem pega no diabo. Jogo no mato. Vim mesmo porque gosto de ser ruim. Gosto tanto da cidade como do mato. Me dou bem no subúrbio junto da cidade e pertinho do mato. Eu agora vou tirar os maus costumes da cidade na seringa. Vou soltar os pés de novo. Estava cansado de ter os pés amarrados no caminhão. Quando desamarro o pé não há breque que dê jeito. Ando de tudo.

De pés, de trem, de navio, de animal, agora vou experimentar a montaria. O meu destino é andar. Vou acompanhando o meu fado. É a minha perdição.

Tenho fé em homem que come e anda armado. Cria talento e coragem. Com gororoba no bucho, pau de fogo nas costas e faca de ponta nos quartos chamo qualquer boca de fera. Só tenho medo é de frecha de índio. Gosto de brigar encostado. Vou tirar muito couro de jacaré...

Sou um homem palpitoso. Vou aqui sem medo de morrer. Não tenho ninguém prá chorar por mim.

Vou me meter no sumiço...”

## VIDA 57

Francisco Prata, da Serra de Baturité.

“Eu vim porque endoideci. Não precisava vir ao Amazonas. Estava no Rio de Janeiro muito bem quando um primo meu me entusiasmou para eu vir pro Amazonas, que era terra para se ganhar dinheiro. Ele me seduziu tão bem que eu acabei caindo no laço. Faz oito anos que eu já estou aqui agora. Tenho sofrido um bocado. Logo quando cheguei fui condutor de bonde. Parece que eu ainda estou aqui por um castigo.

Um dia meu pai soube da minha situação e mandou um conto de réis pra eu voltar para casa. Eu peguei esse dinheiro e endoideci mode tirar seringa. Fui me embora para o Acre. Deus me castigou. Levei 4:000\$; quando voltei, de capital só tinha 7\$800. Acabei o meu sangue, o meu dinheiro e quase acabo a minha vida. Ainda estou ensezonado.

A vida lá é muito doída. Triste como nunca vi. Se vive sozinho. Só os cantos dos macacos, os pios dos passarinhos e o esturro de alguma onça perto do tapiri.

Quem vive no inferno se acostuma com os cães. E por isso eu tive que me acostumar.

Para se ganhar dinheiro é preciso muito sacrifício. A seringa gosta muito mais da noite do que do dia. É por isso que o seringueiro não dorme. Um pau daqueles dá muito mais de madrugada. Por isso eu tive que me domesticar.

A imaginação nunca me largou por lá. Todo o dia me dava uma coisa esquisita. Começava às seis horas, a hora mais triste do mato. Tudo quanto é imaginação ruim dá na cabeça da gente. Eu não agüentei mais e vim embora. Estava muito doente. Mas a seringa é a alma do Amazonas, nunca há coisa prá enricar a gente mais depressa. Se estivesse bom, voltava de novo. Pro Ceará é que não volto prá passar vergonha. Meu pai tem propriedade, um carnaubal, eu devo ter algum farelo ainda por lá. Sem dinheiro não volto. Queria voltar só para dar um passeio. O Amazonas é que e terra prá se ganhar dinheiro”.

## **A ODISSÉIA DE UM RETIRANTE** (“Jornal do Comércio”, edição de 27-1-1916, transcrevendo de “A Tarde”, da Bahia).

José Baptista do Nascimento.

“Recordava-se bem. Tinha pouco mais de trinta anos e já assistira por três vezes as desgraças da seca.

Era muito criança quando após meses e meses de sol inclemente, secos os rios, as fontes, as pastagens mortas, foi com seus pais em caminho de melhor pouso, onde não morresse de fome e de sede.

Nas fraldas da serra de Ibiapina não se tinha extinguido todo o verde; ainda havia aves nas árvores e a terra produzia alimento.

Recolhera-se aí. Na travessia, morreu de velhice, de moléstia, de penúria, sua velha avó, ficando numa cova rasa, aberta no areial.

De outra feita já era rapaz. Aos primeiros sinais do flagelo, retirara-se para o Amazonas.

Na roça em que nascera, a mortandade foi quase geral. Quando começou a chover, voltou à terra querida. Estava linda. Parecia um jardim reverdecendo, florindo, frutificando. Isso fazia poucos anos, o trabalho era compensado, os filhos iam crescendo. O mais velho já o auxiliava na faixa quotidiana do amanho das leiras para as sementes. No curral, todas as manhãs, havia leite para a coalhada, para o requeijão. Comprara um burro, um cavalo, um jericó para levar às feiras o que a roça produzia.

E foi assim, na felicidade da sua casa e do seu trato de cultura, que sentiu que o horror da seca se pronunciava. As plantações foram amarelecendo dia a dia. De noite, rezava com a sua mulher de joelhos, pedindo ao céu a piedade de um pouco de chuva. De manhã, o ar era de um forno em brasa. E a horta secou, o milho morreu; as raízes alimentícias murcharam, reduzindo-se a gravetos. Uma noite, matara o jericó para comer. Estavam quase sucumbidos de fraqueza, os estômagos vazios, em jejum de mais de dois dias. Os urubus cevavam-se ao longe nos esqueletos do burro e do cavalo.

Foi então que começaram a retirada: ele, a mulher e quatro filhos...”



## 2.6 Os cânticos dos soldados da borracha

*“Porque eis que passou o inverno: a chuva cessou e se foi. As flores se mostram, o tempo da poda chegou: os cantares se ouvem em nossa terra”.*

(Cântico dos Cânticos 2:11, 12).

Assim como os soldados vão para a guerra cantando os seus hinos, os flagelados da Batalha da Borracha criaram, no seu desespero e na sua esperança, personagens e impressões folclóricas, cujos instantâneos conseguimos capturar. Personagens e expressões de grande valor sociológico e humano, pois revelam os diferentes estados d’alma nordestino no seu primeiro entreencontro na frente amazônica.

Essas manifestações e explosões do espírito sertanejo abrangem uma extensa escala de situações individuais e coletivas, constituindo um desafio e uma manifestação espontânea, quase lírica, do drama por que passaram, inconscientes, muitas vezes, do papel que estavam representando no “anfiteatro amazônico”. Neles vamos encontrar uma verdadeira apologia humana a revelar sentimentos psíquicos de revolta, ódio, paixão, desespero, mágoa, aflição, arrependimento, sacrifício, bem como de fé, amor, esperança, coragem, fascínio, fortuna e salvação.

Daí a razão deste cancionário. Nele procuramos descrever a classificação humana do imigrante, repetir o seu cantar folclórico espontâneo, traduzir a minha interpretação e o meu cântico sociológico, e identificar o nome e a origem do personagem imigrante.

A partir daquele instante, ou pouco depois, em plena II Grande Guerra, nos anos 42 e 43, quando as entrevistas foram realizadas, o nordestino iria iniciar a sua Grande Marcha e participar da luta no “front” seringueiro.

Repetindo o texto bíblico, poderíamos lembrar: “O tempo da poda chegou: os cantares se ouvem em nossa terra”. As seringueiras vão ser sangradas, e de seu “choro” e de seu látex surgirão os pneus das fábricas para os aviões de guerra combaterem muitas batalhas. Os aliados ganharam a guerra, mas o “seringueiro” ficou sozinho, na solidão da mata e nos ermos da floresta, sem poder comemorar a Vitória, porque a sua – a Batalha da Borracha – não teve, para ele, nem começo nem fim.

Deixemos, pelo menos, que ele cante o seu cântico, aqui, antes que eu me esqueça.

**Flagelados:** “A seca me cutucou – ou corre ou morre. Eu vim mode a fome” – geografia da fome na expulsão do homem. Joaquim Moreira de Souza, de Russas.

**Delirantes e iludidos:** “Eu vim mode a seringa que tá uma benção. Dinheiro aqui se ajunta com ciscador” – a borracha na economia de apelo. Joaquim Ferreira, de Cachoeira.

**Malcriados:** “Bem feito. Era o que o Ceará queria. Não fica ninguém por lá. Eu vim zangado com tudo aquilo” – o martírio do homem vingando o sofrimento. Miguel Feliz de Melo, da Paraíba.

**Resignados:** “Ceará não tem culpa. Pobre do meu Cratozinho querido” – **o xodó pelo chão perdando o flagelo** – Alfredo Constantino, do Crato.

**Transumantes:** “Eu vim veranear na seringa. Quando chover, volto que nem ovelha à procura dos pastos” – **economia de trânsito “mode” a geografia de inverno.** José Lino de Araújo, de Campos Sales.

**Ambiciosos:** “Eu aguento firme até enricar” – o **ouro-negro na facinação do imigrante,** José Matos de Lima, de Souza, Paraíba.

**Românticos:** “Não sou fanático de dinheiro. Vim a procura de um cantinho para viver feliz com minha mulher e filhos” – **Terra prometida:** “Sai da tua terra, e de tua parentela e da casa do teu pai e vem para a terra que eu te mostrarei” – Gênesis. José Florêncio, da Serra Meruoca.

**Crentes:** “O meu destino é o Acre. Aquilo é uma terra santa” – **geografia messiânica com economia mística.** Sérgio Bernardo Pinto, de Fortaleza.

**Aventureiros:** “Me deu apetite de conhecer o Amazonas. Sou um cabra de pé solto, o meu destino é andar”. – **aventura na psicologia nômade.** Elias Ferreira, de Macau.

**Trabalhadores:** – “Não sou homem de carinho, gosto do pesado. Vim à procura de trabalho” – **o braço à procura de emprego.** José Matos, de João Pessoa.

**Líricos:** “Eu só vim mesmo para juntar uns recursozinhos para comprar uma bomba para as minhas bananeiras” – a água apelando para a seringa”. Antônio Oliveira, de Limoeiro.

**Fatalistas:** “Eu vim porque o meu destino era esse mesmo” – o “**alcorão**” do destino **encaminhando os crentes.** José Gomes da Silva, de Baturité.

**Desiludidos:** “Não tenho esperanças em voltar. Eu fico plantando mesmo no Acre” – **o sofrimento apelando para a morte.** João Pinto de Souza, de Canindé.

**Malandros:** “Eu vim por safadeza e animação” – a **psicologia do anúncio e as facilidades estimulando a aventura.** Milton Dias de Souza, de Juazeiro.

**Valentes:** “Com gororoba no bucho, pau de fogo nas costas e faca de ponta na cinta chamo qualquer boca de fera” – **a coragem no instituto pioneiro da penetração.** Francisco Horário Sobreira, de Belém do Rio São Francisco, Pernambuco.

**Patriarcas:** “Trouxe minha mulher e meus treze filhos. Não havia com que sustentar a minha família. É a primeira vez que tenho necessidade de deixar a minha terra. Não tenho medo de sofrimento”. Joaquim Laurentino, de Cachoeira.

**Agricultores:** “Sou perdido pela plantação. Vim a procura de um lugar que chova todo o ano para poder criar e plantar” – a **chuva corrigindo a seca.** João Garcia de Medeiros, de Caraúbas.

**Vaqueiros:** “Vou para a seringa, mas o meu destino é criar gado. A seca matou as minhas reses. Fiquei na miséria. Eu não queria pedir para quem já tinha dado” – **o vaqueiro na emigração por orgulho.** “Eu não dou para viver alugado. Gosto de trabalhar para mim. Quem se freta é navio. Antônio Ribeiro da Mota, de Jaguaribe-Mirim.

**Artistas:** “Sou artista, graças a Deus. Dou valor à minha profissão. Gosto da minha arte. Vim porque me faltou trabalho” – **a arte na classificação do imigrante.** Antônio Caminha Sobrinho, de Fortaleza.

**Brabos:** “O paludismo dá pru mode dessas frutas do mato que têm por aí...”. Antônio Batista de Oliveira, de Aracoiaba.

**Mansos:** Não tenho medo do Amazonas. Sou conhecido como o Pai do Mato”. “O cearense, o paraibano, os sertanejos nortistas, em geral, ali estacionam, cumprindo, sem o saberem, uma das maiores empresas destes tempos. Estão amansando o deserto” – **a reimplantação dos mansos atendendo ao apelo dos seringais.** João Batista, de Pereiro.

**Paroaras:** A gente volta até sem a fala e o jeito do sertão. Se o sujeito leva um guarda-chuva ou um chapéu de palhinha está perdido. Ninguém fala com a gente porque dizem que nós estamos podres de ricos”. “O paroara não se acostuma mais. Podendo voltar, ele volta”, – **o regresso do filho pródigo.** César Barboza de Lima, de Fortaleza.

**Desadaptados:** “Eu só vejo esta terra feia e encharcada. Não arredo meu pé do firme. Quem vive n’água é caboclo ou é peixe. Gosto do pé enxuto. Estou doido prá voltar” – **o terror pânico da água na geografia psicológica do sertão.** Alfredo Constantino, nascido e criado no Crato”.

**Acomodados:** “Para se ganhar dinheiro é preciso muito sacrifício. Eu tive que me domesticar. Quem vive no inferno, se acostuma com os cães” – acomodação em termos de conflito. Francisco Prata, da Serra de Baturité.

**Assimilados:** “Não quero mais saber da seringa. Vou criar galinhas no Solimões” – **ressurreição sertaneja na desilusão e da velhice do imigrante cansado.** Francisco Lopes, de Arraial, Ceará.

**Mulherengos:** “Aqui tem muito cabra-safado-da-pesto pastoreando as muié dos outros” – **a fome do sexo na esteira da sede de aventura.** Manoel Ramos, de Campina Grande.

**Desesperados:** “Se me dessem passagem, voltava mesmo que fosse para morrer no mesmo dia que chegasse. Eu não posso viver sem a minha gente. Prefiro morrer de fome na minha terra” – **o banzo da saudade e da aflição tardia.** Antônia Pereira, da Paraíba.

**Arrependidos:** “Toma cuidado minha filha, que quando a cabeça não pensa, o corpo é que padece” – **geografia do coração “versus” economia de frustração.** Maria Otávia, de João Pessoa.

**Sofredores:** “Sofri tanto que se eu morrer minha alma não terá vergonha se voltar para o Ceará” – **a memória póstuma da fome.** Francisco de Souza, de Crateús.

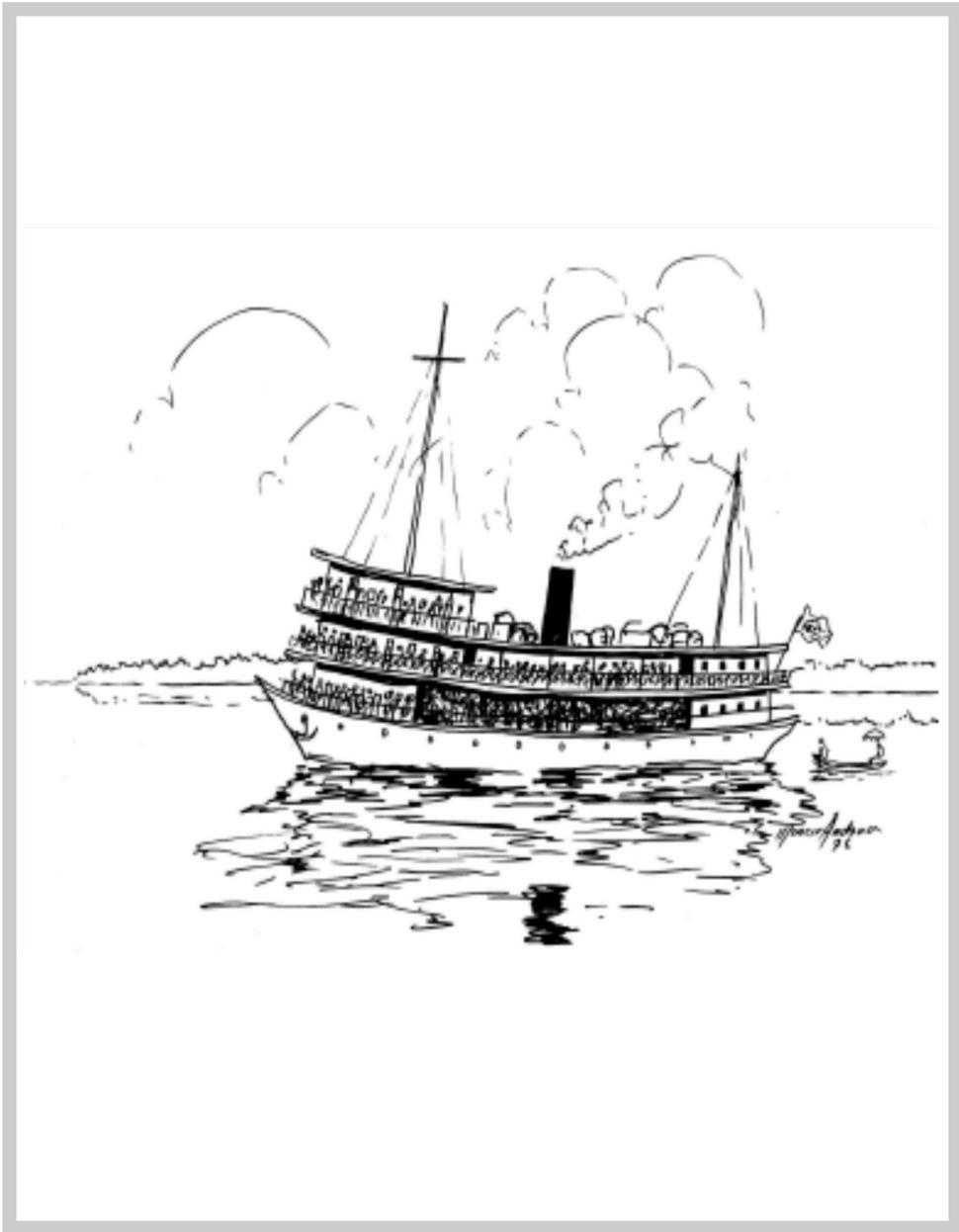
**Magoados:** “Não pretendo voltar tão cedo. A ferida sara, mas a dor fica” – **o látex coagula o sofrimento, mas o “choro” não passa.** Francisco de Almeida, de Fortaleza.

**Obedientes:** “Eu vou seguindo o conselho de meu pai: quanto mais pra cima melhor, vai para o Acre, meu filho” – **os três “F”: o fascínio, a fronteira e a fortuna.** José Pereira, de Lavras.

**Arigós:** Na crônica policial: “Ave de arribação, “anjo-mau”, “santo desordeiro milagroso, valentão e farrista”. Na entrevista: “Eu vim bolar esses mundos – *I am an arigó from Brooklin*” – **psicologia cigana da aventura.** Embarcação José Francisco de Sales, da Bahia.

**Sacrificados:** “Osmundo Andrade de Aquino, residente na cidade de Cariri, município do mesmo nome, Estado do Ceará, agradecerá de coração a quem lhe der notícias de seu pai – Luiz Gonzaga de Aguiar – que, do município de Palma (Ceará), onde residia, tomou o destino para o Amazonas, em 1909, deixando em Palma, sua mulher, Jacinta, e dois filhos, Osmundo e Maria. Luiz Gonzaga de Aguiar esteve no Rio Tarauacá, retirando-se depois não se sabe para onde, e desde então

não se teve mais notícia sua” – **a crônica de um seringueiro desconhecido**, que aparece frequentemente nos jornais da terra.



## 2.7 A diáspora cearense: o exílio amazônico

*“Entregá-los-ei ao desterro em todos os reinos da terra”. (Jeremias 16:14)  
“Um terço dos teus morrerá de peste e se consumirá à fome no meio de ti; outra  
terça parte cairá à espada em torno de ti; e outro terço que restar espalharei a  
todos os ventos...” (Ezequiel 5:12)*

A dispersão do povo nordestino, tangido pela calamidade da seca, constitui o maior drama humano da história social brasileira. De ontem, de hoje e de amanhã

Abro o “Jornal do Brasil”, edição de 29/9/76, e o noticiário informa:

“O Governo do Ceará vai pedir hoje à SUDENE autorização e recursos financeiros para abrir mais frentes de serviços em municípios castigados pela seca. Segundo o Grupo Especial de Socorro às Calamidades, o número de flagelados sem oportunidade de trabalho é calculado em 45.000 homens, mas esse número chegará a 60.000 até o dia 20 de outubro. Quase mil municípios nordestinos – 991 precisamente, sofreram os efeitos da estiagem. O número de trabalhadores alistados nas frentes é superior a 240 mil”.

As perspectivas para o ano 2000 não trazem maior esperança. Leio no tabloide “Nota Urgente”, Ano I, n.º 36, de 20/9/76, outro informe desalentador:

“Até o fim do século, 10% da população nordestina continuará a emigrar, de acordo com um estudo sobre demografia divulgado pelo Departamento de Recursos da SUDENE. O Nordeste continuará como área de “expulsão demográfica”, com uma parcela expressiva de população sendo absorvida por outras áreas. O número de pessoas nascidas no Nordeste vivendo fora da região atingiu, em 1975, a 4 milhões e 384 mil, e se estima que esse número deverá chegar a 9 milhões em 1990”.

Recorro ao meu velho arquivo e lá encontro, no “O Jornal”, de Manaus, edição de 24/1/43, a mesma história:

“FORTALEZA – Tudo leva a crer que a calamidade da seca que assolou esta região no ano passado se repetirá este ano. De toda a parte do sertão chegam constantes apelos para que seja minorada a situação aflitiva do sertanejo que, não tendo colheita no ano passado, está, agora, sem poder plantar, pois não há sinal de inverno. De Senador Pompeu avisam estarem ali acumuladas mais de 2.000 pessoas na mais completa penúria; de Cratéus, zona norte, avisam ser a situação até a mais precária possível, já estando esgotados todos os recursos para socorro aos flagelados”.

Fernando Mibielli de Carvalho, em “População de Imigração”, in: Revista Brasileira de Estatística, ano III, nº 9, relata que, em cinco anos, de 1934 a 1939, entraram em São Paulo um total de 211.858 imigrantes nordestinos, assim distribuídos, segundo a origem:

<i>Alagoas</i>	.....	26.307
<i>Pernambuco</i>	.....	21.976
<i>Sergipe</i>	.....	5.256
<i>Ceará</i>	.....	5.195
<i>R. G. do Norte</i>	.....	1.325
<i>Paraíba</i>	.....	563
<i>Total</i>	.....	211.858

Recorro às minhas anotações de leituras e encontro um trecho do livro **O Ceará – Aspectos Fisiográficos e Antropogeográficos**, de Pompeu Sobrinho, que relata:

“Antes da terrível sêca de 1915, existiam no Ceará 1.600.000 bovinos; depois da sêca, pelo Recenseamento de 1920, foram registrados apenas 563.183. O flagelo climático de 1919 expulsou do Ceará 60.000 almas. A sêca de 1915 desfalcou a sua população em 97.000 pessoas”.

Recuemos um pouco mais no tempo. Artur Dias, no seu trabalho *O Brasil Atual*, informa:

“Em 1900 uma nova sêca açoitou o interior do Estado e de novo o êxodo recomeçou. Durante esse ano embarcaram por conta própria e às expensas dos Governos do Pará e Amazonas 32.062 pessoas, e por conta do governo federal 15.773, num total de 47.835.

Tomaz Pompeu de Souza Brasil no seu livro *O Ceará no Começo do Século XX*, traz o seu depoimento:

“Na grande sêca de 1877, somente no mês de novembro, os retirantes foram 2.931 e em dezembro desse mesmo ano, 83.000. Em 1878 os flagelados atingiram 108.656”.

“Rodolfo Teóphilo, na sua **História da Sêca**, testemunha:

“O Ceará perdeu em 1878, por mortes. 118.927 e, pela imigração, 54.875, ou o total de 173.802 pessoas”.

Podemos recuar um pouco mais no tempo e a história ainda se repete. Baseado em Tomaz Pompeu de Souza Brasil, acima citado, podemos fazer uma contagem regressiva das secas nordestinas: 1900, 1898, 1891, 1888/9, 1877/9, 1845, 1824/5, 1790/4, 1776/7, 1723/4, 1711, 1692...

Enquanto a história do flagelo se repetia no Nordeste, essa grande massa humana de sofredores buscava abrigo nas terras e nos rios da Amazônia. Depois do Êxodo, começava a Diáspora e o Exílio. Euclides da Cunha, em **À Margem da História**, em 1909, assim descreve o drama dos desterrados:

“Quando as grandes sêcas de 1879, 1880, 1889, 1890, 1900, 1901, flamejavam sôbre os sertões adustos, e as cidades do litoral se enchiam em poucas semanas de mais população adventícia de famintos assombrosos, devorados pelas febres e pelas bexigas – a preocupação exclusiva dos poderes públicos consistia em libertá-las o quanto antes daquelas invasões de bárbaros moribundos que infestavam o Brasil. Abarrotavam-se, às carreiras, os vapores, com aqueles fardos agitantes consignados à morte. Mandavam-nos para a Amazônia – vastíssima, despovoada, quase ignota – o que equivalia a expatriá-los dentro da própria pátria. A multidão martirizada, perdidos todos os direitos, rotos os laços da família, que se fraccionava no tumulto dos embarques acelerados, partia para aquelas bandas levando uma carta de prego para o desconhecido; e ia, com os seus famintos, os seus febrentos e variolozos, em condições de malignar e corromper as localidades mais salubres do mundo. Mas, feita a tarefa expurgatória, não se curava mais dele. Cessava a intervenção governamental. Nunca, até os nossos dias, a acompanhou um só fiscal ou um médico. Os banidos levavam a missão dolorosíssima e única de desaparecerem...” (p. 65).

“Onde hão de se estabelecer os imigrantes? “, perguntou A.C. Tavares Bastos, no seu **O Vale do Amazônia**, nos meados do século passado:

“Deve-se aconselhar que procurem não as margens do rio principal, mas os igarapés, as terras altas, a bacia dos lagos interiores, o curso dos afluentes ou dos tributários, onde os terrenos são mais férteis e menos inundados” (p. 377).

Fugindo ao flagelo, começaram assim a percorrer os duros, ásperos e sofridos caminhos da dispersão e da diáspora. Depõe Arthur Reis, na sua **História do Amazonas**:

“Em outubro de 1869 chegou a primeira leva de cearenses. Era de 50 homens. Dirigia-a João Gabriel de Carvalho e Mello, pioneiro ousado, heróico, que se fixava no Baixo Purus, para onde levou os nordestinos, trazidos da Serra de Uruburetama. Em dezembro de 1871, organizada pelo Coronel Antônio Rodrigues Pereira Labre, um audacioso batedor, era a vez da maior leva de maranhenses que também se foram localizar no Baixo Purus, onde hoje é Lábrea (p. 216).

A grande ocupação seria, contudo, e quase toda ela realizada pelo nordestino, pelo cearense, principalmente, quando em 1877 o sertão do Nordeste sofreu a visita da seca que o assolou barbaramente. Espraçando-se pela hinterlândia, êsses cearenses, contractados pelos pioneiros não recuaram a um só embarço. No Juruá e Purus, buscaram-lhe os nascedouros. Em 1883, estavam no Riozinho da Liberdade, afluente do Juruá; ocupavam longo trecho do Aquiry, onde o Comendador Carvalho e Mello penetrara em 1877, antes da seca, com outra leva de imigrantes de Uruburetama, no Ceará. Quatro anos decorridos daquela data, Manoel Urbano, à frente de uma leva, ocupava o lugar conhecido por Santa Rosa, no Alto Purus, hoje fronteira com o Peru (p. 217).

Falando de colonização, em índices expressivos, como consequência dela estavam creadas villas e povoados de avultadas populações; no Madeira, Manicoré e Humaythá; no Purus, Canutama e Lábrea; no Solimões, Manacapuru, Codajás e Fonte Boa; no Branco, Boa Vista; no Baixo Amazonas, Urucará, Urucurituba e Barreirinha; no Juruá, o lugar S. Phelipe, que dois anos após a queda da monarquia teria o título de Villa. No Aquiry, dois povoados tinham augmento, prosperidade sensível: Antimary e Empresa, hoje Floriano Peixoto e Rio Branco (p. 218).

A Província calculara a sua população em mais de cinquenta mil almas. Só do Ceará tinham entrado cerca de cem mil indivíduos, dos quais cinquenta por cento não resistiram[...]" (p. 219).

Cinquenta anos depois desses testemunhos históricos, que assinalam o início da dispersão nordestina ao seu exílio amazônico, a história se repetiria nos episódios da II Batalha da Borracha,

iniciada em 1942, durante a II Grande Guerra. Nessa época, ao preparar a tese **O Cearense na Amazônia**, reuni um vasto documentário que permaneceu inédito até hoje. Dos meus arquivos desse tempo encontrei dois “papiros” que registraram, minuciosamente, duas diásporas: o primeiro documenta a dispersão de uma leva de 4.050 imigrantes, em 1942; e o segundo, um contingente de 3.061 flagelados, com a discriminação detalhada do número de exilados, de um destino, do nome dos “vaticanos” e “gaiolas” que os levaram, e a data do início da dispersão. Esses dois documentos foram fornecidos, à época, pelo Serviço de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA) e pela Superintendência do Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA).

Cumpria-se, assim, a profecia de Ezequiel: “o outro terço que restar, espalharei a todos os ventos”.

## DIÁSPORA I: 1942

*“Assim assentaram o arraial, segundo as suas bandeiras e assim marcharam...”  
(Números 2:34)*

<i>Destino</i>	<i>N.º de imigrantes</i>
<i>Porto Velho – Rio Madeira</i>	985
<i>Rio Branco – Acre</i>	790
<i>Cruzeiro do Sul – Rio Juruá</i>	489
<i>Sena Madureira – Rio Purus</i>	357
<i>Novo Mundo – Rio Juruá</i>	170
<i>Foz do Envira</i>	149
<i>Seringal Guanabara – Rio Purus</i>	71
<i>Vila Amazônia – Parintins</i>	69
<i>Boca do Acre</i>	68
<i>Seringal Liberdade – Rio Juruá</i>	61
<i>Rivaliza</i>	58
<i>Seringal S. Francisco – Brasília</i>	55
<i>Foz do Tarauacá</i>	49
<i>Conceição do Raimundo – Rio Juruá</i>	46
<i>Coari – Rio Solimões</i>	43
<i>Codajás – Rio Solimões</i>	39
<i>S. Luiz do Mamoriá – Rio Purus</i>	39
<i>Manacapuru – Rio Solimões</i>	36
<i>Seringal Humaitá</i>	34
<i>Seringal Califórnia</i>	26
<i>Boca do Ituxi</i>	26
<i>Rio Abunã</i>	24
<i>Foz do Jamari</i>	23
<i>Sobral – Rio Tarauacá</i>	20
<i>Maués – Rio Maués</i>	18
<i>Lusitânia</i>	18
<i>Nazaré do Bóia</i>	18
<i>Bocado Pauini</i>	18
<i>Boca do Catuá</i>	18
<b>TOTAL</b>	<b>4.050</b>

<b>Destino</b>	<b>N.º de imigrantes</b>
<i>Boa Vista do Rio Branco</i>	17
<i>Seabra</i>	16
<i>Seringal do Ayucá</i>	15
<i>Lábrea – Rio Purus</i>	14
<i>Seringal Remanso</i>	13
<i>Rio Arauá</i>	12
<i>Paraná do Ramos</i>	12
<i>Punã</i>	11
<i>Tefé – Rio Solimões</i>	11
<i>Boca do Puré</i>	10
<i>Uarini – Rio Solimões</i>	10
<i>Carauari – Rio Juruá</i>	9
<i>Seringal Manixi – Rio Juruá</i>	9
<i>Boca ao Rio Aripuanã</i>	7
<i>Florian Peixoto</i>	6
<i>Itacoatiara – Rio Amazonas</i>	6
<i>Barcelos – Rio Negro</i>	6
<i>Foz do Mameriá</i>	6
<i>Ajaratuba – Rio Solimões</i>	6
<i>São Paulo de Olivença – Rio Solimões</i>	5
<i>Seringal Supiá</i>	4
<i>Porto Príncipe</i>	3
<i>Camará</i>	3
<i>Seringal São Romão – Rio Juruá</i>	2
<i>Xapuri – Rio Acre</i>	2
<i>Monte Douro – Rio Juruá</i>	2
<i>Boa Fé</i>	2
<i>Humaitá – Rio Madeira</i>	2
<i>Vila Martin</i>	2
<i>Borba – Rio Madeira</i>	2
<i>Bom Jardim</i>	1
<i>Benjamim Constant – Rio Solimões</i>	1
<i>Novo Destino</i>	1
<i>Seringal Quixadá</i>	1
<i>Seringal Degedá – Rio Juruá</i>	1
<i>Seringal Ouro Preto – Rio Juruá</i>	1
<i>Seringal Marapatá</i>	1
<i>Calama</i>	1
<b>TOTAL</b>	<b>4.050</b>

## DIÁSPORA II: 1943

“E os transportados, que vieram do cativoiro...” (Esdras 8:35)

<b>Nomes das “Gaiolas”, “Vaticanos” e motores de linha</b>	<b>Data da saída</b>	<b>Destino</b>	<b>N.º de imigrantes</b>
<b>TOTAL</b>			<b>4.050</b>

<i>Nomes das "Gaiolas", "Vaticanos" e motores de linha</i>	<i>Data da saída</i>	<i>Destino</i>	<i>N.º de imigrantes</i>
<i>Manauense</i>	<i>26.4.43</i>	<i>Seringal São Domingos</i>	<i>29</i>
<i>Manauense</i>	<i>26.4.43</i>	<i>Seringal Santa Fé</i>	<i>12</i>
<i>Manauense</i>	<i>26.4.43</i>	<i>Seringal Sucundury</i>	<i>9</i>
<i>Manauense</i>	<i>26.4.43</i>	<i>Seringal Santa Maria</i>	<i>1</i>
<i>Ítala</i>	<i>11.5.43</i>	<i>Seringal Domay</i>	<i>18</i>
<i>Manauense</i>	<i>15.5.43</i>	<i>Seringal Realeza</i>	<i>2</i>
<i>Manauense</i>	<i>15.5.43</i>	<i>Seringal Inauini</i>	<i>9</i>
<i>Madeira-Mamoré</i>	<i>26.5.43</i>	<i>Seringal Santa Cora</i>	<i>50</i>
<i>Índio do Brasil</i>	<i>29.5.43</i>	<i>Seringal Monte Lígia</i>	<i>49</i>
<i>Sapucaia</i>	<i>10.6.43</i>	<i>Seringal Calama</i>	<i>30</i>
<i>Aimoré</i>	<i>14.6.43</i>	<i>Seringal Matrinchões</i>	<i>50</i>
<i>Aimoré</i>	<i>14.6.43</i>	<i>Seringal Água Preta</i>	<i>50</i>
<i>Manauense</i>	<i>12.7.43</i>	<i>Seringal Inauini</i>	<i>10</i>
<i>Manauense</i>	<i>12.7.43</i>	<i>Seringal Furo do Vieira</i>	<i>30</i>
<i>Manauense</i>	<i>12.7.43</i>	<i>Seringal Arimã</i>	<i>15</i>
<i>Jansen de Melo</i>	<i>2.8.43</i>	<i>Seringal Umaici</i>	<i>10</i>
<i>Aimoré</i>	<i>13.8.43</i>	<i>Seringal Boa Vista Passé</i>	<i>31</i>
<i>Aimoré</i>	<i>13.8.43</i>	<i>Seringal Belém</i>	<i>15</i>
<i>Ajudante</i>	<i>13.8.43</i>	<i>Seringal Foz do Jandiá</i>	<i>21</i>
<i>Ajudante</i>	<i>13.8.43</i>	<i>Seringal Ayucá</i>	<i>33</i>
<i>Índio do Brasil</i>	<i>25.8.43</i>	<i>Seringais Diversos</i>	<i>25</i>
<i>Simão Bitar</i>	<i>11.5.43</i>	<i>Governo do Acre</i>	<i>180</i>
<i>Manauense</i>	<i>15.5.43</i>	<i>Governo do Acre</i>	<i>55</i>
<i>Magalhães Barata</i>	<i>18.5.43</i>	<i>Est. Ferro Madeira-Mamoré</i>	<i>150</i>
<i>Sapucaia</i>	<i>10.6.43</i>	<i>Serviço Esp. de Saúde Pública</i>	<i>50</i>
<i>Aimoré</i>	<i>12.7.43</i>	<i>Est. Madeira-Mamoré</i>	<i>200</i>
<i>Motor...</i>	<i>23.7.43</i>	<i>Col. Agrícola Amazonas</i>	<i>110</i>
<i>Jansen de Melo</i>	<i>2.8.43</i>	<i>Est. Madeira-Mamoré</i>	<i>100</i>
<i>Parintins</i>	<i>23.8.43</i>	<i>Est. Madeira-Mamoré</i>	<i>50</i>
<i>Rio Curuçá</i>	<i>31.8.43</i>	<i>Est. Madeira-Mamoré</i>	<i>100</i>
<i>Comt. Ripper</i>	<i>27.8.43</i>	<i>Tapanã</i>	<i>10</i>
		<i>Mortos</i>	<i>4</i>
		<i>Desligados</i>	<i>350</i>
<b>TOTAL</b>			<b>4.050</b>



## 2.8 Cativo na Babilônia: A fala de um escravo branco

*“Ao povo da terra oprimem gravemente, e andam fazendo roubo, e fazem violência ao aflito, e ao peregrino oprimem sem razão”. (Ezequiel 22:29) “... vem o fim, o fim vem, despertou-se contra ti, eis que vem. Vem a manhã a ti, o habitador da terra. Vem o tempo, chegado é o dia da turbação e não há eco nos montes...” (Ezequiel 7:6, 7)*  
*“... e entre eles um homem vestido de linho com um tinteiro de escrivão à sua cinta...” (Ezequiel 9:9)*

O processo da servidão seringueira foi magistralmente descrito por Euclides da Cunha, em sua *À Margem da História*, como testemunha que foi da Idade Média dos Seringais no apogeu da I Batalha da Borracha, na primeira década deste século. Disse ele:

“O seringueiro é um homem que trabalha para escravizar-se... No próprio dia em que parte do Ceará, o seringueiro principia a dever: deve a passagem de proa até o Pará (35\$000), e o dinheiro que recebeu para preparar-se (150\$000). Depois vem a importância do transporte, num “gaiola” qualquer de Belém ao barracão longínquo a que se destina, e que é na média de 150\$000. Aditem-se cerca de 800\$000 para os seguintes utensílios invariáveis: um boião de furo, uma bacia, mil tigelinhas, uma machadinha de ferro, um machado, um terçado, um “rifle” (carabina Winchester) e duzentas balas, dous pratos, duas colheres, duas xícaras, duas panelas, uma cafeteira, dous carretéis de linha e um agulheiro. Nada mais. Aí temos o nosso homem no “barracão” senhorial, antes de seguir para a barraca, no centro, que o patrão lhe designará. Ainda é um “brabo”, isto é, ainda não aprendeu o “corte da madeira” e já deve 1:135\$000. Segue para o posto, solitário encaçado de um comboio levando-lhe a bagagem e víveres, rigorosamente marcados, que lhe bastem para três meses: 3 “paneiros” de farinha de água, 1 saco de feijão, outro, pequeno, de sal, 20 quilos de arroz, 30 de charque, 21 de café, 30 de açúcar, 6 latas de banha, 8 libras de fumo e 20 gramas de quinino. Tudo isto lhe custa cerca de 750\$000. Ainda não deu um talho de machadinha, ainda é o “brabo” canhestro, de quem chasqueia o “manso” experimentado, e já tem o compromisso sério de 2:090\$000”.

Este era o inventário e esta era a **versão contábil** do início do processo de endividamento e da servidão, dada por Euclides da Cunha. Arthur Reis, o grande historiador amazônico, no seu livro **O Seringal e o Seringueiro**, Rio, 1953, às pp. 94, dá a Este era o inventário e esta era a versão contábil do início do processo de endividamento e da servidão, dada por Euclides da Cunha. Arthur Reis, o grande historiador amazônico, no seu livro *O Seringal e o Seringueiro*, Rio, 1953, às pp. 94, dá a **versão mercantil** e a técnica comercial nas relações Barracão-Tapiri: e a **técnica comercial** nas relações Barracão-Tapiri:

“No barracão da gerência ou do armazém central, faz-se a escrita. Por partidas simples, na generalidade, ou partidas dobradas, o que é a exceção. Todas as despesas dos seringais são devidamente registradas. As mercadorias que lhes são enviadas, como a borracha que produzem e entregam, recebem a conveniente inscrição nos livros próprios. Tiram-se-lhes, mensalmente, as contas, que lhes são remetidas para que se cientifiquem de como se encontram: devedores ou credores.

Se a localização do seringueiro é muito distante do barracão central, as contas são tiradas trimestralmente, pois só então é que se lhe faz o abastecimento normal. Finda a “safra”, o seringueiro, vindo à sede do seringal, confere as contas, que o guarda-livros lhe apresenta. Verifica, a essa altura, se deve ter saldo a receber. Ora, acontece que os

seringueiros, homens rudes, na sua imensa maioria, são analfabetos. Estão, assim, sujeitos à honestidade ou não dos que lhes são devedores ou credores. A escrita dos seringais, onde deverão encontrar averbado o produto de todo o trabalho a que se entregaram no seio da floresta, será exata? Os que por eles podem lê-la, falarão a verdade?”.

Os fatos acima registrados por Euclides da Cunha e Arthur Reis têm, também, a sua versão folclórica, que passamos, em seguida, a narrar.

No fundo da história estão os arquivos. No baú dos arquivos, os documentos. Entre os documentos, uma longa carta manuscrita de um seringueiro cearense, datada de 9 de fevereiro de 1932, endereçada aos srs. Coutinho Aníbal & Cia., da foz do Jurupari, Rio Envira<sup>82</sup>, denunciando o seu gerente do Seringal Araçá, “depósito” de Atalaia.

Um documento autêntico que vai entrar na estória desse romancero como testemunho de um seringueiro que sabia escrever, e que no seu linguajar folclórico, pitoresco e revoltado, conta a injustiça e a servidão de que foi vítima nos tempos de outrora:

“Fala um Escravo branco victima de um curiozo blefe passado caprichosamente por dois famigerados João Arthur de Paiva e Manoel Baptista Maia, aquelle gerente do seringal Araçá deposito<sup>83</sup> de Atalaia no Rio Jurupary, cujo seringal de propriedade dos Senhores Coutinho Annibal & Comp. este aviado e interessado aos negócios do mesmo deposito. Aqui dou os apontamentos mais ou menos dos negócios que os trazesueiros e Amigos do alheio fizeram com migo durante cinco annos que ali permanecy, chegando eu ali no fim do inverno de 1926, João Arthur propois-me o seguinte, que eu acceitasse uma parêa<sup>84</sup> de Estrada na collocação Extrema que por dois annos eu não pagava renda e me fornecia mercadorias com 60% soubre fatura, depois de combinado isso elle já estava com o plano formado e me disse o seguinte, Manoel Baptista é minha segunda pessoa e vai a meu mandado para a Extrema, impicar<sup>85</sup> as estradas e collocar mais uns dois ou trez fregueses... porque a collocação é muito boa, e esse seringal foi adquirido atôa, a casa não tem documentos legal e o meu chefe recommenda que eu aproveite as collocações melhores, e Manoel Baptista fica lá representa meu aviado, porem, todos negocios por conta e risco do deposito, e para ali fui e fiz meu tapiry<sup>86</sup> e tratei de limpar as estradas no fim do mez de Junho estavam promptas quando recebi o primeiro talão com 388:250 tudo por preços nunca visto, após recebi a conta corrente, além da importância do talão e 89:600 de minhas despesas da Foz do Embira a Foz do Jurupary de Rs. 239:250 dizendo ser despesas da Extrema como se eu fosse dono, gerente, aviado ou socio para me comprometer com reabrimento de Collocação, fiz logo seria reclamação e então elle me disse que o abatimento fazia no fim do anno nas mercadorias e os 239:500 tinha sido engano, imdiatamente levou a meu crédito porem em um borrador chamado por elle caderneta particular, adiantando que ali eu fisesse de conta que tinha depositado a rifirida importancia no Banco do Brasil, que seria discriminado em minha ultima conta por ocasião de minha ritirada, pensando eu que fosse verdade fiquei satisfeito. Nesta occazião entrego a este curiozo um chapeo de palha, o uso que fiz foi comprar elle aqui em Belém e levar dentro de minha mala, que vendesse por o que pudesse, passado um pouco mais de um mez recebo um belhete de João Arthur dizendo-me que tinha vendido o dito chapeo a um freguez do Seringal vizinho, e que só apurou 25:000 vinte cinco mil reis e que estava no Banco ora muito bem vamos adiante ficou Manoel Baptista recebendo todos os mezes aviação remetida pelo deposito, e ali fazia a venda p.<sup>a</sup> mim mais dois companheiros roubando discaradamente, e na relação que elle fornecia ao deposito p.<sup>a</sup> ser extrahido o talão, rarissimo era as que não ia um aumento, eu reclamava exstentimente sempre fui atendido da forma acima exposto. Tendo eu comprado com o meu companheiro uma Bacia que foi debitado 35:000 p.<sup>a</sup> cada, e este retirouse me vendendo a parte que lhe pertencia por 30:000 e dei ordem ao tal aviado p.<sup>a</sup> pagar a rifirida imp.cia de 30:000 ao Sr. Francisco Lima, e mais 300:000 que o mesmo tinha me emprestado como está de fato debitado as duas importancias em 1 das contas assignadas por Manoel Baptista e assim que o meu companheiro sahiu o ordinário me debitou a mesma Bacia por 60:000 dizendo que pensava a ter ficado p.<sup>a</sup> a caza, veja os enganos só é a favor da caza, ora muito bem, marcha os 60:000 p.<sup>a</sup> o Banco.

Vendi p.<sup>a</sup> Manoel Baptista 2 casaes de chcaras, 2 tigellas, 1 balde e 1 espetador tudo levado daqui de Belém por 55:000 que só o relógio lá custa um 70 e 80:000 vindi mais 1 livro Magnetismo Pessoal por 10:000, entre tudo p.<sup>a</sup> o Banco. Os dois gatunos planiaram abrir um varador de barro da collocação Macapá a Extrema, então marcaram um ordenado de 10:000 por dia a nossa custa, assim foi mais 11 dias de trabalho p.<sup>a</sup> o Banco, de formas que a 11 de Dezembro de 1927 disconfeei que o Banco era da **gatunagem** e não do Brasil, tentei arretirar-me e vim ao deposito tratar dos negocios. Com o tal gerente, socio ou chefe do tal M. Baptista, ali acertamos tudo na seguinte forma, tendo eu na ocasião os productos seguintes...

ficando eu trabalhando constantemente no barracão do depósito, até que se approachimasse o fim de Março quando se deu uma vaga na collocação Afluente e o tal João Arthur veio de novo dizendo-me o seguinte que eu me collocace no Afluente que me fazia diferença nos preços das mercadorias, e qualquer tempo que eu quizesse baixar tinha as passagens garantidas pela caza, eu na esperança de baixar com mais alguma cousa acceitei a **falsa** proposta, o que succedeu foi o seguinte tirei ainda trez verão, no primeiro entrou ainda p.<sup>a</sup> o Banco 12 couros de viados, e 20 kilos de sernamby. em 29 entrou ainda p.<sup>a</sup> o referido Banco 10 couros de porcos e finalmente o pretenciozo assentou melhor me botar fora do Seringal como provo e então nesta ocasião entrou ligeiramente p.<sup>a</sup> o Banco mais 6 couros de viados e 4 de porcos os quais entreguei em S. Paulo, entrou mais 27 kilos de sernamby e parte do meu utensilio e o que saio a meu favor foi quinhentos e tantos milreis de mercadorias, em pouco mais de um mez, e as mais duras em prestações, como pode ser isso? eu gastei em 8 mezes incompletos quinhentos poucos milreis de mercadorias e a mesma importancia e o discarado levou a meu débito sem mencionar objectos e utensilios que me debitaram por quaze um conto de reis, em minha ausência levaram cujo utensilio a meu credito por 35:000 custo de um cento de tigelinha pois tenho com que prove.

Nas emformações apresentadas pela firma Coutinho Annibal & Comp. contra a minha umilde pessoa, afirmo que só tem de verdade o assumpto, se eu defato tivesse apresentado qualquer reclamação ou queixa seria criminoso e severamente executado porque o seringueiro com mil verdades, o relaxado do patrão com uma só mentira entende de ganhar, e por isso me retirei calado, o mais tudo quanto diz no relamborio, com a presençia de minhas contas correntes e de venda, e os talões que tenho todos pode se justificar que é mentira, jamais o assumpto de eu ter sido sócio de Manoel Baptista ora isto é ridículo, pensa elles que eu não tenho documento bonito p.<sup>a</sup> esses homens que querem ser e defato são pode rosos mas se confio em João Arthur e Manoel Baptista dois endividuos sem consciência, de fato os mais falsos e ordinários que já vi, de de baixo do sol Brasileiro porque falando eu com esse traidor a respeito de bibidas lhe perguntei qual era o motivo de debitarem aos freguezes um litro de mel em lugar de um litro de cachaça me disse elle que não era Mané de Viola, annos que ali fazia sua defesa em deversos artigos sem pagar empostos é que vindia cachaça sem sellos a tempos porém agora não ocultava mais porque o seu Comp.e Saboya é quem mandava ali em tudo, e na cidade de Siabra elle arranjava tudo, e eu acredito porque nos meus talões tem cachaça. Uma de Manoel Baptista, 1 em Março próximo passado quando veio a Foz buscar uns artigos p.<sup>a</sup> o seu camarada João Arthur de volta passou em minha barraca me disse que eu não inlugiasse mais os revoltosos sobre pena de me botarem fora do Seringal porque o Cel. Saboya era inteiramente contra, que os revolucionários tinham derribado os governos com ambição para tumarem conta dos cofres públicos, e que agora cada um tirava o seu, e terminou dizendo que os revolucionários 95% eram ladrões. Outra de João Arthur, quando o navio Jurupary chegou que elle veio ao encontro e o mesmo na Foz do Araçá, quando de volta chegou no barracão de sua residência ali eu estava, e elle me comprementou e rompeu dizendo que eu aplaudia os revolucionários porém o Sr. Cel. Annibal p.<sup>a</sup> elle tinha feito as mais péssimas referencias desses homens e que o Paiz estava em puder de homens sem competência, que desse por visto um bando de crianças que tudo inventavam e nada conseguiam, pelo menos aqui em Belém, tinham um governo desastrado e violento, e que o Pará estava empitição de miseria, completamente calamitozo depois do triumpho da revolução, então eu respondi o seguinte que os revolucionários só faltavam cumprirem uma missão, era debandarem os ladrões dos seringais pelos interiores do Amazonas e foi este o motivo porque fui botado fora do tal Seringal, então um ordinario deste tem capacidade? portanto senhores fiquem uma vez por todas sabendo que com o meu saldo elles não ficam pois tenho como norma desde de meus principios, a não me fazer Amigo do Alheio, nem tão pouco sou mintirozo, e se por uma circunstancia qualquer for obrigado a seguir neste caminho já não é estranho porque ultimamente convivi em um meio onde existe o Reis dos mintirozos, o Emperador dos Ladrões, e o Senhor dos Carados, da riso, digo direi e tenho com que prove, perante altas Autoridades.

Devo dizer mais que do assumpto a cima expor venho umildemente pedir licença e

offerecer como presente ao Illustre e digno Sr. Cel. Annibal para que esse cidadão tome as devidas providencias oisa a justiça no cazo e fique ciente que tem ladrão em caza. Ficando eu com uma copia do mesmo teor para apresentar a uma certa autoridade se preciso for.  
9/2/1932  
Pará – Belém

## No final: a tragédia

*“ Vem o fim, o fim vem, despertou-se contra ti, eis que vem”. (Ezequiel 7:6)*

A carta desse seringueiro cearense, expulso do seringal sem o pagamento do seu saldo, vítima do arbítrio e da prepotência, escrita no seu linguajar ingênuo e autêntico, provavelmente não obteve resposta e foi para o baú do arquivo.

Porém, esta estória teve um fim, um trágico fim que me foi contado por Antônio Levy Rabelo, diretor de Coutinho Anibal & Cia., proprietário do Seringal Jurupari, no Rio Envira. A tragédia verificou-se muitos anos depois, mas aconteceu. Os seringueiros revoltados contra o gerente João Arthur de Paiva e mancomunados com jagunços a serviço de outros coronéis, por questões de terra, armaram uma emboscada contra ele, no seringal Atalaia, no igarapé Araçá. À noite, os seringueiros e jagunços serraram uma ponte mata-burro sobre o referido igarapé e ficaram de tocaia, esperando a sua passagem e de seus amigos. De manhã, quando a sua tropa foi atravessar a ponte, esta ruiu, e os seringueiros massacraram João Arthur e todos os seus acompanhantes.

Alguns dos seringueiros que participaram da emboscada foram mortos também e outros responderam processo e foram parar na Penitenciária do Rio Branco.

Desde aquele trágico dia, o referido igarapé mudou de nome. Para uns, passou a chamar-se **Igarapé da Traição**, para outros **Igarapé das Mortes**: a repetição do velho conflito medieval entre o **senhorio do Barracão e o escravo branco do tapiri**, conforme o “relambório” contado por esse seringueiro cearense, na sua carta datada de 9 de fevereiro de 1932.

---

<sup>82</sup> Esta carta, amarelecida pelo tempo, pertence aos arquivos do Seringal Juruipari e me foi entregue, com permissão para ser publicada, pelo meu amigo Antônio Levy Rabelo, jovem empresário amazonense, que juntamente com Juarez Levy Rabelo, seu irmão, continua a luta do seu velho pai, Coronel de Barranco José Gurgel Rabelo, que foi comboieiro, senador, capataz, gerente de depósito e seringalista, nos rios Jurupari, Envira e Tarauacá, sucessor de uma das mais antigas firmas seringalistas do Acre, a centenária organização Coutinho Anibal & Cia. Dado a seu valor histórico e para maior autenticidade, respeitamos integralmente a sua grafia e linguagem.- [voltar](#)

<sup>83</sup> No jargão seringalês, “depósito” era chamado o armazém que recebia a borracha e entregava as mercadorias para os seringueiros; onde o gerente fazia a escrita, tirava os talões e as contas dos fregueses e aviados. O “Barracão” era a casa do Coronel Seringalista, onde vivia com a sua família.- [voltar](#)

<sup>84</sup> “Parêa” parece ser uma corrupção de parelha.- [voltar](#)

<sup>85</sup> Impicar as estradas significa abrir as “estradas de forma a colocar as seringueiras em pique, ou abrir picadas na selva para localizar as árvores. Cada estrada tinha uma média de 150 seringueiras;- [voltar](#)

<sup>86</sup> “Tapiri” é a barraca do seringueiro.- [voltar](#)

Fala um Escrivo branco, vítima de...  
 um equivoço de se passou sabrechozamente por  
 dois farrigueiros, João e Artur de Sá e  
 Manoel Baptista. Mas, aquelle gente  
 do sringal Aracá de puito de Atalajia no  
 Rio Mungary, fuzo sringal de propriedade  
 dos senhores Cabeteiro e Amibal. E tem p-  
 este arredo e sustentado dos negocios de mesmo  
 de puito. Aqui deu se a parteamentos mais  
 a menos dos negocios que os tractos e  
 amigos do alreio fizeram com omeio. E por isto  
 tanto anno que ali permanecy, chegando eu  
 ali no fim de outubro de 1786, e João e Artur  
 propoz-me e siguinte, que eu accitasse uma  
 parte de Estrella no Collocação Cabrona que  
 por dois annos eu não pagava 'renda', e me form-  
 ta a madaonia com 10% sobre 'fatura', depois de  
 combinado isto elle já estava com o plano formado  
 e me deu a siguinte, Manoel Baptista e minha  
 siguinte puido e dei a omme mandado para  
 a Estrella inspicar as estradas e lollode mais  
 um dia ou tres frequences porque a collocação  
 é muito boa, e esse sringal foi adquirido  
 ali, a pite não tem de benfentos legal e o  
 meu chefe recommenda que eu captu-  
 te as melhores, e Manoel Baptista  
 me representa meu a pite por isto, e para ali  
 me a pite e tratel de lollode, e para ali  
 pade, no fim de novembro de 1786, e para ali  
 quando recebi o primeiro talão com 388:250  
 tudo por preços munda pite, e por recebi a conta  
 com a ali da im portancia de talão e 87.600





## 2.9 Seringais, sítios e fazendas: um estudo de toponímia messiânica

*“Ele revela o profundo e o escondido”. (Daniel 2:22)*

Na linguagem semiótica dos estruturalistas, os nomes dados às pessoas, às coisas, às plantas, aos animais, aos rios, aos lugares onde se vive e trabalha tem um profundo valor simbólico e sinalético. A marca, o rótulo, a etiqueta, o letreiro, o nome, o prenome, o sobrenome, o agnome, o cognome, todos eles constituem sinais e símbolos psicossociais que refletem os estados d'alma, individual e coletiva, e os mais diversos sentimentos e situações do ser humano. Sinais, símbolos e nomes que expressam valores e possuem significação denotativa e conotativa. Por isso, a semiótica estruturalista considera não apenas a origem semântica dos nomes (significação etimológica) mas, também, as suas relações sintáticas (relações com os outros nomes), sigmáticas (ligação entre o sinal e o assinalado) e pragáticas (relacionamento do sinal com o seu emissor e receptor).

Deste modo, um estudo da toponímia da empresa seringueira e rural na Amazônia poderia ser uma importante contribuição no campo da sociologia e da geografia da paisagem e da ocupação humana regional, porque reflete as esperanças, o sofrimento, o sucesso, a fortuna e o desespero do imigrante que aqui chegou e do próprio nativo, com toda a sua carga anímica, os valores de sua cultura, as raízes de sua ancestralidade, a memória de seu passado e a expectativa de seu futuro.

Foi o que procuramos fazer nos idos de 1944, quando estávamos envolvidos na pesquisa do imigrante cearense, o que nos levou a realizar, logo após, por extensão, um estudo sobre os seringais amazônicos. Naquela altura, tivemos a feliz oportunidade de encontrar uma documentação extremamente valiosa, publicada no Rio de Janeiro, no ano de 1923 – “Relação dos Proprietários dos Estabelecimentos Rurais Recenseados no Amazonas e Acre”, uma separata editada pelo Recenseamento do Brasil, realizado em primeiro de setembro de mil novecentos e vinte, a qual contém os nomes dos proprietários e dos seringais, sítios, fazendas e barracões, totalizando 6.116 estabelecimentos rurais, sendo 4.946 localizados no Amazonas e 1.170 no Acre.

O recenseador foi extremamente paciente e meticuloso, o que nos permitiu completar a pesquisa estatística, agrupando os nomes dessas empresas em cinco categorias toponímicas. Esse trabalho permaneceu inédito nos meus arquivos, revelando-o agora, aqui, com o objetivo de fixar, neste romanceiro, o estado emocional e psicossocial do imigrante nordestino, eis que a maioria dos estabelecimentos recenseados eram de seringais espalhados em toda a Amazônia Ocidental. Ele bem que pode revelar a personalidade e a identidade dos tipos humanos que aqui chegaram e que, através de um longo processo de ocupação e posse, conseguiram subir na escala social e econômica, percorrendo o longo caminho de adaptação e assimilação: **flagelado, retirante, brabo, barrigudo, manso, mateiro, seringalista**, até chegar ao ápice de sua carreira: **Coronel de Barranco**.

As cinco categorias relacionadas, foram agrupadas segundo a Toponímia Messiânica da Salvação, do Sucesso e da Fortuna, da Misericórdia e do Desespero, da Paisagem e do Chão, da Lembrança e da Saudade. Os topônimos mais frequentes em cada um desses grupos foram, respectivamente, Salvador, Boa Esperança, Bom Futuro, Paraíso e Nova Vida; Independência,

Perseverança, Vitória e Triunfo; Soledade, Amparo, Piedade e Saudade; Boa Vista, Vista Alegre, Floresta e Bela Vista; Fortaleza, Nova Olinda, Iracema e Oriente. Vale notar que o primeiro grupo, da Toponímia Messiânica, sobrepujou os demais, com uma frequência de 655 estabelecimentos classificados, justificando, assim a titulação folclórica deste ensaio.

## 1. TOPONÍMIA MESSIÂNICA DA SALVAÇÃO

*“E ali haverá uma vereda e um caminho que se chamará o caminho da salvação”. (Isaias 35:8)*

SALVADOR	117	NOVA SORTE	7
BOA ESPERANÇA	84	BOM DESTINO	7
BOM FUTURO	68	MARAVILHA	6
PARAÍSO	44	NOVA FÉ	5
NOVA VIDA	31	FELICIDADE	5
LIVRAMENTO	27	TERRA NOVA	4
NOVA ESPERANÇA	25	ENCONTRO	4
ESPERANÇA	22	EL-DORADO	3
BOM INTENTO	18	CANAAN	3
SANTA FÉ	16	JERUSALÉM	3
BOA FÉ	16	FÉ EM DEUS	3
NOVO DESTINO	14	TERRA SANTA	2
PROVIDÊNCIA	13	PROVIDÊNCIA	2
BOM SOCORRO	12	TALISMÃ	2
ALIANÇA	12	NOVO MUNDO	2
ALEGRIA	10	CÉU ABERTO	2
REDENÇÃO	10	PROMISSÃO	1
SOSSEGO	9	SALVA VIDA	1
MORADA NOVA	8	RENASCENÇA	1
SALVAÇÃO	8	MILAGRE	1
RESTAURAÇÃO	8	REFÚGIO	1
LIBERDADE	8	ESPERANÇA EM DEUS	1
NOVA AURORA	8	BEM AVENTURADO	1
<b>TOTAL .....</b>		<b>655</b>	

## 2. TOPONÍMIA DO SUCESSO E DA FORTUNA

*“Ó vós, todos os que tendes sede, vinde às águas, e os que não tendes dinheiro, vinde comprai e comei; sim vinde, pois comprai sem dinheiro e sem preço...”*

(Isaias. 55:1)

INDEPENDÊNCIA	20	FIRMEZA	3
PERSEVERANÇA	16	VENCEDOR	3

VITORIA	12	VALE QUEM TEM	2
TRIUNFO	8	PÃO	2
NOVO PROGRESSO	7	NOVA EXPERIÊNCIA	2
NOVA INVEJA	7	OURO NEGRO	1
BOM SUCESSO	6	CONQUISTA	1
CALIFÓRNIA	5	RECOMPENSA	1
BOA FORTUNA	4	BONANÇA	1
<b>TOTAL ..... 110</b>			

### 3. TOPONÍMIA DA MISERICÓRDIA E DO DESESPERO

*“Os dias de aflição se apoderaram de mim” (30:16)*

*“Pereça o dia em que nasci” (3:3)*

*“Nu saí do ventre de minha mãe, e nu tomarei para lá” (1:22) – Do livro de JOB.*

SOLEDADE	8	IRA	1
AMPARO	8	OCO DO MUNDO	1
PIEIDADE	6	ILUSÃO	1
SAUDADE	5	TOMA JEITO	1
DESTERRO	4	DESILUSÃO	1
CONSOLAÇÃO	4	ESCONDIDO	1
SEPARAÇÃO	4	LEMBRANÇA	1
MATA FOME	3	RECORDAÇÃO	1
ENJEITADO	3	DESENGANO	1
CÁ TE ESPERO	3	CANTO ESCURO	1
PACIÊNCIA	3	VAI QUEM QUER	1
VAI-E-VEM	2	VALHA-ME DEUS	1
QUEM DIRIA	2	AFOGADOS	1
ARREPENDIDO	2	NOVA CRUZ	1
PORVIR VELHO	1	REFÚGIO	1
RESIGNAÇÃO	1	EXÍLIO	1
REVOLTA	1	PERDIDO	1
DEUS ME DÊ	1	SILÊNCIO	1
BAGAÇO	1	SOCORRO	1
<b>TOTAL ..... 81</b>			

### 4. TOPONÍMIA DA PAISAGEM E DO CHÃO

*“Formoso de sítio e alegria de toda a terra...” (Salmos de David 48:2)*

BOA VISTA	123	BELO HORIZONTE	17
VISTA ALEGRE	70	REMANSO	8
FLORESTA	35	BOM RETIRO	4

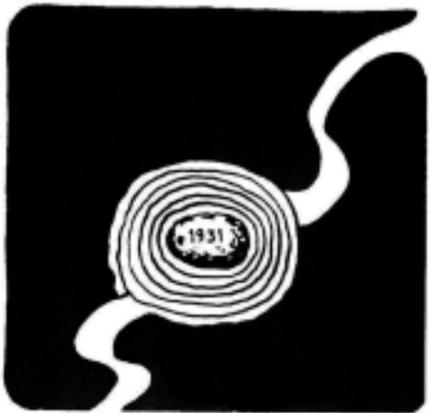
BELA VISTA	26	VARRE VENTO	2
PRIMAVERA	23	NOVO HORIZONTE	2
<b>TOTAL ..... 310</b>			

## 5. TOPONÍMIA DA LEMBRANÇA E DA SAUDADE

*“Chorai abundantemente aquele que sai, porque nunca mais tornará, nem verá a terra onde nasceu” (Jeremias, 22:10)*

FORTALEZA	31	SERTÃO	1
NOVA OLINDA	20	MASSAPÉ	1
IRACEMA	19	IRACEMA	19
ORIENTE	10	ORIENTE	10
PARIS	4	NOVO SANTARÉM	1
OLINDA	4	IPU	1
CEARÁ	3	PALESTINA	1
QUIXADÁ	3	URUBURETAMA	1
PARAÍBA	2	RUSSAS	1
BELÉM	2	CEARÁ MIRIM	1
PAJEHU DE FLORES	2	SANTA QUITÉRIA	1
WATERLOO	2		
<b>TOTAL ..... 140</b>			





*Handwritten signature or mark.*

## 2.10 Tempo de vacas magras: um manifesto dos coronéis de barranco

*“Disse o Faraó: Eu tive uns sonhos e não há quem os decifre... (41:16)... Parecia-me estar sobre a ribanceira do rio... (41:17) E que subiam do rio sete vacas formosas e gordas... (41:18) E ao mesmo tempo seguiam a estas outras sete vacas muito feias à vista e magras de carne que nunca vi tais na terra... (47:19) Tive segundo sonho: Sete espigas subiam da mesma cana mui gordas e formosas (47:22) E eis que outras sete espigas secas miúdas e queimadas do vento oriental brotavam de outra cana... (47:23) Respondeu José: “O sonho do rei não é mais que um... (47:25) As sete vacas formosas e as sete espigas grandes denotam sete anos de abundância... (47:26) E as sete vacas magras e macilentas que subiram do rio após as primeiras, e as sete espigas delgadas e açoitadas do vento oriental denotam sete anos de fome que está para vir (41:27) Começaram a vir os sete anos de penúria... e em todo o orbe se experimentou fome... (41:54)*

(Gênesis 41:16, 17, 18, 19, 22, 23, 25, 26, 27, 54).

O **vento oriental**, que partiu dos seringais de plantação da Malásia, destruiu os tempos das vacas gordas e das espigas formosas, e passou a açoiar a Amazônia com fome e a pobreza, como estava escrito, pois ninguém seguiu o conselho de José para plantar, produzir e guardar.

No passado bem recuado e distante, na década dos anos 10, a abundância e a imprevidência; na década dos anos 20 e 30, a penúria e a depressão; e, no futuro, a incerteza e a dúvida.

Como vaga recordação dos áureos tempos, que os velhos ainda se recordam com saudade e lamento, abro de surpresa e por acaso um velho jornal, “Cruzeiro do Sul”, n.º 164, Ano VI, datado de 25 de junho de 1911, impresso e publicado na cidade de Cruzeiro do Sul, no Alto Juruá – o primeiro periódico do então Território do Acre – e nele vejo e revejo a euforia do “boom” nos preços e nos reclames. Seria fácil garimpar semelhante história no “Jornal do Comércio”, de Manaus, ou na “Folha do Norte”, de Belém, mas preferi, nesta memória do tempo que se foi, encontrar o testemunho “rio arriba”, no “vira mundo” do desconhecido, na fronteira do sudoeste, nas cabeceiras e no coração do “orbe et urbe” da seringueira: Cruzeiro do Sul. E lá está:

## COTAÇÕES DA BORRACHA EM MANAUS EM 15 DE MAIO DE 1911

<b>O PREÇO:</b>	<i>Fina .....</i>	<i>Kilo .....</i>	<i>5\$700</i>
	<i>Entrefina .....</i>	<i>Kilo .....</i>	<i>4\$900</i>
	<i>Sernaby .....</i>	<i>Kilo .....</i>	<i>2\$700</i>
	<i>Caucho .....</i>	<i>Kilo .....</i>	<i>3\$000</i>
<b>O CÂMBIO:</b>	<i>Câmbio sobre Londres 16d. por</i>		<i>1\$000</i>
	<i>Valor da libra esterlina .....</i>		<i>15\$000</i>
	<i>Sendo 16 sobre Portugal é 338 por</i>		<i>1\$000</i>
	<i>(Boletim da Associação Commercial do Alto Juruá)</i>		

## O RECLAME E O ANÚNCIO:

“O **Trapiche do Comércio** é o maior empório de Cruzeiro do Sul, onde se encontra tudo a preços reduzidos: – Vinhos francêses de diversas marcas, Collares, idem do Porto, Whisky Black. Alyrrod, Eduardo VII, Whitelys e Black Botle; licores Benedictine, Chartreuse, pipermint, anesone, anizette, Curaçao d'oppio, marraschino e Kùmel; Cognac Macieira Bisquit, vermou thes francês e italiano, e champagne Duc de Reims, encontra-se no **Trapiche do Comércio**.

– Louças avulsas e em serviço de jantar e chá, taças de baccarat em diversas cores, cálices de crystal lisos e lapidados, copos finos, candieiros, arandelas e vidros; tapetes para salla, capachos de arame, cabides, lavatórios americanos, no **Trapiche do Comércio**.

– No **Trapiche do Comércio** ainda há algumas saias de casemira e flanela cortada pelos últimos figurinos; também se encontra variado sortimento em blusas feitas, cortes de pongê para blusa, renda larga para idem, bordados, fitas finas de filó, etc., etc.

– No **Trapiche do Comércio**: paios, fiambre, presunto portuguez, mortadela, sardinhas em azeite e massa de tomate, ananás, frutas em calda, ameixas, figos inglezes, queijo da serra de estrella e holandez do fabricante Eyssen; lagosta, salmão, chá “Lontra”, goiabada crystalisada, azeitonas, manteiga, linguiça portugueza e do CEARÁ, aspargos, ervilhas e muitas outras especialidades. No **Centro Commercial** de Vasconcelos Pessoa & Irmão, êste bem conhecido estabelecimento acaba de receber variado sortimento de mercadorias nacionais e estrangeiras, como sejam: fazendas, enfeites, perfumaria, calçados, livraria, papelaria, ferragens, óleos, tintas, gramophones de “Victor”, discos duplos e agulhas para gramophones, chapelaria, machinas de costura do afamado fabricante “New Home”, camas de campanha, louçaria de porcelana, vidraria de crystal baccarat e boemia; oleados e atoalhados para mesa; cal, arame farpado, carboreto e material próprio para este systema; sellas inglezas, bridas e esporas; lonas e tellas; bebidas finas, inclusive o delicioso e afamado néctar de caju (suco de caju sem álcool) e uma infinidade de objectos que seria enfadonho enumerar. Vendas só a dinheiro. Ver para crer”.

A SAÚDE E A DROGA; “A Pharmacia Juruá, do Pharmaceutico J. Matheus Maia, sob a direção do mesmo, despacha formulas com perfeição e modicidade em preços, a qualquer hora do dia ou da noite. Tem em deposito preparados nacionais e estrangeiros, como sejam: Histogenol, Xarope da guarda, Xarope do dr. Silva Lima, Emulsão de Scott, Elixir de Nogueira, Peitoral de Comborá, Solução de Coirre, Amargo Sulfuroso, Regulador da Madre Beirão, óleo de Fígado de Bacalhau, simples e creosotado, vermífugos de diversas qualidades, Tenicida (expelle em horas a solitária). Cabeça de negro. Pílulas exanofeles (Carapanã), Café Beirão, Vinho quinino Labarraque, Xarope de Larose, Lugolina, Phosphatina Falières, Vinho de Kola Monavon, Desillos e Nourry, Pílulas Rosadas, Blenol, Dermol, Água Ingleza, Alcatrão de Guyot, Pastilhas de Ridhart, Fundos, Pílulas de Reuter, Sedlitz Chanteaud. Vinho Silva Araújo, Pear’s pasta para dentes de Lubin Dolcarina de Pekolt, Xarope de bromureto de potassio de Henry Mure, Cholrethyla, Elixir de Mont, Talco boratado, seringas, irrigadores, etc.

Depois, não muito depois, porém menos do que de repente, começou a vir o tempo de penúria, os tempos das vacas magras e das espigas secas, miúdas, queimadas e açoitadas pelo vento oriental.

420 a 422 realizar ajuste

Tentaram eles encontrar a sua sobrevivência e de seus homens na castanha, na sorva, na madeira, em outros produtos regionais, assim como na roça e na fazenda. Os preços eram vis, a produção pequena, os transportes irregulares, os fretes muito altos, os impostos absurdos, pois os Estados, também arruinados, procuravam cobrir os seus “déficits” e o atraso no pagamento dos seus funcionários com tributos escorchantes. Os “Coronéis de Barranco” se reuniram em Manaus e deliberaram apresentar um memorial-apelo ao presidente Vargas, o que ocorreu em 21 de agosto de

1939. Esse memorial, que me foi fornecido por gentileza de Antônio Rabelo, diretor da centenária firma acreana “Coutinho Aníbal & Cia.”, pertence aos arquivos do seringal Jurupari, no Alto Juruá, e demonstra o seu inconformismo e a sua revolta. Denuncia, apela e propõe soluções.

Como em todos os momentos de crise, a vocalização do sofrimento busca, sempre, quando encontra uma liderança, uma válvula de escape: na passeata, no comício, nos pronunciamentos, na tribuna, nos editoriais, na declaração dos direitos, no protesto, na profecia.

Os “Coronéis de Barranco” assim ralaram pela boca dos seus principais líderes acreanos. Um verdadeiro manifesto: O Manifesto dos Coronéis de Barranco no Tempo das Vacas Magras.

“Exmo. Snr. Dr. Getúlio Vargas

D.D. Presidente da República.

Proprietários de terras e comerciantes dos rios Tarauacá e Embira, no Acre Federal, temos a honra de vir a presença de V. Excia. com o presente memorial, no qual procuramos em termos breves e concretos demonstrar a V. Excia a situação premente daquela região brasileira e pedir corretivo a males que dia a dia mais se agravam.

Sabe V. Excia, Exmo, Snr., que o Acre brasileiro foi uma audaciosa conquista de caráter lididamente nacional mas executada por brasileiros desprovidos de qualquer auxílio oficial. Em zonas inhóspitas e agressivas, que nos combatiam com a febre, o índio, o estrangeiro, a distância a milhares de quilômetros dos primeiros civilizados, plantamos a bandeira do Brasil, exploramos as matas, povoamos o solo e nos limites em que poderíamos fazer pelo desbravamento do solo – saneamos a terra.

O deserto tornou-se produtivo e por muitos anos concorreu para a fortuna pública e particular do país, já pelos créditos arrecadados pela União, já pelo regresso de emigrantes enriquecidos às terras e Estados de origem.

Iniciamos a pequena agricultura para o nosso consumo e conseguimos índices de produção inteiramente satisfatórios, com a redução de custo de vida em proporções tão largas que um alqueire de farinha se vendia em Seabra a 3\$ e a 4\$000, abaixo, portanto, do preço vigotante em Belém e Manaus. E de todo esse movimento nascia um trânsito intenso de navios e lanchas, aproveitando nossas naturais estradas – os rios.

Depois a crise da borracha veio alcançar, fundamente, a economia da região – limitando a produção e trazendo a miséria. Não dispendo a nossa região de castanheiras, recursos de que se utilizaram outras regiões mais felizes, procuramos combater a crise pelo desenvolvimento de atividades agrícolas que já existiam e pela exploração de madeiras nativas como cedro e o mogno (aguano). Mas enquanto essas atividades se desenvolviam, o êxodo das populações continuava em procura dos baixos rios, onde os recursos naturais da pesca e da caça são mais abundantes.

Hoje, Snr. Presidente, depois de tão longos anos de luta, essa bandeira de fé que plantamos há 50 anos neste recanto abandonado de fronteira e que mantivemos contra a adversidade da natureza e dos homens, periclitada e tende a desaparecer.

Há 20 anos o rio Embira federal produzia 1.300.000 kilos de borracha e hoje não produz mais que 500.000 kilos. Há 20 anos o Tarauacá federal produzia cerca de um e meio milhões de kilos de borracha e agora escassamente alcança metade desse volume.

A indústria madeireira que auspiciosamente desenvolvia a extração de cedro e mogno teve suas primeiras limitações na falta de operários e agora sofre o peso opressivo de impostos que eliminam seus escassos lucros e a tornam improdutiva.

Mas com essa queda dos índices de produção e o êxodo da população que nos anos de crise buscou novas localizações rio abaixo, outro e mais poderoso fator veio a aparecer para completar esse panorama de misérias: o aumento desproporcionado dos impostos.

Na região dos rios Tarauacá e Embira federais, Snr. Presidente, os impostos locais decretados pelas Prefeituras de Seabra e Vila Feijó cresceram de 1937 a 1939 numa proporção média de cerca de 400%.

Não queremos aumentar as proporções deste memorial esmiuçando fato a fato. Mas basta citarmos como documentário que a Casa Coutinho Aníbal & Cia., do rio Jurupary, que pagou de impostos municipais em 1938 – 9:800\$000 – foi lançada em 1939 por 60:000\$000 e apenas obteve, depois de longas reclamações, a redução do lançamento para 44:000\$000, importância que pagou para libertar-se de contendas fiscais. O Snr. F. C. França, proprietário do seringal Japão, ainda município de Feijó, pagou em 1938 impostos municipais no valor de 1:300\$000 e em 1939 foi lançado por 7:000\$000, reduzidos, afinal, como favor, a 5:000\$000. E como esses, inúmeros casos poderiam ser citados, comprovando a alta média dos impostos na proporção acima citada, 400%.

A primeira consequência desse desproporcional aumento de impostos foi a paralização de inúmeras pequenas atividades que não poderiam suportar esse peso desproporcional. E reatou-se o já estancado êxodo dos anos de crise e essa melancólica procura de terras mais felizes pelo trabalhador.

Por sua vez, o custo de vida que o desenvolvimento da pequena agricultura havia conseguido de muito, sem a queda do salário médio de 6\$000 pago aos trabalhadores indistintamente, elevou-se em proporções astronômicas que tornam precária a manutenção do operário e são um convite à retirada.

Antes dessa situação, um alqueire de farinha (40 litros) havia descido, em Vila Seabra, a 3\$ e 4\$000, e um kilo de arroz descascado era vendido a \$500. Neste momento, um alqueire de farinha custa na mesma cidade 40\$ e um kilo de arroz está sendo vendido a 1\$500.

É nessa situação, trágica em mais de um sentido, que apelamos para V. Excia., estadista cujo sentido político é a marcha para oeste, a conquista do Brasil desconhecido – o velho sentido épico de nossa história, para que não deixe perecer a obra de brasilidade que construímos neste trecho de nossa pátria, tendo nas mãos alternativamente as armas, os machados e as enxadas. Essa obra custou o nosso suor e o nosso sangue e de nossos parentes e temos no seu futuro a mesma fé que temos no futuro do Brasil. Não a abandonaremos, nem a entregaremos às forças demolidoras da natureza, contra as quais a construímos, mas precisamos para isso e pedimos o apoio de V. Excia., o primeiro magistrado da Nação.

Cifram-se as nossas reivindicações, Snr. Presidente, no seguinte:

1. Precisamos antes de tudo que a pesada carga de impostos decretados para o ano corrente não nos leve o minguado resultado de nosso esforço. Numa região que dista 3.000 quilômetros de Manaus e 5.000 quilômetros de Belém, as mais próximas cidades com certos recursos da civilização, todo trabalho é onerado de tremendas dificuldades e deixa reduzidos lucros. Entretanto, pagamos impostos muitas vezes mais elevados que os proprietários rurais daqueles Estados.

Essa carga de impostos, em desproporção com os nossos recursos econômicos, tende a extinguir a produção que é a causa do êxodo de muitos trabalhadores e pequenos agricultores. Pedimos que os impostos sejam reduzidos ao nível anterior a 1938, com o que já tinham as municipalidades fartos recursos orçamentários.

2. Precisamos de mais população. As condições de salubridade dos rios Tarauacá e Embira, na parte federal, são plenamente satisfatórias. Altos rios, com forte declividade, o escoamento das águas do inverno se faz prontamente e o impaludismo aparece apenas esporadicamente. No mais, o desbravamento e a constante abertura de roçados nos últimos 50 anos melhoraram essas condições de salubridade, de maneira que, mesmo os rios antigamente mal reputados vivem hoje indemnes de moléstias de caráter endêmica. Por outra forma, o homem adaptou-se à terra, e as novas gerações lá nascidas têm admirável robustez e uma particular resistência às moléstias do meio. Em todo o nordeste do país vive nas populações do interior um forte desejo de emigrar para essa região, onde a propriedade das terras é facilmente obtida e onde os ganhos, quer na extração da borracha, quer no trabalho a dia, são consideravelmente maiores. Na extração da borracha os seringueiros produzem uma média de 6 a 8 kilos de borracha por dia – dada a conhecida e ótima qualidade das seringueiras – o que, ao preço atual de 4\$000 por kilo, equivale a magnífico salário. Como trabalhadores a dia, a média dos salários na região é de 6\$000. Ora, o salário médio dos trabalhadores rurais no Nordeste é de 2\$ a 3\$ e se os governos daqueles Estados não criassem dificuldades à emigração, essa se faria espontaneamente, com vantagem para os trabalhadores, que, nas atuais condições de vida de trabalho, poderiam acumular pecúlios razoáveis. Nota-se ainda que a propriedade das terras é facilmente obtida pelos emigrantes, havendo muitos proprietários que as doam em pequenos lotes aos trabalhadores, desde que nelas se localizem e as cultivem.

Pedimos, portanto, ao Governo Federal, que interfira junto aos governos dos Estados do Nordeste para que não criem entraves à emigração dos trabalhadores que se queiram localizar no Acre e ainda que, com o objetivo de não onerá-los com dívidas de início, conceda certo número de passagens gratuitas por ano, nas empresas de navegação subvencionadas, aos trabalhadores que para lá se queiram dirigir.

Nem se objete que isso seria despovoar um Estado em benefício de outra. Aquêles são Estados de densa população, que já realizaram seus objetivos econômicos imediatos e onde o braço em excesso já cria o problema do desemprego. Dar trabalho a esses braços não os prejudica nem constitui redução ponderável de população alguns milhares de habitantes num total de muitos milhões – habitantes que se dirigiam para o Acre como hoje vão para São Paulo e outros Estados. Essa medida é tanto mais simpática quanto é certo que essa emigração não se dirige para fora do país e ainda executa um postulado do Governo de V. Excia. – **a marcha rumo oeste**, completando a conquista de tão vasta e rica região.

3. Pleiteamos ainda que o Governo Federal melhore as condições de navegação para esta região. Os fretes atuais esmagam-nos a produção. Até 1938, um kilo de borracha pagava de frete na linha subvencionada da Amazon River, de Seabra até Manaus, \$180. A partir de 1º de Janeiro do ano corrente, esse frete foi aumentado para \$350 por kilo.

Somente gêneros de alto preço por unidade de peso podem suportar esse ônus, não podendo ser exportado nenhum outro produto florestal ou cultivado de preço baixo – como a jarina que vale \$600 por kilo –, já que os fretes absorveriam seu valor maior. Lógico que esta situação limita mais e mais a produção e com isso entramos em um círculo vicioso: o frete alto reduzindo a produção e a redução da produção forçando, com diminuição das receitas, a elevação crescente dos fretes.

Precisamos de fretes baixos, mas também e mais que isso precisamos de linhas regulares de navegação. Atualmente a Amazon River chega duas vezes por ano a Seabra e não penetra no rio Embira, forçando os proprietários a longas viagens de transporte de seus produtos em pequenos motores, sistema caro e difícil. Sem dúvida que não será possível a embarcações de grande calado subir esses rios no verão, mas é sempre possível que as companhias que exploram as linhas subvencionadas possam dispor de embarcações auxiliares de pequena tonelagem, que, em conexão com as linhas principais, melhor sirvam aos altos rios. Assim seria possível termos linhas regulares de cargas e passageiros acima dos pontos onde as embarcações de maior calado chegam atualmente e que ficam fora de nossa região.

4. Ainda um ponto de capital importância para nossa região é o que se refere à proteção à nascente indústria madeireira. Criamos essa indústria nos anos de crise, para compensar a ruína da indústria da borracha. Só a necessidade nos poderia levar a enfrentar as dificuldades desse trabalho em nossa região. Trabalho feito inteiramente à mão, sem máquinas auxiliares, lutando contra a dispersão das madeiras numa imensa área florestal e contra as eventuais faltas de água para transporte nas secções de altos rios onde nos encontramos, contra a falta do braço do operário e por fim contra as distâncias sem fim – dado que as mais próximas serrarias se acham em Manaus, a cerca de 3.000 quilômetros de distância.

Criamos essa indústria, que desenvolvemos com a produção de cedro e mogno (aguano) e já estamos exportando cerca de 8.000 toros por ano.

Nas condições de dificuldades em que é produzida, essa madeira dá-nos tão pequeno lucro que não é possível manter sua extração com os impostos já este ano decretados sobre ela e que montam a 3,½% de seu valor.

Essa é uma indústria de futuro e para qual antevemos largas possibilidades quando pudermos substituir os deficientes métodos atuais de extração por outros mais modernos. Por que esmagá-la de princípio com uma carga tributária, quando protegendo poderá o governo ter em mãos, de futuro, uma larga riqueza?

Pedimos, por isso a interferência de V. Excia, a fim de que sejam suspensas as tributações sobre essa indústria incipiente, permitindo assim o seu livre desenvolvimento.

Esses são, Snr. Presidente, os pleitos que endereçamos a V. Excia., cuja inteligência compreensiva tão bem se tem identificado com os problemas do Brasil, Sul e Norte – litoral e sertão. O Acre, Snr. Presidente, por sua origem como projeção colonizadora do Brasil, encerra uma alta

responsabilidade para os brasileiros. Ele não pode perecer nem decair, que nele estão simbolizados o espírito colonizador de nosso povo e sua capacidade de iniciativa. Secção de altos rios, isolado do resto do Brasil e tendo os rios como único meio de comunicação, esse determinismo geográfico lega-o a uma contingência descentralizadora à qual não se poderá libertar. Toda alteração dessa condição de vida tem-no prejudicado e tolhido seu progresso, e a época em que as Prefeituras autônomas operavam segundo os interesses próprios de suas respectivas regiões foi a grande era de progresso deste território. Essa é a condição própria de nosso território, que reproduz, em grau menor, a contingência de todo o país e a contenda entre centralização e federalismo que terminou no Brasil com a República.

E, tanto assim, que a centralização vem terminando e aniquilando o progresso das Prefeituras em benefício único de uma só, esquecidos os interesses de uma população inteira pela conveniência de um único município – Rio Branco. Descentralizar o Acre é a grande aspiração de todos os acreanos, permitindo assim a cada região construir o seu progresso com todos os seus recursos.

Possam as razões acima fazer eco no espírito de V. Excia., são os nossos desejos – desejos de quem, como V. Excia., crê numa pátria maior e mais feliz e se dispõe a construí-la humildemente, mas com segurança, nas fileiras onde militamos, seguindo os roteiros que V. Excia. nos tem indicado.

Com os nossos protestos da maior consideração e respeito.

SAUDAMOS V. EXCIA.

Manaus, 21 de Agosto de 1939

(aa) 1. Coutinho, Annibal & Cia

2. Antônio Sabóia

3. Auton Furtado

4. Francisco Maciel da Silva

5. Francisco Carneiro de França

6. Prado & Azevedo

7. J. Rubim de Aguiar

8. Paulino Feijó de Melo

9. M. T. Frola

10. Avelino Leal

11. F. Baima

12. Antônio Péres Filho

13. Antônio Dourado

14. Leandro Albuquerque

15. José Marques de Albuquerque

16. Pedreira, Quirino & Cia. Ltda.

17. Nagib Said

18. F. Ulisses de Medeiros

19. Raimundo Furtado

O manifesto dos “Coronéis de Barranco” ao presidente Vargas ficou sem resposta, arquivado na secretaria de algum ministério, ou talvez tenha sido aberto um processo que ainda deve caminhar a sua longa marcha burocrática, colhido pela trama e urdidura do tempo e da história. A II Grande Guerra apenas começava e com ela iria surgir uma outra história e uma nova batalha.

Enquanto isso, os “Coronéis” nos seus cem anos de solidão, iam perecendo e se apagando na memória de muitos de seus filhos, e das novas gerações.

*“E nasceram a José dois filhos antes de chegar a fome... (41:50)  
“Chamou ao primogênito Manasseh, que quer dizer: Deus me fez esquecer de  
tôdas as minhas penas e de tôda a casa de meu pai (41:51)  
“E o nome do segundo chamou Efraim porque disse: Deus me fez crescer na  
terra de minha pobreza” (41:52)*

*Gênesis, 41:50, 51, 52.*



## 2.11 O arigó: o adeus às armas

*“E das suas espadas forjarão relhas de arados e de suas lanças foices; não alçará espada nação contra nação, nem aprenderão mais a guerrear”.*

(Isaias 2:4)

O movimento migrantista da Batalha da Borracha, que se desenvolvera no decorrer dos anos de 1941, 1942 e início de 1943, à moda tradicional, com os flagelados e retirantes nordestinos tangidos pela seca e ou atraídos pela seringa, em busca da Amazônia e de seus altos rios, iria adquirir um novo colorido, com a chegada, a partir de 1943 e durante os anos de 44/45, de novos contingentes humanos. Não apenas “cearenses” e nordestinos, mas também oriundos das mais diversas regiões do País: cariocas, paulistas, fluminenses, capixabas, mineiros, goianos, mato grossenses, de todas as classes e profissões. Geralmente provinham das grandes e médias cidades do Rio, São Paulo, Niterói, Vitória, Salvador, Recife, Fortaleza.

A diferença entre essas duas correntes de imigrantes era flagrante. Enquanto a primeira, nos dois primeiros anos, com a motivação do flagelo da seca, que expulsava o homem do sertão, do agreste e da caatinga, se constituía, na sua maioria, de “cearenses” que se deslocavam do interior com as suas famílias, a segunda corrente, a partir de 1943 até 1945, provinha dos centros urbanos, geralmente composta de homens solteiros ou desgarrados de sua parentela, muitos deles desempregados ou sem profissão definida. Vinham à Amazônia pelo simples sabor de aventura, muitos estimulados pela passagem de graça nos navios do Lóide, pelas promessas do governo, dos boatos e anúncios dos centros de imigração e recrutamento, ou como alternativa para fugirem à convocação para a Força Expedicionária Brasileira que lutava na Itália.

Em 1944, o sertão já estava “chovido”. O verde voltara a enfeitar a caatinga cinzenta. Por isso, o apelo do sertão distante funcionava agora como um convite para o regresso ao lar; principalmente daqueles que nas primeiras levas o haviam abandonado em busca de melhores dias nos seringais deste fim de mundo. Milhares deles regressaram, tão pobres ou mais pobres do que como haviam saído, e ainda doentes, desiludidos, cheios de filhos. Seriam os novos paroaras no velho linguajar sertanejo, sendo que desta vez não levavam mais o chapéu de palhinha, o guarda-chuva e o relógio de algibeira com a corrente de ouro, que outrora constituíam os símbolos e a imagem dos filhos pródigos da seringa e da fortuna. Ou então, quando a vergonha de voltarem pobres impedia o seu retorno ao sertão, abandonavam os seringais endividados e rumavam para as cidades de Rio Branco, Porto Velho, Manaus, Santarém, Belém, onde se afavelavam, ou para os pequenos vilarejos e cidades ao interior para recomeçarem a luta da vida.

Este foi o começo da explosão urbana na Amazônia. Aqueles que tinham mais vocação agrícola desciam rio abaixo, para ocupar, como posseiros, as terras devolutas das várzeas do Solimões, do Médio e do Baixo Amazonas, onde localizavam os seus sítios e roçados, neles se fixando definitivamente, permanecendo fiéis à tradição rural. Esse deslocamento serviu para corrigir a extrema dispersão demográfica, criando-se um novo processo de concentração humana ao longo da calha central do Amazonas.

Enquanto isso, a outra corrente, a partir de 1943, viajando mais ao sabor da aventura, constituída de brasileiros cosmopolitas e urbanizados, já sem vínculos regionais, desenraizados, sem afeição à sua “querência”, viria criar sérios problemas de adaptação e integração ao novo meio ambiente, a partir de suas cheganças. A sua psicologia e intenção era mais de **“chegar-ver-e-voltar-logo-que-possível”**. Já a da outra era **“chegar-enricar-e-voltar-se Deus-permitir”**. Na impossibilidade do regresso, essas novas levas de imigrantes, mal chegados, fugiam das hospedarias e dos albergues de recepção, desertavam das hostes do seu destino final, e partiam para buscar a sobrevivência, de qualquer modo, nos subúrbios e nas periferias da cidade, à procura de empregos que não haviam e de estâncias ou barracos onde pudessem morar. Assim começou o processo de favelização de Manaus e Belém. Muitos se marginalizavam logo, outros desafogavam o desespero no crime, na valentia e na cachaça; as crônicas policiais da época registravam essas ocorrências nos jornais da cidade.

Essa atitude, em grande parte, era agravada pela desordem que passou a campear no comando e nos escalões burocráticos das agências governamentais, americanas e brasileiras, que conduziam a Batalha da Borracha na base do afogadilho, na marra, empurrando os homens para o desconhecido e para a “simitumba da selva”, com aquela pressa de passar adiante aquele fardo humano recém-chegado e incômodo. Nos seringais, a lei da selva: os financiamentos e os mantimentos eram serôdios ou temporões, chegavam tarde demais ou eram precoces, sem infraestrutura de localização e apoio. Estradas de seringa por abrir, ausência de muares e burros para o transporte das pelas de borracha, faltavam tigelinhas para coletar o látex e facas para “sangrar” as madeiras. Como no passado, o barracão tinha os seus preços: **comprava a borracha na “bacia das almas” e vendia os mantimentos na “praça dos aflitos”**.

O bloqueio marítimo da costa brasileira pelos submarinos alemães, que punham a pique os navios do Lóide, dificultava os suprimentos; tanto Belém como Manaus sofriam a falta de alimentos, logo racionados, formando-se extensas filas às portas dos armazéns.

Os brabos eram entregues à sua própria sorte, para sobreviver como pudessem, nos centros, nas colocações e nos tapiris. Ou ficavam amontoados e ociosos nos barracões do patrão, à espera inquieta do verão que não chegava para o início do fabrico, as dívidas crescendo, a maleita os dizimando, pouco a pouco se extinguindo a chama da esperança e a vontade da luta.

De outro lado, as casas aviadoras tradicionais, que tão bem conheciam a logística da produção, haviam sido, de início, alijadas de sua missão e desprezadas a sua experiência e vivência do problema da produção seringueira. Quando se procurou corrigir o erro já era tarde demais e restavam apenas as queixas e os clamores. O major Oscar Passos, cujo depoimento já transcrevemos, concluída que as “mil e uma organizações, falando línguas diferentes, formavam uma verdadeira Torre de Babel”.

Esse quadro foi sentido pelo imigrante nas diferentes fases de sua passagem pelas hospedarias, a bordo dos “gaiolas”, nos seringais, nos beiradões dos rios; era transmitido de boca em boca, pelo anúncio, pelo boato, pelo rumor, pela “conversa fiada”, formando-se uma cadeia de micro-ondas que se avolumava e se expandia e se deformava e se transmitia, rapidamente, aos novos imigrantes recém-chegados. Assisti naquele tempo a levas da segunda corrente de imigrantes que desistiam da viagem, já a bordo dos “gaiolas”, retirando os seus “teréns” e desarmando as suas redes do convés, às pressas, pelo boato transmitido pela chegada do interior de uma outra leva de imigrantes que já haviam desertado da luta, contando as suas estórias e os seus dramas.

Deste modo, não seria de estranhar a atitude desse novo tipo de imigrante, mesmo aventureiro, que preferia ficar na cidade, andando ao léu, com o seu uniforme típico de “soldados da borracha”: calça frouxa de mescla, chapéu de palha virado, blusa larga de algodão, mochila às costas, alpercata de rabicho, barba grande, a “peixeira” à ilharga. Andavam aos bandos à procura de emprego, de estância para morar, da petisqueira e da birosca para comer a sua “gororoba”, do boteco para beber a “maldita” e esquecer os mal-ditos, e das festas e dos “arrasta-pés” dos bairros pobres, onde iam à procura de diversão; não raro, transformavam-nas em cenas de bebedeiras, de valentias e de “pega-prá-capar”.

Por isso o povo local os apelidou de “arigós”. Quando os avistavam, os conheciam de longe; nos gestos, nos modos de andar, falar e vestir. A reação surgiu, em seguida, nos jornais, que exageravam, muitas vezes, o noticiário da Polícia, quando se viam com ela envolvidos; nas conversas das esquinas de rua e nos becos dos bairros; no “canto do fuxico” da avenida; nas polêmicas entre os filólogos da terra; no anedotário popular; nos clubes; e dentro dos lares.

Com a má fama criada e com a sua imagem em grande parte distorcida, os “arigós” passaram dificuldades de toda a sorte para conseguir emprego para viver, e até para namorar com as garotas dos bairros, face à reação dos pais. **Eram homens marcados e armados.** A convivência iria aos poucos, porém, desfazendo o mito, mas criando a lenda. Para isso muito contribuiu o senso de humor brasileiro, que, através da anedota e do apelido, ao vocalizar a ironia e o protesto, ao mesmo tempo cumpria a função de amenizar o conflito.

Ao final, a caricatura acabou se sobrepondo à criatura. E os “arigós”, mesmo entre eles, aceitavam o apelido sem reagir; muitos deles o recebiam sorrindo, como prova de sua coragem, de seu machismo e de seu próprio destino.

Poucos, no entanto, entenderam a função histórica que estavam representando, anonimamente, no drama amazônico da Batalha da Borracha. Foram eles, os “arigós”, os insubmissos, os rebeldes, os contestadores que se recusavam a partir para morrer à míngua no “front” seringueiro, entregues à sua própria sorte, na solidão da floresta. E por aqui ficaram, ou de lá regressaram, ainda em tempo, como testemunhas vivas de um processo desumano de imigração e ocupação amazônica. Para contar as suas estórias, os seus feitos, as suas desditas. Na sua volta, ou na sua revolta, passaram a introduzir um elemento cômico, jocoso e caricato no drama regional da época.

Foram eles, em verdade hoje vos digo. Foram eles que, como soldados e “arigós” esculhambaram a guerra da Batalha da Borracha que não houve e, por isso, deram o Adeus às Armas.

Cumpria-se, assim, a profecia de Ezequiel, o visionário profeta do exílio na Babilônia:

*“Filho do homem, eis que tirarei de ti, de um golpe, o desejo dos teus olhos, mas não lamentarás, nem chorarás, nem te correrão as lágrimas” (24:16).*

Narrarei, a seguir, as três versões do fenômeno “arigó”, segundo a documentação da época: a versão desordeira e policial; a versão semântica e erudita; a versão folclórica e sociológica. A primeira está baseada nas crônicas e registros da polícia, divulgada, jocosamente, na imprensa local”. A segunda documenta a polêmica entre os filólogos da terra, João Leda, Martins Santana e Adriano Jorge, e, por intromissão, um depoimento de um velho cearense, José Rodrigues da Mota. A terceira constitui

transcrição de um trabalho meu, incorporado a **O Cearense na Amazônia**, na 2.<sup>a</sup> edição, impressa pelo Conselho Nacional de Imigração e Colonização, em 1946.

## A Versão Desordeira e Policial

**1. Pintor do “Diabo a Quatro”:** Manuel Fernandes Vieira, filho de José Augusto Fernandes, de 33 anos apenas de idade, **fluminense da gema**, solteiro, pintor, residente à rua dos Barés, 190, andava ontem muito “molhado”, pintando o 7 pela cidade, quando foi apanhado por um policial, que o recambiou para o percevejal da Marechal Deodoro.

**2. Será Vício de Pintor?:** José Carvalho, filho de Napoleão Carvalho, com 50 anos de idade, alagoano velho de guerra, também pintor de profissão e **porrista de nascimento**, viúvo, sem residência fixa, desde ontem que está de molho na geladeira policial, curando a grande **camoeca** que apanhou, na farra que fez, na zona estragada.

**3. Pau D’água na Cafua:** Cícero Vitorino, de filiação ignorada, com 33 anos de idade, cearense, sem profissão, sem residência, **vagabundo-mor e pau-d’água** inveterado, está prestando contas ao faxineiro da Delegacia Auxiliar, numa batida no xadrês, de onde será posto em liberdade depois que deixar tudo ali bem limpinho.

**4. Xadrês para Esfriar a Valentia:** José Guedes de Araújo, filho de Francisco Guedes de Araújo, cearense, de 33 anos de idade, casado, marítimo, morador no bairro de Constantinópolis, foi grampado, ante-ontem, pelo guarda civil nº 123, por motivo de desordem, conduzindo-o o policial à presença do Comissário de Serviço, o qual o mandou guardar por 24 horas, até esfriar a valentia.

**5. Quase Acaba com a Loja do Rodrigues:** José Rodrigues, residente no Igarapé de Janauacá, queixou-se, ante-ontem, à Polícia, de que um “arigó”, de nome João Jesus Costa, lhe havia furtado 3 cortes de brim, assim como 2 cortes de seda para senhora, tudo no valor aproximado de Cr\$ 1.000,00.

**6. Não tem Casa, Não tem Ofício, e a Rua é o Teatro de sua Valentia;** Geraldo Martins, filho de Manuel Martins, cearense, de 26 anos, solteiro, sem residência e sem profissão, foi preso, ontem, e recolhido ao xadrês, por ter praticado desordem na via pública.

**7. Enjaulado por Ofensas à Moral:** João Cunha de Araújo, filho de Raimundo Cunha de Araújo, cearense, de 24 anos de idade, pintor, sem residência, foi recolhido ao percevejal da Polícia Civil, por ofensas à moral.

**8. Bebedeira em Constantinópolis é Mato:** José Francisco de Sales, filho de Francisco Sales, baiano, com 25 anos de idade, casado, operário, morador em Constantinópolis, à Rua Vista Alegre, 1048, foi recolhido ao calabouço da subdelegacia local por embriaguês.

**9. Outro:** Rosalvo de Oliveira, filho de Joaquim Porfírio de Oliveira, com 33 anos de idade, casado, fogueira, residente em Constantinópolis, foi engradado, desde ontem, no xilindró do bairro, porque tomou um pequeno **porre de cocal**, mas muito pequenino: só 6 garrafas.

**10. Mais Um:** O alfaiate Antônio Marcelino, com tenda de trabalho no bairro de Constantinópolis, baiano velho de guerra, de apenas 23 anos de idade, solteiro, sem ter ao menos uma garota para passar o tempo, vivendo uma nostalgia tremenda, resolveu afogar as suas mágoas no

álcool, e por isso tomou um **pileque baita**, do que resultou o pobre Marcelino acabar com a ossada no xadrês.

**11. Apareça Um que Queira Emprestar Dinheiro:** Francisco Mendes Filho, filho de Francisco Mendes da Silva (como é esse negócio?), cearense, com 24 anos de idade, solteiro, padeiro, por ter bebido mais um pouquinho, está desde ontem no xadrês, amassando o pão que o diabo amargou no inferno, sem esperança de salvação, pois se encontra mais liso do que sabonete, não tendo os cruzeiros para a carceragem.

**12. Bebemoração do Dia do Vagabundo:** João Casemiro Corrêa, **pernambucano**, com 40 anos de idade, **soldado da borracha** e reservista do batalhão do 13, morador do Imboca, encontra-se emborcado no xadrês, a fim de ver se, desse jeito, cura o porre que tomou, ontem, em **homenagem ao dia do vagabundo**.

**13. Isso é que é Engraxate:** José Alves da Silva, filho de Francisco Alves, paraibano, com 23 anos de idade, engraxate, residente na Estrada de Constantinópolis, **engraxou tanto o craneo por dentro, com branquinha**, que disso resultou bater com os costados na **cafua** policial.

**14. Que foi isso. Mestre Queiroz!:** Pedro Queiroz, filho de Francisco Rodrigues, solteiro, residente à Avenida Beira-Rio, em Constantinópolis, está empregando as suas atividades de mestre calafate no xadrês da sub-delegacia do bairro. Por quê? Ora porque, Constantinópolis o que dá é valente e pau d'água.

**15. Enriquecido o Arsenal da Polícia:** Pelo investigador Adauto Uchôa, respondendo atualmente pelo expediente da sub-delegacia de Constantinópolis, foram apreendidas 7 facas peixeiras e uma navalha, a valentes daquele bairro.

**16. Detido por Porte de Trabuco:** Antônio Bibiano, filho de José Miguel, com 23 anos de idade, riograndense do norte, auxiliar de comércio, foi detido ontem e conduzido à Central de Polícia, pelo guarda civil nº 43, por se encontrar portando arma proibida.

**17. Preso por Crime de Ferimentos Leves:** Paulo Maciel de Lima, filho de José Paulo, com 28 anos de idade, cearense, trabalhador rural, sem residência fixa, foi recolhido ao xadrês, acusado de crimes de ferimentos leves.

**18. Usa Saia o Duro da Joaquim Sarmento:** Maria Lobato, com 26 anos de idade, *paraense*, solteira, meretriz, moradora à Rua Joaquim Sarmento, 283, foi recolhida ao xadrês, onde se encontra prestando contas às **muquiranas**, por ter feito azar na zona onde reside.

**19. Tão Moço e já tão Cheio de Defeitos:** Manuel Batista da Silva, filho de Izidoro Batista da Silva, de 23 anos de idade, solteiro, **paraibano**, residente à Rua Miranda Leão, 165, foi abafado, ontem pela Polícia, por embriaguês e distúrbios.

**20. Este é mais Velho e Igual no Erro:** Expedito Medeiros, filho de Raimundo Medeiros, de 27 anos de idade, **cearense**, solteiro, serralheiro, sem residência, está preso na **cafua** policial, por embriaguês e desordem.

**21. Janauacá está Exportando para Manaus:** Manuel Pedro Soriano, filho de Antônio Pedro Soriano, 24 anos de idade, paraibano, solteiro, agricultor, morador em Janauacá, e outros, foram encafuados, ontem, de ordem superior, por terem praticado desordens grossas naquela zona.

**22. Que terá feito o Aguiar?:** José Gomes de Aguiar, de 34 anos de idade, **paraibano**, marítimo, morador à Rua General Glicério, 91, foi preso ontem, de ordem do Comissário da Polícia do Porto.

**23. Nem os Cavalos Escapam:** Luiz de Souza, residente à Rua Bernardo Ramos, 8, comunicou à Polícia que, do quintal de sua casa, os malandros roubaram um cavalo castanho com um sinal branco na testa.

**24. Boa Safra!:** Por terem praticado desordem na Estrada de Constantinópolis foram encafuados no xadrês os desordeiros: Francisco Ignácio da Silva, **riograndense do norte**, com 25 anos, solteiro, sem profissão, residente na Estrada de Constantinópolis; Cantonila Souza de Oliveira, amazonense, meretriz, residente à Rua Vista Alegre; Maria Balbina de Oliveira, doméstica, residente à Rua Vista Alegre; Manuel Caetano Pereira, **paraibano**, jornalista, residente à Estrada de Constantinópolis; João T. da Silva, amazonense, com 42 anos, residente no Imboca; Manuel Francisco da Costa, solteiro, carpinteiro, residente à Rua Santa Ignácia.

**25. Foi Curtir a Camoeça no Xilindró:** Manuel Feitosa de Lima, **cearense de guerra**, com 26 anos, solteiro, sapateiro, residente à Rua Vista Alegre, 66, foi mandado agasalhar na **geladeira das muquiranas** da Central, para curtir o pileque que tomou em Constantinópolis.

**26. Assassino a Bordo do “Belo Horizonte”:** Foi recolhido ontem ao xadrês da Central de Polícia, Francisco Cândido da Silva, filho de João Cândido da Silva, com 23 anos de idade, solteiro, riograndense do norte, soldado da borracha, por ter assassinado, a bordo do vapor “Belo Horizonte”, do SNAPP, procedente dos rios Purus e Acre, um seu companheiro conhecido pela alcunha de “Paraíba”. Segundo soubemos, a arma homicida foi uma faca americana. O nome do “Paraíba” era José de Santana de Melo.

**27. Impiedade do Povo:** É conhecida a impiedade do povo. Para a massa, a oportunidade de uma pilhéria, uma blague, faz esquecer todos os seus sentimentos de humanidade, de sua solidariedade, de sua generosidade.

Por esse motivo, certamente – e não porque tenha o coração duro, de fato, que não o tem – é que o amazonense está fazendo pilhérias com a circunstância de ser alcunhado de “Jaraqui” o policial que alvejou um “arigó”, no bairro da Cachoeirinha quando este tentava resistir, à mão armada, a voz de prisão.

**28. “Arigós” Endiabrados:** Encontram-se recolhidos à cafua da Polícia Civil os endiabrados “arigós”: Cândido de Assis e Gerson Florita, os quais, ontem, tentaram perturbar a ordem na Hospedaria do Pensador, no bairro de Flores.

**29. Um Espião Dentro da Polícia:** Antônio Dionísio, filho de Luiz Dionísio, de 32 anos, paraibano, solteiro, **vagabundo, sem profissão, sem residência, freguês da dormida** no pátio interno da Delegacia Auxiliar, foi recolhido ontem à cafua, por ter sido surpreendido na ocasião em que batia papo com um malandro, na porta do xadrês.

**30. Regime Dietético dos “Arigós”:** A pergunta do dia: Será certo, como se fala, que doce de leite, rapadura e queijo de coalho constituem o **regime dietético por excelência dos “arigós”?**

**31. David Ferreira de Souza, um Patriarca:** Em sua propriedade do Careiro, distrito desta capital, faleceu no dia 1.º do corrente o venerando Sr. David Ferreira de Souza, cearense, de 84 anos de idade, casado em terceiras núpcias com a senhora D. Maria Braga de Souza. Residente no Amazonas

desde 1.º de maio de 1881, deixou, o extinto, 21 filhos, **tendo o mais velho 64 anos e o mais novo 11 meses de idade**, além de 49 netos e 76 bisnetos.

O Sr. David Ferreira de Souza foi o primeiro habitante do Careiro que possuiu, ali, padaria, engenho de cachaça e fazenda de gado, e que forneceu leite à nossa capital, tendo sido o primeiro cidadão que instalou luz elétrica em sua fazenda. Bastante estimado, seu enterro realizou-se, no cemitério local, com grande acompanhamento.

## A Versão Semântica e Erudita

Herculano de Castro e Costa, redator-chefe de “O Jornal”, de Manaus, que foi o grande jornalista do seu tempo, professor de muitos “focas”, que mais tarde seriam também notáveis profissionais, com o seu talento, a sua verve e a sua malícia suscitou a polêmica. Em um canto de página de “O Jornal”, de 22/9/1943, na coluna PERGUNTA DO DIA, leu-se a seguinte questão:

“O que é, afinal, “arigó”? Poderá o Dr. Adriano Jorge, com a sua ímpar competência de intelectual, dizer o que pensa, especialmente se há feminino do vocábulo?”.

No dia seguinte, o Dr. Adriano Jorge, grande médico humanitarista e intelectual de escola, não se fez de rogado e respondeu:

“Já o professor João Leda acentuou, com a sua indisputável autoridade em assuntos filológicos, a inexistência do vocábulo “arigó” nos dicionários do idioma. Na linguagem oral, no entanto, temos topado com frequência notável esta palavra – “arigó” – acerca de cuja morfologia continuamos todos ao léu.

Informando-me do conteúdo semântico do termo, averigui – e isso em mais de uma fonte – que ele se refere a uma ave de arribação, que, ao jeito das avoantes do Nordeste, migra em bandos compactos, devastando onde pousa.

Parece-me, assim, que “arigó” é uma palavra de gíria; e essa opinião já o professor João Leda externou no seu trabalho sobre o assunto, palavra de invenção recente, senão atual. A gíria – todos sabem – é uma formação artificial, creada por certos departamentos do povo, à margem da linguagem ordinária, sem obediência ao que se tem até agora codificado em matéria de linguística; uma formação que bem se poderia paragonar, pelo anárquico do surgimento e da morfologia, às neoplasias nos tecidos vivos.

Creações arbitrárias, parasitárias, realmente patológicas, as palavras de gíria não podem substituir na linguagem vulgar e muito menos ingressar no léxico literário, salvo uma ou outra – e disso há exemplos – que se enxertaram na contextura do idioma, como tumores benignos, encistados e tolerados pelo organismo em constante evolução, que é uma língua viva. Assim, “arigó”, termo de gíria, está destinado à rápida obliteração, pois tais termos para logo se adelgaçam e se diluem no oceano movediço do idioma normal. Creio que não vale a pena de preocuparmo-nos com ele... “ADRIANO JORGE”.<sup>32</sup>

A referência feita ao trabalho do Professor João Leda, que sem dúvida foi o maior filólogo autodidata de sua geração, havia sido publicada, no mesmo jornal<sup>33</sup>, 2 dias antes, e aqui vai transcrita, nos seus tópicos principais:

“Manifestou a sua Folha, edição de ontem, domingo, do desejo de ouvir-me a respeito da etimologia e do sentido real da palavra “arigó” que, presentemente, anda muito na moda no curioso noticiário policial das gazetas. Não desejando ser arguido de descortês, remetendo-me ao silêncio diante do seu apelo, aqui vai a resposta, resumidamente, a minha maneira de ver no caso:

Os mais conceituados léxicos de nossa língua não têm notícia do vocábulo “arigó” e,

semelhantemente, o ignoram os ilustres vocabularistas, que, em nossos dias, se devotaram à paciente coleta de regionalismos lingüísticos em várias e vastas zonas do nosso País. De Amadeu Amaral e Valdomiro Siqueira, com escalas por Pereira da Costa, Alfredo da Mata e Raimundo Magalhães, abrangendo toda a imensa área que partindo de São Paulo, alcançou o extremo Norte, nenhum assinalou “arigó” nas suas pesquisas, onde os brasileirismos, reais ou supostos, ocupam lugar considerável.

Parece certo que o nome não provém, em linha reta, do português. Terá sido transplantado do crioulisto americano...?

Falece-me elementos para uma afirmativa peremptória. Tudo quanto possa referir neste particular é que, numa interessante relação de termos de origem mexicana ou peruana, seguida de um resumo do vocabulário aruaco-castelhano, de muitas vozes indígenas do Orenoco e do Rio Negro, de numerosas dicções do goagi-ro-castelhano e abundantes termos tamanacas – tudo eruditamente enfeitado num valioso opúsculo do professor Jacques Raimundo – não se rastreia o enigmático “Brigo”, objeto da solicitação linguística de “O Jornal”.

O perulstrar, embora de fugida, todos esses idiomas americanos mais ou menos exóticos, em cata da possibilidade de um encontro com o escapadizo “**arigó**”, sem a grata surpresa de o topar escondido em algum verbete, não significa, entretanto, que ele seja estranho à ambiência continental, uma vez que não procede de genuína fonte portuguesa, como parece.

De feito, e sobretudo no que concerne à gíria da malandragem profissional, nossa vizinha Argentina tem opulentado sobremodo o vocabulário brasileiro.

A jerga do vadio e delinquente portenho (são palavras de Jacques Raimundo nos “Vocabulários Indígenas da Venezuela”) tem reflexos notáveis no vocabulário nacional. O calão do malandro carioca ou fluminense perfilhou numerosos termos da jerga do delinquente argentino, na tendência imperiosa de universalizar a triste linguagem do criminoso. E transcrevendo alguns desses vocábulos de sentido arrepiante e celerado, Jacques Raimundo consigna **cana** (prisão e xadrês), **engrupar** (enganar, iludir), **escruchante** (gatuno arrombador), **espiente** (furto de mercadorias em amostra), **lunfa** (gatuno iniciante), **punga e punguista** (batedor de carteira).

Nada porém de “arigó”, e a este substantivo que filtra velhacaria e agilidade de unhas, consoante a literatura da rapinagem dos jornais, é que se cinge o apelo de “O Jornal”.

Se eu não respeitasse a língua do meu País considerando-a o mais robusto elo que aperta os sentimentos de fraternidade e de solidariedade da raça, não devendo, portanto, ser apoucado com fantasias gramaticais absurdas e delirantes, aproveitaria o ensejo que agora se me oferece para inventar uma etimologia mirabolante de “arigó” e inseri-la no catálogo de muitos desvarios que por aí correm, subscritos até por eminentes autoridades. Inventaria, por exemplo, o étimo iorubano “**ogó**”, significativo de haveres e riquezas, e ajojando-o a um prefixo imaginário de qualquer dos idiomas negróides que subsidiaram o nosso idioma, forçaria “**arigó**” a traduzir o espoliador ou surrupiador de bens alheios, assanhando destarte, com a minha criação estapafúrdia, os venerandos próceres da gramática e da filologia.

Mas, nestas matérias, a honestidade da consciência está acima das toleimas vaidosas. E a verdade na questão proposta, está a meu ver, no seguinte: se o nome não se origina no idioma que os portugueses nos herdaram, nem é possível filia-lo a nenhum dos outros que cooperaram e ainda cooperam em nossa linguagem, será forçoso ensartar “arigó” no infinito acervo das palavras, das expressões ocasionais, “das criações populares abruptas, espontâneas, nascidas das necessidades do momento, para reforçar uma idéia, colorir uma imagem ou exaltar uma impressão”, na frase viril e exala de Mariassy, arguto observador desse fenômeno linguístico no alemão e francês.

E, assim sendo, o “arigó”, sem raiz conhecida e certificada, conseqüentemente sem um sentido próprio e fundamental, pôde adotá-lo com a maior elasticidade, fazendo-o compreender todas as formas imagináveis da sutil atuação dos maladrins, notadamente aquelas que o grande padre Antônio Vieira enumerou, na conjugação dum expressivo verbo latino. A latitude do significado atribuído a “arigó” é a mesma de todas as palavras que, isentas de limitação sinonímica por não se lhes poder fixar a etimologia, comportam enorme extensão de sentido: “arigó”, ou o malandro adventício que, tirando todas as vantagens de ser desconhecido no meio em que opera, exercita com mais segurança e eficiência a arte de despojar o próximo daquilo que possui.

É possível flexionar no feminino a palavra “arigó”? Penso que neste ponto a questão se resolve por analogia. Se os nossos mais grados escritores admitem um jaó e uma jaó (ave), um socoró e uma socoró (árvore), não vejo razão para retirar a “arigó” a qualidade de epiceno. Salvo melhor juízo”. JOÃO LEDA.

Essa pesquisa de João Leda, com a sua notável elegância e estilística, no trato semântico do fenômeno “arigó”, iria merecer contestação do prof. Martins Santana, catedrático de Português do Ginásio Amazonense Pedro II, e também uma autoridade linguística, que saiu em defesa do “arigó”. O seu trabalho, muito longo, prolixo e erudito, sob o título “**ARIGÓ, forma envolvida de ARICÓ, palavra do nhengatu**”, ocupou uma página inteira do “Diário da Tarde”, de Manaus, edição de 11/10/43, e vai a seguir reproduzido, nos seus principais tópicos, resumidamente:

Há, no domínio corrente da linguagem, aspectos e temas palpantes, muito mais capazes de justificar a saída de um professor da ambiência de suas intuições, cogitações e reflexões do que a pequenina palavra “arigó” a que o nosso povo, na expansão de sua curiosidade e humor, vem dedicando ultimamente muita atenção e interesse.

Viríamos, em verdade, com mais ledice, a público se estivéssemos incumbidos de dizer aos escritores, um bom conselho, que repilam, de uma vez para sempre, em seus escritos, os termos **dignitário, pirlampo, e siamês**, que são todos verdadeiramente defeituosos e cediços..... Teríamos mais desembaraço e garbo, com certeza, em alinhar aqui, demonstrativamente, vários trechos nos quais a palavra romaico estivesse empregada falsa e erroneamente..... Ser-nos-ia mais simpático, sobretudo, dissertar a respeito dos adjetivos gentílicos..... Com mais disposição espiritual estaríamos, na imprensa, se viéssemos dissertar sobre os vocábulos **melódico e melodioso..... ameríndio..... ameríncola**.

Mas o povo, atualmente, não aceita esses planos de altura e, no anseio da alma em que se encontra, não sente predileção por esses estudos de pura filologia. Pretende saber, agora, o que significa o termo arigó e como deve ser feita a variação do gênero dessa palavra. Atendamos, assim, com boa vontade, a essa aspiração popular.

Gustavo Barroso..... em sua obra “Terra do Sol”, falando das pragas que investem contra a agricultura..... O Ceará é vítima de uma espécie de pombas nocivas que vivem em grande coletividade. Relata que taes pombas são pequenas, pardacentas, migradoras, estadeando aqui e ali sempre em grupo de milhares e milhares. Essas multidões barulhentas descem no sertão, numa varjota, junto a uma poça, para dar começo à postura de seus ovos em grande agitação, reboliço constante, arrulando, gemendo e chiando..... que revolteiam, sobem e descem..... se beliscam, se ferem e ensanguentam..... comem, velozmente, em atropêlo..... deixam o lugar..... as árvores ficam despaginadas, escoriadas e enfermiças e o chão entulhado de penas.....

Essas pombas selvagens, que costumam estragar a lavoura, no Ceará e na Paraíba, têm o nome de avoantes, termo que se encontra averbado no moderno Dicionário de Santos Valente, no de Cândido de Figueiredo, no de Silva Bastos e no de Gustavo Barroso e Hildebrando Lima..... O Escritor Gustavo Barroso ao versar o tema das avoantes não empregou, nem uma só vez, o vocábulo aricó ou arigó. O Dr. Melão Leitão... não utilizou também esse substantivo.... os vocábulos modernos..... e as modernas obras..... inclusive José Américo e Rachel de Queiroz não exercitam esse vocábulo..... O Dicionário de Gustavo Barroso e Hildebrando Lima, ao tratar de **avoantes (Zenaida auriculata) enumera, à explicação do verbete, os oito nomes que dão a essa ave (cardinheira, bairará, parará, pomba de bando, pomba de sertão, pomba de arribação e rebaça)** e, entre eles, não intercala ou sugere, ao menos, o termo **arigó**.

A ausência de dicionarização de tal vocábulo, entretanto, não constitui argumento que possa enfraquecer as considerações que vamos emitir..... que se apoiam no testemunho de pessoas idôneas.

O sr. José Rodrigues da Mota, velho sertanejo cearense, afiançou que arigó é uma ave de arribação..... embora não nos satisfaça o trecheio, a subsentença adjetiva de outro sertanejo, a qual, presa àquele termo, parece ter influído bastante no espírito do sr. Mota. Ouvindo outras pessoas que viveram no Nordeste..... somos informados que no Ceará e Paraíba se usam, indiferentemente, aricó e arigó dirigidas às pombas de bando, as avoantes..... Em conversa que tivemos com o Dr. Antônio Telles, que é filho do Ceará, declarou-nos que o sr. José Rodrigues da Mota é que está com a razão..... E diante do ponto de vista que se focaliza, não estamos errados em acreditar, ao contrário do Dr. Antônio Telles, que o vocábulo aricó ou arigó serviu para denominar, a princípio, tão somente as pombas migradoras, que haviam recebido em língua européia o batismo de avoante, depois do que se estendeu..... às aves ribeirinhas, a que se adstringe o sr. Rodrigues da Mota.

Antes de existir, em nosso País, a língua européia, de onde saiu a avoante, os animais, as regiões e as plantas possuíam já uma denominação própria feita dos elementos da língua

brasílica..... ora as pombas selvagens do sertão... em virtude da ação demolidora de seu bico contra as companheiras, as plantas, às sementes..... apresentam a probabilidade de haver recebido a denominação indígena de aricó, que quer dizer ave que fura, ave que esgravata, palavra que evoluiu depois pelo abrandamento do fonema e no atual vocábulo arigó.

Consultando as obras de Amadeu Amaral, Plínio Airosa, Raimundo Morais, Constantino Tastevin, Carlos Teschauer, Dom Frederico Costa, Batista de Castro e Alfredo da Mata, podemos verificar, a basto, que o elemento **ara, ara,** ou **ará,** do idioma tupi, é uma palavra simples que..... significa ave ou pássaro como nas seguintes palavras: **arara, araruna, arapai, araraquara, ararapira, araçari, aracanga, aratinga, araguari, araponga, arapaço, ariramba,** etc.

Batista de Castro consigna icó, ycó, ecó, icu – ser, morar, viver, andar; o que fura, o que esgravata. Eis pois as bases que alicerçam a nossa opinião, ao pensar que, na língua indígena, as palavras ara e icó, aglutinadas num só vocábulo, deram primeiramente, **aricó,** e, em seguida, **arigó,** do mesmo modo que, no quéchua, o termo **curi** (criança) deu **guri,** e a palavra canüção deu **carneção.**

A conversa do povo e dos letrados não exige..... rigorosa distinção sexual entre ordens zoológicas..... à vista de uma palavra de parentesco que tem masculino e feminino (o avô, a avó) é que deduzimos, com acerto, que o **arigó** ou a **arigó,** levando em conta, nesse ponto, a classe dos substantivos comuns de dois, o que não impede, de certo, ao povo de se regular pela classe dos epicenos, ou de seguir a regra geral na formação feminina dos nomes dos animais, que manda que se acrescente um a distintivo.

Assim, obedecendo à norma dos substantivos comuns de dois, é correto enunciar-se o **arigó,** a **arigó;** observando a regra dos substantivos epicenos, é justo emitir-se o arigó macho, o arigó fêmea; e seguindo a regra geral da formação feminina dos nomes, é lícito dizer-se o arigó, a arigoa. O vocábulo arigó não é também, forma de gíria, nota de jerga, voz de calão, para significar o malandro, o escroncha, o lunfa, aquele que vive de surrupiar os bens dos próximos.

Os cearenses vindos, ultimamente, ao Amazonas, é que trouxeram a palavra arigó, com a qual se apelidaram, entre si, no seu bom humor, por se julgarem, em seu destino, como as aves migradoras, num viajar constante de região a região.

A reportagem dos jornais, ao noticiar vários roubos, feitos por alguns desses recém-vindos, os quais chamou arigós, fez, sem propósito, com que essa palavra se contaminasse da idéia de ladrão. O povo das ruas, em sua alacridade garota, aceitou a contaminação e emprega, frequentemente, o termo que a involucra.

O novo sentido, no entanto, não pode dar ao termo cor de gíria..... Evidenciados os pontos mais caros deste nosso estudo, é de nobreza consignar, aqui, que os cearenses vindos ao Amazonas, em sua maioria, são todos nossos irmãos, ativos trabalhadores e honrados chefes de família, que, não sendo responsáveis pelos atos maus de alguns de seus companheiros, não devem ter satisfação no conhecer o segundo sentido dado ao termo com que, mutuamente, se apelidaram, porque isso vai, de modo indireto, atingi-los e magoá-los.

Por isso, neste escrito..... lembrando o bem que os nordestinos fizeram, outrora, à toda a Amazônia, pela sua atividade, constância e amor ao trabalho, lançamos o nosso apelo à reportagem e ao povo, a fim de que, no uso do termo arigó, evitem sempre cometer uma falta, escusem sempre incidir numa injustiça.

**Arigó,** no bom sentido humorista dos cearenses, foi aquele inolvidável Aníbal Teófilo, o simpático rouxinol de Cegonha..... Arigó foi ainda o poeta-boêmio Quintino da Cunha...

**Arigó** foi também o filósofo Farias Brito..... Finalmente, os **arigós,** no bom sentido dos nordestinos, são essas colunas de alta experiência social que, sem almoedar o caráter e dar valor excessivo aos bens materiais do mundo, vão solapando, pouco a pouco, a moral materialista de outros homens, e construindo, à custa de suor e sangue, a grandeza de bronze que virá, infalivelmente, para o Brasil glorioso de amanhã.

MARTINS SANTANA

A versão do prof. Martins Santana, meu velho e querido mestre de Português, no antigo Ginásio Amazonense Pedro II, além de demonstrar uma inigualável erudição e conhecimento, revela o seu grande espírito de humanista e independência, que, apesar de sua pobreza, constituíam os marcos de seu caráter e de sua personalidade. E sobretudo de humildade, pois acatou, em parte, a versão de um velho sertanejo cearense, José Rodrigues da Mota, que veio à lume, em “O Jornal”, de Manaus, edição de 26/9/43, sob a forma de carta, conforme segue:

“Tenho acompanhado no seu muito lido “O Jornal” a questão da significação da palavra arigó”.

Já que alguns homens de letra dessa capital **não souberam dar o significado exato de tal palavra**, cujo sentido tem preocupado a atenção de muitos, eu, como velho sertanejo, venho expor o que, de fato, sei a esse respeito: “Arigó” é uma ave de arribação, dentre as inúmeras que habitam as lagoas do nosso sertão nordestino, e alimenta-se de vermes e peixinhos existentes nas referidas lagoas (por sinal é uma ave muito suja).

Ela muda-se de uma para outra lagoa, não se contentando em permanecer em determinado lugar, pelo menos um certo período de tempo. No tempo em que eu vim para o Amazonas, quando se convidava um sertanejo do Ceará a vir para esta abençoada terra, ele respondia, incontinenti; “você pensa que eu sou “arigó”, que vive se mudando de lagoa para lagoa? “

Eis o que sei a este respeito, e peço que dê publicidade a esta minha descrição que julgo merecedora, explicando aos seus inúmeros leitores o que, realmente, é arigó.

Antecipadamente agradeço a atenção que V. S. me dispensar, no sentido acima exposto, e sem outro particular, saúdo-o cordialmente”. José Rodrigues da Mota.

Logo abaixo vinha um “post-scriptum”:

“Ao acima exposto devemos acrescentar, segundo outras notícias que obtivemos, que os “arigós” vivem em bandos, tão numerosos que, quando uma formação deles pousa numa árvore, a deslocação de ar provocada pelo bater de asas é tão grande que as folhas caem aos milhares, e as árvores ficam só no esqueleto.

São os “**arigós**” aves migratórias e de rapina, sem pouso certo, hoje aqui, amanhã acolá, sem jamais fixar, e apenas vivendo num lugar enquanto não o despojam.

A antítese do “arigó” seria possivelmente o “João-de-Barro”, que se antecipou na solução do problema da casa própria, ou talvez o próprio “uirapuru”, que no “folk-lore” aparece como o unificador da família alada, congregando em torno de si, pela magia do seu canto, todos os habitantes das copas da floresta – uma espécie de sereia da Sicília de asas. Quanto ao feminino de “arigó” o vocábulo é mesmo epiceno; diz-se “arigó” macho e “arigó” fêmea, e tudo, afinal, é “arigó”. Entre um e outro não se diferencia a plumagem[...]” (“O JORNAL”, de Manaus. 26/9/43).

### **A Versão Folclórica e Sociológica**

A primeira leva de “arigós”:

“Rio de Janeiro, 15 (C.E.): Partiu hoje, rumo à Amazônia, o primeiro contingente de trabalhadores voluntários, a fim de intensificar a produção de borracha, como contribuição do esforço de guerra das Nações Unidas que lutam pela liberdade.

A importante missão foi confiada a 21 soldados, aos quais estão afetas as primeiras responsabilidades e aos quais compete mostrar aos outros o exato caminho que devem seguir, apontando ainda os casos que merecem providências.

A turma escolheu para dirigi-la o cidadão Raimundo Lourival da Silva, grande conhecedor de todo o Brasil, pois, natural de Mato Grosso, desde cedo empreendeu viagens.

Integram a missão homens de várias categorias, sendo a maioria formada de ferreiros, carpinteiros, telefonistas e até engraxates. Reina grande interesse entre todos. São de qualquer modo os primeiros brasileiros que, voluntariamente, estabelecem o seu “front” como contribuição para a derrota do Eixo.

Cada um dos componentes recebeu um **uniforme, formado de calça azul, blusa branca, chapéu azul tipo “australiano”, mochila com rede, saco de lona, botinas e perneiras**. O equipamento é excelente, formando um belo conjunto. O material, completamente novo, está sendo fabricado em larga escala” (“DIÁRIO DA TARDE”, 15-1-43-Manaus).

O movimento imigratório, que havia sido organizado de início à maneira tradicional, com caboclos e sertanejos do Ceará, da Paraíba e do Rio Grande do Norte, ampliou-se e enriqueceu-se agora com outros elementos regionais desconhecidos e quase estranhos ao nosso meio e à nossa história econômica e demográfica. Cariocas do morro e da cidade, fluminenses de Niterói e do interior do Rio, capixabas de Vitória do Espírito Santo, baianos de Ilhéus e de Salvador,

pernambucanos de Recife, mineiros da capital e das serras. De todas as classes, cores, profissões e idades. Ferreiros, carpinteiros, telefonistas e até engraxates, diz a notícia do jornal que transcrevemos.

E ainda mais: Os choferes de caminhões que “desamarraram o pé” e perderam o breque”; operários de fábricas e usinas, cansados das máquinas e seduzidos pela oportunidade de conhecer, à custa do governo, terras e paisagens distantes, “para ter o que contar”; agricultores e trabalhadores braçais, cujo sedentarismo não pode vencer a emoção psicológica da aventura há muito recalcada e comprimida, à espera de uma válvula para a sua inquietação hereditária; empregados de comércio e de escritórios, que deixaram os seus empregos em troca de uma viagem de três e até seis meses; pais de famílias que deixaram as suas mulheres e filhos, como um baiano que conheci que viera atrás do ouro que lhe haviam prometido; filhos que fugiram de suas casas, quando o boato correu. Ingênuos, iludidos e conscientes. Desertores, malandros e trabalhadores. Fracassados, arrependidos e confiantes. Desenraizados uns e vinculados à terra outros, com interesses econômicos e domésticos, ou não. Todos os tipos humanos em trânsito, cujos caracteres psicológicos existiram sempre na população tradicionalmente brasileira. Um legítimo e típico “rush”, tão frequente em nossa sobressaltada história econômica.

A geografia da calamidade da seca deixou de existir e de expulsar o homem, desde que o inverno fizera os sertanejos voltarem, como aquele cearense que nos disse, “que nem ovelha à procura dos pastos”. Desde esse instante, não se falou mais em imigração por fome. O tema central da imigração daí por diante, de fins de 1943 e princípios de 1944, quando começou o recrutamento em massa de imigrantes para a borracha, por intermédio dos órgãos do governo, foi sempre a seringa, cuja propaganda cresceu e encheu muitos olhos de promessas e classificação econômica, ou, então, a aventura pura, a “tentação de andar”, “a vontade de fazer alguma coisa longe”. Em regra geral, uma coisa se liga à outra. A economia do apetite de seringa, com a psicologia “arigó” da aventura.

Em todas as conversas e entrevistas que fizemos com esses imigrantes, estava sempre presente esse elemento psicológico excitante, irresistível e tentador, que é a aventura. “Chegou o meu dia de andar”, declarou-me um carioca; “Só estava esperando por ele”, disse-me um mineiro. “Não quero outra vida”, explicou-me um baiano. “Eu quero é bolar por esses mundos”, confessou-me um cearense.

Cariocas faladores e traquejados da metrópole, matutos e sertanejos do interior, baianos com cara de meninos – conheci um que os colegas apelidaram de “arigó-risão” – pernambucanos duros e com cara de poucos amigos; paraibanos bravateiros, quase ciganos; cearenses e riograndenses sem destino...

A frequência psicológica do seu comportamento os identifica claramente. Uma comunhão de idéias, sentimentos e atitudes iguais. Diríamos um comportamento arigó. Comportamento que se caracteriza pela renúncia ao sedentarismo urbano, ao enraizamento rural, à comodidade e aos divertimentos da cidade, ao desprezo pela atividade agrícola do maior – esforço e aceitação instantânea de uma vida cheia de peripécias, de correrias e viagens, inquietação e movimento. Sem amor às formas estratificadas, à hierarquia convencional da ordem, da disciplina e da estabilidade. Com adesão à concorrência do menor-esforço para ganhar e voltar, às situações sociais relaxadas e sem rigorismo, à transigência com os princípios morais, cuja inteireza a polícia e a religião defendem.

Não só esse comportamento psicológico em fase das mais diversas situações e ocasiões definem o tipo “arigó”. À sua caracterização íntima se associou a sua atitude nos gestos, no modo de

andar, de falar, de vestir, que faz de longe um amazonense da terra distingui-lo: calça frouxa de mescla, chapéu-de-palha virado, blusa larga de algodão, mochila às costas, alpercata de rabicho, barba grande e a “peixeira” do lado. Andam sempre em bando, falando alto, sem dinheiro, pedindo “me dá uma esmola”. Tipos por demais conhecidos, as velhas se benzem quando os veem na rua, com medo que invadam as suas casas; os moleques caçoam deles quando passam.

Numa entrevista coletiva com um grupo de sete “arigós” observei a constância desse comportamento em quase todos eles. “Quem vem com família não pode ser “arigó”, declarou-me um pernambucano. “Família só serve para prender a gente”, foi a resposta de outro. Durante quase uma hora conversei com esse grupo de “arigós” num botequim da estrada de Constantinópolis, “como-quem-vai para o aeroporto”, zona de ação predileta no bairro de Educandos. As suas atitudes e respostas quase sempre eram as mesmas: “A gente precisa de vez em quando de mudar de clima”; “Sou artista, tenho orgulho da minha profissão”; “Conheço o movimento da minha profissão”; “Conheço a minha arte de “chauffeur”, mas não sei porque estou pegando no pesado na serraria, que nem calunga de caminhão”, queixou-se um pernambucano. Uns se consideravam deserdados da sorte, vítimas do destino ingrato, outros se sentiam felizes e contentes por poderem conhecer estas terras, “bolar por esses mundos”.

A contribuição do elemento baiano tem sido bem forte ultimamente. O instinto da aventura não é só peculiar ao cearense, conhecido tradicionalmente por sua movimentação extrema do Rio Grande ao Acre, e até extranacional. O baiano da cidade de Salvador participa também dessa psicologia. É o caso de Manuel Gomes de Oliveira, que associa de um modo profano, mas espirituoso, o “arigó” a um “santo do céu”. “Nunca vi um santo mais falado que o “arigó” nesta terra. Tudo que se faz por aqui põem a culpa em cima do “arigó”. “Arigó” faz milagres. Está em toda a parte. Não há pouso que não tenha um. É um santo danado de desordeiro. As mulheres daqui respeitam o “arigó” como se fosse um santo. Rezam quando os veem passar aos bandos pelas ruas”. Uma ironia inteligente desse baiano alegre e risão. Uma transigência que só mesmo a Bahia nos poderia dar.

**“Arigó”, santo do céu, bicho que faz milagres, santo-desordeiro e valentão, protetor-das-mulheres e dos lares.** Um cinismo que vale por uma reação contra o desprezo e o retraimento do povo do bairro em recebê-los nas suas festas, que o “arigó” faz terminar sempre em pancada, em acolhê-los cordialmente em seu meio, com medo da sua concorrência e da rivalidade, do seu arriviano aventureiro e perigoso, contrário aos seus interesses e ao espírito do povo do bairro. Gilberto Freyre, no seu artigo “Precisa-se do Ceará”, afirma que nenhum brasileiro é mais cosmopolita que o cearense. Já foi encontrado cearense até na China, em Londres e Nova York, e “isto não é fábula”, como dizia a crônica antiga dos bandeirantes que chegavam ao Peru. Não só o cearense. O baiano também.

Conheci um “arigó” cuja história é preciosa para documentar esse instinto de aventura e de viagem do nordestino em geral e do cearense em particular. José Francisco Sales é um “arigó” baiano que tem levado uma vida inteira de correrias, bolando por todas as terras. Um desses raros tipos de vagabundo que tive a felicidade de conhecer e entrevistar, é um tipo ligeiro, safado, inteligente e traquejado como ele só. “Fugi de casa quando tinha dez anos e desde esse tempo ganhei o mundo por minha conta. Bolei por todo o Nordeste. Fui ao Rio e engajei na Marinha só para conhecer o mundo. Conheço o Brasil como a palma de minha mão. Com o meu navio percorri os quatro cantos da “terra”. Estive em Nova York e abandonei o navio para morar em Brooklin”. A princípio não quis acreditar

nessa história, mas ele falava com uma convicção e conhecimentos impressionantes. Para provar o que dizia falou em inglês. Um inglês corrente, cheio de “siang” do povo. “Jumpship” foi o “slang” que empregou quando contou a sua deserção de bordo do navio. Gíria legítima de Brooklin que mais tarde me foi confirmada por um americano. Cansou-se de Nova York, onde viveu seis meses. Voltou para a Bahia. Casouse por lá e parece que já se tinha sossegado. Um belo dia chegou a “tentação de andar”. “Vendi a farda de marinheiro em troca de uma farda de “arigó”. Disse à mulher que **vinha atrás duns ouros e voltava logo**. Cheguei aqui e não vi nada. O ouro devia estar era lá no seringal. Peguei um “gaiola” e rumei para o Acre. Quando cheguei no meio do Purus, descia uma lancha carregada com “arigós” mais mortos do que vivos. Aderi à lancha que vinha voltando e dei adeus ao Acre. Agora trabalho na serraria. Tudo quanto é “arigó” **está virando guindaste de tanto pegar peso**. Eu já não aguento muito isto aqui. Estou cansado e um bocado velho para andar fazendo correrias. Acho que desta vez, quando voltar, vou me aquietar junto à minha velha, lá na Bahia”. Esta é a história cheia de peripécias e aventuras desse imigrante baiano que viveu em Brookliin e hoje reside em Manaus.

“Arigó” virou sinônimo de desordeiro, valentão, “cabra ruim”, vagabundo, que as crônicas policiais registram diariamente nas suas ocorrências. Sem residência fixa, sem profissão e sem destino certo. Um tipo que a fantasia do povo criou para caracterizar o imigrante carioca, baiano, pernambucano ou cearense em trânsito pelas ruas de Belém e Manaus. Um tipo aventureiro, vagabundo e andejo. “Que não tem casa, não tem ofício; e a rua é o teatro da valentia”, na linguagem pitoresca do registro policial desse “arigó” Geraldo Martins, do Ceará, “solteiro, sem residência nem profissão, vagabundo-mor e pau-d’água inveterado” (“O JORNAL”, 28.10.43, Manaus).

Eis aí, talvez, o melhor perfil psicológico desse tipo de imigrante formado por influências essencialmente aventureiras e ciganas, talvez a melhor definição que se poderia fazer do “arigó”. Sem ligação e responsabilidade de família, sem destino definido, que vive “mudando de lagoa para lagoa”, consoante o depoimento pessoal do velho cearense José Rodrigues da Mota pelas colunas da imprensa; “uma ave de arribação” dentre as inúmeras que habitam as lagoas do sertão nordestino e se alimenta de vermes e peixinhos”. No tempo em que eu vim para o Amazonas, quando se convidava um sertanejo do Ceará a vir para esta terra, ele respondia:

“Você pensa que eu sou “arigó”, que vive se mudando de lagoa para lagoa?”.

Arigó-ave de arribação, pássaro que só anda de bando, consoante a opinião de uns, expressão que surgiu entre cearenses e que outros pensam que se tenha originado entre os imigrantes cariocas em trânsito pelo sertão. A verdade é que o termo se generalizou para todo o grupo imigrante, entre eles mesmos, e que representa e define muito bem esse novo tipo de imigrante na Amazônia. Confesso que nenhum “arigó” entre centenas por mim entrevistados, nenhum deles me esclareceu a origem verdadeira da palavra, todos os repetiam com ares de pilhéria e brincadeira, não ficavam ofendidos com o apelido que o humor do imigrante batizou a si mesmo. Um reconhecimento de sua própria situação e do estado psicológico de sua movimentação.

O amazonense aproveitou, aliás, “o arigó” para fazer uma ligeira reação contra todos os outros elementos arrivistas que os jornais interpretaram como “aves migratórias de rapina, sem pouso certo, hoje aqui, amanhã acolá, sem jamais se fixar e apenas vivendo num lugar enquanto não o despojam”, e que a ironia e o espírito do povo compreendeu logo”. “Aves que vivem em bandos, os “arigós”, quando uma formação deles pousa numa árvore, a deslocação de ar provocada pelo bater de asas é tão grande

que as folhas caem aos milhares, e as árvores ficam só no esqueleto...” (“DIÁRIO DA TARDE”, 26.9.43, Manaus). A chegada de uma leva de “arigós”, algumas vezes com 600 e até mil imigrantes, provocava certas precauções por parte da população de Manaus, sobressaltada com as notícias que os jornais publicavam diariamente sobre assaltos, roubos e crimes que os “arigós” haviam praticado na cidade e nas estradas. Assaltos a residências, roubos e agressões que fizeram o povo temer e respeitar o “arigó”, “cabra safado”, desordeiro, valentão, que a gente identificou com os outros caracteres conhecidos em voga. Inquietação e insegurança essa que se traduziu bem na seguinte quadra popular:

“Manaus – cidade menina

Quem te conheceu como nós!....

Hoje adormeces inquieta

Pensando nos arigós” (“Diário da Tarde”, 23.10.1943, Manaus).

Foi uma reação notada nessa época pela circunstância de um policial, alcunhado “Jaraqui”, ter alvejado um “arigó”. “Jaraqui”, como se sabe, é o apelido regional do amazonense “comedor de peixe”, assim como “Jacaré” é o do paraense. Apelidos sociologicamente expressivos. “Jaraqui”, “Jacaré” e “Arigó”, cuja significação psicológica não se pode desprezar em estudo desta espécie.

As entrevistas recolhidas entre esses imigrantes são as mais interessantes. João Lucas da Silva, por exemplo, é um imigrante consciente de sua própria vagabundagem; “Sou arigó, vim com as mãos abanando e não largo a minha “asa-dearigó”, assim traduzia ele o seu sentimento de inquietação e aventura. Quando perguntei onde morava, respondeu-me que “no ninho dos arigós”. Esse “ninho-dearigós” era um barracão de madeira onde os desertores se refugiavam para ganhar a vida fora do “pouso” do governo. João Lucas parece ser um imigrante desiludido que se deixou ficar na cidade com medo de enfrentar a vida sacrificada dos seringais. Confessou-me que havia sido iludido e que estava arrependido de ter vindo. “Dinheiro de arigó não chega nem para a petisqueira, quanto mais para a gaveta. Com treze mil-réis por dia, não há arigó que se aguente. Já perdi a influência, vou voltar mesmo pior do que cheguei. **Não quero virar pedra no Amazonas.** É melhor viver pobre na minha terra do que **viver como arigó no puleiro da terra dos outros**”. Por aqui se tira que nem todo “arigó-imigrante” é um tipo exclusivamente aventureiro, possui também os seus traços econômicos que o impelem a vir. Lucas, como tantos outros, já “perdeu a influência”; outros dizem: “já perdi o apetite”, não querem “virar pedra”.

Para o imigrante, ficar no Amazonas, assimilar-se ao meio, seria a mesma coisa que “virar pedra”. Eles sentem mesmo que a sua missão é transitória, não chegam a ser imigrantes no legítimo significado da expressão. Por isso, o imigrante Manuel Gomes, rio-grandense-do-norte, estabelecido com economia própria na estrada de Constantinópolis (uma pequena quitanda), ficou muito ofendido quando perguntei se era “arigó” – “Não sou arigó não senhor. Vim como imigrante já faz três anos”. Justamente, porque fora imigrante, daquele tipo que estudamos no princípio, que veio por força da geografia da calamidade, cujos fatores econômicos e antropogeográficos predominam muito mais que o psicológico formador do “arigó” e do cigano.

Impõe-se uma distinção; naquela época surpreendemos o imigrante falar constantemente e a toda hora no seu destino: “O meu destino é o Acre”, “vou ser feliz no meu novo destino”, uma força que o impelia para os altos rios, à procura de um “habitat” psicológico e geográfico mais chegado à

paisagem doméstica do sertão; “o pé firme”, “o seringal do centro”, “a colocação enxuta”, “o alto-rio”. Um imperativo psicológico de adaptação do imigrante recém-chegado ao novo meio estranho e diferente aos seus hábitos, costumes e temperamento. Esses caracteres e tendências do imigrante cearense desses tempos, que veio “enxotado”, “empurrado”, “cutucado”, diferem e contrastam, à primeira vista e à primeira conversa, com esse outro tipo de “imigrante-arigó”, sem destino, sem pouso certo, como eles mesmos dizem e nós observamos.

Nunca ouvi da boca de um deles aquela crença no novo destino que os vai acolher, tão comum era entre os primeiros imigrantes da seca. No tipo “arigó” quase não há geografia e economia. Há, sim, bastante e de sobra, a psicologia cigana do “chegar-ver-e-voltar”. Diferente também do distintivo do primeiro, que era, como já assinalamos, “chegar-enricar-e-voltar”. O elemento enricar quase não é referido, a não ser muito vagamente. O “arigó” já sabe que não poderá enricar assim tão facilmente como o outro pensava. A experiência de mais de três anos dos colegas que chegaram mais cedo lhes ensina que aqui não se junta dinheiro com “ciscador”, nem se “enrica da noite para o dia”. Como em toda parte, nuns mais e noutros menos, a classificação econômica só chega com muito esforço, sorte e trabalho. Esforço, trabalho e persistência que o “arigó” não quer fazer nem ter. Quando perguntei ao “arigó” Vicente dos Santos, paraibano, por que não ia fazer uma plantação, já que ele era um “homem viciado na agricultura”, respondeu-me que não conhecia os “estatutos da plantação” daqui – “Até me amansar na lavoura do Amazonas, vou passar mais de ano. Estou nervoso para voltar para a Paraíba. Já vi o que queria ver, não suporto mais estar com os pés amarrados, mode essa água.

Essa **“montaria de pau” de vocês é cheia de inquisição mode a gente andar**. Se isso fosse uma terra enxuta, eu metia os pés pelo meio e ia bater no meu sertão”. “Nervoso”, “inquisição”, “pés amarrados”, “montaria de pau”, para o “arigó” significam a inquietação psicológica, as dificuldades a vencer, a sedentariedade que não quer por nada, a inadaptação e desassossego de quem não quer ficar. Os motivos que eles declaram porque vieram são quase todos idênticos, motivos “primosentre-si”. Edgar Pereira da Silva contou-me a sua história, a mesma que já estou cansado de ouvir de outros seus colegas: “Com esta influência de vir para cá, fugi um dia de casa e tomei o destino do mundo. Deixei o meu algodão crescendo e a casa do meu pai e arribei com os outros colegas. Os agenciadores contavam que a gente ganhava aqui era mais de cem mil-réis, mas se eu pego esses cabras de novo eles vão ver o diabo na vista. Por causa deles é que o nosso povo fica todo doido mode vir. Daqui prá frente não dou mais um passo. Quero ver se ainda chego em tempo de colher o meu algodão que ficou crescendo lá nas terras do meu pai”. “Fugir de casa”, “abandonar o algodão”, “diabo na vista”, “ficar todo doido”, “não dar mais um passo”, “voltar em tempo de colher”, são expressões que traduzem para o imigrante a satisfação de uma velha ideia imigrantista, de abandono às formas sedentárias agrícolas por outras mais novas e mais excitantes, de contágio psicológico que deu adesão ao movimento imigrante, de vingança, remorso, saudade e retomo. Entre deixar o algodão crescendo e voltar no tempo da colheita, estão todas as suas satisfações, todas as suas vontades, há tantos anos acalentadas e à espera de oportunidade para se manifestarem. Sem perder o fio da tradição sedentária, agrícola, economicamente eleita, e sem perder também o fio da mobilidade e da expansão hereditariamente certa.

José Lucas dos Santos é um “arigó” cearense de pouca experiência na terra, apenas quatro meses. Como milhares de outros, deixou-se ficar na cidade, que é um ambiente mais propício ao seu gênio. As razões ele mesmo explica: “Depois que cheguei foi que caí no desiludimento. Não vejo nada

daqui para crescer meus olhos. Pode ser que no seringal seja melhor, mas essa vida daqui também não dá sorte a ninguém. Estou ficando com moleira mole de tanto carregar peso lá na serraria, mas não vou pro interior nem amarrado. Já vi muito arigó gordo voltar magro que nem esqueleto de maçonaria e arigó magro voltar tão gordo que morre e não pode ver os dedos dos pés...” O “desiludimento” trouxe este imigrante à triste realidade que o esperava, tão diferente para poder crescer as suas vistas e encher os bolsos. A experiência dos seus companheiros lhe serviu de exemplo, pela pitoresca resposta que nos deu. Atualmente está trabalhando na serraria e desertou do “pouso” da Ponta Pelada, pois já estava “lesando” mais de três meses sem fazer nada. “Gosto de comer por minha conta”.

Este imigrante ainda não perdeu a sua dignidade de trabalho e de luta pela vida, malgrado todos os acidentes e surpresas que o destino lhe reservou. Centenas de “arigós” como ele estão se deixando ficar na cidade e, com isso, movimentam a vida da cidade e de certos bairros pobres, emprestando-lhes aspectos que fazem lembrar certos lugares em plena febre pioneira. O bairro de Educandos, pertinho da cidade, que até pouco tempo era um pacífico subúrbio, pacato e ordeiro, tornou-se do dia para a noite um dos trechos mais movimentados e quentes da cidade. A parte tradicional do bairro, que fica bem defronte da cidade, do outro lado no Igarapé da Cachoeirinha, em frente à Ilha de Monte Cristo, enche-se de preconceitos. Através de uma entrevista com um “catraieiro”, paraibano dos velhos tempos, que há mais de 35 anos vive no bairro, notei que o povo da parte tradicional e antiga do bairro, aliás um dos mais velhos da cidade, não gosta de “arigós”. – “Aqui ninguém gosta deles, porque são arruaceiros e vivem implicando com o nosso povo. Eles moram lá pela estrada de Constantinópolis. Educandos não tem essa gente”.

Esse catraieiro foi o porta-voz dos habitantes que se sentem moídos com a invasão de seu bairro por elementos estranhos ao meio, desordeiros, arruaceiros. É interessante observar que, não podendo expulsá-los do bairro, excluem do seu subúrbio a estrada que liga o bairro à cidade. O povo que mora ao longo da estrada, quase todo “arigó”, não é de Educandos; é povo mesmo da estrada, intruso, valentão, implicante. Uma distinção até topográfica para o orgulho suburbano. Há ali uma ladeira muito inclinada que o povo apelidou, espiritualmente, de “baixa-da-égua”. Essa ladeira serve de caminho de ligação entre a estrada que vai para a cidade e a parte velha do subúrbio onde reside a “aristocracia” do bairro. O desprezo pelo “arigó” chegou a tal ponto que quando eles querem se referir ao povo da estrada dizem: “Isso aconteceu não foi em Educandos, foi lá com os habitantes que moram pra lá da “baixa-da-égua”; **aquém e além da “baixa-da-égua”**”

O amazonense e o “arigó” imigrante. O tradicional dono da terra e o recémchegado. Conflito entre o povo que tem raiz e amor ao bairro e o imigrante que se localizou sem licença e sem folha corrida. Não há, a bem dizer, um dia em que o “arigó” não figure como herói de uma briga, protagonista de alguma farrá no bairro dos Educandos. A coluna diária de “Polícias & Ruas” dos jornais vive cheia de valentias, desordens, ferimentos, bebedeiras que revelam o estado psicológico desses arigós que se deixaram ficar na cidade.

Na maioria, esses conflitos são resultantes de uma inadaptação violenta à procura de um meio termo para uma acomodação mais necessária. Imigrantes e “arigós” que nunca beberam e que levavam uma vida cheia de dignidade e honradez em suas terras, deram para beber e brigar. Até o baiano, que dos imigrantes parecia ser o melhor da corte, surpreende-nos de vez em quando. O artista

Antônio Marcelino, “baiano velho de guerra”, de apenas 23 anos de idade, solteiro, sem ter ao menos uma garota para passar o tempo, vivendo numa nostalgia tremenda, resolveu afogar as suas mágoas em álcool, e por isso tomou um pileque baita, de que resultou o pobre Marcelino acabar com a ossada no xadrês” (“O JORNAL” , 28.10.1944, Manaus).

O cronista policial, sem querer, sugeriu-nos aqui um exemplo de um conflito e de um relaxamento moral por via de uma “nostalgia tremenda de uma garota”. Nostalgia e saudades não apenas por falta de namorada, pois as garotas do bairro têm medo dos arigós, e não chegam perto deles porque os pais não deixam. É também a falta e a lembrança de sua cidade ou de seu sertão natal, de sua família, de sua convivência, de seu algodão que ficou crescendo, de sua terra, de sua esposa, mãe ou namorada que deixou longe com promessas de voltar rico e cheio de histórias. Riqueza que já perdeu a esperança de fazer, restando apenas o heroísmo de suas valentias para poder dramatizá-las mais tarde. Brigas, valentias, bebedeiras e farras que precisam fazer “para afogar as mágoas”, até como um imperativo categórico para a justificação do fracasso e da desilusão. No regresso, então, em vez de mostrarem os seus bolsos cheios de ouro que esperavam conseguir, contarão os ferimentos que fizeram, as brigas em que tomaram parte, as histórias em que foram heróis ou vítimas, sucedâneos lógicos e reabilitados para as suas desilusões e frustrações. Sucédâneos psicológicos e morais de efeitos negativos, mas que em todo caso servem e se acomodam bem com o temperamento e a conduta.

“Arigó é um homem marcado”, disse-me um deles. “Para ser arigó nesta terra é preciso ser cabra valente e resolvido, senão acabam dando na cara dele”. “Homem marcado”, que para o imigrante corporifica a reação que sentiu por parte dos naturais da terra, dos “jaraquis” do bairro. Um outro “arigó” cearense disse-me que para viver nesta terra teria que “virar socó”, pássaro do Nordeste que só se alimenta de peixe. Virar socó, portanto, seria abandonar o seu regime econômico, psicológico e dietético de rapadura e carne-de-sol pelo nosso regime de economia destrutiva, pioneira e cruel, pelo nosso espírito de exploração sem amor à terra, e pela nossa alimentação de comedores de peixe. Se adotasse ou aceitasse essas formas diferentes e contrárias ao seu tradicional viver, o “arigó” viraria de fato um “socó”, um “jaraqui”. Por isso a expressão do imigrante é certíssima e concordamos inteiramente com ela.

Contra essa assimilação, o flagelado ou imigrante de ontem e o “arigó” de hoje se armam de unhas e dentes. Unhas e dentes que vão resultar nesses casos diários de polícia. Reação que não fica só no seu estado de espírito que quer conservar imune a todas as ingerências e adaptações rápidas ao meio. Reação psicológica que o faz andar armado com sua peixeira do lado, com medo de uma agressão que pode vir sem esperar. Agressão, aliás, que ele acaba provocando e explodindo nos seus recalques de desesperado. Os jornais noticiam diariamente o fato aqui apontado. E comum ler-se um tópico como este: “Pelo subdelegado da polícia de Constantinópolis foram apreendidas ontem sete facas peixeiras e uma navalha, de arigós valentões daquele bairro”. Peixeiras e navalhas conservariam a sua atitude e o seu comportamento fiel a si mesmo. Comportamento – “arigó” que já caracterizamos. Não é outra coisa. Um caboclo da terra com quem conversei sobre a valentia do “arigó”, declarou-me que a primeira coisa que o imigrante deixa de usar quando se amansa é a sua pajeúba. “Peixeira” ou pajeúba, que nesse caso representam o espírito de rebeldia e de defesa contra as possíveis intromissões e reações do meio em sua vida.

O “arigó” é, portanto, **um homem marcado e armado**. Marcado pela reação dos naturais da cidade que olham com soberano desprezo o seu novo competidor. Desprezo e competição que fazem alargar o significado do termo para abranger outras classes de indivíduos arrivistas e recém-chegados. Ser “arigó” é, por isso, ser um homem marcado, na expressão certa do imigrante. Homem marcado sim, econômica e socialmente marcado pela competição, pelo desprezo do subúrbio ou da cidade. E homem também armado, econômica, psicológica e fisicamente, para enfrentar a realidade, a competição e a própria situação de rebeldia às formas amazônicas de viver e trabalhar. Formas e concepções que só a muito custo e sacrifício adquirem e se ajeitam com perda sensível de sua capacidade de resistência e de sua couraça psicológica de valentões.

No ciclo imigratório referido, pela primeira vez assistimos a uma experiência totalmente nova e desconhecida. A experiência de adaptação e assimilação urbana do imigrante que chega com intuítos de morar na cidade. Antigamente, nas imigrações dos outros tempos, a cidade era a última fase que o “cearense” enfrentava na sua carreira de imigrante. Experiência e teste urbano posterior a uma vida rural que quase o absorvia e o identificava à terra. Quando vinham à cidade, já eram elementos social e economicamente identificados, cuja aspereza e dureza inicial se abrandara por via de sua domesticação nos seringais dos altos ou dos baixos rios. Domesticação e amansamento que o deixava apto para o convívio sem conflito na cidade. Fase urbana essa que geralmente surgia quando a crise apontava e como último recurso para restabelecer a sua saúde arruinada ou para gozar e esbanjar o seu saldo e passar as férias da “entressafra” na capital. “Entressafra” que compensava os apanhos e a solidão amarga de uma vida sem mulher, sem alegria e sem movimento. Ao contrário de antes, os “arigós” estão se deixando ficar pela cidade ou voltam logo do interior sem adquirir a experiência necessária que o transformaria de pronto.

A cidade, assim, terá que debastar e tolher os seus excessos de vitalidade e energia; a sua valentia com razão de ser; a sua inquietação aventureira sem possibilidades de expansão; o seu desgosto resultante de uma desilusão que não esperava; a sua falta de experiência para o convívio e para a sociedade de gente desconhecida; o seu orgulho de se sentir homem importante para poder brigar com a polícia. Brigalhão, valentão, pau-d’água inveterado, desordeiro, arruaceiro. Traços e adjetivos esses que o povo conhece e aproveita para uma reação. Conflitos que são resultados e experiências para um caminho de acomodação e conciliamento com a vida e o povo da cidade.

“Arigós” de todas as espécies e profissões deixaram-se ficar na cidade. Não somente os “artistas”, cuja tendência urbana já foi por demais estudada e conhecida, também sertanejos e agricultores, do sertão e do interior, operários e elementos sem profissão nem classificação, vagabundos, malandros e moleques das capitais e das cidades, empregados e trabalhadores. Todos esses elementos as nossas cidades terão que absorver e assimilar a qualquer custo, com ou sem sacrifício. Os primeiros, os “artistas”, pela natureza de sua profissão e pela falta de operários especializados, são, naturalmente, os mais fáceis de serem absorvidos.

Em 1854, o presidente conselheiro Herculano Ferreira Pena, da Província do Amazonas, declarou: – “Afirmam-me algumas pessoas que em certas províncias, e principalmente no Ceará, não faltarão carpinteiros, pedreiros e ferreiros nacionais que queriam vir aqui residir, como já vieram alguns para a capital do Pará” (Fala dirigida à Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas, em 1.8.1854; p. 278, vol. I, Relatórios da Presidência da Província). Operário disputado e adulado, o

“artista”, com a sua consciência profissional e a sua estabilidade de situação, não sofrerá nada com essa transplantação, porque já é um elemento acostumado à cidade. A sua rebeldia não se fará em termos econômicos. Se houver, falará apenas em termos psicológicos, quando muito. Psicologia para uma acomodação que mais tarde ou mais cedo será fatal e lógica.

Quem vai sofrer mais com a experiência urbana, logo de começo, é o agricultor e criador do sertão e da mata. Um me disse: “viciado na agricultura”, outro “viciado no cavalo e no trato das fazendas”. Vício como sinônimo de apego e enraizamento às formas econômicas de viver e trabalhar. Por isso ele não se conforma com a nossa “montaria de pau”, com a “inquisição da canoa e da água que não deixa a gente andar”, com essa história de “virar socó”, “comedor de jaraqui”, de “viver como peixe debaixo d’água na época da alagação”.

Esses fatos observei bem quando praticamente convivi com dezenas de “arigós” moradores na área do Aeroporto da Panair, onde se achavam localizados os seus “ninhos”. Em frente, há a Serraria dos Pereira, cujos operários são exclusivamente “arigós”. Os operários do bairro abandonaram completamente o trabalho com a invasão inesperada do imigrante. De forma que ficou sendo uma área econômica onde quem manda não é o dono da terra, mas o “arigó” promovido a rei e senhor. Não é outra a atitude que mantém para com os outros. Uma área economicamente sob o controle “arigó”. Não só economicamente controlada, também socialmente controlada; e não só socialmente sob controle, também estratégica e geograficamente à sua disposição. Nos melhores pontos para fazer comércio, para estabelecer uma quitanda ou uma petisqueira na estrada, na esquina da rua, num lugar comercialmente privilegiado, está o “arigó” explorando e mandando. Um tipo que chegou e venceu. Somente não invadiu a parte tradicional do bairro, e dos “aristocratas” do subúrbio, a que, aliás, está em perigo também de ser ameaçada diretamente pela invasão “arigó”.

Educandos é um bairro que está em pleno e febril desenvolvimento. Eles mesmos sentem isso e proclamam abertamente que o progresso na estrada se deve a ele. Cada dia novas áreas da cidade vão sendo invadidas. Áreas e modos de viver e de ganhar a vida. Dentro em pouco não será somente a Serraria dos Pereira o ponto de apoio inicial para a expansão do “arigó”. Não será de “arigó” somente a estrada de Constantinópolis, que lhes deu o controle estratégico do caminho por terra para a cidade; geograficamente o povo do bairro está sob o seu controle econômico.

A própria cidade de Manaus sentirá, melhor, já está sentindo a sua influência mais perto. Zonas e atividades econômicas estão ficando sob seu controle, como a do “atravessador” que compra dos roceiros e revende na beira da praia, vendedores ambulantes de verduras, legumes e frutas, peixeiros de tabuleiros na cabeça, carvoeiros de sacas de carvão nas costas à moda amazonense, quitandeiros das esquinas, carregadores e estivadores do porto, soldados de Polícia, que, aliás, foi a primeira área sob o controle “arigó”, artífices e operários de toda a sorte, alfaiates e carpinteiros, pintores e pedreiros, artesãos e “artistas” economicamente vitoriosos. Um primeiro passo para uma dominação mais forte e tenaz, a nova experiência imigrante que o “arigó” trouxe para a cidade. Um contrapeso para corrigir a sua inquietação excessiva e equilibrar a sua psicologia-trampolim.

Tudo leva a acreditar que o “arigó” é um tipo e uma criação urbana para o imigrante que vive na cidade. Quem me sugeriu isso foi um “arigó” que esteve no interior trabalhando alguns meses num seringal do Purus. Quando lhe perguntei a origem do termo “arigó” ele me disse: “Não sei quantos apelidos já botaram na gente. Quando a gente se alistou era “soldado da borracha”. Em Iguatu o povo

começou a nos chamar de “arigó”. “Arigó” nos chamaram em toda a parte do caminho, até Manaus. Daqui para cima nós deixamos de ser “arigó” e viramos “brabo”. No seringal onde eu trabalhava só me chamavam de “brabo”. O “arigó” vem ser, assim, o imigrante que se urbanizou e se deixou ficar na cidade, e “brabo” o outro imigrante mais corajoso, mais audaz, que foi para o interior à procura de um destino melhor, mais em acordo com a sua paisagem doméstica e a sua geografia psicológica. “Arigós” e “brabos”, “artistas” e sertanejos, mascates e seringueiros – aventura e necessidade.

Para concluir, esboçamos um perfil social e psicológico do “arigó”:

- Psicologia de aventura em termos de geografia excitante e arrebatadora:  
“Eu vim conhecer o Amazonas – um “arigó” cearense;
- Desenraizamento rural e apícola pela influência dos boatos e do anúncio:  
“Eu não aguentei a influência” – um “arigó” paraibano;
- Mobilidade urbana de artistas e operários em busca de uma “chance” para a sua arte: “A minha arte vale como ouro” – um “arigó” rio-grandense da capital;
- Nomadismo geográfico para satisfazer o instinto aventureiro de correrias: “Vim bolar esses mundos” – José Francisco de Sales, “Arigó from Brooklin”, N.Y., U.S.A. – um “arigó” baiano;
- Psicologia cigana de chegar-e-voltar. Geografia para os olhos e não economia para os bolsos: “Não vim para trabalhar” – um “arigó” carioca;
- Comportamento psicológico e moral relaxado por via de fracasso e desprezo: “Bebedeira em Constantinópolis é mato” – um “arigó” pernambucano;
- Conflitos de acomodação para afogar o desespero e o orgulho: “A rua é o teatro de sua valentia” – crônica de um “arigó” paraibano;
- Caracteres psicológicos, econômicos e morais do “arigó”: “sem residência, sem profissão, vagabundo-mor, valentão e pau-d’água inveterado” – a crônica policial de um imigrante sem lei;
- O retrato de “arigó” – bêbado, valente, brigalhão e farrista: sucedâneos psicológicos e morais de compensação;
- “Arigó” – homem marcado e armado. A reação do “jaraqui” da terra responde ao seu controle econômico e social em progresso;
- “Arigó” – “ave de arribação”, “anjo do céu”, “santo-desordeiro, milagroso e valentão”, “soldado da borracha” – o apelido, caricatura e perfil do novo imigrante.

---

(1, 2, 3, 4) – “Diário da Tarde”, Manaus, 25/10/44. (5, 6, 7) – “O Jornal”, Manaus, 28/10/44. (8) Idem, idem, idem. Este “arigó” foi por nós entrevistado e o seu depoimento faz parte da nossa versão folclórica e sociológica transcrita mais adiante. É o famoso “arigó from Brooklin”, que, aliás, serviu de tema de uma reportagem do jornalista Afonso de Carvalho, por minha sugestão, e publicada em “O Jornal” de 12/11/1944. (9) “O Jornal”, idem, 28/10/44. (10 a 13) – “O Jornal”, Manaus, 28/10/1944. (14 e 15) – “O Jornal”, Manaus, 28/10/1944. (16 e 17) – “O Jornal”, Manaus, 7/ 11/1944. (18 a 22) – “Diário da Tarde”, Manaus, 7/11/1944. (23) – “Diário da Tarde”, Manaus, 7/11/1944. (24) “Diário da Tarde”, Manaus, 7/11/44. (25) “O Jornal”, Manaus, 5/10/44. (26) “O Jornal”, Manaus, 4/10/44. (27) “Diário da Tarde”, Manaus, 25/9/43. (28) “O Jornal”, Manaus, 29/11/44. (29) “Diário da Tarde”, Manaus, 29/11/44. (30) “O Jornal”, Manaus, 12/9/43. (31) “O Jornal”, Manaus, 5/10/44.- [voltar](#)

<sup>32</sup> “O Jornal”, Manaus, 23/9/1943. “A propósito do vocábulo “Arigó””.- [voltar](#)

<sup>33</sup> “O Jornal”, Manaus, 21/9/1943. “A palavra Arigó”.- [voltar](#)



### **3 Terra de Canaan: sonho, sangue, suor e seringa – uma saga no testemunho e testamento de Plácido de Castro**

#### **I – As Legendas**

#### **II – A Batalha da Seringa, segundo Plácido**

#### **III – A Guerra do Acre, segundo Plácido**

#### **IV – O Fim do Coronel de Barranco e da Seringa**

1. A Agonia de Plácido, segundo Genesco
2. Ódio, Lodo, Sangue e Seringa na Morte de Plácido, segundo José Alves Maia
3. O Fim de Plácido, segundo Luís Saraiva Corrêa

#### **V – O Testamento de Plácido de Castro**

**1. O Coronel do Sonho:** “Inclinai os ouvidos, ó céus, e falarei: e ouça a terra as palavras de minha boca... Vê a terra de Canaan... e morre no monte ao qual subirás... pelo que verás a terra diante de ti, porém não entrarás nela...” (Deuteronômio, Último Canto de Moisés, 32:1, 49, 50, 52).

“Porto Acre está tomado, e o mesmo sol que iluminou esta vitória, há de iluminar a vitória final que será o reconhecimento de nossa soberania como Estado Independente do Acre” (J. Plácido de Castro – Ordem do Dia n.º 1, 30 de janeiro de 1903).

**2. O Coronel do Sangue:** “As minhas setas esgotarei contra eles... exaustos serão de fome, comidos pelo carbúnculo e de peste amarga; e entre eles enviarei dentes de feras, com ardente peçonha de serpente de pó... Por fora os devastará a espada dos assaltantes e por dentro o pavor...” (Deuteronômio 32:24, 25).

“A autoridade do chefe teve de ser mantida pela espada e pelo revólver” (CASTRO, J. Plácido. Apontamentos sobre a Revolução Acreana. p. 18. Rio, Tipographia do “Jornal do Comércio”, de Rodrigues & Cia., 1911).

“Neste momento estamos discutindo a sorte dos vivos, e mais tarde trataremos dos mortos que não ficarão insepultos” (CASTRO, J. Plácido. Op. cit. p.44, escrito a pedido de Euclides da Cunha quando Plácido com ele viajava em 1906, de Manaus para o Rio).

**3. O Coronel do Suor:** “Ele o fez cavalgar sobre as alturas da terra e comeu as novidades do campo e o fez chupar o mel da rocha e o azeite da dura pederneira” (Deuteronômio 32:13).

**“Apesar das privações que sofriamos, passando até fome, escassamente nutridos a milho seco torrado...” Plácido de Castro, Ordem do Dia n.º 2, de 13 de março de 1903.**

“Nesta terra (entrei) pela porta da honra e do sacrifício”. (Plácido de Castro, em carta datada de 19 de julho de 1908 ao Juiz João Rodrigues do Lago).

**4. O Coronel da Seringa:** “O Senhor te abrirá o seu bom tesouro... para dar chuva à tua terra no seu tempo e para abençoar toda a obra de tuas mãos; e emprestarás a muitas gentes, porém tu não tomarás emprestado” (Deuteronômio 28:12).

“Todo o pessoal era de recrutados roubados ao serviço da seringa, um só não entendia de cousas militares, muito menos de guerra” (CASTRO, J. Plácido. Op. cit., p.16).

**5. O Coronel da Saga:** “Esconderei o meu rosto deles, verei qual será o seu fim; porque são gerações de perversidade, filhos em que não há lealdade” (Deuteronômio 32:20).

“Que o extinto declarou quando em vida, no mesmo ato de fazer seu testamento, que queria fossem os seus ossos, juntos com os do Brandão e Baptista, transportados para Petrópolis, porque esta terra era indigna de possuí-los. Isto dizendo, terminou por pedir ao seu irmão que quando pudesse se retirasse desta terra que tão mal lhe havia pago a liberdade que lhe dera”. (José Alves Maia, 2.<sup>a</sup> Testemunha do Testamento Nuncupativo do Coronel Plácido de Castro).

“Em vida elle nada pediu à sua pátria e nada recebeu além da perseguição, da injúria, da calúnia e da morte por mão das principais autoridades federais. É justo que depois de morto, quando de nada precisa, também nada receba”. “A posteridade julgará meu filho, e é bastante” (Carta de sua mãe, D. Zeferina de Oliveira Castro, de 24.7.1929, ao senador Marechal Pires Ferreira, publicada em **O Estado Independente do Acre**, de Genesco de Castro, p. 325/326).

## **I A batalha da seringa, segundo plácido<sup>34</sup>**

### **1. Exploração Bárbara e Vampira da Seringueira**

“É este um dos capítulos deste modesto trabalho que merece maior importância, pois a borracha por si só constitui a causa da actual existência. Ao demais, necessário se torna... ser evitada a exploração bárbara e vampira da seringueira, até hoje seguida em toda a Amazônia, exploração revoltante e iníqua que em pouco tempo reduz e transforma ricos seringaeis em abandonadas florestas...”

### **2. Labéu de Euclides da Cunha**

“É bem oportuna a ocasião que se nos apresenta para, com a nossa autoridade de um dos maiores produtores de borracha do Departamento, fazermos conhecer ao Governo da República o estado actual da nossa indústria extractiva da gomme-elástica, no intuito de desfazer impressões errôneas e injustas que tenham deixado os dois últimos trabalhos do engenheiro e escritor Euclides da Cunha, publicados na revista “Kosmos”, e do nosso preclaro Ministro da Indústria, Dr. Miguel Calmon...”

### **3. Recrutamento e Aquisição de Trabalhadores**

“Começaremos pela aquisição de trabalhadores, o que se faz de costume no Ceará, no Pará ou em Manaus, e para maior facilidade de compreensão exemplificaremos um seringal que anualmente necessita de quarenta homens para fazer face às perdas dos que se vão embora e dos que morrem”.

“Para fazer a aquisição de trabalhadores, manda o proprietário do seringal – o patrão, na linguagem vulgar, um encarregado, de ordinário tirado de entre os seringueiros os mais inteligentes e mais aptos a se dirigirem por si mesmo, que, numa das três praças referidas procurem engajar o pessoal preciso... adianta o dinheiro para pagamento de suas dívidas, dá-lhe hospedagem, veste-o e concorre, enfim, com tudo que é por elle exigido, e sem o que se torna impossível angariar trabalhadores”.

#### 4. Fuga nos Gaiolas

“Anunciada ordinariamente para um dia antes, a partida do navio da casa aviadora, o encarregado já com os quarenta homens, alguns com família, trata de embarcá-los verificando, então, que muitos delles teem fugido... e assim fica o pessoal reduzido de 20 por cento, o que equivale a dizer que dos 40 engajados apenas embarcam 32. Chegado o navio a Manaus, o pessoal quer desembarcar contra o que não consegue o encarregado oppôr embargo; os innúmeros botes que cercam o navio levam-nos para terra de onde muitos se evadem. Quando não é Isto, só os agentes do Estado do Amazonas que vão a bordo de todos os navios em viagem para o Acre alliciar pessoal para os batalhões de polícia...”

“As próprias autoridades federaes, algumas infelizmente, a serviço dos Governos do Amazonas, se teem prestado a fazer taes perseguições aos proprietários do Acre... referindo o facto de ter o Capitão do Porto de Manaus, em 1904, retirado de bordo de um vapor um pessoal que nos era dirigido, sob o pretexto de que os homens vinham **constrangidos e iludidos servir como soldados!**... ainda há pouco... a casa Souza & Cia., de Soledade... perdeu em Manaus todo o pessoal que lhe vinha destina do”. “Os navios que saem do Pará, destinados ao Acre Federal, não teem necessidade de fazer escala por Manaus...” “Levadas em linha de conta todas, estas perdas, ainda mais acrescidas com a dos que fallecem em viagem pela deficiência extrema de alimentação, e sobretudo pelas diversas epidemias... pode-se calcular que o pessoal chega ao porto de destino reduzido a pouco de mais 60 por cento”.

#### 5. Chegada dos Brabos

“Os 24 homens chegados ao seringal aí são provisoriamente instalados nos barracões da margem, de onde, decorridos alguns dias, são transportados para os diversos centros com as suas bagagens e mercadorias fornecidas, viagem que é sempre feita em animaes, pois os **igarapés**, ao contrário do que se julga, não dão trânsito nem às montarias. Em poucos dias todos estão colocados definitivamente nos centros que lhes foram indicados; aí lhes são mostradas as bocas das estradas que os empregados do seringal fazem percorrer pelos **brabos**”.

“Começa, então, o trabalho do seringueiro que até aqui ainda não foi “indignamente explorado”: limpa as suas estradas, operação que faz aproximadamente em um mez, isto é, quinze dias para cada uma das estradas em que tem de trabalhar, e dispõe-se assim a iniciar o corte da

seringueira, o trabalho do corte começa no máximo a primeiro de Maio e é feito alternadamente nas duas estradas. Cada estrada tem, em média, 150 seringueiras ou, para não nos afastarmos da tecnologia vulgar, tem 150 **madeiras**".

## 6. Jornada de Seringueiro: Corte, Arreação, Coleta e Defumação

"Às 4 horas da manhã", desperta o seringueiro; prepara uma xícara de café que elle toma, algumas vezes escoteiro, outras vezes com macacheira, e não cachaça, como diz o Dr. Calmon, calça o sapato de seringa, pega o balde e a machadinha e apressa-se para sair a caminho da boca da estrada, distante de 30 a 50 metros de sua barraca".

"Uma vez na boca da estrada onde está a primeira madeira, deixa o seringueiro o balde, faz as incisões sob as quaes embute as tijelinhas e assim percorre toda a estrada, repetindo em cada madeira a mesma operação. As incisões são feitas circularmente, mediando 44 centímetros entre elas. Os golpes nos dias subsequentes são dados abaixo dos primeiros, de modo a constituir por fim uma série de incisões em um mesmo plano vertical, série de incisões a que dão os seringueiros o nome de **arreação**".

"A **estrada** sendo uma curva fechada, cujas extremidades se tocam em sua boca, o seringueiro, terminada a operação do **corte**, encontra-se novamente no ponto de partida; feita ahi uma ligeira refeição, pega o **balde** e começa a colheita do **leite**, percorrendo de novo a estrada. Depois de colher o leite, ele deixa as tijelinhas ao pé de cada seringueira... volta, então, para a barraca, ao lado da qual, protegido por um tapiry,<sup>35</sup> se acha o **defumador**, constituído por um **boião**, espécie de forno com uma chaminé, em cujo interior crepita o fogo aumentado por particular combustível que lhe fornecem os caroços de algumas palmeiras, entre ellas preferido o **Urucury**, e cavacos de algumas madeiras, taes como a carapanaúba, a maçaranduba, o piquiá, etc."

"Começa agora a defumação: o seringueiro sentado ao lado do boião, tendo ao seu pé uma grande bacia onde reunio todo o producto do dia, vai banhando com leite o cavador, longo cilindro de madeira colocado por sobre a chaminé, cuja fumaça que della se desprende, o envolve determinando a coagulação do leite. E em seguida banha de novo o **cavador** e o expõe de súbito à ação da fumaça e assim continua sucessivamente até acabar o leite da bacia. Faz a segunda refeição, já à noite, e deita-se para o dia seguinte recommear, pela madrugada a sua afanosa lida".

"**Com** as defumações sucessivas, a borracha coagulada vai-se avolumando sobre o **cavador**, até que, quando tem o seringueiro dispendido cerca de 50 a 55 frascos (um frasco corresponde a um kilo de borracha coagulada), fica constituída a **pelle**..."

"O seringueiro vai acumulando estas **pelles** de borracha em torno de sua barraca, e à medida que é possível são transportadas para a margem onde todas devem estar no período de subida dos vapores, que coincide com o fim do fabrico. O transporte sempre feito sobre animaes e, por isso mesmo, difficilimo, dadas as enormes distâncias dos centros, que em alguns seringaes como Capatará, Catuaba e Bagé, distam algumas vezes mais de 80 quilômetros do barracão da margem".

## 7. Burros e Comboieiros

“Cada muar custa em média, 900\$000 e devido à deficiência de pastagem, principalmente devido à epizootia terrível que dizima annualmente, e o proprietário obrigado a estar constantemente fazendo aquisição de novos animaes, despesas sempre avultadas que vão-se reflectir directamente sobre a borracha. E assim, excessivamente onerada, ella é embarcada para o Pará, onde vai ser sujeita aos inúmeros impostos, às explorações de toda a sorte, para enfim liquidar o producto que deve fazer face às avultadas quantias dispendidas com a sua extracção”.

## 8. Impostos Escorchantes

“O Governo Federal retira 23 por cento do seu valor: o frete até o Pará despense cerca de 6 por cento; o seguro exige 2 por cento; o commissario de venda quer 3 por cento, e por fim a borracha tem sofrido uma perda de 34 por cento, sem levar em linha de conta as despesas de beneficiamento, entreposto, etc.”.

## 9. Aviadores e Contas de Venda

“Vendida pelo **aviador** ao preço, do dia, é o producto líquido levado a crédito do proprietário que, por sua vez, mediante as respectivas **contas de venda**, credita ao seringueiro. É por ocasião da venda da borracha nas praças do Pará e Manaos que teem lugar as mais revoltantes explorações”.

“O proprietário é torpemente roubado na classificação e na pesagem, e só depois de tantos e tão grandes assaltos são confeccionadas as chamadas contas de venda, onde não há declaração alguma de autenticidade da parte do comprador, de forma que, muitas vezes, como nos aconteceu recentemente, a borracha vendida a 6\$800, líquida apenas 4\$700 por kilo”.

“Se o seringueiro, ao fim de tudo, satisfeitas as despesas de sua manutenção durante o ano, tem algum saldo, o proprietário deve pagá-lo, utilizando-se para isso do dinheiro que lhe remetem os aviadores com uma comissão de 10 por cento”.

“Proprietários e seringueiros são realmente “indignamente explorados”, mais pelo Governo Federal que tão pesadamente taxa a exportação de seus productos e pèlos comércios aviador e exportador de Manaos e do Pará, que impiedosamente sugam a última gota de seu sangue. Mas a despeito de tudo, esta indústria ainda não está morta, o que é bem de admirar; ella continua a enriquecer os cofres nacionais e o commércio, embora seja lamentável o estado financeiro de todos os seringaes...”

## 10. Abastecimento e Preço

“Veamos agora o abastecimento dos seringaes... o aviamento é feito a crédito em casas comerciais de Manaos e do Pará, e consiste quasi que exclusivamente de estivas; os **objectos de luxo** que tanto deram o que falar ao Dr. Calmon, não são por nós importados. A mercadoria é vendida mais cara ao proprietário do Acre do que a qualquer outro e, além disso, é onerada de avultadas comissões, porque as casas aviadoras quase sempre compram a terceiros, o que vae pouco a pouco encarecendo cada vez mais o seu valor. Para que V. Excia. ajuíze melhor dos elevados preços por que chegam as mercadorias ao Acre, basta-nos dizer que reunidas todas as despesas inclusive frete e

seguro, ellas nos veem com um ônus de 70 por cento de seu valor no Pará. Assim, um kilo de charque comprado por 1\$200, preço de factura, chega no médio Acre por 2\$040; uma saca de sal de custo de 4\$500, por 7\$500; uma sacca de milho de 12\$000 por 20\$400; um kilo de quinino, medicamento indispensável nesta região, custa no Pará 200\$000 e chega-nos por 340\$000!...”

“Considere-se ainda mais as deteriorizações que as mercadorias sofrem, neste dia, dentro, de pouco tempo; que os productos para nosso consumo, desembarcados na Praça do Pará, com quem temos maiores relações commerciaes, são contra todos os dispositivos de lei, sobrecarregados dos impostos inter-estaduaes, tanto pela Intendência como pelo Estado, e facilmente se avaliará por que preço irão os proprietários vendêl-os aos seringueiros. Os Drs. Miguel Calmon e Euclides da Cunha, surpreendidos pelo que há de fabuloso nos preços de nossas mercadorias, andaram mal em attribuir aos proprietários a extorsão de que são vítimas os seringueiros...”

### 11. Bugigangas e Supérfluos

“Um outro ponto... do luminoso parecer do Dr. Calmon, que precisa ser refutado, é a maneira vergonhosa de que diz lançarem mão os proprietários para fazer “tentar o pobre seringueiro”, a quem obrigam a comprar por fabulosos preços objectos de luxo, frascos, armas, etc., que elles tem arditosamente espalhados em desordem pela barraca, a fim de “decidir as maiores compras e a novo débito”. Tudo isso sabia o Dr. Calmon é uma inverdade; ao proprietário, o seringueiro compra apenas o que é estrictamente necessário à sua manutenção. Alguma cousa há, entretanto, que na descrição do Dr. Calmon, neste particular, se assemelha aos costumes do seringueiro, de índole muitíssimo perdulária.”

Terminado o fabrico do anno, os seringueiros, em avultado número, veem para a margem, onde são sustentados a expensas do proprietário. É ocasião da enchente do rio e da subida dos vapores. O seringueiro reclama do patrão o seu saldo e, se não o tem, pede dinheiro e vae para bordo dos navios onde em cada camarote de oficial está improvisado naquelle desalinho... um pequeno armarinho, uma ciganagem no dizer do povo: ahi se encontram de preferênciã os objectos de luxo, as bugigangas que tanto o fascinam e seduzem. E assim é elle vergonhosamente explorado na sua ignorância; assim contrae novos e maiores compromissos, cujo resultado, ao fim de tudo, é o prejuízo do proprietário”.

### 12. Engenheiros da Mata: Matteiro, Piqueiro e Toqueiro

“A exploração das matas virgens exige inaudito sacrificio, verdadeiro desprendimento da vida, taes e tão grandes são os perigos e as provações por que passam os que se encarregam de fazê-la, por isso mesmo é ella entregue aos homens de ânimo retemperado pelos sofrimentos”.

“Segue o explorador para o seio da floresta; acompanham-no os três rudes engenheiros da mata: o **matteiro**, o **piqueiro** e o **toqueiro** – de **jamachi** às costas, singular mochila, onde levam a rede, a munição da caça, os víveres. À medida que vão penetrando na mata ajuízam os exploradores do número de estradas que podem abrir e escolhem logo o local para a construção da barraca, de preferênciã nas proximidades de um igarapé. Feito um **tapiry**, onde devem repousar, procuram a primeira **seringueira** – a boca da futura estrada; aí ficam o **toqueiro** e o **piqueiro**, enquanto o **matteiro**

segue em procura de outra **madeira** (distante algumas vezes de dez metros, outras vezes de 60 e até de cem metros), de onde faz um sinal, seja por grito particular, seja por choque de terçado vibrado contra a seringueira, cujo som adverte o **piqueiro** de que segunda seringueira foi assinalada. Segue então nesse rumo procurando o menor desenvolvimento do caminho, o que fazendo, vai indicando a sua passagem golpeando os ramos das árvores. Chegado à nova seringueira, espera segundo signal do **matteiro**, já a essa hora em procura da terceira árvore. O **toqueiro**, que ficara no local da primeira seringueira, segue o **piqueiro** abrindo uma ligeira picada, orientando-se pelos sinais por elle deixados; e assim continuam até que encontradas 150 seringueiras, mais ou menos, está o **matteiro** no ponto de partida, isto é, na boca da estrada”.

“O tempo para a abertura de uma estrada varia com as condições da mata; um dia de trabalho, de ordinário, é suficiente para a abertura de uma estrada em boa mata; entretanto, nos taboacs levam os exploradores mais de cinco dias. Nas matas limpas, a abertura de estradas se faz servindo um só individuo de **piqueiro** e **toqueiro** ao mesmo tempo... É o **matteiro** quem dirige a comitiva; é elle a bússola da floresta, **el runbeador del monte**, na expressiva linguagem dos Bolivianos. Também o seringueiro não abre estradas; o que elle faz é simplesmente alargar a estrada em **pique** e limpál-a convenientemente: E aqui ficam pallidamente esboçados os costumes e a vida do Acre”.

## II A GUERRA DO ACRE, SEGUNDO PLÁCIDO<sup>36</sup>

### 1. O Agrimensor e os Bolivianos

“No exercício da profissão de agrimensor, munido de indispensável provisão, me achava eu no “Território das Colônias”, da Bolívia, em junho de 1902, demarcando o seringal “Victoria, de propriedade de José Galdino. Os Bolivianos, senhores da região que lhe havia sido entregue pelo Governo Brasileiro, tinham elevado à categoria de Villa o povoado de Xapury, com o nome de Antônio Antunes de Alencar, que alli gozava de algum prestígio e que envidara esforços para conciliar os Brasileiros com os Bolivianos”.

### 2. O arrendamento do Acre

“Continuava, entretanto, o desgosto dos brasileiros, sobretudo devido aos rumores que lá chegaram do arrendamento do Acre a uma companhia estrangeira.

Em 23 de junho, chegaram-me às mãos alguns jornais que noticiavam como definitivo o arrendamento do território acreano e estampavam o teor do contracto então firmado entre a Bolívia e o “Bolivian Syndicate”.

### 3. Guardei a bússola, abandonei a balisa e comecei a Revolução

“Era uma completa espoliação feita aos acreanos. Veio-me à mente a idéia cruel de que a Pátria Brasileira se ia desmembrar... Guardei, apressado, a bússola de Cacella, de que estava me servindo, abandonei as balisas e demais utensílios e sahi no mesmo dia para a margem do Acre. Há muito,

prevendo esse resultado, havia fallado a vários proprietários na possibilidade de uma resistência... O Sr. José Galdino incontestavelmente foi de todos quem demonstrou melhores disposições de auxiliarme. Com elle accordei em que a revolução se faria: eu desceria até “Caquetá”, concitando à luta os proprietários, devendo romper o movimento em “Bom Destino”, seringal de propriedade de Joaquim Victor da Silva... Nessa conformidade desci a 25 do mesmo mez em uma canoa de José Galdino, passei a 29 em “Bagaço” e a 30 cheguei a “Bom Destino”. Depois de entender-me com o Coronel Joaquim Victor, que foi sem dúvida o acreano que maiores sacrifícios pecuniários fez pela revolução, ficou accordado descermos até “Caquetá”, onde se achava o Director da Mesa de Rendas do Estado do Amazonas, que proclamava lhe haver remettido o Governo deste Estado<sup>37</sup> grande cópia de armamentos com destino à revolução...”

#### **4. O Encontro e a Conspiração dos Coronéis de Barranco**

“No dia 2 de julho, em “Caquetá”, nos reunimos: eu, o Coronel Joaquim Victor da Silva, proprietário deste seringal e de “Bom Destino” e ex-vice-governador do Acre em uma das malogradas revoluções; Domingos Leitão, homem de prestígio, residente no seringal “Esperança”; Domingos Carneiro, residente em “Floresta” ex-vice cônsul do Brasil em “Porto Acre”; Rodrigo de Carvalho... e o Tenente Antônio de Carvalho. Tratamos tão somente da Revolução, e, por proposta minha, assentamos que se formaria uma junta revolucionária que se comporia dos Coronéis Joaquim Victor da Silva, José Galdino de Assis Marinho e Rodrigo de Carvalho... tendo ficado assentado que seria eu o comandante-em-chefe, accordouse também que, em rompendo as hostilidades, ficaria extinta a junta revolucionária) para que só ficasse em acção uma única autoridade – O Comandante-em-Chefe - a quem todos se deveriam submeter. Voltei para Xapury incerto do êxito da revolução, pois todos declaravam que empenhariam o melhor da vida, mas ninguém queria ser o primeiro”.

#### **5. A Sirga: “Patrão, hoje eu não trabalho”**

“A 4 de agosto, era a primeira segunda-feira deste mez e dia que os Acreanos consideram aziago... Um dos meus remadores, um velho ébrio, disse-me pela manhã no momento em que o mandei puxar a sirga: “Patrão, hoje eu não trabalho; é a primeira segunda-feira de agosto e pode haver algum desastre”. Não havendo meio de convencê-lo... puxei do meu revólver... e com um tiro indiquei-lhe o caminho a seguir... Às dez horas da noite desse dia, passei junto à povoação do Xapury, sem ser percebido... Ao passar pela povoação mandei por terra um homem a “Victória” communicar ao Coronel José Galdino que eu ia por água e que elle deveria reunir immediatamente todo o seu pessoal, pois conforme ficara assentado, a essa hora todo o Baixo-Acre deveria estar conflagrado”.

#### **6. “Es temprano para la fiesta”**

“O Coronel Galdino mandou... reunir o seu pessoal... conseguindo o comparecimento de 33 homens, inclusive o seu filho Mattoso. Com esses 33 homens, seguimos em canoas para Xapury, onde chegamos às cinco da manhã no dia seguinte. Sem que soubéssemos era 6 de agosto da festa nacional da Bolívia: era o dia da sua independência, pelo que estava preparado uma grande festa. Na véspera haviam as autoridades dormido muito tarde, depois de abundantes libações...” “Ao saltar em terra,

dividi a pequena força em três partes para atacar simultaneamente as três casas, reservando para mim a do centro que era a Intendência, a do Sr. Alfredo Pires para o Sr. Galdino e a de Augusto Nunes, na outra margem, para Antônio Moreira de Souza”.

“Tudo correu como eu havia determinado. Penetrando na Intendência, de lá retiramos umas carabinas e dous cunhetes de balas; em seguida chamei-os em voz alta. O intendente mal acordado ainda, respondeu: “Es temprano para la fiesta”, ao que lhe retorqui: “não é festa, sr. Intendente, é revolução...” Prendi-os todos... Assim começou a revolução”.

## **7. O Estado Independente do Acre**

“Neste mesmo dia continuamos a reunir gente... Convoquei uma reunião para às duas horas do dia seguinte, que se realizou como eu desejava. Nella expus as razões que determinaram a revolução, e, aparecendo o desejado entusiasmo, fallaram com brilhantismo maior os Srs. Albino dos Santos Pereira, Gastão de Oliveira e Manfredo Alvares Affonso”.

“Em seguida convidei-os a proclamarmos a Independência do Acre, com o nome de “Estado Independente do Acre”, e no acto de ser erguida a bandeira ao som da marcha batida, pois já havia um corneteiro entre nós, todos se descobriram respeitosamente. Foi lavrada uma ata, de que mandei extrahir umas 20 cópias, que mandei distribuir rio-abaixo, immediatamente, enviando uma ao Governador Boliviano em Porto Acre”.

## **8. Soldados-Recrutados da Seringa**

“Todo o pessoal era de recrutados roubados ao serviço da seringá, um só não entendia de cousas militares, muito menos de guerra... Observei que das minhas forças, parte estava vestida de azulão e parte de roupa clara e que no combate a mortalidade fora quase que somente entre estes... Resolvi, por isso vestir os soldados com uniforme azul... Aboli também o galão dos punhos e do “bonet”, consistindo os distinctivos em botões de madrepérola no lugar da carcella. Estas medidas diminuíram o alvo dos novos soldados e ao inimigo impediam que delle fossem conhecidos os officiaes”.<sup>38</sup>

## **9. A mobilização e a marcha**

“No terceiro dia de viagem de baixada encontrei um próprio que me enviara o Coronel João do Monte, comunicando-me que o batalhão boliviano, esperado em Capatará, alli havia chegado com grande effectivo. Continuei a marcha... e dizendo-lhe que “a despeito da desproporção numérica, eu me sentia feliz por tão cedo haver chegado a occasião de por em prática o que pregara pela palavra”. Chegado a Itu, mandei reconhecimento a Capatará. Era falha a notícia... isto se passava a 30 de agosto. A Capatará chegamos pela manhã... continuando a viagem... rioabaixo, pousamos de novo em “Bemfica”, onde soube que com a minha demora, occasionada por moléstia grave, muitos dos companheiros, dando credito ao boato da minha morte, haviam desanimado e fugido para o Brasil e outros se haviam deixado prender em casa pelos Bolivianos. Que situação dolorosa aquella!”. “A desobediência começou a lavrar, de modo que a autoridade do chefe teve de ser mantida pela espada e pelo revólver. Poucos compreenderão o quanto tem de horrível uma situação como aquella em que me encontrei, em que cada dia que passa é um anno de existência que se nos rouba”.

“A 1.º de setembro, acampe, à noite, no barracão “Panorama”, de Antônio Barbosa Leite... Na manhã seguinte acampe em “Liberdade”, onde me ocupei até o dia 7 do mesmo mez, em convocar os vizinhos e reunir gente... Às dez da noite... desci até Caquetá, no dia seguinte 8, chegamos a “Bom Destino”... Em Caquetá já não encontrei os emigrados que haviam voltado ao Acre por outro caminho. Achava-se alli o sr. Gentil Norberto que havia trazido de Manaus 120 “Winchester”, cem encapados de farinha e 12 cunhetes de bala. Dizia-se encarregado pelo Governo do Amazonas de fazer a guerra no Acre. A ignorância deste moço em assumptos de guerra era tão completa que se presumia bem armado... O sr. Rodrigo de Carvalho, o homem mais medroso que tenho conhecido, também alli se achava e se dizia com a mesma incumbência do Governo do Amazonas. Passavam ambos os dias em discussões estéreis e em troca de insultos... Voltei no dia seguinte a “Bom Destino”, onde encontrei o Coronel Joaquim Victor da Silva. Assentamos que elle faria reunir todo o pessoal e se entrincheiraria no barracão. Rumei em seguida para “Bagaço”, onde accordei com o sr. Basilio Gomes de Lyra a reunião deste pequeno povoado e do seringal”.

#### **10. O Encontro com o seu futuro e indigitado assassino**

“Dahi segui immediatamente para “Liberdade” e em caminho encontrei-me com o Tenente-Coronel Alexandrino José da Silva, indivíduo analphabeto, mas com prestígio entre os seringueiros. Encarreguei-o de proceder o recrutamento... Encontrei más notícias: em minha ausência o pessoal se revoltara... Isto se passava mais ou menos a 15 de setembro. Achando-me com cento e tantos homens distribui-os no serviço de recrutamento e fiquei com 70 no acampamento”.

#### **11. A Estréia e a Primeira Derrota em Volta da Empreza**

“Na noite de 17 para 18, recebi um aviso do piquete, dizendo-me que o inimigo se achava em “Missão” em grande número... Tinha comigo 63 homens, mas com elles marchei à meia-noite na esperança de compensar a diferença do número com uma emboscada... Contra a suposição de todos, inclusive a minha, os bolivianos... haviam marchado toda a noite, guiados por Antônio Portuguez, de forma que, ao romper do dia, se emboscaram no campo de “Volta da Empreza”, onde nós, ao entrarmos, recebemos em cheio a primeira descarga em pleno campo. Apesar de sermos todos recrutas, a confusão não se estabeleceu entre nós... Com dificuldades... consegui estender a linha... cada soldado dos nossos tinha 50 tiros, munição bastante para um revolucionário previdente, porém insignificante, para elles que atiravam a torto e a direito, parecendo querer matar o inimigo com os estampidos... Extincta a munição, a derrota pronunciou-se por nós, a despeito do esforço que fiz para evitar o desastre. Vinte e dous mortos deixamos no campo, dez feridos recolhemos e uns seis fugiram. Esta foi a estréia”.

#### **12. Um intermezzo: A Primeira Derrota, segundo os Bolivianos**

“Mientras tanto Plácido de Castro no habia perdido su tiempo com los numerosos reclutas que le proporcionaram los destitos centros gomeros, organizo sus battaliones, formando un cuerpo escogido com **cearenses** y temibles capan gas (bandidos)... El 18 de Setiembre a horas 8 a. m., avistaron-se ambas fuerzas en Vuelta de Empresa; el choque fué rudo... Después de tres horas de

encarnizado combate las tropas bolivianas quedarem dueflas del campo en el que dejo el enemigo treinta y dos muertos e nueve prisioneros, 37 rifles winchester y 4.000 tiros de dotacion, 22 mannlicher con 500 tiros, viveres, concervas, licores”<sup>39</sup>.

“Habitante del Rio Acre: Una fraccion de las fuerzas que traigo para la guarnicion de este rio... na sido atacada de una manea alevosa y cobarde al 18 del presente mes... por la faccion organizada forzosamente de pacificos trabajadores por el celebre cabecilla y caballero de industria Plácido de Castro... Esa faccion de mas de 150 hombres ha sido derrotado com muchas bajas y prisioneios...”<sup>40</sup>.

### **13. A volta depois da Volta**

“A notícia de nossa derrota correu célere, apavorando os seringueiros e tornando a minha posição demais difícil... A 29 ou 30 de setembro deixei “Bagaço”, marchando para “Panorama” com 180 homens... pretendia com esta gente tentar um decidido assalto ao inimigo... Ao tempo em que eu marchava para “Panorama” chegava à “Boca do Riozinho” o Coronel Antunes de Alencar com cento e tantos homens. Ahi soube elle, de modo positivo, o desastre de 18 de setembro... e reunindo os officiaes lhes expoz os factos com as tintas mais negras, propondo-lhes por fim a dispersão das forças... O desânimo invadiu o coração de meus commandados e todos teriam fugido... se não fosse o enérgico protesto do Tenente-Coronel José, Brandão e do Capitão Cervolo”.

“Logo após estas cenas chegou ao acampamento do Coronel Alencar... que lhes contou que eu estava com as forças reorganizadas e em marcha para “Panorama”... Pelo “mateiro” de João Donato intei-me do que se passava e, incontinenti, mandei o Coronel Alexandrino e o Alferes Clynio, com ordem de assumir o comando... Isto acontecia a 30 de setembro... No dia seguinte regressou elle a “Panorama”... No dia seguinte, 2 de outubro, deixei-o... e fiz a mesma marcha com 25 homens, contornando a “Empreza” e chegando a “Nova Empreza” onde organizei a força que ali se achava... Nessa ocasião, o Coronel Alencar e o Tenente-Coronel Gastão de Oliveira tomando a palavra, em nome dos seus commandados, me aclamara General... Não acceitei tal aclamação, que, além de inútil, creava um mau precedente de promoção por pronunciamento”.

“Determinei que o ataque às forças bolivianas na “Volta de Empreza” se faria a 5 de outubro, e deixei em mão do Coronel Alencar o plano de combate, escrito e desenhado. Regressei a “Panorama”, simultaneamente pelo lado de cima e pela retaguarda. Estando marcado o combate para as 10 horas da manhã... tal não aconteceu porque o Coronel Alencar mandou as 91/2 atirar em uma sentinella inimiga o que muito alterou o resultado, pois não poude o inimigo ser colhido de surpresa”.

“Empenhou-se o combate, sendo em pouco tempo tomadas duas trincheiras... À tarde a nossa posição de sitiantes já era bem definida, mas o inimigo estava bem defendido. Por nossa parte estava em franca operação o trabalho de sapa, mas só depois de 11 dias de lutas pudemos, por meio de valas abertas em curvas reversas contra os aramados, chegar juntos das trincheiras inimigas e obrigar o Coronel Rojas a entregar-se com os seus commandados, que seriam apenas 150. Os outros, em número de 30, haviam morrido”.

### **14. A Intriga e o Combate de “Santa Rosa” e “Costa Rica”**

“Em seguida fiz marchar para “Capatará” os Coronéis Alexandrino e José Brandão, com as forças; eu descí com 60 homens, conduzindo os prisioneiros que deveriam baixar para Manaus. Em “Caquetá”, acima da linha Cunha Gomes acampeí com elles... depois acompanhei-os até o Antimary. De regresso, em “Caquetá”, recebi um officio do commandante da guarnição de “Bom Destino”, communicandome que alli chegara o commandante da guarnição de Xapury, em companhia de diversos officiaes. Pela manhã do dia seguinte marcheí para “Bom Destino”... Soube do Coronel José Galdino que elle havia abandonado o seu posto em Xapury, em virtude de uma carta que recebera do Coronel Rodrigo de Carvalho pedindo-lhe que viesse, porque o commandante em chefe se achava à morte e era preciso substituí-lo... pensavam que com a victória de “Volta da Empreza” a guarnição boliviana de Porto Acre se entregaria, e nesse caso eu, excluído por doença ou morte, daria logar a que pleiteassem o Governo do Acre, que era o sonho do Coronel Alencar, estando compromettidos a isso o Coronel Rodrigo de Carvalho e o sr. Gentil Norberto”.

“Com a pequena força que trazia, reuni-me às forças que se achavam ao “Iquiry”. Alli chegueí a 4 de novembro, e a 15, para commemorar o aniversário da República Brasileira... Terminada a revista... me chegou um aviso urgente de que o inimigo vinha a cinco horas de viagem, procedente de “Santa Rosa”, no Abunan. Destaqueí immediatamente 100 homens e com elles marcheí... Três dias depois atacávamos a columna boliviana de “Santa Rosa” e com franco successo. Nesse dia faziam dous mezes que havíamos sido derrotados no primeiro combate, em “Volta da Empreza”... O combate de Santa Rosa que durou... das 4 horas da tarde às 9 horas da noite, terminou com um vasto incêndio que ateamos às casas e trincheiras inimigas”.

“A 20 segui com toda a força reunida, 400 homens, com destino à “Palestina”, no Rio Orton. Dous dias depois, chegando ao Corichon-Vial, alli acampamos. Momentos depois, uma dolorosa surpresa... O Coronel Alexandrino que, em nome dos officiaes, me pede que não os levasse assim para a Bolívia, onde não poderiam saber o fim que os aguardava e dizendo-me que a fome já se fazia sentir. Cheio de esperança e de fé, eu não podia me conformar com a volta naquelle momento, pois na nossa marcha íamos encontrar fatalmente a victória da revolução. Entretanto volteí, depois de destruir a ponte de Couchon-Vial... marcheí para “Iquiry”, fui à “Capatará” de onde... para dalli fazer seguir a força para Itu. Na tarde... segui com uma força... para “Soledade” e por água mandei outra sob o comando do Coronel Alexandrino”.

“Com 72 horas de marcha chegueí a este porto. Dahi, unindo-me com a força que viera por água, segui para “Xapury”... no dia 4 de dezembro seguimos com 300 homens para “Costa Rica”, no Thauamano. A dez demos combate ao inimigo, derrotando-o completamente. Este se compunha de 100 homens e o combate durou apenas 35 minutos... Destruímos trincheiras e casas e regressamos a Xapury. Levamos em redes oito homens feridos, inclusive um Capitão”.

## **15. Impávidos, Serenos e Arrogantes, para lá seguiremos: o caminho agora é Porto Acre<sup>41</sup>**

“De Xapury marchamos com 400 homens para o barracão Santa Cruz, no Alto Acre, onde diziam achar-se uma numerosa força boliviana. Encontrando vestígios do inimigo, resolvi a marchar novamente para Thauamano a fim de atacar “Porvenir”... Nos primeiros dias de janeiro, as nossas forças se achavam em “Bom Destino”, “São Jeronymo” e “Caquetá”. Neste porto... iniciei o sitio a Porto

Acre. Mandei abrir um varadouro contornando o terreno, onde se deveria ferir o combate. No dia 13, achando-se tudo prompto, marquei o combate para o dia seguinte às 10 horas da manhã”.

**ORDEM DO DIA N.º 1<sup>42</sup>** – “Ao romper d’alva do dia 15 do corrente o Exército Revolucionário marchava de accordo com o plano de ataque previamente combinado, quando às 8 e meia horas da manhã” uma descarga enorme de fuzilaria, pelo lado de baixo, inaugurou o ataque de Porto Acre... O inimigo previamente preparado corou de fuzis a eminência que dominara dirigindo seus fogos para a linha de baixo e para a margem direita, quando subitamente recebe uma saudação do batalhão revolucionário commandado pelo Tenente-Coronel Brandão...”

“Nesse momento mandei executar o toque de carga para a brigada e confesso que senti passar por toda a linha revolucionária uma corrente elétrica, derramando em cada cidadão um entusiasmo que só se aninha nos corações daquelles que, cegos ao próprio instinto de conservação, envolvem-se no manto das mais nobres e generosas utopias, delle fazendo, muitas vezes, a sua gloriosa mortalha”.

“A passo acelerado, o círculo de fogo dos nossos atiradores diminuía rapidamente de diâmetro, chegando com 20 minutos a avançar a mínima distância... Nesse ponto a linha inteira deitou corpos, esperando a noite para matar a sede ardente e a fome que já nos oprimiam, e sobretudo, pensar os feridos e sepultar os que haviam sacrificado a vida no altar sagrado da liberdade; figurando entre estes três officiaes da fina flor do exército, os Tenentes José Faustino, João Ferreira e Leopoldo, todos feridos em cheio, na frente, como si a própria morte os quizesse ferir no lugar onde os heroes recebem a coroa”.

“A noite inteira foi consumida num trabalho insano, porém na manhã seguinte todos se achavam entrincheirados. Até o dia 18 às seis e meia da manhã, sitiados e sitiantes disputavam a palma da vitória. Nessa manhã, um tanto brumosa, forcei a passagem do porto, a bordo do vapor “Independência”, armado em guerra, cuja direção náutica confiei ao Senhor Piloto João Correia, assumindo eu em pessoa a direção das baterias. À manobra da volta de “Porto Acre” succedeu a primeira descarga da fuzilaria de bordo que foi também signal aos sitiantes, já prevenidos, que romperam, a um só tempo, mortífero fogo contra os inimigos”.

“Os vivas entusiastas irromperam por todas as nossas linhas com o luminoso rufar da fuzilaria. Os atiradores de bordo tanto atiravam como soltavam gritos de cego entusiasmo; o corneteiro tocava marchas de guerra; enfim o navio apitando sem interrupção – formavam o conjuncto de uma verdadeira orchestra guerreira”.

“O vapor passou<sup>43</sup> pela tarde de 23 de janeiro foram erguidas pelos sitiados bandeiras brancas em torno de suas trincheiras, sendo incontinenti suspensas as hostilidades por ambas as partes. Como emissário do Delegado boliviano, apresentou-se-me o dr. Santivanez pedindo, em nome daquelle, uma suspensão das hostilidades para sepultar os mortos... compreendi que era outra a intenção do inimigo. O emissário voltou, rompendo, em seguida, novamente as hostilidades”.

“Sem diminuir o valor e a dedicação de muitos devo agradecer a abnegação de alguns officiaes que, como o Tenente-Coronel Brandão e Majores Daniel e Andreino, entraram para as suas trincheiras e supportando a ação de um sol abrasador e noites chuvosas, só as abandonaram quando puderam erguer a nossa bandeira já victoriosa – Decidido amor à revolução mostraram também outros como o Tenente-Coronel José Antônio e o Major Basílio de Lyra... O Capitão Salinas e os três

inditosos Tenentes finados no primeiro dia de ataque... o Sargento José Barros que encarnou em sua nobre alma toda a dedicação revolucionária, indo, como allucinado por sua fé, morrer sobre o parapeito das trincheiras inimigas”.

“O sol de 24 de janeiro appareceu através da espessa cerração, mostrando-nos inumeras bandeiras brancas circundando as trincheiras inimigas. Momento após, 7 horas da manhã, o mesmo emissário do inimigo propôs a rendição da praça, sob condições que este commando rectificou... No momento em que o delegado boliviano me communicava que estava a força às minhas ordens, para a cerimônia da entrega das armas, fiz-lhe ver e aos officiaes superiores que sendo o nosso intento conseguir a Independência do Acre, como uma condição de nossa liberdade, outra cousa não aspirava... e que quanto as aparatosas cerimônias em taes momentos usadas pêlos principaes paizes do mundo, não satisfaziam o nosso espirito, visto que no meu pensar serviam mais para augmentar o infortúnio dos já infortunados pela denota, com os quaes o vencedor nobre deve ser generoso”.

“Porto Acre está tomado, e o mesmo sol que illuminou esta victória há de iluminar a victória final que será o reconhecimento da nossa soberania como Estado Independente do Acre. Viva a Revolução! Viva a almejada Independência! Porto Acre, 30 de janeiro de 1903. a) J. Plácido de Castro.

#### **16. “Pero Usted és mui Joven! Hay que nombrar la bravura”**

“Ao penetrarmos as trincheiras bolivianas, fui apresentado por D. Lino Romero aos officiaes superiores, e, no momento em que cumprimentei o Coronel Ruiz, disse-me este – “Pero U. és mui joven”, ao que lhe respondi delicadamente – “é a idade mais adequada às aventuras da guerra”.

“Perguntando D. Lino Romero ao Coronel Ruiz se tinha alguma coisa a acrescentar (à acta) disse este – “hay que nombrar la bravura de ambas las partes”; ao que lhe respondi – “de nossa parte não houve bravura, mas estou prompto a acceitar a menção da bravura das forças inimigas”.

“Os combatentes que sobreviveram ao combate, entre militares e civis, bolivianos e estrangeiros, quatrocentos e poucos, e os sitiantes 670 quando se iniciou o sítio”.

“A 26 (de janeiro), por ocasião de uma revista geral passada às nossas tropas, no planalto de Porto Acre, o Dr. Baptista de Moraes tomou a palavra da sacada de uma casa e, em nome de todos os officiaes combatentes da revolução e dos civis presentes, aclamou-me Governador do Acre e Comandante em Chefe das Forças. Nesse mesmo dia ficou o Governo organizado”.

#### **17. As Leis do Estado Independente do Acre<sup>44</sup>**

##### **A Secessão: uma nova República da Seringa?**

##### **Decreto n.º 1, de 26 de Janeiro de 1903:**

José Plácido de Castro, Governador aclamado e Commandante em Chefe do Exército do Estado Independente do Acre, decreta:

Art. 1.º – A justiça civil, a criminal e a commercial do Estado Independente do Acre, ficarão sujeitas às disposições dos códigos, leis, decretos, etc., dos E.U. do Brasil até que seja promulgada a sua constituição.

Art. 2.º – Serão válidos os títulos de propriedade, definitivos ou provisórios, até o presente expedidos pela Bolívia ou pelo Estado do Amazonas, antes da ocupação do Acre por esta República.

Art. 3.º – Fica sendo a língua oficial do Estado a portuguesa.

Art. 4.º – Fica, considerado como tipo monetário oficial do Estado Independente do Acre o mesmo dos E.U. do Brasil, sendo o papel moeda desse país valido aqui.

Art. 5.º – Revogam-se as disposições em contrário.

#### **Decreto n.º 2, de 27 de Janeiro de 1903**

Art. 1.º – Ficam creadas as Directorias de Fazenda, Justiça e Guerra.

Art. 2º – A Directoria da Fazenda abrangerá a direcção da agricultura e vias terrestres e fluviaes.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

#### **Decreto n.º 3 (Cidade do Acre, Porto Alonso), de 28 de Janeiro de 1903:**

Parágrafo Único (sic): A área do Estado Independente do Acre fica encerrada nos seguintes limites: ao Norte, a República Brasileira, pela linha traçada da nascente do Javary à foz do Beni; ao Sudoeste, o rio Beni acima da foz até a foz do Orton; deste ponto acima pelo leito do Orton até a confluência do Manuripe com o Thauamano, e dahi pelo leito do Manuripe até sua nascente principal; pelo Sul, por uma paralela ao Equador, traçada da nascente do Manuripe a fronteira do Peru; ao Oeste, finalmente com a República do Peru, revogadas as disposições em contrário.

#### **Decreto n.º 4, de 28 de Janeiro de 1903:**

Artigo Único – Fica nomeado Director da Fazenda e Inspetor da Alfândega, effectivo, o cidadão Rodrigo de Carvalho, que exercia interinamente esse cargo.

#### **Decreto n.º 5, de 5 de Março de 1903:**

Art. 1.º – Ficam creados três juizados de casamentos, nascimentos e óbitos: sendo um em Porto Acre, outro em Capatari, e outro em Xapury.

Art. 2.º – Sejam nomeados para exercer interinamente os cargos de juizes de casamentos, nascimentos e óbitos em Porto Acre, o cidadão Tenente-Coronel Gastão de Oliveira; em Capatará, João de Araújo Coelho e em Xapury, o sr. Francisco Simplício Costa.

Art. 3.º – Revogam-se as disposições em contrário.

#### **Decreto n.º 6, de 5 de Março de 1903:**

Art. 1.º – Ficam creados dous tabellionatos no Acre, sendo um em Porto Acre e outro em Xapury.

Art. 2.º – Ficam nomeados tabelliões interinos, em Porto Acre, Jesuino Nunes Versosa, e em Xapury o sr. Augusto S. Pereira, revogadas as disposições em contrário.

### **Decreto n.º 7, de 10 de Abril de 1903:**

O Coronel José Plácido de Castro, Governador do Estado Independente do Acre e Commandante em Chefe do Exército Acreano:

Considerando: que o Governo brasileiro mandou ocupar militarmente a zona compreendida entre a linha Cunha Gomes e o paralelo de 10º20';

Considerando: que é dever do patriotismo não embaraçar as negociações do Ministério do Exterior em virtude das quaes se fez a referida occupação;

E tendo em vista que para reivindicação de nossos direitos conspurcados pelo Governo Boliviano a lucta tem de continuar como até aqui, decreta:

Art. 1.º – Fica transferida para a cidade de Xapury a sede do Governo do Estado Independente do Acre.

Art. 2.º – Fica transferida provisoriamente a Alfândega do Estado para “Capatará”, até que seja determinado o ponto onde o paralelo de 10º20' corta o Rio Acre.

### **18. Uma nova Cisplatina? Um novo Bolívar?**

Após a vitória de Porto Acre e proclamado o Estado Independente do Acre, Plácido de Castro resolveu prosseguir a guerra, eis que segundo mais tarde escreveria; “Ocorre-nos à memória neste momento a Cisplatina de outrora, arrancada à nossa comunhão pelos erros da política imperial, que entendia ser a tirania o meio de manter a coesão política dos povos. Com a Cisplatina tem o Acre profundíssima semelhança”<sup>45</sup>

Ou talvez a sua ambição e orgulho de gaúcho de fronteiras e a sua vocação de caudilho tenha pressentido que a intenção do governo brasileiro, mandando tropas do Exército Brasileiro para ocupar o Acre, além de ferir a sua vaidade vinha contrariar o seu plano e o seu sonho de vir a ser um novo Bolívar nas terras acreanas. O poder de Estado que assumira bem o atesta este momento de grandeza e euforia revolucionária, que contrasta com a sua desilusão e amargura estampada na Ordem do Dia n.º 2, de 13 de maio de 1903. Os dias 26 de janeiro e 13 de maio de 1903 são duas datas que marcam o destino de sua vida: o sonho de Bolívar, realizado com o Decreto n.º 1, de 26.1.1903, no qual assumia o poder do Estado, e o cativo e exílio do herói deposto, no dia que se comemorava a libertação dos escravos, como ele bem se recordou na Ordem do dia n.º 2, de 13 de maio de 1903, quando num gesto de suprema renúncia e amargura, dissolveu o Exército Acreano e se recolheu à vida privada de seringalista e Coronel de Barranco, até aquele dia fatal de 9 de agosto de 1908, quando caiu vítima de uma emboscada de seus rivais e antigos companheiros de luta.

### **19. O Destino é Porto Rico: Prender o Presidente General Pando**

“Por decreto foram fixados os limites do nosso Estado, foi licenciada por trinta dias mais da metade da força, o que mais tarde verifiquei ter sido um grande erro”.

“Soubemos então que o Brasil mandara ocupar o Acre, ao norte do paralelo 10º20'. Fiz seguir o Coronel Brandão com 400 homens para Xapury no “Independência”. Atacado de violenta febre, fiquei em Porto Acre. Em março segui para Xapury e me dispunha a ir novamente ao Thauamano

quando tive notícia de que por aquellos dias chegariam ao Acre as forças do Exército Brasileiro. Deixando em Xapury o Coronel Brandão desci para Porto Acre a fim de receber o General brasileiro que era o Sr. Olympio da Silveira. Recebi-o da melhor forma. Deu-me a ler alguns jornais do Rio pelos quaes soube que vinha elle assumir o governo do Acre por nós conquistado; entretanto, pessoalmente nada me disse. Passando por Porto Acre não se quiz deter, mas em data de 2 ou 3 de abril publicou uma proclamação, dizendo assumir o governo daquella região. Fingindo não comprehender o quanto aquelle acto offendia a minha autoridade, baixei um decreto entregando-lhe aquella parte do território, transferindo o meu governo para Xapury e a Alfândega para Capatara”.

“Segui, pois, para Xapury, a fim de prosseguir na campanha. Ao chegar à Empresa fui falar ao General Olympio visto haver elle communicado que o General Pando atravessara o Abunã... Não tinha fundamento as informações... Perguntou-me por que eu não esperava qualquer solução por parte do Governo Brasileiro, ao que lhe respondi que, não tendo certeza dessa solução, eu ia invadir a Bolívia novamente no Thauamano, para levar ao inimigo a perturbação que elle nos traria se invadissem o Acre Meridional”.

“Estávamos em abril, nesta mesma noite segui viagem... ao chegar a “Iracema” tive communicações de “Caramano” onde tinha força em observação. Fiz seguir o piquete... e preparei-me para fazer a invasão de Porto Rico, onde eu previa deviam subir as forças do General Pando. Parti a todo vapor para Xapury, fazendo baixar por Boa Fé... toda a guarnição de Xapury, bem como o batalhão que se achava próximo ao Igarapé da Bahia... Com esta força que foi pegar víveres para cinco dias acondicionados em “jamachis”... segui para Girona, tendo feito seguir na frente o Major Daniel Ferreira com 50 homens, com ordem de assumir o comando de vanguarda. Chegando eu para Girona rompia a vanguarda de fogo contra Porto Rico, que logo é sitiado com a força que enviei. Fiz seguir também o piquete de descoberta para “Lisboa”. Dispus tudo e baixei com o resto das forças no dia seguinte, a fim de dar o assalto a “Porto Rico”.

“Já estávamos com quatro dias de fogo e o inimigo começava a enfraquecer. Pela manhã, quando fazia o Coronel José Brandão seguir para Porto Rico com as forças, recebi communicação do General Olympio da Silveira... de que fôra assinado o “**modus vivendi**” entre o Brasil e a Bolívia, de cujo conteúdo fui inteirado. Durante todo esse dia a luta foi encarniçada em Porto Rico prolongando-se pela noite a dentro. Em presença do Major Gomes de Castro immediatamente dei contra-ordem às forças do Coronel Brandão e mandei este descer a toda a pressa em canoa até Porto Rico, com ordem de suspender as hostilidades. O Coronel Brandão chegou à noite em Porto Rico com ordem de suspender as hostilidades e, quando pela manhã do dia seguinte se dispunha a comunicar ao inimigo o “**modus vivendi**”, este levantou bandeira branca para o mesmo fim. O General fazia a mesma communicação em officio, assim endereçado – “Al Commandante de las tropas que atacam Puerto-Rico”. O Major Gomes de Castro regressou no dia seguinte levando minha resposta ao General Olympio... O Alferes Azevedo Costa – trazia um officio do General Olympio para o General Pando... aquelle propunha uma conferência... que dentro de três dias o General brasileiro alli estaria... Os bolivianos... me perguntavam pelo General brasileiro que não vinha. Para furtar-se à vergonha daquellas perguntas... resolvi ir ao Acre para fallar com o General Olympio... Ao chegar ao Acre em Boa Fé não encontrei o General Olympio, que havia baixado para Empresa. Estavam sofrendo fome as nossas forças no Thauamano, onde nos allimentávamos de milho secco e aipim, pelo que dei ordem ao

ajudante General do Exército Acreano que fizesse reunir todos os muares existentes na vizinhança e os enviasse com víveres para “Gironda”.

“Os poucos soldados acreanos feridos pela indisciplina que lhes suggeriam os officiaes do Exército, dividiram-se. Uma parte delles continuou a acatar as ordens dos officiaes acreanos e a outra parte passou para o acampamento do 27º Batalhão. O General Olympio chega, e sem se entender com o ajudante-general do exército acreano manda formar incontinenti o 27º Batalhão e, com a brutalidade que lhe é peculiar, cercou a casa em que se achava o meu ajudante-general e quartelmestre-general e os prendeu, injuriando-os com o epitheto de assassinos. Em seguida mandou tomar conta da flotilha acreana, cujas bandeiras foram amadas”.

## **20. A Intriga e a Destituição**

“Espalhou-se logo o boato disparatado de que eu ia atacar o acampamento do 27º... Um dos meus officiaes, Clynio Brandão<sup>46</sup>, que assistio a todas essas scenas, caminhando noite e dia a pé, chegou a Thauamano e me avisou de tudo.

Recebi esse official às 12 horas da noite e à 1 hora em ponto estava em marcha com 300 homens para o Acre... O General Olympio na supposição de que eu não viesse com força, mandou-o (o Tenente Veríssimo) para me prender. O Tenente não soube explicar... À noite continuei a marcha... Em chegando... a um varadouro que se bifurca para Boa Fé e Iracema... disse ao Tenente que podia seguir para o seu acampamento, levando porém uma carta que... escrevi ao General Olympio na qual lhe disse que, não comprehendendo as razões do seu procedimento... ficaria em Iracema, onde tomaria, com meus companheiros, o destino que a situação excepcional que elle havia creado, me aconselhasse, ficando, porém, elle certo de que quem se tinha assim sacrificado pela Pátria, difficilmente se deixaria enxovalhar”.

## **21. Não aceito a Conferência, não me deixarei Desfeitear**

“À tarde chegamos a “Iracema” e momentos depois alli aportava uma lancha trazendo um capitão do Exército com este recado do General Olympio: “O Sr. General manda dizer que está de posse de sua carta e lhe envia esta lancha para que vá ter uma conferência com elle, garantindo-lhe que não será desfeitoado”.

“Respondi-lhe: Diga ao Sr. General que estou de posse do seu recado, que não aceito a conferência e que também não me deixarei desfeitoar”.

No dia seguinte publiquei uma Ordem do Dia dissolvendo o Exército Acreano, visto o general brasileiro ter invadido o Acre Meridional e assumido clandestinamente o seu governo, que aliás não estava acéphalo.

Todos seguiram armados para as suas casas e eu baixei com os meus officiaes que desejaram descer. Em caminho vimos, desolados, os armazéns da Revolução entregues ao saque, por ordem do General Olympio.

Descemos para Manaos, encenando desta forma a parte mais profícua da Revolução”. (a) J. Plácido de Castro.<sup>47</sup>

## **22. O Golpe e a Proclamação do General**

“O General Olympio da Silveira, Governador do Acre Septentrional e Commandante em Chefe das Forças Federaes de occupação.

Considerando que a quase totalidade do exército acreano revoltou-se contra o Coronel José Plácido de Castro e seus auxiliares;

Considerando que este Chefe, levado por sentimento de patriotismo que muito o recommenda à benemerência de sua Pátria, declarou retirar-se deste Território e não querer tentar represálias a fim de evitar uma lucta fratricida, deixando ao Exército Nacional a guarda deste Território, conforme ficou estabelecido no convênio de 21 de Março findo;

Considerando que em vista desta declaração do Coronel Plácido de Castro e da apresentação a este Governo dos officiaes e praças de quasi toda a força acreana, está considerada extincta a revolução do Acre...

Proclama em nome do Governo da União:

**Primeiro:** Terminada a revolução acreana chefiada pelo Coronel Plácido de Castro, ficando este Território sob a jurisdição única deste governo e licenciados todos os officiaes e praças do exército revolucionário; esperando este Governo que se por qualquer circunstância houver necessidade de seus serviços de guerra todos estarão promptos para com o Exército Brasileiro cumprir o seu dever.

**Segundo:** Suspensas todas as contribuições impostas pelo governo revolucionário permanecendo somente os admittidos pelo Governo da União e que deverão ser arrecadadas pela Mesa de Rendas de Porto Acre. Quartel General na Boa Fé, 13 de Maio de 1903 – (a) Antônio Olympio da Silveira.

## **23. No Final: A Fadiga, a Fome, a Febre.**

### **O Grito e o Gesto de Renúncia**

**ORDEM DO DIA N.º 2** – Commando em Chefe do Exército do Estado Independente do Acre, 13 de Maio de 1903.

“Camaradas! A presente Ordem do Dia é mais uma peça do luto que envolve os nossos corações do que um documento de guerra... Dirijo-me àquelles que tiveram nobreza bastante para afrontar todos os soffrimentos que nos opprimiram durante toda a meta que temos sustentado com suprema constância e altivez, sem nunca nos termos degradado com a prática da traição”.

“Ao chegar o Exército Nacional nesta região lhe prestamos todo o concurso material ao nosso alcance... À vossa frente invadi o Thauamano por “Gironda”, mandei sitiá-lo “Porto Rico” e já estávamos com 5 dias de lucta, com sacrificio de vidas... quando recebi uma carta do General Olympio da Silveira... Incontinenti mandei suspender as hostilidades, dando-lhe disso conhecimento em officio n.º 8, de 26 do passado, declarando-me firmemente disposto... a respeitar todas as disposições do Governo de nossa Pátria, embora fora della. O recebimento desse officio me foi accusado em carta

elogiatária, na qual o General pedia que me mantivesse nas posições tomadas até que elle pudesse para lá mandar forças”.

“Apesar das privações que soffríamos, passando até fome, escassamente nutridos a milho secco torrado, pela difficuldade de abastecimento através da distância que nos separava dos nossos armazéns à margem do Acre, lá fiquei mandando para a margem deste rio apenas os enfermos, ao mesmo tempo que mandava abrir o caminho, que era péssimo, para a passagem da Força Federal... Quando tudo isso fazíamos, supportando a fadiga e a fome, eis que recebo, com a maior surpresa, um officio de um nosso official superior communicando-me que o Major Carneiro, Commandante do 27.º Batalhão, acabava de recolher ao seu acampamento os soldados acreanos que alli (Boa Fé) foram destacados a pretexto de esta rem soffrendo grandes privações... Em caminho fui sabendo... que o Ajudante-General, Quartel-Mestre General... e outros officiaes do nosso Exército se achavam presos, de sentinella à vista e incomunicáveis... Soube que as presas de guerra do Exército Acreano, bem como os armazéns – toda a munição que tínhamos... mais de 300 fuzis, toda a Flotilha Acreana, haviam sido apreendidos por ordem do General... que os officiaes e soldados acreanos que mandei para a margem do Acre eram logo desarmados como facínoras, que o General Olympio aproveitou para commandar um grupo de trahidores e a esses soldados cujas divisas acreanas fazia arrancar... que o mesmo General abriera um inquérito forçando alguns officiaes acreanos a depor... recolhendo em forma de documento, torpezas contra mim e meus officiaes superiores... Enfim, na tarde de 11 para 12 do corrente... meu piquete avançando deu signal de aproximação de força. Era um Tenente do Exército commandando uma força de linha... A força, evidentemente, era para prender-me, pensando naturalmente o General que a marcha rápida, que, certamente, eu iria fazer, como a fiz, só seria possível sem força... Resolvi sahir no Acre, por “Iracema”, porque não estava disposto a ser desarmado como um bandido, depois de tanto haver compartilhado dos soffrimentos dos meus leaes companheiros de lucta, officiaes e soldados. Communiquei essa minha resolução ao General... Hontem, 12, aqui se apresentou um Capitão... trazia-me um recado do General convidando-me para uma entrevista... Respondi-lhe dizendo que não acceitava o seu convite, que minha carreira militar e política estava terminada com a minha deposição por elle feita”.

“Como vedes, fiéis soldados, aquilo que o inimigo não conseguiu fazer pelas armas, o General Brasileiro alcançou pela trahição. Como expus, confiscados os nossos elementos de guerra nada mais podemos fazer nem na defesa dos nossos próprios lares; só nos resta um caminho: soffrermos resignados a prepotência do mandatário do Governo da nossa Pátria, em nossas casas, si tal ainda nos fôr permitido”.

Promoções: Usando das atribuições de que me acho investido por meus concidadãos, e como última deliberação do Exército Acreano, cuja personalidade hoje finda, sem falar na bravura que revelaram, promovo por merecimento, pelo profundo devotamento à causa que defendemos, pela disciplina que sempre revela ram, ao posto de Coronel os Tenentes – Coronéis José Brandão, Gastão de Oliveira, João Francisco Xavier, Gentil Norberto e Henrique Leão; a Tenente-Coronel o graduado João Ferreira do Amaral e os Majores Antônio Augusto de Araújo e Antônio Francisco Jacauna; a Capitão os Tenentes Cyriaco, Joaquim de Oliveira e Faustino Lopes; e a Tenente o Alferes João Felipe da Silva.

**Exclusão:** Sejam excluídos do Exército Acreano pelo crime de traição do Estado, e como traidores indignos de fazer parte da nossa corporação armada, o Tenente-Coronel José Antônio Duarte, o Major José Ribeiro, o Tenente Theodósio Vieira, o Capitão Francisco M. Evangelista e os Alferes Joaquim Chaves e Raymundo Chaves; recomendando aos dignos companheiros de hoje o nome execrando de José Antônio Duarte como o protótipo da traição que tão bem soube encarnar em sua pessoa.

**Conclusão:** Deante dos motivos expostos, determino que fique dissolvido hoje o Exército Acreano, esperando que, cada soldado, continue a ser um cidadão zeloso dos seus deveres, para que no dia em que esta nesga da pátria for novamente devolvida ao invasor, possamos de novo cumprir o nosso dever.

É bem triste lembrar que o dia de hoje, que tão significativo é na história de nossa Pátria; commemorando a proclamação da igualdade entre todos os brasileiros para nós seja do mais degradante e lutuoso contraste: – de um captivo despótico, bem mais cruel do que o extinto há cinco lustros, neste mesmo dia. E os nossos algozes são aqueles que oficialmente estão incubidos de zelar pela nossa liberdade e pela honra da Pátria, (a) J. Plácido de Castro, 13 de Maio de 1903.

### III O FIM DO CORONEL DE BARRANCO E DA SERINGA

“A Exploração da Terra e a Espoliação do Homem”<sup>48</sup>

“Amanhã, quando o problema da borracha estiver resolvido no laboratório e se esgotarem os nossos ricos mananciaes, será ella (a agricultura) que nos há de salvar de uma miséria fatal”<sup>49</sup>.

Capatará, Tambaquy, Campos de Esperança. Bagaço, Cariocanga, no Acre e no Purus; “La Lorena”, “Buen Jardin”, “Rapirra”, “Montevideu”, na Bolívia: seringaes de Plácido de Castro, roteiro de uma geografia econômica sentimental no fim de sua vida, no exílio da floresta, como Coronel de Barranco e da Seringa, em contraste com aquela outra toponímia messiânica do Coronel do Sonho, do Sangue e do Suor, na saga de sua vida de caudilho e na marcha de sua conquista: Empresa, Volta da Empresa, Caquetá, Telheiro, Bom Destino, Panorama, Santa Rosa, Costa Rica, Porto Acre, Xapury, Iracema, Palestina, Soledad, Thauamano, Gironde e Porto Rico, lembrança dos seus dias de glória e de grandeza. Bem perto a humanidade e o heroísmo dos seus amigos que com ele lutaram: José Brandão, José Galdino, Joaquim Victor da Silva, Gastão de Oliveira, João Francisco Amaral, Baptista de Moraes, João de Oliveira Rola, Antônio de Sousa Coelho, Ladislau Ferreira da Silva, Daniel Ferreira Lima, Abílio dos Santos Rocha, Hipólito Moreira, Clynio Tavares Brandão, Basílio de Lyra, João Francisco Xavier, Antônio Francisco Jacaúna. Mais longe, alguns dos seus ex-companheiros de luta, rivais, desertores, adversários e inimigos depois: Alexandrino José da Silva, indigitado autor da emboscada que o vitimou no Igarapé “Distração” – “um indivíduo analfabeto mas de prestígio entre os seringueiros”; Antunes de Alencar, que pediu dispensa do comando em virtude da “cagacite aguda”; Rodrigo de Carvalho, “o homem mais medroso que tenho conhecido”; Gentil Norberto “ambicioso y desleal”, segundo o Coronel Boliviano Azcui; José Antônio Duarte, o “protótipo da traição”, excluído do exército acreano por Plácido na sua última Ordem do Dia, juntamente com José Ribeiro, Theodósio Vieira, Francisco Evangelista, Joaquim e Raymundo Chaves, que, ao lado de Gabino Besouro, Simplicio Costa, Josias Lima, Luís Sombra, Antônio de Barros de Alencar, se tornaram

inimigos de Plácido de Castro, muitos deles envolvidos na trama e na emboscada fatal de 9 de Agosto de 1908, segundo Genesco de Castro.<sup>50</sup>

## 1. Agonia de Plácido, segundo Genesco<sup>51</sup>

“A 8 de Agosto de 1908, estava eu na Villa Rio Branco... antiga “Volta da Empresa”, onde fôra a negócio. Antes do meio dia, chegou Plácido dirigindo-se para a casa do Dr. João Rodrigues do Lago e depois... para o “Hotel 24 de Janeiro”. Por um dos proprietários desse estabelecimento... elle soube que o Sub-Delegado de Polícia, Alexandrino José da Silva... muito embriagado... acompanhado... de alguns capangas... dissera... que o Coronel Gabino Besouro lhe dera carta branca para matar o Coronel Plácido... À tardinha, retomamos o caminho de “Capatará”... Pouco antes de alcançarmos a bocca do varadouro, Plácido foi detido por uma mu-her... que lhe previniu que o Coronel Alexandrino havia deixado a villa... dizendo que ia matar o “pae do Acre”... No dia seguinte... Plácido fez seguir o nosso pagem... que ao transpor a ponte do Igarapé “Distração” foi detido por dois facínoras que acompanhavam o Sub-Delegado, o célebre negro Eugênio e o conhecido “Matteiro”... indagavam a hora em que Plácido deveria passar naquelle local... Correu até “Bemfica”, a fim de pedir ao Coronel Rola... fosse impedir o assassinato. Rola ficou aturdido, amedrontado e nada deliberou... A atmospha de traição que reinava na sede da Prefeitura gerara em mim o pressentimento de que algum perigo nos ameaçava – tomei a deanteira do grupo. Plácido secundava-me, seguido pelo Dr. Barros Campello e este pelo Dr. José Maia. Assim que transpôs a ponte do Igarapé da Distração Plácido que conhecia a palmo o terreno... deteve o cavallo e, voltando-se para os Drs. Campello e José Maia, disse: “este é o lugar das emboscadas”. Eu, nessa ocasião, encontrava-me adeantado de uns 80 a 100 metros de meu irmão...

“Do lado direito da picada, um lugar bastante estreito, havia uma grande árvore que dominava inteiramente as que a rodeavam. Seu tronco era envolvido por uma densa trepadeira, cujos tentáculos se estendiam sobre as vegetações circunvizinhas, entrelaçados em todas as direcções, formando um pesado véo que, do lado do caminho, cahia em forma de cortina, até repousar sobre o espesso tapete de arbustos que cobria o solo. Essa cortina verdejante foi aparada até a altura da cinta de um homem a cavallo... uma verdadeira gruta ou caverna foi aberta naquelle maciço de verduras. O roçado que fizeram ao redor... e o tecto formado pela trepadeira... davam a ideia de um grande chapéo de sol aberto, quase impenetrável à luz. Nessa gruta estavam postadas o Sub-Delegado Alexandrino José da Silva, o negro Eugênio e um caboclo que Plácido confundiu com João da Mata além do “Matteiro”. Os restantes que completavam 14 bandidos, estavam distribuídos... ao longo da orla de uma pequena lareira”.

“Passei quase ao alcance da mão dos do grupo Alexandrino, sem nada perceber, porque de nada havia vestígio, transpus a zona perigosa e ganhei a curva... Nesse momento. Plácido defrontava-se com a caverna dos bandidos e recebia o primeiro tiro, disparado pelo braço direito do Coronel Besouro (pelo Sub-Delegado Alexandrino José da Silva), que lhe atingiu o braço esquerdo, pouco acima do cotovello; um segundo tiro, quasi ao mesmo tempo, o alcançou do lado direito da coluna. vertebral, penetrando de baixo para cima e da direta para esquerda na raiz da segunda falsa costella e sahindo na altura da primeira que, como a outra, ficou reduzida a fragmentos. Ambos os tiros foram disparados a queima-roupa: vestes e carnes ficaram chamuscadas. O primeiro ferimento não teve

importância: produzido por arma de guerra, atravessou o tecido muscular sem prejuízo funcional... O segundo foi grave pelo aspecto, pelo tamanho, pelo traumatismo, muito embora não tivesse alcançado a pleura: produzido por bala de chumbo de Winchester 440, tinha um grande orifício de entrada e um enorme de saída, que parecia um rosa de carnes... Ao receber o primeiro tiro, Plácido quiz fazer uso da pistola que traria, ao mesmo tempo abaixou-se sobre o cavalo para ver os seus agressores, mas por um momento sentiu escaparam-se-lhe as rédeas da mão e foi obrigado a segurá-las com a mão direita. Nesse momento, quando recebia o segundo ferimento, viu e reconheceu o Sub-Delegado Alexandrino, o negro Eugênio, o “Matteiro” e outro que elle pensou ser João da Mata. Impossibilitado de reagir, chegou a esporar ao brioso cavalo que montava, atravessou a zona perigosa sob um chuva de balas e alcançou a curva do caminho onde nos encontramos... Como tive ocasião de dizer... levava uma deanteira de 80 a 100 metros sobre Plácido. Quando ouvi o primeiro tiro detive instantaneamente o cavalo... tomado de surpresa e dúvida prestei ouvido ao que se passava. Um outro tiro de Winchester 440, bem conhecido, a exclamação: “bandidos!” - que Plácido deixara escapar e a cerrada fuzilaria...

“Lancei-me à terra e com a arma prompta a atirar, corri ao local onde se desenrolava a tragédia... encontrei-me com Plácido que, detendo o cavalo, me fez regressar para o lugar onde eu deixara a minha cavalgadura. Nesse ponto... examinei os ferimentos do meu irmão e opinei pela não gravidade, visto não haverem penetrado a cavidade torácica... Esperamos ainda a chegada dos nossos companheiros, um dos quaes o Dr. Barros Campello, pouco se fez esperar. Quando já nos impacientávamos com a demora, chegou a besta do Dr. José Alves Maia sem a sua intelligente carga. Foi então que Plácido me disse; “mataram o Zé Maia. Não temos o que fazer aqui. Monta a cavalo que estou sentindo-me mal e desejo alcançar “Bemfica”. Montei e seguimos. Haveríamos percorrido quilômetro e meio, si tanto, quando meu irmão foi tomado de uma vertigem, que mal me deu tempo para ampará-lo na queda – Sustada a marcha, amparei-o... encostando-o sobre o grosso tronco de uma árvore abatida. Nessa ocasião chegou o nosso pagem... fil-o regressar... a “Bemfica”, a fim de pedir uma rede e gente para conduzir Plácido... Plácido não perdeu os sentidos... me disse: “Preciso que te salves. Esses bandidos temem que eu fique vivo e virão completar a obra. Deixa-me a Winchester e escapate...” Deu-me nessa ocasião algumas instruções sobre os seus negócios e disse-me o que pensava sobre os mandantes e mandatários do seu assassinato... Com uns 30 minutos de espera, vimos chegar o nosso amigo João Rola, acompanhado de uma vintena de homens... Sem perda de um minuto a rede que trouxeram foi suspensa à vara por mim cortada e o ferido retomou o caminho, seguido de um séquito... dava a idéia de uma procissão ou de um enterro: na frente, dois homens conduziam a rede, um em cada extremo da vara que o sustinha. Quatro a seis pessoas ladeavam o ferido e as demais desfilavam em ordem binária, todos silenciosos, tristes, apprehensivos; alguns chorando”. “Quando chegamos a “Bemfica” já encontramos preparado o leito para o enfermo, e Dona Jocunda, esposa do nosso amigo Rola, tudo fez para cercá-lo do máximo conforto... O número dos que o rodeavam cresceu... Plácido dizia: “Meus amigos, a morte é um phenômeno tão natural como a vida, e quem tem sabido viver, melhor saberá morrer. Eu só lamento é que havendo tanta ocasião gloriosa para morrer, esses heroes me matem pelas costas. Mas, em Canudos, fizeram peor...”

“Ao redor da casa desenvolvia-se um formidável incêndio, cobrindo uma área de mais de um quilômetro quadrado... A apothose à vida de Plácido, em “Bemfica”, era uma perfeita bacchanal de fogos palpitantes que deshydratavam, carbonizavam, calcinavam tudo; que se moviam em toda as

direcções, numa vertigem mortífera e destruidora; era uma hecatombe de centenas de milhões de seres vivos: árvores, arbustos, insectos, roedores e répteis – que desapareciam para sempre em regressão forçada ao reino mineral, reduzidos a cinzas e a gases...”

“Às 11 horas do dia, isto é, 3 horas depois do atentado, já o Coronel Gabino Besouro punha as suas forças de promptidão e recrutava gente... porque Alexandrino lhe mandara comunicar que Plácido havia escapado com vida... E, à tardinha, partiu da Empresa... uma lancha atulhada de homens armados... passou, em “Bemfica” e foi encostar em “Nichteroy”, onde o Sub-Prefeito desembarcou com o seu facinoroso bando. Essa gente... era para novas emboscadas... mantendo uma espécie de guerrilha, a distância, contra nós, que só não teve lamentáveis consequências graças à barragem do incêndio... Simplício Costa distribuiu sua gente pelo aceiro do roçado... e começou o tiroteio... o pânico foi geral e indescritível... Plácido pensava que a casa estivesse sendo atacada... recebeu-me com estas palavras: “Já te disse que preciso que te salves. Eu já me considero morto. Deixa-me o revólver que defenderei do leito este resto de vida. O último tiro será para mim, pois não lhes darei o prazer de completar a obra. Escapa-te. É preciso que te salves...”

“Às 4 horas da tarde do dia 11 Plácido deixou de existir... Assim que Plácido fechou os olhos, dispus o seu cadáver de modo conveniente no leito em que descansava e estirei meu corpo ao seu lado, dormindo, creio que 10 ou 12 horas consecutivas. Quando despertei, já o nosso amigo Rola havia providenciado sobre a confecção de um esquife, de modo que, muito cedo, fizemos o enterro, no dia seguinte”.

“Plácido me havia pedido para tirar-lhe o coração assim que fallecesse, e partir ao meio, levando metade para sua noiva e metade para nossa mãe, como últimas lembranças. E eu não esqueci o seu pedido, procurando executar a incumbência, minutos após o seu passamento, mas tal opposição encontrei de quantos o rodeavam; taes considerações me fizeram que faltei com o cumprimento do meu dever...”<sup>52</sup>

## **2. Ódio, Lodo, Sangue e Seringa na Morte de Plácido, segundo José Alves Maia<sup>53</sup>**

“O heroe, depois de vencer a revolução contra os bolivianos, installara-se em “Capatará”, seringal que obteve a crédito por intermédio de Alves Braga & Cia., comerciantes de Belém.

Sóbrio, de uma capacidade de trabalho admirável, Plácido, que também era agrimensor, internou-se naquelles andorriaes penetrando-lhes a matta virgem, alargando sobremodo os seus domínios com latifúndios intermináveis. Seus seringaes prolongavam-se até às terras da Bolívia que, com a nobreza das nações cultas, não lhe negou o direito de posse, expedindo-lhe títulos definitivos.

Plácido, em varadouros quasi intrasitáveis, mesmo tiritando de frio e febre, para attender o seu commércio, batia o “record” das viagens rápidas. Se o crepúsculo encontrava-o em “Capatará”, os primeiro dilúculos da manhã viam-no em “Bagaço”, 30 léguas, por caminhos péssimos.

Era simplesmente phantástico. A actividade commercial dava-lhe ensanchas para voar. Seus negócios progrediam assombrosamente, causando uma inveja de entontecer. Odiavam-no, na sua ausência, muito dos velhos companheiros de revolução, quasi todos mal educados e ignorantes. O elemento barlaventista via nelle um empecilho nos planos inconfessáveis que os levava a região, onde se dizia que o dinheiro não tinha dono.

Estávamos em começo de 1908, quando chega ao Acre o coronel, hoje general reformado, Gabino Besouro. Os inimigos do heroe, que já eram muitos nesse tempo, movidos por uma politicagem sórdida, intrigaram-no, habilmente, com o prefeito militar. Em seguida organizaram um “complot” no qual coube a Alexandrino José da Silva a ignóbil tarefa de eliminar Plácido de Castro.

Citavam-se em Rio Branco os nomes das pessoas envolvidas nessa empreitada. Debalde os amigos do guerreiro patriota exortavam-no a que não apparecesse na sede da Prefeitura. Alexandrino, apesar de analphabeto e bêbedo habitual, tinha sido nomeado sub-delegado de polícia... Plácido, nobre e generoso, valente como Napoleão, desprendido como Washington, respondia-nos não haver um homem no Acre com bastante infâmia para matál-o por emboscada. Tinha os seus companheiros de jornada revolucionária em melhor conta, repetia sempre.

De uma feita, encontrando-se com Alexandrino, em nossa presença, interpellou-o: “Coronel, soube que anda dizendo matar-me onde me encontrar; a ocasião é óptima, aqui está sua vítima”. O ignorantíssimo cabra respondeu-lhe: “Isto é uma calumna que me levantaro seu coronel”. “Pois si é calúmnia melhor para você”, retrucou-lhe Plácido.

Era desse feitio o expoente máximo de energia, daquella época, nas terras bárbaras do majestoso Acre de hoje.

Íamos na companhia de Plácido. Estávamos já bem próximos da fazenda “Bemfica”, quando lhe atingiram as balas que braços perversos e assassinos lhe vibraram, de tocaia, na manhã sangrenta de 9 de agosto de 1908. Na véspera havíamos pernoitado na foz do “Riosinho”. Não faltaram avisos. O português Dias debalde chorou rogando-nos seguir por outro caminho, que naquelle havia emboscada. Alexandrino afirmara-lhe, um dia antes, não regressar Plácido, vivo, ao “Capatará”. Bêbedo, dera a entender que tinha homens escondidos na matta, em diversos pontos, para esse fim: Dominava a rafaméa, que por ele tinha adoração ou pavor. Entrincheiraria, se quisesse, toda a matta, de capangas bons atiradores.

Plácido, às nossas ponderações, respondeu que se tivesse de morrer numa emboscada não havia santo que o livrasse. O destemido gaúcho era atheu.

Seriam oito horas da manhã quando atravessamos a ponte do igarapé “Distração”. Creio que ahi Plácido teve um pressentimento. Disse-nos, inesperadamente: “Isto aqui é a região das emboscadas”.

Três minutos após, si tanto, era alvejado. Calculamos em seis os atiradores, pela descarga.

Plácido poude apenas gritar: “Bandidos, assassinos, mataram-me!” Gravemente ferido pôs o seu cavallo a todo galope, até que, exausto, depois de dois kilômetros de corrida, apeiou-se ajudado por seu irmão, Dr. Genesco, que ia à sua frente, sondando o terreno, desde o começo da viagem.

Do seringal “Bemfica” veio uma rede que para alli transportou o bravo e abnegado martyr, mais morto do que vivo.

Dois dias depois, expirava Plácido de Castro. Até nas últimas vascas da agonia foi um homem. Chamando o irmão, disse-lhe: “Genesco, tudo quanto possuo, pertencente: Cumpre o teu dever... Logo que puderes retira daqui os meus ossos, reúne-os aos de Brandão e Baptista, meus dois leaes amigos da revolução, e leva-os para Petrópolis. Direi como aquelle general africano: “Esta terra que

tão mal pagou a liberdade que lhe dei, é indigna de possuí-los”. “Amigos meus, estão manchadas de lodo e de sangue as páginas da história do Acre”.

Entreolhamo-nos, Antônio Rebello, Octávio Fontoura, João Rola e eu – Tínhamos os olhos marejados de lágrimas e a alma afogada em pranto, (a) José Alves Maia.

### 3. O Fim de Plácido, segundo Luís Saraiva Correia<sup>54</sup>

“Plácido de Castro, embora herói nacional e chefe da revolução vitoriosa, durante o curto período de sua vida fez muitas inimizades, parte em virtude do seu

gênio contraditório e irascível, parte motivado pelos rompantes de “gaúcho” e ainda pela própria função que exerceu na revolução que aglutinava em seu seio elementos de toda classe, de bacharéis a assassinos, de heróis a covardes, da mais vil espécie e intenção. Dentre os inimigos que criou, um deles mais destacou-se entre os demais: Alexandrino José da Silva, elemento valente, corajoso, com verdadeiros atos de heroísmo durante a revolução, participando das maiores batalhas travadas, porém rude, ignorante e... extremamente cruel. Dois temperamentos fortes entraram em choque. E, não raras vezes. Plácido e Alexandrino, não chegaram às vias de fato, não fora a autoridade que emanava do primeiro e pelo pacto firmado no alvorecer da revolução que estipulava “passar pelas armas” os covardes e os rebeldes...

As versões mais conhecidas, Genesco de Castro, Craveiro Costa, Cláudio de Araújo Lima e Leandro Tocantins, mais precisamente os dois primeiros, dão, como autor do atentado a Plácido, Alexandrino José da Silva, e, como autor intelectual, Gabino Besouro. Coincidentemente, o local do atentado denominava-se “Igarapé Distração”,

Agosto de 1908. Rio Branco vivia momentos de agitação. Corriam boatos de que Plácido de Castro conspirava nova revolução. Que já havia reunido seus antigos colaboradores, aqueles que permaneceram fiéis.

Corria boato de que houvera uma reunião na residência do Prefeito do Departamento, Gabino Besouro, na qual tramara-se a morte de Plácido de Castro.

**Presentes:** Josias Lima, Delegado; Alexandrino José da Silva, Sub-Delegado de Polícia, e diversos outros elementos, entre eles, ex-companheiro de revolução.

Dizia-se também que tramava-se a morte do Juiz do Departamento e do Comandante do Riosinho, o português José Maria Dias Pereira. Chega a notícia de Xapury, do atentado contra a vida do Dr. Silvio Gentil de Lima. José Maria Dias Pereira escapa de um atentado, no qual morre uma criança e fica gravemente ferido um empregado daquele.

Alexandrino José da Silva, constantemente embriagado, vive dizendo que fará com Plácido de Castro o que fez em 1900 com um empregado do seringal “Humaitá”: cortá-lo-á em pedaços...

Este o clima de Rio Branco. Dia 8 de Agosto de 1908.

Plácido de Castro e diversos amigos dirigem-se a Campos Esperança, sua propriedade, parando na Boca do Riosinho. Dali pretende alcançar o seringal “Bemfica”, do seu amigo João de

Oliveira Rola. Ao alcançar o igarapé “Distração”, recebe uma descarga de arma de fogo (ou armas de fogo). Força o cavalo, cai adiante”.

#### IV O TESTAMENTO NUNCUPATIVO DE PLÁCIDO DE CASTRO, SEGUNDO AS TESTEMUNHAS

Com a palavra... o juiz, o advogado, o escrivão e as seis testemunhas do Processo:

Juízo da Comarca do Alto Acre

Território do Acre

Juiz: Dr. João Rodrigues do Lago

Serventuário Vitalício: A. L. Cardoso

Justificação testamentária

Justificante: Genesco de Oliveira Castro

Justificado: O espólio de J. Plácido de Castro

Aos quatorze dias do mês de agosto do anno de mil e novecentos e oito, nesta Villa Rio Branco, em meu Cartório, autuo as peças que adeante se seguem: Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Provedoria.

Autuado intime-se o Agente Fiscal e as testemunhas para comparecerem hoje ao meio dia em meu cartório; nomeio curador “ad-hoc” para acompanhar a presente justificação o Sr. Nylo Guerra, que será intimado para prestar compromisso em Rio Branco, 14 de agosto de 1908. João R. do Lago.

Diz Genesco de Oliveira Castro que seu irmão, Coronel José Plácido de Castro, antes de fallecer dos ferimentos por arma de fogo, que recebeu em uma emboscada no dia 9 do corrente, às 9 ½ horas da manhã, logo após o igarapé “Distração”, desta Comarca, foi transportado em estado grave para a residência do Coronel João de Oliveira Rola e ahi perante as testemunhas José Alves Maia, Antônio Rebello, Antônio Egydio Barros Campelo, Coronel João de Oliveira Rola, Manoel de Albuquerque Soldon e Urbano Júlio Pessoa Montenegro, que mandou convidar para assistirem o seu **testamento nuncupativo**, fez perante as mesmas as declarações seguintes:

1.<sup>a</sup>) Que de todos os seus bens, a parte de que podesse testar livremente, pertenceria a seu Irmão Genesco de Oliveira Castro;

2.<sup>a</sup>) Que os remanescentes de seus bens pertenceriam à sua mãe Zeferina de Oliveira Castro, devendo sempre della cuidar o supplicante, qualidade de filho;

3.<sup>a</sup>) Que desejava que seus ossos fossem transladados para Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro, bem como os de Baptista e de Brandão;

4.<sup>a</sup>) Que depois destas declarações, outras mais não fez em sentido contrário até o momento de seu fallecimento a 12 do corrente, digo a onze do corrente.

Assim, pede que, intimado um curador “ad-hoc”, cuja nomeação se pede, por ser testemunha o Dr. Promotor Público e o Agente Fiscal por parte da Fazenda, e justificado quanto baste, seja julgada por sentença apresente justificação, para que produza seus effeitos legaes.

E como quer que a outra interessada, mãe do supplicante, não esteja presente e se ache no Rio Grande do Sul e seja urgente a redução do testamento, pede o supplicante a V. Ex. digno-se aguardar a sua audiência para que seja depois julgada a justificação. O supplicante protesta juntar depois certidão de óbito e assim pede deferimento. E. R. M. Rio Branco 14 de agosto de 1908. pp. Jeronymo Moura Penido. Adv.<sup>do</sup>.

### **Assentada**

Aos quatorze dias do mês de agosto do anno de mil novecentos e oito, nesta Villa Rio Branco, em meu cartório, onde se achavam o Doutor João Rodrigues do Lago, Juiz de Direito da Comarca, o curador “ad-hoc” Nylo Guerra, o Agente Fiscal da Fazenda, interino Amarílio Sampaio, commigo escrivão abaixo nomeado, pelo referido Juiz foram inquiridas as testemunhas que adeante se seguem; do que lavro este termo. Eu, Antônio Lopes Cardoso, escrivão, o escrevi.

#### **1.ª Testemunha**

Antônio Egydio de Barros Campello, de quarenta e dois annos de idade, casado, natural de Pernambuco, Bacharel em Direito e Promotor Público desta Comarca, residente nesta villa, sabendo ler e escrever. Aos costumes disse nada. E sendo inquirido pêlos itens da petição retro, disse que no dia oito do corrente, de sete a sete e meia da noite, sahiu desta Villa em companhia do Coronel Plácido de Castro e outros companheiros, com destino aos Campos Esperança, de propriedade do referido Coronel; que durmindo na Bocca do Riosinho seguiu viagem com os mesmos companheiros às sete horas da manhã do dia immediato; de depois de haverem passado o Igarapé “Distração” e antes de chegarem a um descampado que existe no varadouro que vae ter no seringal “Bemfica”, foi alvejado por tiros de arma de fogo o referido Coronel Plácido de Castro; que um pouco mais adeante e não podendo continuar montado o Coronel Plácido caiu do cavallo e tendo sido soccorrido por pessoas que eram do referido seringal “Bemfica”, foi em estado grave transportado para aquelle seringal, residência do Coronel João de Oliveira Rola; que ahi chegando e ainda estado gravíssimo, o Coronel Plácido de Castro pediu que lhe trouxessem seis testemunhas para fazer declarações testamentárias; que effectivamente foram chamadas a testemunho que depõe e mais José Alves Maia, Antônio Rebello, Coronel João de Oliveira Rola, Manoel de Albuquerque Soldon e Urbano Júlio Pessoa Montenegro; que em presença das mesmas testemunhas o Coronel Plácido, que se achava deitado em uma cama no terraço que fica entre a casa de residência e o estabelecimento commercial, fez as seguintes declarações: que deixava a seu irmão Genesco de Oliveira Castro a parte de seus bens de que pudesse dispor livremente, que os remanescentes seriam de sua mãe Zeferina de Oliveira Castro, viúva, a quem seu irmão Genesco deveria continuar a prestar todo auxilio na qualidade de bom filho que era; que desejava ainda que seus ossos fossem transportados para a cidade de Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro; que estes, digo, Janeiro, conjuntamente com os restos mortais do Doutor Baptista de Moraes e Coronel José Brandão; que estas declarações foram feitas no dia nove do corrente, sendo que até o dia doze, que, digo, onze, que foi a do fallecimento, nenhuma outra declaração em contrário foi feita pelo referido Coronel Plácido de Castro. Nada mais disse nem lhe foi perguntado sendo-lhe lido este depoimento e achado conforme assigna com o Juiz, o Curador “ad-hoc” e o Agente Fiscal. Antônio Lopes Cardoso, escrivão, o escrevi. aa) J. R. do Lago. Antônio Egydio de Barros Campello. Nylo Guerra, Amarílio Sampaio, Jeronymo Moura Penido.

#### **2.ª Testemunha**

José Alves Maia,<sup>55</sup> de vinte e quatro anos de idade, solteiro, natural do Estado do Ceará, advogado provisionado, domiciliado nesta Villa. Aos costumes disse nada; disse ser amigo do fallecido, e sendo inquirido sobre os itens da petição dá folhas duas disse: que no dia oito do corrente, partiu desta Villa em companhia do extinto, de seu irmão Genesco de Oliveira Castro e do Doutor Barros Campello, com o qual ia se tratar nos Campos “Esperança”; que pernoitou com os companheiros na Bocca do Riosinho e na manhã seguinte puseram-se todos em marcha; que ao passar o igarapé “Distração” no aceiro de uma capoeira que adeante; logo se encontra, uma descarga de balas partindo da matta cahiu sobre o Coronel Plácido de Castro, que logo disse achar-se morto; que incontinenti a testemunha internouse no matto, onde se perdeu, sahindo no seringali “Bemfica”, uma hora depois; que nesse mesmo dia viu quando o Coronel Plácido de Castro chamou seis testemunhas e fez as suas disposições de última vontade; declarou que do quanto pudesse dispor livremente legava ao seu irmão Genesco de Oliveira Castro e do remanescente para sua mãe; que o extinto declarou quando em vida, no mesmo acto de fazer o seu testamento que queria **fossem seus ossos junto com os do Brandão e Baptista transportados para Petrópolis porque esta terra era indigna de possuílos, isto dizendo terminou por pedir ao referido seu irmão que quando pudesse se retirasse desta terra que tão mal lhe havia pago a liberdade que lhe dera.**<sup>56</sup> Que depois destas declarações outras mais não fez em sentido contrário, até o momento de sua morte que se deu no dia onze do corrente, às quatro horas da tarde em ponto. Nada mais disse nem lhe foi perguntado, dando-se por findo este depoimento que depois de lido e achado conforme assigna com o Juiz e partes. Eu, Antônio Lopes Cardoso F<sup>co</sup>., escrivão, o escrevi. aa) J. R. do Lago. José Alves Maia. Nylo Guerra. Amarílio Sampaio. Jeronymo Moura Penido.

### 3.ª Testemunha

João de Oliveira Rola, com trinta e oito annos de idade, casado, natural do Ceará, commerciante e domiciliado no seu seringal “Bemfica”, neste Departamento. Aos costumes disse ser amigo do extinto Coronel Plácido de Castro e sendo inquerido sobre os itens da petição retro disse: que no dia nove do corrente entre as nove e dez horas da manhã achava-se em sua residência no seringal “Bemfica” quando appareceu-lhe Antônio Facundo bastante alarmado, dizendo que ao passar no igarapé “Distração”, logo em seguida no varadouro, lhe sahiram três indivíduos armados de rifle e puxando bala para a agulha das armas, perguntaram para onde ia, ao que respondeu ir para “Bemfica”; que o mesmo Fagundo, digo Facundo, declarou que o Coronel Plácido de Castro, em companhia de seu irmão Genesco, Doutor Campello e José Alves Maia vinham mais atrás e que attribuiam, digo, attribuia a estadia daquelles homens armados no varadouro a uma emboscada contra a pessoa do Coronel Plácido de Castro; que achava bom, disse Facundo, providenciarem no sentido de evitar a passagem do Coronel Plácido no referido logar, que nesse ínterim approximou-se da casa em que se achava elle depoente um empregado do Coronel Plácido, que vinha montado e a toda carreira; que o mesmo veio pedir uma rede para transportar o corpo do Coronel Plácido de Castro que tinha recebido vários tiros no varadouro; que logo em seguida foi em companhia de outras pessoas que se achavam presentes até o logar em que estava o Coronel Plácido, levando-o na mesma rede para a sua residência; que ahi o Coronel Plácido chamou seis testemunhas para ouvir as suas últimas disposições comparecendo além delle depoente os Senhores José Alves Maia, Antônio Rebello, Doutor Antônio Egydio de Barros Campello, Manoel de Albuquerque Soldon e Urbano Júlio Pessoa Montenegro, que o todos os seus bens a parte de que pudesse testar livremente pertenceria a

seu irmão Genesco de Oliveira Castro; que os remanescentes de seus bens pertenceriam à sua mãe, Dona Zeferina de Oliveira Castro; que desejava que os ossos fossem transladados juntamente com os do Doutor Baptista de Moraes e do Coronel José Brandão para Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro; que depois destas declarações outras mais não fez em sentido contrário até o momento do seu fallecimento, no dia onze do corrente, às quatro horas da tarde. Nada mais disse e nem lhe foi perguntado, dando-se por findo este depoimento que depois de lido e achado conforme assigna com o Juiz e partes. Eu, Antônio Lopes Cardoso F.º, escrivão, o escrevi, aa) J. R. do Lago, João de Oliveira Rola, Nylo Guerra, Amarílio Sampaio, Jeronymo Moura Penido.

#### **4.ª Testemunha**

Urbano Júlio Pessoa Montenegro, com trinta e dois annos de idade, solteiro, agrimensor, natural do Estado do Ceará, e actualmente residindo no seringal “Bemfica” deste Departamento. Aos costumes disse ser amigo do falecido Coronel Plácido de Castro e sendo inquirido sobre os itens da petição retro, disse: que se achava a escrever um cartão, chamando, em nome do Coronel Rola, urgentemente, o Doutor Leone Menescal para socorrer como médico ao Coronel Plácido de Castro que se achava gravemente ferido alli, no seringal “Bemfica”, por balas de rifle, e que nessa ocasião fora chamado elle depoente para ouvir as últimas disposições testamentárias do Coronel Plácido de Castro; que indo a presença do mesmo ouvira delle o seguinte: que, de todos os seus bens, legava ao seu irmão Genesco de Oliveira Castro a parte que lhe, digo, que pudesse dispor livremente, ficando o remanescente para sua mãe, para quem pedia os seus cuidados como bom filho que era; que ouvira mais dizer que o Coronel Plácido de Castro queria fôssemos conjuntamente com os restos mortais do Coronel Brandão e Doutor Baptista de Moraes, os seus ossos, digo, transladados para o Cemitério de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro; que não ouvira outras disposições contrárias a esta até que a victima fallecera no dia onze do corrente às quatro horas em ponto da tarde. Nada mais disse nem lhe foi perguntado, dando-se por findo esse depoimento, que depois de lido e achado conforme assigna com o Juiz e parter – Eu, Antônio Lopes Cardoso F.º, escrivão, o escrevi, aa) J. R. do Lago, Júlio Pessoa Montenegro, Nylo Guerra, Amarílio Sampaio, Jeronymo Moura Penido.

#### **5.ª Testemunha**

Manoel de Albuquerque Soldon, com trinta e um annos de idade, casado, guarda livros, natural do Ceará, residente no seringal “Bemfica”, neste Departamento. Aos costumes disse nada e sendo inquirido sobre os itens da petição retro, disse: que no dia nove do corrente, de nove às dez horas da manhã, achava-se o depoente na casa do commércio e residência do Senhor Major João de Oliveira Rola, em companhia deste e do senhor Júlio Montenegro quando viu chegar o senhor Antônio Facundo bastante sobressaltado a ponto de não poder quase se expressar e nessa occasião, gaguejando mesmo, contou que havia visto três indivíduos no varadouro perto do “Bemfica”, os quaes, disse o mesmo Facundo puxaram balas para as agulhas dos seus rifles, perguntando-lhe para onde ia, ao que lhe respondeu que ia para o seringal “Bemfica”; que o depoente e o senhor Major João Rola, afflictos com essa narrativa mandaram providenciar no sentido de ver se podiam evitar o intuito daquelles indivíduos que se achavam de emboscada à beira do caminho, que dez minutos depois de estar montado, o portador que devia averiguar e evitar algum desastre viu vir a toda carreira pela estrada que demanda o seringal “Bemfica” um cavalleiro que depois verificou-se ser o criado do Coronel Plácido de Castro, o qual vinha prevenir que este Coronel tinha sido ferido mortalmente em

uma emboscada, perto do igarapé “Distração”, que dista uns três quilômetros do seringal “Bemfica”; que nesta ocasião o depoente, o Major João de Oliveira Rola e mais outras pessoas foram ao encontro da vítima conduzindo uma rede na qual trouxeram-na para a residência do alludido Major Rola; que duas horas depois o Coronel José Plácido de Castro, reconhecendo a gravidade do seu estado, pedira que viessem a sua presença seis testemunhas para ouvir as suas últimas disposições testamentárias; que nessa ocasião compareceram, além delle, depoente, José Alves Maia, Antônio Rebello, Doutor Antônio Egydio de Barros Campello, João de Oliveira Rola e Urbano Júlio Pessoa Montenegro; que em presença dos mesmos disse o Coronel José Plácido de Castro que de todos os seus bens a parte que pudesse testar livremente legaria a seu irmão Genesco de Oliveira Castro e que os remanescentes legaria à sua mãe, Zeferina de Oliveira Castro, devendo della sempre cuidar seu irmão Genesco; que desejava que seus ossos bem assim os do Doutor Baptista de Moraes e do Coronel José Brandão fossem trasladados para Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro; que depois destas declarações outras mais não fez o Coronel Plácido em sentido contrário, até o momento do seu fallecimento a onze do corrente às quatro horas da tarde. Nada mais disse nem lhe foi perguntado, dando-se por findo este depoimento que depois de lido e achado conforme assigna com o Juiz e partes. Eu, Antônio Lopes Cardoso F<sup>o</sup>, escrivão, o escrevi, aa) J. R. do Lago, Manoel Soldon, Nylo Guerra, Amarílio Sampaio, Jeronymo Moura Penido.

#### **6.ª Testemunha**

Antônio Rabello, com vinte e dois anos de idade, natural do Estado do Piauí, solteiro, commerciante, residente nesta Villa. Aos costumes disse ser amigo do Coronel Plácido de Castro e sendo inquirido sobre os itens da petição retro, disse: que se achava elle depoente no seringal “Bemfica”, em casa da residência do senhor Major de Oliveira, digo Major João de Oliveira Rola, no dia nove do corrente, quando o Coronel José Plácido de Castro, gravemente ferido, fez as suas últimas disposições testamentárias, perante o depoente e outras testemunhas, sendo as seguintes; dos bens que pudesse dispor livremente legaria-os ao seu irmão Genesco de Oliveira Castro, e os remanescentes à sua mãe Dona Zeferina de Oliveira Castro, e pediu que os seus ossos fossem, com os do Doutor Baptista de Moraes e Coronel José Brandão, trasladados para o Cemitério de Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro; que na referida residência do senhor Major Rola continuou o depoente até o dia onze do corrente, quando falleceu às quatro horas da tarde o dito Coronel Plácido de Castro, sem que ouvisse fazer este outra qualquer declaração além daquellas. Nada mais disse nem lhe foi perguntado, dando-se por findo este depoimento que depois de lido e achado conforme assigna com o Juiz e partes. Eu, Antônio Lopes Cardoso F<sup>o</sup>, escrivão, o escrevi, aa) J. R. do Lago, Antônio Rebello, Nylo Guerra, Amarílio Sampaio, Jeronymo Moura Penido.

---

<sup>34</sup> Os arranjos e as manchetes são de minha autoria; o texto, a narrativa e o enredo são autênticos de Plácido de Castro, publicados no “Relatório apresentado ao exmo. sr. dr. Augusto Tavares de Lyra, DD. ministro de Justiça”, como prefeito do Alto Acre, em 1906/1907. Estas notas de Plácido de Castro foram apropriadas por Euclides da Cunha “revestida de flores de estilo, numa linguagem burilada e castiça, mas, muito a pesar nosso, profundamente truncadas e extremamente adulteradas”, segundo a denúncia do coronel Plácido de Castro no referido relatório, que está incorporado ao livro O Estado Independente do Acre, de Genesco de Castro, seu irmão, impresso na Tipographia São Benedito, Rio, 1930, p. 171/218.- [voltar](#)

<sup>35</sup> Na maior parte dos seringais amazônicos usa-se a expressão tapiri, a barraca do seringueiro onde o látex é defumado para formar as peladas de borracha. Neste relatório de Plácido de Castro, o mesmo usa a grafia papiry, não sei se é erro de revisão ou a forma original.- [voltar](#)

<sup>36</sup> Os títulos, a seleção dos textos e o “script” foram por mim ordenados. A narrativa e a descrição são autênticas do coronel Plácido de Castro, em Apontamentos sobre a Revolução Acreana, escritos a pedido de Euclides da Cunha, quando viajou com ele, em 1906, de Manaus para o Rio, publicado pela Tipografia “Jornal Comércio”, de Rodrigues & Cia., Rio de Janeiro, 1911, pp. 5/64. - [voltar](#)

<sup>37</sup> Governador Silvério Nery. - [voltar](#)

- <sup>38</sup> Segundo a descrição do seu irmão Genesco de Castro, Plácido mandou adotar também o jamachi (um cesto feito de cipó pelos mateiros e castanheiros levam às costas, onde guardam a rede, munição de caça, víveres e serve para a coleta dos ouriços de castanha), em substituição à tradicional mochila. Op. cit., p. 168. - [voltar](#)
- <sup>39</sup> Reporte do Coronel Azcui, citado por Genesco de Castro. Op. cit., p. 78.- [voltar](#)
- <sup>40</sup> Rosendo, R. Rojas. Comando em Jefe de las Fuerzas Expedicionárias del Acre – Coronel del Ejercito – in; Genesco de Castro. Op. cit., pp. 76/77.- [voltar](#)
- <sup>41</sup> Final da carta de Plácido de Castro, datada de 28 de dezembro de 1901, in: CASTRO, Genesco de. Op. cit., p. 101.- [voltar](#)
- <sup>42</sup> Ordem do Dia nº 1, de Plácido de Castro, na qualidade de Comandante em Chefe do Exército do Estado Independente do Acre, datada de 30 de janeiro de 1903, em Porto Acre, in: CASTRO, Genesco de. Op. cit., p. 101/105. (Trechos selecionados pelo autor).- [voltar](#)
- <sup>43</sup> Em Apontamentos sobre a Revolução Acreana, Plácido de Castro dá mais detalhes da histórica passagem do vapor “Independência”. Diz ele: “Os bolivianos, plagiando Humaytá, tinham colocado uma corrente para vedar a paisagem. Uma das extremidades dessa corrente, porém, estava em terreno que havíamos conquistado. Entretanto, foi difícilimo cortar essa corrente. Não faltaram “entendidos” que dissessem ser impossível a passagem do navio. Isso muito impressionou o Coronel Alencar que... deixou-se ficar em S. Jeronymo e pedindome dali dispensa do comando, por se achar doente do fígado e desconfiado de estar atacado de pneumonia. A este conjunto de enfermidades nas ocasiões de grandes lances, eu costume chamar de “cagacite aguda”... Dispus então as forças em terra e fui para bordo do “Independência” a fim de forçar a passagem no dia seguinte. Levei comigo uma força de infantaria de 50 homens... Pela madrugada vi, com grande espanto, a bordo, o Coronel Rodrigo de Carvalho. Perguntandome o que fazia, respondeu: “também quero glórias. Pensei comigo que alguma coisa de extraordinário se passava naquela creatura efeminada que não podia ouvir o sibilo das balas... Às 6 horas da manhã, colocados todos nos seus postos, verificado o entrancheiramento da casa das machinas, feito com 30.000 kilos de borracha, mandei suspender ferro. O Coronel Rodrigo de Carvalho não foi encontrado a bordo. À passagem foi feita garbosamente, debaixo de uma estrondosa salva de balas”. - [voltar](#)
- <sup>44</sup> CASTRO, Genesco de. Op. cit. pp. 115/120.- [voltar](#)
- <sup>45</sup> Relatório da Prefeitura do Alto Acre. Plácido de Castro, op. cit., p. 172, in CASTRO, Genesco, op. cit.- [voltar](#)
- <sup>46</sup> Clynio Brandão, oficial do Exército Acreano e companheiro de Plácido de Castro na Guerra do Acre, já falecido, é o pai do ilustre Desembargador Benjamin Brandão, Professor da Faculdade de Direito da Universidade do Amazonas.- [voltar](#)
- <sup>47</sup> CASTRO, J. Plácido de. Apontamentos sobre a Revolução Acreana. Op. cit., pp. 5/64.- [voltar](#)
- <sup>48</sup> e <sup>49</sup> CASTRO, J. Plácido de. “Relatório da Prefeitura do Alto Acre”, op. cit., in: CASTRO, Genesco de. Op. cit., pp. 174 e 194.- [voltar](#)
- <sup>50</sup> CASTRO, Genesco de. Op. cit., p. 322 e 265/280.- [voltar](#)
- <sup>51</sup> CASTRO, Genesco de. Op. cit., pp. 322 e 265/280.- [voltar](#)
- <sup>52</sup> Pelo testamento nuncupativo de Plácido de Castro, este, antes de morrer, pediu apenas que os seus ossos fossem trasladados para Petrópolis, juntamente com os dos seus companheiros Coronel José Brandão e Dr. Baptista de Moraes. Assim, neste depoimento, Genesco além de haver confessado que faltou ao cumprimento do seu dever no atendimento do pedido de última vontade de seu irmão Plácido, talvez mais produto de sua fantasia de gaúcho para exaltar a façanha e criar o mito, esqueceu-se de mencionar o fato acima, se é que as testemunhas falaram a verdade, e deste modo cometeu, agora, o pecado por omissão: os ossos de Plácido de Castro foram trasladados para o cemitério de Porto Alegre, esquecendo de cumprir a vontade de Plácido que talvez representasse uma homenagem ao Barão do Rio Branco, pela assinatura ao Tratado em Petrópolis, a 17 de novembro de 1903.- [voltar](#)
- <sup>53</sup> Este depoimento de José Alves Maia foi publicado na Revista REDENÇÃO, editada em Manaus, cerca de 1925, quando ele exercia o cargo de Secretário de Polícia do Acre. Devo à gentileza do Dr. Djalma Batista a cessão de uma cópia do artigo, que pertence aos seus arquivos, no qual não se precisa a data. O Dr. José Alves Maia, posteriormente, fixou residência em Belém, onde exerceu o magistério como professor de História no Ginásio Paes de Carvalho, conforme informação do Professor Arthur Reis.- [voltar](#)
- <sup>54</sup> Luiz Saraiva Correia é um brilhante advogado cearenseacreano, especialista em direito agrário, radicado há muitos anos em Rio Branco, Estado do Acre. É também um estudioso e pesquisador da história acreana, pretendendo publicar um livro Nos Subterrâneos da Revolução Acreana, no qual irá analisá-la através de fontes documentais brasileiras e bolivianas, originais. A versão a seguir transcrita, foi por ele feita, a meu pedido, e é resultado de sua pesquisa e de sua vivência, pelo que aqui deixo consignado o meu agradecimento. Devo a ele também a gentileza da remessa do Testamento Nuncupativo de Plácido de Castro, que foi encontrado recentemente nos arquivos do Fórum da Justiça Barão do Rio Branco, da cidade de Rio Branco, Acre, e que aqui vai transcrito e publicado no capítulo a seguir, pela primeira vez, esclarecendo um dos aspectos da vida e da morte de Plácido, sem as fantasias, as lendas e mitos que foram sendo criados, em torno desse grande caudilho da guerra acreana.- [voltar](#)
- <sup>55</sup> Segundo informação do Prof. Arthur C. F. Reis, José Alves Maia transferiu-se depois para Belém do Pará, tendo exercido durante muitos anos o magistério como Professor de História do Ginásio Paes de Carvalho.- [voltar](#)
- <sup>56</sup> O grifo é nosso.- [voltar](#)

3  
NOSSA CHÃO: A QUO E  
AD-QUEM



## 1 Uma geografia e ecologia social da calamidade na Amazônia: as enchentes e vazantes

Após haver concluído **O Cearense na Amazônia**, em 1943, e enquanto aguardava o resultado do X Congresso Brasileiro de Geografia, que após muitas prorrogações iria, finalmente, se realizar em 1944, minha atenção de pesquisador foi atraída para o fenômeno do **ciclo das águas**, durante o correr daquele ano.

Trabalhava ainda na Panair do Brasil, atendendo aos aviões da “Rubber Development Corporation” (RDC), que faziam a rota Manaus-Miami, e aos famosos hidroaviões Catalina que cobriam as linhas domésticas para o interior da Amazônia, um avião anfíbio que tantos serviços prestou à região durante e após a II Grande Guerra. O flutuante da Panair, que ficava localizado em uma ponta do “roadway” da “Manaus Harbour”, fora transferido para o bairro de Educandos, em frente à Colônia Oliveira Machado, pela necessidade de maior espaço e menor interferência no tráfego do porto principal da cidade. Essa transferência do local de trabalho iria me colocar em contato íntimo e diário com o povo da praia de Beira-Mar e da rua Vista Alegre, no alto do barranco, ambas situadas no bairro de Educandos, passagem obrigatória de minhas andanças de e para o trabalho, todas as madrugadas.

Assim, pelo caminho e pelo contato, nasceu-me a ideia de uma pesquisa geográfica e ecológica sobre a vida social, econômica e psicológica do povo dessas duas ruas, com o qual convivi diariamente, após encerrar o trabalho de despacho dos aviões, fazendo o percurso a pé, pela praia ou pelo barranco em dias alternados, durante quase três anos, pesquisando e entrevistando os seus moradores, utilizando a mesma metodologia aplicada no inquérito do **Cearense na Amazônia**. Centenas de entrevistas foram realizadas e registradas, bem como um extenso documentário fotográfico foi obtido, fixando a imagem dos personagens- moradores dessa vizinhança suburbana, nas suas relações de trabalho, moradia e vivência, enquanto o rio Negro baixava e subia, comandando a vida e os hábitos da população.

A pesquisa, que inicialmente se limitava ao estudo do complexo beiradãopraia, com o decorrer do tempo adquiriu conotação mais abrangente, projetando se para o universo amazônico, numa tentativa de compreensão das relações funcionais de ordem ecológica e social que se estabelecem entre o homem e o rio, dentro do quadro da geografia da calamidade. As enchentes e vazantes do rio e o povo morando, trabalhando, vivendo e sobrevivendo como personagem atuante dessa paisagem.

Demorou quase três anos. Terminei-a em 46, o original manuscrito pronto para ser datilografado e, após, entrar na fase editorial de publicação. No entanto, o destino, com as suas alternativas e opções, se encarregaria de destruir todo aquele trabalho, que seria uma contribuição pioneira no campo da geografia e ecologia social amazônica. Enquanto trabalhava no texto datilográfico, um difícil e árduo artesanato intelectual que bem conhecem os humildes escritores de província, e, ao mesmo tempo, iniciava a minha carreira profissional no campo da advocacia, após haver concluído o curso na Faculdade de Direito, em dezembro de 45, recebi uma bolsa de estudos, concedida pelo Instituto Internacional de Educação, para realizar um curso de pós-graduação, em

“Miami University”, Oxford, Ohio, nos Estados Unidos, com a duração de quase dezoito meses, ao fim dos quais conquistei o meu mestrado em ciências sociais e econômicas.

Essa interrupção, se de um lado proporcionou o aprimoramento de minha formação universitária e acadêmica, capacitando-me a desenvolver a minha vocação científica, de outro lado trouxe-me, após o meu regresso, uma série de dificuldades, pela inexistência de mercado de trabalho no campo do magistério, forçando-me a buscar a minha sobrevivência no campo empresarial, conforme relato em outros capítulos. Se me era negada a oportunidade do magistério, para o qual tanto me preparara, o mestrado não teria sentido, e, por via de consequência, a minha missão de pesquisador, na ausência de uma universidade ou de um instituto especializado, estaria condenada ao fracasso, pois os resultados da investigação científica não teriam chances de virem a ser editados, por falta de recursos, de motivação e de público. Não tive opção.

Analisando friamente a situação naquela época, e a despeito de muitas andanças e ofertas de minha docência a quase todas as universidades e escolas isoladas brasileiras, das quais não obtive a mínima resposta, resolvi, por contingências da própria vida e por imposição da sociedade em que vivia, buscar a minha sobrevivência na área empresarial, na qual passei a dedicar o meu labor, superando, assim, em parte, a minha frustração e o meu recalque. Foram quase seis anos de exílio intelectual, durante o qual formei a minha personalidade de homem de empresa, até chegar a outra grande oportunidade de minha vida, em 1954, quando ingressei, por concurso de provas e títulos, na Faculdade de Direito, como professor catedrático de Economia Política. Daí para a frente, passei a formar e a firmar a minha imagem de economista, um pouco distante da minha paixão de geógrafo e ecologista social.

Conservo, no entanto, no fundo de minha memória e de minha consciência, o remorso de filho pródigo da antropogeografia e da antropologia social e cultural, e procuro sempre, em meus trabalhos de economia, pagar essa velha dívida, dando um tratamento interdisciplinar naquilo que escrevo e na minha docência.

**A Geografia da Calamidade** permaneceu engavetada e inédita; o paciente trabalho mecanográfico dos originais manuscritos ficou inconcluso e não surgiu nenhuma outra oportunidade editorial. Os anos foram se escoando e o meu interesse, agora voltado para a problemática econômica, concorreu para sepultar no esquecimento aquele trabalho e apagar aquela chama e centelha ecológica que um dia foi uma das minhas grandes paixões de analista, na mocidade.

Vinte anos depois, recebi, com surpresa, um telefonema do professor Arthur Reis, então governador do Estado, chamando-me, com urgência, ao Palácio Rio Negro, para rever um velho amigo e geógrafo, o professor Hilgard O'Reilly Sternberg. Recomendou-me levasse comigo os originais da **Geografia da Calamidade**, que ele, Arthur Reis, sabia que existiam.

Durante dois dias busquei os meus velhos arquivos, e para meu desespero encontrei apenas parte dos originais, em estado lastimável de conservação. A traça, a umidade e o mofo haviam consumido e devorado aquele documentário que um dia tivera corpo e alma. Era como exumar um cadáver do fundo da sepultura, da terra e do tempo, para expô-lo, envergonhado, aos olhos dos que permaneceram fiéis à geografia e à história. Uma lembrança, uma reminiscência e alguns ossos daquele esqueleto que um dia tivera nervo, músculo, coração e alma. Assim mesmo, o professor Sternberg, que havia sido professor de Geografia do Brasil na faculdade de Filosofia da antiga

universidade do Brasil, e que se transferira, naquela altura, para o Departamento de Geografia da universidade da Califórnia, em Berkeley, pediu para ler os restos mortais do meu trabalho. No dia seguinte, chamado ao Palácio Rio Negro, recebi o maior “carão” de minha vida do professor Arthur Reis, que não se conformava com o destino cruel da minha pesquisa, e o professor Sternberg, mais compreensivo, pediu-me que publicasse, mesmo assim, a poeira e a cinza do que sobrara, pois essa pesquisa havia sido pioneira na Amazônia, no campo da geografia da calamidade e da ecologia social, rural e urbana, e antecedia a sua própria tese de doutoramento – **A Água e o Homem nas Várzeas do Careiro**, publicada em 1956, e era contemporânea dos trabalhos de Josué de Castro, nos seus estudos de Geografia e Geopolítica da Fome. Antes de todos nós, é de justiça salientar, devemos a Gilberto Freyre a introdução dessa metodologia antropológica e ecológica, no fato da pesquisa regional do Nordeste, cuja influência repercutiu, profundamente, nos trabalhos de quase toda a minha geração.

Durante algumas semanas, após esse encontro, fiquei perturbado pela angústia e pelo remorso, porém o trabalho de reconstituição era difícil e exigiria de mim a paciência e a perseverança daquele espeleólogo ao descobrir os pergaminhos bíblicos nas cavernas do Mar Morto. De outro lado, estava empenhado na pesquisa e publicação da **Estrutura Geossocial e Econômica da Amazônia**, em dois volumes, por solicitação e empenho do próprio professor Arthur Reis, e que me consumiu quase dois anos nesse projeto. Deste modo, fui adiando o meu encontro com esse passado, e somente agora volto à ribalta, para publicar o que resta, na esperança de que sirva de testemunho, como documento que é, do destino inglório da maioria das pesquisas em nosso País, que por falta de motivação e estímulo jazem insepultas na vala comum do anonimato dos arquivos. E o público em homenagem ao professor Arthur Reis, cuja cultura e amor à história amazônica o fizeram um símbolo e um exemplo às novas gerações, e ao professor Hilgard Sternberg, que mesmo no seu exílio, em Berkeley, volta às suas origens quase todos os anos, para ver e rever a **Água e o Homem nas Várzeas do Careiro**, o melhor estudo de ecologia regional que, ao lado desse outro magnífico mestre limnólogo, que é o professor Sioli, do Instituto Marx Plank da Alemanha e do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, de Manaus, constituem uma trindade de cientistas devotados à ciência e à humanidade amazônica.

Os “salvados” da **Geografia da Calamidade** foram poucos, comparando-se com o vulto da pesquisa original. Dessa “operação rescaldo” sobrou apenas o índice, que serviu para indicar o roteiro da pesquisa, o prefácio e três capítulos que vão a seguir publicados. Infelizmente quase todo o material do inquérito sobre Vista Alegre e Beira-Mar, inclusive o documentário fotográfico, foi perdido, extraviado ou consumido pela voragem implacável do tempo. Um tempo morto. Um tempo redivivo. Um tempo que não volta mais.

## ÍNDICE:

## CONTEÚDO

### I. Sobre uma geografia econômica da vazante e da enchente:

1. Geografia física e humana do rio. A várzea e a terra firme. O caboclo e o imigrante.
2. Geografia econômica do clima. O verão e o inverno. O “fabrico” da borracha e a “safra” da castanha.

3. Geografia econômica da alimentação e do regime das águas. A economia da vazante. A pesca e a roça.

4. Geografia da calamidade. A economia da enchente e da alagação.

5. Marajó-Mirim – história econômica de uma fazenda de gado.

## **II. Vista Alegre e Beira-Mar**

1. Educandos – síntese antropogeográfica do funcionamento de um subúrbio.

2. Vista Alegre – uma geografia social e psicológica do barranco e da rua.

3. Beira-Mar – uma geografia humana da habitação, do trabalho e da calamidade na praia.

4. O Inquérito – crítica, análise e interpretação dos dados.

## **PREFÁCIO**

Poucos e precários têm sido os estudos de geografia social, econômica e urbana da Amazônia. Escassez e precariedade que contrastam com a variedade e abundância de trabalhos de geografia física que vêm sendo feitos desde longa data. A moderna orientação que se imprime aos estudos geográficos atuais felizmente acabou com as fronteiras entre geografia humana e física, geografia política e econômica, geografia rural e urbana. O que se procura, hoje em dia, consoante à lição de Francis Ruellan, é “fazer ver as paisagens terrestres e marinhas na sua complexidade viva, insistindo nas associações dos traços fundamentais, físicos, biológicos e humanos”<sup>1</sup>. Traços fundamentais esses que balizam e alicerçam a interpretação dos fenômenos ao lado dos outros fatores secundários que concorrem, em igual escala, para a compreensão dos complexos geográficos e humanos. Formas de terreno e clima, regime das águas e aspectos da vida vegetal, animal e humana, associados na interpretação científica, baseada nas relações de causa e efeito e nas influências recíprocas dos fenômenos observados<sup>2</sup>. Geografia física e humana, social e econômica, urbana e psicológica, associadas e interdependentes que somam explicações para as relações, ações, reações e interações humanas e regionais.

Nessa posição em que nos colocamos, nem a síntese e nem a perspectiva sacrificam os detalhes, nem o particular absorve o geral e o universal; temos uma compreensão melhor e vemos uma paisagem mais humana: ruas e barrancos, praias e rios, clima e regime das águas, dentro da complexidade de suas unidades maiores.

Neste trabalho procuramos fazer uma tentativa de compreensão de um dos nossos muitos complexos geográficos, econômicos e sociais ainda por estudar, através de um inquérito feito com os moradores de duas ruas de um subúrbio de Manaus.

O nosso trabalho de campo desenvolveu-se, de um lado, na Rua Vista Alegre, construída sobre um barranco alto, a cavaleiro do rio, e, de outro, na Avenida Beira-Mar, situada numa praia que é atingida pelas enchentes e vazantes do Rio Negro, nas proximidades de Manaus. Seguimos aqui a mesma orientação de estudo, pesquisa e elaboração do inquérito utilizado com o cearense-imigrante, agora naturalmente desenvolvida e melhorada com a experiência desses dois anos de trabalho.

Orientação que para nós continua a ser a menos artificial e, por isso, a mais espontânea para estudos dessa espécie.

Mais do que nunca, as paisagens que aqui vão ser estudadas servem para ilustrar e iluminar o trabalho, a economia e a ação do homem, morador do rio, da praia ou do barranco, elementos geográficos fundamentais do nosso “background”. Dessa forma, continuamos a nossa tendência experimental de trabalho de campo, de “social survey”, que continua a ser o nosso maior auxiliar. Recentemente, Ruellan declarou que “um trabalho geográfico original só pode ser o resultado de uma pesquisa pessoal no terreno, o trabalho de gabinete sendo apenas o complemento necessário dessa pesquisa”<sup>3</sup>. Gabinete e campo, poltrona e terreno, “arm-chair sociology” e “field-work”: geografia humana, econômica e psicológica do trabalho, da habitação e do transporte de um lado, e, de outro, atitudes, comportamentos, ações e reações dos moradores dessas duas ruas.

O nosso inquérito nasceu e cresceu dentro dessa associação indispensável. O material de que lançamos mão foi o mais abundante e variado possível. A pesquisa de campo está aqui documentada pelas entrevistas, convenientemente analisadas e interpretadas, pelo material fotográfico valioso, cuja contribuição foi enorme para a compreensão dos nossos temas, explicações e observações. Ilustrações e fotografias essas, aliás, indispensáveis em todo e qualquer trabalho de geografia física ou humana regional. Por isso, fizemos questão de documentar, a cada instante, a nossa paisagem, os tipos humanos e econômicos de maior evidência, em todas as fases das nossas interpretações.

Cada tipo humano, gênero de trabalho, ou cada trecho geográfico, vão sempre acompanhados de sua ficha fotográfica da identificação. A marca da geografia na atividade do homem ou a impressão digital deste na paisagem em foco. A estatística, o inquérito e a fotografia estão representadas pelo gráfico, pela ficha e pelo “instantâneo”. A nossa “kodak” não descansou nestes dois anos em que estivemos empenhados no trabalho de campo, registrando as fases sucessivas e periódicas da enchente e da vazante, na praia, na beira-do-rio, no barranco, nesses dois trechos da Rua Vista Alegre e da Avenida Beira-Mar, que constituem o tema central do nosso estudo, e em derredor do qual giram as nossas explicações e observações. Procuramos mesmo bater as mesmas chapas dos trechos observados durante os dois períodos da alagação e da seca, que este trabalho inclui, a fim de poder mostrar o contraste geográfico e humano entre as duas épocas do ano nesse local. O inquérito começou em 43 e terminou em dezembro de 45, decorrido exatamente três anos. Duas enchentes e duas vazantes documentam o nosso trabalho, período de tempo regular para o desenvolvimento de um inquérito desta natureza.

Demos particular relevo ao problema do contato do homem com a paisagem e das reações desta no seu espírito e no seu trabalho. De um lado, um complexo geográfico e físico, peixes, árvores, rios, praias e barrancos; e, de outro, um conjunto social e humano de curumins, mulheres e homens. Da interação desses fatores físico-sociais – ação do braço e do espírito na paisagem em bruto ou da intervenção determinista da geografia na vida do homem, resultam essas ressonâncias econômicas e humanas, umas em função, obediência ou imposição, e outras em reação, acomodação, conflito ou confraternização: casa, canoa, ponte, rua, instrumentos econômicos, modos de vida, alimentos, horizonte de trabalho, que fazem e formam à sua imagem, outras geografias de ocupação, tráfego, transporte, exploração e alimentação peculiar a cada complexo antropogeográfico. Traços e complexos antropogeográficos, econômicos e culturais amazonenses que acompanhamos em suas linhas gerais.

Cada gesto do homem tem aqui a sua tinta e a sua cor local; cada paisagem, a sua natureza e o seu aspecto próprio. Regra geral, a casa é quase sempre a geografia do abrigo contra a intempérie efetivada, construída com os seus elementos vizinhos: o barro, a pedra, a palha, a paxiúba ou a madeira. A “montaria” é a geografia do transporte ou a marcha antropogeográfica feita pelo caminho por água. Uma espécie de sucedâneo para o cavalo, que compensa a ausência da estrada. Um “ersatz” para os pés e o cabresto na construção do movimento e da direção sobre as águas. O trabalho também será o corolário desses elementos, a maior parte das vezes participando ativamente dos equilíbrios ou desequilíbrios da geografia do rio, do seu regime de alagação e seca, enchente e vazante. O pesquisador terá, assim, que recorrer a todos esses traços e contribuições para recolher o complexo antropogeográfico que anda espalhado e disperso. A identificação do pesquisador com a natureza é uma exigência preliminar e indispensável para conduzi-lo ao sentimento de igualdade e integração com a paisagem.

Como decorrência dessa intimidade e da convivência com o homem, nasce o processo de conquista e exploração da terra, a marca do seu trabalho, a imposição de suas ladeiras, climas e florestas, a facilidade de suas praias ou a hostilidade de seus barrancos, facilidades e dificuldades a vencer e transpor. Encher o espírito de águas e árvores, rios e ventos, para poder compreender o complexo de causas e circunstâncias, fatores e influências mútuas e recíprocas. Norbert Krebs compreendeu o tema: “el color y las formas del paisaje influyen igualmente en nuestro espíritu. Parece ser comun a todos los seres humanos la angustia que nos sobrecoge cuando nos hallamos en el fondo de una garganta profunda, y también la alegría que produce la contemplación de un amplio horizonte”.<sup>4</sup>

Depois do conhecimento da “qualidade sinfônica da paisagem”<sup>5</sup>, impõem-se a comunhão com o homem, a análise do seu trabalho e interpretação de sua história, através de uma conversa íntima e sossegada, à sombra, à vontade, de um modo tal que ele não perceba que está sendo interrogado para objeto de estudo.

Uma conversa íntima, muitas vezes sem gravata nem gramática, com toda a simplicidade e naturalidade possível. Disso tudo então virá o nexo procurado, a relação e a conexão almejada entre fatores em “ring” umas vezes, de braço dado outras vezes. Conexões e relações que, de qualquer forma, serão úteis e importantes, necessárias e imprescindíveis na coleta dos dados para a futura análise e interpretação. No fim, surgirá espontânea e naturalmente a compreensão geral do fenômeno observado com todos os seus ajustamentos e encaixes, aproximações, conexões e interações que hoje em dia são o problema número um da ecologia, da sociologia e da geografia regional.

Sentimentos, atitudes, gestos, brigas, conversas, costumes, trabalhos que constituem aquilo que esse notável ecólogo e geógrafo indu, Radakamal Mukerjee, chamou de “**Web of life**” – a teia da vida.

No decorrer deste estudo, primeiramente dedicado à compreensão universal do fenômeno das enchentes e vazantes e à sua repercussão geral na região amazônica, e, em seguida, particularizado nessas duas ruas de um subúrbio de Manaus – a Rua Vista Alegre, construída sobre um barranco, e a Avenida Beira-Mar, estendida sobre uma praia à beira do rio, no bairro de Educandos – procuramos, com toda dedicação, carinho e persistência, observar os flagrantes, compreender o conjunto e narrar os fatos que, reunidos, constituem a “teia da vida” desse complexo antropogeográfico.

Registramos aqui os nossos agradecimentos a todos aqueles que contribuíram com os seus trabalhos, informações, dados, conselhos e estímulos: ao Professor Agnelo Bittencourt, por nos ter franqueado a sua excelente biblioteca, riquíssima em preciosidades regionais; ao Professor Júlio Uchôa, diretor do Departamento Estadual de Estatística, por nos ter fornecido dados indispensáveis sobre a nossa produção e exportação; ao Sr. Júlio Lima, administrador do Mercado Público, que nos deixou remexer os arquivos e os livros de sua repartição à procura dos dados sobre o movimento dos gêneros de primeira necessidade; ao Dr. Raimundo Nobre Passos, Inspetor Regional de Estatística, especialmente na parte referente ao movimento da produção de leite nas nossas fazendas de gado; ao Nunes Pereira, estudioso do índio, do negro, e técnico de caça e pesca; à Maria Adelaide Meninéia, que desenhou os gráficos com tanta boa vontade; a Francisco Alves dos Santos, morador da Rua Vista Alegre, valioso auxiliar na coleta dos dados sobre o movimento das águas do Rio Negro; a Agnelo Uchôa Bittencourt e aos meus companheiros de trabalho e colegas de estudo e Faculdade; a Geraldo Pinheiro e Mário Ypiranga; enfim, a todos aqueles que contribuíram para que este inquérito fosse para frente, não esquecendo, também, a minha velha “kodak-120”, companheira inseparável do campo, que me sugeriu tantos temas e observações através de suas fotografias animadas e ilustrativas.

Manaus, 1945.



homem. Não só do homem do interior, também da cidade, direta ou indiretamente, próxima ou remotamente; todos sentem, sem distinção rural ou urbana, os efeitos universais dos fluxos e refluxos dos rios. A própria terra arranjou uma nomenclatura que se acomoda a esse regime; várzeas e igapós, terra inundada, tesos e terra-firme. O próprio rio também participa dessa toponímia; altos, médios e baixos-rios, a denunciar o nível da terra em função da altura e do alcance das águas.

É natural, portanto, que, cada ciclo que o rio passe, enchente ou vazante, ou cada fase que a terra atravesse, inverno ou verão, corresponda a um novo ciclo ou fase econômica de trabalho e de profundas conseqüências e transformações na vida do homem, de sua casa, de seu boi, de seu peixe, de sua “montaria”, e das distâncias a vencer com o seu “jacumã”. Conseqüências e transformações de repercussão e ressonâncias gerais e universais em todas as formas de trabalho e de ocupação. O regime das águas entra sempre no cálculo do homem.

O caboclo, antes de construir a sua casa, mede o espeque alto e seguro, levanta o “jirau” para aguardar a cheia; o fazendeiro ou criador, ao construir o seu curral, não se esquece de levantar a maromba, onde o gado se refugiará na alagação; o mariscador aproveita a vazante para colocar as tapagens nas bocas dos lagos para pegar o peixe: a “camboa”, o “cacuri”, o “pari”<sup>6</sup>; não se esquece de salgar o seu pirarucu, que constitui a “reserva da gente pobre durante o inverno”<sup>7</sup>; o roceiro planta a sua “mandioca de seis meses” para colher antes que o rio alague a sua roça feita na vazante; o “aviador” da praça de Manaus e de Belém despacha a sua mercadoria logo nas “primeiras águas”, para pegar ainda em tempo a cheia nos altos-rios; os engenheiros levantam as pontes sobre os igarapés periódicos, para assegurar o tráfego permanente em Manaus, e constróem o “roadway” em função da baixada e da subida do rio Negro. Influências econômicas e técnicas, ditadas pelo regime das águas. Geografia econômica e humana, rural e urbana, cujo tema fundamental é o rio, com as suas enchentes e vazantes periódicas.

O regime e a época das enchentes e vazantes não são os mesmos em todos os rios. Variam de altura, intensidade, duração e período. Já se tornou clássica a noção de que os tributários meridionais enchem e vazam em épocas diferentes dos afluentes setentrionais. Fenômeno esse que se explica pela queda das chuvas em épocas diferentes nas cabeceiras dos altos-rios, afluentes de uma e outra margem.

“Em setembro e outubro – diz Gilberto de Andrade – começam as chuvas a cair nas vertentes orientais dos Andes da Bolívia e do Peru, e nas do planalto central do Brasil, que dão origem aos afluentes da margem direita. Estes vão se avolumando e em fevereiro e março verifica-se a enchente máxima desses tributários meridionais: é quando caem os aguaceiros no planalto guianense e contrafortes andinos do hemisfério boreal, vindo os afluentes da margem esquerda desaguar os excessos no Amazonas, entre abril e junho. Já então começam a baixar os tributários da margem direita, mas o contingente vindo do norte eleva a enchente amazônica ao seu nível máximo, que é junho. No Amazonas, a curva do regime é produzida pela interferência dos seus afluentes, sendo o nível máximo registrado em junho e o mínimo em dezembro, quando cessa a descida dos últimos fluxos setentrionais e vai começar a enchente pela margem direita”<sup>8</sup>.

A diferença da época das enchentes-vazantes dos rios do norte para os rios do sul, e até de rio da mesma margem, dá uma atividade peculiar aos povos ribeirinhos, cujo fabrico, sangra, corte, viração e pesca, existem em função desse regime de chuvas e cheias, de verões e secas.

Esses ciclos econômicos, de tão profundas consequências, deveriam regular uma própria política de proteção às espécies animais e vegetais dizimadas pelo homem, na inconsciência de sua economia destrutiva. Uma legislação que teria, nesse caso, de se submeter a um critério de natureza regional e ao mesmo tempo local. Não se explicaria, por exemplo, entre nós, uma lei proibindo a caça ou a pesca de tal espécie num determinado mês em toda a região. Teria, ao contrário, que variar de época e local, diferente para o Madeira e o Negro, para o Solimões e o Baixo-Amazonas.

A nossa legislação rural forçosamente terá que se adaptar às condições regionais e locais de vida, economia e trabalho. Fabricos, safras, virações, colheitas, cortes, pescarias, têm a sua época no ano e variam de acordo com as condições locais e acidentais ao rio e do tempo. Grandes vazantes; grandes colheitas e pescarias. Grandes cheias: grandes calamidades e grandes misérias. Os excessos de enchente e vazante, alagações e secas, são quase sempre prejudiciais ao homem e a sua atividade, para um mais e para outros menos; vai depender do tipo de ocupação e de trabalho: se armador de navio ou comandante de “gaiola” que ficou encalhado no alto-rio, então é esperar um repiquete ou uma enchente grande; se gerente de seringal, cujos aviamentos só poderão chegar se o rio subir demais, esperar as cachoeiras para dar passagem ao batelão ou ao regatão; se roceiro ou fazendeiro, as consequências das cheias serão fatais para a sua roça ou o seu boi; se pescador, a enchente representará a ausência ou a dificuldade do peixe, enquanto a vazante representará a fartura e abundância, o que desvalorizará por completo o seu preço no mercado. A oscilação periódica das águas varia de ano para ano e de rio para rio, diz Gilberto Ozório de Andrade. Agassiz calculou essa oscilação entre 10 e 17 metros no Amazonas; de 10,05 m no Rio Negro; de 8,375 m no Rio Branco; de 11,125 m no Tapajós; de 13,4 m no Solimões. Martins, no entanto, encontrou árvores que estavam cobertas de lama, em muitos lugares, até a uma altura de 16,75 m acima da vazante<sup>9</sup>.

Nos gráficos e quadros que acompanham este estudo e que nos foram fornecidos pelo Serviço Hidrométrico da “Manaus Harbour Ltda”, concessionária do nosso porto, estão as observações dos números e das cotas mensais registradas durante um largo período de tempo no Rio Negro, em frente a Manaus. Por aí se verifica que a maior enchente que já tivemos foi a de 1922, cuja cota máxima alcançou, no dia 18/19 de junho, 29,355 m sobre o nível do mar. Ainda hoje essa enchente é lembrada pelos moradores de Manaus como a maior já havida em todos os tempos. As águas chegaram a invadir a zona do porto e o edifício da Alfândega, conforme mostra fotografia raríssima da época. A menor enchente registrou-se em 1906, dia 13 de novembro, com a cota mínima de 14,20 m. Silva Coutinho, estudando em 1864 os rios da Província, escreveu sobre o Rio Negro:

Começa quase sempre em novembro a enchente e termina em junho. Em 1861, o Rio Negro declinou a 25 de junho no porto desta capital, e em 1862 a 5 do mesmo mês. Nos anos de 1859 a 1860 extraordinárias foram as enchentes, igualando às vazantes de 1861 a 1862. A amplitude da variação chegou a 67 palmos, entre as máximas oscilações.<sup>10</sup>

Por aí se deduz que na Amazônia a geografia, para viver, andar, trabalhar e comer, é o rio, o traço físico-geográfico mais importante do rio é o seu regime de enchentes e vazantes que determina, com as suas oscilações, as transformações e mudanças econômicas na exploração, na ocupação da terra e no trabalho do homem. O rio largo e livre umas vezes, para o transporte leve e fácil. O rio estrito e encachoeirado outras vezes, que o homem e o seu transporte quase não vencem. Em todo o

caso, o rio oferece menor resistência à penetração do que a floresta, daí ele se ter constituído primeiro em caminho natural de infiltração para a conquista pioneira, e em seguida servindo de tema para a exploração e ocupação humana. A floresta oferece ainda hoje um ecúmeno sem densidade de homens e machados para o aproveitamento econômico agrícola da terra. Somente o rio, com a sua força e a sua facilidade, empresta ao homem uma capacidade de ação e trabalho, e não pede em troca muito sacrifício e luta. Ação e trabalho que o caboclo faz montado no determinismo ou no quase-determinismo que o meio lhe sugeriu para a sua adaptação, e que ele aproveita e se acomoda a falta de um equipamento cultural civilizador, ou de uma técnica adiantada de exploração ou de economia para reagir às sugestões e imposições do meio. Sugestões, conexões e necessidades que o rio impõe ou solicita e o homem aceita ou obedece:

– o rio e a canoa: – um sistema e uma solução geográfica para o problema do caminho aberto e marcha livre;

– a canoa e o remo: – a intensificação, expansão e direção do movimento criado pelo homem da Amazônia como sucedâneo do cabresto e do cavalo do Nordeste;

– canoa e o crime: – um delito revelado através de uma necessidade regional intensa – o “ladrão de cavalo”, tão odiado e perseguido em Pernambuco, aqui corresponde ao nosso “ladrão de canoa”, tão antipatizado nas nossas crônicas e registros policiais dos jornais;

– o rio e a várzea: – uma conexão geográfica para o aproveitamento econômico da terra inundada que o rio fertilizou na sua passagem;

– o rio e o caboclo: – uma pressão psicológica de viver e de trabalhar mais fácil à beira do rio, o que lhe dá; um trabalho ao alcance da mão, o roçado fértil, um transporte ao alcance do remo, a “montaria”, a alimentação bem perto da boca, o peixe; um comércio nem sempre ao alcance da bolsa – o regatão; uma economia farta e rica – a pesca.

“Este meio aquático e piscoso – disse José Veríssimo – fez deles comedores de peixe e pescadores. Sedentário, lavrador à beira do rio e só como ribeirinho o vereis estabelecidos, ou meio nômades, extrator dos produtos naturais, ou ainda criador ou vaqueiro”<sup>11</sup>.

Roçado, montaria, regatão, peixe, droga e pesca vivem em conexão com a sua geografia de trabalho, circulação, alimentação e produção da várzea. A terra firme, o sertão alto e enxuto, distante e abandonado, dos altos-rios, no Acre, Purus, Juruá, não possuem ambiente propício nem “habitat” psicológico para a acomodação do caboclo. A diversificação geográfica, econômica, psicológica e humana entre essas duas regiões é total. A roça da várzea, a baixa do rio – “habitat” preferido do caboclo. A seringa da terra-firme dos altos-rios – “habitat” eleito do cearense imigrante. Cada um procurou a geografia que melhor se adaptasse à sua psicologia econômica e física. A roça, nesse caso, foi a economia que melhor se adaptou para o espírito calmo do caboclo da várzea. A seringa foi a economia que possibilitou maiores expansões ao cearense de pé ligeiro, espírito vivo e olho alerta. A geografia econômica de um é o rio; a do outro é a floresta. Assim como o rio criou para o nosso caboclo interações sociais e econômicas, a floresta deu ao imigrante condições econômicas e psicológicas especiais que ele terá que se submeter e acomodar:

– o seringal e o imigrante: – a penetração pela conquista da terra e da seringa dentro da linha de maior resistência e sofrimento;

– a seringa e a economia: – a exploração destrutiva pela machadinha, faca, terçado e rifle, para fazer borracha, pegar a caça, defender-se do índio e matar gente;

– o seringal e a habitação: – o tapiri — um tipo de casa armada à pressa para uma ocupação efêmera;

– o seringal e o caminho: – o mateiro esperto e conhecedor da floresta substitui aqui o canoeiro do rio. Os dois instrumentos da abertura do caminho: o terçado x jacumã;

– o seringal e o transporte: – o burro é o sucedâneo da canoa. O varadouro do igarapé ou do rio. O comboieiro do canoeiro. Lá, ladrão de burro é pior do que ladrão de canoa que ficou em baixo ou ladrão de cavalo que ficou atrás. O comboieiro é um homem importante no seringal, “deve ser de muita responsabilidade, respeitador, de inteira confiança, porque é o condutor do meio de transporte dos seringais”, diz um Regulamento<sup>12</sup>.

– o seringal e a alimentação: – a caça nos dias santos ou de folga e os aviamentos do barracão todo santo-dia.

Economia, habitação, caminho, transporte e alimentação, intimamente conexos com a geografia da paisagem em foco. Não há como fugir a essas solicitações geográficas. Daí nascer duas categorias antropogeográficas distintas para dois tipos econômicos e humanos diferentes.

O fato do homem viver apegado ao rio é tão importante que vai até determinar as suas principais relações sociais, como por exemplo a sua filiação. Entre nós, o homem não se sente filho da terra ou da cidade, dissemos uma vez<sup>12</sup>. As relações sociais de casamentos, procedência, moradia, nascimento, batismo e morte são expressas em função desse acidente geográfico todo poderoso. O rio é quem batiza e sacramenta o homem nas suas relações sociais e econômicas, geográficas e políticas até.

As nossas interações não podem ser ainda expressas entre o homem e a terra, mas sim entre o homem e a água, entre o homem e o rio principalmente. O caboclo não diz, por exemplo: “nasci em Humaitá”, prefere dizer: “nasci no Madeira”; não diz “casei-me em Santa Isabel”, mas “casei-me no Rio Negro”; não diz “vim de Benjamin Constant”, mas “vim do Solimões”. O homem assim nasce, casa e vive e morre no rio. Todos nós na Amazônia somos filhos do rio. O próprio nome dos nossos Estados e Territórios: Guaporé, Acre, Rio Branco, Amazonas, Pará, lembram acidentes fluviais importantes que marginam a nossa vida econômica. Marginam, constróem e alimentam. Fazem a nossa psicologia – uma psicologia do menor esforço; uma economia – uma economia destrutiva de valores e bens; um comércio – um comércio de regatões e aviadores; uma navegação – uma navegação de canoas, igarités, batelões, gaiolas, chatas e vaticanos; uma geografia – uma geografia de calamidade umas vezes, rio cheio, casa alagada, terra encharcada, muita fome e miséria, e uma geografia de fartura outras vezes, rio seco, muito peixe, muito pasto, boi gordo, roçado fértil. De qualquer forma, o rio comunica ao homem os seus períodos e lhe deixa a marca de sua influência típica.

Se o rio enche demais, o boi espera na maromba até que ele desça e diminua. O morador dos varzeados eleva o assoalho de sua barraca, aguardando a vazante. O pescador deixa o lago onde o peixe escasseia e corre para os igarapés. A pesca, em vez de rede, passa a ser feita com bomba. O seringueiro deixa o fabrico que a enchente e a chuva fecharam. Uma profunda alteração nos modos de vida e nos regimes de trabalho se processa em todo o interior nessa época. O mecanismo das

enchentes-vazante e periódicas do rio fazem assim o papel de diapasão e de compasso para as atividades econômicas na Amazônia.

Esse fato não se verifica somente às margens dos rios que sofrem diretamente a sua influência, nas sementeiras agrícolas, na navegação e no transporte, nas colheitas dos produtos e na extração, mas influencia, também, outras zonas e áreas geográficas e econômicas, políticas e financeiras e até mesmo jurídicas.

A influência das enchentes e vazantes toma assim um caráter e aspecto universal. Influencia em todos os setores de nossas atividades; o caboclo que mora à beira do rio; o seringueiro que vive na floresta; o vaqueiro que trabalha nos campos; o pescador que pesca nos lagos e rios; os habitantes da cidade; os administradores que fazem o orçamento, taxam os impostos e orçam a receita; o legislador que se preocupa em proteger as espécies e defender o nosso patrimônio da fúria econômica destrutiva; todos terão invariavelmente que se submeter e aceitar a forma e a influência universal do fenômeno da baixada e da subida das águas do rio. Os nossos ciclos econômicos vivem assim em função dos períodos por que o rio anualmente atravessa: o “fabrico” da borracha. A “safra” da castanha. A “extração” da balata e do caucho. A “viração” da tartaruga. A “apanha” dos ovos. A “fabricação” da manteiga. A “coleta” da droga. O “plantio” da roça. O “corte” da lenha. A “salga” do pirarucu. A pescaria. Os “aviamentos” das mercadorias.

“Fabrico”, “safra”, “extração”, “viração”, “apanha”, “fabricação”, “coleta”, “plantio”, “corte”, “salga”, “pescaria”, “aviamentos”, marcados invariavelmente, direta ou indiretamente, pelo regime das águas, cheias e secas, enchentes e vazantes dos rios.

## A GRANDE ENCHENTE DE 1922 – MANAUS

<i>MESES</i>	<i>COTA metros</i>
<i>Janeiro</i>	<i>22,97</i>
<i>Fevereiro</i>	<i>24,29</i>
<i>Março</i>	<i>26,29</i>
<i>Abril</i>	<i>27,81</i>
<i>Mai</i>	<i>29,12</i>
<i>Junho</i>	<i>29,265</i>
<i>Julho</i>	<i>28,63</i>
<i>Agosto</i>	<i>26,90</i>
<i>Setembro</i>	<i>24,88</i>
<i>Outubro</i>	<i>22,15</i>
<i>Novembro</i>	<i>21,19</i>
<i>Dezembro</i>	<i>21,31</i>

Cota máxima da enchente em 18/19 de junho ..... 29.355

Cota mínima da vazante 30/31 de outubro, 1921 ..... 17.320

Diferença de nível..... 12.035

(enchente em 1922) Fonte: Serviço Hidrométrico da “Manaos Harbour Ltd.”

### 2. Geografia econômica do clima. O verão e o inverno. O “fabrico” da borracha e a “safra” da castanha.

Na ausência de um clima que possua as quatro estações clássicas, o rio criou os seus dois períodos variáveis. Em vez da primavera, verão, outono e inverno, somente a enchente e a vazante, com as suas variantes e excessos. O fato do clima residir, de um modo geral, no rio e não no sol criou até expressões curiosas no linguajar dos nossos habitantes. Nem o inverno ou o verão têm força bastante para caracterizar duas estações; por isso é comum ouvir-se dizer: “no Amazonas tem duas quadras: uma chuva com sol e outra chuva sem sol”. Ou então, como Aurélio Pinheiro encontrou; “numa chove bastante, na outra não deixa de chover” <sup>13</sup>. Raramente a chuva ou o calor determinam a nossa maneira de ser, de agir e de trabalhar. A nossa estação principal reside sobretudo no rio que, com as suas enchentes e vazantes, modela o nosso comportamento e as nossas atividades. Uma obediência e uma conduta econômica ditada pelo crescimento ou pela baixada das águas.

O verão e o inverno da mesma forma intervêm, embora em menor escala, na produção econômica e nos sistemas de trabalho e de ocupação humana, quando o rio deixa de ter uma expressão econômica forte e nítida. Nesse caso, o complexo econômico verão-inverno se sobrepõe ao complexo geográfico enchente-vazante. O rio passa a ter mais uma função de transporte do que de alimentação e de trabalho. Da várzea, com o seu conjunto econômico roça-pesca, passamos assim à terra firme dos altos-rios onde este dá acesso, conduzindo os navios e os batelões com os aviamentos para o fabrico da borracha. Mesmo assim, se por qualquer motivo as águas não derem passagem aos navios, o fabrico estará perdido. O seringal depende do rio para comer e exportar. Comer as mercadorias em troca da borracha que vai sair. Os aviamentos só chegam se o rio subir, e a borracha só será produzida se fizer bom tempo. Geografia do transporte no rio, mais econômica coletora de verão. O seringueiro vive do verão forte e seco. O patrão, do rio cheio e alagado. A seringa que se extrai em função do sol e do calor e a mercadoria que só chega e a borracha que só sai se o rio crescer e subir – Conexões simples, mas indispensáveis e fatais na produção da seringa.

Um seringueiro do baixo-Juruá, com quem conversei, fez uma imagem interessante. Disse ele que o seringal “era como o pólo: metade do ano era dia e fazia sol, a outra metade era noite e fazia chuva”. Com isso, ele quis naturalmente expressar a periodicidade do fabrico, o intervalo de safra, a interrupção do trabalho, com os seus problemas de “que-fazer” nos seringais, advindos justamente no período das chuvas e do inverno que interrompem por completo o fabrico. Uma espécie de “chômage” regional que obriga o seringueiro a se deslocar a procura de uma outra atividade ou a permanecer no barracão matando o tempo.

O problema dos seringais dos altos-rios, portanto, é sobretudo uma questão de inverno-verão, ao contrário dos seringais dos baixos-rios, que sofrem a influencia avassaladora das vazantes-enchentes. Atingidos pelas alagações periódicas, diz R. B. Brito Pereira: “os seringueiros dos baixos-rios só conseguem trabalhar, quando muito, seis meses no ano, de julho a dezembro. Fora desse tempo, as chuvas e as enchentes os privam da fabricação da borracha. Mais felizes são os que operam nos seringais da terra-firme, situados nos altos-rios e na região acreana, não atingidos pela alagação. O serviço de extração da seringa pode prolongar, desse modo, durante 8 a 10 meses, havendo unicamente as interrupções nos dias chuvosos, prejudiciais ao fabrico, que começam em abril e terminam, às vezes, em janeiro.” <sup>14</sup>

A situação geográfica do seringueiro vai determinar também a duração, maior ou menor, do seu tempo de trabalho no fabrico. Na terra-firme somente a chuva interrompe a sua atividade. O seu

recio é de um inverno forte e intenso, uma chuva inesperada, um aguaceiro violento. Nos baixos-rios a enchente controla o seu trabalho e fixa o horário de sua extração. O seu receio é de uma alagação perigosa e de uma enchente-grande.

R.B. Brito Pereira, que possui um trabalho excelente sobre o assunto, calcula em 180 a 200 dias efetivos a média anual do trabalho no fabrico da borracha nos altos-rios onde os seringueiros, sendo trabalhadores, conseguem fabricar de 1.400 a 1.800 kg de borracha fina. Nos baixos-rios, a média do trabalho anual no fabrico da borracha varia de 120 a 140 dias efetivos, produzindo uma borracha inferior num tempo de safra menor, devido às chuvas e alagações maiores. Os seringueiros trabalhadores conseguem aí um máximo de produção, calculado entre 300 a 400 kg anuais.<sup>15</sup>

Trabalho, fabrico, safra e produção de borracha que existem também em função dos invernos e verões de um lado e, de outro, das enchentes e vazantes do rio. No rio, a curva da enchente; no seringal, a queda das chuvas. Valores positivos e negativos da produção invernos prolongados, safras reduzidas. Por isso, um seringueiro nos respondeu que para fazer um homem feliz no seringal bastam duas coisas: “verão forte e saúde de ferro” – borracha a granel.

Em muitos seringais o problema do “que-fazer” criado nos intervalos de safra resolve-se satisfatoriamente com a coleta da castanha. A “safra” abrange um período de três meses, ou aproximadamente cem dias, justamente na época do inverno, quando fica interrompido o fabrico da borracha. O seringueiro agora virou castanheiro. O seu objetivo passou da “madeira” para o “ouriço”; do “boião” para o “jamachi”. Em vez do verão forte que a borracha pede, o inverno em tempo, a chuva pesada e o vento perigoso que a castanha precisa para florescer e frutificar.

Nuns rios, os ouriços caem de dezembro a fevereiro; e em outros, de março a maio, mas sempre na época do inverno, “no que – segundo o cronista da época – corre o risco de levar sobre a cabeça com algum ouriço quando há vento”.<sup>16</sup>

A “safra” da castanha nesses seringais vem preencher um intervalo nos fabricos e dar uma ocupação aos seringueiros, que, à sua falta, se destinariam ao barracão do patrão, onde passariam o inverno à sua custa. Nos seringais que não têm castanha, o inverno, sem função econômica, representa um valor inteiramente negativo para o patrão e para o seringueiro. Se este obteve algum saldo, abandona o centro, desce o rio à procura das festas, divertimentos, em direção às cidades, em busca da saúde arruinada ou para esquecer o isolamento dos “centros”. Terminado o fabrico, a cidade atrai irresistivelmente o seringueiro com saldo. Se algum tiver mais sorte, aproveita a oportunidade para dar um passeio pelo Ceará, para rever os parentes e amigos. As histórias desses homens enriquecidos na seringa e agora em férias nas cidades, onde vêm esbanjar os seus saldos e economias, são bastante conhecidas e já foram exploradas pela literatura, em contos e romances. Uma espécie de compensação que a psicanálise explica para os recalques do fabrico, sem companhia e sem mulher. A cidade seria uma válvula de escapamento para o espírito movimentado do cearense-seringueiro, internado na floresta, desforrando, depois de longos meses de ausência e solidão, nas noites alegres e nas mulheres da vida. Nessa época os bares, botequins e pensões enchem-se de fregueses do interior. Não há cômodos nos hotéis. O movimento da cidade aumenta consideravelmente. Todo mundo tem dinheiro, não falta troco, ninguém chora misérias.

O rio, lá no alto, já começou a dar os primeiros “repiquetes”. Os “aviamentos” já estão prontos para subir em busca dos seringais do alto, acompanhando as “primeiras águas”. Aviadores,

importadores, casas de estivas, desenvolvem os seus negócios ao máximo nessa época. Alguns ficam comprometidos para o resto do ano, com obrigações que só poderão pagar quando a borracha do fabrico que vai ser “montado” descer, em troca da mercadoria que já subiu há muito tempo. As ruas do comércio enchem-se de aviadores, negociantes, praticistas, atarefados e afobados, procurando comprar e vender. Segundo as estatísticas fornecidas pela “Manaos Harbour Ltd.,” novembro quase sempre é o mês do maior movimento dos aviamentos para o interior. Passada essa época de negócios, a praça atravessa um período de retraimento e espera. O dinheiro desaparece. Há falta de troco. Os navios carregados com as mercadorias deixaram o “roadway” para pegar ainda em tempo a enchente nos altos-rios. Enchente que para a navegação significa a liberdade de andar sem perigo por “furos” e “paraná”, dentro ou fora do canal.

Os seringueiros e seringalistas agora, nos seringais do Acre, Purus, Juruá, Guaporé, iniciaram o fabrico e não são mais “fregueses” e “patrões” – relações econômicas que substituíram até no nome as relações sociais urbanas que ficaram atrás, na cidade distante. O fabrico varia de um seringal para outro; num, começa em fevereiro; noutra, em abril e junho. Vai depender das condições locais do rio, da chuva e dos aviamentos. O interior, assim como a cidade já assistiu, vai ter agora uma febre de atividade e movimento de safras e fabricos que todos os anos se repete nessa mesma época.

As estradas, varadouros e mangas já foram roçados, as colocações limpas, e as “madeiras” estão prontas para receber as tigelinhas. Verão seco e terra enxuta. O patrão repete aqui o mecanismo do crédito da cidade. Farinha e jabá por borracha. Quando as peles descerem nas jangadas, “calhapos”, batelões, gaiolas, vaticanos, para os armazéns dos aviadores portugueses, sírios, brasileiros, de Manaus e Belém, essas cidades se movimentarão de novo. As obrigações serão aliviadas. Os créditos recuperados. As usinas de borracha trabalharão dia e noite para esgotarem os seus estoques. Os carreiros terão mais trabalho nos seus caminhões. Os cortadores de borracha que haviam desaparecido dos armazéns entram em cena. Os corretores da praça terão o que comprar e o que vender. Os aviadores agora sorriem com os seus créditos aliviados e o seu prestígio aumentado nos bancos. Os praticistas aguardam os novos pedidos dos seus fregueses. Os exportadores realizam avultados negócios com Londres e Nova York; os industriais do Sul e do estrangeiro aguardam as ofertas das casas exportadoras de borracha do Norte. Os aviões da Panair, da linha Porto Velho-Manaus, e os da Cruzeiro do Sul, Rio Branco-Porto Velho, não poderão transportar os excessos de passageiros, seringueiros enriquecidos, “coronéis” e comerciantes que vêm à cidade à procura de descanso, saúde, divertimento e hospital.

Nenhum talvez se lembre que todo esse movimento repouse, de um lado, no verão e no inverno, e, de outro, na vazante e na enchente do rio, que baixou e subiu nesses doze meses. O praticista que corre a praça, o aviador que despacha as mercadorias, os cortadores de borracha, os carreiros que fazem o transportes, os operários das usinas, os exportadores, os banqueiros, os industriais, que vivem direta ou indiretamente ligados ao negócio da borracha.

A seringa, com os seus aviamentos, fabricos, transportes, laminação e exportação, dá origem a um conjunto econômico, cujos representantes são bem conhecidos em tempo de paz:

– o aviador que despacha a mercadoria e recebe a borracha: crédito em função do fabrico futuro;

– o patrão que administra o seringal e “compra” a borracha do freguês: o gerente com função econômica e comercial;

– o freguês que produz a borracha: produção em troca de mercadoria quase-sempre e de saldo quase-nunca;

– o exportador que compra a borracha na cidade, beneficia na usina e a exporta laminada para o estrangeiro e para o sul.

Uma cadeia de tipos econômicos com funções e atividades diferentes.

O complexo geográfico da seringa pode assim ser caracterizado:

– o regime das águas do rio: o transporte – a enchente para os navios que sobem com os aviamentos para o fabrico e que descem com a borracha produzida;

– o clima: o fabrico que o verão abre e que a chuva fecha;

– o intervalo de safra: um silêncio na atividade humana que se resolve com a safra da castanha, quando há.

Não só a borracha, a balata, o caucho ou a castanha obedecem a esse ritmo econômico traçado. Todas as outras atividades econômicas acham-se dependentes desse complexo geográfico-fluvial. Nuns rios, mais do que noutros. Nos baixos, mais do que nos altos-rios. Nestes, as enchentes grandes se traduzem em termos de transporte mais fácil, com a nivelção das cachoeiras que deixam de existir em benefício da navegação e dos aviamentos. Nos baixos-rios, as grandes alagações têm efeitos econômicos desastrosos. Enquanto que a geografia econômica dos altos-rios é o verão e o inverno que abre e fecha o fabrico da borracha, nos baixos-rios essa função cabe ao rio que fixa o horário de extração e de trabalho.

Por isso, tem razão o Sr. Cosme Ferreira Filho quando afirmou que a borracha continua a ser ainda hoje o sismógrafo de nossa vida econômica<sup>17</sup>. A borracha como sismógrafo econômico e o rio como barômetro geográfico de primeira ordem, um e outros enchem com os seus “booms” e “débâcles”, alagações e secas, a passagem econômica e física regional. Economia e geografia conexas e aliadas, cujas técnicas, horizontes, perspectivas, influenciam as nossas formas de viver, morar, comerciar e trabalhar. Instrumentos que registram com precisão os abalos, crises e depressões, altas e subidas de cotações, cheias e secas, abundâncias e misérias em todas as atividades humanas. Uma ressonância profunda, cujos reflexos atingem não só a população, o comércio, a indústria, mas a política, a finança e o próprio governo.

O Presidente da antiga Província do Amazonas, Domingos Monteiro Peixoto, dirigiu à Assembléia Provincial, em 1874, uma fala, na qual confessa o fracasso orçamentário e financeiro de seu governo:

“No corrente exercício, a Província tem experimentado uma grande crise; a baixa no preço da borracha e de outros produtos; a falta da vazante dos rios e a epidemia de varíola ocasionarão o decrescimento da receita”.<sup>18</sup>

### **3. Geografia econômica da alimentação e do regime das águas. A economia da vazante. A pesca e a roça.**

A vazante para os povos ribeirinhos é a estação da fartura e da abundância. É o tempo da “viração” das tartarugas e tracajás, da apanha dos ovos nos tabuleiros descobertos com a baixada das águas; é a época das melhores pescarias nos lagos, do plantio e da colheita nos roçados de milho, mandioca, feijão, jerimum e melancia.

“O verão, disse José Veríssimo, é a razão da fartura e da abundância: a quadra mais agradável do clima amazônico. Sopram os ventos alísios, raras são as chuvas, os terrenos estão secos, a viração é constante, largo sol alegre, robusta vida, as tartarugas, tracajás e os seus ovos, petiscos tão queridos ao paladar daquelas populações, tornam a vida farta, movimentada e alegre”.

545 3. Geografia econômica da alimentação e do regime das águas. A economia da vazante. A pesca e a roça. A vazante para os povos ribeirinhos é a estação da fartura e da abundância. É o tempo da “viração” das tartarugas e tracajás, da apanha dos ovos nos tabuleiros descobertos com a baixada das águas; é a época das melhores pescarias nos lagos, do plantio e da colheita nos roçados de milho, mandioca, feijão, jerimum e melancia. “O verão, disse José Veríssimo, é a razão da fartura e da abundância: a quadra mais agradável do clima amazônico. Sopram os ventos alísios, raras são as chuvas, os terrenos estão secos, a viração é constante, largo sol alegre, robusta vida, as tartarugas, tracajás e os seus ovos, petiscos tão queridos ao paladar daquelas populações, tornam a vida farta, movimentada e alegre”.

Os caboclos se reúnem coletivamente nos seus roçados nessa festa socialista de trabalho a que dão o nome de putirum ou ajuri, nas quais os parentes, vizinhos e amigos se juntam para ajudar a plantar ou colher depressa antes que o rio suba e alague tudo. O homem volta ao trabalho na várzea que a enchente inundou e começa a sua vida de novo, na mesma rotina econômica: a mandioca de seis meses, o milho, o feijão, o jerimum, a melancia, a batata doce, crescerão enquanto as águas abandonam as terras, para serem colhidas logo ao primeiro sinal da enchente nos repiquetes que a anunciam...



<sup>1</sup> Prof. Francis Ruellan in "As Normas da Elaboração e da Redação de um trabalho geográfico" – Revista Brasileira de Geografia – Ano V – n.º 4 – p. 559. - [voltar](#)

<sup>2</sup> Prof. Francis Ruellan – Op. cit.- [voltar](#)

<sup>3</sup> Prof. Francis Ruellan – Op. cit.- [voltar](#)

<sup>4</sup> Norbert Krebs – Geografia Humana – p. 17.- [voltar](#)

<sup>5</sup> José Veríssimo – A Pesca na Amazônia – p. 13.- [voltar](#)

- <sup>6</sup> Prof. Agnelo Bittencourt – Chorographia do Estado do Amazonas – p. 135. - [voltar](#)
- <sup>7</sup> Gilberto Ozório de Andrade – Um complexo Antropogeográfico – p. 32.- [voltar](#)
- <sup>8</sup> Gilberto Ozório de Andrade. Op. cit., p. 33.- [voltar](#)
- <sup>9</sup> SILVA, Coutinho. Estudo sobre os Rios da Província – 1864. Relatórios da Presidência da Província do Amazonas, vol. III, p. 247.- [voltar](#)
- <sup>10</sup> José Verissimo. Op. cit., p. 10.- [voltar](#)
- <sup>11</sup> Regulamento Interno dos Seringais de Octávio Reis – Pará, 1934- [voltar](#)
- <sup>12</sup> Ver o inquérito do autor “O Cearense na Amazônia”. - [voltar](#)
- <sup>13</sup> Aurélio Pinheiro – À margem do Amazonas – p. 40.- [voltar](#)
- <sup>14</sup> R. B. Brito Pereira. “A Indústria da Borracha na Amazônia”. In: Diário Oficial do Estado do Amazonas. Edição do Centenário, 1922. Manaus.- [voltar](#)
- <sup>15</sup> R. B. Brito Pereira. Op. cit.- [voltar](#)
- <sup>16</sup> Silva Coutinho. “Relatórios sobre os produtos agrícolas do Alto Amazonas”. In: Relatórios da Presidência da Província do Amazonas, v. II, 1861, p. 776.- [voltar](#)
- <sup>17</sup> Cosme Ferreira Filho. A Borracha: problema brasileiro, p. 3.- [voltar](#)
- <sup>18</sup> Relatório do Presidente Domingos Monteiro Peixoto. In: Relatórios da Presidência da Província do Amazonas. v., V, p. 58.- [voltar](#)

## 2 O problema do desenvolvimento econômico: política, economia e planejamento\*

Diversas tentativas foram empreendidas no século passado para submeter o estudo do processo social aos parâmetros biológicos. Mediante o uso indiscriminado de analogias, as teorias organicistas tomaram por modelo a “Origem das Espécies”, de Darwin, e tudo fizeram para reduzir e equiparar o social ao orgânico. Com isto conseguiram apenas deformar, com falsa terminologia e engenhoso paralelismo, a análise do processo cultural das sociedades humanas.

Registramos este episódio, ao abordarmos o processo de desenvolvimento, a fim de precaver e afastar, desde logo, a propensão para comparar a evolução dos grupos sociais ao crescimento dos organismos vivos. Bem ao contrário, enquanto que o destino de toda espécie biológica se encerra, deterministicamente, no ciclo vital do nascimento, crescimento, maturidade, envelhecimento e morte, nada existe na estrutura social que induza à semelhante analogia.

As sociedades humanas podem se eternizar dentro de um quadro estagnacionista, como podem resvalar no plano inclinado da regressão ou percorrer a espiral ascensionista, nada assegurando, assim, que um país pobre hoje seja fatalmente próspero amanhã, ou que sociedades desenvolvidas de hoje não entrem a seguir em decadência. A história está rica de exemplos de povos jovens que se deixaram envelhecer precocemente, presos ao círculo vicioso de penúria, estacionários no tempo, sem outras motivações que não aquelas derivadas da tradição e da inércia. Nestas sociedades, a rotinização dos seus métodos folclóricos de produção fazem com que **as oportunidades do neto sejam exatamente iguais às do avô**. De outro lado, povos milenares se renovaram, criaram uma mentalidade dinâmica e realizadora pela atualização e modernização de suas estruturas anacrônicas, e conseguiram, assim, atingir altos padrões de vida e de bem-estar.

O desejo de melhorar e possuir, que se expressa através da esperança e expectativa crescentes, quando encontra correspondência na expansão das forças criadoras abre o horizonte a cada nova geração que chega. Em tal situação, justifica-se uma formulação otimista do porvir. Se existe um chão para a miséria, abaixo do qual ninguém pode cair sem perecer, para a mente humana somente o céu é o limite. Nada impede, portanto, que uma sociedade dinâmica permaneça num curso crescente de bem-estar material e progresso cultural, desde que se renove e se democratize, pois o maior desperdício é o do talento a quem se negou a oportunidade de afirmar-se. Ainda recentemente, na década dos anos 40, esteve em voga, nos meios universitários, a teoria da madureza econômica, de Alvin Hansen, que previa a estagnação futura da economia americana pela ausência de oportunidades de investir. A sucessão dos acontecimentos, na década dos anos 50, encarregou-se de destruir essa construção analítica.

A grande tarefa, pois, dos analistas do desenvolvimento é a de conseguir identificar os fatores e as forças motrizes que fazem cambiar as expectativas e implantar o desejo de melhoria econômica e mudança cultural.

Jeferson fixou-se na igualdade de oportunidade para todos e na garantia dos direitos fundamentais do homem. Marx, na destruição da ordem burguesa e sua substituição pela ditadura

proletária. Schumpeter, no papel dos inovadores, Rostow, nas propensões a desenvolver a ciência fundamental e aplicá-la para fins econômicos, nas propensões de aceitar as inovações e de procurar o progresso material, e nas propensões de consumir e de ter filhos. François Perroux, por sua vez, optou pelos quatro dinamismos: o demográfico, o da inovação, o da dominação e o dos grupos sociais.

Quaisquer que sejam as matrizes do processo, permanece válida, no entanto, a afirmativa de que, basicamente, a atividade econômica é estimulada pelo desafio da escassez. A natureza, ao contrário do que folcloricamente se afirma, ao invés de mãe foi sempre madrasta para o homem. Os bens e os recursos, afirma Guitton, ou são numerosos ou insuficientes, e não se encontram no lugar exato, na hora certa, no momento oportuno, na forma desejada, a sua grande função é, pois, imprimir ordem ao caos, lutar para reduzir essa inadaptação às suas necessidades. Isto exige um importante esforço de mobilização, deslocamento, coordenação e articulação, somente possível quando os agentes econômicos se decidem a empreender o domínio progressivo dos recursos naturais. Dominar o complexo físico, criando maiores disponibilidades de bens e serviços para atender às solicitações individuais e grupais; vencer as dificuldades e os obstáculos, inventando instrumentos e ferramentas de trabalho; criar a organização política e estabelecer as hierarquias, as escalas de valores e os instrumentos institucionais de forma a equilibrar a ordem com a liberdade, o individual com o social, a tradição com o progresso, o passado com o futuro.

É uma tarefa árdua, sem dúvida, essa de atender aos anseios e às expectativas crescentes dos povos, pois se os desejos e reivindicações são fáceis de postulação, difícil e longo é o caminho do trabalho, da educação, da perseverança, da austeridade e da dedicação que conduz ao desenvolvimento. Não há solução mágica, eis que as virtudes de demagogo e as forças de feiticeiro são impotentes para exorcismar os males da incultura e do atraso. O mais que conseguem é anestesiar o sentimento das massas, através da falsa ilusão transpositiva que transfere a outrem a responsabilidade dos nossos próprios fracassos, deixando apenas, como consequência, a perplexidade e a frustração da derrota.

Não há processo de desenvolvimento sem custo. Diz Arthur Lewis que se pudéssemos alcançar o crescimento econômico sem nenhuma das suas desvantagens, todos estariam a seu favor. O custo pode ser medido em termos de maiores jornadas de trabalho, de maior dedicação aos estudos, de abstenção de consumo presente em favor de capitalização futura, de eficiência do labor traduzido em produtividade crescente, de perda de concessões e privilégios tradicionais, de lazer e ociosidade cedidos em favor de atitudes positivas de atividade criadora. Muitas vezes o custo pode ser levado a tal ponto que a própria liberdade do homem fica ameaçada pela arregimentação e estatização que se tenta justificar em nome do aceleração do ritmo do crescimento. Tal filosofia de **crescer-mesmo-dentro-uma-camisa-de-força**, encontra o seu polo oposto na filosofia liberal de que a **natureza-que-não-dá-saltos-é-o-melhor-remédio**. A primeira reduz o social ao primado do econômico e do político; a segunda, fazendo omissão do político, leva ao “status quo” ao absentismo e da indiferença. Em ambas as hipóteses, a falta de liberdade leva ao estrangulamento da dignidade humana, e o excesso dela se converte em sofrimento e anarquia.

A sabedoria política na implementação do processo de desenvolvimento consistirá, pois, em encontrar um ponto de coordenadas que resulte no equilíbrio social, maximizando as vantagens e benefícios do aceleração do ritmo de expansão das forças produtivas, com o mínimo de

sofrimentos e espera. Solucionar as alternativas, realizando as opções válidas para cada contexto histórico, constitui; a primeira e grande tarefa. Reconhecer os pressupostos da escassez, que exigem hierarquização de prioridades e utilização parcimoniosa dos recursos, evitando os desperdícios para retirar deles a combinação ótima, constitui a segunda. Criar, no seio do povo, a mística da melhora e da mudança, não em troca de uma promessa vá de satisfação gratuita, mas, em contrapartida, de labor e de estímulo. Criar os quadros institucionais e os mecanismos de ação e controle de forma a combinar os benefícios da centralização do comando e das decisões com as vantagens da execução descentralizada. Unir, conjugar e somar os esforços do setor privado da economia do mercado com o setor público da economia do plano. Formar, sobretudo, elites: as empresariais, para a realização das novas combinações e inovações tecnológicas, para que os empreendimentos encontrem a justa medida de sua expansão; as administrativas e políticas, responsáveis pelo rejuvenescimento dos quadros governamentais que tenham, no talento, na austeridade, no espírito público e na sensibilidade aos problemas do povo, a pré-condição para a disputa dos votos do eleitorado; as profissionais, em todas as áreas de especialização, para dar base e apoio logístico às demandas do processo expansionista da empresa humana; as universitárias, também, para dar às novas gerações de estudantes a oportunidade de se promoverem social e economicamente, adquirindo, nos centros de estudo e pesquisa, a experiência, a tradição e o saber das gerações mais velhas, para dar-lhes aplicação, continuidade e sequência no futuro.

Muitos dos programas de desenvolvimento falharam exatamente porque não puderam contar com quadros dirigentes que pudessem dar operacionalidade aos esquemas, mantendo a altura o impulso e a continuidade do esforço. Alega-se que, se essas sociedades primárias dispusessem de elites vigorosas, há muito teriam superado o seu atraso. Infelizmente, entre os subdesenvolvidos, **não é só o povo que é subdesenvolvido, também as suas elites o são**. Daí a fundamental importância da Universidade como matriz e força da nova liderança.

Não se pode esquecer que desenvolvimento implica, necessariamente, em mudança cultural. As relações baseadas na família, no “status”, no compadrio, cedem em favor das relações impessoais, baseadas em contratos e na competência profissional. O voto deixa de ser objeto de barganha para se converter em legítimo instrumento de escolha e seleção. As relações entre empregadores e empregados perdem a sua feição paternalista para assumir, de ambos os lados, características impessoais, através de contratos coletivos, nos quais se procura compatibilizar e coincidir as teses da justiça social com a da produtividade do trabalho. Diminuem as desigualdades na distribuição da renda, e a propriedade tende a se democratizar pela participação do povo no capital das empresas, e a se difundir no campo pela formação da classe média rural. As mudanças e transformações culturais, uma vez iniciadas, se propagam rapidamente aos demais setores, por via institucional e legal, sem necessidade de subverter, violentamente, a ordem preexistente. O aumento do poder de compra e da capacidade aquisitiva servem como instrumento poderoso de aceleração do ritmo de formação de capital e da taxa de investimentos, que concorrem para expandir os níveis de ocupação da mão de obra, de renda e de consumo.

Em tal tipo de economia, quem não cresce, perece. O líder que não se atualiza, perde os seus liderados e a sua base política. O profissional que não acompanha a marcha de sua técnica, facilmente se marginaliza. O professor que não responde às novas demandas do ensino e não amplia o seu patrimônio de cultura e saber, para melhor transmiti-lo às gerações mais jovens, torna-se peça de

museu na arqueologia universitária. O empresário que perde dinamismo decai pela obsolescência de seu equipamento. A promoção se faz, assim, em termos de eficiência, de responsabilidade, de serviço. As classes operárias rapidamente se promovem pela educação, e o povo, de um modo geral, se torna mais esclarecido, mais sábio e menos infenso aos sortilégios da demagogia.

Estas são algumas das condicionantes e consequências do processo do desenvolvimento. Entendido este, não como um simples sistema de expansão de forças econômicas, mas como um complexo cultural, de amplo espectro e de infinita gama de cores e fatores. Como no arco-íris, difícil é determinar a cor predominante na curva do horizonte, muito embora variem as tonalidades e o espírito se deixe, por vezes, empolgar pela tonalidade mais forte. É o que ocorre, geralmente, naquelas análises que fazem do econômico e do material o “*primum mobile*” do processo. Diz Hirschman que a importância estratégica do capital vem sendo progressivamente desafiada pelos recursos da capacidade de organização e de direção, através da formação de grupos de empreendedores e de minorias atuantes.

Porém, não devemos perder de vista que, nas sociedades primitivas, a escassez de recursos impõe critérios de seleção e de rendimento a prazo curto, face a urgência do atendimento daquelas necessidades biológicas mais elementares. Já os romanos diziam: “**primum vivere, deinde philosophare**”.

A liberdade de escolhas e de opções constitui mais um problema daquelas sociedades que conseguiram ampliar a base de seus recursos, criando maior disponibilidade de bens e serviços, ensejando o aparecimento de alternativas em termos de utilização de tempo e trabalho. Por isso mesmo, primitivamente, trabalhava-se muito apenas para sobreviver. Em tal tipo de sociedade, não seria lógico o desperdício de recursos, tão necessários para atender às demandas mais urgentes, em obras suntuárias ou naquelas cuja realização possa ser adiada. Grande parte da estagnação observada durante milênios em muitas sociedades humanas atribua-se, hoje, aos desvios dos excedentes que a economia conseguiu criar para a construção de castelos e monumentos, para atender à vaidade humana ou para perpetuar a memória dos governantes, ou, ainda, em despesas do armamento para fazer a guerra por motivos de conquista, segurança e proteção nacional.

Parece-nos, pois, que, na disputa do “*primum mobile*” entre as alternativas do investimento econômico propriamente dito e dos investimentos sociais, o primeiro leva vantagem sobre o segundo. Não se quer dizer com isso que o econômico exclua o social no campo das inversões; porém, que quanto maior for a canalização dos excedentes obtidos pelo aumento da produção e melhora da produtividade no próprio circuito da atividade econômica, maior será o índice de aceleração obtido nas fases iniciais do processo. Firmado o arranco inicial, o movimento, daí por diante, não se poderá manter, todavia, se aqueles investimentos no setor econômico não forem complementados no setor social, sobretudo nos setores de educação e saúde. Graças ao chamado efeito-bumerangue, estes estabelecem com aqueles um sistema de causação circular cumulativa, tornando difícil distinguir, posteriormente, a relação de causa-e-efeito, em cada avanço no decorrer do processo.

Do ponto de vista da organização política, as sociedades primitivas possuem uma propensão para sistemas de governo de índole oligárquica e autocrática. As personalidades e famílias dominantes, os líderes religiosos, “os chefes políticos e militares e os proprietários feudais se interlaçam dentro daquele complexo que Perroux chamou de “dinamismo da dominação das elites”. Se

essa liderança, no entanto, se fecha em castas, impedindo a circulação e mobilidade no topo da pirâmide social, difícil se torna a ampliação de sua base. As sociedades oligárquicas e autocráticas são estruturalmente fechadas e necessitam do “status quo” para assegurar a sua própria sobrevivência e dominação. De algum modo, no entanto, essas sociedades não resistem aos impactos provocados pela sua própria liderança. O desejo de ampliação do poder pela guerra de conquista, e a necessidade de obter maior número de fiéis, de conseguir maior enriquecimento pelo aumento do número de servos e pelo incremento das safras e colheitas, ou de conquistar novos mercados através do comércio, o certo é que, mesmo nessas estruturas fechadas, abrem-se fendas que permitem a entrada de novos contingentes e abrem passagem para a renovação dos quadros políticos e econômicos responsáveis pela sobrevivência e continuidade dos seus grupos.

Com o rompimento e queda dos primeiros obstáculos, quer esse rompimento provenha de origem externa, como aconteceu nos casos dos países colonizados, quer de origem endógena, pela formação de nova mentalidade na liderança nativa, abre-se o caminho para a reformulação e reorganização social e econômica. A descoberta de uma nova fonte de suprimento de matéria-prima, uma inovação tecnológica, um incremento nas trocas e maior diversificação da divisão social do trabalho, a queda ou surgimento de uma nova personalidade dominante, são, entre outros, fatores a considerar, dentro desse contexto. Atingida esta fase, as sociedades tendem a abandonar os seus padrões esotéricos e fechados de convivência e relações sociais para se tornarem abertas às contribuições novas de outras classes e camadas sociais da população.

O processo democrático, assim, se afirma em consequência da instituição do desenvolvimento. Na sua essência, a convivência, em termos de diálogo, com ampla liberdade de escolha, igual oportunidade para todos e justa participação nos frutos do bem-estar, somente se torna possível nas sociedades desenvolvidas. Foi Keneth Boulding quem afirmou que somente as sociedades ricas podem dar-se ao luxo de serem igualitárias. É que o melhor uso dos recursos naturais e humanos e o domínio progressivo dos agentes físicos, criando maiores disponibilidades quantitativas e qualitativas de bens, mercadorias e serviços, colocam à disposição de todos a oportunidade de participar, em maior escala, dos quinhões da renda gerada no curso a realização do produto. Não apenas a oportunidade de uma participação maior na renda nacional, mas, também, a de contribuir, na medida da capacidade de cada um, para o esforço de produzi-la mais eficientemente. Encaradas por esse aspecto, as sociedades caminham para a democracia através do processo de desenvolvimento, pois se esta somente se realiza pela liberdade e igualdade, aquelas se afirmam quando os níveis de bem-estar atingem um determinado padrão. Se a pobreza, no passado, constituiu um dos ideais humanos, na filosofia do despreendimento e da felicidade medida pela ausência de paixões, no mundo moderno ela se tornou inimiga da igualdade e da democracia.

O grande drama dos atuais povos subdesenvolvidos, que aspiram a percorrer a rota da expansão econômica, consiste exatamente nisto. Tornaram-se politicamente conscientes das vantagens que o desenvolvimento econômico oferece, sem, no entanto, aceitarem os custos e sacrifícios a que tal esperança obriga. **Desejam os frutos mas não querem os seus ônus. Querem impacientemente receber hoje os dividendos de amanhã.** Exigem serviços, porém não podem pagar o justo preço da tarifa. Lutam por uma participação maior nos resultados da renda nacional, sem se importar com a grandeza do Produto Bruto. Pede-se mais investimentos, mas não se exige a contrapartida da poupança. **Verifica-se, assim, uma desproporção entre aspirações crescentes e recursos minguantes.** Aspirações

crescentes que o efeito-de-monstração, analisado por Dusenbery, amplia e reproduz graças à difusão dos meios de transporte e comunicação, que fez a humanidade pobre tomar conhecimento e procurar imitar o padrão de consumo da

parte mais rica. Recursos minguantes que a expansão demográfica agrava, fazendo diminuir o quociente de renda de cada um, pois um produto estacionário terá que ser repartido por um divisor demográfico maior.

Este quadro constitui o “habitat” ideal para o surgimento do fenômeno inflacionário que, analisado por este ângulo, é um produto de hiato entre aspirações que crescem e disponibilidades que minguam ou estacionam, e tanto é assim que não existe país subdesenvolvido que não esteja sob a ameaça permanente da pressão inflacionária. A inflação passou a constituir um sucedâneo do próprio desenvolvimento, com a euforia passageira que acarreta, anestesiando as massas na vã ilusão de que a melhora transitória não será, logo a seguir, absorvida pelo mecanismo dos preços crescentes que assim buscam encontrar uma nova posição que corrija o desequilíbrio rompido pela procura monetária excedente.

Esta análise retrospectiva ajuda a compreender a natureza complexa do processo de desenvolvimento, como um amplo processo cultural integrado, abrangendo, na sua trama e urdidura, fatores econômicos, sociais, políticos e psicológicos. Retirá-lo desse contexto é deformá-lo e o analista da empreitada se transformará facilmente em Cíclope pela visão de um olho só. Filosoficamente, e do ponto de vista conceitual esta posição é válida e poderá causar surpresa para o observador superficial que ainda não se haja obtido unanimidade de vistas entre economistas e cientistas sociais. É que o enfoque do problema não converge para a sua conceitualidade filosófica, porém sobre a viabilidade das soluções, ao tomarmos um modelo abstrato e puro como norma de ação política para implementação.

Daí a problemática do desenvolvimento ser mais importante que a sua temática; e, por este motivo, a economia analítica abriu caminho para se afirmar e completar a chamada economia conceitual. Mesmo assim, corremos, frequentemente, o risco de cair naquele sofisma de composição, de que nos fala Samuelson, isto é, o de tomarmos a parte pelo todo, o particular pelo universal. Do ponto de vista conceitual, seria absurdo reduzir o processo do desenvolvimento a um esquema de causação e efeito puramente econômico. Deve-se assinalar, de outro lado, que inúmeros fracassos em programas desse tipo resultaram da ênfase demasiada em investimentos sociais na educação e saúde, sem o cuidado da renda e do emprego. Do ponto de vista analítico, porém, teremos de pesar e medir as alternativas, as opções e os custos, para que as decisões não se contaminem na sua origem por julgamentos abstratos. É bem verdade que *a escolha da metodologia econômica tende a institucionalizar a crueldade e o sacrifício como processo de ação política, e o seu agente é o matemático frio e calculista. A outra metodologia social tende a omitir a escassez como norma, e o seu agente típico é o humanista e o sociólogo generoso e otimista.*

A aplicabilidade desses dois modelos vai depender do estágio evolutivo em que se encontrar a sociedade sobre a qual se trabalhe. Por este motivo, conviria distinguir o processo de desenvolvimento, do processo de crescimento econômico, muito embora alguns autores não aceitem a pertinência desta distinção. No entanto, a mesma não constitui despropósito se a qualificação for feita para caracterizar etapas que se sucedem no tempo. Assim, o processo de crescimento serviria para

designar o aumento quantitativo do produto e da renda “per capita”, enquanto que o desenvolvimento se definiria como *um processo de natureza global, compreendendo, além da expansão quantitativa da produção, a sua melhora qualitativa, implicando na equitativa distribuição da renda, no incremento e na divisão social do trabalho, no aperfeiçoamento tecnológico, na melhor utilização dos fatores materiais e humanos e no aprimoramento institucional-político.*

Se adotarmos a distinção sugerida, seremos levados a afirmar que pode haver o crescimento econômico sem a existência concomitante do desenvolvimento. Já a inversa não será verdadeira, pois o desenvolvimento requer, necessariamente, transformações qualitativas por via de mudança cultural e incremento quantitativo, devido ao progresso tecnológico que incorpora maior eficiência e dinamismo à estrutura do sistema. Poder-se-ia dizer que o primeiro prepara e favorece o segundo, estabelecendo, como ponto crítico, o momento em que a sociedade ultrapassa a fronteira da animalidade correspondente ao nível de subsistência, rompendo, deste modo, a barreira do subdesenvolvimento.

A realização de tal projeto, face à demanda das aspirações e por força das pressões demográficas que passaram a atuar explosivamente nos dias correntes, não pode mais assumir características episódicas e aleatórias. O que era acidental, fortuito e empírico, passou a ser desejado em caráter permanente e racional. Racionalidade e ordenação que passaram a constituir-se na tarefa fundamental dos programadores e planejadores profissionais.

A programação econômica para o desenvolvimento parte do inventário estatístico daquilo que já existe e do diagnóstico do quadro sobre o qual se vai operar, para, a seguir, fixar-se na escolha dos objetivos e na hierarquia das prioridades a fim de se determinar os instrumentos e meios para que estes sejam alcançados. O plano não existe, no entanto, “per se”, muito embora, nos países atrasados, seja comum a prática de **adoração dos programas cuja existência se prende mais a fins mágicos e publicitários** do que para serem implementados e postos em execução, porque a medida do sucesso do planejamento consiste na sua operacionalidade e institucionalização; a grande tarefa, sem dúvida, é a da parte executiva, na qual se criam os mecanismos administrativos e institucionais para tornar reais os objetivos potenciais.

Por mais, no entanto, que se alinhem as razões e vantagens da programação econômica, permanece a incógnita e a perplexidade entre os planejadores sobre a viabilidade dos seus projetos. As infinitas variáveis que se tem para trabalhar tornam difíceis as previsões. As discrepâncias entre o que se espera que aconteça e o que, efetivamente, acontece, os imponderáveis psicológicos do comportamento humano e a própria incerteza das respostas aos incentivos e estímulos, para não falar na falibilidade do julgamento e do raciocínio e, sobretudo, a falta ou insuficiência do talento administrativo para operação, dão margens a frustrações e desencantos de toda a sorte. Desta crítica nasce a corrente dos programas que optam para os países subdesenvolvidos, por planos mais estratégicos e menos operacionais, manipulando o Estado apenas os incentivos diretos e indiretos que induzam determinado comportamento e respostas dos empresários, consumidores, investidores e trabalhadores às motivações oferecidas. Avulta neste particular a importância das políticas tributária, orçamentária, cambial, creditícia e monetária. Esta instrumentalidade permite, pela criação de óbices e estímulos, induzir à realização de determinados objetivos fixados no programa, reservando ao Estado o controle de ação política, a implantação dos mecanismos legais que permitam liberar as

forças produtivas, a criação de uma infra-estrutura de serviços, ou de indústrias estratégicas que atuem nas chamadas economias externas, e os préinvestimentos necessários à demarcação do plano.

Mesmo assim, a execução de tal política não está isenta de percalços. A montagem desses mecanismos e as resistências quase sempre opostas à modificação das rotinas exigem uma melhor adequação dos quadros administrativos e de homens de empresa que queiram cooperar e se deixem sensibilizar e empolgar pelas novas tarefas, responsabilidades e funções. A importância atribuída aos recursos de organização, à capacidade de empreendimento e à habilidade de investir, vem sendo enfatizada ultimamente, deslocando-se o enfoque anterior que se centralizava no processo de formação e acumulação de capital. Isto porque, se de um lado as inversões pressupõem a existência de disponibilidade prévia de recursos, provenientes da poupança interna ou externa, é bem verdade que, independente de novos investimentos, a capacidade administrativa e gerencial muito pode fazer em termos de evitar o desperdício, o grandioso e o supérfluo, aproveitando e combinando melhor os recursos já existentes para fins de introduzir maior produtividade e rendimento.

De qualquer modo, a ação política numa estrutura subdesenvolvida, em face de sua desarticulação isolamento, ausência de economias externas e pobreza cultural e material, constitui um árduo projeto. É que, como as decisões finais no campo da programação econômica escapam à função dos economistas, serão os políticos que terão que finalmente decidir, e as suas decisões terão que forçosamente levar em conta outras variáveis e alternativas que fogem à mensuração analítica. Razões de segurança nacional, de participação em blocos e alianças regionais, de conflito de classes e de pressões de grupos, de motivação ética e religiosa, de negociação e barganha, contribuem para perturbar a problemática e as soluções dadas pelos economistas. Multiplicam-se, assim, as dificuldades, face à recomendação das assessorias e os próprios objetivos políticos dos governantes que têm de operar dentro de um quadro mais complexo do que o dos modelos econômicos simplificados.

Também aqui, no campo da programática da ação política, os analistas e os teóricos do desenvolvimento econômico divergem sobre a mais adequada formulação estratégica. Uma corrente, representada por Nurkse e outros, advoga a estratégia do desenvolvimento maciço em certas áreas, porém, equilibrado. Defende-se a implantação de uma só vez, e ao mesmo tempo, de um grande número de indústrias novas que se tomem umas clientes das outras. Uma variedade dessa corrente é representada por Rosenstein-Rodan com a sua tática de “big-push”; o importante seria criar um grande impulso inicial, quebrando-se num determinado ponto a cadeia da estagnação, cujo impacto permitiria a formação de ondas concêntricas que, pelo seu alargamento e potência, partindo do centro do impulso, fossem alcançar a periferia. O mais espetacular deste grande impulso estaria representado pelos grandiosos projetos hidrelétricos, cujo efeito multiplicador é evidente. Esta mesma linha estratégica é seguida por François Perroux, ao propor a criação de pólos de crescimento e germinação, a partir dos quais, pelo efeito de difusão e expansão, fossem se integrando, através de contatos e intercâmbio, as regiões vizinhas. Hirschmann, no entanto, ao criticar o modelo Rodan, oferece o paradoxo da corda que é *“igualmente forte em toda a extensão e que, por isso, quando esticada, não pode partir em parte alguma; não partirá absolutamente ou cederá de uma vez”*. Na ala mais ortodoxa dos desenvolvimentistas do equilíbrio, figuram os economistas da escola humanista, que propõem a situação do equilíbrio em termos mais amplos, concebendo a ação política num grandioso “front” econômico, sanitário e educacional. São partidários do lema de que **“você-não-pode-fazer-nada-**

**antesde-ter-feito-tudo**”; recomendam, por conseguinte, uma política difusa, múltipla e global. Opondo-se ao pensamento teórico dessa corrente, Singer assinalou que o desenvolvimento múltiplo, em todas as frentes de batalha, é uma quimera, pois, se esses países estivessem em condições de fazê-lo, então há muito já não seriam subdesenvolvidos.

Contrariando o sistema do equilíbrio, a outra corrente, cujo principal proponente é Hirschmann, defende a tese do desenvolvimento com desequilíbrio. Segundo ele, o processo de crescimento econômico procede através de avanços desiguais. Um setor líder se acelera, enquanto outros se retardam. Isto força o setor estagnado, pela pressão da demanda insatisfeita e pelas próprias reações populares que provoca, a promover a sua atualização. As autoridades públicas, em face do clamor popular, são pressionadas a tomar alguma providência, ou as empresas são induzidas, pelo lucro, a realizar a inversão. E assim o crescimento se comunica do setor principal para o setor satélite, de uma empresa a outra, da indústria para a agricultura, do transporte para os portos, do fabricante para o distribuidor. O surgimento de pontos de estrangulamento, além de necessário, constitui o melhor sintoma de haver chegado a hora apropriada da inversão, evitando-se decisões precipitadas que possam comprometer, antes do tempo, recursos escassos em obras cuja execução não seja ainda necessária. Através da cadeia de desequilíbrios, a economia iria crescendo, autocorrigindo-se à medida que o processo avança. Para tanto, é indispensável, para uma economia manter-se ativa e dinâmica, uma política que conserve as tensões, as desproporções e os desequilíbrios. O caráter essencialmente controverso da tese hirschmaniana provocou, como é natural, os partidários do planejamento ordenado, cuja tóxica fundamental é prever para prover, já que se constitui na **racionalia** dos programadores. De outro lado, a crítica contra os analistas do desequilíbrio ressalta, também, o fato de que, em tal ambiente de tensão e instabilidade, a ação empresarial se debilita pela imprevisibilidade do curso dos acontecimentos, e o próprio Estado se vê impedido de orientar a sua política de longo prazo dentro das linhas de seu programa de trabalho.

A tese do não balanceamento constitui, na verdade, uma engenhosa e brilhante análise; porém, a despeito de seu radicalismo, trouxe uma grande contribuição para o problema do desenvolvimento nos países atrasados. Evitou, pelo menos, que estes, levados pela **idolatria do planejamento**, construíssem modelos perfeccionistas de desenvolvimento, que sabemos de antemão sem viabilidade, abandonando a economia do mercado, que, a despeito de seus percalços, ainda constitui um critério orientador das inversões, sem de outro lado poderem implantar definitivamente, e com sucesso, a economia da programação.

Uma das repercussões e projeções a assinalar dessa posição teórica pode ser analisada na escola cepalista de Prebisch, ao incorporar o processo inflacionário na dinâmica do desenvolvimento. As tensões que a inflação provoca seriam canalizadas para construir novas etapas e atingir certos objetivos. A controvérsia atual entre monetaristas e estruturalistas provém, outrossim, dessa dualidade posicional. Os primeiros, alinhando-se entre os partidários do desenvolvimento equilibrado, com ordem e estabilidade; os segundos, adeptos do crescimento acelerado por via estrutural, a qualquer preço.

Esta análise, que já vai longa, serve apenas para iluminar e projetar o problema do desenvolvimento dando-lhe uma parcela de sua atual dimensão. O fato de tantos, em toda a parte, se preocuparem com o destino do homem, constitui, sem favor, uma grande conquista. Já é, pelo menos,

um auspicioso indício de que cada um de nós, individualmente e como Nação, estamos trabalhando para encontrar as respostas ao desafio da História.

## **2.1 Desenvolvimento econômico e planejamento\***

A profissão de fé municipalista que envolve o País nos últimos tempos nada mais é do que o despertar e a revolta das comunidades esquecidas, do sertão e do interior. De um sertão e de um Interior que hibernam, há séculos, na estagnação cultural e no subdesenvolvimento, trabalhando e produzindo no seu primarismo econômico face ao litoral e as metrópoles que prosperam e se cosmopolitizam, perdendo, em grande parte, as raízes regionais, na luta pelo enriquecimento, através da indústria e do comércio.

Tal luta, entre forças desiguais, reflete-se bem nos grandes delineamentos políticos da nação. De um lado, fortes interesses políticos e econômicos radicados às grandes cidades brasileiras, onde reside o grosso das massas trabalhadoras e as elites governamentais e empresariais; e, de outro, as populações internadas nos campos, nas selvas e nos rios, lutando pela própria sobrevivência, com os precários recursos herdados de uma secular estratificação social, cultural e econômica.

Não é de admirar, portanto, que a política da produção origine um protecionismo industrial em flagrante contraste com o abandono das atividades agrícolas; que a política cambial, através do sistema de ágios, dê um tratamento mais favorecido ao setor das indústrias, enquanto os produtos agrícolas e as matérias-primas sofram os efeitos de rígida política confiscatória; que, na política dos preços, enquanto impere o livre cambismo manufatureiro, a agricultura e a pecuária sofram as restrições dos tabelamentos e das imposições dos órgãos controladores; que, na política fiscal, as cidades floresçam à custa dos investimentos governamentais, com recursos obtidos através de impostos, arrecadados da grande comunidade produtora rural; que, na política social, se implante uma custosa rede de assistência e benefícios às populações urbanas, em contraste com o abandono dos trabalhadores do campo; que, na política de crédito, se facilite ao sistema bancário a ampliação dos modos de pagamento em benefício das atividades comerciais e industriais, enquanto se rationa ou se omite o crédito à atividade rural.

Este quadro conjuntural que apresentamos não é típico somente do Amazonas, mas nacional, pois abrange a grande maioria das circunscrições políticas e administrativas do País.

Daí a razão do municipalismo procurar, através de suas reivindicações, dar senso de equilíbrio e justiça à política nacional, restaurando a dignidade municipal e reclamando uma participação maior no processo de redistribuição da riqueza nacional.

Os Congressos Municipais que se realizam periodicamente em todo o País servem, assim, para alertar as elites dirigentes ante à necessidade urgente de seguir uma linha política de valorização do homem, dentro de suas comunidades municipais. No entanto, o municipalismo não pode ficar restrito à contemplação do problema. Cabe-lhe buscar as origens de tal desequilíbrio, enfrentar corajosamente as razões do quadro de inércia e procurar soluções práticas e objetivas. Do contrário, seria deixar-se atrair por um demagogismo municipalista, com apoio na oratória, no voto e na política, que aproveita, apenas, a poucos, deixando a maioria envolta na descrença e desilusão.

**Senhores Congressistas:**

O problema que nos propomos tratar na reunião de hoje – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E PLANEJAMENTO, com especial referência ao caso amazônico – é um tema que interessa não somente a administradores, e empresários, mas a todos aqueles que têm uma parcela de responsabilidade nos destinos políticos e econômicos regionais.

Vilas e povoados do interior amazônico e amazonense existem, há séculos. Desde as investidas de Francisco de Orellana e de Pedro Teixeira; desde o tempo das missões religiosas, das tropas de resgate, das expedições em busca das especiarias, até a história recente do “rush” da borracha, até os dias de hoje, passando por todo o período colonial, imperial e republicano. Há mais de trezentos anos, portanto, estabeleceram-se pequenas concentrações humanas, disseminadas por todo o espaço continental amazônico. Tais comunidades não conseguiram prosperar e desenvolver, tornando-se, a maioria delas, meros pontos de referência geográfica ou sedes municipais sem expressão social e econômica. Decorridos esses séculos após a sua fundação, perguntamos: Por que essas comunidades municipais não lograram prosperar e crescer? Quais os motivos determinantes dessa secular estagnação econômica? Como quebrar o gelo dessa hibernação cultural?

Se as perguntas geralmente são fáceis e simples de serem formuladas, as respostas tornam-se sempre difíceis e complexas.

A análise do desenvolvimento econômico nas regiões atrasadas e subpovoadas, como é o nosso caso, indica, em primeiro lugar, a existência de uma situação que Ragnar Nurkse chamou de círculo vicioso da estagnação, tendendo a perpetuar-se dentro de um sistema de equilíbrio gerado pelo próprio subdesenvolvimento. O atraso gera o atraso. A pobreza seria a causa da própria pobreza. Causa e efeito se confundem, agindo como forças que colimam manter indefinidamente a comunidade dentro de um equilíbrio estagnacionista. Diz-se, então, que uma região é pobre porque não tem transporte – não tem transporte porque não tem produção, não produz porque não possui recursos, não possui recursos porque a população é pobre. A região, assim, não investe porque escasseiam capitais, faltam capitais porque não existe poupança, os indivíduos não poupam porque a renda é baixa, a renda é baixa porque não se fazem novos investimentos. Não apenas no âmbito econômico tal círculo vicioso é verdadeiro; também em outros setores colaterais. Com referência ao problema sanitário das regiões atrasadas, diz-se assim, parafraseando: o homem é pobre porque não tem saúde, não tem saúde porque a sua dieta é precária, não se alimenta bem porque sua renda e sua capacidade de trabalho são frágeis, e a sua baixa produtividade passa a ser novamente a origem, a causa e o efeito da própria pobreza.

De outro lado surge o problema dos atrativos e incentivos. É ponto pacífico que as áreas de população rarefeita e de grande base territorial necessitam de imigração e colonização maciça para a exploração do potencial econômico e para elevar os níveis de vida. Como obter e atrair imigrantes, fixar colonos, quando os recursos de que a região dispõe são insuficientes para assistir a escassa população atual? Como atrair os capitais necessários aos novos investimentos, para levantar a renda nacional?

As chamadas economias externas, isto é, os investimentos públicos básicos e colaterais, os investimentos de infraestrutura nos transportes, energia elétrica e estradas, e os investimentos sociais na rede escolar e hospitalar, praticamente ou são inexistentes ou são deficitários. Tal situação não convida nem atrai os novos estabelecimentos, em função dos riscos elevados e do alto custo

operacional. Os capitais privados, para se estabelecerem, buscam as linhas de menor resistência no setor econômico, que são aquelas ditadas pela alta rentabilidade, ou aquelas em que o capital invisível das economias externas já se estabeleceu.

Podemos oferecer, assim, mais dificuldades que facilidades. Mais riscos do que lucros. Doenças e não hospitais. Ignorância e não escolas. Impostos e não incentivos. Mais política do que economia. Mais geografia do que demografia.

A poupança interna, que é função da lucratividade dos negócios das classes empresariais e a renúncia e restrição ao consumo de todos os grupos de renda, é insuficiente para deflagrar a centelha do desenvolvimento para a ignição do sistema. Os depósitos na rede bancária, que são o melhor índice para se aquilatar a taxa de poupança e capitalização de uma comunidade, não chegavam, em janeiro de 1956, a atingir Cr\$ 2 bilhões de cruzeiros na região amazônica, dos quais Cr\$ 1.374 milhões pertenciam ao Pará e um pouco mais de Cr\$ 400 milhões ao Amazonas. Tais depósitos nem sempre são resultados de uma poupança efetiva; grande parte das vezes são produtos de empréstimos do sistema bancário, que criam a moeda escritural. De outro lado, o Produto Regional Bruto da Amazônia, segundo as estimativas da Renda Nacional, feitas pela Fundação Getúlio Vargas, não atingiam a Cr\$ 8 bilhões de cruzeiros, dos quais cabiam ao nosso Estado aproximadamente Cr\$ 3 bilhões de cruzeiros, ou seja, Cr\$ 6.000 cruzeiros “per capita”, valor que indica o quantitativo anual de bens e serviços produzidos.

A escassez da poupança interna, que é função da renda regional, obtida através do Produto Regional Bruto, torna-se ainda mais reduzida pelo processo inflacionário que destrói o poder aquisitivo da moeda e o próprio incentivo a poupar e a investir.

Como região produtora e exportadora de matérias-primas e bens primários, e importadora de bens de consumo e gêneros de subsistência, ficamos numa dependência extrema dos mercados externos de exportação ou do mercado doméstico do Sul. O primeiro amplia a instabilidade de nossa base econômica, porque os preços flutuam em função da conjuntura internacional, como resultado da luta competitiva entre os países atrasados, cuja capacidade de exportar é função da mão-de-obra barata e abundante. O segundo, o mercado interno, que se expandiu consideravelmente a partir da II Grande Guerra, em substituição ao mercado do exterior, tornou a Amazônia cativa e caudatária de seus interesses. Por intermédio de um sistema rígido de preços, como no caso do monopólio da borracha, **vendemos matériaprima a preços fixos para comprar manufaturas e produtos alimentares a preços livres e inflacionados.** Tal situação trouxe o ploramento de nossas relações de troca, isto é, a destruição da paridade de que deve existir entre a capacidade de exportar e a de importar. Pela impossibilidade de exportarmos a inflação, porque o mercado externo não a aceita, de vez que independe dos custos internos, e o mercado doméstico é trabalhado através de um sistema regulador de funcionamento pouco flexível, sofremos o violento impacto dos custos de produção das matérias-primas exportáveis, diminuindo assim, cada vez mais, as taxas de capitalização e poupança da gente amazônica.

Somente o monopólio de um determinado produto pode garantir, por algum tempo, a prosperidade regional. Essa prosperidade permitiu criar os serviços básicos em apenas duas comunidades amazônicas, Belém e Manaus, que, após a estagnação secular por que passamos nos séculos anteriores, encontraram a oportunidade e a centelha para romper o círculo vicioso da inércia.

As outras comunidades amazônicas, internadas ao longo dos rios, por serem caudatárias dos interesses das duas capitais amazônicas não conseguiram o aproveitamento da oportunidade para fugirem do marasmo e do estacionamento.

O ciclo da borracha silvestre, no entanto, foi um ciclo que morreu para sempre com a I Grande Guerra, e jamais poderá acender, na Amazônia, a partida para o desenvolvimento. A falta de adaptação às novas condições criadas pela heveicultura, ou a impossibilidade de o fazermos com os recursos endógenos, nos obrigou a parar no tempo, cristalizando uma estrutura extrativista de base empírica e primária que somente agora parece ceder. A persistência em tal ordem econômica completa o quadro estagnacionista do intermediarismo nas cidades e do extrativismo no interior. Não plantamos seringa, porque não havia capital nem crédito disponíveis. Não havia capitais nem crédito, porque éramos pobres. Hoje continuamos a não plantar porque, além da persistente falta de capitais e créditos para apoiar a heveicultura, apareceu o terceiro fator contingente do desenvolvimento científico do mundo moderno – a técnica – que é condição primária para o sucesso agrícola. A grande aventura heveicultura da Indonésia, da Malásia, de Java e do Ceilão não se repetirá nos dias de hoje sem apoio na tecnologia, E a prova está nos extintos seringais de Fordlândia, cujo insucesso fez abrir o caminho para a formação de Belterra, em bases racionais e técnicas.

Muitos condenam a Amazônia por não se lançar às aventuras agrícolas, abandonando, de vez, a fortuna extrativista. Contudo, vale ponderar que a técnica agrícola geralmente não pode ser transplantada sem modificações. Ela tem que ser criada “in loco”, pelo estudo e observação das condições regionais, ao contrário da técnica industrial, que pode ser importada inteiramente e repetida seguindo-se as normas e especificações originais.

Tal situação constitui novo obstáculo aos países subdesenvolvidos, cuja baixa produtividade é um elemento perpetuador da pobreza. Tal obstáculo reside na dificuldade de se criar uma agricultura de alto rendimento, independente de grande esforço científico, a fim de libertar a mão-de-obra para os setores industriais.

A agricultura tornou-se, pelo desenvolvimento tecnológico, tarefa difícil e complexa, sobretudo se nela tiver realmente que repousar a base do crescimento de uma comunidade tropical. As empreitadas agrícolas passaram a requisitar grandes recursos para enfrentar os problemas de adubação e irrigação do solo, de mecanização do trabalho e de genética das plantas. Não se pode romper o equilíbrio ecológico da vida vegetal ou animal sem pagar um preço por ele. Os solos tropicais florestais, geralmente pobres, vivem mais em função de sua cobertura florística e da alta umidade e pluviosidade do que de sua fertilidade. Por outro lado, a oferta limitada de mão-de-obra impede largos empreendimentos, a não ser com base mecânica. Temos que criar os nossos próprios clones e aclimatá-los, corrigir a terra, transformando o solo florestal em agrícola, fazer obra de pioneirismo em toda a linha, se realmente quisermos criar uma comunidade próspera de base agrícola. A crise alimentar que se verifica em todas as cidades amazônicas em grande parte reflete obstáculos dessa estrutura.

A dimensão do mercado consumidor amazônico e o baixo índice da renda “per capita” de sua população não permite, por outro lado, rápido desenvolvimento industrial. Os vultosos investimentos necessários à instalação de uma grande indústria exigem o apoio da poupança e das economias externas preexistentes, ambos deficitários na região amazônica. Tudo o que se fizer neste sentido será

a peso de grandes sacrifícios, ditados pela necessidade de investimentos colaterais que oneram de muito o custo operacional, como energia e força, transporte, importação de mão-de-obra especializada, etc.

Essas observações nos levam a tese inicial de que, nas regiões atrasadas e de escassa base populacional, existe a tendência à cronicidade e perpetuação de uma sociedade estacionária, vinculada ao círculo vicioso da estagnação dentro do equilíbrio do seu próprio subdesenvolvimento. O vigoroso e promissor quadro de riquezas florestais e minerais não pode gerar, pela sua simples presença, o desenvolvimento econômico.

Tais condições negativas, no entanto, podem ser modificadas. Não há por que ser pessimista em face do passado recente e de uma longa tradição de atraso e abandono. A criação de uma atmosfera psicológica de confiança e otimismo é necessário para a renúncia da ordem anterior e o encaminhamento do sistema a novos rumos. O progresso econômico, portanto, não é espontâneo, nem automático. Ao contrário, ele precisa ser motivado e posto em movimento para que a economia abandone a inércia. Esta deve ser a primeira preocupação das classes dirigentes, qualquer parcela de responsabilidade que lhes caiba nos destinos de suas circunscrições administrativas, ou da classe empresarial, que manipula, nas sociedades capitalistas, a delicada teia dos negócios.

O rompimento do círculo vicioso da estagnação, a partida da inércia para o movimento, a centelha da ignição para o desenvolvimento, podem dar-se, segundo a tese schumpeteriana, pelo aparecimento ou descoberta de um novo produto, pela introdução de nova técnica, pela implantação de nova indústria, pela aclimação de nova espécie vegetal de alto rendimento ou animal de alta resistência e grande produção. Pode dar-se, repentinamente, pela descoberta de combustíveis sólidos ou líquidos, como o carvão ou o petróleo; pelo achado de minerais básicos e estratégicos; pela formação de uma classe empresarial ativa, corajosa e alerta; pela imigração de forasteiros de mentalidade pioneira, portadores de tradição cultural, econômica e técnica; pela subida ao poder de uma elite política de grande capacidade de visão, ação e resistência, que venha desembaraçar o sistema das peias burocráticas e da inércia, injetando na comunidade uma seiva de cooperação, de incentivo, de otimismo e de confiança na ação dos seus líderes.

A história brasileira e amazônica está cheia desses episódios. Foi o açúcar no Nordeste, o gado no São Francisco, o ouro em Minas Gerais, o café em São Paulo, a borracha na Amazônia. É bem verdade que houve falta de continuidade nesses ciclos de prosperidade, talvez por defeitos estruturais, falta de adaptação a novas condições competitivas, por exaustão, ou por fatores outros que cabe à história econômica interpretar. Mais recentemente podemos citar, como exemplos dessa inovação, causadora do desenvolvimento em perspectiva a introdução e aclimação da juta no Baixo Amazonas e da pimenta-do-reino em Tomé-Açu, o manganês no Amapá, o petróleo em Nova Olinda, a instalação da Companhia de Fiação de Juta e da Refinaria de Petróleo em Manaus. Fora da Amazônia, a siderúrgica de Volta Redonda, a hidrelétrica de São Francisco, o Banco do Desenvolvimento Econômico, a Petrobrás e tantos outros empreendimentos públicos ou privados que serviram para acelerar o passo do desenvolvimento brasileiro, em substituição ao passado de estagnação, transmitindo ao sistema um vigoroso e animador impulso. O importante é saber dar continuidade ao movimento, pois o desaceleramento de qualquer ritmo pode conduzir o sistema à inércia, como tantas vezes tem acontecido na história dos povos.

O rompimento, portanto, de uma estrutura estacionária, no tempo e no espaço, provém sempre de ação firme e continuada que pode ser de mais diversa origem ou procedência. Esse rompimento pode ser de caráter endógeno. Isto é, partindo da própria reação dos indivíduos que vivem dentro do sistema, pela acumulação de poupança dirigida por uma corajosa elite de empresários inovadores; e pode ser, também, de origem exógena, quando derivada de um movimento extralocal de capitais, mão-de-obra e técnica atraídos por oportunidades vantajosas e facilidades oferecidas; ainda, pode ser de caráter dirigido, quando o poder público chama a si a responsabilidade pela deflagração de tal movimento, por intermédio do planejamento.

O primeiro caso requer suficientes incentivos, perspectivas de alta rentabilidade, e a formação e existência de um setor nativo capitalista e empresarial de fértil imaginação e coragem para abandonar a rotina em busca de riscos e aventuras. Neste caso estão as empresas pioneiras, homens de negócios, fazendeiros e agricultores que abandonam os métodos que conduziram as suas comunidades ao secular pauperismo, para aceitar a sorte e os azares da inovação.

O segundo caso pertence ao domínio da cooperação internacional ou extralocal, provinda de recursos obtidos pelas poupanças externas que afluem pelas perspectivas de lucratividade e rentabilidade de seus investimentos, à procura de oportunidades promissoras para aplicação de capitais ociosos ou de baixa marginalidade nos seus países. Tal contribuição tende a desaparecer, por força dos nacionalismos exagerados.

O terceiro caso pertence à técnica do planejamento econômico, com o qual o poder público se faz presente no domínio econômico, mediante prévio traçado de metas e objetivos que se propõe a executar para implantação de uma nova ordem, caracterizada pelo intervencionismo estatal, geralmente de caráter corretivo, supletivo ou pioneiro. Tal método e técnica requerem o conhecimento exato das possibilidades e necessidades regionais, a fim de que o plano elaborado reflita as prioridades e urgências nos pontos estratégicos do sistema, com vistas à criação de pontos de germinação que atuem, pelo seu efeito cumulativo, na superfície e na profundidade da estrutura. Requer, sobretudo, a formação de uma elite de planejadores e administradores de mentalidade industrial, para obter o máximo do rendimento e alcançar, em tempo certo, as metas do programa.

No caso amazônico, a promoção do desenvolvimento iniciou-se pela participação ativa e pioneira do capital estrangeiro e de iniciativas extra-amazônicas. As economias atrasadas sofrem geralmente de falta de iniciativa pela pobreza de conhecimentos e recursos que lhes permitam romper a estagnação. Assim, a formação dos serviços básicos de transportes e navegação, armazéns e portos, força e luz, foi obra do capital inglês: “Port of Pará” “Pará Electric Co.,” “Amazon River Steam Ship Co.,” “Manaus Harbour Ltd.,” “Manaus Tramways Co. Ltd.,” “Manaus Improvement Ltd.” e outras companhias inglesas que possibilitaram a arrancada inicial, no princípio deste século, pela construção de uma infraestrutura que servisse de apoio a movimentação econômica das riquezas regionais. A criação do sistema bancário, do crédito e da rede distribuidora comercial tomou novo impulso pela participação de ingleses, portugueses, marroquinos, sírios e elementos de outras nacionalidades. A exploração e extração da borracha silvestre e o desbravamento dos seringais foram obras da imigração cearense e nordestina. A introdução da vitoriosa experiência agrícola da juta e da pimenta-do-reino foi inovação japonesa. A descoberta do petróleo em Nova Olinda se deve aos técnicos nacionais da Petrobras. A exploração do manganês do Amapá tem o apoio, o capital e a técnica norte-americana.

A participação propriamente amazônica nesse processo não foi desprezível. A população adaptou-se sempre às inovações e aos novos métodos de trabalho. Não ofereceu resistência ao progresso e ao desenvolvimento, como tem acontecido em outras regiões subdesenvolvidas. Ao contrário, ela incorporou ao complexo regional as técnicas que lhe foram transmitidas e as ampliou. A cultura da juta é o melhor exemplo e a melhor esperança na capacidade de adaptação e aprendizagem da gente amazônica. Depois do episódio dramático de sua aclimatação pelos colonos japoneses, os ribeirinhos se assenhorearam do processo, fazendo da jiticultura o esteio principal da economia amazonense, em substituição à borracha.

O setor empresarial nativo tem dado provas, recentemente, de sua capacidade, de sua coragem e imaginação, assumindo o papel que lhe cabe na tarefa de mobilização e desenvolvimento. Haja vista o aparecimento de novas indústrias como a da Fiação e Tecelagem de Juta e a Refinaria de Manaus, que vieram abrir novas fronteiras econômicas para a região, no setor têxtil, de combustíveis e da petroquímica, resolvendo alguns dos problemas de infraestrutura que terão profundos reflexos cumulativos no restante do sistema.

Neste setor endógeno, a despeito da precariedade do índice de capitalização, de vez que em toda a Amazônia o lucro das empresas pouco ultrapassou a Cr\$ 900 milhões de cruzeiros, dos quais Cr\$ 650 milhões no Pará e Cr\$ 250 milhões no Amazonas, segundo estimativas para o ano de 1955, mais do que nunca a classe dos homens de empresa necessita criar uma mentalidade fortemente regional, pela aplicação dos seus recursos e pela reinversão de seus lucros em empreendimentos locais que ajudem o desenvolvimento de suas comunidades. Não podendo contar, a Amazônia, no momento, com o auxílio de capitais extra-amazônicos em larga escala, urge pelo menos que não se processe a fuga de capitais locais dos municípios para as capitais, ou destas para outras partes do País e do exterior. Os municípios têm o dever de proporcionar todos os incentivos e facilidades para que se fixe o capital local, evitando a sua natural atração para as capitais, ou o seu desperdício em consumo inócuo, o que tanto contribuiu no passado para o empobrecimento municipal e para a perpetuação do subdesenvolvimento.

A participação do terceiro setor, isto é, de planejamento, através da presença do poder público no domínio econômico, para estimular o crescimento e transmitir condições e impulsos estimulantes, apoio de base, e possibilitar a germinação e o florescimento do sistema, por ser de introdução recente, talvez não tenha podido ainda se fazer presente de forma mais ativa e eficaz.

A tal setor, hoje sob a responsabilidade da Valorização Econômica da Amazônia, cabe, talvez, a principal tarefa de arrancar a região daquele equilíbrio estagnacionista para trazê-la e integrá-la ao ritmo do atual crescimento e expansão da economia brasileira.

Sem a presença de um vigoroso impulso externo, o processo de crescimento terá que ser forçosamente lento, em face dos baixos índices de poupança e capitalização, que são responsáveis pela formação do fundo capitalista, gerador de novos investimentos. Sem a sua presença, teremos talvez que aguardar o outro século, na expectativa do desdobramento e expansão da fronteira econômica brasileira, que caminha do Sul para o Norte, subindo o Paraná-Paraguai, ao encontro das vias naturais de penetração no Vale, através do Madeira, Tapajós, Xingu e Tocantins-Araguaia. Ou, então esperar o impulso que se está formando na fronteira Amazônica não brasileira, que virá favorecer o desenvolvimento da região setentrional, ocidental e do sudoeste amazônico.

Cabe, assim, ao poder público, se quisermos atingir o desenvolvimento em curto prazo, conservando a Amazônia com características brasileiras, a tarefa urgente de criar condições e estímulos que possibilitem a formação de uma economia próspera. Tal presença deverá se fazer sentir, visando a estimular e ampliar a iniciativa privada, sempre atuante onde esta se omite, suplementando-a e corrigindo-a em favor do desenvolvimento harmônico e equilibrado. Justifica-se em toda a linha a política de criação de sociedades de economia mista, através das quais o poder público se associa com o capital privado.

Para tanto, a técnica do planejamento se impõe a fim de evitar duplicidade ou dispersão de investimentos não coordenados, produzindo melhor aproveitamento e aplicação dos recursos escassos. O planejamento toma-se tarefa difícil, porque implica no selecionamento de prioridades e objetivos certos, para serem cumpridos em períodos pré-determinados, mediante a existência garantida de verbas disponíveis, nas épocas devidas. Se o plano for mal concebido, se a sua execução for precária por entraves burocráticos ou políticos, ou se os recursos falharem, melhor seria não fosse iniciado, porque viria dar ao sistema, em vez de estímulo, o pessimismo, a desolação e a apatia.

Tal técnica deve abranger uma coordenação do governo nos três níveis: federal ou nacional, estadual ou regional, e municipal ou local. A fim de evitar superposições de planos, com sensíveis reduções de sua eficácia e ação, os planos dos três níveis devem sempre funcionar dentro de um perfeito entrosamento de metas, objetivos, tarefas e responsabilidades hierarquizadas, em atendimento aos princípios de urgência e prioridades. A escassez de recursos, sendo um princípio econômico universal e fatal, não permite aos planejadores a formulação de metas grandiosas, divorciadas das realidades, dos ingressos e receitas.

Geralmente os planos se iniciam nos escalões hierárquicos administrativos mais baixos, para subir até ao órgão de cúpula, centralizador das decisões finais, para a fixação das metas. Dos objetivos locais e municipais, para os regionais e nacionais. Em qualquer caso, os objetivos nacionais devem se sobrepor aos regionais, e estes aos locais, em função da profundidade de seu impacto, dos resultados e seus efeitos sobre o sistema. Isto no caso de um planejamento envolver a totalidade das circunscrições do país, o que é sempre muito difícil, por força das peculiaridades regionais, como no caso do Brasil.

Por isso, os planejamentos de caráter regional, no Brasil, tendem a se fixar como o âmbito ideal para uma política planejadora. Torna-se mais simples e de mais fácil realização e controle quando as metas do plano se destinam a operar num quadro onde as semelhanças sejam maiores por força da unidade dos problemas regionais.

Esse foi o espírito que presidiu os grandes planejamentos do Vale do São Francisco, da Valorização Econômica da Amazônia e de outros planejamentos regionais em curso e em projeto.

A existência de um planejamento regional que deva incluir certos e determinados objetivos não implica, contudo, na impossibilidade de criação de planejamentos municipais, desde que haja recursos disponíveis. Claro que os objetivos teriam que ser extremamente limitados, como no caso amazônico, mas seria de todo conveniente que as autoridades municipais e as empresas locais estabelecessem um programa mínimo de trabalho, em benefício do progresso de suas comunidades, dando aos municípios o incentivo para se fixarem nas suas comunas e nelas aplicarem os seus recursos.

As “Operações Município” que estão se difundindo como resultado da política municipalista são exemplos de que as comunidades municipais podem contribuir para a solução de seus problemas.

O município, como base da estrutura política da nação, necessita converter e consolidar sua base econômica para se fazer presente na grande tarefa da mobilização amazônica e nacional, através da participação ativa de suas elites políticas e econômicas no processo do desenvolvimento. O imperativo amazônico exige que se adote não apenas uma fórmula de desenvolvimento, com base exclusiva no planejamento do poder público. Face ao espaço continental amazônico, outras fórmulas aqui indicadas, como a participação ativa da classe empresarial nativa e os incentivos necessários à atração do capital, técnica e mão-de-obra extra-amazônica, serão condições essenciais para o domínio do complexo de estagnação, instaurando uma economia e sociedade suscetíveis de progredir com os seus próprios recursos.

Fácil é continuar vivendo na apatia e na estagnação. Difícil é caminhar pela senda do progresso, abrindo novas fronteiras de prosperidade e de bem-estar.

---

\* Conferência proferida na Faculdade de Direito da Universidade do Amazonas, outubro de 1964.- [voltar](#)

\* Trabalho apresentado no I Congresso Amazonense de Municípios, realizado em Manaus, em agosto de 1956.- [voltar](#)

\* Conferência na Faculdade de Direito da Universidade do Amazonas, outubro de 1964.- [voltar](#)

### **3 Pólos de crescimento: aspectos temporais, espaciais e institucionais\***

Os anos da década 60 há pouco iniciada sob o impacto de turbulências políticas e sociais em muitos quadrantes e continentes, e sob a influência de profundas transformações tecnológicas, fizeram surgir no campo da ciência econômica a necessidade de uma reformulação teórica, doutrinária e política que viesse ao encontro dos anseios e aspirações crescentes dos povos.

Essa reformulação desenvolve-se, nos dias de hoje, todavia, num campo essencialmente polêmico e controverso, buscando cada corrente dar expressão científica e racional às suas construções teóricas e aos seus modelos políticos e institucionais. Ao contrário do que a muitos possa parecer, essa divergência é uma prova da vitalidade do pensamento científico à procura de soluções alternativas para urna humanidade perplexa.

Duas posições distinguem-se nessa controvérsia: a primeira, de fundo clássico-ortodoxo, procura identificar e assemelhar o crescimento econômico ao crescimento biológico, seguindo os padrões orgânicos do desenvolvimento espontâneo, harmônico e equilibrado; a segunda, de caráter radical-heterodoxo, desenvolve a sua linha teórica fora desses quadros lógicos, buscando, no próprio desequilíbrio, as fontes de transformações necessárias para propiciar o desenvolvimento dirigido.

Na primeira, argui-se que nenhum desenvolvimento será duradouro se não repousar nos pressupostos da estabilidade monetária, na poupança interna ou externa, na ordem social e no equilíbrio inter e ultra-setorial. Na segunda, entendese o processo desenvolvimentista como a eliminação do atraso e, portanto, advoga-se a aceleração das taxas de crescimento, a todo o custo, a despeito de possíveis distúrbios, desequilíbrios, conflitos e instabilidades que possam surgir ao longo da experiência.

Não é nosso propósito aqui fazer a avaliação e a análise crítica dessas duas posições. No entanto, a sua apresentação sumária, a título de introdução, será útil para a melhor abordagem do problema que nos propomos a examinar qual seja o relacionado ao desenvolvimento da Amazônia, que constitui, no dia de hoje, a mais extensa região do inecúmeno terrestre, a vigésima parte da superfície da Terra, e que, a despeito de suas potencialidades, continua enclausurada no círculo vicioso da pobreza e do atraso.

Os prognósticos feitos sobre o futuro da região, no caso de século passado e no dealbar do atual, previam um rápido desenvolvimento, mas não chegaram a se realizar. Baseadas mais em elementos românticos impressionistas e na exuberância do mundo botânico, não perceberam o fato de que a potencialidade dos recursos naturais não enseja “per se” a prosperidade. Ela é apenas um dado favorável ao problema, mas que depende de outros fatores dinâmicos, sobretudo do homem, para se fazer atuante. As previsões, assim, se deixaram envolver pela euforia de uma situação que não poderia durar muito, porque repousava sobre um expedicionarismo empírico, predatório e primário, sem base nem infraestrutura para suportar uma sociedade estável e progressista. Mesmo assim, não havendo chegado a hora da Amazônia, o esforço feito nesse período permitiu iniciar o processo fragmentário

da ocupação brasileira, que, mais tarde, iria servir para tornar possíveis as condições necessárias ao arranco.

Uma análise histórica desse período, caracterizado pela exploração da borracha silvestre e pela coleta de produtos florestais, que ainda marcam a fisionomia econômica do Vale, bem como o estudo atual de sociedade amazônica, tanto nos seus aspectos estruturais como conjunturais, exigem uma revisão interpretativa à luz das mais recentes contribuições da ciência econômica. A noção do espaço econômico, exposta recentemente na França por François Perroux, trouxe uma nova contribuição à chamada economia dimensional. Por ela, o espaço geonômico passou a ser encarado sob o tríplice aspecto: 1) como objeto de um plano, 2) como campo de atuação de forças e, 3) como conjunto homogêneo de estruturas.

As relações econômicas que se estabeleceram num determinado ponto territorial devem ser assim estudadas, partindo dos seus aspectos locais, das ações e reações das forças que nele passam a gravitar, bem como dos contatos que a vizinhança de outras unidades econômicas dão lugar em termos de estímulo, cooperação, complementariedade e intercâmbio. Nenhuma estrutura, tipo robinsoniana, isolada das demais, consegue sobreviver por muito tempo.

A segunda noção do espaço levou Perroux a formular a sua teoria dos pólos de crescimento, em torno dos quais surgem os centros dinâmicos de uma economia. Para eles convergem iniciativas e inovações, criando mercado para o consumo de seus próprios produtos, gerando matrizes para a germinação e crescimento de todo o sistema que lhe é tributário ou que a ele está vinculado por uma comunhão de interesses e produtos. Nenhuma sociedade conseguiu se desenvolver, até os dias de hoje, sem o aparecimento de tais pólos, centros motores e focos de atração e apelo. Os inovadores exercem, nesse particular, como salienta Schumpeter, um papel preponderante e insubstituível. A imaginação, o talento, a intuição, o poder criador dos homens de empresas, públicas e privadas, devem ser postos a serviço do progresso e da melhoria dos níveis de vida, de renda e de emprego. Produzir mais e melhor, aumentando o rendimento das colheitas ou dos fabricos, quantitativa e qualitativamente. Através da fabricação de novos bens, da implantação de uma nova indústria ou atividade rural, pela introdução de novos clones e raças de animais, pela descoberta de novos mercados ou conquista de novas fontes de matérias-primas, ou ainda pela reorganização de novos métodos de produção e mercadejamento esse processo se inicia e se torna cumulativo.

Em torno desses centros dinâmicos aglutinam-se e articulam-se forças endógenas e alienígenas, que passam a operar dentro do circuito, tendo em vista as facilidades criadas pelas economias externas, pelo capital fixo já investido, pela constelação de fatores disponíveis, pelas oportunidades de um mercado em expansão. À medida que se ampliam e se intensificam os contatos com outras estruturas vizinhas, e que a divisão de trabalho passa a agir através da especialização e distribuição de tarefas, os novos investimentos vão gerando renda e emprego, permitindo que surjam as primeiras poupanças, ultrapassada a barreira da subsistência, que servirão para promover novas inversões.

Apesar de seus efeitos cumulativos, o processo não é, todavia, automático, nem contínuo. A sua continuidade pode ser interrompida a qualquer tempo em que as poupanças e capitais, gerados dentro desse pólo, não retornem pelo reinvestimento, passando a emigrar para outras áreas, ou tenham aplicação suntuária e estéril do ponto de vista da produtividade social. Se tal ocorrer, como

deve ter ocorrido na Amazônia do princípio do século atual, a economia “momentum” e se defasa, podendo inclusive o movimento desacelerar-se até o ponto da inércia, de onde partiu.

Uma economia em crescimento não pode parar, e muitas vezes precisa correr para ficar no mesmo lugar, marcando passo, se o ritmo de reprodução demográfica exceder à taxa de crescimento líquido do produto e da renda captada.

Nenhum centro dinâmico de qualquer economia, mesmo que seja representado por pólos monetários, financeiros, industriais ou agrícolas, pode, no entanto, sobreviver por longo tempo sem constituir uma sociedade estável, que se deseje fixar definitivamente, ou sem estabelecer os contatos e as comunicações com unidades vizinhas. Uma economia de acampamento e bivaque é incompatível com os pré-requisitos de estabilidade e organização, básicos para a promoção de uma sociedade progressista.

Do mesmo modo, as chamadas economias encravadas, opulentas dentro da miséria, desenvolvendo-se sem raízes locais, porque tributárias de outras áreas, sem integrar-se no destino da comunidade a que serve, e sem partilhar dos frutos do progresso, mediante uma justa distribuição da renda a todos os agentes da produção, não podem servir de base a um crescimento prolongado.

Daí a razão porque as relações entre as diversas estruturas econômicas, aumentando o seu grau de interdependência complementaridade, dentro de um espaço determinado, são essenciais para que haja um surto de expansão. Perroux, analisando o problema, rejeitou, por isso, a denominação de países subdesenvolvidos, de uso corrente, preferindo denominá-los de países desarticulados, porque neles o principal obstáculo consiste na ausência dos contatos vitais, que coordenam esforços, entrosam iniciativas, promovem incentivos e asseguram a mobilidade de capitais e mão de obra.

A teoria dos espaços e das bolinhas econômicas completa-se com a introdução do elemento tempo; físico, psicológico e econômico. Enquanto aquela pertence à economia dimensional, este se integra à economia dinâmica. O tempo assim se faz presente, tanto pelo passado, como pelo futuro, pelo que foi, através dos hábitos, tradições e experiências acumuladas, como pelo que será, através da pesquisa, do avanço tecnológico, do desejo de mudança e transformação.

O imobilismo, a inércia, a rotina, perpetuando certas estruturas sociais já superadas, que dominam muitas sociedades tradicionais, freiam o desenvolvimento. O sistema de valores, a escala de desejos e aspirações são elementos do tempopsicológico que, muitas vezes, entram em conflito com as exigências de mudança do tempo-econômico. O princípio de que tudo o que cresce igualmente se transforma, permanece válido tanto no campo da biologia como no da ciência econômica.

Os aspectos temporais não se limitam, apenas, a essas noções. Eles, também, de forma episódica ou permanente, através das posições conjunturais, das oscilações cíclicas, das oportunidades e, até, do acaso. Uma economia em crescimento terá que incluir o calendário como elemento integrante de suas projeções. Os operadores econômicos e administradores devem saber trabalhar e manipular o tempo, talvez a mais difícil das artes. Saber quando comprar e vender, onde, como e quando investir ou poupar, em que dimensão e em que prazo.

Streller, professor alemão, afirmou acertadamente que o empresário é o indivíduo que trabalha com o tempo, aquele que, pelas suas previsões, tem a sua justa e adequada noção e a perfeita

sensibilidade para pesar e medir as decisões no momento oportuno e correio. Deve saber combinar os ingredientes físicos e psicológicos do tempo com as variáveis econômicas de sua utilização.

Uma interpretação da Amazônia, que levasse em consideração a combinação espaço-tempo, chegaria à conclusão de que o espaço tem sido utilizado, mas não como base de fixação e permanência do homem, porque ele não chegou a criar raízes na selva ou à beira d'água. Ele vive mais em função da floresta e do rio, do que em busca da terra que lhe sirva de lar e de fonte de subsistência e trabalho. Certa vez, cheguei a afirmar que a terra não tinha expressão para identificar os principais acontecimentos sociais de sua vida. Ilustrei o fato, através de pesquisa, na qual constatei que o nosso homem prefere utilizar as expressões “nasci no Rio Negro”, “morei no Solimões”, “trabalhei no Madeira”, ao contrário do cearense que, ao se referir aos mesmos acontecimentos, usara as expressões “nasci em Quixadá”, “morei no Crato”, “trabalhei no Cariri”.

Os acampamentos humanos dispersos na selva, tendo por ponto de convergência os barracões dos seringais, cujos contatos se processavam apenas com os longínquos empórios urbanos, sem conexões com estruturas vizinhas, não podiam gerar uma sociedade estável, nem prover articulações para assimilar as mudanças que se operam no mundo exterior que lhe havia de arrebatado o monopólio natural de exploração da hévea. Ficamos parados no tempo, imersos na rotina e no imobilismo, tentando sobreviver com uma estrutura social e econômica superada. Não nos apercebemos do tempo como força irreversível de mudanças, pois o nosso sistema de valores imobilizou-se no passado.

A tese do espaço-tempo completa-se com a introdução do elemento instituição. Este reflete as maneiras de sentir e agir que uma dada sociedade adota como forma de vida e organização. É através das instituições que se condensam e estratificam os hábitos, as experiências, os sistemas filosóficos de valores e os arcabouços jurídicos, que dão a forma normativa e a escala hierárquica da ordem social e política. As estruturas agrárias e urbanas, o modo de produzir e comerciar, a distribuição da renda, os ônus fiscais, os sistemas de governo, representação e administração pública, e a própria tecnologia, são afetados pela institucionalização da vida social, em qualquer comunidade. Formam-se os grupos de pressão, estabelecem-se os padrões de conduta, adquirem formalismo as expressões sociais e as relações jurídicas.

Romper essas estruturas, muitas vezes, constitui um dos pré-requisitos para a criação de uma sociedade moderna em substituição à ordem tradicional e empírica.

\* \* \*

A interrelação que se estabelece entre o espaço, o tempo e a instituição constitui um conjunto metodológico a serviço da filosofia e da história, fornecendo novos instrumentos de análise para o melhor conhecimento do que se passa no Interior e na superfície das diversas estruturas econômicas. É óbvio que, se essa nova instrumentação teórica, de um lado, pode ter aplicação universal, de outro lado terá que se adaptar às peculiaridades da pesquisa regional. Do contrário, seria admitir ou um dogmatismo metodológico ou negá-lo, implicitamente, através da aceitação das ciências regionais ao sabor das variações culturais.

Por esse motivo, tanto erram aqueles que advogam uma teoria especial de desenvolvimento para os países tropicais, como aqueles que pretendem impor a experiência e os padrões políticos

vigentes nos países mais evoluídos, transplantando-os, integralmente, para outras áreas. A dialética do desenvolvimento não afasta os pressupostos universais, porém exige um esforço de regionalização que leve, em linha de conta, as características próprias de cada sociedade.

Identificar, deste modo, as linhas incertas do tempo, os pólos de crescimento no espaço, e as formas institucionais mais adequadas, constitui a grande tarefa dos economistas e sociólogos. Tarefa que se coroa no ato de prever e prover o bemestar social pela eliminação do atraso, erradicação da miséria e pela implantação de uma economia de abundância para todos, preservando, ao mesmo tempo, a personalidade e a liberdade humanas, realizando-se a justiça social dentro dos quadros democráticos, libertos do modo, da indigência e da desesperança.

\* \* \*

As proposições metodológicas aqui anunciadas, quando aplicadas à Amazônia, poderão servir de roteiro interpretativo e explicativo dos fatos históricos e econômicos anteriores e posteriores ao episódio do ciclo da borracha, bem como auxiliarão a iluminar e esclarecer a busca de uma reformulação dos planos de seu desenvolvimento.

Região continentalmente dimensionada, situada na faixa equatorial úmida, assinalada pela presença de uma exuberante e poderosa cobertura botânica e hidrográfica, sem a contrapartida da ocupação humana, a não ser de modo fragmentário, Interrompido e dissociado, não se lhe pode, por isso mesmo, dar a classificação de região subdesenvolvida. Mais certo seria especificá-la como *área não desenvolvida* ou *economia desarticulada, reserva estratégica, ou potencialidades a espera do “fiat” criador do homem*.

O domínio desse vasto e continental complexo – a vigésima parte da Terra – que se estende do planalto central às Guianas, do delta oceânico aos contrafortes dos Andes, constitui uma vasta empresa para muitas gerações do porvir, desafiando a competência, a capacidade e os recursos do homem brasileiro. Nas condições atuais, seria ocioso pensar na sua mobilização e ocupação integral – tarefa que exigiria um mínimo de cinquenta milhões de habitantes – pois o centro dinâmico e os principais pólos de crescimento da economia brasileira estão localizados na região Centro-Sul, onde se formam os atuais impulsos e arrancos que irão expandir a fronteira econômica nacional até os limites de sua fronteira política.

Analisada dentro desse prisma temporal, a Amazônia terá que aguardar, ainda, muitas décadas para assistir ao “rush” de sua posse definitiva. Podemos, no entanto, distinguir quatro frentes históricas nesse processo. A primeira frente pioneira, de integração nacional, caminha para nós seguindo as bacias do Tocantins, do Xingu, do Tapajós, do Madeira e do Purus, e ao longo dos eixos rodoviários recém-abertos da Belém-Brasília e da Brasília-Acre. Essa frente ganhará intensidade à medida que as estruturas minerais, paulistas, goianas e matogrossenses forem criando as suas linhas táticas, estratégicas e logísticas de apoio e penetração. Ela é uma frente histórica, herdeira da tradição bandeirante, que aqui já esteve, nos séculos XVII e XVIII, com intuítos políticos, e que se desloca rumo setentrional novamente quando a pressão demográfica e as oportunidades econômicas passarem a atuar como focos de expulsão e de apelo. O seu clímax no tempo será a próxima centúria, quando a população brasileira houver atingido a casa dos duzentos milhões.

A segunda frente é constituída pela rota clássica de penetração e conquista do Vale, partindo da jusante para a montante do grande rio. Iniciando-se em Belém, em direção ao Baixo Amazonas, e partindo de Manaus em direção do Médio e Alto Amazonas e de seus principais afluentes, ela teve uma função histórica revelante, pois criou a Amazônia clássica dos tempos coloniais, promovendo a implantação da cultura portuguesa e dos marcos que iriam, mais tarde, assegurar a soberania brasileira sobre a área. De caráter militar e político, essa frente foi adquirindo, ao longo do tempo, através da miscigenação com o gentio, experiência econômica e força cultural, à semelhança do ocorrido em outras áreas brasileiras. A essa corrente incorporou-se a caudal nordestina, banida pelas secas no último quartel do século XIX e atraída para a exploração dos seringais nativos, que se constituíram no primeiro pólo de crescimento econômico da região. Essa rota atlântica constituiu-se, também, na via lógica para o recebimento da imigração estrangeira, vacilante e inexpressiva no passado, mas que poderá se constituir em força preponderante no futuro, no momento em que abriremos a fronteira atlântico-amazônica para os excedentes que estão se acumulando e irão pressionar soluções nas próximas décadas, conseqüência da explosão demográfica em curso. É uma fronteira de tensão, pois através dela se realizam os contatos e os intercâmbios do espaço amazônico com o mundo exterior.

A terceira está sendo formada na fronteira amazônica não brasileira, partindo dos Andes para atingir o estuário central, e das Guianas, acompanhando a descida das águas do Javari, do Negro, do Branco e Trombetas, atingindo até o Amapá, a despeito dos óbices e dificuldades topográficas e do relevo. Por enquanto é uma fronteira morta, mas que tende a se vitalizar pelo desenvolvimento que se processa nas repúblicas limítrofes, desejosas, também, de participar do condomínio amazônico quando houverem dado partida, realizada a ocupação de suas faixas espaciais e, sentida a necessidade de vinculação de suas estruturas, através do intercâmbio, a tendência será através de acordos e convênios, a união de esforços num grande mercado comum pan-amazônico, no qual participaremos como nação líder.

A quarta frente é de origem endógena, que se desloca internamente à procura de oportunidades, na sua luta para ocupar o inecúmeno, provendo as suas necessidades básicas de sobrevivência, através de incursões ao longo dos rios e no seio da mata, ou se fixando em tomo das grandes cidades ou pequenas vilas e povoados da hinterlândia. Até há pouco tempo, seduzida pelo extrativismo florestal, empírico e primário de baixa produtividade, somente quando os produtos alcançam alto valor por unidade coletada é que consegue sobreviver economicamente. No entanto, até hoje não ensejou a fundação de um processo e progressivo de crescimento. A euforia da prosperidade dos primeiros anos não foi possível manter, dada a base precária sobre a qual se assentava a nossa estrutura econômica. A dispersão do elemento humano, interiorizando-se na floresta, na coleta de produtos e animais, destruía as linhas vitais de associação e de contatos. O excesso de mobilidade, impedindo a concentração humana e de capitais, tornou impossível a criação de economias externas e de escala, estender os benefícios do preparo educacional e de proteção à saúde do homem. Mesmo assim, criaram-se, nesta etapa, centros dinâmicos nas duas capitais amazônicas, em Belém e em Manaus, as quais ficaram preparadas infra-estruturalmente para apoiar um desenvolvimento ulterior.

Essa infraestrutura esta representada pela rede de portos e armazéns, de bancos e casas comerciais, de energia elétrica e esgotos, de vias de transportes e comunicações, de escolas e hospitais,

que asseguraram a sobrevivência da região, passado o episódio do deslumbramento, e contribuíram para manter a economia hibernada, à espera do aparecimento de novos pontos de germinação.

Nesse ínterim, os mercados externos, que asseguravam a sobrevivência da economia regional e comandavam a nossa estrutura, por intermédio das oscilações de preços no mercado, foram substituídos pelos mercados domésticos do Sul do País, como fonte principal de suprimentos das nossas importações e do destino da nossa produção. De outro lado, as mudanças institucionais ocorridas no panorama da política brasileira, e o crescente intervencionismo estatal, contribuíram para mudar também as expectativas.

A Amazônia passou a construir-se em problema nacional, cuja ocupação e integração tornaram-se imperiosas para assegurar a sua preservação dentro da unidade brasileira. Esse empírico conquistou os constituintes de 1946, que fizeram inscrever, no Art. 199 da Constituição Federal, a valorização da Amazônia como empresa e encargo nacional.

Entre as características dessa nova política, acompanhando as tendências doutrinárias recentes, destaca-se a da institucionalização do desenvolvimento econômico, que deixou de ser prática, emergencial e aleatória, ao sabor do livre arbítrio do tempo histórico-conjuntural, para se afirmar como política permanente e de longo alcance, cujas fontes provêm do determinismo da vontade humana, racionalizada e orientada, pelo planejamento com vista a obter rendimentos crescentes a serem partilhados pelo maior número.

Os pólos dessa nova política giram em torno da ação metodizada do esforço humano, em substituição ao empirismo dos avanços e recuos do passado. Os modos de sua materialização podem divergir, mas permanece válido o fato central no qual ela deverá se apoiar, num esforço de profundidade e em articulações táticas e estratégicas, conduzidas no espaço geoeconômico sob o signo do tempo tecnológico. Pará tanto, o acervo cultural existente ao dispor do homem já permite fazer os prognósticos e previsões de uma política de planejamento econômico, muito embora um certo grau de incerteza e risco esteja sempre presente na tomada das decisões e na colheita dos resultados. A não ser que a sociedade seja submetida a um terrorismo policial esmagador da vontade e da personalidade humana, essa incerteza persistirá e terá que ser calculada e vivida na execução dos projetos.

Apesar dessas limitações, o conhecimento que já se tem da mecânica do processo e as armas do arsenal desenvolvimentista, criadas através das agências de planejamento, institutos de fomento, estabelecimentos de crédito e fundos de investimentos fiscais e cambiais, já nos asseguram um arcabouço suficientemente extenso para manobrar os fatores disponíveis, e obter com eles a coordenação necessária para os fins empresariais da produção.

Na Amazônia, a política instituída em 1953 pela Lei n.º 1.806, que criou a SPVEA, adotou como filosofia conceituar o entendimento de que a empresa valorizadora fosse realizada mediante um conjunto global de medidas a serem executadas em todo o “front” social e econômico. Filiou-se, assim, doutrinariamente, à metodologia social da classificação de Viner, em contraposição ao método estritamente econômico. O princípio norteador dessa política reside no lema “*você-não-pode-fazer-nada-antes-de-ter-feito-tudo*” e, por isso, ela ganha em superfície o que perde em profundidade. A dispersão é a nota tônica de tal sistema desenvolvimentista, de ação mais lenta, porque pretende dar cobertura global-estratégica, *ao invés de manobrar por ação tática nos setores líderes de maior*

*repercussão*, e num campo de ação mais restrito e limitado, tendo em vista a escassez de recursos. No entanto, com essa metodologia se procura agir na infra-estrutura social, objetivando um desenvolvimento linear, partindo da valorização do homem. Com a outra, de ação econômica mais rápida, procura-se, em primeiro lugar, criar condições de emprego e renda para atingir ao homem numa fase ulterior.

Muito embora não desejemos entrar no mérito, nem na avaliação crítica de filiação filosófica adotada, presumimos que a ausência de uma programação técnica, partindo do inventário do que já existe para chegar aos objetivos e metas pré-determinados, mediante prazos e apoio financeiro de liberação automática, na medida da conclusão das etapas dos projetos iniciados, constitui a crítica fundamental e execução desse empreendimento valorizador, responsável pelo desperdício que poucos aproveitam. A irregularidade no pagamento das dotações orçamentárias em grande parte tem sido responsável por essa situação, agravada pela interferência política que nem sempre consulta os interesses gerais da coletividade. Assim como está, o plano torna-se mais um **Horóscopo** do que um **Calendário**.

Os problemas de base continuam a desafiar soluções; aquela infraestrutura de serviços, herdada do passado, já não atende às exigências e necessidades da época atual. Chegamos a um ponto em que a economia pouco pode crescer, pois os pontos de estrangulamento se acumulam nas áreas urbanas e rurais, engarrafamento a passagem do fluxo dos investimentos que se formam à medida que a poupança se realiza.

O setor privado, que idealizou e construiu a infra-estrutura e os serviços do passado, não pode ocupar esses vazios porque não possui dimensão capitalista para prover os recursos para essa empreitada; de forma que cabe ao Poder Público e à nova política da valorização regional a responsabilidade para obviar as atuais dificuldades e carências.

Mesmo assim, a partir do último decênio, notam-se as primeiras manifestações do aparecimento de novos pólos de crescimento econômico em muitas áreas amazônicas que conseguiram alcançar densidade demográfica satisfatória. Nos dois centros dinâmicos propulsores de Belém e Manaus, e em algumas capitais dos territórios e cidades do interior, começam a despontar iniciativas e inovações que prometem iniciar a fase preparatória para a decolagem do sistema. Na transformação desses centros urbanos de empórios intermediaristas entre o sertão e o exterior para o exercício de suas novas funções industriais de beneficiamento e transformação da produção rural, bem como na conversão do extrativismo empírico para o nacional e da exploração silvestre para a atividade silvicultura, repousam as esperanças nesse período que se inicia.

A hinterlândia, com a aclimação da juta no Baixo e Médio Amazonas, constitui um capítulo dessa política. Pela primeira vez, depois de tantos anos, a juta, deslocando a posição de liderança da borracha de nossa pauta de exportação, passou a contribuir para a formação de economias e acumulação de capitais, proporcionando a dezenas de milhares de agricultores e desfrute de uma melhor renda "per capita". Resta que esta se fixe nos locais onde se originaram, porque a sua evasão para outros centros terá conseqüências desoladoras. Atividade agrícola de pequeno ciclo, largo rendimento e rápida rotação, a juta vai provocar uma autêntica revolução rural. Ao contrário da borracha silvestre, cuja exploração se estribava no latifúndio improdutivo e na dispersão e isolamento do homem, ela se funda na pequena e média propriedade familiar, na concentração de esforços, na

associação de interesses e na vizinhança dos grandes centros urbanos. A sua industrialização, através das fábricas de fiação e tecelagem que necessitam merecer o mais alto de prioridade inversora, realizará uma integração de estruturas, contatos e interesses que possibilitarão uma potenciação extraordinária do crescimento nas zonas rurais.

Estamos assistindo, pela primeira vez na Amazônia, uma atividade mais agrícola dar aos produtores os frutos de uma melhor participação na renda gerada, eis que a riqueza produzida se encontra disseminada entre dezenas de milhares de pequenas unidades de trabalho. Para dar uma idéia do impacto que essa renda está proporcionando à atividade rural, basta mencionar o fato de que as 70.000 toneladas de fibra que a Amazônia produz representam uma adição de mais de Cr\$ 15 bilhões no Produto Territorial Líquido da região.

A prosperidade desse setor está motivando, inclusive, o regresso daquela fronteira humana que se havia deslocado para os altos rios durante o ciclo da borracha e para a grande calha central do vale. Esse novo fenômeno traz consigo implicações de segurança nacional, pelo despovoamento das fronteiras, porém, de outro lado, vai promover a aglutinação da população com efeitos benéficos para o desenvolvimento econômico. As miragens da selva vão ser substituídas pelas várzeas férteis. A exploração florestal predatória, pela atividade agrícola criadora. A dispersão, pela condensação humana. A exploração do homem, pela justa retribuição ao esforço de cada um.

Resta dar continuidade e complementaridade a esse impulso. Não obstante, devemos observar, paralelamente, os riscos que podemos correr novamente se estivermos criando um pólo monocultor, sujeito sempre aos azares da conjuntura. Precisamos, por isso, nos preparar, criando múltiplos focos e pontos de apoio, tanto na agricultura de exportação, como na de subsistência, a fim de melhorar a precária dieta do homem amazônico. A heveicultura, como sucessora natural da borracha silvestre, cujo ciclo está extinto, será um outro pólo de enriquecimento e bem-estar. Um programa mínimo da ordem de 100.000 hectares poderia ser executado num período de 20 anos, proporcionando suprimento às necessidades do consumo nacional da ordem de mais de 100.000 toneladas de borracha, o que representaria uma adição de cerca de Cr\$ 70 bilhões na renda regional.

Um programa desse tipo deveria optar pela pequena e média empresa agrícola de 5 até 50 hectares, a fim de proporcionar aos pequenos e médios produtores uma participação atuante nos resultados da produção, ao mesmo tempo que ajudaria a fixá-los ao solo, em decorrência da cultura permanente que lhes dariam base de sustentação e bem-estar.

O impulso industrial nas cidades, com o apoio dessa atividade rural, criaria um complexo integrado de matérias-primas e produtos elaborados, ajudando a reter na Amazônia o valor daquilo que se produz. Da floresta para as serrarias, fábricas de compensados, laminados e celulose. Das várzeas e juais para as fábricas de fiação. Dos seringais para as fábricas de artefatos. Dos minérios, em bruto, para o refino.

A idealização desse processo de desenvolvimento, partindo do aproveitamento do manancial de matérias-primas e recursos naturais, indica o caminho a percorrer na longa estrada até atingirmos a fase adulta, quando as nossas potencialidades se converterão em realidades atuantes.

Nessa altura, seremos já uma região de mais de vinte milhões de brasileiro, em pleno Século XXI. Eles se lembrarão de nós, como nós nos lembramos daqueles que nos antecederam, louvando a

fibra e a determinação dos que aqui ficaram para implantar, em plena selva equatorial, os marcos e a presença da ocupação brasileira.

## 4 Polarização e integração: dois processos no desenvolvimento regional

*“O fato mais rudimentar e consistente é este: o crescimento não surge em toda a parte e ao mesmo tempo: manifesta-se com intensidades variáveis em pontos ou pólos de crescimento; propaga-se segundo vias diferentes e com efeitos variáveis, no conjunto da Economia”.*

*François Perroux in Economia do Século XX*

A teoria da polarização econômica, desenvolvida pelo professor François Perroux no início da década dos anos 60, introduziu na análise econômica a noção do espaço-dinâmico e o problema locacional da atividade produtora ao lado da economia temporal-histórica e da economia sócio-institucional.

Essa análise conseguiu integrar e compatibilizar os quatro dinamismos dominantes: o demográfico, o da inovação, o da dominação das elites e o dos grupos sociais (motivação e coesão) com a teoria da firma-motriz, localizada no espaço geonômico, considerando este como objeto de um plano, como campo de atuação de forças e como um conjunto homogêneo de estruturas.

A noção do pólo econômico passou, assim, a servir de modelo e estratégia em muitas regiões do mundo desenvolvido e em vias de desenvolvimento, na impossibilidade de se produzir um desenvolvimento contínuo e harmonioso do ponto de vista regional e espacial.

No entanto, a polarização espacial, entendida como um processo de centralização e concentração dinâmica de forças em um determinado ponto ou pólo, para atrair e irradiar o desenvolvimento, por si só não induz nem conduz ao desenvolvimento, se a operação polarizadora não vier a ser articulada com o processo de integração. É que o pólo leva forçosamente a uma ocupação modular e descontínua, que necessita, para se operacionalizar e produzir economias de escala preencher o vazio interpolar. A ocupação desse vazio entre centros de germinação, no espaço, é feita através da integração, entendida esta como um processo de articulação, conexão e interligação de forças, fatores, firmas e mercados, que operam dentro e fora do pólo, através do contato, vizinhança e relações entre as respectivas estruturas.

Deste modo, a polarização se completa com a integração. O pólo isolado vira pólo-sistema, o conjunto de módulos se interliga e a economia passa a receber os impulsos do desenvolvimento, partindo dos focos de concentração dispersos no espaço, mas articulados entre si.

Em linhas gerais, esta foi a tese que apresentei em conferência aos estagiários da Escola Superior de Guerra, realizada no dia 31 de julho de 1972, no Comando Militar da Amazônia, em Manaus. A conferência foi bastante longa, e apesar de ter sido gravada não obtive, infelizmente, o que seria o texto original, de modo que só me restou a planilha-esquema, na qual tentei fazer a análise dos dois processos de polarização e integração, com oferta especial ao caso amazônico. Este esquema vai abaixo reproduzido, para que o leitor se aperceba da importância desses modelos, sobretudo nos dias de hoje, quando o Governo Federal, adotando a estratégia polarizadora de Perroux, criou inúmeros programas como o do Polamazônia, Polonordeste e Polocentro do Cerrado, Polos Petroquímicos, etc., cuja operacionalização vai depender de uma complementação integradora, sob

pena de ver os seus resultados frustrados ou pelo menos diminuídos na sua eficácia e nos seus objetivos finais.

**I – POLARIZAÇÃO:** processo de centralização e concentração dinâmica de forças em um determinado ponto ou pólo para atrair e irradiar o desenvolvimento.

### **1. – Polarização espacial**

- 1.1 – Efeito-locação
- 1.2 – Efeito-aglomeração
- 1.3 – Efeito-coesão
- 1.4 – Efeito-atração
- 1.5 – Efeito-irradiação
- 1.6 – Efeito-especialização
- 1.7 – Efeito-demonstração
- 1.8 – Efeito-vocação
- 1.9 – Efeito-urbanização
- 1.10 – Efeito-infra-estrutural

### **2. – Polarização econômica**

#### **2.1 – Pólos, segundo o grau de especialização**

- 2.1.1 – Extrativos
- 2.1.2 – Agrícolas
- 2.1.3 – Pecuários
- 2.1.4 – Pesqueiros
- 2.1.5 – Industriais
- 2.1.6 – Minerais
- 2.1.7 – Mercantis e de Serviços
- 2.1.8 – Exportações e Importações
- 2.1.9 – Monetários e Financeiros
- 2.1.10 – Educacionais e Tecnológicos
- 2.1.11 – Turísticos

#### **2.2 – Pólos, segundo o grau de dinamismo**

- 2.2.1 – Crescimento
- 2.2.2 – Estagnação
- 2.2.3 – Regressão

#### **2.3 – Pólos, segundo o critério de localização**

- 2.3.1 – Equidistância estratégica
- 2.3.2 – Entroncamento e baldeação
- 2.3.3 – Geopolíticos e de Segurança Nacional
- 2.3.4 – Pioneiros
- 2.3.5- Ecológicos

#### **2.4 – Pólos, segundo a complexidade**

- 2.4.1 – Simples
- 2.4.2 – Complexos

#### **2.5 - Pólos, segundo o investimento**

- 2.5.1 – Induzidos
- 2.5.2 – Autônomos
- 2.5.3 – Incentivados

### **3. – Polarização sócio-política**

- 3.1 – O inecúmeno político
- 3.2 – A sede administrativa
- 3.3 – A divisão territorial
- 3.4 – A formação das elites
- 3.5 – A distribuição da renda
- 3.6 – A mobilidade horizontal e vertical

- 3.7 – O custo das oportunidades
- 3.8 – Nível de participação e de representação

**II – INTEGRAÇÃO:** processo de articulação, conexão e interligação de forças, fatores, firmas e mercados, operando dentro e fora do pólo, para promover intensa coordenação e circulação econômica, social e política, através do contato, vizinhança e relações entre as respectivas estruturas. Serve para corrigir o problema da dispersão espacial que os pólos e módulos muitas vezes produzem, transformando-os em pólos-sistemas.

### **1. – Integração espacial**

- 1.1 – Efeito-expansão
- 1.2 – Efeito-diversificação
- 1.3 – Efeito-complementação
- 1.4 – Efeito-circulação
- 1.5 – Efeito-aceleração
- 1.6 – Efeito-articulação

### **2. – Integração viária**

- 2.1 – Via fluvial: de porto a porto
- 2.2 – Via ferroviária: de estação a estação
- 2.3 – Via rodoviária: de porta a porta
- 2.4 – Via aérea: de aeroporto a aeroporto

### **3. – Integração econômica**

- 3.1 – Da matéria-prima ao produto
- 3.2 – De mercado a mercado
- 3.3 – Da agricultura à indústria
- 3.4 – Da agroindústria ao consumidor

### **4. – Integração social**

- 4.1 – Do campo à cidade
- 4.2 – Da cidade à metrópole
- 4.3 – Do indivíduo ao grupo
- 4.4 – Do grupo à nação

### **5. – Integração política**

- 5.1 – Do cidadão ao Estado
- 5.2 – Do Governo ao Povo
- 5.3 – Do País ao resto do mundo

## **Variáveis e opções estratégicas para o desafio amazônico**

*“Governar é Escolher”  
Pierre Mendés Franco – ex-Premier da França*

A atividade econômica, se analisada do ponto de vista estritamente físico, seria um processo parcial circunscrito por uma fronteira, através da qual matéria e energia são intercambiais, por intermédio do homem, com o restante do universo, assinala Georgescu-Roegen em sua **The Entropy Law and the Economic Problem**.

Sob o ponto de vista termodinâmico, a matéria-energia entra no processo econômico em estado de baixa entropia e sai dele em estado altamente entrópico, assinala Celso Furtado em seu livro **O Mito do Desenvolvimento Econômico**.

Sabendo-se que a entropia, conforme ensina Geraldo de Oliveira, em sua **Química Moderna**, é uma grandeza termodinâmica que mede o grau de ordem ou desordem do sistema, quanto maior foi essa desordem no sistema, maior será o nível de entropia resultante; e quanto maior o grau de ordenação do mesmo, menor será o seu “status” entrópico e a confusão do sistema. Todo o processo econômico, via de regra, é assim poluidor e causa maior ou menor dano ecológico. Neste esquema de raciocínio, os países industriais desenvolvidos seriam os de maior taxa de entropização sistêmica. E os subdesenvolvidos teriam economias menos entrópicas, pobres economicamente falando, porém ricos do ponto de vista do ecossistema. A sua poluição seria mais social, resultante da pobreza, do que do acúmulo de lixo ecológico.

Transportado esse conceito da química e da física termodinâmicas para o campo da economia, iremos verificar que o processo produtivo tende, quando levado à sua maximização, além do ponto-ótimo de equilíbrio, a uma situação insustentável no longo prazo, quer do ponto de vista dos recursos naturais renováveis ou não, quer do ponto de vista das consequências ecológicas, das relações do meio-ambiente e do ecossistema, quer do ponto de vista da tensão financeira e do desequilíbrio inflacionário resultante. Esta nova concepção da problemática econômica, surgida na Conferência de Estocolmo, sobre o meio-ambiente, levou Sicco Mansholt a formular a Teoria do Crescimento Zero e depois o Clube de Roma, através do “Massachusetts Institute of Technology”, a preparar o primeiro reporte dos Limites de Crescimento de Dennis Meadows e o segundo reporte de Mihajlo Mesarovic e Eduard Restel “Mankind at the Turning Point”, onde propuseram o abandono do crescimento anárquico não diferenciado, em favor do crescimento orgânico limitado. O terceiro reporte do Clube de Roma, atualmente em gestação, está sendo preparado pelo economista Jan Tinbergen, e irá abordar o problema do confronto e das relações entre os países do primeiro mundo (Estados Unidos, Mercado Europeu e Japão) com os do segundo mundo (União Soviética e países comunistas), do terceiro mundo (países em vias de desenvolvimento), do quarto mundo (países produtores de Petróleo da Opep), do quinto mundo (nações infradesenvolvidas).

Este novo posicionamento reflete, de algum modo, os princípios básicos da escassez e da inadaptação dos recursos que de longa data vêm sendo objeto de atenção dos economistas. Henry Guitton, professor da Faculdade de Direito de Paris, na sua **Economia Política**, editada nos meados da década dos anos 50, e o Atual 1.º Ministro da França, Raymond Barre, da Faculdade de Direito de Caen, no seu conhecido **Manual**, editado na mesma época, já chamavam a atenção para o fato de que os bens são escassos, não estão no lugar certo e não se apresentam de forma adequada, afirmando que o domínio das satisfações gratuitas não é o mais comum. Paul Samuelson, por sua vez, alertava que “ambos não são uma resposta adequada a uma alternativa”. Deste modo, o processo econômico passou a ser encarado como um confronto entre necessidades ilimitadas e ubíquas de um lado e recursos escassos e finitos de outro. Desse encontro e confronto entre necessidades e recursos, surge o drama econômico universal dos dias correntes. Como a **carência é um poço sem fundo** e os recursos e insumos habitam numa cova rasa, impõe-se o processo de escolha, seleção, prioridade e opções partindo de diferentes variáveis dependentes.

Em junho de 1969, fui convidado pela Escola de Guerra Naval para pronunciar uma conferência e debater problemas regionais com os seus estagiários que se encontravam em Manaus. Com eles, embarquei no navio “Lauro Sodré”, e durante dois dias, no percurso Manaus-Santarém, abordei essa temática que intitulei “Variáveis e Opções Estratégicas para o Desafio Amazônico”.

Dessa conferência, conservei o esquema básico que a seguir transcrevo, na esperança de que essa síntese possa ainda merecer a atenção dos investigadores e planejadores, na formulação de seus modelos e estratégias, dar a justa medida da grandeza dos nossos problemas e do leque de opções e alternativas que se abrem para o universo amazônida.

<i>Variáveis dependentes</i>	<i>Opções Estratégicas</i>
<b>1. PRODUÇÃO</b>	1.1. – Florestal extrativa 1.2. – Silvicultura 1.3. – Agrícola de subsistência 1.4. – Agrícola de matérias-primas 1.5. – Pecuária 1.6. – Pesqueira 1.7. – Mineira 1.8. – Industrial 1.9. – Mercantil 1.10. – Serviços
<b>2. TRANSPORTE</b>	2.1. – Fluvial e Lacustre 2.2. – Ferroviário 2.3. – Rodoviário 2.4. – Rodo-hidroviário 2.5. – Aéreo
<b>3. MERCADO</b>	3.1. – Interamazônico 3.2. – Nacional 3.3. – Exterior
<b>4. TECNOLOGIA</b>	4.1. – Trabalho intensivo/extensivo 4.2. – Capital intensivo 4.3. – “Know-how” intensivo
<b>5. OCUPAÇÃO E POVOAMENTO</b>	5.1. – Linear-contínua 5.2. – Dispersa-desnuclearizada 5.3. – Nuclearizada-descontínua 5.4. – Polarizada-integrada
<b>6. RELEVO E FERTILIDADE</b>	6.1. – Varzeados 6.2. – Terra-firme
<b>7. IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO</b>	7.1. – Interna-amazônica 7.2. – Nordestina 7.3. – Brasileira não nordestina 7.4. – Estrangeira
<b>8. PLANEJAMENTO E PODER DECISÓRIO</b>	8.1. – Centralizado sem coordenação 8.2. – Descentralizado coordenado
<b>9. UNIDADE ADMINISTRATIVA</b>	9.1. – Divisão regional tradicional 9.2. – Redivisão territorial
<b>10. MODELOS GEOPOLÍTICOS</b>	10.1. – Arco da Fronteira 10.2. – Impulso do Delta 10.3. – Calha Central 10.4. – Malha fluvial “espinha-de-peixe” 10.5. – Linha seca mediterrânea
	11.1. – Intra-regional 11.2. – Nordeste/Amazônia

<i>Variáveis dependentes</i>	<i>Opções Estratégicas</i>
<b>11. INTEGRAÇÃO</b>	11.3. – Centro-Oeste/ Amazônia 11.4. – Centro-Sul/Amazônia 11.5. – Amazônia/Caribe/Andes
<b>12. MODELO ECOLÓGICO</b>	12.1. – Preservacionista 12.2. – Conservacionista 12.3. – Utilizarista 12.4. – Predatório



## 5 Política e estratégia na grande Amazônia brasileira\*

O País brasileiro, desde o início de sua formação e consolidação e ao longo de sua mais recente história, sempre viveu perplexo ante o enorme desafio de sua posição no Continente Sul-americano. Porque, em verdade, somos um País que, pela diversidade de sua paisagem cultural e geoeconômica, possui três fisionomias distintas: **somos uma nação platina, um povo atlântico e um país amazônico**. Como nação platina, dentro da Bacia do Paraná-Paraguai, participamos como tal da história, da cultura e da economia das nações Argentina, Uruguai e Paraguai; como povo do Atlântico Sul, com uma linha marítima de 7.408 km, pertencemos a uma comunidade de nações que se desdobra nos dois lados do continente afro e sul-americano, com todas as potencialidades e desafios exigidos de um Estado voltado para o mar; e como nação amazônica, participamos do condomínio do Grande Vale, juntamente com oito países do hemisfério, com os quais temos uma linha divisória de cerca de 11.000 km, que representa cerca de 70% do total de nossas fronteiras, e juntamente com eles herdamos a vigésima parte da superfície terrestre, um quinto das disponibilidades mundiais de água doce, um terço das reservas de florestas latifoliadas. Dentro, pois, do País brasileiro, realizamos a proeza e assumimos as responsabilidades de unir, numa só Pátria, o homem do Prata, o homem do Mar e o homem da Selva.

Nos três últimos séculos, a Nação foi sendo despertada para essas três realidades, e fomos, lentamente, e premidos pelas necessidades, desenvolvendo ora uma consciência platina e ora uma consciência atlântica, poucas vezes uma consciência amazônica. A ênfase em cada uma dessas consciências tem se deslocado em função das pressões fronteiriças, dos reclamos das populações lindeiras, dos interesses ligados ao desenvolvimento econômico dessas áreas, e dos problemas de segurança nacional. Todavia, a consciência platina e marítima sempre foi mais forte entre nós do que a sensibilidade de gente amazônica. Tendo se desenvolvido mais no litoral e para além do planalto central, os interesses radicados pressionaram no sentido de que as decisões políticas e econômicas atuassem nessas duas frentes, olvidando aquelas opções necessárias a uma nação amazônica. No entanto, se fosse possível definir um país quantitativamente, levando em conta apenas o critério regionalista de localização de sua superfície territorial, poderíamos afirmar, com humor e ironia, que a Amazônia não pertence ao Brasil: o Brasil é que pertence à Amazônia... eis que representa 60% da área nacional.

Por isso acolhemos, com satisfação, quando a Lei 1806, de 1953, definindo a Amazônia legal para fins de planejamento, expandiu as fronteiras da Amazônia Clássica até os paralelos 16 de Goiás e 13 de Mato Grosso, e nela incluiu o meridiano 44 do Maranhão. A partir daí, passamos a ser territorialmente majoritários dentro do País brasileiro. Para espanto e surpresa de muitos concidadãos amazônicos, maior foi ainda a satisfação quando no plenário do 1.º Encontro dos Investidores, a bordo do “Rosa da Fonseca”, o ex-governador de Goiás propôs a inclusão do Distrito Federal de Brasília na área da Amazônia Legal. É que quanto mais cedo o País adquirir a sensibilidade de que necessita, urgentemente, de uma política consistente e uma estratégia objetiva para o desenvolvimento da Amazônia, mais rapidamente teremos abreviados os nossos dias de pobreza e isolamento, e mais

próximo estaremos da hora de integração do País, física, cultural e economicamente, a serviço do bem-estar dos brasileiros de todas as latitudes.

Se no passado esse objetivo constituía uma impossibilidade, nos dias correntes é possível e viável, pois a moderna tecnologia, revolucionando os meios de transporte e comunicação, veio criar aquilo que se passou a chamar de **economia da superação da distância**. A distância no espaço “per se”, do ponto de vista econômico, nada representa se forem criados meios rápidos e econômicos de interligação, deslocamento e contato. Sem estes, todavia, a distância equivale à esterilidade, pois o isolamento gera o imobilismo e a inércia. No entanto, a Amazônia não se encontra apenas distante no espaço; acha-se distanciada no tempo. O tempo tecnológico amazônico está defasado do tempo brasileiro do Atlântico e do Centro-Sul. Trabalhamos com estruturas, instituições e instrumentos primitivos, numa época em que a automação e a eletrônica revolucionam a economia mundial. O ímpeto inovador e renovador e as iniciativas isoladas, em tais circunstâncias, tendem à estiolação frente ao grande vazio do espaço morto desarticulado e ao atraso do nosso relógio na história, com exceção apenas daqueles locais onde foi possível concentrar a população e fundar as economias externas. Por isso, a grande luta da gente amazônica, sobretudo das novas gerações que aqui estão se forjando, só tem uma única alternativa: aceitar o desafio e reagir, indo à procura do tempo perdido, para usar a imagem proustiana, e superar o atual estágio rumo ao futuro, para abreviar o curso da história.

Não enfrentaremos o grande espaço amazônico sem previamente nos armarmos de uma política coerente e de uma estratégia consistente para a mobilização das lideranças e do povo, todos motivados para aceitar e desejar as opções que o desenvolvimento exige, e tomar as decisões em tempo hábil aproveitando as oportunidades oferecidas pelos recursos naturais e humanos. Dentro desse contexto, urge manipular e combinar o espaço físico, social e econômico a conquistar, com o tempo político, histórico e tecnológico a vencer. Por isso, é imprescindível conhecer a experiência histórica já vivida, não com o intuito de repeti-la, mas com o objetivo de evitar a repetição dos erros do passado.

No caso da Amazônia, as tentativas feitas desde os tempos coloniais, no sentido de incorporá-la ao espaço econômico brasileiro, representa, sem dúvida, um esforço heróico e ingente, porém insuficiente. A base física superdimensionada, a fraca densidade demográfica, a extrema dispersão do homem através do povoamento do tipo linear disperso, a prática do extrativismo predatório, a excessiva terciarização da atividade econômica do fundo mercantil subordinada a centros de decisão forâneos à área, a escassez de recursos e a pobreza técnica, a ineficiência da administração pública e a debilidade empresarial, têm sido alegados como responsáveis pela frustração no desencadeamento de um processo contínuo e ascendente de desenvolvimento econômico. Seria, pois, útil fazer um ligeiro esboço do que foi no passado esse esforço para melhor diagnosticar os nossos erros e acertos, e aprender, através da experiência já vivida, como enfrentar o problema nos dias correntes.

**A primeira experiência** foi registrada ainda no período colonial, no tempo do Marquês de Pombal, na segunda metade do Século XVIII, sob o signo e inspiração da política imperial mercantilista portuguesa, com a constituição da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, em 1755, que tinha por finalidade estabelecer o monopólio da navegação, do comércio exterior e do tráfico africano. Data dessa época a introdução do arroz de Carolina no Maranhão, do café da Guiana

no Pará, do cultivo do cacau no Baixo Amazonas, a criação dos pesqueiros reais no Solimões e a introdução do boi no Vale do Rio Branco. A liderança desse movimento estava representada pela ação dinâmica do Capitão-General Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquês, e por Lobo D'Almada, no Amazonas. Essa primeira experiência agrícola e colonial logo feneceu, voltando, pouco depois, a região à prática do sistema mercantil-coletor, sob a qual havia vivido nos primeiros séculos de sua conquista. No entanto, foi durante esse período que Portugal conseguiu afirmar a sua soberania, através da diplomacia e das expedições militares, garantindo o controle político da área. É sob esse aspecto, principalmente, que a era pombalina na Amazônia tem que ser examinada, muito embora a experiência agrícola e de colonização aqui ensaiada tenha permitido provar a viabilidade da empresa tropical. O seu mais brilhante feito foi, sem dúvida, a consolidação da configuração territorial que iríamos herdar, através dos Tratados de Madrid, de 1750, e de Santo Idelfonso, de 1777, consagrando o princípio do "Uti possidetis". Não seria lícito olvidar que durante esse período foram implantadas as novas capitanias de Mato Grosso, Goiás e São José do Rio Negro, matriz do atual Estado do Amazonas. A Amazônia se compunha, então, de dez circunscrições políticas-territoriais entre capitanias gerais e secundárias, que garantiam, pelo menos nominalmente, a presença da soberania e da ação política e militar portuguesa. A Pombal devemos, assim, a primeira formulação estratégica e política para a ocupação e exploração da Amazônia.

**A segunda investida** na Amazônia iria ocorrer na última metade do Século XIX, por ocasião do "rush" da borracha, sob a pressão do impacto tecnológico da indústria de veículos. Ele ocorreu sob o signo do liberalismo econômico do "laissez faire", realizando em seus desdobramentos o deslocamento da frente humana nordestina para a Amazônia Interior e Ocidental, culminando com a afirmação da soberania brasileira sobre o Acre, definida pelo Tratado de Petrópolis, de 1903. Foi uma experiência desordenada e empírica, tangida pela cobiça e pela aventura, porém conseguiu atrair cerca de meio milhão de nordestinos e um núcleo de imigrantes estrangeiros que ajudaram a povoar a hinterlândia e explorar a floresta, ainda que de modo primitivo. Com a renda por ela gerada foi possível assentar as infraestruturas e os serviços básicos para a etapa ulterior, pois no seio dessa floresta, no curto período de sessenta anos, foram produzidas cerca de um milhão e meio de toneladas de borracha, no valor de 350 milhões de libras esterlinas. Foi assim possível provar a viabilidade da empresa florestal no trópico úmido, não obstante o primitivismo da técnica e o imenso desgaste e perdas de vidas humanas.

O povoamento do tipo linear disperso, que constitui o modelo demográfico dessa experiência, se de um lado estendeu a fronteira humana a ponto de ruptura, de outro permitiu estabelecer os primeiros marcos da presença do homem brasileiro em quase todo o sistema viário fluvial existente. Foi um movimento autenticamente brasileiro, de iniciativa privada e capitalista, porém reflexo subordinado a centros de decisão econômica externa. Fracassou ao final porque não conseguiu acompanhar a mudança do tempo econômico e tecnológico provocada pela revolução heveicultora do sudoeste asiática. A estratégia econômica seguia a rota da hévea, cuja presença assinalava o acampamento seringalista. Em consequência, dada à pobreza heveícola da parte da Bacia, processou-se o deslocamento do eixo econômico para a parte meridional do Vale, seguindo os seus grandes tributários. A calha do Grande Rio, que até então constituía o eixo principal da atividade econômica, passou a desempenhar mais um papel de meio viário para alcançar os altos rios onde se desenvolvia a empresa florestal de maior porte. Data dessa época a decadência dos povoados e centros urbanos

localizados nos tributários setentrionais, nascendo daí os primeiros sintomas de excentricidade econômica que Manaus iria sofrer, no seu isolamento, nas décadas futuras.

A ação política nessa fase somente seria despertada quando irromperam os primeiros sinais da crise em meados da década dos anos 10. Ela chegou na administração do Presidente Hermes da Fonseca, através da Lei n.º 2.542-A, de cinco de janeiro de mil novecentos e doze, que formulou o primeiro plano de valorização econômica da Amazônia e que permanece válido, sob muitos aspectos, até os dias atuais. Essa formulação política para uma ação econômica na região representou a terceira tentativa para a tomada de uma consciência brasileira na região. Não conseguiu jamais ser implementada, pois o diploma legal não conseguiu montar os mecanismos operacionais para a execução do plano. No entanto, historicamente, ele representou a primeira tentativa de imprimir racionalidade à ação federal através de um programa quantificável de metas que, para a época, constituiu um extraordinário avanço, precursor que foi das modernas técnicas de programação econômica. A sua não execução provocou o colapso na estrutura econômica de toda a região, que imergiu em profunda depressão durante mais de trinta anos. Nesse ínterim a população regressou para a calha central do Rio Amazonas e buscou os centros urbanos de Manaus e Belém, quando não abandonou definitivamente a região. A concentração humana que se observa hoje no Médio e Baixo Amazonas e o renascimento da atividade agrícola têm origem na regressão dessa fronteira, que se contraiu para poder sobreviver numa economia de pura subsistência, após o abandono da economia monetária florestal.

**A quarta tentativa** foi registrada durante a II Grande Guerra Mundial, quando, em decorrência dos Acordos de Washington, celebrados pelo Governo do Presidente Vargas, em 1942, tentou-se recuperar a economia seringueira pela necessidade de suprir os aliados com borracha. Foi um período efêmero e de interesse imediatista, embora responsável pela criação de alguns instrumentos políticos e econômicos de longo alcance. Dentre eles, destacamos a criação do Banco de Crédito da Borracha, antecessor do Banco de Crédito da Amazônia e do atual Banco da Amazônia, que institucionalizou o sistema de financiamento na região, responsável pela dispensa do crédito florestal que fez prolongar o ciclo da borracha silvestre durante mais algumas décadas, através do monopólio legal e da sustentação oficial dos seus preços.

Foi durante esse período que o País brasileiro ganhou uma nova consciência política para se afirmar também como nação amazônica. A opinião pública nacional foi sensibilizada para o problema, graças à retórica do Presidente Vargas, através do famoso “Discurso do Rio Amazonas”, pronunciado em Manaus, em novembro de 1940, e que conseguiu atrair a atenção do País para a região. Se poucos resultados econômicos foram obtidos, a exortação serviu para criar uma mística e para abrir caminho a uma nação política posterior nas décadas subsequentes. É de salientar-se que nessa fase, em 1943, se efetivou uma providência política difícil e ousada, tendo em vista o “status quo” da organização política-territorial da região: a criação dos Territórios de Guaporé, Rio Branco e Amapá, primeiro passo na direção certa da redistribuição física do espaço para a ação administrativa, destinado a exercer importante papel na reformulação política do desenvolvimento amazônico, a despeito da forte resistência dos regionalismos históricotradicionais. Infelizmente, essa redivisão política não se aprofundou como devia, perdendo-se uma grande oportunidade para se rever o espaço físico das unidades federadas, que constitui, hoje, tarefa política de mais alta relevância em termos de ativação econômica, difusão cultural e segurança nacional.

**A quinta tentativa** seria obra dos Constituintes de 1946, ao acolherem a emenda do deputado amazonense Leopoldo Pères que se transformou no Art. 199 da Constituição Federal e que fixava a obrigação do Governo da União de executar o plano de valorização econômica da Amazônia com recursos provenientes de 3% da receita tributária, durante um período mínimo de vinte anos. Foi preciso, no entanto, o tempo de seis longos anos para que o mandamento constitucional fosse disciplinado, o que ocorreu em 1953, com a Lei 1.806, que definiu a área legal da Amazônia, conceituou o plano e os objetivos de integração e criou a SPVEA como autarquia encarregada da promoção do desenvolvimento regional.

O balanço do que foi feito nesse período, tendo em vista a grandeza dos objetivos a atingir e a dimensão da área a ser trabalhada, demonstra que o esforço foi insuficiente, precário e disperso. Não se conseguiu montar uma estratégia operacional e viável que permitisse aprofundar a ação federal, a despeito de sucesso parciais em alguns setores. Os programas indefinidos e não quantificáveis, o não recebimento dos recursos orçamentados, o desperdício nas aplicações dos subsídios e a ausência de um plano diretor para ação tática setorial encarregaram-se de tornar inócuo e anacrônico o aparelhamento burocrático montado, afinal melancolicamente extinto, no ano passado.

Frustrados os objetivos políticos e econômicos do órgão valorizador, nessa quinta experiência, o Governo Federal, ao tempo da Administração Kubitschek, tomou, em 1959, a histórica providência de transferir a capital federal para Brasília, na confluência das bacias amazônica, do São Francisco e do Paraná. Esta decisão heróica iniciou a mudança do centro político brasileiro para o interior do continente, com todas as suas consequências e condicionantes. A partir dessa nova posição política de interiorização, foram construídos os eixos rodoviários da Belém-Brasília e da Brasília-Acre, implantando-se uma rota radial e outra diagonal de integração física da Amazônia Oriental e Extremo-Occidental com o resto do País. Esta nova investida, a **sexta tentativa**, modelou-se na estratégia dos bandeirantes pioneiros do Século XVIII, que tentavam alcançar a bacia do Rio Amazonas por via mediterrânea, partindo do centro do planalto para sua periferia. A estratégia da interligação rodo-territorial da Amazônia num sistema em Y baseia-se no movimento em pinça das duas hastes de um compasso, com a intenção e o objetivo de propiciar a expansão da fronteira humana do Centro-Sul através desses eixos de ocupação que caminham para as duas extremidades. O sistema viário assim concebido destina-se a promover um intenso tráfico de expansão e desenvolvimento, desempenhando importante missão no campo da segurança nacional e da articulação regional com as outras áreas do País. Desde a implantação dessa nova estratégia, a Amazônia passou a ser alcançada tanto pela calha central do Rio Amazonas e de seus afluentes, no sentido leste-oeste, como por via territorial na diretriz sul-oriental e ocidental. O sistema logístico de apoio às missões e colônias militares da fronteira, que fecham o arco da presença brasileira, passou a receber o apoio dessas vias estratégicas e vitais para a segurança nacional.

Chegamos, agora, à mais recente experiência do atual governo revolucionário e que constitui a **sétima tentativa** de formulação de uma filosofia política e econômica para a região. A ação federal na Amazônia, no período anterior, fora concebida partindo de uma filosofia estatista que dava ênfase à ação pública direta e centralizada. Operacionalmente tendeu, por isso mesmo, a se concentrar no nordeste amazônico, padecendo de todas as indefinições, desvios e deformações, pela ausência de uma estrutura técnica e administrativa que pudesse suportar e dar apoio a um programa de profundidade e extensão. Recebendo do período anterior essa melancólica experiência de frustração e

desperdício, a nova política que agora se tenta implantar na região baseia-se na concessão de estímulos e incentivos fiscais, procurando, desse modo, atrair capitais, técnicas e organizações da iniciativa privada para desencadear um processo de desenvolvimento duradouro e autosustentado.

À medida que o tempo decorre, e verificada a insuficiência dos favores já concedidos, novos estímulos e incentivos vão sendo criados ou ampliados, o que constitui um indício de que não será somente através da política fiscal e tributária que se conseguirá atingir os objetivos nacionais na região.

Estamos a assistir nestes últimos dias da atual administração um aceleração tumultuada do processo de mudanças e modernização das estruturas e instituições nacionais e regionais. O impacto dessas transformações históricas que o País atravessa, através da reformulação dos quadros jurídicos, legais e constitucionais, encontra a Amazônia despreparada e perplexa. Em meio a todas as contradições, marchas e contra-marchas, erros e acertos, sente-se, todavia, que a nova política federal bem reflete, até no seu açoitamento e turbulência, a angústia da alma nacional em busca de novas soluções urgentes para velhos problemas inadiáveis.

As modificações políticas e estratégicas concebidas pela nova filosofia de Governo estão sendo implementadas através de um grande elenco de Leis e Decreto-Leis. Transformou-se o Banco de Crédito da Amazônia, que vinha exercendo a política federal de sustentação do monopólio da borracha, em Banco da Amazônia, para conferir-lhe a atribuição de Banco de Desenvolvimento da Amazônia, pela Lei 5.122, de 28 de setembro de 1966. Foi extinta a SPVEA, e, em substituição, criou-se a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM com a competência de planejar e controlar a ação federal na região, de acordo com a Lei 5.173, de 27 de outubro de 1966. Foi sancionada a Lei 5.174, de 27 de outubro de 1966, disciplinando e ampliando os incentivos fiscais através dos mecanismos de isenção do imposto de renda para as novas indústrias, e permitindo a dedução de parte do imposto de renda das pessoas jurídicas, desde que investidos em empreendimentos industriais, agrícolas, pecuários e de serviços básicos. Foi reformulada a política da borracha, extinguindo-se o monopólio, final da compra e venda e permitindo-se a sua comercialização privada, apoiada, porém, em uma política de sustentação de preços básicos, a ser praticada pela Superintendência da Borracha.

Com a promulgação da nova Constituição Brasileira, em vigência a partir de 15 de março de 1966, caiu o mandato constitucional do Art. 199 da antiga Carta de 1946, perdendo a região a garantia, anteriormente outorgada pela Lei Magna, da continuidade da ação federal a prazo longo. Todavia, a Amazônia Interior e Ocidental, tentando romper o seu isolamento em consequência das suas desvantagens locais, conseguiria tornar vitoriosa a tese de tratamento mais favorecido, e, pela primeira vez na história da ação política federal, passou-se a reconhecer a necessidade de que existem diversas Amazônias dentro da aparente unidade geoeconômica.

Baseado nessa premissa, o Presidente da República assinou o Decreto-Lei n.º 288, de 28 de fevereiro de 1967, ampliando a Zona Franca de Manaus e definindo-a como área de livre comércio de importação, exportação e de incentivos fiscais especiais, com a finalidade de criar no interior da Amazônia um centro industrial, agropecuário e comercial. Dentro dessa área, com um limite mínimo de 10.000 km de superfície, e com um comprimento máximo contínuo de 70 km à montante de Manaus, na margem esquerda do Rio Negro, e de 50 km à jusante desta e descendo a margem

esquerda do Rio Amazonas, a entrada de mercadorias estrangeiras destinadas ao seu consumo interno ou à industrialização em qualquer grau e a estocagem para reexportação é isenta dos impostos de importação e sobre produtos industrializados. Ainda pelo Decreto-Lei n.º 291, da mesma data, foram ampliados os favores fiscais de isenção de imposto de renda, que não incidirá sobre os lucros ou dividendos atribuídos a pessoas jurídicas ou físicas quando destinados para aplicação na faixa de recursos próprios de projetos aprovados pela SUDAM. Idêntico benefício foi conferido às pessoas físicas que auferiram rendimentos assalariados ou não por trabalhos realizados para empresas ou instituições declaradas de interesse para o desenvolvimento da área, passando estas a ter o seu imposto descontado na fonte e depositado para fins de investimento, prioritariamente, em projetos localizados na Faixa de Fronteiras.

São alterações políticas institucionais e legais que necessitam de tempo para serem implementadas e produzirem resultados. É muito cedo ainda para prognósticos ou para balanços de avaliação dessa nova política e estratégia econômica do Governo brasileiro, que constitui o último capítulo das tentativas, experiências e opções que o País vem tomando ao longo de sua história, para se integrar como nação amazônica que é, por direito de ocupação e posse, no pleno exercício de sua indiscutível soberania sobre a área.

Trata-se, no entanto, de uma nova tentativa, desta vez acompanhada de novos condicionamentos, porém que necessita ser complementada pela ação da máquina executiva do Governo e por uma maior visão do significado e da dimensão regional, que exige tratamento diferenciado, descentralização do poder decisório e apoio vigoroso às instituições locais. Qualquer plano de governo vale pela eficiência do aparelhamento montado para a sua execução. Na sua ausência, os programas perdem a sua validade e se tornam especulativos e ornamentais, por fugirem à realidade operacional do sistema.

Este aspecto assume importância maior na Amazônia do que em qualquer outra área brasileira. É que, se à primeira vista a região pode parecer, ao observador apressado, como uma unidade geográfica e econômica bastante homogênea, em função da predominância da cobertura florestal tipo Hiléia, na realidade, dada as grandes latitudes e longitudes que lhe dão configuração continental, é possível identificar pelo menos 8 grandes sub-regiões: a **Amazônia Oriental ou Litorânea**, voltada para o delta e para o mar, no epicentro da maior concentração demográfica da Planície; a **Amazônia Central**, acompanhando o eixo principal do Rio Amazonas, que constitui a grande linha estratégica de penetração no Vale, a espinha dorsal do sistema fluvial de transporte e a base dos empreendimentos agrícolas nos seus varzados; a **Amazônia Setentrional**, que se constitui no grande inecúmeno regional desde o deslocamento da fronteira econômica provocada pela hévea no século passado, mas cuja vizinhança e contato com a **Amazônia Guiano-Orinocense** terá ao seu dispor o grande mercado do Caribe e do Norte; a **Amazônia Meridional**, centro da grande zona florestal extrativista, que no momento está recebendo nas suas duas extremidades o impacto da integração territorial com a **Amazônia do Planalto** por onde caminharam as Bandeiras do Século XVIII, e que se constitui hoje na frente de penetração dos bois e currais da zona do Pantanal e da Chapada e na primeira linha de avanço do homem brasileiro do Centro Sul em busca do mediterrâneo amazônico; a Amazônia Ocidental, situada no Alto Solimões e no arco da zona da fronteira sudoeste e nordeste, em contato com a **Amazônia Pré-Andina**, confiada à guarda e colonização dos destacamentos e colônias militares do Exército Brasileiro.

O reconhecimento dessa nova divisão geoeconômica, que vimos defendendo há longo tempo, por força das suas características próprias exige novas soluções logísticas e políticas que guardem adequação e conformidade com as suas peculiaridades. Não é possível dar um tratamento igual a desiguais, ou prover soluções idênticas para problemas distintos, ou impor um plano ou legislação uniforme para um mundo heterogêneo e diferenciado.

Partindo dessa premissa, nasceu a tese da **Amazônia Ocidental**, já acolhida em parte pelo Governo Federal, que constitui um grande avanço sobre a posição anterior, mas que necessita desdobrar-se para reconhecer igualmente a existência de outras amazônias que reclamam também soluções e programas distintos.

É de esperar-se, pois, em função dessa nova concepção do problema amazônico, que os planejamentos econômicos abandonam imediatamente a sua tradicional insistência em formulações globais para toda a região, e as agências de desenvolvimento abandonam a prática viciosa do centralismo monopolista e exclusivista, que beneficia certas áreas em detrimento dos interesses e necessidades de outras. *O poder decisório e liberatório dos benefícios fiscais, das franquias legais e dos recursos financeiros precisam deslocar-se para os centros irradiadores dessas diferentes amazônias.* Os governos estaduais, as instituições financeiras, os centros de pesquisas, as universidades, as empresas e todos os organismos, existentes ou por criar nessas diferentes sub-regiões amazônicas, não podem ficar à mercê dos centros todo-poderosos de decisão, que retardam soluções e potenciam as desvantagens locais dos diferentes centros.

Por isso temos que promover urgentemente a descentralização política e administrativa, cuja consequência lógica seria a instituição de uma nova redivisão política territorial nessas sub-regiões, a fim de tornar possível a ação administrativa. A atual divisão política em 6 Estados e 3 Territórios Federais tornou-se, de longa data, anacrônica para enfrentar a magnitude do espaço a ocupar e as urgentes tarefas a empreender. Fisicamente superdimensionadas, as atuais unidades federadas não conseguem montar uma estrutura de governo, de administração e serviço público, que permitam atender, ao mínimo, as populações interioranas, e apoiar a ação federal que se pretende desencadear no campo econômico e social.

Neste particular, houve na Amazônia uma involução política. Ao tempo colonial, éramos na metade do Século XVIII, dez capitanias gerais e secundárias, a saber: Maranhão, Tapuiara, Tapera, Gurupi, Grão-Pará, Cameté, Cabo Norte, São José do Rio Negro, Mato Grosso e Goiás. Com a Independência, ficamos reduzidos a quatro províncias. Em 1850, criamos a Província do Amazonas e a sexta unidade teve que aguardar 53 anos, com a criação do Território do Acre em 1903. Outros 40 anos decorreram até a instituição dos atuais Territórios de Rondônia, Roraima e Amapá em 1943. Esses Estados e Territórios, que compõem a chamada Amazônia dos Nove, necessitam sofrer uma redistribuição política de suas áreas, com a criação de novas unidades federadas, dada a impossibilidade de estender a ação do Governo Federal e dos executivos estaduais, e por motivos de segurança nacional, sem o desmembramento territorial dos mesmos.

Essas novas unidades permitirão criar novos centros de irradiação de serviço e empreendimentos, estabelecer novos pólos de poder e de representação popular, ensejar o aparecimento de novas lideranças para levantar o ânimo e a vontade das populações interioranas, motivando-as para participar, ativamente, da Operação Amazônia. O imobilismo político e a inércia

administrativa da organização atua, superdimensionada, levam a concentrar os esforços do desenvolvimento nas cidades-capitais dos Estados e Territórios, pela impossibilidade física e material de alcançar outros centros, a não ser através do dedo vigilante do fisco, única forma, praticamente, de se fazer presente a ação pública. **Estar distante do pólo monopolítico do poder das capitais representa, hoje, estar condenado à penúria e ao esquecimento.** E não será através da débil organização municipal que a situação se modificará. Ela terá que vir, mais tarde ou mais cedo, por motivos de segurança nacional, de colonização e povoamento, de ação administrativa de mais alto nível, de fundação de infra-estrutura, pelo Poder Público e pelas inversões da iniciativa privada.

A criação de pelo menos 20 novos Territórios Federais na Amazônia, cujos contornos deverão acompanhar os limites naturais dos vales dos grandes rios, conforme já tivemos oportunidade de propor, asseguraria, de outro lado, para o povo da Amazônia, uma representação popular que daria no Parlamento Nacional uma bancada numericamente expressiva, que seria porta-voz de suas reivindicações e anseios, e comunicaria à consciência nacional, na tomada das decisões políticas, a sensibilidade de que o Brasil é, sobretudo, um País amazônico.

A Operação-Amazônia que está sendo desenvolvida nos dias que correm pelo atual Governo revolucionário não pode, pois, ficar adstrita à política de estímulos fiscais e de incentivos para atração de investimentos. Ela tem que criar mecanismos institucionais e políticos para dar operacionalidade à ação federal, de modo a liberar as forças produtivas das atuais inibições que a enclausuram, e instituir as novas unidades político-territoriais como ponto de apoio logístico-administrativo do desenvolvimento econômico.

Estamos numa corrida contra o tempo. O espaço vazio e morto exige um tempo de manobra muito curto. Por isso temos que apressar o passo na tomada das opções políticas e estratégias para assegurar, na Amazônia, através do desenvolvimento, a presença da ação e da soberania brasileira.

## **6 A Amazônia das 8 regiões e dos 24 territórios e Estados: uma reformulação\*\***

### 1. As Oito Amazônias

A política de desenvolvimento para a Amazônia brasileira e as análises e diagnósticos empreendidos, mesmo no passado recente, partem quase sempre do pressuposto de que a região constitui um todo mais ou menos homogêneo e, como tal, suscetível de um planejamento uniforme e global. Assim é que os planos da extinta SPVEA, como da atual SUDAM, subestimam as diferenças, sem levar em consideração a tese de que, em verdade, coexistem **oito Amazônias: Oriental, Central, Setentrional, Meridional, do Planalto, Ocidental, Guiano-Orinocense e Pré-Andina.**

Cada uma dessas sub-regiões, no entanto, apresenta problemas característicos, a exigir soluções específicas e tratamentos dessemelhantes e típicos, bem como programas, planos e estratégias especiais. Elas oferecem não apenas diversidade de paisagem, de solo, de clima, de recursos naturais, como também diferentes índices de concentração demográfica, defasagem de níveis culturais e estágios diversos de desenvolvimento.

A economia do delta na **Amazônia Oriental**, a mais desenvolvida, com o maior índice de concentração e elevado grau de urbanização, nível industrial e cultural, distingue-se da economia da

**Amazônia Central**, onde predominam os varzeados férteis com peculiar economia ribeirinha de lavoura de subsistência e de exportação amparada no complexo cereal-juta, eventualmente sujeita à geografia da calamidade, à enchente-vazante da calha central. A economia da **Amazônia Setentrional**, à medida que se distancia do litoral, é extremamente frágil, pois nela se encontra o grande incúmeno amazônico com meios de 1,4% da população total, em uma área equivalente a 11,1% da Amazônia Brasileira. Entretanto, de todas elas, talvez seja a mais capaz de potencialmente realizar um rápido aceleramento econômico, dada a ocorrência de minerais ferrosos; manganês da Serra do Navio, distrito ferrífero de Jatapu, distrito diamantífero e aurífero de Cotingo.

A economia seringalista lhe foi fatal, provocando o deslocamento da fronteira norte da Bacia para os afluentes meridionais, onde se encontrava maior adensamento e ocorrência da borracha silvestre. Todavia, será através dela que se atingirá o mercado do Caribe e o da parte mediterrânea dos países vizinhos no sistema guiano. A **Amazônia Meridional e Extremo-Occidental** constituem a grande área extrativista florestal, cuja economia se baseia no complexo econômico borracha-castanha, que produziu para o mercado internacional, em um século de intensa exploração, cerca de 1,5 milhão de toneladas de hévea a um valor de aproximadamente 1,5 bilhão de dólares. A Amazônia Periférica do Planalto, como zona de transição, é um prolongamento natural da economia brasileira do cerrado do Centro-Oeste. Vinculada à economia do boi do Pantanal e do Centro Goiano, apresenta problemas típicos em função do seu internamento continental, cuja integração e solucionável por via rodoviária. A **Amazônia Guiano-Orinocense**, que se alonga no grande arco da fronteira norte e noroeste, embasada no sistema Parimo-Guiano e na zona de transição dos vales do Orenoco para os rios Putumaio, Japurá, Negro, Branco, Trombetas, Paru-Jari e Oiapoque, distingue-se, por sua vez, da **Amazônia Pré-Andina**. Nesta, do lado peruano, encontram-se os maiores afloramentos de petróleo conhecidos na área, com intensa atividade no rio Pachitea (Campos de Agua Caliente – Ganso Azul), rio Ucayale (Campos de Maquia – El Oriente) e rio Putumaio (Campos de Orito na Amazônia Colombiana e Equatoriana), de onde são extraídos, dos dois primeiros, cerca de 4.000 barris diários de óleo, enquanto o terceiro possui um potencial de mais de 50.000 barris por dia. Esses testemunhos estão a indicar que um programa, brasileiro especial precisa ser encaminhado para a área vizinha, na Amazônia Extremo-Occidental, no arco da fronteira acreana, Alto Solimões e no Putumaio e Caquetá, pois esta sendo implantado grandioso programa de desenvolvimento na Amazônia Peruana e Colombiana, com a realização da Carretera Central e da **Marginal de la Selva**, as quais futuramente se interligarão com a Brasília-Acre (ora em construção pelo 5.º BEC), abrindo, assim, pela conjugação de esforços, o acesso ao Pacífico.

Não é apenas a economia que se diversifica à medida que nos internamos no grande Vale. A geografia dos transportes, o relevo, a cobertura florística, o regime as águas, o nível cultural de suas populações, a distância que isola e anula, constituem fatores até aqui ignorados nas análises dos especialistas e planejadores, bem assim na consciência daqueles a quem incumbe formular e executar a política deservolvimentista da Grande Amazônia Brasileira.

Como atender, dentro de um programa global e indefinido, as peculiaridades e exigências desses oito grandes sub-regiões amazônicas? Este, a nosso ver, o grande desafio doravante lançado aos estrategistas do desenvolvimento amazônico.

2. As Superintendências Regionais

Sem esta nova angulação do problema, estaremos fadados a repetir os erros do passado e a criar novas frustrações e impasses para o futuro. Daí porque os que vivem na chamada Amazônia Ocidental acolheram, com júbilo e grande esperança, a nova política de segurança nacional, partida de Brasília e instituída pelo Governo Federal, embora de modo muito tímido, após a Revolução de 1964. Pela primeira vez se reconheceu, através do Decreto-Lei n.º 291, de 28.2.1967, a Amazônia Ocidental, concedendo-lhe maiores estímulos fiscais. O Decreto-Lei n.º 288, da mesma data, criou a Zona Franca de Manaus, área de livre comércio, com a finalidade de instituir no interior da Amazônia um poderoso centro comercial agropecuário, industrial e de serviços.

As outras sub-regiões amazônicas ainda aguardam a vez do seu reconhecimento como regiões autônomas para fins de planejamento, mas igualmente merecem receber tratamento diferenciado, atendidas as particularidades geoeconômicas e políticas, para a superação das atuais dificuldades da política regional que tem o seu poder decisório deslocado no delta, com evidente prejuízo do seu desenvolvimento.

Em economia, como política, **a distância equivale à esterilidade**. À medida que nos distanciamos do centro monopolístico do poder de decisão, tende a ação política e promocional para o total esvaziamento. Parafrazeando a lei de gravitação de Newton, poderíamos formular uma lei do desenvolvimento estratégico da Amazônia, em que o **desenvolvimento regional se realiza na razão direta da proximidade do centro do poder decisório e se anula na razão inversa do quadrado de sua distância**.

Para contrarrestar esta tendência monopolista natural, que conduz à excessiva concentração do poder decisório nos centros de maior influência política, torna-se necessário reformular a filosofia do órgão federal de desenvolvimento da área, evitando os óbices do centralismo da decisão que muito têm contribuído para anular benefícios e desestimular os investidores afastados do pólo dominante. Idêntica reformulação deveria ser aplicada à principal agência financeira de desenvolvimento regional que, na ânsia de descartar-se dos encargos financeiros do financiamento da economia extrativa, está levando ao desespero o empresariado seringalista, que, apesar de tudo, ainda contribui com cerca de Cr\$ 50 milhões para a formação do produto territorial da região, e se constitui, praticamente, no ponto natural de apoio para a ocupação da área, por se tratar de atividade sedentária, ainda que de característica semifeudal. A instituição do regime de alçada para dispensa do crédito e a outorga da delegação de competência para aprovação de projetos às agendas e escritórios regionais, previstas na Lei da Sudam e do Basa, não chegaram ainda a ser executadas, talvez por dificuldades na própria estrutura administrativa desses órgãos.

A solução mais corajosa seria a criação de Superintendências Regionais da Sudam e do Basa nas Oito Amazônias, com a responsabilidade de formular os planos setoriais de desenvolvimento e de crédito em cada sub-região, com poder decisório de aprovar projetos, conceder estímulos fiscais e dispensar crédito, respeitada a sua compatibilidade com o Plano-Diretor Geral, retendo a Sudam e o BASA, em suas sedes, a função coordenadora. Deste modo, interiorizar-se-ia o desenvolvimento, atingindo aquelas áreas que ainda não puderam se beneficiar do esforço em que se empenha toda a nação brasileira por meio dos incentivos fiscais e creditícios.

### 3. O Inecúmeno Político e a Amazônia dos 24

Na Amazônia não existe apenas o inecúmeno demográfico. Mais grave ainda é o inecúmeno político, que se manifesta pela omissão administrativa e pela ausência dos poderes federal e estadual,

sobretudo na Amazônia interior e mediterrânea. O principal responsável por essa omissão e ausência e o superdimensionamento das atuais unidades políticas da chamada Amazônia dos 9, constituída da clássica Amazônia dos 6 (Pará, Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima e Amapá), acrescida dos 3 Estados parcialmente amazônicos (Maranhão, Mato Grosso e Goiás).

Em análise anterior, já tive oportunidade de fazer um histórico da atual divisão territorial amazônica, para ressaltar a involução política havida neste particular. Das 10 capitâneas gerais e secundárias dos tempos coloniais (Maranhão, Tapuiara, Tapera, Gurupi, Grão-Pará, Camela, Cabo Norte, São José do Rio Negro, Mato Grosso e Goiás), ficamos restritos a 4 Províncias com a independência: Maranhão, Pará, Mato Grosso e Goiás. Em 1850 criou-se a Província do Amazonas, decorrendo 53 anos para a criação do antigo Território do Acre, em 1903, em decorrência do Tratado de Petrópolis, e só daí a 40 anos foram instituídos os atuais Territórios Federais de Rondônia, Roraima e Amapá, em 1943, sem dúvida a política mais corajosa já adotada, tendo em vista o tabu do “status quo” da organização político-territorial da Região, submetida aos interesses urbanos radicados principalmente em Belém e Manaus, e a natural resistência dos regionalismos históricos-tradicionais.

A conjuntura atual da Amazônia dos Nove, constituída de Estados e Territórios superdimensionados, a cobrir uma área de quase cinco milhões de quilômetros quadrados, tornou-se inteiramente anacrônica do ponto de vista político, constituindo mesmo um impasse no sentido de se estender mais largamente o processo de ocupação do vazio territorial, um ponto fatal de estrangulamento a dificultar o planejamento físico e social da região, dada a impossibilidade de ser interiorizada a ação pública, que tende a se restringir aos quadros urbanos de suas capitais. Esse anacronismo político, ressaltado de longa data, desde o Império, tem contribuído para a estagnação da grande hinterlândia amazônica, pois tanto as ações federal e estadual como as ações dos agentes econômicos da iniciativa privada são irresistivelmente atraídas para os pólos do poder, onde se somam ainda as facilidades de infra-estrutura montadas em Belém e Manaus, e só agora também nas capitais dos Territórios Federais. O poder municipal é muito débil, submisso e despreparado para as funções de bom desempenho de uma vigorosa, dinâmica e inovadora ação pública; necessitaria ser mais atuante, mais promocional em áreas virgens e subpovoadas como as da Amazônia. Assim como está, o esforço federal e estadual, por força do imobilismo centralizador dos órgãos competentes e pela tendência dos governos estaduais em se limitar aos problemas urbanos de suas capitais, fenece ao longo do percursos que tem de enfrentar para atingir o centro e a periferia das unidades. Temos de criar na Amazônia novos centros de poder político, de forçar a criação de outros pólos de irradiação de serviços e de infraestrutura, de abrir oportunidades ao surgimento de novas lideranças no interior, fazer com que o poder maior fique mais perto do povo, transmitindo-lhe nova imagem de ação, execução e promoção do que se pretende realizar.

Por tudo isso, a organização atual da Amazônia dos Nove não tem mais sentido, nem econômico, nem social, nem político, representando apenas a imagem da inércia e do imobilismo do passado histórico. A experiência já demonstrou que ela não tem condições para atender às necessidades da imensa base física superdimensionada, sem correr o risco do desperdício de verbas e da falta de controle, na execução e boa aplicação dos recursos e convênios. Na maior parte da Amazônia, a ação federal e estadual se faz presente apenas através do dedo vigilante do fisco, para extorquir tributos de uma população há muito marginalizada, sem horizontes nem esperanças de retribuição em serviços.

Parece-nos perfeitamente identificado o que chamamos de Inecúmeno Político, para o qual, como remédio e como única e óbvia saída, temos sugerido a criação de novas unidades políticas na área. A constituição de pelo menos 24 Estados e Territórios Federais na Amazônia, cujas fronteiras deverão acompanhar os limites naturais dos vales dos grandes rios e as respectivas zonas fisiográficas, asseguraria ao povo amazônica uma expressiva representação popular, porta-voz no Parlamento Nacional de suas reivindicações e anseios, transmitindo à consciência nacional a exata medida de sua grandeza e a ideia de que o Brasil é sobretudo uma nação amazônica. Aqueles que combatem a ideia da redivisão política da Amazônia, defendendo o “status quo” da organização, exemplificamos com o Estado de São Paulo, que provavelmente seria hoje um dos Estados mais subdesenvolvidos do Brasil se tivesse retido até os nossos dias as capitânicas de Mato Grosso e Goiás, tomadas autônomas em 1744, e a Comarca do Paraná, transformada em Província em 1853.

**Dividir para desenvolver, unindo esforços**, constitui, pois, um imperativo estratégico da nova política a ser implantada na região.

Semelhante estratégia foi iniciada em 1903, com o Acre, e retomada depois em 1943, com a criação dos Territórios de Rondônia, Roraima e Amapá. Precisaria ser agora reativada, com urgência, e, apresentada corajosamente ao debate público.

Em outra oportunidade propôs uma nova divisão territorial da Amazônia, alinhada entre tantas outras que têm sido propostas desde o Império por eminentes geógrafos, historiadores, políticos e militares brasileiros. Essa nova divisão territorial vai a seguir enunciada, com o propósito de incentivar a discussão em torno deste tema de tão alta relevância e urgência.

1. Território Federal, de Oiapoque (zona do Oiapoque, Amapá e Calçoene);
2. Território Federal do Amapá (limitado à zona do Macapá e Mazagão);
3. Estado do Pará (limitado a zona Marajoara, Guajarina, Bragantina e do Salgado);
4. Território Federal do Mearim-Pindaré (zona do Alto e Baixo Mearim e Pindaré);
5. Território Federal do Tocantins (zona do Baixo e Alto Tocantins, Jacundá e Pacajá);
6. Território Federal do Baixo Amazonas (zona da Calha Central de Gurupá e Santarém);
7. Território Federal de Araguaia (zona do Norte Goiano, Médio e Alto Araguaia);
8. Território Federal do Xingu (zona de Altamira, Médio e Alto Xingu);
9. Território Federal do Tapajós (zona da Tapajônia);
10. Território Federal do Maicuru (zona do Paru, Maicuru e Curuapanema);
11. Território Federal de Trombetas (zona do Cuminã, Trombetas e Mapuera);
12. Território Federal do Uatumã (zona do Uatumã, Jatapu e Nhamundá);
13. Estado do Amazonas (limitado à zona do Baixo Rio Negro e da calha do Médio Amazonas, de Parintins até a boca do Purus);
14. Território Federal do Rio Negro (zona do Médio Rio Negro, Uaupés e Içana);
15. Território Federal de Roraima (zona do Rio Branco e Catrimâni);
16. Território Federal do Juruá (zona do Japurá e Maraã);

17. Território Federal do Solimões (zona de Coari, Tefé e Fonte Boa);
18. Território Federal do Alto Amazonas (zona do Tocantins, Içá, São Paulo de Olivença, Tabatinga e Benjamin Constant);
19. Território Federal do Juruá (zona do Javari e Juruá);
20. Território Federal do Purus (zona do Médio Purus-Madeira);
21. Território Federal do Madeira (zona do Médio Madeira, Baixo Aripuanã e Canumã);
22. Território Federal de Aripuanã (zona do Médio e Alto Aripuanã e Juruena);
23. Território Federal de Rondônia (zona do Alto Madeira);
24. Estado do Acre (limitado à zona do Médio e Alto Purus).

#### 4. A doutrina de Brasília para a ocupação e desenvolvimento da Amazônia

Poucos na Amazônia se apercebem de um fato que merece a maior atenção: embora lentamente, vem sendo estruturada uma nova estratégia e logística para a ocupação e o desenvolvimento da Amazônia. As peças dessa doutrina, sob a pressão dos interesses da segurança nacional a partir do advento da Revolução de 1964, estão sendo montadas sob a liderança lúcida do Ministério do Interior e das Forças Armadas, e são defendidas pelos mais esclarecidos políticos e intelectuais brasileiros. São exemplos a reformulação da SUDAM, do BASA e dos principais órgãos federais na região; a ativação do papel das Forças Armadas na criação de colônias e unidades de fronteira; a abertura de novos eixos de colônias e unidades de fronteira; a abertura de novos eixos rodoviários com a participação do Exército; a modernização e localização de novos aeroportos pela Aeronáutica; a instalação de bases fluviais pela Marinha; a dinamização da nevegação atlântica e fluvial; a construção de troncos telefônicos; a criação da Zona Franca de Manaus e o reconhecimento da Amazônia Ocidental; e a fundação da Universidade do Amazonas. Estes fatos assinalam, enfaticamente, uma mudança de Filosofia política para uma nova concepção do desenvolvimento regional amazônico.

Dentro de pouco tempo, quando a problemática atingir a fase de sistematização, será ela identificada como a **DOUTRINA DE BRASÍLIA PARA A OCUPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA**, pois graças à interiorização da Capital Federal é que foi possível tentar fazer a grande escalada política e econômica na região.

A **Doutrina de Brasília**, ainda em fase de elaboração e formulação, deverá assinalar a arrancada definitiva do povo brasileiro para garantir a posse da herança física que recebemos há três séculos e duramente mantida ao custo do sacrifício de tantas gerações de amazônidas. Essa nova doutrina deverá incorporar alguns princípios e condicionantes básicos em sua estratégia e logística, entre os quais merecem ser assinalados com destaque:

- 1) a preservação do caráter nacional da Amazônia e sua ocupação por brasileiros;
- 2) a integração da periferia e do centro amazônico ao sistema Centro-Sul brasileiro, proporcionando acesso mediterrâneo através de eixos rodoviários longitudinais, já construídos ou em construção, acompanhando a linha seca dos divisores de águas;
- 3) a ênfase nos transportes fluviais, para aproveitar a linha de menor resistência dos rios e de mais fácil penetração na bacia – meio para eficiente e econômico para fundar as bases de apoio

logístico, do transporte da produção e do acesso aos recursos naturais da Calha Central do Rio Amazonas e seus tributários, o que deve receber toda a prioridade, pois, como região produtora de matérias-primas destinadas à exportação, somente a navegação fluvial poderá oferecer condições de competitividade nos mercados internacionais;

4) a construção de aeroportos comerciais em pontos estratégicos ao longo da calha e nos principais pontos de concentração humana, para dar apoio ao deslocamento e fixação do homem, tendo em vista as enormes distâncias vencíveis somente pelo avião (ao contrário do que já se afirmou, o avião constitui, na Amazônia, o principal ponto de apoio para a sobrevivência e fixação de suas populações: ele voa, sobrevoa e povoa);

5) a ocupação militar da fronteira através de unidades do Exército e de colônias militares para manter constante a presença brasileira e assistir às populações nas mais longínquas regiões, enquanto a retaguarda da fronteira econômica se encaminha em direção a elas;

6) o estabelecimento de cinco poderosos pólos urbanos de desenvolvimento, para propiciar o apoio logístico à produção, ao povoamento e a defesa nacional, situados em Belém, no delta, em Santarém, no Baixo Amazonas; em Manaus, no Médio Amazonas; em Coari (ou Tefé), no Médio Solimões; e em Benjamin Constant (ou Tabatinga), no Alto Solimões. A construção de portos ou sua modernização nessas sedes constitui providência de grande alcance, máxime no Médio e Alto Solimões, onde devem ser criados, com urgência, em Tefé e Benjamin Constant, dois novos centros de exportação, para aproveitar as linhas oceânicas já existentes, que fazem a ligação direta New York-Belém-Manaus-Iquitos, porquanto à montante de Manaus somente Iquitos, no Peru, apresenta tal condição;

7) a adoção de uma política imigratória com os excedentes da população do Nordeste e de outras áreas brasileiras, visando fixá-los nos altos varzeados férteis da calha central, próximos aos cinco pólos de desenvolvimento;

8) o apoio às Universidades Amazônicas para a formação de novas lideranças voltadas para os problemas regionais e para os Centros de Pesquisa Tecnológica e Agronômica, em particular com vistas à identificação de novos produtos e oportunidades econômicas;

9) a formulação de planos sub-regionais para cada uma das **Oito Amazônia**s e a conseqüente instalação de Superintendências Regionais, com autoridade e poder decisório para conceder estímulos fiscais, aprovar e dispensar crédito, resguardada a conformidade com as diretrizes fixadas no Plano-Diretor da Região;

10) a participação ativa das Forças Armadas no processo de ocupação e de desenvolvimento, objetivando interiorizar as unidades de comando e de execução, de modo a dar-lhes maior mobilidade e autonomia de ação nas diversas Amazônia)s sob sua jurisdição;

11) o apoio aos Estados e Territórios Federais para estimular e compatibilizar os seus programas de desenvolvimento com os objetivos dos planos nos setoriais estabelecidos pelas Superintendências Regionais da SUDAM e do BASA nas Oito Amazônia)s;

12) a convocação do empresariado nacional, à semelhança do que já foi feito uma vez a bordo do “Rosa da Fonseca”, para participar da escalada amazônica, não apenas com a opção dos depósitos para investimento, mas, também, para a organização e fundação de novas empresas;

13) uma ampla campanha promocional, através da fundação de potentes emissoras de rádio e de televisão federais, para motivar a população ao desenvolvimento regional;

14) a cooperação internacional para o financiamento das obras de infraestrutura, notadamente no setor de transportes, comunicações e pesquisas, com vistas a programas multinacionais na região, preservada a soberania e os interesses brasileiros;

15) a redivisão política e administrativa com o reconhecimento das **Oito Amazôniaas** como unidades de planejamento, e a criação da Amazônia dos Vinte e Quatro Estados e Territórios Federais, para atender à diversidade da programação regional e à necessidade imperiosa de interiorizar a administração federal e estadual de alto nível, em apoio à nova doutrina de ocupação e desenvolvimento: **DIVIDIR PARA DESENVOLVER, UNINDO ESFORÇOS.**

Estamos conscientes das dificuldades operacionais que tão ambiciosa reformulação representa. No entanto, deverá a nova **Doutrina de Brasília para a Ocupação e Desenvolvimento da Amazônia**, exercitada de forma vaga e talvez inconsciente nos bastidores da República, incorporar grande parte desses princípios e condicionantes.

Se ela não chegar a ser formulada, quer por indecisão, quer por perplexidade, resta-nos apenas a última esperança de que o povo da Amazônia, que até aqui viveu e sobreviveu, possa reunir ainda forças suficientes para, uma vez mais, nesta imensa Região, resguardar e preservar a soberania brasileira.

## **7 A planetarização da Amazônia\***

A tese da planetarização da Amazônia, mencionada em meu discurso de saudação ao Ministro Jarbas Passarinho, no Teatro Amazonas, serviu para reacender o debate em torno de questões, problemas e desafios regionais. Entre eles o de sua internacionalização, levantado pelo brilhante articulista Fábio Lucena, em “A Notícia”, cuja inteligência e dialética honram a sua geração e valorizam o debate. Aproveito assim a oportunidade, não com o intuito polêmico, mas em homenagem ao meu interlocutor, para esclarecer e melhor desenvolver a tese da planetarização da Amazônia, que vem ocorrendo nos grandes centros universitários e obtendo larga divulgação em seminários, conferências e editoriais no mundo inteiro.

Inicialmente, desejo esclarecer que internacionalização e planetarização, conceitualmente, constituem duas categorias distintas. Poderia haver internacionalização com ou sem planetarização, e esta poderia ocorrer dentro de um esquema radicalmente nacionalista.

A internacionalização é um processo de transferência e alienação da soberania política nacional em favor de uma entidade supranacional que passaria a exercer o domínio político-jurídico sobre uma área em nome de um grupo ou comunidade de nações. Neste caso, a internacionalização serviria a propósitos nitidamente políticos institucionalizado mediante cessão, confederação, invasão, ocupação colonial, fideicomisso, comissariato e outros instrumentos que a história registra no passado, podendo haver ou não domínio imperial exclusivo. O fundamental nessa categoria é que haja uma transferência, parcial ou total, da soberania e jurisdição política, assumindo a nova entidade os direitos e deveres, perante a comunidade internacional, que antes era exercido pelo titular da

soberania nacional extinta, ou pelo menos que, na ausência de uma entidade supranacional, ocorra o consenso entre os povos de que sobre um determinado território nenhuma jurisdição exclusiva de qualquer nação venha a atuar. Deste modo, falamos do mar internacional, da região ártica e antártica, do espaço exterior, onde inexistente titularidade nacional.

O conceito de planetarização envolve outra categoria distinta. A expressão foi inicialmente proposta por Teillard de Chardin para dimensionar, filosoficamente, o estranho e complexo mundo em que vivemos com os seus anseios de unidade da raça humana e aspiração de integração cósmica. Fomos assim buscar esse neologismo filosófico para caracterizar uma corrente de ultraconservacionistas que se difunde, rapidamente, em todo o mundo, inclusive em nosso País, e que objetiva preservar, a qualquer custo, as fontes da vida telúrica, do meio ambiente, do equilíbrio ecológico e do ecossistema, não com objetivos políticos, mas agindo em nome da sobrevivência terráquea.

A intensa, e muitas vezes abusiva, utilização dos recursos naturais, renováveis ou não; o processo da industrialização acelerada nos países desenvolvidos ou em desenvolvimento; os efeitos da massificação e aglomeração urbanas; as conseqüências da motorização e do tráfego de superfície; o uso e experimentação de armas biológicas e nucleares; a contaminação da água, do ar e do meio natural pelos agentes químicos; a miséria, a fome e outras formas de poluição ambiental, deram origem a uma crescente preocupação de que é necessário voltar ao estado de pureza original, valorizando as fontes da vida, a beleza da paisagem, o equilíbrio biótico dentro do quadro da sociedade de consumo.

Sob esse aspecto, constitui um ideal justo, racional e humano. Porém, como geralmente ocorre, a defesa da pureza ambiental da terra não pode ultrapassar a fronteira do bom senso, a ponto de, em nome dessa virgindade e estado de inocência, destruir as bases de sustentação do homem, tolher os seus anseios de desenvolvimento e, pelo processo subliminal de intimidação profética, conduzir a humanidade ao imobilismo e à inércia.

É o que está ocorrendo nesta investida pseudo-científica, dando livre curso à moeda falsa da planetarização amazônica. Utilizando muitas vezes cientistas de renome, divulgam-se meias verdades, generalizações e abstrações que o estágio atual de conhecimento científico regional não autoriza. Todavia, se falta ao argumento da salvação cósmica através da planetarização da Amazônia uma base experimental e científica, sobra-lhe, de outro modo, ardor e impetuosidade especulativa, pois, sendo uma categoria abstrata, permite a fácil incursão de profetas, astrólogos e cassandras.

Esses profetas da *“morte-da-Amazônia-dentro-de-trinta-anos”*, da *“desertificação-acelerada-da-Hiléia”*, do *“pulmão-da-terra”*, da *“fábrica-de-huvaoxigênio”*, do *“vamos-preservar-a-vida-selvagem”*, do *“visite-a-Amazônia-antes-queacabe”*, podem servir de instrumentos daquela estratégia do medo e da intimidação que nos pode conduzir, de volta, à estagnação secular, exatamente no momento em que o País inteiro, através de grandes projetos de pecuária, mineração, colonização, e das duas Transamazônicas, se lança para ocupar e integrar a região.

Os investimentos, tão necessários à demarcação do nosso processo de desenvolvimento, poderão sofrer uma pausa na expectativa de que, ao se localizarem na Amazônia, poderão contribuir para o holocausto planetário. Não se trata de exagero, pois, mesmo entre nós, em um recente seminário, editou-se um documento básico no qual se afirma, transcrevendo opiniões divulgadas em

São Paulo, Rio de Janeiro, na Alemanha e nos Estados Unidos, a extrema fragilidade do equilíbrio biótico e do ecossistema da floresta amazônica, cuja violação e agressão seriam contrárias aos interesses do total da humanidade, pois a floresta amazônica fabrica metade do oxigênio produzido no mundo e é a principal responsável pela absorção do gás carbônico originário das cidades e das indústrias. Se esse gás carbônico fosse elevado ao dobro da concentração atual geraria calor suficiente para derreter o gelo das calotas polares, cuja fusão faria elevar o nível das águas do oceano em 30 metros, submergindo a maior parte dos continentes.

De onde se deduz, como fez Glycon de Paiva, em artigo recente, que o melhor que podemos fazer na Amazônia é vender paisagem e algum minério, cabendo-nos assim, a conclusão é nossa, deixar livre, para o resto do mundo, oxigênio, sombra e água fresca. E algumas trovoadas.

Essa obsessão conservacionista já se faz sentir com intensidade no interior da Amazônia, onde o IBDP já institucionalizou o processo planetarizador com referência a caça e à pesca, a título de preservação da vida selvagem, levando ao desespero milhares de famílias que nelas encontravam a sua fonte de sobrevivência, e nas cidades amazônicas, eliminando uma das mais modernas e florescentes indústrias, através da proibição sistemática da sua comercialização. Mais de cinco milhões de dólares anuais estão perdidos para o balanço de pagamentos da Amazônia com a “lei seca da proibição”, que assim poderia ser enunciada: não importa que morra o homem, desde que o bicho sobreviva.

No entanto, enquanto se transfere para os países e regiões subdesenvolvidos o ônus da planetarização, a humanidade sofre no cotidiano o processo poluidor que se origina nos grandes centros da economia mundial: nos Estados Unidos, na Europa, na União Soviética, na China, entre outros.

A contaminação das águas dos rios e dos mares pelo petróleo, pelos resíduos das fábricas, pelos fertilizantes e defensivos químicos, pelos esgotos das grandes cidades, pelo lixo atômico e pelas armas biológicas incineradas no fundo dos mares; a poluição do ar pelo monóxido de carbono e outros gases sufocantes e venenosos, pelas explosões experimentais de artefatos e bombas nucleares; a poluição sonora causada pelos atritos, pelo barulho e pelos decibéis dos aviões a jato; a poluição bélica que destrói a vida e a esperança de tantas regiões do mundo não chegam a sensibilizar a consciência mundial.

Caberia a nós, da Amazônia, segundo esse novo testamento apocalíptico, a iniciativa e a responsabilidade de restaurar a pureza original da terra e manter o equilíbrio do ecossistema, assegurando, através do oxigênio e da chuva que a floresta produz, a sobrevivência do planeta, sem levar em linha de conta que a pior das poluições é a resultante da miséria e da fome.

Lancei assim, aproveitando a homenagem que na ocasião se prestava ao Ministro Jarbas Passarinho, um alerta à nação contra esse processo planetarizador, por ser incompatível com a política de colonização, ocupação e integração da Amazônia, afirmando que a esse desafio planetário iríamos responder com a decisão nacional e as armas da ciência e da tecnologia. Lembrei que fomos e somos um País de bandeirantes e pioneiros que aprendemos desde cedo a não nos deixar intimidar pelo desconhecido e pela estratégia do medo.

A planetarização da Amazônia constitui uma moeda falsa, cuja circulação deve ser impedida, sob pena de retardarmos indefinitivamente o processo de desenvolvimento. Isto não significa que devemos praticar uma economia predatória e destruidora dos recursos naturais, nem fazer tábula rasa

dos conceitos ecológicos e bióticos. A perspectiva ecológica e a ótima econômica são indispensáveis no contexto do desenvolvimento, mas não podemos nos deixar levar pela profecia que os conservacionistas de todos os matizes nos procuram impingir como verdade absoluta, esquecendo que o homem e a sociedade, pelo seu trabalho, imaginação e poder criativo, participam também do processo de criação, recriação, reciclagem, transformação e ordenação do ecossistema, e não podem ser sujeitos passivos do mundo vegetal e animal que o rodeia.

O processo planetarizador constitui, pois, uma ameaça, não de base política ou internacionalizadora, mas provindo de falsas premissas científicas ou do exagero e preocupação excessiva de pesquisadores, profetas e filósofos empenhados na restauração do paraíso terrestre antes da ocorrência do pecado original.

Já o processo internacionalizador possui outra conotação, origem e perspectiva histórica. Pertence ao quadro político-histórico que se desdobra, na sua fase moderna, a partir do Século XVI e termina com a II Grande Guerra. A história dos grandes impérios Internacionais, das grandes conquistas, seja em nome da fé ou do príncipe, constitui um capítulo encerrado e ultrapassado da história da civilização. Como muito bem disse o presidente Médici, na recente Declaração de Letícia, estamos já na ERA DO MUNDO FINITO.

Os tempos do mundo finito, aberto às aventuras coloniais, internacionalizadoras e imperiais, não se ajustam mais aos quadros institucionais vigentes, nem possuem força, ímpeto ou audiência nas assembleias políticas ou perante a opinião pública mundial.

Falar de internacionalização da Amazônia, no sentido de forçar o Brasil a alienar a área amazônica em favor de uma entidade supranacional, ou consentir que ela se torne terra de ninguém, ou sujeitá-la a um condomínio internacional, não tem justificativa no mundo finito dos nossos dias. Mesmo admitindo a hipótese absurda de tal reivindicação ou ameaça, admitindo a hipótese absurda de tal reivindicação ou ameaça, a projeção dessa tese nos dias correntes importaria em desconhecer o fato de que o Brasil se tomou uma nação adulta. Mudou de escala. É um País que cresce e se agiganta, interna e externamente, com uma forte consciência nacional e um excepcional sentido de unidade física e cultural. A sua base infraestrutural e a articulação interregional que se processam aceleradamente, irão conduzi-lo a um crescimento sem precedentes na década atual e nas subseqüentes. Quase um milhão de universitários estarão matriculados nas universidades do País, nos meados desta década. Somos um dos países que mais investe em energia elétrica, em siderurgia, em mineração, em construção rodoviária. Não precisamos aguardar o final do milênio para nos inscrevermos entre os países de economia desenvolvida. A Amazônia, neste íterim, estará definitivamente integrada ao espaço econômico brasileiro, como resultado do imenso esforço e trabalho que se realiza nos dias correntes. Portanto, saberíamos resistir a quaisquer tentativas desse tipo, caso venham a tomar corpo e forma. Esta foi a razão da referência à falsa ameaça de internacionalização.

Não se deve, porém, confundir internacionalização com pressões e interesses internacionais. Que a Amazônia desperte interesse internacional é decorrência de sua própria grandeza e magnitude de seus recursos naturais. De longa data esse interesse se tem manifestado através de expedições científicas, do melhor conhecimento de seus recursos e por parte de investidores potenciais. A Unesco, ao patrocinar, na década dos anos 40, a fundação do Instituto Internacional da Hileia

Amazônica, com a participação de todos os países sul-americanos integrantes da bacia amazônica, se inscreve dentro desse quadro. A associação que se procurou fazer entre o frustrado instituto com ameaças ocultas de internacionalização revelou uma das faces do nosso extremado zelo nacionalista, numa conjuntura excepcional de nossa vida política. A reação serviu, no entanto, para dar ao País uma consciência amazônica e projetar a necessidade inadiável de levar avante o processo integracionista.

A ideia da construção de um sistema de interligação das Bacias do Orenoco e do rio da Prata com o rio Amazonas constitui um velho projeto brasileiro que data dos tempos do Império e que, de quando em vez, é ressuscitado no Congresso Nacional e nos debates científicos do próprio País. Bastou o fato dessa discussão haver sido retomada por um extravagante futurólogo norte-americano, para que, automaticamente, se viesse na ideia uma ameaça de internacionalização da Amazônia. Também desta vez a Amazônia se beneficiou, pois o País, reagindo à ideia do Grande Lago Amazônico, respondeu com a Transamazônica. Recordo-me que, no episódio do Grande Lago Amazônico, um dos principais contra-argumentos, além daquele que determinaria a morte, por submersão, das cidades de Parintins, Itacoatiara e Manaus e do trágico desaparecimento dos férteis varzeados, figurava um de caráter planetarizador; a barragem sumeriana de Óbidos deslocaria o eixo da terra, provocando o holocausto cósmico.

Não se nega, também, a existência de pressões no campo internacional. Elas existem e fazem parte do jogo de poderes nos cenários da diplomacia mundial. Todos os países participam desse jogo de interesses e pressões para obter o máximo de vantagens, tirar partido do poder e do mercado, promover o seu próprio desenvolvimento, melhorar a sua imagem exterior e interna, desencadear conflitos e intrigas. Recentemente, Fidel Castro, por exemplo, declarou que a construção da Transamazônica tinha por objetivo estender o império brasileiro ao Pacífico e ao Caribe, para dominar e “internacionalizar” os países transandinos, a mando do imperialismo norte-americano.

Essas pressões se desencadeiam de diferentes formas e estão presentes, “inter alia”, contra as potências nucleares, para obter a erradicação das armas e dos artefatos atômicos; contra as potências não nucleares no tratado de não proliferação para evitar que estas alcancem o nível da tecnologia fissional; investe contra ou a favor das barreiras alfandegárias, da desvalorização cambial, da extensão do mar territorial, dos direitos de pesca, da eliminação dos conflitos, do princípio de não intervenção, autodeterminação e da soberania-limitada.

Cabe, assim a cada país, o direito de preservar e promover o interesse nacional nesse jogo de múltiplas pressões e tensões que caracteriza a humanidade neste final de milênio. Nada autoriza, no entanto, a deduzir, daí, a existência de uma conspiração para promover a internacionalização da Amazônia, ou recusar, sob esse pretexto, a cooperação, os recursos financeiros e a ajuda tecnológica internacional, respeitados os interesses nacionais.

A ameaça da planetarização é, assim, muito séria, pois se desenvolve nos meios científicos e tecnológicos, partindo do pressuposto de que o homem é um animal poluidor por excelência, e, como tal, precisamos tomar o partido da natureza para evitar que esta venha a ser vitimada pela agressão humana. Tal ameaça não visa apenas a Amazônia em particular, pois também se manifesta em quase todos os países do mundo. No caso da Amazônia, no entanto, o argumento planetarizador ganhou dimensões e repercussões universais, e necessita que a Nação dele tome conhecimento para que, no

resguardo do interesse nacional e do desenvolvimento econômico, não se permita que vingue a tese de que para preservar a espécie humana a Amazônia se converta apenas em uma fábrica de chuvas e oxigênio, um santuário dos ecologistas, mesmo ao preço da extinção ou da miséria do amazônida.



## 8 A pecuniarização da Amazônia: a ameaça e o desafio do mega-boi e o processo de ocupação regional\*\*\*\*

O Seminário sobre a Amazônia, promovido pela Comissão de Valorização da Amazônia, da Câmara dos Deputados, pela responsabilidade de que se reveste no campo político e institucional e

sobre o processo de ocupação, integração e desenvolvimento regional, deveria incluir, e meu ver, à guisa de sugestão, entre outros, os seguintes temas que considero fundamentalmente importantes dentro do contexto nacional:

1. Análise e formulação de uma política de polarização econômica para os grandes centros urbanos já existentes e criação de centros de germinação e crescimento ao longo da calha central do Rio Amazonas, sobretudo em Cametá, Óbidos, Santarém, Oriximiná, Parintins, Itacoatiara, Manacapuru, Coari, Tefé, Benjamin Constant e Tabatinga, tendo em vista a importância estratégica do grande rio e os seus reflexos na política fluvial de transportes e na política de penetração e consolidação da soberania brasileira, no arco de 11 mil quilômetros de fronteira. Este modelo estratégico segue o parâmetro do arco-e-flecha, tendo como a grande mediatriz a calha do Rio Amazonas;

2. Ênfase do processo de ocupação de colonização polarizada em torno dos atuais centros urbanos, ao invés da distensão e dispersão de uma política de colonização mediterrânea, ao longo dos eixos rodoviários, distantes dos mercados de consumo, muito embora reconheçamos a importância estratégica da penetração mediterrânea;

3. Enfoque na criação da pequena e média empresa agropecuária com incentivos fiscais, creditícios e tecnológicos, ficando vedado à grande empresa latifundiária o acesso a esses incentivos, mesmo por exploração;

4. Manutenção do princípio constitucional que veda a concessão de terras devolutas acima de 3 mil hectares, sem prévia audiência do Senado, a fim de evitar que a atual especulação imobiliária iniba o processo de ocupação e provoque a expulsão do homem já fixado na sua terra, como atualmente está ocorrendo no Acre, com a evasão maciça dos seringueiros brasileiros que se estão fixando na Bolívia, expulsos pelos grileiros e jagunços a serviço do grande latifundiário sulista.

A aceitação deste modelo de grande empresa latifundiária, cujo resultado é muito incerto e duvidoso, face à situação da tecnologia tropical e ao desconhecimento dos reflexos que poderão ocorrer pela destruição maciça da floresta, constitui tema de irrecusável meditação. De passagem, desejo salientar o que ocorreu na província estanífera de Rondônia, quando, a pretexto da modificação da escala de implantação de grande empresa mecanizada de minérios, para melhorar a produtividade e aumentar a produção, deu resultado negativo, pois, além de haver determinado a expulsão de 10 mil garimpeiros da área, não ensejou o incremento da produção desse minério, na proporção do sacrifício e dos investimentos efetuados.

5. A grande pecuária, de base internacional ou capitalista nacional, constitui um grande risco pois ela pode significar simplesmente um movimento puramente especulativo de base fundiária, eis que inexistente estrutura de suporte administrativo, logístico, tecnológico, infraestrutural, para conversão da floresta em campos de pastagens. Aquilo que se vai queimar vale mais do que aquilo que se pretende, aleatoriamente, criar ou cultivar, face à incerteza dos resultados. A primeira consequência inevitável, a curto prazo, será indubitavelmente a queda da produção da borracha e a destruição da precária indústria tradicional de exploração silvestre que ainda é um dos sustentáculos da sobrevivência do homem do interior.

6. Esta grande pecuária, que se apresenta hoje como solução da ocupação regional, através dos pronunciamentos recentes do Ministério da Agricultura, procura seguir um modelo da grande

empresa industrial mineira. Contudo, não se pode dar ao boi o mesmo tratamento empresarial de escala semelhante ao empreendimento mineiro, industrial e hidrelétrico.

7. A política do **mega-watts**, do **mega-ton**, do **mega-barril** ou do **mega-cargueiro** não pode ser copiada ou duplicada ou ainda institucionalizada em uma política que denomino de **mega-boi**. A empresa agrícola ou pecuária na Amazônia durante muitos anos ainda terá que seguir um modelo mais modesto, evoluindo na medida que aumentar o nosso conhecimento científico e da pesquisa tropical, com ênfase numa agricultura e pecuária intensivas, utilizando a liderança local do interior, motivando-a para a modernização e ampliação dos seus empreendimentos. Não devemos, *na região, repetir a falácia da filosofia pantaneira de Mato Grosso onde se diz que “o boi é que cria o fazendeiro”*. A nossa bandeira empresarial deve seguir a trilha do velho adágio nordestino de que “*O olho do dono é que engorda o boi*”.

8. Assim como, em pronunciamento passado, alertei a Nação sobre o perigo da Planetarização da Amazônia, divergindo da teoria do crescimento zero sustentada na Conferência de Estocolmo e no Clube de Roma, através de Sicco Mansholt e L. Meadows, pela qual a Amazônia e as regiões não desenvolvidas deveriam ser conservadas como “pulmão do mundo”, hoje receio e alerta novamente a Nação para um outro perigo, maior do que a planetarização da Amazônia.

9. Quero referir-me à **PECUNIARIZAÇÃO DA AMAZÔNIA**, neologismo que proponho para “caracterizar a dupla conotação semântica do termo pecus, que pode significar o boi como o **dinheiro**”.

10. A **PECUNIARIZAÇÃO DA AMAZÔNIA** está sendo formulada nos dias atuais, seguindo as linhas estratégicas abaixo:

a) A colonização pelo **mega-boi**, que importa na pecuniarização do processo econômico, no primeiro sentido, de resultado duvidoso, mas quase certo pela destruição do ambiente, relegando a experiência pecuária tradicional já existente, ao longo do eixo da calha central, e se situando em áreas mediterrâneas de difícil acesso, longe dos mercados consumidores e sem levar em linha de conta a necessidade de uma prévia pesquisa agrônômica, agrostológica, pedalógica e florestal para determinar até que ponto esta agressão ecológica poderia desequilibrar o ecossistema;

b) A mercantilização do processo do aproveitamento indiscriminado da floresta, que constitui outro processo de pecuniarização da Amazônia no segundo sentido semântico. Isto é, por ela se procura conhecer o preço da Amazônia, em termos de cruzeiros e dólares, através da cubagem de sua floresta e sua transformação em madeira, lenha, carvão e pastos. Prova dessa tendência foram as recentes publicações difundidas no mês passado pelas agências de notícias, avaliando o preço da floresta amazônica em 300 trilhões de dólares e 2 quatrilhões de cruzeiros;

c) **A Amazônia tem valor, mas não tem preço**. O valor, da Amazônia para os amazonenses, para os sofridos há três ou quatro gerações, não importando a sua origem ou de onde vieram, mas que aqui se fixaram, deve ser medido não em termos pecuniários de preços, mas de valor para formação de uma sociedade econômica humana e justa, tanto para as gerações atuais como para as futuras.

11. A **PECUNIARIZAÇÃO DA AMAZÔNIA**, pelo **mega-boi** ou pela megafloresta, constitui, portanto, uma grande ameaça e deve ser avaliada antes que seja tarde demais, para que o bom senso e a perspectiva histórica e o desenvolvimento sejam considerados em todos os seus desdobramentos atuais e futuros.

12. Isto implica em reconhecer as limitações da empresa pecuária e florestal e dimensionar um módulo e uma escala de aproveitamento compatíveis com o estágio atual do nosso desenvolvimento. O **mega-ton** e o **mega-watts** constituem, sem dúvida, uma solução ótima para o grande projeto de mineração e de energia, que só podem ser bem aproveitadas na escala de grandeza do milhão. O boi, e a floresta, por implicarem numa agressão ecológica à tropicologia amazônica, com a possível destruição do meio ambiente, precisam ser bem estudados para evitar que se planetarize a Amazônia, não mais pela sua intocabilidade, porém pela sua **desertificação substitutiva**. Basta meditar que no Brasil estão sendo destruídos um milhão de árvores por dia e o processo de reflorestamento intensivo pelo eucalipto e pelo pinho, tem causado no Sul do País sérios desequilíbrios ecológicos, a ponto de Burle Marx haver denominado esses empreendimentos de “florestas sepulcrais”, onde nenhum passarinho ou animal consegue sobreviver.

13. Não queremos nem o planeta, nem o deserto. Nem o grileiro, nem o cigano. Nem o predador, nem o especulador fundiário. Lutamos por uma Amazônia mais justa e mais humana que considere o povo que aqui vive aberto para os novos contingentes de outras áreas, que aqui queiram trabalhar e reconhecendo as nossas limitações e animados pelo potencial de recursos e as oportunidades que podemos oferecer.

14. Para tanto é indispensável pôr o ouvido no chão da terra, como fazem os índios, e aproveitar a experiência já existentes ao longo dos rios e na calha principal, ou ouvir os órgãos de pesquisa e desenvolvimento regionais, sentir os problemas nas universidades e nas lideranças políticas e empresariais. Neste particular, sugiro a formação de uma política pecuária que denomino de **deca-boi**, **hecto-boi** e **quilo-boi**, em três etapas:

a) O **deca-boi** seria um projeto para a várzea, como forma de sustentação do caboclo, tendo como base de sobrevivência a maromba para abrigar 10 bois durante as calamidades da enchente e aproveitamento a riqueza dos sedimentos, dos varzeados durante as vazantes;

b) O **hecto-boi** seria um projeto pecuário que converteria o sitiante em médio empresário ao longo dos rios, naqueles trechos onde as várzeas se prolongam até às terras firmes contíguas, para onde o boi se deslocaria nas enchentes, sem os percalços dos transportes e de falta de pastagens, durante a crise das grandes águas;

c) O **quilo-boi**, ou seja a fazenda das mil cabeças de gado, dentro dos limites de 3 mil hectares constitucionais, exigiria maior formação empresarial, melhor tecnologia do manejo do gado, implantação do sistema de inseminação artificial e melhores pastagens. Acima do quilo-boi, a empresa pecuária adquire na Amazônia uma extraordinária complexidade e necessitaríamos de toda uma nova perspectiva e avaliação. A prioridade atual deve se localizar no campo da pecuária de leite e de corte, na periferia dos centros urbanos, para facilitar e baratear o preço da proteína para a população brasileira, que já é 60% urbanizada.

15. Para os empreendimentos acima, deverão ser conseguidos todos os incentivos fiscais, todas as facilidades de crédito, todo o apoio tecnológico, para se aproveitar a existência de mais de 40 mil fazendeiros, já existentes na Amazônia clássica, ao longo dos beiradões dos rios e ao longo de alguns eixos rodoviários selecionados.

16. Para os outros do **mega-boi**, inclusive aqueles que pretendem plantar capim de avião, se quiserem que o façam, porém a sua aventura deverá sei feita por conta e risco próprios, sem recursos

fiscais do Governo e **com cláusula de indenização** ecológica, pela destruição que o seu **disproduto** possa causar. Isto é, aquilo que se vai produzir não pode ser somado ao PNB nacional, e sim, descontado na exata acepção moderna de Samuelson, Prêmio Nobel de Economia, segundo o qual a avaliação do produto teria que ser reformulada dentro de uma nova configuração estatística do PBEN (Produto do Bem-Estar Nacional), em substituição ao PNB (Produto Nacional Bruto), que não desconta o valor negativo dos disprodutos e dos investimentos públicos necessários para recompor, corrigir e despoluir aquilo que foi contaminado ou destruído.

17. A **mega-flora**, ou seja, o aproveitamento maciço da floresta, tem que ser seletivo, como foi até hoje. De passagem, desejo salientar que nunca houve extrativismo predatório na Amazônia. O que se afirmou no passado e vem se afirmando no presente sobre isso constitui uma grande inverdade e injustiça, que se fez e se faz contra a Amazônia. Quero dizer, o extrator, o caçador, o pescador amazônida, ao entrar na floresta ou explorar o rio, sempre fez de modo seletivo e qualificante. Ele vai em busca do aguano, do louro, do cedro, do jacarandá, do paurosa, da virola, da borracha, da sorva, da castanha, mas não destrói a floresta. O caçador vai em busca da onça, da lontra, do tucunaré e da tartaruga, mas não usa bomba nem arrastão para destruir os recursos naturais, que se renova e se recicla pela fonia racional em que a floresta amazônica vem sendo explorada há séculos.

18. Assim, o nosso extrativismo, ao invés de ser predatório, como folcloricamente se afirma, tem sido um extrativismo construtivo, racional, seletivo, ecológico. No estágio atual, esta é a única certeza que temos para não pecuniarizar a Amazônia antes que estejamos certos que os pastos, a lenha e o carvão, produtos da conversão da floresta, venham a nos fornecer a necessária fotossíntese, o oxigênio, a energia biológica e o ecossistema que necessitamos. Neste particular, sugerimos apenas a formulação de uma nova política extrativista que, aproveitando a experiência já existente, introduza métodos e sistemas que permitem alcançar maior produtividade e identificar novas espécies vegetais, rebaixar custos e modernizar o que já existe.

19. Em outras palavras; o seminário neste aspecto deveria procurar criar no País uma nova sensibilidade e uma vigilância de conscientização para o valor patrimonial que a Amazônia representa para nós e para o País, neste mundo complexo em que vivemos.

20. As agrovilas, rurópolis e agrópolis do Inbra, metodologicamente estão corretas, porém talvez deslocadas no espaço e excêntricas, pois as internaram em regiões sem mercados e sem estruturas logísticas e de pesquisa para apoiar o colono imigrante. O projeto Inbra deve ser, entretanto, preservado naquelas áreas pioneiras, inovadoras, promovendo-se paralelamente uma abertura para as periferias dos centros urbanos já existentes, na criação dos cinturões verdes de abastecimento, sob forma de agricultura e criatório intensivos, de médio e pequeno porte, para abastecer a população brasileira, que, ao final do século, estará 80 por cento urbanizadas.

21. As estradas mediterrâneas têm um papel importante no processo de ocupação e integração; talvez sejam mais estradas de mineração ou turísticas que estradas agrícolas, dada, a pobreza dos solos e o desconhecimento das técnicas do manejo florestal, ou estradas para suportes da construção dos mega-watts, que vão ser implantados em Tucuruí, no Rio Tocantins, para dar suporte do projeto Carajás, ao projeto Trombetas e outras iniciativas semelhantes.

22. Por enquanto não se deve esquecer que a Amazônia ainda é a calha central e que a grande via de penetração ainda é o rio, e nele deve-se realizar o grande esforço de desenvolvimento para o

fortalecimento das suas estruturas comunitárias e fixação de novos polos urbanos e rurais. Se o seminário conseguir conscientizar o povo brasileiro de que é necessário uma avaliação entre o mediterrâneo amazônico e o beiradão do rio, terá alcançado um grande sucesso e prestado um grande serviço.

23. A preservação dos órgãos institucionais existentes, como a Sudam, a Suframa, o Basa, o Inpa e as universidades, deve ser mantida a qualquer custo e fortalecida a sua atuação mediante injeção de novos recursos, inclusive aqueles a fundo perdido. Como sugestão indico o fortalecimento do Banco da Amazônia e dos bancos oficiais dos Estados, através do abandamento de uma parcela de cinco por cento dos incentivos fiscais, do imposto de renda devido pelas pessoas jurídicas, que deveriam ser encaminhados pelos investidores para subscrição das ações novas do capital do Basa e dos bancos do Pará, Maranhão, Amazonas, Mato Grosso, Goiás, Rondônia e do Acre. Desses recursos, 2,5 por cento deveriam ser obrigatoriamente subscritos em ações do Basa e 2,5 por cento subscritos obrigatoriamente em ações dos bancos oficiais dos Estados e territórios amazônicos, para fortalecimento de suas carteiras de investimento industrial e agropecuário. Isto representaria anualmente uma injeção de 200 milhões de cruzeiros de recursos novos para o programa de desenvolvimento regional descentralizado. Esta sugestão, por mim exposta no Encontro dos Investidores, a bordo do “Rosa da Fonseca”, há dez anos, foi aprovada pela unanimidade dos governadores amazônicos, e pelo então ministro João Gonçalves mas, infelizmente, foi torpedeada pela incompreensão dos escalões que atuavam em segundo nível na administração federal, perdendo-se assim uma das maiores oportunidades para a obtenção de recursos financeiros que a região tanto necessita, e promover a descentralização decisória do processo financeiro.

24. Dentro desse esquema, a preservação da Zona Franca de Manaus constitui um tema de absoluta prioridade, pois ela permitiu a criação de um centro dinâmico de atração e irradiação do desenvolvimento da Amazônia Ocidental e no grande arco da fronteira do sudoeste e do nordeste amazônicos. Destruí-la ou modificá-la, através de um processo anulatório do Decreto-Lei 288, seria condená-la ao esvaziamento e à perda de sua função como instrumento que se provou válido e operacional no desenvolvimento atual e futuro. Além do mais, a preservação da Zona Franca de Manaus como polo comercial, turístico, industrial, agropecuário e de serviços, constitui um imperativo de segurança nacional, pois somos hoje a retaguarda e apoio de toda a ocupação dos 11 mil quilômetros de fronteira, é que precisamos, ainda nesta década, atingir o arco cisandino e subguiano antes que outros o façam levando a presença não só do soldado brasileiro, mas do empresário, do professor, do profissional e do povo nas comunidades que vão ser criadas, em consequência desta política que tem na Zona Franca de Manaus e que incomoda a muitos, pois é um centro avançado que está trazendo tecnologia de ponta, setores dinâmicos, inovações tecnológicas que podem deslocar empresários anacrônicos e acomodados em outras áreas brasileiras. Esta pressão que vimos recebendo desde 1967, quando o saudoso presidente Castelo Branco instituiu a Zona Franca de Manaus, periodicamente ameaça a nossa existência e a nossa sobrevivência; é que os que estão adormecidos, envelhecidos e acomodados, não se conformam em ter no centro do mediterrâneo amazônico, Manaus, um complexo industrial e comercial que introduziu no País o melhor que existe em tecnologia moderna, sem pagamento de “royalties”, com capitais próprios, sem recursos de imposto de renda, apenas baseado nos incentivos fiscais que o Governo Federal houve por bem conceder a esta área, em virtude das condições excepcionais de isolamento e da grande distância que

se encontra dos grandes centros do país, e pela necessidade inadiável de criação de um polo de segurança nacional para ocupação brasileira do Ocidente Amazônico.

25. Politicamente já afirmo que mais perigoso do que o incúmeno humano é o incúmeno político. Por este motivo, considero de extraordinária importância rever a atual divisão política e territorial da Amazônia, pela criação gradual daquilo que denominei a “Amazônia dos 24 Estados e Territórios”, seguindo os critérios das zonas fisiográficas, microrregiões e dos vales dos grandes tributários e da calha central. É que, em economia, a **distância equivale à esterilidade**. O ecúmeno político da nova redivisão territorial, conforme propus, dará voz e voto a essas populações que passarão a ter representação própria no Parlamento Nacional e, de outro lado, passarão a atuar como centros administrativos autônomos, propiciando o aceleramento e a implantação de uma infraestrutura para promover o processo de colonização, planejamento e ordenação econômica. Será um processo gradual, porém indispensável. Defendo a tese de que o político e o administrador devem anteceder o empresário, para abrir caminho para que as comunidades que forem sendo implantadas cheguem já dentro de um arcabouço social e administrativo que as possam acolher.

26. Já afirmo que, nos tempos coloniais, a Amazônia se constituía de dez capitais gerais e secundárias. Com a Independência, ficamos reduzidos a quatro províncias: Maranhão, Grão-Pará, Mato Grosso e Goiás. Em 1850, criou-se a Província do Amazonas. Em 1903, o Território do Acre. E em 1943, os atuais territórios de Rondônia, Roraima e Amapá. O processo não pode ser interrompido e a história não pode parar. O município não é a instituição apta para promover o desenvolvimento, face à sua debilidade, fraqueza e dependência. Constitui tarefa da ditadura Brasileira de 1964 a retomada desse quadro, que foi reiniciado por Getúlio Vargas, em 1943, e infelizmente paralisado há mais de 30 anos.

27. Redividir a Amazônia para fortalecê-la, para desenvolvê-la, para ocupá-la, para integrá-la, para torná-la mais humana e mais brasileira!

## 9. Amazônia: mensagem a um desafio<sup>\*\*\*\*</sup>

É chegado o tempo do mundo finito, afirmou o presidente Médici na histórica Declaração de Letícia. Politicamente definida na madrugada da conquista lusa, incorporada ao espaço brasileiro na manhã de nossa independência, desbravada pelos pioneiros da fortuna no meio-dia do nosso primeiro centenário, a Amazônia revela, agora, a sua nova face e sua importância neste ano do pós-sesquicentenário.

Se os tempos a tomaram finita para o resto do mundo, inserida no quadro do perfil político e soberano do País brasileiro, abre-se, nesta hora, o mundo sem fim de sua fronteira interna. Terras e florestas, águas e rios amazônicos desafiam o homem brasileiro e o impelem para a última grande aventura da raça humana sobre a Terra.

É que a Amazônia representa, com o seu imenso potencial de recursos naturais, a razão de grandeza do País, o espaço de manobra do futuro, a fronteira e horizonte do seu crescimento, o “poder escondido do amanhã”.

Antecipar esse amanhã e revelar o poder incógnito que o espaço amazônico encena constitui o grande desafio para todos nós.

Atrasada no tempo, dispersa no espaço, primitiva no trabalho, a sociedade amazônica cumpriu no passado a sua função histórica de vigia e guardiã da fronteira, movimentando-se sob os impulsos heurísticos e aleatórios de uma economia reflexa e periférica. Faltava-lhe uma perspectiva e uma estratégia. Enquanto isso ocorria, a nação, voltada para a economia dinâmica do Centro-Sul, construía lentamente as bases do poder nacional. Instalado este e implantado o processo revolucionário o País reformulou as instituições políticas e definiu as grandes reformas nacionais que haveriam de produzir, nesta década, as mais altas taxas de crescimento econômico. Em consequência, a nação foi sensibilizada para o problema da desigualdade regional das áreas menos desenvolvidas e partiu para criar uma consciência nordestina e amazônica.

A motivação política, despertada pela necessidade de acelerar o processo de integração nacional, foi precursora daquele conjunto de medidas e decisões que passaram a configurar a grande estratégia que se desenvolve e se afirma hoje no espaço amazônico.

Deste modo, a revolução brasileira alcançou a região e institucionalizou o processo de ocupação e desenvolvimento, mediante os mais variados instrumentos e meios. Mesmo sem vocalização aparente aos poucos se vem firmando aquilo que já denominei de **Doutrina de Brasília para o Desenvolvimento Amazônico**. Essa doutrina reflete as pressões históricas, as esperanças do futuro, a experiência dos erros e acertos do passado, as técnicas de planejamento e programação; incorpora os novos valores e contribuições para a tecnologia atual propícia; e, finalmente, deverá refletir o perfil das novas gerações e de seus líderes.

Podemos visualizar três fases nesse processo doutrinário. O Governo Castelo Branco, na primeira fase, criou os instrumentos políticos e institucionais: operou a reformulação legal da Sudam como órgão do desenvolvimento; procedeu a transformação do Basa como instrumento da política de crédito; concedeu incentivos fiscais como forma de atração de investimentos privilegiados; criou a Zona Franca de Manaus como polo de atração.

O governo Costa e Silva consolidou, ampliou e interiorizou os benefícios, na segunda fase, permitindo ao governo Médici, na terceira fase, empolgar a nação com o mais ambicioso programa da escalada amazônica.

Esta escalada desenvolve-se no plano estratégico, dentro do contexto da política de planejamento nacional, e objetiva tirar partido de nossa grandeza territorial, através dos grandes eixos rodoviários de integração, dos projetos de colonização, do fortalecimento da infraestrutura econômica e social; no plano tático, pela ação local e setorial, aproveitando a vocação agroflorestal, mineral e pecuária da Amazônia e atraindo os incentivos fiscais e os investimentos decorrentes de oportunidades emergentes do desbravamento pioneiro.

Nem todos se aperceberam que, pela primeira vez, se esboça para a Amazônia uma política multifrontal, envolvente que se estende ao longo de diferentes frentes, paralelos e meridianos. **A frente rodoviária**, caminhando no sentido longitudinal, abriu três ligações com o oriente, o ocidente e o centro amazônico, uniu o planalto com o delta-estuário, a calha central e a fronteira sudoeste subandina. No sentido da latitude, a Transamazônica busca vincular o nordeste ao Acre pela parte sul da bacia. Pela parte norte, a projetada Perimetral estabelecerá o contato do Amapá com o Alto

Amazonas, passando pelo grande arco do estudo guiano; a **frente militar** precursora e pioneira, como vanguarda da segurança nacional, se interiorizou, deslocando o Comando Militar da Amazônia para o centro mediterrâneo de Manaus e criando destacamentos, companhias de fronteira, batalhões de engenharia e construção, aeroportos e bases navais; a **frente empresarial**, em busca de novas oportunidades, descobre o minério escondido no chão, converte a floresta em pastos para o boi e investe no setor industrial urbano; a **frente governamental** propicia a implantação da infraestrutura energética, de transporte, comunicação, saúde e educação; a **frente humana**, sob o impacto da Transamazônica, se desloca de todos os quadrantes do País para constituir o primeiro grande movimento racional de colonização em massa dos tempos modernos.

Essas cinco frentes aguardam a abertura da frente política, que surgirá, mais tarde ou mais cedo, pelo reordenamento do espaço administrativo, através de uma redivisão política com a criação de novos Estados e territórios, e de um processo descentralizador de decisões, já iniciados com a implantação da Zona Franca de Manaus, e do reconhecimento legal da Amazônia Ocidental. Este último tornou-se imperioso, pois a abertura de tantas frentes no horizonte econômico e social da Amazônia exige dos órgãos públicos responsáveis pela aprovação dos projetos solução pronta e compatível com a urgência requerida nesta conjuntura de queima de etapas.

A Amazônia precisa crescer não apenas por adição, mas por substituição; não lhe é bastante acumular, pois também precisa transformar-se. Essa mudança de escala quantitativa e de ordem qualitativa deixou em perplexidade uma grande parte das instituições e agências administrativas da área que deixaram de acompanhar o ritmo imposto pela modernização em marcha, retardando a dinâmica do desenvolvimento através de seus freios inibidores e paralisantes. Romper essas estruturas nos níveis federal, estadual e municipal, para melhor atender às contingências regionais, e provê-las de objetivos integracionistas, visando à articulação do setor público e privado, consoante o modelo do projeto brasileiro, constituem providências de mais alta prioridade.

Isto é tarefa, sem dúvida, para gerações sucessivas. Uma vez, porém, iniciada a escalada amazônica, os passos futuros, pela ação sinérgica, serão mais fáceis que nos heroicos dias que estamos vivendo.

Não é obra apenas de governo, nem de partido, nem de elite ou de classe. O desafio amazônico será vencido com a participação de todo o povo brasileiro. Pelo trabalho, pela ciência, pela organização e pela vontade de todos nós. Às novas gerações que estão sendo forjadas do governo, na universidade, na empresa, cabem a dar continuidade a esse impulso e aproveitar as oportunidades que a fronteira e os grandes espaços abrem à nacionalidade.

Os passados “cem anos de solidão” temperaram a fibra do amazônida para os embates da próxima centúria de esperança e desenvolvimento.

A Amazônia tem pressa. Antecipemos esse amanhã.



---

\* Conferência proferida na Faculdade de Direito da Universidade do Amazonas, junho de 1967.- [voltar](#)

\*\* Ensaio publicado em "O Jornal". Manaus, 7.8.68. [voltar](#)

\*\*\* Publicado no Jornal "A Notícia", de 4.12.71 - [voltar](#)

\*\*\*\* Publicado no jornal "A Crítica", em 11.8.74 e no jornal "Estado de São Paulo", em 4.9.74. - [voltar](#)

\*\*\*\*\* Trabalho apresentado ao Congresso das Classes Produtoras, CQNCLAP, Rio de Janeiro, 1972. - [voltar](#)

4

NOSSO TEMPO: A.M E  
P.M



## 1. Estrutura Geossocial e Política da Amazônia: Uma síntese com a Acheias de Cordel

Em julho de 1965 ministrei um curso de Estrutura da Economia Amazônica, sob o patrocínio do Governo do Estado do Amazonas, da Universidade do Amazonas e da Confederação Nacional da Indústria. A experiência que me proporcionou a realização do referido curso, através do preparo e sistematização do material, como dos debates realizados, animou-me a escrever a **Estrutura Geossocial e Econômica da Amazônia**, em dois volumes, com 686 páginas. Editado em 1966, pelo governo do professor Arthur Reis, na série Euclides da Cunha, devo a ele, a sua insistência, ao seu incentivo, e a sua tenaz “perseguição” para que não desanimasse e entregasse os originais, esse manual de treinamento e exercício. E, ao fazê-lo, tive por principal objetivo, na ausência de um livro de texto, proporcionar aos jovens economistas e analistas um elenco de questões, teses, proposições, práticas e debates que servissem para fixar as diretrizes do curso, desenvolver sua capacidade conceitual e analítica da problemática regional, despertar a vocação de pesquisa e inquietar a mente dos economistas, a sua habilidade e argúcia intuitiva na observação dos fatos e identificação de oportunidades a serem exercidas com base nos complexos geográfico, cultural, social e econômico da Amazônia.

A edição esgotou-se rapidamente e o manual tornou-se livro de texto em muitas universidades brasileiras, do que decorreram constantes apelos para uma reedição. Duas tentativas já foram feitas, ambas fracassadas; a primeira por uma editora de São Paulo e a segunda por um grupo local. Hoje, o trabalho de modernização exigiria uma grande equipe de economistas e estatísticos para atualizar a obra, cujo custo talvez a fizesse comercialmente inviável para uma reedição.

Depois, creio que um livro é como um filho: quando atinge a maioridade, com a edição ou com a idade, ninguém mais tem o direito do pátrio-poder. Recriá-lo, atualizá-lo, repensá-lo, a emenda pode sair pior do que o soneto; no caso da obra, ou no caso do filho, o processo de volta à infância ou à adolescência impossível é. Por insistência de alguns amigos, tento, agora, uma pequena e meio-atualizada síntese. É uma reconstrução, seleção e recriação da obra original. Mas como a arte é breve e a vida longa, de qualquer modo corro o risco deste pálido resumo, que talvez possa ainda ter alguma utilidade para aqueles que, na cultura de massa do nosso tempo, desprezam a “galáxia de Gutenberg” e preferem o breviário. Eis pois:

### 1. Amazônia: Cosmvisão tomada do planeta Marte

- vigésima parte da superfície terrestre – um quinto da disponibilidade mundial de água doce
- quatro décimos da América do Sul
- três quintos do Brasil
- um terço das reservas mundiais de florestas latifoliadas
- dois e meio milésimos da população mundial

#### 1.1 Conceito: Um Universo em si

Para conceituar esse universo seria necessário elaborar um conceito macro-amazônico, que nele integrasse a região geográfica, a província botânica, a bacia hidrográfica, o conjunto geopolítico, o

espaço socioeconômico e a área legal. Partindo desse critério, poderíamos conceituar a Amazônia como aquela parte da região continental sul-americana:

**Caracterizada** por uma configuração preponderantemente planiciária, que se abre em leque na direção leste-oeste, circundada pelos peneplanos das Guianas ao norte, do Brasil Central ao sul e pela Cordilheira Andina ao ocidente;

**Localizada** dentro de um campo geodésico que abrange trinta graus de longitude e vinte e três graus de latitude, equivalente a cerca de 7.000.000 km<sup>2</sup> correspondentes à vigésima parte da superfície terrestre, quatro décimos da América do Sul e três quintos do Brasil;

**Coberta** por uma espessa floresta latifoliada, pluvial, tropical típica-hileia, de grande extensão (70%) e notável exuberância e homogeneidade panorâmica, com relativo grau de heterogeneidade e estratificação, com 20% de cerrados e campos, e cerca de 10% de florestas mistas de transição para a zona dos cocais, dos cerrados e das savanas, com uma reserva florestal, calculada pela FAO, de 350.000.000 de hectares, equivalente a 70 bilhões de m<sup>3</sup> de madeira em pé;

**Definida** por um clima equatorial, quente e úmido, com pequeno grau de variação térmica anual, com temperatura média de 25/26°, alta umidade relativa do ar, acima de 80%, precipitação pluviométrica anual média de 2.000 mm e insolação total média de cerca de 2.000 horas/anos;

**Irrigada** pela mais extensa e volumosa rede hidrográfica, controlando cerca de 20% da disponibilidade mundial de água doce na superfície terrestre, balizada no seu eixo central pelo rio Amazonas, de extensa penetração continental com cerca de 7.200 km de percurso de suas nascentes, em La Raya, em Vilcanota, pelo ramal do Urubamba-Ucayale, até a sua foz, drenando águas de uma bacia assimétrica que se expande na direção de seus grandes afluentes meridionais, com 16.841 km de rios perenemente navegáveis em território brasileiro, com pequena dedividade no seu eixo principal, e uma vazão de 227.000 m<sup>3</sup> de água por segundo, medida em Óbidos, carreando para o mar 3 milhões de toneladas diárias de sedimentos em suspensão, e com um potencial hidrelétrico estimado pela Eletronorte em 84.377.000 kw;

**Jurisdicionada** por nove países sul-americanos que compartilham o seu domínio político no continente com uma ampla fronteira internacional de 11.085 km e uma costa atlântica de 1.493 km;

**Habitada**, por uma escassa, dispersa e rarefeita população, que ocupa, em forma linear e interrompida, os varzeados ao longo dos seus principais rios, estimada em cerca de 10 milhões de habitantes, no ano de 1976, dos quais 9 milhões no Brasil, constituindo-se no mais extenso inecúmeno terrestre; população que está sendo rapidamente polarizada nos grandes e médios centros urbanos nos dias correntes;

**Explorada** economicamente por atividades extrativa-florestais no “hinterland”, com áreas de economia agrícola de subsistência e culturas industriais nos altos e baixos massapés e varzeados, com manchas de pecuária bovina, pesca artesanal, garimpos e, sobretudo, mineração em extraordinária expansão, que asseguram o desfrute de uma renda média “per capita” anual de cerca de Cr\$ 10.000,00.

**1.2 A Área Legal: A Amazônia dos 9** (seis Estados e três territórios)

Individualizando os principais elementos conceituais, como o fez, em parte, Eidorfe Moreira, podemos destacá-la e definição de modo muito mais sintético ainda, caracterizando-a como uma

bacia hidrográfica, uma província botânica, uma região geográfica, um ecossistema, um conjunto geopolítico, um espaço socioeconômico e uma área legal.

Como área legal, para dar cumprimento ao Art. 199 da Constituição Federal de 1946, discutiu-se muitos os diferentes critérios: o fisiográfico, defendido pelo Conselho Nacional de Geografia e pelo geógrafo Lúcio de Castro Soares; o do revestimento botânico, proposto pelo senador Álvaro Adolfo; e o critério geodésico, apresentado pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres.

A Lei 1.806, de 6.1.1953, acabou por adotar um conceito híbrido, conforme estatuiu o seu Art. 2.º:

“A Amazônia brasileira, para efeito de planejamento econômico e execução do plano definido nesta Lei, abrange a região compreendida pelos Estados do Pará e Amazonas, pelos Territórios Federais do Acre, Amapá, Guaporé e Rio Branco, e ainda a parte do Estado de Mato Grosso ao norte do paralelo 16º, a do Estado de Goiás ao norte do paralelo 13º, e a do Estado do Maranhão a oeste do meridiano de 44º”.

### 1.3 Amazonogonia: Duas hipóteses

Existem diversas hipóteses para explicar a origem e a formação geológica da bacia amazônica. Entre elas a de Hartt, que afirma:

“O Vale Amazônico surgiu como um largo canal entre duas ilhas ou grupos de ilhas, das quais uma constituiu a base e núcleo do planalto brasileiro, e a outra, a do norte, a do planalto guiano. Os Andes, depois, irromperam a oeste, convertendo-a numa bacia, passando o rio Amazonas, que corria para o Pacífico, a desaguar no oceano Atlântico”.

Outra hipótese cosmogônica amazônica explica que:

“A atual região amazônica surgiu como um vasto mar interior fechado pelos contrafortes andinos a oeste, e pelo escudo cristalino do planalto brasileiro, que se desenvolvia então do centro ao oriente atlântico, para unir-se com o sistema guiano, ao norte e nordeste. Posteriormente, o sistema do planalto atlântico, que, possivelmente, se constituía um prolongamento do planalto cristalino sul amazônico, submergiu ao mesmo tempo em que se sublevoou o fundo do mar amazônico, para formar a atual planície, que constitui o assoalho da bacia amazônica. Nesse processo, a bacia que se formou sofreu grandes fraturas, que foram ocupadas pelos leitos atuais dos grandes rios, sendo que a maior delas, na direção do eixo leste-oeste, viria se transformar na calha central ao Rio Amazonas”.

Ambas as hipóteses, embora carentes de confirmação, como muitas outras hipóteses amazônicas, passaram a ter maior credibilidade científica a partir da descoberta dos evaporitos de Nova Olinda e outras formações de sal-gema encontradas pela Petrobras, bem como por outros indícios, como a assimetria que se expande a oeste e sudoeste do Vale, o estrangulamento da planície, o aprofundamento do leito no trecho médio à altura de Óbidos, a existência do Golfão Marajoara e Maranhense, o delta estuário do Canal Norte e do sistema fluvial Araguaia-Tocantins, no rio Pará, as terras firmes de origem terciária pliocênica e os varzeados de origem quaternária pleistocênica-holocênica, os vales tectônicos e as rias de água doce (Ruellan e Sternberg), as baías de boca de Sioli, e

ainda a existência do linhito e carvão no Alto Solimões e as recentes descobertas da Petrobrás na plataforma submarina do Amapá e do delta amazônico.

#### 1.4 A Georregionologia

Basicamente, o universo amazônico, que à primeira vista parece ser uma região unívoca, apresenta grande diversidade regional. Pelo menos cinco grandes regiões geográficas estão identificadas pelo Conselho Nacional de Geografia, com achegas de Lúcio de Castro Soares e outros: 1) Planície Litorânea, 2) Planície Amazônica, 3) Encosta Meridional Guianense, 4) Encosta Setentrional do Planalto Brasileiro, 5) Encosta Oriental Subandina. Dentro dessas, grandes regiões, destacam-se, por sua vez, outras sub-regiões: o Litoral Amapaense, o Golfão Marajoara, o Leste Paraense, a Guiana Maranhense, o Golfão Maranhense, o Peneplano do Alto Rio Negro, a Região Montanhosa Parima-acaraíma, o Peneplano do Alto Rio Branco, a Região Montanhosa da Serra da Lua a Tumucumaque, o Peneplano do Amapá, a Encosta do Planalto Central, a Encosta Pré-Andina, a Grande Calha Central, o Mediterrâneo do Hemisfério Fluvial Austral e o Mediterrâneo do Hemisfério Fluvial Austral e o Mediterrâneo dos Tributários Boreais.

#### 1.5 A Geoecocomia-social das oito Amazôniaas

Levando em consideração os aspectos georregionais, fsiográfico, geoeconômicos e políticos, poderíamos tentar reorganizar o espaço amazônico, nos quais também se incluisse o critério demográfico e locacional do eixo do Rio Amazonas e sua interiorização ao norte, sul, leste e oeste da bacia. Assim teríamos a Amazônia dos 8: 1) Amazônia Oriental e Litorânea, 2) Amazônia Central, 3) Amazônia Setentrional, 4) Amazônia Meridional, 5) Amazônia Ocidental, 6) Amazônia do Planalto, 7) Amazônia Guiano-Orinocense, 8) Amazônia Pré-Andina.

#### 1.6 A Flúvio-limnologia

Na terminologia geográfica regional, os rios amazônicos, de acordo com a cor de suas águas, e conforme estudos efetuados por Sioli, Fittkau, Lúcio Soares, Ab'Saber e outros (**Atas do Simpósio sobre a Biota Amazônica** – Inpa, 1967), distinguem-se:

- **Rios de água branca, amarela ou barrenta** (Solimões, Amazonas, Purus, Madeira, etc.), com as seguintes características: instabilidade dos seus leitos provocada pela erosão fluvial marginal (terras caídas); riquezas em meandros que os levam a divagar nas planícies aluviais; grande concentração de sedimentos argilosos em suspensão; riqueza em sais minerais e matéria orgânica; ambiente ecológico propício ao desenvolvimento da fauna e flora aquáticas, em virtude de sua alimentação, nival e pluvial, provir de regiões mineralizadoras; formação de ilhas e várzeas pela sedimentação e colmatagem.

- **Rios de água preta** (o Negro, entre outros), caracterizados por estabilidade relativa de seus leitos; pequena incidência de erosão fluvial; padronagem ortogonal da rede de drenagem (Sternberg); existência de rias de água doce – vales afogados (“Em Manaus, cinco grandes rias dividem a cidade em seis compartimentos urbanos” – Ab'Saber); encostas íngremes e altas falésias marginais; solos arenosos e areno-argilosos do platô terciário, ácidos e fortemente laterizados; ausência de sedimentos e argilas em suspensão em suas águas; presença de ácido húmico, responsável pela cor preta de suas águas, resultante da decomposição de matéria vegetal do chão das matas alagadas, segundo L. Soares, ou dos fatores de relevo, clima, cobertura vegetal e do solo nutrientes minerais e orgânicos das cabeceiras, segundo Harold Sioli; pobreza de sais minerais e oligoelementos em virtude da drenagem de suas águas provir de terras centrais desmineralizadas pela lixiviação (Fittkau, Sioli); escassez de peixes, animais, insetos e plantas aquáticas e submersas (“rios de fome”); presença de praias argilosas e

argilo-arenosas; pequena quantidade de ilhas sedimentares; ausência de varzeados pelo não carreamento de sedimentos em suas águas, que assim foram apenas igapós as cheias, nas áreas baixas justafluviais.

• **Rios de água clara ou verde** (Tapajós, Xingu, etc.), com as peculiaridades a seguir: diminuto transporte de sedimentos argilosos; terrenos rochosos e arenosos em suas cabeceiras; relativa estabilidade de seu leito pela pequena erosão fluvial; presença de cachoeiras, corredeiras e rápidos nos cursos superiores; nascentes terciárias no Planalto Central brasileiro e no peneplano sul-amazônico; praias de areia branca e baixios arenosos; ausência de várzeas.

Como província fluvial, é importante salientar as funções do Rio-Mar como: 1) via de acesso à navegação; 2) fonte de suprimento de água doce para fins industriais, irrigação e alimentação; 3) agentes de fecundação das várzeas pela sedimentação e colmatagem; 4) viveiro de peixes, animais, plantas e gramíneas aquáticas (canarana).

Segundo o Departamento Nacional de Vias Navegáveis, a malha fluvial navegável do rio Amazonas e seus principais afluentes, em território brasileiro, oferece 16.641 km de “estradas que andam”, nos seguintes trechos e extensões:

<i>Via Fluvial</i>	<i>Trecho Navegável</i>	<i>Quilômetros</i>
<i>Amazonas</i>	<i>Belém – Benjamin Constant</i>	<i>3.369</i>
<i>Negro</i>	<i>Manaus – Tuputuqué</i>	<i>783</i>
<i>Branco</i>	<i>da foz a Caracará</i>	<i>630</i>
<i>Juruá</i>	<i>da foz a Cruzeiro do Sul</i>	<i>1.679</i>
<i>Tarauacá</i>	<i>da foz a Tarauacá</i>	<i>240</i>
<i>Purus</i>	<i>Boca do Purus a Sena Madureira</i>	<i>2.954</i>
<i>Acre</i>	<i>Boca do Acre – Brasiléa</i>	<i>796</i>
<i>Madeira</i>	<i>da foz a Porto Velho</i>	<i>1.180</i>
<i>Tapajós</i>	<i>Santarém – Barra</i>	<i>912</i>
<i>Tocantins</i>	<i>Belém – Peixe</i>	<i>2.017</i>
<i>Araguaia</i>	<i>S. José Araguaia – Baliza</i>	<i>2.041</i>
<b>TOTAL .....</b>		<b>16.601</b>

### 1.7 Província Botânica

Segundo o botânico Carlos Rizzini, do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, em trabalho publicado nas **Atas do Simpósio sobre a Biota Amazônica**, Inpa, 1967:

“A área revestida pela floresta fluvial amazônica ou hileia, globalmente considerada em sua heterogeneidade, abrange quase toda a bacia Amazônica, a bacia do Alto Orenoco, as três Guianas bem como as bacias do Baixo Tocantins até o rio Pindaré-Superior, no Maranhão... e coincide quase com a área de distribuição do gênero *Hevea*”.

Eidorfe Moreira resumiu as características dessa província da forma seguinte: “elevada densidade e variedade de indivíduos botânicos; composição tipicamente heteróclita (mais de 4.000 espécies arborescentes); acentuado grau de estratificação e superposição com os seguintes estratos:

vegetação miúda de ervas, gramíneas e plantas rasteiras; vegetação arbustiva e árvores de modesto porte; vegetação arbórea com copas emergentes que cobrem o conjunto dos estratos”.

Por isso, Pierre Defontaine em **O Homem e a Floresta**, declarou que “a riqueza botânica da Amazônia é a sua pobreza econômica”, e que “a Amazônia constitui verdadeiro museu vegetal; museu de variedade mas também de antiguidade, pois essa floresta é o resíduo de formações florestais que datam das eras terciárias e talvez mais antigas; ela representa um dos mais antigos panoramas da terra, mais antigo do que a maioria das costas e montanhas europeias”.

#### 1.8 Província Hidrelétrica

Os recursos hídricos da bacia do Paraná e seus afluentes, no sudeste e sul, suscetíveis de terem aproveitamento hidrelétrico, deverão esgotar-se dentro de duas décadas, após a conclusão das grandes obras de geração de energia da binacional Itaipu e outros projetos em curso; os da bacia de São Francisco estão próximos do fim, restando apenas a grande reserva hidráulica da bacia Amazônica. O projeto Tucuruí, no Tocantins, é apenas o começo, mas tudo indica que o País se voltará para a Amazônia para produzir os megawatts de que vai necessitar, antes do final do século XX. De energia limpa, não poluidora, esses recursos constituem a alternativa correta e válida “versus” a energia nuclear, cujo programa de tecnologia ultrassofisticada do “jet-nozle” fatalmente terá de ser revisto, levando em conta as perspectivas aterradoras do lixo atômico e do dano ecológico até hoje não resolvido e que está sendo questionado pela inteligência, pelos tecnólogos, ecólogos e também, já agora, pelos economistas e políticos preocupados com o endividamento externo “em bola de neve”, o desequilíbrio conjuntural e estrutural no nosso balanço de pagamentos, e a existência de tecnologia e “know-how” por parte de indústrias brasileiras na construção de grandes barragens e usinas hidrelétricas.

Daí a importância de trazer ao debate nacional a imagem da Amazônia como Província Hidrelétrica. Os estudos e inventários preliminares do potencial hidráulico, levantados pela Eletronorte, indicam uma estimativa de 84.377.000 kw, assim distribuídos:

<i>Rios</i>	<i>Aproveitamento</i>	<i>Potencial instalável (kw)</i>
<i>Gurupi</i>	<i>Jibóia</i>	40.000
<i>Gurupi</i>	<i>Canindé</i>	40.000
<i>Tocantins</i>	<i>Tucuruí</i>	2.460.000
<i>Erepecuru</i>	<i>Chuvisco</i>	120.000
<i>Trombetas</i>	<i>Porteira</i>	934.000
<i>Jatapu</i>	<i>Picapau</i>	78.000
<i>Jatapu</i>	<i>Toloé</i>	196.000
<i>Branco</i>	<i>Caracará</i>	348.000
<i>Mucajá</i>	<i>Paredão</i>	10.000
<i>Cotingo</i>	<i>Uiacué</i>	99.000
<i>Cotingo</i>	<i>Suapi</i>	118.000
<i>Cotingo</i>	<i>Bacurau</i>	192.000
<i>Cotingo</i>	<i>Tamanduá</i>	10.000
<i>Cotingo</i>	<i>Santo Antônio</i>	468.000
<i>Jamari</i>	<i>Cachoeira Samuel</i>	59.000
<i>Madeira</i>	<i>Cachoeira S. Antônio</i>	2.200.000
<i>Rola</i>	<i>Cajueirinho</i>	5.000

<i>Rios</i>	<i>Aproveitamento</i>	<i>Potencial instalável (kw)</i>
	<i>Potencial instalável</i>	<i>7.377.000 kw</i>
	<i>Estudos Tapajós – Xingu</i>	<i>40.000.000 kw</i>
	<i>Estudos Tocantins – Araguaia</i>	<i>7.000.000 kw</i>
	<i>Estimativa Barragem Óbidos</i>	<i>30.000.000 kw</i>
	<i>TOTAL ESTIMATIVA POTENCIAL</i>	<i>84.377.000 kw</i>

### 1.9 O Ecossistema

Toda a região vive em estado de equilíbrio harmônico, destacam Hans Bluntschii, Harold Sioli e Warwick Kerr, no qual árvores, plantas, animais, insetos, pássaros, peixes, fauna e flora aquática e submersa, elementos nutrientes e geoquímicos das águas e a evapotranspiração fluvial se combinam com os elementos do solo, chuva, temperatura, insolação para formar um ecossistema, sobre o qual o homem atua e trabalha. Rompido esse equilíbrio ecológico, sobretudo pelo desmatamento florestal, os solos pobres florestais, com a sua reconhecida acidez, ficam expostos às enxurradas das águas no inverno e à causticante insolação no período seco do verão. A lixiviação, laterização, oxidação, se encarregam de agravar esse desequilíbrio biótico, podendo dele resultar danos irreversíveis.

Sioli, em seu “Studies in Amazonian Waters” (**Atas do Simpósio sobre a Biota Amazônica**, Inpa, 1967), informa, confirmando a tese acima:

Os minerais contidos no chão florestal foram acumulados durante séculos ou milhares de anos. Se a floresta é derrubada e queimada para dar espaço às plantações, esses minerais e os sais nutrientes são liberados nas cinzas. Porém as chuvas se encarregam de levá-los para longe. Somente uma pequena parcela fica durante o plantio e uma parte desaparece com a colheita. É experiência geral que uma “roça” na floresta dá uma boa colheita durante dois anos, no máximo três. O solo fica exaurido porque as reservas minerais da floresta desapareceram. Porém não há razão para trauma, nem desespero para a população amazônica. Queremos apenas dizer que se deve ter todo cuidado para não desperdiçar os recursos, e usar novos métodos que correspondam às condições ecológicas da Amazônia. Tudo deve ser feito para evitar a devastação da Amazônia, devido à instabilidade e à vulnerabilidade do ecossistema.

Já Raimundo Morais dizia:

a chuva faz a mata; e Lúcio Soares: a floresta restitui ao solo, pelas suas folhas, galhos e troncos, os elementos nutritivos que dele retira, garantindo-lhe uma taxa de húmus constante, à custa do qual se mantém, assegurando o equilíbrio ecológico da compensação.

### 1.10 Os Varzeados e a Terra firme

As várzeas amazônicas são constituídas de solos hidropédicos da era quaternária, do período pleistoceno-holoceno, de formação aluvionar, inundadas periodicamente pelas águas dos rios que, ao transportar, em sua correnteza, depósitos, sedimentos, sais minerais e matéria orgânica, realizam, pelo processo de colmatagem, a renovação e reciclagem da camada vegetal das terras. Segundo Lúcio Soares, essa planície de inundação constitui o leito maior do rio Amazonas, formada por extensas faixas de terrenos holocênicos, encaixadas no baixo plano terciário da terra firme, formando o assoalho da bacia e submetida a um constante processo de evolução e crescimento, através da

sedimentação das grandes áreas subfluviais, da colmatagem dos lagos, da deposição de sedimentos durante as cheias e da soldadura de restingas (diques marginais). Elas podem ser classificadas em várzeas de grande largura, até 200 km na região das Ilhas; de largura média, até 50 km, no Baixo Amazonas, de Gurupá à foz do Madeira, e várzeas estreitas, da foz do Madeira ao Alto Amazonas e Maraion.

As terras firmes centrais, por sua vez, são definidas como solos oriundos de terrenos arenosos e areno-argilosos do platô terciário e do peneplano cristalino do período do plioceno, não inundados pelas cheias dos rios, protegidos pela exuberante cobertura arbórea que lhe assegura o equilíbrio ecológico mantido à custa do eixo solo-planta-solo, porém, sujeitos à laterização e lixiviação, bem como à rápida degradação, uma vez removida a proteção florestal, pela exposição aos rigores do calor no verão e às enxurradas das águas nas épocas de chuvas.

O aproveitamento das várzeas amazônicas vem sendo feito, secularmente, pelas populações ribeirinhas através de lavouras de subsistência e culturas comerciais de pequeno eixo, e como campos temporários para criação de gado e localização de vilas e povoados.

Já as terras firmes vêm sendo aproveitadas para a exploração, também desde os tempos coloniais, através das “drogas do sertão”, bem como dos recursos florestais que o homem aproveita sem causar danos ecológicos. Neste particular, revejo o meu pensamento anterior, baseado na tradicional impressão de que o extrator pratica uma economia predatória. Muito ao contrário, ele realiza uma extração seletiva, em busca da seringa, da castanha, da sorva, do pau-rosa, do aguano, do cedro, da caça ao animal silvestre, sem provocar a destruição da floresta. Com os instrumentos primitivos de que dispõe, ele faz parte do ecossistema e vive em estado de equilíbrio com a floresta. Nos rios, ele pesca a tartaruga, o pirarucu, o tambaqui, vira a tartaruga, caça o jacaré, mas não destrói, não extingue, nem polui. O processo poluidor é de outra origem, provém mais das cidades, das indústrias e da prática da agricultura intensiva, com agentes desfolhantes, adubação química, mecanizado, tratorização e desmatamento indiscriminado da floresta, como ocorre hoje com a invasão do **Megaboi**, no norte goiano, matogrossense e sul paraense.

As terras firmes, que constituem o mediterrâneo amazônico, propiciam hoje uma nova fase de ocupação humana na região, através da implantação dos eixos rodoviários, como base de projetos de colonização e fixação de moradia permanente do homem. Se tivermos o bom senso e o equilíbrio necessário de respeitar as condições ecológicas e o meio ambiente, essa ocupação central poderá ter sucesso, sobretudo se através de pequenas e médias empresas se praticar um tipo de criatório intensivo e seletivo, como elemento de complementação das várzeas, prática de silvicultura consorciada, manejo florestal seletivo, agricultura com adubação orgânica e não química, e exploração mineral, eis que, pelas recentes descobertas, a vocação da terra firme está nos seus grandes jazimentos minerais de ferro em Carajás e Jatapu, de bauxita no Trombetas, de manganês na Serra do Navio, de cassiterita na província estanífera de Rondônia, nos evaporitos de Nova Olinda, de linhito e carvão no Alto Solimões, e na possível presença de urânio nas “chaminés vulcânicas” do Alto Rio Negro, e, ainda, no gás e petróleo da Amazônia subaquática da plataforma submarina do Amapá e do Delta Amazônico.

#### **1.11 Dimensão Humana: Conquista, Ocupação e Povoamento**

A Amazônia, diz Capistrano de Abreu, foi uma descoberta espanhola e uma conquista portuguesa, ao contrário do Paraguai, que foi uma descoberta portuguesa e uma conquista espanhola.

Os principais fatos relacionados com a descoberta espanhola da Amazônia vão a seguir assinalados: 1) O Tratado de Tordesilhas de 1494, que, ao estabelecer a linha geodésica divisória Ponta de Marajó-Laguna, firmou o princípio da soberania espanhola, a oeste desse meridiano; 2) O descobrimento da foz do rio Amazonas – “Santa Maria de la Mar Dulce” – por Vicente Yanez Pinzon, em 1500; 3) A primeira descida do rio Amazonas, de Quito ao Atlântico, via rio Napo, pela expedição de Francisco de Orellana (1539-1542); a segunda expedição, seguindo a mesma rota, comandada por Pedro de Ursua e Lopo de Aguirre (1561); 4) As missões religiosas do jesuíta Samuel Fritz do rio Solimões-Cambebas, Tefé e Coari (1686-1704).

A conquista e a ocupação portuguesa deve-se aos fatos a seguir relacionados: A expedição de Francisco Caldeira Castelo Branco, que, partindo do Maranhão, estabeleceu o Forte do Presépio, em Belém do Pará (1616); 2) A primeira subida do rio Amazonas pela expedição comandada por Pedro Teixeira (1637-1639); a construção de outros fortes, além do Forte do Presépio, em Gurupá, Amapá, Óbidos, Barra do Rio Negro, São José de Marabitanas, São Gabriel, São Joaquim, Tabatinga, Príncipe da Beira; 3) O estabelecimento das missões religiosas e aldeias por parte dos jesuítas e carmelitas; 4) As expedições das tropas de resgate de Bento Maciel Parente, Pedro Baião, Jerônimo Freigoso de Albuquerque, Luiz Aranha, Ayres Chichono, Francisco de Medina, Pedro da Costa Favela, Feliciano Coelho, Sebastião de Azevedo e tantos outros; 5) A criação dos dois Estados do Brasil e do Maranhão (1621); 6) A criação das capitanias do Maranhão, Grão-Pará, Cameté, Cabo Norte (1637), Marajó, Xingu, Caeté, São José do Rio Negro (1757), Mato Grosso (1748), Goiás (1744); 7) A união das monarquias espanhola e portuguesa no período de 1580-1620; 8) O Tratado de Madri de 1750 e o Tratado de Santo Ildefonso de 1777, consagrando o princípio do “Uti Possidetis”; 9) A criação da Companhia de Comércio do Maranhão e Grão-Pará pelo marquês de Pombal; 10) A ação do governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado na demarcação das fronteiras (1754); 11) A ação do governador Manuel da Gama Lobo D’Almada, no Solimões, rio Negro e rio Branco (1788-1791).

Os principais fatos da conquista, posse e ocupação brasileira, a partir do Império, são a seguir resumidos: 1) A adesão à Independência por parte do Grão-Pará (11.9.1823) e da Comarca do Alto Amazonas (9.11.1823); 2) As lutas da Cabanagem (1835); 3) A incorporação ao Império do Brasil, pela Constituição de 1824, como províncias, do Maranhão, Pará, Mato Grosso, Goiás e depois a criação da Província do Amazonas em 5.9.1850; 4) A criação, em 1852, pelo visconde de Mauá, da primeira empresa de navegação a vapor; 5) A abertura dos portos e rios amazônicos à navegação para embarcações brasileiras e peruanas, pela Convenção Fluvial de 28.10.1858, e à navegação internacional, pelo Decreto Imperial de 7.12.1867, após a campanha de Tavares Bastos; 6) A imigração nordestina, que no período de 1850 a 1915 deslocou mais de 300.000 “cearenses” para os seringais amazônicos, e o conseqüente “rush” e “boom” da borracha, no período áureo de 1910; A reconquista do Acre por Plácido de Castro, assegurada pelo Tratado de Petrópolis, assinado em 17.11.1903 pelo barão do Rio Branco; 7) O primeiro plano de valorização econômica da Amazônia, elaborado pelo marechal Hermes da Fonseca, convertido na Lei 2.542-A de 5.1.1912; 8) A segunda Batalha da Borracha está na II Guerra Mundial, no período de 1941/1945, que atraiu mais de 150.000 nordestinos para reativar os seringais nativos; 9) O “Discurso do Rio Amazonas”, pronunciado em Manaus, em 10.11.1940, pelo presidente Vargas, que despertou a consciência política brasileira para a Amazônia; 10) A criação do Banco da Borracha em 1942, em conseqüência dos “Acordos de Washington” do mesmo ano; 11) A criação dos territórios Federais de Rondônia, Roraima e Amapá,

em 1943; 12) O art. 199 da Constituição Brasileira de 1946, instituindo o Plano de Valorização da Amazônia; 13) A Lei 1806 de 6.1.1953, institucionalizando o Plano de Valorização da Amazônia e criando a Spvea; 14) A criação da Sudam (1966), em substituição a antiga Spvea, e do Banco da Amazônia, sucessor do Banco da Borracha (1942); 15) A construção dos grandes eixos rodoviários longitudinais de integração da Amazônia ao resto do Brasil, através das estradas Belém-Brasília, Cuiabá-Porto Velho- Rio Branco, Porto Velho-Manaus-Boa Vista e Cuiabá-Santarém, e as transversais Transamazônica e Perimetral Norte; 16) A criação da Zona Franca de Manaus, pelo Decreto-Lei 288 de 28.2.1967; 17) O deslocamento do Comando Militar da Amazônia para o centro geográfico da Amazônia, em Manaus (Dec. 64.366 de 17.4.1969), e a criação das guarnições, pelotões, batalhões e colônias militares na fronteira do arco amazônico e dos Batalhões de Engenharia e Construção em Cuiabá, Porto Velho, Santarém, Manaus e Boa Vista; 18) A criação do programa Polamazônia, instituindo 18 polos agroflorestais e agrominerais; 19) Os grandes programas de exploração mineral de bauxita no Trombetas e processamento de alumínio em Vila do Conde (Alunorte-AIbrás), de ferro em Carajás, da futura siderurgia de Itaquí, da geração de energia elétrica em Tucuruí, e as recentes descobertas de gás e petróleo em Amapá e no Delta Amazônico.

### 1.12 População

A expansão da população brasileira na grande região amazônica, a partir do censo de 1872, demonstra um crescimento populacional a uma taxa média aritmética, não acumulativa, de 4% ao ano, no período de 1872 a 1900; entre as décadas dos anos 20 a 40, essa taxa decresceu para 0,08% ao ano, em função da depressão e da débacle da borracha; no período de 1940 a 1960, subiu para 3,9% ao ano, e entre 1960 e 1970, foi de aproximadamente 4% ao ano.

Eis os números censitários da população das diversas unidades que integram a Amazônia, no período que vai de 1872 a 1970.

	<b>1872</b>	<b>1890</b>	<b>1900</b>	<b>1920</b>
<i>Pará</i>	275.237	328.455	445.356	983.507
<i>Amapá</i>	-	-	-	-
<i>Amazonas</i>	57.610	147.915	249.756	363.166
<i>Acre</i>	-	-	-	92.379
<i>Rondônia</i>	-	-	-	-
<i>Roraima</i>	-	-	-	-
<i>Sub-Total Amazônia Clássica</i>	332.847	476.370	695.112	1.439.052
<i>Maranhão Amazônico</i>	-	-	-	-
<i>Mato Grosso Amazônico</i>	-	-	-	-
<i>Goiás Amazônico</i>	-	-	-	-
	<b>1872</b>	<b>1890</b>	<b>1960</b>	<b>1970</b>
				<b>1977 (estimada)</b>
944.744	1.123.273	1.550.935	2.167.018	2.710.900
-	37.477	68.889	114.359	154.300
438.008	514.099	721.215	955.235	1.151.600
79.768	114.755	160.208	215.290	264.000
-	36.935	70.783	111.064	153.100
-	18.116	29.489	40.885	51.300

	<b>1872</b>	<b>1890</b>	<b>1900</b>	<b>1920</b>
<i>1.462.520</i>	<i>1.844.655</i>	<i>2.601.519</i>	<i>3.603.851</i>	<i>4.485.200</i>
-	-	<i>2.083.232</i>	<i>2.916.000</i>	<i>3.645.000</i>
-	-	<i>286.393</i>	<i>400.000</i>	<i>500.000</i>
-	-	<i>392.164</i>	<i>548.000</i>	<i>785.000</i>
<b>Total Amazônia Legal –</b>		<i>5.363.308</i>	<i>7.467.851</i>	<i>9.415.200</i>

Obs.: A população de 1977 da Amazônia Clássica foi estimada pelo IBGE. A população do Maranhão, Mato Grosso e Goiás Amazônico de 1960 foram estimados pela Spvea, e as de 1970 e 1977 pelo autor, por extrapolação. No entanto, recente inventário geodemográfico procedido pelo autor, com base na população das microrregiões da Amazônia Legal, e com base nas estimativas do IBGE em 1.7.1975, dá um total de apenas 7.551.472 habitantes na Amazônia Legal.

### 1.13 Contexto Cultural-Político

O complexo cultural amazônico compreende um conjunto tradicional de valores, crenças, atitudes e modos de vida formadores da organização social e um sistema de conhecimentos, práticas e usos de recursos extraídos da floresta, rios, terras e águas, responsáveis pela subsistência econômica, desenvolvidos pelo homem e sociedade amazônicas, ao longo de um processo histórico, iniciado pelo índio, aos quais foram sendo incorporados, por via de assimilação e difusão, instituições, instrumentos, técnicas, incentivos e motivações, transplantados pelos colonizadores europeus e imigrantes nordestinos, que definiram a atual estrutura social baseada em uma economia agromercantil-extrativa, orientada para os mercados externos e vinculada aos centros dominantes do exterior e do Centro-Sul do País. Somente a partir dos anos 70, por força do processo de integração econômica, é que a sua cultura vem recebendo o impacto da tecnologia industrial e crescente polarização urbana.

Dentro desse contexto, podemos destacar os seguintes contingentes formadores do quadro de referências culturais: a) de origem indígena-cabocla; b) português-hispânica; c) europeia, predominantemente inglesa; d) norte-americana; e) semítica; f) asiática; g) cearense-nordestina; h) de integração brasileira;

#### **a) Contribuição indígena-cabocla**

Os índios que iniciaram a ocupação humana da Amazônia e os seus descendentes caboclos (do tupi **cac-boc**, “tirado ou procedente do mato”, segundo Teodoro Sampaio), desenvolveram as suas matrizes histórico-culturais em íntimo contacto com o ambiente físico, adaptando-se às peculiaridades regionais e oportunidades econômicas oferecidas pela floresta, pela várzea e pelo rio, deles retirando os recursos materiais de sua subsistência. O rio, como meio de transporte e comunicação, e a várzea como base do trabalho agrícola, ambos formando um sistema regulador do plantio, da colheita, e da pesca em função da dinâmica das cheias e vazantes; a floresta como fonte de suprimento de matérias-primas, caça, frutos, alimentos e drogas. Os utensílios e instrumentos técnicos criados, embora primitivos, e as relações ecológicas estabelecidas, se desenvolveram em função dessas exigências, virtualidades e necessidades, que individualizaram os seus traços culturais dominantes.

Desse complexo indígena-caboclo destacam-se as contribuições e traços culturais mais importantes referentes à: 1) práticas agrícolas, roçados de mandioca e cultura de subsistência; 2) técnicas de desmatamento pela broca, queimada e coivara; 3) coleta e identificação dos produtos florestais, entre eles a seringa, a castanha, a sorva, o limbo, o guaraná, o ipadu, a ipeca, o cravo, a

canela, a piaçava e o tucum; 4) os frutos silvestres p. ex. o tucumã, açaí, bacuri, mari, pupunha, murici, cupuaçu, bacaba, uxi, mangaba, sorva, piquiá; 5) os hábitos alimentares baseados no complexo mandioca: farinha d'água, tapioca, beiju, caribé, goma, tucupi, tacacá e maniçoba; 6) no complexo alimentar peixe, pela identificação e pesca das principais espécies: pirarucu, tambaqui, sardinha, tucunaré, piramutaba, pacu, jaraqui, piraíba, etc.; 7) na caça dos animais silvestres e para fins industriais, tal a onça, a capivara, o tatu, o macaco, o veado; 8) na apanha dos bichos de casco, no caso, a tartaruga, o capitari, o jaboti, o tracajá, o muçua; 9) nos meios de transporte, como a montaria, a igarité, a balsa e a jangada; 10) nos tipos de casa e abrigo, como a maloca, o tapiri, a maromba; e os materiais de construção, como a paxiúba, a palha, as madeiras, etc.; 11) nos nomes dados às coisas, aos bichos, às plantas, aos rios e aos lugares que constituem a riqueza da toponímia regional; 12) no artesanato de cuias, paneiros, cestos, redes, e nas obras de cerâmica marajoara e tapajônica, as mais altas manifestações criadoras da arte indígena amazônica.

Esse período primitivo de nossa história designei de **Era dos Cebês**, em homenagem aos **caboclos suburuçus, vento de prua, pupa de lancha, bandêra azul** (do tupi **cac-boc**, “tirado do mato”) e aos cabanos do irredentismo amazônico, de 1835 (na Amazônia os seus adversários eram chamados de **bem-te-vis, bicudos, marinheiros, pés-de-chumbo**), que vem provar que os caboclos, com o seu gênio paciente, têm também aqueles momentos de turbulência dos **cebês** atmosféricos.

#### **b) Contribuição portuguesa-hispânica**

O português e o espanhol, no processo de conquista e ocupação da Amazônia, transplantaram e difundiram os valores e símbolos culturais europeus de que eram portadores. A sociedade amazônica, ao receber o impacto dominante desses valores e sistemas, aculturou-os, por via de submissão, acomodação, assimilação ou conflito, sobrepondo-os ou integrando-os à sua própria cultura original.

Dentro desse complexo de ação e interação cultural, podemos assinalar as principais contribuições: 1) a mestiçagem decorrente da conquista e colonização, pois o conquistador espanhol ou sertanista português vieram para fazer a Amazônia, ou abrigados ou com fins políticos de domínio colonial e de cobiça mercantilista para fins de enriquecimento. A ausência da mulher ou da família que ficou na metrópole constituiu forte incentivo à mestiçagem cabocla; 2) a conquista à força pelas tropas de resgate com vista a obter mão de obra servil ou escrava para o trabalho nas aldeias ou para a coleta das drogas, ou como guia, mateiro e remador; 3) a pacificação das tribos, através da mencebia e ou casamento do colono com as filhas do tuxaua, expediente conhecido e praticado entre a nobreza europeia para unir monarquias e firmar alianças; 4) a destruição dos valores da cultura índia, através das missões e do processo de conversão do gentio, muito embora compensado pelo trato paternalístico de fins místicos e pastorais; 5) a influência sexual da cunhantã-poranga atraída para a alcova ou para a cozinha; 6) a introdução da fala portuguesa e espanhola que fez da Amazônia países lusofonos, tiberofonos ou hibridofonos por associação com o linguajar nativo; 7) formação da classe dominante mercantil e da liderança política; 8) organização comercial colono-imperial; 9) hábitos alimentares, modos de vestir e educação europeia que prevaleceram até muitos tempos após a Independência; 10) organização jurídica baseada nas ordenações do Reino, e na política oriunda dos modelos de origem ou adquiridas pela sua função colonizadora na África e na Índia; 11) introdução do boi na Ilha de Johannes (Marajó), Óbidos, Santarém e Rio Branco, e de animais e plantas

alimentares e industriais; 12) introdução do arroz branco de Carolina e de máquinas de descascar arroz no Maranhão, pela Companhia de Comércio do Grão-Pará, em 1755; 13) desenvolvimento das plantações do cacau nativo e a introdução do café da Guiana Francesa por Francisco de Melo Palheta, em 1727; 14) valores religiosos, litúrgicos e preter-naturais; 15) técnicas e formas de construir casas, aldeias, vilas, povoados e cidades de estudo e arquitetura típica; 16) processo militar de conquista baseado na construção de fortes, que serviam como núcleo para o aldeamento, ponto de apoio logístico e preservação da soberania portuguesa e espanhola em conflito entre si ou para expulsão dos batavos, ingleses, franceses, que também cobiçavam a posse da terra; 17) astúcia política dos estadistas coloniais que conseguiram vencer, do lado português, a bipolarização mundial do Tratado de Tordesilhas e empurrar o meridiano para as fibras andinas e guianenses através dos Tratados de Madrid, Santo Idelfonso e outros, com a criatividade jurídica do “*Uti possidetis*”.

Os colonos portugueses tiveram assim importante função no estabelecimento dos quadros organizacionais da atividade econômica, social e política, tanto nas cidades quanto no interior. Iniciando-se, na fase colonial, como classe política dominante, com o surgimento das atividades agrícolas e florestais, tornaram-se agentes dominadores, suprimindo a essas atividades a liderança empresarial necessária, como produtores, mercadores, exportadores e comerciantes, posição oligopolista que conseguiram manter até o advento de novas correntes culturais mais dinâmicas.

Ainda durante a fase da borracha, os imigrantes lusos, atraídos pela fortuna, foram os pioneiros na organização do sistema mercantilista de intercâmbio, representado pelo comércio típico de aviadores. Como casas aviadoras, as firmas portuguesas estabeleceram as bases e linhas logísticas de suprimento “rio-acima” de mercadorias para a produção na selva, à base do crédito pessoal, recebendo, em contrapartida, “rio-abaixo”, mediante “conta-de-venda”, os gêneros e produtos extrativos destinados à exportação, realizando assim o intercâmbio de partidado, base do sistema aviador-exportador. Esse período histórico da economia amazônica o denominei de **Era dos Jotas**, pela prevalência dessa letra nas iniciais das firmas portuguesas de então.

À medida que a economia amazônica atingia o pico da prosperidade, os portugueses e seus descendentes brasileiros, naturalmente, tiveram o seu prestígio econômico acrescido pelo enriquecimento, melhorando ainda mais o seu “status” na classificação social e política. Essa promoção econômica permitiu, inclusive, a manutenção do constante contato e dos vínculos com as suas bases culturais e familiares do além-mar, através de viagens, educação dos filhos, remessa de mesadas para seus familiares, regressando muitos deles definitivamente às suas quintas em Portugal – uma espécie de “paróias” lusitanos – deixando aos filhos, já brasileiros, a continuidade dos seus negócios.

Com forte pendor pelos bens de raiz, iniciaram nessa fase grandes inversões no campo imobiliário residencial, criando assim condições de habitabilidade nas duas principais cidades amazônicas, transformando-se assim em rendeiros e senhorios. Essa posição permitiria, inclusive, o domínio também do mercado varejista, nos ramos de “secos-e-molhados”, pela localização de mercearias e botequins nas principais esquinas das cidades. Essa função varejista seria assumida pelos portugueses de classe média e de renda inferior, que assim obtinham a oportunidade, através de duro labor, para se promoverem econômica e socialmente, o que permitiu a muitos sobreviverem durante o

período crítico da depressão. Com a reativação da economia, voltariam novamente a desempenhar o seu papel como empresários nessa fase subsequente.

### **c) Contribuição europeia, predominantemente inglesa.**

Os ingleses foram atraídos para a Amazônia ao findar o século XIX e durante o “boom” da borracha, no auge do seu prestígio imperial, nela realizando a mais importante tarefa cultural pela transferência de tecnologia e inversão no campo da infraestrutura econômica. Desempenhando o papel de inovadores da tecnologia ocidental, criada a partir da Revolução Industrial, os investimentos ingleses se dirigiam para a formação de empresas concessionárias de serviço público, e assim criaram as pré-condições estruturais para todo o processo de desenvolvimento ulterior, pela formação de economias externas nos setores de navegação, portos, energia, telefonia, telegrafia, transportes, distribuição de água, rede de esgotos e outras facilidades construídas nos polos dominantes de Manaus e Belém.

É numerosa a relação dos empreendimentos britânicos na Amazônia durante esse período. Dentre eles, destacamos as seguintes companhias inglesas: “Port of Pará”, “Pará Electric Co.”, “Para Telephone Co.”, “Amazon River Steam Navigation Co. Ltd.”, “Amazon Engineering Co.”, “Manaos Harbour Ltd.”, “Manaos Tramways & Light Co. Ltd.”, “Manaos Improvement Ltd.”, “Manaos Market Co.”, “Booth Line Co.”, “Bank of London & South America Ltd”.

No meu abecedário econômico e sociológico de cordel, denominei esse tempo inglês-histórico de **Era dos Pês e dos As**, pela prevalência dessas duas siglas nas companhias inglesas e europeias.

Ao lado das companhias inglesas estabeleceram-se, também, nessa época, na Amazônia, durante o período áureo da borracha, empresas privadas de capitais portugueses, franceses, alemães e outros, sobretudo no setor de aviamentos, comercialização e exportação de produtos regionais, a maioria delas já desaparecidas. Entre elas destacamos as seguintes: “Ahlers & Co.”, “A. de la Rivière & Cia.”, “Albert H. Alden Limited”, “Armazens Andersen”, “A. Meirelles & Cia.”, “A. A. Antunes & Cia.”, “Aníbal Coutinho & Cia.”, “Barbosa & Tocantins”, “Braga Sobrinho & Cia.”, “B. Levy & Cia.”, “Coutinho & Cia.”, “Cunock Schrader & Co.”, “De Lagotellerie & Cie”, “D. Costa & Cia.”, “E. Kington & Cia.”, “General Rubber Co. of Brazil”, “Gruner & Co.”, “Gordon & Co.”, “H. A. Astlett & Co.”, “Higson & Co.”, “I. Serfaty & Cia.”, “J. G. Araújo & Cia.”, “J. Soares & Cia.”, “Leite & Cia.”, “Levy Frères & Cie.”, “Mesquita & Cia.”, “Neale & Staats”, “Pires Teixeira & Cia.”, “Pereira Lemos & Cia.”, “R. Suarez & Cia.”, “Suarez Hermanos”, “Semper & Co.”, “Sholtz Hartze & Co.”, “Société Picolet”, “Sluglehurst Brocklehurst & Co.”, “Theodor Levy & Co.”, “Zarges Ohlinger & Co.”.

Na minha literatura folclórica empresarial de cordel, dei o nome a esse período de Era **Alfa-Ômega**.

As sementes de hévea levadas da Amazônia, em 1876, por Henry Wickham Steed, e reproduzidas em “Kew Gardens”, em Londres, deram origem às plantações coloniais inglesas do Ceilão e Malásia, que haveriam, a partir de 1912, de dominar os mercados mundiais da borracha, provocando a baixa dos preços e o conseqüente colapso da economia amazônica, fundada no monopólio da escassez. A domesticação e agriculturação da hévea constituíram uma revolução da tecnologia silvícola sobre o empirismo da economia silvestre.

O impacto cultural proveniente da heveicultura provocou reações diferentes na Amazônia. Esse desafio tecnológico, muito embora pressentido por alguns homens lúcidos da Amazônia, não chegou a despertar a sensibilidade de outros setores responsáveis que somente dele se aperceberam tarde demais. Assim é que o Congresso Comercial, Industrial e Agrícola, realizado em Manaus, em 1910, recomendava a imediata formação de seringais de plantação para competir com o produto asiático, para evitar o colapso econômico. Apesar da vocalização das intenções, declaração de propósitos e exortações, acabou dominando a filosofia imobilista do “laissez-passer”, bem representada na seguinte proclamação otimista e ufanista, transcrita do Álbum do Pará, compilado a pedido do governador Dr. Augusto Montenegro, publicado em 1910:

Não precisamos nos preocupar com as plantações de borracha que surgiram na Ásia. As condições climáticas, especiais, do Vale Amazônico, o novo sistema de beneficiamento do nosso produto, que atualmente está sendo aplicado com tanto êxito às nossas colheitas da Hévea, as imensas extensões de nossas regiões seringueiras, algumas ainda inexploradas, e, finalmente, as inúmeras necessidades da indústria moderna, nos permitem fazer pouco caso do que os outros estão realizando no mesmo setor: Com efeito, se não considerássemos um dever acompanhar as descobertas científicas relacionadas com a borracha da Índia, poderíamos, perfeitamente, ignorar por completo as plantações estrangeiras.

A base cultural e psicológica dessa filosofia imobilista, que acabou por prevalecer, pode ser explicada como: 1) uma forma alternativa compensadora de frustração para enfrentar o desafio tecnológico; 2) mecanismo de fuga a realidade mediante apelo às virtudes mágicas do produto nativo; 3) incapacidade técnica de uma economia empírica que não criou uma estrutura social estável e nem recursos necessários para formar os quadros técnicos responsáveis por soluções racionais; 4) tentativa de sobrevivência e autopreservação do “status-quo” tradicional do sistema, apesar do envelhecimento da estrutura dominante.

A esta última corrente do pensamento, denomino no meu **abc matuto-erudito** de **Era dos iotas** (no sentido inglês da expressão: coisa sem importância, desprezível, muito pequena. Vide **Novo Dicionário Inglês de Michaelis**).

A contribuição cultural europeia e Amazônica não se limitou, no entanto, aos aspectos materiais e às relações de trocas mercantis, porém se desenvolveu, paralelamente, no campo da ciência, através de cientistas, expedições botânicas, etnográficas, geográficas e geológicas, que percorreram e trabalharam na região.

Tais expedições, inglesas, francesas, alemãs, americanas, muito contribuíram, juntamente com cientistas brasileiros, para melhorar o conhecimento científico da região, dentro das limitações do seu tempo, bem como serviram para revelar a natureza, os segredos e as potencialidades dos recursos naturais, lançando assim as bases de uma futura tropicologia amazônica, que deverá definir, através da pesquisa e da experimentação, a tecnologia necessária para armar o homem com os instrumentos, o conhecimento e os recursos para o seu desenvolvimento.

Entre esses cientistas e expedições destacamos, entre outros: Charles Marie de la Condamine (1771-1774), Von Martius (1794-1868), Alcide D'Orbigny (1802-1857), Louis Agassiz (1807-1873), Alfred Russel Wallace (1823-1913), Charles Hartt (1840-1878), Orville Derby (1851-1915), Jules Crevaux (1847-1882), Henry Coudreau (1859-1899), Koch Grunberg (1872-1924), e, em épocas

menos recuadas e mais recentes: Levy Strauss, Curt Nimuendaju, Paul le Cointe, A. Metraux, Pierre Grourou, Pierre Deffontaines, Harold Sioli, Ernest Fittkau, H. Klinge e tantos outros. Esses cientistas amazônicos, no meu Romanceiro, entram, com todo o respeito, na faixa da **Era do Logos**.

#### **d) Contribuição norte-americana**

A participação do contingente cultural norte-americano é mais recente, sendo de assinalar a sua presença em substituição ao poder e influência declinantes dos países europeus. Esta atuação, no entanto, está condicionada às limitações e às contingências contemporâneas prevaletentes em quase todas as regiões ou países sub ou “lumpen-desenvolvidos”<sup>1</sup> ditadas pelo ressentimento e receio de que se transformem na força cultural dominante, em face do espaço vazio amazônico. A despeito destas limitações, podemos ressaltar, de modo genérico, as seguintes contribuições: 1) empreendimento malogrado de colonização, tentado por famílias sulistas dos Estados Unidos, durante a Guerra de Secessão, que se estabeleceram próximo a Santarém, e cujos descendentes se mesclaram com os nativos e perderam o ímpeto pioneiro; muitos deles, da velha geração **mocoronga**, ainda recebem pensão de guerra do governo americano; 2) construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, obrigação do governo brasileiro clausulada no Tratado de Petrópolis de 1903; 3), experiência pioneira agrícola, no campo da heveicultura amazônica, realizada pela Companhia Ford, em Fordlândia e Belterra, no Tapajós, que, a despeito do vulto do investimento superior a dez milhões de dólares, terminou em fracasso, resultante da praga da “Dothidela ulei” (mal das folhas) e do desinteresse da própria empresa, que a entregou ao governo brasileiro por um preço simbólico; 4) obras de saneamento básico por intermédio da “Fundação Rockefeller” e posteriormente em associação com o Serviço Especial de Saúde Pública; 5) esforço e mobilização de guerra para reativação da economia extrativa da borracha silvestre, resultantes dos “Acordos de Washington” de 1942, dos quais resultou a famosa Batalha da Borracha, a criação da “Rubber Development Corporation” e do Banco da Borracha, de cujo capital inicial o governo americano participava com 40%, posteriormente vendido ao governo brasileiro; 6) participação minoritária no complexo minerador de manganês do Amapá – Icomi – em associação com capitais brasileiros, o primeiro grande projeto de mineração na Amazônia, no complexo Porto de Santana – Estrada de Ferro – Serra do Navio; 7) empreendimento do grupo Daniel Ludwig em Monte Dourado, no rio Jarí, no Pará, o primeiro grande projeto agro-pecuário-florestal, com base na adaptação do cultivo da **Gmelinea arborea**, do arroz e da pecuária; a descoberta, prospecção e início da lavra da bauxita no rio Trombetas e Oriximiná, da Mineração Rio do Norte, da Alcan, em consorciação com grupos estatais brasileiros; 8) programa de intercâmbio científico e universitário, através do projeto Aliança para o Progresso, “Peace Corps”, Operação Pan-Americana e outras de agências de desenvolvimento; 9) desafio tecnológico ao monopólio das especiarias florestais, pela síntese química de fibras, óleos, gomas e essências; 10) contribuição científica e tecnológica para ajudar a criação de uma tropicologia econômica regional. Esse período de grande significação pelas perspectivas que se abrem para o futuro amazônico, através do elevado grau de sofisticação cultural e técnica dos americanos, merece a designação de Era do Y, que corresponde ao Ypsilon grego, ou ao “Pissilone” da conotação popular.

#### **e) Contribuição semítica**

As primeiras famílias de origem e fé judaicas se estabeleceram na Amazônia a partir de 1820, conforme atestam as sepulturas no cemitério de Belém, Cametá, e Santarém, muito antes do “boom”

da borracha haver adquirido “momentum”. Provinham, em sua maioria, da norte da África, especialmente de Tanger, Fez, Tetuan, Rabat, Casablanca, do Marrocos Francês e Espanhol e Argélia, que lá se estabeleceram após serem expulsos pela inquisição espanhola (1492) e portuguesa. Eram todos judeus sefaraditas (Sefarad em hebraico significa Espanha) que se haviam estabelecido nessa parte do continente cultural afro-ibérico após a diáspora. A expulsão dos sefaraditas da península ibérica deu origem a três correntes migratórias: 1) uma foi para a Holanda, e representantes dela chegariam ao Brasil no tempo de Maurício de Nassau, tendo participação ativa no eixo do açúcar; fundaram o primeiro rabinato em Recife, em terra das Américas, e daqui, após a expulsão dos holandeses, foram se localizar em Curaçao, Surinam, nas Antilhas e na Ilha de Barbados, onde fui encontrar, em uma de minhas viagens, um velho cemitério de judeus-batavos-brasileiros, na capital de Bridgetown, com lápides esculpidas em português, datadas do séculos XVI e XVII; 2) a segunda corrente se dirigiu para o Cairo, ao tempo de Maimonides, indo parar em Smyrna e Istambul, onde encontrei, ainda em 1972, a velha geração falando fluentemente o ladino e o espanhol medieval do tempo de Cervantes, e que ainda conservavam as chaves de suas casas de Toledo, de onde haviam sido expulsos quatrocentos anos antes, e de lá se expandiram até a Bulgária; 3) a terceira corrente foi se localizar no Marrocos Francês e Espanhol e nas Terras de Marrakesh e Malgrebe. Desta última corrente, centenas de famílias vieram parar na Amazônia. Por que, ninguém sabe<sup>2</sup>.

A característica principal desse movimento residiu no fato de que, ao contrário da maioria dos outros imigrantes, ela foi uma imigração familiar, fazendo-se acompanhar da mulher e dos filhos. Isto se deve ao caráter gregário e doméstico da vida judaica, milenarmente presa aos valores culturais e religiosos centralizados em torno da família e da comunidade, que procuram criar como forma para assegurar a sobrevivência de sua própria cultura e tradição.

Esses imigrantes se localizaram, inicialmente, nas pequenas cidades do interior do Pará e Amazonas, como Cameté, Almerim, Alenquer, Óbidos, Santarém, Aveiros, Itaituba, Itacoatiara, Tefé, Humaitá, Porto Velho, além de Belém e Manaus, trabalhando como empregados em escritórios e estabelecimentos comerciais de aviamento e como regatões. Mais tarde, já no período áureo do eixo da borracha, se iniciou a fase de sua promoção econômica como arrendatários e proprietários de seringais, no interior, ou como compradores de produtos regionais nas praças de Belém e Manaus. O colapso e a estagnação econômica na Amazônia, durante as décadas dos anos 20, 30 e 40, determinou o seu êxodo para as duas capitais amazônicas, onde tentaram sobreviver, ou daqui partiram para se fixar no Rio de Janeiro, onde se integraram a comunidade religiosa da Sinagoga “Shel Guemilut Hassadim”, da rua Rodrigo de Brito, cujos membros são todos amazonenses e paraenses, ou seus descendentes. Os que ficaram na Amazônia, através dos descendentes brasileiros da primeira e segunda geração, iriam ter um destacado papel quando a classe empresarial dominante, constituída pelas grandes firmas inglesas, alemãs, francesas e portuguesas, desapareceu ou deixou de operar no mercado de exportação regional, essa retirada abriu caminho para a sua ascensão econômica e social urbana.

Com a reativação da economia amazônica, durante a Grande Guerra, e depois dela, esses empresários amazônidas foram estimulados e atraídos para o campo industrial, através de indústrias de beneficiamento de produtos e matérias-primas regionais, e, posteriormente, para o setor de transformação propriamente dito.

A contribuição cultural dessa corrente imigratória e de seus descendentes brasileiros-amazônidas não se esgota, no entanto, na provisão de quadros empresariais no campo mercantil-industrial, que ajudaram a formar para dar continuidade ao intercâmbio do comércio exterior e iniciar o processo do desenvolvimento industrial. Ela se projeta, também no campo das profissões liberais, magistério secundário e universitário e no próprio campo político. Uma mais detalhada investigação histórica dessas famílias de origem judaica na Amazônia ajudaria a entender o processo do dinamismo familiar, como um dos quatro agentes catalíticos do desenvolvimento econômico, conforme a tese defendida por François Perroux. Para facilitar esse estudo, relacionamos a seguir as principais famílias-tronco, cujas vozes e sobrenomes judaicos colorem o caleidoscópio humano e cultural da Amazônia, ao lado das vozes e origens familiares portuguesas, sírias, nordestinas e caboclas: Aben-Athar, Abecassis, Alcaim, Aguiar, Alves, Abishara, Abissró, Anijar, Anzalak, Abensur, Assayag, Athias, Aflalo, Azulay, Appenzeler, Baruel, Barcessat, Barsol, Benayon, Benzecry, Benzaquem, Benchimol, Benoliel, Bensabat, Bemergui, Benarrós, Bensadon, Bension, Bemuyal, Bensiman, Beniflah, Benjó, Bentolila, Benemond, Benassuly, Bendahan, Benesby, Benchaya, Bohadana, Bainerman, Bern, Bentes, Cohen, Cagy, Danan, Dahan, Dray, Essucy, Elgaly, Ezagui, Esquenazi, Farache, Fahri, Fink, Foinquinos, Gabay, Gonçalves, Gassman, Gerzwolf, Garson, Hanan, Hamu, Hazan, Guinum, Israel, Kahané, Klein, Kislánov, Laredo, Levy, Lassery, Larrat, Morluf, Medina, Melul, Minev, Nahon, Obadia, Ohana, Pacífico, Perez, Pinto, Pazuelo, Querub, Rofé, Sabbá, Siqueira, Serruya, Sicsu, Salgado, Semtob, Schwartz, Serfaty, Toledano, Tapieiro, Tobelem, Taub, Weil, Zagury.

No meu **Aleph-Beth** bíblico cultural e econômico da história amazônica, denominei o período histórico de sua atuação como **Era dos Bês** ou **dos Ben** (em hebraico o prefixo **Ben** significa filho, que corresponde ao **Bar** do aramaico, ao **Ibndo** árabe, ao Mac do escocês, ao O' do irlandês, e aos sufixos Sen do escandinavo, ao Son do inglês, ao Cu do romeno, ao Iche e Evna do russo, ao Ian do armênio. Nas línguas latinas, a indicação da filiação não é feita pela prefixação ou sufixação incorporada aos sobrenomes, e sim, pela indicação separada de Filho, Júnior, Sobrinho, Neto, etc.).

Dentro do grupo semítico destacamos, outrossim, a participação ativa dos sírios e libaneses que emigraram para a Amazônia no princípio deste século e durante o período áureo da borracha. Essa corrente cultural sírio-libanesa também se realizou na forma familiar, dado o caráter gregário e comunitário dessa cultura tradicional do Oriente Médio. O processo de sua ascensão social e econômica se iniciou através do comércio ribeirinho, destacando-se nessa fase principalmente como regatões, tipo social e comercial surgido das contingências do meio ambiente, em flagrante desafio aos aviadores tradicionais, ao monopólio dos seringais e dos “rios fechados”, dos “Coronéis de Barranco”, e do comércio urbano, através do teque-teque, como pioneiros do sistema de venda atual do crediário, em desafio também ao domínio dos grandes estabelecimentos comerciais. A persistência, sobriedade e ambição, natural em todo imigrante, foram fatores de sua rápida ascensão, já na fase final do ciclo da borracha, quando conseguiram firmar-se no próprio domínio dos barracões dos seringais, em concorrência com as outras correntes de imigrantes, especialmente no Acre e nos altos rios e nas cidades de Belém e Manaus.

O êxodo das populações rurais para as cidades viria ensejar as oportunidades para a revelação da capacidade empresarial desse grupo cultural, que assim se promoveu, ou através de seus

descendentes já integrados à vida amazônica, no comércio, na indústria, na política e no exercício das profissões liberais.

Seria importante que alguém realizasse uma pesquisa junto a esse grupo cultural, através da história e das vicissitudes das famílias-tronco sírio-libanesas e seus descendentes brasileiros, radicados na Amazônia, a seguir relacionadas: Abrahim, Aucar, Assmar, Akel, Azize, Azaro, Assef, Abujanra, Assi, Abinader, Atala, Abdala, Bulbol, Bichara, Balut, Chamiê, Chibly, Chehuan, Chady, Chama, Daou, Dib, Elias, Fares, Fadul, Hage, Harb, Hauache, Hatoum, Haddad, Jezine, Kizem, Mansour, Mady, Mamede, Makarem, Monassa, Mussa, Nadaf, Nasser, Razac, Raman, Said, Sahado, Salem, Seffair, Salurn, Salame, Tadros, Tufic, Tuma.

Na minha **arbia** folclórica ou **aravia** ou **algaravia**, conforme registra o Aurelião, do romancista econômico historicista da região, batizei o período de sua atuação e ascensão como a **Era dos Primos**, em homenagem a Ismael, filho do patriarca Abraham com Agar.

#### **f – Contribuição asiática**

Em 1929, foi fundada pelo Sr. Isukasa Uetsuka a Companhia Industrial Amazonense, que adquiriu uma área de 10.000 hectares, situada a 3 km à jusante de Parintins, denominada Via Amazônia, cujas condições, segundo os seus promotores, eram semelhantes as do vale indiano do Ganges. Esse empreendimento, idealizado com o objetivo de promover a imigração e colonização japonesa em terras da Amazônia, estaria destinado a desempenhar importante papel na criação da primeira grande lavoura comercial na região – a juta.

Trazidas as primeiras sementes do Japão pelo Sr. Uetsuka, as experiências iniciais fracassaram, apesar do envio à Índia do engenheiro agrônomo Issaku Kino, em 1933, para estudar o seu cultivo “in loco” para, no seu regresso, instruir e orientar as cem famílias de colonos localizadas na Vila Amazônia. Essa experiência de aclimatação foi salva “por graças do céu”, segundo expressão do Sr. Riota Oyama, quando este encontrou em sua granja, semeada no dia 20 de outubro de 1933, dois espécimes de juta, um dos quais veio a fenecer e o outro cresceu até atingir a altura de quatro metros, sem ramos inúteis e de caule robusto. As primeiras sementeiras, partindo da única planta sobrevivente, foram plantadas em 1934 a 1936, para, finalmente, em 1937, o Sr. Oyama, juntamente com o seu amigo Yoshimasa Nakauchi, obter as primeiras nove toneladas de fibra de juta que foram enviadas ao mercado. Aclimatada a juta, a imigração japonesa foi interrompida pela II Grande Guerra, quando a propriedade Vila Amazônia foi desapropriada pelo Governo, extinguindo-se assim a primeira grande experiência agrícola estrangeira, de base empresarial, na Amazônia. No entanto, esses esforços não foram em vão, pois os caboclos facilmente assimilaram a técnica do cultivo, colheita, maceragem, batção e secagem da juta, cuja cultura se espalhou nos varzeados do Médio e Baixo Amazonas, abrangendo Alenquer, Óbidos, Santarém, Oriximinã, Parintins, Urucurituba, Urucará, Itacoatiara, Manaus e Manacapuru.

Ainda na área do Baixo Amazonas, outra experiência agrícola japonesa se iniciou no mesmo ano de 1929, com a criação da Companhia Nipônica de Plantação do Brasil, extinta em 1942, no distrito colonial de Mulata, perto de Monte Alegre, onde está localizado um Núcleo Colonial do antigo Instituto Nacional de Imigração e Colonização, que, em 1966, contava com mil lotes coloniais cultivados por 800 famílias de colonos brasileiros e cem famílias japonesas, com uma população de cerca de 6.000 habitantes. Esse núcleo, iniciado pelos nipônicos, chegou a constituir um importante

centro de cultivo de milho, feijão, tabaco e juta, formando ao lado do planalto agrícola de Santarém a mais importante área agrícola de subsistência do Médio e Baixo Amazonas.

A jiticultura transformou a paisagem agrícola, econômica e cultural do Baixo e Médio Amazonas. Cultura de pequeno ciclo, típica dos varzeados, ao longo dos beiradões da Calha Central; plantada e colhida na época das vazantes, aproveitando a riqueza dos sedimentos, sais minerais e matérias orgânicas trazidos nesse período pelas águas barrentas e ricas do Amazonas; trabalhada em regime de economia familiar, de pequena e média propriedade, que a torna, do ponto de vista social, importante sob o aspecto da difusão e distribuição de renda; apoiada por crédito direto, mais fácil e acessível, em virtude da proximidade da rede bancária; garantida por preços mínimos oficiais reajustados anualmente; apoiada pela indústria de fiação e tecelagem que se localizou em Manaus, Parintins, Santarém e Belém; tem o seu destino assegurado pela própria vocação ecológica da terra e pela sua importância como insumo básico para o condicionamento das grandes safras brasileiras de café, milho, açúcar, e outros cereais do Centro-Sul.

Com uma área cultivada de 58.306 hectares, produção de 62.226 toneladas, segundo os dados de 1973, publicados no último **Anuário Estatístico do IBGE**, de 1975, a juta, em bruto e industrializada, assumiu o papel de liderança no intercâmbio amazônico com o resto do Brasil.

A terceira contribuição japonesa está representada pela aclimação e cultivo da pimenta-do-reino em Castanhal e Tomé-Açu, no Pará, a primeira grande experiência de agricultura racional em terra firme, com utilização de corretivos, defensivos e adubação química e orgânica. Conforme revela o sr. Takso Nagao, em artigo traduzido pelo Consulado Japonês, desde 1930 a pimenta-do-reino da variedade cabocla vinha sendo cultivada pelos colonos japoneses em Castanhal e Acará, sendo a sua baixa produtividade, de 500 gramas por pé, responsável pelo insucesso. A introdução da variedade asiático sul-oriental se deve ao sr. Makinosuke Usui, funcionário da Companhia Sul-Americana de Colonização, que, ao passar por Cingapura, em 1933, conduzindo uma leva de imigrantes para a Amazônia, obteve vinte rebentos de pimenta que foram entregues aos colonos de Tomé-Açu. Apesar dos esforços empregados na granja experimental de Açaizal, essa primeira tentativa de transplantação não obteve êxito. Durante a II Grande Guerra, os preços excepcionais alcançados pela pimenta no mercado doméstico despertaram a atenção desses colonos. Enji Saito e Tomü Kato, de Acará, conseguiram adaptar uma variedade sul-asiática em sua granja de Açaizal que revelou bom crescimento e grande produtividade. Desses espécimes, já aclimatados, resultaram as extensas plantações de pimenta de Tomé-Açu, que a partir de 1943 começaram a produzir para o mercado. Com uma alta produtividade, chegando a produzir até 5 kg por pé, e uma grande longevidade que podia chegar até a 20 anos, a pimenta-do-reino tornou-se um empreendimento vitorioso e uma fonte de prosperidade para os colonos japoneses e para os agricultores amazônicos que se dedicaram, igualmente, ao seu cultivo. Com uma área cultivada de 5.731 hectares, produção de 23.331 toneladas e valor de Cr\$ 119.876.000,00, dados de 1973, de acordo com o último **Anuário Estatístico do IBGE** de 1975, a pimenta passou a figurar na pauta de exportação e a suprir o mercado interno. Reconquistamos assim, com essa especiaria, parte de nossa imagem de região de **cravo-pimenta-canela e anil do ciclo das drogas do sertão**.

É de destacar, igualmente, a contribuição japonesa no campo da produção hortigranjeira em redor dos grandes centros urbanos de Belém e Manaus, melhorando sensivelmente o abastecimento

de frutas, legumes, hortaliças e produtos alimentares, através das colônias de Bela Vista, Água Fria e Efigênio Sales, em Manacapuru e Manaus; no Distrito de Mulata em Monte Alegre; de Matapi no Amapá; e Tomé-Açu perto de Belém.

A quarta ou quinta grande contribuição nipônica, pertence à fase moderna e atual dos projetos industrializados, já implantados na Zona Franca de Manaus, onde os grandes nomes da indústria japonesa estão já representados pela Sharp, Sanyo, C. Itoh, Honda, e outros, associados minoritariamente com capital e administração brasileira, e com “know-how” japonês. Essa nova fase irá ser acelerada com os grandes projetos de mineração da bauxita do Trombetas e processamento de alumínio em Vila do Conde, do projeto Alunorte-Albrás, e do projeto Carajás, já negociados, em fase de estudos pelo atual governo brasileiro.

Assim, os japoneses e seus descendentes nissei-amazônicos nestas últimas quatro décadas de intenso labor, evidenciaram a sua perfeita adaptabilidade à terra e à gente amazônica. O elemento nativo o tem acolhido e a cooperação resultante desse encontro de duas culturas diferentes tem proporcionado vantagens inequívocas à região. Inicia-se, assim, a fase de sua promoção social, após o sucesso econômico, que bem se traduz no esforço da nova geração nissei-amazônica, procurando firmar o seu “status” pelo ingresso nas escolas superiores, nas empresas e no serviço público, que os conduzirão mais tarde à escala política, a semelhança dos outros grupos culturais.

A esse tempo histórico e a essa contribuição, atribuí no meu dicionário popular o verbete da **Era dos NPK**, que traduz tanto a prevalência dessas consoantes nos nomes próprios japoneses, como ao símbolo químico do nitrogênio, fósforo e potássio, nutrientes básicos para a agricultura moderna, da qual se tomaram pioneiros na região.

#### **g – Contribuição cearense-nordestina**

A partir de 1827, a borracha amazônica começa a aparecer na pauta da exportação com um embarque de 30 toneladas. Com a descoberta do processo da vulcanização em 1839, os registros subiram para 1.445 toneladas no quadriênio 1840-1844; no período de 1875-1879 figurava com 30.360 toneladas; em 1901, iria alcançar 30.241 toneladas; e no auge do “boom” em 1912, atingia 42.286 toneladas, índice jamais atingido ulteriormente, até decair para 6.224 toneladas no final da depressão em 1932, e voltar a se recuperar em 1944, quando atingiu a 21.192 toneladas, tendo se mantido estável ou em regressão desde então.

No decorrer desse longo período, quando se comemora o sesquicentenário da borracha, em 1977, a Amazônia recebeu uma considerável massa humana de imigrantes nordestinos, aqui genericamente conhecidos como “cearenses”. Procediam geralmente da zona do agreste do sertão, sendo tangidos ora pela seca – **imigração pela fome** – ora simplesmente atraídos pelo “apetite” da seringa – **imigração pela cobiça e fortuna**, ou simultaneamente por ambos. As secas de 1877/ 1888 deslocaram 19.910 retirantes. Em 1892, as entradas registraram 13.593 imigrantes. No triênio 1898/1900, nos portos de Belém e Manaus, entraram 88.709 imigrantes nordestinos, no auge desse movimento povoador. Contados os números, teríamos uma transumância de 158.125 nordestinos, cerca de 20% da população amazônica da época. De 1900 até a depressão, estimamos que para a Amazônia tenham se deslocado cerca de 150.000 “cearenses”; e no período da II Batalha da Borracha, de 1941 a 1945, pela revisão agora procedida em minhas estimativas, calculo que o “exército de

soldados da borracha” tenha incorporado cerca de 150.000 “cearenses”, dos quais 75.000 absorvidos no Pará e Amapá e 75.000 no Amazonas, Rondônia, Acre e Roraima.

A grosso modo, podemos estimar que cerca de 500.000 nordestinos vieram “fazer” a Amazônia, representando assim o maior movimento humano nas imigrações internas da história brasileira, talvez superado somente por São Paulo. Esta estimativa também pode ser inferida pelos dados do Censo Nacional de 1950, que registrou a presença de 114.388 nordestinos ainda vivendo na região. Descontando os que regressaram e os que desapareceram (segundo Augusto Comte, o mundo é governado mais pelos mortos do que pelos vivos), pela morte anônima e desconhecida nos seringais, na floresta e nos beiradões à margem dos rios, esta estimativa de meio milhão não é exagerada. Essa formidável corrente imigrantista e cultural se inscreve dentro do quadro de extraordinária expansão e mobilidade da população brasileira, facilmente, seduzida e arrastada pela mística da fortuna, da lenda e da riqueza fácil, na pista do boi, na rota das bandeiras, no garimpo do ouro, na onda verde do café, no “rush” da seringa, na euforia da Zona Franca de Manaus. O eixo da borracha apenas repetiu outros movimentos históricos da população brasileira, sendo que tal movimento viria garantir a ocupação brasileira da Amazônia Meridional e Ocidental, e propiciar a recuperação, reconquista e incorporação do Acre, sob a liderança do gaúcho Plácido de Castro, comandando um exército civil de seringueiros-cearenses-amazonenses, ao final ratificado pelo Tratado de Petrópolis de 1903.

A contribuição dessa corrente cultural está assinalada, inicialmente, pela sua participação predominante no eixo da borracha silvestre, criando uma outra Amazônia de valentia e cobiça, bem distante da Amazônia tradicional dos caboclos do beiradão da calha central. Nesse eixo, atuaram como principais personagens, como seringueiros, comboieiros, mateiros e seringalistas, marcando a fisionomia econômica regional com o complexo do barracão e do tapiri da grande propriedade feudal-latifundiária, e escrevendo em sua façanha o último capítulo do bandeirantismo paulista e amazônico na conquista do espaço continental brasileiro.

Esse imigrante percorreu na Amazônia um longo caminho de sofrimento, para chegar à ascensão e massificação econômica, social e política. Flagelado, retirante, brabo, seringueiro e extrator na sua primeira fase. A seguir, regatão, seringalista, Coronel de Barranco, Chefe Político, até atingir a governança dos diversos Estados Amazônicos.

Geograficamente, o movimento imigrantista nordestino localizou-se nos altos rios meridionais, seguindo a rota da seringa e dos produtos florestais, nos vales do Tocantins, Xingu, Tapajós, Madeira, Purus, Juruá e Javari, ocupando a fronteira meridional, ocidental e do sudoeste amazônico. Com o colapso da borracha, muitos dos sobreviventes dessa fronteira humana regressaram ao Nordeste, quando podiam, criando a figura típica do Paroara, no sertão, ou se deixaram ficar, estabelecendo-se na calha do Solimões e Amazonas, abandonando assim a “economia de bugre manso” para o estágio superior da economia agrícola de onde partiram. Nesta fase, como agricultores e criadores, já inteiramente assimilados à vivência amazônica, iriam suprir a sociedade cabocla com a liderança política que lhe faltava, a que foram conduzidos naturalmente pelo seu espírito de agressividade e dinamismo. Posteriormente, já na fase do êxodo rural, seriam atraídos para os grandes centros urbanos de Belém e Manaus, transformando-se em “arigós”, onde aqueles que não conseguiram se massificar seriam absorvidos pela massa popular, e a minoria promovida pelo êxito

econômico iria participar como comerciantes, industriais, políticos, profissionais e intelectuais, na liderança regional.

Nesta minha narrativa histórica de cordel, o personagem cearense-nordestino assume a **Era do C dobrado: CC**, que tanto pode significar o cearense e o “Coronel de Barranco”, como traduzir a alcunha e o apelido do cabeça-chata.

#### **h – O Processo da Integração Brasileira**

A economia brasileira à época da independência caracterizava-se por um arquipélago de quatro sistemas isolados e quase autônomos, constituído por: 1) Grupo Grão-Pará-Maranhão, vivendo na base da economia florestal do **Cravo-Pimenta-Canela e Anil** (“Um Romanceiro das Drogas do Sertão”) e da agricultura do arroz e algodão; 2) Região Nordeste, onde dominava a economia do açúcar na zona da mata, e do criatório do sertão e no São Francisco; 3) Complexo Minas-Rio de Janeiro-São Paulo, com certo grau de articulação política, agricultura mais diversificada e núcleos de mineração decadentes; 4) Frente gaúcha dispersa em função da predominância pecuária nas campinas, mas com um forte sentido político de preservação de sua identidade, face ao contacto e ao potencial conflito da fronteira bem perto.

Os relacionamentos entre esses sistemas eram tênues e fragmentários, porém já se observava certo grau de interligação entre a região mineira e a pecuária do Sul, e entre a região açucareira com a do criatório do agreste baiano de um lado e do sertão do Piauí do outro. Todas elas, economias de exportação e produtos primários, subordinadas às oscilações e aos interesses dominantes dos grandes centros europeus.

A Amazônia, de todas elas, foi a região brasileira que atravessou a primeira metade do século XIX em completa estagnação e isolamento com a sua estrutura colonial quase autônoma, uma economia primitiva e decadente, agravada pela deterioração das suas relações de troca, da ordem de cerca de 40%, resultante da baixa dos preços dos produtos primários nos mercados mundiais. A relativa prosperidade agrícola, na região maranhense e no oriente amazônico, ressentia-se da falta de mão de obra escrava, cujo contingente foi insignificante dada a resistência do índio ao cativo, agravada ainda pela expulsão dos jesuítas. Tudo isso se refletia no recesso da economia litorânea e mais ainda no “hinterland” amazônico, cujas distâncias a vencer equivalem à esterilidade. Precárias eram as suas possibilidades de intercâmbio com as demais regiões brasileiras, por falta de complementaridade econômica e dificuldades de comunicação e transporte.

A instabilidade política resultante das revoltas e do irredentismo em quase todas as Províncias do Império – Revolução Praieira, Guerra dos Emboabas e Mascates, Balaiada, Farrapos – refletindo o descontentamento nacional, atingiria também a Amazônia, com a revolta dos Cabanos, no período de 1831-1839. Essa instabilidade constituiu-se em novo fator de desagregação e desintegração a somar-se a uma economia em declínio. O império, ao se organizar, adotando um modelo centralizador-monárquico, serviu, até certo ponto, como fator político de unificação compensatório.

O superdimensionamento da base física, com um mínimo de circulação social e política, constituía, segundo a lúcida análise de Oliveira Viana, no mais grave e profundo problema de sobrevivência como nação que o País brasileiro teve que enfrentar nas primeiras décadas após a Independência.

De outro lado, a excessiva centralização administrativa a essa época, levou à incorporação como províncias do Império apenas as quatro capitânicas do Pará, Maranhão, Goiás e Mato Grosso, recusando a autonomia provincial às demais, sobretudo a do Cabo Norte e a antiga capitania do Rio Negro, que eram obstáculos à penetração da ação política em uma região de grandes espaços vazios, preservando a soberania apenas pelo valor simbólico dos fortes e das guarnições militares.

Somente na segunda metade do século XIX é que a presença brasileira na Amazônia se faria presente, a partir do advento da empresa seringalista. Essa presença atuou, ora de forma espontânea, porém continuamente durante um período de quase 70 anos, pelo deslocamento da população nordestina estimulada pelos altos preços da borracha em função do acelerado crescimento da procura mundial dessa especiaria extrativa, ora através da ação política, realizada de maneira episódica e aleatória, pelo Governo Imperial e Republicano. Todavia, essa presença econômica e política já indicava o começo do processo de integração brasileira da Amazônia, em cujo contexto merece especial destaque:

1. A elevação da Comarca do Amazonas (criada em 1833), sucessora da antiga Capitania de São José do Rio Negro (fundada em 1755), à condição de Província do Império, a 5 de setembro de 1850, após muitas lutas e frustrações face à sua inaceitável dependência e subordinação à Província do Pará;

2. A criação, em 1852, por Irineu Evangelista de Souza, visconde de Mauá, com o apoio e subsídio do governo imperial, da primeira empresa de navegação a vapor – a Companhia de Navegação e Comércio, cuja concessão mais tarde, em 1872, seria transferida para a “Amazon River Steam Navigation Co.” (a primeira viagem a vapor entre Belém e Manaus foi realizada pelos navios da Marinha de Guerra do Brasil, “Guapiaçu” e “Tetis”, em 1843, o primeiro navio mercante brasileiro, o “Marajó”, inaugurava a primeira linha comercial de carga e passageiros em 1853);

3. A Convenção Fluvial de 28 de outubro de 1858, promulgada pelo Decreto n.º 2.442, de 16 de julho de 1859, que declarou livre o comércio e a navegação pelas águas do rio Amazonas, entre o Império e a República do Peru, regulada pelo Decreto n.º 3.216, de 31 de dezembro de 1863, assinada pelo marquês de Abrantes, e posteriormente ampliada pelo Decreto Imperial de 7 de dezembro de 1867, após brilhante campanha desenvolvida por Tavares Bastos, abrindo, aos navios mercantes de todas as nações, a navegação pelo rio Amazonas até a fronteira do Brasil, do rio Tocantins até Cameté, do Rio Tapajós até Santarém, do Madeira até Borba e do rio Negro até Manaus, “no intuito de promover o engrandecimento do Império, facilitando cada vez mais as suas relações internacionais, e animando a navegação e comércio do Rio Amazonas e seus afluentes;”

4. A ocupação brasileira efetiva da Amazônia teria, no entanto, o seu momento decisivo durante o grande movimento migratório da população nordestina para os seringais, a partir das secas de 1877 e de 1888, quando mais de 300.000 sertanejos passaram a ocupar os vales interiores da Bacia, deslocando o eixo econômico da parte setentrional do Vale para os seus afluentes meridionais, onde a ocorrência da hévea era mais densa;

5. A significação da borracha como fator de ocupação da Amazônia e de integração brasileira atingiu o seu apogeu em 1910, quando a exportação atingiu 38.574 toneladas, no valor de Rs. 376.972:000\$000, equivalente a £ 25.254.371, que representou à época 40% do cômputo total da exportação brasileira de Rs. 939.413.000\$000. Para dar ênfase à contribuição da borracha como

instrumento do desenvolvimento regional, bastaria assinalar que, desde o período inicial de sua exportação na segunda década de 1800 até 1947, foram exportadas 1.550.215 toneladas, no valor de £ 349.691.503;

6. Esse “rush” de integração iria culminar com o episódio histórico do Acre, com a sua reconquista e incorporação definitiva ao Brasil, assegurada pelo Tratado de Petrópolis, assinada a 17 de novembro de 1903 e negociado pelo barão do Rio Branco, pelo qual o Brasil pagaria à Bolívia a indenização de £ 2.000.000 e se obrigava a construir a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, para promover o escoamento da produção amazônica-boliviana, inaugurada em 1910, entre Porto Velho e Guajará Mirim, numa extensão de 368 km;

7. Dentro desse quadro de integração ferroviária deve ser assinalada a construção da Estrada de Ferro Bragança, cujo primeiro trecho foi inaugurado em 1884, depois ampliada para atingir... 332 km de extensão, ligando Belém a Bragança, e que teve papel destacado na colonização da zona guajarina e bragantina do oriente amazônico; também a Estrada de Ferro Tocantins, cujo primeiro trecho, inaugurado em 1908, no percurso Tucuruí-Jatobal, com 117 km de extensão, representou o primeiro esforço de integração do mediterrâneo amazônico em busca do Planalto Central. Essas três estradas de integração ferroviária, bastante limitadas face a grandeza territorial, representaram um extraordinário esforço e uma tentativa de construção de um modelo estratégico, que foi paralisado no tempo, por quase cinquenta anos, quando, na parte setentrional da Bacia construiu-se a Estrada de Ferro do Amapá, pela Icomi, do grupo Azevedo Antunes, inaugurada em 1956, com uma extensão de 194 km, ligando as minas de manganês da Serra do Navio ao porto fluvial de Santana, no canal norte do rio Amazonas;

8. O colapso da estrutura econômica da Amazônia, decorrente da perda do monopólio da borracha, face à competição da heveicultura da Malásia, determinou a cessação do movimento de integração nacional que já adquirira ímpeto, voltando novamente a prevalecer a política do abandono e o conceito de reserva estratégica para o grande espaço vazio amazônico, enfraquecendo assim o interesse político brasileiro na região. A depressão amazônica, que se agravou a partir dos anos 20 deste século, iria atingir a sua fase mais aguda com a crise mundial dos anos 30, em 1932 – o ano negro da crise – quando exportamos apenas 6.224 toneladas, equivalente a £217.000. Comparados esses números com os de 1910, quando exportamos 38.547 toneladas no valor de £ 25.254.371, pode-se ter bem uma ideia da tragédia econômica, pois o Produto Territorial Bruto, em termos de borracha/libra esterlina, em 1932, representava apenas cerca de 3%, como uma diminuição de 97%, pois as cotações internacionais entre aquele ano e este haviam passado de £ 655 p/t em 1910 para £ 34 p/t. em 1932.

9. A economia amazônica ao entrar no período maior de sua prosperidade, no biênio 1910/11, recebeu, no entanto, atenção especial do Governo Federal, que, através do presidente da República de então, o marechal Hermes da Fonseca, conforme mensagem datada de 14 de setembro de 1911, remeteu ao Congresso Nacional o que pode ser considerado o primeiro plano de valorização econômica da Amazônia, convertido na Lei n.º 2.524-A, de 5 de janeiro de 1912 e regulamentado pelo Decreto n.º 9.521, de 17 de abril de 1912. Esse plano de desenvolvimento regional, revelando um alto senso de oportunidade, objetividade e propósitos de integração, estabeleceu um programa simples e racional, de metas, objetivos e medidas a serem executados em toda a região amazônica, através de

subsídios, isenção fiscal, prêmios em dinheiro, convênios, para a iniciativa privada, e um programa de investimentos públicos infraestruturais, que resumiremos a seguir:

**9.1 – No campo da heveicultura e extração da borracha:** isenção total de impostos e taxas de importação para máquinas, implementos, utensílios e materiais empregados na cultura da seringueira e extração da borracha; prêmios em dinheiro no valor de Rs. 2:000\$000 para cada grupo de 25 hectares de seringueiras nativas replantadas; instalação de estações experimentais e de demonstração do cultivo;

**9.2 – No campo da industrialização, para fundar indústrias de beneficiamento e de artefatos de borracha:** prêmio de Rs. 4:000\$000, para cada uma das duas primeiras fábricas que se instalassem em Belém e Manaus; isenção total de impostos aduaneiros para os equipamentos e materiais; isenção de impostos estaduais e municipais pelo período de 25 anos;

**9.3 – No setor de imigração:** construção, pelo Governo Federal, de uma hospedaria em Belém para 1.500 imigrantes, uma em Manaus para 1.200 e uma no Acre para 800 imigrantes, bem como localização de imigrantes nas Fazendas Nacionais de São Bento e São Marcos, no Rio Branco;

**9.4 – No setor de saúde:** construção de nove hospitais com capacidades de cem leitos cada um, em Boa Vista do Rio Branco, São Gabriel do Rio Negro, Tefé ou Fonte Boa, no Solimões, São Felipe, no rio Juruá, Boca do Acre, no rio Purus, na confluência dos rio Arinos e Jurema, no Alto Tapajós, em Conceição do Rio Araguaia e em Montenegro no Amapá;

**9.5 – No setor de transporte:** extensão da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré para rio Branco, Sena Madureira e Vila Taumaturgo até a fronteira do Peru; construção de uma estrada de ferro que, partindo de Belém, unisse os pontos intermediários no rio Araguaia, Tocantins, Parnaíba, São Francisco até Pirapora em Minas Gerais; construção de uma linha férrea no rio Xingu até o rio Cariahy, com um desvio para o rio Tapajós até São Manoel; construção de uma estrada de ferro da confluência do rio Negro com o rio Branco, pelo vale do rio Seruiny, entrando pelo vale do rio Catrimani e continuando até Uraricoera, com um ramal para o rio Paduiry e outro em direção a Boa Vista; subvenção de RS. 25:000\$000 por quilômetro de estrada de ferro construída por particulares, com obrigação de concessionário de formar núcleos de colonização nas terras marginais; importação de navios para navegação fluvial, livre de direitos, impostos e taxas; construção de 41 depósitos-terminais de carvão nos principais portos para abastecimento de navios;

**9.6 – Na produção alimentar:** criação de centros de produção agrícolaalimento no Vale Amazônico para abastecimento de sua população; arrendamento das fazendas nacionais de São Bento e São Marcos, com a obrigação de estabelecer matadouros, construir fábricas de produtos de leite, queijo e manteiga, e uma usina de arroz e cereais; incentivos especiais para formação de lavouras e fazendas no Acre, Amazonas e Pará, com isenção de direitos e impostos, com prêmio de RS. 30:000\$000 para cada grupo de mil hectares de pastagens, outro de RS. 100:000\$000 para cada grupo de mil hectares de plantações de arroz, feijão, milho e mandioca; prêmio de RS. 100:000\$000 para cada 500 toneladas de produção de alimentos industrializados de leite e carne.

**9.7 – No setor de pesca:** instalação de companhias de pesca para a captura e industrialização de peixe em larga escala, em Manaus e Belém, com isenção total de direitos, impostos e taxas para o equipamento importado durante um período de 15 anos; prêmio anual de RS. 100:000\$000 durante cinco anos, desde que a produção de peixe salgado e beneficiado fosse superior a cem toneladas

anuais; isenção de impostos e taxas estaduais e municipais em virtude das referidas companhias serem consideradas de serviços público federal.

Para a execução do plano, foi criada uma superintendência, como órgão do Ministério da Agricultura, pelo então ministro Pedro Toledo, e formado o quadro de pessoal com respectivos vencimentos. Depois, o plano, a primeira grande tentativa de promover o desenvolvimento amazônico, em bases racionais, na base de incentivos, isenções, prêmios, subsídios e investimentos públicos de infraestrutura, para integrar a região ao contexto brasileiro, foi arquivado e nunca mais dele se falou. A depressão, que chegava, se encarregou de sepultá-lo para sempre. Quarenta anos depois, quando o Brasil retomou a sua consciência de País amazônico, através da criação da Spvea, pela Lei n.º 1.806, de 6 de janeiro de 1953, ninguém teve a lembrança e a inspiração de remexer os arquivos implacáveis do tempo, para colher nesse “pergaminho” e primeiro documento básico de planejamento, a experiência e a ousadia de uma frustrada estratégia. E fazer justiça ao **Primeiro Marechal da Amazônia**.

10. Após um lapso de mais de 30 anos, durante o qual a Amazônia voltando-se para si mesma, retrocedeu para sobreviver, dentro de um sistema isolado e decadente, um pouco antes e durante a II Grande Guerra, de 1939/1945, ressurgiria como problema de preocupação nacional. O desdobramento dessa nova política de integração nacional, a partir dos anos 40, teve os seus marcos e os seus símbolos, as suas leis e decretos, os seus planos e antiplanos, os seus erros e acertos, os seus avanços e recuos, que hoje merecem balanço e reflexão.

10.1 – A primeira delas se manifestou no plano político, quando o presidente Vargas pronunciou o seu famoso “Discurso do Rio Amazonas”, em 5 de outubro de 1940, em Manaus, o qual sensibilizou a opinião pública nacional, abrindo caminho como ideia-força criadora da mística necessária para despertar a consciência brasileira para os problemas da área;

“Vim para observar de perto as condições de realização do plano de reerguimento da Amazônia. Todo o Brasil tem os olhos voltados para o Norte, com o desejo patriótico de auxiliar o surto do seu desenvolvimento. E não somente os brasileiros; também estrangeiros, técnicos e homens de negócios virão colaborar nessa obra, aplicando-lhe a sua experiência e os seus capitais, com o objetivo de aumentar o comércio e as indústrias e não, como acontecia antes, formar latifúndios e absorver a posse da terra...”

“Nada nos deterá nesta arrancada que é, no século XX, a mais alta tarefa do homem civilizado: conquistar e dominar os vales das grandes torrentes equatoriais, transformando a sua força cega e a sua fertilidade extraordinária em energia disciplinada. O Amazonas, sob o impulso fecundo da nossa vontade e do nosso trabalho, deixará de ser, afinal, um simples capítulo da história da terra, e equiparado aos outros grandes rios, tomar-se-á um capítulo da história da civilização”.

10.2 – Dois anos depois, o Brasil, um pouco antes de entrar na II Grande Guerra, ao lado dos aliados, celebrava com os Estados Unidos os “Acordos de Washington”, em março de 1942, negociados pelo ministro João Alberto, com a assessoria do economista Valentim Bouças. Esses acordos, basicamente, visavam reativar os seringais naturais da Amazônia, para substituir a perda das fontes de suprimento da borracha, consequência da invasão e ocupação japonesa da Malásia. A Amazônia, assim, iria readquirir o monopólio da oferta dessa matéria-prima estratégica, tornando-se uma fonte alternativa de fornecimento para os Aliados. Os “Acordos de Washington”, muito discutidos e

debatidos na época, estabeleciam o preço fixo da compra de borracha na base de 39 cents por libra- peso e uma bonificação de 2,5 “cents” por libra, além do limite de 5.000 toneladas anuais, e mais cinco “cents” do que excedesse a 10.000 toneladas, devendo essas bonificações serem aplicadas em saúde, pesquisa e fomento. Os acordos previam também uma contribuição de 10 milhões de dólares do governo americano, sendo 5 milhões de dólares para serem empregados em programas de saneamento com a assistência da Fundação Rockefeller e 5 milhões para serem aplicados pelo recém-fundado Instituto Agrônômico do Norte na pesquisa científica, melhoria e fomento de produção. O preço fixo de 39 “cents” por libra gerou inúmeros protestos dos governos e empresários amazônicos, considerado insuficiente em vista das cotações mais altas pagas ao similar peruano e ao boliviano;

10.3 – Em consequência desses acordos, a Amazônia, convocada para a guerra, iniciava um novo capítulo de sua história econômica, social e política; a Batalha da Borracha. Batalha cujo romanceiro sociológico acabo de escrever e publicar, retratando um dilacerante drama humano, mas que, a despeito disso, resultou na criação de uma infraestrutura institucional, que iria servir para as etapas subsequentes da frente brasileira de integração:

a) Criação do Banco da Borracha, em meados de 1942, com um capital inicial de cinquenta milhões de cruzeiros e uma participação acionária de 40% de uma agência do governo americano, que muito depois foi adquirida pelo Governo Brasileiro. Esse banco, a despeito de muitas críticas e polêmicas travadas à época, iria ter um papel fundamental como instrumento de crédito para apoiar inicialmente a produção silvestre da borracha, e depois como agência de desenvolvimento regional. Ao longo de toda a sua história, foi um agente de mudança e transformação. O Banco de Crédito da Borracha foi o antepassado do Banco de Crédito da Amazônia para finalmente adquirir a denominação atual de Banco da Amazônia S/A.

b) O fortalecimento e expansão do Instituto Agrônômico do Norte, com sede em Belém, através do recebimento da contribuição de cinco milhões de dólares, destinado a ativar a pesquisa científica para a melhoria da produção;

c) Um plano de saneamento básico, que iria resultar na criação para o governo brasileiro do Serviço Especial de Saúde Pública (Sesp), que tão relevantes serviços iriam prestar em épocas subsequentes;

d) A criação da “Rubber Reserve Co.” posteriormente transformada em “Rubber Development Corporation”, uma agência do governo Americano para suprir os seringais de bens, utilidades, alimentos e trabalhadores, dar o apoio logístico à produção da borracha através de sistema de transporte, e promover o seu embarque aéreo, dada a urgência e face ao bloqueio marítimo da costa brasileira. A RDC seria, em linguagem de cordel, a tataravó “yankee” da atual Sudhevea;

e) A instituição do Serviço de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (Semta), mais tarde substituído pela Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (Caeta), com o objetivo de recrutar, hospedar e colocar os nordestinos nos seringais, sob a supervisão do Departamento Nacional de Imigração, Uma versão, dos anos 40, do atual Incra, sem a cláusula da reforma agrária;

f) A constituição da Superintendência do Abastecimento do Vale Amazônico (Sava), com a finalidade de promover a distribuição dos gêneros e fazer o seu racionamento em face do bloqueio

marítimo: uma antepassada da atual Sunab, voltada mais para o racionamento e tabelamento do que para a produção e o abastecimento.

g) A ampliação do Aeroporto Val-de-Cães, em Belém do Pará, e a construção do Aeroporto de Ponta Pelada: o “primo-pobre” do atual e sofisticadíssimo Aeroporto Eduardo Gomes, de Manaus, filho pródigo da tecnologia da Era dos Jatos;

10.4 – Em 1943, para ser preciso no dia 13 de setembro de 1943, pelo Decreto-Lei n.º 5.812, o presidente Vargas, o **Primeiro Grande Caudilho da Amazônia**, daria o passo mais avançado no campo administrativo – a reorganização do espaço político da Amazônia, com a criação dos territórios federais do Guaporé (Rondônia), Rio Branco (Roraima) e Amapá. Contrariando os interesses radicados dos Estados do Pará e Amazonas, a política de formação de novas unidades políticas estaria destinada a representar um importante papel no desenvolvimento futuro regional, pela criação de novos polos de poder, centros de administração, disseminação de obras e serviços públicos e empreendimentos vários que ajudaram a interiorizar, econômica e socialmente, a Amazônia. Foi sem dúvida, nessa época, a providência política mais difícil e ousada, tendo em vista o tabu do “status quo” da organização política territorial da região, que tem sido um dos motivos do atraso da hinterlândia dominada pelos interesses urbanos enraizados em Belém e Manaus.

Com a criação desses três novos territórios, o Brasil retomava o fio da história colonial que, partindo das capitânicas amazônicas, gerais secundárias do Maranhão, Tapuiara, Tapera, Gurupi, Grão-Pará, Marajó, Cametá, Cabo Norte, São José do Rio Negro, Mato Grosso e Goiás, existentes na época da Independência, se perdera com a Constituição do Império, de 25 de março de 1824, que concedeu o “status” político para somente quatro províncias amazônicas: Maranhão, Pará, Mato Grosso e Goiás. Tivemos que esperar vinte e seis anos até o Amazonas conquistar o direito de Província, em 1850, e aguardar outros 53 anos para criar o Território Federal do Acre, em 1903/1904, e outros quase quarenta anos para chegar, em 1943, à criação dos territórios atuais de Rondônia, Roraima e Amapá. Para isso, muito têm contribuído os seguintes complexos históricos conflitantes que, sob forma residual, ainda atuam na região: a) **Complexo de superioridade do Grão-Pará**, baseado na centralização e domínio da Amazônia interior, pelos interesses radicados na Amazônia litorânea; b) **Complexo de inferioridade da capitânia do Rio Negro**, motivado pela luta histórica da autonomia provincial e pela posição geográfica desfavorável, em desafio ao poder central e ao oriente amazônico, porém, também dominador em relação à Amazônia Central; c) **Complexo de subordinação do Beiradão**, caudatário dos interesses das duas clássicas metrópoles amazônicas, que o mantém submisso e humilde pelo fiscalismo extrativista dos respectivos Estados; d) **Complexo de autonomia dos Territórios**, aspiração inconsciente do povo do interior, mas que não chega a se vocalizar com base no intervencionismo federal que busca afirmar-se na órbita municipal, através da expectativa da ajuda financeira, descentralização política e econômica; e) **Complexo de frustração do seringal** que, a despeito do seu anacronismo econômico, tenta sobreviver conservando a sua estrutura latifundiária, o empirismo monopolista e o isolamento social, base de seu poder econômico e político em declínio; f) **Complexo de castração da demagogia política**, que pela emasculação e exploração do eleitorado dócil e ingênuo do interior – “os currais de eleitores” – luta por manter o “status quo” do centralismo oligárquico, na esperança de que as bases de seu poder político não venham a ser minadas pela dinâmica renovadora das elites que a criação de novos Estados e Territórios Amazônicos dará lugar; g) **Complexo de sublimação dos planejadores regionais**, que na ausência de motivação para formular e

executar um programa tático de ação setorial que exige descentralização e redivisão administrativa e territorial, transferem a problemática das diversas áreas amazônicas para o irrealismo de um plano global macro-amazônico, inviável como projeto de desenvolvimento na fase atual (texto original da Estrutura Geossocial, editado em 1966, pp. 167/170).

A estrutura atual da Amazônia dos seis Estados e três territórios superdimensionados tornou-se assim inteiramente anacrônica, constituindo mesmo, um impasse para estender o processo de ocupação e integração territorial, dificultar o planejamento físico e social, impedir a interiorização da ação pública, pois esta perde eficácia à medida que se alonga no espaço. O poder municipal é muito débil, submisso e despreparado para as funções do desempenho de uma política vigorosa, dinâmica e inovadora. Por isso, temos de criar na Amazônia novos centros de poder, de formar novos polos de irradiação de serviços e de infraestrutura, de abrir oportunidades ao surgimento de novas lideranças políticas no interior, fazer com que o poder maior fique mais perto do povo.

Pior do que o vazio demográfico é o incúmeno político, para o qual a única saída óbvia seria a criação de novas unidades políticas na área, com a constituição de pelo menos 24 Estados e territórios, cujas fronteiras deverão acompanhar os limites naturais dos vales dos grandes rios e da calha central, com representação política no Parâmetro Nacional, para assegurar a voz e o voto de suas reivindicações e anseios, transmitindo à consciência nacional a exata medida de sua grandeza e a ideia de que o Brasil é sobretudo uma nação amazônica.

Por todos esses motivos, aproveitamos a oportunidade desta tese (1966) para formular e discutir uma nova divisão territorial da Amazônia, a seguir esquematizada: 1) Território Federal do Oiapoque (zona do Oiapoque, Amapá e Calçoene); 2) Território Federal do Amapá (limitado à zona do Macapá e Mazagão); 3) Estado do Pará (limitado à zona Marajoara, Guajarina, Bragantina e do Salga do); 4) Território Federal do Mearim-Pindaré (zona do Alto Mearim e Pindaré); 5) Território Federal do Tocantins (zona do Baixo e Alto Tocantins, Jacundá e Pacajá); 6) Território Federal do Baixo Amazonas (zona da calha central do Gurupá a Santarém); 7) Território Federal do Araguaia (zona do norte goiano e Médio e Alto Araguaia); 8) Território Federal do Xingu (zona de Altamira, Médio e Alto Xingu); 9) Território Federal do Tapajós (zona da Tapajônia); 10) Território Federal do Maiucuru (zona do Paru, Maicuru e Curuapanema); 11) Território Federal de Trombetas (zona do Cumina, Trombetas e Mapuera); 12) Território Federal do Uatumã (zona do Uatumã, Jatapu e Nhamundá); 13) Estado do Amazonas (limitado à zona do Baixo Rio Negro e da calha central do Médio Amazonas, de Parintins até a boca do Purus); 14) Território Federal do Rio Negro (zona do Médio Rio Negro, Uaupés e Içana); 15) Território Federal de Roraima (zona do Rio Branco e Catrimani); 16) Território Federal do Japurá (zona do Japurá e Maraã); 17) Território Federal do Solimões (zona de Coari, Tefé e Fonte Boa); 18) Território Federal do Alto Amazonas (zona do Tocantins, Içá, São Paulo de Olivença, Tabatinga e Benjamin Constant); 19) Território Federal do Juruá (zona do Javari e Juruá); 20) Território Federal do Purus (zona do Médio Purus-Madeira); 21) Território Federal do Madeira (zona do Médio Madeira, Baixo Aripuanã e Canumã); 22) Território Federal do Aripuanã (zona do Médio e Alto Aripuanã e Juruena); 23) Território Federal de Rondônia (zona do Alto Madeira); 24) Estado do Acre (limitado a zona do Médio e Alto Purus).

10.5 – Acompanhando a crescente articulação da economia amazônica com as demais regiões brasileiras, a ação política federal na Amazônia, destinada a incorporar valores nacionais àqueles

tradicionais e primitivos da região, iria ganhar novo alento quando os Constituintes de 1946, acolhendo a proposição de autoria do deputado amazonense Leopoldo Carpinteiro Péres, fixaram no art. 199 da Constituição Federal, a obrigação do Governo da União de aplicar na execução do plano de valorização econômica da Amazônia, durante pelo menos vinte anos consecutivos, quantia não inferior a 3% de sua renda tributária, obrigação essa estendida, igualmente, aos Estados e territórios e municípios amazônicos, cujas contribuições seriam também aplicadas por intermédio do Governo Federal.

O mandamento constitucional de 1946, no entanto, iria aguardar sete longos anos para finalmente ser disciplinado pela Lei no 1806, de 6 de janeiro de 1953 que: 1) definiu a Amazônia Legal; 2) concretizou o plano de valorização da Amazônia como um esforço nacional de ocupação territorial da região, em um sentido brasileiro, através da criação de uma sociedade estável e progressista, baseada no desenvolvimento de sua economia em um sentido paralelo e complementar ao da economia nacional, com o objetivo de incrementar o desenvolvimento da produção extrativa e agrícola, pecuária, mineral, industrial e o das relações de trocas, com vistas a melhorar o padrão social vida e bem-estar econômico das populações da região e da expansão das riquezas do país; 3) criou a Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (Spvea), como autarquia encarregada de promoção do desenvolvimento e elaboração do respectivo plano de valorização, integrada por uma comissão de planejamento e uma superintendência; 4) fixou as tarefas de valorização a serem empreendidas através do sistema de Planos quinquenais, iniciando-se com um programa de emergência.

O balanço e os resultados dessa política de desenvolvimento da Amazônia, feito em 1966, a despeito de já haverem transcorrido os 20 anos desde o mandamento constitucional e 12 anos a partir da criação da Spvea, se não foram melancólicos, pelo menos revelaram insuficiências precariedade, tendo em vista a magnitude dos objetivos a atingir, a dimensão da área a ser trabalhada, a inadequação de sua estrutura administrativa, a excessiva centralização em nível de decisão e execução, a escassez de equipes técnicas, a falta de incentivos para motivar o empresariado regional, ausência de atividade promocional, ingerência político-partidária que em certa altura transformou a autarquia em clube fechado, insuficiência, irregularidade, desperdício e pulverização de recursos orçamentários, e uma filosofia social e conceitual de base estratégica criando programas globais indefinidos e não quantificáveis, subestimando o valor da ação tática setorial.

A despeito das críticas formuladas, registraram-se nessa época alguns avanços positivos no setor de energia, pela implantação dos sistemas de geração termoelétrica em Belém e Manaus, e, sobretudo, no setor rodoviário, pela abertura pioneira da Estrada Belém-Brasília, o primeiro grande eixo de integração mediterrânea da Amazônia ao Planalto e ao Centro-Sul, de profunda repercussão política e estratégica no oriente amazônico.

10.6 – Enquanto a Spvea sofria um processo contínuo de frustração e desgaste, resultante das dificuldades de se afirmar como projeto válido, viável e operacional para o desenvolvimento amazônico, novos fatores passaram a surgir dentro do contexto do processo de integração da Amazônia:

a) **o primeiro fator** está representado pela ação do Governo Federal, na administração do presidente Juscelino Kubitschek, transferindo, em 1959, a Capital Federal para Brasília, determinando

assim, num gesto heroico, a mudança histórica do centro político para o interior do continente, na confluência das bacias do Amazonas, São Francisco e Paraná. Em consequência dessa interiorização, o Governo Federal passou a dar prioridade para as interligações regionais com a nova Capital Federal, daí nascendo o eixo rodoviário Belém-Brasília (atual BR-010) e a estrada Cuiabá-Porto Velho (atual BR-364), posteriormente estendida até Rio Branco-Acre (BR-236) nas administrações subsequentes. Estas duas rotas de circulação passaram a constituir a espinha mestra de integração territorial da Amazônia Oriental Atlântica e do sudoeste amazônico com o resto do País, abrindo uma nova fronteira econômica, social e política, que tomou mais fácil a penetração das diversas frentes humanas e econômicas que caminham historicamente em direção a ela.

b) **o segundo fator** decorre da ação dos governos estaduais que se decidiram a empreender programas próprios de desenvolvimento, partindo de recursos locais, abandonados dos seus próprios orçamentos ou obtidos mediante convênios específicos. Esse programa se idealiza em justaposição ou integração com os de outros órgãos federais da área, e se iniciou pela criação de bancos oficiais dos Estados, no qual foi pioneiro, na Amazônia Clássica, o Estado do Amazonas, ao fundar, em 6 de abril de 1957, pela Lei Estadual n.º 98, de dezembro de 1956, o Banco do Estado do Amazonas S.A. Seguindo esse esquema, subsequente, simultâneo ou anteriormente, foram também fundados o Banco do Estado de Mato Grosso, Goiás, Maranhão, Pará, Rondônia e Acre, que passaram a constituir a rede bancária oficial dos Estados Amazônicos, como instrumentos de ação financeira e de política de promoção econômica. Como tal, a experiência foi coroada de êxito, pois atendendo melhor às necessidades e peculiaridades regionais, esses bancos iniciaram o processo de descentralização do financiamento do desenvolvimento regional, permitindo às unidades políticas retomarem a iniciativa e partilharem das responsabilidades com o governo da União e com o Banco da Amazônia.

De outro lado, reforçando essa linha de ação estadual em franca competição com a antiga Spvea e a atual Sudam, desenvolveram-se, igualmente, órgãos estaduais de planejamento e desenvolvimento, no Pará com a Condepa, no Amazonas com a Codeama, em Mato Grosso com o Planmat, bem como nos Estados do Maranhão, Goiás, Acre e demais unidades. Essas agências estaduais de planejamento, constituídas graças à nova geração de economistas e administradores, formados pelas universidades amazônicas, têm adquirido grande experiência e dinamismo, realizando intenso trabalho de pesquisa, programação e promoção.

Como experiência pioneira, a partir dos anos 60, os bancos oficiais dos Estados e suas comissões de desenvolvimento representam a nova tendência de regionalizar e descentralizar o processo de desenvolvimento, em resposta aos reclamos das unidades federadas que passaram a ter a oportunidade de construir o seu próprio núcleo de decisão política, econômica e financeira. É pena, e é de se lamentar, que o nosso projeto, apresentado na 1.ª Reunião dos Investidores e Empresários Brasileiros, realizada a bordo do navio “Rosa da Fonseca”, com a presença do ministro João Gonçalves e de todos os governadores amazônicos, em novembro/dezembro de 1966, pelo qual se permitiria às pessoas jurídicas que se utilizassem de uma parte dos incentivos fiscais do Imposto de Renda para subscrição de ações dos bancos oficiais dos Estados, a despeito de ter sido aprovado pela totalidade dos governos dos Estados e territórios amazônicos depois de uma discussão histórica liderada pelo governador Arthur Reis, e finalmente aprovado pelo ministro dos Organismos Regionais João Gonçalves, fosse torpedeado pelo segundo escalão hierárquico. Até hoje, não me conformo com essa derrota, o que veio demonstrar que em nosso País, pelo menos naquela altura, a burocracia executiva,

dos escalões inferiores, sem força suficiente para derrubar e anular uma decisão obtida pelo consenso unânime das cúpulas dos governos estaduais, com chancela de um ministro de Estado.<sup>3</sup>

A partir daí, essa derrota atrasou a Amazônia Interior pelo menos vinte anos, pois com aquela providência teríamos constituído uma rede oficial de bancos oficiais de Estado, de grande porte, com recursos retirados do imposto de renda, que hoje teriam um papel decisivo no processo de integração interamazônica e brasileira. Perdemos essa oportunidade e, o que é de lamentar mais ainda, os referidos recursos de incentivos fiscais foram a seguir desperdiçados ou aplicados de forma inadequada, sujeitos à soberania do poder decisório do órgão sediado em uma das amazônias. A partir daí, usando o lema “não é importante quem decide mas onde se decide”, reforçamos a ideia da criação da Amazônia Ocidental e das outras amazônias, com superintendências regionais e poder próprio de decisão, transformando a Sudam em órgão de coordenação e de estratégia no plano macrosocioeconômico, cabendo a essas superintendências os encargos e o poder de aprovação dos projetos de interesse para o desenvolvimento sub-regional.

c) o **terceiro fator** iria surgir já no período da Revolução de 1964, quando o presidente Castelo Branco transformou a Spvea em Sudam (Lei n.º 5.173, de 27 de outubro de 1966) e criou os incentivos fiscais (Lei n.º 5.174 de 27.10.1966), e transformou o antigo Banco de Crédito da Amazônia ao atual Banco da Amazônia (Lei n.º 5.122 de 28.9.1966), ciclo que se completou com a criação da Zona Franca de Manaus, pelo Decreto-Lei n.º 288 de 28.2.1967.

A Sudam iria encontrar os mesmos problemas da antiga Spvea: os grandes espaços vazios amazônicos, o inecúmeno político, a centralização decisória, o lento caminhar burocrático, a falta de mística e de promoção e a dificuldade de montagem de um modelo e uma estratégia de planejamento e operação, agravada pelo precário conhecimento científico e ausência de uma tecnologia equatorial. Não apenas de tecnologia, mas também de inserção no contexto amazônico de uma geossociopolítica de desenvolvimento, que exige a reorganização do espaço físico, social, econômico e político.

Essa mudança de estratégia, porém, passaria a ser iniciada ainda no governo Castelo Branco, o **Segundo Marechal da Amazônia**, ou o **Primeiro Presidente Cearense da Amazônia**, com duas providências que consideramos históricas: a criação da Zona Franca de Manaus, pelo Decreto-Lei n.º 288, de 28.2.1967, com o objetivo de criar “uma área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, estabelecida com a finalidade de criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições econômicas que permitissem o seu desenvolvimento, em face dos fatores locais e da grande seguir, o Decreto-Lei n.º 291, de 28.2.1967, criou a Amazônia Ocidental e estabeleceu incentivos para o seu desenvolvimento e para a Faixa de Fronteiras.

A Zona Franca de Manaus foi criada por motivos de interesse nacional de ordem geopolítica, para interiorizar o desenvolvimento e servir de apoio logístico na estratégia de segurança e desenvolvimento, e como resposta brasileira para a ocupação do hemisfério austral e da latitude ocidental amazônica. O **Segundo Marechal da Amazônia**, estudioso da história brasileira e amazônica, deve ter se inspirado no Tratado de Madri de 1750 e de Santo Ildefonso de 1777, e na ação de Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao instalar a Capitania de São José do Rio Negro, em 7 de maio de 1758, em Mariuá (hoje Barcelos), depois de uma longa meditação e espera de dois anos nesse povoado, aguardando a chegada de Iturriaga e dos emissários da Espanha. Foi essa meditação

histórica de dois anos, nos ermos do Médio Rio Negro, que certamente o decidiu, contrariando as ordens do seu irmão, marquês de Pombal, para, ao invés de fundar a Capitania de São José do Javari, criada em 1755 no Alto Solimões, trazê-la para o epicentro amazônico.

A Zona Franca de Manaus provocou uma revolução comercial e industrial na área, criando nestes últimos dez anos um polo econômico de base geopolítica e estratégica, e cujo sucesso tem tido extraordinária repercussão na Amazônia Ocidental e no restante do País. Ela criou um centro tecnológico de alta envergadura no campo eletro-eletrônico, joalheiro, lapidação, confecção, madeireiro e de montagem em geral, ao mesmo tempo que pela livre comercialização atraiu milhares de empresários brasileiros e do exterior, a ponto de converter Manaus no grande celeiro de criatividade empresarial do País, o que demonstra o quanto pode fazer a livre iniciativa, quando rompe-se a inércia e a armadilha burocrática que amarra, inibe e desestimula o esforço dos agentes do desenvolvimento. Dentro dessa angulação, ela é irreversível, porque sendo uma entidade geopolítica, mesmo afetada temporariamente pelas dificuldades atuais do balanço de pagamento do País, geopoliticamente terá que ser sustentada. Não há outra alternativa.

d) **o quarto fator** a assinalar dentro dessa nova estratégia geopolítica de ocupação amazônica deve-se ao presidente Costa e Silva, ao transferir o Comando Militar da Amazônia, criado pelo Decreto n.º 40.179, de 27.10.1956, para Manaus, consoante o Decreto n.º 64.366, de 17.4.1969, por imposição do desenvolvimento e segurança. Se a Zona Franca é o braço civil dessa estratégia, o CMA é o braço armado dessa política. O que tem sido a sua atuação nestes últimos dez anos, e nas décadas por vir, constituem um novo capítulo de nossa história, através dos seus batalhões de fronteira, colônias militares, grupamentos de engenharia, e, sobretudo, pela construção das ligações rodoviárias Porto Velho-Acre, Manaus-Boa Vista e a recém-inaugurada BR-165, Cuiabá-Santarém, pelo presidente Geisel, que, juntamente com a BR-319, Porto Velho-Manaus, e a BR-174, Manaus-Boa Vista, atravessam o enlace rodoviário da Transamazônica e da Perimetral Norte.

e) **o quinto fator** neste enredo geossociopolítico provém da administração do atual presidente Geisel, ao criar, nos termos do Decreto n.º 74.607, de 25 de setembro de 1974, o programa do Polamazônia, constituído de programas, projetos e recursos para os 15 polos selecionados: Xingu/Araguaia, Carajás, Araguaia/ Tocantins, Trombetas, Altamira, Pré-Amazônia Maranhense, Rondônia, Acre, Juruá/Solimões, Roraima, Tapajós, Amapá, Juruena, Aripuanã, Marajó, e mais o Polo Urbano Zona Franca de Manaus, com apoio logístico da Sudam, da Sudeco e da Suframa, compreendendo um conjunto de grandes metas, nos campos agrícola, pecuário, florestal, pesqueiro, energético, minerador, industrial, e de serviços, de transporte, saúde e educação. Os recentes acordos para a construção da Hidrelétrica de Tucuruí, no Tocantins; o estudo do Projeto Carajás, de mineração de ferro e de siderurgia em Itaqui; os acordos com o Japão e Estados Unidos para o programa Alunorte e Albras para a mineração de bauxita no Trombetas e a produção de alumínio e alumina em Via do Conde, constituem apenas o começo.

Falta apenas criar o **braço político** para completar o ciclo dessa nova estratégia que já tarda, mas que virá, através da reorganização do espaço amazônico com a criação da Amazônia dos 24 territórios e Estados e das superintendências regionais. Que virá, tenho certeza; mas não sei quando: se **Um Pouco-Antes** ou **Além-Depois**.

<sup>1</sup> **Lumpen**, palavra alemã denotativa de roupa rasgada, trapo, estopa, farrapo, sobra, refugio, mendigo. Foi utilizada no dialeto economês, originalmente, por Karl Marx, na expressão “**lumpen-proletária**” para classificar o estrato inferior da classe operária mendiga e desempregada do “exército industrial de reserva”. Neste trabalho uso a expressão “**lumpen-desenvolvidos**” para classificar os países de mais baixa renda do quintomundo. - [voltar](#)

<sup>2</sup> A história judaica marrana do Brasil Holandês e de Pernambuco ainda está para ser escrita e divulgada. O primeiro rabinato em terras da América foi contado ao famoso Rabino lusobatavo Isaac Aboab da Fonseca, assistido pelo “scholar” Moisés Raphael de Aguiar, ambos da congregação Talmud Torah de Amsterdã, que chegaram a Recife em 1642 e fundaram as congregações Zur Israel em Recife e Magen Abraham em Maurícia. Isaac da Fonseca escreveu o primeiro poema hebraico nas Américas “Zekher Asitile Nifle’ot El” (“Uma Recordação dos Milagres de Deus”). Em 1645, a população luso batavo pernambucana de origem judaica marrana alcançava 1.500 pessoas, quase 50% da população civil de origem europeia. Quando os holandeses foram expulsos do Brasil, em 1654, o protocolo de capitulação, assinado em 26 de janeiro de 1654 clausulava que todos os holandeses, marranos e judeus deveriam sair do Brasil dentro de três meses, reconhecendo-lhes o direito de vender os seus imóveis e engenhos e levar consigo os seus bens móveis, o que já foi um gesto de generosidade portuguesa, pois muito bem poderiam ter simplesmente confiscado os seus bens, como era comum na época inquisitorial. Os marranos e judeus luso batavo pernambucanos assim expulsos foram colonizar as Ilhas do Caribe, as Antilhas, Surinam, Caiena, Jamaica, Curaçao, Barbados. Em Curaçao se estabeleceram que se acredita que o atual dialeto papiamiento, falado ainda hoje pelos nativos de Curaçao, uma mistura de holandês e português pernambucano (por exemplo: **Télogo, Témanhã, V’ombora**, etc.), lá tenha sido por eles introduzido, a semelhança do idisch, do ladino e do raquitia. Em Barbados se estabeleceram como corretores de câmbio e moedas de ouro, na antiga Jundenstrasse de Bridgetown. No interior de Barbados introduziram a cana, levada do Recife, e fundaram os primeiros engenhos de açúcar, aproveitando a tecnologia daqui levada, de onde se originaram as atuais plantações antilhanas e cubanas. A história desses judeus luso balavos pernambucanos, encontrada nos arquivos do Museu Histórico de Barbados, Amsterdã e Hague, assinala a presença, em Barbados, de um dos seus mais proeminentes membros, o médico Abraham de Mercado e seu filho David Raphael, provavelmente nascido no Recife, que também exerceu a sua profissão em Maurícia e Recife, um dos presidentes da comunidade de **Pernambuco**, conforme fotocópia da carta original publicada no livro **Conciliador**, de Manasseh ben Israel de Amsterdã, editado em 1651, cujos originais pertencem a Cecil Roth Collection. Em Barbados fundaram a comunidade K. K. Nidhe em Bridgetown e K. K. Semah David em Speightstown, e eram em número de 300 famílias. O cemitério judeuluso batavo pernambuco que encontrei em Barbados, quando lá estive em 1965, continha pelo menos cem lápides, de túmulos, quase todas elas escritas em português. “Aqui jaz o senhor...”, todos recifenses ilustres, que permaneceram fiéis à sua língua e cultura lusobrasileira, cujos nomes atestam a sua condição de “**gente de nação**” judaica portuguesa: Henriques, Mota, De Leon, Vaz, Gallantes, de Souza, Delgado, Macedo, Castanho, Mucate. Curiosamente, esses sepulcros tinham o escudo tradicional da Estrela de David no alto e em baixo o símbolo pirata da caveira com dois ossos atravessados. Não pude entender esse hibridismo, pois a história não registra a figura do judeu bucaneiro e pirata nas Antilhas. Mais tarde, pesquisando o assunto no Instituto de História da Universidade de Jerusalém, um grande historiador professor dessa universidade, que também estudou o assunto, explicou-me que havia registros e documentos que explicaram que o símbolo da caveira representava o ódio semita a Torquemada, o terrível inquisidor espanhol, cuja lembrança não se apagara, desde a expulsão de 1492, e, como os piratas e corsários ingleses, franceses e holandeses, combatiam os espanhóis; eles, simbolicamente, faziam questão de que nos seus túmulos ficasse marcada a grande tragédia dos sem antepassados, na sua memória, “postmortem”. Esse cemitério de Bridgetown, em Barbados, na ocasião que o visitei, estava em lastimável estado de conservação e vítima de sacrilégio, pois bem ao lado existia uma estrebaria de cavalos os quais invadiam o cemitério e pastavam em redor das sepulturas. Era de se supor que o Instituto Joaquim Nabuco, em Recife, fundado por Gilberto Freyre, tomasse a iniciativa de solicitar a sua translação para o Recife, pois afinal de contas, o chamado Brasil Holandês foi também um Brasil Português de gente lusitana e de fé judaica, e esses restos mortais pertencem também à história do Recife, ao tempo de Maurício de Nassau, antes que algum **brazilianista** se dê conta e os levem para New York.

Ainda nesta achega, desejo informar que, por ocasião da expulsão dos holandeses no Recife, em 1654, um grupo de 23 judeus do Recife fugiu para Nova Amsterdã (nome antigo de New York), então sob o domínio holandês, tendo lá chegado a bordo do navio “Saint Catherine”, no mês de setembro de 1654, e lá fundaram a primeira comunidade judaica novaiorquina. Muitos dos seus descendentes tomaram parte na Guerra da Independência Americana, e, segundo documentação existente, alguns deles financiaram a campanha de George Washington. Aqui vai outra sugestão ao nosso ministro Mário Henrique Simonsen, para que junto ao seu xará Simon, secretário do Tesouro Americano, sobre o aval dos descendentes desses judeus luso batavos recifenses, e consiga assim aliviar o peso do “déficit” do nosso atual balanço de pagamentos; ao ilustre ministro Azeredo da Silveira, para que também dialogue, com a sua reconhecida habilidade diplomática, com o seu amigo Kissinger e consiga, com o seu pragmatismo responsável, tirar partido da história, em favor do Brasil de todos nós, neste ano em que os americanos comemoram o bicentenário de sua Independência.

Grande parte desta pesquisa colateral está baseada nos verbetes “Brazil”, “Barbados” e “U.S. of America” da **Grande Encyclopédia Judaica**, 18 volumes, editada em Jerusalém, 1973. Vide também a pesquisa do prof. Arthur C. F. Reis sobre “A Comunidade Hebraica de Surinam”, na qual relata a viagem do Porta Bandeira Barata e sua recepção pela comunidade judaica de Surinam, e transcreve a carta do dr. David Nasi, de 1798, assegurando a El Rei de Portugal a fidelidade dos “indivíduos da Nação Judaica Portuguesa”. Este documento encontrado por Arthur Reis nos arquivos de Belém tem uma grande importância histórica, pois atesta a existência daquela Pan Ibérica clandestina de que nos fala Jaime Cortesão, constituída de judeus e marranos portugueses que atuavam nos países sulamericanos de conquista espanhola, como retaguarda do Império Português no Brasil. A despeito de sua expulsão de Portugal e do Brasil, há muitos séculos, ainda se consideravam portugueses, conforme atesta a carta do dr. Nasi, “do desejo activo que têm de ostentar nas occasions, Seu Amor, Seu Zelo e Sua Fidelidade em favor da Pátria de Seus Antepassados não obstante as duras perseguições que lá padecerão, nos Séculos das Trevas e da Ignorância”. Vide também **Diário de Viagem ao Surinam**, de Francisco José Barata, Belém, 1944.- [voltar](#)

<sup>3</sup> Agora eu conto as “achegas de cordel” desse evento. Na qualidade de integrante da comitiva amazonense, no seminário a bordo do navio “Rosa da Fonseca”, como membro do Conselho da Codeama, fui surpreendido pela distribuição súbita no plenário de uma relação de todos os contribuintes e empresários amazônicos que haviam optado pela aplicação dos incentivos do Imposto de Renda na área da Sudam, com omissão total das empresas amazonenses, bem como de um novo plano de valorização da Sudam, organizado pela Montor, sob a responsabilidade de um conhecido arquiteto e urbanista que, utilizando a técnica do espaço polarizado de Perroux, construiu um criptomodelo, no qual aparecia a cidade de Bacabal, no Maranhão, como o polo de atração e irradiação mais importante na Amazônia, em detrimento dos interesses da Amazônia Interior. Revoltado, fui até o governador Arthur Reis para uma conversa ao “pé do ouvido”, eis que ele se achava ao lado do ministro João Gonçalves. O professor Reis reagiu logo e disse: “Denuncia no plenário, manda brasa que eu aguento as pontas”. Quando fui e denunciei, o governador Arthur Reis, estarrlecido, “balançou o coreto” e partiu para o “grito”. O “Rosa da Fonseca” quase afunda, pois houve reação, espanto e tumulto no plenário. Depois de passada a tempestade, amigos meus divulgaram o cordel, pelo qual o nosso irredentismo, acompanhado pelos companheiros Ruy Lins, Francisco Batista, Ronaldo Bomfim, Djalma Melo, Danilo Areosa, Osias Monteiro Rodrigues, José Soares e Maury Bringel, passaria a ser conhecido como a “Segunda Insurreição Cabana da Capitania de São José do Rio Negro a bordo do ‘Rosa da Fonseca’ e o Arthur Reis, com a sua coragem e o seu estilo “coimbrão” e xiquotesco, passaria a ter o apelido de “Apolinário Maparajuba”... - [voltar](#)

---

# PROJETO GEOPOL TICO





Esta notável ilustração criativa é de concepção e autoria do jovem artista plástico amazonense Jorge Palheta, descendente de Francisco de Melo Palheta, um dos introdutores do café na Amazônia. Na minha concepção estruturalista, intitulei-a: Geografia Telúrica da Terra Arrasada e do Espaço Vazio versus Ecologia Política Messiânica de Libertação.

## **2. Projeto Geopolítico Brasileiro de Libertação e Desenvolvimento: A Formação e Reorganização do Espaço Político**

- 2.1 Teoria espacial geopolítica**
- 2.2 A partilha do mar-oceano**
- 2.3 As capitânicas de juro e herdade**
- 2.4 As capitânicas da coroa e d'el-rei**
- 2.5 As capitânicas da conquista**
- 2.6 A evolução da divisão política desde o império**
- 2.7 A reorganização do espaço político**

## 2.1 Teoria Espacial Geopolítica Interdisciplinar: Uma Introdução Erudita e Bárbara

“Quem não for geômetra, não entra”, inscreveu Platão no pórtico de sua academia, uma espécie de “clube do Bolinha”, no qual as “meninas” não podiam entrar... No entanto, apesar da advertência esotérica e mística de sua proposição, que traz à ribalta da História uma postulação dogmática unilateral e exclusivista, incompatível com o caráter abrangente e universal da filosofia e da ciência, o pensador teve o mérito de introduzir na especulação acadêmica um enfoque interdisciplinar, indispensável na análise contemporânea. E mais ainda, de trazer à consideração dos acadêmicos a importância do espaço, através do estudo das propriedades dos pontos, retas, planos e superfícies, base da geometria euclidiana, ao formular as dez proposições primárias de axiomas e postulados. A partir daí desencadeou-se uma revolução geométrica, suscitada ou não pelo quinto postulado de Euclides<sup>1</sup> que causaria a criação e surgimento da **perspectiva** de Leonardo da Vinci; da **analítica** de Descartes, pela combinação dos pontos de uma reta e seus números reais; da **descritiva** de Monge, ao introduzir o espaço tridimensional; da **diferencial** ou **infinitesimal** de Gauss, com a introdução do cálculo diferencial e integral; da **projetiva** de Poncelet, ligada ao estudo das propriedades gráficas e métricas projetivas; e das **geometrias** não euclidianas, imaginárias e hiperbólicas, de Lobachevski, Bolyai, Gauss e Riemann, que refugaram o postulado euclidiano das paralelas, avançaram para o campo da pura especulação do espaço abstrato desligado do mundo real, e axiomatizaram a ciência, substituindo a reta euclidiana pelo círculo e o plano pela superfície esférica e pseudo-esférica.

Todo esse esforço de geometrização da ciência encontraria os seus percalços desde Blaise Pascal, com a sua clássica advertência dos perigos enfrentados pelo **espírito geométrico** frente ao **espírito de finesse**, que constitui a grande preocupação dominante nos dias correntes ao se procurar um modelo e uma síntese que alie o espaço físico ao espaço humano.

Deste modo, a **Teoria do Espaço**, inicialmente de origem geométrica, foi sendo dilatada e expandida pela inclusão de valores e símbolos não mais exclusivamente matemáticos, mas também históricos, geográficos, econômicos, políticos, jurídicos, culturais, linguísticos, artísticos e psíquicos. O espaço, antes linear e unidimensional, admitiu a curvatura e a multidimensionalidade; antes estático, adquiriu dinamismo; antes exclusivo, tornou-se universal. Passamos, assim, a falar, escrever e discutir o espaço geofísico, geohídrico, biogeocológico, metaplanetário, e o espaço geohumano, bioeconômico, social e psicossocial. Espaço humano abrangendo variáveis infinitesimais do espaço econômico, do espaço político cultural entre outros, e inclusive o novo espaço psíquico interior, cuja violação gera a violência, a agressão, e até quase o “impeachment”: **Watergate**.

As ciências sociais, ao receberem o impacto da teoria espacial, passaram a reagir, ou a aceitar algumas de suas condicionantes, ou todas elas, nascendo, assim, as controvérsias e discórdias sobre o papel do espaço ou do antiespaço nas construções e elaborações teóricas e doutrinárias. Grotius, no campo jurídico, criava o **res nullius** e o **mare liberum** do espaço oceânico – “a terra de ninguém” e o “mar livre”. Outros juristas desenvolveram a doutrina do **espaço soberano**, base de jurisdição dos Estados-Nações, que chega aos nossos dias com o apêndice do mar das duzentas milhas e da

plataforma submarina; do **jus soli** americano, que assegura a nacionalidade na terra onde se nasce, em oposição ao **jus sanguinis** dos europeus, na qual a cidadania é determinada pela origem paterna ou materna. A Revolução Francesa criou o **espaço-individual** para proteger os direitos e as garantias do cidadão, inviolabilidade do domicílio, direito de ir e vir, de livre expressão, pensamento e opinião, **inter alia**. Sorokin desenvolveu a teoria bidimensional do **espaço-sociológico**, através da mobilidade horizontal e vertical das populações e das classes sociais. Marx construiu o núcleo do espaço econômico todo poderoso e exclusivista, dentro do qual se processa a luta de classes com todas as consequências políticas, revolucionárias, e as deformações substantivas e adjetivas dessa unipolaridade.

No campo político, a teoria do espaço ganharia novas formas e roupagens: 1) “A Terra é de Deus, pois nela os homens são todos peregrinos”, diz a Bíblia; 2) “A terra é da Espanha”, garantiu o papa aragonês Alexandre VI na última bula “Inter Coetera” de 1493, ao fixar a linha de polo a polo, cem léguas a oeste de Cabo Verde; 3) “Não, a terra é da Espanha e Portugal”, corrigiu o papa Júlio II pela bula “Ea Quae” de 1506, afastando o meridiano para 370 léguas e ratificando o Tratado de Tordesilhas de 7 de junho de 1494; 4) “A terra pertence a quem a descobre e conquista”, e daí surgiu o espaço de colonização consagrado pelo direito bélico, resultante do conceito colonial entre franceses, ingleses, holandeses, portugueses e espanhóis; 5) “A terra pertence a quem a ocupa”, surge o direito do “Uti Possidetis” e “Ita Possideatis”, e nascem a Amazônia e o Centro-Oeste brasileiro nos Tratados de Madri de 1750 e de Santo Ildefonso de 1777; 6) “L’Etat c’est moi”, disse Luís XIV, e assim surgiu a tirania; 7) “O poder – que se assenta sobre o espaço – vem do povo e em seu nome será exercido” dizem as Constituições; 8) “A terra é dos barões”, e nasceu o feudalismo; 9) “O espaço também é dos pobres”, e o mundo se dividiu em hemisférios boreal e austral; 10) “A terra é de quem trabalha”, nasceu a reforma agrária; 11) “A indústria e a terra são dos proletários e camponeses”, e a burocracia comunista delas se apossou para tyrannizar a todos; 12) “Os justos herdarão a terra”, disse o grande Rabino Ioshua; 13) “O espaço é planetário”, pregou Teilhard de Chardin; 14) “O espaço é uma aldeia global”, diz MacLuhan, o teórico da comunicação de massa; 15) “O espaço é função da bomba”, e o mundo se dividiu entre o leste e o oeste; 16) “A terra é de ninguém”, disseram Kropotkin e Bakunin, e os anarquistas de Nanterre e Paris levantaram a sua bandeira negra; 17) “O espaço é de quem tem petróleo”, e o Oriente Médio passou a confiscar as rendas do primeiro ao quinto mundo.

Os economistas entraram na polêmica e passaram a analisar os aspectos locacionais e espaciais da atividade econômica. O espaço das sociedades estacionárias passou a adquirir coloração dinâmica, ao mesmo tempo que se introduzia o conceito de temporalidade, da intertemporalidade e até do antitempo e da antihistória da contestação e do desafio “hippie”-econômico. A discussão é antiga e vem desde os tempos dos ortodoxos, dos mercantilistas; – “o espaço é da mina e do ouro”, e os espanhóis destruíram as culturas azteca e inca; “o espaço é nacional”, e os nacionalistas xenófobos de Listz construíram o absurdo da independência autárquica. Os fisiocratas jogaram o problema espacial para a terra: “O espaço é da agricultura”. Os clássicos, com Adam Smith, voltaram-se para o problema de livre cambismo: “O espaço econômico é dos homens e mercados, e não dos países”; Ricardo e Turgot fixaram-se na renda diferencial da terra e nos retornos decrescentes, uma espécie de espaço-ninguante; Malthus entrou na luta e profetizou: “O espaço é da fome”, antecipando a explosão demográfica.

Os historicistas alemães trouxeram as suas achegas do tempo e da periodização espacial-histórica; “O espaço é do tempo”; os socialistas descobriram “o milagre de dividir o espaço antes de construí-lo”; os institucionalistas, com Veblen, criaram a “noção do consumo e do espaço-conspícuo”; Schumpeter introduziu: “O espaço é do inovador”; os estruturalistas criaram a tese: “O espaço vem da raiz”; e os monetaristas: “O espaço é da moeda” – e Milton Friedman ganhou o Prêmio Nobel de Economia de 1976. François Perroux, o grande economista francês da década dos 50, criou a teoria dos polos de crescimento: “O espaço é do polo”, e através dessa construção analítica passou a desenvolver toda uma economia de escala geoespacial; do **espaço geonômico**, com as suas relações de pontos, linhas e isolinhas, superfícies e volumes; do espaço econômico, entendido: 1) como conteúdo de um plano com o seu conjunto de relações entre a empresa, os fornecedores de insumos e os consumidores do produto dentro de um determinado horizonte econômico; 2) como campo de forças constituído de polos, redes ou centros de crescimento e de irradiações de forças centrífugas e centrípetas; 3) como conjunto homogêneo de estruturas, onde o espaço definido atua pelas articulações das unidades de produção, de preços, vizinhanças, economias externas, clientela e distância. E o leque da análise espacial foi assim por ele aberto pela caracterização dos polos e dos seus efeitos de dominação, de irradiação, de atração, de concentração, expansão, multiplicação, dimensão, aceleração e até de paralisação. Este efeito de paralisação de Perroux é importante na análise espacial das regiões distantes, isoladas ou dominadas, e se realiza quando se recusa o mercado e o “know-how”, ou quando não se permite às elites regionais ou nacionais o direito e a faculdade de se formarem e agirem, presas pelas inibições burocráticas ou centralizadoras. Ruiu-se assim o universo Paretiano do equilíbrio e da competição perfeita, que Perroux caracterizou magistralmente como um universo: a) **de adaptação sem estratégia**; b) **de contrato sem combate**; e c) **de equilíbrio sem arbitragem consciente**. É de se lamentar que a mais importante contribuição teórica e analítica no campo econômico, elaborada, por Perroux, reunida no seu famoso **L’Economie du XX Siècle**, publicada em Paris em 1964, e da qual muito me orgulho de ter sido um dos pioneiros de sua divulgação na Amazônia e no Brasil, nos meados da década dos anos 60, somente tenha tido uma tradução em Portugal, pela Livraria Moraes Editora, em 1967, de difícil acesso, daí parecer-me necessário e urgente uma edição brasileira, sobretudo nos dias correntes, quando o País despertou para os seus programas da Polamazônia, Polonordeste, Polocerrado, “inter alia”.

Haveria de chegar também a idade da geografia, e depois desta a da Geopolítica. Rudolf Kjellen (1864-1922), sueco, professor da Universidade de Uppsala, criou a palavra geopolítica em 1899 – “a ciência do Estado como um organismo geopolítico” – como um dos cinco ramos da política: geopolítica, ecopolítica, demopolítica, sociopolítica e cratopolítica, aliás, a primeira tentativa moderna de introduzir um tratamento interdisciplinar no estudo das ciências humanas e sociais.<sup>2</sup> Na geopolítica, ele distingue a **topopolítica**, para analisar os problemas políticos face a situação geográfica de continentalidade e maritimidade; a fisiopolítica, para analisar as conexões políticas com o potencial e aproveitamento dos recursos naturais; e a **morfopolítica**, voltada para a análise das inter-relações do espaço político com a forma, extensão, relevo, periferia, fronteira, distribuição demográfica, circulação social e viária, e a evolução e divisão territorial. Este é um resumo-breviário contido no seu “**Staten Som Lifsform**” (**O Estado como ser vivo**), surgido em 1916, para corrigir o radicalismo ratzeliano do determinismo geográfico, ambiental e climático, que condicionava o ser humano ao clima e ao solo, “que rege o destino dos povos com uma cega brutalidade”. O destino da terminologia

geopolítica kjeliana foi, todavia, muito ingrato. Karl Haushofer (1864-1946), major-general do exército alemão, se apropriou de alguns conceitos ratzelianos e kjelianos para, na Universidade de Munich, por meio do Instituto de Geopolítica, preparar as bases do implacável imperialismo e militarismo nazista, com a criação da doutrina de **Lebensraum** (espaço vital), da área-eixo-”pivot”, a expansão territorial contínua sem respeito às fronteiras nacionais históricas, o conceito do “mare nostro” dos fascistas, e a própria doutrina da superioridade ariana, “Blut und Boden” (raça e terra), desenvolvida por Gobineau e Lapouge, que desencadearam a maior tragédia belicista dos anos 40. E não só dos anos 40, mas também das décadas subsequentes, quando o imperialismo soviético passou a destruir as culturas nacionais do oriente europeu e as suas próprias, a dominar na Ásia, e, agora, avançar nas áfrias e nas terras das américas, e incorporá-las ao seu próprio espaço político, cultural e ideológico, pelo processo de sovietação, em nome de um falso socialismo, como bem demonstra o recente livro de Jean-François Revel, **La Tentation Totalitaire**, publicado em 1976, Edition Robert Laffont, Paris.

A teoria espacial não ficaria restrita às formulações jurídicas, políticas, econômicas e geopolíticas. Ela se transbordou para o campo linguístico: “o espaço é da língua franca”, do nheengatu ao inglês; para a área da ciência pura, “o espaço é dos “egg-heads”; para o setor cultural, “o espaço é da universidade”; para o setor étnico e de miscigenação, “o espaço é do ariano (Hitler), ou da mulata (Di)”; para o universo da arte plástica futurista, “o espaço é do cubo”, para a área da música, “a escala do espaço é dodecafônica”; para a arte coreográfica – “o espaço-salão, que já foi do samba e agora é do Rock e do Pop”, com o qual os baianos do Senhor do Bonfim não se conformam, pois “o terreiro é do samba de roda”, do baião, da puxada de rede, da capoeira, do berimbau, do candomblé e do maculelê, e ao qual os pernambucanos pedem passagem para o maracatu, os cariocas para a escola de samba do Salgueiro, os paraenses para o carimbo, os gaúchos para o fandango, e os caboclos-matutos para o forrobodó.

Os ecólogos radicais dizem que “o espaço pertence aos bichos e às plantas”, e Euclides da Cunha já disse que na Amazônia o homem é um “intruso impertinente”. Os economistas empresariais e tecnocratas foram à luta e definiram: “o **espaço-açu** é das multinacionais, o **espaço-vazio** é das estatais, o **espaço-jitinho** é da empresa nacional privada”.

“O espaço é do astronauta”, do foguete e do satélite, e Gagarin disse: “A Terra é azul e não vi Deus”; e Armstrong, ao pisar a Lua: “Um pequeno passo para o homem, um grande salto para a humanidade”. Os físicos reclamam que “o espaço é do átomo”, ou melhor, já foi, pois hoje o campo pertence mais ao **antilambda-zero**, que, segundo o **Aurelião** é um antibárion que no estado fundamental tem massa igual a 1,197 unidades de massa atômica, spin igual a um meio, paridade positiva e carga nula, antipartícula...

Finalmente, o que é e de quem é o espaço? Como homem de fé e de ciência, só tenho uma resposta paradoxal: “o espaço é do poeta Castro Alves, quando disse que “a praça é do povo, como o céu é do condor”.

Chegado a esse ponto, seria de perguntar o porquê de tanta parafernália conceitual. Outro dia assustei-me ao ler um artigo na imprensa diária no qual o autor se perguntava: Geopolítica, uma ciência ou uma impostura? Assustei-me, porque o estigma lançado por Haushofer sobre ela ainda perdura, a despeito da legitimidade de sua origem kjeliana e da necessidade de sua evolução como interciência da terra com o poder, à semelhança de outras ciências do limbo que se multiplicam aos

milhares, como a geoquímica, a geofísica, a biogenética, a bioengenharia, a ecologia social, a parapsicologia, etc.

E se não bastasse todo esse esforço para a construção de uma **Teoria Espacial Interdisciplinar**, de qualquer modo poderíamos ainda buscar na riqueza do folclore humano a sua justificativa. A geopolítica, como ciência de fronteira, localizada no limbo do espaço-homem-poder, daria margem a um outro romanceiro de **pé-no-chão**, que poderia arrepiar a muitos ou a quantos que, desinformados, mal-intencionados ou pré-conceituados, se encontram em órbita no romanceiro do **mundo-da-lua**. Muito me aflige o maniqueísmo filosófico ou a binaridade científica, pois o universo em que vivemos, a despeito do aparente contraste sim-não, noite-dia, Deus-diabo, positivo-negativo, abre-fecha, apaga-e-acende, entra-sai, soma-diminui, multiplica-divide, integra-diferencia, ele não pode ser encarcerado em qualquer gráfico bidimensional cartesiano, ou na linguagem binária 0-1 dos computadores. Mas, de qualquer modo, essa redução ao absurdo serve como instrumento didático de simplificação abstrata, e jamais como modelo real da vida, porque esta vive longe do branco-preto; está mais chegada ao arco-íris, cujas cores cambiantes do espectro solar o olho humano não enxerga, mas a ciência vê.

Deste modo, a geopolítica ou as outras geossociociências, ao se situarem no campo binário ou polinário das relações espaço-homem-poder-tempo-almaátomo, etc., em linguagem folclórica de um romanceiro sociológico se transformariam em inúmeras interações culturais da ingenuidade e intenção popular do **pé-no-chão**. E assim teríamos, por exemplo: o **rapapé** e o comício – o demagogo; o **busca-pé** e a rua – o moleque; o **canapé** e a serventia – a mordomia; o **finca-pé** e o subsolo – o monopólio; o **dá-no-pé** e a plataforma – os contratos de risco; o **ponta-pé**, o campo e o gol – futebol-Pelé; o piolho, o dengo e o cafuné – a iaiá e a sinhámoça; o **arrasta-pé** e o salão – o balé; o **ao-pé-da-letra** e a fé-de-ofício – o barnabé; o **pé-de-cana**, o massapê, a rapadura e a “peça de Guiné – o banguê; o **pé-de-café**, a terra roxa e o colono – a fazenda; o **pé-de-seringa**, o cabeça-chata e o coronel – o seringal; o **pé-de-boi**, a sesmaria e o capim – o curral; o **pé-de-légua**, a igarité, o rio, a mina, a droga e o cafundó – o bandeirante paulista e o paraense-amazônico. E, mais ainda, o **pé-de-barro**, o **pé-de-chumbo**, o **pé de vento**, o **pé-no-estribo**, o **pé-de-anjo**, o **pé-de-valsa**, o **pé-nas-costas**, o **pé-direito**, o **pé-atrás**, o **pé-descalço**, o **pé-pelas-mãos**, o **pé-de-cego**, o **pé-de-cabra**, o **pé-de-burro** o **lambe-pé**, o **lava-pé**, o **não-dá-pé**, o **bate-pé**, o **cai-de-pé**. Um mundo de interações de geossociociências folclóricas, todas elas refletindo milhares de associações e enredos culturais.

Partindo desses pressupostos seria possível propor e criar uma Teoria Interdisciplinar do Espaço Sociopolítico Brasileiro, erudita e bárbara na sua ambivalência, porém, unívoca na sua dinâmica. Toda essa cansada e peregrina vereda teórica e telúrica é necessária, infelizmente, porque é mais fácil desintegrar o átomo do que superar um anacronismo; a geopolítica arcaica de nossa divisão territorial.

## 2.2 A Partilha do Mar-Oceano

As unidades federadas do Brasil Atlântico refletem as conseqüências da filosofia de herança deixada pela “Capitulacion de Ia Particion del Mar Oceano”, mais conhecida pelo nome de Tratado de Tordesilhas, de 7 de junho de 1494, consagrado pelo papa Júlio II na Bula “Ea Quae” de 1506, que, modificando a Bula “Inter Coetera” do papa aragonês Alexandre VI, de 1493, afastou o meridiano de cem léguas para 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde, como está dito:

Consentiram que se trace e assinale pelo dito mar-oceano uma raia ou linha direita de polo a polo; convém a saber, do polo ártico ao polo antártico, que é de norte ao sul, a qual raia ou linha e sinal se tenha de dar e dê direito, como dito é, a trezentos e setenta léguas das ilhas de Cabo Verde em direção à parte do poente, por graus ou por outra maneira, que melhor e mais rapidamente se possa efetivar, contanto que não seja dado mais. E que tudo o que até aqui tenha achado e descoberto, e daqui em diante se achar e descobrir, pelo dito senhor de Portugal e por seus navios, tanto ilhas quanto terra firme, desde a dita raia e linhas dadas na forma supracitada. Indo pela dita parte do levante dentro da dita raia para a parte do levante, ou do norte ou do sul, dele, contanto que não seja atravessando a dita raia, que tudo seja e fique pertencendo ao dito senhor de Portugal e aos seus sucessores para sempre. E que tudo o mais, assim ilhas como terra firme, conhecidas e por conhecer, descobertas e por descobrir, que estio ou forem encontradas pelos ditos Senhores Rei e Rainha de Castela, de Aragão, etc., por seus navios, desde a dita raia dada na forma supra-citada, indo pela parte do poente, depois de passada a dita raia em direção ao poente ou ao norte sul dela, que tudo seja e fique, e pertença aos ditos Senhores Rei e Rainha de Castela, de Leão, etc., e aos seus sucessores para sempre<sup>3</sup>.

E assim o mundo foi dividido por acordo e ordem de Dom Fernando e D. Isabel, por graça de Deus, rei e rainha de Castela, de Leão, de Aragão, da Sicília, de Granada, de Toledo, de Valência, de Galiza, de Maiorca, de Sevilha, de Sardenha, de Córdova, de Córsega, de Múrcia, de Jaén, do Algarve, de Algeciras, de Gibraltar, das ilhas de Canária, conde e condessa de Barcelona, Senhores de Biscaia e de Molina, duques de Atenas e de Neopátria, condes de Roussilhão e da Sardenha, marqueses de Oristan e de Gociano, com o sereníssimo D. João II, pela graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves d'Aquém d'Além-mar em África, e senhor da Guiné.

Foi, incontestavelmente, uma grande vitória da diplomacia portuguesa, pois, pela Bula “Inter Caetera”, de 4 de maio de 1493, do papa aragonês Alexandre VI, um Bórgia, todas as Américas haviam sido doadas à Espanha de Dom Fernando e D. Isabel, como está dito:

E a fim de ajudar-vos pela largueza apostólica a tomar com maior ânimo o carrêgo de tamanha empresa sobre vossos ombros, de nossa própria e espontânea vontade, e sem respeito a nenhuma petição e insinuação, que por vos ou por outrem nos fosse presente, e movidos somente de nossa liberalidade e munificência, nos apraz de vos fazer mercê e doação, de agora para todo o sempre, de todas as Ilhas e terras firmes já achadas e que se houverem de achar, descobertas ou por descobrir, para as bandas do Ocidente e Meio-Dia, tirando-se uma linha reta do pólo ártico ao pólo antártico, fiquem ou não essas ilhas e terras firmes para as partes da Índia, ou outro qualquer quarteirão do globo, sendo nossa vontade todavia que essa linha corra em distância de cem léguas para o Ocidente e Meio-Dia das linhas chamadas dos Açores e Cabo Verde. Assim que pela autoridade do Deus-Todo-Poderoso” ..... vos fazemos doação das ditas ilhas e terras firmes, achadas e por achar, descobertas ou por descobrir, com todos os seus senhorios, cidades, vilas, aldeias, povos, lugares, direitos, jurisdições e todos os mais pertences e dependência que tocar possam, uma vez que já não estivessem na posse de algum outro rei ou príncipe cristão até o dia do derradeiro natal em que começou o presente ano de 1493. O qual dom nos apraz trespassar nas pessoas de vossos herdeiros e sucessores. Reis de Castela e Leão, e os havemos e constituímos como senhores absolutos dele, como mero e misto império, pleno poder, autoridade e jurisdição” ..... “E ninguém seja ousado a infringir e quebrantar o que está determinado por este mandamento, exortação, requisição, doação, concessão, assinalação, constituição, decreto, proibição e absoluta vontade” ..... “Dada em São Pedro, de Roma, no Ano da Encarnação de Nosso Senhor de 1493, aos quatro das nonas de maio, e primeiro de nosso pontificado. <sup>4</sup>

Registram os arquivos da História que D. João II, ao ser surpreendido pela Bula “Inter Coetera”, protestou contra essa espoliação, tendo mandado os seus procuradores, Pero Diaz e Rui de

Pina, negociar com D. Fernando para que se dividisse o mundo não por um meridiano, mas por um paralelo que passasse ao sul das Canárias, o que daria a Portugal a parte meridional e à Espanha a parte setentrional. Se tivesse prevalecido o astuto critério geodésico do sereníssimo rei, o paralelo das Canárias iria atingir a península de Flórida, na altura do Cabo Canaveral (Kennedy), as cidades de Orlando, Disneyworld, New Orleans, Houston, nos EUA; e Chihuahua, Hermosilo e a Baixa Califórnia Mexicana... Da luta entre o paralelo e o meridiano surgiu o Tratado de Tordesilhas, que, embora consagrando o último, o afastou para o poente, a altura da linha de polo a polo a 370 léguas a oeste de Cabo Verde, que corresponde, aproximadamente, ao meridiano de 49 graus, a oeste de Greenwich, que atravessa a ponta da ilha de Marajó, os rios Tocantins e Araguaia, Brasília, Triângulo Mineiro, Estado de São Paulo à altura de Bauru, passa entre Curitiba e Paranaguá e vai terminar à altura de Laguna, em Santa Catarina.

### 2.3 As Capitânicas de Juro e Herdade

Assim começou o espaço político português em terras da América. Ocupar esse espaço não foi empresa fácil. A míngua dos recursos não compensava os sacrifícios financeiros da colonização, mas a cobiça de poderosos concorrentes exigia uma solução. E esta veio. Reinava D. João III, e este aproveitou a experiência portuguesa na colonização das ilhas da Madeira e Açores. As primeiras cartas forais e de doação, instituindo as capitânicas de Juro e Herdade, começam a partir de 1534, sendo uma das primeiras a de Marfim Afonso, a quem el-rei fazia por mercê “doação irrevogável entre vivos, valedoura deste dia para todo o sempre de Juro e Herdade para ele e todos os seus filhos, netos e herdeiros sucessores que após vierem, assim descendentes como transversais e colaterais... “Quero que e me praz que em tempo algum se não possa a dita capitania e governança e todas as coisas que por esta doação dou ao dito Martim Afonso partir nem escambar, espedaçar, nem em outro modo alhear, nem em casamento a filho ou filha, nem a outra pessoa dar, nem tirar pai ou filho, nem outra pessoa de votivo, nem para outra coisa, ainda que seja mais piedosa, porque minha tenção e vontade é que a dita Capitania, governança e coisas ao dito Capitão-Mor nesta doação dadas, andem sempre juntas e se não apartem nem alienem em tempo algum; e aquele que a partir ou alienar ou espedaçar ou der em casamento, ou para outra coisa e por onde haja de ser partida, ainda que seja mais piedosa, por esse mesmo feito perca a dita Capitania e governança e passe diretamente àquele a que houvera de ir pela ordem de suceder sobredita, se o tal que isto assim não cumprir, fosse morto”<sup>5</sup>

Hei por bem e me praz de lhe fazer Mercê de Juro e Herdade para sempre, para o dito Capitão-governador e seus descendentes filhos e filhas legítimas, com tal declaração que enquanto houver filho legítimo varão no mesmo grau não suceda filha... e não havendo macho... que então suceda a fêmea; enquanto houver descendentes legítimos, machos ou fêmeas, que não suceda na dita Capitania bastardo algum; e não havendo descendentes machos, nem fêmeas, legítimos, então sucederão os bastardos, machos ou fêmeas, não sendo porém de danado coito...<sup>6</sup>

El-rei, no entanto, não abdicava da soberania sobre elas, tanto é assim que Max Fleiuss, em sua **História Administrativa**, p. 10, conceituava as capitânicas como a “terra dividida em senhorios dentro do Senhorio, do Estado”, pois este mantinha representantes do poder real, feitores, almoxarifes, escrivães incumbidos de arrecadar as rendas da Coroa, nomeações de vigários e capelães, além do dízimo, da redízima das rendas pertinentes à Coroa, a vinténs do pau-brasil, declarado monopólio real como as especiarias, a dízima do quinto por qualquer sorte de pedrarias e metais etc., conforme

informa Capistrano de Abreu<sup>7</sup>. Os capitães-governadores “teriam jurisdição civil e criminal, com alçada até cem mil-réis na primeira, com alçada no crime até morte natural para os escravos, índios, peões e homens livres, para pessoas de mor qualidade até dez anos de degredo ou cem cruzados de pena; na heresia (se o hereje fosse entregue pelo eclesiástico), traição, sodomia, a alçadairia até morte natural”, “e podendo nomear ouvidores, tabeliães de público e judicial e das sesmarias”<sup>8</sup>.

A delimitação do espaço político doado pelas cartas capitánias estabelecia o princípio do critério geodésico, assim fixado em carta de D. João III a Martim Afonso:

Determinei de mandar demarcar de Pernambuco até o Rio da Prata cinquenta léguas de costa a cada Capitania, e antes de se dar a nenhuma pessoa mandei apartar para vós cem léguas, e para Pero Lopes, vosso irmão, cinquenta, nos melhores limites dessa costa, por parecer de pilotos de quem o Conde (Castanheira) por meu mandado informou, como vereis pelas doações que logo mandei fazer, que vos enviará; e depois de escolhidas essas cento e cinquenta léguas de costa para vós e para vosso irmão, mandei dar a algumas pessoas que requeiram Capitánias de cinquenta léguas cada uma.<sup>9</sup>

Assim, desde os meados da década dos anos 30 do século XVI ficou definido o espaço político atlântico-brasileiro, seguindo aproximadamente os limites das capitánias, que, inicialmente, eram em número de doze. Capistrano de Abreu, citando D’Avezac, descreve-as concisa e geograficamente. Eis um resumo: O limite extremo meridional foi concedido a Pero Lopes de Souza; um pouco mais ao norte, a de S. Vicente, reservada a Martim Afonso de Souza; a de Santo Amaro, de dez léguas, adjudicada a Pero Lopes de Souza; ao norte, a Capitania de S. Tomé, de trinta léguas, de Pero de Góes; em seguida, a Capitania do Espírito Santo, outorgada a Vasco Fernandes Coutinho, separada da Capitania de Porto Seguro, atribuída a Pero de Campos Tourinho, por cinquenta léguas, até a dos Ilhéus, obtida por Jorge de Figueiredo Corrêa, de cinquenta léguas, que chegava rente à Capitania da Bahia, doada a Francisco Pereira Coutinho, que se estendia até o rio S. Francisco; além estava a de Pernambuco, adjudicada a Duarte Coelho, que contava sessenta léguas até o rio Iguaraçu, junto ao qual Pero Lopes possuía o terceiro lote de trinta léguas, formando sua Capitania de Itamaracá até a baía da Traição; neste lugar se estendia por cem léguas, até a Angra dos Negros, a Capitania do Rio Grande, dada em comum ao historiador João de Barros e seu associado Aires da Cunha; da Angra dos Negros ao Rio da Cruz constituía o lote concedido a Antônio Cardoso de Barros; do Rio da Cruz ao Cabo de Todos os Santos, vizinho do Maranhão, eram adjudicadas setenta e cinco léguas ao redor da fazenda Fernando Álvares de Andrade; e além vinha enfim a Capitania do Maranhão, formando o segundo lote de João de Barros e Aires da Cunha, com cinquenta léguas sobre o litoral até a de Diogo Leite, cerca da embocadura de Turiassu. Eram setecentas e trinta e cinco léguas do litoral demarcado para as Capitánias.<sup>10</sup>

A despeito da tradição indicar que as capitánias eram em número de doze, embora divididas em maior número de lotes, conforme afirmou Capistrano de Abreu, a descrição de D’Avezac discrimina quatorze – A história menciona apenas nove proprietários, conforme o registro de Aires do Casal<sup>11</sup>; e Pedro de Magalhães Gandavo numera somente oito capitánias, incluindo gratuitamente a do Rio de Janeiro e omitindo a de Pero de Góes.<sup>12</sup>

Essas capitâneas de Juro e Herdade, conforme o mapa reproduzido da História da Colonização Portuguesa do Brasil<sup>13</sup> no qual constam quinze lotes capitaniais, suscitaram entre historiadores e juristas uma acirrada polêmica sobre o seu caráter feudal ou não. Aqui vão algumas dessas considerações estudadas por Waldemar Ferreira e aqui sistematizadas: 1) Carlos Malheiros Dias, reproduzindo conceitos de João Ribeiro, arguiu que “a metrópole abria mão, em benefício dos donatários, das riquezas que encerrava aquela grandiosa boceta de Pandora. O rei despojava-se de grande parte da suserania, reservando-se pouco mais do que o privilégio de cunhar moeda”; 2) Roberto Simonsen divergiu para afirmar que não lhe parecia razoável assemelhar o sistema capitaniais ao feudalismo, pois o soberano regulou nos forais os direitos políticos, a percepção das rendas e as responsabilidades; 3) J.F. de Almeida Prado reconheceu que havia semelhanças com o direito dos feudatários em certos itens dos forais; 4) Max Fleiuss reconhece a situação peculiar, pois a Coroa não se privava do domínio direto sobre o território, visto que os donatários tinham apenas a posse; 5) Teixeira de Freitas assemelhou a doação capitaniais ao contrato da fidúcia; 6) Basílio de Magalhães considerou que o regime de concessão donatária se aproximava do instituto de enfiteuse; 7) Waldemar Ferreira ponderou que seria mais razoável divisar no regime das capitâneas o que “modernamente se tem como autarquias ou entidades autárquicas territoriais, enquadradas entre as pessoas jurídicas de Direito Público Interno”.<sup>14</sup>

#### 2.4 As Capitâneas da Coroa e D’El-Rei

O regime autarquico-feudal-anfitético ou fiduciário das capitâneas de Juro e Herdade, que assinalou o início do processo de ocupação e povoamento do litoral brasileiro, encontrou sérias dificuldades para se operacionalizar. Essa dificuldade decorria dos grandes espaços senhoriais, das lutas contra os indígenas e os invasores europeus concorrentes, da pobreza das rendas e dos dízimos, da escassez de colonos e degredados, da anarquia intercapitaniais, e da ausência de motivação por parte dos próprios capitães-donatários.\* A história registra, tradicionalmente, um relativo êxito em S. Vicente e Pernambuco. As restantes, afirmou Capistrano de Abreu, “vegetavam mofinas”[...] “ou estando nas condições de estados estrangeiros umas relativamente a outras, impossibilitam qualquer ação coletiva”[...] “e a anarquia inter-capitaniais conjugava-se com a anarquia intestina[...]”.<sup>15</sup>

É preciso considerar na análise histórica das capitâneas de Herdade, que o seu instrutor, D. João III, jamais abriu mão de sua soberania Ao instituí-las; isto ficou bem evidenciado na carta dada em Castro Verde, a 20 de novembro de 1530, passada em nome de Martim Afonso, na qual el-rei assim declara:

E bem assim dou poder a Martim Afonso de Souza para que em todas as terras que forem de minha conquista e demarcação, que ele achar e descobrir, possa meter padrões e em meu nome tome delas (posse) real e atual.<sup>16</sup>

D. João III reconheceu esse estado e, possivelmente, admitiu as consequências que poderiam advir do excesso descentralizador e da própria perda possível de sua conquista, resolvendo por reverter as capitâneas donatárias à Coroa. Para isso, usou um expediente político ensejado pela morte de Francisco Pereira Coutinho, da Capitania da Bahia, num naufrágio que o fez cair às mãos dos gentios, que o trucidaram. Essa capitania, deixada devoluta, foi tomada por el-rei, algumas compradas de seus herdeiros e outras tiveram pura e simplesmente rasgadas as cartas de doações e forais. Um

golpe de estado, ou, se quiseram, o Ato Institucional n.º 1 da História do Brasil Colonial. Capistrano de Abreu assim esclarece o processo de mudança para as capitanias da Coroa:

O remédio preferido por D. João III consistiu em tomar posse da capitania deixada devoluta por parte de Coutinho, com os recursos da Coroa estabelecer uma organização mais rigorosa, criar um Governo Geral, forte bastante para garantir a ordem interna e estabelecer a concórdia entre os diversos centros de população. Rasgaram-se assim as doações e forais onde só estavam previstos conflitos entre solarengos e senhores hereditários, e só se fitava equiparar a situação destes à dos reis contra os poderosos vassallos medievais. Os poucos protestos dos interessados passaram desatendidos, e, em 1549, sem abolir de todo o sistema feudal, instituiu-se novo regime.<sup>17</sup>

Este Ato Institucional n.º 1 os juristas do tempo o justificaram com base na famosa e discutida **Lei Mental**, que segundo M. Paulo Merêa, começou a ser aplicada desde 1393, em Portugal, pela qual el-rei poderia reaver para a Coroa, de modo direto ou indireto, as terras reais em poder dos condestáveis, donatários, cavaleiros, escudeiros. Segundo Teófilo Braga e Cândido Mendes de Almeida, citados por Waldemar Ferreira, a **Lei Mental** foi criada a conselho de João das Regras e se constituía numa arbitrariedade legal, porque funcionava no plano político, não sendo, pois, uma lei escrita civil. Manoel de Faria e Souza, em sua **Europa Portuguesa**, também citado por Waldemar Ferreira, assim magistralmente a define:

Tomó El-Rey otro camino de quitar lo que habia dado, restituir de substancia la Corona, que fué comprar a algunos parte de lo que teniam, y hacer una ley, jamás platicada de algun Principe; esta fué, que en los bienes Reales no pudiesse succeder las hijas de quien los poseya. Llamóla Mental porque temiendo que habia de parecer duto el publicar-la, la tenia en la mente, y la iba ejecutando, asi como se moria alguno sin varon hedero. Cosa rara! que pareciesse licito ejecutar con la voluntad, ó con la ambicion, lo que parecia licito decir-se con la lengua y con la pluma. Esta fué consejo de JUAN DE REGLAS, aquel gran Legista, que de la jurisprudéncia pudo hacer la balança de los premios de la espada.<sup>18</sup>

Deste modo, com a constituição de um governo geral, com a nomeação de Tomé de Souza em 1549, o espaço político passaria a ser ocupado por uma ordem mais centralizadora, iniciando-se, assim, a organização política, econômica e social do Brasil Colonial, com as suas figuras típicas: o governador e o capitão-mor na administração civil e militar; o provedor-mor responsável pelos assuntos da fazenda; o ouvidor-mor, chefe da justiça, o corregedor, o juiz pedâneo, o juiz-de-fora, o juiz de órfãos, o juiz das vintenas, o alcaide-mor, o vereador, a Câmara, o Conselho, o pelourinho símbolo da soberania jurisdicional e instrumento de punição e tortura, o tabelião, o escrivão, o notário, o almotacé, o inquiridor, o meirinho, o alcaide, o mamposteiro, cujas funções e jurisdições foram descritas nesse admirável trabalho de pesquisa histórica de Waldemar Ferreira.<sup>19</sup>

Os governadores-gerais mantiveram o sistema e a divisão territorial das capitanias, e algumas delas foram sendo desdobradas com a criação de capitanias secundárias subordinadas ou com a criação de novas capitanias, à medida que a conquista e a posse se encaminhavam para o oeste na corrida das bandeiras e dos sertanistas. Já ao findar o século XVI e durante o século XVII, o espaço político de governo e jurisdição oscilava entre a centralização unitária do governo único e a descentralização binária do duplo governo. No período de 1572 a 1577, foram criados dois governos,

um ao Norte, com sede na Bahia, e outro ao Sul, com sede no Rio de Janeiro, restabelecendo-se a unidade unipolar administrativa em 1577. Durante o domínio espanhol – no tempo dos Felipes, período de 1580 a 1640, quando a monarquia portuguesa foi fundida à monarquia espanhola – novamente o espaço político dividia-se em duas unidades, cobrindo-se o período de 1608 a 1612. Em 1621 deu-se a grande divisão com a criação do Estado do Maranhão e Grão-Pará e o Estado do Brasil, com sede na Bahia, ambos com administrações autônomas; mais tarde, em 1763, a sede do Estado do Brasil seria transferida para o Rio de Janeiro, face à criação do Vice-Reino do Brasil e posterior extinção do Estado do Maranhão. Novamente a Bahia voltaria a ser a sede do Vice-Reinado, para depois perdê-la definitivamente para o Rio de Janeiro, um ano depois da chegada do príncipe regente D. João, em 1808, e lá permaneceu com a elevação do Brasil à categoria de Reino, juntamente com Portugal e Algarves, em 1815.

Esses fatos bem atestam as dificuldades, as reflexões e perplexidades da montagem de um modelo político-administrativo na época colonial, dadas as contradições e imperativos conjunturais e estruturais que faziam oscilar a descentralização autárquica e a centralização unitária. Fatores de ordem geográfica continental, de ocupação do grande espaço litorâneo, aliados à necessidade de defesa da terra contra os competidores europeus, de fundação de vilas e povoados e de pacificação dos índios, além dos fatores de rebeldia e desordem administrativa, têm sido assinalados para explicar as imensas dificuldades estratégicas e táticas de ocupação do espaço político, sem a perda da coesão e da unidade, apesar dos reclamos e das aspirações regionais que constituem, até hoje, a nossa herança e o nosso problema, principalmente no centro-oeste e na Amazônia.

### **2.5 As Capitânicas da Conquista**

Ainda nos séculos dos 600 e 700, a descoberta do ouro nas Gerais e no Distrito Diamantino, a penetração do boi e dos currais subindo o rio São Francisco, a descida dos bandeirantes pelo Tietê, Paraná, Paraguai, até o Prata, e subindo mais até os Andes<sup>20</sup> a fundação dos fortes e guarnições militares no Norte, a começar em Belém, pelo Forte do Presépio, por Francisco Caldeira Castelo Branco, em 1616, a subida do rio Amazonas por Pedro Teixeira (1637-1639), as atividades dos sertanistas, das tropas de resgate e das missões religiosas dos jesuítas e carmelitas, metendo os padrões e os brasões del-rei onde chegavam, criando vilas, feitorias, missões e povoados, iriam todas elas, isolada ou conjuntamente, contribuir para ampliar as fronteiras do Brasil mediterrâneo. A união das monarquias portuguesa e espanhola, no período inicial de 1580/1620, muito facilitou essa tarefa expansionista, uma vez que os espanhóis não ofereciam muita oposição ativa às atividades expedicionárias, que lentamente se transformariam em conquista e posse, desrespeitando-se, assim, a Partição do Mar-Oceano convencionada na linha de polo a polo de Tordesilhas.

Na Bacia do Prata e no Paraná, a fronteira se tornou tensa, pois os espanhóis, dominando a jusante e o delta do Prata, nele penetravam facilmente e ocupavam os espaços vazios; a despeito de ter sido uma descoberta portuguesa, conforme assinalou Capistrano, acabou tornando-se uma conquista espanhola. Os espanhóis realizavam ao Sul as suas conquistas e bandeiras partindo do litoral atlântico, enquanto as vias fluviais da bacia platina serviam de eixo e baliza de penetração e posse. Refletia-se, assim, o mesmo padrão português que, saindo do litoral, penetrava pelo sertão e subia o São Francisco e os rios litorâneos, ou descia o planalto paulista pelo Tietê e afluentes do Paraná. Os episódios do confronto luso-espanhol na Colônia de Sacramento e nas Missões são típicos dessa competição de conquista.

Na Amazônia, a despeito de ter sido uma descoberta espanhola, iniciada por Orellana com a sua expedição de 1539-1542, efetivou-se a conquista portuguesa, eis que os espanhóis, vindos do litoral do Pacífico, encontravam de saída a Cordilheira dos Andes e o sistema Parimo-Guiano a lhes dificultar os passos e os acessos, servindo de escudo geopolítico protetor da posse e da ocupação portuguesa. Isso explica, historicamente, a razão geossociopolítica da configuração morfológica do atual espaço político continental brasileiro, que, em termos de meridiano de Greenwich, começa com a longitude do ponto extremo oriental de 34°45'54" na Paraíba (ou 32°22'48" no Território Federal de Fernando de Noronha) para atingir o meridiano de 73°59'32" no ponto extremo ocidental do Estado do Acre, totalizando assim uma longitude máxima de 39°13'38", dimensão essa que se estreita na medida em que o território brasileiro demanda ao Sul, até atingir o Paraná, numa longitude leste-oeste de 6°35'14", Santa Catarina com 5°27'05" e Rio Grande do Sul com 7°58'16". Vê-se, assim, que a longitude – que medida do Nordeste ao Acre é de pouco mais de 39° – ficou reduzida, minguou para aproximadamente 6°, 5° e 7° nos Estados do Sul. A linha de 370 léguas de Tordesilhas, que correspondia aproximadamente ao meridiano de 49° a oeste de Greenwich, atravessando a ponta da ilha de Marajó, no Pará, até Laguna, em Santa Catarina, foi, desse modo, afastada até chegar a quase 74° no Acre, representando, assim, uma conquista de cerca de 25° de longitude leste-oeste na sua linha maior de afastamento.

Todo esse espaço continental interior, ganho ao arripio da convenção de D. Fernão de Aragão e D. João II na partilha do Mar-Oceano (1494), ocupado nos tempos heroicos por expedições portuguesas, indígenas e brasileiras, paulistas e paraenses-amazônicas, serviu de base para a sustentação do direito de posse no Tratado de Madri de 1750; no Tratado de “El Pardo” de 1761; no Tratado de “Santo Ildefonso” de 1777; no Tratado de “Badajós” de 1801; na oscilação da fronteira no Cabo Norte no Tratado Provisional de 1700 e 1701; no Tratado de Utrecht de 1713; de Badajós de 1801; de Amiens de 1802; no Tratado de 1815 e na Convenção de 28 de agosto de 1817;<sup>21</sup> e no Tratado de Petrópolis de 1903, que assegurou ao Brasil o Território do Acre, e ainda em outras convenções e arbitragens internacionais que definiram os ganhos e as perdas territoriais, bem como os marcos e os limites da soberania brasileira.

Sem dúvida, o mais importante deles foi o Tratado dos Limites das Conquistas, entre D. João, V, rei de Portugal, e D. Fernando VI, rei de Espanha, assinado em Madri em 13 de janeiro de 1750, o qual no seu preâmbulo, diz:

Vistas e examinadas estas razões pelos dois sereníssimos monarcas, com as réplicas que se fizeram de uma e outra parte... e reconhecendo as dificuldades e dúvidas, que em todo o tempo tornariam embaraçada esta contenda, se se houvesse de julgar pelo meio da demarcação, acordada em Tordesilhas... e por outros muitos embaraços, quase invencíveis, que se ofereciam para conservar sem controvérsias, nem excesso, uma demarcação regulada por linhas meridionais... resolvem por termo as disputas passadas e futuras e esquecer-se, e não usar de todas as ações e direitos que possam pertencer-lhes, em virtude dos referidos Tratados de Tordesilhas, Lisboa, Utrecht, e da Escritura de Saragoza, ou de qualquer outros fundamentos que possam influir na divisão dos seus domínios por linha Meridiana: **e querem que daqui por diante não se trate mais dela, reduzindo os limites das duas monarquias aos que se assinalaram no presente tratado, sendo o seu ânimo que nele se atenda com cuidado a dois fins: o primeiro e mais principal é que se assinalem os limites dos dois Domínios tomando por balizas as paragens mais conhecidas, para que em nenhum tempo se confundam, nem dêem ocasião a disputas, como são a origem e a curva dos rios e os montes mais notáveis; o**

segundo, que cada parte há de ficar com o que atualmente possui, à exceção das mútuas cessões que em seu lugar se dirão.<sup>22</sup>

Consagrado ficou assim o direito do “**Uti Possidetis**”, que Accioly definiu como a posse mansa e pacífica, independente de qualquer título, ou a posse de fato para justificar o direito, ou ainda como melhor está expresso na linguagem tabelioa do tratado, “cada parte há de ficar com o que atualmente possui”. Essa vitória da diplomacia portuguesa, para a qual muito contribuiu Alexandre de Gusmão, o “Brasílico”, revogando o Tratado de Tordesilhas, garantiu ao Brasil o direito às terras conquistadas e ocupadas, sendo o documento básico do reconhecimento da soberania brasileira sobre a Amazônia e o Centro-Oeste, de todo o espaço político a oeste do meridiano de 49° de Tordesilhas.

Nesse espaço, os marcos e os fortes assinalavam a posse e a conquista, muito pouco foi feito em termos de organização política-territorial. A não ser de modo tímido, com a criação das Capitanias do Rio Grande e de Santa Catarina, em 1738, desmembradas da Capitania de São Paulo para garantia da posse na disputa da parte da Colônia de Sacramento, assegurada a sua reconquista pelo Tratado do Pardo de 1761; da Capitania Independente de Minas, conforme carta régia de 12 de setembro de 1720, separada da de São Pardo e depois sujeita, em 1735, à Capitania do Rio de Janeiro; da Capitania de Goiás, que começou a ser esboçada com a nomeação do capitão-mor Bartolomeu Bueno da Silva, em 1728, ou 1731, para superintendente das Minas de Goiás, e finalmente reconvertida em independente, a partir de 8 de novembro de 1744, ou, segundo outras fontes, em 9 de maio de 1748, quando D. João V a criou com a nomeação do capitão-mor D. Marcos de Noronha, ex-governador de Pernambuco e futuro Conde dos Arcos, também desdobrada da Capitania de São Paulo; da **Capitania de Mato Grosso**, separada da de São Paulo em 1748, quando tomou posse o seu primeiro governador, Rolim de Moura Tavares, que fundou a sua capital em Vila Bela, transferida mais tarde, em 1820, para Cuiabá, delimitada e balisada pelos fortes de Fecho dos Morros, Vila Maria, Albuquerque, Corumbá, Cáceres, Miranda e Príncipe da Beira.

Todas essas capitanias foram originadas da antiga Capitania de São Vicente e Santo Amaro; reunidas, passaram a integrar a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, em 26 de fevereiro de 1717, com a nomeação do governador D. Pedro de Almeida, conde de Assumar, mais tarde sujeita ao governador da Capitania do Rio de Janeiro, conforme carta régia de 9 de maio de 1758, e restaurando-se a sua soberania em 1765.

Durante esse período, de quase um século de expansão territorial, ocorrida na segunda metade do século XVII e primeira metade do século XVIII, São Paulo transformou-se na grande capitania de conquista meridional e do centro-oeste, eis que os seus limites estendiam-se do Rio Grande, Santa Catarina e do Paraná às Minas, Goiás e Mato Grosso. Acompanhando a expansão, o processo de divisão territorial se intensificava, pois as novas capitanias independentes, criadas por desmembramentos, iriam servir de focos de atração e irradiação de povoamento e posse, garantindo-se a conquista.

As capitanias da conquista paulista, produto da fusão de raças e culturas, do reinol, do índio, do mameluco, e formada pelo espírito de aventura do paulista, em luta contra os religiosos e os espanhóis da fronteira, na busca das minas, iriam dilatar o espaço físico e o espaço político. Ao mesmo tempo, descobriram-se os enlaces fluviais das grandes bacias do Paraná e dos rios da Amazônia, revelando-se os circuitos e conexões terra-rio, via Paraná-Araguaia-Tocantins ou Cuiabá-

Madeira-Amazonas, como bem atesta a bandeira de Antônio Raposo Tavares, que, pelo Paraná-Paraguai, foi até os Andes e dali desceu para, novamente, subir o Madeira e descer o Amazonas, chegando a Belém em 1651.

No Norte, a grande capitania de conquista foi a do Grão-Pará-Maranhão, onde, a partir de São Luís, se iniciou, com Francisco Caldeira Castelo Branco, a história das bandeiras fluviais paraense-amazônicas. A fundação do forte do Presépio em Belém, no ano de 1616, serviu de base logística à expansão. Sem dúvida, a primeira grande bandeira fluvial paraense-amazônica foi a do capitão Pedro Teixeira, que, seguindo instruções do governador Jacome de Noronha, partiu de Gurupá a 17 de outubro de 1637 com “uma armada de quarenta e sete canoas, mil e duzentos índios de remo e peleja, mais de seiscentos soldados portugueses”, o que, contando mulheres e curumins, fazia a expedição ascender a duas mil e quinhentas almas, segundo o registro histórico de João Lúcio de Azevedo<sup>23</sup>. A expedição subiu o rio, passou pela foz do Madeira, “rio que assim denominaram pela quantidade de troncos nas suas águas”, ultrapassou a região dos Omáguas, alcançou o Napo em 1638, continuou na direção de Quito, no Equador, e regressou a Belém, mais de dois anos depois da partida, já em 12 de dezembro de 1639. Essa bandeira fluvial, a maior da história do continente, tinha por missão, segundo pesquisa de Jaime Cortesão:<sup>24</sup> 1) reconhecer o rio minuciosamente até Quito; 2) verificar os lugares mais azados à construção de fortalezas que defendessem o rio; 3) assegurar pela boa conduta e o oferecimento de presentes, as relações de paz e aliança com os indígenas; 4) fundar, além dos Omáguas, na região da foz do Japurá, uma povoação que marcasse o limite, no Amazonas, da soberania portuguesa, o que foi feito com a fundação da povoação “A Franciscana”, no fabuloso rio do Ouro. Os espanhóis, mesmo estando a Coroa unida a Portugal, se alarmaram e o Conselho das Índias propôs a Felipe IV que fosse castigado o dito Jacome de Noronha, governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará, pelo atrevimento de sua entrada, sem licença de sua majestade, e, mais ainda, pelo parecer do conde de Castrillo, se propunha ao Rei que se anexasse à Coroa de Castela todo o Estado do Maranhão-Pará, conforme o parecer de 28 de janeiro de 1640.<sup>25</sup>

Frei Gonçalo de Carvajal, cronista da jornada de Francisco de Orellana, ao criar a visão das índias guerreiras da lenda das Amazonas, de inspiração lírica e da mitologia grega, inconscientemente introduziu no capítulo das bandeiras fluviais paraense-amazônicas um novo fascínio e um fabulário que se somava aos mitos do **Rio do Ouro**, da **Manoá Del Dorado**, do **Lago Dourado**, do **ouro de Pacajá**, do **âmbar de Camocim**, que incendiavam a mente do Conselho Ultramarino de Lisboa, dos capitães e governadores gerais em São Luís e Belém, dos missionários jesuítas, carmelitas e mercedários, dos colonos e dos sertanistas e bandeirantes. Repetia-se na Amazônia, um pouco mais tarde, a mesma cobiça e o mesmo apelo de “o espaço é da mina” do século dos 600, da conquista paulista, que com a lenda das esmeraldas, dos diamantes e das riquezas escondidas no fundo da terra, nos banhados dos rios, ou nos aluviões, iriam desencadear a conquista meridional e do Centro-Oeste. Nesse fabulário de bandeirantismo fluvial, o colono pé-de-chumbo, o marrano, o reinel, o ilhéu, o caboclo, o índio, o missionário, iriam trazer a sua grande contribuição humana como romeiros, pelejadores, guerreiros, mascates, místicos a serviço d’el-rei ou da fé, porém todos participantes ativos desse período épico de conquista e de ocupação das bandeiras paraense-amazônicas. Muitas delas. Entradas, bandeiras, descimentos, reduções, expedições de resgate, monções, jornadas, estão registradas nas crônicas coloniais, nas cartas de Antônio Vieira, nos relatos de Cristóvão de Acunã – o cronista de Pedro Teixeira, nos anais de Berredo, nas cartas de Pombal, na

correspondência de Mendonça Furtado, e tantos outros documentos inéditos que se adiam espalhados nos inúmeros arquivos de Belém, no arquivo Nacional do Rio, em Lima, Madri, Lisboa, Amsterdã, e outros centros europeus e americanos que ainda jazem no anonimato, à espera de um historiador para reconstruir a epopeia das bandeiras paraense-amazônicas. Bandeiras e bandeirantes que ultrapassam em valor e dimensão a era das bandeiras paulistas, popularizadas no Brasil graças à intensa atividade intelectual de historiadores como Von Martius, Varnhagen, Capistrano de Abreu, Afonso de Taunay, Roberto Simonsen, Almeida Prado, Cassiano Ricardo, Pedro Calmon, e poucos outros. Aliás, é de ressaltar que o grande historiador português Jaime Cortesão salientou esse fato e despertou a consciência brasileira para a sua importância.<sup>26</sup>

Que o fenômeno do bandeirantismo não foi apenas paulista, mas também amazônico, Jaime Cortesão nos comprova documentalmente com a carta do governador João da Maia da Gama, de 1727, escrita em Belém para el-rey, referindose aos castigos infligidos aos manaus que se “levantão com os resgates... huns sem os quererem pagar, outros insultando e acometendo as nossas bandeiras que hião fazer os resgates, impedindo-lhes à força de armas a passagem dos rios, matando alguns dos nossos...”<sup>27</sup> Bandeiras de conquista de terras e rios; bandeiras de defesa e para expulsão de franceses, ingleses, batavos e espanhóis que disputavam a Amazônia; bandeiras e tropas de resgate para aprisionamento de índios; bandeiras e missões de catequese para a conversão dos gentios, mesmo à força, porque “não há melhor pregação do que espada e vara de ferro”,<sup>28</sup> bandeiras para a busca do ouro, do âmbar, da prata e do muirakità de pedras verdes que apareceram, afinal, não na sua forma metálica, mas com as especiarias do cravo-pimenta-canela-cacau-anil: um romanceiro das drogas do sertão.

Diz João Lúcio de Azevedo: “Em 1655 tem lugar a primeira missão dos Tupinambás, então demorando à margem do Tocantins: mais de mil silvícolas são descidos nessa ocasião. Em 1657, missão ao rio Negro; em 1659, outra vez ao Tocantins. No mesmo ano, Vieira consegue reduzir as tribus de Marajó... desde 1655 tinham havido entradas todos os anos e em alguns mais do que uma, descendo-se para cima de três mil índios fôrros e mil e oitocentos cativos de cujos serviços gozava a comunidade”.<sup>29</sup>

Jaime Cortesão cita alguns dos grandes cabos de entrada no início das bandeiras paraense-amazônicas: Bento Maciel Parente, Pedro Teixeira, Ayres de Souza Chichorro, Pedro da Costa Favela, Bento Rodrigues de Oliveira, porém a lista é muito mais numerosa nas décadas anteriores ou subsequentes e no século dos 700. Arthur Reis, além dos mencionados, adita: Pedro Baião de Abreu, Jerônimo Fragoso de Albuquerque, Luís Aranha, Francisco de Medina, Jerônimo de Albuquerque, Jácome Raimundo de Noronha, Feliciano Coelho, Sebastião de Azevedo; cita, ainda, os principais capitães-sertanistas, exploradores e bandeirantes que se destacaram no rio Branco: Francisco Ferreira, Cristóvão Aires Botelho, José Miguel Aires, Lourenço Belfort e Francisco Xavier de Andrade; no rio Madeira, onde os bandeirantes paulistas se encontraram com as bandeiras fluviais amazônicas: João de Barros Guerra, Melo Palheta, Antônio Raposo Tavares, Manoel Félix de Lima, José Leme do Prado, João de Souza de Azevedo; no rio Tapajós: Francisco Soeiro de Vilhena, Estevão de Albuquerque, Fernando Coelho de Souza; no rio Solimões: Antônio de Miranda e Antunes da Fonseca; no rio Negro; Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Manoel Bernardo de Melo e Castro, João Pereira Caldas, Lobo d’Almada, D. Francisco Inocência de Souza Coutinho; no rio Napo: Belchior Mendes de

Morais; na fronteira norte: Bento Maciel Parente, João Pais do Amaral, Diogo Pinto de Gaia, Francisco de Melo Palheta, Xavier Botero.<sup>30</sup>

Governadores-gerais, capitães-mores, jesuítas e carmelitas missionários, sargentos-mores, cabos de entradas, comandantes de tropas de resgate, mercadores, reinóis, judeus, “gentes de nação” e marranos,<sup>31</sup> tropeiros de resgate, drogueiros do sertão, capitães-de-mato, pilotos e práticos fluviais, construtores de fortes, comandantes de milícias e guarnições e até contrabandistas.<sup>32</sup> Todos eles participaram das grandes bandeiras amazônicas dos séculos 600 e 700, na costa paraense e no cabo norte do Amapá, no delta marajoara, no Tocantins, Tapajós, Madeira, Negro, Javari, no Alto Solimões, e daí até os Andes e até Lima, capital do Vice Reinado do Peru, onde criaram a figura típica ao peruleiro,<sup>33</sup> descoberto por Jaime Cortesão, o qual, arrastando canoas, praticando a varação e a ciência dos varadouros, foi viver em Lima e na Pan-Ibéria Clandestina. O peruleiro, diz Jaime Cortesão, é “o tipo social do português que fazia o Peru, enriquecido pelo comércio da prata, e teve tamanho prestígio e voga no Brasil e Portugal que ainda hoje se conserva a palavra na linguagem portuguesa do povo, como símbolo da opulência e exterior aprimorado”.

Os peruleiros luso-paraenses, informa ainda Jaime Cortesão, forneciam à Pan-Iberia Clandestina a liderança burguesa e comercial carente, pois, os espanhóis conservavam nas colônias os seus traços aristocráticos de fidalgos, faltando-lhes uma classe de mercadores que conhecessem os mercados de Londres, Amsterdã, Lisboa e Gênova para realizarem as suas trocas comerciais, chegaram a dominar em Lima. Em 1614, o censo da cidade acusava cerca de 11.500 brancos, e, em 1646, durante as grandes perseguições da Inquisição, contaram-se 6 mil portugueses.<sup>34</sup> Um grande número desses peruleiros-luso-paraenses eram judeus, cristãos novos ou marranos, e centenas deles pereceram nos autos de fé de 23 de janeiro de 1639, entre eles Manuel Peres, o mais rico comerciante perulês que havia em Lima. Um outro perulês ilustre, Salvador Correia de Sá e Benevides, acabou sendo nomeado governador do Rio de Janeiro, em 1635; e outro perulês, Francisco Barreto de Menezes, vencedor das duas Batalhas de Guararapes, em Pernambuco, era nascido em Lima.<sup>35</sup>

A história desses peruleiros merece uma investigação mais profunda, por inserir-se na história das bandeiras amazônicas; constitui a réplica amazônica ao feito de Antônio Raposo Tavares, do fabulado das bandeiras paulistas, de significação muito mais profunda, pois uma comunidade luso-paraense fixou-se nos Andes – o que bem poderia ter alterado o curso da própria história, se Francisco Xavier de Mendonça Furtado, ao invés de instalar a Capitania de São José do Rio Negro em Mariuá (Barcelos), no rio Negro, em 1758, origem do atual Estado do Amazonas, tivesse seguido as instruções da carta régia de 1755 para sediá-la na Vila Nova de São José no rio Javari, no Alto Solimões, talvez pensando em criar um número de expansão subandina para o grande salto ao Pacífico, com o apoio dos peruleiros que já lá estavam. E hoje, ao invés da crônica histórica falar dos peruleiros estaríamos nos referindo a **peruaras** ou **peruenses**, e o próprio Estado do Maranhão talvez tivesse sido deslocado para a Cordilheira.<sup>36</sup>

As bandeiras fluviais amazônicas foram uma empresa mais difícil que a similar paulista, pois enquanto os bandeirantes de Piratininga tinham de enfrentar apenas os espanhóis das missões e da fronteira, as monções, entradas e bandeiras do Pará e Amazonas tinham contra elas todos os concorrentes que aspiravam o controle das Américas: franceses, ingleses, batavos e espanhóis. As nossas bandeiras amazônicas divergiam um pouco das paulistas, que eram mais espontâneas e

constituíam num estilo de vida; as nossas, pelo seu caráter mais dirigido, se constituíam em uma política geral do Estado, do ponto de vista geopolítico e espacial. Nessa época, Belém era mais importante do que São Paulo e Buenos Aires, e muito mais valiosa do ponto de vista do Império Português. Alguns fatos comprovam o dirigismo do nosso movimento bandeirante:

1. A criação do Estado do Maranhão e o Grão-Pará em 1621;
2. As cartas régias e instruções do Conselho Ultramarino para a realização de expedições e entradas como a de Pedro Teixeira em 1637-1639 e Francisco Xavier de Mendonça Furtado, para dar execução ao Tratado de Madri, de 1750;
3. A concessão aos moradores do Pará e Maranhão, em 1655, por D. João IV, dos direitos excepcionais de cidadão do Porto, diz Jaime Cortesão, “ou seja, da mais alta, livre e indômita cidadania portuguesa... emparelhando Belém e São Luís à única cidade que, em Portugal, durante a Idade Média, se erguera à condição de república urbana, dirigida para sua Câmara – pequeno Estado dentro do Estado;<sup>37</sup>
4. Carta do governador Gomes Freire, de 1687, recomendando ao seu sucessor que “outro rio chamado Madeira, merece, por seus habitantes e por algumas razões políticas, que se cuide dele...”;
5. O reconhecimento da autonomia local e o poder concedido ao Senado da Câmara de Belém e São Luís para assuntos administrativos e aos capitães-governadores com jurisdição civil militar;
6. A preservação da soberania temporal e espacial portuguesa, que não admitia interferências de outros poderes, o que gerou muitos conflitos com os missionários;
7. A lusitanização dos nomes das aldeias, vilas e cidades amazônicas, a relembrar os toponímios portugueses: Almeirim (Paru); Monte Alegre (Gurupatuba); Alter do Chão (Borari); Santarém (Tapajós); Franca (Cumarú); Óbidos (Pauxis); Luseia (Maués); Serpa (Itacoatiara); Barcelos (Mariuá); Ega (Tefé); Barra (Manaus); Vila Nova da Rainha (Parintins);
8. A ocupação militar, em competição com os holandeses, franceses, ingleses e espanhóis, de quase toda a área amazônica com a construção de um grande número de fortes;
9. A criação de numerosas capitânias donatárias, secundárias e subalternas, para dar apoio político e administrativo à ocupação e conquista.

As fortificações na Amazônia bem demonstram o caráter de sua ocupação militar. Tinham a missão de evitar ou repelir a invasão dos competidores europeus, de proteger os colonos e as aldeias, e marcar a conquista e a posse da terra. Eram 43 fortes, fortins, fortalezas, baterias e casas fortes a seguir relacionadas, portuguesas ou não, assim sumarizadas por Carlos Roque na sua Grande Enciclopédia da Amazônia:<sup>38</sup> 1) Forte de Nassau – 1599/1600, dos holandeses no Xingu; 2) Forte de Maturu – 1623(?), dos holandeses no Xingu; 3) Forte de Orange – 1599/ 1600, dos holandeses no Xingu; 4) Forte de Mandiatuba – 1625(?), dos holandeses, rio Maxipaná, Xingu, destruído por Pedro Teixeira; 5) Forte de Caeté – 1615, Vila do Caeté, Vigia, Bragança; 6) Forte do Castelo ou do Presépio – 1616, edificado por Francisco Caldeira Castelo Branco em Belém; 7) Forte de Mariocaí, 1616, Xingu; 8) Fortaleza de Santo Antônio de Gurupá – 1623, em Gurupá, construído por Bento Maria Parente; 9) Forte do Desterro – 1638, Bento Maciel Parente, rio Paru; 10) Fortim do Toheré – 1654/1658, por Francisco da Mota Falcão, em Esposende, Almeirim; 11) Forte de São Pedro Nolasco, ou das Mercês –

1655, Belém; 12) Fortaleza de N. Sa das Mercês da Barra – 1685, a 8,5 km de Belém; 13) Fortaleza de Pauxis ou de Óbidos – 1697, Óbidos, Pará; 14) Fortaleza dos Tapajoses – 1697, foz do rio Tapajós; 15) Forte de Almeirim, ou Paru – 1690(?), Almeirim; 16) Casa Forte do Rio Guamá – rio Guamá, 1720(?); 17) Fortim da Barra – 1738, numa ilha junto ao canal de acesso a Belém; 18) Reduto de São José – 1771, flanco do convento de Santo Antônio, Belém; 19) Bateria de Santo Antônio – 1771, entre o Forte de São Pedro Nolasco e o Reduto São José, Belém; 20) Forte de N. Sa de Nazaré de Alcobaça – 1780, em Alcobaça, rio Tocantins; 21) Bateria da Ilha dos Periquitos – 1792/1793, na Ilha dos Periquitos, defronte do Tapunã; 22) Bateria do Carmo – 1793, junto ao Convento do Carmo, Belém; 23) Bateria de São Boaventura – 1793, Belém, no local do muro do convento de São Boaventura; 24) Bateria do Arsenal – 1793, em frente das casas do arsenal da cidade do Pará; 25) Bateria de Val-de-Cãs – 1822, em Belém, nas terras da Fazenda de Val-de-Cãs; 26) Forte do Torrego, ou Taurege – 16..? , levantado no Amapá pelo irlandês James Purcell, na confluência do rio Maracapuru; 27) Forte Filipe – 1629 – conhecido como Forte North, levantado por ingleses entre os rios Matapi e Anairapucu, no rio Amazonas; 28) Forte Camaú, ou Cumaú – 1631, ao sul da atual cidade de Macapá, erigido por ingleses; 29) Fortim de Maiacaré – 1646 (?), dos holandeses, entre os rios Maiacaré e Cassiporé, Amapá; 30) Fortaleza de Santo Antônio de Macapá – 1688, construída pelos portugueses sobre as ruínas do forte inglês de Cumaú; 31) Forte do Araguari – 1797(?), no Araguari, Amapá, como proteção dos missionários franciscanos; 32) Forte do rio Cariri – 1728(?), à margem direita do rio Coripi, Amapá; 33) Forte do Cabo do Norte, ou Vicente Pinzon – 1777(?), construído pelos franceses à margem do rio Macari, Amapá; 34) Fortaleza de São José de Macapá – 1728, em Macapá, “a maior e mais cara obra de quantas no Pará fizeram os portugueses”, segundo Arthur Viana; 35) Bateria da Una de Bragança – 1802, na ilha de Bragança, Amapá; 36) Bateria de Barcelos – 1786 (?), no Rio Negro, Amazonas; 37) Fortaleza de São José do Rio Negro – 1669, construída por Francisco da Mota Falcão, no lugar da Barra, hoje cidade de Manaus, onde está o edifício da Fazenda do Estado, segundo Arthur Reis; 38) Fortaleza de São Gabriel das Cachoeiras – 1761 – em São Gabriel, no Rio Negro; 39) Fortaleza de São José de Marabitanas, perto do Cucuí, no Alto Rio Negro; 40) Fortaleza de São Francisco Xavier de Tabatinga – 1755 (?), cuja origem remonta à época em que São José do Javari foi designada como sede da nova Capitania, no Alto Solimões, em Tabatinga; 41) Forte de São Joaquim – 1755, na confluência dos rios Tucutu e Uraricoera, Roraima; 42) Fortaleza da Conceição, ou de Bragança – 1750, na aldeia de Santa Rosa, rio Guaporé, Rondônia; 43) Real Fortaleza Príncipe da Beira – 1776, próxima ao Forte de Bragança, a oeste da embocadura do rio Itonamas e a 20 léguas da confluência com o rio Mamoré, Rondônia (à sua época essa fortaleza só foi superada em tamanho e poderio de fogo pela Fortaleza de São José, de Macapá).

Este excelente trabalho de síntese levado a cabo – por Carlos Rocque, baseado nas pesquisas dos historiadores Augusto Fausto de Souza, Arthur Viana, Aníbal Amorim, Carlos Miguel Garrido, Aníbal Barreto, Arthur César Ferreira Reis, bem demonstra que a Amazônia, na época colonial, foi uma verdadeira praça de guerra, de conquista e de ocupação militar.

Não somente uma praça de guerra e de conquista, mas também de um grande esforço de implantação de atividades econômicas, que as drogas eram um exemplo, como a introdução do boi das lhas de Cabo Verde em Marajó, do cânhamo e do cravo da Índia, da pimenta da África, do frutapão, da cana-de-açúcar e do café da Guiana Francesa; e mais ainda de colonização com a chegada, em 1917, de duzentos casais das Ilhas dos Açores, num total de mil pessoas, que foram para São Luís, e, a

partir de 1676, para Belém, com maior intensidade no ano de 1752, quando chegaram quatrocentos e trinta ilhéus, na época de Mendonça Furtado, que iniciou um processo de colonização e distribuição de terras, ferramentas, duas vacas e um boi para cada colono.<sup>39</sup>

Não somente de atividade econômica, mas também de estabelecimento de uma ordem social, administrativa e política. À medida em que a conquista avançava, o Forte e a guarnição militar asseguravam a posse, os missionários “reduziam” os índios nas aldeias, e funcionários da Coroa, ou nomeados pelo governador geral criavam as funções de governo e instalavam as Câmaras que, segundo Jaime Cortezão, faziam “desabrochar a autonomia local, inspirada por um sentido, de vida própria”.<sup>40</sup> Aliás, importante papel as câmaras capitaniais desempenhavam no período do bandeirantismo tanto paulista quanto amazônico, e Von Martins, na sua memória **Como se Deve Escrever a História do Brasil**, salientava que o “sistema de notícias”, precursor das bandeiras, favorecia o desenvolvimento das instituições municipais livres, e, por consequência, o espírito da autonomia.<sup>41</sup> A tudo isso somava-se a distribuição das sesmarias, uma espécie de reforma agrária latifundiária para incentivar a fixação e ocupação econômica das terras conquistadas, bem como a criação de novas capitanias secundárias e subalternas.

Essas capitanias de segunda mão, subordinadas aparentemente à capitania-mãe, que, no caso da Amazônia, foi a do Grão-Pará, estimulavam o autogoverno e a autonomia administrativa, eis que as distâncias atuavam como fator de enfraquecimento político da capitania geral e ajudavam o surgimento de um espírito de autonomia capitaniais, com poder decisório de suas câmaras, na medida que as ideias, arraiais, vilas e povoados iam sendo estabelecidos. Essas capitanias na Amazônia foram numerosas<sup>42</sup>. As capitanias-mães, a do Maranhão e Pará, foram reservadas para a Coroa, conforme carta régia de 13 de agosto de 1633, ficando desse modo extinta a capitania hereditária do Maranhão, de 1535, doada a João de Barros, Fernando Álvares de Andrade e Aires da Cunha. A seguir, inicia-se o processo de desdobramento político capitaniais. No tempo dos Felipes, Felipe IV, em reconhecimento aos serviços de guerra prestados por Bento Maciel Parente na expulsão dos franceses e holandeses, concedeu-lhe a capitania do Cabo Norte, que se estendia até o Rio Oiapoque, ou Vicente Pinzon, conforme carta régia de 1634,<sup>43</sup> mais tarde confirmada a donataria aos seus herdeiros por D. João IV, após a restauração. Em 1665, Afonso VI, por carta régia de 23 de dezembro de 1665, criou a capitania donatária da Ilha de Marajó, fazendo a mercê a favor de Antônio de Souza Macedo, com o título de Barão da Ilha Grande de Joannes, em reconhecimento aos serviços como embaixador na Holanda e Inglaterra. O povoamento dessa capitania começou com a doação de sesmarias a padres mercedários, jesuítas e carmelitas, mas seria ela extinta em 1754 e incorporada à Coroa, por decreto de 29 de abril do mesmo ano. A seguir, ou um pouco antes, viriam as capitanias de Cumá, Tapuiara, Tapera, Gurupi ou Caeté, Cameté. A história dessas capitanias é ainda obscura. As referências que conhecemos são as de Capistrano de Abreu e Arthur César Ferreira Reis, que a elas se referem de modo sumário. Capistrano assim as descreve:

No tempo de Francisco Coelho foi dividido o Estado do Maranhão em várias capitanias hereditárias: as de Tapuitapera e Cameté couberam a um irmão e ao filho do governador; a de Caeté ou Gurupi, a Álvaro de Souza, filho de Gaspar de Souza, que tantos serviços prestara à conquista; para si a metrópole reservou, no Maranhão, o território entre o Paranaíba e o Pindaré, e no Pará, as terras de Maracanã ao Tocantins. Mais tarde Bento Maciel obteve a Capitania do Cabo Norte, limitada pelos rios Vicente

Pinzon, ou Oiapok, Amazonas e Paru, e Antônio de Souza Macedo a da ilha de Marajó.<sup>44</sup>

Arthur Reis assim se refere:

Nos princípios da conquista criara-se a Capitania do Pará, parte integrante do Estado do Maranhão e Grão-Pará. Ante o gigantismo do espaço, apelara-se para a cooperação de soldados e fidalgos, aos quais concederam-se capitânicas hereditárias: Cameté, Marajó, Xingu, Caeté, Cabo Norte.<sup>45</sup> “Em 1637, ato de 14 de junho, registrou-se a doação das terras do Cabo Norte a Bento Maciel Parente... Em 1627 houvera a doação da Capitania de Caeté a Feliciano Coelho Carvalho, revogado para conceder-se-lhe, em 1637, a Capitania de Camutá. Em 18 de fevereiro de 1634 foi a vez de Álvaro de Souza receber a Capitania de Caeté... Em 1681 o aquinhoado era Gaspar de Souza Freitas, com a Capitania do Xingu...” “Parte integrante do Estado do Maranhão e Grão-Pará, criado em 1621, livre de qualquer subordinação ao Estado do Brasil e em ligação permanente com o Reino, de onde recebia ordens diretas, extinto em 1652 e restaurado em 25 de agosto de 1654...” “Mais de uma vez os Governadores e Capitães-Generais deixaram São Luís, capital do Estado, vindo para Belém, que, da sexta década do século XVIII em diante, passou a ser sede do Estado.<sup>46</sup>

No entanto, a maior descrição dessas capitânicas, está no relatório do bacharel João Antônio da Cruz Diniz Pinheiro, ouvidor do Maranhão, composto em 1751, cujo manuscrito se adia na Biblioteca Publica de Lisboa – Arquivo do Conselho Ultramarino, publicado por João Lúcio de Azevedo:<sup>47</sup>

Em todo este destrito há um governador e capitão-general no Pará, onde agora se pretende fazer a cabeça do Estado, e um governador no Maranhão, que foi cabeça do Estado de seu princípio... Contém-se neste Estado sete capitânicas: as do **Piauí, Maranhão e Pará**, que pertencem “in totum” a sua Majestade, “e as do **Cumá, Camutá, Cayeté e Ilha Grande de Joanes e Marajó**, que pertencem a donatários. A do Piauí contém as povoações e fazendas que vêm dos confins da capitania do Ceará e Pernambuco, até ao rio Parnahiba; a do **Maranhão** compreende as que medeiam entre o dito rio Parnahiba e o Pinaré; e a do **Pará** principia pela parte esquerda do Guamá e segue tudo quanto alcança o distrito da Vigia e sertão do Amazonas e Cabo Norte até os últimos confins já declarados, em que entra a Capitania do Cabo Norte antiga, que foi extinta. A capitania do Cumá principia no rio Pinaré e ponta de Tapuitininga, e alcança toda quanta terra medeia destes extremos até o rio Gurupy cincoenta léguas pela costa; e a do **Cayeté** principia do rio Gurupy e vai correndo a costa outras cincoenta léguas até o rio Guamá, rio na sua barra caudaloso em que finaliza; e a do **Camutá** estende-se a tudo quanto medeia entre o Moju e o Tocantins; e a da **Ilha Grande de Joannes** compreende tudo o que contém a sua muita extensão[...]

Há em todo o Estado trinta e um engenhos reaes de fazer assucar: cinco na capitania de **São Luís do Maranhão**... dois na capitania do Cumá... e vinte e quatro no Pará... e além destes há em todo o Estado cento e vinte engenhocas de aguardente, quarenta e três na capitania do Maranhão... e na capitania do Cumá trinta e cinco; e no Estado do **Pará** quarenta e duas, duas na capitania de Cayeté, quatro na do Camutá, cinco na vila da Vigia, e trinta e uma em todo o distrito do Pará...” “No mesmo Estado todo se acham quatrocentas e quarenta e oito fazendas de gado vacuum e cavalar, de que pertencem duzentas e quarenta e cinco à capitania do Piauí, cento e sessenta e três à capitania de São Luís do Maranhão... e na capitania do Cumá há quarenta... E no Pará são senhores a Companhia, Carmo e Mercês de quasi todo o que dá a grande Ilha de Joannes no distrito de Marajó[...]. Há mais na capitania do **Cumá** umas salinas de natureza... Tem mais o Estado duas cidades, que são as de São Luís do Maranhão e a de Nossa Senhora de Belém do Pará, e sete vilas: três da coroa, duas no Estado do Maranhão, e uma no do Pará onde chamam a Vigia; e quatro de donatários que são: Santo Antônio de Alcântara no Cumá, Camutá, Cayeté e Marajó... Em todas as capitânicas do Estado há oitenta aldeias... E no distrito do Pará se contam sessenta e três, de que pertencem as vilas dos donatários quatro, uma no Cayeté, uma no Camutá, e duas na ilha de Joanes...; e nas terras da administração real há cincoenta e nove, de que regem uma no sertão do Urubu

os padres das Mercês, e dezoito os padres da Companhia que vêm a ser: Maracanã, Cabu, Vigia, Mortigura, Samaúma, Araticu, Aricarã, e no rio Xingu, Itacuruçá, Pirauiri, Aricarã; e no rio Tapajós, Borary, Cumaru, Santo Ignácio e São José; e no rio Madeira, Abacaxis e Trocano; e nove pelos padres capuchos de Santo Antônio, que são: Menino Jesus, São José, Anaiatuba, Bocas, Caviana, Urubucuarã, Acarapy, Paru; e pelos padres capuchos da Conceição seis, que são: Mangabiras, Cayá, Conceição, lary, Tuari, Urumacu; e os padres capuchos de São José, nove, que são: Gurupá, Arapijó, Caviana, Muturu, Jamundá, Pauxis, Curuá, Surubiú, Gurupatuba; e os padres do Carmo, no Solimões ou no rio Amazonas, oito, que são: Coary, Teffé, Manerua, Paraguary, Turucuatuba, São Paulo e São Pedro; e no rio Negro, Jaú, Caragay, Aracary, Comaru, Mariuá, São Caetano, Caboquena, Bararuá, Dary... Nenhuma desta gente que se compreende em aldeias, doutrinas e fazendas dos padres paga dízimos por serem todos participantes dos privilégios ou abusos que elles inculcam para também os não pagarem.

A estas capitanias das conquistas do Estado do Grão-Pará e Maranhão, iria acrescentar-se à última delas: a capitania de São José do Rio Negro, que sua majestade, por intermédio de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão de Sebastião João e Carvalho e Melo (Marquês de Pombal, “meu irmão do meu coração”, como Mendonça Furtado a ele se dirigia), conforme carta régia de 3 de março de 1755, mandara sediar na aldeia jesuítica de São José do Javari, cuja via deveria ser instalada juntamente com a de Borba a Nova (aldeia de Trocano). A criação desta capitania, informa Arthur Reis, na sua mais notável pesquisa histórica, *Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira*, lembrada por Mendonça Furtado em sua correspondência para Lisboa, “completara o aparelhamento defensivo do Império na orla fronteira, iniciada com a de Mato Grosso e prosseguida com o governo militar de São Pedro do Rio Grande do Sul. Demais, com a nova unidade política, estabelecia um melhor controle da vida na hinterlândia”.<sup>48</sup>

Esta última capitania da conquista do Brasil Colonial decorria também da assinatura do Tratado de Madri de 1750, cuja implementação e demarcação da fronteira, conforme o Tratado das Instruções, seria atribuída a Mendonça Furtado na qualidade de Ministro Plenipotenciário, para o famoso e temido encontro com D. José de Iturriaga que chefiava a missão espanhola. Esta bandeira fluvial de demarcação partiu de Belém a 2 de outubro de 1754, sob o comando de Mendonça Furtado, constituindo vinte e cinco embarcações com 796 pessoas entre as quais engenheiros, físicos, matemáticos, desenhistas, soldados, escravos, índios, remeiros e algarvios, qualificando-se 12 pilotos, 411 remeiros, 62 escravos, 205 soldados e 3 capitães, tendo gasto nessa viagem até Mariuá, no rio Negro, 88 dias, chegando a 28 de dezembro de 1754.<sup>49</sup>

Em Mariuá, que denominou Vila de Barcelos, em obediência às ordens de Lisboa, que mandava banir os toponímios tupis, Mendonça Furtado ficou dois anos à espera de D. José de Iturriaga, encontro que nunca chegou a se realizar.<sup>50</sup> Enquanto Iturriaga não chegava nunca, aproveitou a delonga para percorrer o rio Negro, o Branco, o Solimões e o Madeira, onde fundou a vila de Borba em 1.º de janeiro de 1756, para proporcionar um lugar “de refresco e descanso” aos vassallos que frequentavam o caminho de Mato Grosso.<sup>51</sup> Mendonça Furtado, após uma estada de dois anos em Mariuá, com expedições ao Solimões e Madeira, “cansado das privações em lugar tão ermo, enfermo em razão delas”, baixou para Belém em 23 de maio de 1756, deixando a missão do encontro com Iturriaga a cargo de D. Rolim de Moura, governador da capitania de Mato Grosso. No seu regresso a Belém iria encontrar as “duas leis de 6 e 7 de junho de 1755, pelas quais S. Majestade foi servido mandar declarar a liberdade de todos os índios deste Estado”, bem como a carta régia de D. José I, datada de 3 de março de 1755, que mandava criar o “terceiro governo aos confins ocidentais

desse Estado, cujo chefe será denominado Governador da Capitania de São José do Rio Negro”, com sede em Vila Nova de S. José no rio Javari, cujo estabelecimento havia sugerido à corte.

A carta régia de 3 de março de 1755, instituindo a nova capitania, tem um grande valor histórico no capítulo da organização do espaço político da Amazônia Ocidental, pois ela é o embrião constitucional da futura Capitania de São José do Rio Negro e do atual Estado do Amazonas. Por ela, el-rei determina: 1) a fundação de uma vila impondo-lhe o nome de Vila Nova de São José, na aldeia jesuítica de São José do Javari; 2) cogita de ordenamento da sede do governo e de sua feição urbanística, “as casas sejam sempre fabricadas na mesma figura uniforme pela parte externa, ainda que na parte interior as faça cada um conforme lhe parecer, para que dessa sorte se conserve a mesma formosura na vila e nas ruas da a mesma largura, que se assinam na fundação”;<sup>52</sup> 3) concedia aos seus habitantes as prerrogativas, os privilégios, isenções e liberdades iguais aos do Senado da Câmara do Pará que os igualavam ao “status” de habitante da cidade do Porto; 4) mandava nomear dois juízes, dois vereadores, um procurador-tesoureiro, um escrivão que servissem de almotacé, um judicial, e a criação da Câmara; 5) outorgava poderes a Mendonça Furtado para riscar-lhe as lindes pelo oriente e pelo meio-dia, a extremar da parte norte e do ocidente com os domínios da Espanha; 6) isentava todos os seus moradores, pelo tempo de doze anos, de pagarem fintas, talhas, pedidos e quaisquer outros tributos.

As razões dadas por Sebastião José de Carvalho e Melo, em cartas de 14,15 e 17 de março de 1755, a Mendonça Furtado, publicadas por Arthur Reis, completam essas instruções e dão as razões do Estado para a sua fundação; a) “quero que a ereção do novo governo do Rio Negro, o qual agora bem vereis, que deve ser promovido com o maior cuidado pela indispensável necessidade de se povoar essa fronteira ocidental, e de segurarmos com ela a navegação do rio da Madeira para o Mato Grosso, e a passagem daquelas Minas para o Cuyabá”,<sup>53</sup> e ainda mais, b) “escuso de vos lembrar o muito que se faz necessário separar os Padres Jesuítas (que já claramente estão fazendo esta guerra) da fronteira de Hespanha, valendovos para isso de todos os possíveis pretextos – visto que com esta Potência Eclesiástica nos achamos em tão dura e tão custosa guerra;”<sup>54</sup> c) completar o aparelhamento defensivo do Império na orla fronteiriça, iniciada com a de Mato Grosso e prosseguida com o governo militar de São Pedro do Rio Grande do Sul<sup>55</sup>.

Mendonça Furtado, embora doente e cheio de problemas decorrentes da liberdade dos índios, da instituição do regime do diretório e com o processo de expulsão dos jesuítas e os conflitos na fronteira do Cabo Norte, mesmo assim, no cumprimento das instruções reais, deixou Belém e partiu para Mariuá, onde chegou a 24 de abril de 1758.<sup>56</sup> No dia 7 de maio instalava a nova capitania na Vila de Barcelos (antiga aldeia de Mariuá), empossando seu primeiro governador, Joaquim de Melo Povoas, seu sobrinho, bem como os vereadores, os juízes, o procurador da Câmara, o tabelião e os escrivães. A seguir, no dia 10 de maio, marcava os limites da nova capitania, cuja capital, em lugar de ser a Vila de São José do Javari, conforme estabelecia a carta régia de 1755, ficou mesmo na Vila de Barcelos:

Pela parte do oriente devem servir de balizas pela parte setentrional do rio das Amazonas, o rio Nhamundá, ficando a sua parte oriental pertencendo à Capitania Geral do Grão-Pará, e ocidental à Capitania de São José do Rio Negro. Pela parte austral do mesmo rio Amazonas, devem partir as duas capitánias pelo outeiro chamado Maracá-açu, pertencendo à dita Capitania de São José do Rio Negro tudo o que vai dela para o

ocidente e a do Grão-Pará todo o território que fica para o oriente. Pela banda do sul fica pertencendo a esta nova capitania todo o território que se estende até chegar aos limites do governo das minas de Mato Grosso, o qual, conforme as ordens de S. Majestade, se divide pelo rio Madeira pela grande cachoeira chamada de São João, ou de Araguaí.<sup>57</sup>

Deste modo, estava selada a sorte da nova capitania, cuja sede deveria se localizar na extrema ocidental do Javari-Solimões, cuja ordem régia, se fosse cumprida, poderia alterar a sorte e a história da fronteira ocidental, do sudoeste e do noroeste amazônico, com a criação de outros “Maranhões”.<sup>58</sup>

Até hoje se discute as origens dessa mudança e as causas que levaram Mendonça Furtado a fixar a sede da nova capitania no rio Negro, ao invés de estabelecê-la no Alto Solimões ou Javari, conforme a carta régia que a criou. Capistrano de Abreu assim justifica:<sup>59</sup>

No tempo de Mendonça instalou-se a Capitania de São José do Javari. Mandara-lhe a coroa assentar a capital no Solimões, próximo dos limites ocidentais; ele achou mais conveniente situá-la no rio Negro, donde os espanhóis estavam muito afastados, como o provara a lenta marcha de Iturriaga. Ahi, portanto, a expansão se faria sem tropeços. Além disso, a proximidade relativa de Belém e de Portugal garantia uma superioridade esmagadora. Em seu tempo foram fundados o Forte de Marabitanas no rio Negro, e o de São Joaquim na confluência do Uraricuera e Tucutu, cabeceiras do Branco.

Creio que Arthur Reis esclarece o problema: “O Tratado das Instruções para os comissários encarregados das demarcações no setor norte, firmado pelos monarcas portugueses e espanhóis, determinava, no artigo II, que o encontro das duas comissões que marcariam a fronteira seria efetuada no Rio Negro. Os espanhóis viriam pelo Orenoco-Cassiquari; os brasileiros subiriam o Amazonas, passando ao Rio Negro. Não se assinalava um sítio, no Rio Negro, onde as comissões teriam seus acampamentos iniciais. Dizia-se secamente: nos primeiros estabelecimentos que os portugueses têm no Rio Negro... Em Mariuá, todavia, era a residência dos Carmelitas... O Bispo Frei Miguel de Bulhões, visitando anos atrás a hinterlândia do Bispado, atingira Mariuá, onde fora hóspede dos Carmelitas. Simpatizara com o lugar. Regressando a Belém, sugerira a Mendonça Furtado a escolha do povoado, o que, seguramente, impressionara o Capitão-General, possivelmente até constituindo a força decisiva que o levou à preferência.”<sup>60</sup>

A longa permanência de Mendonça Furtado, de mais de três anos, ou “depois de estar sinco (sic) anos no Arrayal do Rio Negro, em razão das moléstias que padecia” – conforme carta de 16 de janeiro de 1760 do governador Manoel Bernardo de Melo e Castro ao Plenipotenciário de Castela, D. José Iturriaga – certamente o induziu a essa escolha, bem como as viagens que empreendeu ao Solimões e Madeira, acrescido de grandes distâncias a vencer, e, provavelmente, do receio de que o Rio Negro se tornasse uma região de disputa com a Espanha. De outro lado, a fronteira do Solimões era mais disputada e cobijada, e, certamente, a localização da Capitania em São José do Javari iria encontrar a resistência espanhola, cuja defesa seria muito mais difícil.

Afinal, a última capitania de conquista acabaria por ficar sediada no Rio Negro;<sup>61</sup> oficialmente, no entanto, permaneceu muitos anos a dúvida se chamá-la de Capitania de São José do Javari, como atestam as cartas do governador do Pará, Manoel Bernardo de Melo e Castro para o sr. Thomé da Corte Real, datadas de 2 de novembro de 1759 e de 23 de janeiro de 1760, ou Capitania de São José do Rio Negro como Mendonça Furtado adotou na sua correspondência, desde 1757,

conforme carta de 25 de outubro, quando informava a sua viagem para a instalação da mesma, depois quando a instalou em 1758 e quando traçou os seus limites, assim como, posteriormente, no seu regresso para Lisboa, conforme carta de 31 de maio de 1760.<sup>62</sup> Quer nos parecer que a nova capitania do terceiro governo” tendo sido criada com sede em São José do Javari, jamais houve ato real de mudança da sede para o Rio Negro, o que deu origem à sua denominação, consagrada pelo uso e costume”.<sup>63</sup> A dúvida permanece a despeito da carta régia de 3.3.1755 dizer textualmente: Tenho resoluto estabelecer um terceiro governo nos confins ocidentais desse Estado, cujo chefe será denominado governador da Capitania de São José do Rio Negro” (vide carta régia de 3.3.1755. Correspondência Inédita do Governador do Citado do Grão-Pará e Maranhão”. Marcos Carneiro de Mendonça. Tomo 2º, p. 652. São Paulo, 1963).

Ao findar a época colonial, o espaço político da Amazônia e do Centro-Oeste compreendia onze capitanias: 1) Capitania do Maranhão; 2) Capitania do Pará; 3) Capitania do Cumá; 4) Capitania do Cabo Norte; 5) Capitania de Caeté (1634); 6) Capitania de Cumatá (1637); 7) Capitania do Marajó (1655); 8) Capitania do Xingu (1681); 9) Capitania de Goiás (1744); 10) Capitania de Mato Grosso (1748); 11) Capitania de São José do Javari/São José do Rio Negro (1755).

Com exceção de Goiás e Mato Grosso, as demais capitanias, integravam o Estado do Maranhão e Grão-Pará,<sup>64</sup> criado em 1621, extinto em 1652, e restaurado em 1654, com governo próprio, sem subordinação ao Estado do Brasil e diretamente vinculado à metrópole portuguesa. Algumas dessas capitanias foram extintas, desativadas, ou simplesmente pereceram ou foram esquecidas, por falta de motivação política, interesse econômico, ou resultante de conflitos de interesses entre as Câmaras e os Capitães-mores, entre colonos, missionários e governadores.<sup>65</sup>

De qualquer modo, houve um projeto político de desdobramento capitania, compreendido na primeira tentativa de organizar e assentar o poder e a administrado no espaço interamazônico, com a criação dessas onze unidades e capitanias de Juro e Herdade, capitanias autônomas da Coroa e capitanias de conquista territorial, todas elas integrantes do Estado do Maranhão e Grão-Pará. Projeto e esforço político esse que se prolongou até a criação da última capitania de São José do Rio Negro, em 1755, mantido mais ou menos atiro ou hibernado até o fim do período colonial. Infelizmente, como veremos a seguir, D. Pedro I, ao outorgar a Carta Constitucional de 1824, iria cometer o grande erro histórico ao anular as aspirações de autonomia política regional, fazendo “tábula rasa” de todo o trabalho de organização política territorial da Amazônia.

#### **2.6 A evolução da divisão política desde o império**

Declarada a Independência em 1822, o grande problema enfrentado pelos estadistas do Império foi o da preservação da unidade nacional, eis que durante o período colonial a organização política seguia uma tendência regionalista e descentralizada, que transigia com os fatores dispersivos da extrema latitude da base geográfica mas, mesmo assim, procurando conciliar o princípio da unidade do governo com as necessidades de autonomia capitania, a despeito da escassez de circulação social e política, como Oliveira Viana bem analisou.<sup>66</sup>

Sem dúvida, a preservação desse espírito de coesão territorial e nacional encontrou, a princípio, sérios obstáculos em algumas regiões, como na Bahia, no Maranhão e na Amazônia, onde eram maiores os focos de lusitanidade, afinal vencidos com a adesão do Pará à Independência em 15 de agosto de 1823 e do Amazonas quase três meses depois, em 9 de novembro. No entanto, a transição

do espírito de autonomia capitania para o princípio provincial do centralismo imperial, instituído a partir de 1822, viria gerar sérios problemas que perduraram durante décadas, através dos sentimentos nativistas e regionalistas que eclodiram em quase todo o País durante os dois reinados. Os estadistas imperiais tiveram, por consequência, de sustentar uma luta heroica e contínua em prol da unidade nacional contra a formidável ação dispersiva dos fatores geográficos<sup>67</sup> através de toda uma estrutura política centralizadora que se manifestava por intermédio da nomeação, pelo Poder Central, aos presidentes das províncias, dos chefes de polícia, dos juizes de Direito, do promotor público, bem como da formação do Exército Nacional e subordinação da Guarda Nacional, até chegar ao Poder Moderador, que, entregue ao Imperador, agia sobre o Poder Legislativo, podendo dissolver a Câmara, exercer o direito de escolha de senadores em lista tríplice, suspender os direitos dos magistrados, escolher os Ministros de Estado, e, ainda, suspender as resoluções das assembleias provinciais.<sup>68</sup>

Face a essa atitude política centralizadora, tomou-se difícil reorganizar o espaço político brasileiro, que na sua essência, manteve na Carta Constitucional, outorgada em 25 de março de 1824, a divisão herdada das antigas capitanias hereditárias e da coroa, e pior ainda, com a exclusão de muitas das capitanias da conquista, como foi o caso do Amazonas, que não conseguiu ser admitido como província do Império por ocasião da Independência.

O projeto de Antônio Carlos à Assembleia Constituinte, que tomava mais flexível e racional a divisão territorial pela divisão do Império em comarcas, distritos e termos, atendendo-se aos limites naturais e igualdade de população ao tanto quanto possível, não foi aceito, e, com a outorgada Carta de 1824<sup>69</sup> que regeu o País durante o período monárquico, prevaleceu o espírito capitania de Tordesilhas, ficando estabelecido no seu art. 2.º que o território do Brasil – “é dividido em províncias, na forma em que atualmente se acha, as, quais poderão ser subdivididas como pedir o bem do Estado”.

Assim foi criado o Brasil de 19 Províncias, resultante da transformação das 18 capitanias-gerais e tradicionais, e mais a banda oriental da antiga Colônia do Sacramento, que desde 1821 havia sido incorporada ao Reinado do Brasil com o nome de Província Cisplatina,<sup>70</sup> conforme mapa anexo.

Durante o período de 67 anos que durou o Império do Brasil (1822 a 1889), o espaço político das unidades provinciais sofreria apenas duas alterações: a criação da Província do Amazonas em 1850, desdobrada da Província do Grão-Pará, e a Província do Paraná em 1853, separada de São Paulo.

A história da luta do Amazonas para se constituir em Província bem atesta o espírito de resistência e de inércia política em reconhecer a necessidade de reorganização do espaço territorial. Eis a cronologia dessa luta documentada por Arthur Reis, Agnelo Bittencourt e Anísio Jobim; 1) Lobo D'Almada dirigiu-se a D. Maria I em 27.8.1797 e sugeriu a autonomia da capitania sem subordinação ao Pará; 2) o governador Manoel Joaquim do Paço dirigiu-se a Sua Majestade em 1818 e solicitou o status de capitania-geral; 3) em 1835 estoura a insurreição cabana, que, segundo Basílio de Magalhães, teve por intento, evitar que o Maranhão e o Pará se constituíssem numa nação fiel a Portugal<sup>71</sup> e, segundo Arthur Reis, constituiu-se num autêntico movimento de massa; no Amazonas, os cabanos tomaram Manaus (1836) sob o comando de Bernardo de Sena, e depois de Apolinário Maparajuba, todos com forte espírito nativista de autonomia provincial; 4) Frei José dos Inocentes, quando da organização judicial da Província do Pará, que incluía o Amazonas como comarca, participou do movimento autonomista amazonense, tendo viajado ao Rio para conseguir da Corte a aprovação do

pleito, o que não foi possível, pois ficou em Cuiabá. No entanto, o memorial chegou às mãos do ministro Oliveira Coutinho, que repreendeu severamente o movimento por “não poder apoiar um ato de rebelião, um atentado tal, desligando-o da Capital) e constituindo uma Província separada;<sup>72</sup> 5) D. Romualdo Seixas, Arcebispo da Bahia e deputado paraense, apresentou no Parlamento Imperial o projeto da graduação provincial do Amazonas, datado de 27.5.1826, o qual somente em 1839 foi debatido e agitado pelo deputado liberal João Cândido Deus e Silva, através de novo projeto; 6) Honório Ernesto Carneiro Leão, Ministro do Exterior, insinuou a criação do Estado do Amazonas, propondo um novo tipo de unidade político-administrativa – o território;<sup>73</sup> 7) em 1844 o deputado João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha fez a indicação na assembleia Paraense para que se dirigisse “à Assembléia Geral uma representação para que a comarca do alto Amazonas seja elevada à categoria de Província. Pará 7 de novembro de 1844”;<sup>74</sup> 8) o projeto de graduação provincial foi a sessão em 22 de julho de 1850, sendo combatido pelo senador Vergueiro e defendido pelo senador José Saturnino da Costa Ferreira e pelo marquês de Abrantes, que assim se manifestaram: “... depois, sr. Presidente, tenho um fato sobre o qual chamo a atenção do Senado... a Comarca do Rio Negro, enquanto foi administrada por governadores no tempo de monarquia absoluta, prosperou... choviam estabelecimentos comerciais que se achavam em vias de progresso; tal é o facto incontestável... provado por documentos oficiais e exactos. Ora, esse facto nos mostra... a conveniência de voltarmos ao passado, visto que esse passado foi posto à margem, a Comarca do alto Amazonas definiu, e como que desapareceu”;<sup>75</sup> 9) finalmente o projeto foi transformado na lei no 582, de 5 de setembro de 1850, que criava a Província do Amazonas, instalada a 1º de janeiro de 1852 na Câmara Municipal da cidade de São José da Barra do Rio Negro (o nome seria mudado para Manaus em 4 de setembro de 1856 pela Lei no 68, tendo como seu primeiro presidente João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha, nomeado por Sua Majestade o Imperador, conforme Carta Imperial de 7 de junho de 1851.<sup>76</sup>

A resistência política a qualquer mudança no quadro territorial de divisão política brasileira, exemplificada acima, se faria sentir igualmente no caso do Paraná. Por ocasião da criação da 5ª Comarca de Paranaguá e Curitiba, integrada à Capitania de São Paulo em 19 de fevereiro de 1811, a Câmara Municipal de Paranaguá fez veemente apelo a D. João VI para, que lhe fosse concedida autonomia, no que não foi atendida, e deste modo o Paraná não figurou como Província do Império na época da Independência. Somente em 1853 o projeto do senador Honório Hermeto conseguia ser aprovado, elevando o Paraná à categoria de Província na forma da Lei n.º 704, de 29 de agosto de 1853, tomando posse como seu primeiro presidente o conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos, a 19 de dezembro do mesmo ano.

Este quadro político territorial permaneceu inalterado durante todo o Império, que, com a perda da Província Cisplatina e a criação das províncias do Amazonas e Paraná, ficou constituído de 20 Províncias e do Município Neutro do Rio de Janeiro. A República, instituída em 1889, iria manter o *status quo*, eles que a Constituição de 24 de fevereiro de 1891 assim estatuiu:

“Art. 1.º – A Nação Brasileira adota como forma de governo, sob o regime representativo, a República Federativa, proclamada a 15 de novembro de 1889, e constitui-se, por união perpétua e indissolúvel das suas antigas províncias, em Estados Unidos do Brasil.

Art. 2.º – Cada uma das antigas províncias formará um Estado, e o antigo Município Neutro constituirá o Distrito Federal, continuando a ser a capital da União, enquanto não se der execução ao

disposto no artigo seguinte.

Art. 3.º – Fica pertencendo à União, no planalto central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada, para nela estabelecer-se a futura capital federal.

Parágrafo Único: Efetuada a mudança, o atual Distrito Federal passará a constituir um Estado.

Art. 4.º – Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se, para se anexar a outros, ou formar novos Estados, mediante aquiescência das respectivas Assembleias Legislativas, em duas sessões anuais sucessivas, e aprovação do Congresso Nacional”.

Deste modo, a possibilidade de reorganização do espaço político, suscitada na primeira Constituição do Império de 1824, continuou na Constituição de 1891, transferida, porém, a sua iniciativa para as Assembleias Legislativas dos Estados.

O único fato novo a assinalar no quadro político da 1.ª República seria a incorporação do Acre como território brasileiro, pelo Tratado de Petrópolis, de 17 de novembro de 1903, depois de uma heroica luta sustentada por “coronéis de barranco” e seringueiros amazonenses, acreanos e cearenses na fronteira do sudoeste amazônico. A cronologia desse novo espaço político brasileiro é a seguinte: 1) Pelo Tratado de Ayacucho, de 27 de março de 1867, o governo imperial, inadvertidamente, reconhece a soberania boliviana sobre a região disputada do Purus-Acre, embora sem demarcação definida; 2) Em 3 de janeiro de 1899 o dr. José Paravicini, em nome do governo boliviano, instala uma alfândega do seu país em Puerto Alonso, no rio Acre, com a concordância do Ministro do Exterior Olyntho de Magalhães, conforme ofício reservado n.º 1, de 26 de junho de 1899; 3) a 1.º de maio de 1899, um grupo de seringueiros, sob o comando do advogado cearense José Carvalho, inconformados com a atitude brasileira, expulsam as autoridades bolivianas de Puerto Alonso; 4) o Governador do Amazonas, Ramalho Júnior, que havia proposto ao presidente Campos Sales a compra do Acre mediante uma indenização de um milhão de libras esterlinas, para que a Bolívia desistisse de suas pretensões, solicitando, ademais, uma nova demarcação da fronteira, não obteve apoio do ministro do Exterior e do presidente da República e decidiu sublevar-se, passando a apoiar os seringueiros revoltosos, apesar dos radiogramas reservados do ministro Dionísio Cerqueira, de 20 de janeiro e 13 de fevereiro de 1900, para que pusesse termo à insurreição; 5) O governador Ramalho Júnior, sabedor das negociações para constituição do “Bolivian Syndicate”, que seria assinado em 11 de junho de 1901, com capitais ingleses e americanos, sob a direção de Felix Aramayo e de um filho de Theodore Roosevelt, com propósitos de conquista e exploração do Acre, reagiu, e, com astúcia diplomática contratou o espanhol Luiz Galvez Rodrigues de Árias,<sup>27</sup> empregado do consulado boliviano em Belém, para proclamar a República Independente do Acre, o que foi feito em 14 de julho de 1899 em Puerto Alonso, com armas e dinheiro do Estado do Amazonas, que visava à sua incorporação posterior ao Amazonas; 6) Os bolivianos reagem e voltam a ocupar o Acre, e o governador Silvério Nery, do Amazonas, organiza a expedição Floriano Peixoto, equipada e armada pela Polícia Militar do Estado, chefiada pelo jornalista Orlando Lopes – por isso também chamada de “expedição dos Poetas”. Esta expedição não foi bem-sucedida, desbaratando-se após rápido combate em Puerto Alonso, em dezembro de 1900; 7) A conspiração e a insurreição amazonense-cearense-acreana continuaria com o apoio do governador Silvério Nery, que havia assumido o governo em 23 de julho de 1900; 8) Joaquim Vitor da Silva, Gentil Norberto e Rodrigo de Carvalho, “coronéis” dos seringais acreanos, aliaram-se

ao gaúcho Plácido de Castro, antigo aluno da Escola Militar do Rio Pardo e que chegara ao Acre para trabalhar como topógrafo, tornando-se grande proprietário e pioneiro de seringais acreanos; reiniciou-se a luta, agora sob o comando de Plácido de Castro e com apoio não só do governador Silvério Nery como da opinião pública de todo o Amazonas, luta que passou do âmbito estadual para o nacional em face das repercussões; 9) Em luta, Plácido de Castro toma a cidade de Xapuri a 6 de agosto de 1902; a 18 de setembro sofre a sua primeira derrota em Volta da Empresa, mas retoma o sítio a 5 de outubro e dali passa a sitiá-lo Puerto Alonso (atual Porto Acre), onde se encontrava o grosso das tropas bolivianas sob o comando de D. Lino Romero; após intensa luta, os bolivianos rendem-se no dia 24 de janeiro de 1903; Plácido de Castro é aclamado governador do Estado Independente do Acre; organiza o seu governo em Porto Acre quando o presidente da República da Bolívia, general José Manoel Pando, resolve atacar Plácido de Castro à frente de um exército de mil e novecentos homens, fato que levantou a consciência nacional e motivou a intervenção do Exército brasileiro, sob o comando do general Olímpio da Silveira, e da Marinha, sob as ordens do contra-almirante Alexandrino de Alencar, enquanto que, no rio Madeira, o Governo do Amazonas mandava um forte contingente da Polícia Militar do Estado se deslocarem direção ao Acre; 11) O general Pando já estava praticamente prisioneiro de Plácido de Castro, cercado por 1.200 patriotas, em Porto Rico, quando se iniciam gestões diplomáticas, conduzidas pelo ministro barão do Rio Branco, gestões que resultariam no Tratado de Petrópolis, assinado a 17 de novembro de 1903, pelo qual o Brasil pagaria a Bolívia uma indenização de dois milhões de libras esterlinas e se comprometia a construir a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, assegurando-se da soberania no Acre; 12) Em consequência, dissolveu-se o Estado Independente do Acre de Plácido de Castro, passando o Acre meridional e setentrional a constituir o Território Federal do Acre, organizado conforme a Lei n.º 1.181, de 25 de fevereiro de 1904, e decreto n.º 5.188, de 7 de abril de 1904; 13) Plácido de Castro, vítima da inveja e da traição, foi assassinado numa emboscada a mando do seringalista e “Coronel de Barranco” Alexandrino José da Silva, no igarapé “Distração”, do seringal Capatará, no dia 9 de agosto de 1908, antes de ver concluída a sua obra, pois a questão acreana somente ficaria definitivamente resolvida com o Peru, que também reivindicava o Acre, pelo acerto de limites assinado pelo barão do Rio Branco com o governo peruano a 8 de setembro de 1909; 14) O Território Federal do Acre seria finalmente elevado à categoria de Estado pelo projeto do deputado José Guimard dos Santos, transformado na lei n.º 4.069, de 12 de junho de 1962.<sup>78</sup>

Incorporado o Acre ao espaço brasileiro, criava-se no quadro institucional uma nova configuração jurídica, o Território Federal, inspirado, no modelo americano do Território do Alaska, e ingressaríamos lentamente em um novo processo de reformulação de divisão político-administrativa.

Essa entidade passou a figurar no Direito Constitucional brasileiro a partir da 2.<sup>a</sup> República, inaugurada com a Constituição de 16 de julho de 1934, que assim se referia:

“Art. 1.º – A Nação Brasileira, constituída pela união perpétua e indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios em Estados Unidos do Brasil, mantém como forma de governo, sob o regime representativo, a República Federativa proclamada em 15 de novembro de 1899.

Art. 14 – Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexar a outros ou formar novos Estados, mediante aquiescência das respectivas assembleias Legislativas, em duas sessões legislativas sucessivas, e aprovação por lei federal.

Art. 16 – Além do Acre constituirão territórios nacionais outros que venham a pertencer à União, por qualquer título legítimo.

§ 1.º – Logo que tiver 300.000 habitantes e recursos suficientes para a manutenção dos serviços públicos, o Território poderá ser, por lei especial, cingido em Estado”.<sup>79</sup>

A grande abertura para a reformulação do espaço político ocorreria na 3.<sup>a</sup> República, com a Constituição de 10 de novembro de 1937, outorgada pelo presidente Getúlio Vargas:

“Art. 3.º – O Brasil é um Estado Federal, constituído pela união indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. É mantida a atual divisão política e territorial.

Art. 4.º – O Território Federal compreende os territórios dos Estado e os diretamente administrados pela união, podendo crescer com novos territórios que a eles venham incorporar se por aquisição, confirme as regras do Direito Internacional.

Art. 5.º – Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para anexar-se a outros, ou formar novos Estados, mediante a aquiescência das respectivas Assembléias Legislativas, em duas sessões anuais consecutivas, e aprovação do Parlamento Nacional.

Parágrafo Único – A resolução do Parlamento poderá ser submetida pelo Presidente da República ao plebiscito das populações interessadas.

Art. 6.º – A União poderá criar, no interesse da defesa nacional, com partes desmembrá-las dos Estados, territórios federais, cuja administração será regulada em lei especial.

Art. 8.º – A cada Estado caberá organizar os serviços de seu peculiar interesse e custeá-los com os seus próprios recursos.

Parágrafo Único – O Estado que, por três anos consecutivos não arrecadar receita suficiente para a manutenção dos seus serviços, será transformado em Território até o restabelecimento de sua capacidade financeira.

Art. 31– A administração dos Territórios será regulada em lei especial.

Art. 184 – Os Estados continuarão na posse dos territórios em que atualmente exercem a sua jurisdição, vedadas entre eles quaisquer reivindicações territoriais.

§ 1.º – Ficam extintas, ainda que em andamento ou pendentes de sentença no Supremo Tribunal Federal ou em juízo arbitral, as questões de limites entre Estados.

§ 2.º – O Serviço Geográfico do Exército procederá as diligências do reconhecimento e descrição dos limites até aqui sujeitos a dúvidas ou litígios, e fará as necessárias demarcações”.

Com o poder dado à União para criar, no interesse da defesa nacional, os territórios federais, sem consulta prévia às Assembleias Legislativas dos Estados, cujo processo encontraria grande resistência, foi quebrado o tabu do espaço político intocável, partindo-se, assim, para a reformulação da divisão política, durante o período excepcional e autoritário que o País viveu ao tempo do Estado Novo de Getúlio Vargas.

A política de criação de territórios Federais ganhou dimensão nacional na década dos anos 40, agitando a opinião pública e trazendo a debate projetos e estudos de redivisão, alinhando-se argumentos a favor e contra a nova doutrina do espaço territorial.

Como consequência desse debate e das reflexões sobre o tema, criou-se uma consciência nacional para o problema, abrindo-se caminho para que fossem criados, primeiramente, o Território de Fernando de Noronha, em 9 de janeiro de 1942, correspondendo às ilhas de Fernando de Noronha, Rata e mais dezessete ilhotas do arquipélago, com uma área de 26 km<sup>2</sup>, situado a 360 km da costa do Rio Grande do Norte,<sup>80</sup> separado do Estado de Pernambuco. No ano seguinte, o processo ganhou profundidade e extensão com a providência ousada da criação dos Territórios Federais de Guaporé (atual Rondônia), Rio Branco (atual Roraima), Amapá, bem como os de Ponta Porã e Iguazu, pelo Decreto-Lei n.º 5.812, de 13 de setembro de 1943, sem prévia consulta aos Estados interessados.

Os Territórios de Ponta Porã e Iguazu seriam extintos pelas Disposições Transitórias, anexas à Constituição de 18 de setembro de 1946, promulgada pela Assembléia Constituinte, conforme segue:

“Art. 8.º – Ficam extintos os atuais territórios de Iguazu e Ponta Porã, cujas áreas volverão aos Estados de onde foram desmembrados”.

Foi, sem dúvida, um retrocesso no processo político decorrente das pressões realizadas pelos representantes daqueles Estados, que não se conformavam com as perdas territoriais sofridas; por pouco não teríamos assistido também à extinção dos demais territórios Federais na Amazônia, o que não teria sido feito devido ao pequeno poder político dos deputados federais da Amazônia na Assembleia Constituinte, eleitos a 2 de dezembro de 1945.

Analisando o problema naquela altura política, Arthur Reis bem caracterizou o estado de espírito dos constituintes: “Na época, a figura do território foi apreciada como uma excrescência que punha em sério perigo a federação no capítulo das autonomias estaduais que a distinguem. De nenhum modo se quis ver o que de útil, como ação construtiva, poderia ser encontrado na solução territorial... Pensava-se apenas em termos jurídicos, em fórmulas de direito. Apesar do impacto e o social e o econômico já começavam a exercer sobre o meramente jurídico, na solução dos mais graves problemas do País, não se considerava o social e o econômico, e, conseqüentemente, também o cultural, na proposição da matéria... Os territórios, no entender de alguns, significavam espírito colonialista, contra o qual se levantavam vozes por toda parte. Não podiam ter existência no País, a cujas populações se negava o direito de escolher os seus dirigentes”.<sup>81</sup>

Apesar de o conservadorismo jurídico e da inibição política dos Constituintes de 46, que levaram quase à extinção a entidade institucional dos territórios Federais, o que iria destruir inteiramente o projeto geopolítico de reorganização das unidades federadas, a Constituição de 18 de setembro de 1946 manteve, no entanto, o princípio da incorporação, subdivisão e anexação dos Estados, que desde a Constituição do Império de 1824, que proclamava o princípio do “como pedir o bem do Estado”, vem sendo ininterruptamente mantido em nosso Direito Constitucional.

As referências a esses princípios estão consubstanciadas nos seguintes artigos da Constituição da 4.a República:

“Art. 2.º – Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividirem-se para se anexarem a outros ou formarem novos Estados, mediante voto das respectivas assembleias Legislativas, plebiscitos das populações diretamente interessadas e aprovação do Congresso Nacional.

Art. 3.º – Os territórios poderão, mediante lei especial, constituir-se em Estados, subdividir-se em novos territórios ou volver e participar dos Estados de que tenham sido desmembrados”.

O princípio da representação política dos territórios Federais na Câmara dos Deputados, que foi uma conquista da Constituição de 1934 (§ 1.º do art. 23 – “Os territórios elegerão dois deputados”), foi eliminado da Carta Constitucional de 1937 e restaurado na Constituição de 1946, embora reduzida a representação para um deputado por território, na forma do § 1.º, do art. 58, com exceção do Território Federal de Fernando de Noronha (art. 10 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição de 46), o que bem revela o espírito antiterritorialista dos Constituintes de 46.

Ainda no decorrer da 4.a República, na administração do presidente Juscelino Kubitschek, o espaço político brasileiro iria sofrer o impacto da mudança da capital federal para Brasília, conforme Lei n.º 3.273, que fixou a data de sua inauguração no dia 21 de abril de 1960. Nessa ocasião, o presidente Kubitschek fez um pronunciamento histórico: “Este ato representa o passo mais viril, mais enérgico, que a Nação dá, após a sua independência política, para a sua plena afirmação como povo que tomou a seus ombros uma das mais extraordinárias tarefas que a história viu atribuir-se a uma coletividade: a de povoar e civilizar as terras que conquistou, vastas como um continente; a de integrar-se, na comunhão dos povos, um dos mais ricos territórios do mundo... “Viramos no dia de hoje uma página da História do Brasil... Damos por cumprido o nosso dever ousado, o mais dramático dever. Neste dia, 21 de abril, consagrado ao alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, ao centésimo trigésimo oitavo ano da Independência e septuagésimo primeiro da República, declaro, sob a proteção de Deus, inaugurada a cidade de Brasília, capital dos Estados Unidos do Brasil”.

A instalação da 5.a República, com a Constituição de 24 de janeiro de 1967, após a revolução de 31 de março de 1964, viria modificar substancialmente o problema de criação de territórios e Estados, eis que retirou do seu texto a forma tradicional de subdivisão, incorporação e anexação, presente nas Constituições anteriores, deixando em suspenso o problema, na dependência da lei complementar conforme segue:

“Art. 30 – A criação de novos Estados e Territórios dependerá de lei complementar”.

Esta constituição introduziu uma inovação no quadro do espaço político brasileiro ao incluir entre os bens da União, no seu art. 4.º, a plataforma submarina, mantendo, todavia, o princípio salutar da representação política dos territórios federais na Câmara dos Deputados – conforme o parágrafo 5.º do art. 41 (“cada território terá um deputado”), atribuindo ao Poder Legislativo a competência para aprovar a incorporação ou desmembramento de áreas de Estados ou Territórios (item V do art. 47).

Com a criação da 6.a República, decorrente da Emenda Constitucional n.º 1, de 17 de outubro de 1969, o quadro institucional, no que tange à criação de territórios, permaneceu politicamente inalterado, eis que o problema foi adiado até a formulação da lei complementar (art. 39 – “A criação de Estados e territórios dependerá de lei complementar”). Entre os bens da União foi substituída a plataforma submarina pela denominação de plataforma continental, e incluído o mar territorial (itens III e VI do art. 4.º), para dar base constitucional à expansão do mar das duzentas milhas. Foi mantido o princípio da representação política dos territórios (§ 3.º do art. 39 – “Excetuado o de Fernando de Noronha, cada território será representado na Câmara por um deputado”), bem como mantida a atribuição do Poder Legislativo para aprovar a incorporação ou desmembramento de áreas de Estados ou de Territórios (item V do art. 44).

Finalmente, a Lei Complementar n.º 20, de 1.7.74, que determinou a fusão dos Estados da Guanabara e Rio de Janeiro; além de reafirmar que a criação de Estados e territórios dependerá de Lei Complementar, promoveu uma primeira abertura para a reorganização do espaço político, mediante a criação de territórios Federais, conforme preceituam os seguintes artigos: – Art. 6.º: Poderão ser criados Territórios Federais: I – Pelo desmembramento de parte do Estado já existente, no interesse da segurança nacional, ou quando a União haja de nela executar plano de desenvolvimento econômico ou social, com recursos superiores, pelo menos, a um terço do orçamento da capital do Estado atingido pela medida; II – Pelo desmembramento de outro Território Federal. – Art. 7.º; Na hipótese prevista no inciso I do Art. 6.º desta lei, a Lei Complementar deverá autorizar a execução do plano de desenvolvimento ali referido, indicando as fontes de suprimento dos recursos.

Eis aí o quadro constitucional histórico retrospectivo que o legislador terá de analisar ao enfrentar o problema da reorganização do espaço político brasileiro, que hoje está estruturado na divisão política compreendida nos 21 Estados (após a fusão do minifúndio da cidade-Estado da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro), um Distrito Federal e quatro Territórios Federais.

Para melhor visualização da formação e evolução do espaço político brasileiro, reproduzimos a seguir os mapas das Capitânicas Hereditárias (o primeiro deles reproduzido da **História da Colonização Portuguesa do Brasil**, edição Litografia Nacional, Porto, 1924, e o segundo cartografado por Martinho Corrêa e Castro), bem como o quadro da Divisão Política em 1763, mostrando a Jurisdição dos Estados do Maranhão e do Brasil, e, a seguir, os mapas políticos da situação em 1799, com as nove Capitânicas-Gerais e oito subalternas; o mapa de 1822 das dezenove Províncias do Império em 1822; o de 1889, ao ser proclamada a República com as vinte províncias; a posição em 1943, quando da criação dos Territórios Federais; e o quadro atual, constituindo os vinte e um Estados – já referida a fusão quatro Territórios e o Distrito Federal.<sup>82</sup>

#### 2.7 A Reorganização do Espaço Político Amazônico

O atual espaço físico-geográfico da Amazônia e do Centro-Oeste foi incorporado ao Brasil em função do movimento das bandeiras paulistas e amazônicas dos séculos XVII e XVIII e da ação política dos estadistas coloniais luso-brasileiros, que dele se apossaram e o ocuparam sob o signo da expansão ultramarina do mercantilismo imperial e colonizador.

Após o descobrimento e a conquista, a posse foi assegurada pelo forte e pela aldeia, e, na medida em que a fronteira se expandia da Tordesilhas de 49° até quase atingir o meridiano de 74° no extremo oeste amazônico, foram sendo criadas organizações capitaniais para dar apoio logístico e base administrativa que justificassem a expansão. A história dessa expansão colonial, já analisada nos capítulos precedentes, bem revela o esforço da implantação do poder político, cujo sucesso seria mais tarde confirmado e reconhecido nos tratados internacionais que fixaram a linha de fronteira exterior ao longo dos seus atuais 15.719 quilômetros e dos 7.408 quilômetros da costa atlântica tordesilhana, perfazendo a linha divisória atlântica-mediterrânea de 23.127 quilômetros perimetrais, que dão a atual configuração morfológica do espaço político brasileiro.

A cronologia capitaniais de conquista da Amazônia e do Centro-Oeste colonial é da maior importância analítica, uma vez que os dados à disposição constituem as raízes e os fundamentos históricos do atual espaço político. Foram onze as capitânicas tordesilhanas e das conquistas amazônicas, assim enumeradas: 1) Capitania do Maranhão (reservada para a Coroa pela carta régia de

13.8.1633; 2) Capitania do Pará (idem); 3) Capitania do Cabo Norte (1634); 4) Capitania de Cumã; 5) Capitania de Caeté (1634); 6) Capitania de Camutá (1637); 7) Capitania de Marajó (1655); 8) Capitania do Xingu (1681); 9) Capitania de Goiás (1744); 10) Capitania de Mato Grosso (1748); 11) Capitania de São José do Javari/São José do Rio Negro (1755). Dessas onze capitanias, ao instalar-se o Império do Brasil em 1822, somente quatro delas obtiveram “status” provincial: Maranhão, Pará, Mato Grosso e Goiás.

Em 1850 o Amazonas obteve a sua autonomia; em 1904 constituiu-se o Território do Acre; e em 1943 criaram-se os atuais territórios Federais de Rondônia, Roraima e Amapá. Deste modo, a região amazônica e o centro-oeste ficaram assim constituídas de novas unidades estaduais e territórios federados, após uma evolução histórica de mais de três séculos.

Enquanto o espaço político tordesilhano do litoral atlântico, limitado pela testada donatária e hereditária de cinquenta léguas, na forma de cartas régias e de forais do primeiro século do descobrimento, era organizado em unidades políticas capitaniais de dimensões compatíveis com o alcance da ação política descentralizada, o espaço capitaniais, interior, de conquista mediterrânea, de além Tordesilhas, sofria um processo de hipertrofia física que dificultava, extraordinariamente o processo de ocupação, colonização e povoamento. É claro que a distância, a ausência de circulação serial e motivação econômica, ademais a extrema dispersão e rarefação demográfica nesse imenso mediterrâneo brasileiro, muito contribuíram para que esse espaço político, superdimensionado, economicamente vazio, fosse mantido, pelo poder da inércia e do imobilismo, ao longo do tempo. Todavia, é verdade que um esforço de reorganização e desdobramento foi feito pelos estadistas coloniais, eis que a maior capitania de conquista, a Capitania de São Paulo, que abrangia os territórios do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Minas, Goiás e Mato Grosso, foi objeto de redistribuição política com a criação de novas capitanias no decorrer dos séculos XVII e XVIII, até se esgotar o processo em 1853 com a criação da última, a do Paraná.

No espaço maranhense-amazônico, onde se combinou o espírito capitaniais tordesilhano com o de conquista do **Utípossidétis**, semelhante esforço foi realizado, como se comprova historicamente pela criação de nove capitanias gerais e secundárias, embora estas não subsistissem depois de instalado o poder imperial em 1822, em face da mudança de estratégia do poder político sobre o espaço interior brasileiro.

No período colonial houvera, assim, transigência com os fatores geográficos e humanos de dispersão e diferenciação, criando-se uma organização capitaniais descentralizada e autônoma, na qual a força dos mandatários e delegados se desenvolvia com o exercício do poder decisório jurisdicional. A fragmentação do poder político central atuava como meio de defesa e de administração devido à urgência requerida pela pronta ação e resposta ao desafio do invasor e pela necessidade de manutenção da posse e das tarefas administrativas. Enquanto o poder político aumentava em latitude e longitude e se distanciava do centro, a sua força se enfraquecia e diluía nas lonjuras do espaço a vencer, a pé, pelo remo, ou no lombo de burro de carga dos tropeiros. Contudo, a despeito desse enfraquecimento do poder central e da ausência de circulação social, como Oliveira Viana defendeu em tese, procurava-se conciliar o princípio de unidade de governo com a tendência autonomista regional. Era preciso dividir para sobreviver, bem assinalou Brunhes nos seus estudos de geografia espacial. Deste modo, na medida em que as capitanias se dispersavam e diferenciavam, tentava-se, ao

mesmo tempo, restabelecer o princípio do governo geral e da autoridade política central, nem sempre bem-sucedida. Quando esse princípio descentralizador era violado, as capitanias reagiam com movimentos autonomista, nativista, regionalista e glebarista. Os obstáculos físicos, as diferentes formas e forças sociais, econômicas, culturais e étnicas, sempre presentes nas organizações políticas continentais do tipo brasileiro, levavam a essa pluralização política.

Ao se instalar o Império houve mudança estratégica na política do poder sobre o espaço brasileiro: negou-se autonomia provincial às inúmeras capitanias e procurou-se a todo custo estabelecer o princípio de integridade social e física com a polarização do poder político na figura do imperador, que serviria de catalizador carismático para a coesão social e política da unidade imperial. Não obstante os movimentos insurrecionais, conseguiu-se manter a unidade territorial no período dos 67 anos do Império, muito embora à custa de um certo tipo de autoritarismo imperial que se manifestava sob diferentes formas, pela nomeação dos presidentes de Província, dos chefes de polícia, dos juízes de direito, pela escolha dos senadores em lista tríplice, bem como através do poder moderador que servia de árbitro nas disputas entre os poderes e assegurava a prevalência do executivo forte, na forma da Constituição do Império de 1824.

Em tal quadro seria impossível reorganizar o espaço político. O desmembramento provincial acarretaria o surgimento de novos centros políticos e econômicos e de novas lideranças regionais, o que contrariava o espírito centralizador monárquico, que, assim, trabalhava em favor do espírito tordesilhano do litoral atlântico, onde a população se concentrou e se fixou, sem as dificuldades de interiorização do desenvolvimento. Isto explica, em grande parte, por que o Brasil Imperial se situou na estreita faixa tradicional-histórica das capitanias, agora províncias, da testada oceânica, em detrimento do vasto interior a conquistar e povoar. A única exceção verificou-se por motivos de ordem política-internacional decorrente do velho confronto luso-espanhol na Bacia do Prata, herança da conquista e da competição colonial pela posse do cone sul, irrigado pelas águas do Paraná-Paraguai. Os episódios na banda oriental cisplatina, além-platina e transparaguai serviram para despertar na consciência nacional a ideia de que o Brasil não apenas era um País atlântico, mas também um País platino. Isto muito ajudou a interiorizar política, econômica e culturalmente o desenvolvimento brasileiro nas últimas décadas imperiais, ampliando-se a ocupação do cone sul brasileiro, para onde as novas correntes imigratórias se dirigiam.

A República, instalada em 1889, e institucionalizada na Constituição de 1891, adotaria o princípio do federalismo estadualista jeffersoniano, calcado no modelo norte-americano, atribuindo às unidades federadas plena autonomia para prover “a expensas próprias as necessidades de seu governo e administração” (art. 4.º), preservando, no entanto, o princípio da união perpétua e indissolúvel das unidades das antigas províncias agora constituídas em Estados. Voltamos, assim, a adotar a estratégia da descentralização política, a transigir com os fatores de diferenciação regional, deferindo aos Estados “todo e qualquer poder, ou direito que lhes não for negado por cláusula expressa ou implicitamente contida nas cláusulas expressas da Constituição” (§ 2.º do art. 65).

No entanto, os constituintes da Primeira República não tiveram uma visão política do espaço continental brasileiro suficientemente corajosa para romper a inércia imperial de antes, pois, ao deferirem aos Estados, mediante aquiescência das respectivas Assembleias Legislativas, em duas sessões anuais consecutivas, a atribuição para procederem incorporação, subdivisão, anexação ou

formação de novos Estados, criaram um novo impasse; sabia-se de antemão que qualquer iniciativa nesse sentido seria inviável, o forte sentimento de autonomia estadual, represado desde o Império, não permitiria a tramitação de qualquer projeto político reorganizador das unidades federadas, e as principais unidades atingidas, os Estados amazônicos e do Centro-Oeste, ciosos dos seus vastos latifúndios político-territoriais, reagiriam contra medidas divisionistas. O exemplo claro desse espírito estadualista, que se acentuou na administração Campos Sales, com a famosa “política dos governadores”, ficou bem patenteado na atitude do Estado do Amazonas, quando do episódio do Acre: os amazonenses reivindicavam durante décadas a incorporação do território acreano à sua jurisdição, Rui Barbosa atuando como advogado do Estado junto ao Supremo Tribunal Federal. A questão, do ponto de vista político, só viria a ter solução trinta anos depois, com o advento da Constituição de 1934, que, pelo art. 5.º das Disposições Transitórias, determinou que a União indenizasse os Estados do Amazonas e Mato Grosso “dos prejuízos que lhes tenham advindo da incorporação do Acre ao território nacional”. E ainda: “O valor fixado por árbitros, que terão em conta os benefícios oriundos do convênio e as indenizações pagas à Bolívia, será aplicado, sob a orientação do Governo Federal, em proveito daqueles Estados”.

Por aí bem se vê como é delicado, difícil e lento o problema de reorganização territorial; militam contra e a favor princípios contrastantes do federalismo estadualista e unionista, bem como fatores de ordem histórica, social, política e econômica. Entretanto, a partir da Segunda República, institucionalizada pela Constituição de 1934, iniciada com a Revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas, iria prevalecer o espírito unionista e centralizador, mediante o crescente intervencionismo do poder federal na jurisdição dos Estados, e, também, do fortalecimento do poder executivo, tomando, assim, mais fácil a abertura e a discussão em nível nacional do problema territorial. A solução autoritária, por via constitucional, seria adotada na carta outorgada de 1937, que reconhecia o direito à União de criar, no interesse da defesa nacional, com partes desmembradas dos Estados, os territórios federais (art. 6.º).

Enquanto se esboçava essa evolução constitucional, no direito positivo brasileiro, o País iniciava, a partir das décadas dos anos 30 e 40, um intenso processo de modificação de suas estruturas sociais e econômicas, quer por via de implantação de uma economia industrial, quer aparelhando o País na construção de sua infraestrutura energética, viária, de comunicações e de insumos básicos, que serviram para fortalecer as bases do poder nacional e para dar condições às décadas subsequentes dos anos 50, 60 e 70 de viabilização do projeto brasileiro como potência emergente no cenário interno e no reconhecimento de sua projeção internacional. A forte concentração industrial no planalto paulista e no Centro-Sul, no entanto, absorvendo a maior parte dos investimentos públicos, propiciaria a esses Estados um grande avanço econômico e social, distanciando-os cada vez mais da hinterlândia mediterrânea, cujos espaços vazios contrastavam com o quadro do desequilíbrio interregional no Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Este quadro de desequilíbrio viria merecer por parte do Governo Federal programas especiais de correção e amortecimento do impacto concentrador, mediante a redistribuição de recursos e rendas de que foi exemplo os art. 198 e 199 da Constituição de 1946, a despeito do seu preconceito antiterritorialista.

A mudança da capital para Brasília (1960) seria outro passo importante para o deslocamento e interiorização do poder político, significando uma abertura para regiões menos favorecidas e traduzindo a intenção de se estender a fronteira econômica do Centro-Sul na direção do Centro-

Oeste e da Amazônia. Os resultados estão à mostra na execução dos programas especiais de desenvolvimento, incentivos fiscais especiais, política de subsídios, e, sobretudo na construção dos enlaces territoriais de integração mediterrânea, ao longo dos meridianos rodoviários de Belém-Brasília, Cuiabá-Santarém, Cuiabá-Porto Velho, Acre-Manaus-Boa Vista, e das paralelas viárias que cortam os vales austrais e boreais da bacia amazônica. Passamos, assim, a falar e a debater em nível nacional os problemas da região Norte e do Centro-Oeste, cristalizando-se a consciência nacional de que a Nação brasileira, na verdade, é constituída de um País atlântico tordesilhano, um País platino pela sua posição no cone sul do rio Paraná, um País mediterrâneo do planalto, do cerrado e do pantanal, e um País amazônico de florestas, de terras firmes e de varzeados de beira-rio, condômino da maior bacia fluvial do planeta, cujo enorme potencial hídrico-energético, mineral-metálico, florestaisagropecuário, apresenta opções e alternativas para o desenvolvimento e integração.

A Amazônia e o Centro-Oeste passaram a ser objeto de um projeto político, como desdobramento da fronteira econômica que avança em direção ao Norte e ao Oeste, apoiado por organismos regionais de desenvolvimento que visam a integração social, econômica e cultural ao restante do País. **Fazer a Amazônia** tornou-se um imperativo social, político e militar, combinando ao mesmo tempo fatores e razões econômicas, de segurança nacional e de estratégia geopolítica do Poder Nacional. E não apenas para tirar partido de nossa grandeza territorial, mas para aproveitar a vocação da terra e do espaço vazio, dos seus recursos minerais, florestais e hídricos, e acolher os excedentes demográficos e as frentes pioneiras que se deslocam do nordeste, do planalto e do Centro-Sul.

Acompanhando essa consciência do Poder Nacional para a conquista interna do seu território, a frente militar, seguindo os passos da velha tradição lusocolonial, serve de vanguarda na vigilância da fronteira, desdobrando-se em novas organizações castrenses que para aqui se transferiram atendendo à nova doutrina de ocupação, cujo exemplo mais evidente é o da criação, em 1956, e depois a transferência para Manaus, em 17.4.1969, do Comando Militar da Amazônia, e o surgimento dos Comandos de Fronteira de Sudoeste, do Solimões, da Fronteira Norte, dos batalhões lindeiros, das colônias militares, dos destacamentos e forças militares de engenharia e construção.

Todo esse esforço que o País vem fazendo para dilatar e expandir a sua fronteira econômica e humana em direção aos espaços vazios da Amazônia e do Centro-Oeste, perde, entretanto, eficácia e rentabilidade, porque a estratégia desse modelo, partindo de uma posição centralista de planejamento se esvai na medida em que a sua operacionalização esbarra no inecúmeno político dos grandes latifúndios territoriais das unidades federadas que constituem a região Norte e o Centro-Oeste.

É que não basta a vontade política de Brasília, nem o poder decisório da cúpula ministerial, nem a ação longínqua dos organismos regionais atuantes na área. A ação política tende a perder eficácia na medida em que se afasta do centro decisório; tanto em economia como em política a distância equivale à esterilidade, daí ser verdadeira a tese de que não é tão importante quem decide, mas onde se decide. O poder político estadual, muito embora circunscrito nas suas jurisdições, podendo operar, todavia, dentro de plano macronacional, tem maior eficiência, profundidade e perspectiva de sucesso, eis que estará atuando mais perto do povo, refletindo melhor suas aspirações e necessidades, ajustando-se às peculiaridades regionais; e fica mais fácil de ser controlado pelas lideranças executivas, embora sob coordenação a nível federal. O poder central muito distante facilmente se aliena e dificilmente se ajusta aos reclamos conjunturais e estruturais, tendendo a tornar-

se anacrônico quando os impasses e os desajustes se acumulam ao longo do tempo. A sua capacidade de ação e resposta é lenta, como em qualquer grande organização burocrática que amiúde se defasa e perde agilidade e capacidade de adaptação às situações novas. De outro lado, o poder municipal é bastante débil. A partir da Quarta República houve crescente absorção desse poder pelas unidades federadas, enquanto que também estas sofriam o impacto da hipertrofia do poder federal, quer através da prática do federalismo político unitário do executivo forte, quer por via do federalismo fiscal da União, que retirou dos Estados e municípios grande parte da capacidade de tributar, muito embora compensado pelos novos mecanismos de transferência das rendas da União para as unidades federadas e para os municípios, como são exemplos os instrumentos fiscais da repartição dos impostos únicos sobre combustíveis, minerais e energia elétrica, bem como os resultantes da partilha do imposto de renda e dos produtos industrializados.

Deste modo, a política implementada pelos organismos autárquicos federais, responsáveis pelo planejamento e desenvolvimento dessas áreas do Norte e Centro-Oeste, tem revelado ao longo de mais de trinta anos, desde a sua inicial institucionalização na Lei Magna de 1946, por sua atuação sobre um território que, no caso da Amazônia legal, representa mais da metade do território nacional, não possuir nem capacidade de alcance nem eficiência operacional de controle e atuação na execução de seus ambiciosos programas. Falta-lhe o poder político estadual de apoio, fortalecido em todos os setores culturais e educacionais, pela rede escolar, pela universidade, pelos centros de tecnologia e investigação regional, pelas instituições estaduais bancárias e do crédito, pelo estímulo e formação de mão de obra em todos os escalões, inclusive melhoria na qualidade dos executivos e na capacidade de gestão empresarial, tanto privada quanto pública. Estas unidades federadas, também hipertrofiadas no espaço, proprietárias de imensos e exorbitantes latifúndios políticos, têm o seu poder de ação limitado às regiões metropolitanas de suas sedes, onde atuam, ficando a sua hinterlândia exposta ao abandono e à estagnação. Por isso, disse certa vez que mais grave do que o inecúmeno humano é o inecúmeno político que se manifesta pela omissão administrativa e pela ausência dos poderes federal e estadual na Amazônia interior e mediterrânea. À medida em que nos distanciamos do centro monopolítico do poder de decisão, a ação política e promocional tende ao esvaziamento e ao mero formalismo de exortação e publicidade ostentatória de uma ação que se promete mas não se realiza, que se planeja mas não se cumpre, tendo assim mais caráter ornamental e paliativo, quando não gera a revolta ou a acomodação das populações interioranas. Estagnadas, estas adotam a crença de que todo o esforço será inútil e vão, dada a assimetria e a dissonância entre o comportamento da autoridade responsável que promete e a lenta ou impossível operacionalização de quem a executa, tardiamente, sem sincronia e a destempe, inibindo o processo de crescimento e estrangulando a esperança e o ânimo de quem quer realizar e participar do processo. Certa vez cheguei a formular uma teoria newtoniana de desenvolvimento estratégico da Amazônia, ao afirmar que este se realiza na razão direta da proximidade do centro do poder decisório, e se anula na razão inversa do quadrado de sua distância; o crédito não chega a tempo, as sementes são temporãs ou serôdias, as colheitas se perdem, os preços mínimos não funcionam, ou, pior ainda, quando procuram anular, mediante a malha burocrática inoperante e os benefícios da lei, dos incentivos e das isenções. Cria-se assim um hiato entre o fato bem perto e o fenômeno político bem distante. O primeiro não aguenta a espera, pois, sendo sazonal e urgente, não tem resistência para aguardar a decisão do poder todo-poderoso longínquo; o segundo, impessoal e insensível, pois enxerga, porém, não vê, não tem capacidade de se realizar longe da arena,

onde vive o cotidiano do labor produtivo. O imenso latifúndio do espaço federado, onde grassa o inecúmeno político, visitado pelos governadores e deputados às vésperas das eleições para a conquista do voto, é em grande parte responsável pelo inecúmeno demográfico e econômico. Daí, afirmo que o inecúmeno político é mais grave que o inecúmeno demográfico dessas regiões, cuja continentalidade está acima da capacidade abrangente do alcance e da ação central. Esse inecúmeno político, na Amazônia e no Centro-Oeste, tem sido responsável pelo desperdício dos recursos da Nação em projetos inviáveis ou impossíveis, quando não meramente formais com objetivos muitas vezes especulativos e ornamentais. A melhor prova dessa afirmativa está no fato de que dos 337 projetos agropecuários aprovados pela Sudam, com investimento de 5,6 bilhões, equivalente a cerca de 500 milhões de dólares – o maior investimento pecuário do mundo – somente uns poucos estão implantados após quase dez anos de atividade promocional incentivada no setor; e hoje se questiona a sua viabilidade ecológica e operacional, pois nas terras dos sem-fim não conta o tempo, o espaço e a previsão do um **pouco-antes** ou do **além-depois**.

Bem sei das inúmeras dificuldades a vencer e estou consciente da enormidade do desafio dessa brasileira latifundiária-política, representada pelos territórios e Estados do Centro-Oeste e da Amazônia, mas é chegada a hora e a vez de se enfrentar o problema da reorganização do espaço político-territorial, tantas vezes adiado pela astúcia política, pela omissão, pela inércia e inibição conservadora-tradicionista que se apega no espírito capitania da conquista, para evitar a mudança e a transformação erigida pela dinâmica dos tempos atuais. Agora o problema é de urgência inadiável, pois a fronteira econômica que caminha do Centro-Sul e o esforço de integração nacional exigem essa medida heróica de modernização das arcaicas e anacrônicas estruturais federadas.

Será preciso vencer e resolver inúmeros complexos históricos conflitantes, que de forma ostensiva ou residual atuam dentro e fora da Amazônia. Entre esses complexos ressalto:

**1. O complexo de superioridade do Grão-Pará**, baseado na centralização e domínio da Amazônia mediterrânea pelos interesses fortemente enraizados na Amazônia oriental e atlântica;

**2. O complexo de inferioridade da Capitania de São José do Rio Negro**, cujos ímpetos insurrecionais do passado, pela sua posição geográfica desfavorável e pela tradicional luta histórica de sua autonomia provincial em desafio ao poder central, justificam a sua posição de vanguarda neste movimento, de que sou um dos seus porta-vozes há mais de uma década, reconhecendo, porém, que se torna também dominador em relação às demais amazônias interiores e periféricas;

**3. O complexo de subordinação de beiradão**, caudatário dos interesses das duas clássicas metrópoles amazônicas, que se mantém submisso e humilde pelo fiscalismo extrativista, ou pela promessa vã, vazia e **vasqueira**, mas cuja consciência de sua potencialidade o desperta para a luta;

**4. O complexo de autonomia dos Territórios**, aspiração inconsciente do povo interiorano, mas que não chega a se vocalizar, pela manutenticidade de sua representação e ausência de liderança política que aspire descentralização política e multipolarização econômica;

**5. O complexo de frustração doa seringais e dos “coronéis de barranco”**, hoje em decadência e em fase de extinção, mas que, a despeito de seu anacronismo econômico, tende a sobreviver na conservação da estrutura latifundiária e no empirismo saudosista do monopólio e do isolamento social, bases do seu poder econômico e político, hoje ameaçado pela integração territorial da malha

viária e da especulação imobiliária da grilagem do posseiro, do jagunço e do fazendeiro recém-chegado que espera converter o látex da seringa na vaca de leite, dos pastos e das campinas;

**6. O complexo de castração da demagogia política**, que pela emasculação e exploração do eleitorado dócil e ingênuo do interior, luta por manter os “currais de eleitores”, os “camburões de votos”, para afinar o domínio do seu centralismo oligárquico, na expectativa de que o seu poder político não venha a ser ameaçado pela dinâmica renovadora das elites emergentes, que irão surgir quando os novos Estados e territórios forem criados;

**7. O complexo de sublimação dos planejadores regionais**, que na ausência de motivação para formular e executar um programa tático de ação setorial que exige descentralização e redivisão administrativa e territorial, e sem a devida humildade para aproveitar a experiência empírica já existente e consultar as lideranças culturais e políticas, transferem a problemática das diversas áreas amazônicas para o irrealismo de um plano global macroamazônico, criado nos gabinetes e nas torres de marfim dos tecnocratas;

**8. O complexo do ufanismo latifundiário** sedimentado no ego e no id popular dos amazonenses, paraenses e mato-grossenses, que por motivos sentimentais-históricos de grandeza física terão a vaidade ferida pela mutilação de suas unidades;

**9. O complexo de resistência parlamentar**, que deverá se opor, através da tramitação lenta, larga e longínqua, ao longo dos lustres de legislaturas, a qualquer projeto reorganizador do espaço;

**10. O complexo do medo das unidades federadas do Nordeste, Sudeste e Sul**, que temerão serem atingidas pela reorganização territorial, sobretudo os Estados da Bahia (559.951 km<sup>2</sup> de dimensão latifundiária que provém da fusão das antigas capitânicas da Bahia, Ilhéus, e da expansão dos currais pelo São Francisco) e Minas Gerais (582.586 km<sup>2</sup>, produto do desmembramento da antiga capitania imperial de São Paulo e Minas de Ouro, e de expansão das bandeiras e dos distritos auríferos e diamantíferos), cujas populações do sul baiano e do triângulo mineiro também aspiram o reconhecimento de suas autonomias dentro da Federação;

**11. O complexo burocrático do poder dos organismos regionais**, que surgiram dentro da Sudam e da Sudeco, por temerem que o desdobramento políticofederal exija transferência e realinhamento do poder decisório, e venha a resultar em perda do prestígio relativo e de “status” das suas superintendências e dos tecnocratas planejadores, para os quais a grandeza megaeconômica abstrata constitui um santuário e um escudo a encobrir a realidade micro e médio-social empírica de mais fácil avaliação e balanço dos resultados dos seus planos;

**12. O complexo do temor do plenário do Congresso**, pelo crescimento numérico das bancadas amazônicas na Câmara Federal, pois os novos deputados federais, quando eleitos e investidos na representação popular dos territórios a serem criados, e futuramente no próprio Senado Federal quando transformados em Estados, passarão a exercer pressão política sobre o Congresso como portavozes das reivindicações e aspirações de suas respectivas populações, fazendo com que a grandeza territorial amazônica e do Centro-Oeste, hoje majoritária em termos de quilômetros quadrados, futuramente venha a constituir peso dominante nas decisões políticas;

**13. O complexo da nação dos Ministros de Estado**, sobretudo do Ministério do Interior, cujas funções e atribuições terão que ser reajustadas face à necessidade de criação de um Ministério de

Organismos Regionais, que já existiu em 1966 – o Minicor – e que foi extinto por pressões políticas, temeriam a abertura para o projeto de reorganização política dos órgãos planejadores e dos Territórios Federais, hoje subordinados ao Ministério do Interior, criando sérios problemas de estrutura, funcionalidade e operacionalização dos mesmos, quando o seu organograma estaria mais adequado se estivesse vinculado ao Ministério do Planejamento, ou ao futuro Ministério dos Organismos Regionais;

**14. O complexo urbano de megalopolização** das regiões metropolitanas que cada dia mais se tomam insaciáveis em termos de recursos e investimentos, face a urgência de obras públicas para superar o estrangulamento e saturação das grandes cidades que estão se tornando inviáveis pelas deseconomias escalares de hiperconcentração demográfica, do êxodo rural maciço e da favelização periférica;

**15. O complexo científico do Projeto Radam e dos Satélites de Recursos Naturais**, que mediante novas técnicas de percepção remota e da visão em grande escala dos recursos minerais, florestais e hídricos, cobrindo perto de 4 milhões de km<sup>2</sup> na Amazônia, com radares aerotransportados, de visada lateral para atravessar a espessa cobertura das nuvens equatoriais, estão revelando a realidade escondida no coração da terra, do ponto de vista geológico, morfológico, hidrológico, fitogeográfico e mineralógico, abrindo, assim, novas opções econômicas para o melhor conhecimento do espaço, o que dará base à dinâmica reorganizadora das novas unidades federadas;

**16. O complexo geopolítico de libertação e desenvolvimento**, que lentamente e de forma inconsciente está surgindo na vasta hinterlândia brasileira, na consciência das elites e na inteligência dos cientistas políticossociais que veem na desurbanização, despolição, desconcentração e multipolarização o futuro do País, pela criação de centros autônomos que interiorizem o desenvolvimento e promovam a conquista interna do espaço vazio continental já definido pela fronteira histórica da soberania nacional, cujo povoamento e ocupação econômica e humana fazem parte da grande estratégia geopolítica e diplomática brasileira no conteúdo do condomínio amazônico da Sul-América continental.

Estamos, assim, na Era do Mundo Finito, como assinalou Paul Valéry em 1945<sup>83</sup> na qual a ideia anterior de fronteira e do espaço infinito a descobrir foi substituída pela noção de que o espaço ficou limitado e restrito pela conquista das soberanias políticas não implantadas, e pela necessidade de preservar e explorar racionalmente os recursos que se tornaram finitos pela expectativa de exaustão e possibilidade de degradação predatória resultante de ação econômica irracional.

Este novo enfoque de finitude do espaço político e econômico ressaltado por Valéry e mencionado pelo presidente Médici no Encontro de Letícia com o presidente da Colômbia, em 1972, encontra-se hoje enfaticamente dramatizado pelas imagens do nosso planeta tiradas do espaço extraterrestre, o que mostra a urgência da organização espacial nos quadros de uma “geografia voluntária”, dentro da nova concepção de Labasse, com o objetivo de salvar a desordenada expansão urbana e rural e preservar os ecossistemas mais significativos.<sup>84</sup>

O espaço terrestre, afirma Stemberg, não é meramente geométrico, nem também meramente econômico, uma vez que representa um tecido diversificado, palpitante e multidimensional, cujas variações de lugar tem que ser auscultadas e conciliadas, se desejarmos lograr um delicado equilíbrio

entre as batidas e as pulsações da Terra, com as suas mensagens de oportunidade e limitações, e o propósito do objetivo humano.<sup>85</sup>

Nestes propósitos e objetivos humanos incluem-se, inevitavelmente, condicionantes das organizações de fundo social e geopolítico, de modo a combinar a preservação dos interesses estratégicos nacionais com as motivações empresariais e individuais dos agentes produtivos, de caráter tático, bem como as manobras no campo de circulação e aproveitamento do espaço político no interesse da administração pública e privada e das populações que nele têm suas raízes e sua querência.

Vivendo, pois, numa era histórica do mundo finito, temos por obrigação impostergável, como nação continental que somos, de assegurar às populações dos quadrantes brasileiros condições sociais e econômicas que, se não puderem ser realizadas a prazo curto, face aos recursos minguantes e escassos, pelo menos ofereçam uma perspectiva de melhoria e bem-estar, a fim de que os netos não tenham a mesma sorte dos seus avós. Entre essas obrigações, inscreve-se no plano das prioridades nacionais a reorganização do espaço político, que certamente proporcionará a essas populações uma esperança no próximo amanhecer de nossa maturidade, para acelerar o ritmo e o passo de nossa longa jornada histórica rumo ao desenvolvimento plural, interiorizado e multidimensional, somente possível quando o espaço sofrer a “rationalia” dessa perspectiva ousada de mudança e transformação.

O grau de urgência dessa nova estratégia geopolítica brasileira de libertação, integração e desenvolvimento se aproxima a passos rápidos, e pode ser sentida por aqueles que, tendo a sensibilidade histórica do nosso passado e de sua evolução política, possuem também a percepção extrassensorial e intuitiva de sua premência e aflição. Premência, urgência, tempestividade, aflição e sensibilidade que a diplomacia brasileira começou a sentir no momento em que o Itamarati passou a direcionar a sua política exterior para o anfiteatro amazônico, nos encontros de Letícia, na Colômbia, e da BV-8, na fronteira da Venezuela, realizados na administração Médici, e já agora no recente encontro do presidente Ernesto Geisel (no dia 5 de novembro de 1976) com o presidente Morales Bermudez, do Peru, no Alto Solimões-Marañon, a bordo dos navios Pedro Teixeira e Ucayali, na fronteira fluvial da calha, entre Tabatinga e Ramon Castilla.

Esse encontro, de base geopolítica e estratégica, tem significação manifesta nos pronunciamentos de ambos os presidentes, sendo que a mensagem do presidente Bermudez, em termos de Amazônia, é de caráter muito urgente e premonitório desse futuro de que falamos. Reproduziremos as duas mensagens para melhor nos situarmos na perspectiva desse tempo-histórico que hoje vivemos.

O presidente Geisel, com a sua visão de estadista preocupado com o aspecto ecumênico e globalizante da continentalidade brasileira e do seu relacionamento na Sul-América, enfatizou o aspecto atlântico e mediterrâneo da Amazônia, ao afirmar:

As circunstâncias que cercam o nosso encontro induzem-me, naturalmente, a refletir sobre a função catalítica que está destinada à sub-região amazônica no curso ascendente do relacionamento entre nossos dois países, e, de modo mais amplo e completo, na complexa dinâmica do processo de integração latino-americano. Desde os tempos remotos da colonização, o rio Amazonas constituiu-se na única via de comunicação entre o oceano Atlântico e o coração desta parte do continente. Por eles fluíram correntes de comércio com o além-mar e estabeleceu-se proveitoso intercâmbio entre as

idades ribeirinhas.

No entanto, a despeito do papel unificador que a função orgânica do rio desempenhou, os países amazônicos não tomaram ainda consciências mais profunda das grandes perspectivas, aí abertas, a um processo de cooperação sub-regional. Na verdade, os imensos espaços vazios e a aparente inospitalidade da floresta aluaram como fatores de distanciamento físico entre vizinhos, de modo que o conceito territorial de unidade da bacia amazônica não chegou a cristalizar-se numa ideia política comum.

Por outro lado, não escapa ao realismo de interesses estranhos a riqueza inestimável das reservas naturais da Amazônia, e, a pretexto de preservá-la como pulmão do mundo, levantam-se, ainda que fluidas e teóricas, infundadas inquietações internacionais. Graças, porém, aos esforços individuais de cada país amazônico, os espaços vazios vão sendo paulatinamente ocupados e os respectivos territórios plenamente integrados na estrutura socioeconômica de cada Estado. Nesse contexto, deseja o Brasil ampliar sua colaboração amistosa com as Nações irmãs da subregião amazônica e acredita que, ao fazê-lo, estará prestando mais uma contribuição ao processo de integração latino-americana e à prosperidade geral do continente.<sup>86</sup>

Por sua vez, o presidente Bermudez, ao ressaltar a importância da região amazônica, deu o seu enfoque andino e litorâneo do Pacífico à problemática geográfica, introduzindo, assim, mais uma reflexão substantiva no complexo integrador, ao postular:

A criatividade e a pujança dos esquemas sub-regionais de integração são prova fidedigna de sua necessidade histórica, como pressupostos e como fundamentos de um enfoque regional verdadeiramente válido e operativo. Os vitais assuntos que tratamos de forma tão cordial como construtiva servirão de base para o aperfeiçoamento de nossas relações dentro de um contexto de amizade e franqueza, que robustece a paz e a segurança necessárias ao desenvolvimento integral de nossos povos e da América Latina.

O Peru e o Brasil possuem na Amazônia uma inestimável riqueza de recursos naturais. Ao mesmo tempo, nossas regiões amazônicas têm características ambientais e tradicionais que condicionaram a forma de vida de seus habitantes, criando costumes e expressões culturais próprios, e exigem o maior cuidado ao serem incorporados em nossas respectivas sociedades, a fim de que não sejam afogados no que têm de essencial.

O Peru e o Brasil assim o entenderam e deram prioridade ao desenvolvimento de suas regiões amazônicas, encontrando-nos, agora, dedicados à execução de importantes projetos nessas regiões, cujas realizações abrem caminhos inéditos para as relações entre os nossos dois países.

“Não é por acaso que este encontro fraterno entre o Peru e o Brasil se realiza na região fronteiriça amazônica. O grande rio que emoldura esta transcendente ocasião não apenas constitui o acesso do oceano Atlântico ao coração desta parte do continente – expressão feliz de Vossa Excelência – como, também, a mais importante artéria de interconexão natural do oceano Pacífico com o Atlântico – Desde as suas nascentes nos altos contrafortes dos Andes até o seu delta, suas águas levam a permanente e profunda mensagem peruana de paz, de comunicação, de vocação integracionista latino-americana.”<sup>87</sup>

Deste modo, não apenas o Brasil criou uma sensibilidade amazônica. Os povos vizinhos que dela são condôminos também estão despertos para a sua potencialidade e para a função estratégica e geopolítica do eixo da calha central e dos seus tributários austrais e boreais que recolhem as águas da maior bacia hidrográfica do mundo.

Dois dias após aquele histórico encontro, o cientista político general Edgardo Mercado Jarrin, ex-ministro e Chanceler peruano, publicava um artigo sob o título “Uma Nova Potência no Horizonte”,<sup>88</sup> no qual enfatizava a tônica geopolítica e a estratégia desse relacionamento, assim esboçadas:

Em termos geopolíticos, o Brasil é quase um País-continente, formado por uma imensa região centrífuga e um semicírculo marginal. A região centrífuga – o coração ou “heart land” – é constituído por Mato Grosso e bacia amazônica. O semicírculo marginal começa no Rio Grande do Sul e abrange o litoral marítimo. Para os geopolíticos brasileiros a região-chave é Mato Grosso, que ao mesmo tempo seria o coração continental brasileiro e o elo de união com a Bolívia e o Paraguai. Esta região pivô serviria como trampolim de penetração no oriente boliviano, facilitando também a projeção argentina rumo ao norte.

Em uma panorâmica mais ampla, é interessante assinalar que, dentro da geopolítica latino-americana como tal, a Bolívia e o Paraguai têm uma importância primordial, por sua situação geográfica. Encontram-se exatamente na denominada “área continental de soldadura”, dentro da hipótese de compartimentação geopolítica da América do Sul. E é significativo que o Brasil desenvolve uma ação de marcado dinamismo nessa área, especialmente no que se refere à construção de estradas, vias férreas, aproveitamento hidráulico, assentamento de polidutos...

O planejamento prospectivo do Brasil, inicialmente interno, para consolidar seu território, concretiza-se através da criação de um sistema de comunicações terrestres de nítido corte geopolítico. Esta rede, que se delinea sobre o coração territorial do Brasil, tem alguns dos seus principais trechos concluídos. Isso lhe permite, esboçar uma integração territorial própria com projeção para o Norte, o Oeste e o Sul. Supõe-se que até 1980 a bacia amazônica esteja cruzada em todos os sentidos por perto de 20 mil quilômetros de estradas... A Transamazônica Leste-Oeste, com quase 5 mil quilômetros, unirá Recife com a fronteira peruana de Abujao, a poucos quilômetros de Pucalpa... A Perimetral Norte correrá 4.315 quilômetros margeando as três Guianas, Venezuela e Colômbia... A Norte-Sul tem seu ponto principal em Manaus e deverá eventualmente unir a região das Guianas com Mato Grosso, enlaçando depois a parte da rede que vai até à bacia do Prata. **A intenção, nesse aspecto, é fazer de Manaus a capital, de fato, da região amazônica, no campo econômico...** não se pode negar que na Amazônia estase verificando um avanço ordenado e sistemático rumo às denominadas “fronteiras mortas”. Do ponto de vista peruano, isso torna urgente não só uma maior presença de nossas Forças Armadas nas fronteiras da nossa Amazônia, mas também efetiva mobilização nacional para essa região, a fim de dinamizar e potenciar efetivamente nossa ação colonizadora e de povoamento, ao mesmo tempo que se estrutura a impostergável conexão viária com o Brasil... Assim, a avalanche demográfica brasileira pressiona hoje, com especial intensidade, Uruguai, Paraguai e Bolívia, assim como o nordeste argentino. Esta é uma tendência histórica que se mantém, com exclusão, por enquanto, da região das “fronteiras mortas” e que beira a região amazônica e o Acre, embora nesta última zona já haja indícios daquela pressão, como na região de Madre de Dios, perto de Inapari.

A ênfase no desenvolvimento regional amazônico e do Centro-Oeste não constitui, pois, tarefa exclusivamente econômica e social. Desempenha papel político e estratégico de extraordinário valor para o País, com repercussões cislindeiras, transfronteiras, aquém, além e ultramar.

Eis porque inscrevo o processo de reorganização do espaço político brasileiro e amazônico no quadro de uma geopolítica de libertação, integração e desenvolvimento, pois não creio que o crescimento econômico centralizado e limitado pelas escassas e hiperdimensionais unidades federadas latifundiárias, um resíduo histórico anacrônico e extratemporâneo herdado do passado colonial bem distante, possa servir de moldura e modelo. Pelo contrário, inibe, corta o passo, desestimula, aflige, limita a expansão econômica, social e demográfica. Está defasado historicamente, tornou-se incapaz de acompanhar o desdobramento da fronteira econômica que, de forma espontânea ou dirigida, caminha em direção aos espaços vazios. Introduce ineficácia, produz perdas de rentabilidade, encarece os custos visíveis e invisíveis, encarece e oprime as populações interioranas submetidas ao oligopólio político centralizado das regiões metropolitanas, que delas retiram recursos e receitas, agravando o problema do êxodo e da expulsão rural.

O inecúmeno político ainda é responsável pelas baixas taxas de retorno e dificuldades de operacionalização de medidas políticas e econômicas que se desejam estender, interiorizar, conduzindo à inautenticidade de representação política, dificultando o surgimento de novas lideranças e tornando mais difícil e oneroso o processo de distribuição de renda e de justiça social. Não quero com isso, todavia, radicalizar a tese ao ponto de unilateralizar o problema brasileiro através de uma panaceia redentora e milagreira, pois bem sei que, ao lado da reorganização do espaço, atuam concomitantemente fatores de diversas origens, procedências e filiações que agravam, exponenciam, multiplicam e complicam a problemática do desenvolvimento regional. O meu objetivo ao expô-la ao debate público é apenas sensibilizar a opinião nacional e trazer à superfície as águas profundas que jazem esquecidas e estagnadas no fundo dos leitos, e, com ela, construir uma lâmina e acender uma chama para reiniciar a luta e aquecer o debate.

O homem precisa trabalhar onde vive e cria raízes. As comunidades nativas precisam reter esse enorme potencial humano que delas se transferem quotidianamente em busca do fascínio da cidade grande, dos empregos e das oportunidades da educação e melhorias de vida. Não se trata de êxodo, que é espontâneo, mas de expulsão, que é bem diferente. Expulsão que se traduz na migração silenciosa, anônima e dolorosa, que se faz do interior para a cidade, e da cidade pequena para a cidade grande, para a metrópole, criando os mais sérios problemas de congestionamento, saturação e deteriorização da qualidade de vida, que constituem o panorama constrangedor das favelas periféricas, da marginalidade e do subempregador na cidade-açu. E preciso, pois, obter um certo equilíbrio geográfico, político, humano e econômico, desurbanizar e ruralizar, ou, talvez, rurbanizar, através da combinação política da “urbs” com a “rurbs”. Pois, a continuar a tendência urbanopatológica deste final de século, teremos na alvorada do ano 2000 cerca de 80% da população brasileira concentrada nas grandes regiões metropolitanas. Mesmo na Amazônia, toma-se urgente a desconcentração urbana, pois tanto Belém quanto Manaus caminham, rapidamente, para aglomerar 50% da população dos Estados do Pará e Amazonas.

Jerome Monod, ex-ministro do Planejamento da França e presidente da Datar, contou recentemente a sua experiência de doze anos de atividade e vivência em desenvolvimento regional – conferência pronunciada no Recife – salientando a importância de se evitar a concentração demográfica excessiva em Paris, que ameaçava destruir a França. Disse ele: “Daí a importância da política de desenvolvimento regional, para cujo equilíbrio e execução se deve lutar contra a administração, a burocracia, e ter o cuidado de **apanhar os adversários um a um, e não todos de uma só vez**, Datar tem representantes nos centros de decisão e eles lutam com tenacidade; e também trabalham com as províncias fazendo uma ligação diária com as regiões, cuidando de sentir as suas tendências, aluando, outrossim, junto à imprensa e televisão, divulgando os seus objetivos e atraindo o apoio da opinião pública”<sup>89</sup>

O fortalecimento das economias regionais, estaduais e territoriais constituem, assim, um imperativo de sobrevivência da sociedade brasileira. Creio que a nova ordenação do espaço sugerida trará uma grande contribuição para alcançar esse objetivo. **Não falo mais em divisão política, pois desejo retirar a conotação negativa que o termo de divisão ou redivisão possa trazer. A tese que defendo é da reorganização do espaço político.** Não se objetiva, pois, dividir, mas unir; não se quer amputar, mas desdobrar; não se deseja subtrair, mas multiplicar as oportunidades e opções, gerar mais

coesão social, restaurar o equilíbrio geossocial e político; dar um sentido de continentalidade ao espaço brasileiro pela descentralização e delegação política e administrativa.

Qualquer análise de reorganização do espaço político brasileiro terá de partir do conhecimento da realidade física e política das atuais unidades federadas da Amazônia e do Centro-Oeste. E o que o quadro a seguir procura demonstrar.

A reorganização desse espaço político vem sendo debatida desde longa data e merece uma retrospectiva histórica para bem se conhecer o pensamento político de lustres geógrafos, historiadores e estudiosos brasileiros que desde o Império vêm propondo soluções de reorganização espacial. Entre esses projetos destacamos: [90](#)

**1. PROJETO ANTÔNIO CARLOS (1823).** Após a Independência, em 1822, e no momento histórico, dos debates da Assembleia Constituinte para elaboração da primeira Constituição Brasileira, Antônio Carlos, com sua visão de estadista e com a responsabilidade de representante do povo brasileiro, propôs a primeira divisão territorial do País, conforme o art. 2.º do seu projeto; o território brasileiro ficaria dividido em comarcas, distritos e termos, ao invés de províncias e municípios; nas divisões de comarcas atender-se-iam os limites naturais, e, sempre que possível, a proporcionalidade da população. Foi rejeitado. A Constituição do Império de 34.3.1824, outorgada por D. Pedro I, e que regeu o País durante 65 anos, proclamou no seu art. 2º que o território do Brasil ficava “dividido em províncias, na forma em que atualmente se acha, as quais poderão ser subdivididas como o pedir o bem do Estado”. Na verdade, a Constituição Imperial, ao aparentemente, de forma vaga, pretender manter o *status quo* territorial, promoveu um retrocesso político, pois negou o estatuto provincial ao Amazonas e a inúmeras outras capitânicas secundárias. O Império ficou assim constituído de 19 Províncias, resultante da transformação de 18 capitânicas-gerais tordesilhanas e da conquista, e mais a Província Cisplatina, que seria desmembrada do Império, em decorrência do Tratado do Rio de Janeiro, de 1828, pelo qual o Brasil e a Argentina concordaram com o estabelecimento do estado-tampão da República do Uruguai. Em 1850, seria criada a Província do Amazonas, destacada do Pará, e, em 1853, a Província do Paraná, desmembrada de São Paulo, ficando, assim, o País dividido em 20 províncias, às quais foi acrescido o Município Neutro em 1854.

**2. PROJETO VARNHAGEN (1849).** Este foi, sem dúvida, o primeiro projeto de reorganização territorial brasileiro, apresentado em 1849 por Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro. Por ele, o Brasil ficaria dividido em 21 províncias e um Distrito Militar na fronteira gaúcha, sendo que as regiões Norte e Centro-Oeste seriam divididas em oito províncias: Centro-Amazonas, Madeira, Rio Negro, Paraguai-Xingu, Pará, Novo Piauí (onde se situa o Amapá), Goiás e São Luís do Maranhão. Este projeto possui um grande mérito, pois, respeitando em suas linhas gerais, parcialmente, as tradições capitaniais, ateuve-se mais à redivisão das regiões Norte e Centro-Oeste, muito embora tenha sido prejudicado pelo desejo de inovar mediante a mudança das denominações históricas, tradicionais, do Ceará para Jaguaribe, de Mato Grosso para Paraguai-Xingu, ficando Alagoas e Sergipe na Província de São Francisco; eliminou, ainda, as antigas províncias da Paraíba e Rio Grande do Norte, e conservou a mediterraneidade de Minas Gerais, contrariando as velhas aspirações atlânticas das Alterosas.

**3. PROJETO FAUSTO DE SOUSA (1880).** A reforma política do Império seria novamente apresentada por Fausto de Sousa, que propôs a sua divisão em 40 províncias, com sensível redução das

áreas tradicionais, reordenando o País inteiro com graves e profundas alterações nos quadros políticos-institucionais. A Região Norte e o Centro-Oeste ficariam divididas em 17 Províncias; a região Nordeste em 12; a região Sudeste em sete e a região Sul em quatro. A Amazônia e o Centro-Oeste ficariam com seu espaço político reorganizado com a criação das províncias de Japurá, Solimões, Madeira, Mato Grosso, Diamantina, Araguaia, Goiás, Tocantins, Urussuhy, Maranhão, Turiassu, Pará, Xingu, Tapajós, Pinzônia, Amazonas e Rio Negro.

Ao amanhecer da Primeira República inúmeros projetos foram apresentados, antes e depois do movimento de 1889. Antônio Teixeira Guerra cita entre outros o de Quintino Bocaiúva, que, na sua propaganda republicana, lutou pela redivisão territorial, assim como J.P. Magalhães propôs a criação de territórios em áreas despovoadas; Costa Machado, Felisberto Freire, Tomás Delfino e Pinheiro Guedes propuseram uma equitativa distribuição de área e criação de novas unidades, sem que os projetos e debates alcançassem acolhida pela Constituinte Republicana de 1890, da qual resultou a Constituição de 24 de fevereiro de 1891, que acabou consagrando a divisão imperial das 20 províncias e o Município Neutro, que se transformaram nos 20 Estados e no Distrito Federal, na forma fixada pelo art. 2º.<sup>91</sup>

Consagrado o “status quo”, os Estados Unidos do Brasil somente iriam acolher o Território Federal do Acre por força da Lei n.º 1.181, de 25.2.1904, resultante do esforço da Revolução Acreana sob o comando do coronel José Plácido de Castro, confirmado pelo Tratado de Petrópolis, datado de 17.11.1903, através das gestões e negociações diplomáticas do Barão do Rio Branco.

Nas três primeiras décadas, o movimento reorganizador do espaço político ficou amortecido até que a Revolução de 30 voltasse a agitar o problema com a instituição da 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> República, em 1934 e 1937, conforme já analisamos. Nesse ínterim volta ao debate a redivisão territorial, e inúmeros projetos foram apresentados, como segue:

**4. PROJETO SEGADAS VIANA (1933).** O major Segadas Viana propôs uma redivisão radical do quadro político em 69 Estados, distribuídos em áreas proporcionais e relativamente iguais, desconsiderando os aspectos históricos de sua denominação, formação e integração no conjunto político, atingindo todo o território brasileiro. A região Norte e o Centro-Oeste ficariam constituídos por 38 Estados, a saber: Boa Vista, Rio Negro, Alto Rio Negro, Rio Branco, Codajás, Solimões, Javari, Juruá, Purus, Acre, Guaporé, Jamari, Arinos, Parecis, Mato Grosso, Taquari, Rio das Mortes, Goiás, Alto Xingu, Médio Xingu, Alto Tocantins, Baixo Tocantins, Araguaia, Grajaú, Maranhão, Gurupi, Pará, Xingu, Codajás, São Manoel, Tapajós, Amapá, Óbidos, Amazonas, Madeira, Parintins, Manicoré e Tefé.

**5. PROJETO TEIXEIRA DE FREITAS (1933/1948).** Através de conferências, artigos e demais trabalhos publicados a partir de 1932, Teixeira de Freitas modificou o projeto de Segadas Viana tornando-o mais realístico e menos ambicioso e radical. Lançou a tese da “equivalência territorial” e do princípio do “equilíbrio das possibilidades”, afirmando, segundo citação de A. Teixeira Guerra: “Não haverá igualdade de situação, é certo; nem seria isto desejável. Mas existirá por seguro equilíbrio nas possibilidades, o que é o mais alto ideal da justiça social... o País ainda está se formando, e a civilização não o ganhou em toda a extensão. O Estado pobre e despovoado será amanhã tão populoso e rico quanto o mais rico de agora”.

De acordo com o seu esquema de redivisão, o Brasil ficaria dividido em 19 Estados e dez territórios, além do Distrito Federal, dos quais 18 Estados e Territórios ficariam localizados na Região Norte e Centro-Oeste: Amazonas, Rio Negro, Solimões, Acre, Puni, Madeira, Mamoré, Guaporé, Mato Grosso, Araguaia, Tapajós, Xingu, Tumucumaque, Araguaia, Pará, Maranhão, Tocantins e Goiás.

**6. PROJETO BACKHEUSER (1933).** Everardo Backheuser retomou os estudos de geopolítica brasileira no seu livro **Problemas do Brasil**, publicado em 1933, e apresentou o problema da redivisão territorial dentro do conceito geopolítico da equipotência definida como a situação em que “as diversas partes constitutivas do todo devem ser mais ou menos equivalentes, não apenas em área mas em eficiência econômica e política”. Entre todos, o seu projeto é o mais extremado na defesa dos seus princípios de reorganização do espaço político, “parcelando o mapa físico do Brasil sem de nenhum modo atender aos atuais limites interestaduais, tanto no presente quanto no futuro”. Propunha, então, uma divisão geodésica, apoiada nos paralelos e meridianos, em 64 unidades fundamentais cada uma, com uma área média de 120.000 km<sup>2</sup>, que seriam distribuídas em 28 unidades com 16 Estados, e 36 unidades com seis territórios. No mapa anexo visualiza-se a tese do autor.

**7. PROJETO SUD MENNUCCI.** Embora menos ambicioso e divisionista, este projeto propõe a criação de Estados, Províncias e Territórios. Seriam ao todo sete Estados (Nordeste, Bahia, Porto Seguro, Minas, São Paulo, Iguaçu e Rio Grande do Sul), cinco Províncias (Campo Grande, Planalto, Parnaíba, Pará e Amazonas, com áreas bastante limitadas), e Territórios que não chegou a discriminar, mas que, no mapa correspondente, deveriam ser localizados no mediterrâneo brasileiro do Planalto Central e da Amazônia interior.

**8. PROJETO ARI MACHADO GUIMARÃES.** O autor propõe a divisão territorial em 35 departamentos de 243.177 km<sup>2</sup> cada um, segundo os acidentes geográficos, dos quais 23 estariam localizados na Região Norte e Centro-Oeste, havendo; um departamento neutro – D. Pedro II – localizado no Planalto Central, em equidistância relativa com as cidades de Recife, Belém, Manaus, Cuiabá, Rio de Janeiro e o extremo Sul, conforme assinala o mapa.

**9. PROJETO JUAREZ TÁVORA.** O marechal Juarez Távora apresentou, na década dos anos 40, a debate, o seu projeto de divisão em 32 unidades federais, que também alterava significativamente a nomenclatura tradicional dos Estados, sendo que 15 unidades seriam constituídas e localizadas na Amazônia e no Centro-Oeste (Rio Negro, Javari, Juruá, Purus, Amazonas, Madeira, Guaporé, Cuiabá, Tapajós, Araguaia, Xingu, Pará, Tocantins, Mearim e Goiás).

**10. PROJETO ANTÔNIO TEIXEIRA GUERRA.** Na “Revista Brasileira de Geografia”, abril/junho de 1960, publicada pelo Conselho Nacional de Geografia, o prof. A. Teixeira Guerra propõe, com o seu projeto, de estilo conservador e pragmático, a redivisão territorial apenas naquelas zonas fracamente povoadas da Amazônia e do Centro-Oeste, e assim o justifica: “A nossa atenção esteve realmente voltada para a zona mais fracamente ocupada. Nos diversos territórios que sugerimos, suas áreas se encontram inteiramente largadas para o mais lento desenvolvimento... a nossa sugestão exige arrojo e meticoloso estudo de planejamento regional para a instalação de um ministério e uma hierarquia na criação de diversos territórios, em número de 16, e restabelecimento dos dois Territórios extintos (Ponta Porã e Iguaçu)..., quanto aos Estados do Nordeste, Leste e Sul o sentimento regionalista e o próprio efetivo humano já existente não permitem que divisões sejam feitas... ao traçarmos os limites dos diversos territórios, procuramos, na medida do possível, ficar

presos, aos divisores das bacias hidrográficas... e respeitar os limites municipais”<sup>92</sup> Figuram no projeto os 16 novos territórios a saber: Monte Alegre, Trombetas, Rio Negro, Japurá, Javari, Juruá, Purus, Aripuanã, Parecis, Alto Tapajós, Alto Xingu, Araguaia, Tocantins, Barreiras, Gurupi e Alto Parnaíba, além dos já existentes Territórios de Rondônia, Roraima e Amapá. Ao todo seriam 22 Territórios e 21 Estados.

**11. PROJETO SIQUEIRA CAMPOS.** O projeto do deputado federal Siqueira Campos, atual presidente da Comissão da Revisão Territorial e Política Demográfica da Câmara dos Deputados, defende a criação imediata de doze Territórios Federais: o de Trombetas, na fronteira com o Surinam; o do Rio Negro, na fronteira com a Colômbia, o do Juruá, na fronteira com o Peru, além dos Territórios do Purus, Madeira, Tapajós, Xingu, Tocantins, Gurupi, Aripuana, Arinos e Araguaia.

**12. PROJETO FREDERICO AUGUSTO RONDON.** Na revista “Segurança e Desenvolvimento”, o autor sugere um projeto que combine uma estrutura ecológica municipal, com área máxima de 5.000 km<sup>2</sup>, a divisão da Amazônia em três regiões geoeconômicas (Baixa Amazônia, Média Amazônia e Rondônia), a criação de três territórios – Tapajós, Xingu e Tocantins – e a criação futura de cinco Estados com área equivalente, aproximada, de 600.000 km<sup>2</sup>, e que seriam Acre, Amapá, Rondônia, Rio Negro e Araguaia.

**13. PROJETO AMAZÔNIA LEGAL.** Em decorrência do artigo 199 da Constituição de 1946; cujo despontar viria a ser regulamentado pela Lei n.º 1806, de 6 de janeiro de 1953, o Congresso Nacional, ao discutir a delimitação da área amazônica para fins de planejamento, adotou um critério misto político, fisiográfico e geodésico, passando a Amazônia Legal a abranger a região compreendida pelos Estados do Pará e Amazonas e pelos Territórios Federais do Acre (Estado do Acre desde 1962), Amapá, Guaporé (atual Rondônia), e Rio Branco (atual Roraima), e ainda a parte do Estado do Mato Grosso ao norte do paralelo 16°, a do Estado de Goiás ao norte do paralelo 13°, e a do Estado do Maranhão a oeste do meridiano de 44° (art. 2.º, Lei 1806).

Esta delimitação do espaço político para fins de planejamento tem proporcionado a muitos a ideia simplista de se transformar em Territórios Federais a zona do norte goiano, a região setentrional de Mato Grosso, e a parte da Pré-Amazônia Maranhense, acima e a oeste das linhas geodésicas definidas na lei, deixando intocados os vastos latifúndios políticos territoriais da Amazônia clássica dos Estados do Pará e Amazonas, que representam 33,04% do território nacional (cada um, respectivamente, 14,66% e 18,38%).

Outros ilustres brasileiros têm, ultimamente, trazido a debate em conferências e artigos publicados em revistas especializadas a redivisão política, sendo de destacar a contribuição do general Rodrigo Octávio Jordão Ramos, que foi Comandante Militar da Amazônia e atualmente exerce as altas funções de ministro do Superior Tribunal Militar. Tem ele feito pronunciamentos em favor da tese de reorganização do espaço político brasileiro, à semelhança do que ocorre no Exército, que, à medida em que o desenvolvimento e a segurança nacional erigem, vai criando novos órgãos de comando, regiões militares, e, já possivelmente, pré-montando o 5.º Exército para melhor distribuir as tarefas, funções, atribuições e objetivos organizacionais e administrativos.

**14. PROJETO SAMUEL BENCHIMOL (1966).** Venho, há duas décadas, repensando e reciclando o projeto brasileiro do desenvolvimento amazônico. Acredito firmemente que a incorporação e integração do espaço interamazônico à economia nacional constitui o natural

desdobramento da luta histórica aqui travada pelos bandeirantes e sertanistas amazônicos nos séculos dos 600 a 700. As onze capitânias de conquista criadas na Amazônia e no Centro-Oeste constituíram o primeiro esboço de reorganização do espaço político. Dessas onze capitânias (Maranhão, Pará, Cabo Norte, Cumá, Caeté, Camiriá, Marajó, Xingu, Goiás, Mato Grosso, e a última, a de São José do Javari/São José do Rio Negro) somente sobreviveram ao tempo da Independência quatro províncias (Maranhão, Pará, Mato Grosso e Goiás). Trinta e oito anos decorreram até a criação da Província do Amazonas, em 1850; esperaríamos outros cinquenta e quatro anos até a constituição do Território do Acre, em 1904; de 1904 até 1943, quando foram criados os Territórios de Rondônia, Roraima e Amapá, passaram-se mais trinta e nove anos, de modo que a evolução política está sendo demasiadamente lenta, retardada e diferida para um futuro incerto e longínquo.

A manutenção desse tradicionalismo histórico, que vem preservando os vastos latifúndios políticos amazônicos e do Centro-Oeste, na chamada Amazônia dos Nove, que representa 64,08% do território nacional, constitui, a meu ver, um dos principais entraves ao desenvolvimento regional. Tenho que repetir uma vez mais que mais perigoso que o inecúmeno demográfico é o inecúmeno político, pois nas regiões não desenvolvidas o fato político-administrativo tem que preceder a ocupação econômica, pois esta decorre de um ato e de uma vontade política promocional, pioneira e de vanguarda. Assim como o forte foi anterior à aldeia, e o bandeirante precedeu ao droguista do sertão, isto é, o esforço e a ação política se antecederam à colonização e ao povoamento, na história de quase todos os povos há sobejas razões para se acreditar que o vazio político, em grande parte, é responsável pela inércia, ociosidade e retardamento da ocupação humana e econômica; a ausência de uma estrutura social e organizacional para apoiar e servir de logística à população, embarça o esforço produtivo, inibe a iniciativa privada, destrói os laços de solidariedade humana, impede os efeitos de irradiação e expansão, desfaz a trama e urdidura do complexo inovador e da criatividade. As comunidades criadas pela geografia voluntária tendem à dispersão no espaço, e na medida em que essa pulverização de recursos humanos se alonga no campo, perdem os vínculos de integração e não aproveitam os efeitos sinérgicos gerados pela combinação e interação das forças sociais, econômicas e políticas, cujo resultado final é superior à soma das partes que o compõem. A perda de produtividade daí resultante e a ausência de economias externas que são propiciadas pela ação política comunitária, através dos investimentos sociais de educação, saúde, habitação, transporte, energia e equipamentos básicos, ao se defasarem pela inexistência de um quadro político territorial de maior envergadura e porte no conjunto da Federação, conduzem a sociedade ao recesso, senão ao retrocesso, dentro daquele conhecido quadro do círculo vicioso da estagnação e da pobreza dos países subdesenvolvidos, tão bem descrito por Myrdal. Não se forjam novas lideranças políticas e econômicas, o espírito criativo e inovador **schumperiano** não surge, os métodos de trabalho tendem a se rotinizar no tempo, o trabalho humano se avilta, e o incentivo se anula na distância estéril do esforço sem recompensa. Então, quando o centro burocrático do poder irradiador está bastante distanciado dos ermos, bolsões e módulos econômicos dispersos, tênues e isolados, o quadro se torna mais desolador, pois o formalismo burocrático, ao viver deslocado da realidade da vida, se apega a **regulamentos estéreis, fórmulas vazias e símbolos mortos** para se autoprotger das críticas e das reivindicações. A economia envelhece e se rotiniza, os núcleos humanos emigram para os grandes centros, as poupanças duramente acumuladas não retornam ao lugar onde foram geradas, acentuando-se dessa maneira o êxodo e a expansão rural rumo à cidade grande dos alagados, dos mocambos, das favelas, das palafitas,

dos flutuantes. O vazio humano e econômico assim criado serve para justificar a ausência da ação política catalizadora; raciocinam os tecnocratas que não adianta estruturar a área politicamente se o governador, o juiz, o médico, o pároco, o vereador, o professor, o delegado de polícia, seriam figuras decorativas numa terra sem gente. No entanto, esquecem que a sobrevivência e evolução de qualquer sociedade, como assinala Hélio Jaguaribe,<sup>93</sup> dependem da criação e estruturação de quatro subsistemas: o **político**, que produz comando e se expressa pelo poder; o **econômico**, que produz bens e se expressa pelo dinheiro; o **cultural**, que produz símbolos e se expressa por valores; e o de **participação**, que produz atores e se expressa pelo prestígio e pela liderança.

Destaco entre esses quatro subsistemas, nas áreas vazias e pioneiras, o papel do fator político, pois a alavancagem do processo social e humano dele depende como fonte germinativa e promocional para dar partida e desencadear a reação dos outros subsistemas. Claro que o subsistema político precisa estar dotado de uma carga estratégica de incentivos e recursos, de poder decisório para agilizar manobras setoriais táticas e logísticas e para bem executar os seus objetivos dentro do plano global das macro-decisões nacionais. Se, no entanto, a macro-decisão não for tomada, o processo de encampação do espaço político perde significação e conteúdo. É necessário, pois, chegar a um consenso nacional e local, eis que, no caso amazônico e do Centro-Oeste, as deformações geradas pela hipertrofia histórica dos seus latifúndios territoriais constituem um óbice a ser vencido pela vontade de romper as estruturas estabelecidas que reagem às mudanças institucionais.

Já percorremos uma longa caminhada histórica de quatro séculos, e o País vem expandindo a sua gente e a sua fronteira interna ao mesmo tempo que incorpora novos valores, atitudes e reflexões críticas e dialéticas; e já tendo criado na região Sul e Sudeste centros dinâmicos e tecnológicos de porte, que podem, hoje, dar apoio financeiro, institucional e político à conquista e ocupação da Amazônia e do Centro-Oeste, aliados aos contingentes humanos aqui radicados, que conseguiram, a duras penas, manter a soberania brasileira na área, e, por isso também, têm o direito de participar com as suas lideranças na formulação das alternativas e opções com que nos defrontamos. Encontramo-nos, hoje, amadurecidos para oferecer à Nação essa contribuição da experiência regional que nos conduz ao projeto de reorganização territorial, como um dos pressupostos necessários, embora não suficiente, para promover o desenvolvimento da área.

O meu projeto inicial, datado de 1966, foi esboçado nos dois volumes de minha obra. **Estrutura Geossocial e Econômica da Amazônia**, e posteriormente justificado em trabalhos subsequentes, **Política e Estratégia na Grande Amazônia Brasileira e As Oito Amazônias dos 24 Estados e Territórios: Uma Reformulação**. O esboço cartográfico, precário e imperfeito, dessa reorganização do espaço político o reproduzo no mapa anexo, na sua forma original, como o entendia naquela altura. Limito a reorganização do espaço político à grande área da Amazônia Legal e parte do Centro-Oeste, onde a hipertrofia latifundiária detém 64% do território nacional; com abrangência dos Estados do Amazonas, Pará, Mato Grosso e Goiás, 55,05% da área brasileira, o problema se torna mais agudo e urgente.

Outrossim, a reorganização desse espaço nas outras áreas brasileiras do Nordeste, Sudeste e Sul, não se justificaria no momento, pois além de seus territórios estarem melhor dimensionados para receberem o desempenho político-administrativo, qualquer tentativa nesse sentido seria irreal e politicamente inviável dada a natural resistência popular e das lideranças políticas e econômicas. Na

Amazônia e no Centro-Oeste, creio, as resistências históricas seriam mais facilmente vencidas; excetuando as naturais pressões das suas regiões metropolitanas, as populações interioranas receberiam o projeto reorganizador e autonomista como uma forma de libertação das amarras do passado extemporâneo e anacrônico que as subjuga aos interesses radicados na manutenção do imobilismo do *status quo ex-ante*.

Por este projeto, as unidades federadas seriam constituídas dos três atuais Estados: Pará, Amazonas e Acre, que teriam as suas áreas remanejadas politicamente na forma a seguir indicada; dos três Territórios já existentes, Rondônia, Roraima e Amapá; e, a criação de 18 (dezoito) novos Territórios Federais, todos com representação política na Câmara dos Deputados, e cujos limites e dimensões variariam de tamanho em função das zonas fisiográficas dominantes, servindo a calha central do Rio Amazonas como eixo principal balizador, e os vales setentrionais e meridionais dos seus afluentes como limites naturais do desdobramento territorial. O quadro assim delineado e cartografado no mapa anexo, de forma imperfeita por se tratar de um esboço inicial, ficaria assim constituído:

1. Território Federal do Oiapoque (zona do Oiapoque, Amapá e Calçoene);
2. Território Federal do Amapá (limitado à zona de Macapá e Mazagão);
3. Estado do Pará (limitado às zonas Marajoara, Guajarina, Bragantina e do Salgado);
4. Território Federal do Mearim-Pindaré (zona do Alto e Baixo Mearim e Pindaré);
5. Território Federal de Tocantins (zona do Alto e Baixo Tocantins, Jacundá e Pacajá);
6. Território Federal do Baixo Amazonas (zona da calha central de Gurupá e Santarém);
7. Território Federal de Araguaia (zona norte goiana e Médio e Alto Araguaia);
8. Território Federal do Xingu (zona de Altamira e Médio e Alto Xingu);
9. Território Federal do Tapajós (zona Tapajônia);
10. Território Federal do Maicuru (zona do Paru, Maicuru e Curuapanema);
11. Território Federal do Trombetas (zona de Cuminá, Trombetas e Mapuera);
12. Território Federal do Uatumã (zona do Uatumã, Jatapu e Nhamundá);
13. Estado do Amazonas (limitado à zona do Baixo Rio Negro e da calha do Médio Amazonas, de Parintins até a boca do Purus);
14. Território Federal do Rio Negro (zona do Médio Rio Negro, Uaupés e Içana);
15. Território Federal de Roraima (zona do rio Branco e Catrimani);
16. Território Federal do Japurá (zona do Japurá e do Maraã);
17. Território Federal do Solimões (zona de Coari, Tefé e Fonte Boa);
18. Território Federal do Alto Amazonas (zona do Tonantins, Içá, São Paulo de Olivença, Tabatinga e Benjamin Constant);
19. Território Federal do Juruá (zona do Javari e Juruá);
20. Território Federal do Purus (zona do Médio Purus-Madeira);

21. Território Federal do Madeira (zona do Médio Madeira, Baixo Aripuanã e Canumã);
22. Território Federal de Aripuanã (zona do Médio e Alto Aripuanã e Juruena);
23. Território Federal de Rondônia (zona do Alto Madeira);
24. Estado do Acre (limitado à zona do Médio e Alto Purus).

A ideia central do projeto de reorganização desse espaço político parte do eixo-mediatrix da calha central, que constitui a via natural de penetração no grande vale. Dada a sua importância histórica e ao fato de às suas margens se encontrar a maior concentração demográfica da planície, é importante manter ou criar ao longo desse eixo seis unidades básicas: o Estado do Pará e o Território do Amapá, com sedes em Belém e Macapá, no delta atlântico; o Território do Baixo Amazonas, com sede em Santarém; o Estado do Amazonas, com sede em Manaus; o Território Federal do Solimões, com sede em Tefé; e o Território do Alto Amazonas, com sede em Benjamin Constant.

O objetivo principal, de ordem geopolítica e econômica, seria o de criar, ao longo do eixo do grande rio, seis unidades federadas, perfeitamente viáveis no prazo curto, pois já dispõem de infraestrutura social e econômica, equipamentos básicos, população, malha urbana, liderança indispensável e estabelecimentos industriais de porte, que fortaleceriam extraordinariamente a ocupação e exploração dos seus férteis varzeados. Ao mesmo tempo, esse desdobramento permitiria preparar a Amazônia do Grande Rio para, nestes próximos vinte e três anos que nos separam do ano 2000, montar uma forte estrutura econômica e humana, bem como criar seis grandes polos urbanos de um milhão de habitantes cada um, nas cidades de Belém, Macapá, Santarém, Manaus, Tefé e Benjamin Constant, que constituiriam a malha urbana de apoio logístico e de irradiação do desenvolvimento, dotando-os de um sistema político, econômico, cultural, e de representação popular, bem estruturado e de fácil acesso, para prover as suas populações de recursos, tecnologia e facilidades bem localizadas, com certa equidistância entre si. Nos afluentes setentrionais e meridionais, igualmente, outros territórios seriam organizados, segundo os divisores naturais dos vales e as zonas fisiográficas, ou microregiões que os identificassem nas suas potencialidades e características.

Repensando esse projeto sobre a forma original de 1966, chego à conclusão de que na sua essência continua atual, embora sujeito a adaptações decorrentes do processo integrador dos grandes eixos viários que se implantaram na Belém-Brasília, Cuiabá-Santarém, Cuiabá-Porto Velho-Acre-Cruzeiro do Sul, Porto Velho- Manaus-Boa Vista, Transamazônica e Perimetral Norte, bem como dos grandes projetos de mineração, de geração hidrelétrica, e do programa do Polamazônia, atualmente em curso. Alguns territórios propostos, como os do Xingu e Tocantins, estão superdimensionados, talvez conviesse um novo desdobramento, face à existência dos grandes projetos agropecuários no norte goiano e matogrossense. Por outro lado, os atuais Territórios Federais de Rondônia, Roraima e Amapá, criados em 1943 já possuem estrutura e oferecem condições de viabilidade para se constituírem em novos Estados da Federação. Portanto, parece-me indispensável que o projeto reorganizador lhes conceda imediata autonomia estadual, o que lhes asseguraria, de pronto, maior representação política na Câmara de Deputados e admissão no Senado Federal, bem como participação nos recursos tributários da União, além da própria receita gerada pelo incremento e expansão de suas atividades econômicas, que atualmente ocorrem em função do aumento de sua

densidade demográfica e da fixação de empreendimentos agropecuários e industriais, atraídos pelas facilidades rodoviárias.

No caso do Estado de Mato Grosso caminhamos rapidamente para um consenso político, com a criação do Estado de Mato Grosso do Norte, com sede em Cuiabá e o Estado de Mato Grosso do Sul, com capital em Campo Grande; e possivelmente o Estado do Pantanal, com sede em Corumbá. No que se refere a Goiás prevalece uma forte política no sentido da criação do Estado de Tocantins, ao norte de paralelo 13.º

Os Estados do Amazonas e Pará, que teriam as suas áreas consideravelmente diminuídas, não seriam muito afetados, eis que conservariam o espaço mais dinâmico de seus territórios naquelas microrregiões e zonas fisiográficas de maior importância em termos de receitas e localização de suas principais atividades produtoras.

A necessidade de atualização do nosso projeto original, de 1966, levou-nos a uma reformulação, inovação e adaptação, por força do processo integrador da malha viária, da criação do programa Polamazônia e do remanejamento das áreas a serem politicamente territorializadas e desmembradas dos Estados originais. Agora, creio que o projeto reflete melhor as necessidades da reorganização do espaço político da Amazônia Legal, a partir da estratégia básica do eixo-pivot da calha central. Tanto quanto possível, procuramos fixar os limites e contornos dos novos territórios dentro dos vales interfluviais dos tributários boreais e austrais do rio Amazonas, e conservar as áreas dos atuais Territórios que se transformarão em Estados, evitando a fragmentação excessiva do projeto primitivo. Compatibilizar os fatores históricos, oikopolíticos e geoestratégicos do desenvolvimento regional foi o nosso propósito. Assim, este novo projeto, conforme esboço cartográfico anexo, propõe que o espaço da Amazônia Legal seja assim reorganizado:

Tabela PG 800

Admitida a hipótese de validade, urgência e necessidade inadiável do processo reorganizador, restaria resolver o principal problema político de sua institucionalização e operacionalidade. Como a Constituição deixa em aberto o problema da criação de novos Estados e Territórios, diferindo a sua solução para lei complementar, na forma do art. 3.º da Emenda Constitucional n.º 1, de 17.10.1969, a solução aventada estaria normalmente contida em projeto de iniciativa do Poder Executivo ou do Congresso Nacional. Dado o caráter polêmico e controverso da matéria, que, por isso mesmo, geraria resistências a serem vencidas, seria importante debater o problema em nível nacional e estadual, na busca de um consenso a ser promovido pelas lideranças políticas federais e estaduais, o que também poderia ser alcançado mediante consulta popular através de plebiscito. Na hipótese ou na impossibilidade de sua instituição por via parlamentar, que seria ideal do ponto de vista democrático e político, restaria apenas o gesto heróico de sua institucionalidade por ato revolucionário, mediante a edição do Ato Institucional n.º 6, o último deles, que completaria o ciclo da Revolução de 31 de Março de 1964, ou aguardar a Assembleia Constituinte da 7.ª República, que deveria inscrever explicitamente no texto de suas disposições gerais e transitórias a criação desses novos Territórios Federais, como aspiração do povo brasileiro, para corrigir os erros históricos acumulados ao longo de um passado bem distante, desde os tempos da Constituição do Império de 1824, e que se manteve, praticamente, inalterado durante as seis Repúblicas.

O tempo de manobra é muito curto para se aguardar uma longa espera. Muito embora este projeto possa ser acusado de ambicioso e irreal, salientamos que a sua elaboração e o seu tratamento

geopolítico permitem uma escala flexível de prioridades eventuais para desdobramentos territoriais. Admitimos mesmo, no elenco de sua hierarquia, pelo menos a criação mais imediatamente necessária do Território do Alto Amazonas, na área da fronteira de Benjamin Constant e Tabatinga, abrangendo os vales do Japurá e do Içá, por óbvios e justificados motivos da Segurança Nacional. Os demais territórios propostos são evidentemente contingenciais, dependentes, portanto, de oportunidades políticas, administrativas, financeiras e econômicas.

A marcha da história e a urgência da reorganização do espaço político brasileiro, iniciado por ocasião da Partilha do Mar-Oceano em 1494, exigem, de todos nós, coragem, audácia e espírito criativo para vencer a inércia e o anacronismo da nossa atual divisão territorial, que encarcera e inibe o processo do desenvolvimento amazônico e do Centro-Oeste. Quanto mais cedo disso nos apercebermos e nos conscientizarmos mais próximos estarão os dias do alvorecer desta geopolítica de libertação brasileira. Que venha logo, ainda a tempo: **Um pouco-antes do quase-hoje e mais-aquém do além-depois.**

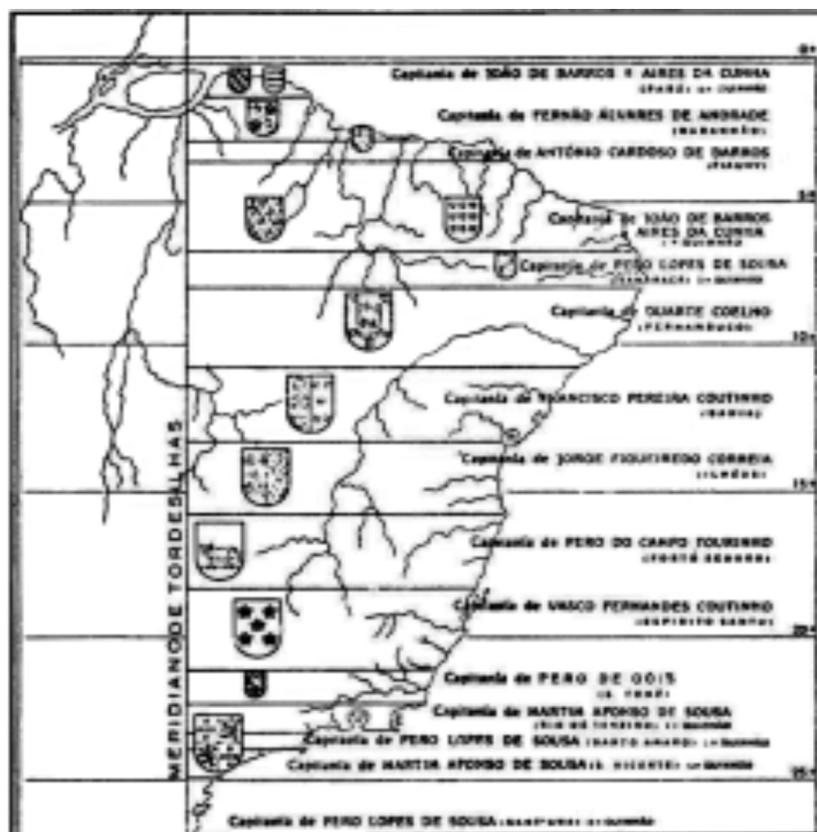
- <sup>1</sup> “Se uma reta intercepta duas retas de tal modo que os ângulos internos do mesmo lado somem menos de dois retos, então essas duas retas, se prolongadas indefinidamente, interceptar-se-ão do lado em que esses ângulos somam menos que dois retos”. Verbetes “Geometr y”, in: **Enciclopaedia Britannica**. - [voltar](#)
- <sup>2</sup> Vide o verbete “Geopolítica” in: *Encyclopaedia Britannica*. - [voltar](#)
- <sup>3</sup> In: FERREIRA, Waldemar. *História do Direito Brasileiro*, 1.º V., pp. 281/302, São Paulo, Edição Saraiva, 1962. - [voltar](#)
- <sup>4</sup> FERREIRA, Waldemar. *Op. cit.*, pp. 275/280. - [voltar](#)
- <sup>5</sup> FERREIRA, Waldemar. *História do Direito Brasileiro*, p. 96. - [voltar](#)
- <sup>6</sup> FERREIRA, Waldemar. *Op. cit.*, p. 63. - [voltar](#)
- <sup>7</sup> ABREU, Capistrano de. *Capítulos da História Colonial*. Brigueit & Cia., 1934, pp. 42/43. - [voltar](#)
- <sup>8</sup> *Ibidem*, p. 41/42 - [voltar](#)
- <sup>9</sup> FERREIRA, Waldemar. *Op. cit.*, p. 61/62 - [voltar](#)
- <sup>10</sup> ABREU, Capistrano de. *Op. cit.*, pp. 44/45. - [voltar](#)
- <sup>11</sup> CASAL, Manuel Aires de. *Geografia Brasileira*. São Paulo, Edições Cultura, 1943, p. 30 - [voltar](#)
- <sup>12</sup> GANDAVO, Pero de Magalhães. *História da Província de Santa Cruz e Tratado da Terra do Brasil*. São Paulo, edição Obelisco, pp. 29/33 (datado de antes de 1573, segundo Capistrano de Abreu). - [voltar](#)
- <sup>13</sup> *História da Colonização Portuguesa no Brasil*, Por to, Edição Litografia Nacional, 1924. - [voltar](#)
- <sup>14</sup> FERREIRA, Waldemar. *Op. cit.*, p. 86/112. - [voltar](#)
- <sup>\*</sup> Exemplo disso ficou historicamente registrado na atitude de Martim Afonso de Souza, que depois de participar ativamente do período inicial da descoberta e ocupação do Brasil Português e ter recebido a mercê de donatário de três capitanias, do Rio de Janeiro, S. Vicente e St. Amaro (esta cedida a seu irmão Pero Lopes), as abandonou, preferindo a mercê de Capitão-mor do Mar das Índias, em 1533. A sua carta de 14 de dezembro de 1535, escrita em Diu, ao Conde de Castanheira, o confirma: “Pero Lopes me escreveu que Vossa Senhoria queria um pedaço dessa terra do Brasil que lá tenho; mandea tomar toda ou a que quiser, que essa será para mim a maior mercê e a maior honra do mundo”. Vide ARINOS, Afonso e QUADROS, Jânio. **História do Povo Brasileiro**. 1967, pp. 292/293. - [voltar](#)
- <sup>15</sup> ABREU, Capistrano de. *Op. cit.*, p. 50/51. - [voltar](#)
- <sup>16</sup> FERREIRA, Waldemar. *Op. cit.*, p. 158. - [voltar](#)
- <sup>17</sup> ABREU, Capistrano de. *Op. cit.*, p. 51. - [voltar](#)
- <sup>18</sup> FERREIRA, Waldemar. *Op. cit.*, p. 65/73. - [voltar](#)
- <sup>19</sup> FERREIRA, Waldemar. *Op. cit.*, p. 130/241. - [voltar](#)
- <sup>20</sup> Fernão Dias percorreu o Uruguai nos anos de 1645 a 1647; em 1648, Antônio Domingues atingiu a serra de Maracaju e André Fernandes chegou a Santa Fé; em 1651/2, Antônio Raposo Tavares foi do Guaira ao Paraguai, Santa Fé e Peru Central, tendo, inclusive, em uma de suas expedições, chegado a Belém, depois de baixar o Madeira e o Amazonas; em 1655, Luís Pedro de Barros percorreu o ser tão de Mato Grosso, chegando aos Andes. LOPES, Vera Pasqui. In: *Evolução das Fronteiras do Brasil*. Serv. Doc. 1963, p. 32. - [voltar](#)
- <sup>21</sup> LOPES, Vera Pasqui. *Op. cit.*, p. 15. - [voltar](#)
- <sup>22</sup> LACERDA, M. Linhares de. *Tratado das Terras do Brasil*. Editora Alba, Rio, 1960, pp. 92/111. - [voltar](#)
- <sup>23</sup> AZEVEDO, João Lúcio de. **Os Jesuítas no Grão-Pará**. Editora Tavares Cardoso, Lisboa, 1901, p. 31/32 - [voltar](#)
- <sup>24</sup> CORTESÃO, Jaime. **Introdução & História das Bandeiras**. Por tugalia Editores, Lisboa, 1964, p. 210/213/217 - [voltar](#)
- <sup>25</sup> CORTESÃO, Jaime. *Op. cit.*, p. 217/218 - [voltar](#)
- <sup>26</sup> “É de toda a justiça historiar, essa epopeia obscura. Fazemos votos porque o insigne historiador da Amazônia, Arthur C. Ferreira Reis, solva essa dívida em aberto. Com isso, São Paulo nada perde. E o Brasil ganha”. CORTESÃO, Jaime, *op. cit.* Vol. 1, p. 80 (Parte dessa dívida o Prof. Arthur Reis já resgatou em períodos subsequentes). - [voltar](#)

- <sup>27</sup> CORTESÃO, Jaime. Op. cit, vol 1, p. 63. - [voltar](#)
- <sup>28</sup> CORTESÃO, Jaime. Op. cit, vol 1, p. 267. - [voltar](#)
- <sup>29</sup> AZEVEDO, I. Lúcio de. Op. cit, p. 72/75. - [voltar](#)
- <sup>30</sup> REIS, Ar thur. Tempo e Vida na Amazônia. Manaus, Edições Governo do Estado do Amazonas, 1963, p. 77/91. - [voltar](#)
- <sup>31</sup> Pedro Calmon traça um perfil psíquico da mestiçagem cultural do português colonizador: "navegador pela sua condição de gente ribeirinha, mercador pela sua herança israelita, soldado pela sua progênie/lusitana, colono pela sua tradição moura. Emigrou para não mais voltar". In: CALMON, Pedro. História Social do Brasil, 1.º t. Editora Nacional, 1941, p. 157. - [voltar](#)
- <sup>32</sup> "Poucos saberão, por exemplo, que por todo o século XVIII os contrabandistas do Pará subiam nas suas flotilhas armadas o Içá, o Napo, o Pastaza, o Santiago, o Marañon e o Huallaga; galgavam rápidos e corredeiras; trepavam, beirando abismos, as muralhas dos Andes; e apareciam a vender os artefatos europeus em Pasto, na atual Colômbia; em Ávila, Quito e Ambato, no Equador; e em Jaen, Moyobamba ou Lamas, no Peru". CORTESÃO, Jaime Op. cit, vol. 1, p. 80. - [voltar](#)
- <sup>33</sup> CORTESÃO, Jaime, Op cit, vol. II, p. 65/66. - [voltar](#)
- <sup>34</sup> CORTESÃO, Jaime, Op cit, vol. II, p. 71. - [voltar](#)
- <sup>35</sup> CORTESÃO, Jaime Op. cit, vol. II, p. 83/112. - [voltar](#)
- <sup>36</sup> Mendonça Furtado em car ta a Sebastião José de Carvalho, datada de 20/7/1755, enfatizava: "Estabelecida esta Vila era precisamente necessário que S. M. ordenasse que o Governador desta Capitania residisse seis meses nela e seis meses na do Javari, assim como o faziam os Governadores deste Estado, no Pará e Maranhão; porque assim animará as duas vilas e todas as povoações que há entre elas..." In "Correspondência inédita do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão". Marcos Carneiro de Mendonça, tomo 2.º, p. 780. - [voltar](#)
- <sup>37</sup> CORTESÃO, Jaime, op cit, v. II. p. 19. "A concessão de cidadania do Por to reconhecia ao burguês, ao criador duma burguesia nova e específica, andante e mercadora, mais liberdade e direitos, por equiparação democrática com as classes e os poderes de mais antiga alcurnia e privilégio" v. II. p. 236. - [voltar](#)
- <sup>38</sup> ROQUE, Carlos, Grande Enciclopédia da Amazônia. Amazônia Editora. Belém, 1968. Vide verbete Fortificações da Amazônia, p. 739/754. Os fortes holandeses, ingleses, franceses e espanhóis são mencionados com data provável da construção; os demais são todos portugueses. - [voltar](#)
- <sup>39</sup> REIS, Arthur. Tempo e Vida na Amazônia, p. 117/124. - [voltar](#)
- <sup>40</sup> CORTESÃO, Jaime. Op cit. v. II, p. 237. - [voltar](#)
- <sup>41</sup> CORTESÃO, Jaime. Op cit. v. I, p. 50. - [voltar](#)
- <sup>42</sup> AZEVEDO, João Lúcio de. Op cit., p. 144/145: "O excesso chegou ao ponto de exigir que o governador, quando intimado, fosse à presença dela, e de requerer que qualquer das Câmaras do Estado pudesse citá-la a comparecer à Corte, com um dos vereadores, para responder pelos atos de sua administração". O autor sublinha que a Câmara de Belém era um Estado dentro do Estado, mas as Câmaras tiveram papel impor tante para a criação desse espírito de autonomia, a despeito de alguns excessos. - [voltar](#)
- <sup>43</sup> Ou 14 de junho de 1637, conforme REIS, Arthur. A Fronteira com a Guiana Francesa, p. 56. - [voltar](#)
- <sup>44</sup> ABREU, Capistrano da. Op cit. p. 126. - [voltar](#)
- <sup>45</sup> REIS, Arthur. A Expansão Portuguesa na Amazônia nos séculos XVII e XVIII. Coleção Pedro Teixeira, SPVEA, Rio, 1959, p. 36. - [voltar](#)
- <sup>46</sup> REIS, Arthur Op cit. pp. 56/57. "A Fronteira com a Guiana Francesa." - [voltar](#)
- <sup>47</sup> AZEVEDO, I Lúcio de Op, cit. p. 343/347 (Apêndice Nota E). - [voltar](#)
- <sup>48</sup> REIS, Arthur. Op. cit. tomo 2º, p. 87. - [voltar](#)
- <sup>49</sup> REIS, Arthur Op. Cit. tomo 2º, pp. 79/80, Esta viagem de Mendonça Furtado está toda ela documentada num minucioso "Diário de Viagem que Mendonça Furtado o fez para o Rio Negro à Expedição das Demarcações dos Reaes Domínios de S. M.", reproduzido por Ar thur Reis as pp. 276/290. Aliás, segundo esse Diário, a expedição era mais numerosa: 1.025 pessoas, sendo 511 índios, dos quais fugiram 165, "cujo número todos os moradores do Pará julgavam impossível que pudesse ser sustentada, em viagem tão dilatada". Não sei porque quase todos os historiadores mencionam a expedição como sendo constituída de 796 pessoas, quando o Diário é bem claro: "compunha toda esta tropa de mil e vinte e cinco pessoas". - [voltar](#)
- <sup>50</sup> Arthur Reis esclarece, segundo fonte documental autêntica, que esse encontro não se realizou em Barcelos porque os portugueses, após a longa espera de mais de dois anos, adotaram uma política de contemporização, com receio de que a visita de Iturriaga a Barcelos evidenciasse a pobreza e inferioridade militar da vila (Op. cit. p. 107). - [voltar](#)
- <sup>51</sup> Carta régia de 3.3.1755. In: AZEVEDO. Lúcio, Op. cit. p. 267. - [voltar](#)
- <sup>52</sup> JOBIM, Anísio. O Amazonas, sua história. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1957, p. 83/84. - [voltar](#)
- <sup>53</sup> REIS, Arthur. Carta de Sebastião José de Carvalho e Melo de 17.3.1755, "apud" op. cit. p. 303. - [voltar](#)
- <sup>54</sup> Idem, idem. - [voltar](#)
- <sup>55</sup> REIS, Arthur Op. cit., p. 87. - [voltar](#)
- <sup>56</sup> "Não é possível dispensarse de ir fazer esta viagem, e nem certamente, tendo eu vida, me poderia poupar este trabalho, quando me convenço inteiramente que dele depende nada menos do que o estabelecimento deste Estado e o completo serviço de Sua Majestade". Carta de Mendonça Furtado de 25.10.57; apud REIS, Arthur. Op, cit. p. 319. - [voltar](#)
- <sup>57</sup> Carta de Mendonça Furtado ao governador Melo Povoas, apud JOBIM, Anísio, Op. cit, p. 90. - [voltar](#)
- <sup>58</sup> O plural "Maranhões" foi usado por Sebastião José de Carvalho na car ta datada de 15.3.1755, a Mendonça Furtado. In: Documentário, anexo, apud REIS. Arthur, op. cit. p. 299. - [voltar](#)
- <sup>59</sup> ABREU, Capistrano de Capítulos da História Colonial, op. cit, p. 203. - [voltar](#)
- <sup>60</sup> REIS, Althur. Limites e Demarcações na Amazônia. 2.º T, p. 80. - [voltar](#)
- <sup>61</sup> O governador Lobo D'Almada transferiu a sede de Barcelos para o Lugar da Barra do Rio Negro, em 1791, em virtude de Barcelos se achar muito afastada de Belém, e as comunicações por canoas, igarités e botes de meiacoberta serem demoradas e difíceis; não ter facilidade de alimentação, visto ser o lugar faminto quase todo o ano JOBIM, Anísio, op. cit. p. 110. A sede voltaria para Barcelos, conforme carta régia de 2 de agosto de 1798, para voltar definitivamente para Manaus em 1808, sob o governo de José Joaquim Vitério da Costa. - [voltar](#)

- <sup>62</sup> REIS, Arthur Op. cit.Doc. Anexo, p. 289/355. - [voltar](#)
- <sup>63</sup> Eptácio Pessoa afirma no seu. A Fronteira Oriental do Amazonas; “O Decreto de 18.7.1757 chamou a nova capitania de São José do Javari e não de Rio Negro, mas foi um lapso...” - [voltar](#)
- <sup>64</sup> Segundo CORTESÃO, Jaime. Op. cit, p. 224, tomo II, a divisão da América portuguesa em dois Estados foi “imposta pelas fatalidades da natureza, pois a criação do Estado Maranhão-Pará se deve à impossibilidade de navios à vela navegarem contra a corrente das Guianas e os alisados do sueste, entre Belém ou São Luís e os portos brasileiros, desde o Recife para o sul”. Quer nos parecer, no entanto, que a criação desse Estado não se deve apenas a esse “determinismo geográfico”, mas, sobretudo, a fatores de ordem política e imperial. - [voltar](#)
- <sup>65</sup> O Padre Antônio Vieira, em carta a elrei. de 8.1.1655 dizia: “Temos contra nós o povo, as religiões, os donatários das capitanias-mores, e igualmente todos que nesse reino e neste Estado são interessados no sangue e suor dos índios”, e em sua carta de 4.4.1654, profligava a El-Rei contra as capitanias autônomas do Pará e Maranhão, denunciando: “Digo, Senhor, que menos mal será um ladrão que dois, e que mais dificultosos serão de achar dois homens de bem que um só” – Vide “Os Jesuítas no Grão-Pará”. AZEVEDO, I Lúcio, op. cit, p. 60 e 67. - [voltar](#)
- <sup>66</sup> VIANA, Oliveira. Evolução ao Povo Brasileiro. Cia Editora Nacional São Paulo, 1933, p. 211/247. - [voltar](#)
- <sup>67</sup> VIANA, Oliveira, op. cit. p. 257. - [voltar](#)
- <sup>68</sup> VIANA, Oliveira. Op. cit. p. 265/270. - [voltar](#)
- <sup>69</sup> Constituição de 25 de março de 1824. Pelo Ato Adicional de 12.8.1824 foi criado o Município Neutro, na cidade do Rio de Janeiro, a fim de separar a capital do Império da Província do Rio de Janeiro. - [voltar](#)
- <sup>70</sup> Em 1680, o governador do Rio de Janeiro fundou a Nova Colônia do Santíssimo Sacramento e desde então portugueses e espanhóis revezavam-se na posse do território conquistada. Em 1776 a Banda Oriental foi anexada ao Vice-Reinado do Prata, confirmando-se o Tratado de St. Ildefonso de 1777. O movimento nativista uruguaio, comandado por José Artigas, derrotou os espanhóis em 1811, mas a luta continuou com os portugueses, que venceram Artigas em Tazuarembó em 1820 e fizeram a incorporação ao Reinado do Brasil. Em 1824, os uruguaios chefiados por Juan Lavalleja, com o apoio da Argentina, constituíram uma Assembleia Revolucionária e proclamaram a Independência do Uruguai em 25.8.1825. Em 1827, as tropas uruguaias e argentinas enfrentaram os brasileiros em Ituzaingó. Finalmente, em 1828, o Tratado do Rio de Janeiro confirmava a República do Uruguai. - [voltar](#)
- <sup>71</sup> MAGALHÃES, Basílio de. p. 213, op. cit. - [voltar](#)
- <sup>72</sup> BITTENCOURT, Agnelo. Chorographia do Brasil. Manaus, 1925, p. 246/265. Conforme relata JOBIM, Anísio, op. cit pp. 146/148, o movimento autonomista da Província do Amazonas ganhou as ruas e provocou uma rebelião popular que eclodiu e chegou até à aclamação da Província do Amazonas no dia 22.6.1832, pelo povo e pelas autoridades, segundo até então lavrada, a seguir resumida; “Aos 22 de junho de 1832, reunidos em conselho extraordinário todas as autoridades e homens bons, povo e tropa, ai se nomeou por aclamação para presidente do dito conselho, o sr. João da Silva e Cunha, e secretário Gregório da Silva Craveiro, sendo por estes perguntado o motivo que os obrigava a tal passo responderam unanimemente que os acontecimentos que há largos anos tem sucedido nesta Província, com dano irreparável de sua população e comércio, pelo modo arbitrário despótico com que o Governo do Pará sempre tratou esta considerável parte do solo brasileiro, e que contém em si um manancial de riquezas desprezadas pela mania daquele mesmo governo que sempre trabalha por aniquilar esta outrora província, já arrancando seus filhos, já menoscabando suas requisições acerca de suas economias peculiares, parecendo que esta porção de súditos de S. M. I. está voltada o desprezo, tratando-se só de subjugar, tiranizar este povo humilde e obediente, enviando-se-lhe perversas e despóticas autoridades, que servindo-se da força armada tiranizavam o povo... resolveu: 1) que a Comarca do Rio Negro ficasse desligada da Província do Pará e seu governo, estreitando, porém, seus laços na importação e exportação de seu comércio; 2) que se elegeisse um governo temporário – prestando o Juramento na Câmara Municipal; 3) que se estabelecessem duas alfândegas; 4) que se nomeasse um comando militar: 5) que se submetesse este passo à decisão da Assembleia Geral Legislativa, e sabedoria da Regência do Império; 6) que se enviasse um procurador com plenos poderes para, na Corte do Império, tratar desses negócios. Foi aclamado como presidente temporário o D. Manuel Bernardino Ouvidor e seu representante Frei José dos Inocentes, Barra do Rio Negro, 22 de Junho de 1832 Secretário do Conselho Gregório da Silva Craveiro”. O movimento de rebelião foi abafado por uma força extraordinária enviada do Pará, travando-se, então, uma batalha naval. - [voltar](#)
- <sup>73</sup> REIS, Arthur. Súmulas da História do Amazonas. Manaus, 1965, p. 53/57. - [voltar](#)
- <sup>74</sup> BITTENCOURT, Agnelo, Op. cit., p. 271. - [voltar](#)
- <sup>75</sup> BITTENCOURT, Agnelo, Op. cit., p. 271/272. - [voltar](#)
- <sup>76</sup> Vide Auto de Instalação da Província do Amazonas, fotocópia do manuscrito reproduzido por BITTENCOURT, Agnelo, op. cit., p. 267, menciona especificamente a Lei nº 582, de 5 de setembro de 1850. Já REIS, Arthur, História do Amazonas, op. cit., p. 184, menciona a Lei nº 592, enquanto BITTENCOURT, Agnelo. Chorografia do Amazonas, op. cit., p. 272, dá o nº 528 à citada Lei, sem dúvida um erro de revisão. Desse modo, o verdadeiro número da Lei que criou a Província do Amazonas é o de 582, conforme mencionado no Auto de Instalação. - [voltar](#)
- <sup>77</sup> Arthur Reis informa que o governador Ramalho Júnior entregou a Luiz Galvez 690:000\$000 para as despesas da revolução, conforme recibo ao chefe revolucionário em seu poder. In: REIS, Arthur. Súmulas da História do Amazonas, p. 88. - [voltar](#)
- <sup>78</sup> A bibliografia existente sobre a Revolução Acreana é bastante extensa, mas vale mencionar: BARBOSA, Rui. A Transação do Acre no Tratado de Petrópolis, CASTRO, J. Plácido de – Apontamentos sobre a Revolução Acreana; CASTRO, Genesco de. O Estado Independente do Acre. COSTA, Craveiro. A Conquista do Deserto Ocidental; LIMA, Cláudio de Araújo. Plácido de Castro, um caudilho contra o imperialismo; TOCANTINS, Leandro. Formação Histórica do Acre; REIS, Arthur. A Amazônia e a Integridade do Brasil. Aguarda-se a publicação de uma nova pesquisa histórica, do Dr. Luís Saraiva Corrêa, especialista em direito agrário no Acre, sob o título Os subterrâneos da Revolução Acreana. - [voltar](#)
- <sup>79</sup> O projeto dessa Constituição, elaborado pelo Executivo, e remetido à Constituinte de 1933, inscrevia os seguintes dispositivos: Art. 86 – “As regiões fronteiriças com países estrangeiros, insuficientemente cultivadas e de população inferior a um habitante por km<sup>2</sup>, ou desabitadas, constituirão Territórios, cujos limites serão fixados na lei que os organizar. Parágrafo 1.º – Os Territórios, logo que tiverem população suficiente e meios de vida própria bastantes, serão, por lei especial, erigidos em Estados, ou, mediante plebiscito, incorporados a Estados limítrofes. Parágrafo 2.º – A União dará aos Estados que auferirem rendas líquidas dos Territórios deles desmembrados a compensação que a lei fixar, sob a forma de encampação das dívidas públicas...” In: REIS, Arthur. Rotina e Dinâmica na Vida Brasileira. Manaus, 1965, pp. 71/72. (o artigo supra não foi aceito). - [voltar](#)
- <sup>80</sup> Em 1504, o arquipélago foi doado ao armador a arrendatário de paubrasil Fernão de Noronha, constituindo, ao que parece, a Capitania da Ilha de São João, sendo, desse modo, a primeira capitania criada no Brasil, apesar dos historiadores assim não considerarem. - [voltar](#)
- <sup>81</sup> REIS, Ar thur. Op. cit., p. 80. “Rotina e Dinâmica na Vida Brasileira”. - [voltar](#)
- <sup>82</sup> Os mapas foram cartografados por Martinho Corrêa e Castro e - [voltar](#)

- <sup>83</sup> VALÉRY, Paul. Regards sur le monde actual et autres essais. Editions Gallimard, Paris, 1945. - [voltar](#)
- <sup>84</sup> STERNBERG, Hilgard O'Reilly. Desarrollo y Conservacion. Dep. Se Geografia da Universidade de Califórnia. Boletim da Sociedade Venezolana de Ciências Naturais, março, 1976, separata, p. 441. - [voltar](#)
- <sup>85</sup> STERNBERG, Hilgard O'Reilly. Op. cit., p. 442. - [voltar](#)
- <sup>86</sup> "Jornal do Brasil", edição de 6.11.76, p. 18, 1.º caderno. - [voltar](#)
- <sup>87</sup> Idem, idem. - [voltar](#)
- <sup>88</sup> JARRIN, Edgardo M. "Jornal do Brasil" edição de 7.11.76. Caderno Especial, p. 3. - [voltar](#)
- <sup>89</sup> "Diário de Pernambuco", edição de 10.9.76. - [voltar](#)
- <sup>90</sup> As principais fontes bibliográficas consultadas para elaboração da súpula esses projeto foram os trabalhos de Antônio Teixeira Guerra, *Subsídios para uma Nova Divisão Política*, separata da Revista Brasileira de Geografia, editada pelo conselho Nacional de Geografia, Rio, 1960; *Memorial Orgânico*, de Varnhagen; *Problemas do Brasil*, de Everardo Backheuser; *Redivisão Política do Brasil*, de Teixeira de Freitas. Os mapas foram reproduzidos da monografia de A. Teixeira Guerra; então reduzidos e anexados no final deste capítulo, a fim de proporcionar uma melhor visualização gráfica. - [voltar](#)
- <sup>91</sup> "Cada uma das antigas províncias formará um Estado e o antigo Município Neutro constituirá o Distrito Federal, continuando a ser a capital da União, enquanto não se der execução ao disposto no artigo seguinte". Ar t. 3.o: Fica pertencendo à União, no Planalto Central da Republica, uma área de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada para nela instalar-se a futura Capital Federal. - [voltar](#)
- <sup>92</sup> GUERRA, A. Teixeira, op. cit., p. 63/64 e 197. - [voltar](#)
- <sup>93</sup> JAGUARIBE, Hélio. Sociedade, Mudança e Política. - [voltar](#)

CARTAS DAS DIVISÕES POLÍTICAS DO BRASIL<sup>1</sup> E PROJETOS DE REDIVISÃO TERRITORIAL, DESDE O DE VARNHAGEN, DE 1849, ATÉ O DA REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO POLÍTICO AMAZÔNICO, DO AUTOR SAMUEL BENCHIMOL, DESTA ANO DE 1977, EVOLUÍDO A PARTIR DO MODELO ORIGINAL DE 1966.







Martinho Correia e Castro











MARANHÃO I

MARANHÃO II

CEARÁ

RIO GRANDE

ITAMARACÁ

RIO ITAÍBA

PERNAMBUCO

BAHIA

ILHÉUS

Rio S. Antônia

PÓRTO SEGURO

Rio Mucuri

ESPIRITO SANTO

Rio Itapemirim

SÃO TOMÉ

SÃO VICENTE I

SANTO AMARO

SÃO VICENTE II

SANTANA

**CAPITANIAS  
HEREDITÁRIAS  
DO SÉCULO XVI**

São Vicente I

Santo Amaro

São Vicente II

Rio Paraíba

Rio Curupati

Rio Morad

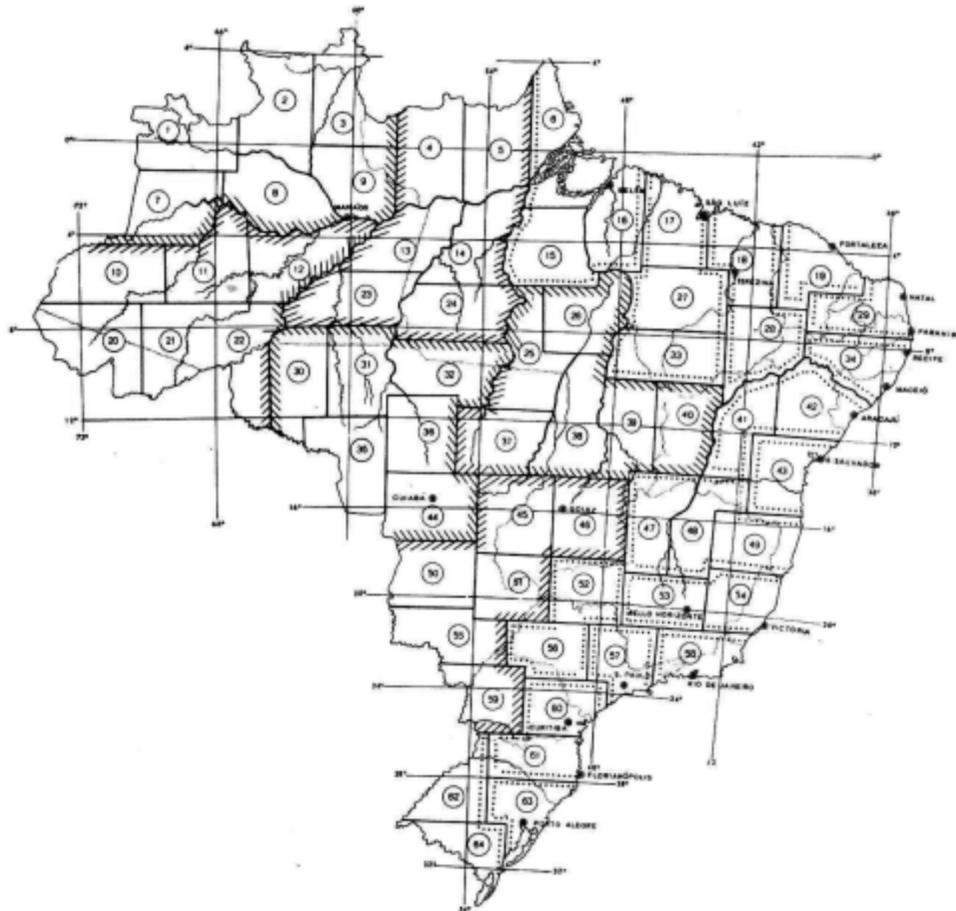
50 L (1278 km)

75 L (1597 km)

40 L (720 km)

100 L (1915 km)

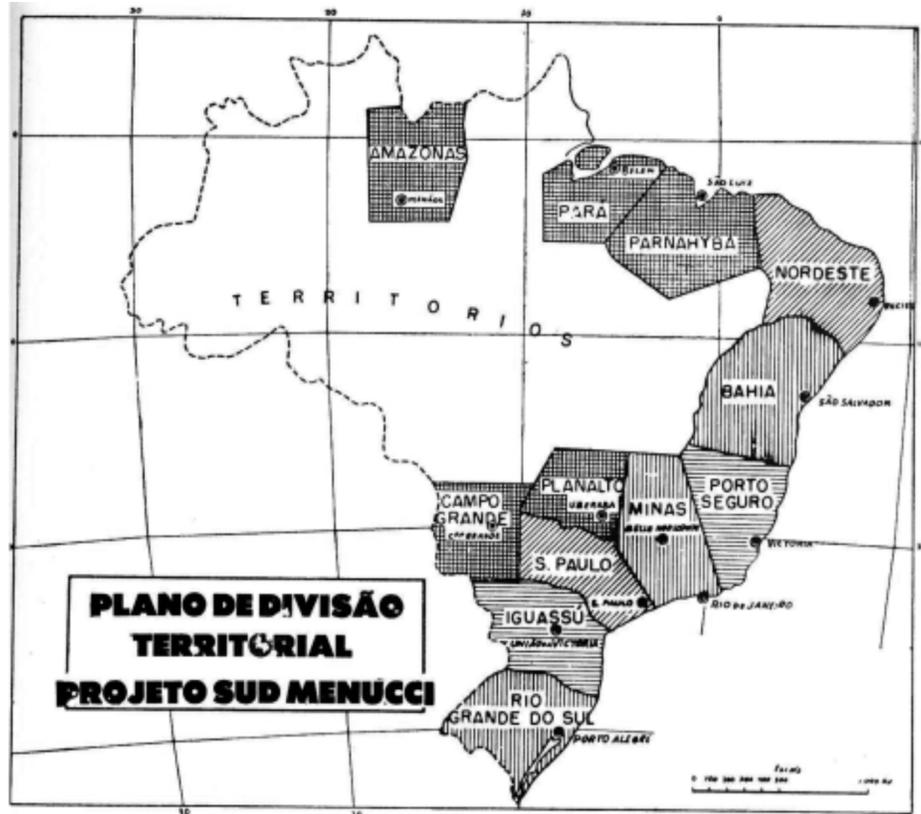




DIVISÃO TERRITORIAL DO BRASIL SEGUNDO A EQUIPOTÊNCIA PROJETO BACKHEUSER, 1933



PROJETO SEGADAS VIANA - 1933









**ESBÔÇO DE UMA NOVA  
CARTA POLÍTICA DO BRASIL  
PROJETO TEIXEIRA DE FREITAS, 1933  
1948**



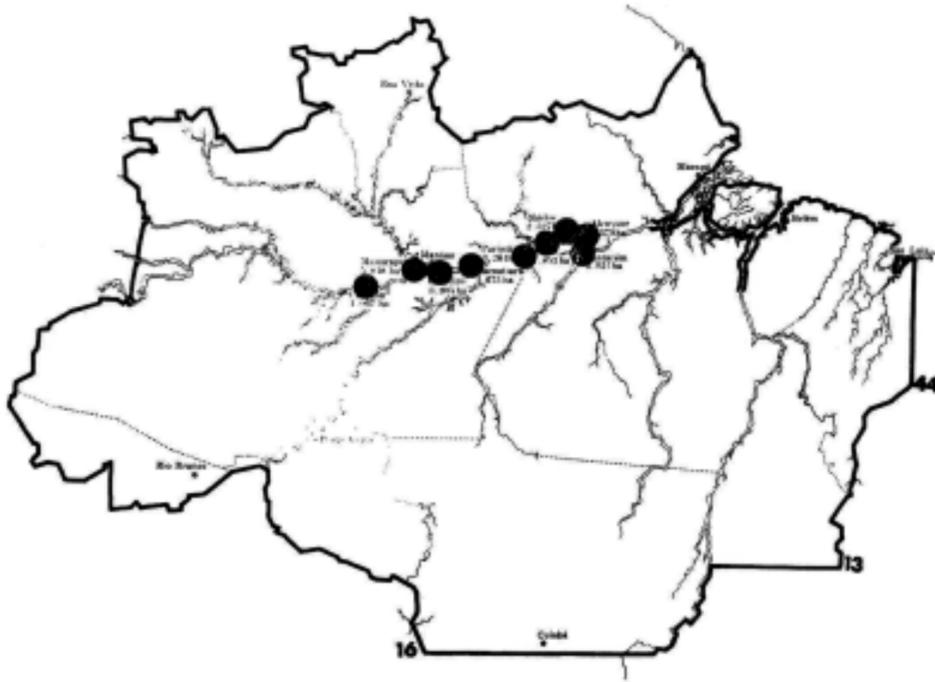
**DIVISÃO  
TERRITORIAL DO BRASIL  
PROJETO  
ANTÔNIO TEIXEIRA GUERRA  
1960**

ESCALA





## AMAZÔNIA LEGAL



## REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO POLÍTICO AMAZÔNICO



## PROJETO SAMUEL BENCHIMOL - 1966



---

**OIKOPOL TIKKA**

**AMIAZ NIKKA**





### 3. Oikopolítika Amazônika

- MÓDULOS PARA UM MODELO
- INVENTÁRIOS PARA UM BALANÇO
- TÁTICAS PARA UMA ESTRATÉGIA

Difícil é, no estágio atual do conhecimento científico – que está revelando os segredos escondidos da terra; da exploração econômica – que está abrindo um amplo leque de opções e alternativas; e das correntes humanas – que para aqui novamente se estão encaminhando, enquadrar a Amazônia num modelo que a reproduza ou a represente. Um modelo embasado num sistema de equações econométricas para mensurá-la, dirigi-la ou visualizá-la, que permitisse uma análise rigorosa das mudanças que vêm ocorrendo nesta última década, ou a tentativa de traçar o perfil ótimo e racional de seu desenvolvimento, encontraria sempre dificuldades de toda ordem, à falta de um correto dimensionamento de sua potencialidade, de seus recursos, de sua grandeza e diversificação continental. Isto porque todo modelo, sendo uma visualização simplificada da economia, que só pode trabalhar com poucas variáveis e funções, ou a miniatura de uma representação em pequena escala, de algo que se pretende magnificar, não teria a força e o valor suficiente para dirigi-la, eis que o continente, sendo maior que o conteúdo, e a incógnita do universal maior que a certeza do conhecido e do inventariado, serviria mais como um exercício especulativo de imaginação. Ainda assim, correríamos o risco de nos fixarmos num modelo estereotipado, anacrônico e ultrapassado, dada a grandeza da tarefa, a enormidade do encargo e o perigo de traçarmos um perfil perverso ou uma falsa matriz.

Por isso, preferimos partir de módulos empíricos e históricos mais modestos, porém já experimentados, com as adições, acréscimos e inovações que vêm sendo introduzidos no cenário amazônico, e tentar por eles descobrir algumas das tendências e vocações mais aparentes e ostensivas, com a ressalva de que tendência não é destino, e o que está ainda escondido pode ser mais importante do que aquilo que atualmente se conhece e se vê. Importante, porém, é, desde já, sublinhar o fato de que grande parte do esforço interpretativo e das tentativas de planejamento já esboçadas, na maioria das vezes, se fixam em imagens ou objetivos super ou subdimensionados, muitos, até, alheios às virtualidades e transformações que a região atualmente atravessa. Não podemos, no entanto, desprezar a experiência já acumulada, ou eliminá-la, como alguns pretendem, para construir uma nova ordem alienada do mundo em que vivemos, gerada nos gabinetes ou nas cátedras, sem a necessária humildade para colocar os ouvidos no chão e os olhos na gente que nela vive e trabalha.

Encaro, pois, os módulos aqui propostos, não como valores absolutos, unidades de medida ou de padrão, mas como um feixe de números interinos, que se somam ou diferenciam, pertencentes a um conjunto em ser. Mesmo porque, infelizmente, trabalhando com estatísticas imperfeitas, deformadas e recuadas no tempo, quando deveríamos operar com números quentes e atuais, somos levados a um esforço de atualização e extrapolação correndo naturalmente, o risco de aviltarmos o cotidiano ou exagerarmos a importância dos eventos em suas projeções prospectivas ou nas

avaliações correntes. De qualquer modo, a boa intenção, o fascínio dessa incursão no domínio da **oikopolítica amazônica**<sup>1</sup> compensa, de largo, o esforço dessa estafante tentativa de mensuração e modulação. A cansaída de hoje, pode, de alguma maneira, explicar a colheita inesperada da véspera.

### 3.1 Módulos para um modelo<sup>2</sup> Empresa geomilitar e econômica

O balanço histórico do desempenho da sociedade e da economia amazônica, ao longo destes últimos quatro séculos, bem revela que a região, em diversos

períodos, encontrou muitas oportunidades para desencadear um processo de desenvolvimento, na medida em que a conquista territorial se consolidava e se expandia da jusante à montante e do austral para o boreal. Encerrado o ciclo histórico de conquista territorial no Acre, em 1903, restava completar a aventura geográfica com a empresa econômica. Enquanto que a empresa geopolítica-militar das bandeiras fluviais construía o continente, a aventura econômica bugre-lusonordestina, culturalmente ameríndia, europeia e judeu-cristã se dispersava e se fragmentava nos varzeados de subsistência, nos centros florestais das drogas e especiarias, formando ilhas, arquipélagos e módulos agro-flúvio-extrativos.

A empresa econômica e mercantil, que se havia iniciado ao tempo das bandeiras fluviais luso-paraense-amazônicas, na fase heroica da descoberta e da conquista, enfrentou muitas opções, alternativas e vicissitudes. Algumas tiveram êxito conjuntural e episódico, e muitas outras, na sua maioria, foram perdidas ou desperdiçadas, por imprudência, omissão, desinovação, envelhecimento, incapacidade técnica de adaptação, falta de gente, capitais e líderes, ou ausência de pré-requisitos essenciais para se transformarem em empreendimentos viáveis, permanentes e estruturais. Entre essas oportunidades históricas, incluindo nelas as do tempo presente, que também já são história, registramos:

#### 1. Drogas, bichos e peças do sertão

A exploração da floresta, o recurso natural mais ostensivo, fisicamente difícil, porém economicamente mais fácil, dado o alto preço da especiaria florestal<sup>3</sup> teve início logo no 1.º e 2.º século do descobrimento, através do ciclo ou do romanceiro das drogas do sertão – Cravo, Pimenta, Canela e Anil – e hoje retorna à sua passada eminência através da pimenta-do-reino de Tomé-Açu e de outras áreas. Entre essas especiarias, que exerceram tanto fascínio no passado, compensando o colonizador pela frustração das minas do Eldorado, incluem-se uma grande variedade de produtos e drogas, gomas elásticas e não elásticas, ceras, fibras, tanantes, frutos e alimentos, raízes medicinais, tóxicos, alucinógenos, afrodisíacos, oleaginosas e óleos aromáticos e essenciais, peles, couros, bichos, plantas e peixes exóticos, ornamentais e de fantasia. Ciclo esse que incluía também o elemento indígena que os cronistas coloniais chamavam de Peças do Certão, objeto e cobiça do tráfico da mão de obra exercido pelos capitães de mato, tropeiros de resgate, catequistas que, em “guerras justas” ou não “preavam” ou “reduziam” o índio quando não o exterminavam.

#### 2. Arroz

A cultura do arroz maranhense e paraense que ao fim do século XVIII chegou a constituir um núcleo agrícola dinâmico na Amazônia Oriental, tanto para fins de subsistência como de exportação, e que posteriormente foi sendo transferido para outras áreas agrícolas mais favoráveis, no Sul e no Centro-oeste, agora inicia o seu retorno às origens para se fixar nos varzeados férteis da calha central,

tendo já em 1973, segundo o IBGE, produzido 126.711 toneladas, no valor de Cr\$ 68.854.000,00, excluída a produção maranhense que, nesse ano, alcançou 765.249 t, no valor de Cr\$ 268.474.000,00.

### 3. Algodão

A cultura do algodão, no princípio do século XIX, produziu o período áureo da economia maranhense, para depois emigrar para a região ocidental nordestina e paulista, muito embora ainda permaneça residualmente no Maranhão, Rondônia e Pará, com uma produção de variedade arbórea e herbácea de 20.327 toneladas, no valor de Cr\$ 22.853.000,00, no ano de 1973.

### 4. Cacau

A cultura do cacau, nativo da região, ensaiada com êxito no Baixo e Médio Amazonas e no Rio Negro, na segunda metade do Século XVIII, e que depois emigrou para o litoral baiano, no epicentro de Ilhéus, hoje volta à sua origem no delta, no Baixo e Médio Amazonas, Rondônia e Acre, onde a produção residual e pioneira alcançou já em 1973, 2.531 toneladas, no valor de Cr\$ 6.074.000,00, enquanto a produção baiana alcançava 186.572 t, no valor de Cr\$ 965.485.000,00. Dado o atual “rush” cacauero em Rondônia, este território está se transformando, rapidamente, no segundo polo cacauero do Brasil.

### 5. Café

A plantação do café, introduzido no Pará, procedente da Guiana Francesa, por Diogo Pinto da Guia, Francisco de Melo Palheta e Francisco Xavier Bolero<sup>4</sup>, a partir de 1727, e que figurou durante muitos anos na pauta de exportação amazônica (na antiga capitania de São José do Rio Negro, por volta de 1775/1785, o café estava representado por 220.920 pés, o cacau por 201.300 pés e o tabaco por 49.700 pés, equivalente a cerca de 2.000 hectares de plantação)<sup>5</sup> daqui emigrou para a baixada fluminense, oeste paulista, norte paranaense, caminhando hoje, depois das geadas, para Minas Gerais, que já assumiu a liderança, Mato Grosso, Goiás, Rondônia e Acre, onde a variedade robusta promete iniciar um novo ciclo agrícola na Amazônia Ocidental e no sudoeste amazônico. A cultura do Guaraná, seu primo-irmão, originalmente de Maués, inicia também a sua marcha pan e extra-amazônica, a despeito da sua pequena significação estatística de 250 t, avaliada em Cr\$ 6.679.000,00, registrada em 1973.

### 6. Boi

A criação do boi, trazido das ilhas de Cabo Verde nos fins do século XVII, e introduzido na Ilha Grande de Joannes (Marajó), chegou a alcançar 134.000 cabeças, de propriedade dos jesuítas, mercedários e carmelitas, na época da expulsão dos jesuítas, em 1755, segundo João Lúcio de Azevedo. Conforme ainda a correspondência de Mendonça Furtado, publicada em **“A Amazônia na Era Pombalina”** reunida e anotada por Marcos Carneiro de Mendonça, o rebanho não deveria, no entanto, em 1751, ser menor que 30.000 ou maior que 60.000 cabeças.

Os caminhos do boi e as rotas dos currais na Amazônia, partindo do polo irradiador de Marajó, expandiram-se: ao norte, nas campinas e nos campos cerrados do litoral amapaense; ao sul, do delta em direção à zona Guajarina, Salgado e Bragantina, onde ia se encontrar com a frente histórica bovina dos antigos currais da Pindaré, Mearim, Itapecuru e Piauhy, hoje epicentro em Paragominas; ao centro, acompanhando a calha do rio Amazonas, os bois subiram rio acima no Baixo Amazonas, assentando fazendas e currais em Cameté e Baião, na zona tocantina, Almerim, Faro, Óbidos, Juruti, Monte Alegre, Oriximiná, Porto de Moz, Santarém e Parintins (nascida de um curral; “Vila Nova da Rainha”) e dali partiram para o meio-oeste, no Médio Amazonas, para as zonas de Maués, Autazes, Terra Nova, Careiro, Cambixe, Solimões, e para o extremo oeste, no Médio e Alto

Solimões, onde o gado marajoara se encontraria com o gado espanhol das expedições e dos missionários castelhanas, ainda no século XVII; ao norte guiano, nos rios Branco e Catrimani, o gado avançou para a fronteira setentrional, onde Lobo D'Almada fundou, em 1787, as fazendas nacionais de São Bento, São José e São Marcos, repetindo-se o histórico encontro do ouro das Gerais com o gado de São Francisco, no atual Território de Roraima, por ocasião das descobertas do ouro e diamante do Vale do Cotingo, responsável por grande parte do abastecimento de Manaus; agora aproveitará a abertura da BR-174 – Manaus-Caracará-Boa Vista-Santa Helena e Lethen para promover a união do exemplar do rio Negro com o do Orenoco e do Caribe; ao sul, a expansão pecuária, penetrando nos vales do Tocantins, Xingu, Tapajós, a partir dos rebanhos do Baixo Amazonas, e nos vales do Madeira, Purus e Juruá, a partir dos sítios e fazendas do Médio Amazonas e Solimões, criou frentes boreal e ocidental amazônica, que se encontraram, nesta última década, com as pontas dos caminhos, varadouros e rotas dos bois goiano e matogrossense que rondam a periferia amazônica na Chapada Central e no Complexo do Pantanal (rebanho conjunto de quase 20 milhões de cabeças de gado), e com os bois marreiros nordestino e piauiense do marco zero da Transamazônica, no entroncamento de Picos, Piauí, e vão integrar, no sentido das paralelas, os médios e os altos vales do Tocantins, Xingu, Tapajós, Madeira, Purus, Juruá e Javari, até a fronteira peruana na Serra da Moa, no Boqueirão da Esperança, e no marco 285 do ponto extremo ocidental, juntando-se, assim, às frentes pecuárias bolivianas do Beni, Mamoré e Pando e às pontas dos currais peruanos do Javari, Ucaiali e Marañon, ao longo dos eixos rodoviários de integração.

Os últimos dados do censo bovino levantado pelo IBGE, referentes a 1973,<sup>6</sup> indicam, para a Amazônia dos três Estados e três Territórios (Pará, Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima e Amapá), um rebanho de 1.971.018 cabeças, avaliado em Cr\$ 2.159 milhões, sendo que apenas 181.966 vacas em processo de ordenha produziram 56.574.000 litros de leite, no valor de Cr\$ 69.002.000,00, para um rebanho total brasileiro de 90.437.192 bois, 10.095.330 vacas ordenhadas e uma produção de leite de 6.333.263.000 de litros, no valor de Cr\$ 5.379.628.000,00.

Em termos de consumo, o mercado de carne na Amazônia já é bastante expressivo e está representado por um abate anual de 272.000 cabeças de bovinos no ano de 1971, último dado do IBGE (comparado com 147.000 cabeças abatidas em 1964), sendo 11 mil em Rondônia, 9 mil no Acre, 62 mil no Amazonas, 11 mil em Roraima, 166 mil no Pará e 13 mil no Amapá, com peso total de carcaças de 43.059 toneladas equivalente a cerca de 160 quilos cada carcaça. Projetado esse número para 1976, o consumo da carne bovina deve ter se aproximado de 350.000 cabeças, que deve ter gerado uma renda de Cr\$ 700 milhões.

Pelo censo geral de 1970, o efetivo pecuário da Amazônia Clássica (Região Norte) estava representado por um rebanho bovino de 1.706.177 cabeças (Rondônia: 23.125; Acre: 72.166; Amazonas: 263.487; Roraima: 238.761; Pará 1.043.648; e Amapá; 64.990), 64.056 bubalinos, 115.663 equinos e 3.797 asininos, com um total de 32.609 estabelecimentos informantes da pecuária bovina (571 em Rondônia, 5.289 no Acre; 9.121 no Amazonas; 1.204 em Roraima; 15.581 no Pará e 843 no Amapá), para um total brasileiro de 2.211.376 estabelecimentos informantes possuidores de 78.562.250 cabeças de gado bovino.

Os 32.609 estabelecimentos pecuários na Amazônia, recenseados em 1970, têm grande importância para a fixação de via modelo e de um módulo no planejamento e operação de uma

estratégia bovina, eis que, como veremos adiante, o módulo do megaboi pela Sudam, baseado no grande latifúndio e na grande empresa, constitui um salto no desconhecido, quer em termos ecológicos, quer em termos de viabilidade econômica. O módulo que propomos, baseado na pequena e média fazenda familiar, até hoje não alcançadas pelos incentivos fiscais da Sudam, possui uma experiência e significado de extrema importância, que vem sendo desprezados pelos órgãos planejadores. Infelizmente, ainda não foi feita uma correta avaliação do contributo do Mega-boi-Sudam em termos de crescimento do rebanho e do custo-benefício. Sabemos apenas que até hoje a Sudam aprovou 337 projetos, com um investimento previsto de Cr\$ 5,6 bilhões (cerca de US\$ 500 milhões), o que vem a constituir, no papel, o maior investimento pecuário no mundo.

#### **7. Borracha**

A extração da borracha, a partir de 1850 em escala comercial, foi a maior empresa extrativa florestal que gerou a fase mais próspera da economia regional, em 1910, com um registro de 38.547 toneladas de produção, no valor de 25.254.371, equivalente a £ 655 por tonelada, contra o ano mais negro da crise, em 1932, quando foram produzidas 6.224t, avaliadas em £ 217.012, equivalente a £ 34 por toneladas. Entre uma data e outra, perdemos 97% do nosso produto territorial bruto, medido em termos de borracha. No entanto, no período de mais de um século de sua prevalência, a empresa seringueira produziu, de 1821 a 1947, 1.550.215 toneladas, no valor de £ 394.691.503, que, corrigidos monetariamente, em função da desvalorização da libra esterlina, representaria hoje um valor equivalente a cerca de um bilhão de libras esterlinas.

Esse movimento, que aqui estudamos através da primeira (1850/1940) e da segunda (1941/1945) Batalha da Borracha, a partir de 1910 sofreu o impacto inovador da heveicultura do Ceilão, Malásia, Cingapura e outras colônias britânicas do sudeste asiático, e determinou a sua depressão e decadência. Foi responsável, todavia, pelo maior movimento de imigração e transumância brasileira em direção à Amazônia, através de 500.000 cearenses e nordestinos que para aqui foram expulsos ou atraídos pela seringa, durante mais de cem anos, cujo ciclo silvestre se extinguiu, a partir da heveicultura racional e dos elastômeros sintéticos, mas que deixou os marcos permanentes de sua presença nas obras de infraestrutura da navegação, comunicação, energia elétrica, saúde e malha urbana de Manaus, Belém, cidades e vilas na hinterlândia. Essa aventura de colonização e povoamento deu uma nova dimensão humana à Amazônia, apesar do drama, do sofrimento e do desperdício de vidas, mas, de outro lado, possibilitou a formação e a acumulação de capital que bem podem ser medidas pelo valor dos 350 milhões de libras esterlinas que aqui foram gerados durante o ciclo (1821/1947).

Hoje a produção silvestre artesanal, por força do seu anacronismo e falta de viabilidade, pela incapacidade de sua conversão a empreendimento agrícola heveicultor, motivada, pela insuficiente base financeira, tecnológica e genética, está em vias de extinção.<sup>7</sup> Mesmo assim, a borracha silvestre, a despeito de todos os seus percalços e abandono, agora agravada pela venda especulativa dos seringais acreanos, rondonienses e amazonenses para os grupos madeireiros, fazendeiros e cafeicultores do Sul, que estão expulsando os seringueiros através da grilagem das terras e do jagunço a soldo dos novos coronéis latifundiários, contribuiu ainda, no ano de 1973, com 28.277 t., peso bruto de todas as variedades, avaliadas em Cr\$ 154.166.000,00.

O Acre foi o maior produtor, com 10.061 t., vindo a seguir o Amazonas, com 7.280 t., Rondônia com 5.548 t. e Pará com 1.833 t. Em termos de peso seco, a produção da borracha silvestre

amazônica manteve-se estável, em torno de 22.000 t. em 1976 deve ter representado um valor de Cr\$ 220 milhões no tóco e Cr\$ 450 milhões para o produto laminado e crepado. O problema tende a se agravar no futuro, consideravelmente, eis que a indústria nacional teve que importar, no ano de 1974, 44.315 t. de látex e borracha natural, no valor de US\$ 42.176.000,00, e 38.810 t de borracha e látex sintético, no valor de US\$ 37.968.000,00, totalizando 83.125 t. e US\$ 80.144 mil, isto antes do impacto da quintuplicação do preço do petróleo, que sem dúvida levará o País a despender mais de US\$ 300.000.000,00 anuais antes do final desta década. Anote-se, todavia, que, nesse ínterim, o Brasil implantou uma grande indústria de borracha sintética, tendo produzido, em 1974, 127.499 t. de elastômeros e 24.514 t. de polibutadieno. Caso contrário, o problema de importação de borracha natural e sintética teria estrangulado ainda mais o atual “déficit” do balanço de pagamento do País.

#### **5. Castanha**

A coleta da castanha-do-pará ou do brasil, explorada na terra firme e no inverno, constituiu no passado o outro pé da economia tradicional amazônica, baseada no binômio borracha-castanha, tendo conseguido manter o seu monopólio florestal silvestre por motivo de ordem ecológica e do longo ciclo de maturação arbórea. Ainda hoje sua participação é significativa na composição da renda regional, eis que no ano de 1973 foram coletadas 52.095 toneladas, no valor de Cr\$ 59.354.000,00 a preços de produtor. Desse total, 37.675 t foram produzidas no Estado do Pará, 8.193 t no Amazonas, 2.050 t em Rondônia e 2.162 t no Acre. No triênio 72/74, a castanha-do-pará, com casca, desidratada e sem casca, esteve presente na pauta de exportação amazônica com 37.577, 33.848 e 20.664 t, equivalente a US\$ 20.229 mil, US\$ 22.763 mil e US\$ 20.222 mil, respectivamente, correspondente, em termos de cruzeiros em 1976, a cerca de Cr\$ 220 milhões.

A despeito de seu caráter artesanal de coleta e beneficiamento e das dificuldades crescentes de comercialização nos mercados externos, em face da aflatoxina e ausência de uma vigorosa política de “marketing” e modernização, ela teve sempre, na economia amazônica, uma função estabilizadora e de compensação; primeiro, porque sendo uma atividade coletora de inverno, completa a atividade seringueira do verão, e, segundo, porque naquelas épocas de depressão e decadência histórica da borracha, a castanha assegurou a precária sobrevivência da economia regional. Além disso, dado o seu alto valor proteico alimentar, permite um melhor balanceamento na dieta do extrator, dado o seu alto valor alimentício de uso generalizado na cozinha, na confeitaria e doçaria amazônica. Um balanço-diagnóstico, a partir de 1900 até 1976, permite avaliar a sua contribuição nesse longo período como fonte geradora de divisas da ordem de um bilhão e meio de dólares. A área de sua maior ocorrência localiza-se nos municípios de Tocantins e Xingu (Marabá, Itupiranga, Tucuruí), na zona do Baixo Amazonas (Almeirim, Óbidos, Alenquer, Faro e Santarém), nos municípios do Médio Amazonas, Solimões (Coari e Tefé), Purus, Madeira e rio Negro, e nos municípios do Rio Branco, Xapuri, Sena Madureira e Brasileia no Acre, e rio Jary, no Amapá, projetando-se, assim, tanto ao norte como ao sul da bacia amazônica.

#### **9. Juta e Malva**

A economia juteira da várzea, após a sua aclimação pelos japoneses, em 1937, na Vila Amazônica e Parintins, difundiu-se rapidamente nos varzeados do Baixo e Médio Amazonas, graças à adesão do elemento caboclo que a incorporou de forma definitiva à paisagem econômica, transformando-se de roceiro de mandioca e milho em produtor de juta. Deste modo, a jicultura foi povoando as várzeas de Alenquer, Óbidos, Santarém, Oriximinã, Parintins, Urucurituba, Urucará, Barreirinha, Itacoatiara, Manaus e Manacapuru, enquanto que na zona guajarina e bragantina, em

terra firme, se desenvolvia paralelamente a cultura da malva, que hoje também já atingiu o beiradão do Médio Amazonas.

Em quarenta anos, a ascensão da economia juteira foi rápida até atingiu as 50.000 toneladas, cuja transposição vai exigir aumento de escala e mudanças qualitativas, porém, ela traduz um grande esforço agrícola que assinala na empresa amazônica a primeira experiência bem-sucedida do agroamazônico. Partindo das nove toneladas de 1937 atingia 6.287 t. em 1947, chegava a 32.929 t, em 1957, 44.654 t, em 1964 e 62.226 t, em 1973 (Amazonas: 47.016 t e Pará 15.210 t), no valor de Cr\$ 84.321.000,00, plantadas numa área de 58.306 hectares, com um rendimento médio de 1.067 kg/ha. Já em 1975 a produção caía para 41.426 t e a área plantada era de 34.929 hectares, enquanto que a malva atingia 51.500 t, (34.062 t. no Pará, 13.500 t no Amazonas, e 3.938 t. em outros), perfazendo um total de 92.926 t de fibras produzidas na Amazônia, com um valor estimado de aproximadamente Cr\$ 200 milhões no produto regional, a preços de produtor, cuja transformação em telas e sacadas pelos jutfícios amazônicos produziu um valor bruto e aproximado acima de Cr\$ 700 milhões.

Ao contrário da borracha silvestre, cuja economia fundiária se estruturou no regime semifeudal do latifúndio, a jucicultura e a malvicultura fundaram-se na pequena e média propriedade familiar, estabelecendo estreitas vinculações de interesses, contatos, vizinhanças e intercâmbio com os centros urbanos dos seus municípios de origem. A extensão do crédito rural direto ao produtor, a garantia dos preços mínimos, a distribuição das sementes, a crescente demanda do mercado doméstico de produção de grãos, a despeito das crises provocadas pelas últimas geadas, as facilidades de comercialização sem os excessos de intermediarismo e o processo de industrialização através das fábricas de fiação e tecelagem que se montaram em Manaus, Parintins, Santarém e Belém, promoveram a democratização desse setor agroindustrial, ensejando a justa participação de mais de 40.000 pequenos produtores nos frutos da renda gerada, que, no ano de 1976, foi estimada perto de Cr\$ 300 milhões a nível de produtor ou cerca de Cr\$ 900 milhões se considerado o valor agregado de comercialização e o adicionado pela indústria de tecelagem na produção de telas e sacarias.

#### **10. Pimenta-do-Reino**

A cultura da pimenta-do-reino, introduzida pelos japoneses em Acará, Castanhal e Tomé-Açu, partindo de rebentos trazidos de Cingapura em 1933, e que resultaram nas extensas plantações nessas áreas, a partir de 1943, tem uma grande significação na história econômica regional. Ela assinala a volta ao ciclo das drogas e especiarias dos tempos coloniais, que parece ser uma das vocações da terra, pelo seu alto valor em relação ao peso, que permite vencer os custos de transferência e os investimentos necessários para corrigir a acidez e pobreza dos latossolos florestais.

Ao contrário da juta, que foi a primeira grande experiência agrícola de porte nos varzeados, a pimenta, cultivada na terra firme, representou uma nova opção e alternativa para o modelo amazônico, nas terras altas, depois de realizado o desmatamento da floresta. Como se trata de uma cultura intensiva, com um rendimento médio de 4.000 quilos por hectare, adapta-se perfeitamente ao modelo de empresa familiar que defendemos para o processo de colonização amazônica, por não causar danos ecológicos de grande vulto e permitir uma razoável fonte de renda “per capita”, além de introduzir práticas agrícolas modernas como a utilização de corretivos, fertilizantes e defensivos. A produção dessa especiaria, em 1973, alcançou 23.331 toneladas (das quais 23.150 t no Pará), no valor de Cr\$ 119.876 mil, com uma área cultivada de 5.731 hectares, que proporcionaram uma exportação para o exterior, nesse ano, de US\$ 16.955 mil e no ano seguinte, 1974, US\$ 26.127 mil para um

quantitativo exportado de 15.491 t. equivalente, em cruzeiros de 1976, a mais ou menos Cr\$ 300 milhões.

O modelo da especiaria, reintroduzido na Amazônia pela vitoriosa experiência da pimenta-do-reino e de seus subprodutos, necessita ser retomado com a introdução de outras drogas, especiarias e condimentos culinários de grande demanda para a sofisticada cozinha internacional, entre eles, o cravo, canela, baunilha, urucu, noz-moscada, cominho, gergelim, gengibre, coentro, anis, timo, louro, açafraão e outras especiarias. Paralelamente deve ser introduzido um projeto agroindustrial de frutas tropicais exóticas, tal o açaí, bacaba, cupuaçu, bacuri, cubiu, piquiá, maracujá, melão, graviola, buriti, taperebá, uxi, mari, tucumã, murici e outras “deliciaessen” amazônicas, para serem comercializadas quer em compotas, conservas, sucos ou doces, face à procura mundial de novos tipos de alimentos sofisticados por parte das grandes cadeias de supermercados em todo o mundo, e para aqueles consumidores que buscam na doçaria, na sorveteria, na culinária, novos paladares e sabores para superar a rotina das sobremesas tipo “romeu-ejulietta”.

#### **11. Madeira**

A grande área extrativista, que ocupa a maior quilometragem quadrada do território amazônico, funda-se na exploração do fator natural mais abundante e ostensivo – a floresta – que despertou o interesse e a cobiça desde o tempo dos descobrimentos. Como fonte fornecedora de matérias-primas industriais e alimentos, a floresta deu um objetivo econômico à ocupação humana, à falta de uma base agrícola atrativa, provocando, no entanto, pela sua própria característica e peculiaridade, a ação individual e dispersa, através das incursões expedicionárias dos extratores e coletores que se internavam na selva em busca das “especiarias florestais, cujo alto valor por unidade celerada permitia a prática desse seminomadismo forçado. O exercício dessa atividade florestal impôs, no entanto, um impiedoso regime de isolamento e escotismo, rompendo a coesão social e a vida comunitária, dificultando, assim, o processo de nucleação demográfica. Por sua vez, a base institucional e empresarial criada incentivou de forma permanente a continuação desse tipo de atividade durante muitas décadas, através do sistema de crédito dirigido para a montagem das safras e de sua comercialização para os mercados externos. Em consequência, os contatos da grande área extrativa processaram-se sempre com os empórios urbanos de Belém e Manaus, de onde partiam os impulsos e incentivos, dificultando a fixação das poupanças e economia nos núcleos sociais organizados no “hinterland”, ali que a situação viesse a ser modificada na década dos anos 60 e 70 com abertura dos eixos rodoviários de integração de Belém-Brasília, Cuiabá-Porto Velho-Rio Branco, Porto Velho-Manaus e agora Cuiabá-Santarém, que estão provocando a multipolarização e autonomia do interior amazônico, pelo estabelecimento direto de contatos das regiões produtoras com os grandes mercados do Centro-Sul, eliminando a dependência e o intermediarismo urbano monopolizador das duas grandes metrópoles amazônicas.

As pequenas vias e povoados do interior que no passado possuíam mais função policial e exatora, sem quase vinculação econômica com a produção dos seus municípios, eis que a renda dos extratores era canalizada para os referidos empórios ou capturada pelos poderes dominantes estaduais que dirigiam a arrecadação tributária para benefício é investimento urbano nas duas capitais. Este cenário histórico, antes da década dos anos 60, se de um lado determinou a estagnação dos núcleos humanos hinterlandinos durante séculos, iria servir de outro lado para capitalizar e acumular recursos nos centros exportadores, abrindo, assim, a oportunidade para, em fase posterior, iniciar um

processo dinâmico de crescimento metropolitano, com todas as suas vantagens e azares, que impulsionou o estabelecimento de polos de desenvolvimento de atração e posterior irradiação. Essa força centrípeta teve, por outro lado, efeito paralisante para as pequenas vilas e povoados, que foram sendo exauridos de recursos materiais e humanos através da transferência de capitais e do êxodo rural.

É de justiça salientar, no entanto, que a atividade econômica na grande área extrativista, até bem pouco tempo, ao contrário do que folcloricamente se afirma, não teve caráter predatório, tanto pela pequena dimensão humana do setor nele engajado como pelo rudimentarismo do instrumental técnico a seu dispor, baseada no terçado, no machado, na serra de mão, eis que o fogo, como instrumento de desmatamento, ficava limitado à área agrícola do varzeado, mais fértil e de mais fácil reconstituição pelo processo de sedimentação e colmatagem das enchentes e vazantes. Assim, nas terras firmes da grande área extrativista, o coletor ou extrator praticou no passado uma economia de incursão e exploração seletiva e ecológica, penetrando na floresta sem destruí-la nem desmatá-la, em busca das espécies seminobres e nobres, duras e semiduras, de peso específico acima de 650 gramas por m<sup>3</sup>, entre os quais o louro, cedro, angelim, mogno ou aguano, massaranduba, saboarana, macacaúba, sucupira, itaúba, piquiá, jacarandá, e outras de baixo valor, como as madeiras “brancas” ou moles, de baixo peso específico por m<sup>3</sup>, à semelhança do açacu, louro branco, virola, ucuuba e outras, de uso na construção civil, naval, movelaria e para fins térmicos de cocção e pequena calderaria a vapor; ou para sangrar a seringueira, coletar a castanha, ou caçar os animais para tirar-lhes o couro e aproveitar a sua carne sem dizimá-los. O problema de devastação da floresta pelo desmatamento indiscriminado, que constitui manchete nos dias correntes e preocupação dos cientistas e ecólogos amazônidas e brasileiros, com repercussão universal, é um subproduto recente, resultante da abertura dos eixos rodoviários que favoreceram a entrada na Amazônia dos expedicionários desmatadores de outras áreas, agora armados com o arsenal moderno de destruição maciça, com os novos instrumentos mecânicos da motosserra, os agentes químicos desfolhantes e o uso de força física e térmica do fogo para o desmatamento florestal, a serviço do capim, do megaboi e do novo latifundiário-fazendeiro.

A contribuição do setor florestal, especialmente no setor madeireiro, teve, no entanto, grande significação econômica. Com base no empirismo, na experiência indígena-cabocla, e na de mateiros e extratores, fez-se o primeiro inventário das espécies vegetais de valor, criando um mercado para os produtos da madeira amazônica no exterior e no Centro-Sul, a despeito dos altos custos da extração manual e do heteroclimo dispersivo da base florestal.

A avaliação do contributo econômico do setor madeireiro primário na formação do produto regional bruto pode ser mensurado pelas estatísticas ibegeanas relativas ao abate de árvores e produção de madeiras em geral, carvão vegetal e lenha, referente ao último ano computado, 1973, assim discriminado:

	<i>Quantidade</i>		
	<i>Madeira (m<sup>3</sup>)</i>	<i>Carvão (t)</i>	<i>Lenha (m<sup>3</sup>)</i>
<i>Rondônia</i>	3.825.629	4.090	154.324
<i>Acre</i>	79.750	3.350	247.363
<i>Amazonas</i>	1.732.112	36	-

<i>Quantidade</i>			
<i>Pará</i>	3.050.668	24.389	803.755
<i>Amapá</i>	257.150	413	29.000
<b>Total</b>	<b>8.945.309</b>	<b>32.278</b>	<b>1.234.442</b>
<i>Valor – Cr\$ 1.000</i>			
	<i>Madeira (m<sup>3</sup>)</i>	<i>Carvão (t)</i>	<i>Lenha (m<sup>3</sup>)</i>
<i>Rondônia</i>	535.594	2.863	2.308
<i>Acre</i>	6.094	1.285	2.319
<i>Amazonas</i>	237.238	23	-
<i>Pará</i>	210.876	9.005	4.223
<i>Amapá</i>	6.019	312	137
<b>Total</b>	<b>995.821</b>	<b>13.488</b>	<b>8.987</b>

Fonte: IBGE – Anuário Estatístico, 1975.

Pelos dados acima, de 1973, se verdadeiros, podemos tirar algumas deduções e conclusões para melhor avaliar e diagnosticar a importância do setor madeireiro atual, inferências feitas por nós, baseadas em observações próprias e em informações colhidas diretamente com os empresários que atuam no setor de serrarias e fábricas de compensados e laminados:

a) A produção anual em 1973, de 10.179.751 m<sup>3</sup> de madeira e lenha, corresponde ao abate aproximado de 3.393.000 árvores, na base média de três metros cúbicos de madeira por árvore valendo acentuar que cerca de 20% da cubagem das árvores abatidas são perdidas no meio da floresta, resultante do não aproveitamento dos galhos e ramos finos, bem como da parte inferior do tronco; e cerca de 50% do que chega às serrarias e fábricas de compensados e laminados também são desperdiçados pelo não aproveitamento das cascas, da serragem, do coração da madeira, pontas e partes danificadas pelos insetos, fungos e umidade;

b) O preço médio FOB Manaus dos 8.945.309 m<sup>3</sup> de madeira nesse ano foi de Cr\$ 111,00 por metro cúbico de toras e troncos. Uma vez que as toras e troncos perdem 50% de cubagem no processo de industrialização nas serrarias e fábricas de laminados e compensados, e considerados os altos custos de mão de obra, insumos, transporte, impostos, etc., bem como os custos de manipulação, estocagem e comercialização, o produto final de madeira serrada, aplainada, laminada e compensados chega ao mercado, segundo a regra do polegar, a um valor equivalente a 2,5 vezes o valor da tora ou tronco. Deste modo, os Cr\$ 995.821.000,00 representativos do valor das árvores, computados na estatística acima do IBGE, devem ter produzido, a preços de mercado, um valor final de quase Cr\$ 2,4 bilhões. Considerando, desde 1973, um crescimento anual modesto de 4% ao ano no setor, ou seja de 12% no período, teríamos uma projeção para o corrente ano de 1976 de cerca de 10.000.000 de metros cúbicos de toras, que, ao preço médio atual de Cr\$ 200,00 por m<sup>3</sup>, daria um valor primário a custo de fatores de Cr\$ 2 bilhões. Isto corresponde a 5.000.000 de m<sup>3</sup> (considerando a perda de 50% no processo industrial), que ao custo médio atual do produto final de Cr\$ 2.000,00 por m<sup>3</sup> a preços de mercado viria totalizar Cr\$ 10 bilhões, ou cerca de US\$ 800 milhões, na formação do produto regional bruto.

Como a exportação de produtos da indústria madeireira amazônica para o exterior, através dos embarques de madeiras aplainadas, macheadas, molduras, laminados e compensados, em 12 fábricas de compensados e laminados de Belém e Manaus e outras cidades amazônicas, é estimada

para este ano de 1976 em cerca de US\$ 50 milhões, conclui-se que o mercado doméstico do restante do País, somado com o consumo interno na Amazônia, sobretudo na indústria de construção civil, movelaria, carpintaria naval, etc., deve ter correspondido a US\$ 750 milhões. Este número pode ser fantástico à primeira vista, pois viria revolucionar inteiramente os cálculos e as estimativas do produto da renda regional amazônica. Porém, é de se salientar que grande parte da madeira consumida na construção de habitações dos estratos de renda inferior provém de espécies de baixo custo, que, embora fisicamente computadas nas estatísticas, não foram objetos de comercialização, pois foram extraídos e usados pelos próprios habitantes do interior ou das favelas periféricas, a custo zero; por isso deveriam ser excluídas do cálculo final.<sup>8</sup>

É de se salientar, também, que, nestes dois últimos anos, a indústria madeireira mundial atravessou séria crise, em decorrência do recesso da indústria de construção dos Estados Unidos, do Japão e dos países europeus, e assim o valor básico de Cr\$ 2.000,00 por m<sup>3</sup> deve ter sofrido bastante redução. Por este motivo, e como na Amazônia e grande parte do Brasil as estatísticas são bastante precárias e desatualizadas, para evitar maiores distorções e descontando os erros e omissões, estimamos, para o setor madeireiro atual, um valor final, a preços de mercado, em torno de US\$ 500 milhões, ou Cr\$ 6 bilhões. Mesmo assim, este número poderia ainda causar espanto e espécie. Aí só teríamos uma conclusão a tirar: as estatísticas não mentem, mas os estatísticos e digitadores dos computadores podem inventar números...

c) O quadro acima indica que o Território de Rondônia tornou-se, em 1973, a terceira unidade produtiva de madeira do País, vindo após o Paraná e Santa Catarina. Isto se deve à implantação da rodovia Cuiabá-Porto Velho, que deve estar escoando a sua madeira bruta para o Sul do País. O Estado do Acre, na estatística mencionada, tem uma participação insignificante e irreal, o que faz inferir que a sua produção está sendo computada na de Rondônia, ou que os embarques rodoviários não estão sendo computados, pois o “rush” madeireiro paranaense e paulista atingiu, igualmente, a essas duas unidades.

d) De qualquer modo, mesmo que os dados ibegeanos acima não correspondam à realidade empírica, é de se notar uma grande expansão na capacidade industrial do setor madeireiro na área, tanto nas metrópoles clássicas de Belém e Manaus, como em todo o interior da Amazônia, pela recente invasão dos senadores paranaenses que estão se transferindo para a área nestes últimos cinco anos, ocupando os eixos das grandes rodovias federais já implantadas. A vocação desse módulo florestal constitui uma das grandes alternativas e opções para o desenvolvimento amazônico, porém pode causar sensível desequilíbrio ecológico se a exploração madeireira abandonar os critérios seletivos e ecológicos que sempre nortearam as atividades dos extratores caboclos. No entanto, a maior preocupação não se centraliza nessa atividade de manejo e aproveitamento florestal, mas sim, nos grandes projetos do megaboi, pois o desmatamento e perda da cobertura florística pode valer muito mais que o capim que se plante e o boi que se crie. Daí a origem da controvérsia atual que se lavra nos meios universitários, acadêmicos, políticos e empresariais, entre ecologistas radicais, conservadores, utilitários e pragmáticos, em busca de uma posição que, utilizando os recursos naturais, em benefício do pai amazônico, não venha a destruir a sobrevivência dos seus netos.

e) Vale ainda refletir que a participação da indústria madeireira amazônica no conjunto do setor nacional vem aumentando consideravelmente nos últimos anos, como bem se pode verificar nas

estatísticas do IBGE do último ano disponível, 1973, pois para um total brasileiro de 36.665.000 m<sup>3</sup> de madeiras abatidas, a Região Norte (Amazônia Clássica) contribuiu com 8.945.309 m<sup>3</sup>, ou seja, quase 25%; e em termos de valor, para o total brasileiro de Cr\$ 4.508.153 mil, comparecemos com Cr\$ 995.821 mil, equivalente a aproximadamente 22%. O Brasil caminha para a Amazônia em termos florestais e isso muito ajudará a formar uma consciência da importância e do significado da região, que devolve ao País, mais uma vez, as riquezas de seu potencial, em contrapartida aos incentivos, isenções e subsídios que dele vem recebendo. Talvez esse fato venha fortalecer politicamente a área, quando as nossas elites despertarem para o fato de que na Amazônia está sendo aplicada a antilei de Talião, pois estamos dando dois olhos e dois dentes por um olho e um dente só... Mas, afinal, tudo é Brasil.

f) Os dados ibegeanos referentes à produção de madeira, sobre os quais se basearam as reflexões e análises acima, estão, porém, e sem dúvida, superdimensionados. Recentemente o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), por meio do Projeto de Pesquisa Florestal, divulgou, em edição mimeografada, em 1976, um excelente e profundo estudo mercadológico (Produção e Distribuição da Madeira Amazônica) de autoria de Richard Bruce perito em comercialização de produtos florestais. Essa pesquisa abrangeu o levantamento do consumo de toras e produção de madeira serrada em 287 estabelecimentos industriais de serraria e fábricas de compensados e laminados na Amazônia, cujos quadros e valores serão por nós consolidados e estimados, no capítulo a seguir. No entanto, para fins de correção do cálculo deste módulo, e dada a natureza empírica e realista dessa investigação, de alto valor, podemos hoje avaliar que a produção de madeira em toras, em 1972, no ano dessa pesquisa, utilizada pelas 287 serrarias, foi de 2.310.970 m<sup>3</sup>, ao invés de 8.945.309 m<sup>3</sup>, registrada pelo IBGE; toras essas que foram transformadas em 1.233.780 m<sup>3</sup> de madeira serrada, que a preços de 1976, corresponde a um valor de Cr\$ 1,8 bilhões, equivalente a cerca de US\$ 170 milhões. Se considerarmos um aumento cumulativo de 15% na produção de 1972, isto resultaria num produto bruto atual de cerca de US\$ 200 milhões. A produção de compensados e laminados, nessa pesquisa, atingiu a 121.175 m<sup>3</sup>, em 1972, que estimei em cerca de US\$ 38 milhões, calculados em termos de preços FOB do mercado nacional, conforme tabela adiante publicada. Deste modo seria razoável avaliar que o módulo madeira serrada, compensada e laminada, contribui para o produto interno amazônico com cerca de US\$ 240 milhões, ou aproximadamente Cr\$ 2,6 bilhões, ao invés dos US\$ 800 milhões, por nós inicialmente inferidos com base nas estatísticas do IBGE.

## **12. Óleos Essenciais e Vegetais**

O módulo florestal não se esgota, todavia, no setor madeireiro, pois, além dele, como já vimos, inclui-se igualmente os setores de gomas elásticas e não elásticas, ceras, fibras, tanantes e produtos alimentares, medicinais, tóxicos, alucinógenos, oleaginosos e aromáticos. No setor de óleos essenciais produzidos no Brasil – hortelã-pimenta, sassafrás, eucalipto, “lemongrass”, limão, palmarosa, patchuli, cabriúva, tangerina, vetiver – destaca-se a produção amazônica do óleo de paurosa. Inicialmente produzido no fim do século passado na Guiana Francesa, no início da década de 1930 foi descoberto na floresta da Amazônia Central, onde foram montadas as primeiras destilarias em Maués, expandindo-se depois para a zona do Médio Amazonas, em Itacoatiara, Parintins, Santarém, rio Tapajós, rio Madeira, rio Aripuanã, rio Negro e Solimões, chegando até Iquitos, no Peru. Nas décadas dos anos 30, 40 e 50 mais de 40 usinas foram implantadas para processamento desse óleo essencial, mediante destilação por arrasto de vapor, variando a produção entre cem a 400 toneladas anuais, na

dependência da flutuação dos preços mundiais. Na década dos anos 40, os preços atingiram US\$ 4,00 FOB por libra peso, provocando um verdadeiro “rush” e “boom” no setor. Nas décadas dos anos 50 e 60, eles flutuaram entre o máximo de US\$ 3,00 e um mínimo de US\$ 1,50, tendo o setor entrado em diversas crises conjunturais durante alguns anos dessas décadas, porém, superadas em períodos relativamente curtos. A década dos anos 70 iria, no entanto, gerar uma profunda crise estrutural com a descoberta, nos laboratórios americanos, da síntese química dos seus componentes básicos do linalol e acetato de linalina, que passaram a ser oferecidos ao mercado mundial a preços bastante reduzidos. Uma vez que o linalol e seu acetato eram sintetizados a partir de subprodutos petroquímicos, o impacto da quintuplicação dos preços do petróleo nos fins de 1973 gerou a paralisação das unidades produtoras do linalol sintético, daí decorrendo uma brusca demanda mundial do óleo natural, cujo preço, especulativamente, foi elevado até atingir, em princípios de 1974, a US\$ 13,00 por libra peso, equivalente a US\$ 5.148,00 por tambor de 180 quilos líquido (FOB Manaus). Este “boom” especulativo gerou, em função da elasticidade-preço da oferta, uma produção de mais de 500 toneladas de óleo, equivalente a cerca de 3.000 tambores de 180 quilos, que não puderam ser escoados, pois logo no segundo trimestre de 1974 os preços caíram verticalmente para US\$ 7,00, e, meses depois, para menos de US\$ 3,00 por libra peso, com a reativação das unidades de produção sintética provocada pelos altos preços do óleo natural nos Estados Unidos e na Alemanha, que passaram a oferecer o linalol a preços massificados de US\$ 1,50 a US\$ 1,80 por libra.

Como empresário, participei de todo esse drama da indústria pau-roseira, tendo viajado por duas vezes aos Estados Unidos com a missão específica de estudo do mercado e conhecimento dessa nova realidade junto às grandes empresas multinacionais, indústrias de componentes perfumísticos e corretores, chegando a conclusão de que precisaríamos do apoio do governo brasileiro para dar suporte financeiro à estocagem, adotar preços flexíveis conjunturais e escoar a safra, face à angústia dos usineiros, beneficiadores de óleo, e ao desemprego causado de mais de 30.000 extratores na Tupinambarana, Mauesânia, Tapajônia, Mundurucânia, Solimônia e Madeirânia, o que fiz constar em relatório às autoridades.

A resposta do Banco do Brasil, da Cacex e da Comissão de Financiamento da Produção foi lenta, longa e longeva. Os exportadores-beneficiadores e usineiros organizaram-se em Comitê de Ordenamento de Oferta. Participaram e foram responsáveis pela comédia de erros e desacertos, pois, como geralmente ocorre na Amazônia, ninguém é profeta em sua terra e somente tarde demais nos apercebemos da realidade pungente. Deste modo, quando a Cacex aceitou o preço de US\$ 7,00, fixado pelos produtores, o mercado já havia caído para US\$ 6,00; quando, após seis meses de paralisação total das vendas, e face aos apelos da indústria e da exportação, que viam negados seus registros de vendas abaixo dos preços mínimos fixados, concordou em aceitar vendas a US\$ 4,00, o mercado já havia caído para US\$ 3,00. Assim, com a desescalada dos preços mundiais, que recaiu sobre todos os óleos essenciais no mundo inteiro, a indústria pau-roseira foi sendo lentamente asfixiada e destruída pela burocracia, pela intervenção serôdia, pela insensibilidade dos produtores, dos gestores e controladores da exportação brasileira.

Passaram-se dois anos de lutas. O estoque acumulado de 2.500 tambores acabou exaurindo financeiramente os exportadores-beneficiadores, consumidos pela voragem dos juros e pela correção monetária do penhor mercantil, até que o Banco do Brasil resolveu acudir o setor, em julho de 1976, com empréstimo a juros zero, com opção de compra após decorridos doze meses. Deste modo,

destruiu-se um importante setor industrial da hinterlândia, cuja recuperação será bastante difícil, pois o óleo essencial de pau-rosa natural, face aos altos custos de sua extração e a entrada do concorrente sintético, ficou restrito ao uso por parte da perfumaria fina, com a perda de todo o mercado saboneteiro. E assim, a demanda mundial, que girava em torno de 1.500 tambores anuais, caiu para menos de 300 tambores; e como os estoques atuais, em poder do Banco do Brasil, excedem a 2.000 tambores, temos pela frente cinco anos de crise estrutural, pois, os contratos assinados incluem a cláusula de paralisação da atividade produtora.

O ciclo do óleo essencial de pau-rosa pode hoje ser bem visualizado e reconstruído através do desempenho dos preços médios anuais do tambor com 180 quilos, FOB Manaus, registrado em meus arquivos, a partir de 1960, como segue:

1960 .....	U\$\$	733,00
1961 .....		688,00
1962 .....		1.054,00
1963 .....		1.136,00
1964 .....		861,00
1965 .....		780,00
1966 .....		867,00
1967 .....		935,00

1968 .....	U\$\$	841,00
1969 .....		790,00
1970 .....		711,00
1971 .....		678,00
1972 .....		1.159,00
1973 .....		2.674,00
1974 .....		3.292,00 <sup>9</sup>
1975 .....		1.770,00 <sup>10</sup>
1976 .....		2.116,00 <sup>11</sup>

A lição do ciclo desse óleo, e da destruição consequente da indústria e da extração florestal, deve ser aproveitada e bem refletida na construção do nosso modelo econômico e na formação de uma estratégia produtora. Essa lição nos conduz às seguintes reflexões:

a) A necessidade de interiorização de pequenas indústrias desse tipo nas pequenas cidades do interior e às margens dos rios localizados perto dos centros de extração, para evitar os altos fretes de uma massa madeireira inútil, pois, no caso do óleo de pau-rosa, **vinte toneladas de madeira produzem 180 quilos de óleo essencial.**

b) A economia exportadora florestal e artesanal ainda está baseada no monopólio natural da escassez que lhe assegura elevados preços por unidade colhida, a fim de compensar as deseconomias

de escala, altos custos de transferência e a manuseação do trabalho extrator dificultado pelo heteroclimo florestal. Toda vez que esse monopólio é rompido, quer pela silvicultura, quer pela síntese química, o produto natural entra em crise e depressão pela perda de competitividade. Deste modo, urge resolver o problema da silvicultura amazônica através da pesquisa genética, sistemática, e estudo comportamental dos indivíduos botânicos, pois muitos deles são do tipo comunitário, e reagem quando é violado o seu ecossistema ou se tenta racionalizar e geometrizá-lo o plantio. O caso das tentativas de plantio da seringueira e do pau-rosa é típico, pois a maioria dos projetos foram frustrados pelo surgimento de pragas entre elas a **Dothidella ulei**, no caso da seringueira, ou tiveram desenvolvimento insuficiente e raquítico, como nas experiências feitas com a plantação do pau-rosa em Maués.

c) As vantagens da implantação de projetos floroindustriais para reter na área o maior valor adicionado possível, pela incorporação de mão de obra e insumos à matéria-prima, de modo a exportar um semiproduto ou produto final industrializado de alto preço para acelerar o crescimento da renda e do emprego regional. O caso do óleo essencial de pau-rosa serve de exemplo e ilustração. Vinte toneladas de madeira adquiridas pelos usineiros do interior aos extratores, ao preço médio de Cr\$ 500,00 por tonelada, vigente em 1974, geraram no setor primário florestal uma renda bruta de Cr\$ 10.000,00; transformados em óleo essencial, produziram 180 quilos. Estes, ao preço médio de US\$ 2.000,00 por tambor, equivalem a Cr\$ 25.000,00, com um valor acrescido de 150% sobre a matéria-prima em bruto.

d) O radicalismo e conservadorismo ecológico deve ser contido nos seus exatos limites, pois a tese da planetarização da Amazônia para preservá-la como patrimônio florestal, faunístico, ictiológico, hídrico e climático intocável, a serviço da humanidade terrestre para a produção do oxigênio, chuvas e trovoadas, além de ser científica, ou ter mais caráter de ficção científica no estágio atual do conhecimento humano, tem que ser analisado à luz dos interesses nacionais e regionais, que recomendam a utilização prudente e criteriosa dos nossos recursos naturais, sem os exageros do ecologismo radical ou do pragmatismo irresponsável. Deve, inclusive, ser levado em linha de conta que as espécies vegetais e os indivíduos botânicos, como todo ser biológico, envelhecem e morrem, resultando daí a necessidade do manejo, gerência e engenharia florestal, para que se inventarie e defina o seu aproveitamento, no tempo adequado. No caso do pau-rosa, por exemplo, a tecnologia da síntese química do linalol e do acetato de linalina desvalorizou por completo o óleo natural, e, deste modo, se não houvéssamos aproveitado, nestes últimos quarenta anos, esse recurso, teríamos perdido, em termos de renda regional, mais de US\$ 100 milhões no período. É preciso criar, colateralmente, a consciência de que muitos dos recursos naturais e minerais, se não aproveitados, podem, com a mudança de tecnologia, passar a ter apenas interesse nos manuais da arqueologia e museologia econômica. É desalentador verificar, neste particular, que autores e autoridades responsáveis continuem a repetir velhos chavões defasados e desatualizados nos seminários e sessões de debates, completamente desinformados e estranhos à realidade dinâmica da Amazônia.

e) A necessidade de diversificar a pauta da produção florestal, pela introdução e comercialização de novas espécies nobres da flora, ou transformando as essências florestais em óleos essenciais de alto valor, evitando o perigo da concentração intensiva em poucas espécies conhecidas e os azares conjunturais do ciclo prosperidade-depressão, de modo a compensar e contrarestar as crises episódicas e eventuais a que está sujeita a monocultura ou a monoextração. No setor específico dos

óleos essenciais, venho desenvolvendo há muitos anos, como empresário do setor, em parceria com Zanoni Magaldi, de Maués, um programa escoteiro e inovador de descoberta de produtos florestais aromáticos, pela destilação de novas espécies botânicas, tendo obtido por amostragem óleos essenciais provenientes da destilação de louro-rosa, louro-pimenta, louro-inamuí cedro e preciosa, todos eles com aromas de base nota-madeira.<sup>12</sup> As dificuldades de introdução e comercialização, todavia, são muito grandes, pois o pioneirismo inovador exige uma infraestrutura de divulgação e ação mercadológica externa, bem como investimentos autônomos a fundo-perdido e conhecimento do potencial do estoque florestal da espécie escolhida. É o caso, por exemplo, do óleo preciosa, que encontrou fácil mercado; porém, a escassez da espécie na área pesquisada em Maués e as dificuldades tecnológicas de trituração ou redução a cavacos, em virtude dos nódulos e de sua extrema dureza, tomaram inviável a sua produção. Mas os experimentos continuam.

Um outro campo ainda inexplorado é o da produção de óleos essenciais, a partir de raízes e gramíneas, como o vetiver, no qual temos montado uma completa destilaria, sob a orientação do Instituto Agrônomo de Campinas, mas que aguarda a solução do problema agrônomo, em virtude do baixíssimo teor de extração, talvez resultado da pobreza do solo e da necessidade de corrigi-lo adequadamente, o que é perfeitamente possível, pois o quilo desse óleo alcança hoje, nos mercados internacionais, o preço de US\$ 80,00. Outras gramíneas e raízes, entre elas o patchuli, o capim cheiroso, a priprioica, necessitam de um programa e incentivos especiais, bem qual de empresários inovadores para explorar e introduzir outros óleos essenciais como o óleo de limão, de lima e o “petit-grain”, que é extraído da folha da laranja-da-terra, de larga produção no Paraguai e grande demanda nos mercados externos.

A Amazônia, assim, não deve apenas produzir oxigênio para o planeta, mas extrair de sua flora os aromas para levar ao mundo a mensagem do perfume, para suavizar a poluição ambiental e produzir os óleos vegetais tal o patauá, dendê, babaçu, andiroba, tucumã, para melhorar o paladar da cozinha e dos alimentos ao mundo.

### 13 Couros e peles

Ainda na grande área extrativa, na década dos anos 60, o setor de couros e peles de animais silvestres, entre eles a ariranha, capivara, gato-do-mato, onça, maracajá, caititu, queixada, veados e jacaré, teve um papel destacado na formação do produto regional bruto.

No levantamento que procedi em 1963, baseado nas estatísticas ibegeanas, a produção nesse ano vai demonstrada, em unidades e valores (Cr\$ 1.000), no quadro seguinte. Por esse quadro verifica-se que no ano de 1963 foram produzidas e exportadas um total de 684.562 unidades, no valor de Cr\$ 994.091.000,00; traduzidos em cruzeiros novos, instituídos com a reforma de 1967, equivalia a Cr\$ 994.091,00, cujo valor atualizado monetariamente, segundo números índices inflacionários de preços (1963 = 100; 1976 = 1.200), daria o equivalente a cerca de Cr\$ 12 milhões, a preços de 1963 corrigidos. O processo industrial desses couros e peles, através de secagem e curtição, daria um valor correspondente a cerca de Cr\$ 40 milhões, utilizando os dados básicos da produção levantados pelo IBGE, que nos parecem bastante subestimados quantitativa e qualitativamente.

Algumas reflexões e meditações merecem ser feitas a propósito desse módulo. Entre elas:

a) A partir da vigência da Lei n.º 5.197/67 foi proibida a matança de animais silvestres para fins comerciais, bem como sua industrialização e exportação. A implementação dessa lei, a cargo do

Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), causou em toda a Amazônia um impacto que poucos ainda se aperceberam de sua magnitude. Baseada no princípio conservacionista de preservação das espécies, e para evitar abusos que vinham sendo cometidos pelo pragmatismo irresponsável, a referida lei radicalizou a problemática preservacionista da vida selvagem com a proibição da caça, a não ser para fins de subsistência, mas mesmo assim negando a comercialização do respectivo couro. Na grande área extrativista amazônica, a caça constituía atividade econômica complementar do extrator, que, no exercício da coleta e apanha dos produtos florestais, suplementava a sua renda com os couros e peles obtidos de animais silvestres, e melhorava a sua dieta com a carne obtida de algumas espécies. Com base na economia silvestre, instalaram-se nos centros industriais de Belém e Manaus indústrias de alto porte tecnológico, sobretudo no setor de curtição de couros de jacaré, com a absorção da melhor tecnologia checa e alemã, transferida integralmente para a Amazônia, via Buenos Aires e Montevidéu. Empresários e técnicos aqui fundaram os seus estabelecimentos curtidores em associação com empresários locais, tornando-se pioneiros no setor, como é o caso dos curtumes “Bem e Guerreiro”, de Belém; Arduíno, Grosz, Klein, Benzecry e Sabbá, em Manaus, cujas peles silvestres e couros de jacaré ganharam alta reputação no mercado internacional, no setor de peleteria, calçados, cintos, bolsas, luvas, porta-cédulas, adornos, bijouterias finas e pulseiras de relógios e outros artefatos de couro, de alto valor e sofisticação;

b) O interdito faunístico-silvestre, consagrado na Lei 5.197, veio assim destruir um importante setor de sobrevivência do extrator-coletor, que praticava a caça como um complemento de sua atividade florestal, eliminar uma fonte geradora de renda para o produtor interiorano, destruir uma próspera indústria de curtição de alto nível de tecnologia e privar o País de uma fonte de divisas, cujo valor tentaremos avaliar. Antes, porém, é importante considerar que a filosofia do interdito da Lei 5.197 foi editada, não apenas por motivos de ordem ecológica, mas, também, para atender ao clamor universal, prevalecente no princípio da década dos anos 70, pelas sociedades de proteção aos animais e preservação da vida selvagem, partindo de alguns países europeus, entre os quais a Holanda, com o príncipe Bernardo, a Suíça, a Inglaterra e o próprio Estados Unidos, que também legislaram nesse sentido para proteger as espécies animais silvestres em vias de extinção. Data dessa época a proibição da pesca da baleia e da caça ao mico-leão e a ideia de criação de bancos genéticos para assegurar a sobrevivência das espécies animais e vegetais, que, uma vez perdido os genes, a criatura não tem, como o Criador o poder de recriá-los. Essa política, quando aplicada indiscriminada e radicalmente na área amazônica, como foi feita, inscreve-se dentro do quadro de que já chamei de Planetarização da Amazônia, que a coloca não a serviço dos que nela vivem, mas caudatária dos interesses universais, para preservar o oxigênio, a água, o clima, o ecossistema e a vida, como se nós sozinhos tivéssemos que arcar com as responsabilidades e os ônus da sobrevivência terrestre. Isto não significa que devemos praticar uma política predatória e destruidora dos recursos naturais e animais, nem fazer **tábula rasa** dos conceitos ecológicos e bióticos, mas introduzir, ao lado da perspectiva preservacionista, uma ética econômica e uma visão social e política, indispensável no tratamento interdisciplinar e justa solução de problema do mundo animal, vegetal e humano, os três mundos da hierarquia ecossistema e a vida.

Essa hierarquia-biota, no entanto, precisa ser revista, quando não invertida, de modo que o primeiro mundo pertença ao homem e à sociedade, o segundo e o terceiro mundo aos bichos, animais e às plantas, o que seria mais condizente com a nossa conceituação oikopolítica; pois, caso contrário,

prevaleceria a “lei seca da proibição”, que teria como tema: **“não importa que morra o homem, desde que o bicho sobreviva”**;

c) As estatísticas ibegeanas, antes mencionadas, para o ano de 1963, estão bastante subdimensionadas e hipoestimadas, pois somente no setor de curtição de jacarés a nossa pesquisa pessoal junto aos curtumes já mencionados indicava um processamento anual de 500.000 couros, dos quais 250.000 industrializados em Manaus e 250.000 em Belém, na década dos anos 60. De outro lado, há também evidente exagero nas estatísticas mencionadas numa recente reportagem publicada no jornal “Folha de São Paulo”, edição de 5.1.1975, quando afirma que a região pantaneira de Mato Grosso continua a abater, anualmente, 6,5 milhões de jacarés, que são contrabandeados para a Bolívia, onde se instalou em Cochabamba, o maior estabelecimento industrial de curtição de couros de jacaré do mundo, aproveitando a alta tecnologia checa do setor e cuja matéria-prima, em grande parte, provém do território brasileiro. Além disso, a atividade clandestina que se processa na Amazônia Clássica continua a desviar para os países fronteiros, Peru, Colômbia e Venezuela, couros de jacarés amazônicos; deixam de ser aqui processados, de contribuir para o desafio da balança de pagamentos do Brasil, e alimentam indústria florescente nos países limítrofes, o que representa uma perda anual de divisas para o País da ordem de US\$ 500 milhões, conforme denúncias e sugestões apresentadas pelo sr. Tito Termignoni, assessor técnico do Centro Tecnológico de Couros, Calçados e Afins, pelo exportador Carlos Bauer, grande industrial e fabricante paulista de pulseira de couro, e pela Indústria Bison, de São Paulo, que recebeu de uma fábrica suíça de relógios uma encomenda de 15.000 peças mensais de pulseiras de crocodilo, na base de US\$ 7,50 por peça, equivalente a um faturamento anual de US\$ 1.350.000,00;

d) Apesar da subavaliação oficial ou do ultraexagero do setor interessado na comercialização e industrialização, devemos procurar ou tentar uma justa avaliação e solução para o módulo couros e peles, do qual a Amazônia não pode abrir mão, mediante uma prudente reformulação da Lei 5.197/67.

Essa reformulação deve partir do princípio de que todo recurso natural renovável possui um índice de desfrute ótimo, que assegura tanto a sobrevivência e renovação da espécie, como permite a sua utilização humana e social que dele depende para a sua manutenção e bem-estar. Os índices de desfrute são bem conhecidos no campo da pecuária bovina, que varia de 10%, no caso brasileiro, a até 30% e acima nas pecuárias mais desenvolvidas da Argentina, Nova Zelândia e Estados Unidos, resultante tanto da precocidade quanto da fertilidade, eugenia e sanidade animal. Assim, não haveria porque deixarmos de lado a imaginação criadora para aplicarmos o critério do desfrute para as manadas dos animais silvestres, dos cardumes de peixes e dos bichos de casco, de fundo ou de superfície, aquáticos, terrestres ou anfíbios. Creio que, dadas às condições peculiares da região amazônica, onde a imensa cobertura florística, tipo hileia, ainda representa mais de 3.500.000 km<sup>2</sup>, segundo estimativas da Sudam, e a bacia hidrográfica representa um quinto das disponibilidades mundiais de água doce na superfície, é possível avaliar que dentro dessa floresta e dos seus rios exista uma população de animais silvestres e fluviais de extraordinária dimensão. A grande tarefa seria o seu inventário para determinar a otimização do seu desfrute, procurando-se conhecer os hábitos alimentares, desova, ciclo de vida, maturação e procriação, a semelhança do que se faz no zoofazenda de “Hot Springs”, no Mississipi, com relação ao jacaré americano. Isto levaria a estações de caça e pesca bem definidas, nos diferentes rios e subregiões amazônicas, de maneira a proibir a sua captura

na época da desova ou procriação, bem como a preservá-los antes de atingir a sua maturidade e a propiciar o surgimento de projetos e empresas criadoras de animais silvestres em regime de confinamento ou de pastos, que seria a solução ideal, mas que levaria tempo para ser implantado.

No caso de couros e peles de animais silvestres e do jacaré, o problema do controle pelo IBDF e pela Sudepe não seria hoje difícil, pois ambas as instituições já montaram mecanismos institucionais de controle e fiscalização. Além disso, como se trata de espécies cuja captura serviria tanto para fins de alimentação e subsistência, como é o caso do veado, caititu, queixada, capivara e jacaré<sup>13</sup> como para fins industriais, pela utilização dos couros e peles, a reformulação da lei interditória deveria permitir o seu processamento industrial, pelos estabelecimentos curtidores devidamente registrados e licenciados, sob severa fiscalização, proibida a exportação de couros e peles cruas, salgadas, ou semicurtidas, a fim de propiciar à região e ao País o máximo do valor adicionado que o produto acabado e final poderá proporcionar em termos de divisas, eliminando de vez a atividade clandestina e os desvios que atualmente se realizam em benefício dos países limítrofes. No caso, por exemplo, do couro de jacaré, somente seria permitida a exportação, pelos curtumes, do produto final acabado, curtido, tingido, lixado, estirado e polido, proibida a exportação de couros crus, salgados, piquetados, ou semicurtidos “wetblue” ou em crustes. Os couros dos outros animais silvestres mencionados teriam que ser processado igualmente para fornecimentos à indústria de peles, luvas, calçados, e adornos e à tapeçaria fina e sofisticada; no caso dos couros de caititu, queixada e capivara, cujo centro de curtição se deslocou para os países vizinhos e para a Alemanha, que utilizam as peles desses animais silvestres desviados da Amazônia brasileira<sup>14</sup>;

e) Passada a onda e o clamor preservacionista e um quinquênio de proibição, desde 1970, é de se prever que os animais silvestres, nesse ínterim, tenham se reproduzido consideravelmente em toda a região, sobretudo no caso do jacaré, que está se constituindo, novamente, em um grave problema para os fazendeiros da região e para os próprios ribeirinhos que são atacados por esses animais, nos lagos e rios, onde passaram a proliferar de modo incontrolável. Esse fato é também observável nos Estados Unidos, na região de Lousiana, Mississipi e New Orleans, conforme relatório apresentado pela “Wild Life and Fisheries Commision”, aconselhando a reabertura da caça controlada pelo governo, durante uma estação regular limitada no ano, a fim de evitar o excesso desses répteis, conforme reportagem publicada no Times, edição de 9 de dezembro de 1974.

Deste modo, ousou propor a reabertura controlada da caça dos animais silvestres e répteis, sob rigorosa fiscalização do IBDF, Sudepe e Cacex, que deverão fixar a taxa de desfrute e os limites quantitativos de captura de cada espécie, durante estações ou temporadas limitadas do ano, de acordo com o ciclo biológico de vida e de reprodução do animal, a fim de preservá-los, propiciando, ao mesmo tempo, o reinício de uma atividade econômica de grande significação na economia florestal e industrial, condicionando essa produção à exportação de couros industrializados somente pelos estabelecimentos curtidores, do produto final e acabado, a fim de se obter o mais alto nível de preços, facilitar o controle e fiscalização, e gerar divisas para o País;

f) A seguir, proponho um módulo, a título de sugestão e para propiciar o debate do problema, fixando os quantitativos do desfrute anual por espécie, segundo o comportamento das estatísticas do decênio de 1960, para toda a região amazônica, e o valor atual das peles curtidas e acabadas, de acordo com a cotação atual do mercado internacional, obtida através de pesquisa junto aos exportadores-

industriais e estabelecimentos curtidores, com o objetivo de fazer uma justa avaliação de seu peso e contribuição na formação do produto regional bruto.

Este desfrute anual de couros e peles de animais e répteis, que produziram cerca de US\$ 18 milhões de exportação, poderia, facilmente, ser acrescido consideravelmente, se uma parte fosse convertida em artefatos artesanais – cintos, bolsas, pulseiras, adornos, sapatos, carteiras – que poderiam elevar o produto final para cerca de US\$ 50 milhões. Esta seria uma avaliação modesta, do ponto de vista oikopolítico, combinando aspectos ecológicos, econômicos e políticos, sem os exageros da avaliação feita pela “Folha de São Paulo”, por técnicos do setor, que a estimaram em US\$ 500 milhões, baseado numa matança anual, indiscriminada, de 6,5 milhões de jacarés na zona do Pantanal de Mato Grosso, o que levaria, sem dúvida, à total extinção da espécie;

g) No nosso módulo, bem mais modesto, utilizamos uma taxa de desfrute conservadora, da ordem de 5% ao ano, estimada a grosso modo, pois a área da Amazônia Legal, compreendida por 4.989.361 km<sup>2</sup>, a maior parte ainda coberta pela floresta equatorial, pluvial e úmida da hileia, abriga uma população de animais silvestres superior a 12 milhões, e, nas águas dos seus rios e lagos, uma população de jacarés da ordem de mais de 6 milhões. É evidente que esses números podem ser contestados pela ausência ou impossibilidade atual de se realizar um recenseamento ou inventário animal na Amazônia, porém não seria exagerado avaliar a existência de uma densidade zoológica de cerca de 2,5 cabeças por quilômetro quadrado, ou seja, por 1.000.000 m<sup>2</sup>, equivalente a cem hectares.

Outro aspecto a considerar na análise do módulo é o do custo/benefício da oportunidade dessa empresa silvestre, que poderia ser enriquecida com criadouros e fazendas faunísticas, em comparação com a atividade da pecuária bovina que está sendo implantada na Amazônia, mediante o processo devastador do desmatamento da floresta pelo fogo, de resultado incerto e duvidoso, a não ser em áreas específicas e de comprovada vocação pecuária, pois, como já afirmei, aquilo que se está destruindo em termos de madeira e animais, pode valer muito mais que o capim e o boi. À falta de dados estatísticos que dimensionem o tamanho da ocupação bovina, em substituição à floresta original, em termos de hectares, restanos proceder, por via indireta, ao cálculo do custo alternativo dessa oportunidade.

Com base na divulgação dos dados da Sudam, de que foram aprovados 337 projetos agropecuários, com um investimento total de Cr\$ 5,6 bilhões, equivalentes a cerca de US\$ 500 milhões o maior investimento pecuário do mundo, no boipapel – com uma previsão de criação de empregos de 16.940 pessoas, podemos estimar que, como a relação boi/vaqueiro é da ordem de 200/1, concluiríamos que essas fazendas, depois de implantadas, teriam um rebanho de 3.400.000 cabeças de gado; a uma taxa média anual de desfrute produziria 340.000 bois para abate, que na cotação atual de Cr\$ 150,00 por arroba (15 quilos) de boi em pé, e considerado um peso médio de 300 quilos, equivaleria a Cr\$ 3.000,00 “per capita”, ou seja, uma adição de cerca de Cr\$ 1 bilhão, ou US\$ 83 milhões, comparados com os US\$ 50 milhões de possível desfrute só dos couros e peles silvestres, sem contar o valor da carne da caça e do jacaré, que não é computada pelo fato de constituir produto alimentar da economia doméstica do extrator e ribeirinho;

h) Ainda em termos de custo/benefício, teríamos que considerar, no caso da pecuária bovina de terra firme, como e o caso da maioria dos projetos da Sudam, a perda do valor resultante do desmatamento florestal que hoje já pode ser avaliado, considerando o volume de madeira por hectare

inventariado pelo projeto Sudam/FAO, conforme relatórios apresentados por Gachot, Gallant, Bastos, Heinsdijk, Soares, Glerum, Smit e Knowles<sup>15</sup>, cujos resultados foram por nós reunidos, agrupados e tabelados, e que indicam para as seis regiões pesquisadas um volume médio de 175 m<sup>3</sup>, de volume madeira, 109 árvores e 151 espécies diferentes, por hectare, respectivamente, com um potencial de utilização de 113 metros cúbicos de madeira mole, semidura e dura por hectare de floresta. Considerando a hipótese desses 337 projetos terem sido implantados, e parece-nos que menos de 20% o foram, os 3.400.000 bois a serem criados nas fazendas necessitariam de pelo menos 6.800.000 hectares de pastos, segundo a relação de dois hectares por boi, dado o caráter extensivo dessa pecuária, em solos florestais pobres. Considerando a utilização do potencial da madeira que é derrubada, brocada e queimada para a formação dos pastos, na base de 113 m<sup>3</sup> por hectare, teríamos um volume de madeira de 768.000.000 m<sup>3</sup> que, a custo baixo de Cr\$ 200,00 por m<sup>3</sup> equivaleria a uma perda real de Cr\$ 153 bilhões de recursos naturais contra Cr\$ 10,2 bilhões do valor do rebanho das 3.400.000 cabeças, na base de Cr\$ 3.000,00 “per capita”. Em outras palavras, o boi que se vai criar vale um décimo do potencial madeireiro da área que foi destruída. Ora, considerando que o IBDF somente permite o desmatamento de 50% da área, esses 337 projetos deveriam estar embasados num imenso latifúndio de 13.600.000 hectares<sup>16</sup>. Nesta área, calculando a existência provável de 2,5 animais silvestres por cem hectares, teríamos uma população zoológica de 340.000 animais silvestres, que em grande parte seriam também destruídos pelo fogo e pelos gateiros; calculados a um baixo preço de Cr\$ 100,00 “per capita\*”, equivaleria a uma perda bruta de Cr\$ 34 milhões. Resta acrescentar, no exame do custo da oportunidade, que, desse investimento de US\$ 500 milhões, pelo menos US\$ 250 milhões provém de incentivos fiscais oriundos do imposto de renda, via Sudam/Finam, de modo que teríamos de acrescentar ao custo a importância de mais Cr\$ 3 bilhões;

i) Avaliado o custo da oportunidade, a empresa de caça e florestal, do ponto de vista oikopolítico, teria muito mais sentido e mais rentabilidade do que a fazenda bovina, eis que o manejo florestal ou as florestas de rendimento e a caça regulada e controlada, além de não produzirem danos ecológicos de vulto, pois sempre foram seletivas, preservariam os recursos naturais renováveis a uma taxa permanente de usufruto e destrate. Claro que isto não excluiria a bovinocultura, em áreas selecionadas e moduladas nos padrões da média empresa-familiar. Daí a necessidade de reformulação da Lei 5.197, para ensejar o renascimento da economia florestal/animal silvestre, pois não se entende que, enquanto a vida vegetal esteja sendo violentada, não se permita o desfrute controlado da imensa riqueza animal, que, pelo seu caráter e natureza, gera uma melhor distribuição de renda e emprego e complementa a atividade do extrator e ribeirinho, enquanto que a empresa bovina tende à monocultura e a uma desproporcional concentração de riquezas e diminuição no emprego rural. Não é de admirar, pois, que a política praticada nesta última década, ao retirar da hinterlândia condições de sobrevivência econômica, pela proibição da maioria de suas atividades tradicionais, tenha contribuído, mais do que qualquer outro fator, para expulsar o homem do rio e da floresta, esvaziar o beiradão e o interior, provocando o êxodo rural maciço para a cidade grande, onde passou a viver marginalizado e afundado nas periferias dos centros urbanos, criando sérios problemas de adaptação e investimentos públicos, congestionamento e degradação da qualidade da vida humana.

<i>Ariranha</i>			<i>Maracujá, onça, gato-do-mato</i>		
<i>Rondônia</i>	21 -	Cr\$	311	105 -	Cr\$ 4.410
<i>Acre</i>	499		23.520	7.831	212.662
<i>Amazonas</i>	673		10.108	788	26.050
<i>Roraima</i>	3		18	61	342
<i>Pará</i>	773		20.655	6.647	179.570
<i>Amapá</i>	435		18.400	325	13.755
<i>Total (1963)</i>	2.404	Cr\$	73.012	15.757	Cr\$ 436.789
<i>Caititu, Queixada</i>			<i>Capivara</i>		
<i>Rondônia</i>	12.194	Cr\$	4.626	-	-
<i>Acre</i>	105.426		76.501	130	Cr\$ 13
<i>Amazonas</i>	115.404		66.276	81.283	12.192
<i>Roraima</i>	1.518		439	-	-
<i>Pará</i>	51.613		27.668	18.392	4.318
<i>Amapá</i>	2.310		1.050	635	157
<i>Total (1963)</i>	288.465	Cr\$	176.560	100.440	Cr\$ 16.680
<i>Veado</i>			<i>Jacaré</i>		
<i>Rondônia</i>	11.620 -	Cr\$	2.581	4.887 -	Cr\$ 17.962
<i>Acre</i>	59.290		50.866	1.840	2.111
<i>Amazonas</i>	52.707		21.083	48.734	48.734
<i>Roraima</i>	1.685		319	1.368	2.499
<i>Pará</i>	49.912		30.155	40.980	97.679
<i>Amapá</i>	1.005		332	3.468	16.729
<i>Total (1963)</i>	176.219	Cr\$	105.336	101.277	Cr\$ 185.714

## DESFRUTE ANUAL POR ESPÉCIE

	<i>Taxa anual de desfrute por unidade</i>	<i>Preço médio FOB, couro curtido por unidade</i>
<i>Veado</i>	150.000	U\$ 10,00
<i>Caititu</i>	200.000	10,00
<i>Queixada</i>	150.000	8,00
<i>Capivara</i>	100.000	5,00
<i>Onça/maracujá</i>	10.000	100,00
<u><i>Jacaré</i></u>	<u>300.000</u>	<u>40,00</u>
<i>Totais .....</i>	910.000	
	<i>Valor total da exportação FOB em U\$ 1.00</i>	<i>Valor total em Cr\$ 1,00 – Taxa dólar Cr\$ 12,27</i>
	U\$ 1.500.000,00	Cr\$ 18.405.000,00
	2.000.000,00	24.540.000,00
	1.200.000,00	14.724.000,00
	500.000,00	6.135.000,00
	1.000.000,00	12.270.000,00
	<u>12.000.000,00</u>	<u>147.240.000,00</u>

#### 14 Mandioca, milho, arroz e feijão

O mundo equatorial que o português encontrou na Amazônia era hostil e adverso, porém a conquista territorial inspirada sob o signo do mercantilismo colonial em busca da mina, ao se ver frustrada pelo mito e pela lenda, teve de procurar uma base econômica de sustentação e sobrevivência. Essa base somente lhe poderia ser dada pela experiência indígena. Extraindo a sua subsistência da caça e dos frutos da floresta, dos peixes dos rios e dos lagos, ou da mandioca dos roçados, os índios amazônicos não estavam preparados para oferecer ao colonizador luso nem mão de obra nem experiência agrícola diversificada que permitisse, desde logo, a formação de um empreendimento agro-euro-amazônico. A colheita dos frutos silvestres, a caça aos bichos da floresta, a extração de raízes e tubérculos de suas lavouras itinerantes, a pesca dos bichos de casco e peixes, forçavam as tribos esparsas a um nomadismo econômico incompatível com a estrutura de uma sociedade agrícola sedentária, agravada pelo fato de que sertanistas, entradistas, bandeirantes e missionários, todos eles, contribuíram para destruir a base demográfica da Amazônia, através do apresamento, escravidão e destruição da cultura ameríndia.

Por sua vez, os hábitos alimentares do europeu, baseados na carne, nos cereais e nas leguminosas, provinham de uma centenária experiência agrícola desenvolvida nos países da zona temperada, e a sua aclimação ao meio tropical exigiria um grande esforço, de resultado incerto e duvidoso, em virtude das condições ecológicas diferentes, apesar de já haverem obtido alguma experiência nas colônias de Cabo Verde, São Tomé, nas Áfricas e nas Índias. Além do mais, o colono, o ilhéu, o algarviano, o judeu, o cristão novo ou velho, vieram armados de um espírito de aventura e cobiça para conquistar e “fazer a Amazônia”, e não para criar neste mundo novo de águas e florestas uma sociedade à imagem e semelhança da sua. A mão de obra africana, que havia ensejado a prosperidade dos senhores de engenho do Nordeste, não estava disponível na região e a **indiada** era refratária às reduções e aos arraiais do sedentarismo agrícola das missões e aldeias, insubmissa à escravidão e à conversão, base do sistema ético-agrícola colonizador. Assim, na impossibilidade de criar uma lavoura alimentar que justificasse a posse, o colono recém-chegado derivou para o empreendimento florestal e extrativo, no qual o índio lhe servia de mestre e guia.<sup>17</sup> A droga e o bicho do sertão passaram, assim, a constituir, como já vimos, a primeira experiência econômica do colono por força dos fatores acima e em função da existência de um mercado ultramarino ávido pelas especiarias exóticas, nas quais os portugueses haviam obtido experiência mercantil ao assenhorear-se das rotas de comércio das Índias, que se conformava com os objetivos imperiais e econômicos do período dos descobrimentos e da conquista do continente, sob o signo da droga e da mina.

Algumas tentativas agrícolas, no entanto, foram realizadas passado esse período de adaptação inicial, quando a partir de 1750, durante a época pombalina, o governo português voltou-se para a Amazônia, na esperança de aqui construir um poderoso império colonial em desafio à Espanha. A introdução do arroz de Carolina, no Maranhão, do boi em Marajó, do café da Guiana, do cravo-da-índia, da pimenta da África, do fruta-pão e da cana de Cayenne, além do tabaco e do algodão, constituíram o início da empresa agrária amazônica, através dos esforços dos colonos, mercadores, missionários e autoridades capitaniais nas reduções, fazendas, aldeamentos e missões. Nota-se, desde logo, a preocupação nesse esforço de criar uma lavoura mercantilista, sobretudo com base no algodão,

cacau nativo, café e cana, e não para fundar uma agricultura de subsistência e de produtos alimentares que atendesse às necessidades das comunidades em formação. Esta tarefa da agrossubsistência seria eminentemente indígena-cabocla, numa economia fechada, autárquica e não monetária. Institucionalizou-se, deste modo, um tipo de estrutura econômica e social que afastou o homem do trabalho orientado para atender os seus próprios interesses, em favor de um mercantilismo agrícola e extrativo.

Passado o período colonial, a empresa agrícola na Amazônia seria novamente dificultada pelo recrudescimento da economia de base silvestre, proporcionada agora pelo “rush” da borracha. Os relatórios dos presidentes das províncias do Grão-Pará e Amazonas refletem, sistematicamente, as mesmas queixas e lamúrias sobre o desinteresse pela lavoura, atribuído à irresistível atração que o extrativismo exercia pelos altos preços dos produtos florestais. Esta situação, em muitos aspectos, permanece válida para grande parte da Amazônia Interior. Confinou-se a lavoura de subsistência ao círculo da economia natural, do autoconsumo, praticada pelos caboclos nos roçados e sítios, às margens dos rios, nos varzeados, de caráter sazonal, regulada pelo ciclo das águas das cheias e vazões. Sobre tal base assentou-se a rotineira agricultura temporária de pequeno ciclo, como se verifica ainda hoje nas estatísticas oficiais, e que demonstram que nas culturas temporárias foram utilizados 427.959 hectares contra 23.941 hectares de culturas permanentes, conforme quadros adiante publicados.

A dispersão e o isolamento do homem muito contribuíram para a manutenção desses baixos índices de padrão agrícola, à falta de estímulos monetários e de mercado que pudessem absorver os eventuais excedentes, sujeitos, como toda a produção agroalimentar, ao determinismo da perecibilidade. De outro lado, agravando essa tendência, os termos de troca perversos – entre produtos agroperecíveis e produtos floroduráveis, foram sempre favoráveis a estes – um quilo de borracha chegou, nos áureos tempos, a comprar trinta quilos de arroz de modo que as vantagens absolutas e relativas impediam a expansão da empreitada agrícola. O sistema mercantil-extrativista, embora seletivo, ecológico, porém monopolizador, e de base latifundiária, teria pois, que fatalmente confinar o setor de produção de alimentos, pois os interesses criados e dominantes orientaram as atividades econômicas em função dos mercados externos, tanto para fins de abastecimento alimentar como para colocação dos gêneros de produção silvestre.

Criou-se, assim, um tipo de economia de alto coeficiente de trocas, cuja característica principal é a importação de quase tudo o que se consome e a exportação de quase tudo aquilo que se produz.

No quadro estagnacionista, que ainda é contemporâneo de grande parte da área ribeirinha, nas roças e sítios do beiradão da Amazônia Interior, o empreendimento agrícola, iniciado como empresa familiar, passou nos últimos decênios, com o declínio da renda do extrator e a crescente concentração demográfica na calha central e nos grandes e médios centros urbanos, que hoje atraiu cerca de 60% da população amazônica, ou seja, cerca de 2,5 milhões de pessoas, vivendo no Baixo, Médio e Alto Amazonas, a apresentar melhores condições de rentabilidade e a integrar-se no contexto da economia monetária do mercado intrarregional. Esta nova tendência vem sendo observada, através da melhora dos termos da equação de trocas que passou a favorecer o produto agrícola, não só em consequência da pressão da demanda dos centros urbanos como também pelas dificuldades decorrentes da irregularidade de abastecimento e dos altos custos de transferência que servem de

barreira protecionista à produção local. Essas dificuldades vêm sendo progressivamente vencidas pela integração rodoviária dos três grandes meridianos rodoviários de Belém-Brasília, Cuiabá-Santarém, Cuiabá-Porto Velho-Manaus-Boa Vista, que têm servido como vias alternativas de suprimento e, sobretudo, de integração e intercâmbio no sentido norte-sul da bacia com as áreas mais desenvolvidas do Centro-Sul. Neste quadro, deve ser incluído, também, o trabalho que os órgãos de desenvolvimento e financiamento como Sudam, Suframa, Basa, Embrapa, Inpa, governos estadual e federal, estão realizando em termos de infraestrutura social, técnica, econômica e financeira, com aporte de recursos, investimentos e pesquisa, que estão proporcionando economias externas para a melhora da produtividade e da renda agrícola. A calha central merece, pela concentração demográfica e pela sua posição geopolítica e geossocial, um aumento da carga estratégica nos planos de desenvolvimento regional, para contrabalançar os programas do mediterrâneo rodoviário que predominaram durante algum tempo pela prevalência de módulos megafundiários, que precisam agora ser corrigidos pela formação de núcleos mais modestos e mais democráticos, em benefício da maioria da população que tem a sua vida vinculada aos destinos do grande rio, na sua calha central mais rica e mais viável em termos agrícolas e de produção alimentar.

Pelos dados conhecidos hoje, verifica-se que as áreas tradicionalmente agrícolas, na zona bragantina, nos vales úmidos do Pindaré e Mearim, nos varzeados do Baixo Amazonas, no planalto agrícola de Santarém e nas frentes ribeirinhas do Médio Amazonas e Solimões, que integram a frente agrícola, agora suplementadas pela incorporação das novas frentes rondoniense e acreana, todas elas estão se beneficiando dessa posição favorável e tenderão a crescer à medida que aumentar a pressão da demanda de alimentos por parte dos centros urbanos polarizadores e melhorar o nível de renda da população em geral.

Estes novos fatores virão contribuir, decisivamente, para modificar o quadro estagnacionista da produção de alimentos da Amazônia, cujo “déficit” é facilmente percebido pelo estudo dos componentes de sua pauta de importações em comparação com o nível regional de produção local.

Entre os produtos de sustentação alimentar destacamos quatro deles, que simbolicamente os representam: mandioca, milho, arroz e feijão – **um romanceiro da roça e do beiradão** –, que aguardam ainda uma pesquisa oikopolítica e oikosociológica<sup>18</sup> para definir, mensurar e traçar um perfil-diagnóstico do que, empiricamente, já foi realizado em retrospectiva, e projetar para o futuro um cenário prospectivo das novas tendências emergentes e inovadoras. Por enquanto se sabe que, em termos de quilometragem quadrada, os férteis varzeados amazônicos são estimados em cerca de 100.000 km<sup>2</sup>, ou seja, 10.000.000 hectares, dos quais estão sendo utilizados 484.765 hectares em agricultura temporária, acompanhando o ciclo das águas e da estação, e 132.366 hectares em lavouras permanentes, totalizando 627.131 hectares, ou seja menos de 6% do seu potencial, conforme o censo de 1970. Já pelos dados registrados pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República, referente a 1973, a área efetivamente colhida nas culturas temporárias foi de 427.959 hectares e nas culturas permanentes apenas 23.941 hectares, o que neste caso representa cerca de 4% das terras mais férteis e produtivas das várzeas, onde estão localizadas as culturas temporárias, ainda encontradas também nos beiradões da terra firme, às margens da calha central dominadora e dos seus principais tributários.

Um romanceiro da roça e do beiradão, de base oikopolítica e oikosociológica, ao estudo dos aspectos vivenciais das culturas agrícolas temporárias e permanentes, da várzea e do beiradão, incluiria, sem dúvida, na sua listagem, em primeiro lugar, o papel histórico e atual representado pela mandioca – o pão dos trópicos – também conhecida por maniva, macaxeira, aipim, manuba, mandubã ou **Manihot utilíssima L.**, como e cientificamente conhecida essa euforbiácea. Originária da América indígena, o seu uso popularizou-se em todo o Brasil, e especialmente na Amazônia, onde constitui a base complementar e alimentícia indispensável como acompanhamento de qualquer outro alimento, representando a sua produção em 64% em peso, em relação a todas as culturas temporárias, e 60% em valor, quando convertida em farinha. Da mandioca, segundo dados publicados pelo antigo Ipean, podem ser extraídos uma média de 33% de farinha d'água ou seca, e 34% de fécula, sendo o restante representado por casca (10%), água e tucupi<sup>19</sup>. Existem dois tipos: a mandioca amarga, propriamente dita, da qual se origina a farinha d'água (fermentada), a seca (crua) e a suruí, cujo sumo é tóxico e, após tratamento, se transforma no tucupi, um molho de excelente sabor que acompanha diversos pratos típicos regionais (pato no tucupi, caldeirada de peixe e tacacá); e a mandioca doce, ou macaxeira, de maior uso no Sul do País, onde é conhecida sob o nome de aipim, que pode ser assada, frita, cozida ou ainda transformada em purê. Existe todo um complexo alimentar, de base indígena, originário da mandioca: farinha seca, d'água, suruí, tapioca, goma, tucupi, carimã, maniçoba, beiju, amido, etc. Em termos de produtividade, o antigo Ipean estimou em cerca de 20 toneladas de tubérculos por hectare, sem adubação, em condições de solo de terra firme, tipo latossolo amarelo, podendo essa produtividade alcançar até 40 toneladas com fertilizantes. É importante salientar que o rendimento médio por hectare de mandioca no Brasil é de 12.609 kg/ha, enquanto que no Estado do Amazonas e Rondônia é superior a 20.000 kg/ha, os mais altos índices da produtividade brasileira. Dos 26 milhões de toneladas de mandioca em raiz produzidas no Brasil em 1973, a Amazônia Clássica participou com 1,4 milhões, ou seja, mais de 5%.

Existem inúmeras variedades de mandioca conhecidas e entre das o Ipean destaca a Tataruaia, Mameluca, Pretinha e Jurara. O Basa (Banco da Amazônia) menciona: Hamburguesa, Sutinga, Maniava, Inha, Taxi, Pecuí, Jarará, Chapéu-de-Sol. A Acar-Amazonas destaca as variedades de massa amarela: Jaboti, Orama, Pretinha, Azulona, Antonina, Mata Porco, Amarelona, Irauari, Arara, Marrequinha, Teiú e Ouro; e as de massa branca: Peruana, Macaxeira, Manequinha, Aperezinha e Santo Amâncio. Seu ciclo produtivo é de geralmente 18 meses, havendo, no entanto, o antigo Ipean, na zona bragantina, conseguido uma variedade de ciclo de 12 meses.

O processo industrial de fabricação da farinha é bastante trabalhoso e inclui a raspagem, lavagem, ralagem, prensagem, peneiragem, torração, esfriamento e embalagem para a farinha seca; e fermentação, descascamento, esmagamento, prensagem, peneiragem, torração, esfriamento e embalagem para a farinha d'água, sendo que esta última é de maior consumo no Amazonas; a farinha do Uarini é a mais famosa, pelo sabor e qualidade, alcançando sempre maior preço no mercado, produzida na Vila do Uarini (Tefé), onde todos os anos, no princípio de janeiro, realiza-se a tradicional Festa da Farinha.

Se o complexo mandiogueiro e farinheiro constitui a base de alimentação cabocla e amazônica, não se pode desprezar o enorme potencial desse módulo para um conjunto de utilizações industriais, para fins energéticos, para a produção de álcool e para preparação de rações balanceadas para animais. Recentemente uma missão japonesa esteve em Belém<sup>20</sup> para estudar a viabilidade de

implantação de um projeto para produção de 140.000 toneladas de tubérculos por ano, para fabricação de ração de mandioca peletizada, bem como para produção de álcool carburante em larga escala, como alternativa válida para a atual crise de combustíveis. A Comissão de Financiamento de Produção, por sua vez, garantiu para a safra de 1976/77 o preço mínimo de Cr\$ 160,00 a Cr\$ 185,00 por tonelada de mandioca em raiz.

À semelhança da mandioca, o milho, o arroz, o feijão têm enormes possibilidades desde desenvolvimento agrícola, para criar na Amazônia uma produção alimentar que complemente a agricultura de matérias-primas e industriais (juta, malva e pimenta-do-reino), a produção extrativa vegetal e mineral, a produção pecuária, avícola e pesqueira.

Os quadros seguintes traçam um perfil da produção desses quatro produtos alimentares básicos e servem para dar uma ideia aproximada da dimensão do setor e da sua contribuição na geração do produto interno, cujos preços e valores foram por nós atualizados e estimados.

### MANDIOCA, MILHO, ARROZ E FEIJÃO PRODUÇÃO POR QUANTIDADE E VALOR - 1973 COMPARATIVA COM A PRODUÇÃO DE 1964

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	MANDIOCA EM RAIZ t - Cr\$ 1.000	MILHO t - Cr\$ 1.000	ARROZ COM CASCA t - Cr\$ 1.000	FEIJÃO t - Cr\$ 1.000
RONDÔNIA	18.535 - 4.785	2.950 - 1.650	34.290 - 24.726	3.672 - 4.538
ACRE	88.675 - 16.903	7.284 - 3.899	7.052 - 4.210	2.571 - 3.274
AMAZONAS	264.105 - 13.269	1.793 - 1.113	2.444 - 1.820	1.190 - 896
RORAIMA	6.940 - 788	1.563 - 1.302	1.527 - 1.527	49 - 125
PARÁ	1.013.675 - 111.621	47.423 - 18.783	81.398 - 36.374	7.309 - 7.841
AMAPÁ	14.550 - 3.711	138 - 88	314 - 197	20 - 22
<b>TOTAL 1973</b>	<b>1.406.480 - 151.077</b>	<b>61.151 - 26.835</b>	<b>127.025 - 68.854</b>	<b>14.811 - 16.696</b>
Preço médio p/kg - 1973 (mandioca)	Cr\$ 0,11	Cr\$ 0,44	Cr\$ 0,54	Cr\$ 0,12
Preço médio varejo p/kg - 1976 (farinha)	Cr\$ 3,00	Cr\$ 2,00	Cr\$ 1,50	Cr\$ 6,00
<b>TOTAL 1964</b>	<b>1.401.078 -</b>	<b>43.815 -</b>	<b>59.858 -</b>	<b>12.010 -</b>

Fonte: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Levantamento da Produção Agrícola Municipal. IBGE, 1973.

Dados de 1964 - IBGE, Anuário Estatísticos 1965. Os valores do preço médio p/kg 1973 devem ser preços de produtos ou sub-avaliados. Os preços médios de varejo de 1976 foram por nós avaliados e baseados no Índice Nacional de Preços, Região Norte e Boletins Estatísticos da CEASA de 1976. A mandioca em raiz foi convertida em farinha, na base de 33% do seu peso, conforme dados do IPEAN. Vide quadro sobre Culturas Temporárias na Amazônia Clássica - 73% da área colhida das culturas temporárias está representada por mandioca, milho, feijão e arroz, e 78% do seu valor a preços de varejo.

### MANDIOCA, MILHO, ARROZ E FEIJÃO - 1973 VALOR FA PRODUÇÃO E PREÇOS DE VAREJO EM DEZEMBRO DE 1975

PRODUTOS	RONDÔNIA t - Cr\$ 1.000	ACRE t - Cr\$ 1.000	AMAZONAS t - Cr\$ 1.000	RORAIMA t - Cr\$ 1.000	PARÁ t - Cr\$ 1.000
<b>TOTAL</b>	<b>186.732</b>	<b>148.810</b>	<b>289.218</b>	<b>16.718</b>	<b>1.501.937</b>

<b>PRODUTOS</b>	<b>RONDÔNIA</b> <b>t – Cr\$ 1.000</b>	<b>ACRE</b> <b>t – Cr\$ 1.000</b>	<b>AMAZONAS</b> <b>t – Cr\$ 1.000</b>	<b>RORAIMA</b> <b>t – Cr\$ 1.000</b>	<b>PARÁ</b> <b>t – Cr\$ 1.000</b>
MANDIOCA (farinha) Cr\$ 3,39 p/kg	5.560 - 18.848	26.602 - 90.180	79.231 - 268.593	2.082 - 7.057	304.102 - 1.030.905
MILHO Cr\$ 2,00 p/kg	2.950 - 5.900	7.284 - 14.568	1.793 - 3.586	1.563 - 3.126	47.423 - 94.846
ARROZ Cr\$ 4,00 p/kg	34.290 - 140.246	7.052 - 28.842	2.444 - 9.995	1.527 - 6.245	81.398 - 332.917
FEIJÃO Cr\$ 5,92 p/kg	3.672 - 21.738	2.571 - 15.220	1.190 - 7.044	49 - 290	7.309 - 43.269
<b>TOTAL</b>	<b>186.732</b>	<b>148.810</b>	<b>289.218</b>	<b>16.718</b>	<b>1.501.937</b>

**FONTE:** Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Inquérito Nacional de Preços. Dezembro de 1975.

**OBS:** – O produto mandioca em raiz foi reduzido a farinha (seca e d' água), na proporção de 33% do peso, de acordo com o rendimento médio calculado pelo Instituto de Pesquisas Agropecuárias do Norte, na pesquisa “Projeto de Agricultura por Produção de Alimentos”, Belém, 1966. Pelo Inquérito Nacional de Preços, na Região Norte, o preço por quilo da farinha era de Cr\$ 3,39; do milho Cr\$ 2,00; do arroz mais barato Cr\$ 4,00 e do feijão mais barato Cr\$ 5,92, preços de varejo em dezembro de 1975. Os cálculos acima, do autor, foram baseados nessas cotações. Se quisermos fazer uma atualização para dezembro de 1976, esses preços, caso tenham acompanhado o índice geral de preços revelado pelo Ministro da Fazenda, teriam que ser corrigidos em 46%, para acompanhar o índice inflacionário registrado em 1976.

#### 15. Peixe

A economia pesqueira vem sendo praticada na Amazônia desde os tempos coloniais, tanto para fins de consumo doméstico local quanto para fins mercantis e de exportação. O estabelecimento dos famosos pesqueiros reais, no século XVIII, no Solimões e Amazonas, e dos arraiais, feitorias e colônias de pesca constituem exemplos da preocupação do governo colonial de criar uma base alimentar própria na região, que, ao lado da introdução do boi em Marajó e disseminado no Baixo Amazonas, daria uma dieta proteica balanceada às populações ribeirinhas e suporte à economia florestal de base coletora e extrativa, que sempre foi o grande atrativo regional.

Alimento de alto valor proteico, o peixe constitui, ao lado da farinha de mandioca, a base da alimentação do povo ribeirinho, a custo praticamente zero. Por se tratar, em grande parte de pesca de subsistência, pertence aos quadros da economia doméstica natural de difícil mensuração, pois não chega a figurar no cômputo das estatísticas da Contabilidade Nacional e do Produto Interno.

Embora praticada durante todo o ano, o período mais abundante é durante a baixada das águas, quando os lagos de várzeas se transformam em cativairo de peixes e os igapós não podem oferecer proteção nem refúgio aos cardumes. Ao longo de toda a costa atlântica amazônica, de 1.800 km (1.866 Km se incluirmos o litoral maranhense), da vasta rede fluvial de mais de 40.000 km e do sistema lacustre espalhado em toda a região, a pesca é intensamente praticada, dada a grande variedade de peixes, crustáceos e quelônios, dos quais se conhecem mais de 1.200 espécies. As técnicas artesanais empregadas na captura desses recursos e a pobreza da infraestrutura de apoio para o transporte, conservação, industrialização, distribuição e exportação dos produtos pesqueiros explicam porque, apesar de ser praticada extensivamente em toda a região desde os tempos coloniais, não atingiu uma estrutura e porte que impulsionasse o seu desenvolvimento. Daí porque permanece válida a tese da necessidade de conferir prioridade à economia pesqueira, dada a sua relevante função no processo de desenvolvimento da área, que está a exigir um considerável esforço de investimento em recursos humanos, materiais e científicos para ultrapassar a atual fase da pesca artesanal – uma espécie de garimpo fluvial do peixe – em favor de técnicas e práticas para assegurar uma oferta mais ampla desse importante alimento às populações ribeirinhas, urbanas e da faixa oceânica amazônica.

É desolador verificar que mesmo depois da criação da Sudepe não se tenha ainda desenvolvido um programa científico e tecnológico indispensável para conhecer a ecologia da biota fluvial, identificar e inventariar as espécies ictiológicas fluviais, lacustres e marítimas, e definir um programa tecnológico e científico de extensão e profundidade. Tal programa deveria, entre outros objetivos a serem perseguidos;

1) Investigar os problemas gerais e específicos da biota pesqueira oceanográfica, fluvial e lacustre, compreendendo inventário por amostragem, à semelhança do que fez a FAO/Sudam/IBDF com relação à floresta, das espécies de peixes, quantidade, valor e aproveitamento comercial;

2) Avaliar os recursos pesqueiros para identificar as melhores áreas suscetíveis de lastrear projetos de exploração racional;

3) Localizar os cardumes e fazer o mapeamento de fundos pesqueiros para ajudar a traçar a carta de pesca regional;

4) Estudar os hábitos migratórios das espécies e a genética, reprodução e desova, com vistas a definir a abertura da estação, a sazonalidade exploratória e a introdução de medidas conservacionistas que evitem a pesca ambiciosa e destrutiva ao invés da pura proibição;

5) Pesquisar o ecossistema da biota fluvial, para determinar até que ponto a proibição da pesca de jacaré, que determinou nestes últimos anos uma superpopulação sáuria, tem contribuído para dizimar as outras espécies, inclusive o pirarucu e outros peixes nobres;

6) Pesquisar as correntes marítimas e fluviais e avaliar a fertilidade dos rios de água barrenta, clara e escura, para propiciar a criação de centros de piscicultura e “fazendas de peixes”;

7) Modernizar os sistemas de captura para conferir maior produtividade e aumentar a renda “per capita” do pescador, sem risco de destruição das espécies, mediante o aparelhamento da frota pesqueira, a disseminação de novas técnicas de pesca industrial e utilização do frio industrial e do sal mineral fóssil, de menor teor higroscópico, para melhor conservação das safras, cuja perda por deterioração é avaliada em cerca de 30%;

8) Instalar centros de pesquisa e treinamento nas universidades amazônicas, em convênio com o Inpa, Sudepe, IBDF, Sudam, Suframa e outros órgãos, para criação de institutos de biota fluvial para treinamento, capacitação e pesquisa;

9) Criar incentivos especiais para a industrialização do peixe e subprodutos como entrepostos e estabelecimentos de beneficiamento, conservação, industrialização e comercialização, objetivando o aproveitamento das principais espécies fluviais entre eles o pirarucu, tucunaré, tambaqui, pescada, sardinha e outras; e espécies oceânicas, por ex.: a tainha, cavala, camarão, caranguejo, para a preparação racional de peixe seco, salgado, defumado, congelado e enlatados, bem como centros de preparo de farinha de peixe, extração de óleos e aproveitamento de subprodutos, para fins alimentícios e industriais;

10) Melhorar o sistema de armazenamento, distribuição e comercialização, mediante a instalação de terminais pesqueiros, implantação de fábricas de gelo seco e em escamas, implantação de pequenos frigoríficos em locais estratégicos e organização de postos de vendas, como a Cobal supermercados e peixarias nos açougues, para disseminar o hábito da dieta à base do peixe, e torná-lo mais acessível, a preços mais baixos, para aliviar a pressão da demanda sobre os rebanhos bovinos,

dada à propensão tradicional do consumidor urbano pela carne, cujos preços tendem a subir por força dos altos investimentos em terras, campos, pastagens e rações.

Este seria, sem dúvida, um ambicioso programa de médio e longo prazo. Demandaria consideráveis investimentos nos setores de pesquisa, produção, transporte, industrialização e comercialização, mas compensaria de largo, pois além de ajudar a fixação do homem do interior, pela criação de uma economia pesqueira progressista e de alto rendimento, em apoio ao processo de desenvolvimento regional, aproveitaria um recurso natural, com as precauções devidas para evitar a predação, dada as favoráveis condições ecológicas regionais e o meio hídrico amazônico que representa um quinto da disponibilidade de água doce, ainda não poluída, o que é um fato favorável para o desenvolvimento de um programa pesqueiro. Isto poderia servir de lema para a conquista do mercado nacional e exterior, dado o receio causado pela contaminação dos peixes, provocada pelo mercúrio e outros agentes químicos tóxicos agressivos e poluentes lançados pelas indústrias nos rios e oceanos, causando sério prejuízo à vida das populações, como no caso da Baía de Minamoto, no Japão, e na Enseada dos Alagados, na Bahia.

Com o objetivo de dimensionar o módulo pesqueiro e permitir a elaboração de um programa, como o acima mencionado, transcrevemos a seguir os dados conhecidos, referentes a 1973:

<i>PRODUÇÃO DE PESCADO, 1973</i>		
	<i>Quantidade (t)</i>	<i>Valor Cr\$ 1.000</i>
<i>Rondônia</i>	951	2.232
<i>Acre</i>	377	1.214
<i>Amazonas</i>	19.426	28.815
<i>Roraima</i>	139	638
<i>Pará</i>	31.603	56.770
<i>Amapá</i>	744	1.342
<b>Total</b>	<b>53.240</b>	<b>91.011</b>
<i>Preço Médio Consumo "per capita"</i>	13,4 Kg p/hab.	Cr\$ 1,70 p/Kg.

O módulo acima está, evidentemente, falho, pois sendo o peixe a principal fonte de alimentação do ribeirinho e das classes pobres das cidades, não é possível conceber-se um consumo de 13,4 kg de peixe "per capita" em 1973, quando a população da Amazônia, nas suas seis áreas, era estimada em 3.959.700 habitantes, enquanto em 1970 as estatísticas ibegeanas apresentavam um consumo de carne bovina de 44.742 toneladas para uma população de 3.650.750 habitantes, equivalente a um consumo médio de 12,2 kg de carne por amazônida. Considerando que o

preço do peixe, no varejo, nos territórios de Rondônia, Roraima e Amapá e Estados do Acre, Amazonas e Pará, segundo o **Inquérito Nacional de Preços** de dezembro de 1975, publicado pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República, era, para a grande região Norte, Cr\$ 7,46 o quilo, contra Cr\$ 19,27 para o quilo da carne, representando assim uma relação 1/2,58; e considerando ainda os dados levantados pela Codeama na **Pesquisa Sobre Orçamentos Familiares e Dispendios e Hábitos de Consumo**, pode-se chegar à conclusão de que o consumo de peixe "per capita" na região amazônica, inclusive o peixe proveniente da pesca de subsistência no interior, não computados nas estatísticas do Produto Interno, pode ser estimado em cerca de 40 kg "per capita" no

ano de 1976, o que daria um consumo aproximado, anual, de 240 kg por família de seis pessoas, ou seja, um consumo equivalente a cerca de cem gramas por dia, por pessoa, insuficiente para fornecer as calorias necessárias para um ser humano. Utilizando essa inferência e cálculo indireto, poderemos, assim, melhor avaliar a produção de pescado na Amazônia, a que é comercializada nos mercados e a que é consumida em regime de economia natural, a custo quase zero:

<b>PRODUTO E CONSUMO ESTIMADO DE PEIXE, 1976</b>		
	<b>Quantidade (t)</b>	<b>Valor Cr\$ 1.000</b>
<i>Rondônia</i>	5.880	58.800
<i>Acre</i>	10.240	102.400
<i>Amazonas</i>	44.800	448.000
<i>Roraima</i>	1.960	19.600
<i>Pará</i>	105.040	1.050.400
<i>Amapá</i>	5.920	59.200
<b>Total</b>	<b>173.840</b>	<b>1.738.400</b>

**Fonte:** Quantidade – Estimativa do autor e **Pesquisa de Orçamentos Familiares e Hábitos de Consumo**, elaborada em 1974 pela CODEAMA. População das Unidades federais estimada pelo IBGE para 1976; 4.347.000 hab. x 40 kg de peixe “per capita” ao ano. Preços do peixe no varejo baseados no custo do pescado, classe popular de Cr\$ 10,00 por quilo, nos mercados e feiras de Manaus. O preço dos peixes de primeira classe e especial (pescada, tucunaré, tambaqui) está sendo cotado a cerca de Cr\$ 15,00 o quilo.

Creio não haver exagero em nossa avaliação. Seria interessante que a Sudepe, à semelhança do que fez a FAO/Sudam/IBDF com relação à produção e inventário florestal, procedesse a uma pesquisa de mercado e diagnóstico da produção e consumo, para bem conhecer a dimensão mercadológica do setor e o valor de sua contribuição para a geração do Produto Interno Bruto Amazônico, que sempre menosprezou ou subavaliou nas estatísticas oficiais, pois pelos nossos cálculos a contribuição do setor pesqueiro se eleva a Cr\$ 1.700 milhões.

O problema da fome, tanto em termos quantitativos como qualitativos-carenciais, atinge, segundo a FAO, cerca de dois terços da população mundial, localizados nas áreas “lumpen-desenvolvidas” da Ásia, África e América Latina. A explosão demográfica que se verifica nessas áreas, acusando uma expansão da ordem de 2 a 3,5% ao ano de crescimento vegetativo, equivale a um aumento absoluto da ordem de cerca de 70 milhões de pessoas cada ano, que não vem sendo compensada pela expansão agrícola-alimentar. A incorporação de novas feiras agrícolas para fins de produção de alimentos torna-se cada dia mais difícil, não só em virtude da escassez de terras agricultáveis, como pela exigência de grandes investimentos em irrigação, energia, tratorização, combate à erosão, bem como pelo uso de fertilizantes, corretivos e defensivos, cujos preços, após a quintuplicação dos preços de petróleo, constituem sérios obstáculos à produção de alimentos, sem levar em conta o problema recente que o uso de defensivos e fertilizantes pode resultar danos ecológicos e à própria saúde e sobrevivência humana.

As águas doce, salgada e salobre dos rios, lagos e mares que cobrem dois terços da superfície do planeta representam um enorme manancial para fins de produção de alimentos. O peixe, que tem na água o seu “habitat” natural e que tem uma capacidade milionária de fertilidade e rápida reprodução, constitui a mais viável e econômica solução para saciar a fome de alimentos proteicos em todo o mundo. É bem possível que, após a utilização da arma-petróleo, que gerou a crise de energia e

desequilíbrio o balanço de pagamentos dos países do terceiro mundo importadores de petróleo, o peixe venha a constituir uma solução para aqueles países. O Brasil, que possui um extenso litoral de 7.408 quilômetros e a Amazônia a maior reserva hídrica mundial de água doce não poluída – pode enfrentar as

atuais dificuldades e superar o desequilíbrio de seu comércio externo e do seu crescente endividamento. O peixe, não como arma-proteica, pois seria contrário aos nossos sentimentos de amazônidas e brasileiros utilizá-lo como instrumento de confisco e pressão mundial, mas como instrumento e meio de minorar as carências alimentares do povo brasileiro e saciar a fome dos países do primeiro ao quinto mundo.<sup>21</sup> Dentro dessa linha de raciocínio, é bem possível que dentro de um decênio, quando a crise de petróleo houver cessado pela descoberta de novas fontes de produção energética, o III e IV PND nacional venham a substituir os investimentos nas plataformas submarinas do mar territorial por estações e plataformas pesqueiras, e as atuais 600.000 toneladas da produção brasileira de pescado se transformem em 6 milhões de toneladas, a exemplo do Japão, China, União Soviética e Peru. Possivelmente, essa decuplicação da produção pesqueira venha a valer muito mais, e com investimentos muito menores, do que as expectativas de autossuficiência na produção de petróleo, cujo futuro não mais estará vinculado à geração de energia, mas à produção petroquímica, dada a nobreza e escassez desse combustível fóssil.

A Amazônia, dentro desse cenário, possui condições excepcionais para criar e desenvolver essa estratégia, através de um vigoroso programa científico, tecnológico e empresarial para a exploração racional, não predatória, dos seus recursos pesqueiros. Porque não basta ensinar à humanidade a comer peixe, é necessário que ela aprenda a pescar.

#### **16. Minérios**

O processo de desenvolvimento econômico na Amazônia, embora na fase atual esteja bastante diversificado, multipolarizando-se as diferentes frentes de trabalho e ocupação, esteve no passado bastante dependente das variações cíclicas decorrentes da pressão mundial sobre os preços dos produtos florestais exportáveis, sujeitos, assim, às injunções conjunturais da prosperidade-depressão. A raridade e escassez do monopólio do produto silvestre provocava a elevação de preços, até que surgissem produtos concorrentes em outras áreas ecologicamente similares, ou fossem desenvolvidos sucedâneos sintéticos, como no caso dos elastômeros, fibras e óleos essenciais. A estrutura social e econômica daí resultante adquiria grande rigidez, por motivo da relativa inelasticidade na oferta, que fazia elevar ainda mais o preço nos mercados mundiais, sem a alternativa regional de expansão do setor produtivo, para poder se beneficiar de economias escalares e de ganhos extras nas relações de troca, ajudando a capitalização das empresas. As baixas cíclicas e as sequelas da fase depressiva aluavam de modo a eliminar os benefícios e vantagens auferidos nos períodos de melhora conjuntural, e transmitindo ao processo de crescimento características e pulsações espasmódicas, episódicas, aleatórias e assimétricas, ao sabor da flutuação dos preços e das jogadas especulativas, cujo centro de comando e decisão estava situado fora da região.

A mudança de direção desses mecanismos livres-cambistas, de modo a substituir a taquicardia batimétrica por pulsações regulares e previsíveis, ofereceu-se a partir do momento em que a economia amazônica passou a integrar-se no conjunto da economia nacional do Centro-Sul, como no caso da borracha, juta e outros produtos expressivos da economia interiorana, enquanto as cidades passaram a crescer dentro dos parâmetros modulares da substituição das importações pela produção local e a

reter valor adicionado pelas indústrias de beneficiamento das matérias-primas regionais. A estrutura econômica dos setores produtivos primário e secundário experimentou, nestas duas últimas décadas, uma grande diversificação de impulsos, ao mesmo tempo que obras infraestruturais foram sendo montadas, equipamentos urbanos e rurais foram introduzidos, e inovações absorvidas de outras áreas, como no caso da implantação da juta da Índia e da pimenta de Cingapura.

No entanto, a economia do interior ainda esta dependente de um pouco número de produtos, o que a torna extremamente frágil e sujeita as oscilações conjunturais. De outro lado, na parte florestal, a renda do extrator, pela sua baixa produtividade física, decorrente do heterodismo silvestre,<sup>22</sup> fica condicionada ao elevado rendimento unitário da unidade coletada, permitindo, quando isso ocorre, uma renda satisfatória, porque a taxa de densidade demográfica também é baixa. À medida que aumenta o grau de concentração e ocupação humana em uma determinada área, caem os índices de renda e do produto “per capita”, em virtude do aumento da população que passa a partilhar em maior número do mesmo “quantum” da produção-física. Explica-se, assim, a razão pela qual o Estado do Amazonas desfruta de maior renda “per capita” regional no conjunto regional amazônico. Tradicionalmente ele ocupava o sexto lugar nas estatísticas de renda nacional, mesmo antes da Zona Franca de Manaus; agora, depois de sua implantação, deve ter deslocado a sua posição na hierarquia de capitação da renda para um dos primeiros lugares. Esse posicionamento deve-se não somente à baixa densidade demográfica do Estado, mas, também, ao maior dinamismo de sua população, da administração pública que consegue superar as arrecadações tributárias do Estado do Pará (com mais do dobro da população amazonense), à classe empresarial ativa e inovadora e às elites intelectuais e profissionais que aqui estão sendo forjadas. Dentro do quadro de economia dualística – interior/capital – o setor primário hinterlandino tende a se esvaziar naquelas áreas de produção histórica que não foram atingidas pelo impacto modernizador, somente agora passando por modificações estruturais, conseqüente à nova onda invasora demográfica que está caminhando nas frentes pioneiras, localizadas na franja boreal amazônica, ou naquelas áreas de economia de enclave que o setor da mineração está abrindo, revelando a nova vocação regional, após os inventários, levantamentos radamgráficos e prospecções realizados nesta última década, e investimentos implantados que vão revolucionar a imagem amazônica como a mais importante província mineradora do País.

#### **a. O ouro, o garimpo e minerais raros**

Ao setor tradicional-histórico cabe o grande desafio e dilema de diversificar as formas atuais da exploração de recursos naturais, no mediterrâneo e nos varzeados, pela incorporação de novas áreas e novos produtos, para permitir o crescimento dinâmico que possibilite a melhor distribuição da renda e fixação de suas populações, ou correr o risco de, em mantendo a atual estrutura produtiva, testemunhar o agravamento e deteriorização secular de sua renda, face a atual explosão demográfica que se registra em toda a região, de origem endógena e exógena, cujos índices globais de crescimento ultrapassam a média brasileira de 2,8% ao ano, e aos novos condicionantes urbanizadores, cuja implosão metropolitana está causando já sérios problemas na qualidade de vida e do bem-estar, à semelhança do que ocorre no resto do País em geral.

Uma das alternativas e opções de expansão e diversificação da economia regional situa-se no campo da economia extrativa mineral, cujas perspectivas e oportunidades estão sendo abertas em

função de pesquisas, prospecções, inventários e radam-grafias, que estão sendo levantados, e, ainda, pela nova ciência do sensoriamento remoto e da satelização prospectiva dos recursos terrestres hídricos, a partir das grandes altitudes. Estamos entrando, assim, no vestibulo da **nova economia de superação da distância**, em que a grandeza espacial não constituirá mais empecilho para a descoberta e a ocupação e exploração passarão a receber o ajuri da nova tecnologia de transporte massal, a baixo custo, e da disponibilidade de produção e transmissão de energia elétrica, não elétrica e de novas fontes de energiaexótica, em substituição à era do petróleo levantino, em fase de extinção já na próxima década, quando, então, passará a figurar no poente dos anais da arqueologia econômica como combustível e fonte termo-geradora.

Desde os tempos coloniais do ouro cuiabano este setor vem sendo trabalhado. Sob o signo e miragem do ouro e da mina o novo mundo foi redescoberto no período de expansão geográfica-colonizadora do mundo europeu, época dos grandes descobrimentos marítimos e continentais. A despeito da frustração adâmica nos dias da gênese euro-amazônica, alguns achados, dispersos e longínquos, foram

sendo trabalhados por garimpeiros e faiscadores na busca incessante de areias e cascalhos auríferos e diamantíferos. Demandando uma lavra de menor risco e podendo ser exercido com um mínimo de investimento em pesquisa, utilizando mão de obra aventureira, sempre disponível para tal tipo de empreitada e corrida, desenvolveram-se centros de garimpagem de ouro na Bacia do Cotingo, no vale do Rio Branco, no vale do Gurupi, no Alto Tapajós, na Bacia do Oiapoque; de diamantes em Jaribe, no Amapá, Marabá, no Tocantins, Uraricoera e Tepequém, no Rio Branco, e, mais recentemente, de cassiterita em Rondônia e ouro no rio Parauari, em Maués.

A mineração de garimpagem assemelha-se à economia de extração florestal. Ambas participam do caráter individualista-escoteiro de aventuras e cobiças, que preside a psicologia do extrator ou do faiscador. Ambas exploram recursos naturais raros, de alto valor, que lhes permitem o desfrute de uma renda de monopólio ou de escassez quando, pela fortuna ou pelo acaso, descobrem um veio aurífero ou uma veia lactífera. A especiaria florestal equipara-se a esse outro tipo de especiaria mineral pelo nomadismo, economia de bivaque, regime de trabalho empírico, individual e, algumas vezes, até predatório.

Constitui difícil tarefa o dimensionamento do setor mineiro de garimpagem, sobretudo do ouro e diamante, porque em virtude do seu pequeno porte e alto valor, é desviado para os centros de lapidação e fundição, sem passar, obviamente, pela gangorra fiscal e malha estatística. Mesmo assim, cálculos permitem avaliar, com base nos dados do IBGE, de 1973, a produção de 1.818 kg de ouro, oficialmente registrada, provinda dos garimpos do Amapá, Pará e Mato Grosso, que aos preços atuais do mercado, de US\$ 130 a onça “troy” (31 gramas), ou US\$ 4,20 a grama (US\$ 4.200,00 o quilo), vem a representar o equivalente a US\$ 763.000,00 (Cr\$ 8.400.000,00). A produção de diamantes é praticamente impossível de ser estimada, pois o IBGE não chegou ainda a produzir estatísticas, tendo apenas o Departamento Nacional da Produção Mineral estimado o potencial diamantífero amazônico em 35.217 m<sup>3</sup>. Podemos, apenas, por intuição, avaliar que a produção de Roraima e outros centros diamantíferos deve ser da ordem de mil quilates anuais. Aos preços atuais equivaleriam a cerca de US\$ 500.000,00 a US\$ 1.000.000,00, dependendo do tamanho, cor e pureza da pedra (US\$ 500 a US\$ 2.000 por quilates); a grosso modo, representaria, pelo menos, um valor de cerca de Cr\$ 5 milhões. É de

assinalar, no entanto, que, com a criação da Zona Franca, Manaus tornou-se o primeiro polo industrial joalheiro do Brasil, com tecnologia de alto nível, trazida por brasileiros de origem romena e italiana, que transplantaram de Vicenzo, Itália, e dos grandes centros europeus de produção ouro-joalheira, o mais alto nível técnico e criação artística. Joias, pulseiras, adornos de ouro e metais preciosos fabricados em Manaus, passaram a dominar o mercado brasileiro e a rivalizar com os grandes competidores italianos e do Mercado Comum Europeu. Grande parte da produção aurífera amazônica passou a ser consumida pelas indústrias joalheiras de Manaus, suplementada com importações do exterior, via Londres, Zurich e Canadá, dada a insuficiente produção local. Recentemente foram descobertos centros auríferos no rio Parauari, em Maués, provocando uma nova corrida de garimpeiros para aquela área, tendo o Projeto Radam indicado ocorrência de minerais raros e de alto valor, como ouro, estanho, nióbio, tântalo e topázio, no rio Jamaxim, afluente do Tapajós, que alguns geólogos comparam com o potencial de certas províncias canadenses, de alto valor mineralógico, bem como reservas de urânio na Serra dos Surucucus, em Roraima, e na região de Vaupés, no Morro dos Seis Lagos; de tório na Serra de Tumucumaque, de titânio na região das chaminés alcalinas de Maicuru, próxima a Santarém, e de cassiterita e columbita no rio Araguari, no Amapá.

#### **b. Estanho**

No início da década dos anos 60 foram descobertas importantes jazidas estaníferas em Rondônia, ocorrendo durante toda a década um grande “rush” de falseadores de todo o Brasil e de garimpeiros locais de outros centros amazônicos, para a área dos municípios de Porto Velho, Guajará-Mirim e norte de Mato Grosso, em busca da cassiterita, encontrada e garimpada nos rios São Lourenço, Marmelos, Castanho, Jari, Machado, Candeias, Massangana e Madeirinha (os mais importantes). O empresariado amazonense nele tomou parte ativamente, através de organizações locais liberadas pelos grupos I. B. Sabbá, Rocha, João Chaves (Jucá), Moacir Mota e Plínio Benfica.

No início da atual década, o Ministério das Minas e Energias mudou a política de mineração estanífera, expulsando cerca de 10.000 garimpeiros que foram dispersos e reconduzidos para os seus lugares de origem, para implantar grandes empresas mineradoras com o objetivo de, através de mecanização intensiva, pesquisa científica, lavra racional e economias escalares, evitar perdas e predação da lavra rudimentar do garimpo. A produção caiu vertiginosamente, tendo sido criado um sério problema social na área do Território de Rondônia, até que, lentamente, a produção voltasse a atingir os níveis anteriores. No momento, a lavra e o beneficiamento do minério, que era de caráter e iniciativa nitidamente amazônica, deram lugar à instalação de grandes grupos de mineração do Sul do País e de multinacionais que passaram a atuar no setor, em substituição à liderança local, entre eles os grupos Mibrasa Patiño (Cesbra e Phibro), com a jazida de Santa Bárbara, o mais importante; o do grupo Lacombe-Paranapanema, (ex-Plínio Benfica – Mineração Taboca), com as jazidas de Massangana, Igarapé Preto e S. Francisco; o grupo Brascan – Promisa – “Light”, com as jazidas de Jacundá; o grupo Itaú (Mineração Oriente Novo), com as jazidas de Candeias, Rocha, Cachoeirinha, Macisa; e Mineração São Lourenço (resultado da associação do grupo Sabbá com a Companhia Industrial Amazonense, coligada com a Companhia Industrial Fluminense e Best Soldas). Atualmente estes grupos controlam a produção de cassiterita na Província Estanífera de Rondônia, limitada ao norte pelo divisor Purus-Madeira; ao sul, pela Serra dos Parecis; à leste, pelo rio Aripuanã; e a oeste pela fronteira com a Bolívia.

A produção, em 1976, depois do grande declínio do início da década, que desceu a menos de mil toneladas em consequência da mudança da economia escalar, pode ser avaliada, hoje, em torno de 450 a 500 toneladas mensais de minério, com teor de estanho de 65%, equivalente a uma produção média anual de 3.500 toneladas de estanho contido; ao preço atual de Cr\$ 100 o quilo, pagos ao produtor do minério (Cotação Internacional da Bolsa de Londres – LME – fixado em torno de 5.000 libras – Cr\$ 100 mil a tonelada), representa um valor estimado de Cr\$ 350 milhões (US\$ 32 milhões, a taxa média anual de conversão do dólar de Cr\$ 11,00, no ano de 1976). Grande parte dessa produção é refinada nas instalações da Cia. Industrial Amazonense (CIA), localizada no Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus, que é a pioneira da indústria metalúrgica na Amazônia e que, no ano de 1976, produziu 1.320 toneladas de estanho-metálico, com um faturamento de aproximadamente Cr\$ 158 milhões, vendidas às empresas do Sul do País, tendo, todavia, de importar ainda cassiterita do Zaire, da Malásia e outros centros produtores de cassiterita para poder manter a economia de escala.

Recentemente o Projeto Radam localizou jazimentos estaníferos no Médio Tocantins (Folha SB. 1 – Projeto Radam), e garimpeiros descobriram jazidas em Roraima, confirmadas geologicamente pelo Projeto Radam, na zona indígena dos índios Ianomanes, na região do Surucucu, na fronteira com a Venezuela. O teor de estanho chega a superar a cassiterita de Rondônia; algumas amostras revelaram a existência de 70 e 75% de teor metálico no minério encontrado. As reservas medidas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral, indicadas no Anuário do IBGE, 1975, mostram a existência de 55.169 t. em Rondônia e 14.128 t. no Amazonas. Mas novos dados indicam a existência de uma reserva medida superior a 120.000 t. de estanho no minério, resultado de novas pesquisas e prospecções que revelam um potencial escondido de enorme significação para a região, a tornar-se fornecedora desse mineral-metálico nobre e de alto preço, extensivamente usado na indústria de lataria, na fabricação de folhas de flandres, e indispensável para diversas ligas e soldas.

A Amazônia praticamente, no momento, é uma província estanífera de porte, e isso constitui uma contribuição de alto valor para suprir o mercado brasileiro com esse minério escasso e de grande importância estratégica para o desenvolvimento nacional. A produção brasileira de minério de estanho registrada na Sinopse Estatística do IBGE, 1975, foi de 3.453 toneladas em 1971; 3.792 toneladas em 1972 e 3.082 toneladas em 1973, devendo ter tido um incremento substancial em 1976, quando a estimativa empresarial da produção de Rondônia foi calculada, como acima, em 5.400 toneladas de minério e 3.500 toneladas de estanho contido.

É importante salientar, na avaliação deste módulo, que a cassiterita amazônica, sendo de formação aluvial, comportaria, além da lavra mecanizada, a utilização da produção rudimentar do garimpo, exercida em áreas limitadas e de pequenas reservas insuscetíveis de mecanização, o que faria elevar a produção atual em, no mínimo, 40%. A título de ilustração, na Malásia, maior produtor mundial de estanho, com cerca de 60.000 toneladas anuais, 40% dessa produção são realizadas por garimpos; e na Nigéria, com uma produção de 10.000 toneladas/ano, observa-se o mesmo índice de contribuição percentual por garimpagem. Daí a necessidade de um estudo para a reabertura do garimpo a fim de propiciar a expansão do setor e a ocupação real e incorporação econômica, por brasileiros, de áreas virgens ainda não trabalhadas, pois o garimpo é uma forma tradicional de colonização e ocupação do solo desde o Brasil colonial, quando muitas cidades nasceram à sombra das baleias, para não falar na grande corrida do ouro no oeste americano, que iniciou o desenvolvimento da Califórnia, bem como para substituir as atuais importações de cassiterita que, no

exercício de 1974, segundo o Anuário IBGE, 1975, montou a 6.015 toneladas com um dispêndio de divisas de US\$ 25,5 milhões.

### **c. Manganês**

Como primeira manifestação da atividade mineira, a exploração por via do garimpo de minerais nobre, metálicos e pedras preciosas não oferece condições para sustentação de uma economia estável e progressista, de base permanente e duradoura. O empirismo dos prospectores, a lavra ambiciosa, a usura instrumental e a pobreza tecnológica dos que nela trabalham produzem desperdício do material coletado nas bateias ou do beneficiado por processos rudimentares de lavagem e separação, até a completa exaustão da mina ou veio. Somente porque os minérios são de alto valor e pequeno peso, tal atividade consegue sobreviver e resistir, a despeito dos altos custos da produção, das precárias condições de vida e abastecimento que constituem o gargalo da atividade garimpeira, pois, via de regra, esta é realizada em trechos de rios encachoeirados e locais de difícil acesso à navegação fluvial, daí o uso dos aviões de pequeno porte no Tapajós, Tepequem, Roraima e outras áreas. No entanto, justifica-se a economia garimpeira naquelas áreas de baixa densidade de ocorrência do mineral ou de grande dispersão ou tamanho reduzido, insuscetível de industrialização de porte, pois dá oportunidade de lavra e emprego àquelas parcelas da população que têm o sentido pioneiro da aventura e desbravamento.

Porém, o tipo de mineração suscetível de lastrear um processo de desenvolvimento é o da lavra industrial em larga escala, sobretudo no setor de minérios de baixo custo que exigem maciços investimentos em equipamentos de extração, transporte, terminais de embarque e outros de infraestrutura. A grande empresa tem aí o seu campo de ação, pois a rentabilidade fica condicionada ao volume produzido e à capacidade de carrear grandes massas a longas distâncias a baixo custo, em vista da relação entre a cubagem do material e o baixo preço do mercado concorrencial decorrente de outros países competidores, que também buscam desenvolver o seu potencial minerador, dada a abundância de sua ocorrência, como é o caso do ferro.

Na Amazônia, a primeira grande experiência no domínio da grande mineração revestiu-se de singular êxito com a implantação do complexo minerador na Serra do Navio-Porto de Santana, no Território do Amapá, para a exploração do manganês das jazidas do rio Amapari, afluente do rio Araguari, pela empresa Indústria e Comércio de Minérios S/A (Icomi), do grupo brasileiro Azevedo Antunes, que detém 51% do capital associado ao grupo norte-americano Bethlehem Steel, com 49%. Muito embora as estimativas preliminares tenham revelado uma reserva cubada de 50 milhões de toneladas, o Departamento Nacional de Produção Mineral, conforme indica o Anuário IBGE, 1975, avalia a reserva medida em cerca de 25 milhões de t., com um teor médio de 48% Mn e 8% Fe. O Estado de Mato Grosso vem logo a seguir com uma reserva medida de 14 milhões de toneladas.

O investimento inicial da Icomi foi superior a US\$ 60 milhões à época, na década dos anos 50, em uma área de concessão de 2.500 hectares e no complexo ferroviário e portuário. Trata-se de uma exploração integrada, que inclui pesquisa, prospecção, lavra, beneficiamento, transporte e instalações portuárias. Para tanto, foi construída uma estrada de ferro de 194 km de extensão, da Serra do Navio a Porto de Santana, em bitola larga de 1,44 m, com capacidade de transporte de 3.000 toneladas de minério por dia. Para dar apoio logístico a esse transporte, foi construído o Porto de Santana, situado na margem esquerda do delta-estuário, entre Macapá e Mazagão, com um canal de acesso de dez

metros de profundidade e 30 metros de fundeadouro, acessível a navios de grande tonelagem. Paralelamente, foi aberto, balizado e mapeado o Canal Norte, pelo Serviço Hidrológico da Marinha de Guerra do Brasil, como alternativa ao Canal Sul, via Belém, para evitar o estrangulamento dos Estreitos de Breves, o que veio permitir grande facilidade à navegação na Amazônia Central e Interior, pela utilização de navios de grande porte e tonelagem, constituindo essa abertura uma notável contribuição da Marinha Brasileira ao desenvolvimento logístico dos transportes marítimos e fluviais.

A contribuição do setor minero-manganês para o desenvolvimento da Amazônia Litorânea e Atlântica, a despeito da grande mineração constituir-se, em quase toda a parte, uma economia de enclave, e para o balanço de pagamentos do País, pois toda a sua produção é exportada para o exterior, é de grande significação, como se verifica pelos seguintes efeitos e impactos:

1. O pagamento de “royalties” ao Governo do Território de Amapá, na base de 5% do valor FOB nas primeiras 500.000 toneladas e 10% sobre as quantidades compreendidas entre 500.000 e 1.000.000 t. exportadas; o valor dessa contribuição serviu para financiamento da construção da primeira hidrelétrica no Amazonas, a do Paredão, com capacidade inicial de 25.000 HP, com possibilidade de ampliação até 180.000 HP.

2. A exportação do minério de manganês, no triênio 1972/1974, foi de 1.174.682 t. em 1972 (valor FOB – US\$ 27,2 milhões), 788.437 t. em 1973 (US\$ 18,6 milhões) e 1.493.170 t. em 1974 (US\$ 49,7 milhões), conforme fonte do Banco do Brasil, Cacex, publicada no Anuário IBGE, 1975, ou seja, um preço médio por tonelada FOB de US\$ 23,20, US\$ 23,60 e US\$ 33,20 respectivamente. A produção brasileira de minério de manganês, registrada na Sinopse Estatística do IBGE, 1975, foi de 2.872.504 t. em 1971, 2.402.475 t. em 1972 e 2.594.419 t. em 1973, tendo o Amapá, neste último ano, contribuído com 82,5% da produção brasileira, com um total de 2.140.048 t. Como a exportação registrada pela Cacex para o Amapá, em 1973, foi de apenas 788.437 t., deve haver algum engano de computação estatística, ou grande parte do minério ficou estocado nos pátios de embarque por falta de comprador. De qualquer modo, no ano seguinte, 1974, a exportação subiu para 1.493.170 t.

No período de 1956 a 1964, o Amapá exportou minério de manganês no total de 6.800,000 t. no valor global de US\$ 240 milhões, ou seja, uma média anual de cerca de US\$ 26 milhões, ao preço médio de US\$ 35,00 por tonelada, de onde se depreende estar havendo uma perda nas relações de troca, com a diminuição do valor da tonelada exportada de US\$ 35,00, no decênio 1956/1964, para cerca de US\$ 26,00 p/t. no triênio 1972/1974. É de se esperar que com a valorização das matérias-primas minerais básicas, como o manganês, após o impacto da quintuplicação do preço do petróleo, o preço nestes últimos anos tenha se recuperado, a despeito da crise porque passou a indústria siderúrgica mundial após 1973.

3. Considerando o valor da exportação de manganês do Amapá, de US\$ 49,7 milhões em 1974, e a população estimada nesse ano em 136.200 habitantes, esse mineral contribuiu com cerca de US\$ 364 para o produto “per capita” amapaense, o que dá bem para avaliar o impacto desse setor na economia do estuário amazônico, embora a péssima distribuição de renda do grande setor de mineração, que, como economia de enclave, é altamente concentrador de renda. Não obstante, o Amapá é, hoje, uma unidade da federação de menor índice de mortalidade infantil, graças ao reforço dos programas de saúde e de educação desse território, que tem condições imediatas de se transformar em Estado da federação. Com a instalação da indústria de pelotização de manganês do

Amapá pela Icomi, é bem possível que o valor adicionado por esse processo tenha alterado substancialmente o valor da exportação desse minério nestes últimos dois anos.

4. De outro lado, considerando as necessidades futuras da siderurgia brasileira, cuja produção anual de lingotes é de cerca de 10 milhões de toneladas, com a duplicação para 20 milhões prevista para a década dos anos 80, o Amapá, como província manganífera, exercerá um papel destacado na expansão da siderurgia brasileira do Centro Sul e da Usina de Itaqui, quando esta vier a funcionar com o minério de ferro de Carajás. Então, a economia de enclave passará a integrar definitivamente a economia brasileira.

5. Considerando que no balanço comercial da Amazônia em 1974 a exportação regional atingiu a US\$ 177 milhões, somente o minério de manganês do Amapá contribuiu com 28% da exportação amazônica.

6. Outras ocorrências de manganês vêm sendo identificadas na Amazônia, graças ao Projeto Radam, na bacia do Itacaiúnas, em Carajás, no Tapajós e no Aripuanã, onde o minério começou a ser explorado para servir de suporte à Companhia Siderúrgica da Amazônia (Siderama), projeto que, infelizmente, não foi levado a bom termo, passando à jurisdição da Sudam. Essas recentes descobertas ampliarão consideravelmente a província manganífera amazônica e acelerarão o processo de aproveitamento de sua extraordinária vocação mineral, que agora está sendo definitivamente delineada.

#### **d. Bauxita e energia**

De longa data, geólogos brasileiros e estrangeiros, vinham assinalando a presença da bauxita na região amazônica, dada a proximidade de grandes concentrações desse minério do alumínio nas Guianas. Na década dos anos 60 a empresa canadense Alcan iniciou estudos e prospecções na área do rio Trombetas, perto de Oriximiná, por meio da Companhia de Mineração Rio do Norte, localizando importantes jazimentos de bauxita e despertando a atenção e o interesse nacional para o seu projeto. A maturação e o porte dos investimentos foram desenvolvidos lentamente ao longo dos últimos cinco anos; finalmente, após a conclusão dos estudos e fixado o interesse do governo brasileiro, organizou-se uma associação com a Companhia Vale do Rio Doce, pela qual esta participaria com 41% do seu capital, a Companhia de Alumínio, do grupo Votorantim, com 10%, a Alcan com 19% e o restante diluído entre seis empresas estrangeiras que manifestaram propósitos de participação no empreendimento. Nasceu assim o Projeto Trombetas, de extraordinária dimensão, com um capital inicial de US\$ 105 milhões e um investimento previsto de US\$ 300 milhões, para exploração das jazidas desse minério, cuja medição indicou a existência de 500 milhões de toneladas com o teor de 50% de Al<sub>2</sub>O<sub>3</sub> e 4% de SiO<sub>2</sub>. Paralelamente, o Projeto Radam localizou importantes jazimentos bauxíferos nas imediações de Paragominas e de Imperatriz, conforme indicações radam-gráficas registradas nos mapas SB. 22 Araguaia, SC. 22 Tocantins, e SA. 22 Belém, conforme volumes n.ºs 4 e 5 – **Levantamento de Recursos Naturais**, publicados pelo Ministério das Minas e Energias em 1974. As reservas inferidas foram estimadas em cerca de dois bilhões de toneladas.

O impacto causado por estes recentes acontecimentos na área amazônica foi de tal ordem, em termos de perspectivas futuras para o País (que importou do exterior, em 1974/75, perto de US\$ 230 milhões de alumínio), que o governo brasileiro deslançou nesse setor, um vigoroso programa a longo prazo, para que o País não se limitasse a mero exportador de minério e construísse o seu próprio

parque minero-metalúrgico com base na produção de alumina e alumínio. Assim, nasceram, paralelamente, o **Projeto Alunorte**, que deverá produzir anualmente cerca de 800.000 t. de alumina, com investimento da ordem de US\$ 400 milhões, e o **Projeto Albrás** para produção de alumínio que, partindo de uma produção pioneira de 80.000 t. de alumínio em lingotes, poderá expandir-se até atingir 300.000 t/ano. Estes dois projetos recentemente negociados com o Japão durante viagem da Missão Geisel a Tóquio, ficando acertada a participação da LMSA (**Light Metals Smelters Association**), que reúne 32 grandes indústrias japonesas. A Companhia Vale do Rio Doce participará do empreendimento com o controle de 51% das ações e o investimento global será superior a um bilhão de dólares. Esse complexo industrial ficará localizado na antiga Vila do Conde, hoje Murucupi, município de Barcarena, no Pará, e terá os suprimentos de bauxita provenientes de Trombetas, distante 950 km, ou de Paragominas, a 350 km de distância; o minério poderá ser transportado por barcas pelos rios Amazonas e Capim, onde deverá operar a Rio Tinto Zinc, cujos projetos ainda estão em fase de gestação, amadurecimento técnico e viabilidade econômica e financeira.

Esse ambicioso projeto não teria condições de exequibilidade sem que houvesse grande disponibilidade de energia a baixo preço, eis que a bauxita, para a sua redução a alumina, por eletrólise e liberação do metal, exige cerca de 17 kw/t. Essa disponibilidade tornou-se possível a partir dos levantamentos dos recursos hídricos do rio Tocantins, realizados em 1964 pela Agência Internacional para o Desenvolvimento dos Estados Unidos, e posteriormente pelo DNPVN, no período de 1968/1972, para, finalmente, ser impulsionada, vigorosamente, pela Eletrobrás em 1972, e pela sua subsidiária Eletronorte em 1973. Após o levantamento sistemático a nível de inventário hidroenergético da bacia do Tocantins e estudos de viabilidade técnica e econômica, fixou-se o projeto na cachoeira dos Tabocas, a montante da cidade de Tucuruí, no rio Tocantins, Estado do Pará, distante em linha reta cerca de 300 km de Belém e acessível por estradas de rodagem, por um desvio e estrada vicinal da Transamazônica, perfazendo um percurso de 450 km de Belém, utilizada a conexão com a Belém-Brasília em Estreito.

A hidrelétrica de Tucuruí terá iniciada a sua construção em janeiro de 77, após a assinatura do contrato com a empresa Camargo Corrêa. O custo total do projeto foi estimado em Cr\$ 25 bilhões, cerca de US\$ 2 bilhões, e, em sua etapa preliminar, terá uma capacidade instalada de aproximadamente 4 milhões kw (12 turbinas de 330 Mw), podendo gerar 5.400.000 kw com obras futuras de regularização do rio São Felix. O custo do quilowatt instalado, a preços de 77, é de Cr\$ 6,5 mil (US\$ 500.00), o mais caro em termos de custo de produção de energia hidrelétrica dadas as condições especiais de sua localização. Será o segundo maior complexo de geração de eletricidade, depois da binacional Itaipu, e o primeiro inteiramente brasileiro, superior ao conjunto de Urubupungá, em termos de megawatts. Se o seu cronograma de execução não for afetado pelas atuais condições do balanço de pagamentos do País e pelo desaquecimento dos investimentos e da economia nacional, o projeto deverá entrar em operação em 1982, dentro de cinco anos. A energia gerada por Tucuruí será transmitida por quatro linhas de 500 quilowatts cada, sendo três em direção a Murucupi (ex-Vila do Conde) onde serão instalados os complexos Albrás e Alunorte, em Belém, para reforço do seu abastecimento energético, e um tronco sul em direção a Imperatriz, onde se interligará com a rede da Companhia Hidrelétrica de São Francisco (Chesf).

Depois da integração rodoviária caminha-se, assim, para a integração brasileira do sistema de geração e transmissão de eletricidade, com mais flexibilidade e alternativas para a operacionalização

de todo o sistema. Conforme previmos, o Brasil caminha em direção à Amazônia, que passará a ser uma das mais importantes províncias elétricas do País nas próximas décadas, pois o seu potencial, de acordo com os estudos preliminares do inventário da Eletronorte, é estimado em 84 milhões de KW.

Com a segurança do fornecimento de energia hidrelétrica, a baixo custo, a Amazônia atlântica e as regiões tocantina, araguaiana e guajarina terão assegurado os benefícios de um dos mais importantes polos eletrometalúrgicos do País, de ferrosos e não ferrosos.

Em termos de produção de não ferrosos, o complexo bauxita-alumina-alumínio da Mineração Rio do Norte-Alunorte-Albrás, cujo contrato de financiamento referente ao Projeto de Bauxita do Trombetas já foi assinado com o Banco da Amazônia, com repasses de Cr\$ 720 milhões (US\$ 60 milhões), obtido através de uma operação conjunta com diversos bancos do exterior, mudará a velha imagem da Amazônia e definirá o seu perfil como a mais importante província mineira do País. A diversidade de recursos que se revelam nos inventários de recentes descobertas fará deslocar o eixo mais dinâmico, em termos de insumos básicos, de ferrosos e não ferrosos para região. Somente a mineração de bauxita, de acordo com o Projeto Trombetas, deve assegurar uma produção inicial de três milhões de t/a. (a atual produção brasileira é de cerca de um milhão, extraída na sua quase totalidade em Minas Gerais), podendo ser elevada até dez milhões de t/a com a utilização do minério de Trombetas e Paragominas, cujas jazidas indicam um potencial de 2,5 bilhões t. Em termos de alumina, o projeto da Alunorte prevê a produção de 800.000/t, resultado da redução de 1,6 milhões/t de bauxita; e a Albrás, com uma produção inicial de 80.000/t. de lingotes de alumínio poderá atingir a capacidade de 320.000/t Somente a exportação de bauxita, nos primeiros anos, proporcionará uma exportação da ordem de 200 milhões de dólares. E com a entrada da produção de alumina e alumínio, nos meados da década dos anos 80, a Amazônia terá uma adição ao seu produto (minério) interno bruto, exportado ou consumido domesticamente, da ordem de um bilhão de dólares anuais, em produtos não ferrosos.

Ainda em termos de província energética, a Amazônia apresenta expectativas de grande repercussão no futuro, pois além do seu enorme potencial hídrico, a existência de combustíveis fósseis reforçará essa posição com a ocorrência de linhito, já assinalada por Avelino Inácio de Oliveira, em 1924, no Alto Solimões. Sondagens efetuadas pela Petrobras nos rios Jutai e Javari, na década dos anos 60, indicaram uma área de ocorrência de linhito de grande extensão, da ordem de 100.000 km<sup>2</sup>, e espessura variável de 14 a 40 metros. Mais recentemente, o Ministério das Minas e Energia anunciou a ocorrência de carvão siderúrgico na Província Carbonífera do Alto Solimões, compreendendo os vales do Içá e Japurá.

De outro lado, após as frustrações da Petrobras com as perfurações pioneiras realizadas a partir de 55 em Nova Olinda, e, posteriormente, no Médio Amazonas, na região marajoara e Serra do Moa, no noroeste acreano, novas perspectivas se abrem agora na plataforma submarina do estuário, onde já foram perfurados poços com excelente produção de gás, e ainda na bacia do Cassiporé, no litoral amapaense, em área de cem km de extensão, onde foi positivada a existência de petróleo a uma profundidade de 3.500 metros, operando em lâmina d'água de menos de cem metros e a uma vazão de cerca de 200 barris de óleo por dia. Com a abertura dos contratos de riscos naquela área e a assinatura dos primeiros acordos, o programa de petróleo deverá ser intensificado no mar territorial, onde estão sendo localizadas as mais importantes ocorrências desse combustível, destinadas à substituição dos

campos baianos em fase de exaustão. No campo dos combustíveis fósseis assinalam-se as indicações do Projeto Radam de urânio na Serra dos Surucucus, em Roraima, e no Morro dos Seis Lagos, em Uaupés, a 600 km de Manaus; e de tório na Serra de Tumucumaque, na fronteira do Pará com a Guiana Francesa.

Assim, além do imenso potencial hidroenergético, da ordem de 80 milhões de quilowatts, ao qual se deve adicionar, também, o aproveitamento dos diferentes graus de temperatura no encontro das águas do rio Negro com o Amazonas e outras confluências, cujas hipóteses estão sendo divulgadas, a Amazônia apresenta um quadro promissor no campo dos combustíveis fósseis, de carvão e petróleo, fósseis de urânio e tório, sem falar no potencial de energia solar, dada as condições excepcionais de solação total, cujos dados meteorológicos existentes registram 2.170 horas/ano em Belém e Macapá; 1.700 horas/ano em Manaus; 1.555 em Rio Branco; e 1.638 em Porto Velho. Para uma região em que há cinquenta anos, o seu principal combustível era a lenha e o carvão vegetal, estas aberturas têm um grande significado para o desenvolvimento futuro, pois qualquer sociedade que aspire progredir necessita criar fontes de produção de energia que permitam emancipar o homem de sua posição servil como animal de carga e como supridor de força bruta para as tarefas de produção, desperdiçando o papel mais nobre de sua energia mental.

#### **e. Ferro e siderurgia**

De longa data são conhecidas as ocorrências ferríferas na Amazônia, através dos diversos relatórios de geólogos que percorreram a região nas primeiras décadas desta centúria. No entanto, a primeira tentativa de cubagem só foi feita em 1946, no Amapá, pelo geólogo Fritz Ackermann, que revelou a existência de uma reserva de cerca de dez milhões de toneladas de ferro na bacia do rio Vila Nova, anunciando também grandes reservas de manganês na Serra do Navio. Nos anos 60, o engenheiro Heitor Façanha da Costa, no seu trabalho “Novo Distrito Ferrífero no Brasil – Rio Jatapu” (Edições Codeama, 1965), informou a descoberta desse novo distrito ferrífero, confirmado depois pelo geólogo Ackermann, que admitiu urna reserva provável de 200 milhões de toneladas em Jatapu.

Com base nessa descoberta de ferro e nas reservas de manganês do rio Aripuanã, e na queima de carvão vegetal procedente da reserva de Araras, fundou-se em Manaus a Companhia Siderúrgica da Amazônia (Siderama), que se propôs a implantar uma usina integrada para produção de laminados, perfilados leves e trefilados. Apesar da construção de obras civis, porto de recebimento do minério e instalações de gusa e aciaria, com os seus fornos e equipamentos de laminação e perfilação, o empreendimento, a despeito do apoio da Sudam, incentivos fiscais e grande massa de acionistas, não conseguiu atingir a fase operacional, tendo sido o seu controle assumido pela Sudam, que o está repassando para a Siderbrás, na esperança de que o investimento venha a ser recuperado e viabilizada a empresa para suprimento de seus produtos ao mercado regional, nesta fase difícil de defasagem do programa siderúrgico brasileiro.

No entanto, a maior expectativa de tornar a Amazônia uma grande província fornecedora de minério de ferro e produtora de aço começou a projetar-se em 1967, quando foi descoberta na Serra de Carajás, no rio Itacaiúnas, uma das maiores concentrações de minério de ferro do País. Já em 1973 o Departamento Nacional de Produção Mineral anunciou ter encontrado 5,7 bilhões de toneladas medidas e 25,8 bilhões de toneladas inferidas, para um total brasileiro de 32,9 bilhões de toneladas inferidas desse minério. Com isso, provavelmente, o eixo da mineração do quadrilátero ferrífero de

Minas Gerais será deslocado para a Amazônia Meridional. Esse descobrimento, levado a efeito inicialmente por uma subsidiária da U.S. Steel Corporation, a Companhia Meridional de Mineração, receberia posteriormente o apoio e a participação de um consórcio integrado pela Companhia Vale do Rio Doce, com participação majoritária, U.S. Steel e um grupo de mineradoras europeias e japonesas interessadas no empreendimento. O projeto continua em estudos, e fez parte das negociações efetuadas durante a viagem da Missão Geisel à Europa e ao Japão. Projeta-se um complexo minero-siderúrgico integrado pela mineração-transporte-aciaria, através de uma estrada de ferro ligando Carajás ao Porto de Itaquí, em São Luís do Maranhão, ou da utilização da via fluvial do rio Tocantins, como alternativa ainda em estudo, bem como da instalação da maior siderurgia brasileira em Itaquí, com capacidade de 10 milhões de lingotes de aço, igual à atual capacidade produtora de aço do País.

É bem possível que o cronograma desse complexo venha a ser retardado na sua execução, dado o porte do empreendimento e dos altos custos de investimento, considerando-se, ainda, a crise da recessão da economia mundial, esperada para os próximos cinco anos, a delicada posição brasileira do seu balanço de pagamentos, o crescente endividamento externo, e a inflação. Tudo indica que o empreendimento, na atual conjuntura, passará por um período de lenta maturação ou hibernação, tendo em vista a abundância desse minério em Minas Gerais e a existência das grandes siderurgias: Companhia Siderúrgica Nacional, Cosipa, Usiminas, Cosigua e Aço-Minas, montadas no Centro-Sul, com uma grande densidade de investimento infraestrutural em ferrovias e terminais de embarque, que buscam aumentar a sua capacidade atual para obtenção de economias escalares, maior rentabilidade e atendimento urgente da crescente demanda dos produtos siderúrgicos que a capacidade instalada atual não pode acompanhar, defasando-se no seu cronograma de expansão. De outro lado, esse ambicioso projeto também poderá ser prejudicado pela concorrência do complexo Mineração Rio do Norte-Alunorte-Albrás para produção de alumínio, que já está recebendo maior prioridade dada a escassez desse metal no País e o interesse manifestado por empresas e investidores estrangeiros.

Não obstante, esse potencial de recursos ferrosos na Amazônia assegura desde logo, no prazo médio e longo, uma perspectiva animadora para reforço da economia regional. Aos preços atuais de cerca de US\$ 10 por tonelada FOB, uma exportação anual mínima de dez milhões de toneladas de minérios asseguraria um crescimento do produto regional de cerca de US\$ 100 milhões, o que seria uma microescala de mineração comparada com a reserva inferida de 25 bilhões de toneladas na Serra de Carajás e com a atual exportação brasileira de hematita, aproximadamente de 70 bilhões t/a. Se o projeto siderúrgico vier a ser concretizado, a produção prevista, a prazo médio e longo, de dez milhões de toneladas de lingotes e laminados de aço, virá acrescer alguns bilhões de dólares ao produto amazônico bruto, tornando a Amazônia a mais importante região mineral brasileira.

O complexo minero-ferroso e não ferroso e metálico-siderúrgico, dada a sua extensão, diversidade e importância, sem dúvida determinará uma revolução tecnológica e social nas diversas províncias estanífera de Rondônia, bauxífera da Trombetânia e Paragomínia, ferrífera da Carajânia, aurífera da Tapajônia e Mauesânia, manganífera da Pinzônia, e tantas outras, na medida em que forem sendo identificadas e inventariadas, enquanto o impacto oikopolítico sobre a sociedade e a vida regional terá profundos efeitos na geração da renda, do emprego e do bem-estar. De outro lado, assegurará ao País a retomada do seu crescimento, o equilíbrio de seu balanço de pagamentos, o resgate de sua dívida externa de US\$ 28 bilhões e a sua projeção como potência de primeira

magnitude no cenário internacional. Não seria euforia ufanista ou triunfalista antecipar um produto minero-amazônico bruto da ordem de US\$ 3 bilhões, correspondente a cerca de 30% da atual exportação brasileira, nas próximas décadas, com o aproveitamento desses recursos já medidos ou inferidos, nem demasiado prever que o amazônida dentro dos próximos vinte anos desfrutará da mais alta renda “per capita” de todo o País.

Deste modo, o Brasil caminha, inexoravelmente, para redescobrir, ocupar e integrar a Amazônia. Por tudo isso, ninguém se iluda, já somos, potencialmente, a região geopolítica brasileira de maior carga estratégica. Converter essa “arte do general” na manobra tática-operacional do capitão e do executivo, constitui a tarefa, a missão e o objetivo a serem perseguidos e realizados neste último quartel do amanhecer da próxima centúria.

### **17. Comércio e serviços**

A economia amazônica foi fundada sob o signo do mercantilismo político. Era natural, portanto, que as atividades humanas que aqui se desencadearam fossem orientadas dentro do esquema vigente à época. Essa política colonialista-imperial enfatizava os valores do intercâmbio mercantil com vista à formação de superávits no balanço comercial da metrópole lusitana, que assim promovia a sua expansão e o poder do seu império colonial, para dele extrair as riquezas metálicas e exportar, com exclusividade, para os mercados cativos os excedentes de sua produção nacional. Tal política e ideologia econômica assumiram diferentes matizes durante os séculos XVI e XVII nos países europeus que haviam adquirido unidade política sob regime de monarquia absoluta, variando desde as formas mais rudes do bulionismo espanhol, passando pelo industrialismo francês, o comercialismo inglês e o cameralismo alemão, nos quais o Estado e a Monarquia assumiam o controle e o domínio da economia por via do intervencionismo.

Segundo essa filosofia, instituíram-se as grandes companhias de comércio das Índias, de caráter estatal ou misto, objetivando garantir e assumir o monopólio do comércio exterior para o fortalecimento do Tesouro Real e a manutenção dos seus exércitos e armadas que participavam do jogo do poder e da diplomacia da conquista pelo domínio dos mares e do ultramar no período da expansão geográfica e dos grandes descobrimentos. A concepção que se criou no quadro do intercâmbio comercial entre as metrópoles e suas colônias, e entre as diversas potências europeias, baseou-se em um princípio eminentemente guerreiro de oposição aos interesses nacionais, tão bem expressado no lema de que “um país só ganha aquilo que o outro perde”. Esta concepção perduraria durante muito tempo, com agravos das relações de troca entre as metrópoles e os territórios ultramarinos, antepassados dos atuais países desenvolvidos e subdesenvolvidos, reservados aos primeiros, os privilégios regalengos das manufaturas e aos segundos a simples condição de fornecedores de matéria-prima.

Os objetivos nacionais portugueses no Brasil e na Amazônia, em particular, foram, no entanto, frustrados pelo não descobrimento das minas que despertavam a imaginação e a cobiça do colono. O comércio da especiaria amazônica, quando esta surgiu no romanceiro da pimenta-cravo-canela e anil, após o desencanto inicial, passou a servir como via alternativa de compensação pela perda do monopólio da especiaria indiana, e muito contribuiu para iniciar o processo de povoamento e expansão que se desenvolveu em todo o período colonial. Para tanto muito contribuiu a fundação da

Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, em 1755, pelo marquês de Pombal, com o objetivo de assegurar o monopólio do tráfico negreiro e do comércio das drogas e especiarias.

Passado esse período, a economia extrativista que se fundou nos meados do século XIX, com o **rush** da borracha, fez recrudescer o sistema mercantil-intermediarista, criando-se em Belém e Manaus os dois empórios comerciais da região, que apoiavam a produção na hinterlândia através do complexo aviadorregatão- seringalista-exportador, quatro agentes e personagens desse ciclo. Este sistema vinculou os centros de produção silvestre aos interesses dominantes desses dois centros urbanos, que absorviam os investimentos e capturavam os excedentes e ganhos monetários, tornando difícil a formação, nos longínquos seringais, de núcleos comunitários que a eles se integrassem. O mesmo ocorreu em quase todo o interior, pois mesmo na calha central, as vilas e cidades sedes dos municípios tinham apenas expressão política, sem maiores opções para se converterem em centros econômicos e comerciais ativos dos seus municípios ou microrregiões. Daí os motivos geradores da estagnação de centenas de cidades do interior amazônico, nascidas à sombra dos fortes, reduções, currais, portos de lenha, estuários e pontos de baldeação, fazendas e antigos seringais, origem da maioria desses centros de nucleação urbano-demográfica, pois as poupanças aí formadas eram transferidas para os centros; a necessidade de educar os filhos nas duas grandes cidades amazônicas, ou no exterior, forçava a dispersão familiar, desenraizando-os de sua terra natal, com a perda irreparável de novos líderes, e quebrando a cadeia de sucessão e continuidade dos empreendimentos.

A economia mercantil-intermediarista, base do sistema extrativista, funcionava em favor da polarização do eixo Belém-Manaus, que centralizava e monopolizava as correntes de intercâmbio da região com o resto do mundo, e se beneficiava dos investimentos básicos que permitiriam a criação de uma infraestrutura de serviços e de economias externas. Para dar uma ideia da magnitude desse setor terciarista, basta mencionar que as cifras da corrente de exportação, gerada pela borracha, no período de 1821 a 1947, alcançou a cerca de £ 350 milhões, produto da venda de 1.500.000 toneladas, e outro tanto, possivelmente, de importação de bens de consumo para abastecimento urbano e dos seringais e de bens de capitais e obras públicas, menos as transferências de renda para o exterior e outras regiões brasileiras.

Fundou-se, assim, o setor terciário da economia amazônica, de base mercantil, que se sobrepunha ao próprio setor primário, a ele submisso e dependente; a maior parte dos ganhos monetários era retida pelas classes dirigentes mercantis que controlavam o sistema aviador-exportador e pelos governos estaduais do Amazonas e Pará, que impunham uma onerosa carga fiscal sobre a produção gomífera nesse período (22% ad-valorem no Pará e 18% no Amazonas), o que levou aquele período de euforia orçamentária bem ilustrada na célebre afirmação do governador Eduardo Ribeiro em sua mensagem à Assembleia Legislativa, do ano de 1895: “Não exagero em dizer-vos que as fontes de receita deste Estado são inesgotáveis”

O processo de capitalização do setor terciário privado e do setor ao serviço público criou condições de urbanização e melhoria nesses dois grandes centros polarizadores, alimentando os quadros burocráticos, administrativos e mercantis. Quando ocorreu o colapso dessa estrutura, a partir dos meados dos anos 10 e no decorrer dos anos 20, para atingir o fundo da depressão nos anos 30, a economia urbana terciária iria sofrer rudes golpes, como bem se evidenciou nos déficits dos

orçamentos estaduais e nas falências verificadas no período, extinguindo as principais firmas comerciais.

A partir dos anos 40 esse setor iria ressurgir, estimulado pelo início da II Batalha de Borracha, durante a Grande Guerra de 1939/1945, cujos ganhos monetários foram alimentados pela fugaz ressurreição da economia gomífera, resultante do crescente intervencionismo estatal que injetava recursos através de despesas compensatórias, subsídios e investimentos que ajudaram a equilibrar as contas da região. Por outro lado, o crescimento urbano provocou a expansão do mercado interno regional, reanimando os negócios, enquanto o poder público ampliava os seus quadros de funcionários – **os filhos da folha**, segundo a picardia da expressão luso-amazônica dos tempos coloniais – e intensificava a terciarização econômica, muitas vezes em caráter paternal-assistencialista, para suprir a população de empregos, à falta de atividades industriais que absorvessem a mão de obra excedentária. Essa terciarização excessiva, absorvendo a maior parcela dos recursos orçamentados dos Estados, se de um lado ajudou a manter o poder de compra das massas urbanas na Amazônia, dentro da filosofia e política anticíclica keynesiana, de outro lado constituiu uma fonte de desperdício de recursos, dada a baixa produtividade social desses serviços, criando-se um tipo de subemprego, ou emprego disfarçado, frente à necessidade de realização de investimentos públicos prioritários no setor da infraestrutura social e econômica.

Esta análise retrospectiva serve de esclarecimento à peculiar situação de uma região não desenvolvida como a Amazônia – contradizendo a tese de Collin Clark da predominância do setor terciário nos países avançados e do primário nas economias atrasadas – apresentar um setor terciário predominante e hipertrofiado na formação da renda regional, que nos meados da década dos anos 60 representava 54% no Pará e 36% no Amazonas, segundo as estimativas da Fundação Getúlio Vargas, e que no Estado do Amazonas evoluiu para 61,3%, contra uma participação de 26,7% do setor secundário e 12% do setor primário, consoante avaliação feita pela Codeama para o ano de 1975, não obstante a incerteza e a precariedade desses índices pela infidelidade e anacronismo das bases estatísticas, tanto regionais quanto a nível nacional.

No estudo da terciarização da economia, que constitui hoje uma tendência universal face à explosão demográfica dos centros urbanos, é preciso destacar a ação do setor de serviços de apoio às atividades urbanas, que se caracteriza pela execução de tarefas complementares às atividades comerciais, industriais e assistenciais, abrangendo uma ampla gama de funções relativas hotelaria na promoção do turismo receptivo; à alimentação pela modernização dos setores de centrais de abastecimento, rede de supermercados e frigorificação; às comunicações pelo desenvolvimento dos centros de telefonia, telex, televisão, rádio e imprensa; à saúde e saneamento básico pela criação e ampliação de hospitais, maternidades, serviços de medicina preventiva, esgotos e abastecimento d'água; ao tráfego urbano pela implantação de vias expressas, viadutos e melhora da rede urbana de transporte de massa; à educação pela difusão de centros de ensino em todos os níveis para proporcionar a formação humana, cívica e profissional da cidadania e a formação de lideranças inovadoras, capazes e eficientes. Esses serviços, entre tantos outros, fazem ampliar a dimensão do setor terciário para proporcionar tanto aos habitantes das cidades como aos do interior a melhoria na qualidade de vida.

Até alcançar esse nível, o setor terciário, nas áreas não desenvolvidas, subdesenvolvidas ou em vias de desenvolvimento, atravessa diferentes fases e mudanças. No início, o setor tem como personagens e agentes, o mascate, o quitandeiro, o agiota, o boticário, o vigário, a criada doméstica, a babá, o delegado de polícia, o barnabé, o quebra-galho e o faz-tudo; na fase seguinte, o setor evolui para a institucionalização de prestações de serviços em estabelecimentos comerciais, restaurantes, bares, hotéis, oficinas, escolas, farmácias, ambulatórios, cinema e diversões e serviços públicos essenciais; na terceira etapa, quando a terciarização do sistema atinge um maior nível e a renda interna gerada e bem distribuída a favorece, ele adquire “status” e importância pela demanda empresarial, através dos serviços de assistência técnica, administrativa, gerencial e mercadológica do setor profissional, pela diversificação técnica que faz surgir novas profissões e especializações exigidas pela mudança social, aumento das economias escalares, maior divisão social do trabalho e qualificação de mão de obra em todos os escalões no campo da engenharia, medicina, arquitetura e urbanismo, justiça, jornalismo, relações públicas, arte e cultura; do setor público, pela necessidade de aperfeiçoamento de prestação de serviços assistenciais de saúde, educação, finanças, previdência social, obras públicas, planejamento e tantos outros gerados pela expansão do intervencionismo público; do setor político, pela melhora e aperfeiçoamento do nível de representação popular; e do setor de pesquisa e investigação científica, coroando o processo, pela necessidade do desenvolvimento da ciência pura, criação e inovação da tecnologia, identificação de oportunidades que são responsáveis pela transformação econômica e social, em todos os níveis, com vista à continuidade, aperfeiçoamento e melhoria dos padrões da sociedade futura.

Esta última etapa do setor terciário na sociedade amazônica, muito embora, no passado, tenha se iniciado em passo lento, nota-se crescente ênfase e consciência de sua importância, através de numerosas agências e instituições públicas e privadas, que nestas últimas décadas estão adquirindo mentalidade e sensibilidade amazônica, para dar viabilidade ao projeto regional de desenvolvimento.

## **18. Indústria**

A distribuição espacial do processo histórico e atual do desenvolvimento econômico da Amazônia vem se realizando, em suas linhas gerais sob critérios locais sugeridos pela geologia física e social e pelos impulsos e ritmos conjunturais e estruturais desencadeados nos centros dominantes do mercado exterior, e já agora respondendo também ao processo integrador, partindo dos grandes centros industriais e humanos do Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste brasileiros, que passaram a pressionar a demanda da produção regional e a criar mercados consumidores para os seus produtos, intensificando os laços e vínculos inter-regionais. Essa mudança, que se observa nos quadros econômicos do vale amazônico, também é resultado de inovações nos quadros institucionais e políticos, que passaram a refletir as macrodecisões nacionais no campo do planejamento e da estratégia de segurança e desenvolvimento.

As frentes e atividades produtivas diversificaram-se intensamente em todo o universo amazônico a partir da década dos anos 60, e com maior velocidade nos anos 70. Essa distribuição espacial, de início comandada bipolarmente pelo complexo urbano Belém/Manaus, abriu-se em leque para abranger as capitais dos Territórios Federais e as cidades da hinterlândia, graças à ampliação dos serviços infraestruturais de iniciativas do Governo Federal e estadual, dos organismos regionais de desenvolvimento, Sudam e Suframa, da expansão da rede bancária sob a liderança do Basa e de

bancos oficiais dos Estados, disseminação de novas técnicas e pesquisas a cargo do Inpa, Embrapa, Acar, IBDF, Sudhevea e Sudepe; sobretudo graças à iniciativa privada, através da criação de novas empresas nos setores industrial, agrícola, pecuário e de mineração, com a implantação de grandes projetos governamentais em consórcios com grupos multinacionais, ao extraordinário sucesso alcançado pelo Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus, às indústrias eletrônica, joalheira, madeireira, têxtil, confecções, mecânica e de refino de metais e ligas, e à construção da malha viária mediterrânea, que está integrando fisicamente a Amazônia através dos novos eixos rodoviários.

Deste modo, a economia amazônica está passando por um intenso processo de diversificação, multipolarização e modernização, que já se observa em coexistência com o setor arcaico e primitivo, característico da dualidade setorial nessa etapa de desenvolvimento. As mudanças quantitativas e qualitativas de área, diferenciação, especialização e inovação, podem ser assim, oikopoliticamente, identificadas:

1. a economia linear do delta e da calha central, baseada no conjunto **várzea-rio-campo**, estruturada no complexo do agro **planta-peixe-boi**, da roça, do anzol e do capim no beiradão, nos tesos e restingas.

2. a economia da dispersão dos tributários e altos rios, fundada na terra firme sobre a biota **mata-bicho-garimpo**, origem das atividades humanas ligadas à economia extrativa de base vegetal, animal e garimpeira.

3. a economia mediterrânea da linha seca das estradas e dos divisores de águas, que estão atraindo as vagas-humanas do Centro-Sul e de Nordeste, e os novos empreendimentos pecuários e agrícolas no limbo da floresta e na zona de transição para o planalto e para os cerrados, puxando as pontas da fronteira nordestina, goiana, matogrossense, paulista, paranaense e gaúcha.

4. a economia de enclave da grande mineração de manganês e bauxita no boreal, e hematita e cassiterita no austral amazônico, revelados pela radam-grafia e pelas prospecções pioneiras, que se preparam para revelar a vocação mineira do subsolo e da plataforma submarina.

5. a economia nuclear da concentração demográfica, institucionalizada no quadro **governo-cidade-comércio**, centro articulador da economia intermediarista no passado e matriz da economia urbana industrial e de serviços,

6. a economia geopolítica estratégica de segurança e desenvolvimento, iniciada pela Spvea/Sudam desde 1953, continuada a partir de 1967 pela Suframa, com a criação da Zona Franca de Manaus, e, ultimamente, pelo atual projeto Polamazônia.

Essas frentes de produção – do agro, da flora/fauna, da indústria e dos serviços – desenvolvem-se em escala, ritmo e pulsações diferenciadas, ora acompanhando as flutuações da demanda e as altas cíclicas dos mercados, externo e interno, ora impulsionadas pelo santuário dos incentivos fiscais, produto das macrodecisões de nível federal, nem sempre bem-coordenadas e sujeitas as pressões internas dos centros mais dinâmicos do triângulo dominador da economia brasileira, ou dos maremotos externos do balanço de pagamentos do País. Todas elas sofrendo, em períodos defasados, a sua condição reflexa e dependente no conjunto do intercâmbio e das relações de troca, umas afetadas pelo imobilismo do seu envelhecimento histórico, algumas sustentadas pelo primitivismo anacrônico de sua estratificação no tempo, outras favorecidas pelo processo de

modernização da tecnologia, da integração e articulação ao sistema brasileiro que possibilitou a substituição do mercado externo pelo doméstico ou pelo pioneirismo inovador, ou por motivação geoestratégica e oikopolítica.

Como em outras áreas sub ou não desenvolvidas, a secundarização em marcha da economia amazônica implica na fundação de um setor industrial dinâmico que assuma o comando do processo de inversão, exigido pelas concentrações demográficas dos centros urbanos de Belém, Manaus, São Luís, Amapá, Boa Vista, Porto Velho, Rio Branco, Cuiabá e outros que demandam certos tipos de bens de consumo, cujo atendimento somente seria possível a partir da produção local, pela inviabilidade dos altos custos de transferência, ou pelas vantagens comparativas, absolutas ou relativas, de seus recursos naturais que independem da microescala do consumo regional, abrindo assim as perspectivas e o leque das opções e alternativas para os grandes mercados, aquém e ultramarino, extra e além-amazônico.

Segundo este curso, o processo industrializador e desenvolvimentista percorreu diferentes etapas:

1. Na primeira montaram-se os setores de cerâmica para a fabricação de tijolos e telhas; o de serrarias para o desdobramento de toros em tábuas; o de construção civil para edificação de residências e obras públicas; o de mobiliário para feitura de móveis e utilidades domésticas; o de vestuário para confecção de roupas; o de alimentação para fabricação de pão, bolachas e macarrão; o de saboaria para produtos de limpeza e higiene; o editorial-gráfico para impressão de jornais, revistas e impressos; o de bebidas para atender o consumo de aguardente, vinagre e refrigerantes; e outros tipos de estabelecimentos industriais que pela simplicidade das técnicas de fabricação não oferecem nem maiores dificuldades nem grandes inversões de capital, e podem absorver grande parcela de mão de obra e rapidamente gerar empregos e rendas.

Este setor, implantado nos principais centro urbanos e em inúmeras pequenas e médias cidades do interior, tende à estagnação, na medida em que a pequena dimensão do mercado local não enseja economias escalares ou a deficiente infraestrutura não contribui com economias externas. O seu crescimento mais recente resultou do processo acelerado de urbanização, concentração demográfica, formação de mercados tributários vizinhos, facilidades induzidas pelos investimentos públicos na malha viária, telecomunicação, geração de energia, portos, aeroportos e equipamentos urbanos e sociais indispensáveis pela criação de sinergismos de aglomeração, irradiação, atração e germinação e conseqüente incremento do emprego e da renda.

2. Esta fase primária do processo industrial vive mais em função das necessidades mais rudimentares dos centros urbanos do que do interesse mais amplo da região na qual se inserem. Porém, se as condições existentes favorecerem a expansão do setor, se a liderança empresarial a isto estiver motivada, e as pré-condições necessárias ao arranco e demarragem propiciadas pelo setor público, a capitalização das poupanças somadas aos incentivos e ganhos monetários das empresas e indivíduos, farão com que a cidade se integre ao conjunto regional, surgindo assim a segunda fase do processo, que, na Amazônia, se apresentou sob forma de beneficiamento de produtos do setor primário extrativo, aproveitando os custos das oportunidades: a salga de peixes, a curtição de couros, a lavagem e laminação da borracha, o descasque da castanha, a desidratação da sorva, o esmagamento das sementes para a produção de óleos, a destilação de essências florestais, a prensagem da juta e

outras fibras, o desdobramento e serragem de madeiras, a pilação do guaraná, a pasteurização do leite, a fabricação do queijo e manteiga, o descascamento do arroz, etc. Este setor, que se constituiu na década dos anos 40 e 50, passou a dar apoio à atividade extrativa e à produção do agro, a promover melhor os produtos silvestres e agrícolas para a obtenção de melhores preços, e a beneficiar a região, que passou a reter uma parcela maior do valor final da matériaprima, pelo aumento do valor adicionado no beneficiamento, e geração de emprego. Esta segunda etapa do processo de secundarização industrial da economia é mais exigente em termos de apoio logístico, quer o proveniente do sistema de transporte, quer o decorrente da oferta do setor primário sobre o qual se funda. Vivendo em função dele, a sua expansão está condicionada ao crescimento do setor agroextrativo e à demanda do mercado interno e externo. As dificuldades a vencer são bem conhecidas, dada a relativa inelasticidade da produção florestal e agrorribeirinha, que constituem pontos de estrangulamento e limitam o seu potencial de crescimento à falta de alavancagem e impulso nas áreas isoladas e desoladas dos centros de produção primária. Esse potencial somente se realiza, em sua plenitude, com transformações qualitativas e mudanças tecnológicas em substituição à artesanaria agroflora primitiva, das quais resultam mais eficiência e fertilidade. Este início de integração da cidade à floresta, pela manipulação, beneficiamento e comercialização de seus produtos, necessita, outrossim, articular-se com o rio, o beiradão e a terra-firme para que se desenvolva igualmente o setor industrial-agroalimentar, responsável pela elaboração dos bens de subsistência com vistas a conferir-lhes maior resistência à perecibilidade, e incrementar o valor adicionado. Esta linha de secundarização da produção alimentar primária se desenvolve pela implantação de indústrias de laticínios na produção de manteiga e queijos; de charqueadas, matadouros e frigoríficos para processamento da carne, couro, ossos, sangue e subprodutos; de peixarias para preservação do pescado, por meio de congelação, filetagem, defumação, salga, conserva e enlatamento; de frutifícios para extração de sucos de frutas e fabricação de vinhos, sorvetes, doces e geleias; de estabelecimentos para beneficiamento de arroz, milho, fabricação de farinha de mandioca e subprodutos; engenhos para fabricação de rapadura, açúcar e aguardentes e tantos outros,

3. O subsequente crescimento da economia industrial amazônica, ao entrar nesta segunda fase, foi obstado pela decadência do sistema energético, pelo agravamento das imposições fiscais espoliativas, praticadas por quase todos os governos estaduais, pelas malhas da burocracia ociosa, pela debilidade empresarial e pobreza de gestão administrativa, e ausência de incentivos para a retenção da poupança e da população regional, que passou a se deslocar para outras áreas, carreando o melhor de seus talentos e elites.

Muitas dessas dificuldades foram sendo superadas a partir de 1953, com a institucionalização de incentivos, implantação do sistema energético em Belém, Manaus, São Luís, Cuiabá e outras cidades, e pouco depois pelo processo de rodoviarização da Amazônia, da malha viária da Belém/Brasília, Cuiabá/Porto Velho, Cuiabá/Santarém, Porto Velho/Manaus, e Manaus/Caracarái/Boa Vista, nesta última e na atual década; pela expansão da rede bancária sob a liderança do Banco da Amazônia, Banco do Brasil, bancos oficiais dos Estados e filiais de bancos privados nacionais; pelo estabelecimento de uma política de desenvolvimento, nem sempre coerente, mas que iniciou a montagem dos serviços de infraestrutura e a busca de um modelo e de uma estratégia com a criação de estímulos fiscais, o desagravamento da carga tributária e a montagem de economias externas que preparariam o advento de nova fase do processo de industrialização e desenvolvimento.

## 19. Sudam-basa

O grande impulso para o desenvolvimento amazônico atual ocorreu nos anos 50 como resultado da criação de alguns serviços de infraestrutura e da fundação de estabelecimentos industriais, destacadamente as instalações industriais pioneiras do refino de petróleo, em 1956, em Manaus, da Companhia de Petróleo do Amazonas, do Grupo Sabbá, hoje incorporada à Petrobras, solucionando o abastecimento e barateando a comercialização de combustíveis na área. Prosseguiu na indústria têxtil de fiação e tecelagem de juta em Manaus, Belém, Santarém e Parintins; no setor de moagem de trigo em Belém e Manaus; na fabricação de cimento em Capanema, no Pará; no refino de óleos comestíveis, laminados e compensados em Belém, Manaus e Amapá; na fabricação de cerveja em Belém e, recentemente, em Manaus, e, também com destaque a implantação do primeiro grande projeto pioneiro de mineração de manganês do complexo Serra do Navio-Porto de Santana, no Amapá, além de outros empreendimentos de menor porte. Na década dos 60 surgiram os benefícios fiscais das Leis 4216/63 e 4357/65, os contidos no art. 27 da E. Constitucional n.º 18, de 1.º de dezembro de 1965, que estendeu à região Amazônica todos os incentivos fiscais, favores creditícios e demais vantagens concedidos à região Nordeste, finalmente consolidados e reestruturados pela Lei n.º 5122/66, que transformou o antigo Banco de Crédito da Amazônia no atual Banco da Amazônia, a Lei n.º 5173/66 que extinguiu a antiga Spvea e criou a Sudam com o objetivo principal de planejar, promover a execução e controlar a ação federal na Amazônia. Surgiram nesse ínterim, inúmeros projetos industriais na Amazônia Oriental e Atlântica, alguns na Amazônia Interior, mas muitos deles feneceram, pois, malestruturados, de viabilidade duvidosa ou mal-intencionados, objetivavam mais a captação de recursos fiscais deduzidos do imposto de renda das pessoas jurídicas, que se esvaíam sob o peso dos ágios e da corretagem desenfreada, ou sob um regime de mortificante liberação de recursos que consumia o entusiasmo e debilitava a ação empresarial jungida aos ditames da lenta e custosa tramitação burocrática e excessiva centralização monopolizadora.

A resposta inicial a esses benefícios, novamente consolidados e reformulados pelo Decreto-lei n.º 756/69 e regulamentados pelo Decreto n.º 67527/70, sobretudo os referentes à colaboração financeira, com recursos do imposto de renda, para subscrição de ações das empresas industriais, agropecuárias e de serviços, considerados de interesse regional com projetos aprovados pela Sudam, não produziu os resultados esperados. Ao entrarmos na década dos anos 70, e no seu decorrer, eis que inúmeras distorções foram sendo criadas por falta de mecanismos institucionais e ausência de uma estratégia oikopolítica que considerasse as variáveis e vetores econômicos, ecológicos e políticos, inclusive as diferenciações e peculiaridades regionais e sub-regionais. Assim, chegamos aos dias de hoje com uma armadura legal de apoio de incentivos federais ao nível de capitalização das empresas, porém desarmados e desprotegidos taticamente de meios e modos de operacionalização, agilização e viabilização de projetos aprovados, grande parte deles contaminados por uma euforia governamental triunfalista, ultra e transamazônica, megadimensionada por uma filosofia empresarial-latifundiária, de base bandeirante, sul-paulista e multinacional que pensava fazer a Amazônia, mesmo à custa de sua destruição e do nosso futuro. Outros projetos tornaram-se inviáveis pelo irrealismo ou espírito de aventura de seus organizadores.

Uma retrospectiva da política de incentivos fiscais de projetos aprovados pela Sudam, até setembro de 1976, dá bem uma ideia do esforço feito nos diferentes setores da agropecuária, indústria e serviços. O vulto dos investimentos programados coloca à mostra a defasagem entre as aspirações e

a realidade dos fatos, enquanto os resultados, medidos em termos de liberação de recursos e aumento do produto, servem de exemplo e lição para o futuro, de que um pouco de modéstia e moderação é necessária na abordagem do universo amazônico, para que a megatonagem geofísica-territorial não provoque a criação de módulos empresariais superdimensionados em áreas oikopolíticas que exigem escalas menos ambiciosas, reservados aqueles para os setores como o de mineração, geração de energia e outros que possam suportar o impacto concentrador de investimentos maciços em função das economias de aglomeração. O quadro abaixo mostra um perfil desse desempenho.

Seria importante e indispensável um balanço/inventário dos projetos efetivamente executados, a fim de uma avaliação correta em termos de contribuição do setor incentivado do modelo Sudam, tanto na formação do produto como na geração efetiva de renda e emprego.

### INCENTIVOS FISCAIS NA AMAZÔNIA

		<i>Cr\$ milhões</i>
<i>Setor</i>	<i>Números de projetos</i>	<i>Investimento total</i>
<i>Agropecuária</i>	337	5.615
<i>Indústria</i>	175	6.390
<i>Serviços Básicos</i>	24	4.009
<b>Total</b>	<b>536</b>	<b>16.016</b>
<i>Incentivos Fiscais Cr\$ milhões</i>		<i>Previsão de empregos</i>
<i>Aprovados</i>	<i>Liberados</i>	
4.016	1.867	16.940
3.009	1.716	43.906
967	239	9.672
7.992	3.822	70.518

Fonte: Sudam - In Veja, edição 3/11/1976.

A despeito das críticas levantadas, sobretudo no setor pecuário, já abordado no módulo respectivo, no qual defendo os projetos do deca, hecto e kilo-boi, e faço restrições ao projeto megaboi, é de justiça salientar que a própria Sudam está corrigindo essa distorção; reconheceu a tese oikopolítica do manejo florestal bem orientado e procura deslocar os grandes projetos pecuários para a fímbria da floresta, nas áreas de transição para o cerrado e o planalto, salientando-se que a atuação da Sudam não se restringe apenas à aprovação de projetos e liberação dos recursos fiscais; também atua junto aos outros órgãos federais na área, ou em convênio com os governos estaduais, no campo da pesquisa, preparação de recursos humanos e implantação de infraestrutura econômica e social, cujos resultados constituem precondições básicas para um desenvolvimento dinâmico e autossustentado.

O último relatório analítico da Sudam, exercício de 76, mostra essa mudança de filosofia, traduzida no esforço, com recursos orçamentários próprios, de investimentos na infraestrutura social, saneamento básico, recursos humanos, promoção e extensão rural, ciência e tecnologia, planejamento e urbanismo, que representaram 28,96% do total de um parco orçamento de cerca de Cr\$ 232 milhões, o que bem evidencia a pobreza e a falta de apoio político ao órgão regional de

desenvolvimento para cumprir as tarefas a seu encargo. O que tem salvo a Sudam do esvaziamento autárquico-orçamentário são os repasses de recursos federais oriundos do Programa de Integração Nacional (PIN), Proterra e FDPI, canalizados pelo projeto federal do Polamazônia que, em 76, atingiram a Cr\$ 734 milhões, para aplicação nas áreas-programas dos polos do Tapajós (Cr\$ 163 milhões), Carajás (Cr\$ 143 milhões), Pré-Amazônia Paraense (Cr\$ 97 milhões), Acre (Cr\$ 75 milhões), Amapá (Cr\$ 55 milhões), Juruá-Solimões (Cr\$ 53 milhões), Roraima (Cr\$ 51 milhões), Trombetas (Cr\$ 39 milhões), Altamira (Cr\$ 31 milhões), Marajó (Cr\$ 22 milhões), em ordem decrescente de aplicação. Evidencia-se uma destinação de recursos de cerca de Cr\$ 179 milhões para os polos da Amazônia Ocidental contra Cr\$ 555 milhões para os polos da Amazônia Oriental. A dependência de recursos federais está transformando a Sudam em órgão repassador de dotações e verbas da união destinadas a programas específicos, oriundos das macrodecisões nacionais, retirando-lhe o poder decisório dos seus próprios planejadores, da sua superintendência e do seu conselho, que precisam adaptar e compatibilizar o plano regional periférico aos escalões superiores dos diferentes ministérios, sobretudo os do Ministério do Interior, ao qual está vinculado, e à Secretaria de Planejamento.

A sistemática dos incentivos fiscais e a própria estrutura do módulo Sudam passaram por profundas transformações desde 66. Com o advento da Lei n.º 5.173, de 27/10/1966, que extinguiu a antiga Spvea, criou a Sudam e dispôs sobre o plano de valorização econômica da Amazônia (com as alterações e inovações introduzidas pela Lei n.º 5.374, de 7/12/1967) e da Lei n.º 5.174, da mesma data, que dispôs sobre a concessão de incentivos fiscais em favor da região Amazônica, consolidando alguns incentivos já existentes e criando outros, inclusive aqueles referentes às deduções tributárias de 50% do imposto de renda devido pelas pessoas jurídicas, para investimento em projetos aprovados pela Sudam de interesse para o desenvolvimento regional, implantou-se um esquema de incentivos e benefícios fiscais, apoiada numa estratégia de capitalização de empresa privada, através da busca e captura desses recursos, por parte dos investidores, e de isenção do imposto de renda sobre os lucros obtidos. Esses incentivos aluavam nas duas pontas da linha, pela capitalização das empresas e pelo aporte de recursos a custo zero de um lado, e, de outro, pela não tributação dos resultados auferidos por essas empresas. Ao longo de uma década dessa experiência acumularam-se distorções e efeitos paralisantes do sistema, oriundos da disputa e dos leilões das deduções tributárias, que deveriam ser obtidos a custo zero e que passaram a ser disputados em leilão pelos ágios dos corretores e intermediários. A demora na tramitação dos projetos por parte da Sudam e da liberação desses recursos após a sua aprovação, acrescidos das corretagens e dos juros de espera, desembolsados pelas empresas beneficiadas que decidiam iniciar logo os seus empreendimentos, muito concorreram para desmoralizar o sistema, bem como para onerar os custos e a própria viabilidade da empresa. Embora não fosse regra geral, muitos projetos apresentados e aprovados tinham mais por objetivo a captura desses recursos do imposto de renda, que eram alceados para outros fins, tornando a empresa inviável; muitas delas acabaram desaparecendo ou falindo, deixando uma péssima imagem, pois as pessoas jurídicas que os haviam aplicado em todo o País, nas empresas da área da Sudam, jamais obtiveram retornos ou receberam dividendos das ações subscritas, quando não perderam a totalidade de suas aplicações.

Enquanto isso ocorria, o sistema de incentivos fiscais Sudam-Sudene, que detinha o monopólio da aplicação dos 50% do imposto de renda devido pelas pessoas jurídicas, visando a

corrigir os desequilíbrios regionais entre o próspero Sudeste-Sul e a região empobrecida do Nordeste e não desenvolvida da Amazônia, passou a sofrer a concorrência dos incentivos setoriais criados para a pesca, turismo e reflorestamento, administrados pela Sudepe, Embratur e IBDF. Vale mencionar o fato de que, enquanto as opções Sudam, em 74, atingiram a Cr\$ 664 milhões, o reflorestamento absorvia Cr\$ 904 milhões, conforme quadro do inventário dos incentivos fiscais incluso no capítulo seguinte. Agravando essa situação de esvaziamento dos incentivos o Governo Federal criou o Programa de Integração Nacional (PIN), cujo Decreto-Lei, n.º 1.106, de 16.1.70, mandava aplicar, do total de 50% das importâncias deduzidas do imposto de renda devido para aplicação em incentivos fiscais, 30% para o referido programa. Logo a seguir retirou mais 20% para o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agroindústria do Norte e Nordeste (Proterra), na forma do Decreto-lei n.º 1.179, de 6/8/1971, ficando, deste modo, os incentivos fiscais regionais e setoriais do sistema Sudam-Sudene-Pesca-Turismo-Reflorestamento limitados a 25% do total permitido, ou seja, a metade dos 50% originalmente concedidos. O impacto produzido por essas transformações do sistema Sudene-Sudam de incentivos fiscais está no valor total das opções em 74: montaram a Cr\$ 8,1 bilhões, dos quais o PIN e Proterra absorveram Cr\$ 3,6, o sistema setorial florestamento-turismo-pesca Cr\$ 1,1, e o sistema regional Sudene-Sudam Cr\$ 2,3 bilhões (Sudene Cr\$ 1.697 milhões e Sudam Cr\$ 664 milhões).

O processo mudancista do sistema de incentivos fiscais regionais e setoriais não concluirá, porém, o seu ciclo de transformações. A concepção original, no caso amazônico, embasada nas Leis 5.173 e 5.374, de 7/12/67, modificadas pelo Decretolei n.º 756, de 11/8/69, regulamentado pelo Decreto n.º 67.527, de 11/11/1970, sofreria novamente alterações na sua filosofia com o advento do Decreto-lei n.º 1.376, de 12/12/74, que instituiu o Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor), o Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam) e o Fundo de Investimento Setoriais (Fiset), administrados pela Sudene, Sudam, Embratur, Sudepe e IBDF, operados, respectivamente, pelo Banco do Nordeste S/A (BNB), o Banco da Amazônia S/A (Basa) e o Banco do Brasil S/A. Por esse novo mecanismo, ao invés das pessoas jurídicas aplicarem diretamente as parcelas dedutíveis do imposto de renda nas empresas com projetos aprovados pela Sudam, à sua livre escolha, a partir da vigência do Decreto-lei n.º 1376 as aplicações passaram a ser feitas no Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam), operados pelo Basa e supervisionados pela Sudam, que recebem os certificados de aplicação nominativos e intransferíveis pelo prazo de quatro anos das pessoas jurídicas, para depois trocá-los por cotas do referido Fundo, cabendo a este a sua aplicação nos projetos aprovados pela Sudam, mediante subscrição de ações nominativas, sendo que 2/3 de participação integral, pelo menos, deverão ser preferenciais, sem direito a voto. As quotas do Finam, como de outros fundos regionais e setoriais, na forma do regulamento anexo à Resolução n.º 381, de 24/6/76, do Banco Central, poderão ser negociadas nas Bolsas de Valores, podendo, inclusive, ser convertidas em títulos e ações integrantes da carteira dos Fundos, mediante leilões realizados nas referidas bolsas, numa tentativa de conferir liquidez e negociabilidade aos certificados e quotas de participação, eis que a experiência no passado demonstrou que, na sua maioria, as ações subscritas pelo sistema 756/69, bem como pelo 34/18, não tinham nenhuma negociabilidade após a sua liberação, expirado o prazo de intransferência.

Vale observar, todavia, que, no mercado acionário, a liquidez e negociação dos títulos e ações é função da sua rentabilidade, segurança e confiabilidade, que não podem ser conferidos por lei ou

decreto numa economia do mercado. Resta aguardar como o mercado se comportará em relação a esses fundos, tendo em vista a perda de credibilidade da maioria dos Fundos e a amarga experiência dos acionistas dos sistemas 756/69 e 34/18, que conservam o portfólio de seus investimentos incentivados no ativo financeiro imobilizado de suas empresas, há longos anos, sem qualquer rentabilidade, e em grande número de casos inflando os seus balanços com valores fictícios, pois os valores nominais dessas ações ficaram inteiramente desvalorizados ou perdidos, sem possibilidade de baixa, a não ser em caso de falência. Neste particular, nos nossos contactos com empresários de muitas regiões brasileiras em convenções e congressos, sempre fomos inquiridos sobre o destino de muitas empresas beneficiadas, das quais possuíam ações, muitas delas hibernadas ou abandonadas, tanto na área industrial quanto de empreendimentos pecuários e do setor de pesca, sendo que, muitos deles, esperavam ansiosamente que a falência judicial dos mesmos fosse decretada, a fim de poderem dar baixa nos seus ativos e, conseqüentemente, contabilizar como prejuízo em seus balanços, o que resultaria, pelo menos, numa redução de 30% do imposto de renda a pagar. Em última instância, o único, desalentador e frustrante benefício.

A nova ordem institucional criada pelo Decreto-lei n.º 1.376/74 procura corrigir muitas dessas distorções, muito embora possa trazer no seu bojo, também, a semente de uma má colheita, pois daqui para frente aumenta a responsabilidade dos órgãos gestores e operadores do Finam, pela sua boa aplicação em empresas viáveis e idôneas, de interesse para o desenvolvimento regional. Substituindo o antigo critério de seleção da aplicação dos empresários privados do sistema 756/69, transfere-se o poder decisório de aplicação para o poder autárquico da Sudam/Basa, aumentando, assim, o grau de estatização dos investimentos. O modelo de apoio às grandes empresas persistirá desse modo, dada à complexidade dos mecanismos que envolvem desde a carta consulta à apresentação do projeto com a juntada de 24 certidões, declarações, propostas, balancetes, cronograma, etc., até a sua final aprovação pelo conselho deliberativo e a final liberação de recursos, somente compatível e suportável por grupos empresariais de porte. Ficam, assim, fora do modelo a pequena e média empresa rural, que só no campo da pecuária de várzea e do beiradão somavam em 1970, conforme censo do IBGE, 32.609 estabelecimentos, sem contar os industriais e de serviços, de médio e pequeno porte, tanto das cidades quanto do interior, que não estão sendo aproveitados para usufruir esses benefícios, e que constituem o núcleo e a liderança da empresa nativa amazônica. Sem dúvida, isso resulta na continuação do processo que denomino de **desglebarização** do desenvolvimento regional, iniciado há mais de três décadas. Essa **desglebarização amazônica** implica na transferência do poder econômico para os grupos nacionais ou multinacionais que não possuem raízes nem sensibilidade regional, e cujo poder, muitas vezes, lhes confere grande grau de imunidade, insuscetível de controle e fiscalização, enquanto a pequena e média empresa familiar são sistematicamente desestimuladas e punidas pela insensibilidade, antipatia e ciúme da burocracia. Esta quase sempre não perdoa o sucesso dos filhos nativos, quando não a destrói pela malha espoliativa dos complicadores regulamentares, tanto ao nível federal como nos escalões estaduais e municipais, sobre os quais recai todo o peso da arrecadação e do fiscalismo extrativista e da máquina estatal que vê o continente e não o conteúdo, as obrigações acessórias e não a principal, a forma e não a essência, a letra e não o espírito. Esse processo desglebarizador é responsável, em grande parte, pela ausência e alienação dos empreendimentos nativos, resultado dos esforços de muitas gerações que aqui. sofreram e permaneceram fiéis à terra e à gente amazônica.

O aspecto humano e oikossociológico acima apontado é enfatizado não com intuítos negativistas ou propósitos paroquiais-regionalistas, xenófobos ou anti-integracionistas, mas para destacar que o processo de desenvolvimento, por sua natureza, é fatalmente interdisciplinar, pois acolhe na sua malha e urdidura o texto e o contexto político, social, econômico e ecológico, e não pode desprezar ou marginalizar a experiência e a empresa nativa-regional. Acima de tudo é um projeto oikopolítico e oikossociológico, no exato sentido e interpretação desses novos neologismos que venho propondo ao longo deste trabalho, e que espero venham a ganhar foros de cidadania nos verbetes dos dicionaristas e enciclopedistas.

É de justiça salientar, contudo, que a tese oikopolítica que venho difundindo há décadas, juntamente com tantos outros ilustres intérpretes e pesquisadores brasileiros, no que tange à atividade pastoril, foi em parte acolhida pela Sudam, dentro do sistema 1.376/74. Pelo novo regulamento para concessão de incentivos financeiros e fiscais em favor de empreendimentos localizados na Amazônia Legal, Resolução n.º 2.525 do seu conselho deliberativo, conforme proposição n.º 081/76 de sua superintendência, os incentivos financeiros a serem aplicados pelo Finam em todos os projetos dos empresários são classificados em quatro faixas de prioridade. A participação dos recursos administrados pela Sudam (75% – 60% – 50% e até 30%) passa a depender da contagem de pontos subordinados aos critérios de nível de participação do Finam, localização, nível de integração e tipo de tecnologia/base ecológica para os projetos pecuários, sendo que, por este último critério, estes empreendimentos são deslocados para a zona do cerrado, cerradão e mata fina para os tipos de Tecnologia I e II, e para a mata média ecologicamente adequada o tipo de Tecnologia III, que compreende as técnicas sofisticadas de Tecnologia tipo I acrescidas, entre outras exigências, de plantio de capim por avião, não podendo, em qualquer hipótese, os desmatamentos serem feitos em áreas contínuas superiores a mil hectares, separados por faixas de proteção de mata primitiva com largura mínima de 200 metros. A salvaguarda ecológica se justifica e representa uma mudança na filosofia original e uma correção aos abusos que chegaram a gerar clamor universal. Persiste, todavia, a ideia de implantação da grande pecuária megafundiária, eis que entre os critérios para aprovação desses projetos não se incluem a modulação e a escala desses empreendimentos, de modo a favorecer a fazenda familiar ou do tipo médio. Praticamente omite-se a pecuária ciliar ribeirinha das várzeas, onde estão localizados 32.609 pecuaristas, segundo apuração censitária de 1970, pois sendo o complexo da várzea-beiradão constituído, na sua maioria, de mata ciliar média e capoeirão, teriam que utilizar plantio de capim por avião (tecnologia do tipo III), e se fossem consideradas as várzeas como áreas de mata fina, teriam que utilizar tecnologias sofisticadas dos tipos I e II. Evidentemente o propósito do projeto do megaboi continua sendo a tônica e a estratégia da pecuária bovina do modelo Sudam, que faz caso omissivo da pecuária de várzeas, nas quais se localiza a maioria das fazendas do povo amazônico, pelas vantagens comparativas propiciadas pela maior fertilidade de suas terras, enriquecidas pelo processo de sedimentação e colmatagem do ciclo das águas, a despeito da geografia da calamidade das enchentes grandes, que por isso exigem empreendimentos mais modestos, mas que nem por isso devem ser desconsiderados em qualquer programa pecuário. Mais de 50% da população amazônica é ribeirinha ou vive próxima dos varzeados, nos tesos e beiradões da calha central e dos seus baixos rios tributários.

Reconheço as dificuldades inerentes ao processo de estabelecimento de critérios, dado as múltiplas variáveis a serem consideradas, porém, a persistente omissão de apoio para usufruto dos

incentivos financeiros da Sudam-Finam por parte do pequeno e médio empreendimento, de base nativa e eminentemente amazônica, deve ser corrigida para que se dê uma oportunidade a essa população, através de mecanismos fiscais especiais, como adiante sugiro, no capítulo das “Táticas para uma Estratégia”. Incluí-los no sistema, além de incentivar a democratização desses benefícios e aproveitar a experiência centenária já existente, permitirá introdução de mudanças qualitativas no agro e na gerência primitiva desses sítios e fazendas, para o qual a Acar tanto tem trabalhado. De outro lado, existe um componente oikopsicológico de grande valia nesta tese, que tem sido subestimada pelos planejadores regionais, componente esse traduzido folcloricamente no adágio popular de que o “olho do dono é que engorda o boi”. A grande fazenda megafundiária, além de ser concentradora de renda e gerar pouco emprego, tem contra si a variável do absenteísmo do empresário que vive nas capitais e nas megalópoles, à espera de que o “boi crie o fazendeiro”.

Esta análise traduz apenas algumas reflexões e perplexidades que espero sejam recebidas como contribuição construtiva para o aperfeiçoamento institucional da nova ordem criada pelo sistema 1.376/74 do módulo Sudam/Finam.

Antes de a Amazônia receber a adesão brasileira ao seu projeto de desenvolvimento, manifestado no art. 199 da Constituição de 1946, que destinou 3% dos recursos tributários da união, durante um período mínimo de 20 anos, para a valorização econômica da área (iniciativa de Leopoldo Pères, deputado federal pelo Amazonas), medida que somente seria disciplinada pela Lei n.º 1.806, de 6/1/1953, que criou a Spvea – como decorrência da assinatura dos “Acordos de Washington”, em 3 de maio de 1942, para incentivar a produção da borracha natural, necessária aos aliados que haviam perdido as fontes de suprimento da Malásia, já havia sido criado pelo Decreto-Lei n.º 4.451, de 9 de julho de 1942, o Banco da Borracha S/A. Com uma composição acionária majoritária do governo da União (60%) e minoritária do governo americano (40%), através da Rubber Reserve Company, posteriormente transformada na Rubber Development Corporation, e da Commodity Credit Corporation, fórmula em vigor até o Decreto-Lei n.º 493/69, quando a participação americana foi comprada pelo governo brasileiro, o Banco da Borracha, em sua fase inicial, foi o grande suporte financeiro do setor extrativo. Acumulou as funções do Banco Rural, através de empréstimos, às empresas seringueiras, a juros privilegiados, e de Banco Comercial, pelo controle das operações finais de compra e venda.

Criado o Banco da Borracha, primeira empresa binacional brasileira antes de Itaipu deu o Decreto-Lei n.º 4.451/42 à região amazônica um órgão financeiro de apoio e promoção das atividades seringueiras sobre as quais se intentava reerguer o projeto amazônico e comandar a Batalha da Borracha nos anos de 1942/45. Extinto o conflito, cessado o interesse norte-americano a partir de 1946, e embora o compromisso para a compra dos excedentes, em vista de a indústria nacional de borracha não poder absorver o volume da oferta gerada nos seringais silvestres, criou-se um sério problema de comercialização com a estocagem da borracha sem comprador nos armazéns do Banco, que detinha o monopólio de compra e venda do produto. No período de 1947/1949 produziram-se 84.480 toneladas, enquanto a indústria nacional absorvia apenas 41.115 t. e ficava um excedente de 23.365 t.;<sup>23</sup> se incluirmos o ano de 1950, excedente total de 26.110 t. para as quais não haviam recursos suficientes nos órgãos monopolizador. Como se vê, um grave impasse numa fase difícil de transição de pós-guerra. Data daí o processo de esvaziamento dos seringais e o abandono dessa atividade produtora, obrigada a se deslocar, novamente dos centros silvestres para as cidades, em

busca de sobrevivência, eis que o sistema montado no tradicional aviador-regatão-seringalista-exportador fora desmontado pela nova política institucional da borracha.

A Lei n.º 1.184, de 30 de agosto de 1950, que transformou o Banco da Borracha em Banco de Crédito da Amazônia, procurou corrigir essa situação criando o Fundo de Fomento à Produção, cujos recursos proviriam do destaque de 10% das dotações anuais previstas no art. 199 da Constituição de 1946, e seriam aplicados em atividades ligadas à produção da borracha, inclusive heveicultura. Ampliou-se também o raio de ação, com a inclusão de financiamento às atividades agrícolas, pecuárias, industriais e de transportes, a juros subsidiados de 4% ao ano. Sem dúvida, foi um passo importante no processo de crescimento desse instituto de crédito, transformado de Banco de um só produto em um Banco Regional de Fomento e de Desenvolvimento, o primeiro, aliás criado no País. O Fundo de Fomento à Produção, disputado pelos Estados e Territórios (a Lei 1.184/50 destinou 50% para o Pará e Amazonas; 30% para o Maranhão, Mato Grosso e Goiás; 20% para o Acre, Amapá, Rondônia e Roraima), passou a ser também disputado por produtores e intermediários, muitos dos quais desviaram os recursos, às vezes obtidos através de manipulações políticas, para outras atividades; por outro lado, uma parte dos recursos ficava como capital de giro do banco, para sustentar o grave problema dos excedentes e manter a liquidez da instituição, que, assim, passou por uma difícil fase. Os objetivos, naturalmente, não puderam ser atendidos, nem mesmo os projetos de heveicultura decorrentes do programa ETA/57, e que foram implantados, conseguiram financiamento, sem falar nas demais atividades do agro e da indústria. No entanto, é de salientar-se o esforço realizado e a experiência obtida nessa fase, bem como a consequente instalação da Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia, criada pela Lei n.º 1.806/53, decorridos sete anos do mandamento Constitucional de 1946. O Banco de Crédito da Amazônia formou e treinou a primeira equipe de planejadores e analistas de projetos, equipe que serviria de base e apoio para a Spvea. Nesse período, além de banco rural/comercial funcionou também como banco de desenvolvimento, na qualidade de agente financeiro da ação federal na Amazônia, apesar de todas as deficiências geradas pela inadequação de sua estrutura, excessiva centralização, falta de incentivos para motivação do empresariado, ausência de atividade promocional, ingerência político-partidária, insuficiência, irregularidade e falta de recebimento de recursos orçamentários que caracterizaram a atuação do sistema BCA/Spvea na década dos anos 50 e 60.

As duas fases históricas vividas pelo Banco – primeira iniciada pelo Decreto-Lei n.º 4.451/42, a segunda pela Lei n.º 1.184/50 – teriam sequência com o advento da Operação Amazônia no período 1966/1967, que trouxe profundas transformações estruturais nos organismos regionais responsáveis pela ação federal na Amazônia: 1) a Lei n.º 5.122, de 28/9/1966, que dispôs sobre a transformação do Banco de Crédito da Amazônia em Banco da Amazônia S/A.; 2) a Lei n.º 5.173, de 27/10/1966, que extinguiu a Spvea e criou a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam); 3) a Lei 5.174, de 27/10/1966, que consolidou e criou novos incentivos, isenções e deduções tributárias para investimentos na região; 4) o Decreto-Lei n.º 288, de 28/2/1967, que criou a Zona Franca de Manaus, com uma área de livre comércio e de incentivos fiscais especiais, complementado pela Lei n.º 291/67, que constituiu e delimitou a área da Amazônia Ocidental e estabeleceu incentivos para a Faixa de Fronteiras.

A primeira Lei n.º 5.122/66, ao instituir o Banco da Amazônia S/A., criou novas responsabilidades e atribuições; além de lhe confiar a execução da política do Governo Federal na

região, relativa aos créditos para o seu desenvolvimento, permitiu-lhe efetuar operações bancárias em todas as suas modalidades e ser o agente financeiro da antiga Spvea. Caracterizou-se, portanto, como um banco rural, comercial e de desenvolvimento. Paralelamente, o Basa desempenharia também função de banco de investimento, em face da criação do Fundo para Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia (Fidam), instituído pelo art. 45 da Lei n.º 5.173/66 com aportes dos recursos de 1% da Renda Tributária da União, do produto da colocação das “Obrigações da Amazônia”, dos depósitos do imposto de renda não aplicados em projetos específicos no prazo e forma estabelecidos na legislação, dos recursos do antigo Fundo de Fomento à Produção, e da Lei n.º 1.184/50. Infelizmente essa função não chegou a ser operacionalizada. É de salientar-se a frustração causada na região pela não implementação do dispositivo legal contido no art. 46 da Lei n.º 5.374/67, regulamentada pelo Decreto n.º 60.079/67, que autorizava o Basa a conceder financiamentos à conta do Fidam ou liberar recursos oriundos do depósito de deduções do imposto de renda para projetos de valor inferior a 6.000 vezes o maior salário mínimo vigente no País (item XVI – art.28), independente de homologação da Sudam, bem como do dispositivo contido no item I – § 7.º do art. 7.º da Lei 5.174/76, pelo qual permitia a Sudam delegar à análise de projetos e programas a entidades financeiras ou técnicas, o que viria permitir o envolvimento de comissões de planejamento dos Estados e descentralizar o processo decisório para aqueles empreendimentos de pequeno e médio porte. Esses dispositivos, que representavam urna velha aspiração da empresa nativa, e que serviria de elemento equilibrador do sistema 5174/66, de evidente sentido concentrador para as economias de escala, somente suscetíveis de aproveitamento por parte de grupos de grande porte, permaneceram hibernados pela não operacionalização do sistema Fidam. Perdeu-se com isso, uma grande oportunidade de descentralização e desconcentração dos investimentos e incentivos fiscais para atendimento de parte das empresas regionais, do beiradão e da cidade velha, cujo destino esteve sempre ligado à terra, e cujo concurso e contribuição julgo indispensável em qualquer processo de mudança e transformação; ao lado dos novos contingentes humanos e empresariais recém-chegados poderiam viabilizar a intenção no fato, unir aspirações e necessidades, transformar esperanças, expectativas e vontades em ação, gesto e passo no cotidiano labor.

Após haver sido adquirido o controle minoritário norte-americano (40%) do capital do banco pelo governo brasileiro, em 1969, pelo Decreto-Lei n.º 493/69, e autorizado o aumento do seu capital social para Cr\$ 150 milhões, conforme art. 3º da Lei n.º 5.122/66, alterável por decisão de sua assembleia geral, sempre que necessário, mantendo sempre à união a maioria absoluta do capital, o Banco da Amazônia fez em 1971 o seu primeiro lançamento de ações ao público, obtendo grande receptividade. Tornou-se uma sociedade de capital aberto, com a venda ao público de 30% das ações do seu capital, e conseguiu despertar o interesse dos investidores que adquiriram essas ações no mercado primário, graças aos incentivos fiscais propiciados pela legislação vigente à época, que permitia a dedução desse investimento nas declarações de renda das pessoas físicas, e a euforia bolsística do início dos anos 70, elevou-se o número de seus acionistas para 36.193, dos quais 79% se encontravam na região Sudeste-Sul, conforme dados de dezembro de 1975. O aporte de recursos do grande público, além de contribuir para o saneamento dos créditos de liquidação duvidosa e trazer uma substancial capitalização, resultou em novas responsabilidades: como sociedade anônima de capital aberto assumiu o compromisso com o grande público brasileiro de tomar-se um banco

rentável e eficiente, retribuindo em dividendos e bonificações o crédito de confiança dos seus novos acionistas.

O processo de sua evolução institucional continuaria com o Decreto-Lei n.º 1.376, de 12 de dezembro de 1974, que modificou a sistemática dos incentivos regionais e setoriais, instituiu o Finor, Finam e Fiset, e restaurou a sua condição de banco de investimento, na qualidade de operador do Finam, sob a supervisão da Sudam, cabendo-lhe a subscrição e a integralização do capital das empresas com projetos aprovados, bem como a emissão de certificados de aplicação que se convertem em quotas a serem entregues às pessoas jurídicas participantes da opção Finam, com possibilidades de negociação nas Bolsas de Valores, na forma da Resolução n.º 381/76 do Banco Central.

Completo-se, deste modo, o ciclo evolutivo institucional iniciado em 1942 com os “Acordos de Washington”. Agora, neste ano de 1977, quando se comemora o 35.º ano de sua fundação, o Banco da Amazônia se apresenta como um patrimônio irreversível do povo amazônico, tendo atravessado, durante esse longo período, os bons e os maus momentos de nossa história, experimentando erros e acertos administrativos, mudanças e transformações estruturais e funcionais que o credenciam, hoje, com as suas quatro funções básicas de Banco de Desenvolvimento, Investimento, Rural e Comercial.

Embora as críticas no passado e algumas ainda no presente, devemos, como amazônidas, reconhecer o seu papel de pioneiro do nosso desenvolvimento e principal suporte financeiro das atividades produtoras regionais. Talvez, até, um pouco mais do que isso. Graças ao seu esforço de modernização e de preparação e treinamento dos seus recursos humanos, representado pelo seus 3.000 funcionários e sua rede de 70 agências, das quais apenas sete localizadas fora da Amazônia Legal, e à atuação de suas carteiras de crédito rural, industrial e infraestrutural, crédito geral e câmbio, nestes sete quinquênios de atuação difundiu a sua presença e o seu apoio a grande parte da Amazônia Interior, adquirindo vivência e experiência regional, tornando-se, em verdade, no primeiro grande banco de mentalidade autenticamente amazônica, voltado para as peculiaridades e interesses regionais. Isso implica em reconhecer o fato de que necessita sempre de crescente aporte de recursos para responder às exigências do nosso crescimento, tanto quanto de adaptações contingenciais.

Defendo há muitos anos, por exemplo, e nisso insisto mais adiante, no capítulo seguinte, maior descentralização administrativa do banco, mormente a criação de diretorias regionais com alçada e poder decisório nas diversas subregiões amazônicas, a fim de lhe permitir maior agilidade, flexibilidade operacional e articulação com a rede dos Bancos oficiais dos Estados e Territórios amazônicos, o que considero fundamental para somar esforços e multiplicar oportunidades.

Um perfil sumário do desempenho do módulo Basa vai abaixo quantificado, através dos valores de seus recursos, depósitos e aplicações, extraídos do seu último balanço de 31/12/1976:

<b>PASSIVO</b>	<b>—</b>	<b>Cr\$ 1.000</b>	
<i>CAPITAL .....</i>		350.000	
<i>RESERVAS E FUNDOS .....</i>		351.612	
<b>DEPÓSITOS À VISTA E A CURTO PRAZO</b>			
<i>do público .....</i>		1.007.640	
<i>de entidades públicas .....</i>		574.423	
<b>DEPÓSITOS A MÉDIO PRAZO</b>		476.458	2.058.521

<i>ATIVO</i>	—	<i>Cr\$ 1.000</i>
<b>EMPRÉSTIMOS</b>		
<i>à produção .....</i>		<i>4.210.787</i>
<i>ao comércio .....</i>		<i>1.191.843</i>
<i>as atividades não especificadas ...</i>		<i>318.773</i>
<i>a Governos Estaduais e Municipais ..</i>		<i>226.230</i>
<i>às autarquias .....</i>		<i>57.218</i>
		<i>6.004.851</i>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE 1976 .....</b>		<b>Cr\$ 182.000</b>

O Banco da Amazônia não mudou apenas de nome. Como Banco de Fomento Rural, de Desenvolvimento Industrial e Infraestrutural, de Investimento e Comercial, transformou-se no principal estabelecimento financeiro da região, com mentalidade amazônica. Assim, dinamizá-lo pelo aporte adicional de recursos a custos baixos e estiveis, agilizá-lo para que ainda melhor corresponda às exigências e reclamos do nosso crescimento, constituem tarefas urgente e fundamental.

## **20. Suframa – Zona Franca de Manaus**

Enquanto se desenvolvia o módulo Sudam, surgiria como resultado de um esquema de empresários, administradores, políticos e intelectuais amazonenses, a mais ousada experiência no campo do desenvolvimento regional: a instituição da Zona Franca de Manaus, criada pelo Decreto-Lei n.º 288, de 28.2.67, ao final da administração do presidente Castelo Branco.

A ideia da Zona Franca suportou um longo período de lutas e reivindicações até o reconhecimento da necessidade de se criar um instrumento legal para aliviar as dificuldades locais decorrentes da mediterraneidade, isolamento e distância da Amazônia Ocidental. Foi inicialmente proposta ao Congresso Nacional pelo deputado Pereira da Silva, que conseguiu transformar o seu anteprojeto na Lei n.º 3.173, de 6.6.57, que não conseguiu entretanto, ser operacionalizada, eis que a figura jurídica de extraterritorialidade fiscal de zona, limitada em uma área restrita de 200 hectares, e o seu caráter exclusivo de entreposto para armazenamento e trânsito de mercadorias e produtos para abastecimento das Amazônia limítrofes, não tinha conteúdo nem significação econômica. Por esse motivo, a lei ficou hibernada durante uma década, até que o problema ressurgisse em face da insatisfação da Amazônia Interior decorrente da discriminação e da excessiva centralização monopolizadora e monárquica da Spvea, cuja preocupação se concentrava no delta e no oriente amazônico.

Esse movimento adquiriria ímpeto e vocalização política a bordo do “Rosa da Fonseca”, onde se realizou a 1.ª Reunião de Incentivos ao Desenvolvimento da Amazônia, em novembro/dezembro de 1966, com a presença do ministro de Coordenação dos Organismos Regionais, João Gonçalves de Souza, dos órgãos de desenvolvimento e financiamento, dos governadores da Amazônia Legal e grande número de empresários, dirigentes das classes produtores e investidores de todo o País.

A nossa representação sentiu que o Plano de Desenvolvimento da Amazônia, ali apresentado como um modelo e estratégia, estava deformado, eis que, para exemplificar, considerava a cidade de Bacabal, no Maranhão, como um dos polos mais importantes de irradiação e desenvolvimento e de maior relevância que a área de Manaus, com evidente desconhecimento da realidade amazonense,

além de outros enfoques centralizadores, falta de vivência e alienação por parte do escritório de planejamento que o havia elaborado.

A partir daí, o movimento de reformulação da Zona Franca de Manaus cresceu para adquirir consciência e sensibilidade nos altos escalões ministeriais e nos círculos empresariais, políticos e intelectuais que reclamavam tratamento fiscal mais favorecido, descentralização e reconhecimento das peculiaridades da Amazônia interior e ocidental.

O grande argumento para a sua institucionalização foi de caráter geopolítico, dentro de uma estratégia de segurança e desenvolvimento: criar no centro da Amazônia um polo dinâmico comercial, industrial, agrícola e de serviços para servir de apoio logístico à ocupação do mediterrâneo e do grande arco da fronteira cisandina e subguiana, em equivalência à ação observada nas outras amazônias não brasileiras, através de grandes projetos como o da Carretera Marginal de la Selva, coroada pela Lei n.º 15.600, aprovada pelo Congresso do Peru em 25 de agosto de 1965, promulgada pelo presidente Fernando Belaunde Terry em 4 de setembro de 1965, e regulamentada pelo Decreto Supremo n.º 401-H, de 4/10/1965; conhecida como a Lei da Selva Peruana, criava um sistema de incentivos fiscais especiais e facilidades especiais de importação, exportação e industrialização nos departamentos de Loreto (Iquitos), Amazonas, San Martín, Madre de Dios, Cajamarca, Libertad, Huanuco, Pasco, Junín, Ayacucho, Apurímac, Cuzco e Puno. Porque a grande região além do arco da fronteira, aparentemente morta, iria adquirir grande dinamismo e tornara-se preciso encontrar e oferecer uma estratégia brasileira para competir com o grande potencial de recursos que, àquela altura, já estavam sendo esboçados, trabalhados, e ou ativados. Exemplos, a exploração do petróleo nos campos peruanos de Agua Caliente, no rio Pachitea, afluente do Ucayali, situado a cerca de 70 km de Pucallpa; em Maquia, no mesmo rio, a cerca de 10 km de Contamana; nos campos de Orito, no rio Putumayo, nas zonas fronteiriças do Equador e Colômbia, sem falar nas imensas reservas de petróleo da Venezuela, ativamente explorada desde longa data, nos projetos de mineração de ferro e siderurgia no rio Essequibo, de bauxita nas Guianas e carvão metalúrgico na Colômbia. Todos buscando desenvolver o potencial de recursos das suas Amazônia, procurando integrá-las através de enlaces e malha rodoviária, aeroportos e obras de infraestrutura urbana e rural, abrindo os mercados do Pacífico e do Caribe como uma opção e via alternativa de integração e cooperação continental e panamazônica.

Essa estratégia geopolítica que motivou a criação da Zona Franca de Manaus está bem evidenciada na exposição de motivos encaminhada ao presidente Castelo Branco, datada de 27/2/1967, e assinada pelos ministros João Gonçalves de Souza, da Coordenação dos Organismos Regionais; Otávio Gouveia de Bulhões, da Fazenda, e Roberto de Oliveira Campos, do Planejamento, especialmente assessorados pelo engenheiro amazonense Arthur Amorim, um dos principais artífices e coordenadores daquele movimento. A referida exposição assim se expressava:

As inversões federais necessárias para criar a infraestrutura básica da Zona Franca são de tal maneira vultosas em face do produto bruto obtido da criação de novas indústrias numa área limitada (a exposição referia-se aos 200 hectares da lei anterior, n.º 3.173/57) que todos os projetos de desenvolver a Zona Franca estão destinados ao fracasso por falta de rentabilidade econômica global. Além disso não foram criadas condições de meio de vida local, capazes de atrair para essa região a mão de obra e técnicas especializadas no seu desenvolvimento.

Enquanto de um lado se evidenciava a inoperância da Zona Franca de Manaus, as

facilidades concedidas pelos governos estrangeiros em outras áreas limítrofes à Amazônia Brasileira trouxeram um profundo surto de desenvolvimento e consequente êxodo de nossas populações fronteiriças para esses países.

Esta situação gerou, por sua vez, veementes aspirações de um tratamento fiscal favorecido à Amazônia Ocidental que tem sido consubstanciado em inúmeros documentos apresentados ao Governo Federal pelos governos estaduais e entidades de classes locais.

O Decreto-Lei que ora submetemos à V. Ex<sup>a</sup>. é um passo arrojado para criar um pólo de desenvolvimento amazônico no centro geográfico da Amazônia com as isenções fiscais e facilidades de consumo interno essenciais para atração de capitais e mão de obra que assegurem o seu rápido progresso[...]"

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1967.

aa) João Gonçalves de Souza, Otávio Gouveia de Bulhões,  
Roberto de Oliveira Campos.

O Decreto-Lei n.º 288, de 28/2/1967, do presidente Castelo Branco, criou a Zona Franca de Manaus, consoante seu art. 1.º, como “uma área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, estabelecida com a finalidade de criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições econômicas que permitam seu desenvolvimento, em face dos fatores locais e da grande distância em que se encontram os centros consumidores dos seus produtos”, localizada à margem esquerda dos rios Negro e Amazonas com uma área contínua e uma superfície mínima de 10.000 km<sup>2</sup>, incluindo a cidade de Manaus e seus arredores, com um comprimento máximo contínuo nas margens esquerdas dos rios acima de cinquenta quilômetros à jusante de Manaus e de setenta quilômetros a montante desta cidade.<sup>24</sup>

Nessa área de Zona Franca, os incentivos especiais criados, vigentes pelo prazo de 30 anos (até 1997), foram os seguintes:

1. Isenção de impostos de importação e sobre produtos industrializados. Na entrada de mercadorias estrangeiras, destinadas ao consumo interno, industrialização em qualquer grau, inclusive beneficiamento, agropecuária, pesca, instalação e operação de indústrias e serviços de qualquer natureza, com exceção de armas e munições, perfumes, fumos, bebidas alcoólicas e automóveis de passageiros;

2. Isenção do imposto de exportação às mercadorias embarcadas para o exterior, qualquer que seja a sua origem;

3. Isenção do imposto sobre produtos industrializados para todas as mercadorias produzidas na Zona Franca, quer se destinem ao consumo interno, quer à comercialização em qualquer ponto do território nacional;

4. As mercadorias produzidas, beneficiadas ou industrializadas na Zona Franca de Manaus, quando saírem desta para qualquer ponto do território nacional ficarão sujeitas apenas ao pagamento do imposto de circulação de mercadorias, se não contiverem qualquer parcela de matéria-prima ou parte componente importada, ou ao pagamento do imposto de importação sobre as matérias-primas ou partes componentes importadas com uma redução percentual da alíquota de importação igual ao valor adicionado no processo de industrialização local em relação ao custo total da mercadoria;<sup>25</sup>

5. As mercadorias de origem nacional para consumo ou industrialização na Zona Franca de Manaus, ou reexportação para o estrangeiro, serão, para todos os efeitos fiscais, constantes da

legislação em vigor, equivalentes a uma exportação brasileira para o exterior (e assim também, isentos do ICM e IPI);

6. As isenções previstas no Decreto-Lei n.º 288, conforme exigência do seu art. 49, foram complementadas pelo Estado do Amazonas com a concessão do crédito presumido de ICM sobre as mercadorias entradas, igual ao montante que devia ter sido na origem (Lei n.º 569/67) e pelos municípios do Estado do Amazonas com a isenção do imposto de serviços na área em que estiver instalada a Zona Franca (Decreto n.º 25/67);

7. O Decreto-Lei n.º 288 foi complementado na mesma data pelo Decreto- Lei n.º 291, que estabeleceu incentivos para o desenvolvimento da Amazônia Ocidental e da faixa de fronteiras, e teve o grande mérito de reconhecer e limitar a Amazônia Ocidental, constituída pela área abrangida pelos Estados do Amazonas e Acre e territórios de Rondônia e Roraima, muito embora esses incentivos, até hoje não tenham sido operacionalizados, a não ser a extensão às áreas pioneiras, zonas de fronteira e outras localidades da Amazônia Ocidental de certos favores concedidos pelo Decreto-Lei n.º 288 e seu regulamento<sup>26</sup> aos bens e mercadorias recebidos, oriundos, beneficiados ou fabricados na Zona Franca, para utilização e consumo interno naquelas áreas, na forma do Decreto-Lei n.º 356, de 15/8/1968 e Decreto n.º 63.871, de 20/12/1968, que isentou de ICM e IPI os produtos nacionais remetidos para toda a Amazônia Ocidental, através da Zona Franca de Manaus, e dos seus entrepostos em Porto Velho (Rondônia), Boa Vista (Roraima), Rio Branco (Acre) e outras cidades do interior da referida área.

Esse elenco de incentivos fiscais especiais e a criação da Suframa, com as funções de órgão de planejamento, promoção, coordenação e administração da Zona Franca, inclusive com a responsabilidade de elaborar um Plano Diretor Plurianual (art. 24 do Decreto n.º 61.244, de 28/8/1967, iniciou o processo de descentralização e remanejamento do poder decisório na região pelo reconhecimento de que a Amazônia, pela sua continentalidade e diversificação, não pode se enquadrar dentro de um rígido sistema de administração, promoção e planejamento único, sem atender às diferentes situações sub-regionais e dos variados aspectos geopolíticos e estratégicos, bem como às características geoeconômicas e oikopolíticas típicas de um universo de recursos e vocações diferenciados no tempo, no espaço e na gente, embora unidos pelo destino brasileiro de sua unidade política nacional.

Fundada numa filosofia de livre iniciativa, desataviada e liberta das inibições burocratizantes e dos enclausuramentos desestimulantes, a Zona Franca de Manaus conseguiu atrair, nesta primeira década de sua criação, empresários e empreendedores de todo o País e do exterior. Aqui se aliaram ou se justapuseram ao núcleo glebário tradicional, aportando capitais, técnicas, **know-how**, experiência, inovação, se deixando envolver e injetando também ambição, otimismo e arrojo próprios de uma sociedade que deseja crescer e participar do desenvolvimento brasileiro e amazônico, a que se achava enclausurada no relógio do tempo e imobilizada na cerca do chão, após haver perdido o melhor de suas elites, de seus talentos e do seu povo; na ânsia de sobrevivência e de realização muitos emigraram para outras áreas, ou remeteram as suas poupanças e capitais para inversões nos grandes centros urbanos do Sul do País. Assim começou a corrida para fazer da Zona Franca de Manaus um projeto viável, na fórmula estratégica e filosófica do presidente Castelo Branco, convertida num polo geopolítico de desenvolvimento e num foco de germinação, atração e irradiação, com raízes e

profunda influência em toda a Amazônia Ocidental e no arco da fronteira, assegurados os interesses vitais e permanentes da ocupação brasileira no mediterrâneo, no sudoeste e noroeste amazônico.

Nesta primeira década de seu funcionamento, a despeito das dificuldades conjunturais do balanço de pagamentos e da dívida externa brasileira, que culminaram numa série de restrições ao funcionamento da Zona Franca de Manaus,<sup>27</sup> já é possível verificar o impacto positivo de tão arrojado modelo, eis que a Zona Franca de Manaus se constituiu, rapidamente, na mais dinâmica, inovadora e progressiva experiência feita em toda a Amazônia. Pode ser avaliada tanto em termos de atração de capitais, investimentos, mão de obra, nível de emprego e distribuição de renda, quanto em função dos objetivos estratégicos nacionais pela criação efetiva no centro geográfico da Amazônia, de um polo logístico, dinâmico, inovador e progressista.

A magnitude do impacto inovador desse módulo institucional foi reconhecida publicamente pelo Governo Federal, através da exposição ministerial de motivos apresentada ao Conselho de Desenvolvimento Econômico da Presidência da República, de 16 de dezembro de 1975, anexando a minuta do Decreto-Lei n.º 1.435, na qual os ministros da área econômica reconhecem os efeitos importantes sobre a economia regional, resultantes dos incentivos fiscais do Decreto-Lei n.º 288/67.

No tempo de 8 anos operaram-se modificações econômico-social que transformaram o quadro de estagnação prevalecente em surto de desenvolvimento... Dinamizaram-se o comércio e o turismo, deflagrou-se o processo de industrialização, com importantes repercussões sobre a infra-estrutura econômico-social, o emprego, a renda e o bem-estar da população. Constatam essa realidade os seguintes indicadores: 1) O consumo de energia elétrica, em Manaus, praticamente quadruplicou, entre 1967 e 1974, em termos globais, e o **per capita** cresceu mais que o do País como um todo...; 2) Ocorreu sensível expansão no setor de construção civil, com um aumento na importação de cimento, entre 1967 e 1974, de 14 vezes, e um aumento das áreas licenciadas de aproximadamente 240%...; 3) A receita do Imposto sobre Circulação de Mercadorias apresentou, entre 1967 e 1974, crescimento real da ordem de 230%, a despeito das isenções concedidas; 4) Foram 138 projetos aprovados pela Suframa, dos quais 97 já instalados, envolvendo investimentos da ordem de Cr\$ 4 bilhões, a preços de 1975, e a criação de 26 mil empregos; 5) A renda familiar em Manaus cresceu, entre 1966 e 1973, cerca de 75% em termos reais, havendo ocorrido, ademais, sensível melhora na sua distribuição; 6) Manaus, com cerca de 400 mil habitantes, apresenta crescimento demográfico de 10% ao ano e recebeu, em 1974, somente por via aérea, cerca de 200 mil turistas contra 53 mil em 1976.

Essa avaliação, embora importante ao assinalar alguns poucos índices econômétricos quantitativos do nosso crescimento e exagerar algumas distorções, subestimou os efeitos qualitativos, oikopolíticos e geoestratégicos que sustentam e promovem a Zona Franca de Manaus, de natureza multipolar e de amplo espectro, conforme foi concebida originalmente, cujas funções espaciais e polarizadoras, bem delineadas no espírito e na letra de sua lei institucionalizadora, vão a seguir esquematizadas;

<i>1. Área estratégica e de segurança do mediterrâneo e do arco da fronteira</i>	<i>– Polo geopolítico instrumental da nossa diplomacia e logístico de apoio às forças armadas</i>
<i>2. Área tronco do sistema de navegação fluvial, rodo e aeroviária e de telecomunicações</i>	<i>– Polo pan-amazônico viário e de comunicação intercontinental</i>
<i>3. Área de livre comércio de importação</i>	

	<i>– Polo comercial para fins turístico e consumo interno</i>
<i>4. Área de livre importação</i>	<i>– Polo exportador de matérias-primas e manufaturados</i>
<i>5. Área de estocagem e reexportação</i>	<i>– Polo entreposto para depósitos francos e agências aduaneiras da Pan-Amazônia sulamericana</i>
<i>6. Área de incentivos fiscais especiais</i>	<i>– Polo de atração de capitais, mão de obra e tecnologia</i>
<i>7. Área de investimentos privilegiados</i>	<i>– Polo de interiorização do desenvolvimento</i>
<i>8. Área industrial</i>	<i>– Polo industrial de beneficiamento, montagem e transformação</i>
<i>9. Área agropecuária</i>	<i>– Polo agrícola, pecuário, avícola, florestal, pesqueiro e de abastecimento</i>
<i>10. Área de serviços</i>	<i>– Polo profissional, técnico, bancário, financeiro e administrativo</i>
<i>11. Área de pesquisa, educação e cultura</i>	<i>– Polo de treinamento, formação dos recursos humanos, investigação e inovação científica.</i>

Decorridos dez anos de sua criação, o seu desempenho tem que ser medido quantitativa e qualitativamente dentro do contexto regional e nacional. Quantitativa e qualitativamente somos, hoje, na Amazônia Ocidental e na Zona Fiança de Manaus, o primeiro polo têxtil-juteiro do País; o mais importante centro de indústrias de compensados e laminados de madeira da região; o primeiro polo joalheiro e ligas metálicas nobres do País; o maior centro nacional de indústria eletrônica e de fabricação de TV a cores e calculadoras já implantado; um polo mecânico e de transportes em grande escala, através das indústrias de motocicletas ciclomoteres e bicicletas, bem como da indústria relojoeira e de confecções; detemos a liderança na região da indústria de refinação de petróleo, de fabricação de detergentes biodegradáveis, de confecção de roupas, de refino de estanho, produzido em fábricas modernas, com elevado senso de assistência social, no Distrito Industrial de Manaus, que é um modelo de planejamento para o resto do País, com todas as facilidades infraestruturais.

Do ponto de vista geoestratégico, Manaus, como sede do Comando Militar da Amazônia, tornou-se a base de apoio logístico, transporte e suprimento para os batalhões rodoviários, de engenharia militar e construção, destacamentos de fronteira, comando de Rondônia e Acre, do Solimões e da fronteira norte, e das colônias agromilitares, bem como passou a ser base para as operações da Marinha e da Aeronáutica. A construção do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes transformou Manaus no grande entroncamento aeroviário da Amazônia Interior e Exterior, do Caribe e do continente sul-americano, propiciando a ligação dos países do Pacífico com as nações da Europa. Os nossos enlaces de telecomunicação por via satélite, ou por tropodifusão, estão sendo disputados pelas nações amazônicas vizinhas para contato com o mundo exterior; o sistema rodoviário Cuiabá-Porto Velho-Manaus-Boa Vista-Caracas, este último trecho recém-inaugurado, estabeleceu uma rota de interligação panamericana pelo centro do continente.

Somos, assim, uma área de demonstração para todo o País, absorvendo tecnologia eletrônica sofisticada do exterior, que é enviada para todo o País através dos produtos aqui montados e industrializados, com índices crescentes de nacionalização e integração com a indústria nacional. Do ponto de vista turístico, Manaus se transformou no grande centro de atração para todo o Brasil, evitando déficits maiores em nosso balanço de serviços, através de gastos no exterior, propiciando um

fluxo de comercialização na área, que gera emprego, renda e tributos para o Estado do Amazonas, cuja receita de ICM é a maior de toda a Amazônia Clássica. Sob o impulso do Plano de Desenvolvimento Local Integrado expande-se rapidamente a cidade de Manaus, moderniza-se com a abertura e alargamento de vias, avenidas e autoestradas. Constrói-se intensamente em novos bairros residenciais para abrigar os novos contingentes humanos de todas as faixas de renda. Ampliou-se consideravelmente o sistema escolar, tanto no ciclo fundamental quanto superior, sob a liderança da Universidade do Amazonas, este ano com aproximadamente 6.000 alunos matriculados em cursos, coadjuvada pela universidade Estadual de Tecnologia. Destacadamente o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – Inpa, tornou-se o centro irradiador das pesquisas e da investigação científica para toda a área.

As opções e oportunidades de trabalho oferecidas às novas gerações permitiram a sua fixação na área, evitaram o êxodo e a expulsão dos talentos ocorridos no passado, sendo esta, portanto, a primeira geração que está sendo treinada e educada para assumir as tarefas, os encargos e as responsabilidades do futuro no seu próprio chão, enquanto os nossos exilados regressam à terra e repetem a parábola do filho pródigo.

Operou-se, nesse ínterim, uma reversão de expectativas e criou-se, o que é fundamental, uma atmosfera de otimismo e um clima psicológico favorável aos investimentos, na justa crença de que um futuro melhor está chegando e os horizontes se ampliam para administradores, empresários, profissionais liberais e classes trabalhadoras que veem na Zona Franca as oportunidades de emprego e de desfrute de uma renda melhor, que hoje pode ser estimada a grosso modo, na capital, em redor de US\$ 1.500,00 **per capita**, eis que pelo nosso inventário de vendas, adiante publicado, se estima o faturamento **per capita** em Cr\$ 25 mil anuais, equivalente a US\$ 2.272 por habitante.

Os reflexos positivos desse quadro econômico-social não se limitam, todavia, a Manaus e seus arredores; pois toda a Amazônia Ocidental (Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia) se beneficia dos incentivos, quer pelos custos menores dos produtos nacionais importados com a isenção do ICM e IPI, na forma do art. 1.º do Decreto-Lei n.º 356/68, quer os decorrentes da isenção do imposto de importação e imposto sobre produtos industrializados, previstos no art., 2.º e reformulados, recentemente, pelo Decreto-Lei n.º 1.435/75, para os bens de produção, consumo e gêneros de primeira necessidade: motores marítimos de centro e de popa, seus acessórios e pertences, utensílios empregados na pesca; máquinas, implementos e insumos utilizados na agricultura, pecuária e atividades afins; máquinas para construção rodoviária; máquinas, motores e acessórios para instalação industrial; materiais de construção, produtos alimentares e medicamentos.

O tão decantado êxodo rural da hinterlândia, em busca de oportunidades e empregos na Zona Franca de Manaus, que fez crescer à sua população de 250.000 habitantes, em 1967, para 600.000 habitantes em 1977 teve, cumulativamente, outras origens. Destacadamente a ação desestimuladora de alguns órgãos que impedem, pela proibição sistemática, o uso dos recursos naturais pelas populações nativas, entre eles couros e peles, pesca de jacaré e outras atividades extrativas na biota amazônica, que sempre foram praticadas de forma seletiva e ecológica. Tal ação excluiu a possibilidade de sobrevivência do homem do interior, enquanto se faz vista grossa ou se estimula a grande empresa latifundiária sulista, que destrói e queima a floresta, de resultado incerto e duvidoso, além de criar um sério problema de expulsão do posseiro de sua terra pelos jagunços e grileiros, a soldo dos novos

capitães-do-mato. O êxodo, ou melhor, a expulsão, também decorre da falta de mecanismos eficazes que apoiem o produtor rural em termos de financiamento da produção e da garantia do preço-mínimo por parte da Comissão de Financiamento da Produção, que se defasa, dificulta e desestimula, como ocorre, atualmente, com a safra da juta deste ano, que, a despeito de ter garantia de compra ao preço mínimo, pela CPF, não consegue ser operacionalizável, ficando o pequeno e médio produtor rural sujeito aos azares de má conjuntura e a perda do seu trabalho e das suas economias. Decorre ainda de ausência de uma política sistemática e eficaz de ajuda aos ribeirinhos, que, por ocasião das enchentes, vítimas da geografia da calamidade, buscam refúgio na cidade grande para sobreviver. Também do incúmeno político, consequência do anacronismo histórico de nossa divisão territorial, que criou Estados superdimensionados e que hoje, exigem reorganização urgente do espaço político administrativo, conforme já expusemos no capítulo anterior.

Apesar de todos esses azares, a população interiorana vem se beneficiando dos favores e benefícios instituídos na Zona Franca de Manaus e na Amazônia Ocidental. Novos empreendimentos estão surgindo no interior, na medida em que a demanda do polo Manaus cria mercado para os seus produtos agrícolas e matérias-primas, em que se aperfeiçoa o sistema de distribuição, através do sistema de abastecimento da Ceasa, dos esforços de assistência rural da Acar, da ação da Embrapa, da Sudepe, da Sudhevea, e, sobretudo, dos esforços do Banco da Amazônia, através de sua rede de filiais e equipes de pessoal, que se sensibilizam e agilizam respostas aos reclamos e às pressões locais; dedicado à área criou flexibilidade operacional para escapar da rigidez burocrática dos regulamentos, das rotinas paralisantes e da dependência e subordinação a centros de decisão alienados de realidade regional. De outro lado, a Sudam e o Governo do Estado se agilizam através de convênios e esforços visando a criar condições de infra-estrutura econômica e social no interior, preparação de recursos humanos e implementação dos programas federais na área, inclusive os do Polamazônia, e o Inpa se tornou o grande centro de investigação científica regional.

A Zona Franca de Manaus tornou-se uma experiência válida de grandes efeitos germinadores e repercussões, tanto na cidade quanto no interior. O que tem sido sua atuação nesta primeira década, através de sua superintendência e dos esforços dos empresários da livre empresa privada, merece um balanço especial. Ela não é, como já se afirmou equivocadamente, um mecanismo de espera, ou um refúgio de gringos e aventureiros, desperdício de divisas e de agravamento do déficit do balanço de pagamentos, consumidor de bens supérfluos e conspícuos, artificialismo criado para indústrias sem perspectivas de autossustentação futura, centro de excessiva liberdade para fruição de benefícios fiscais, foco de incentivo ao contrabando, concentração excessiva de investimentos concorrentes e de indústrias fajutas de aparafusamento, danosas às indústrias do triângulo dourado do Sudeste-Sul, de insignificante aproveitamento de matérias-primas e insumos locais, um quadro de distorções e desvios perversos de localização espacial e setorial. Baseados nestas falsas premissas, partidas muitas vezes de setores desinformados de diversos escalões hierárquicos; da má-fé dos interesses radicados do “establishment”, acomodados aos oligopólios dominadores dos mercados, com produtos envelhecidos e de tecnologia primitiva, com desenhos industriais e desempenho medíocres, ou receosos do surgimento de novos centros de competição; ou partidos de inocentes úteis ou perversos, que veem os seus interesses contrariados pelo surgimento, no centro geográfico da Amazônia, de um polo moderno comercial, industrial, agrícola e de serviços, de integração nacional e regional, e de uma liderança que reage àqueles setores que desejam ocupar a Amazônia **pro-domo-sua** e transformá-la

num quintal especulativo-latifundiário, como reserva para o século XXI – baseados nessas falsas premissas e afirmações graciosas, repetimos, tem se tentado ao longo deste decênio punir a Zona Franca de Manaus a pretexto de corrigi-la e compatibilizá-la. Em verdade, o que os porta-vozes e portabandeiras de tais críticas pretendem, pelo conhecido processo de anulação dos benefícios fiscais, é destruir a filosofia básica da institucionalização da Zona Franca, despi-la de suas funções geopolíticas, estratégicas e logísticas de segurança e desenvolvimento regional e nacional, negar Manaus como centro irradiador de inovações de extraordinário dinamismo, cortar o passo da livre iniciativa e da empresa privada, restaurar o **status-quo ex-ante** para nos confinar à posição de

centro fornecedor de matérias-primas, provocar regressão à fase extrativista, ou introduzir, em substituição, um modelo exclusivista agrícola, cuja validade e tecnologia ainda dependem de testes e provas nos centros de investigação e experimentação, ao mesmo tempo que desejam nos submeter ao centralismo burocratizante, inócuo, vazio e paralisante, dependente de uma tecnocracia vaidosa e autossuficiente, que tenta a todo o custo cartorializar a Zona Franca de Manaus, fazendo com que cada passo do empresário dependa do favor de um burocrata.

Esse negativo frustrador de nossas esperanças, embora encontre acolhida em setores alienados, enfrenta por sorte nossa, a contestação dos dirigentes mais esclarecidos e responsáveis do País, reação das lideranças locais, política, popular, empresarial e acadêmica, que se exaurem em esforços, memoriais, estudos, análises e balanços, procurando conter a poderosa avalanche dos propósitos mutiladores de quantos se deixaram imobilizar pelo espírito tordesilhano. Não atentam estes para o fato de que a interiorização do crescimento e a expansão ocidental do desenvolvimento, consubstanciada naquele velho e sedição **slogan da marcha para o oeste** do presidente Vargas, possuem extrema validade histórica e constituem um imperativo do futuro da nacionalidade, que precisa ocupar o seu mediterrâneo, não com fins imperiais, eis que nos encontramos na era do mundo finito, mas para dar ao País a verdadeira dimensão de sua grandeza interior e de sua potencialidade, para estabelecer vínculos de solidariedade e cooperação com os nossos vizinhos, que bem cedo assinarão conosco o Tratado de Manaus, do Pacto Amazônico, para complementar o ciclo de integração da Sul-América, que já se afirma por meio dos Tratados de Montevideu (Alalc), da Bacia do Prata e do Pacto Andino dos Acordos de Cartagena.

Dentro desse contexto procuramos, a seguir, realizar uma análise dos três principais setores da Zona Franca de Manaus; o comercial, o industrial e o agro.

### **1. Setor comercial**

O impacto da criação da Zona Franca de Manaus fez-se sentir, inicialmente, no setor comercial, aproveitando a capacidade ociosa dos estabelecimentos comerciais, atraindo tanto lojistas e comerciantes brasileiros de outras áreas do Nordeste e do Sudeste-Sul, como empresários provenientes de outras áreas de livre comércio como Arica, Cólón, Santa Margarita, Curaçao, Santo André e Hong-Kong. As vantagens oferecidas pela queda da barreira burocrática, protecionista e alfandegária favoreceram a livre importação de produtos estrangeiros para o consumo local e para atender a demanda da corrente turística do Sul do País, permitindo rápido crescimento do setor terciário, com aceleração no ritmo dos negócios e do setor da construção civil, promovendo intensa valorização imobiliária, grande expansão do nível de emprego, sobretudo feminino, e incremento na arrecadação do ICM, resultantes do fluxo maior da comercialização. Manaus tornou-se um centro turístico

receptivo importante, O movimento de passageiros no aeroporto da cidade passou de 53 mil em 1967, para 221 mil em 1976, pressionando o setor de hotelaria para respostas à demanda de passageiros em trânsito, empresários e turistas, e provocando posteriormente, a construção de um novo e moderno aeroporto, que, afinal, transformou Manaus num importante tronco aeroviário do sistema pan-americano e brasileiro.

Ao mesmo tempo que crescia a participação da importação estrangeira, aumentava concomitantemente a demanda dos produtos nacionais importados das demais regiões brasileiras, que variou de 65%, em 1969, para se situar numa participação média de 55% no total das importações globais, neste último quinquênio. Em termos relativos isso significa, conforme demonstra o quadro seguinte, que cada cruzeiro resultante da importação estrangeira provocou uma demanda média do produto nacional da ordem de Cr\$ 1,50, expandindo desta forma as compras ao mercado interno. Assinala-se por igual, o efeito demonstração produzido pela função comercial da Zona Franca de Manaus, eis que o mercado interno tomou conhecimento, através do fluxo turístico, de equipamentos, utilidades e bens de alto nível de desempenho e de desenho industrial, forçando a indústria nacional do Sul a se modernizar e adaptar-se às inovações emergentes.

O setor comercial teve, no início, participação predominante, destacando-se a importação de máquinas, equipamentos, cimento, produtos eletrônicos, gêneros alimentícios e outros bens essenciais como de maior expressão estatística, ficando o setor dos chamados supérfluos restrito a cerca de 25% do total das importações comerciais da Zona Franca. No entanto, este segmento supérfluo, que provocou tanta repercussão e contestação, apesar de sua pouca significação no quadro das importações brasileiras – cerca de 0,2%, equivalente a 24 milhões de dólares anuais – constituiu a grande atração da corrente turística, de grandes efeitos multiplicadores e colaterais no conjunto da economia zonal. O total das importações comerciais vem decaindo constantemente, pois nos anos de 1974 a 1977 essa participação foi representada pelos percentuais de 54%, 42%, 34% e 23%, respectivamente, conforme demonstra o quadro das importações por setores, enquanto que as importações das indústrias localizadas na Zona Franca tiveram a sua participação incrementada de 40% em 1974 para 64% em 1976, conforme o quadro “Importação de Mercadorias”

Antes de expirar o primeiro semestre de 1976 o advento do Decreto n.º 1.455, de 7/4/76, resultou em profundas modificações da Zona Franca. Seus dispositivos agravaram as imposições fiscais na bagagem dos passageiros saídos de Manaus, além da quota livre fixa de US\$ 100.00 (art. 1.º e 6.º), proibiu-se a internação a qualquer título para qualquer parte do território nacional de produtos estrangeiros que ingressasse na Zona Franca (art. 37.º), impôs-se contingenciamento das importações (art. 36.º), e finalmente, foi exigida guia prévia de importação, revogando-se o art. 38.º do Decreto-Lei 288/67. O dispositivo interdatório de internação constituiu uma medida saneadora para evitar que a Zona Franca de Manaus se tornasse um corredor de importações para o resto do País, e o do contingenciamento foi consequência das dificuldades conjunturais do balanço de pagamentos do País. A exigência de guia prévia de importação, emitida antes do embarque da mercadoria no exterior, foi, porém, uma medida inteiramente inócua e mutiladora do espírito e da filosofia do DL-288/67. Já estando a importação limitada pelo contingenciamento, com quotas distribuídas às empresas comerciais, industriais e de serviços, segundo critérios de capital social, valor do ativo fixo, número de empregados e recolhimento do ICM para o setor comercial, e da relação emprego/dólar, utilização de matérias-primas regionais e grau de integração para as indústrias, a exigência da referida guia e o

encargo de sua implementação, atribuído à duplicidade de conferência e tramitação na Cacex e na Suframa, criou um mecanismo burocrático inibidor paralisante de tal monta que ameaça a própria sobrevivência da instituição, pela demora e procrastinação consentida ou intencional, a não ser que, através desses conhecidos “complicadores” se buscasse anular os benefícios fiscais. Ao invés do sistema de guia prévia de importação, seria lógico que fosse um sistema simples de empenho cambial pela Suframa, com a quota atribuída a cada empresa, cuja baixa seria controlada pela Cacex, após a chegada da mercadoria; evitar-se-ia dessa forma a lentidão e a inércia do atual sistema que paralisa e desencoraja qualquer novo empreendimento, mesmo na área industrial, perdendo, assim, a Zona Franca a sua principal característica, que era a agilização dos suprimentos e dos fluxos dos insumos e bens importados, tanto para fins industriais quanto comerciais. Agora, teme-se a ameaça de se transformar a Suframa num órgão varejista, quando a sua principal função é de ordem estratégica, de coordenação e promoção do desenvolvimento.

### ZONA FRANCA DE MANAUS IMPORTAÇÃO DE MERCADORIAS <sup>(1)</sup> Valores Nominais

ANOS	PROCEDÊNCIA		ESTRANGEIRA EQUIVALÊNCIA EM US\$ 1.000 (c)	TOTAL EM CR\$ 1.000 (a + b)	PERCENTUAL		ARRECADAÇÃO ICM Cr\$ 1.000
	NACIONAL CR\$ 1.000 (a)	ESTRANGEIRA CR\$ 1.000 (b)			NAC	EST	
1968	121.443	133.590	40.122	255.033	47,6	52,4	22.965
1969	213.984	111.207	27.879	325.191	65,8	34,2	43.293
1970	418.036	236.548	52.732	654.584	63,9	36,1	59.111
1971	577.584	326.720	62.758	904.304	63,9	36,1	74.262
1972	854.683	557.560	96.459	1.412.243	60,5	39,5	105.662
1973	1.190.041	748.069	122.473	1.938.110	61,4	38,6	153.457
1974	1.827.423	1.354.388	203.559	3.181.811	57,4	42,6	204.475
1975	2.570.104	1.975.246	237.695	4.545.350	56,5	43,5	331.420
1976	4.022.179	3.488.688	323.170	7.510.867	53,5	46,5	500.000

**RELAÇÃO AUMENTO CRUZEIRO IMPORTAÇÃO NACIONAL/DISPÊNDIO**  
**IMPORTAÇÃO EXTERIOR (a : b): 1968 – 0.90; 1969 – 1.92; 1970 – 1.77**  
**1971 – 1.77; 1972 – 1.53; 1973 – 1.59; 1974 – 1.35; 1975 – 1.30; 1976 – 1.15**

**FONTE:** Dados da SUFRAMA e tabulações do autor. Valores correntes.

**OBS.:** Valores em dólares, de 1973 e 1976, calculados pelo autor, com base na taxa da média aritmética do câmbio, correspondente a Cr\$ 8,31 e Cr\$ 10,79, respectivamente. Para o ano de 1977 está fixado um contingenciamento total de US\$ 320 milhões, conforme Decreto n.º 79.028, de 23/12/76, sendo que deste total coube ao Setor Industrial US\$ 200 milhões, ao Comercial US\$ 76 milhões, aos Serviços US\$ 4 milhões, com um saldo de US\$ 40 milhões como reserva técnica e especial. (1) Exclusive Trigo e Petróleo.

### ZONA FRANCA DE MANAUS IMPORTAÇÃO DO EXTERIOR POR SETOR VALOR: US\$ 1.000

SETOR	1974	%	1975	%
<b>TOTAL</b>	203.605	99,89%	239.169	100%

SETOR	1974	%	1975	%
INDÚSTRIA	81.501	40,03	119.618	50,00
COMÉRCIO	110.751	54,39	101.390	42,5
SERVIÇOS				
GOVERNO				
RESERVA ESPECIAL/TÉCNICA				
<b>TOTAL</b>	<b>203.605</b>	<b>99,89%</b>	<b>239.169</b>	<b>100%</b>

SETOR	1976	%	1977	%
INDÚSTRIA	197.553	64,45	200.000	62,50
COMÉRCIO	105.703	34,48	76.000	23,75
SERVIÇOS	3.273	1,07	4.000	1,25
GOVERNO	-	-	-	-
RESERVA ESPECIAL/TÉCNICA	-	-	40.000	12,50
<b>TOTAL</b>	<b>306.529</b>	<b>100%</b>	<b>320.000</b>	<b>100%</b>

## 2. Setor industrial

O complexo dos incentivos fiscais criado pelo Decreto-Lei n.º 288/67 e legislação complementar consiste nas facilidades de importação de máquinas, equipamentos e insumos, na isenção total do IPI para os produtos fabricados na Zona Franca de Manaus, na redução do imposto de importação igual ao valor adicionado no processo de industrialização local em relação ao custo total – recentemente alterado pelo Decreto-Lei n.º 1.435/75 e aplicação da fórmula explicitada na Portaria n.º 308, de 11/8/76, já mencionada, na isenção do ICM mediante redução de 50%, 75% e 100%, de acordo com o valor agregado da mão de obra, insumos regionais e exportação, de acordo com a Lei estadual n.º 958/70, confirmada pelo artigo 15 da Lei complementar n.º 24/75, e na isenção do imposto sobre serviços, consoante o Decreto Municipal n.º 25/67. Constitui um elenco de medidas, benefícios e vantagens comparativas que tiveram o grande poder de atrair investimentos nacionais e multinacionais para a área, de criar um amplo setor industrial, que o principal polo da Amazônia Ocidental carecia para reativar e aquecer a economia estagnada, compensar os efeitos da grande distância, do isolamento e dos altos custos de transferência aos quais Manaus sempre esteve sujeita, originados de sua posição excêntrica e do seu profundo internamento no mediterrâneo amazônico.

A resposta a esse conjunto de providências – amplamente utilizado pela maioria dos países, inclusive os já industrializados que em muitas instâncias vão muito além dos incentivos da Suframa, chegando até ao ponto de se entregar ao empresário, mediante **leasing**, a construção civil pronta para acolher as maquinarias, como no caso de Porto Rico na época da operação Bootstrap, e mesmo na própria Alemanha Ocidental – se fez sentir prontamente, de início com projetos de indústrias de bens finais e de montagem, cujos produtos estavam sujeitos a elevadas alíquotas de IPI, e logo depois ganhou profundidade e extensão. Profundidade e extensão decorrentes da implantação do Distrito Industrial da Suframa, localizado em uma área de 1.700 hectares, a partir do encontro das águas dos rios Negro e Amazonas até cerca de 5 km da periferia urbana, cortada pelo eixo inicial da estrada BR-319, da Manaus-Porto Velho, no qual já foram investidos, na infraestrutura viária, drenagem, abastecimento de água, esgotos e energia, cerca de Cr\$ 158 milhões até fins de 76, montante a ser

complementado com mais de Cr\$ 82 milhões neste ano de 77, perfazendo um total de Cr\$ 240 milhões de economias externas.

O impacto desses investimentos e o impacto criativo e inovador da empresa privada, desataviada e liberta da penitência burocrática e estatizante, dispararam um processo de desenvolvimento que transformou o perfil provinciano da cidade, propiciou condições de emprego e melhoria de vida para amplos setores populacionais que viviam em regime de subemprego ou desemprego disfarçado, e passou a oferecer ao amplo e crescente mercado interno produtos de alto nível de desempenho tecnológico e desenho industrial, das novas indústrias eletrônica, joalheira, relojoeira, têxtil, metalúrgica, mecânica, e de confecções.

O quadro que adiante inserimos bem demonstra a inteira validade desse processo. No período de 1968 a fevereiro de 1977 foram aprovados 136 projetos industriais, já implantados, com um investimento de Cr\$ 2,8 bilhões e geração de 32.961 novos empregos diretos. Esse desempenho, a um custo social para o País extremamente baixo, teve profundo efeito multiplicador, germinador e irradiador, calculando-se a grosso modo, utilizado um baixo coeficiente de 1:2, que os empregos diretos e indiretos criados pelas indústrias da Zona Franca de Manaus, na cidade, no interior e no resto do País devem ascender a mais de 60.000 oportunidades de trabalho, tanto no setor da mão de obra qualificada até os níveis mais elevados de sofisticação tecnológica, gerenciamento empresarial e profissionalização executiva e mercadológica.

Comparado com o desempenho da Sudam, que desde o advento de sua antecessora Spvea, em 1953, até 1976, ou seja, no período de 23 anos, conseguiu aprovar apenas 175 projetos industriais, com um investimento de Cr\$ 6,3 bilhões, dos quais Cr\$ 3 bilhões resultantes de recursos de Imposto de Renda, e com uma previsão de empregos de 43.906 – dos quais uma grande parte, talvez maior, deve corresponder a projetos e empresas estabelecidos na área da Suframa – podemos bem avaliar o esforço feito pela gente amazonense e pelos que para aqui se deslocaram. Juntos realizaram um trabalho de alto sentido econômico, político e social em apoio à nova estratégia geopolítica brasileira da Doutrina de Brasília, iniciada com o advento do Decreto-Lei n.º 288/67, a lei áurea de libertação da Amazônia Ocidental e Vespertina dos enclausuramentos anteriores que a inibiam e encurtavam os seus passos, dificultando o processo integrador da nacionalidade.

É importante ressaltar que, ao contrário do sistema Sudam, que procura atrair os investimentos mediante oferta de recursos de imposto de renda para o capital das empresas, os incentivos do sistema Suframa estão voltados para a produção e não para a capitalização e captação de recursos do Tesouro Nacional. Desta forma, o empreendimento Suframa tem mais motivação empresarial e os seus projetos tendem a refletir mais autenticidade e viabilidade operacional, pois na sua quase totalidade os empresários arriscam os seus próprios capitais, transferem e absorvem tecnologia a custo zero, confiantes na permanência, durante 30 anos, dos incentivos desoneradores de seus produtos, e não atraídos, exclusivamente, pela miragem dos fundos fiscais de capitalização, que muitas vezes engordam mais o dono do que o boi. Também o deslocamento do poder político decisório para o centro amazônico muito contribuiu para isso, desde a implantação da Suframa, com alçada para decidir e aprovar projetos, ouvido o Ministério da Fazenda, implicando em aprovação tácita a falta de manifestação desse ministério no prazo de 30 dias, contados do pedido de audiência, consoante o texto original do § 1.º, do art. 11 do Decreto n.º 61.244/67. Novamente a lei newtoniana

do desenvolvimento que certa vez cheguei a formular, pela qual o processo de desenvolvimento se realiza na razão direta da proximidade do poder decisório e se anula na razão inversa do quadrado de sua distância, bem se aplica no caso, pois muitas vezes não é tão importante quem decide, mas onde se decide.

É certo que as alterações introduzidas no sistema Suframa, a partir dos Decretos-Leis 1.435/75 e 1.455/76 resoluções e portarias subsequentes, introduziram muitos componentes desalentadores, buscando através dos complicadores burocratizantes, cartorializar o sistema, diminuindo o poder decisório da sua superintendência e do seu conselho pela ingerência cada vez maior do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE) e Industrial (CDI), tornando, deste modo, mais difícil, daqui para frente, realizar a plena expansão do mais válido projeto de desenvolvimento regional. A despeito desses percalços, muitos deles derivados de fatores conjunturais adversos porque passa o balanço de pagamentos do País, é de se crer que, ao final, venha a prevalecer o espírito e a intenção de seu criador, através da manifestação, clara e inequívoca, de que a Zona Franca de Manaus foi instituída e é uma entidade de natureza geopolítica e geoestratégica-logística, componente do binômio segurança-desenvolvimento, no mediterrâneo e no grande arco da frente norte, noroeste e sudoeste amazônicos.

**PROJETOS INDUSTRIAIS IMPLANTADOS  
APROVADOS PELA SUFRAMA  
PERÍODO 1968 | FEVEREIRO | 1977**

<b>SETORES</b>	<b>N.º</b>	<b>INVEST.</b>	<b>MÃO DE OBRA</b>
01. Mat. Elétrico e de Comunicações	25	637.926	8.057
02. Bebidas	5	168.212	1.264
03. Metalúrgica	9	69.248	2.567
04. Mecânica	1	3.125	147
05. Minerais não Metálicos	1	9.974	89
06. Material de transporte	10	148.370	1.681
07. Madeir	17	223.140	3.580
08. Mobiliários	1	2.622	63
09. Papel e Papelão	2	9.564	161
10. Couros, peles e produtos similares	1	11.849	293
11. Química	7	135.269	1.192
12. Produtos de perfumaria, sabão e vela	1	27.474	75
13. Prod. de mat. plástica	4	68.876	695
14. Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	2	39.001	964
15. Produtos alimentares	10	63.349	1.687
16. Editorial e Gráfica	4	16.440	339
17. Têxtil	8	768.926	6.261
18. Indústrias diversas	27	406.632	3.812
19. Beneficiamento de borracha	1	11.258	34
<b>TOTAL</b>	<b>136</b>	<b>2.821.255</b>	<b>2.821.255</b>

**FONTE: SUFRAMA**

**OBS:** - Além dos 136 projetos acima já implantados, existem 13 projetos em implantação, com um investimento previsto de Cr\$ 312 milhões e criação de 2.783 novos empregos, havendo ainda 5 projetos paralisados. Se os mesmos forem incluídos, o

total dos projetos aprovados se eleva a 165, o investimento a Cr\$ 4,8 bilhões e o emprego a 38.295. Desse total, 31 projetos estão funcionando já no Distrito Industrial, com um investimento de Cr\$ 1 bilhão e com 6.052 empregados.

### 3. Setor agro

Entre os objetivos a serem alcançados pela Zona Franca de Manaus, na forma do art. 1.º do Decreto-Lei n.º 288/67, inclui-se a criação de um centro agropecuário para complementar os segmentos da indústria e do comércio. Historicamente defasados em consequência da maior atração exercida pelo setor mercantil-industrial, o criatório, a pesca, e as lavouras de subsistência e de exportação, nas vizinhanças de Manaus, foram exercidos nos lagos e nas várzeas do Careiro, Cambixe, Autazes, Manacapuru, Itacoatiara e Parintins, ou nas terrasfirmes ribeirinho-adjacentes, aproveitando o seu melhor ajustamento ecológico e potencial agrônômico. A explosão urbana, no entanto, gerada no bojo da Zona Franca, fez duplicar a população de Manaus em um decênio e criou um forte estrangulamento no sistema de abastecimento, a despeito da existência do corredor de importação criado pela estrada Manaus-Porto Velho, ou dos suprimentos tradicionais por via fluvial dos grandes centros produtores do País, sem que, paralelamente, se fizesse sentir os efeitos de uma política rural compensatória nessas áreas tradicionais do nosso agro. Daí a pressão do consumidor urbano contra a alta dos preços desses gêneros, cuja oferta irregular e extrema dependência de outros centros, causa grande oscilação nas cotações e intermitência no sistema de abastecimento.

A criação, pois, de um centro agropecuário serviria como fator de balanceamento interssetorial e muito contribuiria para a formação de um cinturão hortifruti-criatório ao redor do centro urbano-industrial-comercial do porte de Manaus, cujo mercado consumidor asseguraria de pronto o rápido escoamento e comercialização, com um mínimo de perdas e gozando já de uma infraestrutura econômica, financeira, social e tecnológica de suporte e apoio.

Esta foi a intenção do legislador ao pretender criar um setor empresarial agrícola, face às condições de isolamento, excentricidade e distância do polo urbano de Manaus, cuja função, no passado, de entreposto mercantil-extrativista fora convertido de súbito num importante centro industrial, conforme ficou comprovado ao longo deste decênio. Desde o início, entretanto, diversos fatores contribuíram para o retardamento das providências que possibilitassem transformar a intenção em fato. Uma delas, creio que a mais importante, refere-se ao problema de sua localização espacial, tendo em vista as condições incertas da potencialidade agrônômica dos latossolos amarelos e argilo-arenosas de textura variada, da região do rio Negro, adjacente a Manaus, com grandes faixas de terras de alto teor de areia e pequena capacidade de retenção de água, adubos e fertilizantes, e com baixa taxa de fertilidade espontânea, que exigem técnicas especiais de manejo florestal, desmatamento e tratamento do solo, para evitar demasiado dano ao frágil ecossistema circunjacente na periferia de uma cidade do trópico-úmido, sujeito a altos índices de insolação e pluviosidade. Neste particular, vale citar os estudos levados a efeito pela própria Suframa<sup>28</sup>, as indagações levantadas por Harold Sioli com referência à pobreza em minerais e nutrientes dos rios de água preta, e as recentes advertências do cientista Warwick Kerr<sup>29</sup>, do Inpa, sobre os problemas de erosão, desmatamento e evapotranspiração, aproveitamento de madeira, pastagem e reciclagem do lixo ecológico, bem como a experiência local de inúmeros empreendimentos agrícolas no campo da heveicultura, fruticultura e pecuária, realizados nas terras-firmes das estradas do Aleixo e Manaus-Itacoatiara, todos afetados pelas citadas condições adversas.

Por esses motivos, durante longo tempo permaneceu a indecisão de se iniciar tão arrojado projeto nas terras do rio Negro, adjacentes a Manaus, face as objeções levantadas por muitos que pretendiam localizar o referido distrito nas zonas tradicionais de várzea do rio Amazonas, próximas a Itacoatiara, no Solimões, perto de Manacapuru, ou nos municípios do Careiro, Cambixé ou Autazes. Infelizmente, o esforço inicial feito por esta corrente, por ocasião da instalação da Suframa, em procurando delimitar a área mínima dos 10.000 km<sup>2</sup>, fixada no Decreto-Lei n.º 288/67, de modo a proporcionar-lhe uma configuração horizontal que se desenvolvesse do longo do rio Amazonas, para incluir grande parte do Município de Itacoatiara, com vistas à instalação do futuro Distrito Agropecuário em áreas de várzea da calha central – mesmo com um pequeno afastamento de sua margem esquerda por força da limitação legal dos 50 km a jusante de Manaus – conforme já mencionamos, não teve sucesso, o que gerou uma configuração voltada mais para o norte do rio Negro, tendo como limite extremo oriental, o rio Urubu e lindeiro ocidental o rio Cuieiras.

As vantagens comparativas de locação do Distrito Agropecuário às margens do rio Amazonas, caso prevalecesse a sugestão dos limites da Zona Franca se estenderiam ao longo da calha central até ou além de Itacoatiara, seriam muito grandes, considerando a sua atual ocupação a partir do marco do km 48, da Manaus-Caracará. Entre essas vantagens podemos citar: o aproveitamento da rodovia Manaus-Itacoatiara, com 286 km de comprimento, ligando as duas maiores cidades do Estado, em boa parte já eletrificada e com total asfaltamento em conclusão; a existência dos férteis varzeados do Médio Amazonas para culturas temporárias e de subsistência, terras-firmes e justafluviais, que poderiam ser bem-aproveitadas pelo gado durante as enchentes e para culturas permanentes; a possibilidade de construção do Centro de Abastecimento (Ceasa) às suas margens, que infelizmente, por falta de planejamento, foi localizado perto do atual Distrito Industrial, há quase mil metros de distância da margem do rio Negro, onerando desnecessariamente os produtos agrícolas dos ribeirinhos com transporte por meio de caminhão, e, finalmente, a possibilidade de atração do Terminal Pesqueiro, que bem poderia fazer parte do referido distrito. Teríamos, assim, um distrito rural que, ao conjugar o polinômio rio-várzea-terra firme-estrada, atenderia de modo mais eficaz e integrado a produção agroalimentar, a pecuária, a pesca e o abastecimento num conjunto articulado, para dar maior viabilidade e maximizar a relação custo/benefício dos investimentos públicos no Distrito Agropecuário, que já consumiu até 1976 cerca de Cr\$ 30 milhões, com uma previsão para 1977 de mais de Cr\$ 67 milhões, que serão acrescidos de Cr\$ 644 milhões de investimentos privados conforme previsto nos 30 projetos já aprovados.

Como tal não foi feito, a partir daí, praticamente, se se desejasse criar o Distrito Agropecuário dentro dos limites da Zona Franca de Manaus, o que de certo modo se justificava para aproveitar as economias externas da cidade, resultantes da infraestrutura viária, energia e outras facilidades já existentes, – muito embora fosse, ainda, possível aumentar a área mínima dos 10.000 km<sup>2</sup>, pois o Decreto-Lei n.º 288/67 deu ao Executivo o poder de aumentar a área originalmente estabelecida ou alterar a sua configuração, a Suframa não teria outra opção senão localizá-lo na área atualmente ocupada.

O Governo do Estado do Amazonas, nos termos da Lei n.º 878, de 25/9/ 69, doou à Suframa as terras para a implantação desse distrito, área equivalente a 589.334 hectares, com 150 km de frente e 321 km de perímetro, limitada ao norte com a linha limítrofe da Zona Franca de Manaus, na altura do km 115 da estrada Manaus-Caracará (BR-174); ao sul pelo paralelo de 2º 43' 43", que passa pelo

marco do km 48 da mesma estrada; a leste com a margem direita do rio Urubu, e a oeste com a margem esquerda do rio Cuieiras. Essa grande área, de 5.893.340.000 m<sup>2</sup>, corresponde a 58,93% dos 10.000 km<sup>2</sup> da Zona Franca de Manaus. Conforme levantamentos e estudos efetuados pela própria Suframa<sup>30</sup>, situa-se no baixo platô amazônico, apresentando um relevo com variações de plano a ondulado, entre as cotas de 50 a 90 metros, com inclinações de 45° a 50°, em alguns casos, conforme informa o dr. Warwick Kerr, o que favorece uma grande erosão pluvial, face à precipitação média de 2.200 mm ao ano, concentrada em cerca de sete meses do ano, uma vez feito o desmatamento e remoção da cobertura florística. Tal situação exige técnicas especiais de manejo florestal, conservação e proteção do solo, adequação de atividades agrícolas condizentes com a textura e qualidade das terras, ainda por determinar.

Conhecido o perfil do distrito, em suas linhas gerais, logo de início era propósito de seus antigos dirigentes, pela necessidade de acelerar a sua implantação já defasada no tempo, promover a distribuição da área dos 589.334 hectares, em 20 lotes de 25.000 hectares cada para atrair os grandes fazendeiros e empresas do Sul do País, mediante licitação nacional, chegando-se mesmo à divulgação do mapa dos loteamentos e à preparação dos editais de venda. Inconformado com tal procedimento, que viria trazer para Manaus os projetos do Megaboi, de pecuária extensiva e latifundiária, perto de 45 km da cidade, e possivelmente provocar um holocausto ecológico na cidade pela destruição da floresta da metade da área dos 10.000 km<sup>2</sup>, protestei perante o ministro do Interior, que se achava de passagem por Manaus, e apresentei as razões de sua inviabilidade e dos perigos daí decorrentes, propondo, em substituição, um modelo mais modesto de agricultura, fruticultura, oleicultura, avicultura e pecuária de leite intensivas, que jamais deveria ultrapassar o módulo de 3.000 hectares, dando-se preferência a empresas familiares de pequeno e médio porte, com o apoio de órgãos e agências governamentais, para utilização de inovações e práticas agrícolas, e aproveitando a experiência regional. Imediatamente a nossa tese foi bem-acolhida, tanto pelo ministro como pela própria Suframa, que, reanalisando o problema, já na atual administração, concluiu pela necessidade de um projeto de zoneamento agrícola e modulação de lotes, e corrigiu a distorção anterior. Os novos estudos levaram a Suframa a adotar a atual configuração do Distrito, dividido em cinco setores: 1) o da bovinocultura, ao norte, com uma área total de 259.843 hectares, para ser repartido em lotes de 500 a 3.000 hectares destinada à pecuária de leite e de 3.000 a 15.000 hectares para gado de corte; 2) o da silvicultura, a oeste, com uma área de 65.024 hectares, dividido em lotes de 3.000 a 15.000 hectares; 3) o da agricultura, a leste, com uma área de 201.877 hectares, para distribuição em lotes de 500 a 3.000 hectares; 4) o de hortigranjeiros, com uma área limitada a 18.476 hectares e lotes de cem hectares; 5) e o reservado ao setor de pesquisa e experimentação, com uma área de 44.114 hectares.

Desencadeou-se a partir desse novo projeto todo um conjunto de providências e disposições, visando a montagem de uma infraestrutura viária vicinal, um conjunto de serviços de apoio às atividades agrícolas a serem ali desenvolvidas, mediante a mobilização de órgãos já existentes, como o Inpa, a Embrapa, a Acar, a Agrocere, o Governo do Estado do Amazonas e outras instituições, e a atrair empresários agrícolas interessados na implantação de projetos.

Reconhecemos as dificuldades de implantação desse empreendimento, eis que, diferentemente do setor industrial, que pode copiar e transplantar qualquer tecnologia forânea e executá-la sem percalços, sem passar pelo crivo da adaptação, a produção agrícola está sujeita a um longo e elaborado

processo de criação científica e tecnológica, no campo genético, faunístico e botânico, com vistas a desenvolver clones e híbridos resistentes à praga e de alta produtividade; ao conhecimento das condições do solo, de suas deficiências e da melhor maneira de corrigi-lo e enriquecê-lo; à pesquisa agrônômica, agrostológica, pedológica e limnológica que orientam e indicam as melhores técnicas de desmatamento e aproveitamento florestal, os melhores tipos de forrageiras, gramíneas e leguminosas para a formação das pastagens; ao melhor e mais adequado uso da água, da insolação e da proteção do solo, sobretudo nas áreas florestais do trópico úmido, onde o esforço da experimentação e a criatividade científica e tecnológica não foram ainda, suficientemente, exercidas no campo agrícola, visando a estabelecer a exata medida do aproveitamento e desfrute dos seus recursos naturais. Isto não significa, no entanto, que devemos ficar imobilizados no tempo, à espera dos resultados da investigação científica e agrônômica, geralmente de prolongada maturação, mas que tão somente exerçamos a nossa atividade com prudência e sem demasiada ambição, aproveitando a experiência e a vivência já existentes. Por esse motivo, a criação de um Distrito Agrícola, como o projetado pela Suframa, poderá servir de força-motriz e indutora para obter resposta mais pronta às perturbadoras questões suscitadas pelo nosso desconhecimento e exercer pressão sobre os organismos regionais de experimentação, para que desenvolvam estudos e técnicas adequadas. Parte desse grande objetivo vem sendo alcançado através da coordenação de esforços, de seminários e debates, aos quais têm surgido recomendações, na forma das indicações do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, sobre técnicas de desmatamento, reciclagem e policultura, sem o radicalismo ecológico, mas preservando e respeitando, tanto quanto possível, o ecossistema.

Muito embora a Suframa haja procedido a reavaliação de sua posição original, introduzindo na filosofia da criação do Distrito Agrícola módulos de diferente grandeza, consorciando a pequena, a média e a grande empresa, continuo a fazer restrições à grande pecuária de corte em lotes de 15.000 hectares. Acredito que a pecuária extensiva deve ser deslocada para áreas mais distantes do interior ou do cerrado, ou para os campos gerais do Rio Branco ou Puciri, reservando o módulo criatório da Zona Franca de Manaus para a pecuária intensiva de leite e avicultura, combinado com a olericultura e fruticultura, que não dependem tanto do solo fértil, mas de sua criação através de uma policultura de reciclagem, de técnicas hidropônicas e cultivo em estufas, a semelhança do que vem desenvolvendo o Instituto Adventista Agroindustrial com apoio da própria Suframa. É preciso informar que há trinta anos, mesmo sem sofisticação tecnológica, a cidade de Manaus possuía inúmeras granjas, hortas e vacarias pertencentes a portugueses que aqui se estabeleceram, e, naquela altura, havia abundância de leite e produtos hortigrangeiros.

A nova experiência é bastante recente para uma avaliação, conforme o quadro a seguir bem demonstra, porém, o fato de se realizar um esforço para a criação de um Distrito Agropecuário na Zona Franca de Manaus, com desejo de montagem de uma infraestrutura de suporte, e a boa intenção de fazê-lo, já é um passo importante e uma tomada de posição, face aos problemas gerados pelas dificuldades e irregularidades na produção de alimentos para o abastecimento local, que poderá servir de exemplo ao modelo para o futuro.

Warwick Kerr, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, nas suas considerações finais sobre a “utilização do Distrito Agropecuário em função do ecossistema”, já referido, assim concluiu: “Está nas mãos da Suframa fazer disto um projeto do qual a Amazônia se orgulhe por muitos anos, ou mais um fiasco com os quais todos estamos tristemente nos acostumando”.

Não apenas nas mãos da Suframa, mas também de todos os órgãos que estão colaborando para a sua implantação e, sobretudo, dos empresários que nele acreditam e estão assumindo os riscos dessa inovadora empreitada: converter o Distrito Agropecuário de um mero polígono em um novo polo de desenvolvimento.

## OCUPAÇÃO DO DISTRITO AGROPECUÁRIO DA SUFRAMA Situação em Dezembro de 1976

PROJETOS	ATIVIDADES	N.º	ÁREA (ha)	INVEST. Cr\$ 1.000
<b>EM IMPLANTAÇÃO</b>	<i>Bovinocultura de corte</i>	7	90.000	179.696
	<i>Heveicultura</i>	1	3.000	8.179
	<i>Hortigranjeiros</i>	1	800	3.905
	<i>Açaí</i>	1	15.000	80.075
	<i>Sub-total .....</i>	10	108.800	271.855
<b>APROVADOS</b>	<i>Bovinocultura de corte</i>	3	37.000	36.677
	<i>Heveicultura</i>	1	11.000	20.446
	<i>Hortigranjeiros</i>	2	3.100	9.720
	<i>Açaí</i>	1	15.000	79.750
	<i>Sub-total .....</i>	7	66.100	146.593
<b>EM ANÁLISE</b>	<i>Bovinocultura de corte</i>	5	47.830	90.790
	<i>Bovinocultura de leite</i>	1	3.000	4.357
	<i>Heveicultura</i>	3	7.000	46.669
	<i>Cacaucultura</i>	1	1.500	3.744
	<i>Guaranaicultura</i>	2	4.000	10.927
	<i>Açaí</i>	1	15.000	70.877
	<i>Sub-total .....</i>	13	78.330	227.364
	<b>PESQUISA</b>	<i>INPA, IBDF, CEPLAC, CNPS, UEPAE – AM</i>	-	49.000

Fonte: SUFRAMA

OBS: - Dos projetos em implantação, a área já desmatada é de 2.982 ha. A área plantada ou semeada é de apenas 490 ha.

### 3.2 Inventários para um balanço

Medir, avaliar o nível de atividades humana e econômica, descrever o perfil de seus desempenhos na Amazônia, constituem um exercício de alta significação e relevância, pois a partir do conhecimento do trabalho e da produção atual tem-se ao dispor um instrumental que permitirá fazer um diagnóstico de grande valia, traçar as linhas de sua corrente configuração e proceder um balanço dos valores ativos, passivos e patrimoniais dos recursos humanos e naturais. Esse levantamento individualizador de bens e serviços, ou inventário do que já existe, resulta de grande utilidade para se revelar, prospectivamente, a magnitude e a extraordinária dimensão do futuro.

Não se trata de simples registro, rol, relação ou lista discriminativa com o fim de legalizar a transferência de patrimônio a herdeiros e sucessores, mediante partilha, mas de investigação básica para a montagem de um modelo de planejamento viabilizável, preocupada com os múltiplos vetores, variáveis, funções e opções que a região oferece, e que vêm sendo paulatinamente revelados pelas novas técnicas de sensoriamento remoto, trabalho de campo, pesquisa sistemática e atividade

empírica que surpreendem a quantos, desinformados, ainda tem uma imagem distorcida e desatualizada da região.

Ao tentar fazê-lo, porém, o pesquisador penetra em zona perigosa de alta turbulência, pois o instrumental estatístico é precário, bastante defasado, pois contém apenas valor histórico; o que força o analista a trabalhar e refletir sobre situações e dados envelhecidos e anacrônicos, sem os indicadores reais da intensa dinâmica conjuntural e estrutural da região. As dificuldades a enfrentar são enormes nesse aspecto.

A Fundação Getúlio Vargas propôs-se, em 1973, mediante convênio com a Sudam, uma estimativa dos agregados econômicos regionais, iniciando logo um projeto de estudos; decorridos quatro anos constatou os tropeços e a quase inviabilidade e inconsistência do levantamento dos fluxos de renda para a montagem de um sistema de contas regionais, limitando-se a elaborar a metodologia e a conta especial do Setor Público, mesmo assim, a maior parte com dados relativos à renda interna gerada até 1971, portanto, com mais de um lustro de atraso. O convênio foi prorrogado e aditado quatro vezes e, até hoje, não se tem tal estimativa.

Daí a sensação de orfandade que todo pesquisador sente ao tentar fazer a configuração analítica e quantitativa do desempenho econômico e social na área, dada a imprecisão dos levantamentos e a pouca confiabilidade dos números e quadros oficiais. Qualquer incursão nesse campo terá que partir dos pressupostos de que o sim não afirma e o não jamais nega, que os números escondem mais do que revelam, e que a nossa ignorância do desconhecido aumenta na medida em que se amplia o nosso contato com o conhecimento novo.

Há mais de uma década, em 1966,<sup>31</sup> aventurei-me a uma incursão nesse setor ao fazer uma pesquisa da Estrutura do Produto e da Renda Regional; além do perfil qualitativo ousei contabilizar o produto e a renda com o intuito de que esse trabalho pioneiro tivesse sequência e motivasse os pesquisadores amazônicos a enfrentar a difícil tarefa de mensuração e dimensionamento. Foi um esforço olímpico e desesperado que se esvaiu na corrida contra o tempo, eis que as provas e os gabaritos estavam muito acima da capacidade e da resistência física e científica do competidor, a pai da frustração resultante da descontinuidade ou desencanto pelo não surgimento de novos estafetas nessa corrida de fundo e resistência.

Insistir é preciso, mesmo correndo o risco de impertinência e imprecisão. Agora, no entanto, sem a ambição globalizante de primeira tentativa: reduzimos o escopo, abandonamos a escopeta de cano longo, utilizamos uma metodologia de arco-e-flecha mais primitiva, de natureza mais empírica, baseada no documentário oficial existente, quando possível, e nos informes e depoimentos empresariais, obtidos através de entrevistas e depoimentos, ou mediante avaliação intuitiva, inclusive procurando mensurar o contributo da economia natural não monetária, prevalecente em muitos segmentos regionais, ou, ainda, utilizando projeções, ilações e processos indiretos de avaliação de módulos setoriais, conforme exposto no capítulo precedente. Mesmo assim reconhecemos que esse inventário parcial constitui apenas uma amostra de um universo muito maior, que se expande e multipolariza na medida em que frentes de ocupação caminham em direção à Amazônia e novos contingentes empresariais aqui aportam com inovações e tecnologias mais desenvolvidas, expandindo o setor industrial, do agro e dos serviços. A envergadura da empreitada também dificulta a incursão do pesquisador órfão e escoteiro, exigindo a presença de toda uma equipe interdisciplinar dedicada à

montagem e acompanhamento de um sistema integrado de contas regionais, que incluam o produto gerado por setores, a renda auferida e distribuída, a formação bruta do capital fixo, a acumulação da poupança e o dispêndio das famílias e consumidores, dos recursos e das despesas dos governos, as transferências da União e o intercâmbio a nível local, interregional e com o resto do País e do mundo.

A despeito de todos esses percalços e sufocos, a amostragem pelo método de inventários parciais e setorializados serve como contribuição para o levantamento de um balanço geral que espelhe e reflita, com alguma precisão, o estágio atual da sociedade e da economia amazônica, cujo encargo esperamos seja um dia realizado pelas instituições dedicadas ao árduo mister. O nosso ofício é bem mais modesto. Procuramos, através dos quadros e mapas anexos, expor e divulgar alguns indicadores básicos, a partir do inventário geoespacial e demográfico, do potencial hidráulico e da produção de energia; a seguir, inventário florestal e radamográfico dos recursos naturais de uma área selecionada, para melhor caracterizar a sua estratigrafia, morfologia, fitoecologia, aptidão agrícola dos solos e uso do potencial da terra, tornado agora possível graças ao Projeto Radam; depois, quantificação da produção extrativa vegetal e florestal, com ênfase na produção de madeira serrada, laminados e compensados, que está despertando um grande interesse no País inteiro devido à exaustão de sua disponibilidade em outras áreas. Inventariamos ainda as culturas permanentes e temporárias do agro, a produção pecuária e subprodutos, o setor do pescado, bastante subdimensionado, a produção avícola; atingimos o setor da produção e extração, ocorrências, reservas e recursos minerais, cuja vocação está sendo agora revelada, antecipando um horizonte ilimitado no futuro, em termos de geração de renda, emprego e exportação, conforme os projetos em curso; abrangemos o setor comercial do faturamento e vendas na área da Zona Franca de Manaus, a área das finanças públicas espelhados nos orçamentos dos Estados e na arrecadação, capacidade geradora e a força tributária do ICM; avaliamos o contributo dos incentivos fiscais, que estão minguando no que se refere ao sistema regional e crescendo na área setorial do reflorestamento e nos programas governamentais do PIN, do Proterra e do PIS; levantamos os quadros dos depósitos e empréstimos da rede bancária; e finalizamos com uma listagem sumária do ensino nos quatro graus de aprendizagem e formação, e um panorama político-eleitoral, para bem atestar a debilidade numérica de nossa representação, de peso bem frágil no centro das decisões nacionais.

Os quadros que se seguem comprovam o extraordinário esforço da gente amazônica, historicamente empenhada no projeto nacional de ocupação e povoamento da área, muito embora a enormidade da tarefa e a finitude dos recursos de que dispõe a confinem numa órbita muito aquém do equinócio e menos além do solstício da estação e da projeção do nosso desenvolvimento.

## INVENTÁRIO GEO-ESPACIAL DA AMAZÔNIA LEGAL

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ÁREA ABRANGIDA		
	ABSOLUTA km <sup>2</sup>	% SOBRE O TOTAL	
		DA UNIDADE DA FEDERAÇÃO	DA AMAZÔNIA BRASILEIRA
RONDÔNIA	243.044	100,00	4,99
ACRE	152.589	100,00	3,13
AMAZONAS	1.558.987	100,00	31,99
REGIÃO A SER DEMARCADA AM/PA	2.680	100,00	0,06

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ÁREA ABRANGIDA		
	ABSOLUTA km <sup>2</sup>	% SOBRE O TOTAL	
		DA UNIDADE DA FEDERAÇÃO	DA AMAZÔNIA BRASILEIRA
RORAIMA	230.104	100,00	4,72
PARÁ	1.227.530	100,00	25,18
AMAPÁ	139.068	100,00	2,85
MARANHÃO AMAZÔNICO	257.451	79,31	5,28
MATO GROSSO AMAZÔNICO	776.921	63,08	15,94
GOIÁS AMAZÔNICO	285.793	44,51	5,86
<b>TOTAL</b>	<b>4.874.167</b>		<b>100,00%</b>

FONTE: IBGE. Sinopse Estatística, 1975.

## SÍNTESE DO INVENTÁRIO GEODEMOGRÁFICO DA AMAZÔNIA LEGAL

População estimada em 1.07.1975, IBGE

**TERRITÓRIO RONDÔNIA ..... 141.251**

Microrregião com 2 municípios

**ESTADO ACRE ..... 249.064**

2 Microrregiões com 7 municípios

**TERRITÓRIO RORAIMA ..... 48.166**

1 Microrregião com 2 municípios

**TERRITÓRIO AMAPÁ ..... 142.053**

2 Microrregiões com 5 municípios

**TERRITÓRIO AMAZONAS ..... 1.089.747**

7 Microrregiões com 44 municípios

**ESTADO PARÁ ..... 2.544.279**

15 Microrregiões com 83 municípios

**TOTAL AMAZÔNIA CLÁSSICA ..... 4.214.560 hab.**

28 Microrregiões com 143 municípios

**MARANHÃO AMAZÔNICO ..... 2.192.669**

15 Microrregiões com 68 municípios

**GOIÁS AMAZÔNICO ..... 543.880**

8 Microrregiões com 35 municípios

**MATO GROSSO AMAZÔNIO ..... 600.363      3.336.912 hab.**

6 Microrregiões com 22 municípios

**TOTAL DA AMAZÔNIA LEGAL ..... 7.551.472 hab.**

57 Microrregiões e 268 municípios

## INVENTÁRIO GEODEMOGRÁFICO DA MICRORREGIONAL

Estimativa da população residente (n.º de habitantes) em 1.7.1975 nas  
unidades, microrregiões e municípios da Amazônia Legal (IBGE)

<b>TERRITÓRIO RONDÔNIA</b> .....	<b>141.251</b>
<b>MICRORREGIÃO RONDÔNIA</b> .....	<b>141.251</b>
Guajará-Mirim .....	33.628
Porto Velho .....	107.623
<b>ESTADO ACRE</b> .....	<b>249.064</b>
<b>MICRORREGIÃO ALTO JURUÁ</b> .....	<b>93.923</b>
Cruzeiro do Sul .....	49.335
Feijó .....	17.733
Tarauacá .....	26.855
<b>MICRORREGIÃO ALTO PURUS</b> .....	<b>155.141</b>
Brasiléia .....	14.486
Rio Branco .....	98.326
Sena Madureira .....	26.536
Xapuri .....	15.793
<b>TERRITÓRIO RORAIMA</b> .....	<b>48.166</b>
<b>MICRORREGIÃO RORAIMA</b> .....	<b>48.166</b>
Boa Vista .....	42.873
Caracaraí .....	5.293
<b>TERRITÓRIO AMAPÁ</b> .....	<b>142.053</b>
<b>MICRORREGIÃO MACAPÁ</b> .....	<b>121.890</b>
Macapá .....	108.752
Mazagão .....	13.138
<b>MICRORREGIÃO AMAPÁ E OIAPOQUE</b> .....	<b>20.163</b>
Amapá .....	11.699
Calçoene .....	3.352
Oiapoque .....	5.112
<b>ESTADO AMAZONAS</b> .....	<b>1.089.747</b>
<b>MICRORREGIÃO ALTO SOLIMÕES</b> .....	<b>69.993</b>
Atalaia do Norte .....	6.756
Benjamin Constant .....	16.962

Fonte Boa .....	10.157
Jutaí .....	4.390
St.º Antônio do Içá .....	10.633
S. Paulo de Olivença .....	21.095
<b>MICRORREGIÃO JURUÁ .....</b>	<b>63.179</b>
Carauarí .....	18.404
Eirunepé .....	11.884
Envira .....	12.670
Ipixuna .....	13.992
Juruá .....	6.299
<b>MICRORREGIÃO PURUS .....</b>	<b>64.718</b>
Boca do Acre .....	21.130
Canutama .....	5.510
Lábrea .....	17.696
Pauini .....	9.214
Tapauá .....	11.168
<b>MICRORREGIÃO MADEIRA .....</b>	<b>72.586</b>
Borba .....	15.574
Humaitá .....	16.650
Manicoré .....	22.377
Novo Aripuanã .....	17.985
<b>MICRORREGIÃO RIO NEGRO .....</b>	<b>32.508</b>
Novo Airão .....	6.660
Barcelos .....	9.358
Santa Isabel do R. Negro .....	3.653
São Gabriel da Cachoeira .....	12.837
<b>MICRORREGIÃO SOLIMÕES – JAPURÁ .....</b>	<b>90.405</b>
Anori .....	13.478
Coari .....	30.541
Codajás .....	13.356
Japurá .....	2.129
Maraã .....	9.167
Tefé .....	21.734
<b>MICRORREGIÃO MÉDIO AMAZONAS .....</b>	<b>696.358</b>
Autazes .....	19.969
Barreirinha .....	15.675
Careiro .....	45.965
Itacoatiara .....	41.884
Itapiranga .....	2.962

Manacapuru .....	55.888
Manaus .....	388.811
Maués .....	27.052
Nhamundá .....	17.476
Nova Olinda do Norte .....	13.335
Parintins .....	43.324
Silves .....	4.998
Urucará .....	7.494
Urucurituba .....	11.525
<b>ESTADO DO PARÁ .....</b>	<b>2.544.279</b>
<b>MICRORREGIÃO MÉDIO AMAZONAS PARAENSE .....</b>	<b>320.202</b>
Alenquer .....	39.786
Faro .....	11.406
Juruti .....	21.098
Monte Alegre .....	32.454
Óbidos .....	30.299
Oriximinã .....	22.090
Santarém .....	163.069
<b>MICRORREGIÃO TAPAJÓS .....</b>	<b>26.610</b>
Aveiro .....	10.467
Itaituba .....	16.143
<b>MICRORREGIÃO BAIXO AMAZONAS .....</b>	<b>37.908</b>
Almeirim .....	14.504
Porto de Moz .....	8.815
Prainha .....	14.589
<b>MICRORREGIÃO XINGU .....</b>	<b>21.473</b>
Altamira .....	18.586
São Félix do Xingu .....	2.887
<b>MICRORREGIÃO FUIROS .....</b>	<b>139.964</b>
Afuá .....	19.577
Anajás .....	11.069
Breves .....	42.020
Currálinho .....	11.597
Gurupa .....	15.226
Melgaço .....	6.775
Portel .....	17.897
S. Sebastião de Boa Vista .....	12.489
Senador José Porfírio .....	3.314
<b>MICRORREGIÃO CAMPOS DE MARAJÓ .....</b>	<b>91.515</b>

Cachoeira do Arari .....	11.368
Chaves .....	22.437
Muaná .....	16.273
Porto das Pedras .....	10.897
Salvaterra .....	9.901
Cruz do Arari .....	5.676
Soure .....	14.963
<b>MICRORREGIÃO CAMPOS DE MARAJÓ .....</b>	<b>260.782</b>
Abaetetuba .....	65.128
Bagre .....	4.976
Baião .....	13.684
Barcarena .....	19.723
Cametá .....	67.813
Igarapé Mirim .....	35.162
Limoeiro do Ajuru .....	11.432
Mocajuba .....	10.252
Noju .....	20.219
<b>MICRORREGIÃO MARABÁ .....</b>	<b>72.530</b>
Itupiranga .....	6.732
Jacundá .....	2.795
Marabá .....	31.099
São João do Araguaia .....	19.248
Tucuruí .....	12.656
<b>MICRORREGIÃO ARAGUAIA PARAENSE .....</b>	<b>54.543</b>
Conceição do Araguaia .....	41.210
Santana do Araguaia .....	13.333
<b>MICRORREGIÃO TOMÉ AÇÚ .....</b>	<b>61.615</b>
Acará .....	31.006
Tomé-Açú .....	30.609
<b>MICRORREGIÃO GUAJARINA .....</b>	<b>183.525</b>
Bujaru .....	19.525
Capitão Poço .....	31.717
Irituia .....	41.688
Ourém .....	34.362
Paragominas .....	18.935
S. Domingos do Capim .....	37.298
<b>MICRORREGIÃO SALGADO .....</b>	<b>160.000</b>
Colares .....	6.807

Curuçá .....	24.372
Magalhães Barata .....	5.441
Maracanã .....	19.373
Marapanim .....	18.213
Primavera .....	23.179
Salinópolis .....	10.609
Santarém Novo .....	4.288
Santo Antônio do Tauá .....	11.680
São Caetano de Odivelas .....	15.320
Vigia .....	20.718

**MICRORREGIÃO BRAGANTINA ..... 258.541**

Augusto Correa .....	17.547
Bonito .....	5.739
Bragança .....	68.717
Capanema .....	29.830
Castanhal .....	42.433
Igarapé-Açú .....	17.666
Inhangapi .....	7.346
Nova Timboteua .....	7.945
Peixe Boi .....	5.883
Santa Isabel do Pará .....	18.240
Santa Maria do Pará .....	11.087
São Francisco do Pará .....	6.607
São Miguel do Guamá .....	19.501

**MICRORREGIÃO BELÉM ..... 818.622**

Ananindeua .....	28.817
Belém .....	771.665
Benevides .....	18.140

**MICRORREGIÃO VISEU ..... 36.449**

Viseu .....	36.449
-------------	--------

**MARANHÃO AMAZÔNICO (a oeste do meridiano 44.º)**

**POPULAÇÃO AMAZÔNICA DO ESTADO DO MARANHÃO ..... 2.192.669**

*Estimativa da população residente (n.º de habitantes) em 01.07.1975  
nas unidades, microrregiões e municípios da Amazônia Legal (IBGE).*

**MICRORREGIÃO GURUPI ..... 52.152**

Cândido Mendes .....	11.924
Carutapera .....	12.243
Turiação .....	27.985

<b>MICRORREGIÃO SALGADO .....</b>	<b>418.696</b>
Alcântara .....	18.314
Anajatuba .....	14.255
Bequimão .....	20.584
Cajapió .....	12.113
Cajari .....	14.713
Gururupu .....	37.928
Guimarães .....	10.793
Matinha .....	20.441
Penalva .....	24.902
Peri-Mirim .....	11.862
Pinheiro .....	59.535
Santa Helena .....	18.301
São Bento .....	16.258
São João Batista .....	23.409
São Vicente Ferrer .....	17.532
Viana .....	40.294
Vitória do Mearim .....	37.743
Arari .....	19.719
<b>MICRORREGIÃO SÃO LUÍS .....</b>	<b>384.236</b>
Ribamar .....	28.002
Rosário .....	25.923
São Luís .....	330.311
<b>MICRORREGIÃO MEARIM .....</b>	<b>151.676</b>
Bacabal .....	63.294
Esperantinópolis .....	26.597
Pedreiras .....	37.840
Pio XII .....	23.945
<b>MICRORREGIÃO PINDARÉ .....</b>	<b>169.076</b>
Lago da Pedra .....	54.830
Monção .....	63.532
Pindará Mirim .....	19.924
Vitorio Freire .....	30.790
<b>MICRORREGIÃO IMPERATRIZ .....</b>	<b>163.485</b>
Amarante do Maranhão .....	18.328
Imperatriz .....	108.265
Montes Altos .....	15.470
Porto Franco .....	21.422
<b>MICRORREGIÃO BAIXADA ORIENTAL MARANHENSE .....</b>	<b>41.403</b>
Axixá .....	8.177

Icatu .....	16.181
Morros .....	17.045
<b>MICRORREGIÃO ITAPECURU .....</b>	<b>347.757</b>
Autazes .....	16.489
Barreirinha .....	96.021
Careiro .....	100.370
Itacoatiara .....	70.796
Itapiranga .....	30.838
Manacapuru .....	13.300
Manaus .....	19.943
<b>MICRORREGIÃO ALTO ITAPECURU .....</b>	<b>39.672</b>
Buriti Bravo .....	14.827
Colinas .....	24.845
<b>MICRORREGIÃO CHAPADAS DO SUL MARANHENSE .....</b>	<b>79.645</b>
Alto Parnaíba .....	8.139
Balsas .....	21.678
Carolina .....	31.949
Riachão .....	17.879
<b>MICRORREGIÃO BAIXO BALSAS .....</b>	<b>32.579</b>
Benedito Leite .....	7.276
Loreto .....	8.123
Sambaíba .....	5.102
S. Raimundo Mangabeiras .....	12.078
<b>MICRORREGIÃO PASTOS BONS .....</b>	<b>45.143</b>
Mirador .....	14.890
Nova Iorque .....	5.090
Paraibano .....	11.147
Pastos Bons .....	14.016
<b>MICRORREGIÃO ALTOS MEARIM E GRAJAÚ .....</b>	<b>112.399</b>
Barra do Corda .....	71.518
Grajaú .....	40.881
<b>MICRORREGIÃO MÉDIO MEARIM .....</b>	<b>23.394</b>
Dom Pedro .....	17.954
Gonçalves Dias .....	17.162
Presidente Dutra .....	33.278
S. Domingos do Maranhão .....	22.138
Tuntum .....	32.862

**MICRORREGIÃO ALTO MUNIM ..... 31.356***Vargem Grande ..... 31.356*

**OBS:**Na mencionada relação da SPVEA, entre os municípios da Amazônia Legal figurava o município Ipixuna (54.928 habitantes), que não aparece mais nas estatísticas atuais das microrregiões do IBGE.

Outrossim, os cálculos da população dos municípios amazônicos do Maranhão, estimados pelo IBGE em 1975, apresentaram grande distorção em relação à população desses municípios recenseada em 1960. Por exemplo, Bacabal em 1960 tinha 108.509 habitantes e em 1975 63.294; Pedreiras, 99.459 contra 37.840; pindará Mirim, 84.863 contra 19.924; Vitorino Freire, 79.106 contra 30.794; Caxias, 129.271 em 1960 contra 96.021 em 1975. Deve ter havido nesse ínterim, um remanejamento na área desses municípios, erros de cálculo na apuração censitária de 1960, na estimativa do IBGE de 1975, ou, então, um grande êxodo rural para São Luís, outras cidades maranhenses ou emigração para municípios paraenses. Esta observação é necessária, porque o levantamento populacional do Maranhão amazônico, em 1960, encontrou 2.083.232 habitantes, e a estimativa do IBGE para 1975 deu a esses municípios amazônicos maranhenses apenas 2.192.669, não acompanhando o ritmo de crescimento populacional da Amazônia Legal.

**GOIÁS AMAZÔNICO (ao norte do paralelo 13.º)****POPULAÇÃO AMAZÔNICA DO ESTADO DE GOIÁS ..... 543.880**

*Estimativa da população residente (n.º de habitantes) em 1.7.1975 nas unidades, microrregiões e municípios da Amazônia Legal (IBGE).*

**MICRORREGIÃO EXTREMO NORTE GOIANO ..... 164.459***Araguaiana ..... 48.193**Araguatins ..... 15.801**Babaçulândia ..... 18.623**Filadélfia ..... 19.325**Itaguatins ..... 13.793**Nazaré ..... 7.560**Tocantinópolis ..... 29.813**Xambioá ..... 11.351***MICRORREGIÃO BAIXO ARAGUAIA GOIANO ..... 13.926***Araguacema ..... 13.926***MICRORREGIÃO MÉDIO TOCANTINS – ARAGUAIA ..... 144.887***Brejinho do Nazaré ..... 7.848**Cristalândia ..... 13.508**Gurupi ..... 31.001**Miracema do Norte ..... 26.320**Peixe ..... 18.446**Pium ..... 8.324**Porto Nacional ..... 39.440***MICRORREGIÃO TOCANTINA DE PAULO AFONSO ..... 48.370***Itacajá ..... 13.189**Lizarda ..... 9.309**Novo Acordo ..... 6.100*

Pedro Afonso ..... 11.741  
Ponte Alta do Norte ..... 8.031

**MICRORREGIÃO CHAPADA DOS VEADEIROS ..... 9.688**

Cavalcante ..... 9.688

**MICRORREGIÃO ALTO SOLIMÕES ..... 88.098**

Almas ..... 6.867  
Arraias ..... 13.224  
Campos Belos ..... 6.757  
Dianópolis ..... 10.770  
Monte Alegre de Goiás ..... 6.259  
Natividade ..... 13.146  
Paraná ..... 15.332  
Ponte alta Bom Jesus ..... 6.212  
Taguatinga ..... 9.531

**MICRORREGIÃO JURUÁ ..... 70.686**

Araguaçu ..... 13.487  
Porangatu ..... 33.224  
São Miguel do Araguaia ..... 23.975

**MICRORREGIÃO PURUS ..... 3.766**

Galheiros ..... 3.766

OBS: Na referida relação da SPVEA, entre os municípios goianos da Amazônia Legal figuravam Piacá, Tupirama, Tupirantins e Amaro Leite, que não aparecem nas estatísticas atuais das microrregiões do IBGE.

**MATO GROSSO AMAZÔNICO (ao norte do paralelo 16.º)**

**POPULAÇÃO AMAZÔNICA DO ESTADO DE MATO GROSSO ..... 600.363**

Estimativa da população residente (n.º de habitantes) em 01.07.1975 nas unidades, microrregiões e municípios da Amazônia Legal (IBGE).

**MICRORREGIÃO NORTE MATOGROSSENSE ..... 66.089**

Aripuanã ..... 1.564  
Barra dos Garças ..... 35.976  
Chapada dos Guimarães ..... 20.953  
Diamantino ..... 7.596

**MICRORREGIÃO ALTO GUAPORÉ – JARÚ ..... 155.391**

Alto Paraguai..... 14.989  
Cáceres ..... 118.263  
Mato Grosso ..... 14.168  
Nortelândia ..... 7.971

<b>MICRORREGIÃO ALTO PARAGUAI .....</b>	<b>43.354</b>
Arenópolis .....	13.883
Barra do Bugres.....	29.471
<b>MICRORREGIÃO BAIXADA CUIABANA .....</b>	<b>226.804</b>
Acorizal .....	10.321
Cuiabá .....	127.913
Nossa Sr.a Livramento .....	10.944
Poconé .....	22.387
Rosário Oeste .....	16.902
S. Antônio Leverger .....	17.078
Várzea .....	21.259
<b>MICRORREGIÃO SOLIMÕES – JAPURÁ .....</b>	<b>43.572</b>
Jaciara .....	43.572

**OBS:** Ainda quanto à antiga relação da SPVA, entre os municípios matogrossenses da Amazônia Legal figurava o município de Mutum, que não aparece mais nas estatísticas atuais das microrregiões do IBGE.

## INVENTÁRIO DO POTENCIAL HIDRÁULICO AMAZÔNICO

<b>RIOS</b>	<b>Aproveitamento</b>	<b>POTENCIAL INSTALÁVEL (kw)</b>
Gurupi	Jibóia	40.000
Gurupi	Canindé	40.000
Tocantins	Tucuruí	2.460.000
Erepecuru	Chuvisco	120.000
Trombetas	Porteira	934.000
Jatapu	Picapau	78.000
Jatapu	Toloé	196.000
Branco	Caracará	348.000
Mucajá	Paredão	10.000
Cotingo	Uiacué	99.000
Cotingo	Suapí	118.000
Cotingo	Bacurau	192.000
Cotingo	Tamanduá	10.000
Cotingo	Santo Antônio	468.000
Jamari	Cachoeira Samuel	59.000
Madeira	Cachoeira Santo Antonio	2.200.000
Rola	Cajueirinho	5.000
<b>POTENCIAL INSTALÁVEL .....</b>		<b>7.377.000 Kw</b>
<b>ESTUÁRIOS TAPAJÓS – XINGU .....</b>		<b>40.000.000</b>
<b>ESTUDOS TOCANTINS – ARAGUAIA .....</b>		<b>7.000.000</b>
<b>ESTIMATIVA BARRAGEM ÓBIDOS .....</b>		<b>30.000.000</b>
<b>TOTAL ESTIMATIVA POTENCIAL .....</b>		<b>84.377.000 Kw</b>

Fonte: Eletronorte/Eletróbrás – Inventário preliminar.

Obs.: Vide o módulo n.º 16, Item d – Bauxita e energia e a Hidrelétrica de Tucuruí, no Tocantins.

## INVENTÁRIO DA PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, 1972/1974

Em Megawatts – Energia de origens térmica

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	1972	1973	1974
RONDÔNIA	16.869	22.765	30.938
ACRE	14.282	20.312	25.770
AMAZONAS	227.771	254.009	309.685
RORAIMA	8.258	10.924	14.060
PARÁ	386.387	443.487	512.161
AMAPÁ	47.432	47.022	53.254
<b>TOTAL</b>	<b>700.999</b>	<b>798.519</b>	<b>945.868</b>

Fonte: IBGE – Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica. **Anuário Estatístico**, 1975.

## INVENTÁRIO DA POTÊNCIA INSTALADA DAS USINAS GERADORAS (kw)

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	1972	1973	1974
RONDÔNIA	7.352	7.748	11.380
ACRE	8.827	12.400	12.150
AMAZONAS	66.119	107.299	114.087
RORAIMA	4.716	4.716	5.232
PARÁ	123.484	121.202	327.285
AMAPÁ	23.715	23.920	24.980
<b>TOTAL</b>	<b>234.213</b>	<b>277.285</b>	<b>495.114</b>

Fonte: IBGE – Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica. **Anuário Estatístico**, 1975.

OBS: A capacidade instalada no Amazonas aumentará mais 100.000 Kw até julho de 1977 com o funcionamento das duas novas turbinas, em fase final de implantação.

## INVENTÁRIO FLORESTAL MISSÃO SPVEA/FAO

REGIÕES	Tipo Florestal	Volume em m <sup>3</sup> Madeira p/ha	Número de árvores p/ha	Número de espécies p/ha	Frequência maior da espécie e utilização potencial por grupos
<b>1. Região</b> Tapajós – Madeira	Arapicuns	143	112	218	Freijó, Cedro, Itaúba A (68 m <sup>3</sup> ) B (14 m <sup>3</sup> ) C (20 m <sup>3</sup> )
<b>2. Região</b> Tapajós – Xingu	Planalto I	227	217	106	Ucuuba, Jarana, Taxi
	Flanco I	167	121	147	Maçaranduba, Maparajuba
	Planalto II – alto	233	106	186	Acapu, Maçaranduba
	Planalto II – baixo	231	115	156	Acapu, Maçaranduba
<b>TOTAL MÉDIO</b>		<b>175 m<sup>3</sup> p/ha</b>	<b>109 árv/ha</b>	<b>151 esp/ha</b>	<b>A = 55 m<sup>3</sup>/ha B = 22 m<sup>3</sup>/ha C = 36m<sup>3</sup>/ha</b>

REGIÕES	Tipo Florestal	Volume em m <sup>3</sup> Madeira p/ha	Número de árvores p/ha	Número de espécies p/ha	Frequência maior da espécie e utilização potencial por grupos
<b>3. Região</b> Xingu – Tocantins	Planalto II – ciporal	104	63	115	Vegetação baixa
	Flanco II	148	105	170	Maçaranduba, Acaçu
	Caxuana	271	-	-	Acaçu, Maçaranduba
	Portel	228	134	-	A (141 m <sup>3</sup> ) B (14 m <sup>3</sup> ) C (86 m <sup>3</sup> )
	Cametá – Oeste	228	119	-	A (87 m <sup>3</sup> ) B (27 m <sup>3</sup> ) C (88 m <sup>3</sup> )
<b>4. Região</b> Tocantins – Guamá – Capim	Belém – Sul	240	97	-	A (45 m <sup>3</sup> ) B (50 m <sup>3</sup> ) C (69 m <sup>3</sup> )
	Acará	217	118	-	A (65 m <sup>3</sup> ) B (37 m <sup>3</sup> ) C (33 m <sup>3</sup> )
	Capim	194	114	-	A (62 m <sup>3</sup> ) B (30 m <sup>3</sup> ) C (39 m <sup>3</sup> )
<b>5. Região</b> Belém – Brasília	Santana	153	106	138	A (58 m <sup>3</sup> ) B (21 m <sup>3</sup> ) C (27 m <sup>3</sup> )
	Candiru	192	124	153	A (21 m <sup>3</sup> ) B (16 m <sup>3</sup> ) C (24 m <sup>3</sup> )
	Médio Guamá	161	108	128	A (18 m <sup>3</sup> ) B (16 m <sup>3</sup> ) C (33 m <sup>3</sup> )
	Alto Guamá	121	94	137	A (21 m <sup>3</sup> ) B (17 m <sup>3</sup> ) C (27 m <sup>3</sup> )
	Ligação	138	101	158	A (17 m <sup>3</sup> ) B (18 m <sup>3</sup> ) C (24 m <sup>3</sup> )
	Açailândia	61	51	-	A (17 m <sup>3</sup> ) B (12 m <sup>3</sup> ) C (28 m <sup>3</sup> )
	Faveira, Breu, Ingá, Abiorana				
<b>6. Região</b> Caeté Maracassumé	Piriá	161	109	-	A (76 m <sup>3</sup> ) B (22 m <sup>3</sup> ) C (17 m <sup>3</sup> )
	Maracassumé	122	89	-	A (72 m <sup>3</sup> ) B (16 m <sup>3</sup> ) C (8 m <sup>3</sup> )
	Gurupi	131	95	-	A (56 m <sup>3</sup> ) B (14 m <sup>3</sup> ) C (15 m <sup>3</sup> )
<b>TOTAL MÉDIO</b>		<b>175 m<sup>3</sup> p/ha</b>	<b>109 árv/ha</b>	<b>151 esp/ha</b>	<b>A = 55 m<sup>3</sup>/ha B = 22 m<sup>3</sup>/ha C = 36m<sup>3</sup>/ha</b>

**Observações: Grupo A** – espécies de baixo peso específico, que flutuam. Madeiras brancas ou claras, como Ucuuba ou Virola, Seringarana, Taxi, Para – Pará, Breu, Marupá, Louro Preto, Andiroba, etc.

**Grupo B** – espécies de médio peso específico, que não flutuam. Madeiras brancas ou claras, como Breu Preto, Copaíba, Taxi Preto, Mandioqueira, Piquiarana, etc.

**Grupo C** – espécies de maior peso específico, ou que têm maior valor comercial e demanda, como Cedro, Cedrorana, Freijó, Louro Amarelo, Louro Inhamu, Argelim, Cupiúba, Itaúba, Maçaranduba, Tatajuba, Sapucaia, Pau D’arco, Piquiá, Quaruba, Sucupira, Acaçu, Umiri, Faveira, etc.

**FONTES:** GACHOT, GALLANT E MCGRATH – Relatório ao Governo do Brasil sobre o Desenvolvimento Florestal no Vale Amazônico. SPVEA, 1951.

HEINSDIJK E MIRANDA BASTOS – Inventários Florestais na Amazônia – Rio, Boletim n.º 6, Ministério da Agricultura, 1963.

GLERUM E SMIT – Pesquisa Combinada Floresta – Solo – Mecor/Spvea, Rio, 1966 (FAO Report n.º 1483)

HEINDIJK E SOARES – A Floresta entre os rios Tapajós e Xingu (FAO Report n.º 601)

KNOWLES – Estudo da Indústria Madeireira na Região Amazônica – Belém, SPVEA/FAO, 1965

BANCO DA AMAZÔNIA – Estudo de Viabilidade do Setor Madeireiro – Belém, BASA, 1966

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO PARÁ – As atividades Madeiras do Setor Primário – Belém, IDESP, 1966.

## I. GEOESTRATIGRAFIA

- a) Área Cratônica do Guaporé
- Embasamento Polimetamórfico
- Faixa Orogênica Aripuanã
- Vulcanismo Florestal
- Coberturas de Plataforma

- b) Sinéclise do Amazonas
- c) Intrusivas Básicas
- d) Coberturas Cenozóicas

### 2. Descrição das unidades

- a) Complexo Xingu – Pré-Cambriano/Inferior a Médio
- b) Granito Parauari – Pré-Cambriano
- c) Grupo Benfitecente – Médio
- d) Grupo Uatumã (Iri) – Pré-Cambriano
- e) Granito Meloquinha – Superior C
- f) Formação Goratire – Pré-Cambriano/Superior B
- g) Formação Prosperança – Pré-Cambriano/Superior A
- h) Grupo Urupadi – Siluriano
- i) Formação Curuá – Neo-Devoniano
- j) Grupo Tapajós – Carbonífero
- k) Diabásio Penatecaua – Jurássico-Cretáceo
- l) Formação Barreiras – Terciário
- m) Aluviões – Quaternário

### 3. Geologia econômica

– Ocorrências Minerais:

- a) Ouro
- b) Barita
- c) Calcário
- d) Diamante
- e) Ferro
- g) Manganês
- h) Nióbio e Tântalo
- i) Rutilo
- j) Sulfetos
- k) Estanhos
- l) Topázio

## II. GEOMORFOLOGIA

### 1. Morfoestrutura

- a) Depressão Periférica Sul Pará
- b) Serras e Chapadas do Cachimbo
- c) Planalto Residual Tapajós
- d) Planalto Residual Médio Amazonas

### 2. Morfoerosão

- a) Superfícies Tabulares Erosivas
- b) Superfícies Pediplanadas Recentes
- c) Superfícies Pediplanadas com Depressões
- d) "Inselberg" - Relevos Residuais

### 3. Tipos de dissecação

- em colinas
- em colinas de topo aplainado
- em interflúvios abaulados
- em interflúvios tabulares
- em cristas
- em mesas
- em ravinas
- em colinas com pontões
- em colinas, topos e ravinas, etc.

### 4. Formas de acumulação

- a) Planícies Fluviais
- b) Terraços Fluviais
- c) Planícies e Terraços Fluviais
- d) Áreas Inundáveis

## III. FITOECOLOGIA

### 1. Regiões ecológicas

- a) Região do Cerrado
- cerrado
- parque
- campo
- 2. Região floresta tropical densa
- a) Planície aluvial
- b) Sedimentar platô
- c) Sedimentar baixo platô
- d) Sedimentar latifoliada
- e) Submontana platô
- f) Submontana relevo aplainado
- g) Secundária latifoliada
- h) Submontana relevo dissecado
- i) Submontana baixas cadeias de montanhas
- j) Áreas dos terraços

### 3. Região floresta tropical aberta

- a) Latifoliada – Alto Xingu/Tapajós/Madeira
- b) Mista – Médio Xingu/Tapajós
- c) Latifoliada
- d) Mista
- e) Latifoliada – Sub-região Itaituba
- f) Mista

### 4. Áreas de tensão ecológica

Contato Cerrado/Floresta da Chapada do Cachimbo:

- a) cerrado
- b) campo cerrado
- c) parque
- d) aberta latifoliada/mista
- e) densa submontana
- f) decidual latifoliada

## IV. SOLOS E USO POTENCIAL

### A. Classificação

- 1. Latossolo Amarelo Distrófico
- 2. Latossolo Vermelho- Amarelo Distrófico
- 3. Podzólico Vermelho-Amarelo
- 4. Terra Roxa Estruturada
- 5. Solos Concrecionários Lateríticos
- 6. Areias Quartzosas Distróficas
- 7. Cambissolo Distrófico
- 8. Laterita Hidromórfica Distrófica
- 9. Solos Hidromórficos Gleyzados
- 10. Solos Aluviais Distróficos
- 11. Solos Litólicos Distróficos

### B. APTIDÃO AGRÍCOLA

#### 1. Sistema Manejo Primitivo

- a) Regular p/culturas de ciclo longo e restrita p/cultura de ciclo curto.
- b) Restrita p/culturas de ciclo curto/ longo.
- c) Restrita p/culturas de ciclo curto e inapta p/culturas de ciclo longo.
- d) Restrita p/culturas de ciclo longo e inapta p/culturas de ciclo curto.
- e) Inapta p/uso agrícola e pastoreio extensivo

#### 2. Sistema Manejo Desenvolvido

- a) Regular p/culturas de ciclo curto/longo
- b) Regular p/culturas de ciclo longo e restrita p/cultura de ciclo curto.
- c) Restrita p/culturas de ciclo curto/ longo
- d) Restrita p/culturas de ciclo curto e inapta p/culturas de ciclo longo
- e) Restrita p/culturas de ciclo longo e inapta p/cultural de curto
- f) Inapta p/uso agrícola e pastoreio extensivo

### C. Uso potencial da terra

- a) Exploração de madeira

b) Lavoura e criação de gado em pasto plantado  
 c) Extrativismo vegetal  
 d) Criação de gado em pastos naturais

Fonte: Ministério das Minas e Energia. Projeto Radam, vol. 7 - Rio de Janeiro, MME, 1975. Mapas Geológico, Geomorfológicos e Fitoecológico, Exploração de solos e Uso Potencial da Terra. Quadro consolidado pelo autor.

## INVENTÁRIO DA PRODUÇÃO EXTRATIVA VEGETAL - 1973

PRODUTOS	RONDÔNIA		ACRE		AMAZONAS		RORAIMA		Q
	Quant.	Cr\$ 1.000	Quant.	Cr\$ 1.000	Quant.	Cr\$ 1.000	Quant.	Cr\$ 1.000	
Madeira (m <sup>3</sup> )	3.825.629	535.594	79.750	6.094	1.732.112	237.238	-	-	3.0
Carvão vegetal	4.090	2.863	3.350	1.285	36	23	-	-	.
Lenha (m <sup>3</sup> )	154.324	2.308	247.363	2.319	-	-	-	-	8
Babaçu(t)	-	-	-	-	-	-	-	-	
Balata(t)	-	-	-	-	54	113	2	6	
Castanha de caju(t)	2.468	2.961	-	-	-	-	-	-	
Castanha-do-Pará(t)	2.050	3.075	2.162	389	8.193	10.702	294	174	.
Caucho (t)	86	387	-	-	-	-	-	-	
Guaraná (semente)	-	-	-	-	250	6.679	-	-	
Guaxima (t)	-	-	-	-	-	-	-	-	
Hévea (coagulada)	5.548	49.932	10.061	55.360	7.280	27.867	1	4	
Hévea (látex)	-	-	43	129	123	314	-	-	
Ipecacuanha (t)	12	12	-	-	-	-	-	-	
Maçaranduba (t)	-	-	-	-	24	52	-	-	
Mangue(t)	-	-	-	-	-	-	-	-	
Maniçoba(t)	-	-	-	-	-	-	-	-	
Murumuru (semente) (t)	-	-	-	-	-	-	-	-	
Palmito (t)	-	-	-	-	-	-	-	-	
<b>Totais</b>		<b>597.132</b>		<b>65.576</b>		<b>284.365</b>		<b>184</b>	

FONTE: IBGE - Anuário Estatístico, 1975.

Obs.: Os preços devem estar calculados a nível de produtor ou subavaliados.

## INVENTÁRIO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA CULTURAS TEMPORÁRIAS E PERMANENTES /0 1973

PRODUTOS	RONDÔNIA t - Cr\$ 1.000	ACRE t - Cr\$ 1.000	AMAZONAS t - Cr\$ 1.000	RORAIMA t - Cr\$ 1.000	PARÁ t - Cr\$ 1.000
Algodão herbáceo	960 - 1.229	- -	- -	- -	4
Amendoim em casa	230 - 161	12 - 9	- -	- -	4
Arroz em casca	34.290 - 24.726	7.052 - 4.210	2.444 - 1.820	1.527 - 1.527	81.398 - 3
<b>TOTAIS</b>	<b>41.135</b>	<b>32.556</b>	<b>96.339</b>	<b>7.978</b>	<b>358.613</b>

<b>PRODUTOS</b>	<b>RONDÔNIA</b> t – Cr\$ 1.000	<b>ACRE</b> t – Cr\$ 1.000	<b>AMAZONAS</b> t – Cr\$ 1.000	<b>RORAIMA</b> t – Cr\$ 1.000	<b>PARÁ</b> t – Cr\$ 1.0
Banana(1.000 cachos)	388 – 1.507	618 – 756	1.389 – 3.358	260 – 1.040	3.878 – 1.040
Batata Doce	58 – 15	152 – 142	10.925 – 2.126	112 – 216	2.797
Cacau em amêndoas	- -	- -	1.190 – 1.625	- -	1.341 –
Café em coco	- -	58 – 103	4 – 16	- -	560
Cana de açúcar	3.684 – 89	47.400 – 1.186	79.036 – 2.367	29.175 – 1.165	302.114 –
Cebola	- -	9 – 36	- -	- -	-
Coco da Bahia(1.000 frutos)	68 – 21	523 – 433	478 – 196	253 – 253	8.467 –
Feijão em grão	3.672 – 538	2.571 – 3.274	1.190 – 896	49 – 125	7.309 –
Fumo em folha	- -	223 – 988	538 – 1.364	47 – 138	1.327 –
Juta em fibra	- -	- -	47.016 – 64.586	- -	15.210 – 1.040
Malva	- -	- -	- -	- -	6.094 –
Laranja (1.000 frutos)	1.500 – 70	6.542 – 477	15.176 – 1.440	3.660 – 1.092	60.357 –
Mamona	88 – 70	- -	- -	- -	-
Mandioca em raiz	18.535 – 4.785	88.675 – 16.903	264.105 – 13.269	6.940 – 788	1.013.675 – 1.040
Milho em grão	2.950 – 1.650	7.284 – 3.899	1793 – 1.113	1.563 – 1.302	47.423 – 1.040
Pimenta do reino	90 – 900	2 – 20	76 – 277	4 – 12	23.150 – 1.040
Tomate	300 – 1.200	42 – 120	575 – 1.886	64 – 320	523
<b>TOTAIS</b>	<b>41.135</b>	<b>32.556</b>	<b>96.339</b>	<b>7.978</b>	<b>358.613</b>

**FONTE:** IBGE. Anuário Estatístico, 1975.

**Obs.:** 1) A produção de malva figura no referido Anuário como produção extrativa vegetal, o que é um erro. Nas estatísticas de 1974 e 1975, a malva passou a ser incluída entre as culturas agrícolas, tendo havido nesses dois anos, uma produção de 16.313 toneladas (1974) e 34.062 toneladas (1975) no Pará e 10.800 toneladas (1974) e 13.500 toneladas (1975) no Amazonas. Ainda, segundo o referido Anuário, a produção de juta em 1974 e 1975 foi, no Amazonas, de 25.000 toneladas (1974) e 34.688 toneladas (1975) e no Pará 6.554 toneladas (1974) e 6.738 toneladas (1975). Utilizamos os dados de 1973, eis que na produção de 1974 e 1975 não foi dado o valor da produção, o que dificulta extraordinariamente a nossa estimativa do produto agrícola.

2) Os preços devem estar calculados a nível de produtor ou subavaliados.

## INVENTÁRIO DE TORAS PARA SERRAR, 1972

### VOLUME DE TORAS PARA SERRAR, POR 1.000m<sup>3</sup> R, UTILIZADO PELA INDÚSTRIA DE SERRARIAS, POR SUB-REGIÕES E ESPÉCIES

<b>NOME COMUM</b>	<b>BELÉM TORAS</b>	<b>%</b>	<b>MARAJÓ TORAS</b>	<b>%</b>	<b>MANAUS TORAS</b>	<b>%</b>
<i>Virola (ucuúba)</i>	122,20	15,7	629,73	78,6	77,58	16,9
<i>Mogno (aguano)</i>	173,45	22,2	-	-	-	-
<i>Andiroba</i>	79,78	10,2	27,13	3,4	24,79	5,4
<i>Andiroba Jareúna</i>	-	-	90,65	11,3	-	-
<i>Andiroba Jareúna</i>	-	-	90,65	11,3	-	-
<i>Louro Inhamui</i>	-	-	-	-	148,64	35,3
<i>Cedro</i>	16,10	2,1	0,48	0,1	76,12	16,6
<i>Maçaranduba</i>	47,35	6,1	-	-	-	-
<i>Sucupira</i>	36,41	4,7	7,55	0,9	-	-
<i>Sucupira preta</i>	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAIS</b>	<b>778,48</b>	<b>100,0</b>	<b>801,62</b>	<b>100,0</b>	<b>459,16</b>	<b>100,0</b>

<b>NOME COMUM</b>	<b>BELÉM TORAS</b>	<b>%</b>	<b>MARAJÓ TORAS</b>	<b>%</b>	<b>MANAUS TORAS</b>	<b>%</b>
<i>Sucupira amarela</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Pau Amarelo</i>	40,73	5,2	-	-	-	-
<i>Assacu</i>	-	-	28,99	3,6	-	-
<i>Louro</i>	10,01	1,3	-	-	25,35	5,5
<i>Jacaraúba</i>	-	-	-	-	32,61	5,5
<i>Quarúba</i>	13,32	1,7	5,59	0,7	-	-
<i>Cupiúba</i>	25,46	3,3	-	-	-	-
<i>Piquiá</i>	13,99	1,8	-	-	-	-
<i>Freijó</i>	23,09	3,0	-	-	-	-
<i>Pau d' arco</i>	13,89	1,8	-	-	-	-
<i>Marupá</i>	8,09	1,0	7,24	0,9	-	-
<i>Jatobá</i>	10,70	1,4	-	-	-	-
<i>Acapu</i>	18,76	2,4	-	-	-	-
<i>Angelim</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Angelim pedra</i>	9,53	1,2	-	-	-	-
<i>Angelim branco</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Louro preto</i>	-	-	-	-	17,84	3,9
<i>Cerejeira</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Pau Roxo</i>	12,36	1,6	-	-	-	-
<i>Abiurana</i>	9,61	1,2	-	-	-	-
<i>Mandioqueira</i>	9,45	1,2	-	-	-	-
<i>Tatajuba</i>	7,45	1,0	-	-	-	-
<i>Amapá</i>	-	-	2,77	0,3	-	-
<i>Pau mulato</i>	-	-	0,53	0,1	-	-
<i>Macacaúba</i>	-	-	0,48	0,1	-	-
<i>Copaíba</i>	-	-	-	-	12,66	2,8
<i>Castanheira</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Peroba</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Diversos</i>	76,75	9,9	0,48	-	43,57	9,5
<b>TOTAIS</b>	<b>778,48</b>	<b>100,0</b>	<b>801,62</b>	<b>100,0</b>	<b>459,16</b>	<b>100,0</b>

INVENTÁRIO DE TORAS PARA SERRAR, 1972  
VOLUME DE TORAS PARA SERRAR, POR 1.000m<sup>3</sup> R, UTILIZADO PELA  
INDÚSTRIA DE SERRARIAS, POR SUB-REGIÕES E ESPÉCIES

<b>PORTO-VELHO TORAS</b>	<b>%</b>	<b>OUTRAS TORAS</b>	<b>%</b>	<b>TOTAL TORAS</b>	<b>%</b>
1,77	1,4	47,65	31,9	878,93	8,0
14,63	11,9	10,77	7,2	198,85	8,6
-	-	19,00	12,7	150,70	6,5
-	-	-	-	90,65	3,9
-	-	-	-	148,64	,1
5,34	4,4	8,97	6,0	107,01	4,6
1,24	1,0	7,23	4,8	55,82	2,4
<b>122,47</b>	<b>100,0</b>	<b>149,24</b>	<b>100,0</b>	<b>2,310,97</b>	<b>100,0</b>

<b>PORTO-VELHO TORAS</b>	<b>%</b>	<b>OUTRAS TORAS</b>	<b>%</b>	<b>TOTAL TORAS</b>	<b>%</b>
2,27	1,9	-	-	46,23	2,0
1,72	1,4	-	-	1,72	-
1,72	1,4	-	-	1,72	-
-	-	-	-	40,73	1,8
-	-	-	-	28,99	1,3
-	-	-	-	35,36	1,5
-	-	-	-	32,61	1,4
0,86	0,7	8,55	5,7	28,32	1,2
1,51	1,2	-	-	26,97	1,2
7,96	6,5	4,59	3,1	26,54	1,1
-	-	-	-	23,09	1,0
1,78	1,5	7,86	5,3	23,53	1,0
2,75	2,2	2,22	1,5	20,30	0,9
1,21	1,0	7,34	4,9	19,25	0,8
-	-	-	-	18,76	0,8
8,04	6,6	-	-	8,04	0,3
4,48	3,7	4,59	3,1	18,60	0,8
3,56	2,9	-	-	3,56	0,1
-	-	-	-	17,84	0,8
16,35	13,4	-	-	16,35	0,7
-	-	-	-	12,36	0,5
-	-	-	-	9,61	0,4
-	-	-	-	9,45	0,4
-	-	-	-	7,45	0,3
-	-	2,22	1,5	4,99	0,2
-	-	-	-	0,53	-
-	-	-	-	0,48	-
-	-	-	-	12,66	0,5
3,24	2,6	-	-	3,24	0,1
2,38	1,9	-	-	2,38	0,1
39,66	32,4	18,25	12,3	178,71	7,7
<b>122,47</b>	<b>100,0</b>	<b>149,24</b>	<b>100,0</b>	<b>2,310,97</b>	<b>100,0</b>

FONTE: BRUCE, Richard W. **Produção e Distribuição da Madeira Amazônica**. Rio de Janeiro: IBDF, 1976. Consolidação e tabulação final feitas pelo autor.

### INVENTÁRIO DE SERRARIAS 1973

<b>SUB-REGIÕES</b>	<b>Número de Serrarias, 1972</b>	<b>Consumo Madeira Roliça, 1972 (1.000m<sup>3</sup> r)</b>	<b>Produção Madeira Serrada, 1972 (1.000m<sup>3</sup> r)</b>	<b>Número de Empregado 1973</b>
<b>BELÉM</b>	104	778	399	2.870
<b>MARAJÓ</b>	79	802	347	3.255
<b>MANAUS</b>	54	459	323	1.760
<b>PORTO VELHO</b>	32	122	86	475
<b>OUTRAS</b>	18	149	78	880
<b>TOTAIS</b>	<b>287</b>	<b>2.310</b>	<b>1.238</b>	<b>9.240</b>

Fonte: BRUCE, Richard W. *Produção e distribuição da madeira Amazônica*, Rio, IBDF, 1976.

## INVENTÁRIO DE “MARKETING” PARA MADEIRA SERRADA, 1972

SUB-REGIÕES OU PÓLOS DE ORIGEM	PRINCIPAIS MERCADOS/DESTINOS (1.000 0m <sup>3</sup> )			
	EXPORTAÇÃO	LOCAL	NACIONAL	TOTAL
BELÉM	171,28	156,40	71,54	399,22
MARAJÓ	305,57	32,59	11,86	347,02
MANAUS	58,67	256,27	8,41	323,35
PORTO VELHO	3,55	62,23	19,86	85,64
OUTRAS	28,82	49,04	0,69	78,55
<b>TOTAIS</b>	<b>564,89</b>	<b>556,53</b>	<b>112,36</b>	<b>1.233,78</b>

Fonte: BRUCE, Richard W, op. cit, p. 42.

## INVENTÁRIO DA INDÚSTRIA DE LAMINADO E COMPENSANDO, 1972

NOME COMUM	UTILIZAÇÃO	“INPUT” Toras (m <sup>3</sup> r)	“OUTPUT” Compensado Laminado (m <sup>3</sup> r)	Porcen- tagem %	Valor médio estimado. Preço interno por m <sup>3</sup> – FOB, em 1979 Cr\$ 1,00	Valor Total da Produção de Laminado/Compensado Cr\$ 1,000
<i>Virola</i>	<i>capa</i>	227.319	70.333	57,6	4.000 ME	281.332.000
<i>Muiratinga</i>	<i>forma p/ concreto</i>	95.213	29.180	24,1	3.000 MD	87.540.000
<i>Sumaúma</i>	<i>miolo</i>	39.938	11.160	9,4	2.700 ME	30.132.000
<i>Paricarana</i>	<i>miolo</i>	7.810	2.360	2,0	2.700	6.372.000
<i>Caucho Vermelho</i>	<i>capa</i>	5.462	1.650	1,4	4.000	6.600.000
<i>Sumaúma Vermelha</i>	<i>miolo</i>	5.462	1.650	1,4	2.700	4.455.000
<i>Copaíba</i>	<i>miolo</i>	5.462	1.650	1,4	2.400	3.960.000
<i>Cauchorana</i>	<i>capa</i>	4.305	1.300	1,1	3.000	3.900.000
<i>Assacu</i>	<i>miolo</i>	2.348	710	0,6	2.400	1.704.000
<i>Hévea</i>	<i>capa</i>	2.348	710	0,6	2.700	1.704.000
<i>Arapari</i>	<i>miolo</i>	783	236	0,2	2.400	566.400
<i>Caramuri</i>	<i>miolo</i>	783	236	0,2	2.400	566.400
<b>TOTAIS</b>		<b>397.233</b>	<b>121.175</b>	<b>100,0</b>		<b>Cr\$ 428.831.800</b>

Fonte: BRUCE, Richard W, op. cit.

Valores estimados em cruzeiros e dólares calculados pelo autor, baseado em pesquisa junto aos estabelecimentos industriais. a preços coerentes de 1976.

OBS: 1) Localização das cinco fábricas, em 1971; 1 em Macapá, 2 em Manaus, 1 em Portel e 1 em Belém.

2) Destino da produção: 78.000 m<sup>3</sup> para exportação, 33.000 m<sup>3</sup> para o mercado local e 10.000 m<sup>3</sup> para o mercado nacional.

INVENTÁRIO DE MADEIRA SERRADA, 1972  
TABELA DE “INPUT – OUTPUT” DE TORA/MADEIRA SERRADA,  
PRINCIPAIS ESPÉCIES E VALOR ESTIMATIVO

1.

<i>NOME COMUM</i>	<i>“INPUT” Tora para serrar (1.000 m<sup>3</sup> R)</i>	<i>“OUTPUT” Produção Madeira Serrada Obtida (1.000 m<sup>3</sup>)</i>	<i>Porcentagem Madeira Serrada %</i>
<i>Virola (ucuuba)</i>	878,02	323,94	26,3
<i>Louro Inhamuã</i>	148,64	121,33	9,8
<i>Mogno (aguano)</i>	201,81	120,22	9,6
<i>Cedro</i>	107,01	79,50	6,4
<i>Andiroba</i>	150,78	79,32	6,4
<i>Maçaranduba</i>	55,94	33,15	2,7
<i>Andiroba Jareúa</i>	99,09	30,89	2,5
<i>Sucupira</i>	48,10	27,89	2,3
<i>Louro</i>	35,65	27,12	2,2
<i>Jacareúba</i>	32,61	26,62	2,2
<i>Pau Amarelo</i>	42,63	25,7	2,1
<i>Piquiá</i>	26,54	18,12	1,5
<i>Cupiúba</i>	26,97	17,45	1,4
<i>Cerejeira</i>	16,35	17,39	1,4
<i>Cerejeira</i>	16,35	17,39	1,4
<i>Assacú</i>	40,62	17,37	1,3
<i>Freijó</i>	24,29	15,73	1,3
<i>Louro Preto</i>	17,84	14,56	1,2
<i>Quaruba</i>	28,32	13,15	1,1
<i>Pau d'arco (Ipê)</i>	23,53	12,64	1,0
<i>Marupá</i>	22,16	12,10	1,0
<i>Acapu</i>	18,78	11,89	1,0
<i>Angelim Pedra</i>	18,60	11,75	1,0
<i>Angelim</i>	-	11,37	0,9
<i>Macacaúba</i>	-	11,19	0,9
<i>Copaíba</i>	-	10,77	0,9
<i>Jatobá</i>	19,25	9,51	0,8
<i>Pau Roxo</i>	-	7,38	0,6
<i>Mandioqueira</i>	-	5,72	0,5
<i>Todas as outras</i>	227,38	119,94	9,7
<b>TOTAIS</b>	<b>2.310,97</b>	<b>1.233,78</b>	<b>100,0</b>

INVENTÁRIO DE MADEIRA SERRADA, 1972  
TABELA DE “INPUT – OUTPUT” DE TORA/MADEIRA SERRADA,  
PRINCIPAIS ESPÉCIES E VALOR ESTIMATIVO

2.

Valor por m <sup>3</sup> de Madeira Serrada a preço de		VALOR	TOTAL
1976 US\$	FOB Cr\$	US\$ 1.000	Cr\$ 1.000
75,00	825,00	24.295.000	267.245.000
130,00	1.430,00	15.772.000	173.492.000
300,00	3.300,00	36.066.000	396.726.000
260,00	2.860,00	20.670.000	227.370.000
140,00	1.540,00	11.104.000	122.144.000
260,00	2.860,00	8.619.000	94.809.000
140,00	1.540,00	4.324.000	47.564.000
200,00	2.200,00	5.578.000	61.358.000
130,00	1.430,00	3.525.000	38.775.000
130,00	1.430,00	3.460.000	38.060.000
170,00	1.870,00	4.380.000	48.180.000
170,00	1.870,00	3.080.000	33.880.000
130,00	1.430,00	2.268.000	24.948.000
170,00	1.870,00	2.956.000	32.516.000
75,00	825,00	1.302.000	14.322.000
170,00	1.870,00	2.674.000	29.414.000
130,00	1.430,00	1.892.000	20.812.000
130,00	1.430,00	1.709.000	18.799.000
170,00	1.870,00	2.148.000	23.628.000
75,00	825,00	907.000	9.977.000
200,00	2.200,00	2.378.000	26.158.000
170,00	1.870,00	1.997.000	21.967.000
170,00	1.870,00	1.932.000	21.252.000
200,00	2.200,00	2.238.000	24.618.000
75,00	825,00	807.000	8.877.000
130,00	1.430,00	1.236.000	13.596.000
170,00	1.870,00	1.254.000	13.794.000
75,00	825,00	429.000	4.719.000
100,00	1.100,00	1.199.000	13.189.000
		US\$ 170.199,000	Cr\$ 1.872.189,00

Fonte: BRUCE W. Richard, op. cit.

Consolidação, tabulação final e valor estimativo feitos pelo autor, baseado em pesquisas junto as serrarias e exportadores de madeira.

## INVENTÁRIO DA INDÚSTRIA DE COMPENSADO E LAMINADO SEGUNDO CAPACIDADE INSTALADA E PRODUÇÃO ESTIMADA 1976

PÓLOS MADEREIROS	EMPRESAS INSTALADAS	PRODUÇÃO ESTIMADA em m <sup>3</sup>	VALOR ESTIMADO em US\$ 1,00 p/ m <sup>3</sup>	TOTAL em US\$ 1,00	EQUIVALÊNCIA em Cr\$ 1,00. Taxa dólar médio Cr\$ 11,00
MANAUS	COMPENSA (compesado)	30.000	250	7.500.000	82.500.000
<b>Total</b>		139.000		US\$ 31.550.000	Cr\$ 347.050.000

<b>PÓLOS MADEREIROS</b>	<b>EMPRESAS INSTALADAS</b>	<b>PRODUÇÃO ESTIMADA em m<sup>3</sup></b>	<b>VALOR ESTIMADO em US\$ 1,00 p/ m<sup>3</sup></b>	<b>TOTAL em US\$ 1,00</b>	<b>EQUIVALÊNCIA em Cr\$ 1,00. Taxa dólar médio Cr\$ 11,00</b>
	WAGNER (forma p/ concreto)	15.000	250	3.750.000	41.250.000
	3 PINHEIROS (compensado)	6.000	250	1.500.000	16.500.000
	AMAPLAC (compensado)	8.000	250	2.000.000	22.000.000
<b>Sub-Total e Manaus</b>		59.000		14.759.000	162.250.000
<b>Belém</b>	PORTEL (laminado)	20.000	90	1.800.000	19.800.000
	EL-DAI (compensado))	25.000	250	6.250.000	68.750.000
<b>Sub-Total e Belém</b>		45.000		8.050.000	188.550.000
<b>Amapá</b>	BRUMASA (compensado)	35.000	250	8.750.000	96.250.000
<b>Total</b>		139.000		US\$ 31.550.000	Cr\$ 347.050.000

**FONTE:** Levantamento procedido e estimado pelo autor, para o ano de 1976, com base nas informações obtidas junto a um estabelecimento industrial. Segundo as informações obtidas, atualmente 40% da produção é destinada ao mercado externo, 40% ao mercado nacional e 20% ao mercado local.

**OBS:** A virola e a ..... continuam a ser as espécies predominantes na produção de compensados e forma para concreto. Em 1976 houve um incremento estimado em 15% sobre a produção de 1972.

## INVENTÁRIO DAS CULTURAS PERMANENTES NA AMAZÔNIA CLÁSSICA – 1973 ÁREA COLHIDA, QUANTIDADE E VALOR

<b>PRODUTOS</b>	<b>ÁREA COLHIDA hectares</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>VALOR – 1973 Cr\$ 1.000</b>	<b>PREÇOS NO VAREJO 1976</b>	<b>VALOR TOTAL – 1976 Cr\$ 1.000</b>
<b>Abacate (1.000 frutos)</b>	709	15.808	5.893	1,00 p/um	15.808
<b>Banana (1.000 cachos)</b>	4.343	6.608	19.543	2,50 p/kg	1.652.000
<b>Cacau em amêndoa (t)</b>	7.571	2.535	5.994	5,00 p/kg	12.675
<b>Café em coco (t)</b>	890	636	620	20,00 p/kg	12.720
<b>Caju (1.000 frutos)</b>	450	14.096	1.630	9,30 p/kg	4.228
<b>Coco da Bahia (1.000 frutos)</b>	1.545	10.515	3.840	3,00 p/kg	31.545
<b>Laranja (1.000 frutos)</b>	1.410	93.397	11.273	0,50 p/um	46.698
<b>Limão (1.000 frutos)</b>	443	38.420	2.237	0,20 p/um	7.648
<b>Mamão (1.000 frutos)</b>	68	353	330	6,00 p/um	2.118
<b>Manga (1.000 frutos)</b>	573	21.580	1.949	0,25 p/um	5.395
<b>Pimenta do Reino (t)</b>	5.722	23.328	119.860	16,50 p/kg	384.912
<b>Tangerina (1.000 frutos)</b>	215	22.687	1.726	0,30 p/um	6.806
<b>Tungue</b>	2	3	2	-	-
<b>TOTAIS</b>	23.941				2.182.553

**OBS:** 1) As cinco principais culturas permanentes. Pimenta do Reino, Cacau, Banana, Coco e Laranja, representam 86% do total da área colhida. Valores a preços do produtor ou sub-avaliados, em 1973, pelo referido levantamento.

2) Os preços no varejo foram por nós avaliados tomando por base Índice de Preços Região Norte e os boletins Estatísticos da CEASA de 1976. O cálculo para o abacate buscou-se no peso médio de 160 gramas por unidade, banana na base de 10 hg/cacho, ou seja, 6.608 toneladas, ao preço médio de Cr\$ 2,50 p/kg. O caju foi estimado na base de 100 g/unidade; o coco em 500 g; a laranja em 150 g; o limão em 50 g; o mamão em 2 kg; a manga em 100 g. O preço da pimenta do reino foi calculado na base de US\$ 1,50 p/kg FOB exportação (Cr\$ 16,50). A tangerina, com um peso de 80 g. Como as cotações oficiais são em quilos e as quantidades produzidas figuram nas estatísticas em 1.000 frutos, tivemos que conhecer o seu peso por unidade, o que fizemos com a ajuda da CEASA do Amazonas e em entrevistas com os produtores e comerciantes que operam nesse Central de Abastecimento. Observe-se que a banana, das culturas

permanentes, por ser a de maior consumo regional das classes de renda inferior, representa 75% de toda a produção.  
 FONTE: SEC. PLAN. DA PR. – Levantamento da Prod. Ag. Municipal, IBGE, 73,

## INVENTÁRIO DA PRODUÇÃO PECUÁRIA E SUBPRODUTOS – CENSO 1970

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	Carne Bovina t – Cr\$ 1.000	Carne Suína t – Cr\$ 1.000	Leite t – Cr\$ 1.000	Couros Bovinos Verde/Seco/Salgado t – Cr\$ 1.000	TOTAL VALOR Cr\$ 1.000
<b>RONDÔNIA</b>	1.562 – 4.831	243 – 605	824 – 726	197 – 72	6.234
<b>ACRE</b>	1.382 – 5.023	401 – 843	5.095 – 4.629	156 – 26	10.521
<b>AMAZONAS</b>	7.798 – 16.774	708 – 1.320	13.355 – 5.415	1.236 – 415	23.924
<b>RORAIMA</b>	1.402 – 3.862	121 – 247	6.101 – 3.316	152 – 10	7.435
<b>PARÁ</b>	28.752 – 63.560	3.766 – 6.569	13.711 – 6.225	3.268 – 1.152	77.506
<b>AMAPÁ</b>	1.846 – 4.370	395 – 658	1.773 – 1.087	250 – 30	6.145
<b>TOTAIS</b>	42.742 – 98.420	5.634 – 10.242	40.859 – 21.398	5.259 – 1.705	131.765
<b>Preço Médio</b>	Cr\$ 2,30 p/kg	Cr\$ 1,81 p/kg	Cr\$ 0,52 p/l	Cr\$ 0,32 p/kg	

FONTE: IBGE. Anuário Estatístico, 1975. Quadro consolidado pelo autor.

Obs.: 1) Os preços devem estar calculados a nível de produtor, ou subavaliados.

2) Vide a estimativa do módulo n.º 6 – o Boi, no qual estimamos para toda a Amazônia Clássica, um abate anual de 350.000 cabeças, que devem ter produzido cerca de 56.000 toneladas de carne, na base de 160 quilos por cabeça, que ao preço médio de Cr\$ 20,00 por quilo em 1976, representam um valor de cerca de Cr\$ 1,1 bilhão.

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	1971 Quant. (t) – Cr\$ 1.000	1972 Quant. (t) – Cr\$ 1.000	1973 Quant. (t) – Cr\$ 1.000
<b>RONDÔNIA</b>	603 – 920	603 – 1.364	951 – 2.232
<b>ACRE</b>	295 – 544	343 – 684	377 – 1.214
<b>AMAZONAS</b>	18.919 – 15.088	19.364 – 22.989	19.426 – 28.815
<b>RORAIMA</b>	96 – 277	96 – 277	139 – 638
<b>PARÁ</b>	30.651 – 32.937	26.985 – 34.735	31.603 – 56.770
<b>AMAPÁ</b>	710 – 721	715 – 1.007	744 – 1.342
<b>TOTAIS</b>	51.274 – 50.487	48.106 – 61.056	53.240 – 91.011
<b>Preço Médio p/ quilo CR\$ 0,98</b>		Cr\$ 1,26	Cr\$ 1,70

Fonte: IBGE – Anuário Estatístico, 1975. Quadro Consolidado pelo autor.

OBS: 1) Os preços devem estar calculados a nível de produtor ou sub-avaliados.

2) Vide levantamento de produção e consumo de peixe em 1976, feito pelo autor, constante no modelo 14 – Peixe, pelo qual estimamos a produção de pescado em 173.840 toneladas no valor de Cr\$ 1.738.400 mil.

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	GALINHAS 1.000 cab.	VALOR Cr\$ 1.000	OVOS DE GALINHA 1.000 dz.	VALOR Cr\$ 1.000	TOTAL – VALOR OVOS E GALINHA Cr\$ 1.000
<b>RONDÔNIA</b>	431	5.515	678	3.789	9.304
<b>ACRE</b>	994	12.796	2.182	14.180	26.976
<b>AMAZONAS</b>	2.423	33.637	2.693	15.000	48.637
<b>RORAIMA</b>	262	3.347	199	1.111	4.458
<b>PARÁ</b>	4.458	56.343	4.057	19.026	75.369

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	GALINHAS 1.000 cab.	VALOR Cr\$ 1.000	OVOS DE GALINHA 1.000 dz.	VALOR Cr\$ 1.000	TOTAL – VALOR OVOS E GALINHA Cr\$ 1.000
AMAPÁ	157	2.009	363	2.030	4.039
<b>TOTAIS</b> <i>Preço Médio</i>	8.725	113.647 <i>Cr\$ 13,02 p/ ave</i>	10.172	55.136 <i>Cr\$ 5,42 p/ dúzia</i>	168.783

Fonte: IBGE – Anuário Estatístico, 1975. Quadro Consolidado pelo autor.

## INVENTÁRIO DOS RECURSOS E OCORRÊNCIAS MINERAIS METÁLICOS E NÃO METÁLICOS, 1973

(Reservas medidas em t. e m<sup>3</sup>)

### 1. METÁLICOS

MINERAIS	PARÁ	AMAZONAS	RONDÔNIA	AMAPÁ	TOTAL
Alumínio	493.746.142	-	-	-	493.746.142 t
Estanho	-	14.128	55.169	-	69.297 t
Ferro	5.703.805.000	15.980.850	-	5.350.000	5.725.135.850 t
Manganês	-	-	-	25.856.590	25.856.590 t
<b>TOTAL (t.)</b>					6.244.807.879 t
Ouro (aluvião)	-	-	-	1.263.913	1.263.913 m <sup>3</sup>

### 1. NÃO METÁLICOS

MINERAIS	PARÁ	AMAZONAS	RONDÔNIA	AMAPÁ	TOTAL
Areia	1.300.000	1.092.000	-	-	2.392.000 t
Argila	8.650.000	1.750.000.000 (sic)	-	-	1.758.650.000 t
Calcário	94.912.813	-	-	-	94.912.813 t
Caulim	689.290.893	-	-	44.505.750	733.796.643 t
<b>TOTAL (t.)</b>					2.589.751.456 t
Diamante (m <sup>3</sup> )	-	-	-	35.217	35.217 m <sup>3</sup>

Fonte: IBGE, Departamento Nacional de Produção Mineral – Anuário Estatístico, 1975.

OBS: Reservas medidas em toneladas. Ouro aluvionar e diamante em m<sup>3</sup>.

Ocorrência de argila no Amazonas, reservas apenas inferidas (sic).

No Estado do Pará, não existe ainda reserva medida de cassiterita, apenas inferida, da ordem de 70.000 toneladas de minério para 1973.

## INVENTÁRIO DA PRODUÇÃO E EXTRAÇÃO DE MINERAIS, 1973

MINERAIS	PARÁ	RONDÔNIA	AMAPÁ	TOTAL
Calcário	249.851	-	-	249.851 t

<i>MINERAIS</i>	<i>PARÁ</i>	<i>RONDÔNIA</i>	<i>AMAPÁ</i>	<i>TOTAL</i>
<i>Caulim</i>	1.541	-	-	1.541 t
<i>Cassiterita (minério de estanho)</i>	-	3.082	-	3.082 t
<i>Mangânes (minério)</i>	-	-	2.140.048	2.140.048 t
<i>Ouro</i>	-	-	-	1.818 Kg

Fonte: IBGE. Departamento Nacional de Produção Mineral. **Anuário Estatístico**, 1975.

OBS: A produção de calcário em 1973 deu origem a uma produção de cimento, na Fábrica de Capanema, no Pará, de 142.233 toneladas no valor de Cr\$ 59.260 mil.

Vide o módulo 16 – Estanho, Mangânes, Alumínio e Ferro.

## INVENTÁRIO DO POTENCIAL ESTIMADO DO FATURAMENTO E VENDAS DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DO ESTADO DO AMAZONAS – 1976 BASEADO NA ARRECAÇÃO DO ICM – Cr\$ 1,00

<i>MESES</i>	<i>FATURAMENTO Exportação p/ o exterior. Isenta de ICM Produtos Manufaturados</i>	<i>FATURAMENTO COMÉRCIO Base ICM arrecado</i>	<i>FATURAMENTO INDÚSTRIA Base ICM restituído</i>	<i>FATURAMENTO Indústria de Refino de Petróleo. Isenta de ICM – Sujeita a Imto Único</i>	<i>TOTAL FAT./VENDAS</i>
<i>JANEIRO</i>	26.125.000	552.000.000	329.000.000	44.333.000	951.458.000
<i>FEVEREIRO</i>	26.125.000	445.000.000	250.000.000	44.333.000	765.458.000
<i>MARÇO</i>	26.125.000	421.000.000	247.000.000	44.333.000	738.458.000
<i>ABRIL</i>	26.125.000	518.000.000	355.000.000	44.333.000	943.458.000
<i>MAIO</i>	26.125.000	535.000.000	303.000.000	44.333.000	908.458.000
<i>JUNHO</i>	26.125.000	581.000.000	293.000.000	44.333.000	944.458.000
<i>JULHO</i>	26.125.000	637.000.000	317.000.000	44.333.000	1.024.458.000
<i>AGOSTO</i>	26.125.000	640.000.000	541.000.000	44.333.000	1.251.458.000
<i>SETEMBRO</i>	26.125.000	607.000.000	580.000.000	44.333.000	1.257.458.000
<i>OUTUBRO</i>	26.125.000	587.000.000	303.000.000	44.333.000	960.458.000
<i>NOVEMBRO</i>	26.125.000	621.000.000	840.000.000	44.333.000	1.531.458.000
<i>DEZEMBRO</i>	26.125.000	1.000.000.000	443.000.000	44.333.000	1.513.462.000
<i>TOTAL</i>	313.500.000	7.144.000.000	4.801.000.000	532.000.000	12.790.500.000

FONTE: IBGE – Codeama – Suframa – Secretaria de Planejamento do Estado do Amazonas e estimativas do autor.

**Metodologia:** 1) A exportação para o exterior, em 1976, constitui-se de produtos industrializados, inclusive os beneficiados isentos de ICM. O valor em cruzeiros foi obtido tomando por base a exportação anual de 1975, no valor de US\$ 28.454,000,00 FOB e multiplicando-se pela taxa média do dólar de Cr\$ 11,00, considerando a hipótese da estabilidade do valor exportado.

2) O faturamento do comércio foi baseado no valor do ICM recolhido em 1976 (Cr\$ 500.954.630), considerando que o valor dos recolhimentos do ICM, pelas empresas, representa, uma média de 7% sobre o valor final das vendas.

Neste item estão concluídas as vendas feitas pelo comércio local interestadual.

3) O faturamento da indústria da Zona Franca foi baseado na importação de peças e insumos US\$ 200 milhões FOB pela indústria em 1976, e avaliado o valor adicionado de fretes e seguros,

montagem e transformação, constituído pelos custos diretos e indiretos, mão de obra, despesas administrativas e vendas, juros e margens operacionais em 1,3 vezes o valor do insumo. Com o valor do ICM restituído a essa indústria montou, nesse ano, em cerca de Cr\$ 350 milhões, pode-se estimar o faturamento final pela aplicação da alíquota interestadual de ICM de 13%, que deveria ter sido recolhido, menos os 11% do crédito presumido do ICM concedido por ocasião da entrada das peças e insumos pelo seu valor FOB no exterior, que é conhecido. Com o incentivo fiscal do ICM para a indústria da Zona Franca restituído pelo Estado é de 95%, 75% e 50%, de acordo com a lei estadual, utilizamos a média de 85% como valor restituível para encontrar o valor total faturado, representativo da venda final.

4) O faturamento da indústria de refino de petróleo (Remam) foi avaliado tomando por base um processamento médio diário de 8.000 barris durante 345 dias por ano. Ao preço médio de US\$ 12,50 por barril, teremos um custo de insumos de US\$ 100.000.00 por dia, ou seja US\$ 34,5 milhões por ano, ou ainda, Cr\$ 380 milhões. Calculando o valor adicionado de 40%, distribuído pelo custo do refino, processamento e imposto único, obteremos um valor final de vendas de Cr\$ 532 milhões. Os dados reais somente serão conhecidos quando forem divulgados pela Petrobras e Conselho Nacional de Petróleo.

5) O faturamento mensal da exportação para o exterior e da indústria de refino de petróleo, em 1976, não são conhecidos, pois é difícil o acesso a essas informações recentes. Sabendo-se, no entanto, o valor final do ano, utilizamos uma metodologia grosseira, dividindo o faturamento anual por 12 meses, encontrando um valor fixo constante, que evidentemente está sujeita a variações cíclica e sazonal; o cálculo, porém, foi necessário para conhecer o potencial do faturamento mensal desses setores.

6) Para encontrarmos o faturamento bruto amazonense, precisaríamos adicionar as vendas da produção agrícola de subsistência, avaliados em Cr\$ 133 milhões; a venda do pescado (22.563 toneladas) em Cr\$ 58 milhões; a avícola (aves e ovos) em Cr\$ 34 milhões; e a venda da carne (10.000 toneladas) e leite em Cr\$ 100 milhões. Todos esses dados, referentes a 1974, foram avaliados pelo IBGE ou Codeama no Anuário Estatístico do Amazonas, 1975, totalizando cerca de Cr\$ 325 milhões. Toda essa produção é oriunda do interior e vendida nas feiras, mercados e açougues, que, ou não estão sujeitas a ICM, ou dada a característica de sua comercialização não são alcançadas pela malha tributária da arrecadação. Esses valores de 1974, se atualizados para 1976, representariam um faturamento equivalente a Cr\$ 650 milhões, que somados ao faturamento de Cr\$ 12,79 bilhões, resultaria em uma venda bruta de Cr\$ 13,44 bilhões. Como a população do Estado do Amazonas está estimada em 1.189.712 habitantes para 1976, teríamos um faturamento “per capita” de Cr\$ 11.290.00, ou seja, correspondente a cerca de US\$ 1.000.00 “per capita”. Considerando que do total da arrecadação do ICM (1975), 93% originou-se na capital e 7% no interior, desse total de Cr\$ 13,44 bilhões as empresas e estabelecimentos de Manaus devem ter vendido cerca de Cr\$ 12,5 bilhões, que divididos pela população citadina, estimada em 500.000 habitantes, daria um faturamento “per capita” de Cr\$ 25 mil anuais, equivalente a US\$ 2.272. (Falamos em faturamento “per capita” e não em produto “per capita”, pois o cálculo do produto seria muito mais complexo, porque teríamos que descontar os insumos, matérias-primas ou produtos adquiridos do exterior ou de outros Estados, ou calcular apenas o valor adicionado, bem como acrescentar o produto do setor de serviços, profissões

liberais e do setor financeiro, exclusive comércio, e adicionar o valor dos subsídios e transferências da União e outros dados da Contabilidade Nacional).

## INVENTÁRIO DAS FINANÇAS PÚBLICAS – 1975 ORÇAMENTO DOS ESTADOS

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	RECEITA PREVISTA – Cr\$ 1.0000				
	TOTAL GERAL	TRIBUTÁRIA	PATRI./IND. DIVERSAS	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	CAPITAL
ACRE	204.415	30.989	4.481	102.484	66.461
AMAZONAS	632.684	276.266	19.251	98.746	238.421
PARÁ	701.552	216.000	22.554	97.510	365.488
<b>TOTAL</b>	<b>1.538.651</b>	<b>523.255</b>	<b>46.286</b>	<b>298.740</b>	<b>670.370</b>

DESPESAS FIXADA – Cr\$ 1.0000			
	TOTAL GERAL	DESPESAS CORRENTES	DESPESAS CAPITAL
ACRE	204.416	137.464	66.952
AMAZONAS	632.684	381.077	251.607
PARÁ	701.552	410.466	291.086
<b>TOTAL</b>	<b>1.538.652</b>	<b>929.007</b>	<b>609.645</b>

Fonte: Secretaria de Economia e Finanças – IBGE, Anuário Estatístico, 1975.

## INVENTÁRIO HISTÓRICO DA ARRECADAÇÃO DO ICM

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	PERÍODOS – Cr\$ 1.0000					
	1971	1972	1973	1974	1975	1976
ACRE	6.739	10.124	13.271	17.881	24.682	36.000
AMAZONAS	74.262	105.662	153.457	204.475	331.420	500.000
PARÁ	90.933	117.973	158.625	195.221	309.212	450.000
TERRITÓRIOS	5.080	9.067	14.277	20.148	40.795	60.000
<b>TOTAL</b>	<b>177.014</b>	<b>242.826</b>	<b>339.630</b>	<b>437.725</b>	<b>706.109</b>	<b>1.046.000</b>

Fonte: Ministério da Fazenda – Gabinete do Ministro – Boletim do ICM, abril, 1976.  
A estimativa de 1976 foi feita pelo autor.

MESES	ICM ARRECADADO	ICM RESTITUÍVEL	TOTAL CAPACIDADE GERADORA
JANEIRO	38.739.081	22.302.719	61.041.800
FEVEREIRO	31.209.772	16.936.691	48.146.463
MARÇO	28.573.808	16.713.263	46.287.071
ABRIL	36.383.585	24.090.775	60.474.360
MAIO	37.561.045	20.540.160	58.101.205

MESES	ICM ARRECADADO	ICM RESTITUÍVEL	TOTAL CAPACIDADE GERADORA
JUNHO	40.760.498	19.805.195	60.565.693
JULHO	44.636.123	21.450.019	66.086.142
AGOSTO	44.852.983	36.672.490	81.525.473
SETEMBRO	42.546.864	39.307.378	81.854.242
OUTUBRO	41.108.864	20.518.553	61.627.417
NOVEMBRO	43.582.007	56.905.550	100.487.557
DEZEMBRO (*)	70.000.000	30.000.000	100.000.000
<b>TOTAL</b>	<b>500.954.630</b>	<b>325.242.793</b>	<b>826.197.423</b>

Fonte: CODEAMA – SECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS  
 ICM arrecado: 95% na capital, 5% no interior (estimativa)  
 ICM restituível a título de incentivo fiscal para as indústrias da Zona Franca de Manaus.  
 (\*) Estimativa de dezembro feito pelo autor.

**INVENTÁRIO DOS INCENTIVOS FISCAIS:  
 IMPOSTO DE RENDA  
 PESSOAS JURÍDICAS  
 VALOR DAS OPÇÕES – 1974**

SUDAM .....	664.095.510,00
SUDENE .....	1.697.227.286,00
FLORESTAMENTO .....	904.250.373,00
SUDEPE .....	89.567.480,00
EMBRATUR .....	157.454.859,00
EMBRAER .....	116.064.751,00
ESPÍRITO SANTO .....	22.290.034,00
PIN .....	2.166.353.736,00
PIS .....	750.890.928,00
PROTERA .....	1.436.139.782,00
MOBRAL .....	102.884.433,00
<b>MOBRAL .....</b>	<b>8.107.219.272,00</b>

Fonte: Centro de Informação Econômico Fiscais – IBGE, **Anuário Estatístico**, 1975.

**INVENTÁRIO DO COMÉRCIO EXTERIOR  
 EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO – 1972/1974  
 (Portos, Aeroportos e Postos Aduaneiros)**

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXPORTAÇÕES					
	Quantidade (ton)			Valor – Cr\$ 1.000		
	1972	1973	1974	1972	1973	1974
RONDÔNIA	989	578	1.520	4.873	4.675	10.031

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EXPORTAÇÕES					
	Quantidade (ton)			Valor – Cr\$ 1.000		
	1972	1973	1974	1972	1973	1974
ACRE	3	0	18	23	4	306
AMAZONAS	59.124	75.815	55.445	99.215	129.512	200.779
RORAIMA	-	-	-	-	-	-
PARÁ	245.067	507.713	334.447	227.673	424.971	615.493
AMAPÁ	1.476.000	824.008	1.519.779	172.999	145.675	371.355
<b>TOTAL</b>	<b>1.781.183</b>	<b>1.408.114</b>	<b>1.911.209</b>	<b>504.783</b>	<b>704.837</b>	<b>1.197.964</b>
<b>TOTAL US\$ 1.000</b>				<b>85.556</b>	<b>115.547</b>	<b>177.213</b>

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	IMPORTAÇÕES					
	Quantidade (ton)			Valor – Cr\$ 1.000		
	1972	1973	1974	1972	1973	1974
RONDÔNIA	8.574	6.201	13.497	18.604	21.176	38.353
ACRE	-	-	-	-	-	-
AMAZONAS	607.543	570.614	615.509	615.509	917.137	1.798.820
RORAIMA	-	-	-	-	-	14.750
PARÁ	137.574	163.111	203.093	203.093	352.104	395.617
AMAPÁ	3.040	1.744	22.971	22.971	11.749	21.803
<b>TOTAL</b>	<b>756.731</b>	<b>741.670</b>	<b>860.177</b>	<b>860.177</b>	<b>1.302.166</b>	<b>2.269.343</b>
<b>TOTAL US\$ 1.000</b>			<b>145.792</b>	<b>145.792</b>	<b>213.469</b>	<b>335.701</b>

Fonte: IBGE, Anuário Estatístico, 1975.

Montagem e tabulação do autor.

Taxa média anual de conversão do dólar: 1972 = Cr\$ 5,90; 1973 = Cr\$ 6,10; 1974 = Cr\$ 6,76.

OBS: Infelizmente as estatísticas do IBGE, referentes ao Comércio Interior, por cabotagem e vias internas, estão inteiramente desatualizadas, pois deixaram de mencionar os valores da exportação e importação interna por cabotagem, passando a mencionar em seu lugar apenas o frete. Nota-se, todavia, o crescimento da exportação e importação interior, por vias internas, consequência da abertura dos eixos rodoviários Brasília – Belém e Cuiabá – Porto Velho.

## INVENTÁRIO FINANCEIRO – BANCÁRIO

### DEPÓSITOS E EMPRÉSTIMOS – SALDOS EM 31/12/1974 – Cr\$ 1.000

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	DEPÓSITOS À VISTA, CURTO E MÉDIO PRAZO		
	BANCOS OFICIAS	BANCOS PRIVADOS	TOTAL
RONDÔNIA	81.075	33.608	144.683
ACRE	73.424	17.273	90.697
AMAZONAS	426.213	248.996	675.209
RORAIMA	66.042	8.836	74.878
PARÁ	1.374.809	396.810	1.771.619
AMAPÁ	79.120	9.531	88.651
<b>TOTAIS</b>	<b>2.100.683</b>	<b>715.054</b>	<b>2.815.737</b>

EMPRÉSTIMOS À PRODUÇÃO, COMÉRCIO, COOPERATIVAS E OUTRAS		
BANCOS OFICIAS	BANCOS PRIVADOS	TOTAL

<b>EMPRÉSTIMOS À PRODUÇÃO, COMÉRCIO, COOPERATIVAS E OUTRAS</b>		
<b>BANCOS OFICIAIS</b>	<b>BANCOS PRIVADOS</b>	<b>TOTAL</b>
67.980	12.025	80.005
158.635	11.705	170.340
1.245.345	262.144	1.507.489
57.113	5.266	62.379
1.498.556	332.677	1.831.233
40.457	5.264	45.721
<b>3.068.086</b>	<b>629.081</b>	<b>3.697.167</b>

**Fonte:** Centro de Informações Econômico Fiscais – IBGE. Anuário Estatístico, 1975 – Tabulação e consolidação do autor.

**OBS:** 1) Os depósitos no Estado do Pará, nos Bancos oficiais, incluem Cr\$ 722.955 mil, depósitos a médio prazo, contra somente Cr\$ 8.417 mil no Estado do Amazonas.

2) A praça do Pará é um mercado bancário arrecadador de depósitos. Já o Amazonas é um mercado de aplicação, tendo em vista o maior dinamismo de sua economia.

3) Bancos oficiais: Banco do Brasil, Banco da Amazônia e Bancos oficiais estaduais. Bancos privados: rede bancária privada. Não inclui depósitos/empréstimos da Caixa Econômica e dos estabelecimentos financeiros de poupança e imobiliário.

## INVENTÁRIO DO ENSINO – 1973/1974

<b>UNIDADES DA FEDERAÇÃO</b>	<b>ENSINO 1.º GRAU – 1973</b>		<b>ENSINO 2.º GRAU – 1973</b>	
	<b>N.º Unidade</b>	<b>N.º Matrículas</b>	<b>N.º Unidade</b>	<b>N.º Matrículas</b>
<b>RONDÔNIA</b>	223	21.931	6	852
<b>ACRE</b>	431	37.416	10	1.677
<b>AMAZONAS</b>	1.675	149.693	59	10.425
<b>RORAIMA</b>	120	11.021	4	442
<b>PARÁ</b>	4.188	459.465	142	24.123
<b>AMAPÁ</b>	158	30.803	10	2.340
<b>TOTAIS</b>	<b>6.795</b>	<b>710.329</b>	<b>231</b>	<b>39.859</b>

<b>ENSINO 3.º GRAU – 1974</b>		<b>ENSINO 3.º GRAU – 1974</b>	
<b>N.º Professor / Estabelecimento</b>	<b>N.º Matrículas</b>	<b>Professor / Curso</b>	<b>Matrículas</b>
-	-	-	-
54	853	-	-
457	2.872	-	-
1.090	11.023	11	12
-	-	-	-
<b>1.601</b>	<b>14.748</b>	<b>11</b>	<b>12</b>

**Fonte:**

Serviço de Estatística de Educação e Saúde – Tabelado e consolidado pelo autor.

**OBS:**

1) Número de matrículas no início do ano.

2) O ensino do 3.º grau (universitário) abrange o ciclo básico e profissional. O ensino do 4.º grau abrange o curso pós-graduado de mestrado.

3) A matrícula no início do ano na Universidade do Amazonas, em 1975, alcançou 3.479 alunos e, em 1976, 4.328 estudantes, segundo dados colhidos diretamente na fonte, permanecendo praticamente inalterado o número de docentes.

## INVENTÁRIO DOS INCENTIVOS FISCAIS:

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	N.º ELEITORES INSCRITOS PARA VOTAR NAS ELEIÇÕES DE 11/05/1974	N.º SENADORES RENOVAÇÃO DO TERÇO
RONDÔNIA	32.699	-
ACRE	59.318	1
AMAZONAS	276.523	1
RORAIMA	12.323	-
PARÁ	753.399	1
AMAPÁ	26.619	-
<b>TOTAIS</b>	<b>1.160.881</b>	<b>3</b>

N.º DEPUTADOS FEDERAIS ELEITOS	N.º DEPUTADOS ESTADUAIS ELEITOS	N.º ELEITORES INSCRITOS PARA VOTAR NAS ELEIÇÕES DE 15/11/1976
1	-	56.594
3	9	76.978
5	15	295.063
1	-	12.094
10	30	1.097.157
1	-	42.559
21	54	1.580.445 (*)

**Fonte:**

IBGE. Anuário Estatístico. Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral, 1975.

**OBS:**

1) Dos Deputados Federais eleitos em 1974, 11 eram da ARENA e 10 do MDB. Dos senadores eleitos 1 da ARENA e 2 MDB.

( \* ) Dados publicados no "Jornal do Comércio", de Manaus, de 2/1/1976, transcrevendo dados publicados nos jornais do sul, que estimaram o eleitorado brasileiro, nessa ocasião, em 43.258.692 cidadãos aptos a votar.

### 3.3 Táticas para uma estratégia

A arte geral de planejar e executar movimentos, operações e ações militares, visando alcançar e manter posições relativas e potenciais favoráveis a futuras ações táticas sobre determinados objetivos, constitui a **estratégia**, ou a ciência do "generalíssimo" na concepção grega do vocábulo. Por sua vez, a disposição e manobra de forças durante o combate, ou na iminência dele, e a utilização dos meios e fatores disponíveis postos em prática, para facilitar e permitir a abordagem do inimigo, aproveitando os fatores favoráveis ou superando obstáculos e acidentes, com vistas a travar onde, quando, com que, e vencer o combate contra quem, constitui a **tática**, ou a ciência do capitão. O sucesso de toda a **tática** e da própria **estratégia** global depende, no entanto, do desenvolvimento, obtenção, armazenamento, transporte, distribuição, construção, operação, manutenção do material para fins operativos; do recrutamento, seleção, incorporação, adestramento, disciplina, moral, bem-estar dos recursos humanos engajados sob um comando competente e responsável para o bom desempenho da função militar, que constituem a **logística**.

Os cientistas sociais, notadamente economistas, aproveitaram da terminologia bélica os elementos semânticos e conceituais para a teoria do desenvolvimento planejado e para a arte de implementação política e operacional. Ao fazê-lo, no entanto, deram demasiada ênfase à estratégia

quanto às macrodecisões de alto nível e aos grandes objetivos a serem alcançados na média e longa longitude e latitude, e não programaram nem a tática e nem os recursos necessários para executá-la, muito menos ainda deram atenção à operação logística fundamental para viabilizá-la. O resultado dessa distonância e assimetria é que, geralmente, nos países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento, como atualmente a ONU os denomina, para evitar a conotação negativa e o estigma do **sub**, os planejamentos nacionais ou regionais contém, quase sempre, **muita estratégia, pouca tática e insignificante logística**. Não é, pois, de admirar que tanto esforço teórico e especulação científica socioeconômica com vista à promoção do desenvolvimento desague no insucesso e na frustração, terminando por se apegar mais nos símbolos e nos **slogans**, na exortação retórica, ou no triunfalismo publicitário, quando não descamba para o sentimentalismo piegas, o sermão piedoso, a promessa vã e vazia, que a nada conduz. Nunca se falou tanto em planejamento e objetivos estratégicos como nos dias correntes, que passaram a construir a plataforma vestibular dos discursos de eleição e posse, em todos os escalões hierárquicos de toda a burocracia, tecnocracia e administração que se preze. É que não basta a estratégia do generalíssimo ou do estadista se não existir o suporte tático do capitão e do executivo, o apoio logístico do gerente e do pessoal responsável pela manobra e operação de campo. Descontinuidade, inconstância, inconsistência, falta de coordenação e ausência de espírito empírico e pragmático, respondem em grande parte pela perda de substância e esvaziamento do paiol, cujo potencial de fogo, muitas vezes, termina por implodir e destruir os seus próprios ídolos e gestores.

A Amazônia não seria, pois, exceção à regra. Aqui e alhures o mesmo fenômeno se observa, ainda agravado pela magnitude e continentalidade dos desafios a enfrentar, do leque de opções que se abre na medida em que o potencial escondido vai sendo revelado pela investigação científica; pela escassez e inadequação de estrutura humana, social e cultural que historicamente se formou e conseguiu heroicamente sobreviver, a despeito da distância e da pobreza dos dígitos demográficos. Entre outros fatores de um rol bastante longo, precisamos, para melhor conhecimento do “terreno”, levantar um perfil preliminar, para a seguir formular algumas táticas:

**1. Fraca densidade demográfica para ocupação de uma base física superdimensionada.** A pequena taxa de ocupação humana é consequência da destruição, histórica do elemento indígena que, ao tempo da conquista, somava mais de um milhão de habitantes, e cuja incorporação ao processo produtivo como elemento servil, a partir dos resgates, descimentos e reduções, acabou por destruir os seus valores culturais, quando não os destruiu fisicamente, mediante o genocídio praticado nas **Tribus** e nas **Peças do Certão**, conforme registra a crônica colonial, levando-os à internação profunda na selva, cujos remanescentes conseguiram a duras penas sobreviver. Desse modo, a escassez de mão de obra para as tarefas produtivas e o nanismo do mercado consumidor local impermiavam um crescimento lastreado na demanda e no consumo regional. A única saída para este impasse foi historicamente solucionado pela exportação para os mercados externos e, agora, para o Sudeste-Sul do País, na medida em que avançava o processo de complementaridade e integração interregional. No entanto, o sistema assim construído, ao voltar-se para o mundo exterior orientou a produção para as matérias-primas de procura mundial e nacional, ficando, assim, extremamente dependente de fontes externas, face à transferência do centro das decisões para os mercados exportadores e importadores forâneos.

Foi a floresta que, nessa fase, como recurso natural mais ostensivo, forneceu essa oportunidade através das vantagens comparativas, absoluta e relativa, medida em termos de maior rentabilidade da

atividade extratora, quando comparada com o setor agrícola de sustentação, de renda mais modesta, forçando o estabelecimento de um tipo de economia monetária de alto coeficiente de trocas. Em termos humanos, todavia, a superação desse inecúmeno seria devido à contribuição do imigrante “cearense” que aqui chegou, expulso do sertão ou atraído pela seringa, e formou a base humana de expansão da fronteira econômica, bem avaliada pela avalanche de quase meio milhão de nordestinos que para aqui se deslocaram desde o século passado até o fim da Segunda Guerra Mundial. Os números do rol humano amazônico dão bem uma ideia dessa debilidade: o primeiro censo de 1872 deu à região Norte 332.847 habitantes, dos quais 57.610 no Amazonas e 275.237 no Pará; 695.112 h. ao findar o século; 1.439.052 h. em 1920, quando a população estacionou durante duas décadas (o censo de 1940 revelou uma população de apenas 1.462.420 h.); crescimento em 1950, com 1.844.655 h.; progressão em 1960, com 2.601.519 h.; e, 1970 com 3.650.750 h. e 4.485.200 h. conforme estimativa do IBGE para este ano de 1977, recebendo as pontas da frente humana brasileira que, do Nordeste, do planalto, do Sudeste-Sul e do Centro-Oeste caminham, rapidamente, para fazer a Amazônia, ao longo dos eixos viários e dos afluentes austrais da Bacia.

**2. Extrema dispersão do homem através do povoamento linear disperso.** Mais grave do que a rarefação demográfica foi a distensão do processo de ocupação da terra e da penetração do homem no recesso da floresta, ou à jusante dos rios, enfrentando a linha de maior resistência física, porém, seduzidas pela corrente de maior facilidade econômica. Essa distensão da linha de povoamento ao longo das vias navegáveis, para aproveitar a riqueza dos varzeados ou a atração dos altos preços das matérias-primas exóticas, fragmentou a ação social no espaço, a ponto de rutura, e enfraqueceu a eficiência do labor produtivo pela quebra dos vínculos de solidariedade, divisão do trabalho, contato, vizinhança e comunicação. Os homens tiveram que “se separar para sobreviver”, tornando-se difícil o processo de irradiação cultural, fundação de economias externas, disseminação tecnológica através do sistema de educação e proteção à saúde, apoio logístico complementar do transporte e abastecimento, e outros mais onerosos, enquanto os acampamentos humanos se internavam no mediterrâneo amazônico sem que houvesse uma estrutura política que os protegesse e promovesse as oportunidades e as facilidades de fixação.

**3. Processo de urbanização crescente.** Posteriormente, na época da grande crise, a fronteira humana entrou em recesso e se deslocou para a grande mediatriz da calha central do Amazonas-Solimões, ou para as cidades grandes, que acolheram os emigrados nas suas favelas periféricas, até que, lentamente, pudessem ser absorvidos; criaram-se, então, sérios problemas de congestionamento, marginalização, desemprego disfarçado e deterioração da qualidade de vida. O censo de 1970 revelou, neste particular, que dos 3.650.750 habitantes presentes na Amazônia Clássica, 1.235.582, ou seja 34%, já se encontravam nucleados nas capitais de Belém, Manaus, Macapá, Porto Velho, Rio Branco e Boa Vista; hoje, estimativamente, deve estar se aproximando dos 50%, pois somente Manaus abriga mais da metade da população do Estado do Amazonas, e Belém caminha rapidamente para atingir idêntico quociente. Manaus, em 1900, possuía 50.300 habitantes, hoje aproxima-se dos 600.000; Belém, que no período da **Belle Époque** contava com 96.500 habitantes, concentra hoje na sua região metropolitana mais de um milhão de pessoas. O fluxo urbanizador atuou nas duas pontas do sistema, esvaziando o interior de sua população produtiva e de suas lideranças, ampliando o vazio antropoeconômico e, de outro lado, inflando as cidades com uma massa humana de baixa renda, à procura de emprego, habitação e educação, forçando os investimentos públicos para a ampliação dos equipamentos

urbanos e do sistema de saneamento básico, preparação da mão de obra e outras obras e serviços infraestruturais.

O fenômeno universal de urbanização, atinge a região Amazônica de modo desproporcional. Enquanto o êxodo rural em outras áreas é consequência do processo de mecanização da lavoura, com aumento da produtividade e de transformação da fazenda em empresa agrícola, que no Brasil substitui o fazendeiro pelo proprietário ausenteísta e converte o colono em “boia-fria”, na Amazônia o processo urbanizador não resulta sequência da modernização rural, mas de uma política centralizadora e latifundiária ensejada pelo megadimensionamento das unidades federadas, corolário de uma política fiscal absorvente, que retira as poupanças do interior, inviabiliza a sua capitalização para concentrá-la na cidade grande, que passa a aluar como foco de apelo e afiação para os varzeanos e interioranos, que, tangidos pelo efeito-demonstração, buscam melhoria de vida, oportunidade e horizonte para que seus filhos não tenham a mesma sorte de seus pais.

**4. Monopólio da escassez e relativa inelasticidade da oferta.** O modelo econômico do extrativismo só pode sobreviver quando o preço da unidade coletora é suficientemente alto para cobrir o diferencial dos elevados custos de transferência. A renda monetária, do extrator da terra-firme tem que ser necessariamente mais alta do que a do roceiro da várzea. O extrator não resiste a uma baixa prolongada dos preços de sua produção, enquanto o varzeano se refugia facilmente numa economia natural de subsistência. Via de regra, esta já trabalha parcialmente dentro dela, e, por isso, as estatísticas oficiais não registram o valor total de sua atividade, pois parte dela não se incorpora à renda monetária visível, daí a deformação encontrada por muitos economistas ao situarem a renda em extratos aviltantes ao redor de US\$ 100 a US\$ 200 anuais. Já o extrator, a despeito de ganhar mais, ao enfrentar uma baixa de preços sente logo que o resultado do seu produto é insuficiente para prover a sua sustentação pelo processo de troca.

A economia extrativa amazônica é de extrema sensibilidade à variação dos termos de intercâmbio. A deterioração dessas relações impede a continuidade das safras ou a limita radicalmente; em contrapartida, a melhora dos termos de intercâmbio, toda vez que uma conjuntura favorável eleva os preços, pode provocar uma corrida pela substituição de uma safra por outra, porém no conjunto geral do produto não se registra uma expansão proporcional na oferta. Essa relativa inelasticidade da oferta é devida à escassez da mão de obra, que precisa incorporar mais fatores e insumos para incrementar a expansão da economia florestal de base extensiva e artesanal. A sua indisponibilidade freia o processo de aumento da produção, a não ser que transformações de ordem tecnológica substituam a base empírica atual, lastreada no uso extensivo da força de trabalho pelo regime intensivo de sua utilização. Não podendo elevar-se a taxa incremental das safras, a despeito das altas eventuais dos preços, atingido o teto do fabrico, o sistema entra num impasse e produz os seus próprios “coveiros”, pois as altas cotações incentiva o surgimento de fontes alternativas de suprimento em outras áreas ecológicas concorrentes, ou força a sua substituição por um sucedâneo ou produto sintético, como é bem exemplo o atual colapso do óleo de pau-rosa. Deste modo, a estrutura da grande área extrativista florestal amazônica só floresce, nas condições atuais, no regime exclusivista do monopólio natural para garantir altos preços que permitam a montagem das safras. A borracha é exemplo típico, e ilustra o mecanismo de substituição operado nos grandes mercados industriais, pois o monopólio de suprimento somente prevalece no período curto e médio, criando uma economia instável e emergencial. As oportunidades econômicas históricas perdidas pela região, nos casos do

cacau, café, algodão, arroz e especiarias revelam a incapacidade do sistema coletor-florestal e agrícola de responder à demanda em escala industrial. A não ser que se proceda ampla diversificação e se introduza melhoras qualitativas e inovadoras que assegurem a constância e permanência da empresa através do aumento de produtividade e rebaixamento dos altos custos operacionais, a incapacidade continua a afastar as oportunidades.

**5. Pobreza da tecnologia tropical.** A par da escassez do fator humano e de sua dispersão, que agora vem sendo corrigida pelo maior adensamento demográfico em determinados bolsões, atua negativamente no processo do desenvolvimento econômico da Região Amazônica a pobreza do instrumental científico e tecnológico, necessário para operar no mundo do trópico-úmido, em grande parte ainda por ser definida. Durante milênios a civilização se desenvolveu nas regiões de clima temperado, nestas ocorrendo a primeira e a segunda revolução industrial e agrícola, de maneira que as técnicas agroflorestais conhecidas foram criadas em função do seu próprio meio ambiente. Tanto na parte agrícola, pelo cultivo dos cereais clássicos, quanto na criação de animais e no que se refere ao aproveitamento das suas reservas florestais de coníferas, a tecnologia desenvolvida nesses países não pode ser transplantada para os trópicos, à semelhança do que ocorre com os projetos da indústria de transformação, que obedecem a padrões e normas técnicas de aplicação universal, cuja tecnologia pode ser facilmente absorvida. Temos, assim, que desenvolver a pesquisa e experimentação para o correto uso do solo, conhecer mais a fundo o mecanismo do nosso ecossistema, criar raças de animais adequados, descobrir plantas e essências vegetais nativas, cultivar novas espécies e desenvolver clones e híbridos, forrageiras e leguminosas, explorar a floresta latifoliada mediante manejo conservacionista, desenvolver técnicas peculiares que melhor se adaptem às condições ecológicas imperantes. Isso exige um esforço para o qual as populações subdesenvolvidas não estão geralmente, em condições de fazê-lo sem ajuda externa ou de outras regiões mais avançadas do País, com acumulação da experiência. O conhecimento desses recursos através de inventários constituem um grande passo nessa direção, daí a importância do Projeto Radam, que está revelando o potencial emergente através de novas técnicas de sensoriamento remoto, ou com radares aerotransportados de visada lateral para atravessar a espessa camada das nuvens equatoriais, da aero e satelitofotografia que estão traçando o perfil geológico, morfológico, hídrico, florestal, mineralógico, abrindo novas opções econômicas e descobrindo valores e vocações incógnitas para o melhor conhecimento do espaço e dos recursos que servirão para dar um novo dimensionamento à região.

**6. Rotinização e terciarização da estrutura econômica.** A população amazônica interiorana cumpre o seu papel histórico na ocupação brasileira da área, guiada pelo instinto de sobrevivência, muitas vezes sob o signo da cobiça. Caminha na esteira da descoberta de um novo recurso ou da revelação de um novo produto que lhe permita anular as deseconomias da distância, do garimpo vegetal ou do artesanato agroflorestal, Rotiniza práticas empíricas e folclóricas herdadas de um passado longínquo, válidas sob muitos aspectos, porém, carentes de sinergismo inovador que, pelo cruzamento e interseção de forças, possa melhor aproveitar e direcionar a empresa nativa ou forânea e motivá-la.

“Fazer a Amazônia” foi a tônica do povoamento e da exploração das atividades econômicas durante uma longa fase da sociedade amazônica, voltada para o propósito de “chegar-enricar-e-voltar-depressa-se-possível”. Tal propósito seria, forçosamente, incompatível com a criação de uma comunidade estável que aspirasse ao crescimento e progresso social. O propósito de permanecer na

região apenas o tempo suficiente para passar a “seca” do sertão, ou formar o patrimônio para arribar em seguida, ou regressar à cidade a fim de recuperar a saúde, educar os filhos e dedicar-se às atividades comerciais, ou viver como rendeiro de “bens-deraiz”, implicava em desinvestimento permanente ou atrofia do sistema produtivo. Os ganhos obtidos nas altas cíclicas não eram reinvestidos em ativos fixos, na manutenção ou ampliação das empresas nos locais de origem; em grande parte foram transferidos para outras áreas ou aplicados nos setores imobiliários de Belém e Manaus, para fins de renda que permitisse ao proprietário absenteísta viver fora da Amazônia, usufruindo os resultados de um passado labor. A descapitalização foi assim processada, ocorrendo na hinterlândia uma permanente fuga de capitais do interior para a cidade, quando não ocorreu, muito pior, a imigração definitiva para outras plagas. Este esquema passou a fortalecer o setor terciário intermediarista da cidade, que se transformou em empório, em centro expedidor de aviamentos, receptor de gêneros e exportador de produtos para os mercados do exterior. De outro lado, na medida em que definhava o setor primário produtivo, mediante perda de competitividade, pelas baixas conjunturais ou estruturais dos preços, a população se transferia também para as cidades-sedes dos Estados, engrossando o setor terciário, que se hipertrofiou, forçando uma solução de emprego através do paternalismo político, criador de modestos empregos burocráticos que funcionavam mais como subsídio e transferência de renda, ou procurando sobreviver como feirantes, ambulantes, mascates e outras modalidades de desemprego disfarçado. O setor terciário, nessa fase, não estava aparelhado ou preparado para converter os ganhos monetários no setor secundário-industrial. Surgindo no período de pós-guerra, na década dos anos 50, a debilidade deste setor somente seria contra-arrestada a partir do momento em que se procurou o esquema montado para fornecer o capital, através dos incentivos fiscais dedutíveis do imposto de renda. Essa hipertrofia do setor terciário, que pode ser interpretado como um índice de desenvolvimento, adotando-se os padrões de referência de Colin Clark, revela, ao contrário, a existência do êxodo rural, que alimentou o crescimento das cidades amazônicas, e a debilidade da empresa regional em praticar um modelo de transformação e de apoio ao setor primário, ou introduzir inovações que permitissem atrair novos investimentos e criar novas fontes de sustentação econômica. A reversão dessa expectativa, que ora se observa, na Zona Franca de Manaus, em Belém, e nas capitais dos territórios e Estados amazônicos, constituem um novo capítulo na história regional, cuja avaliação e resultado iremos sentir no fluir do tempo, pois esta é a primeira geração que não quer apenas fazer a Amazônia, mas construí-la.

**7. Fiscalismo extrativista.** A estrutura política-tributária montada na região sempre proporcionou excepcionais condições de exação. Devido ao tipo de economia monetária de alto coeficiente de trocas - importando quase tudo que se consome e exportando quase tudo que se produz - permitiu ao fisco alcançar, facilmente, as duas extremidades dos fatos geradores distintos da obrigação tributária, na entrada de mercadoria e na saída do produto. No caso específico do Amazonas, tomando por base as arrecadações do ICM, Cr\$ 331 milhões em 75 e Cr\$ 500 milhões em 76, encontra-se um contributo de Cr\$ 304,00 e Cr\$ 446,00 **per capita**, por ano, muito acima da participação do Nordeste e do Centro-Oeste, a despeito de todas as franquias e isenções tributárias vigentes na legislação estadual desse imposto. Não admira que o governador Eduardo Ribeiro, no início do século, tenha afirmado que as receitas do Estado do Amazonas eram inesgotáveis. No entanto, se de um lado essa rentabilidade tributária permitiu ao Poder Público maiores recursos para investimento, é de se assinalar que a destinação dessas receitas foram, na sua maior parte,

concentradas em Manaus, e, no resto da Amazônia, nas capitais dos Estados e territórios, exaurindo as populações interioranas que, direta ou indiretamente, suportavam a carga fiscal, embutida nos preços daquilo que consumiam ou descontada na cotação de seus produtos, mesmo quando se criou a figura fictícia do contribuinte substituto para pagar o imposto na cidade sobre os gêneros produzidos no interior. Como a vinculação do produto/consumidor era mais com o fisco do Estado, o município permaneceu como entidade residual, despido de receitas e recursos para a sua manutenção, situação, aliás que vem sendo progressivamente agravada, na medida em que o município perde força na partilha tributária e na discriminação constitucional das rendas, pela diminuição do seu campo de ação exatora em favor dos Estados e, sobretudo, da união, que se tornou o grande poder monopolístico fiscal na atual estrutura tributária, e de tal porte que criou um sistema compensatório de partilha das receitas federais, através dos diferentes fundos existentes.

No passado a situação foi sem dúvida, muito mais grave. Durante as quatro velhas Repúblicas, de 1891 a 1964, exerceu-se uma política coercitiva e punitiva das populações indefesas do interior e de suas empresas, sobretudo pelos Estados e municípios que utilizavam o instrumento tributário como arma política para fins eleitorais, visando sujeitar o voto ao imposto, agravando ou desonerando os contribuintes, de forma arbitrária, em função de comportamento político-partidário. De outro lado, a carga tributária exigida atingia as raías do confisco, havendo casos em que a incidência tributária sobre os produtos de exportação chegavam a alcançar a alíquota total de 40% *ad-valorem*, incluindo os diferentes tipos de taxas, impostos e contributos, e abrangendo o imposto de exportação que, no Estado do Amazonas, antes de 1964, chegou a ser cobrado por antecipação pelas exatarias do interior, num curioso sistema de conta corrente, antes do fato gerador da obrigação, sob o pretexto do descaminho e evasão, mesmo sem se saber se o produto seria destinado ao consumo doméstico ou ao mercado externo.

A prática desse sistema, que intitulei de “fiscalismo extrativista” parafraseando o tipo de economia coletora praticada na vasta hinterlândia durante décadas, exauriu as populações sem contrapartida de serviços. Tal fiscalismo olha o tributo e cega o contribuinte, manipula a armadilha e a obrigação formal e acessória, e ignora o principal e a boa intenção, fazendo com que o Estado se faça presente pelo poder da multa e não pelo bem fazer da prestação de serviços.

Plácido de Castro, o grande caudilho da Amazônia, que reincorporou a fronteira acreana ao País, no seu relatório sobre a Prefeitura do Alto Acre, apresentado ao ministro da Justiça como seu prefeito no período de 1906 a 1907, retratou com a sua coragem de gaúcho a dramática situação:

Os seringais pagavam impostos sem número: o registro da propriedade, variável com a sua extensão de frente; a produção de borracha e caucho; a casa commercial; a firma e as marcas de borracha, tudo enfim foi pesadamente tributado! Este último imposto sobre marca de borracha, taxada à razão de 1:000\$000 cada uma, era simplesmente revoltante! Para que V. Excia. ajuize com mais segurança do absurdo e iniquidade desse decreto, vamos calcular quanto pagava um seringal à Prefeitura, excluindo os impostos cobrados pela Mesa de Rendias e tendo em consideração que, em média, os seringais deste Departamento tem 10.000 metros de frente, 80 homens ao trabalho, cada um com a sua marca e uma produção de 40.000 kilos de borracha e 8.000 de caucho. Teríamos assim: Registro: 200\$000. Produção de borracha: 900\$000. Idem de caucho: 400\$000. Licença: 150\$000. Registro de firma: 30\$000. Idem das marcas: 80:000\$000. Captação: 1:000\$000. Registro de nomeação de empregados: 100\$000. Somma: 82:780\$000. Todos estes attentados às leis da República, todos estes crimes praticados à sombra das autoridades do governo, já foram referidos e suficientemente commentados do alto das tribunas da Camara dos Deputados; os representantes do povo ouviram a revelação delles entre

risotas e exclamações de surpresa, a providência logo após tomada, foi a elevação da taxa sobre exportação de borracha de 18 por cento a 23 por cento!

Trinta anos depois o Manifesto dos Coronéis de Barranco, de 21/8/1939, ao presidente da República, publicado neste livro, denunciava:

Há 20 anos o rio Embira federal produzia 1.300.000 kilos de borracha e hoje não produz mais de 500.000 kilos... Com essa queda dos índices de produção e o êxodo da população que nos anos de crise buscou novas localizações rio abaixo, outro e mais poderoso fator veio a aparecer para completar esse panorama de misérias: o aumento desproporcionado dos impostos. Na região dos rios Tarauacá e Embira federais, Sr. Presidente, os impostos locais decretados pelas Prefeituras de Seabra e Vila Feijó, cresceram de 1937 a 1939 numa proporção média de cerca de 400%!... A primeira consequência desse desproporcional aumento de impostos foi a paralisação de inúmeras pequenas atividades que não poderiam suportar esse peso desproporcionado.

A força punitiva do fisco extrativista continuaria por muitos anos a semear o terror e o castigo nas cidades e na vasta hinterlândia, expulsando empresários, destruindo a atividade econômica regional, desestimulando iniciativas e investimentos, tanto na órbita federal quanto na estadual.

Como ilustração, ainda na década dos anos 50 uma expedição fiscal destruiu dezenas de florescentes indústrias interioranas, pelo simples fato de que a lei do imposto de consumo, em vigor naquela altura, dava um prazo de 180 dias para a exportação do produto; vencido este, e sem que o exportador solicitasse a prorrogação, recairia uma multa de 150% sobre o valor do produto que não encontrava mercado, sendo impossível a exportação.

A política de desagregação fiscal, iniciada com a reforma tributária em 64, tende a apagar o quadro negro dessa Idade Média Fiscal, que tanto contribuiu, ao longo de tantos decênios, para destruir a vida econômica e a estrutura das empresas nativas em toda a região, deixando o vasto interior na penúria e na orfandade. Tratava-se de uma política de antifunção, de extrafiscalidade social do tributo, destruidora da maior parte das empresas nativas – quando não vitimadas pela depressão foram asfixiadas pela voragem do extrativismo fiscal, bem expresso naquela famosa sentença de Marshal, da Suprema Corte dos Estados Unidos: **no poder de tributar está implícito o poder de destruir.**

**8. Desglebarização econômica/empresarial.** Nenhuma comunidade consegue progredir se não formar um quadro de liderança política, cultural e econômica responsável e competente. Liderança que não deve visar exclusivamente interesse pessoal, mas traduza atuação constante e vigilante em defesa da terra e da sua população, buscando através de diferentes formas de pressão, reivindicação e convencimento atrair para a área investimentos sociais e econômicos que induzam o desenvolvimento e melhorem a qualidade da vida.

Na Amazônia essa liderança não faltou, muito embora ela tenha sido importada através das correntes imigratórias, que do Nordeste e até do exterior aqui se fixaram, integrando-se à secular luta do elemento nativo. A ausência, durante muitas décadas, de escolas técnicas profissionais e de nível superior, a despeito de havermos sido pioneiros no País na fundação das primeiras universidades, na década dos anos 10, que se estiolaram e feneceram na época da grande crise, muito contribuiu, todavia, para debilitar a continuidade dessa liderança nas gerações subsequentes, e, reduzir

numericamente os valores políticos, intelectuais e empresariais emergentes, voltados para a problemática amazônica. Muitos deles se deixaram alienar, emigraram para outros centros do País e do estrangeiro, onde seus filhos foram procurar formação superior e lá se fixaram; quando voltaram tornavam-se filhos pródigos da fortuna, desglebarizados, com suas raízes culturais e sentimentais absorvidas por outros interesses e objetivos.

Aos que ficaram coube a ingente tarefa de reconstrução de uma estrutura que ficara estratificada no tempo e imobilizada no espaço, empobrecida e descapitalizada, até que novos fatores viessem a despontar na retomada do crescimento interrompido. Durante essa nova etapa formou-se um novo núcleo dinâmico de ação nos diferentes setores profissionais, destacando-se uma ala empresarial, na área mercantil-exportador-terciária e no setor industrial-secundário, traduzido no esforço de implantação do processo de beneficiamento e transformação da matéria-prima regional, através de empreendimentos como os de beneficiamento de borracha e castanha, instalação de serrarias, fiação e tecelagem de juta, estabelecimentos curtidores, destilarias de óleos essenciais; igualmente desenvolveu-se o setor de serviços, transportes, navegação, hotelaria e outros.

Na medida em que as empresas nativas regionais foram crescendo em Belém, Manaus e outras cidades importantes da área, despertando o interesse crescente de novos empreendimentos, agora facilitados pelos programas governamentais de incentivos fiscais, observou-se um contínuo e sistemático realinhamento de posições e uma sutil transferência de poder econômico, em grande parte induzida por uma filosofia voltada para o grande empreendimento capitalizado a custo dos referidos incentivos, cujos interesses básicos não estavam vinculados à região;

deslocadas para os grandes centros metropolitanos do País ou do exterior, as suas diretorias daqui transferiam o centro do poder decisório, ficavam imunes à pressão comunitária e isentos da ação fiscal por força dos benefícios legais concedidos, em consequência do seu poder político ou acobertados e protegidos pela distância, impessoalidade e anonimato. Muitos desses empreendimentos, a partir dos anos 60, feneceram, porque mal-estruturados profissionalmente ou inviáveis desde o início; tinham como objetivo-mor o enriquecimento pessoal ou a especulação fundiária, a custo dos incentivos, muito contribuindo para desacreditar o sistema 34/18 no Nordeste ou o 756/69 na Amazônia, cujo grave defeito consistia na ausência de riscos para o investidor protegido pela socialização dos prejuízos, indiferente, pois, à sorte de suas empresas amazônicas, que constituíam mero adminículo ou apêndice dos seus conglomerados. O exemplo mais frisante dessa política institucional de megadimensionamento empresarial está bem patente nos empreendimentos agropecuários aprovados pela Sudam, que em 31/12/1976 alcançou 342 projetos com recursos de incentivos fiscais comprometidos, da ordem de Cr\$ 4,8 bilhões, média de Cr\$ 14 milhões por projeto, que deveria ter gerado 17.000 empregos a um custo médio de Cr\$ 276 mil por oportunidade de trabalho a ser criado; o resultado é incerto e não sabido. Isto tudo em detrimento e sem a participação e incentivo de mais de 30.000 fazendas já existentes no beiradão e na hinterlândia, cuja experiência não foi aproveitada como uma das bases do programa. Alijou-se a fazenda familiar, nativa ou adotiva, do processo de desenvolvimento agropecuário.

Enquanto este cenário se projetava no setor rural, desglebarizando o setor tradicional do agro e da extração florestal, idêntico processo ocorria no meio urbano, através de aplicações no campo industrial.

Foram aprovados 176 projetos pela Sudam, com recursos fiscais comprometidos da ordem de Cr\$ 3 bilhões, média de Cr\$ 17 milhões por projeto, cujo valor ainda não pode ser medido e avaliado; tratando-se de cruzeiros correntes, de poder aquisitivo desigual, abrangendo mais de uma década, precisam ser corrigidos monetariamente para se ter uma ideia do valor real dos investimentos do setor incentivado. Todo esse esforço ainda espera uma avaliação de seu contributo ao crescimento da economia regional no período, pois seria injusto desconsiderar a importância de um grande número de novos empreendimentos incentivados que trouxeram efetivos benefícios para a área, sob o signo desses incentivos que constituem uma conquista irreversível no campo político de combate aos desequilíbrios regionais existentes nas áreas carentes do Nordeste e da Amazônia.

Dentro desse quadro, a empresa nativa ou adotiva debate-se em função das dificuldades de sua própria estrutura familiar, cujo tempo médio de vida estatisticamente medido, não ultrapassa os 30 anos, dependendo a sua continuidade da solução do problema sucessório, que pode ou não prolongar a sua existência por uma ou mais geração, com a formação e o surgimento de novas lideranças, ou da alternativa de profissionalização gerencial e administrativa. Porém, em qualquer caso, mais tarde ou mais cedo, a sua expansão é detida porque ela, geralmente, se torna vítima de seu próprio sucesso.

A vitimação da empresa nativa regional se processa de modo contínuo e sistemático: a) como consequência de seu envolvimento comunitário e do desempenho de sua própria função social, tão desejada e solicitada pelos gestores da política de desenvolvimento, a pressão que passa a receber do setor político, social e filantrópico desencadeia custos cada vez maiores, tomando-se um centro de atração e destaque no meio em que opera; b) em decorrência de sua ascensão ao módulo de escala média de produção ou prestação de serviços, dela se exige um comportamento extremado de todas as suas obrigações fiscais e tributárias, cujas malhas a enlaçam de maneira voraz e persistente através de todas as armadilhas formais e acessórias, na ânsia incontida de punir o sucesso e castigar o êxito; c) em função de seu crescimento, ao tornar-se força propulsora na criação de emprego estável e na arrecadação de receita pública, operando fora do setor incentivado que acoberta e imuniza a grande ou média empresa adventícia, ela se torna extremamente vulnerável às variações e oscilações cíclicas, pois a responsabilidade pessoal dos seus dirigentes perante a comunidade dificulta providências saneadoras no campo do emprego e da produção, tendendo, assim, ao paternalismo que conduz à ineficiência, e à perda de rentabilidade; d) a força publicitária nas instituições que formam a opinião, se de um lado a promovem no campo do *marketing*, projetando-a no conceito público, de outro constituem ameaça à sua sobrevivência, pois dado o caráter pessoal do relacionamento dos seus dirigentes com os referidos órgãos, são como que obrigados às veiculações, como clientes, em todos eles, sob pena de se exporem à execração pública mediante diversos expedientes que os forçam a tomada de partidos em jogos de interesses conflitantes; e) o seu sucesso torna-a também vulnerável às investidas das empresas multiestaduais e multinacionais, que tentam, a todo custo, incorporá-las como suas subsidiárias ou afiliadas, para ganhar mercado e ampliar o seu raio de ação pelas mais diversificadas estratégias, como “dumping” de preços, recusa a transferência de inovações tecnológicas, inacessibilidade ao crédito bancário e poder de influencia em muitos escalões que se deixam sensibilizar pelas aparentes vantagens, os quais, muitas vezes como inocentes úteis, sem querer, são envolvidos pela trama sutil dos seus desígnios; f) a sua associação através de *joint-ventures* com empresas alienígenas apresenta, por sua vez, inúmeros percalços, entre eles o súbito aumento do capital social, numa época de crise, para assim obter o domínio acionário, ou mediante táticas de

forjar prejuízos sistemáticos durante determinado número de exercícios para assim transferir facilmente o seu controle.

Difícil é, assim, a sobrevivência da empresa nativa ou adotiva regional, a não ser mediante transformação institucional e política, acompanhada de mudança de mentalidade dos dirigentes e executores responsáveis pelo ordenamento e ocupação do espaço empresarial. Se isto não for possível, continuaremos assistindo a progressiva e sistemática desglebarização econômica, pois os referidos espaços irão sendo preenchidos por tecnocratas e profissionais que, como prepostos, acionam a máquina administrativa com toda a frieza e insensível racionalidade.

Na Amazônia, esse fenômeno desglebarizador, que a certa altura também atingiu o setor político, provocando o surgimento do famoso movimento glebarista na política regional, vem se processando no campo econômico-empresarial há décadas. O fato mais evidente foi a destruição da maior parte das empresas regionais nativas de Belém, Manaus, e outras cidades, vitimadas por essa surda conspiração que poucos analistas se aperceberam ou dela tomaram conhecimento. Pior ainda é que a imagem de sua falsa grandeza, construída no passado, muitas, vezes persiste anos a fio, mesmo depois de iniciada a curva de sua decadência ou aniquilamento, quando o poder há muito se deslocou para outros centros e outros grupos passaram a dominar a massa crítica dos recursos, sobrecarregando os tradicionais com ônus que já não podem mais suportar.

Este perfil não implica, todavia, num repúdio ou exorcismo à empresa extrarregional, qualquer que seja a sua origem, pois bem sabemos que todo o processo de desenvolvimento implica em ganhos e perdas para o setor nativo, que necessita, muitas vezes, de emulação e competição forânea para agilizar e dinamizar a sua estrutura, ameaçada de morte pela inépcia ou incapacidade de adaptação a situações novas. Face à debilidade do setor empresarial nativo seria impossível desencadear processo de desenvolvimento sem o aporte de novos contingentes empresariais, quando trazem capital, tecnologia e senso de missão para se integrar e participar das novas oportunidades e opções oferecidas. Todavia, deve-se pelo menos salvaguardar os pioneiros, estimulando a sua participação na nova ordem institucional criada.

Se é verdade, como a sabedoria universal do provérbio bem afirma, que “ninguém é profeta em sua terra”, haveremos de convir que nenhuma terra subsiste sem os seus profetas.

**9. Inecúmeno político.** A divisão territorial-administrativa regional desde os tempos coloniais até os dias de hoje, a despeito da criação de 11 capitâneas gerais e secundárias, no decorrer dos séculos XVII e XVIII, baseou-se em uma excessiva centralização política. Abrangendo unidades políticas superdimensionadas, dificultou o exercício da ação política e a extensão dos serviços mínimos básicos necessários à fundação de infraestrutura social e econômica. Tal centralização política se evidenciou com a manutenção, durante mais de um século, após a Independência, de apenas cinco unidades federadas, que se constituíram em sistemas praticamente isolados – o paraense, o amazonense, o maranhense, o goiano e o mato grossense, dos quais apenas os dois primeiros apresentavam certo grau de articulação e integração.

A política de criação de territórios federais, iniciada com a fundação do Território do Acre, em 1904, após o Tratado de Petrópolis de 1903, aguardou cerca de 40 anos para ser reativada em 1943, quando foram criados os atuais territórios de Rondônia, Roraima e Amapá. Os promissores resultados já alcançados com a instituição dessa reorganização do espaço, aconselharam o seu prosseguimento

com a criação de novas unidades territoriais, conforme já tivemos a oportunidade de expor, com vistas à criação de novos polos de irradiação política, crescimento econômico e segurança nacional.

O incúmeno político presente na vasta hinterlândia é mais perigoso do que o incúmeno humano, considerando que nas regiões não desenvolvidas o fator político deve preceder a ação econômica, como no passado o Forte precedeu a aldeia. Esta estratégia geopolítica de reformulação do espaço amazônico, necessária, porém não suficiente, deve constituir um pré-requisito substantivo que instrumente o processo de ocupação e povoamento, pois o incúmeno político gera baixas taxas de retorno e dificuldades de operacionalização de todo o sistema, dificultando o surgimento de novas lideranças e tornando mais difícil e oneroso o processo de montagem de uma infraestrutura social e econômica, ficando as populações interioranas sem representatividade, sem fontes de pressão para vocalização de suas legítimas reivindicações.

**10. Latifúndio extrativista e pecuário.** O grande espaço continental vazio gerou condições ideais para a sua mera e formal ocupação jurídica, através da formação de grandes propriedades florestais. Estas detiveram o monopólio de terra sem maiores preocupações senão a de torná-la cativa para uma especulação futura, que ainda hoje se processa com o desdobramento e o avanço das frentes humanas no Sul e no Sudoeste amazônico. Produto do extrativismo florestal praticado no passado, o grande latifúndio teve a sua origem e razão de ser em função dos seringais e castanhais silvestres. Tal qual a seringueira, a castanheira e outras essências florestais ocorrem em pequeno número em relação à área total, o estabelecimento extrator necessita de uma base territorialmente muito vasta. No caso dos seringais, por exemplo, um seringueiro, com duas estiadas de 150 árvores cada uma, ocupa uma média de 300 hectares para extração de cerca de 400 quilos de borracha por safra anual, nos baixos e médios rios, enquanto nos altos rios a produção se eleva a apenas 600 quilos seringueiro/ano, dado a maior densidade, de 200 árvores por estrada. Assim, um seringal silvestre para produzir 40 toneladas de borracha necessita ocupar uma vasta área, que varia de 30.000 hectares nos baixos rios e de 20.000 hectares nos altos rios, onde a seringueira é mais densa e de mais alta produtividade. Ao extrator não interessa, propriamente, a terra, e sim, as árvores para delas extrair o seu produto. Muitas vezes trabalhavam em terras devolutas do Estado, sem justo título, a não ser aquele derivado de anterioridade de posse. A relação que se estabeleceu entre o extrator e a floresta foi de modo a estender o estabelecimento por vastas regiões, ocupando rios inteiros. Em certo período eram “fechados” pelos coronéis e seringalistas para obstar a penetração dos “regatões” e a fuga dos seringueiros em débito com o patrão, estabelecendo, assim, entre o barracão do seringalista e o tapiri do seringueiro relações de caráter tipicamente semifeudais. Daí ter surgido o tipo de pirâmide fundiária, cuja base era dominada pelo grande latifúndio extrativista, como bem se observa nos resultados do censo agrário nacional de 1970. No quadro, do total de 1.416 estabelecimentos existentes no Brasil, acima de 10.000 hectares, 1.065 situavam-se na região amazônica e no Centro-Oeste, ocupando uma área de 28.270.912 hectares, ou seja, 97% do total brasileiro, enquanto os estabelecimentos de até 100 hectares representavam uma ocupação de 8.407.310 hectares, equivalentes a 8% do total da área ocupada na Amazônia e Centro-Oeste, representada por 384.114 propriedades, na sua maioria localizadas nas várzeas e no beiradão, onde o parcelamento da terra, em função da agricultura, a tomou mais justa e humana.

Com o declínio da atividade extrativista seria de esperar um estreitamento da base da pirâmide fundiária, porém o modelo da grande pecuária, planejada para a área pelos órgãos

responsáveis por sua institucionalização, com base na empresa pecuária de grande porte, criaria novos e angustiantes problemas tanto no setor jurídico, pela ausência de titulação das terras, como no setor social, pelos conflitos entre posseiros e os novos proprietários, igualmente na área ecológica, pela tendo criada entre o frágil ecossistema florestal e o projeto ambicioso do boi e da especulação fundiária, e ainda na área econômica, pela substituição da tradicional indústria extrativa silvestre.

A característica peculiar à atividade pecuária reside no fato de ela permitir ocupar grandes áreas com uma pequena população, sem sofrer o processo de distenção fundiária, a ponto de rutura, que se verifica no grande latifúndio florestal- extrativista. Se um vaqueiro pode cuidar de 200 bois, a relação homem-boi de 1:200 tem que ser também aferida pela relação de um hectare de pastagem, que alimenta, em média, duas reses, tipo de pecuária extensiva praticada no País. Deste modo, a fazenda de criar é diferente da empresa extrativa, pois enquanto esta trabalha com uma pequena densidade estática de árvores úteis por hectare de floresta, a pecuária possui um alto coeficiente de potenciação, graças à reprodução dos bovinos que avançam para ocupar novas áreas, à medida que os rebanhos se multiplicam, criando assim uma linha de continuidade no processo de ocupação dos currais, sem o isolamento criado pela atividade coletora.

A propriedade pastoril, em termos de grandeza física, tem que possuir uma certa dimensão para corresponder à relação homem-boi de 1:200 e de hectare-boi de 1:2, porém, sem o exagero da concentração fundiária do modelo extrator. Essa atividade pastoril, na Amazônia, vinha se desenvolvendo nas áreas históricas do Marajó, Baixo e Médio Amazonas e no Rio Branco, através de propriedades pecuárias de pequeno e médio porte, predominando no Baixo e Médio Amazonas fazendas com afetivo inferior a mil cabeças de gado, sendo que na região do Careiro a fazenda pecuária de leite estava bastante subdividida, a ponto de criar o problema minifundiário. Se forem verdadeiros os resultados do Censo Agropecuário de 1970 na Amazônia Clássica, naquele ano existiam 1.706.177 cabeças de gado numa área de 3.790.345 h. de pastagem naturais e 637.771 h. de pastagens plantadas, perfazendo uma média de 2,5 bois por hectare, abrangendo 32.609 estabelecimentos criadores, equivalente a uma média de 52 bois por fazenda.

A partir da década dos anos 70, atraídos pelos incentivos fiscais do sistema 756/69, a região passou a atrair grandes projetos de empresários e pecuaristas do Sul que sentiram uma grande oportunidade para a implantação de fazendas, tendo em vista o baixo preço das terras e o pouco risco decorrente do suprimento de capital com recursos do imposto de renda. Não se fez, naquela altura, nenhuma salvaguarda ecológica; fez-se contrariamente o desmatamento florestal intensivo e não discriminado, até que o problema fosse suscitado e as grandes clareiras abertas pelo fogo viessem a ser detectadas pelos satélites artificiais. Os eixos rodoviários recém-aberto na Belém-Brasília facilitavam tais planos, verificando-se uma corrida para a região, inicialmente em Paragominas, e depois no sul do Pará e norte goiano e mato grossense. A penetração também se tornou possível graças à abertura das estradas Cuiabá-Porto Velho, Transamazônica e Cuiabá-Santarém; e já agora, mais recentemente, na Porto Velho-Manaus e Manaus-Caracará.

Essa corrida, expandindo a frente pecuária, teria como módulo econômico o grande latifúndio e a grande empresa ligada a grupos empresariais industriais e financeiros. Desconhecendo a ambiência amazônica, conseguiram se apropriar de grandes extensões territoriais, uns mediante compra de posses, sem cadeia dominial tranquila, outros mediante doações a preços simbólicos,

quando não assentavam a sua posse mediante ocupação de feiras indígenas ou expulsão de posseiros, a despeito da existência do IBDF, Incra, Funai e outros órgãos que se tomaram impotentes para deter a onda invasora e incendiada, até que, pressionada por cientistas e ecólogos, a Sudam mudasse o rumo de seu procedimento, negando aprovação para novos projetos que deveriam se localizar apenas na zona do cerrado, cerradão e mata fina. No entanto, grandes projetos já haviam sido aprovados, totalizando um investimento de Cr\$ 4,8 bilhões, cujos valores, se atualizados monetariamente, deveriam se aproximar, hoje, entre Cr\$ 10 a Cr\$ 12 bilhões para os 342 projetos aprovados. Assim foram sendo montados os esquemas dos projetos de Suiá-Missu, com 808 mil hectares; Capivara, no vale do Araguaia, com 242 mil hectares; Codepar, no sul do Pará, com 157 mil hectares; Vale do Rio Cristalino, com 140.000 ha., cujo desmatamento pelo fogo, inicial de 10.000 ha. seria detectado por satélite. Dada a reação nacional e universal fez-se parar o ímpeto avassalador.

Até hoje não foi feita uma justa avaliação desses projetos, da área adquirida, ocupada e desmatada, nem a estimativa dos rebanhos existentes, porém algumas observações demonstram que, em muitas delas, se nota uma regressão dos pastos, decorridos os primeiros cinco anos de sua implantação, e, em consequência, dificuldades de manutenção dos rebanhos. Esses empreendimentos dos pecuaristas do Sul inauguraram na Amazônia a era do grande latifúndio pastoril, de maior dimensão do que o anterior latifúndio extrativista, porém, muito mais grave, pois a destruição da mata afetou o ecossistema de modo significativo, sem contrapartida de resultados. A viabilidade de tais projetos é ainda difícil de se prever, mas certamente os seus idealizadores, já se beneficiaram da posse de vastas regiões, para provável loteamento de colonização futura, ou especulação fundiária, eis que o valor das terras conquistadas passou, rapidamente, de Cr\$ 50 para Cr\$ 200 o hectare, como na região acreana, rondoniense e em outros lugares. Esses latifúndios, se já estão criando sérios problemas nos dias de hoje, irão repercutir de modo muito mais grave no futuro, pois a filosofia do Megaboi, como a denominamos, baseada no princípio “pantaneiro” de que “o boi deve criar o fazendeiro”, não poderá subsistir em nossa área, onde o velho brocardo popular de que “é o olho do dono que engorda o boi” constituindo uma advertência para se introduzir um modelo mais modesto e menos ambicioso, para que as fazendas não ultrapassem os 3.000 hectares e os mil bois, até que se ganhe experiência suficiente para não provocar um holocausto ecológico, e se leve em consideração uma mais justa distribuição de propriedade rural. E, mais ainda, se aproveite a experiência já existente dos 32.609 estabelecimentos pecuários tradicionais, da várzea e do beiradão, que não podem ser alienados ao processo de incentivos fiscais do atual sistema 1.376/74 do Finam.

## PIRÂMIDE FUNDIÁRIA DO BRASIL Censo 1970

ÁREAS	BRASIL	
	N.º Estabelecimento	Área (ha)
<i>menos de 10 ha.</i>	2.519.630	9.083.495
<i>de 10 a menos de 100 ha.</i>	1.934.392	60.069.704
<i>de 100 a menos de 1.000 ha.</i>	414.476	108.742.676
<i>de 1.000 a menos de 10.000 ha.</i>	35.425	80.059.162
<i>de 10.000 a menos de 100.000 ha.</i>	1.416	29.142.708

ÁREAS	BRASIL	
	N.º Estabelecimento	Área (ha)
de 100.000 e mais ha.	33	7.047.721
sem declaração	18.377	-
<b>TOTAL</b>	<b>4.924.019</b>	<b>294.145.466</b>

ÁREAS	AMAZÔNIA CLÁSSICA mais Centro-Oeste		
	N.º Estabelecimento	Área (ha)	%
menos de 10 ha.	171.418	687.207	7,56
de 10 a menos de 100 ha.	212.696	7.720.103	12,85
de 100 a menos de 1.000 ha.	107.133	29.452.340	27,08
de 1.000 a menos de 10.000 ha.	14.675	37.200.900	46,46
de 10.000 a menos de 100.000 ha.	1.065	28.270.912	97,00
de 100.000 e mais ha.	-	-	-
sem declaração	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>506.987</b>	<b>103.331.462</b>	

**FONTE:**

IBGE - Centro Agrário 1970. Os dados referentes às propriedades de mais de 10.000 hectares não refletem a realidade, pois é inconcebível que o Amazonas tenha apenas 3 estabelecimentos acima de 10.000 hectares e Roraima 2 estabelecimentos, enquanto o Censo de 1960 acusava só no Amazonas 123 estabelecimentos e no Acre 254 latifúndios com mais de 10.000 hectares. Os estabelecimentos recenseados incluem os proprietários, arrendatários, parceiros e ocupantes. De qualquer modo, os resultados desse censo revelam que o Norte e o Centro-Oeste detiveram, naquela altura, 46,46% dos estabelecimentos de 1.000 a 10.000 hectares e 97% dos estabelecimentos de 10.000 a 100.000 hectares.

## PIRÂMIDE FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	menos de 10 ha.		de 10 a 100 ha.	
	N.º Estab.	Área (ha)	N.º Estab.	Área (ha)
RONDÔNIA	567	3.042	2.773	90.879
ACRE	2.198	9.660	7.206	248.972
AMAZONAS	36.434	138.238	30.633	1.052.933
RORAIMA	286	1.277	33	10.151
PARÁ	68.180	223.309	64.143	2.041.558
AMAPÁ	460	1.573	1.286	43.588
SUBTOTAL	108.125	377.099	106.375	3.488.081
MATO GROSSO	46.866	210.545	36.843	1.125.852
GOIÁS	16.427	99.563	69.478	3.106.170
<b>TOTAL AMAZÔNIA CLÁSSICA MAIS CENTRO-OESTE</b>	<b>171.418</b>	<b>687.207</b>	<b>212.696</b>	<b>7.720.103</b>

de 100 a 1.000 ha.	de 1.000 a 10.000 ha.	mais de 10.000 ha.
N.º Estab. Área (ha)	N.º Estab. Área (ha)	N.º Estab. Área (ha)
3.644 - 912.283	94 - 238.498	12 - 344.782
107.133 - 29.452.340	14.625 - 37.200.900	1.065 - 28.270.192

<i>de 100 a 1.000 ha.</i>	<i>de 1.000 a 10.000 ha.</i>	<i>mais de 10.000 ha.</i>
<i>N.º Estab. Área (ha)</i>	<i>N.º Estab. Área (ha)</i>	<i>N.º Estab. Área (ha)</i>
13.506 – 2.644.430	180 – 567.338	18 – 602.900
14.492 – 2.647.005	144 – 307.448	3 – 121.160
660 – 274.252	677 – 1.258.726	2 – 43.000
6.614 – 1.585.100	1.078 – 3.146.133	79 – 3.370.767
452 – 114.098	107 – 269.157	11 – 170.450
39.368 – 8.177.168	2.280 – 5.787.300	125 – 4.653.059
14.780 – 5.081.079	6.242 – 17.838.173	810 – 20.647.044
52.985 – 16.194.093	6.103 – 13.575.427	130 – 2.970.089
107.133 – 29.452.340	14.625 – 37.200.900	1.065 – 28.270.192

O quadro de referências ao lado apresentado revela muitos pontos de estrangulamentos do sistema regional, o que não deve, contudo, levar à conclusão precipitada a pessimista de que a empresa amazônica é inviável como projeto de desenvolvimento e que as perspectivas a curto prazo aconselhem o seu deferimento para o futuro. A precariedade de todo o modelo, partindo da moldura e da modelagem de tais pontos críticos, pode conduzir o economista a um impasse, dando a impressão de que é impossível continuar o projeto sem antes haver removido o obstáculo ou o gargalo da paisagem. Tal posição não leva em conta, em primeiro lugar, o papel e o desafio dos desequilíbrios, como agentes catalíticos do desenvolvimento, e nem a potencialidade e força do sistema econômico-social para obviar as dificuldades, criando um processo radicular secundário para evitar o bloqueio, abrindo passagem para a continuidade do fluxo, à semelhança do que ocorre no organismo humano, quando o centro do aparelho circulatório é atingido por uma obstrução nas coronárias.

Por esse motivo é essencial fazer-se, paralelamente ao perfil-diagnóstico da situação atual, uma análise das virtualidades, oportunidades e potencialidades da região, que necessitam ser aproveitadas para que o processo germinativo desencadeado, mesmo partindo de uma metodologia de avanços e recuos, de sucessos e fracassos, force, faça aflorar e descubra o caminho da viabilidade. O futuro não está todo ele escondido no passado, mas fazendo parte dele, incorpora novos valores, significados e adiados que, ao longo do tempo, como tributários, desaguam no seu estuário. Neste particular a região amazônica é extraordinariamente dotada, como veremos a seguir:

**1. Ampla base de recursos florestais.** A FAO (Food and Agricultural Organization) calculou que o valor anual dos produtos primários extraídos das florestas mundiais, principalmente madeira, é de cerca de US\$ 30 bilhões, e dos subprodutos e derivados, entre eles, gomas, essências, resinas, taninos, fibras, etc., entre três a quatro bilhões de dólares, sendo que somente os países europeus e o Japão consomem, anualmente, produtos florestais estimados em US\$ 8 bilhões, e os Estados Unidos US\$ 4 bilhões.<sup>32</sup> Esses valores revelam a extraordinária potencialidade econômica que a floresta amazônica encerra, quando chegar a ser racionalmente explorada mediante técnicas oikológicas de manejo e de engenharia florestal adequadas. Ela recobre cerca de 260 milhões de hectares do nosso território. Considerando os relatórios das missões florestais da FAO, preparadas por Glerum, Smith, Heinsdijk e Soares, em 1966, muitos deles confirmados pelo projeto Radam, a biomassa-florestal encontrada nas regiões pesquisadas do Tapajós, Xingu, Tocantins e Belém-Brasília foi da ordem de 175 m<sup>3</sup> de volume de madeira por hectare, o que equivale a um total de cerca de 45 bilhões de m<sup>3</sup>, dos

quais 17 bilhões de m<sup>3</sup> de espécies atualmente comercializáveis, segundo recente avaliação da Sudam/Basa. Esses números bem revelam o potencial da floresta. O seu ecossistema não permite, porém, um abate ambicioso do tipo holocausto ecológico. Deve o seu desfrute ser objeto de cuidadosa pesquisa e modesto projeto, para se ganhar experiência enquanto se define as corretas linhas de seu uso e manejo. No entanto, o valor dos subprodutos que dela foram extraídos no passado, sem extrativismo predatório ou derrubada destruidora, dão bem uma ideia desse potencial – em um século a borracha produziu para a Amazônia e o País cerca de £ 350 milhões, conforme o inventário estatístico por nós levantado, enquanto a produção madeireira de serrados, laminados e compensados, em 1972, representou um valor equivalente a US\$ 200 milhões, sem contar com o valor da castanha-do-pará, que gerou, nesse ano, uma exportação de US\$ 20 milhões.

**2. Disponibilidade de água doce.** Neste último decênio o problema de água para uso hidrelétrico, industrial, agrícola, humano e outros fins, tornou-se crítico na maior parte das regiões do mundo, o que levou a Unesco a patrocinar a Década Hidrológica Internacional, com o objetivo de mapear, inventariar, conservar e descobrir os recursos de água para um mundo sedento e faminto. O primeiro inventário preliminar já efetuado indicou que o suprimento total disponível de água em

nosso planeta é de 326.071.300 milhas cúbicas (uma milha cúbica é igual a 1,1 trilhão de galões), dos quais 317 milhões (97%) constituem água salgada dos oceanos, 7 milhões contidas nas geleiras e camadas glaciais e apenas 2 milhões de milhas cúbicas provenientes dos rios, lagos e depósitos mediterrâneos. Deste último total, a bacia hidrográfica amazônica participa com 20% das reservas mundiais, ou seja, perto de 400 mil milhas cúbicas. A importância que essa disponibilidade representa em termos de potencial, fonte de atração e de sustentação da própria vida, pode bem ser medida pelo consumo industrial, que necessita de 770 galões de água para refinar um barril de petróleo, 65 mil galões para produzir uma tonelada de aço, e 600 mil galões para fabricar uma tonelada de borracha sintética. A água tornou-se, assim, um fator de produção tão importante ou mais relevante do que a própria terra, pois dela depende a nutrição e o crescimento das plantas e animais, bem como a produção de energia elétrica, a continuidade do desenvolvimento industrial e agrícola, e a própria sobrevivência humana. A crise de abastecimento de água que se verifica em quase todos os grandes centros industriais da Europa e Estados Unidos, devido à poluição de suas fontes e mananciais, ou contaminação pelos dejetos e efluentes químicos das indústrias, tem levado esses países a empreender grandes programas para dessalinizar a água do mar, a elevado custo, ou a tomar medidas preservacionistas a fim de fazer frente à escassez e à demanda futura. A combinação dessa disponibilidade de água doce não poluída, que é reciclada graças ao fenômeno da evapotranspiração e de uma alta taxa de pluviosidade, com o elevado grau de insolação total, favoreceu o crescimento da biomassa-florestal, a ser aproveitada por uma tecnologia agrônômica e criativa, constituindo, assim, num grande trunfo e fator de produção do binômio água-sol, que deve ser levado em conta em qualquer avaliação do seu potencial.

**3. Extensa rede de vias navegáveis.** O sistema hidrográfico regional representado pela calha central – uma verdadeira avenida leste-oeste de acesso ao Atlântico e ao coração do continente – aberto à navegação oceânica desde Belém e Amapá, na foz, até Iquitos no Peru, num percurso de mais de 3.500 quilômetros, e pela externa rede de afluentes e tributários que penetram ao sul e ao norte da bacia,

segundo um padrão quase ortogonal, ou em forma de espinha-de-peixe, integra a região central e periferia andina, guiana-caribense, planalto-brasileira e à bacia do Prata, que um dia serão efetivamente articulados através de canais, barragens e eclusas que possibilitarão a livre navegação fluvial em todos os pontos ordinais e cardinais ao continente. Essa extensa rede de vias navegáveis ocupa uma área de 27.178 km<sup>2</sup> de águas internas, permitindo uma navegação perene de 16.641 quilômetros de sua extensão, segundo estimativas do DNPVN, o que constitui uma infraestrutura doada para o transporte da produção, sem necessidade de maiores e custosos investimentos. Os rios na Amazônia, além de serem os elementos característicos da paisagem georregional, possuem múltiplas funções como rede de drenagem das águas pluviais; via de acesso e navegação; fonte de suprimento de água para fins industriais, irrigação e alimentação; agente de fecundação das várzeas pelo processo de sedimentação e colmatagem; viveiro de peixes, animais, plantas e gramíneas aquáticas; recurso gerador de energia hidráulica. Esta última função, somente agora vem sendo inventariada pela Eletronorte, que estimou o seu potencial provável em 84.000 MW, o que torna a Amazônia a primeira província hidrelétrica brasileira, cujo aproveitamento estará na dependência do esgotamento do potencial aproveitado das demais bacias do País, do aumento da demanda regional e, em futuro próximo, das necessidades nacionais, quando for desenvolvido um sistema econômico de transmissão de energia em alta voltagem e a longa distância.

**4. Grande faixa de várzeas férteis para fins agrícolas.** Os varzeados amazônicos, adubados anualmente pelo processo de sedimentação e colmatagem proveniente das cheias e vazões dos rios, dispensam grandes tratamentos culturais, facultam o trabalho agrícola e diminuem os custos operacionais. As vantagens que eles oferecem para culturas temporárias são bem conhecidas, pois na calha central o rio sobe lentamente durante um período de oito meses, a partir de outubro/novembro, até atingir o seu pique em maio/junho, e vaza em apenas quatro meses, liberando as terras mais prontamente para o calendário agrícola do ribeirinho e dando-lhe mais tempo para colher as suas safras, ao contrário do ciclo das águas de outros rios, como o Nilo, onde a ascensão é rápida e a descida mais suave. Esse fato, aliado ao valor edáfico dos solos varzeanos do Solimões-Amazonas, cuja alta taxa de fertilidade já existe em potencial nos sedimentos, sais minerais e matérias orgânicas de suas águas barrentas – em contraste com a maior fertilidade dos rios de água clara ou preta, de baixa produtividade biológica – tem repercussão considerável no contexto da ocupação humana que se utiliza dessas vantagens absolutas e relativas para adequar o seu labor agrícola ao ciclo das águas.

É bem verdade que durante as cheias – sobretudo nas grandes enchentes, como a de 1922, 1953 e 1975 – a geografia da calamidade constitui um fator limitante para o seu aproveitamento; no entanto, devemos salientar que esse determinismo é apenas peculiar à Amazônia, pois enquanto esta sofre as consequências das alagações periódicas e obriga o homem a construir as marombas para salvar o seu gado, nas regiões frias, as baixas temperaturas do inverno criam condições de penúria também para o gado bovino, que é forçado a se recolher aos estábulos artificiais, adrede preparados, onde fica confinado durante longos meses. Tanto lá quanto aqui, o agricultor ou o criador procuram se adaptar, da melhor maneira possível, a esses fatores adversos, utilizando-se de diversos recursos para sobreviver durante esse breve e curto período da inundação, que na Amazônia é compensado pelas facilidades advindas da maior fertilidade dos solos de várzea e do acesso ao transporte que o rio oferece.

O grande potencial das várzeas, traduzido pela sua vocação agrícola para culturas temporárias de pequeno ciclo, sobretudo de alimentos, pode ser bem explorado desde que se utilize técnicas adequadas e o homem a ele se adapte, para trabalhá-la inteligentemente. Representando cerca de 2% da grande área amazônica, equivalente a 100.000 km<sup>2</sup>, ou 10 milhões de hectares, disponíveis para a lavoura, dos que apenas 5% são aproveitados, as várzeas estão à espera de um programa que delas faça uma grande área agropastoril regional, pois a relativa pobreza dos latossolos de terra firme, sujeitos à lixiviação e rápida degradação, uma vez removida a cobertura florística, constitui um obstáculo ao seu aproveitamento agrícola imediato, a não ser mediante altos custos e investimentos em corretivos, fertilizantes, pesticidas, irrigações e outras técnicas mais desenvolvidas.

**5. Campos e cerrados para criação.** Muito embora as várzeas possam ser aproveitadas para a criação de bovinos, em pequena e média escala, desde que se combine com pastos em terra firme ou se construa marombas para refúgio e abrigo do gado durante as enchentes, existem zonas de campos naturais em Marajó, nos viés do Rio Branco e Madeira, bem como no norte goiano, Alto Araguaia e chapada mato grossense, com área superior a 90 milhões de hectares, área que oferece uma extensa base física para o criatório.

A região assiste, atualmente, um “rush” bovino com a expansão dos currais que caminham ao longo dos eixos rodoviários recém-implantados, aproveitando os baixos custos das terras que podem ainda ser adquiridas na faixa de Cr\$ 200 por hectare, contra Cr\$ 10.000 no Sudeste-Sul, o que tem servido de motivo para a compra de grandes lotes, muitos deles destinados mais à especulação fundiária futura. No entanto, a criação do gado, desde que respeitado certos padrões ecológicos, e tenham um dimensionamento compatível e não exagerado, constitui uma nova opção para os investidores e fazendeiros.

**6. Vocação mineral.** Durante muitos séculos a Amazônia foi mais conhecida pelos seus recursos florestais e hídricos, que propiciaram uma visão horizontal da paisagem, e impressionaram pela sua exuberância os viajantes, exploradores e cientistas que a percorreram desde longa data, os quais muito contribuíram, através do seu impressionismo, para dar à região uma imagem, muitas vezes, distorcida da realidade ambiente. Há quase duas décadas começaram a surgir os primeiros indícios de que aqui se encontra uma grande província mineral. Despontou o ouro do Gurupi, Tapajós e Oiapoque; os diamantes em Jaribe, no Amapá, em Marabá, no Tocantins, em Uraricoera e Tepequem, no Rio Branco, depois entramos na fase dos descobrimentos do salgema e evaporito em Nova Olinda, do carvão e linhito no Alto Solimões da hematita no Jatapu, do calcário em Capanema, do manganês da Serra do Navio, da cassiterita em Rondônia. O aproveitamento desses recursos minerais concentrou-se no calcário de Capanema, cujo aproveitamento pela fábrica de cimento lá instalada, resultou na produção de 167.634 toneladas em 1974, com um valor de Cr\$ 59 milhões; no manganês da Serra do Navio, no Amapá, que gerou uma exportação, em 1974, de 1.493 mil toneladas, no valor de Cr\$ 332 milhões (US\$ 49,7 milhões), e na cassiterita de Rondônia, que no ano de 1976, segundo estimativa empresarial do setor, deve ter alcançado a 5.400 toneladas de minério bruto, correspondente a 3.500 toneladas de estanho contido num valor aproximado de Cr\$ 350 milhões. A mineração mudou de escala, a garimpagem foi substituída por uma economia industrial de porte. Não apenas de escala, mas passando por uma grande diversificação pela descoberta de novos recursos minerais, proporcionada pela nova tecnologia dos sensores remotos, aero e satelitefotografia, e pelo Projeto Radam que vem revelando novos jazimentos, confirmados pela pesquisa e prospecção de

campo. Entre eles, as novas descobertas dos jarimentos ferríferos de Carajás, cuja reserva é estimada em 18 bilhões de toneladas, e onde a Amazônia Mineração (Amza), da Cia. Vale do Rio Doce, ainda aguarda negociações com parceiros estrangeiros, após a desistência da U.S. Steel, para implantar o seu projeto de mineração, que deveria iniciar a sua produção em 1978, com 12 milhões de toneladas de minérios, até atingir uma exportação de 50 milhões de toneladas, na década dos anos 90, bem como o projeto siderúrgico de Itaquí, no Maranhão para a produção de 10 milhões de toneladas de aço. Ambos os projetos estão, atualmente, em passo de espera; a Siderbrás retirou-lhes o sentido de prioridade, face às dificuldades para encontrar um grupo ou parceiro para uma associação, e à desfavorável conjuntura siderúrgica internacional. De outro lado, a descoberta de jazidas de bauxita no Trombetas pela Mineração Rio do Norte, Alcoa e Mineração Santa Mônica, com reserva de 1,1 bilhão de toneladas, em Paragominas com 1,6 bilhões de toneladas, em Almeirim com 70 milhões de toneladas, em Juriti com 170 milhões de toneladas, e em Carajás com 120 milhões de toneladas, fizeram surgir os projetos da Alunorte e Albrás, em Barcarena (alumina e alumínio metálico), e tomaram viável a hidrelétrica de Tucuruí, projetada para uma capacidade instalada de 4 milhões de KW.

De repente a Amazônia tornou-se a maior província de minerais ferrosos e não ferrosos, cuja exploração irá transformar o **fácies** amazônico e mudar o eixo econômico do País para a região, nos próximos decênios, se vierem a ser concretizados, resolvendo definitivamente o déficit do balanço de pagamentos do País e elevando a renda **per capita** regional muito acima da registrada nas regiões do Sudeste e do Sul.

7. Recursos humanos. Nestes últimos vinte anos, a Amazônia (Região Norte) está assistindo um rápido crescimento de seu estoque populacional, tudo indicando que ao findar deste século já terá ultrapassado a cifra de quinze milhões de habitantes. Após o vintênio 1920/1940 quando a população da Amazônia ficou estagnada devido à depressão, limitada a 1,4 milhões de habitantes, o Censo de 1950 acusou um crescimento de 12% sobre a década anterior, atingindo 1,84 milhões; em 1960 alcançou 2,60 milhões, representativo de um incremento de 14,1%, e em 1970 atingiu a 3,65 milhões, equivalente a um aumento de 14%, com uma estimativa do IBGE para 4,48 milhões no corrente ano de 1977 e 5 milhões em 1980. Assim no período de 1950 a 1980 a população recenseada aumentará de 171%, sendo de esperar que nas duas últimas décadas desta centúria, idêntico desempenho venha a ser registrado, eis que a frente humana do Centro-Oeste, que presentemente atrai grandes correntes populacionais da região Nordeste, Sudeste e Sul, a ponto de elevar a sua população de 1,73 milhões (menor que a da Amazônia), em 1950, para 6,88 milhões em 1977, estimada pela referida fundação, com um crescimento de 393% no período, está atingindo a região amazônica, sem contar as outras frentes de expansão nordestina, que caminham pelos rios e eixos rodoviários recém-abertos, e cujos efeitos já são sentidos no nordeste/sul paraense e nas áreas de Rondônia e Acre.

A extrema dispersão dos núcleos humanos, característica do povoamento inicial, está sendo corrigida pela concentração de sua população na calha central, no trecho compreendido entre, o Baixo e Médio Amazonas, e em redor dos grandes centros urbanos de Belém, São Luís, Manaus, Cuiabá, e nas cidades de Porto Velho, Rio Branco, Boa Vista, Macapá, Santarém, Parintins, Itacoatiara; avançando para o Alto Solimões, em Manacapuru, Tefé, Coari, Benjamin Constant e Tabatinga, bem quanto no norte goiano e mato grossense e ao longo das rodovias Belém-Brasília, Cuiabá-Porto Velho e outras frentes de povoamento.

Esse adensamento humano está criando um mercado interno suficiente para justificar a continuidade do processo agroindustrial de substituição de importações, produção de alimentos, aproveitamento de matérias-primas regionais e de exportação em larga escala dos recursos minerais recém-descobertos. Esse processo será grandemente facilitado pelas economias externas já existentes, representadas pela infraestrutura de serviços nos grandes centros urbanos regionais e em algumas regiões do interior, através dos investimentos em energia elétrica, saneamento básico, telecomunicações, portos e aeroportos, rodovias, navegação, escolas e universidades que estão preparando os recursos humanos da Amazônia para o advento do terceiro milênio.

Os quadros de referências acima analisados terão que ser conferidos, considerados e inseridos em qualquer estratégia e tática que venham a ser montadas para a definição de nossa participação nos grandes objetivos nacionais de desenvolvimento e integração, através dos diferentes programas regionais e setoriais que se compatibilizem entre si, explorem as melhores opções e benefícios, traduzam com realismo as novas e antigas oportunidades e limitações. Tais programas deverão ser viabilizados levando-se em conta as vantagens e os óbices relativos que a região oferece em termos de recursos naturais, menor dano ecológico, custos mais altos de transferência, riscos de estrutura nova, disponibilidades de recursos e tecnologia, demanda a nível regional e nacional, abertura para os mercados externos e outros fatores. A partir desse quadro de referências dos módulos e dos inventários que vimos procurando fixar, seria possível construir um modelo, mensurar um balanço e elaborar estratégias de macrodecisões.

Uma estratégia de desenvolvimento dirigido desse tipo poderá conduzir a um maior grau de intervenção estatal e a uma crescente rigidez e inflexibilidade do sistema, mas temos que conviver com ela, pois uma região não desenvolvida como a amazônica, com os seus imensos espaços vazios e um grande potencial de recursos, necessita de grandes investimentos públicos no setor de infraestrutura econômica, social e de conhecimento: o ciclo desse planejamento estratégico é, porém, bastante longo, devendo compreender, segundo Morris Salomon, os dados, escala de valores, sistema de previsão, critérios de seleção, formulação de objetivos alternativos, criação de novos instrumentos legais e administrativos, decisões sobre metas, meios e alocação de recursos no tempo e no espaço, ação e operacionalização, medição dos resultados alcançados, reciclagem e realimentação para o período seguinte. A sofisticação desse modelo de planejamento estratégico, por diversas vezes já tentado no País, através de magníficas estruturas teóricas, tem deixado um saldo deficitário de frustrações, pois os resultados do desempenho geralmente são medíocres em relação às expectativas geradas dentro do universo econômico e social que se procura desenvolver.

Seria, pois, desejável que esse modelo de ação estratégica fosse mais direcionado para o setor básico infraestrutural a cargo do Poder Público, definindo-se um espaço para a livre iniciativa do setor empresarial procurar e encontrar o seu próprio caminho, assumindo os riscos e partilhando os lucros, desonerada um pouco da custosa e paralisante instrumentação burocrática, já que a divergência entre o planejamento estratégico e o liberalismo não é mais uma disputa entre a ordem e a anarquia, conforme afirma Arthur Lewis. O que se discute é até que ponto o controle pode ser invisível ou visível, o primeiro representado pelo incentivo à iniciativa privada, o segundo sujeito ao controle dirigido do Poder Público.

O sucesso alcançado pela Zona Franca de Manaus deve-se ao estímulo e ao desafio do primeiro modelo e pode muito bem servir de exemplo de que um pouco menos de dirigismo e um pouco mais de humildade talvez sejam necessários para que se alcance uma resposta mais pronta e eficaz e a custos menores.

Daí a importância das diversas táticas e logísticas que têm sido propostas com vistas a superar certos óbices, aproveitar vantagens e oportunidades, criar movimentos de suporte para a liberação de energias e forças, que se acham enclausuradas na inércia, e mobilizá-las em favor do desenvolvimento. Entre elas destacamos:

1. Programa de investimentos de natureza variada e de diferentes prazos de maturação, consistindo de:

**a) investimentos cognitivos** para aprofundar as pesquisas do Projeto Radam e dos institutos científicos, agrônômicos e tecnológicos da área, visando identificar, reconhecer e descobrir as oportunidades econômicas oferecidas pela ampla base de recursos naturais e definir a tecnologia adequada à sua melhor utilização. Os inventários florestais para o aproveitamento madeireiro; o mapeamento dos fundos pesqueiros para conferir maior produtividade à pesca; a prospecção dos jazimentos minerais para abertura de novas frentes de produção; o estudo dos solos de várzea para fins agrícolas, das terras-firmes para práticas silviculturas e agropecuárias, das águas e lagos para fins de piscicultura, apanha e captura de peixes; a pesquisa agrônômica relacionada com a introdução da cultura de novas espécies vegetais tal a soja, o cacau, o café e as especiarias de alto valor, a criação de melhores raças de animais. São estes, entre outros, os objetivos dessa inversão do conhecimento cultural e tecnológico, como pré-requisitos fundamentais.

**b) investimentos de fundação** com a finalidade de implantar novas estruturas para criar economias externas, através de obras e serviços básicos necessários à implementação e integração do sistema com o objetivo de auferir maior eficiência operacional e custos mais baixos. Entre outros destacam-se a implantação de sistemas de geração e distribuição de energia elétrica, telecomunicação, construção de eixos rodoviários e fluviais, melhoramento e criação de novos portos que permitam o escoamento e a exportação dos produtos naquelas cidades da calha central com possibilidades de crescimento, núcleos de colonização e povoamento, preparação dos quadros profissionais e técnicos para a formação de liderança política, administrativa e empresarial.

**c) investimentos sociais a fundo perdido** destinados a proteger a saúde do homem, aumentar a sua resistência orgânica e dar-lhe maior imunidade às doenças pela implantação de hospitais, centros e postos de saúde nas áreas-chaves de crescimento e difusão de práticas de saúde.

**d) investimentos induzidos** para ampliar o mercado doméstico regional, em expansão nos grandes centros urbanos, mediante a substituição de importação de outras áreas pela produção agrícola e industrial na região, e para expandir a oferta de produtos novos e tradicionais, para atender a demanda de matérias-primas e alimentos por parte do mercado nacional e externo, e , quando possível, processar a sua industrialização na área.

**e) investimentos autônomos**, de riscos de estrutura nova, para explorar aqueles recursos ainda não aproveitados, e possibilitar o surgimento de um forte setor de flora, fauna e agroindustrial, operar de modo integrado e verticalmente nos complexos de produção, entre outros os de toros-serrados-compensadosmóveis; óleos-refinados-embalados; essências-perfumes-sabões; latex-crepadosolidos;

fibras-fiação-tecelagem-confecções; animais e peles-curtidos-manufaturados; borracha-laminados-pneus-artefatos; peixes frescos-secos/salgados-defumados-enlatados e sub-produtos.

**2. Polarização espacial e política.** Face à impossibilidade de ocupar e explorar todo o universo amazônico, é importante projetar uma mudança institucional e estrutural no setor público com a reorganização do espaço político, de modo a descentralizar e melhor controlar a execução das tarefas administrativas, aumentar a força do poder de representação popular no Congresso Nacional e criar novos polos pioneiros de atração e irradiação nas novas unidades, com a fundação de novas cidades e centros rurais.

**3. Regionalização da Sudam.** No setor dos órgãos regionais de desenvolvimento é imperativo promover a regionalização da Sudam, mediante a criação de superintendências e delegacias regionais para possibilitar a internação do poder decisório sobre aplicações de incentivos até 6.000 salários de referência, a serem previstos e fixados no Plano-Diretor, para a pequena e média empresa, cuja alçada de decisão passaria a pertencer às referidas delegacias do sistema Sudam/Basa/Finam, conforme no passado foi previsto pelo art. 7.º da Lei 5.174/66 e art.46 da Lei 5.173/66, que não chegaram a ser operacionalizados, ficando os valores acima desse teto subordinados à decisão central do sistema.

**4. Ministério de Organismos Regionais.** A criação dos órgãos regionais do desenvolvimento, como a Sudam, Sudene, Sudeco, Sudesul; dos bancos de Desenvolvimento Regional como o Banco da Amazônia e Nordeste; os Programas da Polamazônia, Polonordeste e Polocerrado; e o surgimento de novas unidades políticas, pedem um novo ministério para coordenação dessas diferentes atividades e funções, compatibilização dos diferentes setores e formulações das estratégias e objetivos nacionais.

**5. Fortalecimento do Banco da Amazônia e Bancos Oficiais dos Estados e Territórios.** Nenhum programa duradouro de promoção e crescimento terá continuidade se não for respaldado pelos recursos financeiros da rede bancária oficial. Daí acalentarmos a velha ideia de atrair maior aporte de capital social para o banco da Amazônia e os bancos oficiais dos Estados e territórios amazônicos, mediante o abandamento de 20% dos fundos do Finam, para subscrição obrigatória do capital dessas atividades, sob a forma de ações preferenciais, na forma da legislação vigente com negociabilidade nas bolsas de valores e possibilidade de conversão aos participantes do Fundo, das quotas em ações desses estabelecimentos, utilizando o mesmo mecanismo da Resolução n.º 381/76 do Banco Central. Desse total de 20% dos recursos Finam 10% seriam destinados à subscrição anual do aumento do capital do Banco da Amazônia e 10% dos bancos oficiais dos Estados e territórios, com sede na área da Amazônia Legal, ateados igualmente entre todos eles. De acordo com os nossos prognósticos de que o Pinam recebera opções dos investidores, neste ano de 1977, da ordem de Cr\$ 2 bilhões, o Banco da Amazônia teria uma capitalização anual da ordem de Cr\$ 200 milhões e outro tanto os demais estabelecimentos oficiais das unidades amazônicas, possibilitando dessa forma uma maior descentralização de suas aplicações, o fortalecimento da rede oficial dos bancos, cujas aplicações seriam feitas pelas suas carteiras de desenvolvimento, a juros favorecidos, aos empreendimentos agropecuários, industriais e de serviços, considerados de interesse para o desenvolvimento regional pelos órgãos federais e estaduais.

**6. Táticas guerrilheiras para o desenvolvimento.** Reconhecemos a importância estratégica dos projetos integrados de grande porte, como a dos grandes complexos energéticos, minero-metalúrgico e industriais de base, que estão sob controle do Estado ou dos grandes grupos, porém, o lado desses

investimentos de grande impacto e repercussão é preciso procurar novas táticas de ação e manobra, de menores custos e largo espectro. Esta tática “guerrilheira” visa mobilizar as pequenas e médias empresas regionais, tanto da cidade quanto do interior, e incorporá-las ao processo de desenvolvimento, utilizando a sua extrema mobilidade, diversificação e grande capacidade de ação e resposta, visando o crescimento progressivo e abertura de novas frentes, até ser possível travar com êxito combates diretos, de grande envergadura, ao subdesenvolvimento, perfeitamente adequados às realidades regionais, utilizando o potencial das referidas empresas.

A Amazônia, ao longo de muitas gerações, tem sido uma história de problemas não resolvidos e tarefas a realizar. Cada geração recomeça a luta e entrega à que lhe sucede novas promessas e expectativas. Sucessos e frustrações. Avanços e recuos. Aos que chegam e aos que vão é importante saber que existe o elo da continuidade, do esforço comum e da solidariedade diacrônica das gerações. Do muito do que já se fez e do muito mais que precisa ser feito.

Esta é mais uma tentativa na direção de encontrar as trilhas do passado e os caminhos do futuro, combinando o geohistória com a oikopolítica. **Um pouco antes e além-depois;** com os ouvidos no chão, o coração na terra e os olhos no horizonte.

---

<sup>1</sup> Uso o neologismo **oikopolítica** para caracterizar uma nova ciência política interdisciplinar que está nascendo na fronteira da economia e da ecologia (ambas etimologicamente originárias da raiz grega **oikos** – casa, lar, patrimônio, recursos – acopando ao feminino substantivo **política**, no verdadeiro sentido da expressão, para referir-me aos negócios públicos, de interesse coletivo, e às atividades do Estado, como fonte do poder e da organização da vida associativa, em benefício e por delegação de cidadania e da Nação). A esta nova ciência **oikopolítica**, acrescentamos a adjetivação **Amazonika**, conservando o K grego original, para dar maior força e fidelidade à semântica histórica, a despeito da eliminação indevida do **kapa** na língua portuguesa. - [voltar](#)

<sup>2</sup> Vide Estrutura Geossocial e Econômica da Amazônia, do autor, 2.º volume, Série Euclides da Cunha, Manaus, 1966. - [voltar](#)

<sup>3</sup> Vide a excelente listagem das drogas alimentares, medicinais, aromáticas, alucinógenas, gumíferas, estimulantes, fibras e madeiras no livro recémpublicado de Djalma Batista. O Complexo da Amazônia, ed. Conquista, Rio de Janeiro, 1976, p. 101/109. - [voltar](#)

<sup>4</sup> REIS, Arthur. Tempo e Vida na Amazônia, op. cit., p. 191/222. - [voltar](#)

<sup>5</sup> REIS, Arthur. O Processo Histórico da Economia Amazonense, p. 31/32. Rio, Imprensa Nacional, 1944. - [voltar](#)

<sup>6</sup> Os dados estatísticos aqui transcritos referem-se ao último levantamento da Fundação IBGE, publicado no **Anuário Estatístico** de 1975, que divulga apenas os números relativos a 1973. Esses dados servem apenas como elemento informativo, eis que a realidade amazônica vem sofrendo um grande impacto da produção agropecuária nos últimos três anos. Além disso, os valores de 1973 devem ser dobrados, face ao índice inflacionário, nestes três últimos anos, haver alcançado, no período, cerca de 100%. - [voltar](#)

<sup>7</sup> O autor é também heveicultor, possuindo, na rodovia AM-010 – Manaus-Itacoatiara, cerca de 15.000 seringueiras clonais, plantadas há 15 anos, com todo o rigor da tecnologia agrícola fornecida ao tempo pelo Projeto ETA-56 e pelo então Instituto Agrônomo do Norte, sem que até hoje tenha conseguido iniciar o corte, pelo desenvolvimento genéticoarbóreo insuficiente. Novas tentativas de implantação de heveicultura estão sendo, atualmente, realizadas pela Sudhevea, Embrapa, Centro de Pesquisa da Seringueira, com a assistência da Acar, Basa, Sudam, Suframa com vistas ao desenvolvimento de um novo clone de alta resistência e produtividade obtido pela poliploidização dos cromossomos da seringueira, bem como pela introdução de novos métodos de sangria e coagulação pelo ácido acético e tucupi, dentro de um programa de incentivos especiais. - [voltar](#)

<sup>8</sup> Embora impropriamente, pois a renda nacional costuma integrar apenas os valores comercializados no circuito da economia monetária, desprezando os bens produzidos e consumidos no âmbito da economia natural, o que é um erro, pois conforme salienta o prof. Myrdal, “se você casar com sua cozinheira, diminui o valor do Produto Nacional Bruto”, porque ela, como esposa, deixa de perceber renda, embora o serviço prestados pelas donas de casa, em grande maioria, represente um valor de mercado superior à renda salarial do marido... - [voltar](#)

<sup>9</sup> O pico da escala de preços registrou-se no início de 1974, quando a cotação atingiu US\$ 13,00 por libra peso equivalente a US\$ 5.148,00; porém, com a recessão a seguir verificada, o preço médio anual situou-se em US\$ 3.292. - [voltar](#)

<sup>10</sup> Em 1975 e 1976, praticamente cessaram as exportações, tendo sido feito apenas vendas esporádicas e de pouca significação estatística, e por isso não devem ser levadas em conta na série estatística. Por exemplo, no corrente ano de 1976 as exportações não ultrapassaram a cem tambores, quando a média, anual situava-se em torno de 1.500 tambores, antes de 1974. Para bem ilustrar a dimensão da crise, o autor, que é também empresário de óleos essenciais, que mantinha uma média de exportação anual de 300 tambores em 1975 conseguiu exportar apenas 18 tambores e, em 1976, dez tambores. - [voltar](#)

<sup>11</sup> Idem. - [voltar](#)

<sup>12</sup> O mercado de óleos essenciais, do ponto de vista mercadológico, classifica-se, basicamente, em duas notas aromáticas: a notamadeira e a nota-floral. As espécies amazônicas, de um modo geral, estão compreendidas na primeira espécie, e por isso são mais adequadas à perfumaria masculina. Este é um ponto importante a explorar, tanto do ponto de vista da vaidade machista como também pela tendência unissex, gerada no bojo da androginia e da ginandria, com reflexos na demanda e na indústria de cosméticos e perfumaria. - [voltar](#)

- <sup>13</sup> A carne de jacaré tem sabor quase idêntico à do pirarucu e pode ser, inclusive, processada em mantas salgadas e secas. É utilizada pela população nativa em toda a Amazônia e, especialmente, na zona do delta marajoara. Durante a 2.ª Guerra Mundial as mantas do jacaré, consorciadas com as do pirarucu, preparadas nas feitorias de pesca do Solimões, foram exportadas em quantidade considerável para o Ceará, onde ficaram conhecidas pelo cognome piracaré. - [voltar](#)
- <sup>14</sup> No caso dos couros dos Piracare-13 amazônicos, desejamos salientar um fato que, à época da proibição, teve repercussão universal, motivado pela tradicional fábrica americana produtora do afamado piano de marca “Steinway”, que há mais de cinquenta anos utilizava o couro desse animal amazônico, e que teve a sua qualidade sonora comprometida momentaneamente, até que os fabricantes conseguissem um substituto adequado. Recordome que vi, por intermédio dos corretores “Hollander Trading Corporation”, de New York, um telegrama pelo pungente da fábrica ao presidente do IBDF, solicitando a continuidade do fornecimento desse couro, para manter a integridade e qualidade do seu produto, a despeito de os Estados Unidos serem um dos maiores produtores desse couro, que chega a atingir mais de meio milhão de peles anuais, proveniente da caça controlada nas reservas florestais dos Estados Unidos, sob controle do Estado, sem que tenha havido extinção da espécie. - [voltar](#)
- <sup>15</sup> Vide HEINSDIJK, D. e BASTOS, Miranda. “Inventários Florestais na Amazônia”, Boletim n.º 6 – Rio, Ministério da Agricultura, 1963. - [voltar](#)
- <sup>16</sup> Na verdade a área é bem maior, pois somente a Fazenda Suiá-Miçú possuía 808 mil hectares, a Capivara 242 mil hectares, e a Codespar 157 mil hectares, criadas na década dos anos 60, sem contar com os novos empreendimentos da Volkswagen, do Vale do Rio Cristalino, e centenas de outros grandes latifúndios do projetoboi, cujas áreas são desconhecidas. - [voltar](#)
- <sup>17</sup> “Foi o índio que ensinou o europeu a viver no estranho ambiente amazônico”, in; WAGLEY, Charles. Uma comunidade Amazônica (Estudo do homem nos Trópicos). São Paulo, Cia. Editora Nacional. 1957, p. 11. - [voltar](#)
- <sup>18</sup> Como já assinalai, denomino oikopolítica a ciência interdisciplinar que está nascendo na fronteira do poder e no limiar da economia e da ecologia. Iguamente, proponho a criação da oikosociologia como ciência social, que integre o elemento sociológico com os aspectos econômicos-produtivos e ecológicos-preservacionistas. - [voltar](#)
- <sup>19</sup> Para um melhor estudo da mandioca, sub-produto, variedades, fabricação, produtividade, etc., vide: Ipean **Projeto de Agricultura para Produção de Alimentos**, Belém, 1966; Sudam. **Investimentos Privilegiados na Amazônia**, Belém; Idesp. **A Cultura da Mandioca**, Belém, 1966; e trabalhos da Acar-Amazonas sobre os quais baseouse a informação da Festa da Farinha de Uarini, publicada em “A Notícia”, Manaus, 25.12.76. - [voltar](#)
- <sup>20</sup> Vide entrevista publicada em “A Notícia”, de 12.1.1977. - [voltar](#)
- <sup>21</sup> Nestes últimos anos a Amazônia está sendo descoberta como fonte supridora e exportadora de peixe para os Estados Unidos e outros países. Além do camarão pescado na costa amapaense, o filé de piramutaba congelado – um peixe liso que o caboclo despreza e o apelida de **mulher ingrata** – vem sendo exportado para os Estados Unidos, em média de 200 toneladas mensais, sendo o principal porto de destino a cidade de Wilmington, na Carolina do Norte. É expressiva também a exportação, via aérea, de peixes ornamentais. - [voltar](#)
- <sup>22</sup> Gachot, depois dos inventários florestais feitos pela FAO/Sudam, passou a utilizar o conceito da homogeneidade heteroclítica silvestre, pois a média encontrada de indivíduos botânicos é de apenas cerca de 150 espécies diferentes por hectare. Este novo conceito está sendo atualmente confirmado pelos recentes levantamentos do Projeto Radam. - [voltar](#)
- <sup>23</sup> Vide FERREIRA, Cosme – Porque Perdemos a Batalha da Borracha – p. 162/213 – Edições Governo do Estado do Amazonas, Manaus, 1965. - [voltar](#)
- <sup>24</sup> Pelo art. 2.º do Decreto nº 61.244, de 28/8/1967, a Zona Franca de Manaus ficou configurada pelos seguintes limites; “ao vértice do Paredão ao Porto de Manaus, onde estão assinaladas as cotas das cheias máximas, pelas margens esquerdas dos rios Negro e Amazonas, até o promontório frente à Ilha das Onças; deste ponto, pelo seu paralelo, até encontrar o rio Urubu; desta inserção, pela margem direita do mencionado rio, até a confluência do rio Urubu; daí em linha reta, até a nascente do rio Cuieiras; deste ponto, pela margem esquerda deste rio, até o vértice do Paredão ao Porto de Manaus”, sendo que o Poder Executivo, mediante decreto e por proposta da Suframa, aprovada pelo ministro do Interior, poderá aumentar a área originalmente estabelecida ou alterar sua configuração.
- Os limites acima estabelecidos, embora imprecisos, pela ausência de um prévio levantamento topográfico, partiu de uma comissão convocada, às pressas, pelo Governo do Amazonas, tendo em vista que a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 288 estava na dependência da delimitação da área. Essa comissão foi supervisionada pelo ilustre engenheiro amazonense Vitar Fiúza da Câmara, com a presença de técnicos federais, e da qual participei como membro, tendo advogado, na ocasião, uma configuração mais horizontal da área dos 10.000 km<sup>2</sup>, alongada na direção do rio Amazonas para incluir a cidade de Itacoatiara por uma linha arbitrária, e afastada da margem esquerda do rio Amazonas a altura dos 50 km a jusante de Manaus, em obediência ao § 1.º do art. 2.º do Decreto-Lei n.º 288. Esta configuração aproveitaria inteiramente a infraestrutura viária da estrada Manaus/Itacoatiara, uniria os dois centros demográficos mais importantes e usufruiria as vantagens locais do combinado várzea e terra-firme, com vistas a localização do futuro Distrito Agropecuário próximo às margens do rio Amazonas, beneficiando-se da experiência agrícola já existente, e antevisando o surgimento da região metropolitana e do complexo urbano da futura Manaus/Ita. A sugestão não foi aceita pelos técnicos federais, que optaram pela atual configuração lixada no art. 2.º Decreto-Lei n.º 61.244/67. - [voltar](#)
- <sup>25</sup> O Decreto-Lei n.º 1.435, de 16/12/1975, modificou o critério do coeficiente de redução do imposto de importação dos bens produzidos na Zona Franca de Manaus, mediante a aplicação de uma fórmula que tem como **dividendo** a soma dos valores de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem de produção nacional e da mão de obra direta empregada no processo de produção e como **divisor** a soma dos valores de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem de produção nacional e de origem estrangeira e da mão de obra direta empregada no processo de produção, subordinando ainda essa redução aos índices de nacionalização estabelecidos pelo Conselho de Administração da Suframa e pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial, regulamentado pela Portaria n.º 308, de 11/8/1976, que fixou a seguinte fórmula de cálculo:

$$r = \frac{\text{CCN} + \text{CMD}}{\text{CCN} + \text{CMD} + \text{CCI}} \times 100$$

Outrossim, pelo art. 6.º da Lei n.º 1.435/75 ficaram também isentos do imposto sobre produtos industrializados os produtos elaborados com matérias-primas agrícolas e extrativas vegetais de produção regional, exclusive as de origem pecuária, por estabelecimentos localizados na Amazônia Ocidental, definida na Lei n.º 291/67. - [voltar](#)

- <sup>26</sup> Decreto n.º 61.244, de 28.8.67, que regulamentou o Decreto-Lei n.º 288. - [voltar](#)

<sup>27</sup> Entre outras restrições podemos citar: O Decreto-Lei n.º 1.435, de 16/12/75, que modificou o critério do coeficiente de redução do imposto de importação para os produtos industrializados na Zona Franca, implicou na diminuição dos benefícios fiscais e os subordinou a índices de nacionalização e integração crescente (art. 1.º); o Decreto n.º 1.455, de 7/4/76, que afetou a corrente turística pelo agravamento de imposições fiscais na bagagem dos passageiros (art. 1.º e 6.º), e vedou a transferência e internação, a qualquer título, para qualquer parte do território nacional, das mercadorias estrangeiras que ingressassem na Zona Franca de Manaus, impedindo que esta se transformasse num corredor de importação para o resto do País (art. 37); dispôs sobre a exigência da guia prévia de importação para a entrada de mercadorias estrangeiras na área, revogando, assim, o art. 38 do Decreto-Lei 288/67, que tantos transtornos têm causado pelos efeitos paralisantes gerados pela burocratização, procrastinação e perda de agilização e dinamismo (art. 35); impôs o contingenciamento das importações posteriormente regulamentado pela alocação de quotas, cujos critérios são sempre difíceis de compatibilizar e conciliar (art. 36). - [voltar](#)

<sup>28</sup> Vide “Solos do Distrito Agropecuário da Suframa”, do Instituto de Pesquisas Experimentação AgroPecuária da Amazônia Ocidental – Ipeaaoc, e “Técnicas para desmatamento do Distrito Agropecuário”, conforme Proposição n.º 113/76, de 6/12/76, da própria Suframa. - [voltar](#)

<sup>29</sup> KERR, Warwick – “Considerações sobre utilização do Distrito Agropecuário em função do Ecossistema”, edição mimeografada, Manaus, 1976. - [voltar](#)

<sup>30</sup> Vide “Linhas Básicas do Distrito Agropecuário”, Suframa, Manaus, 1975. - [voltar](#)

<sup>31</sup> Vide “Estrutura Geosocial e econômica da Amazônia”, 2.º vl. pp. 449/491. - [voltar](#)

<sup>32</sup> Vide “Laboratório de Produtos Florestais” – Projeto de Desenvolvimento e Pesquisa Florestal, IBDF, Brasília, 1976. Somente no ano de 1974 os Estados Unidos importaram US\$ 4,2 bilhões e exportaram US\$ 3,5 bilhões de produtos florestais, e o Japão importou US\$ 4,8 bilhões. - [voltar](#)

- [voltar](#)

- [voltar](#)

- [voltar](#)

# POSFÁCIO

Manaus, terça-feira, 20 de dezembro de 1977.

## **Oráculo da Amazônia**

Fabio Lucena

É impossível transpor as 1.044 páginas do livro do Professor Samuel Benchimol, “Amazônia, Um Pouco-Antes e Além-Depois”, sem um alvoroço de assombro: o livro é do tamanho da Amazônia em dimensão e conteúdo. Existe uma Universidade no Amazonas e outra no Pará. Faltava uma para a Amazônia toda: com o seu livro, do qual, como é natural, em alguns aspectos se possa discordar, veio de criá-la o Professor Benchimol.

O prefácio, dispensável, aliás, numa obra desse vulto, não fosse a autoridade intelectual de seu autor, Professor Arthur César Ferreira Reis, encerra uma heresia ou, mais precisamente, um sacrilégio: o Professor Arthur Reis compara o Professor Benchimol, no campo da geopolítica, com o General Meira Matos.

Ao que tudo indica, embora bastante improvável, o Sr. Arthur Reis não conhece a obra geopolítica do General Meira Matos, o homem que, em 1966, fechou o Congresso Nacional e o mesmo que, no ano anterior, comandou tropas Brasileiras na invasão da República dominicana pela OEA e defendeu o envio de nossos soldados à guerra do Vietnã, para combater ao lado dos Estados Unidos, o que só não foi possível porque o Presidente Castelo Branco vetou qualquer pretensão nesse sentido. Democrata da mais fina cepa, o Professor Benchimol não poderia ter sido comparado a um teórico e prático do absolutismo político e da ditadura. Da próxima vez, que o Sr. Arthur Reis se sirva de outros Generais do Exército, como, por exemplo, Obino Álvares Lacerda, o grande estrategista da “Compreensão da Guerra”, e de Ariel Pacca da Fonseca, o estrategista do “poder sob a Lei”.

As raízes e a formação do Professor Benchimol não são apenas as suas, mas da geração que amadureceu dentro da grande noite da insônia de II Grande Guerra. Foi como funcionário de uma agência de imigração, em plena guerra, que o jovem Samuel entrou em contato com os retirantes nordestinos junto aos quais realizou um inquérito antropológico sem antecedentes históricos no que permite à vastidão de conhecimentos que nos transmite.

No romance “Terras do Sem Fim”, Jorge Amado põe na boca de um Cearense que imigrava para o Sul a frase “país do Amazonas”. Lá, no sertão nordestino, no tempo em que a borracha representava o segundo produto de exportação Brasileira, e ao tempo em que os Americanos, perdida a Batalha da Malásia, tiveram de voltarem-se para os seringais Amazônicos, na II Grande Guerra, era assim conhecido o nosso Estado. Várias são as interpretações sociológicas e antropológicas

daquilo que Celso Furtado, na sua “História Econômica”, pág 155, denomina, acertadamente, de “transumância amazônica”, isto é: a emigração nordestina para a Amazônia. Não é exagero afirmar que o próprio Celso Furtado e ainda Euclides da Cunha não foram além do calado. O professor Benchimol vai ao fundo do talvegue, dando-nos tudo o que faltava para o conhecimento completo do “Gênesis, Êxodo, Levítico, e do Número”, ou seja, do “Velho Testamento” do nordestino na Amazônia e em especial nos altos rios caudatários do Amazonas. O começo da História, o Gênesis; a psicologia social dos flagelados e retirantes, o Êxodo; o regulamento dos seringais, o Levítico; e os Números – quantos foram nordestinos.

Ninguém mais terá o direito de afirmar ignorância sobre a mais dramática fase da nossa História – a perda Batalha da Borracha, para lembrar Cosme Ferreira Filho –, sua contribuição na estruturação da sociedade amazonense, e que ela nos trouxe e o que dela restou: o livro do Professor Benchimol tudo diz e o diz numa linguagem propositadamente destinada a fazer-se entender.

Do estudo de nossa gente vai o autor ao nosso chão e ao nosso tempo. Não apenas interpreta, propõe; não se limita a ensinar, desafia; não fica na crítica, oferece soluções. “Amazônia, Um Pouco Antes e Além-Depois” não é o livro de um cientista social tão-somente: é obra de um poeta, de um artesão de um escultor, de um pintor e de um músico. Nenhuma palavra é excesso. E quase todo conceito é uma exceção, uma coisa absolutamente nova.

É preciso que o Governo do Estado, a Prefeitura do Município, o Clube da Madrugada, o Instituto Geográfico e Histórico, a Academia de Letras promovam debates sobre o livro do professor Benchimol. E o fundamental –: é indispensável que a Universidade do Amazonas faça divulga-lo do mundo universitário Brasileiro, pois tenho a impressão de que a obra do professor Benchimol está para uma Revolução Amazônica – revolução como transformação urgente das estruturas sociais e econômicas da região para compô-la de fato com o Brasil em desenvolvimento – como a de Jean Jacques Rousseau “mutatis, mutandi”, esteve para e Revolução Francesa.

Na sua história da Filosofia, pag. 33, informa Will Durant que Platão rendia graças a Deus por ser contemporâneo de Sócrates. Rendo-as eu por ser contemporâneo do grande Benchimol, que deu à Amazônia o oráculo que os deuses deram aos gregos e aos romanos.



Estes estudos, que condensam pesquisas e escritos realizados desde os anos sessenta, foram os precursores do zoneamento geoeconômico e ecológico da Amazônia, o qual, infelizmente, ao final da primeira década do século XXI ainda não foi resolvido. Com rigor científico e metodológico o autor parece antever que essa não é uma questão de fácil resolução e retoma ao tema na última parte do livro denominada de Oikopolítica Amazônica em que propõe módulos para um modelo, inventários para um balanço e táticas para uma estratégia. com sua visão para Além-Depois o autor utiliza-se do neologismo Oikopolítica como "uma. nova ciência política interdisciplinar que está nascendo na fronteira da economia e da ecologia".

assisti ao lançamento desse livro logo após a sua publicação em 1977, no ginásio do Sesc, na rua Henrique Martins, num evento que juntava apresentações de jovens artistas. A escrita memorialista impressionou-me e só parei a leitura na última página. Essa leitura foi fundamental na minha formação e na escolha de estudar Geografia e especializar-me nos estudos das cidades na Amazônia, especialmente dois trabalhos inseridos na obra, o estudo pioneiro que o autor escrevera em 1947, a sua dissertação de mestrado Manaós – o crescimento de uma cidade no vale amazônico, analisando a cidade nos anos quarenta; igualmente marcante foi o texto Geografia da Calamidade, abordando o modo de vida das populações da Amazônia em decorrência das enchentes e vazantes, um tema relevante na nossa contemporaneidade.

A publicação dessa obra neste ano de 2010, resgatando as ilustrações contidas na edição primeira, oferece a oportunidade para as novas gerações terem contato com uma bibliografia fundamental de compreensão da Amazônia. Além disso, valoriza a memória de um pesquisador, educador e empresário que dedicou sua vida à ciência e à Amazônia na esperança de desvendá-la, o que em parte ele conseguiu neste livro. Amazônia: um Pouco-Antes e Além-Depois é um livro instigante. Mais que isso, é um livro que nos repõe a utopia não apenas como o sonho, mas como esperança.

**José Aldemir de Oliveira**

Pesquisador do CNPq, reitor da UEA.

## Sumário

### Introdução

#### 1 MEUS PASSOS: ECOS E EVOS

- 1 As minhas raízes e a minha formação
- 2 O bacharel da turma Clóvis Bevilacqua
- 3 A descoberta da América: crônicas e reminiscências
- 4 O mestrado da minha segunda “alma-mater”s
  - 4.1 “Manaos – o crescimento de uma cidade no vale amazônico”
- 5 O doutorado e o magistério na minha primeira “alma mater”
  - 5.1 “Ciclos de negócios e estabilidade econômica”
- 6 Saudação a jarbas passarinho: doutor honoris causa 24.11.1971
- 7. Visão de um mundo em conflito\*

#### 2 NOSSA GENTE: EX-ANTE E EX-POST

- 1. O cearense na Amazônia: um inquérito antropogeográfico
- 2. O romancelheiro da batalha da borracha
  - 2.1 GÊNESIS: Como a história começou
  - 2.2 ÊXODO: Psicologia Social dos Flagelados Retirantes
- 2.3 LEVÍTICO: O Regulamento de um Seringal
- 2.4 NÚMEROS: Quantos Eram
- 2.5 CRÔNICAS I e II. Estórias e Folclore de 57 Vidas Humanas
- 2.6 Os cânticos dos soldados da borracha
- 2.7 A diáspora cearense: o exílio amazônico
- 2.8 Cativo na Babilônia: A fala de um escravo branco
- 2.9 Seringais, sítios e fazendas: um estudo de toponímia messiânica
- 2.10 Tempo de vacas magras: um manifesto dos coronéis de barranco
- 2.11 O arigó: o adeus às armas
- 3 Terra de Canaan: sonho, sangue, suor e seringa – uma saga no testemunho e testamento de Plácido de Castro

#### 3 NOSSA CHÃO: A QUO E AD-QUEM

- 1 Uma geografia e ecologia social da calamidade na Amazônia: as enchentes e vazantes
- 2 O problema do desenvolvimento econômico: política, economia e planejamento\*
- 3 Pólos de crescimento: aspectos temporais, espaciais e institucionais\*
- 4 Polarização e integração: dois processos no desenvolvimento regional
- 5 Política e estratégia na grande Amazônia brasileira\*
- 6 A Amazônia das 8 regiões e dos 24 territórios e Estados: uma reformulação\*\*
- 7 A planetarização da Amazônia\*
- 8 A pecuniarização da Amazônia: a ameaça e o desafio do mega-boi e o processo de ocupação regional\*\*\*\*
- 9. Amazônia: mensagem a um desafio\*\*\*\*\*

#### 4 NOSSO TEMPO: A.M e P.M

- 1. Estrutura Geossocial e Política da Amazônia: Uma síntese com a Acheegas de Cordel
- 2. Projeto Geopolítico Brasileiro de Libertação e Desenvolvimento: A Formação e Reorganização do Espaço Político
  - 2.1 Teoria Espacial Geopolítica Interdisciplinar: Uma Introdução Erudita e Bárbara
  - 3. Oikopolítica Amazônica

# AMAZÔNIA

um pouco-antes e além-depois

2ª edição revisada

“AMAZÔNIA: UM POUCO-ANTES E ALÉM-DEPOIS É MAIS QUE UM LIVRO DE OBRIGATÓRIA CONSULTA ERUDITA, UM LIVRO-TEXTO ACADÊMICO INDISPENSÁVEL NAS ÁREAS UNIVERSITÁRIAS E DE PÓS GRADUAÇÕES EM CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E ECONÔMICAS, UM CONTEXTO CRÍTICO E DE OUSADAS PROPOSIÇÕES HISTÓRICAS: É UMA OBRA QUE ASSUME NA CULTURA BRASILEIRA POSIÇÃO DE CUME...”

*EDITORA HUMBERTO CALDERARO LTDA*

CONFIDENCIOU-ME, UMA VEZ, QUE NA NOITE ANTERIOR TIVERA UMA GRANDE EMOÇÃO, ENQUANTO DAVA AULAS NA FACULDADE DE DIREITO E, NAQUELE TEMPO, A FALTA DE LUZ ERA FREQUENTE EM MANAUS. A SALA PRONTA, INICIAVA-SE A AULA E PASSADOS POUCOS MINUTOS APAGARAM-SE AS LUZES. “BOM, DISSE BENCHIMOL, COMO SÃO DEMORADAS ESSAS FALHAS, VAMOS TRANSFERIR A AULA”.

– “NÃO, PROFESSOR, QUEREMOS QUE DÊ SUA AULA, NÓS CONTINUAREMOS OUVINDO, MESMO NO ESCURO!”

*REMINISCÊNCIAS DE MOYSÉS BENARRÓS ISRAEL*



ISBN 857401537-7



9 788574 015378

AMAZÔNIA



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

## Comunicado

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas e da região Norte. O uso deste documento é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais – Lei n. 9.610/98.

Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõe a rede de Bibliotecas Públicas do Estado do Amazonas.

Contato

E-mail: [acervodigitalsec@gmail.com](mailto:acervodigitalsec@gmail.com)